



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1570

Sexta-feira - 12 de Setembro de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	3
Anchieta.....	7
Antônio Carlos.....	32
Ascurra.....	33
Atalanta.....	34
Balneário Rincão.....	35
Biguaçu.....	35
Bom Jesus do Oeste.....	46
Braço do Trombudo.....	48
Brusque.....	98
Caçador.....	100
Camboriú.....	101
Campo Alegre.....	103
Campos Novos.....	420
Canoinhas.....	421
Capinzal.....	427
Caxambu do Sul.....	449
Chapadão do Lageado.....	449
Concórdia.....	450
Cordilheira Alta.....	453
Correia Pinto.....	454
Corupá.....	454
Curitibanos.....	458
Dionísio Cerqueira.....	459
Ermo.....	475
Forquilha.....	476
Fraiburgo.....	508
Garopaba.....	521
Gaspar.....	523
Governador Celso Ramos.....	525
Grão Pará.....	526
Guaramirim.....	534
Guarujá do Sul.....	555
Ibiam.....	556
Imbituba.....	558
Ipumirim.....	560
Irineópolis.....	561
Itaiópolis.....	563
Itapiranga.....	563
Itapoá.....	566
Joaçaba.....	691
Lages.....	694
Lauro Muller.....	695
Lebon Régis.....	707
Leoberto Leal.....	708
Luzerna.....	710
Maíra.....	720
Marema.....	720
Massaranduba.....	721

Modelo.....	723
Navegantes.....	724
Nova Trento.....	725
Ouro Verde.....	726
Palhoça.....	727
Palmitos.....	739
Passos Maia.....	739
Penha.....	742
Peritiba.....	743
Pinheiro Preto.....	743
Ponte Serrada.....	744
Porto Belo.....	747
Porto União.....	747
Rio do Sul.....	748
Santiago do Sul.....	751
São Bento do Sul.....	779
São Domingos.....	782
São João do Sul.....	783
São José.....	784
São José do Cedro.....	793
São Lourenço do Oeste.....	794
São Pedro de Alcântara.....	794
Schroeder.....	797
Serra Alta.....	799
Sombrio.....	800
Timbó.....	814
Três Barras.....	824
Tunápolis.....	828
Vargeão.....	828
Vargem Bonita.....	829
Vidal Ramos.....	830
Videira.....	838
Xavantina.....	839
Xaxim.....	840
Zortéa.....	840

### Associações

AMESC.....	845
AMVALI.....	845
EGEM.....	846
FECAM.....	847

### Consórcios

AGIR.....	848
CIMCATARINA.....	849
CIS Nordeste.....	849

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



## 12 DE SETEMBRO

Parabéns, Canoinhas,  
por seus 103 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



# Água Doce

## PREFEITURA

### Lei Nº 2.303/2014

LEI Nº 2.303/2014 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento municipal vigente:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO  
12.361.0010.2.021 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB  
3.1.90.00.00.0092/67 Aplicações Diretas R\$ 175.000,00  
TOTAL R\$ 175.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º desta Lei será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO  
12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
3.1.90.00.00.0092/82 Aplicações Diretas R\$ 175.000,00  
TOTAL R\$ 175.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de setembro de 2014.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 2.304/2014

LEI Nº 2.304/2014 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular totalmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento municipal vigente:

02 GABINETE DO PREFEITO  
01 GABINETE DO PREFEITO E VICE  
04.122.0002.2.004 ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR  
3.3.90.00.00.0095/10 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º desta Lei será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

03 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS  
04.122.0005.2.009 CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES  
3.3.71.00.0095/23 Transf. a Consórcios Públicos R\$ 10.000,00  
TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de setembro de 2014.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 2.305/2014

LEI Nº 2.305/2014 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, CRIAR ELEMENTO DE DESPESA, ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional especial no valor de R\$ 12.250,00 (doze mil e duzentos e cinquenta reais) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para pagamento parte de pessoal, para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: 3.1.90.00.0.1.0052/26 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE  
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL -IGD/PETI E OUTROS  
3.1.90.00.0.1.0052/26 Aplicações Diretas R\$ 12.250,00  
TOTAL R\$ 12.250,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei fica autorizado a anular parcialmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE  
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL -IGD/PETI E OUTROS  
3.3.90.00.0.1.0052/10 Aplicações Diretas R\$ 12.250,00  
TOTAL R\$ 12.250,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de setembro de 2014.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 2.306/2014**

LEI Nº 2.306/2014 – DE 09 DE SETEMBRO 2014

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, CRIAR ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional especial no valor de R\$ 15.650,31 (quinze mil e seiscentos e cinquenta reais e trinta e um centavos) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para o pagamento da parte de pessoal e parte equipamentos para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Ficam criados e suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE  
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL – IGD/PETI E OUTROS  
3.1.90.00.0.3.0052.0/24 Aplicações Diretas R\$ 3.400,00  
4.4.90.00.0.3.0052.0/25 Aplicações Diretas R\$ 12.250,31  
TOTAL R\$ 15.650,31

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o superávit financeiro do exercício de 2013 verificado na rubrica: 0.1.0052 – Recursos Cras.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de setembro 2014.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito

### **Lei Nº 2.307/2014**

LEI Nº 2.307/2014 – DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, CRIAR ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional especial no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais ) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para pagamento de pessoal, para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.1.90.00.0.3.0651/27 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DODE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE  
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL –IGD/PETI E OUTROS  
3.1.90.00.0.3.0651/27 Aplicações Diretas R\$ 13.000,00  
TOTAL R\$ 13.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, será utilizado o superávit financeiro do exercício de 2013 verificado na rubrica: 0.1.0651 – Recursos Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de setembro de 2014.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 071/2014**

DECRETO Nº 071/2014 – DE 05 DE SETEMBRO DE 2014

“SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei nº 2.092/2012,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam substituídos determinados membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, constituído pelo Decreto nº 052/2014:

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL  
Secretaria de Saúde e Promoção Social  
RAQUEL GEMELLI – Titular  
NILDA DO AMARAL E SILVA – Suplente

REPRESENTAÇÃO SOCIEDADE CIVIL  
II – Entidades e Organizações de Assistência Social inscritas no CMAS  
Sindicato Rural de Água Doce  
VILSON ANTONIO VERONA – Titular  
MÁRCIO LUIZ BITTENCOURT - Suplente

Art. 2º. Em substituição aos membros mencionados no artigo 1º, ficam nomeados os seguintes membros:

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL  
Secretaria de Saúde e Promoção Social  
NILDA DO AMARAL E SILVA – Titular  
HELENA APARECIDA THIBES – Suplente

REPRESENTAÇÃO SOCIEDADE CIVIL  
II – Entidades e Organizações de Assistência Social inscritas no CMAS  
Sindicato Rural de Água Doce  
MÁRCIO LUIZ BITTENCOURT – Titular



NEWTON LUIZ BEDIN - Suplente

Art. 3º. Ficam mantidos os demais membros para cumprimento das suas atribuições pelo prazo legal.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce-SC, 05 de setembro de 2014.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 072/2014**

DECRETO Nº 072/2014 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

"ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.303, de 09 de setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento municipal vigente:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.2.021 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB

3.1.90.00.00.0092/67 Aplicações Diretas R\$ 175.000,00

TOTAL R\$ 175.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.00.00.0092/82 Aplicações Diretas R\$ 175.000,00

TOTAL R\$ 175.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de setembro de 2014.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 073/2014**

DECRETO Nº 073/2014 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

"ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.304, de 09 de setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada totalmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento municipal vigente:

02 GABINETE DO PREFEITO

01 GABINETE DO PREFEITO E VICE

04.122.0002.2.004 ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR  
3.3.90.00.00.0095/10 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

03 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0005.2.009 CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES

3.3.71.00.0095/23 Transf. a Consórcios Públicos R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de setembro de 2014.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 074/2014**

DECRETO Nº 074/2014 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA, ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.305, de 09 de setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional especial no valor de R\$ 12.250,00 (doze mil e duzentos e cinquenta reais) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para pagamento parte de pessoal, para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: 3.1.90.00.0.1.0052/26 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DODE

01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL -IGD/PETI E OUTROS

3.1.90.00.0.1.0052/26 Aplicações Diretas R\$ 12.250,00

TOTA R\$ 12.250,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica anulado parcialmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DODE

01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL -IGD/PETI E OUTROS

3.3.90.00.0.1.0052/10 Aplicações Diretas R\$ 12.250,00

TOTAL R\$ 12.250,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de setembro de 2014.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 075/2014**

DECRETO Nº 075/2014 – DE 09 DE SETEMBRO 2014  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.306, de 09 de setembro de 2014,  
DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional especial no valor de R\$ 15.650,31 (quinze mil e seiscentos e cinquenta reais e trinta e um centavos) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para o pagamento da parte de pessoal e parte equipamentos para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Ficam criados e suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE	
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E	
FEDERAL – IGD/PETI E OUTROS	
3.1.90.00.0.3.0052.0/24 Aplicações Diretas	R\$ 3.400,00
4.4.90.00.0.3.0052.0/25 Aplicações Diretas	R\$ 12.250,31
TOTAL	....R\$ 15.650,31

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2013 verificado na rubrica: 0.1.0052 – Recursos Cras.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de setembro 2014.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito

**Decreto Nº 076/2014**

DECRETO Nº 076/2014 – DE 09 DE SETEMBRO DE 2014  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.307, de 09 de setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional especial no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para pagamento de pessoal, para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.1.90.00.0.3.0651/27 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DODE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE	
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E	
FEDERAL –IGD/PETI E OUTROS	
3.1.90.00.0.3.0651/27 Aplicações Diretas	R\$ 13.000,00
TOTAL	.....R\$ 13.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit financeiro do exercício de 2013 verificado na rubrica: 0.1.0651 – Recursos Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de setembro de 2014.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

# Anchieta

## PREFEITURA

### Edital Concurso Público Nº 001/2014

EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, Sr. ARI PRESTES DE OLIVEIRA e a Diretora Administrativa do Hospital Municipal Anchietaense, Sra. RITA BRESSAN DE LIMA, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade a Lei Complementar nº 031/2011, Lei Complementar nº 032/2011, Lei Complementar nº 033/2011, Lei Complementar 014/2010, aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Concurso Público para contratar servidores destinado a prover funções, no quadro geral de servidores do Município de Anchieta e do Hospital Municipal Anchietaense, vinculados ao Regime de Trabalho Estatutário e Regime Geral de Previdência Social – RGPS, constantes do quadro a seguir relacionado, qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

##### 1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital de CONCURSO PÚBLICO é disciplinado pelo art. 37, II, da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município, Estatuto dos Servidores Municipais, em conformidade a Lei Complementar nº 031/2011, Lei Complementar nº 032/2011, Lei Complementar nº 033/2011, Lei Complementar 014/2010.

1.1.2. O CONCURSO PÚBLICO será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO do Município de Anchieta - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao CONCURSO PÚBLICO serão publicados em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

1.1.4. A inscrição no CONCURSO PÚBLICO implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao CONCURSO PÚBLICO para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal de que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

1.1.6. O presente Concurso Público é válido pelo prazo de 02 (dois) anos contados da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.1.7. São condições para participação no presente CONCURSO PÚBLICO:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º).

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

f) Possuir carteira de habilitação CATEGORIA "C" ou "D" para os cargos de MOTORISTAS, OPERADOR I e OPERADOR II conforme solicitado na habilitação de cada cargo.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do CONCURSO PÚBLICO.

1.1.9. As provas serão realizadas nas modalidades OBJETIVA, TÍTULOS e PRÁTICA.

1.2 Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

QUADRO 01 - SECRETARIA DE SAÚDE

Cargo /Função	Carga Horária Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Agente de combate à endemia	40h	01	753,52	Ensino fundamental.
Auxiliar de Serviços Gerais (Posto de Saúde Linha Café Filho)	40h	01	753,52	Ensino Fundamental Incompleto.
Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 4) Área Abrangência: Bairro Cantú, Bairro Xavantes, Linha Gaúcha, Linha Taquaruçu Alto e Linha Taquaruçu Baixo.	40h	01	901,85	Ensino fundamental.
Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 8) Área Abrangência: Linha Santo Inácio, Linha São Judas, Linha Prateleira, Linha Nova Seara e Parte da Linha São Domingos.	40h	01	901,85	Ensino fundamental.

Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 13) Área Abrangência: Av. Anchieta, Av. Brasil, Ruas Olívio Ernesto Garlet, Olímpio Dal Magro, Mato Grosso, Iguaçu, Guilherme Wildner, Vereador Geraldo Garlet, Travessa José Picolli, Paulino Buratti, Caçador e Rua Élio Wassun.	40h	01	901,85	Ensino fundamental.
Motorista da Saúde	40h	01	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e CNH da categoria "C".
Fiscal de vigilância sanitária	40h	01	1.237,13	Ensino Médio.
Psicólogo	40h	01	2.249,32	Curso superior em Psicologia e Registro no CRP.
Fisioterapeuta	40h	01	2.249,32	Habilitação legal para o exercício da profissão de Fisioterapeuta, com registro no CREFITO.
Enfermeiro	40h	*03	2.524,86	Habilitação legal para o exercício da profissão de Enfermeiro, com registro no COREN.

\*(Alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

\* Nota: De acordo com a Lei n.º 11.350/2006 o candidato inscrito para o cargo/função de Agente Comunitário de Saúde deverá residir na área da comunidade em que atuar, desde a data de publicação do presente Edital.

#### QUADRO 02 - SECRETARIA. INFRAESTRUTURA

Cargo /Função	Carga Horária Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Auxiliar de Serviços Gerais	40hrs	02	753,52	Ensino Fundamental Incompleto
Agente de Manutenção e Conservação	40hrs	01	899,73	Ensino Fundamental Incompleto

Motorista	40hrs	01	1.012,19	Ensino fundamental incompleto e CNH categoria "C" para veículo em geral e "D" para veículos de transporte escolar e carga
Operador I	40hrs	01	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e CNH da categoria "C".
Operador II	40hrs	01	1.180,89	Ensino Fundamental Incompleto e CNH da categoria "C".
Mecânico	40hrs	02	1.237,13	Ensino Fundamental Incompleto e CNH categoria "C"
Engenheiro civil	20hrs	01	2.332,00	Curso superior em Engenharia Civil e Registro no CREA

#### QUADRO 03 - SECRETARIA FAZENDA

Cargo /Função	Carga Horária Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Fiscal de Tributos e Obras	40hrs	01	1.237,13	Ensino Médio
Auditor de Tributos	40hrs	01	2.249,32	Curso superior em Administração, Ciências Contábeis, Economia ou Direito.

#### QUADRO 04 - GABINETE

Cargo /Função	Carga Horária Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Agente de Defesa Civil	40hrs	01	1.012,19	Ensino Médio e CNH da categoria "C".
Técnico em Administração	40hrs	01	1.237,13	Ensino Médio.

*Auditor de Controle Interno	40hrs	01	2.249,32	Curso Superior em Administração, Ciências Contábeis, Economia ou Direito com registro no órgão de fiscalização da profissão
------------------------------	-------	----	----------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

\*(Incluído conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

#### QUADRO 06 - SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Monitor Social	20hrs	02	506,10	Ensino Médio

#### QUADRO 07 - SECRETARIA EDUCAÇÃO

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Atendente de Biblioteca	20hrs	01	376,76	Ensino Médio
Auxiliar de Serviços Gerais	40hrs	01	753,52	Ensino Fundamental Incompleto
Monitor de Creche	40hrs	01	753,52	Ensino Médio
Motorista	40hrs	*03	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e categoria "D" para veículos de transporte de escolares e de carga
Professor Series Iniciais	20hrs	01	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.
Professor Ensino Infantil	20hrs	*04	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.
Professor Ed. Física	20hrs	02	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.

Professor Matemática	20hrs	01	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.
----------------------	-------	----	---------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------

\*(Alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

#### QUADRO 08 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Agente de finanças	40hrs	01	1.147,27	Ensino Médio
Auxiliar de Serviços Gerais	40hrs	01	753,52	Ensino Fundamental Incompleto
Enfermeiro	40hrs	03	2.524,86	Habilitação legal para o exercício da profissão de Enfermeiro, com registro no COREN.

## 2. DAS INSCRIÇÕES

\* 2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) no período das 08h00min do dia 08/09/2014 às 23h59min do dia 10/10/2014.

\*(Alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

2.2. Para inscrever-se o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e clicar no link Concursos.

b) Fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição.

c) Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los, via internet seguindo as instruções;

d) Imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição;

\*e) Imprimir o boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o seu pagamento até as 23h59min do dia 13/10/2014. \*(Alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

2.2.1. Para os candidatos que não dispuserem de acesso à internet será disponibilizado equipamento com acesso à Internet na Prefeitura de Anchieta - SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

2.2.2. O atendimento aos candidatos é limitado à disponibilidade de pessoal e equipamentos, sendo que o candidato é o único responsável pelas informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.3. A Prefeitura de Anchieta - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.4. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

2.4.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo



não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.4.2. A inscrição somente será confirmada mediante confirmação bancária da quitação do respectivo boleto de pagamento até a data do respectivo vencimento.

2.5. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.5.1. A inscrição não poderá ser feita pelo correio ou por meio de fax-símile.

2.5.2. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.6. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Anchieta/SC quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

2.7. O candidato poderá inscrever-se para apenas 01 cargo. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais RECENTE.

2.8. O valor da taxa de inscrição será de:

ESCOLARIDADE	VALOR R\$
Ensino Superior	R\$ 120,00
Ensino Médio	R\$ 80,00
Ensino Fundamental	R\$ 50,00

2.9. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do CONCURSO PÚBLICO, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.10. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

2.10.1. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.10.2. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br) do deferimento ou não do pedido.

2.10.3. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

### 3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Em face do número limitado de vagas oferecidas neste Concurso Público não haverá reserva de vagas para os candidatos portadores de necessidades especiais.

### 4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das mesmas.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

### 5. DAS PROVAS

#### 5.1. Da prova objetiva

5.1.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos independentemente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A prova objetiva será aplicada no dia 22/11/2014, às 09hrs, nas dependências da E.E.B PROFESSOR OSNI PAULINO DA SILVA, sito na Avenida Brasil s/n – Centro, Município de Anchieta (SC). Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08hrs.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização de provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Anchieta – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 08h50min.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09 horas e término às 12 horas.

5.1.3. A relação de ensalamento será publicada após a homologação das inscrições nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, terá a duração de 03hrs, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão- resposta e na 1ª página do caderno de provas.

5.1.4.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de conhecimentos específicos, português e matemática.

5.1.4.2. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.1.4.3. A prova será composta de 35 (trinta e cinco) questões inéditas.

\*5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) – Serão aplicadas provas de conhecimentos específicos, português e matemática conforme quadro abaixo para os cargos de Agente de Combate a Endemia, Auxiliar de Serviços Gerais, Agente Comunitário de Saúde, Fiscal de Vigilância Sanitária, Psicólogo, Fisioterapeuta, Enfermeiro, Agente de Manutenção e Conservação, Mecânico, Engenheiro Civil, Fiscal de Tributos, Auditor de Tributos, Auditor de Controle Interno, Agente de Defesa Civil, Técnico em Administrativo, Monitor de Creche, Monitor Social, Atendente de Biblioteca e Agente de Finanças,, conforme quadro abaixo, cujos conteúdos constam neste Edital (Anexo II): \*(Incluído e alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

Provas	Nº. Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima Conj. Provas 1, 2 e 3.
1. Conhecimentos Específicos	25	0,32	8,00	
2. Português	05	0,20	1,00	5,00
3. Matemática	05	0,20	1,00	

TOTAL	35	-	10,00	-
-------	----	---	-------	---

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 5,00 (cinco pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de português, matemática e conhecimentos específicos), conforme quadro acima.

5.3. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade B) – Serão aplicadas provas de conhecimentos específicos, português e matemática conforme quadro abaixo para o cargo de Professor Series Iniciais, Professor Ensino Infantil, Professor Ed. Física, Professor Matemática, conforme quadro abaixo, cujos conteúdos constam neste Edital (Anexo II):

Provas	Nº Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1. Conhecimentos Específicos	25	0,26	6,50	4,00
2. Português	05	0,20	1,00	
3. Matemática	05	0,20	1,00	
TOTAL	35	-	8,50	-

5.3.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 4,00 (quatro pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de português, matemática e conhecimentos específicos), conforme quadro acima.

5.4. DA PROVA OBJETIVA e PRÁTICA (Modalidade C) - Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Português, Matemática e Prova Prática para o cargo de Motorista da Saúde, Motorista, Operador I e Operador II, conforme quadro abaixo, cujos conteúdos constam neste Edital (Anexo II):

Prova Objetiva	Nº Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1. Conhecimentos Específicos	25	0,16	4,00	2,50
2. Português	5	0,10	0,50	
3. Matemática	5	0,10	0,50	
TOTAL	35	-	5,00	-

Prova Prática	Total de Pontos (Nota)	Nota Mínima da Prova Prática
Prova Prática	5,00	2,50
TOTAL	5,00	2,50

5.4.1. Para o cargo acima descrito, somente serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota mínima de 2,50 (dois vírgula cinquenta) no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Português e Matemática) e nota mínima de 2,50 (dois vírgula cinquenta) pontos na prova prática, conforme tabelas acima.

5.5. DA PROVA DE TÍTULOS (Modalidade D) - A prova de título será para o cargo de Professor Series Iniciais, Professor Ensino Infantil, Professor Ed. Física, Professor Matemática, valendo 1,50 (um vírgula cinquenta) pontos, sendo considerado título para efeito deste Concurso Público os títulos abaixo relacionados:

Títulos	Nº máx. de Títulos	Valor do Título	Total
Curso completo de Mestrado na área de Educação.	01	1,00	1,00
Curso completo de Pós-Graduação na Área de Educação, com carga horária mínima de 360 horas.	01	0,50	0,50
TOTAL DE TÍTULOS	02		1,50

5.5.1 - A prova de título será somada à média obtida pelos candidatos aprovados nas provas escritas, somente para efeitos de classificação.

a) Os pontos destinados às especializações Mestrado e Pós-Graduação para os cargo de professor, somente serão válidos com apresentação de diploma ou certificado de Conclusão da Instituição de Ensino, por tanto não serão validos atestados ou declarações de conclusão.

b) As cópias dos documentos para a Prova de Títulos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação do Município de Anchieta, sito na Avenida Anchieta, nº 838, durante o período de inscrições, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas na Secretaria Municipal de Educação somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência).

b.1) A entrega dos documentos para a Prova de Títulos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação do Município de Anchieta, sito na Avenida Anchieta nº 838, centro do Município de Anchieta, através de cópia autenticada em cartório, com data máxima de postagem do dia 07/10/2014. Em caso de encaminhamento por via postal o Formulário de Títulos deverá ser encaminhado devidamente preenchido e assinado pelo candidato juntamente com os demais documentos.

c) Os Títulos serão relacionados em formulário próprio no momento da entrega dos mesmos com assinatura do candidato e do responsável pelo recebimento.

5.6. Normas para a realização da PROVA OBJETIVA:

5.6.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização da prova objetivas no horário e data estabelecidos pelo Edital, munidos de documento de identificação original (com fotografia) e do Comprovante de Inscrição, o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

5.6.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (08h40min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.6.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.6.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do CONCURSO PÚBLICO.

5.6.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em

perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.6.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões, um cartão resposta e um cartão identificação.

5.6.4.1. O candidato deverá apor no Cartão De Identificação, em local próprio, seu nome legível, cargo/função pleiteado e assinatura, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.6.4.2. O candidato deverá apor no Cartão Resposta as suas respostas por questão, **PREENCHENDO POR COMPLETO O CAMPO QUE SE REFERE À QUESTÃO CORRETA**, conforme a forma correta, exemplificada no cartão de identificação do candidato e na primeira folha do caderno de questões, para propiciar a correção com leitura ótica.

5.6.4.2. O Cartão Resposta não poderá conter assinatura do candidato, somente sua digital na parte de traz do cartão, a qual será coletada durante a realização da prova pelos fiscais de sala.

5.6.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo do qual se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.6.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. **AS PROVAS DE CADA CARGO SERÃO IDENTIFICADAS PELOS NÚMEROS 1, 2, 3 e 4 E É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A MARCAÇÃO CORRETA, SENDO QUE A NÃO MARCAÇÃO CORRETA INVALIDARÁ O CARTÃO RESPOSTA.**

5.6.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.6.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

5.6.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO.

5.6.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta.

5.6.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão-resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.6.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão-resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.6.13. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura óptica, em **SESSÃO PÚBLICA** a ser realizada na Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, sito na Vereador Geraldo Garlet, nº 01, Centro, Anchieta - SC, às 09hrs do dia 25/11/2014, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato (Cartão de Identificação).

5.6.13.1. A sessão será filmada e todos os interessados terão acesso no local devendo assinar lista de presença constando o horário de entrada e saída.

5.6.14. Ao terminar a prova o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta e o cartão identificação.

5.6.15. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.6.16. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente

da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.6.17. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.6.18. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão entregar o cartão resposta e o cartão identificação ao mesmo tempo.

5.6.18.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO deverão apor no verso dos cartões respostas e cartões de identificação suas assinaturas.

5.6.18.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO deverão anotar no verso do cartão de respostas eventuais questões deixadas em branco, apondo suas assinaturas no verso.

5.6.18.3. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO deverão invalidar o cartão resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no verso.

5.6.18.4. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões respostas com questões deixadas em brancos, cartões respostas deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

5.6.18.5. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os cartões resposta e cartões identificação, separadamente, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.6.19. No dia de realização das prova não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.6.20. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados até as 18 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

5.6.21. O Município de Anchieta e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

5.7. Normas para a realização da PROVA PRÁTICA:

5.7.1. Esta prova será aplicada aos candidatos às Funções/Cargos de MOTORISTAS Categoria "C" e "D" e para às Função/Cargo de OPERADOR I e OPERADOR II Categoria "C".

5.7.2. A prova prática será realizada no dia 22/11/2014, às 13 horas, tendo como local o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Anchieta, sito à Avenida Anchieta, s/nº, centro nesta cidade de Anchieta (SC).

5.7.3. O candidato que não estiver presente no dia e horário determinado Neste edital para realização da prova prática será considerado desistente e, conseqüentemente, eliminado do CONCURSO PÚBLICO, sendo que a partir das 13 horas não será mais permitido o acesso de candidatos ao Parque de Máquinas, sob qualquer alegação. A Instituição executora do certame e o Município de Anchieta - SC não se responsabilizarão por atrasos.

5.7.4. Na prova prática, para as funções/cargos de MOTORISTAS Categoria "C" e "D" e para às Função/Cargo de OPERADOR I e OPERADOR II Categoria "C" o candidato será avaliado em 10 (Dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução do veículo, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios); postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem); manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada); câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor);



retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo (0,50 pontos), Muito Bom (0,40 pontos), Bom (0,30 pontos), Satisfatório (0,20 pontos), Regular (0,10 pontos) e Péssimo (0,00 pontos).

5.7.5. A nota da prova prática será atribuída pontuação/nota escala 0 (zero) a 5,00 (cinco).

5.7.6. Para efeitos de atribuição de notas, será eliminado o candidato que não obtiver no mínimo 2,50 pontos no total da prova prática.

5.7.7. Para a função que se exigir o emprego de veículos ou máquinas, pertencentes ou sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), poderá ser o critério da fiscalização, excluído o candidato que demonstrar não possuir a necessária capacidade de manejo.

5.7.8. Para a realização da Prova Prática o candidato deve apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

- a) Comprovante que originou a inscrição;
- b) Documento de Identificação original (conforme Item 5.4.3 deste edital);
- c) Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com categoria "C" ou "D", na qual é habilitado devidamente em vigência.

5.6.9. O candidato faltoso estará automaticamente desclassificado.

5.6.10. A Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO reserva-se o direito de, por razões de ordem técnica ou condições meteorológicas alterar a data e o local das provas práticas. Ocorrendo qualquer alteração, os candidatos poderão ser avisados no dia da prova.

5.8. Materiais permitidos no local de prova:

5.8.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação;
- b) Comprovante de Inscrição;
- c) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;
- d) Lápis preto e borracha;
- e) Água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.8.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.8.3. O Município de Anchieta e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.9. É vedado durante a realização das provas:

- a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;
- b) Fumar;
- c) Comunicação entre os candidatos;
- d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, etc);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, etc.
- 5.10. Poderá ser excluído do certame o candidato que:
  - a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
  - b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
  - c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
  - d) não apresentar documento que bem o identifique;
  - e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
  - f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
  - g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta e Cartão Identificação ou outros materiais não permitidos;
  - h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
  - i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
  - j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitido ou máquina

calculadora ou similar;

k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;

l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.10.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

#### 6. DO EMPATE NA NOTA FINAL

6.1 - Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

6.2 - Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste CONCURSO PÚBLICO na forma do dispositivo no parágrafo único de art.27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

6.3 - Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

6.4 - Maior nota Prova Prática; (Cargos de Motoristas, Operador I e Operador II)

6.5 - Maior número de acertos na prova de Português;

6.6 - Maior número de acertos na prova de Matemática;

6.7 - Maior Idade;

6.8 - Sorteio Público.

#### 7. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

7.1. O gabarito preliminar será divulgado até as 18 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

7.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

#### 8 - DOS RECURSOS

8.1 - É admitido recurso quanto a divergências:

a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;

b) na formulação das questões da prova objetiva;

c) no gabarito preliminar divulgado;

d) ao resultado da divulgação da Classificação Preliminar do CONCURSO PÚBLICO, para cada cargo/função.

8.2 - Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital (Anexo I).

8.3 - Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

8.4. Para a interposição dos mesmos o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e clicar no link Concursos.

b) Acessar a "Área do Candidato".

c) Clicar em "recursos e requerimentos".

d) Preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas.

e) Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

8.4.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

8.4.2. - Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido Cargo, independente de terem recorrido.

8.5 Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do CONCURSO PÚBLICO.

8.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados por fax, correio eletrônico, ou qualquer outra forma diferente dos

procedimentos especificados no edital.

8.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

8.5.3. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da Ameosc.

8.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

8.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da Ameosc é irrecurável na esfera administrativa.

8.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo decreto de resultado final será publicada.

#### 9 - DO PROVIMENTO DO CARGO/FUNÇÃO

9.1. Os Candidatos do cargo de Agente Comunitário de Saúde que forem aprovados, quando do seu chamamento para assumir a vaga, deverão comprovar residência na área de atuação a qual se inscreveram. \*De acordo com a Lei n.º 11.350/2006 o candidato inscrito para o cargo/função de Agente Comunitário de Saúde deverá residir na área da comunidade em que atuar, desde a data de publicação do presente Edital.

9.2. O provimento do cargo/função obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

9.3. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo/função só lhes serão deferida no caso de exibirem:

- a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;
- b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitado exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;
- c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;
- d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;
- e) documento de Inscrição no órgão de Classe para os cargos de nível superior que assim exigir;
- f) demais documentos solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, ou previsto em Legislação Municipal.

9.4. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário.

9.5. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC.

9.6. O CONCURSO PÚBLICO terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data de publicação e homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período nos termos da Constituição Federal.

9.7. Caso o candidato não possa assumir o cargo/função quando convocado ficará automaticamente reposicionado ao final da lista dos candidatos aprovados.

#### 10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A aprovação no CONCURSO PÚBLICO não assegura ao candidato sua nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes ou necessidade futura, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Anchieta - SC.

10.2. As publicações sobre o CONCURSO PÚBLICO serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Anchieta – SC e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

10.3. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja

inscrição haja sido deferida.

10.4. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao CONCURSO PÚBLICO em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, conforme a legislação vigente.

10.5. O Prefeito do Município de Anchieta - SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o CONCURSO PÚBLICO mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

10.6. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente CONCURSO PÚBLICO é o da Comarca de Anchieta (SC).

10.7. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma.

ANEXO II – Conteúdo Programático;

ANEXO III – Atribuições dos Cargos;

ANEXO IV - Formulário de Títulos;

ANEXO V – Decreto que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO VI – Decreto que nomeia a Comissão Organizadora da AMEOSC;

ANEXO VII – Decreto Regulamenta as Provas Práticas.

Anchieta (SC), 02 de Setembro de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito

Rita Bressan de Lima

Diretora Administrativa

Vistado na Forma de Lei

Edina G. T. Spironello

OAB/SC 21448

Assessora Jurídica Ameosc

#### ANEXO I

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

#### CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	02/09/2014	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Anchieta - SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC.
*Inscrições	*08/09 a 10/10 *(Alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Apresentação dos documentos para a Prova de Títulos	08/09 a 07/10	Junto à Secretaria Municipal de Educação do Município de Anchieta, sito na Avenida Anchieta, 838, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min
*Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	*15/10/2014 *(Alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).	Pela internet nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a> A partir das 17 horas



*Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	*16 e 17/10/2014 *(Alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
*Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições	*23/10/2014 *(Alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> A partir das 17 horas
Publicação das Notas da Prova de Títulos	24/10/2014	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a> A partir das 17 horas
Prazo de recursos referente as notas da Prova de Títulos	25 a 28/10/2014	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação do parecer dos recursos referente a notas da Prova de Títulos	05/11/2014	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a> A partir das 17 horas
Publicação do ensaamento	17/11/2014	Pela internet nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a> A partir das 17 horas
Prova Objetiva	22/11/2014	- A prova objetiva será realizada na E.E.B Professor Osni Paulino da Silva sito a rua Avenida Brasil – Centro, Município de Anchieta (SC) - A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08hrs. - O fechamento dos portões será às 08h40min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. - A prova terá início às 9hrs e término às 12horas.
Prova Prática	22/11/2014	- A prova prática dos cargos de Motoristas, Operador I e Operador II terá início às 13 horas. - O local de aplicação da Prova Prática será o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Anchieta, sito à Avenida Anchieta, s/nº, centro nesta cidade de Anchieta (SC) - A partir das 13 horas não será mais permitido o acesso de candidatos ao Parque de Máquinas, sob qualquer alegação. A Instituição executora do certame e o Município de Anchieta – SC não se responsabilizarão por atrasos.

Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	24/11/2014	Até as 18 horas nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a>
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	25 e 26/11/2014	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	25/11/2014	Às 09hrs, na Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta, sito na Rua Vereador Geraldo Garlet, nº 01, Centro, Anchieta - SC
Publicação das Notas da Prova Prática.	25/11/2014	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a> A partir das 17 horas
Publicação do Resultado Preliminar	27/11/2014	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a> e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC.
Prazo de recurso referente a classificação preliminar	28 a 30/11 e 01/12/2014	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação do parecer dos recursos referente a classificação preliminar e Gabarito Preliminar	10/12/2014	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a> A partir das 17 horas
Divulgação do Gabarito Oficial /Final	11/12/2014	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a> A partir das 17 horas
Publicação da classificação/resultados final	12/12/2014	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a> e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC.

**ANEXO II**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014**  
**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**  
**CARGOS NÍVEL SUPERIOR**  
**I - PORTUGUÊS:**

Compreensão e interpretação de texto frase ou palavra. Ortografia: divisão silábica, pontuação, hífen, sinônimo, acentuação gráfica, crase. Morfologia: classes de palavras. Classes gramaticais (substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição). Sintaxe de concordância nominal, numeral, sintaxe de concordância verbal. Fonética, semântica, análise sintática, figuras de linguagem em geral. Emprego dos "porquês". Homônimos e parônimos. As novas regras ortográficas fazem parte deste Edital.

**II - MATEMÁTICA:**

Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Grau. Logaritmos.

Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadráticas. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico.

### III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### \*AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

**I CONTABILIDADE GERAL.** Fatos contábeis: conceito e classificação. Estrutura patrimonial: ativo, passivo e patrimônio líquido; critério de avaliação dos componentes patrimoniais. Gestão: fluxo dos recursos, origem e aplicação: receitas, despesas, apuração e distribuição dos resultados; exercício social e regime contábil; exercício financeiro e lucro real. Registro contábil das operações típicas de uma sociedade comercial. Operações com mercadorias. Inventário: periódico e permanente. Operações financeiras. Demonstrações financeiras de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e alterações. Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Provisões, participações, reservas e dividendos de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e alterações. Princípios e convenções contábeis. **II CONTABILIDADE PÚBLICA.** Plano de contas único para os órgãos da Administração Direta. Registros contábeis de operações típicas em Unidades Orçamentárias ou Administrativas (sistemas: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação). Inventário: material permanente e de consumo. Balanço e demonstrações das variações patrimoniais exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e alterações. **III AUDITORIA NO SETOR PÚBLICO.** Princípios, normas técnicas, procedimentos. Controle Interno e Externo: definição, objetivos, componentes e limitações de efetividade. Ambiente de Controle: integridade, ética e governança corporativa. Avaliação de controles internos; papéis de trabalho. Relatórios e Pareceres. Supervisão ministerial e controle interno. Tipos e formas de atuação do Sistema de Controle: legislação básica, tomadas e prestações de contas. Responsabilidades dos dirigentes e demais usuários de recursos públicos. Julgamento e penalidades aos responsáveis pelos recursos públicos. Tópicos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000): princípios, objetivos, efeitos no planejamento e no processo orçamentário; limites para despesas de pessoal; limites para a dívida; e mecanismos de transparência fiscal. **IV ORÇAMENTO PÚBLICO E FINANÇAS.** Orçamento Público: elaboração, acompanhamento e fiscalização. Créditos adicionais, especiais, extraordinários, ilimitados e suplementares. Plano Plurianual. Projeto de Lei Orçamentária Anual: elaboração, acompanhamento e aprovação. Princípios orçamentários. Diretrizes orçamentárias. Processo orçamentário. Métodos, técnicas e instrumentos do Orçamento Público. Normas legais aplicáveis ao Orçamento Público. Receita pública: categorias, fontes, estágios; dívida ativa. Despesa pública: categorias, estágios, Suprimento de fundos, Restos a Pagar, Despesas de exercícios anteriores. A conta única do Tesouro. Ética profissional. \*(Incluído conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

#### PSICÓLOGO:

Políticas de Saúde e saúde mental; atenção integral a saúde mental; desenvolvimento e psicopatologia; clínica ampliada: atendimento grupal, psicoterapia, acompanhamento terapêutico e reabilitação psicossocial; educação em saúde, organização da atenção e da assistência em saúde mental, atenção integral a família, criança e adolescente, em situação de vulnerabilidade, psicossocial. Desenvolvimento social na infância. O psicólogo escolar e a orientação sexual. A ação do psicólogo escolar diante da educação inclusiva. As dificuldades de aprendizagem e seus diversos determinantes. Processos psicológicos básicos do comportamento: percepção, motivação, emoção. Teorias da personalidade. A relação entre desenvolvimento e aprendizagem humanos. Categorias da Psicologia Social (linguagem, pensamento, consciência e identidade). O psicólogo e sua práxis: na escola, nas organizações e na comunidade. Psicologia e processo grupal. Psicologia e ética.

Ética profissional. Educação em Saúde. SUS – Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/90). Saúde, direito do cidadão e dever do Estado, na Constituição Federal, e na Lei Orgânica Municipal. Cadernos de Atenção Básica do Ministério da Saúde, CRAS e CREAS.

#### FISIOTERAPEUTA

Saúde Pública; Sistema Único de Saúde (Lei 8080/90, Lei 8142/90 e Normas Operacionais Básicas do SUS); Política Nacional de Humanização; Fundamentos e Técnicas de Atendimento na Fisioterapia; Conceito de Reabilitação; O Trabalho em Equipe na Reabilitação; O Papel de cada Profissional na Equipe de Reabilitação; Reabilitação; Paralisia Cerebral e Facial; Acidente Vascular Cerebral; Parkinsonismo; Síndrome de Down; Hanseníase; Afecções de Músculos e Tendões; Escolioses; Doenças Reumáticas; Cardiopatias; Amputações; Pneumopatias; Conceito e Aplicação: Exercícios Ativos, Exercícios Ativos Assistidos, Exercícios Passivos, Exercícios Isométricos; Conceito e Aplicação: Mecanoterapia; Conceito e Aplicação: Hidroterapia; Conceito e Aplicação: Termoterapia; Conceito e Aplicação: Crioterapia; Conceito e Aplicação: Massoterapia; Conceito e Aplicação: Eletroterapia; Fisioterapia aplicada à geriatria; Demências; Fisioterapia nas Doenças da 3ª idade; Ética e Legislação Profissional.

#### ENFERMEIRO

Conceitos fundamentais das diversas especialidades clínicas. Noções básicas de urgência/ emergência na prática da enfermagem. Teoria e prática ambulatorial. Vigilância Sanitária e epidemiológica. Educação em saúde. Políticas de saúde/ Princípios e diretrizes do SUS. Fundamentos de Enfermagem - técnicas básicas; Enfermagem médico-cirúrgica; Assistência de enfermagem à pacientes com doenças crônico-degenerativas: diabetes, hipertensão arterial, doenças reumáticas, doenças renais e respiratórias; Assistência de enfermagem a pacientes com doenças transmissíveis, Enfermagem materno- Infantil; Assistência de enfermagem à criança e ao adolescente; Assistência de enfermagem pré-natal, parto e puerpério e climatério; Aleitamento materno. Lei do exercício profissional; Infecção hospitalar e comunitária; Saúde ocupacional; Educação em Saúde. Lei Federal nº 8.080 e 8.142/90.

#### ENGENHEIRO CIVIL

Resolução RDC nº. 50/2002 – ANVISA. Perícias. Avaliações. Vistorias de Bens Móveis e Imóveis: Conceitos Básicos; Finalidade de Cada Ato; Metodologias Empregadas; Perícias em Processos Judiciais. Projeto de Obras de Edificação: Arquitetônico; Estrutural; Instalações Elétricas e Hidrossanitárias. Interpretação de Plantas. Documentos Descritivos: Discriminações Técnicas; Cadernos de Encargos; Especificações Técnicas. Legislação e Normas Técnicas. Orçamento de Obras - Aproximados: Por Área; Por Unidade. Discriminados: Composições Unitárias de Custo; Levantamento de Quantitativos; Cálculo de Custo: Custos Diretos, Leis Sociais, BDI. Programação de Obra. Programação Temporal: Gráfico de Gantt; Redes Pert/Com; Linha de Balanço. Programação Físico-Financeira. Materiais de Construção - Aglomerantes: Gesso, Cal, Cimento Portland. Agregados. Argamassa: Dosagem; Traços Para Aplicação. Concreto: Moldado no Local - Dosagem, Tecnologia de Concretos; Peças Pré-Moldadas - Componentes Estruturais; Blocos. Aço: Para Concreto Armado; Perfis Estruturais. Madeira. Materiais Cerâmicos: Tijolos e Blocos para Revestimento de Pisos e Paredes. Vidros. Tintas e Vernizes. Execução da Obra - Sondagens. Locação da Obra. Canteiro de Obras: Instalações Provisórias; Instalações e Equipamentos de Proteção e Segurança; Depósitos e Armazenamento de Materiais; Equipamentos e Ferramentas. Fundações. Escavações. Escoramentos. Estruturas em Concreto Armado. Alvenarias. Esquadrias. Coberturas. Impermeabilização. Revestimento e Acabamento de Pisos e Paredes. Fiscalização de Obras: Acompanhamento de Cronograma Físico-Financeiro; Controle da Execução de Serviços; Medições de Serviços e Emissão de Faturas. Patologia das Edificações: Estruturas em Concreto Armado; Revestimentos; Instalações. Coberturas: Telhados e Terraços. Impacto Ambiental

de Projetos Contratos - Tipos. Licitações e Contratos Administrativos. Índices de Atualização de Custos na Construção Civil. Noções de Código de Obras. Lei de Zoneamento e Código de Posturas do Município.

#### AUDITOR DE TRIBUTOS

Tipos de tributos. Fiscalização de tributos: organização de processos, auditoria fiscal e cumprimento de leis e regulamentos municipais; A receita do município: fontes, arrecadação, sonegação, cadastro de contribuintes; Receita e despesa pública: conceitos, classificação, escrituração; Análise de balanço, talonários, selos de controle, notas fiscais e livros fiscais; Bens públicos: cálculos e avaliações. Despesas públicas, licitação, impostos. Código Tributário Municipal (lei complementar 001/2005), CF 88, código tributário nacional.

#### PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotski. Educação em âmbito global. Atualidades. Projeto Político Pedagógico do Município. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Metodologia de Ensino: matemática e conteúdo específico. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. FUNDEB.

#### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Piaget, Vygotsky. Projeto Político Pedagógico do Município. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Metodologia de Ensino: ciências e conteúdo específico. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Conceitos, princípios, finalidades e objetivos da Educação Física. Condicionamento físico, legislação, metodologia. Fundamentos, regras equipamentos e instalações utilizadas nos esportes: atletismo, basquetebol, ginástica olímpica (artística), handebol, futebol e voleibol. Conceitos: anatomia, biometria, biomecânica. Fisiologia do esforço e socorros de urgência. Efeitos fisiológicos dos exercícios, regulação hormonal durante o exercício, controle cardiovascular durante o exercício, termorregulação e relação entre atividade física e doenças cardiovasculares e respiratórias. Recreação, ginástica e dança. Atividade gímnica e atividade lúdica. Jogos e técnicas de jogos infantis organizados. Desenvolvimento infantil. Psicomotricidade e atividades psicomotoras. Pedagogia do movimento na escola da primeira e da segunda infância. Práticas desportivas, modalidades e regimentos. FUNDEB.

#### PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS:

LDB. Leis nº 5692/71 e 9.394/96. Alfabetização. Metodologia de ensino: ciências, matemática, português e outros. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Problemas de Aprendizagem: Fatores Físicos, Psíquicos e Sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura: métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Psicomotricidade. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Projeto Político Pedagógico

do Município. Estatuto da Criança e do Adolescente. FUNDEB.

#### PROFESSOR ENSINO INFANTIL

LDB. Leis nº 5692/71 e 9.394/96. Alfabetização. Metodologia de ensino: ciências, matemática, português e outros. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Problemas de Aprendizagem: Fatores Físicos, Psíquicos e Sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura: métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Psicomotricidade. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Projeto Político Pedagógico do Município. Estatuto da Criança e do Adolescente. Fundeb.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### CARGOS NÍVEL MÉDIO

##### I - PORTUGUÊS:

Compreensão e interpretação de texto. Ortografia: divisão silábica, pontuação, hífen, sinônimo, acentuação gráfica, crase. Morfologia: classes de palavras. Classes gramaticais (substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição). Sintaxe de concordância nominal, numeral, verbo. Sintaxe de concordância verbal. Fonética, semântica, análise sintática, figuras de linguagem em geral. Emprego dos "porquês". Homônimos e parônimos. As novas regras ortográficas fazem parte deste Edital.

##### II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Expressões algébricas - Fatoração. Produtos notáveis. Regra de três simples e composta. Juros simples. Razão e proporção. Porcentagem. Teoria dos conjuntos. Sistema métrico decimal. Geometria Plana e espacial. Relações trigonométricas do triângulo retângulo. Equações e Funções do 1º e do 2º graus. Sistemas de equações. Sequências Numéricas. Resolução de Problemas. Análise de gráficos. Raciocínio Lógico.

##### III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RDC 306/04. Portaria 2914/2011. Lei Estadual 6.320/83. Medida provisória 2.190-34 de 23 de agosto de 2001. Lei 8.080/90. Lei 9.782/99. Legislação Sanitária do Estado de Santa Catarina: Atribuições da Vigilância Sanitária. Conceito: área de abrangência, instrumento de Atuação, o poder de polícia, emissão de autos e documentos legais, fiscalização e inspeção sanitária. Vistorias Alimentar: manipulação, armazenamento, transporte, saúde do trabalhador e edificações. Legislação municipal. Doenças Transmissíveis por alimentos; Noções sobre Intoxicação por Agrotóxicos; Constituição brasileira de 1988; Título I; Título II; Título III; Cap. VII, Seção I e II; Título VIII; Cap. II, Seção II e Cap. VI.

#### FISCAL DE TRIBUTOS

Tipos de tributos. Fiscalização de tributos: organização de processos, auditoria fiscal e cumprimento de leis e regulamentos municipais; A receita do município: fontes, arrecadação, sonegação, cadastro de contribuintes; Receita e despesa pública: conceitos, classificação, escrituração; Análise de balanço, talonários, selos de controle, notas fiscais e livros fiscais; Bens públicos: cálculos e avaliações. Despesas públicas, licitação, impostos. Código Tributário Municipal: Noções básicas.

#### AGENTE DE DEFESA CIVIL

Vigilância Epidemiológica; Vigilância Sanitária. Doenças Transmissíveis; Visita Domiciliar; Trabalho de Grupo. Orientação a Clientela com relação aos objetivos e serviços prestados pela Defesa Civil. Noções sobre Intoxicação. (Imobilização, Hemorragia,



Queimaduras). Higiene. Alimentação. Meio Ambiente. Combate a endemias. Primeiros Socorros. Constituição e funcionamento dos Conselhos Municipais de Defesa Civil. Situações que são caracterizadas como situações de Emergência e/ou calamidade Pública. Resolução nº 03, de 2 de julho de 1999 (Conselho Nacional de Defesa Civil). Definição e redação NOPRED e AVADAN. Das Normas de Segurança Contra Incêndios: Sistemas de Segurança previstos pela Norma, Vistorias técnicas realizadas pelo Corpo de Bombeiros Militar. Portaria nº 518/04. Constituição Federal. Decreto 3.179/99. Lei Federal 6.938/1981. Lei Federal nº 9.605/1998. Lei nº 9.795/1999. Resolução nº 357/2005. Resolução Conama nº 237/1997.

#### TÉCNICO ADMINISTRAÇÃO

Rotinas de secretaria/escritório/setor administrativo: Arquivamento documental físico e eletrônico, técnicas de arquivamento documental; Protocolo de documentos. Agenda, organização de reuniões. Comunicação empresarial. Manuseio de tecnologias de escritório. Redação de comunicações internas, ofícios, atas, cartas, memorandos, certidões, declarações, sinopses. (Redação Oficial: Uso dos pronomes de tratamento. Linguagem de Comunicações Oficiais, padronização, impessoalidade, formalidade, concisão e objetividade. Ofício: etapas, forma de formatação e estrutura). Serviços e rotinas de protocolo, expedição e arquivo; classificação de documentos e correspondências; correspondência oficial; processos administrativos: formação, autuação e tramitação; gestão de material e controle de estoques e almoxarifado; organização administrativa dos serviços do Órgão Municipal: finalidades dos órgãos; qualidade no atendimento ao público; a imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; Formas de tratamento - Decretos - Organograma - Poderes Legislativo e Executivo Municipal - Constituição Federal Art.º 6º a 11. Noções de Segurança da Informação.

#### MONITOR SOCIAL

Política Nacional de Assistência Social -PNAS/2004; Matricialidade sociofamiliar e territorialização; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes (Resolução CNAS nº 109/2009); Juventude, adolescências; Políticas Públicas, adolescências e juventudes: a concretização do direito; O socio-educativo em questão: formas de potencializar a convivência e a participação; Constituição Federal de 1988: arts. 229 e 230; Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, de 04 de Janeiro de 1994): da finalidade, dos princípios e das diretrizes das ações governamentais; Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003); Conselho Nacional do Idoso (Decreto nº 5.109, de 17 de junho de 2004): da finalidade e da competência; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos (Resolução CNAS nº 109/2009); Plano de Ação para o Enfrentamento da violência contra a Pessoa Idosa; Reinserção da terceira idade no mercado de trabalho; Saúde do idoso; Sexualidade. Legislação Específica do Município: Lei Orgânica do Município.

#### ATENDENTE DE BIBLIOTECA

ADMINISTRAÇÃO DE BIBLIOTECAS E SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO: Objetivos e funções da biblioteca pública como centro de informação e lazer. Estrutura organizacional da biblioteca pública. Planejamento e administração de unidades de informação. Ação cooperativa em bibliotecas públicas: importância e critério de execução. CONTROLE BIBLIOGRÁFICO DOS REGISTROS DO CONHECIMENTO: Representação descritiva dos registros do conhecimento. Representação temática dos registros do conhecimento. Controle bibliográfico local, nacional e internacional: o papel da biblioteca pública. Desenvolvimento de coleções; ÉTICA PROFISSIONAL E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL; Redes de informação, Internet, noções de informática, Lei Orgânica do Município. Meio ambiente.

#### MONITOR DE CRECHE

Constituição Federal, Lei Orgânica do Município. Princípios básicos da Administração Pública. Atos administrativos. Emenda Constitucional 19 e 20. Lei Federal nº 9.394/96 - LDB. Estatuto da Criança e do Adolescente. Qualidade de vida. Relacionamento humano. Meio ambiente. Ações sobre desenvolvimento da criança, os principais cuidados que deve se ter com as crianças e sua alimentação, pirâmide de alimentos. Higiene dos alimentos.

#### AGENTE DE FINANÇAS

Rotinas de secretaria/escritório/setor administrativo: Arquivamento documental físico e eletrônico, técnicas de arquivamento documental; Protocolo de documentos. Agenda, organização de reuniões. Comunicação empresarial. Manuseio de tecnologias de escritório. Redação de comunicações internas, ofícios, atas, cartas, memorandos, certidões, declarações, sinopses. (Redação Oficial: Uso dos pronomes de tratamento. Linguagem de Comunicações Oficiais, padronização, impessoalidade, formalidade, concisão e objetividade. Ofício: etapas, forma de formatação e estrutura). Serviços e rotinas de protocolo, expedição e arquivo; classificação de documentos e correspondências; correspondência oficial; processos administrativos: formação, autuação e tramitação; gestão de material e controle de estoques e almoxarifado; organização administrativa dos serviços do Órgão Municipal: finalidades dos órgãos; qualidade no atendimento ao público; a imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; Formas de tratamento - Decretos - Organograma - Poderes Legislativo e Executivo Municipal - Constituição Federal Art.º 6º a 11. Noções de Segurança da Informação.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### CARGOS NÍVEL FUNDAMENTAL

#### I - PORTUGUÊS:

Gramática: encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Classificação das sílabas. Sinais de pontuação. Sílabas tônicas. Divisão silábica. Acentuação. Frases. Substantivo (número, gênero e grau). Artigos. Adjetivos. Pronomes. Numeral e verbo. Preposição. Crase. Sujeito e predicado. Ortografia: grafia correta das palavras. As novas regras ortográficas fazem parte deste Edital.

#### II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Regra de três simples. Juros simples. Razão e proporção. Unidades de comprimento, área e volume. Porcentagem. Geometria Plana. Sistema de equações. Resolução de Problemas. Raciocínio Lógico.

#### III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

##### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Serviços auxiliares de limpeza. Requisição de materiais necessários aos seus serviços. Normas de segurança no trabalho. Princípios fundamentais para o bom atendimento. Cuidados com a saúde. Qualidade de vida. Relacionamento humano. Conservação do mobiliário e material de trabalho. Postura profissional e apresentação pessoal. Equipamentos de segurança. Os alimentos. Proteção dos alimentos. Preparação dos alimentos. Conservação e validade dos alimentos. Noções de limpeza e higiene; Aproveitamento de nutrientes e alimentos de baixo custo. Alimentação de escolar e pré-escolar. Pirâmide de alimentos. Higiene dos alimentos. Produtos e maneiras apropriadas para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos. Meio ambiente. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Preservação ambiental. Educação ambiental. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição. Saneamento básico.

##### MECÂNICO

Comportamento no ambiente de trabalho. Organização do local de trabalho. Noções básicas de mecânica de veículos e máquinas. Funcionamento dos principais componentes de um motor à combustão. Montagem e desmontagem das principais peças que compõem um motor à combustão. Parte elétrica de veículos. Sistema de suspensão e frenagem de veículos leves e pesados. Noções de

segurança do trabalho: acidentes do trabalho, conceitos, causas e prevenção;

#### MOTORISTA e OPERADOR I e II

Direção Defensiva. Primeiros Socorros. Cargas Perigosas. Placas de Sinalização. Equipamentos obrigatórios. Legislação e Código de Trânsito Brasileiro. Manutenção e reparos no veículo. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem/combustíveis/ lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Procedimento de operações. Verificações diárias. Manutenção periódica. Ajustes. Diagnóstico de falhas. Engrenagens. Simbologia. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Preservação ambiental. Educação ambiental. Aquecimento global. Poluição.

#### AGENTE DE COMBATE A ENDEMIA

Preservação do Meio Ambiente, Vigilância Sanitária e Ambiental, Combate a doenças, doenças epidêmicas, cuidados com a saúde, hábitos alimentares, higiene. Conhecimentos inerentes ao Programa Saúde da Família. Fatores relacionados a qualidade de vida e Relações Humanas, atendimento ao público. Atendimento às famílias. Práticas relacionadas ao cargo de Agente Comunitário. Saúde preventiva. Educação em Saúde. SUS – Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/ 90). Saúde, direito do cidadão e dever do Estado, na Constituição Federal, e na Lei Orgânica Municipal. Programas preventivos. Doenças transmissíveis. Lei Federal 10.507/02, Lei Federal 11.350/06. Cadernos de Atenção básica do Ministério da Saúde.

#### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Preservação do Meio Ambiente, Vigilância Sanitária e Ambiental, Combate a doenças, doenças epidêmicas, cuidados com a saúde, hábitos alimentares, higiene. Conhecimentos inerentes ao Programa Saúde da Família. Fatores relacionados a qualidade de vida e Relações Humanas, atendimento ao público. Atendimento às famílias. Práticas relacionadas ao cargo de vigilância Comunitário. Saúde preventiva. Educação em Saúde. SUS – Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/ 90). Saúde, direito do cidadão e dever do Estado, na Constituição Federal. Programas preventivos. Doenças transmissíveis. Lei Federal 11.350/06. Cadernos de Atenção básica do Ministério da Saúde.

#### AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Questões que simulam as atividades de rotina diária; Conservação e manutenção dos órgãos municipais e logradouros públicos; Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI); Hierarquia; Princípios básicos da Administração Pública; Servidores públicos; Deveres e Responsabilidades do servidor; Varrição de superfícies diversas; Conhecimento e uso de ferramentas: enxada, foice, pé de cabra, pá, lima, vassoura, escovão, outros; Carregamento e descarregamento de terra, areia e entulhos em caminhões; Conservação de ferramentas diversas; Carregamento e empilhamento de tijolos, blocos, telhas; Uso de carrinhas e similares; Abertura de valas com utilização de ferramentas manuais; Limpeza de veículos e máquinas; Carregamento e descarregamento de objetos como: madeiras, móveis, maquinários; Conhecimentos básicos de encanador, pedreiro, operador de bomba; Código de Postura do Município.

#### ANEXO III

##### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

##### ATRIBUIÇÕES/DESCRIÇÃO DOS CARGOS DA PREFEITURA

#### \*AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

O sistema de Controle Interno tem como objetivo básico assegurar a boa gestão dos recursos financeiros e apoiar o controle externo na sua missão institucional de fiscalizar os atos da administração interna do Poder Legislativo, relacionados à execução contábil,

financeira, patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, especialmente: Exercer o controle interno de forma prévia, com verificação de sua legalidade, concomitantemente com a elaboração e divulgação dos relatórios e subsequente com apresentação e divulgação das prestações de contas; Exercer o controle interno sobre o gerenciamento e administração de bens e valores sobre os quais o Poder Legislativo responda; Acompanhar e avaliar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas do Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias; Avaliar a execução dos programas e dos orçamentos quanto ao cumprimento das metas físicas e financeiras; Comprovar a legalidade dos atos de gestão de governo e avaliar os resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, assim como a boa e regular aplicação dos recursos públicos; Avaliar os custos das obras e serviços realizados pela administração do Legislativo e apurado em controles regulamentados na Lei de Diretrizes Orçamentária; Controle e inscrição de restos a pagar; Verificar a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos; Acompanhar o cumprimento da destinação vinculada de recursos da alienação de ativos; Acompanhar o cumprimento dos limites de gastos, inclusive de pessoal do Poder Legislativo Municipal; Cumprir todas as metas e responsabilidades atinentes ao seu cargo, inclusive as determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado, pelo município e de outras entidades e instituições que sejam necessárias. \*(Incluído conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

#### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão; executar trabalhos braçais; executar serviços auxiliares de limpeza, conservação, zeladoria, revisão e acondicionamento de peças e lubrificação das máquinas; efetuar limpeza nas dependências internas e externas das garagens e seus veículos; manter condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão; requisitar material necessário aos serviços; efetuar pequenos consertos necessários a conservação dos bens e instalações, providenciando, se for o caso a sua execução; receber e transmitir mensagens; executar serviços simples de carpintaria, encanador, pedreiro e eletricista; executar serviços de jardinagem, compreendendo: semeadura, transplante de mudas, podas, preparação e conservação do solo, de praças e jardins públicos; irrigar, adubar e conservar o solo apropriado para a produção de mudas do viveiro municipal; coletar sementes e mudas de plantas nativas; distribuir, mediante autorização superior, as mudas do viveiro municipal; zelar pelas instalações do viveiros de mudas do município; capinar todas as áreas pertencentes ao cemitério; executar serviços de limpeza nas mais diversas repartições e setores da municipalidade; executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão público; executar serviços de copa e cozinha; encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão público; encarregar-se da limpeza e polimento dos móveis, máquinas de escritório; solicitar o material necessário à limpeza ao chefe hierárquico; proceder ao atendimento da distribuição dos serviços da copa e cozinha, solicitando o fornecimento do material necessário ao preparo dos ingredientes; desempenhar tarefas afins.

#### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Realizar mapeamento de sua área; cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; identificar área de risco; orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário; realizar ações e atividades, no nível de suas competências, na áreas prioritárias da Atenção Básica; realizar, por meio da visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em



situações de risco; desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites; identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possa ser potencializados pela equipe.

#### AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

Vistoriar residências, depósitos, terrenos baldios e estabelecimentos comerciais para buscar focos endêmicos; Inspeccionar cuidadosamente as caixas d'água, calhas e telhados. Aplicar larvicidas e inseticidas; Orientar quanto à prevenção e tratamento de doenças infecciosas; recensear animais; prevenir e controlar doenças como dengue, chagas, leishmaniose e malária; envolver a comunidade no controle das pragas transmissoras; trabalhar de forma integrada com as equipes de atenção básica na Estratégia Saúde da Família, participando das reuniões e trabalhando sempre em parceria com o Agente Comunitário de Saúde.

#### ATENDENTE DE BIBLIOTECA

selecionar, organizar e atualizar arquivos, cadastros e fichas; classificar, codificar, catalogar e dispor sobre a tramitação de papéis e documentos; cumprir os princípios e técnicas de atendimento ao público; conhecer e manter técnicas de relações humanas no trabalho; expedir de relatórios; possuir habilidades em informática; manter postura profissional e apresentação pessoal; atuar na recepção telefônica; atuar na recepção e transmissão de mensagens; requisitar os materiais de consumo; possuir habilidade de comunicação e técnicas de comunicação; atuar nas orientações em pesquisas; manter a ordem interna da biblioteca; executar outras tarefas afins.

#### AGENTE DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Executar serviços simples ou complementares de montagem, reparo e ajustagem de máquinas operatrizes, linotipos, impressoras, escavadeiras, guindastes, guinchos, máquinas de refrigeração, carpintaria, serraria, lavanderia, cozinha em geral, máquinas agrícolas, borracharia e outras; ser responsável pela limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação de máquinas e serviços de borracharias em geral; executar trabalhos simples de mecânica de motores a combustão de baixa e alta compressão, movidos a gasolina, óleo diesel e outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, patrôas, rolo compressor, máquinas agrícolas e outros; executar trabalhos simples de confecção e reparo de matrizes, ferramentas, formas e peças para máquina de torno, fresa, plainadeiras, retífica, forja e bigorna; desmontar, montar e lubrificar ferramentas; executar serviços de eletricidade em geral; montar e desmontar motores e aparelhos elétricos diversos, em fase de reparação ou manutenção; executar serviços simples ou complementares de desmontagem, reparo, montagem e ajustamento de aparelhos de comunicação; executar trabalhos simples de carpintaria e marcenaria a vistas de instruções; executar tarefas simples ou complementares de manuseio e fabricação de explosivos, munições, ácidos e solventes; executar trabalho simples de acabamento, encadernação, douração e restauração, de acordo com as instruções recebidas; executar trabalhos simples e complementares gráfico, mecânico, e gráfico eletrônicos; executar serviços de serralheria compreendendo trabalhos simples e complementares como confecção de peças e reparos; executar trabalho simples ou complementares de solda; executar trabalhos simples de hidráulica; executar serviços de pedreiro e carpinteiro, enfim serviços manutenção e conservação e manutenção de todas as edificações pertencentes ao Município; desempenhar outras tarefas semelhantes;

#### MECÂNICO

Identificar defeitos mecânicos e orientar os reparos necessários; orientar e treinar mecânicos auxiliares quanto a técnica e processos de trabalhos que necessitam de maior aperfeiçoamento; executar trabalhos de rotina, relacionados à montagem, reparos e

ajustagem de motores à combustão de baixa e alta compressão, movidos a gasolina, óleo diesel ou outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, pás-carregadeiras e outros; desmontar, reparar, montar e ajustar cubos de roda, carburador, manga de eixo de transmissão, bomba d'água, de gasolina, caixa de mudança, freio, embreagem, rolamento, retentor, radiador, válvula, diferencial, distribuição, direção, engrenagem, amortecedor, magnetos, manetos, bielas e pistões; desmontar, reparar e montar distribuidores; desmontar, reparar, montar, ajustar, retificar e localizar defeitos ocasionais em motores a combustível; manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina; retificar cilindros, eixos e válvulas, relevos, comandos de válvulas e buchas; trocar óleo de veículo, lavagem e lubrificação de máquinas; executar a retirada de vazamento de óleo, troca e recuperação de peças danificadas, etc; executar serviços de emergência no sistema elétrico dos veículo, tais como: troca da chave, relés, instalação de faróis, recuperação de chicotes danificados por curto circuitos; executar serviços de lubrificação, lavagem dos equipamentos, troca de óleo e limpeza dos filtros; executar demais serviços que exijam uma oficina mecânica de manutenção, menos retífica de motores outros que exijam mão de obra mais especializada;

#### MOTORISTA

Dirigir veículos oficiais, transportando materiais ou equipamentos; zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade; proceder ao controle contínuo do consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; proceder ao mapeamento de viagens, identificando usuários, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada; tratar os passageiros com respeito e urbanidade; manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação do veículo; atender as necessidades de deslocamento a serviço segundo determinação dos usuários, registrando as ocorrências; executar outras tarefas afins; Dirigir veículos carga pesada, transportando materiais e equipamentos; zelar pelo abastecimento conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; efetuar pequenos reparos no veículo, sob sua responsabilidade; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade; proceder o controle contínuo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; proceder o mapeamento de viagens, identificação de usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada; auxiliar na carga e descarga do matéria ou equipamento; manter atualizada a documentação da habilitação profissional;

#### MOTORISTA DA SAÚDE

Dirigir veículos oficiais, transportando materiais ou equipamentos; zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade; proceder ao controle contínuo do consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; proceder o mapeamento de viagens, identificando usuários, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada; tratar os passageiros com respeito e urbanidade; manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação do veículo; atender as necessidades de deslocamento a serviço segundo determinação dos usuários, registrando as ocorrências; transportar pacientes e/ ou servidores do município; auxiliar nos primeiros socorros a pacientes dentro da ambulância, bem como locomovê-los nas macas para o interior de hospitais; dirigir automóvel, ônibus, caminhão, camioneta, ambulância, dentro ou fora do perímetro urbano ou suburbano; cuidar da manutenção do veículo e fazer-lhe pequenos reparos; executar outras tarefas afins.

#### OPERADOR I

Providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da

máquina; efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade; dirigir máquinas como: trator de pneus, rolo compactador, perfuratriz e equipamento até 80 HP; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou a avarias com a máquina sob sua responsabilidade; proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; proceder ao mapeamento dos serviços executados identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária; manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina; efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências; executar outras tarefas afins;

#### OPERADOR II

Providenciar a lavação, o abastecimento e a lubrificação da máquina; efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade; operar máquina como: motoniveladora, trator de esteira, retro escavadeira e equipamentos acima de 80 HP; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias máquina sob sua responsabilidade; proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; proceder o mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária; manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina; efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências; executar outras tarefas afins;

#### MONITOR DE CRECHE

Executar atividades diárias de recreação com crianças e trabalhos educacionais de artes diversas; acompanhar crianças em passeios, visitas e festividades sociais; proceder, orientar e auxiliar as crianças no que se refere a higiene pessoal; auxiliar as crianças na alimentação; servir refeições e auxiliar crianças menores a se alimentarem; auxiliar a criança a desenvolver a coordenação motora; observar a saúde e o bem estar das crianças, levando-as quando necessário, para atendimento médico e ambulatorial; ministrar medicamentos conforme prescrição médica; prestar primeiros socorros, cientificando o superior imediato da ocorrência; orientar os pais quanto à higiene infantil, comunicando-lhe os acontecimentos do dia; levar ao conhecimento do chefe imediato qualquer incidente ou dificuldade ocorridas; vigiar e manter a disciplina das crianças sob sua responsabilidade, confiando-as aos cuidados de seu substituto ou responsáveis, quando afastar-se, ou ao final do período de atendimento; apurar a frequência diária e mensal dos menores; auxiliar no recolhimento e entrega das crianças que fazem uso do transporte escolar, acompanhando-as na entrada e saída do mesmo, zelando assim pela sua segurança; executar tarefas afins;

#### AGENTE DE DEFESA CIVIL

Executar, de acordo com a programação da Coordenadoria da Defesa Civil, serviços internos e externos, objetivando promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem, no que diz respeito à avaliação e à redução de riscos, através da diminuição de suas ocorrências e intensidades, compreendendo ainda a prevenção, preparação para situações emergenciais e respostas aos desastres; agir em resposta aos desastres, prevenindo ou minimizando danos, socorrendo a população atingida e ameaçada, reabilitando e recuperando áreas deterioradas, bem como auxiliando em atividades de reconstrução; contribuir no desenvolvimento de projetos de mudança cultural, monitoração, alerta e alarme, desenvolvimento científico e tecnológico, desenvolvimento institucional, bem como programas de prevenção e preparação para emergências e desastres, respostas aos desastres e reconstrução, visando o atendimento, a segurança e o bem estar da população; atuar na iminência ou em situação de desastres, bem como participar da escala de plantão, estando disponível para atender aos pedidos emergenciais, quando for acionado, independente do horário, visando primar pela segurança da população; contribuir com a segurança da população em hipóteses de riscos de desastres, atuando nas operações de resposta aos desastres e definindo suas atribuições, e cadastrando, organizando e mantendo permanentemente atualizado em banco de dados

e mapas temáticos a disponibilidade e localização dos recursos, equipamentos, instalações de apoio, entre outros; contribuir no desenvolvimento de projetos de aparelhamento e apoio logístico, socorro e assistências às populações, reabilitação dos cenários de desastre; cumprir e fazer cumprir a legislação do Município e demais normas pertinentes ao cargo; efetuar relatórios de suas atividades, visando gerar informações pertinentes; executar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior hierárquico; participar da formação de Núcleos de Defesa Civil e outras atividades correlatas.

#### MONITOR SOCIAL

Prestar atendimento sócio educacional às Crianças/Adolescentes abrigados; orientar a alimentação das Crianças/Adolescentes abrigados; orientar a higiene pessoal das Crianças/Adolescentes, afim de evitar a propagação e o surgimento de doenças e piolhos, dentre outros; acompanhar as Crianças até a Instituição de Ensino, quando necessário; participar de reuniões escolares ou de cursos que por ventura os abrigados estejam freqüentando, orientar as Crianças / Adolescentes na efetivação dos seus deveres de casa; acompanhar as Crianças/Adolescentes aos serviços de saúde - médico, quando solicitado pelo Profissional de Saúde, e em casos específicos solicitar a presença do técnico social,; elaborar relatórios diversos; orientar na confecção de peças de artesanato em madeira, tais como brinquedos, objetos de decoração, utilidades domésticas, dentre outros; dar assistência e orientação em trabalhos de macramê; acompanhamento em trabalho de bordado e crochê; orientação no artesanato de flores e pintura em tecido; executar outras atribuições.

#### FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Desenvolver ações de inspeção, promoção e prevenção para evitar e/ou diminuir riscos à saúde da população e do meio ambiente; identificar os agentes causais e condicionantes do processo saúde/doença, do processo de produção e consumo de bens e serviços e da ocupação dos espaços e da organização da sociedade; realizar estudos, supervisão, controle e execução de fiscalização de alta complexidade; fazer levantamentos estatísticos das ações sanitárias e de saúde pública; desenvolver atividades de fiscalização e orientação dos estabelecimentos de atividades econômicas em geral, de ambulantes, de feirantes, e de pessoas sujeitas às ações da Vigilância Sanitária de baixa e média complexidade, emitir relatórios, laudos, termos, pareceres, lavra peças fiscais próprias do ato fiscalizador; realizar serviços internos e externos, inclusive informatizados, relacionados com a Administração Sanitária em geral; executar atividades de natureza fiscal, policial e operacional, envolvendo serviços relativos à inspeção em vigilância em saúde; elaborar planos de ação, pareceres, recursos e outros esclarecimentos quando solicitado pelos superiores; executar outras atribuições afins.

#### FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS

Fiscalizar o cumprimento do Código Tributário Municipal, Plano Diretor, Código de Posturas, Código de Edificações e Zoneamento e demais disposições legais regulamentares pertinentes; verificar a exatidão dos lançamentos efetuados pelo contribuinte nos livros fiscais e contábeis à vista dos documentos correspondentes; efetuar diligências para verificação de notas fiscais de prestação de serviço, apuração de denúncias, concessão de inscrições municipais e informações em processo fiscal; notificar e aplicar as penalidades previstas em Leis e Regulamentos Municipais; localizar evasões ou clandestinidade de receitas municipais; atender consultas de caráter tributário, fiscal, de postura, edificações e zoneamento; cooperar na atualização e aperfeiçoamento da legislação tributária e de planejamento urbano; executar inspeção em livros, documentos, registro de imóveis para constatar a satisfação plena do crédito Tributário Municipal; fiscalizar o transporte coletivo municipal, os táxis e lotações, os serviços funerários e outros serviços municipais permitidos, autorizados ou concedidos pelo município; fiscalizar obras, estabelecimentos comerciais, industriais, residenciais e patrimoniais; efetuar diligências examinando documentos legais

das empresas; examinar processos emitindo pareceres; realizar levantamentos internos preenchendo fichas e outros documentos; atender o público em geral prestando informações; realizar cálculos de multas e correções; emitir autos de infração/intimação de acordo com as irregularidades encontradas; desincumbir-se de outras atribuições e outras tarefas semelhantes;

#### **TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO**

Executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários; redigir instruções, ordem de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão; realizar trabalhos administrativos da Instituição nas áreas de recursos humanos, finanças, acadêmicas, logística e de administração geral; atender ao público interno e externo; fazer e atender chamadas telefônicas obtendo e fornecendo informações; preparar relatórios e planilhas de cálculos diversos; elaborar documentos administrativos, tais como ofício, informação ou parecer técnico, memorandos, atas dentre outros; secretariar as unidades; orientar, instruir e proceder a tramitação de processos, orçamentos, contratos e demais assuntos administrativos; elaborar levantamentos de dados e informações; participar de projetos na área administrativa; participar de comissões e grupos de trabalhos, quando designado; efetuar registro, preenchimento de fichas, cadastro, formulários, requisições de materiais, quadros e outros similares; elaborar, sob orientação, planos iniciais de organização, gráficos, fichas, roteiros manuais de serviços, boletins e formulários; elaborar estudos objetivando o aprimoramento de normas e métodos de trabalho; proceder as operações micrográficas, seguindo normas técnicas; arquivar sistematicamente documentos; manter organizado e ou atualizar arquivos, fichários e outros, promovendo medidas de preservação do patrimônio documental; auxiliar na organização de promoções culturais e outras; receber, conferir, armazenar, controlar e entregar produtos, materiais e equipamentos no almoxarifado ou em outro local; participar de programa de treinamento, quando convocado; zelar pela conservação, limpeza e manutenção dos equipamentos e ambiente de trabalho; executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função; desenvolver outras atividades afins.

#### **PSICÓLOGO**

Realizar psicodiagnósticos para fins de seleção, orientação vital e pré-profissional; proceder a análise de funções sob o ponto de vista psicológico; proceder ao estudo e avaliação dos mecanismos de comportamento humano para possibilitar a orientação à seleção e ao tratamento atitudinal no campo profissional e o diagnóstico e terapia clínicos; fazer psicoterapia breve, ludoterapia individual e grupal, com acompanhamento clínico; fazer exames de seleção em crianças, para fins de ingresso em instituições assistenciais; prestar atendimento breve a pacientes em crise e a seus familiares, bem como a alcoolistas e toxicômanos; atender crianças excepcionais, com problemas de deficiência mental e sensorial, ou portadoras de desajustes familiares e escolares, encaminhando-as para escolas ou classes especiais; formular com base em elementos colhidos, hipóteses de trabalho para orientar as explorações psicológicas, médicas e educacionais; realizar pesquisas psicopedagógicas; confeccionar e selecionar o material psicopedagógicas; confeccionar e selecionar o material psicopedagógico e psicológico necessário ao estudo dos casos; realizar perícias e elaborar pareceres; prestar atendimento psicológico a crianças e adolescentes em instituições comunitárias do Município, bem como os encaminhamentos do Conselho Tutelar; manter atualizado o prontuário de casos estudados; responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

#### **ENGENHEIRO CIVIL**

Desenvolver, coordenar, projetar, planejar, especificar, implantar, orientar, executar, monitorar e avaliar os processos de arquitetura e urbanismo, inclusive de obras complementares e de reforma de

edificações, de acordo com as normas e procedimentos em vigor na categoria profissional. Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia civil relativo a rodovias, esgoto pluvial e cloacal, sistema pluvial de esgoto e demais obras públicas, pavimentação urbana, estudando características e preparando planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos, para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo das obras mencionadas e assegurar os padrões técnicos exigidos; Produzir, coordenar ou supervisionar a elaboração de projetos técnicos e desenhos técnicos; Acompanhar práticas de mercado com proposição de soluções aplicáveis aos processos; Zelar pela guarda dos materiais, equipamentos e ferramentas utilizados na execução de suas tarefas; Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico; Observar o cumprimento das normas urbanísticas estabelecidas no Plano Diretor Municipal; Acompanhar e fiscalizar o andamento das obras públicas; Supervisionar e auxiliar na análise, fiscalização e aprovação de projetos, de acordo com as normas vigentes de projetos residenciais, industriais e comerciais, bem como projetos de parcelamento de solos urbanos, dentre outros; Assinar documentos referentes às atividades e às competências profissionais; Gerenciar a emissão de vistorias técnicas, memoriais descritivos das obras, elaboração de relatórios das diligências efetuadas, e orientações técnicas, encaminhando-as aos responsáveis. Bem como, desincumbir-se de outras atividades determinadas pela chefia imediata.

#### **AUDITOR DE TRIBUTOS**

Coordenar o planejamento das atividades internas e externas do departamento de tributação, fiscalizando a realização; auditar e fiscalizar estabelecimentos industriais, comerciais e outras fontes de tributo; orientar, coordenar e controlar atividades relativas a tributação, arrecadação, fiscalização e aplicação da legislação tributária; instruir processos tributários e de cobrança da dívida ativa; lavrar notificações por infração às leis tributárias e fazer a apreensão de mercadorias nos casos exigidos; fazer avaliação para efeito de tributação; manter e atualizar fichas de cadastro de contribuintes; elaborar boletins de atividades de produção e relatórios sobre ocorrências fiscais; atender e orientar contribuintes sobre incidência tributária; inspecionar estabelecimentos industriais, comerciais, laboratórios, hospitais e proceder a fiscalização tributária; executar atividades inerentes à tributação e fiscalização, a fim de contribuir para que a política tributária - fiscal se compatibilize com medidas de interesse do desenvolvimento econômico do município; executar tarefas de fiscalização de tributos da municipalidade; analisar a escrituração fiscal de prestadores de serviços e de mapas de valores imobiliários; realizar buscas e apreensões de documentos fiscais; autuar contribuintes em infração; auditar os processos da área de administração tributário-financeira; participar de programas de planejamento e de programação fiscal; atender e prestar informações ao contribuinte; realizar vistorias técnicas e diligências fiscais.

#### **FISIOTERAPEUTA**

Desenvolver trabalho de planejamento, programação, ordenação, coordenação, execução e a supervisão de métodos e técnicas fisioterápicas que visem atender a saúde nos níveis de prevenção primária, secundária e terciária; participar da elaboração de diagnóstico, prescrever, ministrar e supervisionar terapia física, que objetive preservar, manter, desenvolver ou restaurar a integridade de órgão, sistema ou função do corpo humano; utilizar-se, isolada ou concomitante, de agente termoterápico ou crioterápico, hidroterápico, fototerápico, aeroterápico, eletroterápico ou sonoterápico; utilizar-se, com o emprego ou não de aparelho, de exercício respiratório, cárdio-respiratório, cárdio-vascular, de educação ou reeducação neuromuscular, de regeneração muscular, de relaxamento muscular, de locomoção, de regeneração osteo-articular, de correção de vício postural, de adaptação ao uso de órtese ou prótese e de adaptação dos meios e materiais disponíveis, pessoais ou ambientais para, o desempenho físico do cliente; avaliar, reavaliar e determinar as condições de alta do cliente submetido à



fisioterapia; dar parecer fisioterápico na área cinético-funcional do aparelho motor e respiratório; realizar outras atividades inerentes a sua formação curricular universitária; participar da equipe multidisciplinar na recuperação e reabilitação do cliente; desincumbir-se de outras tarefas que lhe forem atribuídas pela chefia imediata.

#### ENFERMEIRO

Dirigir órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde; organizar e dirigir os serviços e de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares; planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem; prestar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem; realizar consulta de enfermagem; prescrever a assistência de enfermagem; cuidar diretamente de enfermagem a pacientes graves com risco de vida; cuidar de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas; participar no planejamento, execução e avaliação dos programas; participar na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde; prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina estabelecida pela instituição; participar em projetos de construção ou reforma de unidade de internação; prevenir e controlar as infecções hospitalares (policlínicas); participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem; participar na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral e nos programas de vigilância epidemiológica; prestar assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puerperal e ao recém-nascido; participar nos programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco; acompanhar a evolução e o trabalho de parto; executar a assistência obstétrica em situações de emergência e execução do parto sem destorcia; participar nos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho; participar nos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, particularmente nos programas de educação continuada; participar na elaboração e na operacionalização do sistema de referência e contra referência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde; participar no desenvolvimento de tecnologia apropriada à assistência de saúde; participar em bancas examinadoras, em matérias específicas de enfermagem, nos concursos para provimento de cargo e contratação de enfermeiro ou pessoal técnico e auxiliar de enfermagem; participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela secretaria municipal de saúde; desempenhar outras tarefas afins.

#### PROFESSOR

Cumprir com o que estabelece o artigo 13 da Lei 9394/96; possuir formação de educador, conhecimento do conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades metodológicas e didáticas; Demonstrar profissionalismo e comprometimento; Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento; Seguir as diretrizes educacionais do Estabelecimento e da Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se em integrar a ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos; Ministras aulas, garantindo a efetivação do processo ensino-aprendizagem e o projeto político-pedagógico da Unidade Escolar. Executar o trabalho diário, de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem; Elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência, de conformidade com as diretrizes metodológicas da escola e com a legislação vigente; Avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados; Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis a eficácia da ação educativa; Manter com os colegas o espírito de colaboração; Promover recuperações preventivas e paralelas e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento, conforme a exigência dos diagnósticos de avaliação; Comparecer pontualmente

às aulas, festividades, reuniões pedagógicas, conselhos de classe, palestras e outras promoções convocadas pela direção da escola ou pela secretaria municipal de educação; Cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar; Zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com dignidade; Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos; Zelar pela conservação, limpeza e o bom nome da escola, bem como a conservação dos bens materiais; Encaminhar aos serviços competentes os casos de indisciplina ocorridos, após sua própria advertência; Acompanhar o desenvolvimento de seus alunos, comunicando ocorrências à direção e ao serviço de orientação educacional; Executar as normas estabelecidas no regime escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação vigente.

#### ATRIBUIÇÕES/DESCRIÇÃO DOS CARGOS PARA O HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

##### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Executar serviços de limpeza e conservação em geral nas dependências internas e externas do Hospital, bem como o atendimento, utilizando os materiais e instrumentos adequados e rotinas previamente definidas; Efetuar a limpeza e conservação de utensílios, móveis e equipamentos em geral para mantê-los em condições de uso; Auxiliar na remoção de móveis e equipamentos; Separar os materiais para descarte (vidraria, papéis, resíduos laboratoriais e resíduos hospitalar, contaminados ou não); Reabastecer os banheiros com papel higiênico, com papel toalha e sabonete; Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do seu setor; Solicitar o material necessário à limpeza ao chefe hierárquico superior; Proceder ao atendimento dos serviços de copa e cozinha, com atendimento aos servidores e pacientes de acordo com suas dietas, solicitando o fornecimento do material necessário para o preparo das refeições; Zelar pela guarda e conservação, manutenção dos equipamentos utilizados no trabalho; Executar outras atividades de apoio operacionais ou correlatas.

##### AGENTE DE FINANÇAS

Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários; Redigir instruções, ordens de serviços, cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão; Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, e atividades correlatas; Colaborar na redação de relatórios anuais e parciais atendendo exigências do órgão; Realizar registros em geral; Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos; Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão; Secretariar autoridades de hierarquia superior, redigindo expedientes relacionados com as suas atividades; Colaborar nos estudos e elaboração de trabalhos técnicos relativos a projetos de planos de ação; Fazer acompanhamento sobre atribuições de cargos, a fim de possibilitar sua classificação e retribuição, a organização de novos quadros de serviços, novos sistemas de ascensão, progressão e avaliação de cargos; Executar programas relacionados à arrecadação de recursos provenientes de convênios.

##### ENFERMEIRO

O enfermeiro responde administrativamente e tecnicamente nas 24 horas pela assistência prestada aos pacientes e pelos servidores atuantes, gerencia e coordena a equipe e o posto de enfermagem, assim como presta serviços assistenciais; Conhecer todos os pacientes internados na unidade; Fazer o histórico de enfermagem na admissão do paciente; Fazer as prescrições de enfermagem diárias; Fazer as evoluções de enfermagem diárias; Prestar assistência de enfermagem direta aos pacientes mais graves; Identificar e tomar condutas rápidas diante das situações fora da rotina da unidade; Orientar diariamente os profissionais de enfermagem na realização dos procedimentos; Garantir o bom funcionamento dos equipamentos.

ANEXO IV  
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014  
FORMULÁRIO TÍTULOS  
COMPROVANTE DE ENTREGA DE DOCUMENTOS PARA PROVA DE  
TÍTULOS  
NOME: \_\_\_\_\_  
INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_  
FUNÇÃO: \_\_\_\_\_

Declaro que recebi de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, os seguintes documentos, para avaliação na computa-  
ção de pontos para a prova de títulos, de acordo com o Edital nº  
01/2014.

TÍTULOS	Nº máx. de Títulos	Valor do Título	Total
Curso completo de Mestrado na área de Educação.	01	1,00 ponto	
Curso completo de Pós-Graduação na Área de Educação com carga horá- ria mínima de 360 horas.	01	0,50 ponto	
TOTAL DE TÍTULOS	02		

#### AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO EXAMINADORA.

Os títulos relacionados, válidos para a prova de títulos em referên-  
cia, foram avaliados em \_\_\_\_\_ pontos.

Anchieta de de 2014.

Assinatura do Candidato	Assinatura Resp. pelo Recebimento dos Títulos
-------------------------	--------------------------------------------------

ANEXO V  
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014  
DECRETO COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICÍPIO DE ANCHIETA  
DECRETO Nº. 112/2014, de 29 de Agosto de 2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usan-  
do das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos  
da Lei Orgânica;

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Designar: Vanusa Cantú, Dario Signor e Marcos Eduardo  
Pretto, brasileiros, servidores públicos municipais, residentes e do-  
miciliados no município, sob a presidência do primeiro, para com-  
porem a COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO DE CONCURSO  
PÚBLICO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Adminis-  
tração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos dos processos,  
instaurados através do Edital nº. 001/2014.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos,  
verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar  
a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de  
acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão  
poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais,  
equipamentos e instalações necessárias para a concretização do  
objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato,  
correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA SC.

Em 29 de Agosto de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na

Presente data

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal de Administração e Gestão

ANEXO VI

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

DECRETO COMISSÃO ORGANIZADORA DA AMEOSC

DECRETO Nº. 113/2014, de 29 de Agosto de 2014

CRIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CA-  
TARINA, usando da competência que lhe confere a Legislação vi-  
gente;

#### D E C R E T A:

Art.1º. Fica designado: Jussara Reginatto, Udinara Vanusa Zan-  
chettin e Edina Tremea Spironello, brasileiros, representantes da  
AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa  
Catarina, funcionários da Associação, compor a COMISSÃO MU-  
NICIPAL DO CONCURSO PÚBLICO, que terá por objetivo e fina-  
lidade a elaboração das provas, instaurado através do Edital nº.  
001/2014.

Art.2º. Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração  
do programa de provas, assessorar quando da realização das ins-  
crições, elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las,  
efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, co-  
ordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos can-  
didatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito  
Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido  
no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requi-  
sitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e  
instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante a  
autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art.3º. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das  
comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração  
das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha  
reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato  
cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato,  
correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ANCHIETA/SC, 29 de Agosto de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal de Administração e Gestão.

ANEXO VII

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO DE PROVA PRÁTICA

DECRETO Nº. 114/2014, de 29 de Agosto de 2014

Regulamenta as provas práticas para as funções de MOTORISTAS  
Categoria " C e D" e para às Função/Cargo de OPERADOR I e  
OPERADOR II Categoria "C", do Edital de CONCURSO PÚBLICO  
001/2014, para contratação de servidores para provimento efeti-  
vo, de acordo com o cargo;



O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Legislação vigente;

#### DECRETA:

Art. 1º As provas práticas do CONCURSO PÚBLICO Edital 001/2014 para as funções de MOTORISTAS Categoria "C e D" e para as Função/Cargo de OPERADOR I e OPERADOR II Categoria "C", a que se refere o CONCURSO PÚBLICO do Edital 001/2014 que serão aplicadas pelo Ameosc, no dia 22/11/2014, com início às 13 horas, tendo como local de encontro o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Transportes, sito à Avenida Anchieta, s/nº, centro nesta cidade de Anchieta (SC) para demonstração de habilidades práticas com equipamentos e ferramentas, quando proceder-se-á entre os candidatos classificados presentes.

I – Operador I e II "C", o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo, Muito Bom, Bom, Satisfatório, Regular e Péssimo com os veículos conforme segue:

Operador de Máquinas I – CNH C: Trator de Pneus TL 75 acoplado de rolo compactador;

Operador de Máquinas II – CNH C: Retro Escavadeira Caterpillar.

Operador de Máquinas II – CNH C: Motoniveladora Caterpillar 120.

II – Motorista Categoria "C e D", o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo, Muito Bom, Bom, Satisfatório, Regular, e Péssimo com o veículo conforme segue:

Motorista – CNH C e D Secretaria de Infraestrutura: Caminhão Caçamba Ford Cargo Placas MHF 9193;

Motorista – CNH C Secretaria de Saúde: Ambulância – Placas MKZ 4422.

Motorista – CNH D Secretaria de Educação: Ônibus Escolar – Placas MLK 2784.

Parágrafo único - Em caso de mau tempo que inviabilize a sua realização, as provas serão realizadas em outra data previamente marcada e comunicada aos candidatos através da imprensa rádio e nos endereços eletrônicos [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

Art. 2º Ficam convocados e designados os servidores públicos municipais, Vilson Luiz Rossato, Secretário de Infraestrutura e Obras, Neri Gaspar Diretor de Infraestrutura e Obras e Guiomar Antonio Prevedello Motorista da Educação, para fiscalizar, acompanhar e dar suporte aos ministradores na aplicação das provas práticas, no dia, hora e local fixados.

Art. 3º Somente os candidatos munidos de Carteira de Identificação, Ficha de Inscrição e Carteira Nacional de Habilitação correspondente ao solicitado para o cargo ao qual se inscreveu terão acesso à prova prática.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta/SC, em 29 de Agosto de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal de Administração e Gestão.

### Extrato Edital Concurso Público Nº 001/2014

EXTRATO EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, Sr. ARI PRESTES DE OLIVEIRA e a Diretora Administrativa do Hospital Municipal Anchietaense, Sra. RITA BRESSAN DE LIMA, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade a Lei Complementar nº 031/2011, Lei Complementar nº 032/2011, Lei Complementar nº 033/2011, Lei Complementar 014/2010, aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Concurso Público para contratar servidores destinado a prover funções, no quadro geral de servidores do Município de Anchieta e do Hospital Municipal Anchietaense, vinculados ao Regime de Trabalho Estatutário e Regime Geral de Previdência Social – RGPS, constantes do quadro a seguir relacionado, qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O presente Concurso Público é válido pelo prazo de 02 (dois) anos contados da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.2. As provas serão realizadas nas modalidades OBJETIVA, TÍTULOS e PRÁTICA.

1.3. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

QUADRO 01 - SEC. DE SAÚDE

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Agente de combate a endemia	40hrs	01	753,52	Ensino fundamental
Auxiliar de Serviços Gerais (Posto de Saúde Linha Café Filho)	40hrs	01	753,52	Ensino Fundamental Incompleto
*Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 4) Área Abrangência: Bairro Cantú, Bairro Xavantes, Linha Gaúcha, Linha Taquaruçu Alto e Linha Taquaruçu Baixo.	40hrs	01	901,85	Ensino fundamental

*Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 8) Área Abrangência: Linha Santo Inácio, Linha São Judas, Linha Prateleira, Linha Nova Seara e Parte da Linha São Domingos.	40hrs	01	901,85	Ensino fundamental
*Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 13) Área Abrangência: Av. Anchieta, Av. Brasil, Ruas Olívio Ernesto Garlet, Olímpio Dal Magro, Mato Grosso, Iguaçu, Guilherme Wildner, Vereador Geraldo Garlet, Travessa José Picolli, Paulino Buratti, Caçador e Rua Élio Wassun.	40hrs	01	901,85	Ensino fundamental
Motorista da Saúde	40hrs	01	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e CNH da categoria "C".
Fiscal de vigilância sanitária	40hrs	01	1.237,13	Ensino Médio
Psicólogo	40hrs	01	2.249,32	Curso superior em Psicologia e Registro no CRP
Fisioterapeuta	40hrs	01	2.249,32	Habilitação legal para o exercício da profissão de Fisioterapeuta, com registro no CREFITO.
Enfermeiro	40hrs	*03	2.524,86	Habilitação legal para o exercício da profissão de Enfermeiro, com registro no COREN.
*(Alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).				
* Nota: De acordo com a Lei n.º 11.350/2006 o candidato inscrito para o cargo/função de Agente Comunitário de Saúde deverá residir na área da comunidade em que atuar, desde a data de publicação do presente Edital.				
QUADRO 02 - SEC. INFRAESTRUTURA				

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Auxiliar de Serviços Gerais	40hrs	02	753,52	Ensino Fundamental Incompleto
Agente de Manutenção e Conservação	40hrs	01	899,73	Ensino Fundamental Incompleto
Motorista	40hrs	01	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e categoria "D" para veículos de transporte escolares e de carga
Operador I	40hrs	01	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e CNH da categoria "C".
Operador II	40hrs	01	1.180,89	Ensino Fundamental Incompleto e CNH da categoria "C".
Mecânico	40hrs	02	1.237,13	Ensino Fundamental Incompleto e CNH categoria "C"
Engenheiro civil	20hrs	01	2.332,00	Curso superior em Engenharia Civil e Registro no CREA

## QUADRO 03 - SEC. FAZENDA

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Fiscal de Tributos	40hrs	01	1.237,13	Ensino Médio
Auditor de Tributos	40hrs	01	2.249,32	Curso superior em Administração, Ciências Contábeis, Economia ou Direito.

## QUADRO 04 - GABINETE

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Agente de Defesa Civil	40hrs	01	1.012,19	Ensino Médio e CNH da categoria "C".
Técnico em Administração	40hrs	01	1.237,13	Ensino Médio.

*Auditor de Controle Interno	40hrs	01	2.249,32	Curso Superior em Administração, Ciências Contábeis, Economia ou Direito com registro no órgão de fiscalização da profissão
------------------------------	-------	----	----------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

\*(Incluído conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

#### QUADRO 06 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Monitor Social	20hrs	02	506,10	Ensino Médio

#### QUADRO 07 - SEC. EDUCAÇÃO

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Atendente de Biblioteca	20hrs	01	376,76	Ensino Médio
Auxiliar de Serviços Gerais	40hrs	01	753,52	Ensino Fundamental Incompleto
Monitor de Creche	40hrs	01	753,52	Ensino Médio
Motorista	40hrs	*03	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e categoria "D" para veículos de transporte de escolares e de carga
Professor Series Iniciais	20hrs	01	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.
Professor Ensino Infantil	20hrs	*04	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.
Professor Ed. Física	20hrs	02	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.

Professor Matemática	20hrs	01	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.
----------------------	-------	----	---------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------

\*(Alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

#### QUADRO 08 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Agente de finanças	40hrs	01	1.147,27	Ensino Médio
Auxiliar de Serviços Gerais	40hrs	01	753,52	Ensino Fundamental Incompleto
Enfermeiro	40hrs	03	2.524,86	Habilitação legal para o exercício da profissão de Enfermeiro, com registro no COREN.

## 2. DAS INSCRIÇÕES

\*2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) no período das 08h00min do dia 08/09/2014 às 23h59min do dia 10/10/2014.

\*(Alterado conforme 1ª retificação de 10 de Setembro de 2014).

## 3. DAS PROVAS

3.1. A prova objetiva será aplicada no dia 22/11/2014, às 09hrs, nas dependências da E.E.B PROFESSOR OSNI PAULINO DA SILVA, sito na Avenida Brasil s/n – Centro, Município de Anchieta (SC). Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

3.2. A prova prática será realizada no dia 22/11/2014, às 13 horas, tendo como local o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Anchieta, sito à Avenida Anchieta, s/nº, centro nesta cidade de Anchieta (SC).

A íntegra do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de Anchieta e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br)

Anchieta (SC), 02 de Setembro de 2014.

Ari Prestes de Oliveira  
Prefeito

Rita Bressan de Lima  
Diretora Administrativa

Registrado e Publicado nesta data.

Eduardo Scholtze  
Secretário Municipal de Administração e Gestão.

## 1ª Retificação do Edital de Concurso Público Nº 001/2014

### 1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

Através da presente RETIFICAÇÃO, o Edital do Concurso Público nº 001/2014 sofre alterações, a saber: inclusão do cargo de Auditor de Controle Interno; alterações no nº de vagas dos cargos de Enfermeiro, Motorista e Professor de Educação Infantil; exclusão dos cargos de Motorista, Motorista da Saúde, Operador I e Operador II do item 5.2 que trata da Prova Objetiva (Modalidade A) porque tais cargos estão incluídos no item 5.4 que trata da Prova Objetiva e Prática (modalidade C); inclusão do cargo de Monitor de Creche no item 5.2 que trata da Prova Objetiva (Modalidade A) eis que aludido cargo não constava em nenhuma das modalidades de prova objetiva, inclusão do cargo de Auditor de Controle Interno no item 5.2 que trata da prova Objetiva (Modalidade A), nas atribuições do cargo e no conteúdo programático, bem como alterações de data no cronograma, conforme descrito abaixo:

Inclusão do cargo de Auditor de Controle Interno no QUADRO 04 - GABINETE, suas atribuições de cargo e conteúdo programático, conforme abaixo:

QUADRO 04 - GABINETE				
Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Auditor de Controle Interno	40hrs	01	2.249,32	Curso Superior em Administração, Ciências Contábeis, Economia ou Direito com registro no órgão de fiscalização da profissão

## ANEXO II

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

I CONTABILIDADE GERAL. Fatos contábeis: conceito e classificação. Estrutura patrimonial: ativo, passivo e patrimônio líquido; critério de avaliação dos componentes patrimoniais. Gestão: fluxo dos recursos, origem e aplicação: receitas, despesas, apuração e distribuição dos resultados; exercício social e regime contábil; exercício financeiro e lucro real. Registro contábil das operações típicas de uma sociedade comercial. Operações com mercadorias. Inventário: periódico e permanente. Operações financeiras. Demonstrações financeiras de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e alterações. Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Provisões, participações, reservas e dividendos de acordo com a Lei nº 6.404/1976 e alterações. Princípios e convenções contábeis. II CONTABILIDADE PÚBLICA. Plano de contas único para os órgãos da Administração Direta. Registros contábeis de operações típicas em Unidades Orçamentárias ou Administrativas (sistemas: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação). Inventário: material permanente e de consumo. Balanço e demonstrações das variações patrimoniais exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e alterações. III AUDITORIA NO SETOR PÚBLICO. Princípios, normas técnicas, procedimentos. Controle Interno e Externo: definição, objetivos, componentes e limitações de efetividade. Ambiente de Controle: integridade, ética e governança corporativa. Avaliação de

controles internos; papéis de trabalho. Relatórios e Pareceres. Supervisão ministerial e controle interno. Tipos e formas de atuação do Sistema de Controle: legislação básica, tomadas e prestações de contas. Responsabilidades dos dirigentes e demais usuários de recursos públicos. Julgamento e penalidades aos responsáveis pelos recursos públicos. Tópicos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000): princípios, objetivos, efeitos no planejamento e no processo orçamentário; limites para despesas de pessoal; limites para a dívida; e mecanismos de transparência fiscal. IV ORÇAMENTO PÚBLICO E FINANÇAS. Orçamento Público: elaboração, acompanhamento e fiscalização. Créditos adicionais, especiais, extraordinários, ilimitados e suplementares. Plano Plurianual. Projeto de Lei Orçamentária Anual: elaboração, acompanhamento e aprovação. Princípios orçamentários. Diretrizes orçamentárias. Processo orçamentário. Métodos, técnicas e instrumentos do Orçamento Público. Normas legais aplicáveis ao Orçamento Público. Receita pública: categorias, fontes, estágios; dívida ativa. Despesa pública: categorias, estágios, Suprimento de fundos, Restos a Pagar, Despesas de exercícios anteriores. A conta única do Tesouro. Ética profissional.

## ANEXO III

### ATRIBUIÇÕES/DESCRIÇÃO DOS CARGOS DA PREFEITURA

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO O sistema de Controle Interno tem como objetivo básico assegurar a boa gestão dos recursos financeiros e apoiar o controle externo na sua missão institucional de fiscalizar os atos da administração interna do Poder Legislativo, relacionados à execução contábil, financeira, patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, especialmente: Exercer o controle interno de forma prévia, com verificação de sua legalidade, concomitantemente com a elaboração e divulgação dos relatórios e subsequente com apresentação e divulgação das prestações de contas; Exercer o controle interno sobre o gerenciamento e administração de bens e valores sobre os quais o Poder Legislativo responda; Acompanhar e avaliar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas do Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias;

Avaliar a execução dos programas e dos orçamentos quanto ao cumprimento das metas físicas e financeiras; Comprovar a legalidade dos atos de gestão de governo e avaliar os resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, assim como a boa e regular aplicação dos recursos públicos; Avaliar os custos das obras e serviços realizados pela administração do Legislativo e apurado em controles regulamentados na Lei de Diretrizes Orçamentária; Controle e inscrição de restos a pagar; Verificar a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos; Acompanhar o cumprimento da destinação vinculada de recursos da alienação de ativos; Acompanhar o cumprimento dos limites de gastos, inclusive de pessoal do Poder Legislativo Municipal; Cumprir todas as metas e responsabilidades atinentes ao seu cargo, inclusive as determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado, pelo município e de outras entidades e instituições que sejam necessárias.

## ONDE LIA-SE:

QUADRO 01 - SECRETARIA DE SAÚDE				
Cargo /Função	Carga Horária Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Enfermeiro	40h	02	2.524,86	Habilitação legal para o exercício da profissão de Enfermeiro, com registro no COREN.



**QUADRO 07 - SECRETARIA EDUCAÇÃO**

Cargo /Função	Carga Horária Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Motorista	40hrs	02	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e categoria "D" para veículos de transporte de escolares e de carga
Professor Ensino Infantil	20hrs	01	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.

A PARTIR DA DATA DESTA RETIFICAÇÃO PASSA-SE A LER:

**QUADRO 01 - SECRETARIA DE SAÚDE**

Cargo /Função	Carga Horária Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Enfermeiro	40h	03	2.524,86	Habilitação legal para o exercício da profissão de Enfermeiro, com registro no COREN.

**QUADRO 07 - SECRETARIA EDUCAÇÃO**

Cargo /Função	Carga Horária Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Motorista	40hrs	03	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e categoria "D" para veículos de transporte de escolares e de carga
Professor Ensino Infantil	20hrs	04	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.

ONDE LIA-SE:

**2. DAS INSCRIÇÕES**

2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) no período das 08h00min do dia 08/09/2014 às 23h59min do dia 07/10/2014.

2.2. Para inscrever-se o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

e) Imprimir o boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o seu pagamento até as 23h59min do dia 08/10/2014.

A PARTIR DA DATA DESTA RETIFICAÇÃO PASSA-SE A LER:

**2. DAS INSCRIÇÕES**

2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) no período das 08h00min do dia 08/09/2014 às 23h59min do dia 10/10/2014.

2.2. Para inscrever-se o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

e) Imprimir o boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o seu pagamento até as 23h59min do dia 13/10/2014.

ONDE LIA-SE:

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) – Serão aplicadas provas de conhecimentos específicos, português e matemática conforme quadro abaixo para os cargos de Agente de Combate a Endemia, Auxiliar de Serviços Gerais, Agente Comunitário de Saúde, Motorista da Saúde, Fiscal de Vigilância Sanitária, Psicólogo, Fisioterapeuta, Enfermeiro, Agente de Manutenção e Conservação, Motorista, Operador I, Operador II, Mecânico, Engenheiro Civil, Fiscal de Tributos, Auditor de Tributos, Agente de Defesa Civil, Técnico em Administrativo, Monitor Social, Atendente de Biblioteca e Agente de finanças, conforme quadro abaixo, cujos conteúdos constam neste Edital (Anexo II):

Provas	Nº. Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima Conj. Provas 1, 2 e 3.
1. Conhecimentos Específicos	25	0,32	8,00	5,00
2. Português	05	0,20	1,00	
3. Matemática	05	0,20	1,00	
TOTAL	35	-	10,00	-

A PARTIR DA DATA DESTA RETIFICAÇÃO PASSA-SE A LER:

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) - Serão aplicadas provas de conhecimentos específicos, português e matemática conforme quadro abaixo para os cargos de Agente de Combate a Endemia, Auxiliar de Serviços Gerais, Agente Comunitário de Saúde, Fiscal de Vigilância Sanitária, Psicólogo, Fisioterapeuta, Enfermeiro, Agente de Manutenção e Conservação, Mecânico, Engenheiro Civil, Fiscal de Tributos, Auditor de Tributos, Auditor de Controle Interno, Agente de Defesa Civil, Técnico em Administrativo, Monitor de Creche, Monitor Social, Atendente de Biblioteca e Agente de Finanças, conforme quadro abaixo, cujos conteúdos constam neste Edital (Anexo II):

Provas	Nº. Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima Conj. Provas 1, 2 e 3.
1. Conhecimentos Específicos	25	0,32	8,00	5,00
2. Português	05	0,20	1,00	
3. Matemática	05	0,20	1,00	
TOTAL	35	-	10,00	-

ONDE LIA-SE:

**ANEXO I**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014  
CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Inscrições	08/09 a 07/10	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	10/10/2014	Pela internet nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a> A partir das 17 horas
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	11 a 14/10/2014	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições	17/10/2014	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> A partir das 17 horas

A PARTIR DA DATA DESTA RETIFICAÇÃO PASSA-SE A LER:

**ANEXO I**  
**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014**  
**CRONOGRAMA**

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Inscrições	08/09 a 10/10	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	15/10/2014	Pela internet nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.anchieta.sc.gov.br">www.anchieta.sc.gov.br</a> A partir das 17 horas
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	16 e 17/10/2014	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições	23/10/2014	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> A partir das 17 horas

Todas as demais informações constantes no referido edital permanecem inalteradas.

Anchieta, 10 de Setembro de 2014.

**1ª RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014**

1ª RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

Através da presente RETIFICAÇÃO, o Extrato do Edital do Concurso Público nº 001/2014 sofre alterações, a saber: inclusão do cargo de Auditor de Controle Interno; alterações no nº de vagas dos cargos de Enfermeiro, Motorista e Professor de Educação Infantil, bem como alterações da data final das inscrições, conforme descrito abaixo:

Inclusão do cargo de Auditor de Controle Interno no QUADRO 04 - GABINETE, conforme abaixo:

**QUADRO 04 - GABINETE**

Cargo /Função	Carga Horária Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Auditor de Controle Interno	40hrs	01	2.249,32	Curso Superior em Administração, Ciências Contábeis, Economia ou Direito com registro no órgão de fiscalização da profissão

ONDE LIA-SE:

**QUADRO 01 - SECRETARIA DE SAÚDE**

Cargo /Função	Carga Horária Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Enfermeiro	40h	02	2.524,86	Habilitação legal para o exercício da profissão de Enfermeiro, com registro no COREN.

**QUADRO 07 - SECRETARIA EDUCAÇÃO**

Cargo /Função	Carga Horária Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Motorista	40hrs	02	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e categoria "D" para veículos de transporte de escolares e de carga
Professor Ensino Infantil	20hrs	01	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.

A PARTIR DA DATA DESTA RETIFICAÇÃO PASSA-SE A LER:

**QUADRO 01 - SECRETARIA DE SAÚDE**

Cargo /Função	Carga Horária Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Enfermeiro	40h	03	2.524,86	Habilitação legal para o exercício da profissão de Enfermeiro, com registro no COREN.

## QUADRO 07 - SECRETARIA EDUCAÇÃO

Cargo /Função	Carga Horaria Semanal	Nº Vagas	Vencimento (R\$)	Habilitação
Motorista	40hrs	03	1.012,19	Ensino Fundamental Incompleto e categoria "D" para veículos de transporte de escolares e de carga
Professor Ensino Infantil	20hrs	04	PISO NACIONAL	Conclusão do Curso de graduação com Licenciatura plena na área de atuação com Diploma devidamente registrado.

ONDE LIA-SE:

**2. DAS INSCRIÇÕES**

2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) no período das 08h00min do dia 08/09/2014 às 23h59min do dia 07/10/2014.

A PARTIR DA DATA DESTA RETIFICAÇÃO PASSA-SE A LER:

**2. DAS INSCRIÇÕES**

2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) no período das 08h00min do dia 08/09/2014 às 23h59min do dia 10/10/2014.

Todas as demais informações constantes no referido extrato de edital permanecem inalteradas.

Anchieta, 10 de Setembro de 2014.

**DECRETO Nº. 118/2014, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº. 118/2014, de 10 de setembro de 2014

ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO DE CONCURSO PÚBLICO 2014.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Designar: Vanusa Cantú, Dario Signor e Fabiane Garlet Bertolin, brasileiros, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, sob a presidência do primeiro, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO DE CONCURSO PÚBLICO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos dos processos, instaurados através do Edital nº. 001/2014.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais,

equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA SC.

Em 11 de setembro de 2.014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na

Presente data

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal de Administração e Gestão

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### Portaria N 408/2014

PORTARIA Nº 408/2014.  
Concede Licença Premio.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 60 dias, a servidora efetiva MARCELITA PETRY GORGES SILVEIRA, ocupante do cargo de PROFESSOR COM POS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA – 40H, a partir de 14 de outubro de 2014, relativo ao período aquisitivo de abril/2007 a abril/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 11 de setembro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de setembro de 2014.

### QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 070/2012

#### TERMO ADITIVO

#### QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 070/2012

Quarto Termo Aditivo que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Antonio Carlos, Estado de Santa Catarina, cuja Prefeitura se localiza na Praça Anchieta nº 10, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, Pessoa Jurídica de Direito Público, neste ato denominado simplesmente Município, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antônio Paulo Remor, brasileiro, casado, portador da RG nº 978.536-2. e inscrito no CPF nº 047.605.739-68, residente e domiciliado a Rua Adão Raitz, nº 50, Centro Antônio Carlos, Santa Catarina, doravante denominado de CONTRATANTE, e a Betha Sistemas Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67, representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

#### Cláusula Primeira- DO OBJETO

Fica acrescido no objeto do contrato mais usuários ao sistema de tributação, conforme abaixo detalhado totalizando um acréscimo de R\$ 5.009,32 (cinco mil e nove reais e vinte e dois centavos) até o fim do contrato, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93, conforme detalhamento:

Produtos	Acessos			Valores		
	Atual	A ser acrescido	Total	Locação Atual	A ser acrescido	Locação Total
Tributação	02	02	04	R\$ 1.043,42	R\$ 556,58	R\$ 1.600,00

#### Cláusula Segunda - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: (9) 03.01.2.003.3.3.90.

#### Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 01 de julho de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR PREFEITO MUNICIPAL	BETHA SISTEMAS LTDA ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR.
Contratante	Contratada

#### Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:

### PORTARIA N 409/2014

PORTARIA Nº 409/2014.

Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a ARLETE BERNADETE JUNKES PAULI, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR CONTÁBIL FINANCEIRO I, relativo ao período aquisitivo de 03/01/2013 a 02/01/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 11 de setembro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de setembro de 2014.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 147/2014

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 147/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 084/2014 – Dispensa de Licitação nº 007/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Mario Sérgio Lucca; Objeto: locação de uma fração ideal de terras correspondente a 14.848,00 m² (quatorze mil oitocentos e quarenta e oito metros quadrados), representando parte de um imóvel situado no bairro Canudos, neste Município de Antônio Carlos/SC com área Total de 95.700,00 (noventa e cinco mil e setecentos metros quadrados), objeto da matrícula nº 10.076, fls. 40, livro nº. 2-BA, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu/SC. Referida área abrigará as instalações de um complexo esportivo municipal, que atenderá crianças/adolescentes residentes na municipalidade nas mais diversas atividades esportivas, tais como: (1) futebol de campo; (2) futebol de areia; (3) vôlei de areia; (4) xadrez; (5) tênis de mesa, entre outros; Valor: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais; Vigência: 12 (doze) meses, com início na data de 02 de setembro de 2014 e encerramento em 02 de setembro de 2015.



Antônio Carlos, 02 de setembro de 2014.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Ata de Registro de Preço Nº 148/2014****ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Ata de Registro de Preço nº.: 148/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 086/2014 – Pregão Presencial nº. 056/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: RADIAL ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E DRAGAGENS LTDA; Objeto: contratação de empresa especializada para execução de serviços em recuperação de pavimentação asfáltica (tapa buraco) e de execução de lombadas, através do uso de unidade móvel auto propulsora acoplada em caminhão especial à realização de pequenos reparos em todas as vias públicas de pavimentação asfáltica do município de Antonio Carlos/SC; Valor: R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais); Prazo: 02/09/2014 – 02/09/2015.

Antônio Carlos, 02 de setembro de 2014.  
Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

**Ascurra****PREFEITURA****Decreto Nº 2622, de 01/09/2014 - Atualiza Valor Cesta Básica**

DECRETO Nº 2622, de 01 de setembro de 2014.  
Atualiza Valor da Cesta Básica

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 3.º, da Lei n.º 1117, de 25/02/2009, e  
CONSIDERANDO, o decurso do prazo estabelecido, pela referida Lei;  
CONSIDERANDO o índice do INPC dos meses de março/2014 a agosto/2014, estabelecido em 4,11% (quatro vírgula onze por cento);

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica atualizado o valor da cesta básica do programa de suplementação alimentar dos Servidores Públicos Municipais, para R\$ 199,11 (cento e noventa e nove Reais e onze centavos).  
Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos financeiros a partir de 01 de setembro de 2014.

Município de Ascurra, em 01 de setembro de 2014.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicada o presente Decreto na forma Regulamentar.  
Município de Ascurra em, 01 de setembro de 2014.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

# Atalanta

## PREFEITURA

**02/2014**

Conselho Municipal de Habitação e de Interesse Social  
RESOLUÇÃO – 02/2014

Dispõe sobre os critérios para a concessão de habitações de interesse social no município de Atalanta.

O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, considerando o que dispõe a Lei n.º 1362 de 13 de dezembro de 2013, RESOLVE: Art. 1º - Criar critérios para a concessão de habitações de interesse social no município de Atalanta, por meio do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS define que todas as famílias beneficiárias deverão estar cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo.

Art. 3º - Determina que a renda familiar dos familiares não pode ser superior R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais).

Art. 4º - Estabelece critérios para seleção das famílias beneficiárias, por meio de pontuação, conforme Anexo I.

Art. 5º - Em caso de empate de famílias durante a seleção, considerar-se-á a menor renda per capita declarada no ato do registro no Cadastro Único.

Art. 6º - Caso seja comprovada fraude ou declarações falsas no ato do cadastro, a família beneficiária, será automaticamente desclassificada.

Art. 7º - Veta a inclusão de famílias que possuem imóveis em seu nome, mesmo que através de contrato. Contudo, se o beneficiário possui casa e/ou terreno próprio em situação de risco e se este foi condenado pela Defesa Civil por meio de documento oficial, o beneficiário tem direito de receber o benefício, entretanto, obrigatoriamente deverá doar para o município o seu imóvel que foi condenado.

Art. 8º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando dispositivos anteriores.

Atalanta, 07 de agosto de 2014.

Gisele Saade Neckel

Presidente do Conselho Municipal  
de Habitação e Interesse Social

### ANEXO I – Tabela de Critérios e Pontuação

Critérios	Descrição	Pontuação
Tempo em que a família reside no município de Atalanta	Até 2 anos	1 ponto
	A partir de 2 anos e um dia até 5 anos	2 ponto
	A partir de 5 anos e um dia até 10 anos	3 pontos
	Acima de 10 anos	5 pontos

Renda Familiar Mensal	Até 1 salário mínimo (R\$ 724,00)	10 pontos
	A partir de R\$ 724,01 até R\$ 1.000,00	8 pontos
	A partir de R\$ 1.000,01 até R\$ 1.200,00	6 pontos
	A partir de R\$ 1.200,01 até R\$ 1.400,00	4 pontos
	A partir de R\$ 1.400,01 até R\$ 1.600,00	2 pontos
Existência de pessoas com deficiência na família (pontuação por pessoa com deficiência)	Sim	10 pontos
	Não	0 pontos
Existência de idosos na família (pontuação por idoso)	Acima de 60 anos	2 pontos
	Até 59 anos	0 pontos
Número de Crianças e Adolescentes na Família (pontuação por criança e por adolescente)	Crianças até 12 anos de Idade	2 pontos
	Adolescentes a partir de 12 anos de idade até 18 anos	1 ponto
Mulher Chefe de Família	Sim	2 pontos
	Não	0 pontos

## Balneário Rincão

### PREFEITURA

#### Extrato de Aditivo - José Scussel

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 051/PMBR/2013; JOSÉ SCUSSEL. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 050/PMBR/2013, que prevê o termino em 02/09/2014, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 02/09/2015, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pelo Município de Balneário Rincão e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base na legislação competente. ASSINATURA: 01/09/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. José Scussel

## Biguaçu

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 2142/2014

PORTARIA Nº 2142/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

#### RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ADRIANO LUIZ VICENTE, ocupante do Cargo temporário de MÉDICO ESPECIALISTA VII – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7967/2014 em anexo no período de 09/09/2014 a 18/09/2014.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### PORTARIA Nº 2141/2014

PORTARIA Nº 2141/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

#### RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELISABETE REGINA PEREIRA, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7893/2014 em anexo no período de 28/08/2014 a 12/09/2014.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### PORTARIA Nº 2140/2014

PORTARIA Nº 2140/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

#### RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DANIELA CRISTINA PRIM, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7882/2014 em anexo no período de 03/09/2014 a 09/09/2014.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2139/2014**

PORTARIA Nº 2139/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CAROLINE NIETSCHKE, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 6696/2014 em anexo no período de 29/07/2014 a 12/08/2014.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2138/2014**

PORTARIA Nº 2138/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DENISIA RIBEIRO DA SILVA GOULARTE, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7917/2014 em anexo no período de 06/09/2014 a 04/11/2014.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2137/2014**

PORTARIA Nº 2137/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), EDINEI TEREZA GABRIELA APPI, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7904/2014 em anexo no período de 08/09/2014 a 07/10/2014.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2136/2014**

PORTARIA Nº 2136/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA PAULA MEDEIROS E SILVA VICENTE, ocupante do Cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7892/2014 em anexo no período de 31/08/2014 a 29/09/2014.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2135/2014**

PORTARIA Nº 2135/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LECIAN GERMER E OLIVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7781/2014 em anexo no período de 03/09/2014 a 17/09/2014.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2134/2014**

PORTARIA Nº 2134/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VERA LUCIA PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de RECEPCIONISTA – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7901/2014 em anexo no período de 08/09/2014 a 30/09/2014.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 2133/2014**

PORTARIA Nº 2133/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CONCEIÇÃO JOSE JACINTO, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7956/2014 em anexo no período de 09/09/2014 a 12/09/2014.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2132/2014**

PORTARIA Nº 2132/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IOLANDA BARBOSA, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7891/2014 em anexo no período de 04/09/2014 a 05/09/2014.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2131/2014**

PORTARIA Nº 2131/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), PAOULA RIBEIRO GOMES, ocupante do Cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7622/2014 em anexo no período de 03/09/2014 a 09/09/2014.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2130/2014**

PORTARIA Nº 2130/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FLAVIANA ANTONIA CUNHA, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7868/2014 em anexo no período de 04/09/2014 a 10/09/2014.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2129/2014**

PORTARIA Nº 2129/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIZA RUTH VICENTE CARDOSO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7973/2014 em anexo no período de 08/09/2014 a 17/09/2014.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2128/2014**

PORTARIA Nº 2128/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANESIA MARIA AMRTINS FURTADO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7842/2014 em anexo no período de 29/08/2014 a 31/10/2014.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2127/2014**

PORTARIA Nº 2127/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IZABEL CRISTINA DE AZEVEDO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7922/2014 em anexo no período de 04/09/2014 a 09/09/2014.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2126/2014**

PORTARIA Nº 2126/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VELANI DASI SOARES, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7945/2014 em anexo no período de 05/09/2014 a 14/09/2014.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2125/2014**

PORTARIA Nº 2125/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSELI MIRANDA CORREA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7845/2014 em anexo no período de 04/09/2014 a 09/09/2014.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2124/2014**

PORTARIA nº 2124 de 10 de setembro de 2014

Concede Readaptação ao(a) servidor(a) Salvador Artur de Campos, ocupante do Cargo efetivo de Professor I – Ensino Fundamental, na Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Salvador Artur de Campos, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 446, ocupante do cargo efetivo de Professor I – Ensino Fundamental, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O Servidor desenvolverá suas atividades na Biblioteca Pública Municipal, desempenhando as seguintes funções:

I – Atender aos usuários em consultas;

II – Organizar e arquivar periódicos;

III – Tirar fotocópias;

IV – Verificar empréstimos e devoluções;

V – Receber Doações.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 01/09/2014 a 30/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/09/2013.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2123/2014**

PORTARIA nº 2123 de 10 de setembro de 2014

Concede Readaptação ao(a) servidor(a) Mabel Cristina Ternes Corrêa, ocupante do Cargo efetivo de Professor I – Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Mabel Cristina Ternes Corrêa, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 388, ocupante do cargo efetivo de Professor I – Educação Infantil, com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O Servidor desenvolverá suas atividades na Biblioteca Pública Municipal, desempenhando as seguintes funções:

I – Atender aos usuários em consulta auxiliando na localização de livros e materiais diversificados;

II – Verificar empréstimos e devoluções de materiais, organizar e arquivar jornais, manter em ordem os periódicos, receber doações, tirar fotocópias, fazer inscrições de novos usuários;

III – Limpar as estantes e manter a ordem padrão do CDD.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 01/09/2014 a 30/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/09/2014.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2122/2014**

PORTARIA nº 2122 de 10 de setembro de 2014

**ERRATA:**

Na portaria 2108/2014, de licença para tratamento de saúde do servidor Valdir Chaves, ocorreu um equívoco quanto ao período.

Portaria 2106 de 05 de setembro de 2014:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VALDIR CHAVES, ocupante do Cargo temporário de PEDREIRO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7758/2014 em anexo no período de 02/09/2014 a 01/10/2014.

Passa a ter a seguinte redação:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VALDIR CHAVES, ocupante do Cargo temporário de PEDREIRO – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7758/2014 em anexo no período de 04/09/2014 a 07/09/2014.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

João Luiz Luz

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 2121/2014**

PORTARIA nº 2121 de 10 de setembro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ELISEIA RIBEIRO DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELISEIA RIBEIRO DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 10/09/2014 a 10/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/09/2014.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

**RESOLUÇÃO Nº 22/2014**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 22/2014

Dispõe sobre a confirmação do número de Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS,

Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- A Resolução nº 12/2013 de 31 de outubro de 2013, do CMAS.

- A deliberação na Sessão Plenária Ordinária de 01 de agosto de 2014.

- A ATA nº 12/2014.

**Resolve:**

Art. 1º Aprovar a confirmação da inscrição de número 007(sete) para os Projetos desenvolvidos pela Fundação Projeto Pescar, CNPJ: 00.932.411/0001-15, nas Unidades Projeto Pescar Schaeffers Yachts e Projeto Pescar Sulcatarinense em Biguaçu.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 05 de setembro de 2014.

Simone Pereira Marçal

Presidente do CMAS/Biguaçu

**DECRETO Nº 129/2014**

DECRETO Nº 129/2014 DE 10 de setembro DE 2014.

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2014.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 3417/13 - LDO,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 5.446.600,00 (cinco milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e seiscentos reais) e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo, de forma a assegurar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais de resultado nominal e primário estabelecidas na LDO, conforme Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação até o 4º Bimestre de 2014 em anexo a este decreto:

**1. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA**

FONTE 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários – R\$ 3.369.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.04.122.0002.1002	Construção do Centro Admin. Municipal	2.200.000,00
4.4.90.00	Investimentos	2.200.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.04.121.0002.2008	Implantação e Manutenção da Ind. Projetos	115.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	115.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.13.391.0005.1012	Reestruturação do Mercado Público	50.000,00
4.4.90.00	Investimentos	50.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.15.451.0009.1044	Pavimentação de Ruas	318.000,00
4.4.90.00	Investimentos	318.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.15.451.0009.1044	Revitalização de Praças	205.000,00
4.4.90.00	Investimentos	205.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.27.812.0005.1015	Construção de Equipamentos Esportivos	318.000,00
4.4.90.00	Investimentos	318.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.27.812.0005.1017	Construção do Centro de Artes Marciais	93.000,00
4.4.90.00	Investimentos	93.000,00

FONTE 0.1.01.000000 – Recursos de Impostos p/ MDEB – R\$ 229.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.1005	Ampliação da Rede Física do Ensino Fund.	229.100,00
4.4.90.00	Investimentos	229.100,00

FONTE 0.1.08.000000 – Transferência Diretas do FNDE – PNAE Fund. – R\$ 35.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.306.0003.2017	Oferta de Merenda Escolar – Fundamental	35.100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	35.100,00

FONTE 0.1.10.000000 – Transferência Diretas do FNDE – PNAE Infantil – R\$ 9.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.306.0003.2025	Oferta de Merenda Escolar – Infantil	9.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	9.900,00

FONTE 0.1.13.000000 –Transf. De Recursos do FUNDEB 10,07% – R\$ 48.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2022	Manutenção Transp. Escolar – Ensino Fund.	48.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	48.000,00

FONTE 0.1.37.000066 – IGD Bolsa Família - R\$ 13.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	13.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	13.500,00

FONTE 0.1.37.000070 – IGD SUAS R\$ 3.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2061	Gestão Da Política de Assistência Social	3.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	3.500,00

FONTE 0.1.37.000072 – Piso de Transição de Média Complexidade R\$ 800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Piso especial de Média Complexidade	800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	800,00

FONTE 0.1.37.000160 – Piso Variável de Média Complexidade – R\$ 18.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Piso de Média Complexidade	18.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	18.000,00

FONTE 0.1.37.000175 – Co-Financiamento – R\$ 46.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	46.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	18.000,00
4.4.90.00	Investimentos	28.000,00

FONTE 0.1.37.000198 – Acessuas – R\$ 45.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2061	Gestão de Política de Assistência Social	45.300,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	45.300,00

FONTE 0.1.80.000000 – Recursos Ordinários – R\$ 152.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1901.28.843.0000.0003	Amortização de Dividas	152.100,00
4.6.90.00	Amortização de Dívidas	152.100,00

FONTE 0.1.81.000011 – Convênio Transporte Escolar – R\$ 2.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2022	Manut. Transp. Escolar – Ens. Fundamental	2.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	2.900,00

2. UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.1.02.000000 – Recursos de Impostos p/ ASPS – R\$ 222.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2037	Ações de Saúde Bucal	222.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	222.500,00



FONTE 0.2.28.000042 – ASPS Piso de Atenção Básica – R\$ 28.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.304.0004.2034	Ações de Atenção Básica	28.600,00
4.4.90.00	Investimentos	28.600,00

FONTE 0.2.28.000043 – ASPS – Vigilância Sanitária – R\$ 16.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	16.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	16.000,00

FONTE 0.2.28.000046 – ASPS - ACS – R\$ 436.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2036	Ações de ACS	436.300,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	436.300,00

FONTE 0.2.28.000047 – ASPS - SF – R\$ 274.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2035	Ações de SF	274.800,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	274.800,00

FONTE 0.2.28.000048 – ASPS - SAMU – R\$ 24.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2041	SAMU	24.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	24.000,00

FONTE 0.2.28.000050 – ASPS – NASF – R\$ 20.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2039	Núcleo de Apoio a Saúde da Família	20.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00

FONTE 0.2.28.000106 – Rede Cegonha – R\$ 72.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2042	Manutenção das Ações de MAC	72.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	72.000,00

FONTE 0.2.28.000119 – ASPS – Teto Mun. MAC. – R\$ 101.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2042	Manutenção das Ações de MAC	101.500,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	101.500,00

FONTE 0.2.28.000120 – ASPS – Inc. Prog. Nac. HIV/AIDS – R\$ 5.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.305.0004.2046	Ações Vig. Epid. Amb. Em Saúde	5.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	5.800,00

FONTE 0.2.28.000182 – ASPS – PMAQ – R\$ 40.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2040	CEO	40.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	40.000,00

FONTE 0.2.28.000184 – ASPS – Saúde Bucal – R\$ 61.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2037	Ações de Saúde Bucal	61.300,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	61.300,00

FONTE 0.2.28.000203 – ASPS – Compensação de Esp. Regionais – R\$ 7.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica	7.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	7.000,00

FONTE 0.2.30.000000 – Pref. Mun. Gov. Celso Ramos – R\$ 8.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2041	SAMU	8.600,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	8.600,00

FONTE 0.2.30.000000 – Pref. Mun. Antonio Carlos– R\$ 9.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2041	SAMU	9.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	9.000,00

### 3. UNIDADE GESTORA FAMABI

FONTE 0.2.36.000000 – Manutenção da FAMABI – R\$ 141.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1701.18.543.0008.1040	Construção da Sede da Famabi	141.200,00
4.4.90.00	Investimentos	141.200,00

FONTE 0.2.81.000082 – RDE de Recursos da FAMABI – R\$ 4.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1701.18.541.0008.2078	Manutenção da FAMABI	4.600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	4.600,00

Art. 2º As fontes de recursos da Unidade Gestora Biguaçu prev que não alcançaram as metas de arrecadação não serão objeto de limitação de empenho, haja vista que o déficit apurado até o bimestre de referência poderá ser coberto pelo superávit financeiro

do exercício anterior.

Art. 3º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurada no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação e revoga o Decreto 99/2014.

Biguaçu, 10 de setembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

**Decreto Nº 129/2014 - Anexos**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

ACOMPANHAMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO RELATIVO AO QUARTO BIMESTRE DE 2014									
ESPECIFICAÇÕES	ATÉ BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE			ATÉ O BIMESTRE REALIZADA		
	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
<b>PREFEITURA</b>									
0.1.00.000 Recursos Ordinários	27.127,0	25.482,5	-1.644,5	9.060,0	7.335,3	-1.724,7	36.187,0	32.817,8	-3.369,2
0.1.01.000 Recursos de Impos	4.758,0	4.710,3	-47,7	1.569,0	1.387,6	-181,4	6.327,0	6.097,9	-229,1
0.1.02.000 Recursos de Impos	9.242,0	9.374,5	132,5	3.198,0	2.843,0	-355,0	12.440,0	12.217,5	-222,5
0.1.03.000 Receita de Honorários Advocatícios	0,0	41,7	41,7	,0	42,3	42,3	,0	84,0	84,0
0.1.04.000 Cosp	1.201,0	2.245,8	1.044,8	724,0	725,8	1,8	1.925,0	2.971,6	1.046,6
0.1.05.000 Cide	0,0	8,4	8,4		,0	,0		8,4	8,4
0.1.06.000 Transferências do Salário Educação	679,0	745,5	66,5	233,0	228,6	-4,4	912,0	974,1	62,1
0.1.07.000 Transferências Diretas do FNDE ref. PDDE	0,0	0,0	0,0		,0	,0		,0	,0
0.1.08.000 Transferências Diretas FNDE ref.PNAE-Ens.Fund	64,0	60,8	-3,2	32,0	,1	-31,9	96,0	60,9	-35,1
0.1.09.000 Transferências Diretas FNDE ref. ao PNATE	6,0	16,5	10,5	6,0	13,4	7,4	12,0	29,9	17,9
0.1.10.000 Transferências Diretas FNDE ref. PNAE-Ens.inf.	96,0	134,1	38,1	48,0	,0	-48,0	144,0	134,1	-9,9
0.1.12.000 Transferências de Rec. do FUNDEB - 89,93%	6.607,0	6.972,6	365,6	2.183,0	2.197,2	14,2	8.790,0	9.169,8	379,8
0.1.13.000 Transferências de Rec. do FUNDEB - 10,07%	671,0	624,4	-46,6	199,0	197,6	-1,4	870,0	822,0	-48,0
0.1.16.000 Multas Previs. na Leg. de Trans - Polícia Civil	52,0	56,5	4,5	19,0	17,7	-1,3	71,0	74,2	3,2
0.1.17.000 Multas Previs. na Leg. de Trans - Parte Pol. Militar	52,0	56,5	4,5	19,0	17,7	-1,3	71,0	74,2	3,2
0.1.18.000 Multas Previs. na Leg. de Trans. - Parte PMB	58,0	61,6	3,6	21,0	19,2	-1,8	79,0	80,8	1,8
0.1.19.000 Melhorias do Sistema Viário	0,0	4,5	4,5		,0	,0		4,5	4,5
0.1.20.000 Eventos Festivos	0,0	20,0	20,0		,0	,0		20,0	20,0
0.1.26.000 Manutenção do FIA	0,0	0,7	0,7		,3	,3		,0	1,0
0.1.33.000 Manutenção do FUNREBOM	102,0	161,8	59,8	32,0	49,2	17,2	134,0	211,0	77,0
0.1.34.000 Manutenção do FMDR	56,0	95,9	39,9	24,0	35,6	11,6	80,0	131,5	51,5
0.1.37.061 Piso de Alta Complexidade	18,0	17,0	-1,0	7,0	30,0	23,0	25,0	47,0	22,0
0.1.37.066 Índice de Gestão Descentralizada-Bolsa Família	30,0	18,5	-11,5	10,0	8,0	-2,0	40,0	26,5	-13,5
0.1.37.069 Piso Básico Fixo-PAIF	54,0	60,0	6,0	18,0	24,0	6,0	72,0	84,0	12,0
0.1.37.070 Índice de Gestão Descentralizada-SUAS	6,0	3,7	-2,3	2,0	,8	-1,2	8,0	4,5	-3,5
0.1.37.072 Piso de Transição de Média Complexidade	6,0	6,2	0,2	2,0	1,0	-1,0	8,0	7,2	-8
0.1.37.132 Piso Básico Variável II	6,0	81,0	75,0	4,0	,0	-4,0	10,0	81,0	71,0
0.1.37.141 Piso Fixo de Média Complexidade	60,0	76,2	16,2	20,0	15,2	-4,8	80,0	91,4	11,4
0.1.37.160 Piso Variável de Média Complexidade	12,0		-12,0	6,0	,0	-6,0	,0	,0	-18,0
0.1.37.175 Cofinanciamento	34,0		-34,0	12,0	,0	-12,0	46,0		-46,0
0.1.37.198 Acessuas	54,0	26,7	-27,3	18,0	,0	-18,0	72,0	26,7	-45,3
0.1.38.200 Benefícios Eventuais	6,0		-6,0	2,0	13,6	11,6	8,0	13,6	5,6
0.1.38.156 Co-Financiamento					10,0	10,0	,0	10,0	10,0
0.1.38.175 Proteção Especial de Alta Complexidade					52,0	52,0	,0	52,0	52,0
0.1.70.020 Conv. Ministério das Cidades-Hab.Popular	0,0	259,3	259,3		108,8	108,8	,0	368,1	368,1
0.1.70.021 Conv. Ministério Turismo-Sinaliz. e Portal Turist.	0,0		0,0		121,9	121,9	,0	121,9	121,9
0.1.70.022 Conv. Minst. Cidades - Implantação de Ciclovias	0,0		0,0		,0	,0	,0	,0	,0
0.1.70.073 Conv.Minist.Agricultura-Form.da Patr.Agrícola	0,0		0,0		,0	,0	,0	,0	,0
0.1.70.074 Conv.IPHAN-Restauração Casarão Wollinger	0,0		0,0		,0	,0	,0	,0	,0
0.1.70.075 Conv. Minist.Desenv.Soc.-Centro Int.Assist.Soc.	0,0		0,0		,0	,0	,0	,0	,0
0.1.70.090 Conv.Minist.Esportes-Construção Eptos Esportivos	0,0		0,0		,0	,0	,0	,0	,0
0.1.70.093 Conv.Minist. Cidades-Aquis.de Eptos Rodov.	0,0		0,0		,0	,0	,0	,0	,0
0.1.70.094 Conv.Minist. Cidades-Pavimentação de Ruas	0,0		0,0		,0	,0	,0	,0	,0
0.1.70.097 Conv.Minist. Cidades- Drenagem Pluvial	0,0		0,0		242,9	242,9	,0	242,9	242,9

**DOM/SC**  
ASSINADO DIGITALMENTE



0.2.28.104 ASPS – Rede Brasil sem Miséria	30,0	35,0	5,0	10,0	10,0	10,0	,0	40,0	45,0	5,0
0.2.28.106 ASPS – Rede Cegonha	54,0		-54,0	18,0		,0	-18,0	72,0		-72,0
0.2.28.107 ASPS – Piso Fixo de Vig. Prom. da Saúde	100,0	103,0	3,0	34,0	57,5	23,5	134,0	160,5		26,5
0.2.28.108 ASPS – Incet. Qualif. das Ações de Dengue	13,0	90,0	77,0	6,0	7,2	1,2	19,0	97,2		78,2
0.2.28.109 ASPS – Form. Inf. Crianças Vert. Esp.	6,0	103,0	97,0	2,0	-103,0	-105,0	8,0	,0		-8,0
0.2.28.119 ASPS – Teto Mun. MAC Ambie Hospitalar	918,0	828,8	-89,2	306,0	293,7	1,224,0	1,122,5			-101,5
0.2.28.120 ASPS – Inc. ao Prog. Nac. HIV/AIDS e Outra	42,0		-42,0	14,0	50,2	36,2	56,0	50,2		-5,8
0.2.28.179 ASPS – Prog. Melh. Aces. Qualidade PAB	648,0	480,8	-167,2	216,0	567,1	351,1	864,0	1,047,9		183,9
0.2.28.182 ASPS – Prog. Melh. Aces. Qualidade-CEO	30,0		-30,0	10,0	,0	-10,0	40,0			-40,0
0.2.28.184 ASPS – Saúde Bucal	108,0	58,0	-50,0	38,0	26,7	11,3	146,0	84,7		-61,3
0.2.28.187 ASPS – Rede Psico-Social	84,0	198,1	114,1	28,0	56,6	28,6	112,0	254,7		142,7
0.2.28.203 ASPS – Comp. de Espec. Regionais	5,0		-5,0	2,0	,0	-2,0	7,0			-7,0
0.2.29.052 ASPS – Assist. Farmacêutica Básica	130,0	110,6	-19,4	44,0	93,8	49,8	174,0	204,4		30,4
0.2.29.053 ASPS – Centro Espec. Odontológico-CEO	18,0	20,6	2,6	6,0	4,1	-1,9	24,0	24,7		,7
0.2.29.054 ASPS – Co-Financiamento-PAB	168,0	199,4	31,4	56,0	42,0	-14,0	224,0	241,4		17,4
0.2.30.000 ASPS – Prefeitura Munc. Gov. Celso Ramos	12,0	6,0	-6,0	4,0	1,4	-2,6	16,0	7,4		-8,6
0.2.30.000 ASPS – Prefeitura Antônio Carlos	6,0		-6,0	3,0	,0	-3,0	9,0			-9,0
0.2.70.102 Convênio MS-UPA-Ampliação	0,0		0,0		,0	,0				,0
0.2.70.176 Convênio MS-Const. UBS-Prado	0,0		0,0		,0	,0				,0
0.2.70.208 Pólos de Academia de Saúde	0,0	48,0	48,0		,0	,0		48,0		48,0
0.2.71.055 Convênio SDR-Hospital de Biguaçu	0,0	1.666,7	1.666,7		1.400,0	1.400,0	,0	3.066,7		3.066,7
0.2.81.041 ASPS – RDB Recursos do FMS	43,0	66,2	23,2	21,0	38,5	17,5	64,0	104,7		40,7
0.2.85.101 Veículos da Saúde	0,0		0,0		,0	,0				,0
<b>SOMA</b>	<b>6.520,0</b>	<b>7.855,4</b>	<b>1.335,4</b>	<b>2.205,0</b>	<b>3.979,6</b>	<b>1.774,6</b>	<b>8.725,0</b>	<b>11.835,0</b>		<b>3.110,0</b>
<b>FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE</b>										
0.2.36.000 Manutenção Fundação Meio Ambiente	152,0	59,1	-92,9	74,0	25,7	-48,3	226,0	84,8		-141,2
0.2.70.136 Transferências da Eletrosul	0,0		0,0		,0	,0				,0
0.2.81.082 RDB de Recursos da FAMABI	6,0	2,4	-3,6	2,0	1,0	-1,0	8,0	3,4		-4,6
<b>SOMA</b>	<b>158,0</b>	<b>61,5</b>	<b>-96,5</b>	<b>76,0</b>	<b>26,7</b>	<b>-49,3</b>	<b>234,0</b>	<b>88,2</b>		<b>-145,8</b>
<b>PREVIGUAÇU</b>										
0.2.32.000 Pagamento de Inativos e Pensionistas	4.316,0	3.540,5	-775,5	1.399,0	1.164,8	-234,2	5.715,0	4.705,3		-1.009,7
0.2.35.000 Contr. Patr. Serv. Ativo Civil – Intra-Órgam.	210,0		-210,0	72,0	,0	-72,0	282,0			-282,0
0.2.81.040 Rem. dos Invest. RPPS-Renda Fixa	4.528,0	4.144,2	-383,8	1.904,0	1.357,9	-546,1	6.432,0	5.502,1		-929,9
0.2.81.165 Rem. dos Invest. RPPS-Renda Fixa	54,0	69,9	15,9	24,0	15,0	-9,0	78,0	84,9		6,9
<b>SOMA</b>	<b>9.108,0</b>	<b>7.754,6</b>	<b>-1.353,4</b>	<b>3.399,0</b>	<b>2.537,7</b>	<b>-861,3</b>	<b>12.507,0</b>	<b>10.292,3</b>		<b>-2.214,7</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>67.266,0</b>	<b>69.903,0</b>	<b>2.637,0</b>	<b>23.329,0</b>	<b>23.136,6</b>	<b>-192,4</b>	<b>90.595,0</b>	<b>93.039,6</b>		<b>2.444,6</b>

Biguaçu, 10 de setembro de 2014

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito MunicipalPRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO  
Contadora – CRC/SC 028726/O-6

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### Portaria Nº 203/2014 de 11 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº 203/2014, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

CONCEDE ADICIONAL POR TITULAÇÃO PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Titulação a servidora pública Municipal Sra. Roseni Machado de Souza Bruxel, matrícula nº 350-6, com CPF sob nº 026.966.599-40, a partir do mês de setembro do ano 2014, conforme art. 67 e Anexo I da lei nº 542/2006 (Estatuto de Servidores) por Titulação de "Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 11 de setembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 4598/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº. 4598/2014 de 10 de Setembro de 2014

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº. 02122/2014, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº.: 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº. 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº. 02122/2014, que tem por objeto Aquisição de Pneus Novos para Motoniveladora Caterpillar 120 K do departamento do DMER.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Modelo Pneus Ltda	Pneu Novo 1.400x24 com 16 lonas sem câmara, de fabricação nacional com certificado do INMETRO e com profundidade mínima de sulco de 24.9 mm	6,00	11.214,00

onze mil duzentos e quatorze reais 11.214,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 10/09/14.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 4599/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº. 4599/2014 de 10 de Setembro de 2014.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº. 01790/2014, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº.: 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº. 4478/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 01790/2014, que tem por objeto Serviço de conformação, cascalhamento e recuperação de estradas vicinais do Município de Bom Jesus do Oeste - SC, trechos III,VI,VII,VIII e IV..

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Maqter Terraplanagem Ltda.	Serviço de conformação, cascalhamento e recuperação de estradas vicinais trechos III, VI,,VII,VIII E IX conforme projeto de engenharia e cronograma físico financeiro	1,00	385.868,02

trezentos e oitenta e cinco mil oitocentos e sessenta e oito reais e dois centavos 385.868,02

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 10/09/14.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

#### 4600

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº. 4600/2014 de 10 de Setembro de 2014

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº. 02092/2014, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº.: 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº. 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº. 02092/2014, que tem por objeto Serviço mecânicos para recuperação e reforma de Carregadeira Michigan 1998 55 Ci.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Copini & Cia. Ltda.	Cremalheira 16 furos 243765	1,00	202,00
2	Copini & Cia Ltda	Anel adaptador 16 furos 243767	1,00	96,00
3	Copini & Cia Ltda	Parafuso Cremalheira 3320136	16,00	60,80
4	Copini & Cia Ltda	Cola branca elimina juntas	4,00	38,00
5	Copini & Cia Ltda	Tampa do impulsor 234503	1,00	560,00
6	Copini & Cia Ltda	Anel Urino 11992882	1,00	8,00
7	Copini & Cia Ltda	Anel Encosto 242045	1,00	42,00
8	Copini & Cia Ltda	Rolamento 11993733	1,00	81,00
9	Copini & Cia Ltda	Estator 229565	1,00	620,00
10	Copini & Cia Ltda	Rolamento 237190	1,00	65,00
11	Copini & Cia Ltda	Impulsor 214920	1,00	562,00
12	Copini & Cia Ltda	Turbina 222684	1,00	620,00

13	Copini & Cia Ltda	Kit de Válvula - Conjunto de Válvula Moduladora 244541	1,00	503,20
14	Copini & Cia Ltda	Bomba Conjunto Torque 235045	1,00	2.180,00
15	Copini & Cia Ltda	Elemento Filtrante do Torque 230962	1,00	42,00
16	Copini & Cia Ltda	Cruzeta Carda 3319843	2,00	112,00
17	Copini & Cia Ltda	Placa Relação Freio 11915011	4,00	484,00
18	Copini & Cia Ltda	Disco de Fricção Freio 11996933	8,00	808,00
19	Copini & Cia Ltda	Óleo MB 499	60,00	756,00
20	Copini & Cia Ltda	Válvula Pedal do Freio Completa 4953502	1,00	830,00
21	Copini & Cia Ltda	Bomba Hidráulica do Freio 12707263	1,00	1.110,00
22	Copini & Cia Ltda	Cilindro do Levantamento 11001980	1,00	2.500,00
23	Copini & Cia Ltda	Reparo Cilindro do Levantamento 12708915	1,00	108,00
24	Copini & Cia Ltda	Reparo Cilindro inclinação 55C 12708907	2,00	192,00
25	Copini & Cia Ltda	Kit Pinos Retentor Buchas e Arruelas dos Braços e Concha	1,00	1.900,00
26	Copini & Cia Ltda	Serviço de Torno Mecânico	10,00	300,00
27	Copini & Cia Ltda	Serviço de Solda Mig	8,00	640,00
28	Copini & Cia Ltda	Serviço hora/máquina para troca de buchas e retentores da concha dianteira, troca de turbina e peças do torque, bomba de freio, troca do sistema de ferio, reparo em cilindro da concha serviço de tirar e colocar motor e reparo de vazamento e revisão completa	62,00	2.480,00

Dezessete mil e novecentos reais 17.900,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 10/09/14.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

**Edital de Lic. Pregão Presencial 37/2014 - SRP**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 44/2014

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 37/2014 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 25.09.2014, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias do Município de Brço do Trombudo, pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 11 de setembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal.

**EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 38/2014 - SRP**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 45/2014

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 38/2014 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 14h00min do dia 25.09.2014, estará selecionando a melhor proposta para Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras. Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários., pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 11 de setembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal.



ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 45 2013 PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2013

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 45/2013		Data do Registro: 11/12/2013		Válido até: 11/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de implementos agrícolas para efetuar melhorias no Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo e melhor atender seus agricultores.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Carreta agrícola hidráulica 4.000 Kg. rodado tandem com carroceria de madeira 3,20x1,85x0,60+0,40 com sobre caixa e freio pneus novos 650x16,8 lonas. (12458)	UND	VANDERLEI DE FREITAS EPP (9212)	MetalFreitas	0	7.900,0000	1
			MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TADEU	0	7.950,0000	2
			Fatima Representações Comerciais Ltda (9162)	TADEU	0	9.990,0000	3
2	Arado fixo 3 x 28" modelo AFL (12459)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	5.630,0000	1
			Fatima Representações Comerciais Ltda (9162)	KOHLER	0	5.640,0000	2
3	Grade niveladora modelo SP 28 disco 20" recortados mancais rolamento espaçamento 200 mm. (12460)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	8.900,0000	1
			Fatima Representações Comerciais Ltda (9162)	CERVO	0	8.930,0000	2
4	Distribuidor de calcário e semeadeira modelo Sembra 400 de polietileno capacidade 600 Kg. (12461)	UND	Fatima Representações Comerciais Ltda (9162)	TRITON	0	2.279,0000	1
			MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	INCOMAGRI	0	2.400,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2013

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 45/2013		Data do Registro: 11/12/2013		Válido até: 11/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de Implementos agrícolas para efetuar melhorias no Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo e melhor atender seus agricultores.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VANDERLEI DE FREITAS EPP (9212)	Cremasco	0	2.540.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2013

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 45/2013		Data do Registro: 11/12/2013		Válido até: 11/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de implementos agrícolas para efetuar melhorias no Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo e melhor atender seus agricultores.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2013  
PROCESSO Nº 84/2013

- (7379) - MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS
- (9162) - Fatima Representações Comerciais Ltda
- (9212) - VANDERLEI DE FREITAS EPP

Braço do Trombudo, 11 de Dezembro de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 46 2013 PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2013

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 46/2013		Data do Registro: 13/12/2013		Válido até: 13/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de veículo 0 Km para a Secretaria de Administração e Finanças, da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Veículo automotor novo, no mínimo ano 2013 - modelo 2014, quatro portas, cor branca biocombustível, com potência mínima de 140 CV, com no mínimo 6 marchas, rodas de liga leve com no mínimo Aro 16, Freios ABS com no mínimo distribuição de força EBD, Air Bag no mínimo duplo, ar condicionado, direção elétrica, computador de bordo, volante com regulagem de altura, console central dianteiro com no mínimo porta objetos, porta lata e apoio de braço integrado, sistema de áudio AM/FM com no mínimo CD Player / MP3/ WMA, cinto de segurança dianteiros reguláveis e três cintos traseiros de três portas, vidros dianteiros e traseiros elétricos, travas elétricas nas portas e no porta mala, faróis de neblina. (12492)	UND	REPECON VEICULOS LTDA (9216)	Ranault	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
					0	64.900.0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2013

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 46/2013		Data do Registro: 13/12/2013		Válido até: 13/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de veículo 0 Km para a Secretaria de Administração e Finanças, da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2013  
PROCESSO Nº 86/2013  
(9216) - REPECON VEICULOS LTDA

Braço do Trombudo, 13 de Dezembro de 2013.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 472013 PMBT**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 47/2013**

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 47/2013		Data do Registro: 13/12/2013		Válido até: 13/12/2014			
Objeto da Compra: Serviços de contratação de árbitros para os Campeonatos Municipais no ano de 2014 (Adulto futsal, Adulto suíço, Veterano, Juvenil e Feminino), no município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviços de arbitragem/jogos (9632)	JG	Liga Desportiva da Microregião da Cebola (9217)		0	111,6379	1
			LIGA REG.DE FUT.SALAO ALTO VALE ITAJAI (6603)		0	114,0862	2
2	Deslocamento de arbitros/rodadas (10288)	UND	Liga Desportiva da Microregião da Cebola (9217)		0	53,4483	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 47/2013

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 47/2013		Data do Registro: 13/12/2013		Válido até: 13/12/2014			
Objeto da Compra: Serviços de contratação de árbitros para os Campeonatos Municipais no ano de 2014 (Adulto futsal, Adulto suíço, Veterano, Juvenil e Feminino), no município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LIGA REG.DE FUT.SALAO ALTO VALE ITAJAI (6603)		0	52,6552	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 47/2013

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 47/2013		Data do Registro: 13/12/2013		Válido até: 13/12/2014			
Objeto da Compra: Serviços de contratação de árbitros para os Campeonatos Municipais no ano de 2014 (Adulto futsal, Adulto suíço, Veterano, Juvenil e Feminino), no município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2013  
PROCESSO Nº 76/2013

(6603) - LIGA REG.DE FUT.SALAO ALTO VALE ITAJAI  
(9217) - Liga Desportiva da Microregião da Cebola

Braço do Trombudo, 13 de Dezembro de 2013.



ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 48 2013 PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 1/21

Número do Registro de Preços: 48/2013			Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Água Sanitária, composição química hidróxido de sódio e carbonato de sódio, princípio ativo hipoclorito de sódio, teor de cloro ativo de 2,0% à 2,5%pp, aplicação lavável e alvejante de roupas, banheiros, pisos, tipo comum, frasco de 2 litros, acondicionadas em embalagem de papelão identificadas. (12542)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	2,8972	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LIMPINHA	0	2,8930	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ECOVILLE	0	2,8986	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	2,9227	4
2	Álcool etílico hidratado, aplicação limpeza em geral, teor alcoólico 46° INPM, 54° GL, unidade contendo 1 litro cada. (12543)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FLOPS	0	3,1775	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FLOPS	0	3,1748	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	FLOPS	0	3,1792	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Araucaria	0	3,2054	4
3	Álcool em gel, bactericida 70° INPM, frasco de 500 gramas, aprovado pelo INMETRO. (12544)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FLOPS	0	4,4672	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FLOPS	0	4,4616	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DA ILHA	0	4,4696	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	cocamar	0	4,5065	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013**

Página: 2/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Papel higiênico, cor branca, não reciclado, folha dupla, picotado, neutro, rolos com 60 metros de comprimento e 10 centímetros de largura, pacote com 8 rolos. (12545)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DALMATA	0	7,2615	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	FOFINHO	0	7,2654	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FOFINHO	0	7,2795	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bob	0	7,3254	4
5	Papel toalha para cozinha, branco, macio, absorvente, folha dupla, picotado - pacote com 2 rolos de 60 toalhas de 22x20 cm cada uma. (12546)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DALMATA	0	2,7382	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DALMATA	0	2,7239	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SORELLA	0	2,7397	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Log	0	2,7623	4
6	Cera Líquida auto brilho, incolor, frasco com 750 ml. (12547)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SOI	0	6,1120	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GIRANDO SOI	0	6,1153	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GIRANDO SOI	0	6,1241	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Brilho Fácil	0	6,1657	4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 3/21

Número do Registro de Preços: 48/2013      Data do Registro: 20/12/2013      Válido até: 20/12/2014							
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Saponáceo em líquido cremoso concentrado 300 ml. - especificação: limpador concentrado em líquido cremoso. Campo de aplicação: utilizado para limpeza de superfícies esmaltadas, cromado, aço inox, porcelanas, e louças, sem causar riscos. Composição química: tensoativos, abrasivos, conservantes, perfume e água. Embalagem: frasco com 300 ml, rótulo contendo identificação com procedência, data de fabricação, validade, lote, precauções de uso, composição química e técnico responsável. (12548)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	3,7008	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	3,7008	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLWAX	0	3,7028	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Font	0	3,7334	4
8	Escova dental infantil com cerdas de nylon macia com cabo reto de polietileno de 1º qualidade. (12549)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DENTIL	0	4,2429	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DENTALK	0	4,2451	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	TEK JUNIOR	0	4,2550	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jadefrog	0	4,2802	4
9	Creme dental infantil com fluor ativo, peso liq. 50 gramas a unidade. (12550)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DENTIL	0	2,1775	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	TANDY	0	2,1698	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ALEGRINHO	0	2,1787	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Action	0	2,1967	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013**

Página: 4/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Embalagem para alimentos, contendo 50 sacos de 05 kg, de 1º qualidade. (12551)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MEGA MIL	0	3,1775	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BOM PACK	0	3,1466	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PAMPLASTIC	0	3,1792	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Multifort	0	3,2054	4
11	Lustra Móveis em frasco de 200 ml, com fragrância agradável. Composição química mínima: cera de carnaúba, ceras naturais, silicone, solvente e perfume, aplicação móveis e superfícies. (12552)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	4,1027	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	4,0859	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLWAX	0	4,1049	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Poliflor	0	4,1388	4
12	Óleo de Peroba, frasco de 200ml. (12553)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEROBA	0	7,9811	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	KING	0	7,9839	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLWAX	0	7,9854	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Peroba	0	8,0513	4
13	Pano Multuso, pacote com 05 unidades. (12554)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	2,7476	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013**

Página: 5/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Espanja de limpeza, multiuso, dupla face, pacote contendo 1und. 110mmx75mmx20mm, pacote da embalagem fechada, produto que garante alta durabilidade e limpeza. (12555)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SANI MIX	0	2,7427	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ALKIN	0	2,7491	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Fort	0	2,7718	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	BETANIN	0	1,4953	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BETTANIM	0	1,4559	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ESFREBOM	0	1,4961	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tinindo	0	1,5084	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	INOVE	0	1,8878	1
15	Espanja de limpeza, material lá aço fina, abrasividade mínima, aplicação utensilio de alumínio, pacote com 08 unidades (12556)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	INOVE	0	1,8598	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	INOVE	0	1,8888	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bombril	0	1,9044	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	4,8784	1
16	Limpa vidros, tubos com 500 ml, acondicionados em caixas de papelão devidamente identificadas. (12557)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DA ILHA	0	4,8810	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013**

Página: 6/21

Número do Registro de Preços: 48/2013      Data do Registro: 20/12/2013      Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
17	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 100 litros, pacote com 25 unidades, 75x105cm. De 1º qualidade. (12558)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	4,8843	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	uau	0	4,9213	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	7,2895	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PEGA LIXO	0	7,2795	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Biostar	0	7,3536	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	7,2895	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PEGA LIXO	0	7,2795	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Biostar	0	7,3536	4		
18	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 50 litros, pacote com 50 unidades, 63x80cm. De 1º qualidade. (12559)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	4,8843	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	uau	0	4,9213	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	7,2895	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PEGA LIXO	0	7,2795	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Biostar	0	7,3536	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	7,2895	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PEGA LIXO	0	7,2795	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Biostar	0	7,3536	4		
19	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 30 litros, pacote com 50 unidades, 59x62cm. Composição: Material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradável. De 1º qualidade. (12560)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	4,8843	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	uau	0	4,9213	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	7,2895	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PEGA LIXO	0	7,2795	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Biostar	0	7,3536	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	7,2895	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PEGA LIXO	0	7,2795	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Biostar	0	7,3536	4		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 7/21

Número do Registro de Preços: 48/2013      Data do Registro: 20/12/2013      Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
20	Sabão em pó, caixa de 1kg, para roupas brancas e coloridas, de primeira linha. (12561)	CX	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	PEGA LIXO	0	7,2934	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	biostar	0	7,3536	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SOI	0	5,7382	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ULTRA CLASE	0	5,7296	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLWAX	0	5,7412	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Omo	0	5,7886	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SANY BRIL	0	1,2710	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SANI MIX	0	1,2493	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SANY	0	1,2717	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sanibox	0	1,2822	4		
21	Desodorante sanitário tipo pedra sanitária, perfumado - odores variados, embalados em celofane à prova de vazamento, com no mínimo 30g, com ação bactericida e aromatizante e suporte plástico. Prazo de validade de no mínimo 06 meses, e data de fabricação não superior a 60 dias, contados retroativamente da data de entrega do produto. (12562)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SANY BRIL	0	1,2710	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SANI MIX	0	1,2493	2		
22	Detergente líquido, antibacteriano, testado dermatologicamente, que contém tensoativo biodegradável, 500 ml. (12563)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	1,2803	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LIMPINHA	0	1,2586	2		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013**

Página: 8/21

Número do Registro de Preços: 48/2013      Data do Registro: 20/12/2013      Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
23	Rodode borracha, borracha com EVA duplo de 1,5mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 30 cm, com cabo. De 1º qualidade. (12564)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GIRANDO SOI	0	1,2810	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ype	0	1,2916	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	5,9905	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	5,9937	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	6,0020	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Forta	0	6,0432	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	8,6166	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	8,6212	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	8,6414	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Forta	0	8,6924	4		
25	Rodo de espuma. (12566)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	5,6727	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	5,6758	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	5,6827	3		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013**

Página: 9/21

Número do Registro de Preços: 48/2013      Data do Registro: 20/12/2013      Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
26	Fósforo maço com 10 unidades. (12567)		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Forta	0	5,7226	4		
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FIAT LUX	0	2,0560	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	QUE LUZ	0	2,0383	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GABOARDY	0	2,0571	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parana	0	2,0741	4		
27	Vassoura de palha, material de cerdas palha avermelhadas, cabo madeira, comprimento das cerdas de 40 a 50 cm, vassoura bem firme e forte, na palha amarrada 3 vezes com arrame a cada 3cm e na parte superior e amarrado com barbante com 3 camadas, para uso de limpeza em geral. (12568)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	14,6351	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	COLONIAL	0	14,6429	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	14,6810	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Colonial	0	14,7639	4		
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	9,4110	1		
28	Limpador desengordurante concentrado spray 500 ml. (12569)		DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CIF	0	9,4160	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	9,4398	3		



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 10/21

Número do Registro de Preços: 48/2013      Data do Registro: 20/12/2013      Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
29	Desinfetante, aspecto físico líquido, aplicação bactericida, aroma lavanda, franco de 2lt. (12570)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Cif	0	9,4937	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	3,4579	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LIMPINHA	0	3,4472	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	QUALY	0	3,4597	3		
30	Amaciante de roupa, aspecto físico líquido viscoso, fragrância lavanda, aplicação amaciante de artigos têxteis, solúvel em água, de tudo com 2 litros. (12571)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	3,4883	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	3,8877	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GOTA LIMPA	0	3,8886	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BABY PLUS	0	3,8898	3		
31	Sabão em barra glicerinado, pacote de 1kg com 5 unidades de 200g cada. (12572)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	3,9219	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SOI	0	4,1681	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ZAVASKI	0	4,1516	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GIRANDO SOI	0	4,1703	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	4,2048	4		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 11/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	Filtro coador de papel, para café, de 1º qualidade, tamanho nº 103, em caixas com 30 unidades. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior 60 ( sessenta) dias, contatos retroativamente da data de entrega do produto. (12573)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	3 CORAÇÕES	0	3,0934	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	3 CORAÇÕES	0	3,0903	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BRIGITA	0	3,0950	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Brigitta	0	3,1206	4
33	Toalhas de papel interfolhadas, pacote com 1000 folhas nos tamanhos 22,5 x 20,5 cm com 02 dobras, branco, extra luxo. De 1º qualidade. (12574)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	TUBARÃO	0	6,2802	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DAMASPEL	0	6,2836	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	TUBARÃO	0	6,2932	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Embrast	0	6,3354	4
34	Sabonete líquido bactericida, cremoso anti-séptico neutro e sem aroma. Embalagem de 5 litros. (12575)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAX	0	80,3343	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAX	0	80,3772	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PROTECT	0	80,6847	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	81,0409	4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 12/21

Número do Registro de Preços: 48/2013			Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
35	Desodorizador ambiental em aerossol, sem CFC, essências suaves, efeito neutralizante, fresco de 400ml. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não a superior 60 ( sessenta) dias, contatos retroativamente da data de entrega do produto. (12576)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GLADE	0	7,2054	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BOW AR	0	7,1999	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ULTRA FRESH	0	7,2137	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bom Ar	0	7,2688	4
36	Copo descartável, estriado, branco, com borda redobrada, em polipropileno ou poliestireno atóxico, forte, de 1º qualidade, com capacidade para 180 ml, que atende a Norma ABNT NBR 14.865/2002, embalado em pacotes de 100 unidades e acondicionados em caixas de papelão com 2.500 unidades. (12577)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	COPOSUL	0	343,4489	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TOTALPLAST	0	343,6323	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CRISTAL COP	0	344,9998	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Copobras	0	346,4698	4
37	Esfregão de aço. (9707)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SANY BRIL	0	1,3271	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GAUCHO	0	1,3150	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	INOVE	0	1,3278	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Romar	0	1,3387	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013**

Página: 13/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	Lenço unedecido, refl, testado dermatologicamente, pacote com 400 unidades. (12578)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PIKTUCHO	0	7,9250	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ANJINHO	0	7,9293	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FERINHA	0	7,9370	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Baby Piss	0	7,9947	4
39	Pano para limpeza para limpeza tipo saco, duplo, lavado e alvejado, forte, grosso, com alta absorção, 100% algodão, de 1º qualidade. Medidas mínima de 42cmx65cm. (12579)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	3,8504	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MARTINS	0	3,8511	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MARTINS	0	3,8524	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Martim	0	3,8842	4
40	Sabonete sólido, branco, infantil, 60 gramas. (12580)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	1 2 3 BABY	0	1,6635	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	POM POM	0	1,6438	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ANJINHO	0	1,6644	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Pom pom	0	1,6781	4
41	Vassourade nylon com cerdas macias, cepo plástico de 22 cm, cerdas de 11,5 cm cor plumagem nas pontas, com cabo rosqueado de madeira plastificada, para limpeza em geral, tipo doméstica. (12581)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	7,2054	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013**

Página: 14/21

Número do Registro de Preços: 48/2013      Data do Registro: 20/12/2013      Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
42	Prendedor de roupa de plástico, pacote com 12 unidades. (12582)	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	7,2083	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	7,2137	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Belannim	0	7,2688	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	1,7289	1		
43	Luva de borrachade borracha tamanho médio para limpeza, resistente, colorida, anti derrapante na face externa, moldada automaticamente, com forração antialérgica. De 1ª qualidade. (12583)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ZAVASKI	0	1,7189	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GABOARDY	0	1,7298	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parana	0	1,7441	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	5,7288	1		
44	Pá de lixo uso domestica em plástico se prende ao cabo de vassoura, com acabamento de perfil em borracha recolhendo melhor a sujeira, 25x30cm. (12584)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NOBRE	0	5,7296	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DANNY	0	5,7319	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Idealex	0	5,7792	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	9,7100	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	CANADA	0	9,7152	2		



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 15/21

Número do Registro de Preços: 48/2013      Data do Registro: 20/12/2013      Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
45	Limpa forno,frasco c/ aproximadamente 225 ml. (12585)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	9,7310	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Condor	0	9,7954	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	8,5044	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EASY OFF	0	9,2664	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	9,2708	3		
46	Lixa ferro, material óxido de alumínio, tipo lixa papel ferro, apresentação folha, tipo grão n°.100, comprimento 280 mm, largura 215 mm, para fogão. (12586)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Easy off	0	9,3429	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FIAT	0	1,2616	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	3M	0	1,2493	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	3M	0	1,2623	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Norton	0	1,2727	4		
47	Pano de prato, 100% algodão. Medidas 45x70cm. Com bainha, de 1º qualidade. (12587)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	2,9158	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MARTINS	0	2,9118	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MARTINS	0	2,9174	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 16/21

Número do Registro de Preços: 48/2013			Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	Balde plásticopolipropileno 20 litros com alça de metal. (12588)		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	TEKa	0	2,9415	4
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	ARQUIPLAST	0	6,7194	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ARQPLAST	0	6,7230	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MARTINS	0	6,7253	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CDK	0	6,7786	4
49	Luva de procedimentos, descartável, não estéril - tamanho médio; em látex natural. Caixa com 100 unidades.Complemento: textura uniforme, espessura média de 0,16 milímetros e comprimento mínimo de 25 centímetros. ambidestra.boa elasticidade, resistente ao calçar, lubrificada com pó bio-absorvível, confortável e anatômica com empunhadura justa. Na embalagem deverá constar data de fabricação, validade, número de lote e registro no MS. (12589)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	TALGE	0	4,2803	1
50	Bota de borracha branca Nº 37, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço; sem gravação. (12590)		JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DESCARPAC	0	4,2738	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TALGE	0	4,2825	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	4,3179	4
		UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SETE LEGUA:	0	34,3355	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3165	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013**

Página: 17/21

Número do Registro de Preços: 48/2013      Data do Registro: 20/12/2013      Válido até: 20/12/2014						
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
51	Bota de borracha branca Nº 38, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (12591)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SETE LÉGUA!	0	34,4718
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SETE LEGUA!	0	34,3355
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VUSCABRAS	0	34,3539
52	Bota de borracha branca Nº 39, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (12592)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SETE LÉGUA!	0	34,4718
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SETE LEGUA!	0	34,3355
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3539
53	Bota de borracha branca Nº 40, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (12593)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SETE LÉGUA!	0	34,4718
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SETE LEGUA!	0	34,3355
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3539

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 18/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
54	Bota de borracha branca Nº 42, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bota, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (12594)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3539	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SETE LÉGUA!	0	34,4718	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SETE LEGUA!	0	34,3355	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	VULCABRAS	0	34,3539	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SETE LÉGUA!	0	34,4718	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Robusta	0	34,6375	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARCOTEX	0	14,0837	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	KARSTEN	0	14,0913	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	REISTEN	0	14,1363	3
55	Toalha de banho em cor escura no mínimo 70x130cm. (12595)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARCOTEX	0	14,0837	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	KARSTEN	0	14,0913	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	REISTEN	0	14,1363	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Karsten	0	14,2076	4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 19/21

Número do Registro de Preços: 48/2013      Data do Registro: 20/12/2013      Válido até: 20/12/2014									
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
56	Super rodo absorvente, com alavanca de plástico altamente resistente de formato anatômico. Duplo rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em aço Inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa mtric com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (12596)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	25,3919	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	KM	0	25,4054	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BETTANIM	0	25,5016	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	25,6152	4		
57	Refil para Super rodo absorvente em espuma feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa mtric com 28 cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (12597)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	7,3176	1		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	KM	0	7,3215	2		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BETTANIM	0	7,3284	3		



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 20/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	sony	0	7,3819	4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 48/2013

Página: 21/21

Número do Registro de Preços: 48/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014	
Objeto da Compra: Aquisição de material de limpeza para higienização das Escolas e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2013  
PROCESSO Nº 87/2013

- (6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.
- (8615) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
- (8738) - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME
- (8903) - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME

Braço do Trombudo, 20 de Dezembro de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 49 2013 PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 49/2013

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 49/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de Leite Zero Lactose para o ensino infantil, creche e fundamental da rede de ensino do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Leite Zero Lactose, embalagem Tetra Pack de 1 litro com identificação do produto, rótulo com ingredientes, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 2 meses a contar da data da entrega. (12607)	L	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
					0	4,1800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 49/2013

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 49/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de Leite Zero Lactose para o ensino infantil, creche e fundamental da rede de ensino do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2013  
PROCESSO Nº 90/2013

(6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.

Braço do Trombudo, 20 de Dezembro de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 50 2013 PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2013

Página: 1/6

Número do Registro de Preços: 50/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Saída 6h: Rua Tiradentes - Braço Novo - Ribeirão Ernesto - ENBT Km 20 - Rua Duque de Caxias - Rua Dom Pedro - EEB Adolfo Boving - Rua Leopoldo Joenck - Rua 26 de Setembro - Rua Amadeu Hercílio da Silva - Rua Dom Pedro - Tamandaré - Rua Alfredo Kufis - Rua Tiradentes - ENBT Km 20. Retorno aproximado: 7h e 20 min.  Saída 11h e 20min: ENBT Km 20 - Rua Duque de Caxias - Amadeu Hercílio da Silva - Rua 26 de Setembro - Rua Leopoldo Joenck - EEB Adolfo Boving - Rua Dom Pedro I - Rua Tiradentes - Braço Novo - Ribeirão Ernesto - ENBT Km 20 - Rua Duque de Caxias - EEB Adolfo Boving - Rua Amadeu Hercílio da Silva - Rua 26 de Setembro - Rua Leopoldo Joenck - EEB Adolfo Boving - Rua Dom Pedro - Rua Tamandaré - Rua Alfredo Kufis - Tiradentes - ENBT Km 20 - Rua Duque de Caxias - SC 426 - Rua dos Pioneiros - ENBT Km 15 - SC 426 - Rua Tiradentes - ENBR Km 20. Retorno aproximado: 13h.  Saída 16h e 50min: ENBT Km 15 - SC 426 - EEB Adolfo Boving - Rua Leopoldo Joenck - Rua Amadeu Hercílio da Silva - Rua Tamandaré - Rua Alfredo Kufis - Tiradentes - Tamandaré - EEB Adolfo Boving - Rua Leopoldo Joenck - Rua Amadeu Hercílio da Silva - Braço Novo - Ribeirão Ernesto - ENBT Km 20 - Rua Duque de Caxias - EEB Adolfo Boving. Retorno aproximado: 18h e 30min.  Capacidade de 40 lugares. (12464)	KM	G.G. TURISMO LTDA ME (8766)			0	2.7400	1
---	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	-----------------------------	--	--	---	--------	---

Styllus Transportes Coletivo Ltda (9222)	0	2.7500	2
Laudemir Falkievicz - ME (9223)	0	2.9200	3
COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)	0	3.3600	4
BRAULIO REIF (6729)	0	3.3700	5



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2013

Número do Registro de Preços: 50/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

2	Saída 5h e 50min: Rod BRT 205 - Estrada Geral Ribeirão Vitória até a divisa com o Corruichel (Pouso Redondo) - Cascalheira - Celso Verdi - Tifa Wespahal - Baixa Vitória - entrada ao lado da casa do Sr. Eron Franz - Tifa dos Baade - Transfaller - SC 426 - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - SC 426 - EEB Adolfo Boving - Rua 28 de Setembro - Rua Amadeu Hercilio da Silva - Rua Duque de Caxias - ENBT Km 20 - Rua Tiradentes - EEB Adolfo Boving - SC 426 - ENBT Km 15. Retorno aproximado: 7h e 20min.  Saída 11h e 20min: ENBT Km 15 - Rod SC 426 - EEB Adolfo Boving -Morro Silva - Rod. SC 426 - ENBT Km 15 - Transfaller - Travessa Transfaller/Rib. Vitória - Saída ao lado da casa do Sr. Eron Franz - Entrada propriedade Osni Rode - Estrada Geral Vitória até a divisa Corruichel (Pouso Redondo) - Celso Verdi - desce até a casa do Sr. Amadeu de Liz - Tifa Wespahal retornando a Estrada Geral - Travessa Transfaller/Rib.Vitória - Transfaller - Rod SC 426 - ENBT Km 15 - Rod SC 426 - EEB Adolfo Boving. Retorno aproximado: 13h.  Saída 16h e 50min - ENBT Km 15 - Rod SC 426 - EEB Adolfo Boving - Rod SC 426 - Transfaller - Rod BRT 205 - Tifa Baade - Saída ao lado da casa do Sr. Eron Franz - Baixa Vitória - Estrada Geral Vitória até a divisa Corruichel (Pouso Redondo) - Celso Verdi - desce até a casa do Sr. Amadeu de Liz - Tifa Wespahal retornando a Estrada Geral - Baixa Vitória - entrada ao lado da casa do Sr. Eron Franz - Tifa dos Baade - Transfaller - SC 426 - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - SC 426 - EEB Adolfo Boving. Retorno Aproximado: 18h e 20 min. Capacidade mínima para 25 lugares. (12465)	KM	G.G. TURISMO LTDA ME (8766)		0	2,5900	1
Styllus Transportes Coletivo Ltda (9222)							2
COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)							3
Laudemir Falkiewicz - ME (9223)							4
BRAULIO REIF (6729)							5

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2013

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 50/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Saída 6h e 30min: EB Adriano Mosimann - Furnas - Águas Sulfurosas - Rua Duque de Caxias - EEB Adolfo Boving - Rua Tiradentes - ENBT Km 20 - Furnas - Serril. Retorno aproximado: 7h e 20min.  Saída 11h e 30min: EB Adriano Mosimann - Furnas - Águas Sulfurosas -ENBT Km 20 - Rua Tiradentes -Morro Silva - EEB Adolfo Boving - Duque de Caxias - Águas Sulfurosas - Furnas - Final das Furnas - Morro do Santo Antônio - EB Adriano Mosimann. Retorno aproximado: 12h e 50min.  Saída 17h - EB Adriano Mosimann - Santo Antônio - Furnas - Águas Sulfurosas - Rua Duque de Caxias - EEB Adolfo Boving - Rua Tiradentes - ENBT Km 20 - Furnas - Serril. Retorno aproximado: 18h 20min.  Saída as 22h e 10min: Saída Adolfo Boeving - Águas Sulfurosas - Serril. Retorno aproximado 23h e 45 min. Capacidade mínima de 40 lugares. (12466)	KM	G.G. TURISMO LTDA ME (8766)		0	2,7400	1
			Syllus Transportes Coletivo Ltda (9222)		0	2,7500	2
			Laudemir Falkievecz - ME (9223)		0	2,9200	3
			BRAULIO REIF (6729)		0	3,3700	4
			COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3,3700	5

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2013

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 50/2013			Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014		
Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Saída 6h e 10min: ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 -EEB Adolfo Boving - Rua dos Pioneiros - Ribeirão Concórdia - Estrada Geral (Residência Marcolino) - Seril -- EB Adriano Mosimann - CEI Edson Arndt -Estrada Geral - Residência Egon Becker - Seril - Ribeirão Concórdia - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 - EEB Adolfo Boving. Retorno aproximando: 7h e 20min. Saída 11h e 20min: ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 - Duque de Caxias - ENBT Km 20 - CEI Emilia Rinnert - EEB Adolfo Boving - Rua dos Pioneiros - Ribeirão Concórdia - Estrada Geral (Valdeir Lemos) - EB Adriano Mosimann - CEI Edson Arndt - Estrada Geral (Altamiro dos Santos) - Ribeirão Concórdia - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - ROD SC 426 - Avenida Erica Hansen Joenck - EEB Adolfo Boving - Dom Pedro - Tamandaré - Dom Pedro - SC 426 - ENBT - km 15 - CEI Tecla Georg. Retorno aproximando: 12h e 45min. Saída 17h: ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - Rod SC 426 - Duque de Caxias - ENBT Km 20 - CEI Emilia Rinnert - EEB Adolfo Boving - Rua dos Pioneiros - Ribeirão Concórdia - Estrada Geral (Valdeir Lemos) - EB Adriano Mosimann - CEI Edson Arndt - Estrada Geral (Altamiro dos Santos) - Ribeirão Concórdia - ENBT Km 15 - CEI Tecla Georg - ROD SC 426 - Avenida Erica Hansen Joenck -EEB Adolfo Boving - Dom Pedro - Tamandaré - Dom Pedro - SC 426 - ENBT - km 15 - CEI Tecla Georg. Retorno aproximando: 18h e 20min. Saída 22h e 10min: Colégio - Varandão - Lar Beneficente João 3:16 - ENBT Km 15 - Transfaller - Baixa Vitória - Final da Vitória. Retorno aproximado: 23h e 30min. Capacidade mínima de 40 lugares. (12467)	KM	Syllus Transportes Coletivo Ltda (9222)		0	2.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2013

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 50/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3,3700	5

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2013

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 50/2013		Data do Registro: 20/12/2013		Válido até: 20/12/2014			
Objeto da Compra: Serviço de transporte escolar da rede municipal e estadual do ensino fundamental, infantil e médio do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2013  
PROCESSO Nº 88/2013

- (6729) - BRAULIO REIF
- (8291) - COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD
- (8766) - G.G. TURISMO LTDA ME
- (9222) - Stylus Transportes Coletivo Ltda
- (9223) - Laudemir Falkevez - ME

Braço do Trombudo, 20 de Dezembro de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 3 2014 PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 06/03/2014		Válido até: 06/03/2015			
Objeto da Compra: Registros de Preços para Aquisição de Equipamento novo para combater Incêndio							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Equipamento novo para combate a incêndio, capacidade 10,000 litros na cor branca, bomba lobular "D4", com vazão 60m³/h irrigadora trazeira. Pé de pato direito e esquerdo, Pé de pato na frente do caminhão, cânhão monitor com salidas laterais, direita e esquerda, duas mangueiras de esguicho de no mínimo 15 mts, todos a abertura de registro de água pneumático montado no caminhão 1719/2013. Deverão possuir parachoque, protetores laterais. (12893)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	0	55.500,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 06/03/2014		Válido até: 06/03/2015			
Objeto da Compra: Registros de Preços para Aquisição de Equipamento novo para combater Incêndio							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2014  
PROCESSO Nº 7/2014

(7379) - MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS

Braço do Trombudo, 6 de Março de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 4 2014 PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 24/03/2014		Válido até: 24/03/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada em serviços de transporte de atletas, apresentação de grupos de dança e outros, para as diversas Secretarias e departamentos do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Micro ônibus com 27 lugares (13092)	KM	COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3.2400	1
2	Ônibus com 47 lugares (13093)	KM	COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3.5400	1
3	Micro ônibus com 27 lugares Executivo, poltronas Soft, as condicionado, frigobar e DVD (13094)	KM	COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3.5900	1
4	Ônibus com 47 lugares Executivo, poltronas convencionais, DVD e Banheiro (13095)	KM	COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3.8900	1
5	Ônibus executivo, calefação, banheiro, som, DVD, capacidade 42 lugares (13098)	KM	COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3.1900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 24/03/2014		Válido até: 24/03/2015			
<b>Objeto da Compra:</b> Registro de Preços para Contratação de empresa especializada em serviços de transporte de atletas, apresentação de grupos de dança e outros, para as diversas Secretarias e departamentos do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Micro ônibus, ar condicionado, som, DVD, frigobar, capacidade 27 lugares (13099)	KM	COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	2,9200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 24/03/2014		Válido até: 24/03/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada em serviços de transporte de atletas, apresentação de grupos de dança e outros, para as diversas Secretarias e departamentos do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2014  
PROCESSO Nº 8/2014

(8291) - COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD

Braço do Trombudo, 24 de Março de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2013 PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2013

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 46/2013		Data do Registro: 13/12/2013		Válido até: 13/12/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de veículo 0 Km para a Secretaria de Administração e Finanças, da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Veículo automotor novo, no mínimo ano 2013 - modelo 2014, quatro portas, cor branca biocombustível, com potência mínima de 140 CV, com no mínimo 6 marchas, rodas de liga leve com no mínimo Aro 16, Freios ABS com no mínimo distribuição de força EBD, Air Bag no mínimo duplo, ar condicionado, direção elétrica, computador de bordo, volante com regulagem de altura, console central dianteiro com no mínimo porta objetos, porta lata e apoio de braço integrado, sistema de áudio AM/FM com no mínimo CD Player /MP3/ WMA, cinto de segurança dianteiros reguláveis e três cintos traseiros de três portas, vidros dianteiros e traseiros elétrico, travas elétricas nas portas e no porta mala, faróis de neblina. (12492)	UND	REPECON VEICULOS LTDA (9216)	Ranault	0	64.900,0000	1
---	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----	------------------------------	---------	---	-------------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2013

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 46/2013		Data do Registro: 13/12/2013		Válido até: 13/12/2014	
Objeto da Compra: Aquisição de veículo 0 Km para a Secretaria de Administração e Finanças, da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2013  
PROCESSO Nº 86/2013  
(9216) - REPECON VEICULOS LTDA

Braço do Trombudo, 13 de Dezembro de 2013.



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2013 PMBT**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 47/2013**

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 47/2013		Data do Registro: 13/12/2013		Válido até: 13/12/2014			
<b>Objeto da Compra:</b> Serviços de contratação de árbitros para os Campeonatos Municipais no ano de 2014 (Adulto futsal, Adulto suíço, Veterano, Juvenil e Feminino), no município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviços de arbitragem/jogos (9632)	JG	Liga Desportiva da Microregião da Cebola (9217)		0	111,6379	1
			LIGA REG.DE FUT.SALAO ALTO VALE ITAJAI (6603)		0	114,0862	2
2	Deslocamento de arbitros/rodadas (10288)	UND	Liga Desportiva da Microregião da Cebola (9217)		0	53,4483	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 47/2013**

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 47/2013		Data do Registro: 13/12/2013		Válido até: 13/12/2014			
Objeto da Compra: Serviços de contratação de árbitros para os Campeonatos Municipais no ano de 2014 (Adulto futsal, Adulto suíço, Veterano, Juvenil e Feminino), no município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LIGA REG.DE FUT.SALAO ALTO VALE ITAJAI		0	52,6552	2
			(6603)				

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 47/2013

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 47/2013		Data do Registro: 13/12/2013		Válido até: 13/12/2014			
Objeto da Compra: Serviços de contratação de árbitros para os Campeonatos Municipais no ano de 2014 (Adulto futsal, Adulto suíço, Veterano, Juvenil e Feminino), no município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2013  
PROCESSO Nº 76/2013

(6603) - LIGA REG.DE FUT.SALAO ALTO VALE ITAJAI  
(9217) - Liga Desportiva da Microregião da Cebola

Braço do Trombudo, 13 de Dezembro de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2014 PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 06/03/2014		Válido até: 06/03/2015			
Objeto da Compra: Registros de Preços para Aquisição de Equipamento novo para combater Incêndio							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Equipamento novo para combate a incêndio, capacidade 10,000 litros na cor branca, bomba lobular "D4", com vazão 60m³/h irrigadora trazeira. Pé de pato direito e esquerdo, Pé de pato na frente do caminhão, canhão monitor com saídas laterais, direita e esquerda, duas mangueiras de esguicho de no mínimo 15 mts, todos a abertura de registro de água pneumático montado no caminhão 1719/2013. Deverão possuir parachoque, protetores laterais. (12893)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	0	55.500,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2014

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 06/03/2014		Válido até: 06/03/2015			
Objeto da Compra: Registros de Preços para Aquisição de Equipamento novo para combater Incêndio							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2014  
PROCESSO Nº 7/2014

(7379) - MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS

Braço do Trombudo, 6 de Março de 2014.

# Brusque

## PREFEITURA

### Portaria Nº 1903/2014

PORTARIA Nº 1903/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Monitor Escolar I a Sra. MONICA AÇUCENA GEROLA, matrícula nº 103631.9, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/09/2014.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6063840234.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de setembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

### Portaria Nº 1856/2014

PORTARIA Nº 1856/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. CLEOCIANE BATISTA DE OLIVEIRA, matrícula nº 1009800, exercendo as funções de Servente Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, em decorrência do atestado do dia 25/08/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 09/09/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de agosto de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

### Portaria Nº 1857/2014

PORTARIA Nº 1857/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. TANIA REGINE RAINERT, matrícula nº 40817.4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência dos atestados do dia 25/08/2014 de 11 (onze) dias e do dia 03/09/2014 de 90 (noventa) dias, sendo seu afastamento no dia 09/09/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de agosto de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

### Portaria Nº 1883/2014

PORTARIA Nº 1883/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o servidor Sr. FLORENTINO JOÃO VENTURA, matrícula nº 50808.0, exercendo as funções de Servente Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 28/08/2014 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 12/09/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de agosto de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 1904/2014**

PORTARIA Nº 1904/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. CARLA RUBIA DE SOUZA PEREIRA, matrícula nº 4128192, exercendo as funções de Professor, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 19/07/2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 19/07/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de setembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

**Processo Licitatório 039/2014 SAMAE**

PROCESSO LICITATÓRIO 039/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 039/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para serviço de caminhão basculante. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 26 de setembro de 2014, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

**DECRETO Nº. 7.495, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº. 7.495, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 56.050,00 (Cinquenta e seis mil e cinquenta reais), para atender a programação abaixo especificada:

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

018.0451.0320.1002 Macro Drenagem, Saneamento e Obras de

Contenção de Cheias

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 10.000,00

18.00 Controladoria Geral do Município

18.001 Controladoria Geral do Município

004.0122.0005.2004 Manutenção da Controladoria Geral do Município

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 50,00

22.00 Fundação Municipal de Esportes

22.001 Fundação Municipal de Esportes

027.0812.0070.2025 Apoio ao Esporte Amador, Compet. Oficiais e Jasc

3.3.50.00 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos ☐ Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR 46.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

018.0451.0320.1002 Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de Cheias

3.3.90.00 Aplicações Diretas ☐ Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 10.000,00

18.00 Controladoria Geral do Município

18.001 Controladoria Geral do Município

004.0122.0005.2004 Manutenção da Controladoria Geral do Município

3.3.90.00 Aplicações Diretas ☐ Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 50,00

22.00 Fundação Municipal de Esportes

22.001 Fundação Municipal de Esportes

027.0812.0070.2025 Apoio ao Esporte Amador, Compet. Oficiais e Jasc

3.3.90.00 Aplicações Diretas ☐ Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR 46.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 11/09/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

ELTON ROGRIGO RIFFEL

Prefeito Municipal

Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe Gabinete do Prefeito



# Caçador

## PREFEITURA

### Decreto Nº 6.107/2014

DECRETO Nº 6.107, de 05 de setembro de 2014.  
Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 6.053, de 03 de julho de 2014, que aprova unificação de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETO:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 6.053, de 03 de julho de 2014, que aprova unificação de terrenos urbanos, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A unificação das áreas dispostas no art. 1º deste Decreto, resulta em uma área total com 5.615,00m<sup>2</sup> (cinco mil e seiscentos e quinze metros quadrados), de propriedade de Administradora Valente Hyczy Ltda, iniciando-se no marco denominado ‘0=PP’ com coordenadas geográficas latitude 26°46’47”.44511”S e longitude 51°00’48.79731”W, situado na confrontação com a Rua Prudente de Moraes; Deste segue confrontando com a Rua Prudente de Moraes com o azimute 248°21’37” e a distância de 81,80 metros até o marco “1”; Deste segue confrontando com a Administradora Valente Hyczy Ltda com o azimute 155°56’46” e a distância de 54,40 metros até o marco “2”; Deste segue confrontando com a Administradora Valente Hyczy Ltda com o azimute 154°58’54” e a distância de 43,08 metros até o marco “3”; Deste segue confrontando com imóvel de propriedade de Dorvalino Pereira, matrícula nº18.502, com o azimute 30°03’05” e a distância de 12,28 metros até o marco “4”; Deste segue confrontando com imóvel de propriedade de Dorvalino Pereira, matrícula nº18.502, com o azimute 30°02’59” e a distância de 38,10 metros até o marco “5”; Deste segue confrontando com o imóvel de propriedade de Dorvalino Pereira, matrícula nº18.502, com o azimute 30°02’45” e a distância de 1,77 metros até o marco “6”; Deste segue confrontando com o imóvel de propriedade de Dorvalino Pereira, matrícula nº18.502, com o azimute 32°30’19” e a distância de 54,95 metros até o marco “7”; Deste segue confrontando com a Rua Visconde de Mauá com o azimute 323°57’15” e a distância de 33,93 metros até o marco ‘0=PP’; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 05 de setembro de 2014.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

## IPASC

### Portaria N.º 744, de 02 de Setembro de 2014.

PORTARIA n.º 744, de 02 de setembro de 2014.  
Concede Pensão a Leonardo Antonio Oliveira de Souza.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e de acordo com o inciso I, §7º, do art. 40 da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/03, c/c inciso I, do art. 8º, inciso I, §3º do art. 38 e Parágrafo único do art. 39 da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006,

#### RESOLVEM:

Art. 1.º - Conceder pensão por morte a LEONARDO ANTONIO OLIVEIRA DE SOUZA, Matrícula 5961, na condição de filho do Servidor Público Municipal inativo SEBASTIÃO LOPES DE SOUZA, falecido em 31/07/2014, na espécie sem paridade, com proventos integrais, correspondendo a 100% do valor original de benefício de aposentadoria de R\$ 1.456,38 (hum mil, quatrocentos e cinqüenta e seis reais e trinta e oito centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 01/08/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 02 de setembro de 2014.

Alcedir Ferlin  
DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini  
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

### PORTARIA N.º 745, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

PORTARIA n.º 745, de 05 de setembro de 2014.  
Concede Pensão a MARCELO TOBIAS.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e de acordo com o inciso I, §7º, do art. 40 da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/03, c/c inciso I, do art. 8º, inciso I, §3º do art. 38, Parágrafo único do art. 39, § 2º do art. 40, art. 42 e art. 44, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006,

#### RESOLVEM:

Art. 1.º - Conceder pensão por morte a MARCELO TOBIAS, Matrícula 5962, na condição de filho maior inválido do Servidor Público Municipal inativo JAIR TOBIAS, falecido em 02/12/2004, na espécie sem paridade, quota parte de ¼ (um quarto), correspondendo a 25% do valor original de benefício de aposentadoria, no valor da quota parte de R\$ 185,38 (cento e oitenta e cinco reais e trinta e oito centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 11/08/2014.

Art. 2º. Ficam redistribuídas as quotas partes aos pensionistas MARIA DE LURDES CHIOSSI, LUCAS CHIASI TOBIAS e GABRIELA APARECIDA TOBIAS, correspondendo a cada um 25% do valor do benefício.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 05 de setembro de 2014.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

## CÂMARA MUNICIPAL

### Editalaudiênciapública07.2014 2º Quadrimestre

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA nº 07/2014.

A Câmara Municipal de Caçador convida toda a sociedade civil organizada com atuação e sede no Município de Caçador, bem como os demais munícipes, a participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no âmbito da COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS DO MUNICÍPIO, que se realizará no dia 09 de junho de 2014, às 18h30min, no Plenário Osvaldo José Gomez, sito à Rua Fernando Machado, 139, com a finalidade de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes ao 2º quadrimestre do exercício de 2014.

Caçador, em 10 de setembro de 2014.

Wilson Luiz Binotto,

Presidente da CMC.

Alencar Mendes,

Presidente em Exercício da CFOCM.

## Camboriú

### PREFEITURA

#### Resultado do PR 16/14 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2014-FME

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado dos itens 02,03 e 05 da licitação foram declarados:

"FRACASSADA"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 10 de Setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

#### PR 17/14 -FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2014-FME

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA RECREAÇÃO NOS PÁTIOS DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 24 (Vinte e Quatro) de Setembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 10 de Setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

#### ANULAÇÃO DO PR 78/14 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

ANULAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 078/2014-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 124/2014 cujo objeto é: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, como segue: "RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 11 de Setembro de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

**RESULTADO DO PR 21/14 - FUNDESB**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU  
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2014-FUNDESB

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:  
"DESERTA"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 11 de Setembro de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
PREFEITA MUNICIPAL

**PR 22/14 - FUNDESB**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2014-FUNDESB  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO, PARA ATENDER DEMANDAS DA ANÁLISE REALIZADA PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.  
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.  
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.  
ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 24 (Vinte e Quatro) de Setembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.  
INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 11 de Setembro de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

**PR 31/14 - FMS**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2014-FMS  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA EQUIPAR A UPA (UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO) NO BAIRRO TABOLEIRO E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.  
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.  
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.  
ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 30 (Trinta) de Setembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.  
INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9554 ou no

site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 11 de Setembro de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Ata Pregão Eletrônico 77/2014

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº. 77/2014)

Às 16:00 do dia 10/09/2014, reuniu-se o Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é a aquisição de pneus 1000x20 para frota municipal. A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre-SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeiro e Equipe de Apoio

### Lei Nº 2.643 de 18 de Junho de 2002

LEI Nº 2.643 DE 18 DE JUNHO DE 2002

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO

"PROGRAMA MUNICIPAL DE SEMENTE DE MILHO"

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Semente de Milho destinado ao fornecimento gratuito de sacos de milho de variedades comerciais, aos produtores rurais do município de Campo Alegre/SC.

§ 1º - Para participar do programa, o produtor deverá comprovar:

I - Inscrição no cadastro de produtores rurais junto a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, provando haver emitido ao menos uma nota fiscal nos últimos dezoito meses;

II - Ter efetuado e realize periodicamente a roçada nas margens da estrada municipal que divisam com a sua propriedade rural;

III - Que a principal fonte de renda familiar tenha origem na atividade rural.

§ 2º - Cada produtor poderá ser beneficiado com sementes de milho suficientes para plantar área de até 02 (dois) hectares.

Art. 2º - A participação dos produtores rurais no Programa, objeto desta Lei, se dará por meio de inscrição na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, deste Município.

Art. 3º - Caberá aos beneficiários deste programa à contratação e pagamento dos serviços de transporte dos sacos de milhos distribuídos do ponto de distribuição até a sua propriedade.

Art. 4º - Ficará ao encargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente a operacionalização do presente Programa.

Art. 5º - A presente Lei será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo, após sua entrada em vigor.

Art.6º) As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da dotação 06.01.020.606.1701.2026-33903200 - Material de Distribuição Gratuita, do Orçamento Vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
em 18 de junho de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 18/06/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.644 de 18 de Junho de 2002

LEI Nº 2.644 DE 18 DE JUNHO DE 2002

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A

ASSOCIAÇÃO VIDA E RESGATE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarado de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO VIDA E RESGATE, com sede à Rua: João Pius Schindler nº 54 - Distrito de Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre/SC, registrado no Cartório de Registro Civil e Anexos sob nº 557, à fls. 010 à 013, do Livro nº 3 de Registro de Sociedades civis, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 04.772.134/0001-81.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de junho de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 18/06/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.645 de 25 de Junho de 2002**

LEI Nº 2.645 DE 25 DE JUNHO DE 2002.

HOMOLOGA O TERMO DE CONVÊNIO Nº 09.17.11.0330.100.005/2002, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A - EPAGRI

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologada a Celebração do Termo de Convênio nº 09.17.11.0330.100.005/2001, que entre si Celebram a Prefeitura Municipal de Campo Alegre e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A - EPAGRI, no valor total de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), pagos em 12 (doze) parcelas mensais iguais e sucessivas de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Art.2º) O objeto do presente Termo de Convênio refere-se à Cooperação Técnica (assistência) e extensão Rural pela EPAGRI para o município de Campo Alegre, para elaboração e acompanhamento do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR).

Art.3º) Os termos do Convênio a que se refere o Artigo primeiro fazem parte integrante desta Lei.

Art.4º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação do Orçamento Vigente.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
25 de junho de 2002.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 25/06/2002

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.646 de 25 de Junho de 2002**

LEI Nº 2.646 DE 25 DE JUNHO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 133.938,42 (cento e trinta e três mil, novecentos e trinta e oito reais e quarenta e dois centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0303 - Divisão de Controle Fazendário

004.123.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica .....  
R\$ 4.000,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

012.123.1407.2009 - Bolsa Estudantil ao Servidor

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339018.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes .....  
R\$ 6.000,00

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

012.361.1408.1001 - Construção Ampliação e Reforma de Escolas

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449051.00 - Obras e Instalações .....  
.. R\$ 29.000,00

012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratações por Tempo Determinado .....  
R\$ 7.000,00

319009.00 - Salário Família .....  
. R\$ 510,00

339030.00 - Material de Consumo .....  
. R\$ 6.000,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

012.365.1403.2015 - Manutenção das Atividades da Creches

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratações por Tempo Determinado ..... R\$  
6.000,00

0404 - Divisão da Cultura

013.392.1410.2017 - Manutenção das Atividades Culturais



300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$ 200,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência à Saúde

010.301.1504.1002 - Construção, Ampliação e Reforma de Postos de Saúde

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449051.00 - Obras e Instalações R\$ 60.125,42

0502 - Divisão de Assistência Social

008.244.1409.2021 - Manutenção da Assistência Social

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339014.00 - Diária Civil ..... R\$ 100,00

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0603 - Divisão de Turismo

023.695.1603.2028 - Incentivos ao Turismo

..... 400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 3.000,00

0700 - Secretaria Municipal de Planejamento Transportes e Obras

0701 - Divisão de Planejamento e Obras

026.782.1801.2029 - Gestão Administrativa da Secretaria de Obras e Planejamento

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449052.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 2.500,00

015.452.1801.2030 - Conservação de Logradouros Públicos

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 5.000,00

339039.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$ .503,00

026.782.1801.2031 - Reforma e Manutenção de Veículos

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.000,00

339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica....R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 133.938,42

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de junho de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 25/06/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.647 de 25 de Junho de 2002**

LEI Nº 2.647 DE 25 DE JUNHO DE 2002  
ALTERA ITEM DE PROGRAMA DO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.569 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica alterado o item nº 7.04.2 - Convênio Epagri/ Manutenção do Escritório Local, do Programa 7.04, do Anexo Único da Lei Municipal nº 2.569 de 06 de novembro de 2001, que passa fazer parte integrante desta Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de junho de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças  
Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 00/00/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II					
DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
7.04 PROGRAMA: APOIO E PARCERIAS, INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PARA INCREMENTO DAS ATIVIDADES RURAIS: ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS, EPAGRI, CIDASC E INICIATIVA PRIVADA.					
DIAGNOSTICO: A Realidade demonstra execução de trabalhos, isolados entre as diversas entidades do município.					
DIRETRIZES: Realização de Convênios e Parcerias					
OBJETIVOS: Otimização dos Resultados das atividades rurais desenvolvidas pelo Poder Público e as Diversas Entidades					
AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.04.1 - Convênio Sindicato Rural, Programa de Inseminação Artificial	Convênio	Anual	1	6.000,00	Rec. Próprios
7.04.2 - Convênio EPAGRI/ Manutenção do Escritório Local	Convênio	Anual	1	14.400,00	Rec. Próprios
7.04.3 - Parcerias com Associações e Núcleos de Criadores	Reuniões	Unidade	20	*****	Rec. Próprios

7.04.4 - Parcerias com ACIA-CA/SEBRAE/ Sindicato Rural/ SENAR e EPAGRI	Cursos	Unidade	22	*****	Rec. Próprios
TOTAL				20.400,00	

**LEI Nº 2.648 DE 25 DE JUNHO DE 2002**

LEI Nº 2.648 DE 25 DE JUNHO DE 2002  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

020.606.1701.2026 - Gestão Administrativa do Desenv. Econômico

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica .....  
R\$ 8.400,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0601- Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

018.541.1701.2024 - Manutenção do Horto Municipal

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações R\$ 8.400,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de junho de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 25/06/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.649 de 25 de Junho de 2002**

LEI Nº 2.649 DE 25 DE JUNHO DE 2002  
ALTERA O TEXTO DO PARÁGRAFO PRIMEIRO DO  
ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL Nº 2.000/94.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art 1º - O parágrafo Primeiro do Artigo 16 passa a vigorar com a seguinte Redação:

Parágrafo Primeiro - A permissão para instalação de Indústrias na ZR, somente será concedida nas faixas compreendidas entre o Km 47 até a divisa com o Município de São Bento do Sul/SC, e o trecho entre a divisa com o Município de São Bento do Sul/SC e a divisa com o Estado do Paraná, no Distrito de Fragosos - Município de Campo Alegre/SC.

Art 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de junho de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 25/06/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **ANEXO ÚNICO**

(Lei Municipal nº 2.649 de 25 de junho de 2002)

### **SETOR II - FRAGOSOS**

A poligonal que delimita a área urbana no Setor Fragosos tem origem no ponto situado na Rua Generoso Fragoso a 300 metros do cruzamento com a Rua Max Rudnick no Sentido Avenquinha (a). Deste ponto o traçado é em linha reta até um ponto situado na Estrada do Rio Represo, a 480 metros do mesmo cruzamento (b). Deste ponto o traçado segue com mesma inclinação de 90 graus com relação a rua em linha reta até um ponto localizado a 1000 metros de distância (c), o traçado converge 90 graus em direção a Rua Raimundo P. de Lima por uma linha reta de 700 metros (d). Daí segue em sentido oeste até um ponto (e), num riacho distante aproximadamente 200 metros da Rodovia SC-301, distando a 200 metros dela no sentido sul por cerca de 1900 metros (f); quando

então converge 90 graus a leste com caminamento de 400 metros (g). Novamente converge 90 graus a Sul, desta vez com caminamento de 450 metros (h). Deste o traçado torna a convergir mais 90 graus a oeste, com um caminamento de 500 metros, retornando assim para um ponto distante 200 metros da SC-301 (i). Segue então paralelamente a rodovia em epígrafe até o ponto (j), onde encontra o rio da divisa, daí seguindo à jusante do rio da Divisa, no sentido nordeste, até o ponto (k), distante 200 metros do eixo da Rodovia SC 301; Seguindo o caminamento por uma linha paralela ao eixo da citada rodovia em 200 metros até o ponto (l), na escola Isolada Municipal de Corredeiras, deste ultimo, para um ponto na Rua Basílio Rocha a 450 metros do cruzamento com a Rodovia (m), deste ponto segue no sentido norte até o rio Negro (n), e de lá segue pela margem deste até um ponto localizado a 100 metros a leste da Rua Generoso Fragoso (o). Deste ponto segue no sentido sul paralelamente a Rua Generoso Fragoso, distando 100 metros dela até um ponto distante 1150 metros (p). Deste ponto o traçado converge a nordeste, seguindo 600 metros até um ponto inicial desta poligonal (a) e deste último ponto o traçado une-se ao ponto inicial, fechando a poligonal.

Campo Alegre SC, 24 de junho de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 2.650 de 11 de Julho de 2002**

LEI Nº 2.650 DE 11 DE JULHO DE 2002  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito Suplementar por Conta de Anulação Parcial de Dotação do Orçamento Vigente no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0403 - Divisão de Ensino Infantil

012.365.1403.2015 - Manutenção das Atividades de Creches

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações R\$ 10.000,00

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0603 - Divisão de Turismo

023.695.1603.2028 - Incentivos ao Turismo

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339039.00 - Outros Serviços de Terc. - Pessoa Jurídica .....  
R\$ 1.000,00

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações R\$ 4.000,00

TOTAL .....  
R\$ 15.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0403 - Divisão de Ensino Infantil

012.365.1404.2016 - Manutenção das Atividades do Pré-Escolar

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações R\$ 10.000,00

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0603 - Divisão de Turismo

023.695.1603.2028 - Incentivos ao Turismo

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339030.00 - Material de Consumo R\$ 4.000,00

335000.00 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

335041.00 - Contribuições R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
11 de julho de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 11/07/2002

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

**Lei Nº 2.651 de 11 de Julho de 2002**

LEI Nº 2.651 DE 11 DE JULHO DE 2002

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES  
DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam denominadas as Instituições de Ensino da Rede Municipal de Educação, conforme no Anexo Único, que faz parte integrante desta Lei, ficando as mesmas subordinadas à Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
11 de julho de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 11/07/2002

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

**ANEXO ÚNICO**

(LEI Nº 2.651 DE 11 DE JULHO DE 2002)

**DENOMINAÇÃO ANTERIOR****DENOMINAÇÃO ATUAL:**

Creche "Alegre Infância" criada em: 06/05/1985

Centro Municipal de Educação Infantil "Alegre Infância"

Creche "Infância Feliz" criada em: 24/11/1992

Centro Municipal de Educação Infantil "Chapeuzinho Vermelho"

Creche "Pedacinho do Céu" criada em: 26/08/1991

Centro Municipal de Educação Infantil "Pedacinho do Céu"

Jardim de Infância "Profª Maria da Glória Percina Kroll" criada em: 19/06/1979

Centro Municipal de Educação Infantil "Professora Maria da Glória Percina Kroll"

Escola Reunidas "Antônio Domingos Corrêa" criada em: 24/08/1998

Escola Municipal de Educação Básica "Antônio Domingos Correa"

Escola Municipal "Adão Trischiack" criada em: 25/04/1988

Escola Municipal de Ensino Fundamental "Adão Trischiack"

Escola Isolada "Avenquinha de Santo Antonio" criada em: 24/08/1998

Escola Municipal de Ensino Fundamental "Avenquinha de

Santo Antônio"

Escola Isolada Municipal "Bateias do Meio" criada em: 30/11/1976

Escola Municipal de Ensino Fundamental "Bateias do Meio"

Escola Isolada "Bateias de Cima" criada em: 24/08/1998

Escola Municipal de Educação Básica "Bateias de Cima"

Escola Reunida "Bela Vista" criada em: 11/06/1991

Escola Municipal de Educação Básica "Bela Vista"

Escola Isolada "Cãozinho" criada em: 24/08/1998

Escola Municipal de Ensino Fundamental "Cãozinho"

Escola Reunida Municipal "Carlos Frederico Adolfo Schneider" criada em: 11/06/1991

Escola Municipal de Educação Básica "Carlos Frederico Adolfo Schneider"

Escola Isolada "Carlos Telma" criada em: 17/11/1986

Escola Municipal de Ensino Fundamental "Carlos Telma"

Escola Isolada "Cubatão" criada em: 24/08/1998

Escola Municipal de Ensino Fundamental "Cubatão"  
 Escola Municipal "Eugênio Schutzler" criada em: 24/11/1986  
 Escola Municipal de Educação Básica "Professor Eugenio Schutzler"  
 Escola Municipal "José Oleskovicz" criada em: 06/05/1985  
 Escola Municipal de Ensino Fundamental "José Oleskovicz"  
 Escola Isolada "Profª Maria Diná Moreira" criada em: 02/04/1982  
 Escola Municipal de Ensino Fundamental "Professora Maria Diná Moreira"  
 Escola Municipal "Maria José Duarte Silva Bernardes" criada em: 23/07/1993  
 Escola Municipal de Educação Básica "Maria José Duarte Silva Bernardes"  
 Escola Isolada "Miguel Franco da Rocha" criada em: 06/12/2000  
 Escola Municipal de Ensino Fundamental "Miguel Franco da Rocha"  
 Escola Isolada "Papanduvinha" criada em: 06/05/1985  
 Escola Municipal de Ensino Fundamental "Papanduvinha"  
 Escola Isolada "Santana" criada em: 24/08/1998  
 Escola Municipal de Ensino Fundamental "Santana"  
 Escola Isolada "Ribeirão do Meio" criada em: 30/11/1997  
 Escola Municipal de Ensino Fundamental "Ribeirão do Meio"  
 Escola Isolada "Rodeio Grande" criada em: 24/08/1998  
 Escola Municipal de Ensino Fundamental "Rodeio Grande"  
 Escola Isolada "São Miguel" criada em: 24/08/1998  
 Escola Municipal de Ensino Fundamental "São Miguel"  
 Escola Isolada "Saltinho" criada em: 24/08/1998  
 Escola Municipal de Ensino Fundamental "Saltinho"  
 Escola Isolada "Ximbuva" criada em: 30/11/1976  
 Escola Municipal de Ensino Fundamental "Ximbuva"  
 Escola Isolada "Willy Franz" criada em: 06/05/1985  
 Escola Municipal de Educação Básica "Willy Franz"  
 Escola Isolada "Tijucume" criada em: 07/10/1963  
 Escola Municipal de Ensino Fundamental "Tijucume"  
 Escola Isolada "Campinas" criada em: 24/08/1988  
 Escola Municipal de Ensino Fundamental "Campinas"  
 Escola Isolada "Salto" criada em: 24/08/1988  
 Escola Municipal de Ensino Fundamental "Salto"  
 Escola Isolada "Avenca do Rio Negro" criada em: 17/04/1956  
 Escola Municipal de Ensino Fundamental "Avenca do Rio Negro"  
 Escola Isolada "Pedro Prucknesky" criada em: 20/02/1981  
 Escola Municipal de Ensino Fundamental "Pedro Prucknesky"  
 Escola Isolada "Professor Rudolfo Altmann" criada em: 14/03/1968  
 Escola Municipal de Ensino Fundamental "Rudolfo Altmann"

Campo Alegre "SC", 11 de julho de 2002.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

### Lei Nº 2.652 de 16 de Julho de 2002

LEI Nº 2.652 DE 16 DE JULHO DE 2002

ALTERA O SETOR II - FRAGOSOS DO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.357.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Setor II - Fragosos do Anexo Único da Lei Municipal nº 2.357 de 09 de setembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

#### SETOR II - FRAGOSOS

A poligonal que delimita a área urbana no Setor Fragosos tem origem no ponto situado na Rua Generoso Fragoso a 300 m. do cruzamento com a Rua Max Rudnick no sentido Avenquinha (a). Deste ponto o traçado em linha reta até um ponto situado na estrada do Rio Represo, a 480 m. do mesmo cruzamento (b). Deste

mesmo ponto o traçado segue mesma inclinação de 90 graus com relação a rua em linha reta até um ponto localizado a 1000 metros de distância (c), o traçado converge 90 grau em direção a Rua Raimundo P. de Lima por uma reta de 700 m. (d). Daí segue em sentido oeste até um ponto (e), num riacho distante aproximadamente 200 m. da Rodovia SC 301; seguindo pelo riacho em sentido sul, até sua nascente, no ponto (f), daí no sentido nordeste, por uma linha seca e reta, numa distância aproximada de 200 m., até um ponto (g) na estrada Boa Vista, daí no sentido sudeste, pelo eixo da estrada, numa distância aproximada de 700 m. no ponto (h), onde encontra a nascente num riacho, afluente do rio da divisa; segue, no sentido oeste, pelo leito do riacho até o ponto (i), onde encontra o rio de divisa daí seguindo à jusante do rio da divisa, no sentido nordeste, até o ponto (j), distante 500 m. do eixo da Rodovia SC 301; daí, numa linha seca paralela, distante 500 m. do eixo da Rodovia SC 301, no sentido norte, até o ponto (k), na Escola Isolada Municipal de Corredeiras, deste último para um ponto na Rua Antônio Basílio Rocha à 450 metros do cruzamento com a Rodovia (l), desde ponto segue no sentido norte até o Rio Negro (m), e de lá segue pela margem deste até um ponto localizado a 100 m. a leste da Rua Generoso Fragoso (n). Deste ponto segue no sentido sul paralelamente a Rua Generoso Fragoso, distando 100 m. dela até um ponto distante 1.150 metros (o). Deste ponto o traçado converge à nordeste, seguindo 600 m. até um ponto que dista 240 metros do ponto inicial deste poligonal (p) e deste último ponto o traçado une-se ao ponto inicial, fechado a poligonal.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 16 de julho de 2002.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 16/07/2002

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.653 de 16 de Julho de 2002

LEI Nº 2.653 DE 16 DE JULHO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), para reforçar a seguinte Dotação do mesmo Orçamento:

1300 - Fundo Municipal de Saúde

1313 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.1504.2001 - Manutenção das Atividades Voltadas à Saúde

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica .....  
R\$ 7.000,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária:

1300 - Fundo Municipal de Saúde

1313 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.1504.2001- Manutenção das Atividades Voltadas à Saúde

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratação por Tempo Determinado R\$ 7.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de julho de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 16/07/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.654 de 16 de Julho de 2002**

LEI Nº 2.653 DE 16 DE JULHO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), para reforçar a seguinte Dotação do mesmo Orçamento:

1300 - Fundo Municipal de Saúde

1313 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.1504.2001 - Manutenção das Atividades Voltadas à Saúde

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica .....  
R\$ 7.000,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária:

1300 - Fundo Municipal de Saúde

1313 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.1504.2001- Manutenção das Atividades Voltadas à Saúde

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratação por Tempo Determinado ..... R\$ 7.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de julho de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 16/07/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.655 de 16 de Julho de 2002**

LEI Nº 2.655 DE 16 DE JULHO DE 2002

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 3.598,19 (três mil, quinhentos e noventa e oito reais e dezenove centavos), e cria o seguinte Elemento de Despesa:

0300 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
03.01 - Divisão de Controle Fazendário

004.123.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças

33.9093.00 - Indenizações e Restituições

TOTAL R\$ 3.598,19

Art.2º) Os recursos disponíveis para ocorrer a despesa mencionada no artigo anterior resultam da anulação Parcial da Dotação do Orçamento Vigente abaixo descrita, devidamente autorizada pelo Artigo 4º, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000 e Anexo I, Programa 9.01 da Lei Municipal nº2.569 de 06 de novembro de 2001,



pela destinação para riscos e eventos fiscais imprevistos:

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência

9990.00 - Reserva de Contingência R\$ 3.598,19

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de julho de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 16/07/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.656 de 16 de Julho de 2002**

LEI Nº 2.656 DE 16 DE JULHO DE 2002

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito Especial ao IPRECAL no valor de R\$ 153,43 (cento e cinquenta e três reais e quarenta e três centavos), e cria o seguinte Elemento de Despesa:

2000 - IPRECAL - Instituto de Previdência Social

2001 - Divisão de Manutenção do IPRECAL

009.272.1021.2001 - Funcionamento e Manutenção do IPRECAL

33.9093.00 - Indenizações e Restituições

TOTAL R\$ 153,43

Art.2º) Os recursos disponíveis para ocorrer a despesa mencionada no artigo anterior resultam da anulação Parcial da Dotação do Orçamento Vigente abaixo descrita, devidamente autorizada pelo Artigo 4º, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000 e Anexo I, Programa 9.01 da Lei Municipal nº2.569 de 06 de novembro de 2001, pela destinação para riscos e eventos fiscais imprevistos:

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência

9990.00 - Reserva de Contingência R\$ 153,43

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de julho de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/99 em 16/07/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.657 de 16 de Julho de 2002**

LEI Nº 2.657 DE 16 DE JULHO DE 2002

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CAMPO ALEGRENSE DE COMBATE AOS BORRACHUDOS - ACOB

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarado de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CAMPO ALEGRENSE DE COMBATE AOS BORRACHUDOS - ACOB, com sede à Rua: José Gomes Munhoz nº 67 - Centro, Município de Campo Alegre/SC, registrado no Cartório de Registro Civil e Anexos sob nº 568, à fls. 078v à 081, do Livro A-nº 3 de Registro de Sociedades Civis, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 05.079.947/0001-53.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de julho de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/99 em 16/07/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.658 de 14 de Agosto de 2002**

LEI Nº 2.658 DE 14 DE AGOSTO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO

DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 37.874,58 (trinta e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência à Saúde

010.301.1504.1002 - Construção, Ampliação e Reforma de Postos de Saúde

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449051.00 - Obras e Instalações R\$ 37.874,58

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
14 de agosto de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
14/08/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.659 de 20 de Agosto de 2002**

LEI Nº 2.659 DE 20 DE AGOSTO DE 2002

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE ITEM NO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.569 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2001.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído item nº 8.2.03.6 - Pavimentação Asfáltica das seguintes Ruas: Palmeiras, Azaléia, Petúnia e Ipê, no Programa 8.02 - Pavimentação de Vias, no Anexo I - Prioridades e Metas para 2002, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Obras e Serviços Públicos, da Lei Municipal nº 2.569 de 06 de novembro de 2001, com a seguinte redação:

AÇÕES	PRODUTO	U.MEDIDA	META	VALOR	FONTE
8.2.03.6-Pavimentação Asfáltica das seguintes Ruas: Palmeiras, Azaléia, Petúnia e Ipê	Asfalto	M2	3.335	55.000,00	Recursos Próprios e Convênio

Art.2 º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
20 de agosto de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
20/08/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.660 de 27 de Agosto de 2002**

LEI Nº 2.660 DE 27 DE AGOSTO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 114.185,11 (cento e quatorze mil, cento e oitenta e cinco reais e onze centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Administração

003.122.1301.2011 - Manutenção das Atividades Administrativas

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339036.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física .....  
R\$ 1.800,00

0303 - Divisão de Controle Fazendário

004.123.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica .....  
R\$ 7.742,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

012.361.1408.1001 - Construção Ampliação e Reforma de Escolas

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações .....  
.... R\$ 43.033,90

012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratações por Tempo Determinado .....  
R\$ 10.000,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

012.365.1403.2016 - Manutenção das Atividades do Pré Escolar

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratações por Tempo Determinado .....  
R\$ 2.500,00

0404 - Divisão da Cultura

013.392.1410.2017 - Manutenção das Atividades Culturais

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339036.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física .....  
R\$ 200,00

0406 - Salário Educação

012.361.1408.2020 - Ações voltadas ao Ensino Fundamental

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo .....  
.... R\$ 847,60339036.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física .....  
R\$ 1.000,00339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica .....  
R\$ 1.000,00

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações .....  
..... R\$ 8.000,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência à Saúde

010.301.1504.2019 - Manutenção da Saúde Municipal

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratações por Tempo Determinado .....  
R\$ 8.000,00

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339036.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física .....  
R\$ 1.000,00

0502 - Divisão de Assistência Social

008.244.1409.2021 - Manutenção da Assistência Social

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil .....  
R\$ 2.000,00319013.00 - Obrigações Patronais .....  
.... R\$ 500,00

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339014.00 - Diária Civil .....  
.... R\$ 200,00339032.00 - Material de Distribuição Gratuita .....  
R\$ 5.168,11339036.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física .....  
R\$ 1.500,00339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica .....  
R\$ 2.393,00



0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

020.606.1701.2026 - Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

335000.00 - Transf. a Inst. Privadas S/ Fins Lucrativos

335041.00 - Contribuições a Ent. S/ Fins Lucrativos .....  
R\$ 3.600,00

0603 - Divisão de Turismo

023.695.1603.2028 - Incentivos ao Turismo

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações R\$ 12.700,50

0700 - Secretaria Municipal de Planejamento Transportes e Obras

0701 - Divisão de Planejamento e Obras

026.782.1801.2029 - Gestão Administrativa da Secretaria de Obras e Planejamento

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratações por Tempo Determinado R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 114.185,11

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Administração

003.122.1301.2011 - Manutenção das Atividades Administrativas

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339035.00 - Serviços de Consultoria R\$ 2.400,00

0302 - Divisão de Tesouro

028.843.2222.2006 - Amortização da Dívida Pública

300000.00 - Despesas Correntes

320000.00 - Juros e Encargos da Dívida

329000.00 - Aplicações Diretas

329022.00 - Outros Encargos S/A Dívida por Contrato .....  
R\$ 11.453,05

0303 - Divisão de Controle Fazendário

004.123.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339035.00 - Serviços de Consultoria R\$ 2.400,00

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449052.00 - Equipamentos e Material Permanente .....  
R\$ 2.942,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

012.361.1408.1001 - Construção, Ampliação e Reforma de Escolas

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449052.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 13.181,50

012.361.1408.2013 - Manutenção do Transporte Escolar

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica R\$ 18.399,35

0405 - Divisão de Merenda Escolar

008.306.1405.2018 - Merenda Escolar

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

0406 - Salário Educação

012.366.1411.2035 - Manutenção do Ensino de Jovens e Adultos

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica .....  
R\$ 847,60

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

010.301.1504.2019 - Manutenção da Saúde Municipal

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339032.00 - Material de Distribuição Gratuita .....  
R\$ 6.168,11

339048.00 - Outros Auxílios Financ. à Pessoas Físicas .....  
R\$ 2.393,00

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

018.541.1701.2024 - Manutenção do Horto Municipal

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo R\$ 975,50

339036.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física .....  
R\$ 500,00

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica .....  
R\$ 1.000,00

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações R\$ 1.600,00

449052.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
R\$ 3.000,00

018.541.1701.2025 - Manutenção do Projeto Quiriri

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

335000.00 - Transf. a Inst. Privadas S/ Fins Lucrativos

335041.00 - Contribuições a Ent. S/ Fins Lucrativos .....  
R\$ 1.200,00

020.606.1701.2026 - Gestão Administrativa Desenvolvimento Eco-  
nômico

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339032.00 - Material de Distribuição Gratuita .....  
R\$ 7.425,00

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449052.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
R\$ 800,00

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência

9990.00 - Reserva de Contingência R\$ 27.500,00

TOTAL R\$ 114.185,11

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
27 de agosto de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
27/08/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.661 de 27 de Agosto de 2002**

LEI Nº 2.661 DE 27 DE AGOSTO DE 2002  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito  
Suplementar no valor de R\$ 23.555,86 (vinte e três mil, quinhen-  
tos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), afim de  
suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319009.00 - Salário Família .....  
.. R\$ 500,00

339039.00 - Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica .....  
R\$ 1.000,00

0700 - Secretaria Municipal de Planej., Transportes e Obras

0701 - Divisão de Planejamento e Obras

026.451.1801.1004 - Pavimentação de Vias Urbanas

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações R\$ 22.055,86

TOTAL GERAL R\$ 23.555,86

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
27 de agosto de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 27/08/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.662 de 27 de Agosto de 2002**

LEI Nº 2.662 DE 27 DE AGOSTO DE 2002

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO CAMPO-ALEGRENSE DE COMBATE AOS BORRACHUDOS- ACOB

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição , no valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) à Associação Campo-Alegrense de Combate aos Borrachudos - ACOB, inscrita no CNPJ nº 05.079.947/0001-53, com sede na Rua: José Gomes Munhoz, nº 67, Centro Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º) O valor descrito no "caput"deste Artigo será

repassado em uma única parcela, após a sanção da respectiva Lei.

Parágrafo 2º) O recurso constante do Artigo deverá ser aplicado pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, até 31 de janeiro de 2003, sob pena do ressarcimento aos cofres desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) É obrigatório o Depósito do Recurso em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - O recurso concedido poderá ser aplicado no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art. 6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art. 7º) A prestação de contas do Recurso recebido deverá ser prestada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;

- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;

- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;

- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;

- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas a partir do mês de setembro de 2002.

Art.9º) A despesa decorrente da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 020.606.1701.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições a Entidades sem Fins Lucrativos.

Art. 10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
27 de agosto de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 27/08/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.663 de 27 de Agosto de 2002

LEI Nº 2.663 DE 27 DE AGOSTO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO

#### PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 59.329,67 (cinquenta e nove mil trezentos e vinte e nove reais, sessenta e sete centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0100 - Câmara Municipal de Vereadores

0101 - Câmara de Vereadores

001.031.1101.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 10.000,00

0700 - Secretaria Municipal de Planejamento Transportes e Obras

0701 - Divisão de Planejamento e Obras

026.451.1801.1004 - Pavimentação de Vias Urbanas

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações R\$ 49.329,67

TOTAL R\$ 59.329,67

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correram por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0100 - Câmara Municipal de Vereadores

0101 - Câmara de Vereadores

001.031.1101.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319013.00 - Obrigações Patronais R\$ 10.000,00

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete

003.122.1202.2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449052.00 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 15.549,29

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

020.606.1701.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449052.00 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 14.730,38

0700 - Secretaria Municipal de Planejamento Transportes e Obras

0702 - Divisão de Transportes

026.782.1801.2032 - Conservação das Estradas Vicinais

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339036.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física ..... R\$ 5.000,00

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 14.050,00

TOTAL R\$ 59.329,67

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
27 de agosto de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 27/08/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.664 de 27 de Agosto de 2002**

LEI Nº 2.664 DE 27 DE AGOSTO DE 2002

ALTERA O PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 78, DA  
LEI MUNICIPAL Nº 2.537 DE 17 DE JULHO DE 2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica alterado o parágrafo 4º do Artigo 78, da Lei Municipal nº 2.537 de 17 de julho de 2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo 4º" - A remuneração dos cargos de Diretor - Executivo e Agente Administrativo serão pagas pelo Tesouro Municipal durante 02 (dois) anos, a contar da publicação desta Lei. Após este período o IPRECAL será inteiramente responsável pelas despesas de pessoal.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
27 de agosto de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
27/08/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.665 de 24 de Setembro de 2002**

LEI Nº 2.665 DE 24 DE SETEMBRO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 31.884,47 (trinta e um mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete

003.122.1202.2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 100,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Administração

003.122.1301.2011 - Manutenção das Atividades Administrativas

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil..R\$ 2.000,00

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339036.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física ..... R\$ 2.000,00

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 800,00

0303 - Divisão de Controle Fazendário

004.123.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 3.000,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

012.361.1407.2012 - Manutenção do Apoio à Educação

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 300,00

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319009.00 - Salário Família ..... R\$ 800,00

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.000,00

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 500,00



## 0403 - Divisão de Ensino Infantil

012.365.1403.2015 - Manutenção das Atividades das Creches

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratações por Tempo Determinado ..... R\$ 1.400,00

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 1.300,00

012.365.1404.2016 - Manutenção das Atividades do Pré Escolar

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratações por Tempo Determinado ..... R\$ 600,00

## 0404 - Divisão da Cultura

013.392.1410.2017 - Manutenção das Atividades Culturais

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339036.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física ..... R\$ 200,00

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 200,00

## 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência à Saúde

010.301.1504.2019 - Manutenção da Saúde Municipal

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratações por Tempo Determinado ..... R\$ 4.000,00

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339036.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física ..... R\$ 1.000,00

## 0502 - Divisão de Assistência Social

008.244.1409.2021 - Manutenção da Assistência Social

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319011.00 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil....R\$ 3.500,00

319013.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 200,00

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

020.606.1701.2026 - Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319011.00 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil....R\$ 500,00

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 100,00

0700 - Secretaria Municipal de Planejamento Transportes e Obras

0702 - Divisão de Transportes

026.782.1801.2031 - Reforma e Manutenção de Veículos

300000.00 - Despesas Correntes

319000.00 - Aplicações Diretas

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 6.384,47

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 1.000,00

TOTAL .....R\$ 31.884,47

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
24 de setembro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
24/09/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.666 de 24 de Setembro de 2002**

LEI Nº 2.666 DE 24 DE SETEMBRO DE 2002  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito  
Suplementar no valor de R\$ 26.066,90 (vinte e seis mil, sessenta  
e seis reais e noventa centavos), afim de suplementar as seguintes  
Dotações do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

012.361.1407.2012 - Manutenção do Apoio à Educação

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo .....  
... R\$ 3.000,00

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo .....  
.. R\$ 2.000,00

0406 - Salário Educação

012.361.1408.2020 - Ações Voltadas ao Ensino Fundamental

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo .....

.. R\$ 3.966,90

0700 - Secretaria Municipal de Planejamento Transportes e Obras.

0701 - Divisão de Planejamento e Obras

026.782.1801.2029 - Gestão Administrativa da Secretaria de Obras

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo .....  
. R\$ 17.100,00

TOTAL .....  
. R\$ 26.066,90

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei,  
correram por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do  
Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

012.361.1408.1001 - Construção Ampliação e Reforma de Escolas

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações .....  
.. R\$ 8.966,90

0700 - Secretaria Municipal de Planejamento Transportes e Obras

0703 - Divisão de Obras e Serviços Públicos

017.512.1703.1006 - Implantação do Aterro Sanitário

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações .....  
.. R\$ 17.100,00

TOTAL .....  
. R\$ 26.066,90

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
24 de setembro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
24/09/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.667 de 24 de Setembro de 2002**

LEI Nº 2.667 DE 24 DE SETEMBRO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 303,40 (trezentos e três reais e quarenta centavos), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0800 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura

0808 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura

027.812.1410.2001 - Manutenção das Atividades Desportivas

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica..R\$ 303,40

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial das seguintes Dotações Orçamentárias:

0800 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura

0808 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura

013.131.1410.2003 - Eventos Comemorativos ao Aniversário

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2,40

339032.00 - Material de Distribuição Gratuita ..... R\$ 301,00

TOTAL R\$ 303,40

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
24 de setembro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 24/09/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.668 de 01 de Outubro de 2002**

LEI Nº 2.668 DE 01 DE OUTUBRO DE 2002

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR TERMO DE ADESÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, REPRESENTADO PELO CONSELHO CURADOR DO BANCO DA TERRA, O ESTADO DE SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar o Termo de Adesão, que entre si celebram a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, representado pelo Conselho Curador do Banco da Terra, o Estado de Santa Catarina e o Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) O objeto do presente Termo de Adesão consiste na cooperação técnica, financeira e operacional, entre o Banco da Terra, o Estado e o Município, visando a implementação e operacionalização do Programa de Reordenação secundária do Banco da Terra.

Art.3º) O Termo de Adesão a que se refere o Artigo 1º, faz parte integrante desta Lei.

Art.4º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações do Orçamento Vigente.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
01 de outubro de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 01/10/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.669 de 01 de Outubro de 2002**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.669 DE 01 DE OUTUBRO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente

0700 - Secretaria Munic. Planejamento Transportes Obras

0701 - Divisão de Planejamento e Obras

026.451.1801.1004 - Pavimentação de Vias Urbanas

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$  
20.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência

9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 20.000,00

Art.3º) O Crédito aberto em decorrência desta Lei deverá ser aplicado na pavimentação da Rua Ernesto Afonso Scheide (sede) e no conserto do calçamento da Rua Professora Rufino Blaskowsky (Bateias de Baixo).

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
01 de outubro de 2002.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
01/10/2002

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.670 de 18 de Outubro de 2002**

LEI Nº 2.670 DE 18 DE OUTUBRO DE 2002

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º) O Orçamento do Município de Campo Alegre, para o exercício de 2003, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Municipal, extraídas do Plano Plurianual 2002/2005;

II - a estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

IV - as disposições sobre dívida pública municipal;

V - as disposições sobre despesas com pessoal;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII - as disposições gerais.

Art.2º) As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2003, são aquelas definidas no Anexo I desta Lei. (Art. 4º, § 1º da LRF).

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2003 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Anexo I desta Lei, não se constituindo, todavia, sem limite a programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2003, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º - O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art.4º, § 1º da LRF).

Art.3º) O Orçamento para o exercício financeiro de 2003 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos e Autarquias e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art.4º) A Lei do Orçamento evidenciará a Receita por rubrica em cada unidade gestora e a despesa de cada Unidade Gestora, por programa, função, sub-função, projeto ou atividade, elemento e/ou sub-elemento, na forma dos seguintes Adendos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Portaria Interministerial 163);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Portaria Interministerial 163);

III - Resumo Geral da Despesa (Portaria Interministerial 163);

IV - Programa de Trabalho (Portaria Interministerial 163);

V - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Fundações, Sub-funções e por Projetos e Atividades (Portaria Interministerial 163);

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-funções conforme o vínculo com os Recursos (Portaria Interministerial 163);

VII - Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções (Portaria Interministerial 163);

VIII - Demonstrativo da Despesa por elemento e ou sub-elemento, segundo cada unidade orçamentária (Portaria Interministerial 163);

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa realizada por Elemento

e ou sub elemento dos dois últimos exercícios, da fixada para o exercício corrente e para os dois seguintes;

XII - Demonstrativo do Orçamento Fiscal e da seguridade social.

§ 1º - O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º - Os fundos municipais integrarão o Orçamento Geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

Art.5º) O Orçamento para o exercício de 2003 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, seus fundos e autarquias (Artigo 1º, § 1º e Artigo 4º, I, "a" da LRF).

Art.6º) Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2003 deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

§ 1º - As transferências constitucionais, base de cálculo para contribuição ao FUNDEF, constarão do Orçamento da Receita pelos seus valores brutos.

§ 2º - Em atendimento ao disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo Segundo da LRF, o menor valor do FUNDEF, entre o recebido e pago, será excluído na apuração da Receita Corrente Líquida.

Art.7º) Se a receita estimada para 2003, não atender ao disposto no artigo anterior, o Executivo Municipal, poderá reestimá-la, e adequá-la ao Orçamento da Despesa.

Art.8º) Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcionar as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo: (Art.9º da LRF).

- I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas extras;
- III - redução de 20% dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - redução dos investimentos programados.

Art.9) Ocorrendo estes riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2002.

Art.10) - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art.11) Para efeito desta Lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas ou orçadas a menor.

Art.12) Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da

Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Artigo 5º, § 5º da LRF).

Art.13) O Executivo Municipal deverá elaborar até 30 dias após

a publicação da Lei Orçamentária anual, o cronograma anual de desembolso mensal para suas unidades gestoras. (Artigo 8º, § único da LRF).

Art.14) Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa. (Artigo 8º, § Único da LRF).

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos das receitas, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial.

Art.15) As renúncias de receita estimadas para o exercício financeiro de 2003, se houverem, estas serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Artigo 4º. § 2º, V e Artigo 14º, I da LRF).

Art.16) A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial recreativo, esportivo e de cooperação técnica. (Artigo 4º, I, "f" da LRF).

Parágrafo Único - Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas, em que o Município for associado.

Art.17) Para efeito do disposto no Artigo 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor para dispensa de licitação fixado no item I do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado. (Artigo 16, § 3º).

Art.18) Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. (Artigo 45 da LRF).

Art.19) Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Artigo 62 da LRF).

Parágrafo Único - A cessão de pessoal só será feita mediante Convênio, Acordo, Ajuste ou Congênere, conforme a legislação em vigor.

Art.20) A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2003 a preços correntes.

Art.21) A Lei Orçamentária para 2003 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar, dentro de cada projeto ou atividade, o saldo das dotações dos elementos ou sub-elemento de despesa que o compõem.

Art.22) Durante a execução orçamentária de 2003, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo I desta Lei e alterações posteriores.

Art.23) Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar



Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2003, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art.24) As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art.25) A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único - O montante da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art.26) O Executivo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art.27) A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2002, acrescida de até 10 % obedecido os limites prudenciais.

Art.28) Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95 % do limite estabelecido no artigo 20 da Lei Complementar nº101/00.

Art.29) O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 19 e 20 da LRF).

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

V - redução da carga horária e dos vencimentos dos servidores na mesma proporção.

Art.30) Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal", sub-elemento do elemento de despesa 3339036.00 ou 339039.00 - Outros Serviços de Terceiros e computadas como despesas de pessoal na apuração do seu limite estabelecido no Artigo 20 da LRF.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Campo Alegre, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art.31) O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 14 da LRF).

Art.32) Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 14, § 3º da LRF).

Art.33) O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

Art.34) Ocorrendo assistência pela União prevista no Artigo 64, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município deverá se estruturar para:

I - até o exercício de 2005, obrigatoriamente, encaminhar junto com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Anexo de Metas Fiscais para o triênio seguinte e o Anexo de Riscos Fiscais na forma prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;

II - até o exercício de 2005, obrigatoriamente, elaborar os Demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, conforme disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal;

III - até o exercício de 2005, obrigatoriamente, implantar sistema de controle de custos e avaliação de resultados; (Artigo 4º, I, "e" da LRF).

IV - até o exercício de 2006, elaborar o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais, na forma prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art.35) O Executivo Municipal enviará até o dia 30 de outubro de 2003, a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2003.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste Artigo.

§ 2º - Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2003, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 3º - Os eventuais saldo negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2003, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art.36) Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art.37) A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art.38) Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art.39) O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras,

equipamento e material permanente ou serviços de competência do Município ou não, devendo o respectivo instrumento ser encaminhado à apreciação do Poder Legislativo.

Art.40) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de outubro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 18/10/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO ALEGRE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

#### 1.01 PROGRAMA: PROCESSO LEGISLATIVO

DIAGNÓSTICO: Legislativo Municipal - O poder Legislativo Municipal de Campo Alegre compõe-se de nove vereadores e o quadro de servidores da Câmara é o seguinte: 01 assessor jurídico e 01 diretor geral em cargo de provimento em comissão; 01 auxiliar de serviços gerais e 01 Técnico Contábil em cargo de provimento efetivo. A Câmara possui a sede em imóvel de sua propriedade, possui autonomia financeira e contábil.

DIRETRIZES: Criar meios de cumprir com maior eficiência, qualidade e celeridade as funções da Câmara, tais como legislar, fiscalizar, julgar e administrar, executando as atribuições do Poder Legislativo. Reformar e ampliar o prédio onde se encontra instalada, reformar a estrutura interna de suas dependências, adquirir materiais e equipamentos de informática e sonorização modernos. Adquirir um veículo, móveis, equipamentos permanentes. Aperfeiçoar os conhecimentos dos vereadores e servidores. Ampliar o acervo de sua biblioteca e ampliar o quadro funcional.

OBJETIVOS: Aperfeiçoar as atividades da Câmara e ampliar a sua estrutura física e realizar suas funções com maior celeridade.

AÇÕES	PRODUTO	UNID/ME-DIDA	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Meses	13	131.663,45	Suprimentos
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Despesas	Variável	Várias	1.000,00	Suprimentos
339014.00 - Diárias - Civil	Diária	Unidade	Várias	6.350,00	Suprimentos
319013.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	600,00	Suprimentos
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	10.771,84	Suprimentos

339030.00 - Material de Consumo	Material	Várias	Vários	7.800,00	Suprimentos
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Diversos	Vários	2.000,00	Suprimentos
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Diversos	Vários	27.113,00	Suprimentos
339046.00 - Auxílio Alimentação	Auxílio	Ticket's	Vários	850,00	Suprimentos
339018.00 - Apoio Financeiro a Estudantes	Melhoria	Servidor	4	2.360,00	Suprimentos
339093.00 - Indenizações e Restituições	Seções Extraordinárias	Meses	4	9.000,00	Suprimentos
449051.00 - Obras e Instalações	Obras	Vários	Várias	9.183,00	Suprimentos
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamento	Unidade	Vários	28.668,71	Suprimentos
TOTAL				235.000,00	

ÓRGÃO: GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

#### 2.01 PROGRAMA : PESSOAL DO GABINETE

DIAGNOSTICO: A Estrutura de Gabinete compreende: Prefeito, Vice-Prefeito, Assessoria Jurídica, Assessoria de Imprensa e Chefia de Gabinete.

DIRETRIZES: Vencimentos e remuneração.

OBJETIVOS: Pagamento de vencimentos e remuneração, subsídio e encargos sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Vencimentos e vantagens fixas	Vencimentos	Meses	13	184.000,00	Recurso Próprio
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	18.180,00	Recurso Próprio



TOTAL				202.180,00	
-------	--	--	--	------------	--

## ÓRGÃO: GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

## 2.02 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

DIAGNOSTICO: A Estrutura de Gabinete compreende: Prefeito, Vice-Prefeito, Asses. Jurídica, Asses. de Imprensa e Chefia de Gabinete.

DIRETRIZES: A Estrutura de legislação necessária à gestão, acompanhamento do processo legislativo, publicação dos atos Oficiais defesa do interesse do Município, planejamento do sistema de controle interno, acompanhamento e avaliação do programa de governo.

OBJETIVOS: Praticar o princípio da transparência, melhorar planejamento e o controle dos atos Oficiais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias Civil	Diária	Unidade	Várias	2.000,00	Recurso Próprio
339030.00 - Material de Consumo	Material	Diversos	Várias	8.000,00	Recurso Próprio
335039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Vários	Várias	10.600,00	Recurso Próprio
335041.00 - Subvenções para Associação e Entidades Diversas	Subvenção	Várias	Várias	15.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				35.600,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

## 3.01 PROGRAMA : PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DIAGNOSTICO: Estão lotados nesta Secretaria Municipal 1 Secretário e mais 25 Servidores Efetivos

DIRETRIZES: Vencimentos vantagens fixas e Proventos.

OBJETIVOS: Pagamento vencimentos vantagens fixas, proventos e encargos sociais.

--	--	--	--	--	--

AÇÕES	PRO- DUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
ADMINIS- TRAÇÃO					
319011.00 - Venci- mentos e vantagens fixas	Venci- mentos	Meses	13	166.810,00	Recurso Próprio
319013.00 - Obri- gações Patronais	Encar- gos	Meses	13	25.560,00	Recurso Próprio
319016.00 - Outras Desp. Vari- áveis- Pes. Civil	Despe- sa	Variável	Várias	8.390,00	Recurso Próprio
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	1.000,00	Recurso Próprio
319001.00 - Aposen- tadoria e Reformas	Proven- tos	Meses	13	26.715,00	Recurso Próprio
SUB TOTAL				228.475,00	
FINANÇAS					
319011.00 - Venci- mentos e vantagens fixas	Venci- mentos	Meses	13	114.340,00	Recurso Próprio
319013.00 - Obri- gações Patronais	Encar- gos	Meses	13	18.623,00	Recurso Próprio
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	1.000,00	Recurso Próprio
319001.00 - Aposen- tadoria e Reformas	Proven- tos	Meses	13	41.405,00	Recurso Próprio
319016.00 - Outras Desp. Vari- áveis- Pes. Civil	Despe- sa	Variável	Várias	5.152,00	Recurso Próprio
SUB TOTAL				180.520,00	
TOTAL GERAL				408.995,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

## 3.02 - PROGRAMA : COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS

DIAGNOSTICO: A Atividade Administrativa Compreende: Setor de Tributos, Contábil, Tesouraria e Técnico.

DIRETRIZES: Administração do Executivo.

OBJETIVOS: Tornar a Secretaria mais ágil e eficiente.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
329022.00 - Outros Encargos sobre Dívida por Contrato	Ônus	Meses	12	10.200,00	Recurso Próprio
469071.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatada	Capital	Meses	12	113.800,00	Recurso Próprio
339047.00 - Obrigações Tributárias e Contribuição	PASEP	Meses	12	60.000,00	Recurso Próprio
335041.00 - Contribuições	Contribuições	Meses	12	44.700,00	Recurso Próprio
339014.00 - Diárias Civil	Diárias	Unidade	Várias	1.500,00	Recurso Próprio
339030.00 - Material de Consumo	Material	Vários	Várias	7.900,00	Recurso Próprio
339033.00 - Passagens e Despesas de Locomoção	Passagem	Unidade	Várias	300,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica	Diversos	Vários	Várias	89.300,00	Recurso Próprio
339093.00 - Indenizações e Restituições	Aplicação	Meses	12	50,00	Recurso Próprio
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamento	Unidade	01	3.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				330.750,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART.4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

## 3.02 - PROGRAMA : COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

DIAGNOSTICO: A atividade Administrativa compreende: Setor de Patrimônio, Folha, Compras, Protocolo, Arquivo e Almoxarifado.

DIRETRIZES: Administração do Executivo

OBJETIVOS: Tornar a Secretaria mais ágil e eficiente.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias Civil	Diárias	Meses	12	2.000,00	Recurso Próprio
339030.00 - Material de Consumo	Material	Vários	12	18.200,00	Recurso Próprio
339033.00 - Passagens e Despesas de Locomoção	Passagem	Unidade	Várias	4.000,00	Recurso Próprio
339036.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física	Estagiários	Meses	12	24.000,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	Diversos	Vários	Várias	75.550,00	Recurso Próprio
339046.00 - Auxílio Alimentação	Tikt's	Unidade	Vários	85.000,00	Recurso Próprio
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamento	Vários	Vários	25.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				233.750,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

## 4.01 - PROGRAMA: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO.

DIAGNÓSTICO: A Secretaria Municipal de Ensino de Campo Alegre, concentra em sua sede os trabalhos didáticos pedagógicos e administrativos de 07 Escolas de Educação Básica, 22 Escolas de Ensino Fundamental e 04 Centros de Educação Infantil.

DIRETRIZES: Proporcionar melhoria na qualidade de Ensino da Rede Pública Municipal

OBJETIVOS: Manutenção e funcionamento das atividades administrativas das Instituições de Ensino.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
339018.00 - Bolsa Estudantil a Servidor	Bolsa	Meses	Vários	46.600,00	Recurso Próprio
339014.00 - Diárias - Civil	Diária	Meses	Vários	1.100,00	Recurso Próprio
339030.00 - Material de Consumo	Diversos	Vários	Vários	8.400,00	Recurso Próprio
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	Serviços	Vários	Vários	10.000,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	Serviços	Vários	Várias	10.000,00	Recurso Próprio
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamentos	Vários	Vários	10.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				86.100,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

4.01 - PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
DIAGNOSTICO: Estão lotados nesta Secretaria: 01 Secretário, 130 servidores e novos servidores admitidos através de Concurso Público Municipal.

DIRETRIZES: Vencimentos e Proventos.

OBJETIVOS: Pagamento de Vencimentos, Proventos e Encargos Sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
APOIO ADMINISTRATIVO					

319011.00 - Vencimentos e vantagens fixas	Vencimentos	Meses	13	76.600,00	Recurso Próprio
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	7.815,00	Recurso Próprio
319001.00 - Aposentadoria e Reformas	Proventos	Meses	13	104.000,00	Recurso Próprio
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Despesa	Variável	Várias	810,00	Recurso Próprio
319003.00 - Pensões	Benefício	Meses	13	11.600,00	Recurso Próprio
FUNDA-MENTAL					
319011.00 - Vencimentos e vantagens fixas	Vencimentos	Meses	13	535.800,00	FUNDEF
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	71.500,00	FUNDEF
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Despesa	Variável	Várias	2.628,00	FUNDEF
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	6.500,00	FUNDEF
CRECHE					
319011.00 - Vencimentos e vantagens fixas	Vencimentos	Meses	13	233.350,00	Recurso Próprio
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	41.400,00	Recurso Próprio
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	3.400,00	Recurso Próprio
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Despesa	Variável	Várias	2.252,00	Recurso Próprio
PRÉ-ESCOLAR					
319011.00 - Vencimentos e vantagens fixas	Vencimentos	Meses	12	66.000,00	Recurso Próprio
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	12.250,00	Recurso Próprio

319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	700,00	Recurso Próprio
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Despesas	Variável	Várias	2.704,00	Recurso Próprio
<b>TOTAL</b>			1.179.300,00		

**ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
**ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)**
**4.02 - PROGRAMA: ATENDIMENTO AO ENSINO FUNDAMENTAL**

**DIAGNÓSTICO:** A Rede Municipal de ensino conta atualmente com 17 Escolas do Ensino Fundamental e 07 Escolas de Educação Básica, atendendo 834 alunos. O corpo docente é formado por 44 professores e profissionais de apoio, 27 zeladoras, uma nutricionista, uma fonoaudióloga e um motorista.

**DIRETRIZES:** Evitar a evasão escolar, proporcionando melhores condições físicas e pedagógicas, equipando as Unidades de Ensino, ampliando o acesso ao transporte escolar e adequando a merenda escolar através de cardápios balanceados.

**OBJETIVOS:** Formação integral do aluno, através da melhoria da qualidade de ensino, para que o mesmo possa cumprir sua parte na construção de uma sociedade mais humana e solidária.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias Civil	Diária	Meses	12	1.090,00	FUNDEF
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	25.000,00	Recurso Próprio / FUNDEF
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Vários	Vários	2.407,00	FUNDEF
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Vários	Vários	12.580,00	FUNDEF
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Vários	Vários	20.000,00	FUNDEF
449051.00 - Obras e Instalações	Obras	Unidade	01	10.000,00	Recurso Próprio
<b>TOTAL</b>				71.077,00	

**ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
**ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART.4º, 1º E 2º, II)**
**4.03 - PROGRAMA: DIVISÃO DE ENSINO INFANTIL**

**DIAGNÓSTICO:** A rede Municipal de Ensino conta atualmente com o atendimento de 231 alunos do Ensino Infantil, incluídos nas 07 Escolas de Educação Básica e nos 04 Centros de Educação Infantil na faixa etária de 04 a 06 anos. O corpo docente é formado por 12 professores; já a Rede Municipal de Ensino Infantil na faixa etária de 0 a 6 anos - Creches - conta com 182 alunos, o corpo docente é formado por 26 professores, 03 coordenadores e 07 zeladoras.

**DIRETRIZES:** Proporcionar condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança, através da melhoria da qualidade de ensino e da adequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos.

**OBJETIVOS:** Promover ações que viabilizem a definição e implementação, através das instâncias competentes, de metas e estratégias de expansão e melhoria da qualidade de ensino.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias Civil	Diária	Meses	12	1.000,00	Recurso Próprio
339030.00 - Material de Consumo	Diversos	Vários	12	35.000,00	Recurso Próprio
339036.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física	Diversos	Vários	12	2.000,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica	Diversos	Vários	12	13.570,00	Recurso Próprio
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Vários	12	4.500,00	Recurso Próprio
449051.00 - Obras e Instalações	Construção	Vários	03	38.750,00	Recurso Próprio
<b>TOTAL</b>				94.820,00	

**ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
**ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)**
**4.05 - PROGRAMA: MERENDA ESCOLAR PARA REDE DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL**

**DIAGNÓSTICO:** Os alunos beneficiados, os regularmente matriculados nas Escolas de Educação Básica e Ensino Fundamental e Centro Municipal de Educação Infantil.

**DIRETRIZES:** Melhorar a qualidade da Merenda Escolar, através de cardápios elaborados com orientação de nutricionista.

**OBJETIVOS:** Formação de bons hábitos alimentares, redução da evasão escolar e da repetência.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Alimentos	Várias	Várias	25.550,50 32.150,80	Recurso Próprio FNDE
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Veículo	Unidade	01	60.000,00	Recurso Próprio/Convênio
TOTAL				117.701,30	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

4.07 - PROGRAMA: SALÁRIO EDUCAÇÃO

DIAGNÓSTICO: Os recursos da quota do Salário Educação são alocados em Programas e Projetos de Ensino Fundamental.

DIRETRIZES: Melhorar a qualidade Educacional do Ensino Fundamental no Município.

OBJETIVOS: Propiciar a redução dos desníveis sócio-educacionais existentes no Município.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Vários	Vários	17.253,31	Salário Educação
339036.00 - Outros Serv. Terc. - Pessoa Física	Serviços	Vários	Vários	4.570,34	Salário Educação
339039.00 - Outros Serv. Terc. - Pessoa Jurídica	Serviços	Vários	Vários	10.412,87	Salário Educação
449051.00 - Obras e Instalações	Construção	Unidade	06	41.217,42	Salário Educação
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamentos	Vários	Vários	11.546,06	Salário Educação
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Passes	Unidade	Vários	10.000,00	Salário Educação
TOTAL				95.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

4.06 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR FUNDAMENTAL

DIAGNÓSTICO: Conceder acesso aos alunos para o Ensino Fundamental Municipal e Estadual

DIRETRIZES: Desenvolvimento de ações para manutenção e melhoria do Ensino Fundamental, erradicando o analfabetismo e a evasão escolar.

OBJETIVOS: Desenvolver as metas propostas para qualificar a educação municipal, propiciando a melhoria de condições no transporte escolar.

AÇÕES	PRODUTO	UN. MED.	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Passes	Unidade	Vários	207.400,00 63.600,00	Recurso Próprio Convênio
TOTAL				271.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

4.08 - PROGRAMA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIAGNÓSTICO: Verba destinada à manutenção dos Centros Municipais de Educação Infantil na faixa etária de 0 à 6 anos

DIRETRIZES: Cumprimento das duas funções complementares e indissociáveis da Educação Infantil: cuidar e educar

OBJETIVOS: Garantir a qualidade educacional nos Centros Municipais de Educação Infantil, zelando pelo bem estar de seus educandos.

AÇÕES	PRODUTO	UN. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Diversos	Vários	36.732,60	Convênio/Fundo Assistência Social
TOTAL GERAL				36.732,60	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

## 4.09 - PROGRAMA: BOMBEIROS MIRINS DE CAMPO ALEGRE - DIVISÃO DO APOIO ADMINISTRATIVO

DIAGNÓSTICO: Resgate da cidadania, incluindo esta atividade como ação sócio-educativa solicitada pelo Programa "Bolsa Escola".

DIRETRIZES: Trabalho sobre cidadania, conhecimento do trabalho do bombeiro, desenvolvimento da prática esportiva, importância de um bom relacionamento com outras pessoas, expansão de conhecimentos básicos sobre a importância de viver em comunidades e auxiliar em suas campanhas.

OBJETIVOS: Proporcionar aos alunos, uma reflexão referente a cidadania e a sua existência como ser humano.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
335041.00 - Contribuição a Entidades sem fins Lucrativos.	Contribuição	Unidade	Várias	8.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				8.000,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

## 4.10 - PROGRAMA: CORAL FEMININO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO ALEGRE - DIVISÃO DO APOIO ADMINISTRATIVO

DIAGNÓSTICO: A educação da personalidade do educando, encarada sob seu aspecto global tem na música o mais alto elemento de socialização e ajustamento. A formação de um coral em nosso Município, além de desenvolver o senso rítmico e a acuidade auditiva, servirá como ação sócio-educativa solicitada pelo Programa "Bolsa Escola".

DIRETRIZES: O Coral Feminino da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre, será um marco para o Município. O canto combate à agressividade, canaliza o excesso de energia; desenvolve o espírito de iniciativa e a auto-expressão, além de propiciar iguais oportunidades a todos, integrando o indivíduo ao seu meio ambiente.

OBJETIVOS: Despertar ou ampliar o gosto pela música. Treinar a habilidade de construção de instrumento, com a utilização de materiais simples, favorecer a dicção através da articulação das palavras e contribuir para o desenvolvimento global dos alunos.

AÇÕES	PRODUTO	UN. MED.	META	VALOR	FONTE
-------	---------	----------	------	-------	-------

335041.00 - Contribuição a Entidades sem Fins Lucrativos.	Contribuição	Unidade	Várias	8.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				8.000,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

## 4.11 - PROGRAMA: DIVISÃO DO DESPORTO E CULTURA

DIAGNÓSTICO: Recursos destinados à manutenção das atividades culturais e desportivas, o Município possui uma Banda Musical, uma Escola de Música, um Espaço Cultural, uma Casa da Cultura, três Grupos Folclóricos, um Grupo de Dança, um Ginásio de Esportes, uma Praça de Esportes e várias quadras poliesportivas.

DIRETRIZES: Propiciar o desenvolvimento de habilidades artísticas envolvendo a música, o teatro, a dança e artes visuais, aquisição e manutenção de equipamentos, promoção de eventos culturais e esportivos, intercâmbio, cursos e campanhas culturais, esportivas e sociais.

OBJETIVOS: Integração cultural sobre as produções artísticas, individuais e coletiva de distintas culturas e época, integração esportiva no Município e outros municípios, para descoberta de novos talentos e trabalhar com a juventude profissional artística e desportiva.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	440,00	Recurso Próprio
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Meses	13	55.000,00	Recurso Próprio
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	10.000,00	Recurso Próprio
339014.00 - Diárias - Civil	Servidor	Unidade	12	1.300,00	Recurso Próprio
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	3.000,00	Recurso Próprio
339036.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Diversos	01	1.835,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Diversos	01	845,00	Recurso Próprio
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamento	Vários	Vários	3.000,00	Recurso Próprio Convênio
339039.00 - Promoção de Audição	Audições	Unidade	01	80,00	Recurso Próprio



339039.00 - Viagens/ Intercambio - Nacional/ Internacional	Viagens	Unidade	01	1.000,00	Recurso Próprio
339039.00 - Participação em Festivais	Evento	Unidade	01	1.000,00	Recurso Próprio
449052.00 - Aquisição de Acervos	Acervo	Unidade	Vários	1.300,00	Recurso Próprio
339032.00 - Festival de Bandas	Evento	Unidade	01	1.000,00	Recurso Próprio
339039.00 - Retreta	Evento	Unidade	01	250,00	Recurso Próprio
339039.00 - Dia Cultural	Evento	Unidade	01	125,00	Recurso Próprio
339039.00 - Show de Encerramento	Evento	Unidade	01	1.000,00	Recurso Próprio
339032.00 - Festival de Dança	Evento	Unidade	01	600,00	Recurso Próprio
339039.00 - Datas Alusivas - 7 setembro	Evento	Unidade	01	750,00	Recurso Próprio
339030.00 - Uniformes	Uniformes	Conjuntos	02	1.200,00	Recurso Próprio
339030.00 - Agasalhos	Agasalhos	Unidades	15	1.050,00	Recurso Próprio
339030.00 - Outros - Bolas/Apitos	Material	Unidades	Vários	300,00	Recurso Próprio
339039.00 - Jogos Integração 3ª Idade	Evento	Unidade	02	500,00	Recurso Próprio
339039.00 - Programa de Incentivo a Prática de Esportes	Evento	Unidade	Vários	1.000,00	Recurso Próprio
339039.00 - Transporte	Transporte	Unidade	Vários	2.000,00	Recurso Próprio
339030.00 - Alimentação	Refeições	Unidade	Vários	1.500,00	Recurso Próprio
339039.00 - Inscrição	Inscrições	Unidade	Vários	600,00	Recurso Próprio
339039.00 - Hospedagem	Hospedagem	Unidade	Vários	200,00	Recurso Próprio
339030.00 - Diversos - Água - Primeiros Socorros	Material	Unidade	Vários	100,00	Recurso Próprio
339030.00 - Aniversário	Evento	Unidade	01	2.000,00	Recurso Próprio
339036.00 - Arbitragem Futebol de Salão	Jogos	Unidade	Várias	1.300,00	Recurso Próprio

339036.00 - Arbitragem Futebol de Campo	Jogos	Unidade	Várias	2.200,00	Recurso Próprio
339036.00 - Arbitragem Futebol Suíço	Jogos	Unidade	Várias	1.000,00	Recurso Próprio
339032.00 - Premiação Futebol de Salão	Jogos	Peças	Vários	500,00	Recurso Próprio
339032.00 - Premiação Futebol de Campo	Jogos	Peças	Vários	500,00	Recurso Próprio
339032.00 - Premiação Futebol Suíço	Jogos	Peças	Vários	500,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Meses	Vários	7.275,00	Recurso Próprio
339030.00 - Material de Expediente	Material	Vários	Vários	250,00	Recurso Próprio
449051.00 - Obras e Instalações	Obras	Unidade	03	16.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				122.500,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTENCIA A SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

5.01 - PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIAGNÓSTICO: Estão Lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social = 41 Servidores, a contratar 11 servidores.

DIRETRIZES: Salários e Proventos.

OBJETIVOS: Pagamento de salários, remuneração, proventos e seus respectivos encargos.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED.	META	VALOR	FONTE
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	2.800,00	Recurso Próprio
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Meses	12	388.700,00	Recurso Próprio
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Diversas	Meses	12	12.935,00	Recurso Próprio

319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	51.350,00	Recurso Próprio
TOTAL				455.785,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

5.03 - PROGRAMA: CIRURGIAS ELETIVAS.

DIAGNÓSTICO: Existe um número considerável de pacientes que necessitam fazer cirurgias que não são pagas pelo SUS, mas são necessárias.

DIRETRIZES: Atender a demanda da população carente.

OBJETIVOS: Custear cirurgias eletivas, porém não dispensar valor superior a R\$ 500,00 por paciente.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319013.00 - Obrigações Patronais	Obrigações	Meses	Vários	800,00	Convênio
339036.00 - Outros Serviços Terceiro - Pessoa Física	Cirurgias	Unidade	08	4.000,00	Convênio
339039.00 - Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica	Cirurgias	Unidade	28	14.000,00	Convênio
TOTAL				18.800,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

5.04 - PROGRAMA: PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA BÁSICA A SAÚDE

DIAGNÓSTICO: O município possui na rede básica: 08 unidades de saúde, 05 médicos, 07 odontólogos, 04 outros profissionais de nível superior e 30 profissionais de nível médio.

DIRETRIZES: Aquisição de material e equipamentos para desenvolver atividades básicas de saúde.

OBJETIVOS: Atendimento à população em geral, conforme determina parâmetros/portaria do ministério da saúde.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	1.200,00	Fundo Saúde

339030.00 - Material de Consumo	Material	Vários	27.492	10.000,00 16.855,62	Recurso Próprio Fundo Saúde
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Vários	Vários	1.000,00	Fundo Saúde
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Vários	Vários	1.000,00 1.000,00	Recurso Próprio Fundo Saúde
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Vários	Vários	3.678,12	Fundo Saúde
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS					
TOTAL DE RECURSO FUNDO SAÚDE				11.000,00 23.733,74 34.733,74	
TOTAL GERAL					

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

5.05 - PROGRAMA: PSF - PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA

DIAGNÓSTICO: O Município dispõe de projeto de implantação, bem como a aquisição de um veículo com capacidade para cinco ocupantes que será destinado ao PSF.

DIRETRIZES: Contribuir para a reorientação do módulo assistencial a partir da atenção básica, imprimindo uma nova dinâmica de atuação nas unidades básicas de saúde, com definição de responsabilidade entre os serviços de saúde a população.

OBJETIVOS: Prestar assistência integral contínua na Unidade de Saúde e no domicílio, interferindo sobre os fatores de risco aos quais a população está exposta fazendo com que a saúde seja reconhecida como um direito de cidadania e, portanto, expressão de qualidade de vida.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319004.00 - Contratação por Tempo Determinado	Servidor	Meses	06	30.000,00	Fundo Saúde/Convênio
319013.00 - Obrigações Patronais	Servidor	Meses	06	100,00	Fundo Saúde/Convênio
339014.00 - Diárias - Civil	Servidor	Meses	Vários	500,00	Fundo Saúde/Convênio

339030.00 - Material de Consumo	Material Cons	Meses	Vários	20.000,00	Fundo Saúde/Convênio
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Vários	Vários	500,00	Fundo Saúde/Convênio
339039.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Vários	Vários	5.000,00	Fundo Saúde/Convênio
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos Veículo	Vários Unidade	Vários 01	10.000,00 15.000,00	Fundo Saúde Recurso Próprio
TOTAL DE RECURSOS FUNDO SAÚDE				66.100,00	
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				15.000,00	
TOTAL GERAL				81.100,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

5.08 - PROGRAMA: PROGRAMA SAÚDE BUCAL

DIAGNÓSTICO: O Município possui na Rede Básica de Ensino 1875 Alunos na faixa etária de 06 a 14 anos - atende-se no programa 1875 Alunos da Rede Municipal e Estadual

DIRETRIZES: Ampliar o número de atendimentos, atendendo anualmente 100% das crianças nesta faixa etária, totalizando 1875 alunos.

OBJETIVOS: Prevenção e saúde bucal aos alunos da Rede Escolar Municipal e Estadual. O programa será desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, através de atividades a serem desenvolvidas: Escovação supervisionada, palestras, bochechos fluorados semanalmente, distribuição de creme dental, escovas e flúor, bem como a realização de gincana sobre o tema Saúde Bucal, entre os estudantes, premiando os melhores trabalhos.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Material	Várias	3.750	7.010,78	Fundo Saúde
TOTAL				7.010,78	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

5.11 - PROGRAMA INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE - IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO SUS

DIAGNÓSTICO: A Secretaria Municipal de Saúde possui cerca de onze mil prontuários de pacientes que são manuseados e feitos de forma manuscrita.

DIRETRIZES: Aquisição de terminais de atendimento para facilitar o agendamento de consultas, bem como promover a adequação para a implantação do cartão SUS.

OBJETIVOS: Melhoria e agilidade nos serviços de saúde elevando o padrão de qualidade e eficiência do atendimento prestado a população

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Unidade	Vários	6.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				6.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

5.14 - PROGRAMA: ASSISTÊNCIA HOSPITALAR/PLANTÃO HOSPITALAR

DIAGNÓSTICO: Contrato firmado pela Prefeitura Municipal, para pagamento consultas de Urgência/Emergência e Pronto Atendimento.

DIRETRIZES: Continuidade do atendimento, trabalho conjunto com o Hospital São Luiz.

OBJETIVOS: Atendimento da demanda de consultas conforme firmado entre as partes para assistência médica/ambulatorial em horários diferenciados das Unidades de Saúde.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	Contrato	Unidade	01	122.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				122.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

5.17 - PROGRAMA: SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA - ATENDIMENTO/ENCAMINHAMENTOS MÉDICOS DE ALTA COMPLEXIDADE.

DIAGNÓSTICO: O Município possui um setor de TFD - Tratamento Fora do Domicílio para encaminhamento de consultas especializadas.

DIRETRIZES: Custear as despesas de pacientes para a rede SUS, que necessitam tratamento de média e alta complexidade em contra referências.

OBJETIVOS: Garantir transporte através de veículos da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde. Pagamento de tickets - passagens rodoviárias ou aéreas, despesas com pernoite e alimentação aos pacientes em tratamento fora do domicílio. Pagamento de exames e consultas, e outras despesas com o CIS/AMUNESC.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Unidade	12	1.000,00	Recurso Próprio
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	10.000,00	Fundo Saúde
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Unidade	Vários	5.000,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços CIS/AMUNESC Consultas/ Exames	Unidade Unidade Unidade	Vários Vários Vários	3.200,00 46.027,00 6.000,00	Fundo Saúde Recurso Próprio Recurso Próprio
TOTAL DE RECURSO PRÓPRIO				58.027,00	
TOTAL DE RECURSO FUNDO SAÚDE				13.200,00	
TOTAL GERAL				71.227,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

5.18 - PROGRAMA: FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DIAGNÓSTICO: O Município possui uma Farmácia Básica instalada no Posto de Saúde Central, contém aproximadamente 127 itens de medicamentos, atendendo em média de 1.015 pacientes por mês, atendendo os Postos de Saúde do Distrito de Fragosos, Bateias de Baixo, Localidade de Bateias de Cima e Santana.

DIRETRIZES: Aquisição de medicamentos básicos.

OBJETIVOS: Atender a demanda nas Unidades de Saúde, garantindo tratamento preventivo e curativo à população carente de nosso município.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Medicamentos	Vários	12.180	65.000,00 30.000,00	Convênio/PAB Recurso Próprio
TOTAL DE RECURSO FUNDO SAÚDE				65.000,00	
TOTAL RECURSO PRÓPRIO				30.000,00	
TOTAL GERAL				95.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

5.21 - PROGRAMA: AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

DIAGNÓSTICO: Desenvolver ações acordadas entre o Município e o Estado, na PPI Epidemiológica, Notificação Investigação de Agravos, Alimentação dos: SIM, SINASC, SINAN, SISVAM, vacinação de rotina e outras campanhas.

DIRETRIZES: Aquisição de material de expediente, voltados para ações de Vigilância Epidemiológica, material educativo, capacitação de recursos humanos, alimentação para funcionários em campanhas e uniformes.

OBJETIVOS: Implantar as ações de controle de doenças e endemias na população em geral, diminuindo o índice de mortalidade infantil.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias - Civil	Diária	Unidade	Várias	1.500,00	Convênio
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	11.200,00	Convênio

339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Unidade	Vários	1.000,00	Convênio
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	4.000,00	Convênio
449052.00 - Equipa- mentos e Material Permanente	Equipamen- tos	Unidade	Vários	1.572,00	Convênio
TOTAL DE RECURSO CONVÊNIO				19.272,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL -  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

5.10 - PROGRAMA: ATENDIMENTO A PESSOA PORTADORA DE DEFICI-  
ÊNCIAS

DIAGNÓSTICO: O município distribui medicamentos especiais e custeia  
tratamentos especializados.

DIRETRIZES: Atendimento de pacientes, nos tratamentos contínuos.

OBJETIVOS: Aquisição de medicamentos, encaminhamento para consul-  
tas e exames especializados via SUS ou custeados pelo Fundo Municipal  
de Saúde, tratamento odontológico, auxílio transporte e outros.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de distribuição gratuita	Medicamen- tos	Vários	Vários	0,00	Medicamen- tos adqui- ridos pelo Programa Farmácia Básica
TOTAL				0,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL -  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

5.15 - PROGRAMA: AÇÕES E PPI - PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRA-  
DA EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

DIAGNÓSTICO: O Setor de Vigilância Sanitária possui dois profissionais  
de nível médio e um de nível superior.

DIRETRIZES: Municipalizar as ações de média e alta complexidade, con-  
forme Portaria do Ministério da Saúde, arrecadar taxas, aquisição de um  
veículo utilitário, material de consumo, confecção de panfletos, participa-  
ção em cursos de capacitação e outros.

OBJETIVOS: Melhoria na Área Sanitária - controle de doenças ocasiona-  
das por inadequação de condições sanitárias, arrecadar de taxas fiscais,  
incrementar as áreas de Saneamento Básico, eliminar o Aedes Aegypti  
(dengue), cadastrar fontes de abastecimento de água, coleta e análise de  
amostras de água.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Unidade	06	200,00	Convênio
339014.00 - Diárias - Civil	Servidor	Unidade	Vários	2.000,00	Convênio
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	5.000,00	Convênio
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Unidade	Vários	1.000,00	Convênio
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	3.000,00	Convênio
449052.00 - Veículo utilitário	Veículo	Unidade	01	15.000,00	Convênio
449052.00 - Micro computador completo, Impresso- ra Laser, Mesa p/ Computa- dor, Cadeira Giratória, escriva- ninha, Armário e Arquivo de aço	Equipamen- to	Unidade	Vários	7.130,00	Convênio
TOTAL DE RECURSO CONVÊNIO				33.330,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

5.19 - PROGRAMA: CONTROLE DE DOENÇAS CRÔNICAS DEGENERATIVAS

DIAGNÓSTICO: Há um grande número de pacientes, portadores de doença crônica degenerativa que necessitam de acompanhamento e tratamento específico, tais como: diabetes melitus, hipertensão arterial e câncer.

DIRETRIZES: Realização de exames periódicos, verificação de pressão arterial e fornecimento de medicamentos específicos.

OBJETIVOS: Oferecer atendimento, adquirir medicamentos específicos, material e equipamentos necessários para atender a demanda de pacientes. Promover a distribuição de medicamentos recebidos do Ministério da Saúde aos pacientes hipertensos e diabéticos.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	3.180,00	Recurso Próprio
449052.00 - Equipamentos Material Permanente	Equipamentos	Unidade	Vários	1.500,00	Fundo Saúde
TOTAL RECURSOS PRÓPRIOS				3.180,00	
TOTAL RECURSOS FUNDO SAÚDE				1.500,00	
TOTAL GERAL				4.680,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

5.09 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIAGNÓSTICO: A Secretaria Municipal de Saúde necessita de equipamentos, materiais e serviços para sua manutenção e implementação de novos programas de Saúde.

DIRETRIZES: Manutenção das atividades administrativas e implementação novas atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

OBJETIVOS: Proporcionar um atendimento qualificado.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias - Civil	Servidor	Unidade	Vários	2.908,00 15.000,00	Fundo Saúde Recurso Próprio

339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	36.045,48 43.808,00	Fundo Saúde Recurso Próprio
339036.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Vários	Vários	5.000,00 13.000,00	Fundo Saúde Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	40.000,00 8.000,00	Fundo Saúde Recurso Próprio
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Unidade	Vários	50.000,00 34.000,00	Fundo Saúde Recurso Próprio
TOTAL DE RECURSO FUNDO SAÚDE				133.953,48	
TOTAL DE RECURSO PRÓPRIO				113.808,00	
TOTAL GERAL				247.761,48	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

5.24 - PROGRAMA: IMPLANTAÇÃO DO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO NO POSTO DE SAÚDE DE BATEIAS DE BAIXO.

DIAGNÓSTICO: A Unidade de Saúde já possui instalado um Consultório Odontológico.

DIRETRIZES: aquisição de material de consumo, instrumental, equipamentos e contratação de profissionais para o atendimento.

OBJETIVOS: Atender a população em geral, priorizando o atendimento a crianças e gestantes.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	5.000,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	500,00	Fundo Saúde



449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Unidade	Vários	5.000,00	Fundo Saúde
TOTAL DE RECURSOS FUNDO SAÚDE				5.500,00	
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				5.000,00	
TOTAL GERAL				10.500,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

5.24 - PROGRAMA: BOLSA ALIMENTAÇÃO

DIAGNÓSTICO: É um benefício de participação financeira da União, complementação da renda familiar visando melhorar as condições de nutrição e conseqüentemente a saúde.

DIRETRIZES: O Programa será desenvolvido, beneficiando diretamente as famílias carentes, com o valor de R\$ 15,00 por criança de seis meses a seis anos de idade, até o valor de R\$ 45,00 por família a ser beneficiada.

OBJETIVOS: Combater às carências nutricionais de gestantes e mães que amamentam, contribuindo com a redução da taxa de Mortalidade Infantil.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Vários	Vários	500,00	Convênio
339039.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Vários	Vários	200,00	Convênio
TOTAL DE RECURSOS CONVÊNIO				700,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

5.25 - PROGRAMA: SUBVENÇÃO SOCIAL PARA PAGAMENTO DE PROCEDIMENTOS BÁSICOS EFETUADOS NO HOSPITAL SÃO LUIZ.

DIAGNÓSTICO: Entidade sem fins lucrativos.

DIRETRIZES: Repasse de recursos a Entidade sem fins Lucrativos, pagamento de procedimentos básicos realizados.

OBJETIVO: Repasse mensal de Subvenção Social, e pagamento dos procedimentos básicos realizados.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidades	12	14.400,00	Fundo Saúde/Convênio
335043.00 - Subvenções Sociais	Subvenções	Unidade	12	18.000,00	Recurso Próprio
TOTAL RECURSOS FUNDO SAÚDE/ CONVÊNIO				14.400,00	
TOTAL RECURSOS PRÓPRIOS				18.000,00	
TOTAL GERAL				32.400,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA M. DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSIST. SOCIAL A COMUNIDADE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

6.01 - PROGRAMA: PESSOAL DA DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A COMUNIDADE

DIAGNÓSTICO: Estão Lotados na Divisão de Assistência a Comunidade 03 Servidores.

DIRETRIZES: Salários e Proventos.

OBJETIVOS: Pagamento de Salários e Proventos bem como seus Encargos.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319001.00 - Aposentadorias e Reformas	Proventos	Meses	13	9.150,00	Recurso Próprio

319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Servidores	Meses	12	59.000,00	Recurso Próprio
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	10.000,00	Recurso Próprio
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	100,00	Recurso Próprio
<b>TOTAL</b>				<b>78.250,00</b>	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNIC. SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A COMUNIDADE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

6.12 - PROGRAMA: HABITAÇÃO

DIAGNÓSTICO: Há no Município Famílias Carentes sem Local Próprio para Residirem.

DIRETRIZES: Aquisição através do Poder Público Municipal, áreas apropriadas para construção de moradias.

OBJETIVOS: Dispor de área de terra e materiais de construção básico, para famílias com renda per capita de 1,6 salário mínimo vigente. O benefício será concedido após visita e avaliação pelo serviço social da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
449061.00 - Aquisição de Imóveis no centro, em Bateias, em Frago-sos e São Miguel	Terreno	m²	60.000	60.000,00	Recurso Próprio/Convênio
<b>TOTAL</b>				<b>60.000,00</b>	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNIC. ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

6.03 - PROGRAMA: INFORMATIZAÇÃO DA DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

DIAGNÓSTICO: Tornar o setor mais ágil.

DIRETRIZES: Aquisição de um computador completo com impressora, estabilizador e acesso à internet para cadastro dos clientes e informações através da internet.

OBJETIVOS: Informatizar o setor melhorando a qualidade do trabalho e atendimento ao público.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	600,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	1.500,00	Recurso Próprio
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente Micro computador completo com Impressora Laser	Equipamen-tos	Unidade	Vários	4.310,00	Recurso Próprio
<b>TOTAL</b>				<b>6.410,00</b>	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNIC. SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNIC. ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

6.04 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO COORDENAÇÃO DO SETOR

DIAGNÓSTICO: Há necessidade de equipamentos e materiais de expediente para melhorar a qualidade nos atendimentos do setor.

DIRETRIZES: Promover a organização do setor.

OBJETIVOS: A utilização dos materiais de expediente e equipamentos proporcionará um atendimento qualificado.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias - Civil	Diárias	Unidade	Várias	500,00	Recurso Próprio

339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	800,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	300,00	Recurso Próprio
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamento	Unidade	Vários	2.000,00	Recurso Próprio
<b>TOTAL</b>				<b>3.600,00</b>	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNIC. DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNIC. ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

6.06 - PROGRAMA: TRANSPORTE PARA CARENTES.

DIAGNÓSTICO: Fornecimento de Ticket para o Transporte Coletivo e Rodoviário.

DIRETRIZES: Aumentar o atendimento a pessoas carentes.

OBJETIVOS: Proporcionar atendimento aos carentes que são encaminhados para o atendimento médico fora do domicílio, bem como aos que irão em busca de trabalho ou até mesmo fixar residência em outros municípios.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	2.000,00	Recurso Próprio
<b>TOTAL</b>				<b>2.000,00</b>	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNIC. SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

6.07 - PROGRAMA: FOTOS PARA CARENTES

DIAGNÓSTICO: Programa já está implantado.

DIRETRIZES: Expansão ao atendimento dos necessitados.

OBJETIVOS: Conceder ajuda financeira para aquisição de fotos para confecção de documentos pessoais a cada cidadão carente.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
-------	---------	-----------	------	-------	-------

339039.00 - Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	275,00	Recurso Próprio
<b>TOTAL</b>				<b>275,00</b>	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNIC. DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNIC. ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

6.08 - PROGRAMA: ATAÚDE PARA CARENTES.

DIAGNÓSTICO: O programa já se encontra implantado.

DIRETRIZES: Manutenção conforme a necessidade da demanda.

OBJETIVOS: Atendimento aos carentes, na aquisição de ataúdes - funeral, bem como traslado quando extremamente necessário.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Material	Unidade	Vários	2.000,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	500,00	Recurso Próprio
<b>TOTAL</b>				<b>2.500,00</b>	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNIC. SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNIC. ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

6.11 - PROGRAMA: REPASSE A INSTITUIÇÕES.

DIAGNÓSTICO: Existem no município 12 instituições que proporcionam atendimento para crianças, adolescentes e mães.

DIRETRIZES: Captação de recursos através do Governo Municipal para dar continuidade aos trabalhos já existentes e até a criação de novas instituições.

OBJETIVOS: Visitas, reuniões semanais, com temas e trabalhos aos assistidos, incentivando a comercialização dos produtos por eles confeccionados, recurso mensal para manutenção e pagamento de monitores.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
335043.00 - Subvenções Sociais	Instituições	Unidade	12	12.000,00	Recurso Próprio

TOTAL				12.000,00	
-------	--	--	--	-----------	--

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNIC. SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNIC. ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, I)

6.13 - PROGRAMA: FRALDAS GERIÁTRICAS PARA CARENTES.

DIAGNÓSTICO: Já se encontra o programa implantado, o qual é mantido com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, oriundos do governo municipal.

DIRETRIZES: Expandir este atendimento proporcionando melhores condições de conforto ao paciente carente.

OBJETIVOS: Evitar que o paciente carente por ventura possa contrair outras doenças ocasionais. Efetuar visita domiciliar mensal com o objetivo de avaliar a necessidade do uso de tal produto.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Fraldas	Unidade	180	3.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				3.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNIC. SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNIC. ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

6.14 - PROGRAMA: ALCOOLIVRE-SE

DIAGNÓSTICO: A cidade apresenta um grande número de dependentes químicos.

DIRETRIZES: Encaminhar para tratamento pessoas em entidades de tratamento, bem como promover cursos e palestras aos dependentes em recuperação em parceria com grupos de Alcoólatras Anônimos e Centros de Recuperação de Dependentes Químicos.

OBJETIVOS: Ter uma população mais saudável e em consequência, famílias mais ajustadas.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
335042.00 - Auxílios à Associação Vida e Resgate, ao Centro de Recuperação Nova Esperança e outros.	Internações	Unidade	Vários	8.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				8.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNIC. SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNIC. ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

6.15 - PROGRAMA: CESTAS BÁSICAS

DIAGNÓSTICO: Já existe o programa de atendimento com cestas básicas a famílias carentes, com distribuição de 50 unidades/mês.

DIRETRIZES: Manter o programa para atender somente desempregados.

OBJETIVOS: Atender em caráter de emergência os chefes de famílias desempregados, por um período de três meses após confirmação de carência pelo serviço social.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Cesta Básica	Unidade	600	18.144,00	Recurso Próprio
TOTAL				18.144,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNIC. SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNIC. ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

6.16 - PROGRAMA: PRÓTESES E ÓRTESES

DIAGNÓSTICO: Há no Município pessoas carentes que necessitam de próteses odontológicas e auditivas.

DIRETRIZES: Implantação do programa visando atender a necessidade da população carente em relação a pessoas adultas com problemas odontológicos e também em casos de próteses auditivas.

OBJETIVOS: Fornecer próteses às pessoas carentes do município

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339013.00 - Obrigações Patronais	Obrigações	Unidade		200,00	Recurso Próprio
339036.00 - Outros Serviços Terceiro - Pessoa Física	Próteses	Unidade	12	600,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica	Próteses	Unidade	12	1.200,00	Recurso Próprio

339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Próteses auditivas	Unidade	04	3.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				5.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNIC. SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNIC. ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

6.17 - PROGRAMA: BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) - REVISÃO DO BENEFÍCIO

DIAGNÓSTICO: O Município possui idosos e portadores de deficiência que recebem benefício do INSS, em torno de 17 beneficiários, sujeitos a revisão a cada dois anos conforme preconiza a loas que deve ser feito por profissional assistente social. Os recursos são oriundos da união com contrapartida municipal de 20%.

DIRETRIZES: Através de convênio o Município recebe recursos para custear as despesas do assistente social na realização das revisões dos benefícios.

OBJETIVOS: Revisar os benefícios dos idosos e portadores de deficiência que recebem benefício do BPC através do INSS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade		0,00	* Procedimentos com recursos do Setor
TOTAL				0,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNIC. SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNIC. ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

6.18 - PROGRAMA: SERVIÇOS DE AÇÃO CONTINUADA.

DIAGNÓSTICO: Há no município dois clubes de idosos, uma escola especial (Apae) e três creches municipais, os quais são mantidos através de recursos da ação continuada do Ministério da Ação Social, e contrapartida municipal de 20%.

DIRETRIZES: Repasse de recursos oriundos do ministério da ação social.

OBJETIVOS: Implementação e manutenção das entidades.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
335043.00 - Subvenções Sociais	Entidades	Unidade	36	8.662,80	Convênio
339030.00 - Material de Consumo	Creches	Unidade	36	36.732,60	Convênio

TOTAL RECURSO CONVÊNIO				45.395,40	
------------------------	--	--	--	-----------	--

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNIC. SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

6.19 - PROGRAMA: ATENDIMENTO AOS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO

DIAGNÓSTICO: Implantação do Fundo da Infância e Adolescência.

DIRETRIZES: Promover a convivência social de acordo com bons princípios e desenvolver a cidadania.

OBJETIVOS: Implementação e manutenção das atividades voltadas a criança e ao adolescente.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	10.600,00	Recurso Convênio
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	2.600,00	Recurso Convênio
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamento	Unidade	Vários	20.005,00	Recurso Convênio
TOTAL RECURSO CONVÊNIO				33.205,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - CONSELHO TUTELAR

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

6.20 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E PESSOAL DO CONSELHO TUTELAR

DIAGNÓSTICO: O Conselho Tutelar é formado por cinco Conselheiros.

DIRETRIZES: Remuneração dos Conselheiros

OBJETIVOS: Pagamento da Remuneração e outras despesas de manutenção.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	1.100, 00	Recurso Próprio

339036.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Unidade	Vários	22.000,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	3.300,00	Recurso Próprio
449052.00 - Equipa- mento e Material Permanente	Equipamen- tos	Unidade	Vários	110,00	Recurso Próprio
TOTAL				26.510,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.01 - PROGRAMA: SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DIAGNOSTICO: O Quadro de Servidores desta Secretaria é composto por quatro servidores.

DIRETRIZES: Vencimentos, Vantagens Fixas e Encargos Sociais.

OBJETIVOS: Pagamento de Vencimentos e seus encargos Sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Venci- mentos e Vantagens Fixas	Vencimen- tos	Meses	13	80.240,00	Recurso Próprio
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	12.760,00	Recurso Próprio
TOTAL				93.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.03 - PROGRAMA: DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MUDAS.

DIAGNOSTICO: O alto custo das sementes e mudas tem dificultado o acesso dos pequenos produtores na aquisição das mesmas.

DIRETRIZES: Dar oportunidade ao acesso de pequenos produtores na aquisição de forma subsidiada, de sementes de milho, sementes de hortaliças, mudas de batata-salsa e mudas de árvores frutíferas.

OBJETIVOS: Melhorar a Renda do pequeno agricultor, incrementar a produção das culturas em geral.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Sementes	Saca	500	23.000,00	Recurso Próprio
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Sementes	Envelope	2000	1.000,00	Recurso Próprio
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Mudas	Unidade	10.000	10.000,00	Recurso Próprio
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Mudas	Caixa	1.600	6.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				40.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.04 - PROGRAMA: APOIO E PARCERIAS: INICIATIVA COMUNITÁRIA PARA INCREMENTAR AS ATIVIDADES RURAIS, SINDICATOS, EPAGRI, ASSOCIAÇÕES, CIDASC, ACIACA, E INICIATIVA PRIVADA.

DIAGNOSTICO: A realidade demonstra, a execução de trabalhos isolados entre as diversas entidades do Município.

DIRETRIZES: Realização de Convênios e desenvolver parcerias.

OBJETIVOS: Otimizar os resultados das atividades rurais desenvolvidas pelo Poder Público e as diversas entidades do Município.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
-------	---------	-----------------	------	-------	-------



335041.00 - Contribuições a Entidades sem fins Lucrativos	Convênio	Meses	12	7.200,00	Recurso Próprio
335041.00 - Contribuições a Entidades sem fins Lucrativos	Convênio	Meses	12	12.000,00	Recurso Próprio
335041.00 - Contribuições a Entidades sem fins Lucrativos	Reuniões	Evento	20	0,00	Recurso Próprio
335041.00 - Contribuições a Entidades sem fins Lucrativos	Cursos	Evento	22	0,00	Recurso Próprio
<b>TOTAL</b>				<b>19.200,00</b>	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.05 - PROGRAMA: AGREGAÇÃO DE RENDA AOS PRODUTORES RURAIS E ESTÍMULO AO COOPERATIVISMO.

DIAGNOSTICO: O Produtor comercializa produtos sem valor agregado (in natura), necessitando de organização para melhorar a sua renda.

DIRETRIZES: Oferecer alternativas de agregação de renda aos Produtos, produzidos no Município e organizar a Classe produtora.

OBJETIVOS: Melhoria na renda das propriedades através da agregação de renda aos produtos e organização aos produtores.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
449052.00 - Implantação de Agro- Indústria Familiar	Infra-Estrutura Selo de Validade	Anual	2	0,00	Recurso Próprio Convênios
<b>TOTAL</b>				<b>0,00</b>	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.06 - PROGRAMA: MELHORAR A INFRA-ESTRUTURA DA ASSISTÊNCIA E APOIO ÀS INICIATIVAS.

DIAGNOSTICO: Carência de Recursos Econômicos e Infra-Estrutura destinada a Assistência Técnica do Setor Primário do Município.

DIRETRIZES: Destinar os Recursos para o Setor Primário, melhoria da Infra-Estrutura Física e Investimentos: Aquisição de Veículo e Equipamento Áudio-Visual, Participação em Cursos, Seminários e Congressos, Materiais Diversos e Diárias.

OBJETIVOS: Otimização da Infra-estrutura da Assistência Técnica e Melhoria no Atendimento ao Produtor Rural.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Veículo	Unidade	1	18.000,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Cursos	Unidade	6	1.500,00	Recurso Próprio
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamento	Unidade	1	5.000,00	Recurso Próprio
339030.00 - Material de Consumo	Diversos	Vários	Vários	10.000,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Vários	Vários	8.000,00	Recurso Próprio
339014.00 - Diárias - Civil	Servidor	Meses	Vários	1.000,00	Recurso Próprio
<b>TOTAL</b>				<b>43.500,00</b>	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.07 - PROGRAMA: ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS.

DIAGNOSTICO: Necessidade de Acesso a Eventos para Troca de Experiências, realização de negócios e confraternização.

DIRETRIZES: Apoiar iniciativas de organização e realização de Feiras e Eventos

OBJETIVOS: Oportunizar a participação em eventos, proporcionando a concretização de negócios, troca de experiências e confraternização.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
335041.00 - Apoiar a organização da Festa Estadual da Ovelha	Infra-Estrutura	Unidade	1	3.000,00	Recurso Próprio
335041.00 - Apoiar a Organização e realização da Expoama	Exposição	Unidade	1	2.000,00	Recurso Próprio
339039.00 - Organização e Participação em Viagens de Produtores	Viagens	Unidade	2	1.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				6.000,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.08 - PROGRAMA: PROMOÇÃO DE CURSOS PARA AGRICULTORES E INCENTIVO À PROFISSIONALIZAÇÃO DOS JOVENS.

DIAGNOSTICO: Necessidade de qualificação dos produtores e profissionalização dos jovens visando à diminuição do Êxodo Rural.

DIRETRIZES: Oportunidade de participação dos Agricultores Jovens Rurais em Cursos, Seminários e palestras.

OBJETIVOS: Qualificação e manutenção de agricultores e jovens rurais no Campo.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
-------	---------	--------------	------	-------	-------

339039.00 - Organização de Palestras e Cursos	Palestras	Evento	10	0,00	Recurso da Secretaria
339036.00 - Organização de Dias de Campo	Cursos	Evento	2	0,00	Recurso da Secretaria
TOTAL				0,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART.4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.09 - PROGRAMA: INCENTIVAR E FACILITAR A AQUISIÇÃO DE INSUMOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.

DIAGNOSTICO: O alto custo e dificuldade de acesso ao crédito, para o custeio e investimento na aquisição de insumos e implementos agrícolas.

DIRETRIZES: Organizar os produtores, incentivando e facilitando o acesso a linhas de crédito para a compra de insumos e implementos agrícolas.

OBJETIVOS: Acesso dos produtores na compra de insumos e implementos agrícolas em geral de forma facilitada e desburocratizada, facilitando o acesso ao Crédito Rural.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	8	0,00	Convênio/Parceria
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Reuniões	Unidade	10	0,00	Convênio/Parceria
TOTAL				0,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

## 7.10 - PROGRAMA: DISTRIBUIÇÃO DE CALCÁRIO SUBSIDIADO.

DIAGNOSTICO: O solo do nosso Município é excessivamente ácido e conseqüentemente de baixa produtividade.

DIRETRIZES: Exigências de: Análise de Solo, Bloco de Nota Fiscal de Produtor Rural e CPF do mesmo.

OBJETIVOS: Correção do solo para produção agropecuária, conseqüentemente aumentando a produtividade e melhorando o plantel.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Aquisição e Distribuição de Calcário	Calcário	Tonelada	3.000	25.200,00	Recurso Próprio
TOTAL				25.200,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

## 7.12 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO QUIRIRI.

DIAGNOSTICO: Há necessidade de recursos financeiros para manter a estrutura do Consórcio.

DIRETRIZES: Repasse de contribuições.

OBJETIVOS: Manutenção das ações do Consórcio Quiriri em nosso Município.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
335041.00 - Contribuição	Contribuição	Repasse	03	1.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				1.000,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

## 7.13 - PROGRAMA: READEQUAÇÃO DO HORTO MUNICIPAL.

DIAGNOSTICO: O Município é carente na produção de Mudanças Florestais, Nativas, Exóticas, Ornamentais e Medicinais e de hortaliças. Há necessidade de recuperação da Mata Ciliar e proteção das nascentes e outros programas de preservação.

DIRETRIZES: Estruturação do Horto Municipal para atender a demanda de mudas.

OBJETIVOS: Atender o produtor rural com mudas Florestais, atender a Prefeitura Municipal de Campo Alegre com mudas Ornamentais e atender a população com mudas de hortaliças e ervas medicinais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
449051.00 - Obras e Instalações	Construção	Unidade	1	5.000,00	Recurso Próprio
339052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Unidade	2	2.000,00	Recurso Próprio
339030.00 - Material de Consumo	Diversos	Vários	2	2.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				9.000,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART.4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

## 7.14 - PROGRAMA: INCENTIVO A PRODUTORES AGRO SILVO PASTORIS.

DIAGNOSTICO: Falta de infra-estrutura básica para manutenção das atividades existentes e desenvolver novas atividades Agro Silvo Pastoris.

DIRETRIZES: Através da Secretaria de Planejamento e Obras, para realizar obras de infra-estrutura básica.

OBJETIVOS: Beneficiar pessoas que tenham na agricultura sua atividade principal e evitar o êxodo rural, execução de trabalhos de Terraplanagem, ensaibramento, construção de açudes e outros.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
-------	---------	---------	------	-------	-------

449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Unidade	Várias	0,00	Parceria com a Secretaria de Planejamento e Obras
TOTAL				0,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.15 - PROGRAMA: PRÓ MEIO AMBIENTE

DIAGNOSTICO: Carência na divulgação do meio ambiente e seus recursos naturais no Município.

DIRETRIZES: Divulgar e educar a população do Município em relação a conservação do Meio Ambiente.

OBJETIVOS: Tornar a população consciente e capaz de exercer sua cidadania e o respeito ao Meio Ambiente.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Folder sobre o Meio Ambiente	Folders	Unidade	5.000	1.000,00	Recurso Próprio
339039.00 - Palestras, Campanhas e Reuniões	Eventos	Evento	8	0,00	Recurso Próprio/Parcerias
TOTAL				1.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.16 - PROGRAMA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS

DIAGNOSTICO: Necessidade de conscientização das crianças, adolescentes quanto às questões ambientais, buscando usar a natureza como recurso sustentável.

DIRETRIZES: Apoiar iniciativas de conscientização quanto á preservação ambiental.

OBJETIVOS: Conscientização dos alunos da rede escolar Municipal e Estadual, para a disseminação de mudanças das atitudes com relação ao Meio Ambiente, através de palestras e elaboração e distribuição de Cartilha Ecológica.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
-------	---------	---------	------	-------	-------

339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Palestras	Unidade	68	0,00	Parceria com Secretaria de Educação
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Cartilha	Unidade	1.000	1.000,00	Recurso Próprio e Parcerias
TOTAL				1.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.17 - PROGRAMA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PRÁTICAS CONSERVACIONISTAS.

DIAGNOSTICO: 40 % do solo do Município na área agrícola não tem conservação de solo.

DIRETRIZES: Curso do Sindicato Rural através do SENAR, curso da EPAGRI e cursos através da Divisão de Agricultura e Meio Ambiente com práticas de conservação.

OBJETIVOS: Utilizar práticas conservacionistas em 100 % do solo agrícola de nosso Município.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Curso	Unidade	2	0,00	Recurso da Secretaria/SENAR/EPAGRI
TOTAL				0,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.18 - PROGRAMA: IMPLEMENTAÇÃO DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

DIAGNOSTICO: Necessidade de organizar as ações relativas às questões Ambientais.

DIRETRIZES: Apoiar a Criação da Fundação do Meio Ambiente.

OBJETIVOS: Criação do COMDEMA e aquisição de materiais para reuniões.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Reuniões	Evento	1	0,00	Recurso da Secretaria
TOTAL				0,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.19 - PROGRAMA: PARTICIPAÇÃO, PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE EVENTOS AMBIENTAIS.

DIAGNOSTICO: A comunidade não participa de forma efetiva, existem poucos eventos no município.

DIRETRIZES: Intensificar a participação, a promoção e divulgação.

OBJETIVOS: Promover eventos ambientais: Semana da Água; Meio Ambiente; Dia da Proteção da Floresta e outras datas.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Material	Diversos	Vários	1.000,00	Recurso Próprio e Parceria com a Secretaria Educação
TOTAL				1.000,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.20 - PROGRAMA: CONTROLE DO BORRACHUDO EM PARCERIA COM A SOCIEDADE

DIAGNOSTICO: Alta incidência do Simulídeo em nosso Município

DIRETRIZES: Levantamento da incidência nas comunidades, levantamento do produto Biológico (BTI), necessário à contratação de serviços.

OBJETIVOS: Controlar a incidência do Borrachudo a nível tolerável.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
335041.00 - Contribuição a Entidades Sem Fins Lucrativos	Contribuição	Meses	Várias	18.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				18.000,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.21 - PROGRAMA: PRESERVAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR E PROTEÇÃO DAS NASCENTES

DIAGNOSTICO: Promover a recuperação da mata ciliar nas margens de rios, riachos, lagoas e outros, evitando assim a erosão e assoreamento dos mesmos.

DIRETRIZES: Através da produção de mudas nativas de diversas espécies e distribuição aos produtores, distribuição de folders e cartilhas para conscientização dos produtores rurais.

OBJETIVOS: Produção de mudas nativas no horto, distribuição através da frota municipal e conscientização do produtor e proprietários de áreas de terra em geral.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Mudas	Unidade	10.000	0,00	Produção do Horto Municipal
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Folder e Cartilha	Unidade	1.000	0,00	Recurso da Secretaria

TOTAL				0,00	
-------	--	--	--	------	--

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.23 - PROGRAMA: PROMOÇÃO DO TURISMO, ECO, AGRO E RURAL.

DIAGNOSTICO: Recursos naturais, propriedades rurais com potencial turístico ainda não aproveitado.

DIRETRIZES: Cadastramento Turístico e divulgação e Programa de Incentivo a Feiras Livres.

OBJETIVOS: Promover o Eco, Agro e o Turismo Rural.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Folders/ Feira	Unidade	Várias	4.000,00	Recurso Próprio/ Parceria
TOTAL				4.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.24 PROGRAMA: ADEQUAÇÃO DO CALÇADÃO PARA LAZER E EVENTOS

DIAGNOSTICO: Dificuldade de local para realizar o lazer comunitário através de Eventos Culturais

DIRETRIZES: O Pequeno produtor rural, pequeno artesão e artista em início de carreira.

OBJETIVOS: Divulgação e promoção de eventos dos artistas do município e outros centros.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
449051.00 - Infra-Estrutura Básica Calçadão: bancos e banheiros	Obras	Várias	1	5.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				5.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.25 PROGRAMA: DIVULGAÇÃO DA IMAGEM DO MUNICÍPIO ASSOCIADO AS SUAS BELEZAS NATURAIS

DIAGNOSTICO: O Município possui Potencial Turístico, conforme diagnósticos Turísticos da EMBRATUR.

DIRETRIZES: Promover a divulgação dos empreendimentos do Município com potencial na área do Eco-turismo e Turismo Rural, aquisição de equipamentos, Programa de Incentivo a Jardinagem, e Projeto Paisagístico das Margens da Rodovia SC 301 e Estrada Dona Francisca.

OBJETIVOS: Divulgar o Município ao nível de Estado, País e Mundo, em relação aos seus recursos naturais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
449051.00 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	Equipamento	Unidade	3	5.000,00	Recurso Próprio
339030.00 - Material de Consumo	Jardim	Unidade	Vários	1.000,00	Recurso Próprio
339030.00 - Material de Consumo	Projeto	Mudas	Vários	5.000,00	Recurso Próprio/ Parceria
TOTAL				11.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.26 - PROGRAMA: PARCERIA COM O SINE, QUALIFICAÇÃO DE JOVENS

DIAGNOSTICO: Falta de qualificação de jovens que querem ingressar no mercado de trabalho e requalificação de profissionais que já estão no mercado de trabalho.

DIRETRIZES: Carteira de Identidade, CPF, Título Eleitoral e Carteira de Trabalho.

OBJETIVOS: Treinamentos de mão-de-obra para vagas oferecidas pelos Setores Econômicos locais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Cursos Profissionais	Curso	Unidade	20	0,00	Recurso SINE



339039.00 - Central de Informa- ções de Empregos	Escritório	Unidade	1	0,00	Recurso SINE
339039.00 - Convênio entre a PMCA/SINE/ACIACA e SEBRAE	Convênio	Unidade	1	0,00	Recurso SINE
TOTAL				0,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART.4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

## 7.27 - PROGRAMA: INCENTIVO Á INDÚSTRIAS JÁ INSTALADAS

DIAGNOSTICO: Necessidade de fortalecer as indústrias locais, na divulgação e infra-estrutura básica.

DIRETRIZES: Proporcionar infra-estrutura básica: vias de acesso, energia elétrica, água e telefone, terraplanagem e ensaibramento.

OBJETIVOS: Divulgar a indústria local e proporcionar infra-estrutura básica.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
449052.00 - Obras e Instalações	Serviços	Unidade	40	0,00	Recurso Próprio da Secretaria de Obras
TOTAL				0,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

## 7.28 - PROGRAMA: ATRAÇÃO DE NOVAS EMPRESAS ECOLOGICAMENTE CORRETAS

DIAGNOSTICO: Há necessidade de incrementar a arrecadação de tributos municipais, geração de novos empregos, industrializar a Produção Agropecuária.

DIRETRIZES: A empresa deverá estar instalada no município, contratando preferencialmente funcionários residentes no município, além de respeitar a natureza do processo de produção.

OBJETIVOS: Aumentar a Arrecadação de impostos, geração de empregos, agregar valor a produção agropecuária, industrial e comercial e ecologicamente corretas, imóvel para instalação de condomínio.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
-------	---------	--------------	------	-------	-------

459061.00 - Aquisição de Imóveis	Terreno	Unidade	1	80.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				80.000,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

## 7.29 - PROGRAMA: DESENVOLVER VOCAÇÃO AGRO-INDUSTRIAL

DIAGNOSTICO: Agregar valor a produção agropecuária, organizar o produtor em grupos, viabilizar recursos.

DIRETRIZES: Selo do Consórcio Quiriri.

OBJETIVOS: Utilizar o selo do Consórcio Quiriri, recursos disponíveis na rede bancária, e associativismo.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	15	0,00	Banco do Brasil
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	1	0,00	Recurso Próprio
TOTAL				0,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

## 7.30 PROGRAMA: CONCORRÊNCIA PÚBLICA - COMÉRCIO LOCAL

DIAGNOSTICO: Incentivar o Comércio Local, para evitar a evasão dos consumidores a outros centros comerciais.

DIRETRIZES: De acordo com a legislação em vigor, incentivar as empresas locais a participarem de Processos Licitatórios, incentivar a legalidade e associativismo.

OBJETIVOS: Valorizar e incentivar o comércio local, dando preferência na aquisição de produtos e serviços em geral, Convênio com a ACIACA - Subvenção Social.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
-------	---------	--------------	------	-------	-------

335041.00 - Contribuições a Entidades sem Fins Lucrativos	Convênio	Unidade	12	2.400,00	Recurso Próprio
TOTAL				2.400,00	

**ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.31 - PROGRAMA: APOIAR E PARTICIPAR DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENTIDADES DE CLASSES PATRONAIS E LABORAIS

DIAGNOSTICO: Falta de integração entre as classes patronais e laborais.

DIRETRIZES: Apoiar iniciativas de organização das classes.

OBJETIVOS: União das classes patronais e laborais na área industrial, comercial e agropecuária, curso profissionalizantes e Programa de Incentivo a pequenas Cooperativas de Bairros.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Cursos	Unidade	10	0,00	SINE/SENAR/SE-NAC/SENAI E SEBRAE
TOTAL				0,00	

**ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.01 - PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

DIAGNOSTICO: Possui 46 Servidores lotados nesta Secretaria, e previsão de Concurso Público para o preencher as vagas existentes.

DIRETRIZES: Salários, Proventos e Encargos Sociais.

OBJETIVOS: Pagamento de Salários, Proventos e seus encargos sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimento	Meses	13	420.000,00	Recurso Próprio
319001.00 - Aposentadorias e Reformas	Proventos	Meses	13	22.600,00	Recurso Próprio

319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	66.950,00	Recurso Próprio
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	6.000,00	Recurso Próprio
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Despesas	Meses	12	20.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				535.550,00	

**ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.02 - PROGRAMA: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS E ESTRADAS VICINAIS

DIAGNOSTICO: O Município possui aproximadamente 1.260 (um mil, duzentos e sessenta) quilômetros de Vias Urbanas não pavimentadas.

DIRETRIZES: Construir a sub-base e tubulação pluvial para pavimentação, recuperação de pavimentação existente.

OBJETIVOS: Urbanizar ruas, reduzir o número de ruas não pavimentadas e pavimentar a Rua Altamiro Lobo Guimarães, Jorge Lacerda, Carolina Kotovitz, Nereu Ramos, Benjamin Constant, Carlos Brandes, Rufino Blaszkowski (continuação), Generoso Fragoso, Fernando Jung, e Germano Neumann, recuperação de pavimentação asfáltica e de lajota sextavadas em diversas ruas do Município, e ou efetuar também pavimentação comunitária.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
449051.00 - Obras e Instalações	Pavimentação	M2	13.170,83	198.000,00	Recurso Próprio/Convênio
449051.00 - Obras e Instalações	Recuperação	M2	25.800	152.000,00	Recurso Próprio/Convênio
TOTAL				350.000,00	

**ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.03 - PROGRAMA: MORAR BEM

DIAGNOSTICO: Déficit Habitacional

DIRETRIZES: Auxílio Moradia

OBJETIVOS: Construção de um Conjunto Habitacional para Família de Baixa Renda

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
449051.00 - Obras e Instalações	Obras	Unidade	Vários	0,00	Recurso Próprio
TOTAL				0,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.04 - PROGRAMA: ÁGUA POTÁVEL

DIAGNOSTICO: Comunidade sem abastecimento de água potável

DIRETRIZES: Implantação de abastecimento de água potável em comunidades.

OBJETIVOS: Firmar Convênio para implantação de Rede Hidráulica

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
449051.00 - Implantação Rede de Água Potável	Rede	MI	3	13.000,00	Recurso Próprio/Convênio
TOTAL				13.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJ. URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.05 - PROGRAMA: AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA

DIAGNOSTICO: Há necessidade de renovar a frota.

DIRETRIZES: Implementação dos serviços de transporte

OBJETIVOS: Melhorar a manutenção de vias públicas e outros serviços em geral.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
449052.00 - Aquisição de Retroescavadeira	Máquina	Unidade	1	125.000,00	Recurso Próprio/Convênio
TOTAL				125.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.06 - PROGRAMA: RECUPERAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, INFRA-ESTRUTURA PARA NOVAS INDÚSTRIAS, E PROPRIEDADES AGRO SILVO PASTORIS.

DIAGNOSTICO: O Município possui aproximadamente 1.260 quilômetros de estradas vicinais, conservação permanente das mesmas, pontes e bueiros, conservação também de vias urbanas e infra-estrutura para instalação de novas indústrias. Sendo a agropecuária a principal atividade econômica do município, faz-se necessário a intervenção do Poder Público para criar as condições mínimas de fixar os produtores agro silvo pastoris no meio rural.

DIRETRIZES: Melhorar a manutenção das estradas vicinais, vias urbanas e infra-estrutura para indústrias. Oportunizar ao pequeno produtor agro silvo pastoril, melhores condições para sua permanência no meio rural.

OBJETIVOS: Proporcionar melhores condições na conservação permanente de estradas, bueiros e pontes, vias públicas urbanas pavimentadas ou não. Recuperação e retificação das estradas vicinais de nosso município, e infra-estrutura para instalação de novas indústrias, indústrias já existentes de produtores Agro Silvo Pastoris. Melhorar as condições de permanência dos produtores agro silvo pastoris ampliando e oferecendo oportunidade aos produtores para que possam incrementar a produção, e conseqüentemente, evitando o êxodo rural.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Estradas	Km	485	20.000,00	Recurso Próprio
339030.00 - Material de Consumo	Ruas	Km	33	20.000,00	Recurso Próprio

449051.00 - Obras e Instalações	Estradas	Km	20	5.000,00	Recurso Próprio
449051.00 - Obras e Instalações	Programa	M2	30.000	25.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				70.000,00	

**ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

**8.08 - PROGRAMA : MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO SETOR**

DIAGNOSTICO: Toda a estrutura da Secretaria de Obras.

DIRETRIZES: Manutenção e conservação da Secretaria de Obras.

OBJETIVOS: Compreende no abastecimento de suprimentos da Secretaria de Planejamento Urbano Obras Transportes e Serviços Públicos, despesas oriundas de combustível, borracharia, pneus, peças, lubrificantes, oficinas, saibros, tubos, madeiras, coletas de lixo, Iluminação Pública e outros.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Diversos	Vários	284.000,00	Recurso Próprio
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Diversos	Vários	1.000,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Diversos	Vários	265.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				550.000,00	

**ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

**8.09 - PROGRAMA: ATERRO SANITÁRIO**

DIAGNOSTICO: O Município não possui ainda um Aterro Sanitário conforme as exigências Ambientais.

DIRETRIZES: Adequar um local para Recebimento de Lixo Doméstico.

OBJETIVOS: Implantar um novo Aterro Sanitário dentro das Regras Estabelecidas de Acordo com a Legislação Ambiental.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Área	M2	01	10.000,00	Recurso Próprio
449051.00 - 449052.00 - Implementação do Aterro Sanitário	Obra/Equipamento	Diversos	Vários	20.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				30.000,00	

**ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE**

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, PARÁGRAFO 1º E 2º, II)

**9.01 PROGRAMA: RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

DIAGNOSTICO: A LRF estabelece que todos os entes da Administração Pública estabeleçam Reserva de Contingência.

DIRETRIZES: Reservar até 10 % da Receita Corrente Líquida prevista para Constituir Reserva de Contingência.

OBJETIVOS: Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos Fiscais Imprevistos surgidos no decorrer da Execução Orçamentária.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
999999.99 - Reserva de Contingência	Reserva	Unidade	1	188.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				188.000,00	

**ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE**

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

11.01 PROGRAMA: INSTITUTO PREVIDÊNCIA DOS SERVID. PÚBLICOS DO MUNIC.CAMPO ALEGRE - IPRECAL

DIAGNOSTICO: O Regime Próprio de Previdência possui 215 Servidores vinculados ao Instituto.

DIRETRIZES: Administrar o Institui Próprio de Previdência conforme disposto na Legislação Previdenciária.

OBJETIVOS: Constituir um fundo capaz de garantir aposentadoria dos Servidores Públicos e pensão a seus dependentes.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Venci-mentos e vantagens fixas	Vencimen- tos	Meses	06	10.000,00	Recurso Próprio
339035.00 - Assistência Jurídica	Serviço	Meses	12	6.000,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviço	Meses	12	8.950,00	Recurso Próprio
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	5.500,00	Recurso Próprio
339093.00 - Indeni-zações e Restituições	Indeniza- ções	Meses	12	1.000,00	Recurso Próprio
319001.00 - Aposen-tadoria e Reforma	Segurado	Várias	Várias	14.638,78	Recurso Próprio
319003.00 - Pensão	Pensionista	Várias	Várias	9.500,00	Recurso Próprio
999999.00 - Reserva de Contingên- cia	Reserva	Meses	12	399.411,22	Recurso Próprio
<b>TOTAL</b>				<b>455.000,00</b>	

**LEI Nº 2.671 DE 22 DE OUTUBRO DE 2002**

LEI Nº 2671 DE 22 DE OUTUBRO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete

003.122.1202.2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 200,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência à Saúde

010.301.1504.2019 - Manutenção da Saúde Municipal

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

339036.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física ..... R\$ 2.400,00

339039.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica....R\$ 2.000,00

0600 - Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico

0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

020.606.1701.2026 - Gestão Administrativa Desenvolvimento Eco-nômico

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 600,00

**TOTAL R\$ 6.200,00**

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de outubro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 22/10/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.673 de 22 de Outubro de 2002**

LEI Nº 2673 DE 22 DE OUTUBRO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 47.939,26 (quarenta e sete mil, novecentos e trinta e nove reais e vinte e seis centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0303 - Divisão de Controle Fazendário

004.123.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 8.000,00

003.122.1301.2011 - Manutenção das Atividades Administrativas

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 1.800,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

012.123.1407.2009 - Bolsa Estudantil ao Servidor

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339018.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes ..... R\$ 7.200,00

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratações por Tempo Determinado ..... R\$ 8.500,00

319009.00 - Salário Família .....

R\$ 1.400,00

0700 - Secretaria Municipal Planej. Transportes Obras

0701 - Divisão de Planejamento e Obras

026.782.1801.2029 - Gestão Administrativa Secretaria Obras e Planejamento

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$16.000,00

0702 - Divisão de Transportes

026.782.1801.2031 - Reforma e Manutenção de Veículos

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.039,26

339039.00 - Outros Serv. Terceiros - Pes. Jurídica ..... R\$ 3.000,00

TOTAL ..... R\$47.939,26

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete

003.122.1202.2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

330000.00 - Despesas Correntes

331900.00 - Aplicações Diretas

339014.00 - Diárias - Civil ..... R\$ 1.000,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Administração

003.122.1301.2011 - Manutenção das Atividades Administrativas

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449052.00 - Equipamentos Material Permanente ..... R\$ 2.872,70

0303 - Divisão de Controle Fazendário



004.123.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319016.00 - Outras Despesas Variáveis- Pessoal Civil ..... R\$ 1.100,00

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339033.00 - Passagens e Despesas com Locomoção ..... R\$ 200,00

339092.00 - Despesas de Exercícios Anteriores ..... R\$ 66,56

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449052.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 15.000,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

012.365.1403.2015 - Manutenção das Atividades das Creches

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 10.000,00

012.365.1403.2016 - Manutenção das Atividades do Pré Escolar

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil ..... R\$ 2.800,00

0600 - Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico

0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

020.606.1701.2026 - Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

335041.00 - Contribuições ..... R\$ 6.900,00

0700 - Secretaria Municipal Planejamento Transportes Obras

0703 - Divisão de Transportes

017.512.1703.1006 - Implantação do Aterro Sanitário

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 8.000,00

TOTAL ..... R\$47.939,26

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de outubro de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 22/10/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.672 de 22 de Outubro de 2002**

LEI Nº 2672 DE 22 DE OUTUBRO DE 2002  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 27.705,00 (vinte e sete mil, setecentos e cinco reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Administração

003.122.1301.2011 - Manutenção das Atividades Administrativas

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319009.00 - Salário Família R\$ 205,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

012.361.1407.2012 - Manutenção do Apoio à Educação

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319011.00 - Vencimentos e Vant. Fixas - Pessoal Civil ..... R\$ 3.000,00

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339036.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física ..... R\$ 1.000,00

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 300,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

012.365.1403.2015 - Manutenção das Atividades das Creches

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratações por Tempo Determinado ..... R\$ 2.800,00

012.365.1403.2016 - Manutenção das Atividades do Pré Escolar

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratações por Tempo Determinado ..... R\$ 2.000,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência à Saúde

010.301.1504.2019 - Manutenção da Saúde Municipal

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratações Tempo Determinado ..... R\$ 8.000,00

0502 - Divisão de Assistência Social

008.244.1409.2021 - Manutenção da Assistência Social

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319011.00 - Vencimentos Vant. Fixas - Pessoal Civil ..... R\$ 4.000,00

319013.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 1.500,00

319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil....R\$ 100,00

0600 - Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico

0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

020.606.1701.2026 - Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319011.00 - Vencimentos Vant. Fixas - Pessoal Civil ..... R\$ 4.800,00

TOTAL ..... R\$27.705,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência

9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$27.705,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de outubro de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 22/10/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.673 de 22 de Outubro de 2002**

LEI Nº 2673 DE 22 DE OUTUBRO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 47.939,26 (quarenta e sete mil, novecentos e trinta e nove reais e vinte e seis centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0303 - Divisão de Controle Fazendário

004.123.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 8.000,00

003.122.1301.2011 - Manutenção das Atividades Administrativas

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 1.800,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

012.123.1407.2009 - Bolsa Estudantil ao Servidor

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339018.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes ..... R\$ 7.200,00

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratações por Tempo Determinado ..... R\$ 8.500,00

319009.00 - Salário Família .....

R\$ 1.400,00

0700 - Secretaria Municipal Planej. Transportes Obras

0701 - Divisão de Planejamento e Obras

026.782.1801.2029 - Gestão Administrativa Secretaria Obras e Planejamento

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$16.000,00

0702 - Divisão de Transportes

026.782.1801.2031 - Reforma e Manutenção de Veículos

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.039,26

339039.00 - Outros Serv. Terceiros - Pes. Jurídica ..... R\$ 3.000,00

TOTAL ..... R\$47.939,26

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete

003.122.1202.2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

330000.00 - Despesas Correntes

331900.00 - Aplicações Diretas

339014.00 - Diárias - Civil ..... R\$ 1.000,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Administração

003.122.1301.2011 - Manutenção das Atividades Administrativas

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449052.00 - Equipamentos Material Permanente ..... R\$ 2.872,70

0303 - Divisão de Controle Fazendário

004.123.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319016.00 - Outras Despesas Variáveis- Pessoal Civil ..... R\$ 1.100,00

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339033.00 - Passagens e Despesas com Locomoção ..... R\$ 200,00

339092.00 - Despesas de Exercícios Anteriores ..... R\$ 66,56

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449052.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 15.000,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

012.365.1403.2015 - Manutenção das Atividades das Creches

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 10.000,00

012.365.1403.2016 - Manutenção das Atividades do Pré Escolar

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil ..... R\$ 2.800,00

0600 - Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico

0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

020.606.1701.2026 - Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

335041.00 - Contribuições ..... R\$ 6.900,00

0700 - Secretaria Municipal Planejamento Transportes Obras

0703 - Divisão de Transportes

017.512.1703.1006 - Implantação do Aterro Sanitário

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 8.000,00

TOTAL ..... R\$47.939,26

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de outubro de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 22/10/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.674 de 25 de Outubro de 2002**

LEI Nº 2.674 DE 25 DE OUTUBRO DE 2002  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR  
CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), e cria o seguinte Elemento de Despesa:

0100 - CÂMARA DE VEREADORES

0101 - Câmara de Vereadores

001.031.1101.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

33.9046.00 - Auxílio Alimentação R\$ 200,00

Art.2º) Os recursos disponíveis para ocorrer a despesa mencionada no artigo anterior resultam da anulação Parcial da Dotação do Orçamento Vigente abaixo descrita.

0100 - CÂMARA DE VEREADORES

0101 - Câmara de Vereadores

001.031.1101.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339018.00 - Auxílio Financeiro à Estudantes R\$ 200,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de outubro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
25/10/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.675 de 25 de Outubro de 2002

LEI Nº 2.675 DE 25 DE OUTUBRO DE 2002

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE ÍTEM 4.03.3 DO PROGRAMA 4.03  
NO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.557 DE 15 DE OUTU-  
BRO DE 2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;  
Resolve:

Art.1º) Altera o item 4.03.03 do Programa 4.03 do Anexo Único da  
Lei Municipal nº 2.557 de 15 de outubro de 2001, a qual passa a  
vigorar com a seguinte Redação, fazendo parte integrante desta  
Lei:

4.03.03 - " Ampliação das dependências da Creche Pedacinho do  
Céu e de outras Creches deste Município".

Art.2 º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revo-  
gadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
25 de outubro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
25/10/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE SECRETARIA MUNICIPAL  
DE EDUCAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

#### 4.03 PROGRAMA ATENDIMENTO ÀS CRECHES

DIAGNÓSTICO: O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE POSSUI TRÊS CRE-  
CHES QUE ATENDEM UM TOTAL DE 173 ALUNOS, NA FAIXA ETÁRIA EN-  
TRE 4 MESES À 6 ANOS E ONZE MESES. CONTA COM 07 AUXILIARES DE  
BERÇÁRIO E 10 PROFESSORES, 01 ESTAGIÁRIA E 03 COORDENADORAS

DIRETRIZES: CUMPRIMENTO DAS DUAS FUNÇÕES COMPLEMENTARES E  
INDISSOCIÁVEIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CUIDAR E EDUCAR DE FOR-  
MA INTEGRADA, ATRAVÉS DE INVESTIMENTOS NA ESTRUTURA FÍSICA  
E DA FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DESTA ÁREA

OBJETIVOS: ESTABELECEER AÇÕES QUE VISEM A ADEQUAÇÃO PRO-  
GRESSIVA DAS CRECHES ÀS EXIGÊNCIAS DA LEI E A EXPANSÃO DO  
ATENDIMENTO, GARANTINDO A QUALIDADE EDUCACIONAL E NÃO  
SIMPLEMENTE ASSISTENCIAL COMO MUITAS VEZES FORAM CONSIDE-  
RADAS

AÇÕES	PRODUTO	UNID/ MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.03.01 - Adequação de berçários	Berçários	Unidade	4	30.000,00	Rec. Próprios e Convênios
4.03.02 Adequação das depen- dências físicas de Sanitários	Sanitários	Unidade	44	40.000,00	Rec. Próprios e Convênios
4.03.03 Ampliação das depen- dências da Creche Pedacinho do Céu e de outras Creches deste Município	Prédio	Unidade	3	60.000,00	Rec. Próprios e Convênios
4.03.04 Construção de áreas de sol para duas creches	Áreas de Sol	Unidade	2	35.000,00	Rec. Próprios e Convênios
4.03.05 Pintura	Prédios	Unidade	1	12.000,00	Rec. Próprios e Convênios
4.03.06 Reforma e Conser- vação da Estrutura física das creches	Reforma	Unidade	3	30.000,00	Rec. Próprios e Convênios
4.03.07 Aquisição de equi- pamentos novos para as creches	Equipamen- tos	Unidade	3	10.000,00	Rec. Próprios e Convênios
4.03.08 - Manutenção dos equi- pamentos existentes	Equipamen- tos	Unidade	Vários	15.000,00	Rec. Próprios e Convênios



4.03.09 - Capacitação dos profissionais de creches	Cursos	Unidade	8	4.000,00	Rec. Próprios e Convênios
4.03.10 - Treinamento em serviço dos profissionais de creches	Cursos	Unidade	8	1.000,00	Rec. Próprios e Convênios
4.03.11 - Aquisição e manutenção de materiais pedagógicos, permanentes e veículo	Materiais Pedagógicos	Unidade	Vários	80.000,00	Rec. Próprios e Convênios
<b>TOTAL</b>				<b>317.000,00</b>	

### LEI Nº 2.676 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2002

LEI Nº 2.676 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2002  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 15.186,88 (quinze mil, cento e oitenta e seis reais e oitenta e oito centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0302 - Divisão de Tesouro

028.843.2222.2006 - Amortização da Dívida Pública

400000.00 - Despesas de Capital

460000.00 - Amortização da Dívida

469000.00 - Aplicações Diretas

469071.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado .....  
R\$ 15.186,88

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Administração

004.306.1301.2005 - Ticket Alimentação para Servidores

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339046.00 - Auxílio Alimentação R\$ 2.486,88

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

012.361.1408.2013 - Manutenção do Transporte Escolar

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica .....  
R\$12.700,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
12 de novembro de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 12/11/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.677 de 20 de Novembro de 2002

LEI Nº 2677 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2002  
EXTINGUE A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS .

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica extinta a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA, entidade com personalidade jurídica de direito público interno.

Art. 2º As atribuições e finalidades da Fundação Municipal de Desporto e Cultura serão desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Quaisquer ativos pertencentes a Fundação Municipal de Desporto e Cultura serão vertidos e incorporados ao patrimônio do Município de Campo Alegre/SC e por ele administrados, na forma da Lei Federal nº 4320/64.

Parágrafo único. Caso hajam passivos, registrados em sua contabilidade por força de seu encerramento, estes serão assumidos inteiramente pelo Município de Campo Alegre/SC.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor a partir de 01/01/2003, ficando expressamente revogadas as leis municipais nº 2275/97 e 2363/98 e todas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
20 de novembro de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal



GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 20/11/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.678 de 20 de Novembro de 2002**

LEI Nº 2.678 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2002  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR

#### **CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais), e cria o seguinte Elemento de Despesa:

0100 - CÂMARA DE VEREADORES

0101 - Câmara de Vereadores

001.031.1101.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

33.9093.00 - Indenizações e Restituições ..... R\$ 6.300,00

Art.2º) Os recursos disponíveis para ocorrer a despesa mencionada no artigo anterior resultam da anulação Parcial da Dotação do Orçamento Vigente abaixo descrita.

0100 - CÂMARA DE VEREADORES

0101 - Câmara de Vereadores

001.031.1101.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319013.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 6.300,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
20 de novembro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 20/11/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.679 de 20 de Novembro de 2002**

LEI Nº 2.679 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO

#### **PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 26.189,03 (vinte e seis mil, cento e oitenta e nove reais e três centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete

003.122.1202.2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 100,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

012.361.1407.2012 - Manutenção do Apoio à Educação

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339036.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Física ..... R\$ 1.200,00

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 1.317,53

012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 2.000,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

012.365.1403.2015 - Manutenção das Atividades das Creches

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratações por Tempo Determinado ..... R\$ 1.400,00

012.365.1403.2016 - Manutenção das Atividades do Pré Escolar

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratações por Tempo Determinado ..... R\$ 200,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência à Saúde

010.301.1504.2019 - Manutenção da Saúde Municipal

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratações Tempo Determinado ..... R\$ 8.000,00

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 1.000,00

0502 - Divisão de Assistência Social

008.244.1409.2021 - Manutenção da Assistência Social

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 1.171,50

0701 - Divisão de Planejamento e Obras

026.782.1801.2029 - Gestão Administrativa Secretaria Obras e Planejamento

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratações Tempo Determinado ..... R\$ 400,00

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 7.600,00

339036.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Física ..... R\$ 1.500,00

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 300,00

TOTAL ..... R\$ 26.189,03

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete

003.122.1202.2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

330000.00 - Despesas Correntes

331900.00 - Aplicações Diretas

339013.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 3.500,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Administração

003.122.1301.2011 - Manutenção das Atividades Administrativas

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratações Tempo Determinado ..... R\$ 3.300,00

0302 - Divisão de Tesouro

028.843.2222.2006 - Amortização da Dívida Pública

300000.00 - Despesas Correntes

320000.00 - Juros e Encargos da Dívida

329000.00 - Aplicações Diretas

329022.00 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato..R\$ 3.500,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

012.361.1407.2012 - Manutenção do Apoio à Educação

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.000,00

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449052.00 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 517,53

0404 - Divisão da Cultura

013.392.1410.2017 - Manutenção das Atividades Culturais

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 360,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência à Saúde

010.301.1504.2019 - Manutenção da Saúde Municipal

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319009.00 - Salário Família ..... R\$ 1.000,00

0502 - Divisão de Assistência Social

008.244.1409.2022 - Conselho Tutelar

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 1.000,00

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449052.00 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 69,00

008.306.1409.2023 - Doação de Cestas Básicas

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339032.00 - Material de Distribuição Gratuita ..... R\$ 2,50

016.482.1409.1005 - Aquisição de Áreas para Casas a Pessoas Carentes

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 100,00

0600 - Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico

0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

020.606.1701.2026 - Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 100,00

449052.00 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 62,00

0602 - Divisão de Comércio e Indústria

022.661.1602.1003 - Incentivos à Indústria e Comércio

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 100,00

449061.00 - Aquisição de Imóveis ..... R\$ 100,00

0700 - Secretaria Municipal Planejamento Transportes Obras

0702 - Divisão de Transportes

026.782.1801.2031 - Reforma e Manutenção de Veículos

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 10.478,00

TOTAL ..... R\$ 26.189,03

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

20 de novembro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 20/11/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.680 de 20 de Novembro de 2002**

LEI Nº 2.680 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2002  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 14.360,00 (catorze mil, trezentos e sessenta reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

012.123.1407.2009 - Bolsa Estudantil ao Servidor

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339018.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes ..... R\$ 3.500,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

012.365.1403.2016 - Manutenção das Atividades do Pré Escolar

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratações por Tempo Determinado ..... R\$ 2.000,00

0404 Divisão da Cultura

013.392.1410.2017 Manutenção das Atividades Culturais

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339036.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física ..... R\$ 360,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0502 - Divisão de Assistência Social

008.244.1409.2021 - Manutenção da Assistência Social

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319011.00 - Vencimentos Vant. Fixas Pessoal Civil ..... R\$ 4.000,00

0600 - Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico

0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

020.606.1701.2026 - Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319011.00 - Vencimentos Vant. Fixas - Pessoal Civil ..... R\$ 4.500,00

TOTAL ..... R\$ 14.360,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência

9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 14.360,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
20 de novembro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 20/11/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.681 de 20 de Novembro de 2002**

LEI Nº 2.681 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 54.491,36 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e um reais e trinta e seis centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete

003.122.1202.2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319011.00 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil....R\$ 4.200,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Administração

003.122.1301.2011 - Manutenção das Atividades Administrativas

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319001.00 - Aposentadorias e Reformas ..... R\$ 1.200,00

319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil ..... R\$ 600,00

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339036.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física ..... R\$ 1.800,00

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 500,00

0302 - Divisão de Tesouro

028.843.0000.2006 - Amortização da Dívida Pública

400000.00 - Despesas de Capital

460000.00 - Amortização da Dívida

469000.00 - Aplicações Diretas

469071.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatada ..... R\$ 14.300,00

0303 - Divisão de Controle Fazendário

004.122.1301.2008 - Contribuição ao PASEP

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339047.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas ..... R\$ 1.500,00

004.123.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319013.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 1.000,00

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 3.691,36

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

012.361.1407.2012 - Manutenção do Apoio à Educação

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319011.00 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil ..... R\$ 500,00

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339036.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Física ..... R\$ 1.200,00

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratação por Tempo Determinado ..... R\$ 8.000,00

0700 - Secretaria Municipal Planej. Transportes Obras

0701 - Divisão de Planejamento e Obras



026.782.1801.2029 - Gestão Administrativa Secretaria Obras e Planejamento

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$ 16.000,00

TOTAL .....  
R\$ 54.491,36

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
20 de novembro de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 20/11/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.682 de 03 de Dezembro de 2002**

LEI Nº 2.682 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2002  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:  
Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.625,00 (dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0800 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura

0808 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura

027.812.1410.2001 - Manutenção das Atividades Desportivas

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo .....  
R\$ 925,00

339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.R\$ 1.700,00

TOTAL .....  
R\$2.625,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0800 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura

0808 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura

013.392.1410.2002 - Manutenção das Atividades Culturais

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física ..... R\$ 2.625,00

TOTAL R\$2.625,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
03 de dezembro de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 03 / 12 / 2002.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.683 de 10 de Dezembro de 2002**

LEI Nº 2.683 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2002  
"DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

#### **TÍTULO I**

#### **DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art.1º O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelo Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Diretores e Assessores.

Parágrafo único. O Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito, os Secretários Municipais, Diretores, Chefes e Assessores, exercem suas respectivas atribuições definidas na Lei Orgânica Municipal, em leis e regulamentos, com auxílio dos demais servidores e cooperadores que integram a estrutura administrativa.

Art. 2º A Administração Municipal é composta dos serviços públicos



existentes e integrados na estrutura organizacional do Gabinete do Prefeito e daqueles diretamente a este subordinado, das Secretarias Municipais, Diretorias, Chefias e Assessorias.

Art. 3º As Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e de Economia Mista, respeitada a legislação federal atinente à espécie, serão criadas por leis específicas e ficarão vinculadas diretamente ao Gabinete do Prefeito, ou à Secretaria Municipal, cuja atividade esteja diretamente delegada.

## CAPÍTULO II

### DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

#### SEÇÃO I

##### DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 4º As atividades do Governo Municipal abrangem, os seguintes princípios:

I - Planejamento;

II - Execução;

Parágrafo Único. São instrumentos de realização das atividades indicadas no caput:

I - controle e fiscalização;

II - delegação de competência ou de atribuições;

III - descentralização.

Art. 5º O Governo Municipal adotará o planejamento como instrumento de ação para o desenvolvimento físico-territorial, econômico, social e cultural da população, bem como para a aplicação dos recursos humanos, materiais e financeiros da administração.

Parágrafo único. O planejamento compreenderá a elaboração e manutenção atualizada dos seguintes instrumentos:

I - plano diretor de desenvolvimento ecologicamente sustentável;

II - plano plurianual;

III- orçamento anual;

IV - lei de diretrizes orçamentárias;

V - programação financeira anual das despesas e receitas;

VI- controle orçamentário;

VII- programação das atividades de trabalhos, serviços e obras públicas;

VIII- projetos de recebimento e aplicação de recursos públicos oriundos de outros órgãos governamentais ou não-governamentais e de iniciativa privada.

Art. 6º O Governo Municipal estabelecerá critérios de execução de seus programas, sempre resguardando a correta aplicação dos recursos públicos, o interesse da coletividade, em perfeita consonância com as leis vigentes.

Art. 7º Os atos de execução, singulares ou coletivos, obedecerão aos preceitos legais e a normas regulamentadoras, observados os critérios de imprescindibilidade organizacional, simplicidade e

agilidade.

Parágrafo único. Na consecução dos serviços públicos, os agentes terão que, em qualquer caso, obrigatoriamente, respeitar os princípios, normas e programas previamente estabelecidos pelo órgão de direção, aos quais estão subordinados ou supervisionados.

Art. 8º As atividades da Administração Municipal, especialmente de execução dos serviços públicos, serão sempre coordenados pela chefia hierárquica imediatamente superior.

#### SEÇÃO II

##### DOS INSTRUMENTOS PARA APLICAÇÃO

##### DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 9º Todos e quaisquer serviços da Administração Municipal, principalmente a execução de planos e programas de governo, serão permanentemente controlados e fiscalizados.

Parágrafo único. O controle e a fiscalização serão exercidas em todos os níveis da Administração Municipal, mediante atuação das chefias individuais e pela instituição de comissões, dentro da competência das pastas em que estejam subordinadas.

## CAPÍTULO III

### DA DELEGAÇÃO DE PODERES

Art. 10 À delegação de competência é faculdade expressa do Chefe do Poder Executivo e será utilizada como instrumento de descentralização administrativa, objetivando assegurar, dentre outras benefícios, soluções rápidas e coerentes e a correta aplicação das leis e regulamentos municipais, estaduais e federais.

Parágrafo único. O ato de delegação de competência deverá conter o nome da autoridade delegante, o da autoridade delegada, às atribuições delegadas e sua finalidade.

## CAPÍTULO IV

### DA DESCENTRALIZAÇÃO

Art. 11 A execução das atividades da Administração Municipal deverá dar-se dentro dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e descentralização.

Art. 12 O Poder Executivo, sempre que necessário e indispensável à execução de obras e serviços, deverá socorrer-se, mediante prévio processo licitatório ou sob regime de permissão, concessão, comodato ou convênio, de serviços de terceiros, para, ao mesmo tempo em que alcançar maior agilidade, evitar a ampliação do quadro de pessoal, e, com isso, majoração dos encargos já existentes.

## TÍTULO II

### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PRINCIPAL

#### CAPÍTULO I

##### DA CLASSIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS

Art. 13 A estrutura organizacional principal do Governo Municipal compõe-se dos seguintes órgãos de natureza coletiva e cooperativa:

I - Conselho Municipal de Saúde;

II - Conselho Municipal de Educação;

III - Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

IV - Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

V - Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;

VI - Conselho Municipal de Defesa Civil;

VII - Conselho Municipal de Alimentação Escolar;

VIII - Conselho Tutelar;

IX - Conselho Municipal de Assistência Social;

X - Conselho Municipal de Turismo;

XI - Conselho Municipal de Trânsito;

XII - Conselho Municipal de Trabalho Emprego e Renda.

Parágrafo único. Os órgão de natureza coletiva e cooperativa possuirão estatuto ou regimento interno próprio que definirá sua finalidade, suas formas de controle e gestão.

Art. 14 A estrutura organizacional do Governo Municipal conta com os seguintes órgãos de colaboração com o Governo Federal:

I - Junta do Serviço Militar;

II - Unidade Municipal de Cadastramento - INCRA;

§1º A Junta do Serviço Militar estará diretamente ligada e subordinada ao gabinete do Chefe do Poder Executivo;

§ 2º A Unidade Municipal de Cadastramento - INCRA estará contida na estrutura da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 15 Classificam-se como órgãos diretamente ligados ao gabinete do Chefe do Poder Executivo:

I- Órgãos de Assessoramento:

a)- Chefia de Gabinete;

b)- Assessoria de Comunicação Social;

c)- Assessoria Jurídica;

II - Órgão de Descentralização Administrativa: Coordenação de Administração Distrital;

III - Órgão Autônomo: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre - IPRECAL;

IV - Órgãos Institucionais Auxiliares:

a) Secretaria Municipal de Administração;

b) Secretaria Municipal de Finanças;

V - Órgãos Institucionais de Administração Específica:

a) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

b) Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social;

c) Secretaria Municipal de Desenvolvimento-Econômico;

d) Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Art. 16 Os órgãos definidos na Estrutura Administrativa, vinculam-se ao Chefe do Poder Executivo, respeitadas as seguintes premissas:

I - os órgãos colegiados, por coordenação;

II - os órgãos de assessoramento, institucionais auxiliares, institucionais de administração específica e de descentralização administrativa, por hierarquia;

III - os órgãos autônomos, na forma de seus estatutos.

## CAPÍTULO II

### DO DESMEMBRAMENTO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PRINCIPAL E DA COMPETÊNCIA DE SUAS UNIDADES

#### SEÇÃO I

##### DOS ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO COLETIVA E COOPERATIVA

Art. 17 Os órgãos de deliberação coletiva e cooperativa, definidos no art. 13, serão vinculados, por designação, as Secretarias Municipais competentes e o desmembramento de sua estrutura organizacional será definida em legislação específica que ensejou sua criação ou regulamento interno próprio.

#### SEÇÃO II

##### DOS ÓRGÃOS DE COLABORAÇÃO COM O GOVERNO FEDERAL

#### SUBSEÇÃO I

##### DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR

Art. 18 Compete a Junta do Serviço Militar prestar informações referentes ao alistamento e a regularidade da documentação militar, à todos os cidadãos, de acordo com a legislação federal pertinente.

§1º O presidente da Junta do Serviço Militar será o Chefe do Poder Executivo;

§2º A Junta do Serviço Militar será coordenada por um servidor detentor de cargo de provimento efetivo que perceberá para tanto uma função gratificada, na forma especificada pela Lei Complementar municipal nº 006/2002.

#### SUBSEÇÃO II

##### DA UNIDADE MUNICIPAL DE CADASTRAMENTO - INCRA

Art. 19 Compete a Unidade Municipal de Cadastramento - INCRA, nos termos do Convênio existente, às seguintes atribuições:

I - orientar os proprietários de terras rurais, quanto ao preenchimento de declaração para fins de cadastramento;

II - solicitar informações complementares para efeitos de correção e atualização do cadastro;

III - prestar apoio aos serviços de verificação de dados relacionados em cadastramento de terras;

IV - prestar informações ao público quanto aos serviços de sua

competência.

Parágrafo único. As atividades da Unidade Municipal de Cadastro serão desenvolvidas por servidor detentor de cargo de provimento efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

### SEÇÃO III

#### DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

##### SUBSEÇÃO I

###### DA CHEFIA DE GABINETE

Art. 20 Compete a Chefia de Gabinete:

I - prestar assistência direta ao Chefe do Poder Executivo, no desempenho de suas atribuições e, em especial, nos assuntos relacionados a representação política e social e a articulação com as autoridades públicas federais, estaduais e municipais;

II - atender ao público, prestando informações e esclarecimentos, solucionando problemas em geral ou encaminhando-o à autoridade ou servidor que possa fazê-lo;

III - acompanhar a tramitação dos projetos de lei na Câmara de Vereadores, bem como projetos de interesse municipal na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal;

IV - expedir e receber papéis e documentos, processos e materiais do Gabinete, providenciando a sua adequada distribuição, tramitação e encaminhamento;

V - colaborar na elaboração de relatórios e documentos, atendendo as normas ou exigências na área, quando de interesse do Gabinete;

VI - redigir documentos e expediente privativos do Chefe do Poder Executivo;

VII - informar processos administrativos;

VIII - assistir aos Secretários Municipais e demais autoridades quando indicado pelo Prefeito Municipal;

IX - controlar e inspecionar trabalhos operacionalizados para o bom andamento dos trabalhos do Gabinete;

X - coordenar e auxiliar eventos e promoções em geral;

XI - recepcionar autoridades em geral, e coordenar os trabalhos de cerimonial;

XII - coordenar a agenda de compromissos oficiais do Prefeito Municipal;

XIII - acompanhar e controlar o arquivo do Gabinete;

XIV - incumbir-se de outras tarefas e missões determinadas pelo Prefeito Municipal;

XV - manter o Prefeito Municipal informado do andamento de todos os convênios e projetos em andamento na Administração Municipal.

##### SUBSEÇÃO II

###### DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 21 Compete à Assessoria de Comunicação Social:

I - assessorar a representação política e social do Prefeito Municipal;

II - fazer as relações públicas do Governo Municipal, através do acompanhamento de periódicos locais, regionais e de grande circulação;

III - manter o Prefeito Municipal informado sobre os noticiários de interesse da municipalidade;

IV - colaborar e executar boletins municipais;

V - assessorar, diligentemente, o Chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência;

VI - assessorar, aos demais órgãos da Administração Municipal, quando solicitado e autorizado pelo Prefeito Municipal;

VII - zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a Administração Municipal;

VIII - desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

##### SUBSEÇÃO III

###### DA ASSESSORIA JURÍDICA

Art. 22 Compete a Assessoria Jurídica do Município as seguintes atribuições:

I - representar judicialmente o Município em processos em que o mesmo seja parte;

II - representar o Município em Juízo, ou fora dele, nos processos de desapropriação, ações ordinárias e cobranças de Dívida Ativa, comparecendo as audiências e tomando sua defesa para pleitear uma decisão favorável;

III - redigir ou elaborar documentos jurídicos, análises, interpretações, pronunciamentos, pareceres, editais, contratos, termos de compromissos e outras informações de natureza administrativa, tributária, trabalhista ou outras, aplicando a legislação, forma e terminologia adequada;

IV - participar de sindicâncias de processos administrativos instaurados no âmbito municipal;

V - elaborar projetos de Lei de Origem do Executivo;

VI - representar a Procuradoria Geral do Município quando designado, em comissões e conselhos de que a mesma faça parte;

VII - atuar nos processos administrativos tributários contenciosos, bem como, em outros decorrentes de autuação por descumprimento de regulamentos administrativos, antes da decisão de 2ª Instância emitindo pareceres antes dos mesmos serem submetidos à julgamento;

VIII - analisar Projetos de Lei de origem Legislativa, elaborando pareceres de forma a orientar o Chefe do Executivo;

IX - analisar os Projetos de Lei aprovados pelo Legislativo Municipal

e encaminhados para sanção, elaborando pareceres nas situações em que o interesse público recomendar o veto parcial ou integral dos mesmos;

X - participar, analisar e emitir pronunciamentos e pareceres sobre qualquer etapa de todos os processos de licitação editados pela municipalidade;

XI - assessorar, diligentemente, o Chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência;

XII - assessorar, aos demais órgãos da Administração Municipal, quando solicitado;

XIII - zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a Administração Municipal;

XIV - desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

#### SEÇÃO IV

#### ÓRGÃO DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

##### COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL

Art. 23 Compete à Coordenação de Administração Distrital:

I - elaborar, coordenar e executar programas e atividades sociais em distritos;

II - auxiliar aos Secretários Municipais na implementação de projetos nos distritos, especialmente em saúde, educação e saneamento básico;

III - elaborar e executar o levantamento de dados estatísticos da população dos distritos;

IV - promover todas as tarefas necessárias para a execução do desenvolvimento integrado entre a comunidade central e a população dos distritos;

V - coordenar a apuração de custos dos serviços e obras municipais nos distritos;

VI - participar da elaboração do orçamento;

VII - estudar e propor métodos que racionalizem a execução de atividades sociais e administrativas nos distritos;

VIII - auxiliar na coleta de cadastros para fins de recolhimentos tributários nos distritos;

IX - prestar informações e esclarecimentos à comunidade dos distritos acerca dos serviços públicos;

X - auxiliar e colaborar com a Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social para o desenvolvimento de programas nos distritos que visem erradicar todos os tipos de carência social;

XI - assessorar, diligentemente, o Chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência;

XII - assessorar, aos demais órgãos da Administração Municipal, quando solicitado e autorizado pelo Prefeito Municipal;

XIII - zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a Administração Municipal;

XIV - desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

#### SEÇÃO V

#### ÓRGÃO AUTÔNOMO

##### IPRECAL

Art. 24 O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre - IPRECAL é uma entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno, e detentora de autonomia financeira e administrativa, na forma da lei 2357/2001 e sua organização compor-se-á de:

I - Conselho Administrativo;

II - Conselho Fiscal;

III - Diretoria Executiva.

Parágrafo único. As atribuições dos Conselhos Administrativo e Fiscal, bem como da Diretoria-Executiva estão devidamente definidos na Lei municipal nº 2357/2001.

#### SEÇÃO VI

#### DOS ÓRGÃOS INSTITUCIONAIS AUXILIARES

##### SUBSEÇÃO I

##### DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 25 A Secretaria Municipal de Administração compete planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar todas as atividades relacionadas à área administrativa de todos os órgãos que integram a Administração Municipal, sendo atividade meio indispensável à consecução dos serviços públicos, e em especial aos seguintes aspectos:

I - qualquer assunto ou fato, relacionado a administração de pessoal;

II - o controle e arquivamento definitivo de toda documentação que envolva os órgãos da Administração Municipal;

III - a administração da sede do Governo Municipal;

IV - o controle de todas as compras e aquisições efetuadas pelos demais órgãos;

V - o controle e a proteção de todo patrimônio público;

VI - planejar a modernização gradativa, dentro dos limites orçamentários os maquinários existentes, a aquisição de equipamentos e programas de interesse público, objetivando a agilidade e melhoria de atendimento a comunidade e aos servidores;

VII - realizar estudos de extensão de informatização em rede de todos os setores da Administração Pública Municipal;

VIII - aplicar e fazer aplicar todas as determinações contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 26 A Secretaria Municipal de Administração contará em sua estrutura de apoio com os seguintes Serviços, respectivamente desmembrados:

I - Serviço de Pessoal, entre outros Sub-Serviços:

Sub-Serviço de Processamento da Folha de Pagamento;

Sub-Serviço de Recrutamento e Estágios Supervisionados;

Comissão de Avaliação de Estágio Probatório - CAEP;

II - Serviço de Suprimentos, entre outros Sub-Serviços:

Sub-Serviço de Compras e Licitações;

Sub-Serviço de Almoxarifado Central;

III - Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo, entre outros Sub-Serviços:

Sub-Serviço de Patrimônio Geral;

Sub-Serviço de Segurança;

Sub-Serviço de Protocolo e Arquivo;

Sub-Serviço de Arquivo Morto Geral da Administração de Campo Alegre;

IV - Núcleo Geral de Informática.

§1º As estruturas organizacionais definidas como Serviços possuirão chefias imediatas ocupadas exclusivamente por servidores efetivos, na forma descrita pela Lei Complementar municipal nº 006/2002, os quais perceberão gratificações de função;

§2º Os Sub-serviços e o Núcleo Geral de Informática são apenas um detalhamento da estrutura de lotação dos servidores efetivos, não havendo sob nenhuma hipótese o pagamento de qualquer gratificação, para a execução de seus serviços;

§3º O Núcleo Geral de Informática realizará atividades de apoio a todos os órgãos da Administração Municipal, em especial em relação as seguintes atividades:

I - manutenção da rede computacional;

II - manutenção e controle de todos os equipamentos de informática;

III - instalação, manutenção e controle de todos os softwares necessários para a execução dos serviços da Administração Municipal;

IV - manutenção e controle da internet;

V - manutenção e operacionalização do Programa Gráfico Educação;

VI - expedição de documentos em geral que envolvam os trabalhos da Secretaria Municipal de Administração;

VII - modernização gradativa, dentro dos limites orçamentários, dos equipamentos e softwares existentes, para a consecução de agilidade e melhoria no préstimo dos serviços públicos;

VIII - realização de toda e qualquer atividade que envolva atividades ligadas a gestão de recursos de informática.

Art. 27 O Serviço de Pessoal e seus Sub-Serviços serão responsáveis pelas seguintes atividades:

I - acompanhamento, confecção e controle da folha de pagamento de todos os servidores da Administração Municipal;

II - acompanhamento e realização do cadastro de servidores;

III - acompanhamento do controle de frequência;

IV - acompanhamento da elaboração de editais de concursos públicos e contratações temporárias;

V - confecção e controle das guias de natureza fiscal e trabalhista, tais como DIRF, SEFIP, INSS, FGTS, PIS/PASEP, entre outros;

VI - controle e confecção da RAIS;

VII - acompanhamento de processos administrativos que envolvam os servidores;

VIII - confecção e expedição de relatórios gerenciais e relatórios a serem expedidos para o Tribunal de Contas do Estado ou qualquer outro órgão de controle interno ou externo;

IX - encaminhamento de servidores para realização de perícia médica;

X - acompanhamento e controle de processos de reabilitação de servidores;

XI - controle de descontos obrigatórios e facultativos na remuneração dos servidores;

XII - realização e acompanhamento de treinamento dos servidores públicos;

XIII - controle das licenças com e sem remuneração dos servidores públicos;

XIV - acompanhamento da avaliação do estágio probatório;

XV - controle de todas as verbas remuneratórias que o servidor implementará por força de avaliações de desempenho, entre outras na forma estipulada pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei Complementar nº 006/2002;

XVI - controle do pagamento de vale-alimentação, bolsa-escola e salário família;

XVII - controle e confecção da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas pagos pelo Tesouro Municipal e pelo IPESC;

XVIII - realização e confecção de processos de exoneração e demissão;

XIX - realização da contratação de estagiários, na forma da Lei Complementar nº 006/2002;

XX - atendimento e recepção de documentos dos servidores públicos municipais;

XXI - expedição de documentos em geral que envolvam os trabalhos do Serviço de Pessoal;

XXII - realização de toda e qualquer atividade que envolva atividades ligadas a gestão de recursos humanos.

Art. 28 O Serviço de Suprimentos e seus Sub-Serviços serão responsáveis pelas seguintes atividades:

I - realização de compras diretas para todos os órgãos da Administração Municipal;



II - cotação de preços e orçamentos para todos os órgãos da Administração Municipal;

III - realização e controle do cadastro de fornecedores;

IV - realização de procedimentos licitatórios, observadas as determinações constantes da Lei federal nº 8666/93, em conjunto com a Assessoria Jurídica;

V - expedição de ordem de compra;

VI - controle de notas fiscais;

VII - controle e acompanhamento dos contratos administrativos;

VIII - controle e acompanhamento das publicações que envolvam procedimentos licitatórios;

IX - controle e recebimento de materiais, através da manutenção do Almoxarifado Central;

X - produção de relatórios gerenciais e relatórios para o Tribunal de Contas do Estado ou qualquer outro órgão de controle interno ou externo;

XI - expedição de documentos em geral que envolvam os trabalhos do Serviço de Suprimentos;

XII - realização de toda e qualquer atividade que envolvam procedimentos relativos a licitações, compras e controle de almoxarifado.

Art. 29 O Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo e seus Sub-Serviços serão responsáveis pelas seguintes atividades:

I - controle de todos os materiais, equipamentos, móveis e imóveis pertencentes à Administração Municipal;

II - registro de todos os materiais e equipamentos da Administração Municipal, com expedição de relatórios gerenciais para seu controle;

III - controle do estado físico de todos os materiais, equipamentos, móveis e imóveis pertencentes à Administração Municipal;

IV - acompanhamento do registro imobiliário de todos os imóveis pertencentes ao Município de Campo Alegre;

V - implementação, controle e acompanhamento do Arquivo Morto da Administração Municipal;

VI - acompanhamento das publicações municipais;

VII - realização, acompanhamento e confecção de documentos em geral para os órgãos da Administração Municipal;

VIII - recepção e controle do fluxo dos documentos enviados à Administração Municipal e seu conseqüente destino;

X - produção de relatórios gerenciais e relatórios para o Tribunal de Contas do Estado ou qualquer outro órgão de controle interno ou externo;

XI - expedição de documentos em geral que envolvam os trabalhos do Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo;

XII - organização e controle dos serviços de vigilância ao patrimônio municipal;

XIII - organização e operacionalização dos serviços de recepção e telefonia;

XIV - realização de toda e qualquer atividade que envolva procedimentos relativos ao patrimônio, a segurança, ao arquivo e protocolo da Administração Municipal.

## SUBSEÇÃO II

### DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Art. 30 A Secretaria Municipal de Finanças compete planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar todas as atividades relacionadas as áreas financeira, fiscal, arrecadatória, de contabilidade e tesouraria, sendo atividade meio indispensável à consecução dos serviços públicos, e em especial aos seguintes aspectos:

I - controle do cadastro, lançamento, fiscalização e arrecadação dos tributos e demais rendas municipais;

II - recebimento, pagamento, guarda e movimentação dos dinheiros e outros valores pertencentes à Administração Municipal;

III - registro e controle contábil da administração orçamentária, financeira e patrimonial do Município;

IV - acompanhar a execução de convênios e a prestação de contas dos mesmos;

V - coordenar a aplicação das normas de fiscalização financeira e acompanhar a execução do orçamento;

VI - aplicar e fazer aplicar todas as determinações contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 31 A Secretaria Municipal de Finanças contará em sua estrutura de apoio com os seguintes Serviços, respectivamente desmembrados:

I - Serviço de Contabilidade, entre outros:

a) Sub-Serviço de Contabilidade;

b) Sub-Serviço de Tesouraria e Controle de Transações Financeiras;

II - Serviço de Tributação e Fiscalização, entre outros:

a) Sub-Serviço de Cadastro Fiscal;

b) Sub-Serviço de Arrecadação e Fiscalização;

c) Sub-Serviço de Dívida Ativa;

d) Sub-Serviço de Engenharia e Topografia;

III - Unidade Municipal de Cadastramento - INCRA;

§1º As estruturas definidas como Serviços possuirão chefias imediatas ocupadas exclusivamente por servidores efetivos, na forma descrita pela Lei Complementar municipal nº 006/2002;

§2º Os Sub-Serviços e a Unidade Municipal de Cadastramento - INCRA são apenas um detalhamento da estrutura de lotação dos servidores efetivos, não havendo sob nenhuma hipótese o pagamento de qualquer gratificação, para a execução de seus serviços.

Art. 32 O Serviço de Contabilidade e seus Sub-Serviços serão responsáveis pelas seguintes atividades:



I - supervisão e realização das atividades de contabilidade;

II - controle das transações financeiras;

III - fiscalização e controle da contabilização patrimonial e orçamentária do Município, seus Fundos, autarquias e Fundações;

IV - realização do empenho de recursos que passam pelos cofres municipais, através de balanços anuais e de prestações de contas do Executivo Municipal;

V - elaboração dos projetos e fiscalização da execução orçamentária do Município (Plano Plurianual, LDO e Orçamento Anual);

VI - realização de prestação de contas;

VII - controle e avaliação da gestão econômica, financeira, patrimonial e orçamentária das entidades públicas municipais;

VIII - confecção e realização de balanços e balancetes exigidos pelas normas de Direito Financeiro;

IX - apuração e quantificação de haveres e avaliação de direitos e obrigações;

X - reavaliação de bens e direitos patrimoniais, que compõe o erário municipal;

XI - prestar informações as diligências baixadas pelo Tribunal de Contas;

XII - planejamento e elaboração dos programas financeiros e orçamentários, calculando e especificando receitas e custos para o perfeito equilíbrio das contas públicas municipais;

XIII - análise do custo dos serviços públicos com propositura de medidas para sua racionalização;

XIV - todas as atividades relacionadas à Contabilidade Geral;

XV - produção de relatórios gerenciais e relatórios para o Tribunal de Contas do Estado ou qualquer outro órgão de controle interno ou externo;

XVI - prestação de relatório de empenhos realizados;

XVII - controle de pagamento das guias do INSS, IPRECAL, PIS/PASEP e FGTS;

XVIII - realização dos pagamentos dos débitos municipais, tais como CASAN, CELESC, TELESC, entre outros;

XIX - realização de resgate e aplicações de contas correntes;

XX - controle e fiscalização da aplicação das verbas advindas do FUNDEF;

XXII - controle e fiscalização da aplicação das verbas de todos os Fundos Municipais;

XXIII - expedição de documentos em geral que envolvam os trabalhos do Serviço de Contabilidade.

Art. 33 O Serviço de Tributação e Fiscalização e seus Sub-Serviços serão responsáveis pelas seguintes atividades:

I - atendimento e resolução dos questionamentos formulados pelos contribuintes municipais;

II - cadastramento, controle e expedição de alvarás de funcionamento e construção (habite-se);

III - cadastramento, controle e expedição de guias de ISS e carnês de IPTU;

IV - controle, lançamento e baixa de contribuintes inscritos em Dívida Ativa;

V - fiscalização de todas as operações tributárias determinadas no Código Tributário Municipal;

VI - realização, controle e implementação de cadastro urbano;

VII - realização de vistorias e notificações fiscais;

VIII - apreensão de mercadorias e fechamento de estabelecimentos comerciais;

IX - cobrança dos tributos municipais;

X - organização dos projetos de engenharia para construção e desmembramento de áreas e terrenos.

XI - produção de relatórios gerenciais e relatórios para o Tribunal de Contas do Estado ou qualquer outro órgão de controle interno ou externo;

XII - expedição de documentos em geral que envolvam os trabalhos do Serviço de Tributação e Fiscalização.

### SUBSEÇÃO III

#### DA SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTES E OBRAS

Art. 34 A Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras tem por fim o planejamento, elaboração, aprovação e fiscalização de obras em geral, o controle da frota municipal e em especial:

I - controlar a implementação do Código de Obras e Posturas;

II - elaborar o Plano Diretor do Município;

III - aprovar loteamentos;

IV - normatizar o trânsito;

V - manter atualizadas as plantas territoriais do Município;

VI - executar serviços de topografia e desenho;

VII - realizar e coordenar todos os serviços relativos a limpeza urbana;

VIII - fiscalizar a utilização da frota municipal.

Art. 35 A Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras contará em sua estrutura de apoio com os seguintes Serviços:

I - Serviço de Transporte e Frota;

II - Serviço de Planejamento Urbanístico;

III - Serviço de Obras e Serviços Públicos.

Parágrafo único. As estruturas definidas como Serviços possuem chefias imediatas ocupadas exclusivamente por servidores efetivos, na forma descrita pela Lei Complementar municipal nº

006/2002;

Art. 36 O Serviço de Transporte e Frota será responsável pelas seguintes atividades:

I - modernização, controle e manutenção da frota municipal;

II - guarda e controle do uso da frota municipal;

III - coordenação e fiscalização dos serviços de reparo na frota municipal;

IV - elaboração de relatórios gerenciais e de controle acerca da frota municipal;

V - fiscalização do trânsito municipal;

VI - controle da utilização de diesel, óleo e gasolina nos equipamentos da frota municipal.

Art. 37 O Serviço de Planejamento Urbanístico será responsável pelas seguintes atividades:

I - coordenar e elaborar programas e projetos urbanísticos;

II - coordenar e fiscalizar a correta aplicação do Plano Diretor;

III - supervisionar a operacionalização dos serviços de engenharia e avaliação imobiliária do município;

IV - supervisionar, coordenar e fiscalizar a construção de obras públicas;

V - planejar a política de desenvolvimento urbano;

VI - aprovar e fiscalizar a implantação de loteamentos;

VII - atuar normativamente no setor do trânsito urbano;

VIII - fiscalizar e coordenar assuntos relacionados com a preservação da qualidade ambiental;

IX - estudar e realizar projetos para viabilização de construção de casas populares;

X - disciplinar a instalação de vendedores ambulantes, no território do município.

Art. 38 O Serviço de Obras e Serviços Públicos será responsável pelas seguintes atividades:

I - executar atividades relativas a limpeza urbana;

II - administrar o cemitério municipal;

III - promover os serviços de pavimentação, paisagismo e sinalização;

IV - conservar e manter as vias de rodagem e obras de arte e monumentos públicos;

V - executar serviços de manutenção de parques, praças, jardins públicos e sua arborização;

VI - promover a fiscalização e remoção de entulhos depositados em passeios, vias públicas e logradouros;

VII - fiscalizar os serviços de coleta de lixo e remanejamento de seus resíduos;

IX - executar serviços de saneamento básico, tais como conservação e ampliação de drenagem de águas pluviais, fiscalização e

execução do esgoto sanitário, coordenação dos trabalhos de tratamento de água e esgoto, ainda que em parceria com órgãos estaduais.

#### SUBSEÇÃO IV

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 39. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico tem por finalidade orientar a administração e a comunidade nos assuntos relacionados com o desenvolvimento industrial e comercial, com a efetiva implementação do turismo e seus efeitos econômicos e sociais, e ainda com relação as atividades vinculadas a agropecuária e ao meio ambiente e em especial:

I - estimular a criação de indústrias e comércios, observando para tanto o desenvolvimento econômico sustentável;

II - estimular a geração de empregos;

III - realizar estudos e propostas para a consecução de projetos que implementem as potencialidades turísticas de Campo Alegre;

IV - captar recursos financeiros para as iniciativas voltadas para o turismo sustentável;

V - realizar projetos que incentivem o pequeno produtor rural a manutenção de suas propriedades;

VI - execução de ações que implementem programas e estudos que visem a melhorar a qualidade de vida de forma ecologicamente sustentável.

Art. 40 A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico contará com a seguinte estrutura de apoio:

I - Diretoria de Desenvolvimento Econômico;

II - Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente;

III - Serviço de Comércio, Indústria e Turismo.

§1º A Diretoria de Desenvolvimento Econômico será administrada e gerenciada pelo cargo de provimento em comissão de Diretor de Desenvolvimento Econômico, cuja criação foi autorizada pela Lei Complementar nº 006/2002;

§2º As estruturas definidas como Serviços possuirão chefias imediatas ocupadas exclusivamente por servidores efetivos, na forma descrita pela Lei Complementar municipal nº 006/2002.

Art. 41 Compete a Diretoria de Desenvolvimento Econômico:

I - manter intercâmbio com autoridades competentes para valorização das atividades relativas a agropecuária, turismo, indústria e comércio;

II - promover e executar ações para a efetivação de projetos que implementem o turismo no município, em especial a divulgação do potencial hoteleiro rural;

III - implementar ações que divulguem o município de Campo Alegre, em especial através da criação de guias, mapas, roteiros, anúncios e outros;

IV - promover o levantamento das atrações e potencialidades turísticas, bem como os problemas relacionados ao desenvolvimento turístico;

V - estimular a criação e o desenvolvimento de sociedades, agremiações e clubes que direta ou indiretamente fomentem o turismo em Campo Alegre;

VI - apoiar e orientar a iniciativa privada no setor turístico, industrial e agropecuário, promovendo a captação de recursos financeiros;

VII - promover e executar ações para a efetivação de projetos que implementem a agropecuária no município, em especial através da utilização de tecnologias que beneficiem o pequeno e médio produtor;

VIII - promover e executar ações para a efetivação de projetos que implementem a indústria, a valorização do emprego e a renda dos munícipes, bem como promova o controle e a preservação do meio ambiente e das belezas naturais no município;

IX - promover programas educativos e de extensão rural em integração com os órgãos estaduais e federais que atuam no setor, visando elevar os padrões de produção e consumo de produtos agropecuários;

X - atuar, dentro dos limites da competência municipal, como órgão regulador e fiscalizador do abastecimento da população;

XI - promover programas de combate às pragas da lavoura e moléstias infecto-contagiosas dos animais;

XII - acompanhar o movimento econômico do Município mantendo o Prefeito Municipal informado de seus índices, através da emissão de documentos e relatórios que contenham informações precisas e pontuais.

Art. 42 Compete ao Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente:

I - prestar assistência aos agricultores e agropecuaristas;

II - promover o combate às pragas das lavouras e moléstias infecto-contagiosas dos animais, inclusive os domésticos;

III - implementar programas visando a elevação dos padrões de produção rural e agrícola;

IV - fiscalizar a qualidade dos produtos agropecuários;

V - fiscalizar a implementação do Código de Posturas;

VI - realizar programas que visem o melhoramento da qualidade de vida da população;

VII - pesquisar e orientar a preservação da fauna;

VIII - prestar atendimento à programas de vigilância sanitária animal;

IX - realizar estudos e praticar medidas de saúde pública no tocante a doenças de animais transmissíveis à comunidade;

X - formular planos estatísticos e econômicos sobre a produção agropecuária no município;

XI - elaborar projetos para captação de recursos no Estado e na União que visem a busca de incrementos financeiros para ações de preservação do meio ambiente;

XII - apoiar o cooperativismo, a pesquisa e a extensão rural e outras formas benéficas de organização do produtor rural;

XIII - aprimorar o cadastramento das propriedades rurais existentes no município;

XIV - planejar, coordenar e executar a elaboração de Plano Diretor Rural visando a ordenação do crescimento e do desenvolvimento da zona rural.

Art. 43 Compete ao Serviço de Comércio, Indústria e Turismo:

I - incentivar o desenvolvimento do pólo industrial, comercial e de prestadores de serviço;

II - implantar, organizar e fomentar a área industrial do município;

III - desenvolver o cadastro de indústrias, comércio e prestadores de serviço;

IV - divulgar os pontos turísticos do município;

V - articular com entidades públicas e privadas o desenvolvimento do setor turístico, ecologicamente sustentável;

VI - administrar o portal turístico municipal;

VII - autorizar a realização de qualquer evento turístico, inclusive festas e festivais no município, sendo também responsável pela coordenação de sua fiscalização.

#### SUBSEÇÃO V

#### DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL

Art. 44 A Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social incumbem manter os serviços de assistência médica e odontológica, bem como aqueles relativos a promoção do bem estar da comunidade de Campo Alegre, e em especial:

I - atuar como órgão normativo em saúde pública, observada inclusive sua competência legal para tanto;

II - fiscalizar os procedimentos e posturas relativas a higiene pública, através da adequada manutenção e implementação da Vigilância Sanitária;

III - manter convênios com a União, Estado e outras entidades para execução de atendimentos na área da saúde;

IV - executar campanhas programadas, envolvendo os profissionais habilitados, para disseminação de informações relativas à saúde em geral, inclusive em relação à higiene bucal;

V - elaborar estudos que visem o aperfeiçoamento contínuo das ações de saúde pública;

VI - realizar a supervisão periódica das ações municipais de saúde, verificando sua pontual melhoria;

VII - implementar ativamente ações e programas de vacinação, inclusive para a terceira idade;

VIII - garantir as ações de promoção da saúde da mulher gestante e da criança, em especial aos programas de amamentação;

IX - implantar o Programa de Saúde da Família;

X - articular com outras instituições a troca de informações, realizando trabalhos conjuntos, elaborando novas propostas para o equacionamento dos problemas sociais do município;

XI - aplicar e executar técnicas de pesquisa social para aprimorar as atividades de assistência social;

XII - realizar estudos e diagnósticos dos fatos e fenômenos sociais das comunidades, visando a intervenção junto às pessoas ou grupos afetados pelos mesmos;

XIII - realizar atendimento à população carente, através do acompanhamento e encaminhamento de casos sociais, jurídicos e outros, prestando auxílio de acordo com a questão proposta.

Art. 45 A Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social contará com a seguinte estrutura de apoio:

I - Assessoria de Controle e Avaliação de Saúde;

II - Serviço de Bem-Estar Social;

III - Serviço de Controle de Autorizações Hospitalares;

IV - Serviço de Assistência à Saúde:

a) Sub-Serviço de Apoio Administrativo;

b) Sub-Serviço de Vigilância Sanitária;

c) Sub-Serviço de Controle e Concessão de Medicamentos;

d) Sub-Serviço de Programa da Saúde da Família.

§1º As estruturas organizacionais definidas como Serviços possuirão chefias imediatas ocupadas exclusivamente por servidores efetivos, na forma descrita pela Lei Complementar municipal nº 006/2002, os quais perceberão gratificações de função;

§2º Os Sub-serviços são apenas um detalhamento da estrutura de lotação dos servidores efetivos, não havendo sob nenhuma hipótese o pagamento de qualquer gratificação, para a execução de seus serviços;

§3º A Assessoria de Controle e Avaliação de Saúde será realizada por servidor detentor de cargo de provimento efetivo, que perceberá gratificação de função de confiança, na forma descrita pela Lei Complementar municipal nº 006/2002.

Art. 46 Compete à Assessoria de Controle e Avaliação de Saúde:

I - controlar e avaliar a eficiência e efetividade das ações e serviços, quanto a objetivos, técnicas, organização, recursos e procedimentos;

II - sugerir medidas para correção das distorções identificadas, para uniformização de procedimentos, revisão e alteração de normas;

III - implementar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades do sistema de controle e pagamento de contas médicas;

IV - avaliar relatórios do sistema de controle e pagamento de contas médicas, objetivando colher subsídios para o controle e avaliação de serviços médico-assistenciais e adequação aos recursos disponíveis;

V - avaliar e efetuar proposições para aperfeiçoamento do sistema de controle e pagamento de contas médicas;

VI - realizar atividades de preparo e controle de contas vinculadas ao sistema de contas médicas;

VII - orientar as Unidades quando da sua mudança de formulários e dados sobre controle e avaliação de contas hospitalares e ambulatoriais;

VIII - supervisionar e auditar, quando solicitado, os procedimentos e as ações de saúde, bem como dirimir dúvidas, harmonizar procedimentos e conciliar situações de eficiência e eficácia dos profissionais da saúde;

IX - realizar a avaliação das Unidades prestadoras de serviços, visando sua classificação;

X - elaborar o Plano Municipal de Saúde;

XI - elaborar os relatórios instituídos pela NOAS.

Art. 47 Compete ao Serviço de Bem-Estar Social:

I - promover o mapeamento e o cadastramento técnico da população carente;

II - criar programas de auxílio à renda;

III - incentivar, promover e organizar trabalhos de formação profissional para adolescentes e adultos, considerando ofertas no mercado de trabalho e os interesses da população;

IV - acompanhar os trabalhos do Conselho Municipal de Emprego e Renda;

V - promover a triagem e encaminhamento de desabrigados e desassistidos à entidades próprias;

VI - assessorar a organização de mutirões, cooperativas ou outras formas associativas populares, para solução dos problemas da população menos favorecida;

VII - promover e executar programas de incentivo ao voluntariado;

VIII - implantar programas e campanhas sociais.

Art. 48 Compete ao Serviço de Controle de Autorizações Hospitalares:

I - protocolar e controlar os encaminhamentos para a realização de tratamentos em localidades distintas de Campo Alegre;

II - protocolar e controlar a realização de consultas especializadas;

III - expedir autorização prévia para realização de exames de média e alta complexidade;

IV - expedir autorização de laudos médicos para emissão de AIH's - Autorização de Internação Hospitalar, no município ou em outras localidades.

Art. 49 Compete ao Serviço de Assistência à Saúde:

I - controlar a aquisição e o fornecimento de medicamentos à comunidade;

II - controlar, fiscalizar e executar todos os procedimentos de vigilância sanitária;

III - atender aos munícipes, prestando-lhes informações e/ou recebendo queixas referentes a saúde pública;

IV - realizar cadastros, levantar dados e aprimorar relatórios estatísticos relativos a saúde pública;

V - inspecionar e fiscalizar as instalações e o funcionamento de ambientes e locais de lazer, de ambiente e locais de trabalho, no que diz respeito ao cumprimento das normas relativas à saúde

pública;

VI - promover, executar e promover programas de saúde à comunidade;

VII - acompanhar, executar e fiscalizar o Programa de Saúde da Família;

VIII - receber, conferir e armazenar os materiais de consumo, de expediente e medicamentos utilizados nas unidades de saúde;

IX - promover o bom relacionamento da comunidade com todos os profissionais da saúde;

X - atender a comunidade em geral, marcando consultas, exames e internações.

#### SUBSEÇÃO VI

#### DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Art. 50 A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto incumbe executar os programas educacionais, no âmbito de seus alunos e de seu corpo docente, coordenar a infra-estrutura para execução de seus trabalhos, estimular a prática desportiva, incentivar a realização de torneios e espetáculos esportivos, promover, coordenar, divulgar e documentar as atividades culturais realizadas no município e em especial:

I - coordenar os centros esportivos-recreativos e a aquisição de materiais esportivos;

II - incentivar o desenvolvimento de valores novos, amadores ou profissionais, na diferentes modalidades esportivas;

III - realizar competições e torneios, nas diferentes modalidades esportivas;

IV - elaborar calendário municipal de promoções esportivas e esportivo-educacionais;

V - zelar pelo cumprimento das diretrizes definidas pela Política Nacional de Educação Física e Desporto;

VI - zelar pelo patrimônio histórico e o acervo cultural do município;

VII - promover atividades recreativas e culturais com crianças, adolescentes e para a terceira idade;

VIII - administrar e gerenciar o anfiteatro municipal;

IX - implantar e manter a banda municipal;

X - promover eventos teatrais e musicais;

XI - coordenar a ação do corpo docente das escolas, traçando em conjunto com estes às normas para a supervisão, execução, e planejamento dos serviços;

XII - instalar e manter as entidades de ensino.

Art. 51 A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto contará com a seguinte estrutura de apoio:

I - Diretoria de Cultura e Desporto;

II - Serviço de Educação Infantil;

III - Serviço de Ensino Fundamental;

IV - Serviço de Apoio Administrativo à Educação;

V - Serviço de Controle do Transporte Escolar, Merenda e Manutenção das Unidades Escolares.

§1º A Diretoria de Cultura e Desporto será administrada e gerenciada através do provimento de cargo em comissão, na forma determinada pela Lei Complementar nº 006/2002;

§2º As estruturas definidas como Serviços possuirão chefias imediatas ocupadas exclusivamente por servidores efetivos, na forma descrita pela Lei Complementar municipal nº 006/2002;

§3º O Serviço de Apoio Administrativo à Educação deverá possuir, obrigatoriamente, em sua estrutura um profissional com formação pedagógica e especialização em Administração Escolar.

Art. 52 A Diretoria de Cultura e Desporto compete:

I - coordenar a utilização de ginásios e centros-esportivos pertencentes a Administração Municipal;

II - acompanhar e coordenar a aquisição de materiais esportivos pela Administração Municipal;

III - atuar junto a escolas e centros comunitários, estimulando as praticas desportivas;

IV - organizar e realizar espetáculos esportivos, competições e torneios, observando as modalidades pertinentes a cada idade;

V - manter contato com escolas de educação física ou escolas de esportes específicos, a fim de realizar promoções conjuntas;

VI - promover espetáculos esportivos com associações e órgãos desportivos de destaque no cenário estadual, nacional e internacional;

VII - elaborar e executar calendário das promoções esportivas e esportivo-educacionais do Município;

VIII - executar as diretrizes definidas pela Política Nacional de Educação Física e Desporto;

IX - elaborar, promover e executar projetos sociais voltados para o Desporto;

X - promover, divulgar, coordenar e documentar as atividades artísticas de interesse cultural, promovendo espetáculos, conferências e cursos;

XI - coordenar e zelar pelo patrimônio histórico e o acervo artístico do Município;

XII - promover atividades culturais e recreativas para crianças e jovens;

XIII - promover projetos especiais para o desenvolvimento do desporto e da cultura na terceira-idade;

XIV - amparar, promover e divulgar as manifestações de arte popular;

XV - pesquisar, desenvolver, promover e divulgar o folclore regional;

XVI - amparar grupos folclóricos municipais existentes;



XVII - promover e estimular o desenvolvimento das artes em geral, inserindo-a nos hábitos da população, através de programas coordenados em bairros e distritos;

XVIII - coordenar e administrar as atividades realizadas no anfiteatro, bem como ser responsável por suas instalações físicas e seu calendário de eventos.

Art. 53 Compete ao Serviço de Educação Infantil:

I - promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município;

II - promover e dirigir as atividades de planejamento, coordenação, execução e avaliação do ensino de pré-escolar;

III - garantir o atendimento de crianças de 0 a 6 anos, em berçários, creches e pré-escolas;

IV - promover a capacitação de recursos humanos e a aquisição de materiais específicos para o atendimento e provimento dos berçários, creches e pré-escolas;

V - articular-se com entidades particulares que ministram o ensino de crianças de 0 a 6 anos, com o objetivo de aprimorar o corpo pedagógico;

VI - recensear os educandos do ensino infantil, zelando junto aos pais pela frequência à escola;

VII - promover treinamentos, estudos, pesquisas, cursos de capacitação e reuniões de caráter pedagógico e administrativo, destinados ao aperfeiçoamento e avaliação do desempenho administrativo docente e discente;

VIII - controlar, executar e fiscalizar todas as atividades de caráter administrativo que envolvam as unidades de berçário, creche e pré-escola.

Art. 54 Compete ao Serviço de Ensino Fundamental:

I - promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município;

II - promover e dirigir as atividades de planejamento, coordenação, execução e avaliação do ensino fundamental;

III - garantir o atendimento das crianças e adolescentes frequentadores da 1ª a 8ª séries;

IV - promover a capacitação de recursos humanos e a aquisição de materiais específicos para o atendimento e provimento do ensino fundamental, de 1ª a 8ª séries;

V - articular-se com entidades particulares que ministram o ensino fundamental, com o objetivo de aprimorar o corpo pedagógico;

VI - recensear os educandos do ensino fundamental, fazendo-lhes a chamada e zelando junto aos pais pela frequência à escola;

VII - promover treinamentos, estudos, pesquisas, cursos de capacitação e reuniões de caráter pedagógico e administrativo, destinados ao aperfeiçoamento e avaliação do desempenho administrativo docente e discente;

VIII - controlar, executar e fiscalizar todas as atividades de caráter administrativo que envolvam as unidades de ensino fundamental;

IX - fixar conteúdo mínimo para o ensino fundamental, de maneira

a assegurar a formação básica satisfatória e resgatar o respeito e o interesse aos valores culturais e artísticos;

X - propor currículos das disciplinas optativas, adequando-se às peculiaridades e necessidades locais;

XI - estimular o ingresso no ensino de nível médio;

XII - planejar, coordenar, executar e controlar a realização de feiras e exposições de ciências, dentre outras disciplinas, inclusive de cunho cultural.

Art. 55 Compete ao Serviço de Apoio Administrativo à Educação:

I - criar mecanismos e condições dinâmicos e modernos para administrar a educação municipal em sistema integrado;

II - introduzir e administrar conteúdos programáticos nos currículos à realidade municipal, dos seus meios de produção, consumo e necessidades diárias;

III - promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município;

IV - articular-se com entidades particulares que ministram o ensino de pré-escola e fundamental, com o objetivo de aprimorar o corpo pedagógico;

V - controlar, executar e fiscalizar todas as atividades de caráter administrativo que envolvam a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

VI - controlar, planejar e administrar os arquivos e as respectivas documentações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

VII - controlar, executar e manter os históricos escolares de todos os alunos das unidades de ensino do município;

VIII - controlar e confeccionar relatórios gerenciais das unidades escolares.

Art. 56 Compete ao Serviço de Controle do Transporte Escolar, Merenda e Manutenção das Unidades Escolares:

I - promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município;

II - acompanhamento, controle e fiscalização dos serviços de transporte escolar, em especial:

a) realização do cadastramento e expedição das carteirinhas dos alunos que utilizam o transporte escolar, observando e conferindo seu acesso de acordo com o itinerário previamente acertado com seus pais;

b) conferência da pontual realização dos trajetos, de acordo com os itinerários previamente definidos;

c) acompanhamento e fiscalização do contrato de terceirização do transporte coletivo;

III - acompanhamento, controle e fiscalização da distribuição e confecção da merenda escolar;

IV - acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelo profissional especializado em Nutrição, assegurando que o mesmo possua todos os equipamentos necessários para perfeita consecução de sua atividade;



V - realização, controle e execução de relatórios que informem quais equipamentos e utensílios devem ser adquiridos para a perfeita execução dos serviços escolares e do aprimoramento do bem-estar dos alunos e profissionais da educação.

### TÍTULO III

#### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

#### CAPÍTULO ÚNICO

##### DA IMPLANTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA

Art. 57 A estrutura administrativa preconizada nesta Lei entrará em funcionamento imediatamente, excetuando-se a instalação da Diretoria de Cultura e Desporto que será instalada em 01/01/2003.

Parágrafo único. A partir da entrada em vigor desta Lei ficarão automaticamente extintos os órgãos, Secretarias e Departamentos da atual estrutura administrativa.

Art. 58 As competências, funções, lotações, formas de nomeação e remuneração, bem como todos os demais deveres e direitos dos servidores público que comporão a estrutura organizacional que dispõe esta Lei observará as determinações constantes da Lei Complementar nº 006/2002 e suas posteriores alterações.

Art. 59 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de dezembro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em:  
10/12/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito  
ÍNDICE

#### Título I

##### Da Administração Municipal

##### Capítulo I - Disposições Gerais ..... 01

##### Capítulo II - Das Atividades da Administração Municipal .....01

##### Seção I - Dos Princípios Fundamentais .....01

##### Seção II - Dos Instrumentos para Aplicação dos Princípios Fundamentais ..... 02

##### Capítulo III - Da Delegação de Poderes ..... 02

##### Capítulo IV - Da Descentralização. ....03

#### Título II

##### Da Estrutura Organizacional Principal

##### Capítulo I - Da Classificação dos Órgãos .....03

##### Capítulo II - Desmembramento Estrutura Organizacional Competência Unidades .....04

##### Seção I - Dos Órgãos de Deliberação Coletiva e Cooperativa .....04

##### Seção II - Dos Órgãos de Colaboração com o Governo Federal ....04

##### Subseção I - Da Junta do Serviço Militar .....03

##### Subseção II - Da Unidade Municipal de Cadastramento - INCRA ..05

##### Seção III - Dos Órgãos de Assessoramento .....05

##### Subseção I - Da Chefia de Gabinete .....05

##### Subseção II - Da Assessoria de Comunicação Social .....05

##### Subseção III - Da Assessoria Jurídica .....06

##### Seção IV - Do Órgão de Descentralização Administrativa .....07

##### Subseção Única - Da Coordenação de Administração Distrital .....07

##### Seção V - Órgão Autônomo .....07

##### Subseção Única - IPRECAL .....08

##### Seção VI - Dos Órgãos Institucionais Auxiliares .....09

##### Subseção I - Da Secretaria Municipal de Administração .. 09

##### Subseção II - Da Secretaria Municipal de Finanças ..... 10

##### Subseção III - Da Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras .....12

##### Subseção IV - Da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico .....14

##### Subseção V - Da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social .....15

##### Subseção VI - Da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto .....18

#### Título III

##### Disposições Finais e Transitórias

##### Capítulo Único - Da Implantação da Nova Estrutura Administrativa .....21

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

**Lei Nº 2.684 de 10 de Dezembro de 2002**

LEI Nº 2.684 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2002

REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.537 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogados os Artigos 21, § 5º, 22 § 1º e 23 § 4º da Lei Municipal nº 2.537 de 17 de julho de 2001.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de dezembro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 10 / 12 / 2002.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.685 de 10 de Dezembro de 2002**

LEI Nº 2.685 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2002

CRIA E DENOMINA CASA DA CULTURA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º) Fica criada a Casa da Cultura, situada na Avenida Dr. Getúlio Vargas, nº 606, Centro, neste município, a ser denominada: CASA DA CULTURA REGINA EMÍLIA IDA LINZMEYER.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de dezembro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 10 / 12 / 2002.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**BIOGRAFIA**

Nome: REGINA EMÍLIA IDA LINZMEYER

Profissão: COSTUREIRA, PINTORA, SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

Data de Nascimento: 02 DE ABRIL DE 1932

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade : JARAGUÁ DO SUL/SC

Data de Falecimento: 19 DE MARÇO DE 1997

Filiação: (Pai): ALVINO VOLKMANN

(Mãe): BERTHA WILLE VOLKMANN

Cônjuge: ALVINO LINZMEYER

Nome dos Filhos: SUELI TEREZINHA, ISMAEL TADEU, WANDER ALVINO E TÂNIA REGINA.

Tempo de Residência no Município: 44 ANOS

Atividades Comunitárias: PARTICIPOU ATIVAMENTE NA ORGANIZAÇÃO DAS FESTAS DO PINHÃO (DECORAÇÃO E COZINHA), NA DECORAÇÃO DE TAPETES NAS RUAS EM COMEMORAÇÃO AO DIA DE CORPUS CHRISTI, NAS ATIVIDADES DO MOBRAL, CASA DA CULTURA E NA FECAMPO.

Outras Informações: DEIXOU VÁRIAS DE SUAS OBRAS ARTÍSTICAS, AS QUAIS A FAMÍLIA MANTÉM GUARDADAS E PRESERVADAS.

**Lei Nº 2.686 de 10 de Dezembro de 2002**

LEI Nº 2.686 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2002

REVOGA A LEI Nº N.º 2.617 DE 28 DE MARÇO DE 2002 QUE DISPÕE SOBRE AQUISIÇÃO POR DOAÇÃO DE IMÓVEIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam expressamente revogadas as disposições da Lei n.º 2.617 de 28 de março de 2002, regulamentando-se a aquisição por doação de imóveis do Estado de Santa Catarina através do disposto na presente Lei.

Art.2º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, por doação, do Estado de Santa Catarina, a propriedade ou a posse das unidades escolares do Ensino Fundamental, cuja execução das atividades de gestão integral e corpo discente foram transferidas ao Município de Campo Alegre, por intermédio de acordo celebrado com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, até a presente data.

§ 1º - Os imóveis a serem adquiridos por doação abrigam as unidades escolares relacionadas no Decreto Estadual nº 2.344, de 21 de outubro de 1997.

§ 2º - A doação de que trata este artigo refere-se aos terrenos e benfeitorias edificadas, a seguir relacionados:

\* Escola Isolada Avenquinha de Santo Antônio - terreno com 9.014,00 m2, com benfeitorias - Rua Principal s/n, Localidade de Avenquinha de Santo Antonio, Campo Alegre - SC;

\* Escola Isolada Cubatão - terreno com 10.000,00 m2 - com benfeitorias - Rua Principal s/n, Localidade de Cubatão, Campo Alegre - SC;

\* Escola Isolada Saltinho - terreno com 6.680,00 m<sup>2</sup> - com benfeitorias - Rua Principal s/n, Localidade de Saltinho, Campo Alegre - SC;

\* Escola Isolada Rodeio Grande - terreno com 10.000,00 m<sup>2</sup> - área construída de 66,26 m<sup>2</sup> Rua Principal s/n, Localidade de Rodeio Grande, Campo Alegre - SC;

\* Escola Isolada Bateias de Cima - terreno com 1.964,45 m<sup>2</sup> - área construída de 121,58 m<sup>2</sup> - Rua Principal s/n, Localidade de Bateias de Cima, Campo Alegre - SC;

\* Escola Isolada Santana - terreno com 1.500,00 m<sup>2</sup> - com benfeitorias - Rua Principal s/n, Localidade de Santana, Campo Alegre - SC;

\* Escola Isolada Cãozinho - terreno com 8.000,00 m<sup>2</sup> - área construída de 68,04 m<sup>2</sup> - Rua Principal s/n, Localidade de Cãozinho, Campo Alegre - SC;

\* E. R. Antonio Domingos Correa - terreno com 2.032,50m<sup>2</sup> - área construída de 285,00 m<sup>2</sup> - Rua Ernesto Afonso Scheide, nº 132, Bairro Belo Horizonte, Campo Alegre/SC;

\* Escola Isolada Salto, terreno com 9.492,30 m<sup>2</sup> - com benfeitorias - Rua Principal s/n, Localidade de Salto, Campo Alegre/SC;

Art.3º) A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei Federal nº 8.568, de 21 de junho de 1993 a alterações posteriores, bem como da Lei Orgânica Municipal.

Art.4º) Cabe ao Município de Campo Alegre com a doação:

I - Promover e executar as ações necessárias a titularização da propriedade;

II - Receber os bens no estado em que se encontram;

III - Utilizar os bens adquiridos nas atividades de interesse público social, cultural, industrial ou pedagógico;

IV - Responder pela evicção.

Art.5º) O Município de Campo Alegre, não poderá, sob pena de reversão:

I - Desviar a finalidade, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do Estado;

II - Hipotecar ou alienar os imóveis, totais e parcialmente.

Parágrafo Único - A reversão de que trata este artigo será realizada independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias eventualmente construídas.

Art.6º) A edificação de benfeitorias não outorga ao Município de Campo Alegre o direito de retenção no caso de reversão do bem adquirido.

Art.7º) O Município de Campo Alegre, disporá o prazo de três anos para cumprir os objetivos preconizados no artigo 4º, inciso I e II, desta Lei.

Art.8º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da dotação 003.122.1301.2011 - 339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, da Secretaria de Administração e Finanças, do orçamento vigente do Município.

Art.9º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,.

Art.10) Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.617 de 28 de março de 2002..

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de dezembro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 10 / 12 / 2002.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.687 de 13 de Dezembro de 2002**

LEI Nº 2.687 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 172.215,00 (cento e setenta e dois mil, duzentos e quinze reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete

003.122.1202.2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319011.00 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil...  
R\$16.260,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Administração

003.122.1301.2011 - Manutenção das Atividades Administrativas

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319001.00 - Aposentadorias e Reformas R\$ 1.940,00

319011.00 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil...  
R\$10.000,00

319013.00 - Obrigações Patronais R\$ 840,00

319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil ..... R\$ 400,00

0303 - Divisão de Controle Fazendário

004.123.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319001.00 - Aposentadorias e Reformas ..... R\$ 420,00

319011.00 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil..R\$ 2.850,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

012.361.1407.2012 - Manutenção do Apoio à Educação

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319001.00 - Aposentadorias e Reformas ..... R\$ 200,00

319003.00 - Pensões R\$ 450,00

319011.00 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil..R\$ 8.550,00

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratação por Tempo Determinado ..... R\$21.000,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

012.365.1403.2015 - Manutenção das Atividades das Creches

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratação por Tempo Determinado ..... R\$ 5.500,00

319011.00 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil... R\$26.500,00

319013.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 3.200,00

012.365.1403.2016 - Manutenção das Atividades do Pré Escolar

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratação por Tempo Determinado ..... R\$ 5.300,00

0404 Divisão da Cultura

013.392.1410.2017 Manutenção das Atividades Culturais

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319011.00 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil....R\$ 590,00

319013.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 110,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência à Saúde

010.301.1504.2019 - Manutenção da Saúde Municipal

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratações Tempo Determinado ..... R\$15.100,00

319011.00 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil..R\$ 5.000,00

319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil ..... R\$ 1.300,00

0502 - Divisão de Assistência Social

008.244.1409.2021 - Manutenção da Assistência Social

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319001.00 - Aposentadorias e Reformas ..... R\$ 680,00

319011.00 - Vencimentos Vant. Fixas - Pessoal Civil ..... R\$ 7.400,00

319013.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 715,00

0600 - Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico

0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

020.606.1701.2026 - Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319011.00 - Vencimentos Vant. Fixas - Pessoal Civil ..... R\$ 9.600,00

319013.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 600,00

0700 - Secretaria Municipal Planej. Transportes Obras

0701 - Divisão de Planejamento e Obras

026.782.1801.2029 - Gestão Administrativa Secretaria Obras e Planejamento

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319001.00 - Aposentadorias e Reformas ..... R\$ 410,00

319003.00 - Pensões ..... R\$ 800,00

319004.00 - Contratações Tempo Determinado ..... R\$ 500,00

319011.00 - Vencimentos Vant. Fixas - Pessoal Civil ..... R\$23.500,00

026.451.1801.1004 - Pavimentação de Vias Urbanas

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 2.500,00

TOTAL ..... R\$ 172.215,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0100 - Câmara de Vereadores

0101 - Câmara de Vereadores

001.031.1101.2001 - Manutenção das Atividades Legislativa

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339014.00 - Diárias - Civil ..... R\$ 1.000,00

339018.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes ..... R\$ 2.705,00

339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 5.000,00

339035.00 - Serviços de Consultoria ..... R\$ 2.600,00

339036.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Física ..... R\$ 2.000,00

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 7.000,00

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 5.000,00

449052.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 8.000,00

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete

003.122.1202.2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 19,37

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0303 - Divisão de Controle Fazendário

004.123.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319009.00 - Salário Família ..... R\$ 98,21

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339014.00 - Diárias - Civil ..... R\$ 848,60



339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 13.500,00

0301 - Divisão de Administração

003.122.1301.2011 - Manutenção das Atividades Administrativas

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319003.00 - Pensões ..... R\$ 100,00

319004.00 - Contratações Tempo Determinado ..... R\$ 16,28

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319011.00 - Vencimentos Vant. Fixas - Pessoal Civil ..... R\$53.697,06

319013.00 - Obrigações Patronais ..... R\$10.000,00

012.361.1407.2012 - Manutenção do Apoio à Educação

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

012.361.1408.2013 - Manutenção do Transporte Escolar Fundamental

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 6.350,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

012.365.1403.2016 - Manutenção das Atividades do Pré Escolar

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319001.00 - Aposentadorias e Reformas ..... R\$ 200,00

319011.00 - Vencimentos Vant. Fixas - Pessoal Civil ..... R\$ 9.000,00

319013.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 2.000,00

0404 Divisão da Cultura

013.392.1410.2017 Manutenção das Atividades Culturais

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 197,70

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência à Saúde

010.301.1504.1002 - Construção, Ampliação e Reforma de Postos de Saúde

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 309,22

0502 - Divisão de Assistência Social

008.244.1409.2021 - Manutenção da Assistência Social

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil ..... R\$ 200,00

0600 - Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico

0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

018.541.1701.2025 - Manutenção Projeto Quiriri

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

335041.00 - Contribuições ..... R\$ 1.650,00

020.606.1701.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais



319000.00 - Aplicações Diretas

319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil ..... R\$ 988,37

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 5.000,00

0603 - Divisão de Turismo

023.695.1603.2028 - Incentivos ao Turismo

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339032.00 - Material de Distribuição Gratuita ..... R\$ 1.000,00

0700 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras

0701 - Divisão de Planejamento e Obras

026.782.1801.2029 - Gestão Administrativa Secretaria Obras e Planejamento

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 2.500,00

0703 - Divisão de Transportes

017.511.1801.1007 - Rede Hidráulica P/ Interior

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 4.522,63

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência

9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 26.712,56

TOTAL ..... R\$172.215,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de dezembro de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 13 / 12 / 2002.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.688 de 13 de Dezembro de 2002**

LEI Nº 2.688 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.352,18 (dois mil, trezentos e cinquenta e dois reais e dezoito centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 745,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência à Saúde

010.301.1504.2019 - Manutenção da Saúde Municipal

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 1.528,38

0600 - Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico

0603 - Divisão de Turismo

023.695.1603.2028 - Incentivos ao Turismo

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 78,80

TOTAL .....  
R\$ 2.352,18

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de dezembro de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 13/12/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.689 de 13 de Dezembro de 2002**

LEI Nº 2.689 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2002  
CRIA E DENOMINA CENTRO DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º) Fica criado o Centro de Saúde, situado na Rua Irmã Amália Gheller, nº 22, Centro, neste município, o qual será denominado: CENTRO DE SAÚDE DEONILDA BARTSCH BASTOS.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de dezembro de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 13/12/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

BIOGRAFIA

Nome: DEONILDA BARTSCH BASTOS

Profissão: COSTUREIRA, COMERCIÁRIA

Data de Nascimento: 26 DE SETEMBRO DE 1935

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade : CAMPO ALEGRE/SC

Data de Falecimento: 22 DE OUTUBRO DE 2002

Filiação: (Pai): RUDOLFO BARTSCH

(Mãe): MARTA BARTSCH

Cônjuge: ARTUR DE OLIVEIRA BASTOS NETO

Nome dos Filhos: NADIA TEREZINHA BASTOS, ARTUR FERNANDO BASTOS

Tempo de Residência no Município: 67 ANOS

Atividades Comunitárias: SÓCIA FUNDADORA DA REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER, MEMBRO EFETIVO DO LIONS CLUB - FOI POR DUAS VEZES PRESIDENTE, FUNDOU O LEO CLUB EM CAMPO ALEGRE, FOI MEMRO DO MOVIMENTO DE CURSILHO. EXERCEU A PROFISSÃO DE COSTUREIRA POR MAIS DE 50 ANOS.

Outras Informações: PARTICIPOU E COLABOROU, ATRAVÉS DO SEU TRABALHO, ATIVAMENTE DOS EVENTOS SOCIAIS E CÍVICOS EM NOSSO MUNICÍPIO.

### **Lei Nº 2.690 de 18 de Dezembro de 2002**

LEI MUNICIPAL Nº 2.690, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002

"AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL AO IEAS - HOSPITAL SÃO LUIZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) ao IEAS - Hospital São Luiz, inscrito no CNPJ nº 86.552.809/0006-56, com sede na Rua: Pe. Luiz Gilg, nº 250, Centro Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º) O valor descrito no "caput" deste Artigo será repassado em 12 (doze) parcelas mensais, sendo a primeira no mês de janeiro de 2003.

Parágrafo 2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias, e que não são efetuados dentro da Unidade de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, no prazo máximo de 30 dias após o recebimento, sob pena do não recebimento da próxima parcela, junto ao Serviço de Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde, do Município de Campo Alegre/SC, sob pena de não recebimento das parcelas vincendas.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem

a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art. 6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Diretor e o Tesoureiro da entidade.

Art. 7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser prestada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir do mês de janeiro de 2003.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 010.301.1504.2001 - Manutenção das Atividades Voltadas à Saúde - 335043.00 - Subvenções Sociais, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art. 10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir do dia 1º de janeiro de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 18/12/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **Lei Nº 2.691 de 18 de Dezembro de 2002**

LEI Nº 2.691 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002

AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - AMUNESC

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal, fica autorizado a conceder contribuição de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), para a Associação de Município do Nordeste de Santa Catarina - AMUNESC.

Art.2º) A contribuição acima referida, será repassada em 12 parcelas mensais e consecutivas de R\$ 3.000,00 (três mil reais), referente aos meses de janeiro a dezembro de 2003.

Art.3º) A contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, se refere à quota de Participação do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta da dotação 004.123.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças 335041.00 - Contribuições a Entidades sem Fins Lucrativos, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir do dia 1º de janeiro de 2003, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 18/12/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **Lei Nº 2.692 de 18 de Dezembro de 2002**

LEI Nº 2.692 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002.

AUTORIZA REPASSE PARA O CONSÓRCIO QUIRIRI.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a repassar para o Consórcio Quiriri, no decorrer do exercício de 2003, até R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Art.2º) Este repasse servirá para cobrir parte das despesas do Consórcio no que se refere a pessoal, material de expediente, veículo e viagens, água, luz, telefone, aluguel e outros itens necessários ao seu funcionamento.

Art.3º) O repasse de que trata o Artigo 1º poderá ser efetuado em parcelas, de acordo com a necessidade.

Art.4º) A entidade beneficiada por esta Lei terá o prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos recursos, para prestar contas

dos mesmos à Municipalidade.

Art.5º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Dotação Orçamentária 018.1541.1701.2025 - Manutenção do Projeto Quiriri 335041.00 - Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização legislativa.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir do dia 1º de janeiro de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 18/12/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.693 de 18 de Dezembro de 2002**

LEI Nº 2.693 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002

AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder contribuição de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), para a Federação Catarinense de Municípios - FECAM.

Art.2º) A contribuição acima referida, será repassada em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 100,00 (cem reais) referente aos meses de Janeiro à Dezembro do exercício de 2003, o repasse das contribuições mensais deverá ser efetuado até o dia vinte de cada mês.

Art.3º) A contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, se refere à quota de participação do Município de Campo Alegre, para que se dê continuidade aos Projetos da "FECAM".

Art.4º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária 004.122.1202.2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, 335041.00 - Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir do dia 1º de janeiro de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 18/12/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.694 de 18 de Dezembro de 2002**

LEI Nº 2.692 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002.

AUTORIZA REPASSE PARA O CONSÓRCIO QUIRIRI.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a repassar para o Consórcio Quiriri, no decorrer do exercício de 2003, até R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Art.2º) Este repasse servirá para cobrir parte das despesas do Consórcio no que se refere a pessoal, material de expediente, veículo e viagens, água, luz, telefone, aluguel e outros itens necessários ao seu funcionamento.

Art.3º) O repasse de que trata o Artigo 1º poderá ser efetuado em parcelas, de acordo com a necessidade.

Art.4º) A entidade beneficiada por esta Lei terá o prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos recursos, para prestar contas dos mesmos à Municipalidade.

Art.5º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Dotação Orçamentária 018.1541.1701.2025 - Manutenção do Projeto Quiriri 335041.00 - Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização legislativa.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir do dia 1º de janeiro de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 18/12/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.695 de 18 de Dezembro de 2002**

LEI Nº 2.695 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre, inscrita no CNPJ nº 81.155.319/0001-98 com sede na Av. Dr. Getúlio Vargas, 563 Centro Campo Alegre - SC.



Parágrafo 1º) O valor descrito no "caput" deste Artigo será repassado em 12 parcelas, sendo a primeira no mês de janeiro de 2003.

Parágrafo 2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, no prazo máximo de 30 dias após o recebimento, sob pena do não recebimento da próxima parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art. 6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art. 7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser aprestada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;

Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;

Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;

Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;

Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir do mês de janeiro do exercício de 2003.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 004.122.1202.2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, 335041.00 - Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 2003.

Art.11) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 18/12/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.696 de 18 de Dezembro de 2002**

LEI Nº 2.696 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO CAMPO-ALEGRENSE DE COMBATE AOS BORRACHUDOS- ACOB"

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição , no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) à Associação Campo-Alegrense de Combate aos Borrachudos - ACOB, inscrita no CNPJ nº 05.079.947/0001-53, com sede na Rua: José Gomes Munhoz, nº 67, Centro Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º) O valor descrito no "caput" deste Artigo será repassado em 12 (doze) parcelas, sendo a primeira parcela no mês de janeiro de 2003.

Parágrafo 2º) O recurso constante do Artigo deverá ser aplicado pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, no prazo máximo de 30 dias após o recebimento, sob pena do não recebimento da próxima parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito do Recurso em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - O recurso concedido poderá ser aplicado no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art. 6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art. 7º) A prestação de contas do Recurso recebido deverá ser prestada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir do mês de janeiro de 2003.

Art.9º) A despesa decorrente da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 020.606.1701.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições.

Art. 10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir do dia 1º de janeiro de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 18/12/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.697 de 18 de Dezembro de 2002**

LEI Nº 2.697 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002  
DENOMINA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º) Fica denominada a Escola Municipal de Educação Básica, situada na Rodovia Municipal 020, s/nº, na Localidade de Bateias de Cima, neste município, a qual será denominada: ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "PAULO FUCKNER".

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 18/12/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **BIOGRAFIA**

Nome: PAULO FUCKNER

Profissão: INDUSTRIAL E LAVRADOR

Data de Nascimento: 23 DE OUTUBRO DE 1921

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade : CAMPO ALEGRE/SC

Data de Falecimento: 26 DE JUNHO DE 1999

Filiação: (Pai): AMANDOS FUCKNER

(Mãe): AUGUSTA FUCKNER

Cônjuge: BERTHA LINZMEYER FUCKNER

Nome dos Filhos: ROBERTO FUCKNER, JOSÉ FUCKNER SOBRI-NHO, PAULO RAIMUNDO FUCKNER, LAURO FUCKNER, LUIZA F-CKNER, EDMAR FUCKNER, ARTUR FUCKNER, MARIA DE LURDES FUCKNER, MAFALDA AUGUSTA FUCKNER E BERTA TERESA F-CKNER

Tempo de Residência no Município: 77 ANOS

Atividades Comunitárias: FOI PRESIDENTE DA APP, PRESIDENTE DA IGREJA NA COMUNIDADE, DOOU TERRENO ONDE ENCON-TRA-SE A ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA, TAMBÉM DOOU ÁREA DE TERRA PARA A INSTALAÇÃO DA TORRE - TRANS-MISSÃO - SINAL DE TELEFONIA.

Outras Informações: TAMBÉM FOI UM DOS SÓCIOS DA SERRARIA "FUCKNER E IRMÃOS".

### **Lei Nº 2.698 de 18 de Dezembro de 2002**

LEI Nº 2.698 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002  
ALTERA A DATA DE VIGÊNCIA DA LEI MUNICIPAL Nº 2.677, QUE EXTINGUE A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catari-na, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz sa-ber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) A Lei Municipal n.º 2677 de 20 de novembro de 2002, pas-sa a vigorar à partir do dia 31/12/2002, data em que a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA encerrará suas atividades.

Art. 2º) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças



Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 18/12/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.699 de 18 de Dezembro de 2002

LEI Nº 2.699 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 40.732,04 (quarenta mil, setecentos e trinta e dois reais e quatro centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Administração

003.122.1301.2011 - Manutenção das Atividades Administrativas

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319013.00 - Obrigações Patronais R\$ 3.600,00

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339036.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Física ..... R\$ 1.800,00

0303 - Divisão de Controle Fazendário

004.123.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319011.00 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$ 286,00

319013.00 - Obrigações Patronais R\$ 800,00

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339036.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Física ..... R\$ 118,08

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 1.800,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

012.123.1407.2009 - Bolsa Estudantil ao Servidor

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339018.00 - Auxílio Financeiro à Estudantes ..... R\$ 6.691,96

012.361.1407.2012 - Manutenção do Apoio à Educação

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 252,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

012.365.1403.2016 - Manutenção das Atividades do Pré Escolar

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratação por Tempo Determinado ..... R\$ 140,00

0404 Divisão da Cultura

013.392.1410.2017 Manutenção das Atividades Culturais

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339036.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Física ..... R\$ 48,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência à Saúde

010.301.1504.2019 - Manutenção da Saúde Municipal

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319013.00 - Obrigações Patronais R\$ 5.900,00

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$

850,00

0502 - Divisão de Assistência Social

008.244.1409.2021 - Manutenção da Assistência Social

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319013.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 35,00

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 300,00

0600 - Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico

0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

020.606.1701.2026 - Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319013.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 147,00

0700 - Secretaria Municipal Planej. Transportes Obras

0701 - Divisão de Planejamento e Obras

026.782.1801.2029 - Gestão Administrativa Secretaria Obras e Planejamento

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319001.00 - Aposentadorias e Reformas ..... R\$ 650,00

319004.00 - Contratações Tempo Determinado ..... R\$ 1.194,00

319013.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 4.060,00

319016.00 - Outras Despesas Variáveis ..... R\$ 1.060,00

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 11.000,00

TOTAL ..... R\$ 40.732,04

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete

003.122.1202.2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339014.00 - Diárias - Civil ..... R\$ 395,00

339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 1.443,34

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Administração

003.122.1301.2011 - Manutenção das Atividades Administrativas

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339014.00 - Diárias - Civil ..... R\$ 219,10

0303 - Divisão de Controle Fazendário

004.306.1301.2005 - Ticket Alimentação para Servidores

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339046.00 - Auxílio Alimentação ..... R\$ 5.981,18

004.123.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 391,88

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

012.361.1407.2012 - Manutenção do Apoio à Educação

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339014.00 - Diárias - Civil .....  
R\$ 115,40

339030.00 - Material de Consumo .....  
R\$ 164,81

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339014.00 - Diárias - Civil .....  
R\$ 384,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

012.365.1403.2015 - Manutenção das Atividades das Creches

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339014.00 - Diárias - Civil ..... R\$  
85,30

339030.00 - Material de Consumo ..... R\$  
1.231,43

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações .....  
R\$ 8.500,00

0404 Divisão da Cultura

013.392.1410.2017 Manutenção das Atividades Culturais

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações .....  
R\$ 69,87

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência à Saúde

010.301.1504.2019 - Manutenção da Saúde Municipal

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo .....  
R\$ 3.275,10

0502 - Divisão de Assistência Social à Comunidade

008.244.1409.2022 - Conselho Tutelar

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339036.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Física ..... R\$  
362,00

0600 - Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico

0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

020.606.1701.2026 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento  
Econômico

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339014.00 - Diárias - Civil ..... R\$  
120,60

339030.00 - Material de Consumo ..... R\$  
969,87

339036.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Física ..... R\$  
999,20

0603 - Divisão de Turismo

023.695.1603.2028 - Incentivos ao Turismo

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo ..... R\$  
1.255,50

0700 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras

0701 - Divisão de Planejamento e Obras

015.452.1801.2030 - Conservação de Logradouros Públicos

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.500,00

0703 - Divisão de Transportes

026.782.1801.2029 - Gestão Administrativa Secretaria Obras e Planejamento

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 9.882,46

026.782.1801.2033 - Construção e Restauração de Pontes

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 2.386,00

TOTAL R\$ 40.732,04

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 18/12/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.700 de 18 de Dezembro de 2002

LEI Nº 2.700 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002  
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Orçamento Fiscal do Município de Campo Alegre/SC, para o exercício de 2003, Estima a Receita da Administração Direta em R\$ 6.430.146,20 (seis milhões, quatrocentos e trinta mil, cento e quarenta e seis reais e vinte centavos), e fixa a despesa em R\$5.949.706,80 (cinco milhões, novecentos e quarenta e nove mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), da e da Administração Indireta estima a Receita em R\$ 845.900,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil e novecentos reais) excluindo-se deste valor os recursos transferidos da Administração Direta para a Indireta e fixa a Despesa em R\$ 1.326.339,40 (um milhão, trezentos e vinte e seis mil, trezentos e trinta e nove reais e quarenta centavos).

Art.2º) A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, estas, na forma da Legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

#### 1 - RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

RECEITAS CORRENTES	R\$ 6.130.146,20
Receita Tributária	R\$ 871.123,70
Receita Patrimonial	R\$ 49.953,17
Transferências Correntes	R\$ 4.988.402,08
Outras Receitas Correntes	R\$ 220.667,25
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 300.000,00
Transferências de Capital	R\$ 300.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	R\$ 6.430.146,20

#### 2 - RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

RECEITAS CORRENTES	R\$ 845.900,00
Receitas de Contribuições	R\$ 454.000,00
Receita Patrimonial	R\$ 2.000,00
Transferências Correntes	R\$ 389.900,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R\$ 845.900,00
TOTAL GERAL	R\$ 7.276.046,20

Art.3º) A Despesa da Administração Direta será realizada segundo a discriminação nos quadros "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", demonstrativos anexos, integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte especificação por Unidade Orçamentária:

#### POR FUNÇÕES DE GOVERNO

##### Administração Direta

01 - Legislativo	R\$ 235.000,00
04 - Administração	R\$ 1.122.075,00
08 - Assistência Social	R\$ 104.760,00
10 - Saúde	R\$ 455.885,00
12 - Educação	R\$ 1.742.710,30
13 - Cultura	R\$ 50.094,88
15 - Urbanismo	R\$ 1.175.577,00
16 - Habitação	R\$ 60.000,00
17 - Saneamento	R\$ 188.000,00
18 - Gestão Ambiental	R\$ 8.000,00
20 - Agricultura	R\$ 238.000,00
22 - Indústria	R\$ 80.100,00
23 - Comércio e Serviços	R\$ 16.000,00
26 - Transporte	R\$ 120.000,00
27 - Desporto e Lazer	R\$ 60.405,12
28 - Encargos Especiais	R\$ 123.099,50
99 - Reserva de Contingência	R\$ 170.000,00
Total - Administração Direta	R\$ 5.949.706,80

##### Administração Indireta

08 - Assistência Social	R\$ 106.324,40
09 - Previdência Social	R\$ 455.000,00
10 - Saúde	R\$ 765.015,00
Total - Administração Indireta	R\$ 1.326.339,40
TOTAL GERAL	R\$ 7.276.046,20

POR SUBFUNÇÕES

##### Administração Direta

031 - Ação Legislativa	R\$ 235.000,00
122 - Administração Geral	R\$ 237.780,00
123 - Administração Financeira	R\$ 792.295,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	R\$ 26.510,00
244 - Assistência Comunitária	R\$ 78.250,00
301 - Atenção Básica	R\$ 455.885,00

306 - Alimentação e Nutrição	R\$ 138.310,80
361 - Ensino Fundamental	R\$ 1.263.273,50
365 - Educação Infantil	R\$ 426.126,00
392 - Difusão Cultural	R\$ 50.094,88
451 - Infra-estrutura Urbana	R\$ 277.927,00
452 - Serviços Urbanos	R\$ 897.650,00
482 - Habitação Urbana	R\$ 60.000,00
511 - Saneamento Básico Rural	R\$ 48.000,00
512 - Saneamento Básico Urbano	R\$ 140.000,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	R\$ 8.000,00
606 - Extensão Rural	R\$ 244.200,00
661 - Promoção Industrial	R\$ 80.100,00
695 - Turismo	R\$ 16.000,00
782 - Transporte Rodoviário	R\$ 120.000,00
812 - Desporto Comunitário	R\$ 60.405,12
843 - Serviço da Dívida Interna	R\$ 123.099,50
999 - Reserva de Contingência	R\$ 170.000,00
Total da Administração Direta	R\$ 5.949.706,80

## Administração Indireta

244 - Assistência Comunitária	R\$ 106.324,40
272 - Previdência do Regime Estatutário	R\$ 455.000,00
301 - Atenção Básica	R\$ 765.015,00
Total da Administração Indireta	R\$ 1.326.339,40
TOTAL GERAL	R\$ 7.276.046,20

## POR CATEGORIA ECONÔMICA

## Administração Direta

DESPESAS CORRENTES	R\$ 4.999.245,11
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 779.461,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 170.000,00
Total da Administração Direta	R\$ 5.949.706,80

## Administração Indireta

DESPESAS CORRENTES	R\$ 771.738,06
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 155.190,12
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 399.411,22
Total da Administração Indireta	R\$ 1.326.339,40
TOTAL GERAL	R\$ 7.276.046,20

## POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

## Administração Direta

01 - CÂMARA DE VEREADORES	R\$ 235.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO	R\$ 237.780,00
03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 434.225,00
04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	R\$ 526.569,50
05 - SECRETARIA MUNIC. DE EDUC., CULT. E DESP.	R\$ 1.899.810,30
06 - SECRETARIA MUNIC. SAÚDE E BEM EST. SOCIAL	R\$ 620.645,00
07 - SECRETARIA MUNIC. DESENV. ECONÔMICO	R\$ 348.300,00
08 - SECRETARIA MUNIC. PLANEJ., TRANSP. E OBRAS	R\$ 1.483.577,00
90 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 170.000,00
Total da Administração Direta	R\$ 5.949.706,80

## Administração Indireta

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 765.015,00
15 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 106.324,40
20 - IPRECAL - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ 455.000,00
Total da Administração Indireta	R\$ 1.326.339,40
TOTAL GERAL	R\$ 7.276.046,20

Art.4º) Os Orçamentos das Despesas das Administrações Indiretas poderão ser expandidos até os limites das efetivas arrecadações.

Art.5º) Mediante à aprovação de Projeto de Lei encaminhado à Câmara Municipal, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I - abrir crédito suplementar até o limite de 50 % (cinquenta por cento) da despesa nos termos do Art.7º, inciso I da Lei 4.320/64, por conta:

a - da anulação parcial de dotação da reserva de contingência em atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos

b - de recursos oriundos de doações e decorrentes de auxílios, acordos e convênios com órgãos do Estado ou da União.

II - Movimentar dotações dentro da mesma categoria de programação desde que não implique em aumento ou diminuição de recursos alocados.

Art.6º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos limites e parâmetros estabelecidos pela legislação pertinente.

Art.7º) Para a Câmara Municipal de Vereadores as transferências serão através de suprimentos, de acordo com a Emenda 25 da Constituição Federal. Para os Fundos Municipais serão utilizadas transferências financeiras de acordo com a Portaria nº 339 de 27 de agosto de 2001.

Art.8º) Fazem parte integrante desta Lei os anexos de I a IV e os anexos da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art.9º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2003.

Art.10º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 18/12/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**LEI Nº 2.701 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002**

LEI Nº 2.701 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE ÍTENS NOS PROGRAMAS E ALTERAÇÃO DE VALORES DE AÇÕES DO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.557 DE 15 DE OUTUBRO DE 2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei; Resolve:

Art.1º) Autoriza o Poder Executivo Municipal a incluir itens nos programas e efetuar alterações de valor de ações do Anexo Único Lei Municipal nº 2.557 de 15 de outubro de 2001, os quais fazem parte integrante desta Lei:

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
26 de dezembro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
26/12/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE		
	PLANO PLURIANUAL 2002/2005		
	CONSOLIDAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA		
CÓD.	PROGRAMA	FONTE DE FINANC	VALOR
1.00	LEGISLATIVO		R\$ 992.000,00
1.01	PROCESSO LEGISLATIVO	SUPRIMENTOS	R\$ 992.000,00
2.00	GABINETE		R\$ 1.101.840,19
2.01	PESSOAL DO GABINETE	REC.PRÓPRIO	R\$ 804.840,19
2.02	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	REC.PRÓPRIO	R\$ 297.000,00
3.00	ADMINISTRAÇÃO		R\$ 1.957.900,17
3.01	PESSOAL SEC. MUNIC. ADMINISTRAÇÃO	REC.PRÓPRIO	R\$ 966.179,17
3.02	COORD. E MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	REC.PRÓPRIO	R\$ 907.721,00

3.03	RESTAURAÇÃO PRED PREFEITURA	REC.PRÓPRIO	R\$ 84.000,00
3.00	FINANÇAS		R\$ 1.464.552,93
3.04	PESSOAL SEC. MUNIC. FINANÇAS	REC. PRÓPRIO	R\$ 703.232,93
3.05	COORD. E MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE FINANCEIRA	REC. PRÓPRIO	R\$ 505.900,00
3.06	ENCARGOS E AMORT. DE DIVIDAS	REC.PRÓPRIO	R\$ 255.420,00
4.00	EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO		R\$ 8.708.353,13
4.01	PESSOAL SECRET. MUNIC. EDUCAÇÃO	REC. PRÓPRIO	R\$ 4.728.486,21
4.02	ATENDIMENTO AO ENSINO FUNDAMENTAL	REC.PRÓPRIO	R\$ 1.973.865,41
4.03	ATENDIMENTO AS CRECHES	REC.PRÓPRIO	R\$ 317.000,00
4.04	ATENDIMENTO A JARDIM DE INF. E PRÉ ESC.	REC. PRÓPRIO	R\$ 215.000,00
4.05	PROG. NAC. DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	REC.PRÓPRIO	R\$ 269.732,00
4.06	TRANSPORTE ESCOLAR	REC.PRÓPRIO	R\$ 692.185,00
4.07	PESSOAL CULTURA E DESPORTO	REC.PRÓPRIO	R\$ 254.587,40
4.08	ATIVIDADES DA CULTURA E DESPORTO	REC. PRÓPRIO	R\$ 257.497,11
5.00	SAÚDE		R\$ 3.946.259,10
5.01	PESSOAL DA SECRET. MUNIC. SAÚDE	REC.PRÓPRIO	R\$ 1.990.952,89
5.02	CONSTRUÇÃO POSTO SAÚDE BAIRRO	CONVENIO	R\$ 40.000,00
5.03	EDUCAÇÃO EM SAÚDE	PARCERIA	R\$ -
5.04	PROGRAMA DE ASSIST. BÁSICA A SAÚDE	REC.PRÓPRIO	R\$ 96.718,66



5.05	PSF - PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA	REC.PRÓPRIO	R\$ 164.000,00
5.06	SIST. VIG. ALIMENTAR NUT. SISVAN	CONVENIO	R\$ 31.669,50
5.07	AQUISIÇÃO VEICULO P/ SECRET. M. SAÚDE	REC.PRÓPRIO	R\$ 20.000,00
5.08	PROGRAMA SAÚDE BUCAL	CONVENIO	R\$ 26.556,00
5.09	AQUISIÇÃO EQUIPTOS. P/ SECRET. SAÚDE	REC.PRÓPRIO	R\$ 1.000,00
5.10	ATENDIMENTO PESSOA PORT. DEFICIÊNCIA	REC.PRÓPRIO	R\$ 2.000,00
5.11	CADASTRAMENTO USUÁRIOS DO SUS	CONVENIO	R\$ 5.400,00
5.12	INFORMATIZAÇÃO SERVIÇO DE SAÚDE	REC.PRÓPRIO	R\$ 500,00
5.13	AÇÃO INTEGRAL SAÚDE MATERNO INFANTIL	CONVENIO	R\$ 20.325,00
5.14	ASSIST. HOSPITALAR (PLANTÃO)	REC.PRÓPRIO	R\$ 515.982,20
5.15	PARTICIPAÇÃO EFETIVA NA PPI REGIONAL	REC.PRÓPRIO	R\$ 180.000,00
5.16	SERVIÇO DE CONTROLE AVAL. E AUDITORIA	REC.PRÓPRIO	R\$ 4.800,00
5.17	SERVIÇO ESPECIAL. DIAGNÓSTICO TERAPIA	REC.PRÓPRIO	R\$ 137.408,00
5.18	FARMÁCIA BÁSICA SECRET. MUNIC. SAÚDE	CONVENIO	R\$ 286.126,53
5.19	CONTROLE DOENÇAS CRÔNICAS DIGESTIVA	REC.PRÓPRIO	R\$ 12.000,00

5.20	CAPACITAÇÃO PROF. RECICLAG. TREINAM.	REC.PRÓPRIO	R\$ 9.000,00
5.21	AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICAS	CONVENIO	R\$ 52.664,32
5.22	AMIGA DO PEITO	PARCERIAS	R\$ -
5.23	AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	PARCERIAS	R\$ -
5.24	CIRURGIAS ELETIVAS	CONVÊNIO	R\$ 56.400,00
5.25	ATENDIMENTO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIAS	FARMÁCIA BÁSICA	R\$ -
5.26	AÇÕES PPI VIGILÂNCIA SANITÁRIA	CONVÊNIO	R\$ 51.730,00
5.27	CONTROLE DE DOENÇAS CRÔNICAS DEGENERATIVAS	REC. PRÓPRIO/FUNDO	R\$ 14.040,00
5.28	IMPLANTAÇÃO DO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO B. B.	REC. PRÓPRIO/FUNDO	R\$ 41.500,00
5.29	BOLSA ALIMENTAÇÃO	CONVÊNIO	R\$ 2.100,00
5.30	SUBVENÇÃO SOCIAL HOSPITAL SÃO LUIZ E PROCEDIMENTOS	REC. PRÓPRIO/FUNDO	R\$ 97.200,00
5.31	PRÓTESES E ÓRTESES	REC. PRÓPRIOS	R\$ 37.800,00
5.32	BENEFÍCIOS PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) (REVISÃO DE BENEFÍCIO)	REC. PRÓPRIOS	R\$ -
5.33	SERVIÇOS DE AÇÃO CONTINUADA	CONVÊNIO	R\$ 136.186,20
5.34	ATENDIMENTO AOS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO	CONVÊNIO	R\$ 74.600,00

6.00	ASSISTÊNCIA SOCIAL		R\$ 528.235,56
6.01	PESSOAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	REC.PRÓPRIO	R\$ 301.559,56
6.02	AQUISIÇÃO VEICULO ASSIST. SOC. CONS. TUT.	REC.PRÓPRIO	R\$ 15.000,00
6.03	INFORMATIZAÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL	REC.PRÓPRIO	R\$ 2.100,00
6.04	MANUTENÇÃO COORDENAÇÃO DO SETOR	REC.PRÓPRIO	R\$ 3.000,00
6.05	CAPACITAÇÃO DE PESSOAL	REC.PRÓPRIO	R\$ 800,00
6.06	TRANSPORTE PARA CARENTES	REC.PRÓPRIO	R\$ 3.600,00
6.07	FOTOS PARA CARENTES	REC.PRÓPRIO	R\$ 1.000,00
6.08	ATAÚDES PARA CARENTES	REC.PRÓPRIO	R\$ 11.520,00
6.09	HORTA COMUNITÁRIA	REC.PRÓPRIO	R\$ 1.000,00
6.10	APOIO AOS IDOSOS	REC.PRÓPRIO	R\$ 10.000,00
6.11	REPASSE A INSTITUIÇÕES	REC.PRÓPRIO	R\$ 20.000,00
6.12	HABITAÇÃO	REC.PRÓPRIO	R\$ 67.000,00
6.13	FRALDAS GERIÁTRICAS PARA CARENTES	REC.PRÓPRIO	R\$ 2.280,00
6.14	ALCOOLIVRESE	REC.PRÓPRIO	R\$ 28.800,00
6.15	CESTAS BÁSICAS	REC.PRÓPRIO	R\$ 60.576,00
7.00	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		R\$ 1.605.198,84
7.01	PESSOAL DA SECRET. DESENV. ECONÔM.	REC.PRÓPRIO	R\$ 382.198,84
7.02	COORD DE ATIVIDADE DES. ECONÔMICO	REC.PRÓPRIO	R\$ 235.000,00
7.03	DISTRIB. DE SEMENTES E MUDAS	REC.PRÓPRIO	R\$ 139.200,00

7.04	APOIO PARC. INICIATIVAS COMUNITÁRIAS	REC.PRÓPRIO	R\$ 72.000,00
7.05	AGREGAÇÃO RENDA A PROD. RURAL COOP.	BCO.BRASIL	R\$ -
7.06	MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DA ASS. TÉC.	REC.PRÓPRIO	R\$ 53.000,00
7.07	ORG E REALIZ. DE FEIRAS E EVENTOS	REC.PRÓPRIO	R\$ 22.000,00
7.08	PROMOÇÃO CURSOS P/ PROF. JOVEM RURAL	REC.PRÓPRIO	R\$ 14.000,00
7.09	INCENTIVAR FACILITAR AQUIS. INS. IMPLM.	REC.PRÓPRIO	R\$ -
7.10	PROGRAMA DISTRIB. CALCÁRIO SUBSIDIADO	REC.PRÓPRIO	R\$ 160.000,00
7.11	COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO DE VEIC.	REC.PRÓPRIO	R\$ 41.600,00
7.12	MANUTENÇÃO DO CONSORCIO QUIRIRI	REC.PRÓPRIO	R\$ 18.000,00
7.13	READEQUAÇÃO DO HORTO MUNICIPAL	REC.PRÓPRIO	R\$ 48.000,00
7.14	INCENTIVO A PROD AGRO SILVO PASTORIL	REC.PRÓPRIO	R\$ -
7.15	PRÓ MEIO AMBIENTE	REC.PRÓPRIO	R\$ 8.000,00
7.16	EDUC. AMBIENTAL NAS ESCOLAS	REC.PRÓPRIO	R\$ 21.000,00
7.17	EDUCAÇÃO AMB. PRÁTICAS CONSERVAC.	REC.PRÓPRIO	R\$ 2.000,00
7.18	IMPLEMENTAÇÃO DA FUNDAÇ. MEIO AMB	REC.PRÓPRIO	R\$ 2.000,00

7.19	PARTI- CIPAÇÃO PROMOÇÃO EVENTOS AMB.	REC.PRÓPRIO	R\$ 15.900,00
7.20	CONTROLE DO BORRA- CHUDO	REC.PRÓPRIO	R\$ 20.000,00
7.21	PRESER- VAÇÃO DA MATA CILAR	REC.PRÓPRIO	R\$ 32.000,00
7.22	ASSIS- TÊNCIA TÉCNICA ATRAVÉS ORG.COMP.		R\$ -
7.23	PROMOÇÃO TURISMO ECO/AGRO E RURAL	REC.PRÓPRIO	R\$ 35.000,00
7.24	ADE- QUAÇÃO CALÇADÃO P/ LAZER EVENTOS	REC.PRÓPRIO	R\$ 35.000,00
7.25	DIVULGA- ÇÃO DA IMAGEM DO MUNICÍPIO	REC.PRÓPRIO	R\$ 69.000,00
7.26	PARCERIA COM O SINE - CUR- SOS PROF.	REC.PRÓPRIO	R\$ 8.500,00
7.27	INCENTIVO A INDÚS- TRIAS JÁ INSTALA- DAS	REC.PRÓPRIO	R\$ 16.000,00
7.28	ATRAÇÃO NOVAS EMPRESAS ECOLOG. COR.	REC.PRÓPRIO	R\$ 104.800,00
7.29	DESENV VOCAÇÃO AGRO/IN- DUSTRIAL	BCO.BRASIL	R\$ -
7.30	CONCOR- RÊNCIA PUBLICA COMÉRCIO LOCAL	REC PRÓPRIO	R\$ 1.000,00
7.31	APOIAR PARTICIPAR INT. ENTRE ENTIDADES		R\$ 50.000,00
8.00	OBRAS		R\$ 6.707.367,90
8.01	PESSOAL DA SECRET. MUNIC. DE OBRAS	REC.PRÓPRIO	R\$ 2.109.764,90
8.02	URBANI- ZAÇÃO DE VIAS	REC.PRÓPRIO	R\$ 1.219.603,00
8.03	MORAR BEM	REC.PRÓPRIO	R\$ 80.000,00

8.04	ÁGUA PO- TÁVEL	REC.PRÓPRIO	R\$ 10.000,00
8.05	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	REC.PRÓPRIO	R\$ 881.000,00
8.06	RECUPE- RAÇÃO DE VIAS	REC.PRÓPRIO	R\$ 666.000,00
8.07	AMPLIAÇÃO E INFRA- ESTRUT. CEMITÉRIO	REC.PRÓPRIO	R\$ 35.000,00
8.08	MANUTEN- ÇÃO E CON- SERVAÇÃO	REC.PRÓPRIO	R\$ 1.706.000,00
9.00	RESERVA DE CON- TINGÊNCIA		R\$ 652.580,68
9.01	RESERVA DE CON- TINGÊNCIA	REC. PRÓPRIO	R\$ 494.560,48
11.00	IPRECAL		R\$ 132.016,50
11.01	INST.PREV. SOC.SERV. PUB.M.C.A - IPRECAL	REC.PRÓPRIO	R\$ 132.016,50
	TOTAL GERAL 2002/2005		R\$ 27.795.305,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
GABINETE DO PREFEITO  
PLANO PLURIANUAL 2002/2005

2.01 - PROGRAMA  
PESSOAL GABINETE

DIAGNOSTICO: NO GABINETE DO PREFEITO ESTÃO LOTADOS: PRE-  
FEITO, VICE-PREFEITO, CHEFE DE GABINETE, ASSESSOR JURÍDICO E  
ASSESSOR DE IMPRESSA.

DIRETRIZES: VENCIMENTOS, REMUNERAÇÕES, SUBSÍDIOS.

OBJETIVOS: PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS, REMUNERAÇÕES, SUBSÍ-  
DIOS E ENCARGOS SOCIAIS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Venci- mentos e Vantagens Fixas	Vencimen- tos	Mês	52	732.171,39	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	72.668,80	Recursos Próprios
TOTAL				804.840,19	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

3.01 - PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DIAGNOSTICO: NESTA SECRETARIA ESTÃO LOTADOS: 01 SECRETÁRIO MUNICIPAL E 12 SERVIDORES

DIRETRIZES: VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS E PROVENTOS

OBJETIVOS: PAGAMENTO DE SALÁRIOS, PROVENTOS E ENCARGOS SOCIAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
319001.00 - Aposentadorias e Reformas	Aposentadoria	Mês	48	105.444,08	Recursos Próprios
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Mês	52	749.838,17	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	110.896,92	Recursos Próprios
TOTAL				966.179,17	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

3.02 PROGRAMA: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA.

DIAGNOSTICO: A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA COMPREENDE: DIVISÃO DE PATRIMÔNIO, COMPRAS, PESSOAL, PROTOCOLO E ARQUIVO

DIRETRIZES: ADEQUAR E MODERNIZAR

OBJETIVOS: TORNA A SECRETARIA MAIS ÁGIL E EFICIENTE

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
-------	---------	---------	------	-------	-------

3.02.01 Manutenção da Atividade Administrativa					
3.02.02 Informatização Administrativa					
3.02.03 Aquisições Microcomputadores	Manutenção Micro	Unidade Conjuntos	05	789.000,00	Rec. Próprios
3.02.04 Atualização e Modernização	Micro Peças Software	Conjuntos Unidades Sistemas	06 Varias Vários	10.000,00 6.000,00 20.000,00 20.000,00	Rec. Próprios Rec. Próprios Rec. Próprios Rec. Próprios
3.02.05 Reposição de Peças Danificadas					Rec. Próprios
3.02.06 Aquisição/ Locação Software Básicos e Administrativos					
3.02.07 Mobiliário					
3.02.08 Modernização e Reposição	Mobília	Unidades	07	5.000,00	Rec. Próprios
3.02.09 Equipamento de Expediente					
3.02.10 Aquisição e Reposição ( Telefone, Calculadora, Maquina Escrever e Outros)	Equipatos.	Unidades	Vários	8.600,00	Rec. Próprios
3.02.11 Capacitação Servid./ Cursos/Treinamentos/ Aperfeiçoamento	Servidor	Unidade	40	12.000,00	Rec. Próprios
3.02.12 Gerência Patrimônio Publico Municipal					
3.02.13 Criação de Comissão Reavaliação e Baixas	Comissão	Unidade	001	3.000,00	Rec. Próprios
3.02.14 Desapropriações Diversas					

3.02.15 Veículos Automotivos					
3.02.16 Veículo Tipo Popular	Veículo	Unidade	001	16.000,00	Rec. Próprios
3.02.17 Digitalização de Documentos				2.000,00	Rec. Próprios
3.02.18 Realização de Concursos Públicos				10.000,00	Rec. Próprios
3.02.19 Manutenção de Linhas e Central Telefônica				6.121,00	Rec. Próprios
<b>TOTAL</b>				<b>907.721,00</b>	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

3.05 PROGRAMA: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE FINANCEIRA

DIAGNOSTICO: AS ATIVIDADES DE FINANÇAS COMPREENDEM: TRIBUTAÇÃO/FISCALIZAÇÃO E CONTABILIDADE

DIRETRIZES: ADEQUAR E MODERNIZAR

OBJETIVOS: TORNA A SECRETARIA MAIS ÁGIL E EFICIENTE

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
3.05.20 Contribuição a AMUNESC	Contribuição	Unidade	48	112.000,00	Rec. Próprios
3.05.21 Contribuição para Formação do PASEP	Contribuição	Unidade	48	274.000,00	Rec. Próprios
3.05.22 Acordos e Convênios com Entidades Diversas	Convênio	Unidade	Várias	40.000,00	Rec. Próprios
3.05.23 Atualização Permanente do Cadastro Imobiliário/Mobiliário	Cadastro	Unidade	Várias	2.000,00	Rec. Próprios
3.05.24 Programa de Premiação do Pagamento IPTU	Premiação	Unidade	03	2.000,00	Rec. Próprios

3.05.25 Programa de Incentivos Expedição de Notas Fiscais	Incentivo	Unidade	Várias	2.000,00	Rec. Próprios
3.05.26 Aquisição de Micro-computadores					
3.05.27 Atualização e Modernização				8.000,00	Rec. Próprios
3.05.28 Reposição de Peças Danificadas	Micro Micro Peças	Unidades Unidades Unidades	01 04 Várias	16.000,00 16.000,00	Rec. Próprios Rec. Próprios
3.05.29 Aquisição e Locação de Software Básicos e Administrativos					
3.05.30 Mobiliário/Reposição	Mobília	Unidades	06	6.000,00	Rec. Próprios
3.05.31 Aquisição e Reposição (Fone, Calculadora, Maquina Escrever E Outros)	Equipamentos	Unidades	Vários	8.000,00	Rec. Próprios
3.05.32 Veículos Automotivos Tipo Popular	Veículo Moto	Unidade Unidade	01 01	16.000,00 3.900,00	Rec. Próprios Rec. Próprios
3.05.33 Motocicleta					
<b>TOTAL</b>				<b>505.900,00</b>	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

3.04 - PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

DIAGNOSTICO: NESTA SECRETARIA ESTÃO LOTADOS: 01 SECRETARIO MUNICIPAL E 09 SERVIDORES

DIRETRIZES: SALÁRIO E PROVENTOS

OBJETIVOS: PAGAMENTO DE SALÁRIOS, PROVENTOS E ENCARGOS SOCIAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
319001.00 - Aposentadorias e Reformas	Aposentadoria	Mês	48	174.718,56	Recursos Próprios

319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Mês	52	456.006,16	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	72.508,21	Recursos Próprios
<b>TOTAL</b>				<b>703.232,93</b>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

3.06 PROGRAMA: ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DAS DIVIDAS

DIAGNOSTICO: NESTE PROGRAMA ESTÃO GLOBALIZADAS AS DESPEZAS QUE, PELA SUA NATUREZA, NÃO PODEM SER ASSOCIADAS A UM BEM OU SERVIÇO A SER GERADO NO PROCESSO PRODUTIVO CORRENTE, COMO DIVIDAS.

DIRETRIZES: PAGAMENTO MENSAL DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS.

OBJETIVOS: GARANTIR QUE OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS POSSAM SER CUMPRIDOS INTEGRAMENTE.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
3.4.01.2 Continuação Rua Getúlio Vargas	Rua	Unidade	12	420,00	Recursos Próprios
3.4.01.3 Rodoviária/ Calçada/ Asfaltos	Obras	Unidade	17	255.000,00	Recursos Próprios
<b>TOTAL</b>				<b>255.420,00</b>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

4.01 PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

DIAGNOSTICO: ESTAO LOTADOS NESTA SECRETARIA: 01 SECRETÁRIA, 134 SERVIDORES E NOVOS SERVIDORES ADMITIDOS ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL.

DIRETRIZES: VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS E PROVENTOS

OBJETIVOS: PAGAMENTO DE SALARIOS, PROVENTOS E ENCARGOS SOCIAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
APOIO ADMINISTRATIVO					
319001.00 - Aposentadorias e Reformas	Aposentadoria	Mês	48	344.240,00	Recursos Próprios

319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Mês	52	357.722,91	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	38.552,98	Recursos Próprios
<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>					
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Mês	52	2.181.126,30	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	341.050,36	Recursos Próprios
<b>ENSINO INFANTIL - CRECHE</b>					
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Mês	52	970.016,62	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	54.314,50	Recursos Próprios
<b>ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR</b>					
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Mês	52	287.148,24	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	54.314,50	Recursos Próprios
<b>TOTAL</b>				<b>4.728.486,21</b>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

4.07 PROGRAMA: - PESSOAL DA CULTURA E DESPORTO

DIAGNOSTICO: ESTÃO LOTADOS: 03 SERVIDORES

DIRETRIZES: VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS

OBJETIVOS: PAGAMENTO DE VENCIMENTOS E ENCARGOS SOCIAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Mês	52	213.605,00	Recursos Próprios



319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	40.982,40	Recursos Próprios	
TOTAL				254.587,40		

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

#### 4.08 PROGRAMA: ATIVIDADES DA CULTURA E DESPORTO

DIAGNOSTICO: O MUNICIPIO POSSUI: UMA BANDA MUSICAL, 4 CO-RAIS, UMA ESCOLA DE MUSICA, UM ESPAÇO CULTURAL, TRÊS GRUPOS FOLCLÓRICOS, UM GRUPO DE DANÇA. UM GINÁSIO DE ESPORTES, UMA PRAÇA DE ESPORTES E VÁRIAS QUADRAS POLIESPORTIVAS.

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS/ESPATIVOS, INTERCÂMBIO, CURSOS, CAMPANHAS EDUCATIVAS CULTURAIS, ESPORTIVAS E SOCIAIS.

OBJETIVOS: INTEGRAÇÃO CULTURAL/ESPORTIVA NO MUNICÍPIO E OUTROS MUNICÍPIOS, DESCOBRIR NOVOS TALENTOS, CONCIENTIZAR A JUVENTUDE E ORIENTA-LA EM SUAS APTIDÕES PROFISSIONAIS.

ACÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
1 - CULTURA					
4.08.1.1 Aquisição de Equipamento de Som	Equipamento	Conjunto	01	5.000,00	Recursos Próprios
4.08.1.2 Aquisição de Palco Desmontável	Equipamento	Unidade	01	5.000,00	Recursos Próprios
4.08.2.0 Escola de Musica José Ernesto Froehner					
4.08.2.1 Registro na Secretaria Estadual de Educação	Registro	-x-	01	450,00	Recursos Próprios
4.08.2.2 Promoção de Audições	Evento	Unidades	04	300,00	Recursos Próprios
4.08.2.3 Aquisição de um Microcomputador completo	Equipamento	Unidade	01	2.000,00	Recursos Próprios

4.08.3.0 Banda Musical - BAMUCA					
4.08.3.1 Criação APP					
4.08.3.2 Aquisição de Instrumentos Musicais					Recursos Próprios
4.08.3.3 Reforma e Manutenção	Associação	-x-	01	200,00	Recursos Próprios
Instrumentos Musicais	Instrumentos	Unidades	120	7.000,00	Recursos Próprios
4.08.4.0 Viagens de Intercâmbio/Nacional e Internacional	Instrumentos	Unidades	60	3.000,00	Recursos Próprios
4.08.4.1 Filiação na Federação Catarinense de Bandas	Viagens	Unidades	04	4.000,00	Recursos Próprios
4.08.4.2 Participação em Festivais	Filiação Eventos	Unidade	01	180,00	Recursos Próprios
4.08.5.0 Formação Grupo Teatral e Apresentações					Recursos Próprios
4.08.6.0 Manutenção Grupo Coral	Grupo	Unidade	01	2.000.00	Recursos Próprios
4.08.7.0 Biblioteca					
4.08.7.1 Aquisição de Acervos					
4.08.7.2 Informação - Biblioteca Virtual	Acervo Equipamento	Unidades	Vários	4.000,00	Recursos Próprios
4.08.7.3 Aquisição de Equipamento Material Permanente	Equipamento	Unidade	01	2.000,00	Recursos Próprios
4.08.8.0 Campanhas Sócio-Educativas					
4.08.9.0 Criação de Arquivo Histórico	Campanhas	Unidades	Várias	3.000,00	Recursos Próprios
	Único	Unidades	01	3.000,00	Recursos Próprios

4.08.10.0 Semana Alusiva Ani- versario do Município					
4.08.10.1 Festival de Bandas e Fanfarras					Recursos Próprios
4.08.10.2 Retreta	Eventos	Unidades	04	3.000,00	Recursos Próprios
4.08.10.2 Musical	Eventos	Unidades	04	750,00	Recursos Próprios
4.08.10.3 Dia Cultural (Apresenta- ção Teatro e Outros)	Eventos	Unidades	04	500,00	Recursos Próprios
4.08.10.4 Show de Encerra- mento				4.000,00	Recursos Próprios
4.08.11.0 Festival de Dança	Eventos	Unidades	04	2.250,00	Recursos Próprios
4.08.11.1 Datas Alusi- vas: Natal, Páscoa, 7 de Setem- bro outros	Eventos	Unidades	16	3.000,00	Recursos Próprios
4.08.12.0 Casa da Cultura					
4.08.12.1 Reforma do Prédio	Reforma	Unidade	01	7.000,00	Recursos Próprios
4.08.13.0 Construção de Equip. Desportivos					
4.08.13.1 Pista de Skate					Recursos Próprios
4.08.13.2 Quadra no Conj. Hab. Bela Vista	Pista	Unidade	01	10.000,00	Recursos Próprios
4.08.13.3 Quadra no bairro Belo Horizonte	Quadra	Unidade	01	18.000,00	Recursos Próprios
	Quadra	Unidade	01	18.000,00	Recursos Próprios

4.08.14.0 Manuten- ção, Refor- ma Equip. Desportivos					
4.08.14.1 Ginásio de Esportes					
4.08.14.2 Quadras Esportivas					Recursos Próprios
4.08.14.3 Praça de Esportes	Ginásio	Unidade	01	8.000,00	Recursos Próprios
4.08.14.3 Mauricio Foitte	Quadra	Unidade	04	10.000,00	Recursos Próprios
4.08.14.4 Materiais Diversos: Traves, Alambrados outros	Praça	Unidade	01	6.000,00	Recursos Próprios
4.08.14.5 Aquisição de um Veí- culo " Tipo Van"	Material	Unidade	Vários	6.000,00	Recursos Próprios
4.08.15.0 Aquisição de Materiais Desportivos	Veículo	Unidade	01	18.000,00	Recursos Próprios
4.08.15.1 Uniformes					Recursos Próprios
4.08.15.2 Agasalhos	Uniformes	Conjuntos	06	3.600,00	Recursos Próprios
4.08.15.3 Bolas	Agasalho	Unidade	30	2.100,00	Recursos Próprios
4.08.15.4 Apito, cronômetro e outros	Material	Unidade	60	3.000,00	Recursos Próprios
4.08.16.0 Criação Escolinhas Desportivas	Materiais	Unidade	Vários	600,00	Recursos Próprios
4.08.16.1 Criação da "APE"(Ass. de Pais e Esportistas)					
4.08.16.2 Aquisição de Unifor- mes	-x- Uniformes	-x- Unidade	01 48	250,00 480,00	Recursos Próprios
4.08.17.0 Jogos Integração da Terceira Idade					
4.08.18.0 Programa de Incenti- vo Pratica de Esporte	Evento	Unidade	06	1.800,00	Recursos Próprios
	Programa	Unidade	Vários	3.000,00	Recursos Próprios

4.08.19.0 Part. Evento Fesp. (mol. Bom de bola e outros)					
4.08.19.1 Transportes					Recursos Próprios
4.08.19.2 Alimentação	Transportes	Unidade	Vários	3.600,00	Recursos Próprios
4.08.19.3 Refeições	Refeições	Unidade	Várias	6.000,00	Recursos Próprios
4.08.19.4 Inscrição	Inscrições	Unidade	Várias	1.050,00	Recursos Próprios
4.08.19.5 das Modali- dades	Hospeda- gem	Unidade	Várias	900,00	Recursos Próprios
4.08.19.6 Hospeda- gem	Material	Unidades	Vários	300,00	Recursos Próprios
4.08.19.7 Desp. Diver- sas: Água, Primeiros Socorros outros					
4.08.20.0 Cursos de Aperfeiçoa- mentos					
4.08.20.1 Professores de Educa- ção Física	Cursos	Unidades	04	1.500,00	Recursos Próprios
4.08.21.0 Promoção de Eventos Comemora- tivos					
4.08.21.1 Programa- ção Ani- versário do Município	Evento	Unidades	04	4.000,00	Recursos Próprios
4.08.22.0 Torneios - Arbitragem e Premiação					
4.08.22.1 Jogos futebol de salão	Jogos	Unidades	04	5.000,00	Recursos Próprios
4.08.22.2 Jogos futebol de campo	Jogos	Unidades	04	6.000,00	Recursos Próprios
4.08.22.3 Jogos fute- bol suíço	Jogos	Unidades	04	5.000,00	Recursos Próprios
4.08.23.0 Despesas Operacio- nais					

4.08.23.1 Consumo de Água					
4.08.23.2 Consumo de Energia Elétrica					Recursos Próprios
4.08.23.3 Gastos com Comuni- cações - Telefone e outros	Fatura Fatura Fatura Material Material	Unidades Unidades Unidades Unidades Unidades	048 048 048 048 048	4.903,70 12.156,00 12.052,80 15.800,00 1.000,00	Recursos Próprios Recursos Próprios Recursos Próprios Recursos Próprios
4.08.23.4 Combustível e manu- tenção de Veículos					
4.08.23.5 Material de expediente					
TOTAL				257.497,11	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.01 PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

DIAGNOSTICO: NESTA SECRETARIA ESTÃO LOTADOS: 01 SECRETÁRIO MUNICIPAL, 41 SERVIDORES A CONTRATAR 11 SERVIDORES

DIRETRIZES: VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS E PROVENTOS

OBJETIVOS: PAGAMENTO DE SALÁRIOS, PROVENTOS E ENCARGOS SOCIAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED.	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Venci- mentos e Vantagens Fixas	Vencimen- tos	Mês	52	1.1692.227,10	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	250.962,83	Recursos Próprios
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Diversas	Mês	52	47.762,96	Recursos Próprios
TOTAL				1.990.952,89	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.14 PROGRAMA: ASSISTÊNCIA HOSPITALAR/ PLANTÃO HOSPITALAR

DIAGNOSTICO: CONVÊNIO FIRMADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL - FMS PARA PAGAMENTO DE CONSULTAS DE URGÊNCIA EMERGÊNCIAS E PRONTO ATENDIMENTO.

DIRETRIZES: CONTINUIDADE DO ATENDIMENTO, TRABALHO CONJUNTO COM O HOSPITAL LOCAL

OBJETIVOS: ATENDIMENTO DA DEMANDA DE CONSULTA CONFORME FIRMADO ENTRE AS PARTES PARA A ASSISTÊNCIA MÉDICA/AMBULATORIAL EM HORÁRIOS DIFERENCIADOS DAS UNIDADES DE SAÚDE.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.14.01 Pagamento de Plantão Urgência / Emergência e Pronto Atendimento	Pacientes	Unidades	11.352	505.982,20	Rec. Próprios
5.14.02 Pagamento de Serviços Radiológicos	Pacientes	Unidade	1.000	9.600,00	Rec. Próprios
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				515.582,20	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.24 PROGRAMA: CIRURGIAS ELETIVAS.

DIAGNÓSTICO: EXISTE UM NÚMERO CONSIDERÁVEL DE PACIENTES QUE NECESSITAM FAZER CIRURGIAS QUE NÃO SÃO PAGAS PELO SUS, MAS SÃO NECESSÁRIAS.

DIRETRIZES: ATENDER A DEMANDA DA POPULAÇÃO CARENTE.

OBJETIVOS: CUSTEAR CIRURGIAS ELETIVAS, PORÉM NÃO DISPENSAR VALOR SUPERIOR A R\$ 500,00 POR PACIENTE.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
3.1.90.13 Obrigações Patronais	Obrigações	Meses	Vários	2.400,00	Convênio
3.3.90.36 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Física	Cirurgias	Unidade	24	12.000,00	Convênio

3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica	Cirurgias	Unidade	84	42.000,00	Convênio
TOTAL				56.400,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.25 PROGRAMA: ATENDIMENTO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIAS.

DIAGNÓSTICO: O MUNICÍPIO CUSTEIA MEDICAMENTOS ESPECIAIS PARA TRATAMENTO, BOM COMO TRATAMENTOS ESPECIALIZADOS.

DIRETRIZES: ATENDIMENTO A PACIENTES EM TRATAMENTO CONTÍNUO.

OBJETIVOS: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, ENCAMINHAMENTO PARA CONSULTAS E EXAMES ESPECIALIZADOS VIA SUS OU CUSTEADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, TRATAMENTO ODONTOLÓGICO, AUXÍLIO TRANSPORTE, ETC.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
3.3.90.32 Material de distribuição gratuita	Medicamentos	Vários	Vários	0,00	Medicamentos adquiridos pelo Programa Farmácia Básica

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.26 PROGRAMA: AÇÕES E PPI (PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRADA) EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

DIAGNÓSTICO: O SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA POSSUI DOIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO, E UM DE NÍVEL SUPERIOR.

DIRETRIZES: MUNICIPALIZAR AS AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, CONFORME PORTARIA DOS MINISTÉRIOS DA SAÚDE, ARRECADAR TAXAS. AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO UTILITÁRIO, MATERIAL DE CONSUMO, CONFECÇÃO DE PANFLETOS, PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE CAPACITAÇÃO, ETC.

OBJETIVOS: MELHORIA SANITÁRIA - CONTROLE DE DOENÇAS OCASIONADAS POR INADEQUAÇÃO DE CONDIÇÕES SANITÁRIAS - ARRECADACÃO DE TAXAS FISCAIS, INCREMENTAÇÃO NAS ÁREAS DE SANEAMENTO BÁSICO, ELIMINAÇÃO DO Aedes Aegypti (DENGUE), CADASTRAR FONTES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA E ANÁLISE DE AMOSTRAS DE ÁGUA.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
3.1.90.13 Obrigações Patronais	Obrigações	Unidade	06	600,00	Convênio
3.3.90.14 Diárias - Civil	Servidor	Unidade	Vários	6.000,00	Convênio

3.3.90.30 Material De Consumo	Material Cons	Unidade	Vários	15.000,00	Convênio
3.3.90.36 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviço	Unidade	Vários	3.000,00	Convênio
3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviço	Unidade	Vários	5.000,00	Convênio
4.4.90.52 Veículos utilitários	Veículo	Unidade	01	15.000,00	Convênio
4.4.90.52 Micro computador completo, Impressora Laser, Mesa para micro computador, Cadeira giratória, Escrivaninha, Armário, Arquivo de aço	Equipamentos	Unidade	Vários	7.130,00	Convênio
<b>TOTAL</b>				<b>51.730,00</b>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.27 PROGRAMA: CONTROLE DE DOENÇAS CRÔNICAS DEGENERATIVAS.

DIAGNÓSTICO: HÁ UM GRANDE NÚMERO DE PACIENTES PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICA DEGENERATIVAS QUE NECESSITAM DE ACOMPANHAMENTO E TRATAMENTO ESPECÍFICO, TAIS COMO DIABETES MELITUS, HIPERTENSÃO ARTERIAL E CÂNCER.

DIRETRIZES: REALIZAÇÃO DE EXAMES PERIÓDICOS, VERIFICAÇÃO DE PA E FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS ESPECÍFICOS.

OBJETIVOS: OFERECER SERVIÇOS E MEDICAMENTOS ESPECÍFICOS, ADQUIRINDO O MATERIAL E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ATENDER A DEMANDA, BEM COMO PROMOVER A DISTRIBUIÇÃO DOS MEDICAMENTOS PARA HIPERTENSOS E DIABÉTICOS RECEBIDOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
3.3.90.30 Material De Consumo	Pacientes	Unidade	Vários	9.540,00	Recurso Próprio
4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Unidade	Vários	4.500,00	Fundo Saúde

TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				9.540,00	
TOTAL DE RECURSOS FUNDO SAÚDE				4.500,00	
TOTAL GERAL				14.040,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.28 PROGRAMA: IMPLANTAÇÃO DO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO NO POSTO DE SAÚDE DE BATEIAS DE BAIXO .

DIAGNÓSTICO: A UNIDADE DE SAÚDE JÁ POSSUI INSTALADO UM CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO.

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, INSTRUMENTAL, EQUIPAMENTOS E CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ATENDIMENTO.

OBJETIVOS: ATENDER A POPULAÇÃO EM GERAL, PRIORIZANDO CRIANÇAS E GESTANTES.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
3.3.90.30 Material De Consumo	Material Consumo	Unidade		30.000,00	Recurso próprio
3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade		1.500,00	Fundo Saúde
4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Unidade		10.000,00	Fundo Saúde
TOTAL DE RECURSOS FUNDO SAÚDE				11.500,00	
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				30.000,00	
TOTAL GERAL				41.500,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO  
MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.29 PROGRAMA: BOLSA ALIMENTAÇÃO

DIAGNÓSTICO: É UM INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DA UNIÃO, COMPLEMENTAÇÃO DA RENDA FAMILIAR VISANDO MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE E NUTRIÇÃO.

DIRETRIZES: O PROGRAMA SERÁ FEITO DIRETAMENTE A FAMÍLIA - R\$ 15,00 À R\$ 45,00 - PARA CRIANÇAS DE SEIS MESES A SEIS ANOS DE IDADE, GESTANTES E NUTRIZES.

OBJETIVOS: CONTRIBUIR COM A REDUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL, COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS DE GESTANTES E MÃES QUE AMAMENTAM.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
3.3.90.30	Material De Consumo	Vários	Vários	1.500,00	Convênio
3.3.90.39	Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica	Vários	Vários	600,00	Convênio
TOTAL				2.100,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO  
MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.30 PROGRAMA: SUBVENÇÕES SOCIAIS E REPASSE MENSAL REFERENTE REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS BÁSICOS - HOSPITAL SÃO LUIZ

DIAGNÓSTICO: ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS.

DIRETRIZES: REPASSE DE RECURSOS A ENTIDADE SEM FIM LUCRATIVO BEM COMO O PAGAMENTO DE PROCEDIMENTOS BÁSICOS REALIZADOS.

OBJETIVO: REPASSE MENSAL REFERENTE REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS BÁSICOS E SUBVENÇÃO SOCIAL

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
3.3.90.39	Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica	Unidade	12	43.200,00	Fundo Saúde/Convênio
3.3.50.43	Subvenções Sociais	Unidade	12	54.000,00	Recurso próprio
TOTAL DE RECURSOS FUNDO SAÚDE/ CONVÊNIOS				43.200,00	
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				54.000,00	
TOTAL GERAL				97.200,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO  
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.31 PROGRAMA: PRÓTESES E ÓRTESES

DIAGNÓSTICO: HÁ NO MUNICÍPIO PESSOAS CARENTES QUE NECESSITAM DE PRÓTESES ODONTOLÓGICAS E AUDITIVAS.

DIRETRIZES: IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA VISANDO ATENDER A NECESSIDADE DA POPULAÇÃO CARENTE EM RELAÇÃO A PESSOAS ADULTAS COM PROBLEMAS ODONTOLÓGICOS E TAMBÉM EM CASOS DE PROTESES AUDITIVAS.

OBJETIVOS: FORNECER PRÓTESES ÀS PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
3.3.90.13	Obrigações Patronais	Unidade		600,00	Rec. Próprios
3.3.90.36	Outros Serviços Terceiro - Pessoa Física	Unidade	36	3.600,00	Rec. Próprios
3.3.90.39	Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica	Unidade	36	3.600,00	Rec. Próprios
3.3.90.32	Material de Distribuição Gratuita	Unidade	12	30.000,00	Rec. Próprios
TOTAL				37.800,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO  
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.32 PROGRAMA: BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) - REVISÃO DO BENEFÍCIO

DIAGNÓSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI IDOSOS E PORTADORES DE DEFICIÊNCIA QUE RECEBEM BENEFÍCIO DO INSS, EM TORNO DE 17 BENEFICIÁRIOS, SUJEITOS A REVISÃO A CADA DOIS ANOS CONFORME PRECONIZA A LOAS QUE DEVE SER FEITO POR PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL. OS RECURSOS SÃO ORIUNDOS DA UNIÃO COM CONTRAPARTIDA MUNICIPAL DE 20%.

DIRETRIZES: ATRAVÉS DE CONVÊNIO O MUNICÍPIO RECEBE RECURSOS PARA CUSTEAR AS DESPESAS DO ASSISTENTE SOCIAL NA REALIZAÇÃO DAS REVISÕES DOS BENEFÍCIOS.

OBJETIVOS: REVISAR OS BENEFÍCIOS DOS IDOSOS E PORTADORES DE DEFICIÊNCIA QUE RECEBEM BENEFÍCIO DO BPC ATRAVÉS DO INSS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
3.3.90.30	Material de Consumo	Unidade		0,00	*Procedimentos com recursos do setor



TOTAL				0,00	
-------	--	--	--	------	--

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO  
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.33 PROGRAMA: SERVIÇOS DE AÇÃO CONTINUADA.

DIAGNÓSTICO: HÁ NO MUNICÍPIO DOIS CLUBES DE IDOSOS, UMA ESCOLA ESPECIAL (APAE) E TRÊS CRECHES MUNICIPAIS, OS QUAIS SÃO MANTIDOS ATRAVÉS DE RECURSOS DA AÇÃO CONTINUADA DO MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL, E CONTRAPARTIDA MUNICIPAL DE 20%

DIRETRIZES: REPASSE DE RECURSOS ORIUNDOS DO MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL.

OBJETIVOS: IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ENTIDADES.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
3.3.50.43 Subvenções Sociais	Entidades	Unidade	108	25.988,40	Convênio
3.3.90.30 Material de Consumo	Creches	Unidade	108	110.197,80	Convênio
TOTAL				136.186,20	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO  
PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.34 PROGRAMA: ATENDIMENTO AOS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO.

DIAGNÓSTICO: IMPLANTAÇÃO DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

DIRETRIZES: PROMOVER A CONVIVÊNCIA SOCIAL DE ACORDO COM BONS PRINCÍPIOS E DESENVOLVER A CIDADANIA.

OBJETIVOS: IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES VOLTADAS A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
3.3.90.30.00 Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	31.800,00	Convênio
3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	7.800,00	Convênio
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	Equipamento	Unidade	Vários	35.000,00	Convênio
TOTAL				74.600,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

6.01 PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIAGNOSTICO: NESTA SECRETARIA ESTÃO LOTADOS: 03 SERVIDORES

DIRETRIZES: VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS E PROVENTOS

OBJETIVOS: PAGAMENTO DE SALÁRIOS, PROVENTOS E ENCARGOS SOCIAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MEDIDA	META	VALOR	FONTE
319001.00 - Aposentadorias e Reformas	Aposentadorias	Mês	52	38.016,93	Recursos Próprios
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Mês	52	218.364,62	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	45.178,01	Recursos Próprios
TOTAL				301.559,56	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.01 PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DIAGNOSTICO: NESTA SECRETARIA ESTÃO LOTADOS: 03 SERVIDORES

DIRETRIZES: VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS E PROVENTOS

OBJETIVOS: PAGAMENTO DE SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MEDIDA	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Mês	52	328.774,18	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	53.424,66	Recursos Próprios
TOTAL				382.198,84	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTES E OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.01 PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTES E OBRAS

DIAGNOSTICO: NESTA SECRETARIA ESTÃO LOTADOS: 46 SERVIDORES

DIRETRIZES: VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS E PROVENTOS

OBJETIVOS: PAGAMENTO DE SALARIOS, PROVENTOS E ENCARGOS SOCIAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
319001.00 - Aposentadorias e Reformas	Aposentadoria	Mês	48	90.439,05	Recursos Próprios
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Mês	52	1.733.427,90	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Mês	52	285.898,00	Recursos Próprios
<b>TOTAL</b>				<b>2.109.764,90</b>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE CAMPO ALEGRE  
RESERVA DE CONTINGÊNCIA

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

9.00 PROGRAMA: RESERVA DE CONTINGÊNCIA

DIAGNOSTICO: A LRF ESTABELECE QUE TODOS OS ENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTABELEÇAM RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

DIRETRIZES: RESERVAR 10 % DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA PARA CONSTITUIR RESERVA DE CONTINGÊNCIA

OBJETIVOS: ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS SURTIDOS NO DECORRER DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
9.01.1 - Reserva de Contingência	Reserva	Unidade	Várias	494.560,48	Recursos Próprios
<b>TOTAL</b>				<b>494.560,48</b>	

**LEI Nº 2.558 DE 19 DE OUTUBRO DE 2001**

REGINA CÉLIA GROSSL, Presidente da Câmara Municipal de Campo Alegre, nos termos do artigo 55, §7º da Lei Orgânica do município de Campo Alegre e do artigo 181, §5º do Regimento Interno da Câmara municipal de Campo Alegre, torna público, através deste edital, o seguinte ato Oficial.

LEI Nº2.558, DE 19 DE OUTUBRO DE 2001.

ALTERA A REDAÇÃO DA LEI Nº 2.230, DE 27 DE MAIO DE 1997, QUE ESTABELECE NORMAS PARA O PROGRAMA DE INCENTIVO À INDÚSTRIA NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE:

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art.1º) Os artigos 3º e 4º da Lei nº 2.230, de 27 de maio de 1997, passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Os incentivos concedidos poderão ser em conjunto ou não, a critério do Chefe do Poder Executivo, os seguintes:

I - Doação de um terreno onde a indústria possa ser instalada pelo donatário;

II - Realização de obras de terraplanagem e ou abertura de acesso no terreno doado, em um prazo de até 30 (trinta) dias após a doação;

III - Isenção de tributos municipais, inclusive da taxa de fiscalização, instalação e funcionamento, por um período de até 5 (cinco) anos contados do início das atividades ficando a critério do órgão competente do poder executivo decidir pela isenção segundo o disposto nesta Lei e em especial no artigo 14 da Lei Completar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece regras para a Renúncia de Receitas.

IV - Fornecimento gratuito pelo Executivo do projeto arquitetônico do imóvel a ser construído pelas micro e pequenas empresas que sejam beneficiados por esta Lei, até o limite máximo de 250,00 metros quadrados de área construída .

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O projeto a que se refere o inciso IV deste artigo somente será entregue ao interessado, desde que comprovada a instalação da indústria.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A metragem do terreno a ser doado será definido caso a caso pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, que vinculará sua decisão necessariamente na análise do retorno fisco-econômico-social do investimento a ser feito pelo donatário.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A decisão quanto a isenção total ou parcial e quanto a vigência da mesma será feita com base na mesma análise citado no artigo anterior e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

“Art. 4º) Para que um investidor interessado em instalar filial ou transferir a sede de empresa já constituída para o Município de Campo Alegre, seja beneficiado com os incentivos do Programa, deverá enviar pedido ao Prefeito Municipal, anexando os seguintes documentos:

I - Cadastro completo onde deverão estar transcritos a razão social, CGC, inscrição estadual, endereço, data de fundação, ramo de atividade, 3 (três) referências comerciais, 2 (duas) referências bancárias, nome e CPF dos sócios e número de filiais se houver;

II - Cópia autenticada do Contrato Social e/ou atos constitutivos e última alteração;

III - Cópia do cartão do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas

Jurídicas;

IV - As certidões negativas ou positivas federal, estadual, municipal do INSS e do FGTS;

V - Declaração de submissão aos termos da Lei Municipal nº 2.230;

VI - Projeto de instalação da unidade industrial e o esboço das pretensões da empresa quanto à previsão d o faturamento bruto e produção anuais e número de empregos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Aplicar-se-á ao investidor cuja empresa não possua filial ou cuja sede ainda não esteja estabelecida em outro Município, as exigências contidas no caput e incisos V e VI deste artigo bem como o CPF do interessado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - De posse do requerimento e dos documentos necessários supracitados, o Poder Executivo enviará à Câmara de Vereadores o Projeto de Lei que autorizará a concessão dos incentivos aos beneficiários.

Art. 4º) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre, 19 de Outubro de 2001.  
REGINA CÉLIA GROSSL

**LEI Nº 2.559 DE 24 DE OUTUBRO DE 2001**

LEI Nº 2.559 DE 24 DE OUTUBRO DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 104.522,59 (cento e quatro mil, quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta e nove centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete

03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3230.00 - Transferências a Instituições Privadas

3233.00 - Contribuições Correntes R\$ 4.500,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administração

08.42.188.2011 - Gestão Administrativa do Órgão

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 60,59

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3252.00 - Pensionistas R\$ 30,00

0402 - Divisão do Ensino Fundamental

08.42.188.1003 - Construção Ampliação e Reforma de Escolas

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 61.100,00

4120.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ . 6.750,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades Educação Pré Escolar

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família R\$ 200,00

0404 - Divisão da Cultura

08.48.246.2020 - Manutenção das Atividades Culturais

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família R\$ 32,00

0405 - Divisão de Merenda Escolar

08.42.188.2021 - Coordenação do Fornecimento da Merenda Escolar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo R\$ 7.000,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3210.00 - Transferências Intragovernamentais

3214.00 - Contribuições a Fundos R\$ 3.000,00

0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade

15.81.483.2024 - Conselho Tutelar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 50,00

15.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3210.00 - Transferências Intragovernamentais

3214.00 - Contribuições a Fundos R\$ 18.800,00

0700 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras

0702 - Divisão de Transportes

16.88.020.2032 - Reforma e Manutenção dos Veículos e Maquinários

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 3.000,00

TOTAL R\$ R\$ 104.522,59

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Administração

03.07.021.2005 - Eventos Comemorativos ao Aniversário

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo R\$ 528,39

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 500,00

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 377,79

03.07.025.1002 - Restauração do Prédio da Prefeitura

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 500,00

03.07.471.2006 - Ticket Alimentação para Servidores

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 9.878,40

03.07.472.2007 - Ticket Combustível para Servidores

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 500,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administração

08.44.198.2013 - Bolsa Estudantil Universitária

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3254.00 - Apoio Financeiro a Estudante R\$ 1.476,00

08.47.235.2014 - Bolsa Estudantil a Servidor

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3254.00 - Apoio Financeiro a Estudante R\$ 25.382,75

0402 - Divisão do Ensino Fundamental

08.42.188.2016 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 25.000,00

08.42.188.2017 - Desenvolvimento Ensino Fundamental Valoriz. Magist.

4000.00 - Despesas de Capital

4200.00 - Inversões Financeiras

4260.00 - Const. ou Aum. Cap. Empr. Coml. ou Fin R\$ 100,00

0404 - Divisão da Cultura

08.48.246.1004 - Construção do Infiteatro Municipal

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 20.590,26

4120.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ . 100,00

08.48.246.2020 - Manutenção das Atividades Culturais

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 100,00

0405 - Divisão de Merenda Escolar

08.42.188.2021 - Coordenação do Fornecimento da Merenda Escolar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 250,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$. 1.000,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade

15.81.427.2023 - Doação de Cestas Básicas a Carentes

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 3.214,00

15.81.483.2024 - Conselho Tutelar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 100,00

3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 4,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família R\$ 57,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 100,00

4120.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 100,00

15.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 100,00

4120.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ . 100,00

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0601 - divisão de Agricultura e Meio Ambiente

04.14.080.1006 - Implantação do Horto Municipal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 1.000,00

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 1.000,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 100,00

4120.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ . 100,00

04.17.103.2026 - Continuidade do Projeto Quiriri

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 1.000,00

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 1.000,00

04.18.111.2027 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 50,00

4120.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ . 50,00

0602 - Divisão de Comércio e Indústria

11.62.346.2028 - Implantação e Ampliação do Parque Industrial

4000.00 - Despesas de Capital

4200.00 - Inversões Financeiras

4210.00 - Aquisição de Imóveis R\$ 50,00

0603 - Divisão de Turismo

11.65.363.2029 - Incentivo ao Turismo

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 100,00

3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 14,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 50,00

4120.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ . 50,00

0700 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras

0702 - Divisão de Transportes

16.88.534.2033 - Conservação de Estradas do Interior

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 7.900,00

TOTAL R\$ 104.522,59

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
24 de outubro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**Lei Nº 2.560 de 24 de Outubro de 2001**

LEI Nº 2.560 DE 24 DE OUTUBRO DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

1300 - Fundo Municipal de Saúde

1313 - Fundo Municipal de Saúde

13.75.428.2001 - Manutenção Assistencial Médico Hospitalar Sanitária

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 2.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

1300 - Fundo Municipal de Saúde

1313 - Fundo Municipal de Saúde

13.75.428.2001 - Manutenção Assistencial Médico Hospitalar Sanitária

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 2.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
24 de outubro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.561 de 24 de Outubro de 2001**

LEI Nº 2.561 DE 24 DE OUTUBRO DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 29.794,46 (vinte e nove mil, setecentos e noventa e quatro reais e quarenta e seis centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0403 - Divisão de Ensino Infantil

08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades de Creches

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 5.000,00

08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades Educação Pré Escolar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 4.594,46

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3210.00 - Transferências Intragovernamentais

3214.00 - Contribuições a Fundos R\$ 10.000,00

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0603 - Divisão de Turismo

11.65.363.2029 - Incentivo ao Turismo

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 200,00

0700 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras

0701 - Divisão de Planejamento e Obras

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

0702 - Divisão de Transportes

16.88.020.2032 - Reforma e Manutenção de Veículos e Maquinários

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 3.000,00

TOTAL R\$ 29.794,46

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência

9990.00 - Reserva de Contingência R\$ 29.794,46

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
24 de outubro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **Lei Nº 2.562 de 24 de Outubro de 2001**

LEI Nº 2.562 DE 24 DE OUTUBRO DE 2001

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A IEAS - HOSPITAL SÃO LUIZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição , no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) ao IEAS - Hospital São Luiz, inscrito no CNPJ nº 86.552.809/0006-56, com sede na Rua: Pe. Luiz Gilg, nº 250, Centro Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º) O valor descrito no "caput" deste Artigo será repassado em 03 (três) parcelas mensais, sendo a primeira no mês de outubro de 2001.

Parágrafo 2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias, e que não são efetuados dentro da Unidade de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido até 31 de dezembro de 2001, junto ao Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art. 6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Diretor e o Tesoureiro da entidade.

Art. 7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser prestada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;

Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;

Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;

Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;

Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir do mês de outubro de 2001.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas, podendo ser suplementada se necessário.

Art. 10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
24 de outubro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.563 de 24 de Outubro de 2001**

LEI Nº 2.563 DE 24 DE OUTUBRO DE 2001

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA COM O MUNICÍPIO DE JOINVILLE - SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com o Município de JOINVILLE - SC, nos termos do documento anexo.

Art.2º) O Convênio referido no artigo 1º, tem como objeto a conjugação de esforços para a execução de ações, em sistema de parceria, na região denominada Estrada Laranjeiras, território de Joinville e Campo Alegre, abrangendo também, as localidades de Saltinho, Distrito de Bateias de Baixo, Bateias de Cima e Ximbuva, que visam melhorar as condições de vida das populações residentes na região, através da orientação e disciplina das atividades econômicas locais, bem como da manutenção do seu sistema viário; fomento ao turismo ecológico e educação ambiental; preservação das culturas e tradições locais; proteção dos recursos hídricos e à fauna silvestre e conservação de remanescente da Mata Atlântica, através da fiscalização do uso e ocupação do solo e do meio ambiente.

Art; 3º) As despesas com a presente Lei correrão por conta da seguinte rubrica Orçamentária.

0700 - Secretaria Municipal Planejamento, Transportes e Obras

0701.10.60.325.2030- 3120 - Material de Consumo e 3132 - Outros Serviços e Encargos.

Art. 4º) Fica rescindido, para todos os efeitos, o Convênio nº001/2000- AGG- e seu Termo Aditivo.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
24 de outubro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.564 de 24 de Outubro de 2001**

LEI Nº 2.564 DE 24 DE OUTUBRO DE 2001.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CIS/AMUNESC

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarado de Utilidade Pública o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CIS/AMUNESC, com sede em Joinville/SC, na Rua Max Colin nº 1.843, Bairro América, registrado no Cartório de Registro Especial de Títulos Documentos e Sociedades Cíveis protocolo sob nº 061585, do Livro A-40 de Registrado sob nº 001081 às folhas 031 do Livro A-008, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº 03.222.337/0001-31.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
24 de outubro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.565 de 06 de Novembro de 2001**

LEI Nº 2.565 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2001

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE ITEM NO ANEXO III DA LEI MUNICIPAL Nº 2.471 DE 30 DE JUNHO DE 2000

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído item no Anexo III da Lei Municipal nº 2.471 de 30 de junho de 2000, Fundo Municipal de Saúde, passando a vigorar com a seguinte redação:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Celebração de Convênios com o Governo Federal e Estadual.
- Aquisição de Equipamento e Material Permanente (Móveis, Utensílios, Médico, Odontológico e Laboratorial).
- Desenvolver Programas na Área de Saúde Preventiva e Curativa.
- Aquisição dos seguintes Equipamentos: dois Micro-computadores completos, uma impressora à laser, uma estante - prateleira, duas escrivaninhas, duas mesas para computador, duas cadeiras estofadas giratórias e uma máquina fotocopadora.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas

as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
06 de novembro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.566 de 06 de Novembro de 2001**

LEI Nº 2.566 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2001  
DENOMINA DE "IRMÃ OLGA MEZZAROBÁ",  
RUA DO MUNICÍPIO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada a Rua: IRMÃ OLGA MEZZAROBÁ, que sai da Rua: Rodolfo Stutzer até a Rua: Irmã Concilia Ortmann, com extensão de 60 metros e largura de 12 metros, situada no Bairro Belo Horizonte, neste município, conforme croquis em anexo.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
06 de novembro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.567 de 06 de Novembro de 2001**

LEI Nº 2.567 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2001  
DENOMINA DE "BENTO VERÍSSIMO MUNHOZ",  
RUA DO MUNICÍPIO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada a Rua: BENTO VERÍSSIMO MUNHOZ, que sai da Rodovia SC 301 até o final da mesma, com extensão de 33 metros e largura de 12 metros, situada no Bairro Belo Horizonte, neste município, conforme croquis em anexo.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
06 de novembro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.568 de 06 de Novembro de 2001**

LEI Nº 2.568 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2001  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 48.745,96 (quarenta e oito mil, setecentos e quarenta e cinco reais e noventa e seis centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0700 - Secretaria Munic. de Planej. Urbano Ob. Transp. Serv. Públicos

0702 - Divisão de Transportes

16.91.575.1010 - Ação de Pavimentação

4000.00 - Despesas Correntes

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 43.000,00

16.88.534.1012 - Construção e Restauração de Pontes

4000.00 - Despesas Correntes

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 5.745,96

TOTAL R\$ 48.745,96

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso da Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
06 de novembro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.569 de 06 de Novembro de 2001**

LEI Nº 2.569 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2001

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º) O Orçamento do Município de Campo Alegre, para o exercício de 2002, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Municipal, extraídas do Plano Plurianual 2002/2005;
- II - a estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições sobre dívida pública municipal;
- V - as disposições sobre despesas com pessoal;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VII - as disposições gerais.

#### **I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art.2º) As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2002, são aquelas definidas no Anexo I desta Lei. (Art. 4º, § 1º da LRF).

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2002 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Anexo I desta Lei, não se constituindo, todavia, sem limite a programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2002, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º - O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art.4º, § 1º da LRF).

#### **II - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art.3º) O Orçamento para o exercício financeiro de 2002 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos e Autarquias e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art.4º) A Lei do Orçamento evidenciará a Receita por rubrica em cada unidade gestora e a despesa de cada Unidade Gestora, por programa, função, sub-função, projeto ou atividade, elemento e/ou sub-elemento, na forma dos seguintes Adendos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Portaria Interministerial 163);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Portaria Interministerial 163);

III - Resumo Geral da Despesa (Portaria Interministerial 163);

IV - Programa de Trabalho (Portaria Interministerial 163);

V - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Fundações, Sub-funções e por Projetos e Atividades (Portaria Interministerial 163);

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-funções conforme o vínculo com os Recursos (Portaria Interministerial 163);

VII - Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções (Portaria Interministerial 163);

VIII - Demonstrativo da Despesa por elemento e ou sub-elemento, segundo cada unidade orçamentária (Portaria Interministerial 163);

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa realizada por Elemento e ou sub elemento dos dois últimos exercícios, da fixada para o exercício corrente e para os dois seguintes;

XII - Demonstrativo do Orçamento Fiscal e da seguridade social.

§ 1º - O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º - Os fundos municipais integrarão o Orçamento Geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

Art.5º) A mensagem que encaminhar o Projeto Lei Orçamentária conterá:

I - Quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 1998, 1999 e 2000, previsão para 2001, 2002, 2003 e 2004, com justificativa da estimativa para 2002, acompanhado de metodologia e memória de cálculo; (Artigo 12, LRF);

II - Quadro demonstrativo da evolução da Despesa a nível de função, de elemento e ou sub-elemento, dos exercícios de 1998, 1999 e 2000, fixada para 2001 e 2002 e projetada para 2003 e 2004,



com justificativa para os valores fixados para 2002;

III - Quadro demonstrativo da dívida fundada por contrato, com identificação do credor, saldo em 31/12/00, desembolso do principal e acessórios nos exercícios de 2001, 2002, 2003 e 2004;

IV - Quadro demonstrativo da dívida flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior a remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro demonstrativo dos tributos lançados e na arrecadados nos exercícios de 1996 a 2000, com relato das providências tomadas para sua cobrança;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2002;

VIII - Quadro demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 1999, 2000 e 2001 e 2002, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Quadro demonstrativo da despesa com Serviços de Terceiros em 1999, 2001 e 2002 e o seu percentual de comprometimento das Receitas Correntes Líquidas;

X - Quadro demonstrativo dos contratos de terceirização de mão-de-obra referente à substituição de servidores sujeitos a contabilização em "outras despesas com pessoa", conforme definição nesta Lei;

XI - Quadro demonstrativo da despesa por Unidade Orçamentária e sua evolução nos exercícios de 1999, 2000, 2001 e 2002;

XII - Quadro demonstrativo dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e programação de aplicação;

XIII - Quadro demonstrativo dos recursos destinados à saúde e a programação de aplicação;

XIV - Demonstrativo da compatibilização da programação dos orçamentos com a LDO;

XV - Demonstrativo das medidas de compensação de renúncia de receitas e ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

XVI - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

### III - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO.

Art.6º) O Orçamento para o exercício de 2002 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, seus fundos e autarquias (Artigo 1º, § 1º e Artigo 4º, I, "a" da LRF).

Art.7º) Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2002 deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

§ 1º - As transferências constitucionais, base de cálculo para contribuição ao FUNDEF, constarão do Orçamento da Receita pelos

seus valores brutos.

§ 2º - Em atendimento ao disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo Segundo da LRF, o menor valor do FUNDEF, entre o recebido e pago, será excluído na apuração da Receita Corrente Líquida.

Art.8º) Se a receita estimada para 2002, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art.9º) Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcionar as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo: (Art.9º da LRF).

- I - eliminação da possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas extras;
- III - redução de 20% dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - redução dos investimentos programados.

Art.10º) A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2002, a 10% (dez por cento) da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2001. (Art.4º, § 2º da LRF).

Art.11) Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta Lei (Artigo 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2001.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art.12) O Orçamento para o exercício de 2002, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 10 % da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme ANEXO II desta Lei. (Artigo 5º, II, "d" da LRF).

Parágrafo Único - Para efeito desta Lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas ou orçadas a menor.

Art.13) Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Artigo 5º, § 5º da LRF).

Art.14) O Executivo Municipal deverá elaborar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária anual, o cronograma anual de desembolso mensal para suas unidades gestoras. (Artigo 8º, § único da LRF).

Art.15) Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa. (Artigo 8º, § Único da LRF).



§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receitas, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial.

Art.16) As renúncias de receita estimadas para o exercício financeiro de 2002, são as constantes do Anexo I desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Artigo 4º, § 2º, V e Artigo 14º, I da LRF).

Art.17) A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial recreativo, esportivo e de cooperação técnica. (Artigo 4º, I, "f" da LRF).

Parágrafo Único - Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas, em que o Município for associado.

Art.18) Para efeito do disposto no Artigo 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor para dispensa de licitação fixado no item I do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado. (Artigo 16, § 3º).

Art.19) Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. (Artigo 45 da LRF).

Parágrafo Único - As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no Anexo III desta Lei.

Art.20) Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Artigo 62 da LRF).

Parágrafo Único - A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino.

Art.21) A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2002 a preços correntes.

Art.22) A Lei Orçamentária para 2002 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar, dentro de cada projeto ou atividade, o saldo das dotações dos elementos ou sub-elemento de despesa que o compõem.

Art.23) Durante a execução orçamentária de 2002, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, deste que se enquadre nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo I desta Lei e alterações posteriores.

#### IV - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art.24) Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2002, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art.25) As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art.26) A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único - O montante da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art.27) O Executivo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo. 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art.28) A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 1999, acrescida de até 6 % obedecido os limites prudenciais de 51,30 % e 5,70 % da Receita Corrente Líquida, respectivamente. (Artigo 71 da LRF).

Art.29) Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95 % do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo22, § único, V da LRF).

Art.30) O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 19 e 20 da LRF).

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

V - redução da carga horária e dos vencimentos dos servidores na mesma proporção.

Art.31) Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal", sub-elemento do elemento de despesa 3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos e computadas como despesas de pessoal na apuração do seu limite estabelecido no Artigo 20 da LRF.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Campo Alegre, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art.32) A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Art.33) O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem

considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 14 da LRF).

Art.34) Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 14, § 3º da LRF).

Art.35) O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

## VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.36) Ocorrendo assistência pela União prevista no Artigo 64, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município deverá se estruturar para:

I - até o exercício de 2005, obrigatoriamente, encaminhar junto com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Anexo de Metas Fiscais para o triênio seguinte e o Anexo de Riscos Fiscais na forma prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;

II - até o exercício de 2005, obrigatoriamente, elaborar os Demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, conforme disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal;

III - até o exercício de 2005, obrigatoriamente, implantar sistema de controle de custos e avaliação de resultados; (Artigo 4º, I, "e" da LRF).

IV - até o exercício de 2006, elaborar o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais, na forma prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art.37) O Executivo Municipal enviará até o dia 30 de outubro de 2001, a proposta orçamentária a Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2001.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste Artigo.

§ 2º - Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2002, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 3º - Os eventuais saldo negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2001, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art.38) Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art.39) A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art.40) Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos

quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art.41) O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras, equipamentos e Material Permanente ou serviços de competência do Município ou não, devendo o respectivo instrumento ser encaminhado à apreciação do Poder Legislativo.

Art.42) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.43) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de novembro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2002

## ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

## 1.01 PROGRAMA: PROCESSO LEGISLATIVO

## DIAGNÓSTICO: Legislativo Municipal

O poder Legislativo Municipal de Campo Alegre compõe-se de nove vereadores e o quadro de servidores da Câmara é o seguinte: 01 assessor jurídico e 01 diretor geral em cargo de provimento em comissão; 01 auxiliar de serviços gerais e 01 Técnico Contábil em cargo de provimento efetivo. A Câmara possui a sede em imóvel de sua propriedade, possui autonomia financeira e contábil.

DIRETRIZES: Criar meios de cumprir com maior eficiência, qualidade e celeridade as funções da Câmara, tais como legislar, fiscalizar, julgar e administrar, executando as atribuições do Poder Legislativo. Reformar e ampliar o prédio onde se encontra instalada, reformar a estrutura interna de suas dependências, adquirir materiais e equipamentos de informática e sonorização modernos. Adquirir um veículo, móveis, equipamentos permanentes. Aperfeiçoar os conhecimentos dos vereadores e servidores. Ampliar o acervo de sua biblioteca e ampliar o quadro funcional.

OBJETIVOS: Aperfeiçoar as atividades da Câmara e ampliar a sua estrutura física e realizar suas funções com maior celeridade.

AÇÕES	PRODUTO	UNID/MEDIDA	META	VALOR	FONTE
<b>1.01.0 GASTOS COM PESSOAL</b>					
1.01.1 Remuneração Vereadores	Sessão	Sessão	40	79.450,00	Suprimentos
1.01.2 Indenização - sessões extraordinárias	Sessão	Sessão	6	9.748,36	Suprimentos
1.01.3 Remuneração servidores	Unidade	Servidores	4	39.748,17	Suprimentos
1.01.5 Ampliação do Quadro Funcional	Unidade	Servidor	1	5.448,00	Suprimentos
1.01.6 Diárias	Vereador/servidor	Vereador/servidor	13	3.064,50	Suprimentos
1.02.0 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Vereador/servidor	Vereador/servidor	13	27.729,63	Suprimentos
1.03.0 MATERIAL DE CONSUMO	Unidade	Unidade	-	9.490,11	Suprimentos
<b>1.04.0 SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS</b>					
1.04.1 Contratação de Serviços	Serviços	Serviços	5	2.000,00	Suprimentos
<b>1.05.0 OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS</b>					
1.05.1 Participação em cursos, seminários, Congressos	Cursos	Vereador/servidor	13	3.405,00	Suprimentos
1.05.2 Gastos com Consumo de água	Serviços	Meses	12	400,00	Suprimentos
1.05.3 Gastos com Consumo de Energia Elétrica	Serviços	Meses	12	1.100,00	Suprimentos
1.05.4 Gastos com serviços telefônicos	Serviços	Meses	12	1.828,81	Suprimentos
1.05.5 Pagamento serviços IPM (contab./Folha) ou outro	Serviços	Meses	12	3.141,07	Suprimentos
1.05.6 Pagamento serviços locação (Programa Legislativo)	Serviços	Meses	12	2.712,10	Suprimentos
1.05.7 Pagamento serviços Internet	Serviços	Meses	12	370,00	Suprimentos
1.05.8 Pagamento serviços de publicação	Serviços	Meses	12	5.832,46	Suprimentos
1.06.0 APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	Melhoria	Servidor	4	3.405,00	Suprimentos
1.07.0 CONTRIBUIÇÕES CORRENTES	Assessoria	Meses	12	3.000,00	Suprimentos
<b>1.09.0 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE</b>					
1.09.1 Aquisição de livros	Livros	Unidade	25	700,00	Suprimentos
1.09.2 Aquisição de equipamento de sonorização	Equipamento	Unidade	1	1.000,00	Suprimentos

1.09.4 Aquisição de equipamentos de informática	Equipamento	Unidade	5	4.405,00	Suprimentos
1.09.5 Aquisição de móveis	Mobília	Unidade	4	4.500,00	Suprimentos
1.09.6 Aquisição de persianas	Cortinas	Unidade	6	1.500,00	Suprimentos
1.09.10 Aquisição de televisão e vídeo cassete	Equipamento	Unidade	2	1.021,79	Suprimentos
TOTAL				215.000,00	

ÓRGÃO: GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS					
POR PROGRAMA					

2.01 PROGRAMA : GABINETE DO PREFEITO

DIAGNOSTICO: A Estrutura de Gabinete compreende: Prefeito, Vice-Prefeito, Asses. Jurídica, Asses. de Imprensa e Chefia de Gabinete.

DIRETRIZES: Salários e Remuneração.

OBJETIVOS: Pagamento de Salários e Remuneração, Subsídio e encargos Sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
2.01.1 - Salários	Servidor	Unidade	12	118.019,35	Rec. Próprios
2.01.2 - 13º Salário	Servidor	Unidade	1	3.834,03	Rec. Próprios
2.01.3 - 1/3º Férias	Servidor	Unidade	1	1.278,01	Rec. Próprios
2.01.4 - INSS	Servidor	Unidade	1	11.310,94	Rec. Próprios
2.01.5 - IPRECAL	Servidor	Unidade	12	1.182,42	Rec. Próprios
TOTAL				135.624,75	

ÓRGÃO: GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS					
POR PROGRAMA					

2.02 PROGRAMA : GABINETE DO PREFEITO

DIAGNOSTICO: A Estrutura de Gabinete compreende: Prefeito, Vice-Prefeito, Asses. Jurídica, Asses. de Imprensa e Chefia de Gabinete.

DIRETRIZES: A Estrutura de legislação necessária à gestão, acompanhamento do processo legislativo, publicação dos atos  
Oficiais defesa do interesse do Município, planejamento do sistema de controle interno, acompanhamento e avaliação do  
programa de governo.

OBJETIVOS: Praticar o princípio da transparência, melhorar planejamento e o controle dos atos Oficiais

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
2.02.1 - Manutenção da estrutura do Gabinete	Servidor	Unidade	12	20.600,00	Rec. Próprios
2.02.2 - Subvenções para Associações e Entidades Diversas	Entidades	Unidade	Várias	12.000,00	Rec. Próprios
2.02.3 - Aquisição de Veículo e Equipamentos	Veíc/Equip	Peças	1/Vários		Rec. Próprios
TOTAL				62.260,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS						
POR PROGRAMA						
3.01 PROGRAMA : PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS						
DIAGNOSTICO: Estão lotados nesta Secretaria Municipal 1 Secretário e mais 25 Servidores Efetivos.						
DIRETRIZES: Salários e Proventos						
OBJETIVOS: Pagamento de Salários, proventos e encargos sociais.						
AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE	
3.01.1.0 - ADMINISTRAÇÃO						
3.01.1.1 - Salários	Servidor	Unidade	12	155.343,94	Recursos Próprios	
3.01.1.2 - 13º Salários	Servidor	Unidade	1	10.936,73	Recursos Próprios	
3.01.1.3 - 1/3 Férias	Servidor	Unidade	1	3.645,50	Recursos Próprios	
3.01.1.4 - INSS	Servidor	Unidade	12	5.848,34	Recursos Próprios	
3.01.1.5 - IPRE-CAL	Servidor	Unidade	12	15.736,74	Recursos Próprios	
3.01.1.6 - FGTS	Servidor	Unidade	12	717,78	Recursos Próprios	
3.01.1.7 - Salário Família	Servidor	Unidade	12	680,46	Recursos Próprios	
3.01.1.8 - Inativos	Servidor	Unidade	12	17.017,43	Recursos Próprios	
3.01.2.0 - FINANÇAS						
3.01.2.1 - Salários	Servidor	Unidade	12	69.841,68	Recursos Próprios	
3.01.2.2 - 13º Salários	Servidor	Unidade	1	5.774,31	Recursos Próprios	
3.01.2.3 - 1/3º Férias	Servidor	Unidade	1	1.924,77	Recursos Próprios	
3.01.2.5 - IPRE-CAL	Servidor	Unidade	12	7.291,82	Recursos Próprios	
3.01.2.7 - Salário Família	Servidor	Unidade	12	264,26	Recursos Próprios	
3.01.2.8 - Inativos	Servidor	Unidade	12	37.668,01	Recursos Próprios	
TOTAL				332.691,77		

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMA

## 3.02 PROGRAMA : COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRA

DIAGNOSTICO: A Atividade Administrativa Compreende: Divisão de Patrimônio, Compras, Pessoal, Tesouraria, Tributação, Protocolo e Arquivo.

OBJETIVOS: Tornar o Setor mais ágil e eficiente

AÇÕES	PRODUTO	UNID. ME-DIDA	META	VALOR	FONTE
3.2.1.0 - Manutenção da Atividade Administrativa	Manut.	Unidade	12	174.330,00	Recursos Próprios
3.2.2.0 - Informatização Administrativa					
3.2.2.1 - Aquisições de Micro-Computadores	Micro	Conjuntos	2	2.800,00	Recursos Próprios
3.2.2.2 - Atualização e Modernização	Micro	Conjuntos	2	1.500,00	Recursos Próprios
3.2.2.3 - Reposição de Peças Danificadas	Peças	Peças	Várias	1.400,00	Recursos Próprios
3.2.2.4 - Aquisição/Locação Software Básicos/Administ.	Soft	Sistemas	Vários	500,00	Recursos Próprios
3.2.3.0 - Mobiliário					
3.2.3.1 - Modernização e Reposição - Mobiliário	Mobilia	Peças	Várias	1.000,00	Recursos Próprios
3.2.4.0 - Equipamento de Expediente					
3.2.4.1 - Aquisição/Reposição Tel, Calc, Maq. Esc. outros)	Equip.	Peças	Várias	1.000,00	Recursos Próprios
3.2.5.0 - Capacitação de Servidores					
3.2.5.1 - Cursos e Treinamentos de Aperfeiçoamento	Servidor	Unidades	10	2.000,00	Recursos Próprios
3.2.6.0 - Gerenciamento do Patrimônio Público Municipal					
3.2.6.1 - Criação Comissão p/ Reavaliação e Baixas Patrimônio	Comissão	Unidade	1	1.000,00	Recursos Próprios
3.2.7.0 - Veículos Automotivos					
3.2.7.1 - Veículo Tipo Popular	Veículo	Unidade	1	16.000,00	Recursos Próprios
3.2.7.2 - Realização de Concursos Públicos			1	9.000,00	Recursos Próprios
3.2.7.3 - Manutenção de Linhas de Central Telefônica		Meses	12	1.350,00	Recursos Próprios
3.2.7.4 - Contribuição a AMUNESC		Meses	12	30.960,00	Recursos Próprios
3.2.7.5 - Contribuição para Formação do PASEP		Meses	12	60.280,00	Recursos Próprios
3.2.7.6 - Contratos, Convênios com Entidades Diversas	Entidades	Unidade	Vários	5.000,00	Recursos Próprios
3.2.8.0 - Informatização					
3.2.8.1 - Aquisição de Micro-computador	Micro	Conjuntos	1	2.800,00	Recursos Próprios
3.2.8.2 - Reposição de Peças Danificadas	Peças	Peças	Várias	1.400,00	Recursos Próprios
3.2.9.0 - Mobiliário					
3.2.9.1 - Modernização e Reposição	Mobilia	Peças	2	1.000,00	Recursos Próprios
3.2.10.0 - Equipamento de Expediente					
3.2.10.1 - Aquisição/Reposição (Fone, Calc. Máq.Esc. outros)	Equip.	Peças	Vários	1.000,00	Recursos Próprios
3.2.20.0 - Veículo Automotivo					
3.2.20.1 - Motocicleta	Moto	Unidade	1	3.900,00	Recursos Próprios
TOTAL				318.220,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART.4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

## 3.04 PROGRAMA : ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DAS DÍVIDAS

DIAGNOSTICO: Neste Programa estão globalizadas as despesas que, pela sua natureza, não poderão ser Associadas a um Bem ou Serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, como dívidas

DIRETRIZES: Pagamento mensal dos compromissos assumidos por Operações de Crédito.



OBJETIVOS: Garantir que os compromissos assumidos possam ser cumpridos integralmente

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
3.04.1 - BADESC					
3.04.2 - Continuação da Rua Dr. Getúlio Vargas	Rua	Unidade	12	5.040,00	Rec. Próprios
3.04.3 - Rodoviária/Calçadão/Pavimentação das Ruas: José Endler e Max Otto Becker.	Obras	Unidade	12	180.000,00	Rec. Próprios
TOTAL				185.040,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

4.01 - PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DIAGNOSTICO: Estão lotados nesta Secretaria: 01 Secretário e mais 130 Servidores.

DIRETRIZES: Salários e Proventos

OBJETIVOS: Pagamento de Salários, Proventos e Encargos Sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MEDIDA	VALOR	FONTE
4.01.1 - APOIO ADMINISTRATIVO				
4.01.1.1 Salários	Servidor	Unidade	59.146,03	Rec. Próprios
4.01.1.2 13º Salário	Servidor	Unidade	2.965,34	Rec. Próprios
4.01.1.3 1/3 Férias	Servidor	Unidade	988,44	Rec. Próprios
4.01.1.4 INSS	Servidor	Unidade	6.676,42	Rec. Próprios
4.01.1.5 IPRECAL	Servidor	Unidade	4.839,56	Rec. Próprios
4.01.1.6 FGTS	Servidor	Unidade	1.033,26	Rec. Próprios
4.01.1.8 Salário Família	Servidor	Unidade	136,09	Rec. Próprios
			Sub Total 75.785,14	
4.01.2 - FUNDAMENTAL				
4.01.2.1 Salários	Servidor	Unidade	452.224,80	FNDE
4.01.2.2 13º Salário	Servidor	Unidade	35.028,69	FNDE
4.01.2.3 1/3 Férias	Servidor	Unidade	11.676,23	FNDE
4.01.2.4 INSS	Servidor	Unidade	10.453,52	FNDE
4.01.2.5 IPRECAL	Servidor	Unidade	67.765,42	FNDE
4.01.2.6 FGTS	Servidor	Unidade	3.982,30	FNDE
4.01.2.7 Inativos	Servidor	Unidade	40.078,18	FNDE
4.01.2.8 Salário Família	Servidor	Unidade	669,12	FNDE
			Sub Total 621.878,26	
4.01.3 - CRECHE				
4.01.3.1 Salários	Servidor	Unidade	172.042,33	Rec. próprio
4.01.3.2 13º Salário	Servidor	Unidade	13.598,76	Rec. próprio
4.01.3.3 1/3 Férias	Servidor	Unidade	4.532,91	Rec. próprio
4.01.3.4 INSS	Servidor	Unidade	2.061,98	Rec. próprio
4.01.3.5 IPRECAL	Servidor	Unidade	28.986,90	Rec. próprio
4.01.3.6 FGTS	Servidor	Unidade	785,54	Rec. próprio

4.01.3.7 Salário Família	Servidor	Unidade	2.994,02	Rec. próprio
			Sub Total 225.002,44	
4.01.4 - PRÉ-ESCOLAR				
4.01.4.1 Salários	Servidor	Unidade	54.013,08	Rec. próprio
4.01.4.2 13º Salário	Servidor	Unidade	4.293,74	Rec. próprio
4.01.4.3 1/3 Férias	Servidor	Unidade	1.431,24	Rec. próprio
4.01.4.4 INSS	Servidor	Unidade	2.941,54	Rec. próprio
4.01.4.5 IPRECAL	Servidor	Unidade	6.707,50	Rec. próprio
4.01.4.6 FGTS	Servidor	Unidade	1.120,54	Rec. Próprio
4.01.4.7 Salário Família	Servidor	Unidade	680,46	Rec. próprio
			Sub Total 71.188,10	
TOTAL			993.853,94	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

DAS DESPESA

POR PROGRAMA

4.02 - PROGRAMA: ATENDIMENTO AO ENSINO FUNDAMENTAL

DIAGNÓSTICO: A rede municipal de ensino conta atualmente com 24 Escolas do Ensino Fundamental, atendendo 819 alunos. O corpo docente é formado por 43 professores e profissionais de apoio, 27 zeladoras, uma nutricionista, uma fonoaudióloga, um motorista, e profissionais de apoio técnico-pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

DIRETRIZES: Evitar a evasão escolar, proporcionando melhores condições físicas e pedagógicas, equipando as Unidades de Ensino, ampliando o acesso ao transporte escolar e adequando a merenda escolar através de cardápios balanceados.

OBJETIVOS: Formação integral do aluno, através da melhoria da qualidade de ensino, para que o mesmo possa cumprir sua parte na construção de uma sociedade mais humana e solidária.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
4.2.01.1 - Construção da nova sede escolar da Escola R. Munic. Mª Jose Duarte Silva Bernardes	escola	unidade	1	R\$ 200.000,00	Recursos Próprios
4.2.01.1 - Ampliação física da Escola I. Avenquinha Sto. Antônio	salas	unidade	6	R\$ 40.000,00	Recursos PrópriosConvênios FUNDEF
4.2.01.3 - Pintura interna e externa	pintura	unidade	1	R\$ 10.000,00	Recursos Próp. FUNDEF
4.2.01.3 - Pintura Interna e Externa	pintura	unidade	escolas	R\$ 10.000,00	Rec. Próprios FUNDEF
4.2.01.4 - Conservação e reforma de prédio	reforma	unidade	escolas	R\$ 10.000,00	Rec. Próprios./FUNDEF
4.2.01.5 - Equipamentos para rede escolar	equipamentos	unidade	vários	R\$ 10.000,00	Rec. Próprios/ Convênios
4.2.01.6 - Implantação Tele-sala no interior	equipamentos	unidade	2	R\$ 10.000,00	Rec. Próprios/ Convênios
4.2.01.7 - Construção de dois Laboratórios de Informática, um no centro e outro no interior	laboratório	unidade	2	R\$ 15.000,00	Rec. Próprios/ Convênios
4.2.01.8 - Aquisição mobiliário p/ salas de Informática	equipamentos	unidade	80	R\$ 8.000,00	Rec.Próp. FUNDEF, Salário Educação
4.2.01.9 - Aquisição Veículo p/ transporte Merenda	veículo	unidade	1	R\$ 60.000,00	Rec. Próp/Conv.
4.2.01.10 - Despesas Diversas	Diversos	unidade	24 Esc.	31.968,19	
TOTAL				R\$ 394.968,19	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART.4º, 1º E 2º, II)

DAS DESPESAS

POR PROGRAMAS

**4.03 - PROGRAMA: ATENDIMENTO AS CRECHES**

**DIAGNÓSTICO:** O Município de Campo Alegre, possui três Creches que atendem 173 alunos com faixa etária entre 4 meses e seis anos e onze meses. Conta com 07 auxiliares de berçário, 14 professoras, 01 estagiária, 03 Coordenadoras e 11 zeladoras.

**DIRETRIZES:** Cumprimento das duas funções complementares e indissociáveis da Educação Infantil: cuidar, educar da integração, através de investimentos na estrutura física e da formação dos profissionais desta área

**OBJETIVOS:** Estabelecer ações que visem a adequação progressiva das creches às exigências da Lei, a expansão de atendimentos, garantindo a qualidade educacional e não simplesmente assistencial como muitas vezes foram consideradas

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
4.3.01.1 - Adequação de berçários	berçários	unidade	2	R\$ 20.000,00	Recursos Próprios/Convênios
4.3.01.2 - Pinturas	prédios	unidade	1	R\$ 8.000,00	Recursos Próprios/Convênios
4.3.01.3 - Reforma e conservação da estrutura física das creches	reforma	unidade	3	R\$ 10.000,00	Recursos Próprios/Convênios
4.3.01.4 - Aquisição de equipamentos novos para as creches	equipamentos	unidade	3	R\$ 10.000,00	Recursos Próprios/Convênios
4.3.01.5 - Manutenção dos equipamentos existentes	equipamentos	unidade	vários	R\$ 5.000,00	Recursos Próprios/Convênios
4.3.01.6 - Aquisição e Manut. de materiais pedagógicos, permanentes e veículo	Materiais Pedag. permanentes	unidade	vários	R\$ 5.000,00	Recursos Próprios/Convênios
4.3.01.7 - Despesas Diversas	Creches	Unidade	3	R\$ 28.593,68	Recursos Próprios
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 86.593,68</b>	

**ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)****DAS DESPESAS****POR PROGRAMA****4.04 - PROGRAMA: ATENDIMENTO A JARDIM DE INFÂNCIA E PRÉ-ESCOLAR**

**DIAGNÓSTICO:** A rede municipal de ensino conta atualmente com 03 Jardins de Infância, 05 Pré-escolas, utilizando salas dos prédios do Ensino Fundamental e 03 Pré-escolas oferecidos pelas Creches Municipais, que atendem em conjunto 279 alunos. O corpo docente é formado por 11 professores, sendo que, as ações educativas são completadas pelas Secretarias de Saúde e Assistência, realizadas de forma articulada com os setores competentes

**DIRETRIZES:** Proporcionar condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança, através da melhoria da qualidade de ensino e da adequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos

**OBJETIVOS:** Promover ações que viabilizem a definição e implementação, através das instâncias competentes, de metas e estratégias de expansão e melhoria da qualidade da Educação Infantil

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
4.4.01.1 - Adequação das dependências físicas dos sanitários	sanitários	unidade	1	5.000,00	Recursos Próprios e Convênios
4.4.01.2 - Reforma e conservação das estruturas físicas	reformas	unidade	4	5.000,00	Recursos Próprios e Convênios
4.4.01.3 - Construção e ampliação de salas e dependências físicas para pré-escolas	Construção e ampliação	unidade	4	50.000,00	Recursos Próprios e Convênios
4.4.01.4 - Aquisição de material didático-pedagógico	Mat. Pedag.	unidade	vários	7.000,00	Recursos Próprios e Convênios
4.4.01.5 - Despesas Diversas	Diversos	Unidade	Jardins /Pré Escolas	1.336,56	Recursos Próprios
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 68.336,56</b>	

**ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

## DAS DESPESAS

## POR PROGRAMA

## 4.05 - PROGRAMA: MERENDA ESCOLAR (Pré-Escola e Ensino Fundamental)

DIAGNÓSTICO: Os alunos beneficiados serão os regularmente matriculados na Educação Pré-Escolar e Ensino Fundamental do Município.

DIRETRIZES: Melhoria na qualidade da Merenda Escolar, através de cardápios elaborados com orientação de nutricionista

OBJETIVOS: Formação de bons hábitos alimentares, redução da evasão escolar e da repetência

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.5.01.1 - Melhoria da qualidade da Merenda Escolar e suprlmentos das necessidades Nutric.dos Educandos	Merenda	Unidade	Alunos	29.228,00 23.205,00	Recursos FNDE Recursos Próprios
				52.433,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

## DAS DESPESAS

## POR PROGRAMA

## 4.06 - PROGRAMA: TRANSPORTE ESCOLAR

DIAGNÓSTICO: Concede acesso aos alunos para o Ensino Fundamental Municipal e Estadual

DIRETRIZES: Manutenção do Ensino Fundamental

OBJETIVOS: Acesso a permanência de todos os educandos na Escola

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.6.01.1 - Transporte dos Alunos da Rede Municipal e Estadual de Campo Alegre	Transporte Escolar	Unidade	Alunos	53.046,25 120.000,00	Convênio Rec. Próprios
				173.046,25	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

4.07 - PROGRAMA: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO

DIAGNÓSTICO: A Secretaria Municipal de Ensino de Campo Alegre, concentra em sua sede os trabalhos didáticos-pedagógicos e administrativos de 24 Escolas do Ensino Fundamental, 03 Creches e 05 Pré-Escolas e 03 Jardins de Infância

DIRETRIZES: Proporcionar melhoria na qualidade de Ensino da Rede Pública Municipal

OBJETIVOS: Manutenção e funcionamento das atividades administrativas das Instituições de Ensino

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.7.01.1 - Despesas Diversas	Secretaria	unidade	vários	35.896,57	Rec. Próprios
4.7.01.2 - Material Permanente	Secretaria	unidade	vários	10.000,00	Rec. Próprios e Convênios
TOTAL				45.896,57	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

4.08 - PROGRAMA: SALÁRIO EDUCAÇÃO

DIAGNÓSTICO: Os recursos da Quota do Salário Educação são alocados em Programas, Projetos de Ensino e ações do Ensino Fundamental Regular.

DIRETRIZES: Melhoria na qualidade Educacional do Ensino Fundamental do Município.

OBJETIVOS: Propiciar a redução dos desníveis sócio-educacionais existentes no município.

AÇÕES	PRODUTO	UN. MED.	META	VALOR	FONTE
4.08.1 - Aperfeiçoamento de Profissionais do Ensino Fund.	Diversos	Unidade	Dependências Físicas,	63.000,00	Quota Estadual
Construção, conservação, reforma de Prédios Escolares e			Corpo Docente e Discente do		
Manutenção de seus Equipamentos Escolares.			do Ensino Fundamental		
Aquisição de Material Didático e de Consumo para uso dos alunos e professores do Ensino Fundamental.					
Manutenção de Programas de Transporte Escolar.					
Estudos, levantamentos e pesquisas visando o aprimoramento do Ensino Fundamental					
TOTAL				63.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

## 4.09 - PROGRAMA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIAGNÓSTICO: Verba destinada à manutenção das Creches do Município de Campo Alegre

DIRETRIZES: Cumprimento das duas funções complementares e indissociáveis da Educação Infantil: cuidar e educar

OBJETIVOS: Garantir a qualidade educacional das Creches, zelando pelo bem estar de seus educandos.

AÇÕES	PRODUTO	UN. MED.	META	VALOR	FONTE
4.09.1 - Manutenção de três Creches do Município	Creches	Unidade	03 Creches	33.869,80	Fundo Municipal de Assistência Social
TOTAL				33.869,80	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART.4º. Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

## 5.01 PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL

DIAGNOSTICO: Existem 41 Servidores lotados nesta Secretaria

DIRETRIZES: Salários e Proventos

OBJETIVOS: Pagamento de Salários e Remuneração bem como seus encargos.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.01.1 Salários	Servidor	Unidade		358.824,31	Recursos Próprios
5.01.2 13º Salário	Servidor	Unidade		28.153,36	Recursos Próprios
5.01.3 1/3 Férias	Servidor	Unidade		9.384,45	Recursos Próprios
5.01.4 INSS	Servidor	Unidade		20.152,03	Recursos Próprios
5.01.5 IPRECAL	Servidor	Unidade		49.532,42	Recursos Próprios
5.01.7 Inativos	Servidor	Unidade		4.948,11	Recursos Próprios
5.01.8 Salário Família	Servidor	Unidade		2.041,38	Recursos Próprios
TOTAL				473.036,06	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL



## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMAS

## 5.03 PROGRAMA: EDUCAÇÃO EM SAÚDE

DIAGNOSTICO: DESENVOLVER TRABALHOS DE CONSCIENTIZAÇÃO, PREVENÇÃO DE DOENÇAS ATRAVÉS DE UM TRABALHO CONTINUADO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE.

DIRETRIZES: CONFEÇÃO DE FOLHETOS, CARTAZES E FOLDERS, AQUISIÇÃO DE FITAS, ÁLBUNS, SERIADOS, PARCERIA COM A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PARA RECEBIMENTO DE MATERIAIS COMO CAMISETAS, BONÉS, BOTONS ALUSIVOS A DATAS COMEMORATIVAS: DIA MUNDIAL CONTRA TABAGISMO, DIA MUNDIAL DA LUTA CONTRA A AIDS ETC...PARCERIA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E VOLUNTÁRIOS.

OBJETIVOS: ORIENTAÇÕES A POPULAÇÃO SOBRE DOENÇAS EM GERAL, HIGIENE, SANEAMENTO BÁSICO, ALCOOLISMO E TABAGISMO.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.03.1 Controle do Tabagismo	População Geral	Unidade	60	0,00	Parceria
5.03.2 Confeção de Panfletos	População Geral	Unidade	6.000	0,00	Parceria
5.03.3 Palestras, orientações para a população em geral sobre a Prevenção de doenças e higiene	População Geral	Unidade	630	0,00	Parceria
TOTAL				0,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMA

## 5.04 PROGRAMA: PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA BÁSICA A SAÚDE

DIAGNOSTICO: MUNICÍPIO POSSUI NA REDE BÁSICA DE SAÚDE: 08 UNIDADES, 05 MÉDICOS, 07 ODONTÓLOGOS, 04 OUTROS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR E 30 DE NÍVEL MÉDIO.

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA DESENVOLVER ATIVIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

OBJETIVOS: ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM GERAL, CONFORME DETERMINA PARÂMETROS/PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.04.1 Mat. Clínicos Básicos	Material	Unidade	44.568	20.228,85	Convênios
5.04.2 Materiais Odontológicos	Material	Unidade	3.036	16.460,12	Convênios
5.04.3 Mat. de T.O, Psic./Fisiot.	Material	Unidade	7.800	2.237,62	Convênios
5.04.4 Material de Consultório e Equipamentos	Material e Equipamentos	Unidade	Vários	3.483,07	Convênios
TOTAL DE CONVÊNIOS				42.409,66	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMAS

5.05 PROGRAMA: PSF - PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA  
DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO DISPÕE DO PROJETO EM IMPLANTAÇÃO

DIRETRIZES: CONTRIBUIR PARA A REORIENTAÇÃO DO MÓDULO ASSISTENCIAL A PARTIR DA ATENÇÃO BÁSICA, IMPRIMINDO UMA NOVA DINÂMICA DE ATUAÇÃO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, COM DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADE ENTRE OS SERVIÇOS DE SAÚDE E A POPULAÇÃO.

OBJETIVOS: PRESTAR ASSISTÊNCIA INTEGRAL CONTÍNUA NA UNIDADE DE SAÚDE E DOMICÍLIOS, INTERFERINDO SOBRE OS FATORES DE RISCO AOS QUAIS A POPULAÇÃO ESTÁ EXPOSTA FAZENDO COM QUE A SAÚDE SEJA RECONHECIDA COMO UM DIREITO DE CIDADANIA E, PORTANTO, EXPRESSÃO DE QUALIDADE DE VIDA.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.05.01 Médico	Profissional	Unidade	01	28.000,00	Convênios
5.05.02 Enfermeira	Profissional	Unidade	01	16.000,00	Recursos Próprios
5.05.03 ACS	Profissional	Unidade	05	10.800,00	Recursos Próprios
TOTAL RECURSOS PRÓPRIOS				26.800,00	
TOTAL CONVÊNIOS				28.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMA

5.06 PROGRAMA: SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR NUTRICIONAL - SISVAN

DIAGNOSTICO: A REDE PÚBLICA ATENDE 1.086 CRIANÇAS E 546 GESTANTES, DESTAS SÃO BENEFICIADAS COM SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR 57 CRIANÇAS E AS GESTANTES RECEBEM ORIENTAÇÃO NUTRICIONAL

DIRETRIZES: MELHORAR OS ATENDIMENTOS AS GESTANTES DE RISCO NUTRICIONAL E DESNUTRIDA, CONCEDER A REPOSIÇÃO NUTRICIONAL AS CRIANÇAS NA FAIXA ETÁRIA DE 06 A 59 MESES.

OBJETIVOS: ATENDER AS CRIANÇAS NA FAIXA ETÁRIA DE 06 A 59 MESES E GESTANTES DESTE MUNICÍPIO, VISANDO PREVENIR RISCOS NUTRICIONAIS, REALIZANDO A REPOSIÇÃO NUTRICIONAL.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.06.01 Reposição Nutricional	Nutrientes	Unidade	2.090	11.640,00	Convênios
TOTAL CONVÊNIOS				11.640,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMAS

## 5.08 PROGRAMA: PROGRAMA SAÚDE BUCAL.

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI NA REDE BÁSICA DE ENSINO MUNICIPAL E ESTADUAL 1875 ALUNOS NA FAIXA ETÁRIA DE 06 A 14 ANOS.

DIRETRIZES: AMPLIAR O NÚMERO DE ATENDIMENTOS, EM 100% DOS ALUNOS.

OBJETIVOS: PREVENÇÃO E SAÚDE BUCAL EM ESCOLARES. O PROGRAMA É DESENVOLVIDO EM PARCERIA COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ATIVIDADES DESENVOLVIDAS: ESCOVAÇÃO SUPERVISIONADA, PALESTRAS,, BOCHECHOS FLUORADOS SEMANALMENTE, DISTRIBUIÇÃO DE CREME DENTAL, ESCOVAS E FLÚOR.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.08.1 Distribuição de creme dental	creme	Unidade	8.400	2.520,00	Convênios
5.08.2 Distribuição de Escovas dentais	escovas	Unidade	13.200	3.300,00	Convênios
5.08.3 Distribuição de flúor	flúor	Unidade	10.200	819,00	Convênios
TOTAL DE CONVÊNIOS				6.639,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMAS

## 5.12 PROGRAMA: INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE. (IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO SUS)

DIAGNOSTICO: A SECRETARIA POSSUI CERCA DE 11 MIL PRONTUÁRIOS DE PACIENTES, OS QUAIS SÃO MANUSCRITOS.

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, FACILITAR O AGENDAMENTO DE CONSULTAS E ADEQUAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO SUS.

OBJETIVOS: MELHORIA E AGILIDADE NOS SERVIÇOS DE SAÚDE, ELEVANDO O PADRÃO DE QUALIDADE E EFICIÊNCIA DOS ATENDIMENTOS PRESTADOS A POPULAÇÃO.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.12.01 Informatização dos serviços de Saúde	Equipamento	Unidade	01	2.000,00 500,00	Convênios Recursos Próprios
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				500,00	
TOTAL DE CONVÊNIOS				2.000,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMAS

## 5.11 PROGRAMA: CADASTRAMENTO NACIONAL DE USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO SAÚDE E IMPLANT. DO CARTÃO SUS.

DIAGNOSTICO: POR MEIO DO CADASTRO SERÁ POSSÍVEL A EMISSÃO DO CARTÃO SUS, PARA OS USUÁRIOS E A VINCULAÇÃO DE CADA USUÁRIO AO DOMICÍLIO DE RESIDÊNCIA, PERMITINDO MAIOR EFICIÊNCIA, REALIZAR AS AÇÕES DE NATUREZA INDIVIDUAL E COLETIVA, DESENVOLVIMENTO NAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, IMPLANTAÇÃO DO BANCO DE DADOS.

DIRETRIZES: CADASTRAMENTO DOS 11.623 HABITANTES;  
EMISSÃO DO CARTÃO SUS PARA TODOS OS USUÁRIOS.

OBJETIVOS: REALIZAR UM CADASTRAMENTO DOMICILIAR, ALIADO À POSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO, CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, FACILITAR A GESTÃO DO SISTEMA E CONTRIBUIR PARA AUMENTO DA EFICIÊNCIA NOS ATENDIMENTOS AOS USUÁRIOS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.11.01 Capacitar Contratações Temporária	Cadastradores	Unidade	05	3.000,00	Convênio/FMS
5.11.02 Dividir Cadastradores por áreas, evitar duplo ou falta de Cadastro		Unidade			
5.11.03 Codificar bairros e Logradouros		Unidade			
5.11.04 Cadastrar as famílias de forma criteriosa		Unidade			
5.11.05 Digitar Fichas Cadastrais					
5.11.06 Repassar Informações para o DATASUS					
TOTAL DE CONVÊNIOS				3.000,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMAS

## 5.13 PROGRAMA: AÇÃO INTEGRAL A SAÚDE MATERNO INFANTIL.

DIAGNOSTICO: A REDE PÚBLICA MUNICIPAL DISPÕE DE TRABALHOS EDUCATIVOS, PLANEJAMENTO FAMILIAR, PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO UTERINO E MAMA E DISPÕE DE CONSULTAS MÉDICAS E DE ATENDIMENTOS AMBULATORIAL.

DIRETRIZES: MELHORAR O ATENDIMENTO DE CONSULTAS, PRÉ NATAL DE BAIXO RISCO, IDENTIFICAR E ENCAMINHAR GESTANTES DE ALTO RISCO PARA CENTROS ESPECIALIZADOS, REALIZAR VISITAS DOMICILIARES NECESSÁRIAS E QUALIFICAR A EQUIPE PARA UMA MELHOR ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA MULHER.

OBJETIVOS: ATENDIMENTOS ESPECÍFICOS A ESTE GRUPO, VISANDO REDUZIR OS RISCOS DE MOBILIDADE E MORTALIDADE MATERNO-INFANTIL, REALIZAR TRABALHOS EDUCATIVOS, PLANEJAMENTO FAMILIAR E PREVENTIVO DO CÂNCER DE COLO UTERINO E MAMA.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.13.01 Auxílio pagamento de exames/ consultas especializadas	Exames/Consultas	Unidade	3.000	0,00	Convênio/FMS
5.13.02 Consulta de Enfermagem	Consultas	Unidade	2.000	0,00	Convênio/FMS
5.13.03 Encaminhamento de pacientes para centros de referência	Consultas	Unidade	100	0,00	Convênio/TFD/MAC/FMS
Exames Pré-Natal	Exames	Unidade	1410	0,00	Conv./SUS/FMS

TOTAL DE CONVÊNIOS OBS: Atendimento sem custo, realizado pelo SUS				0,00	
-------------------------------------------------------------------------	--	--	--	------	--

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMAS

5.14 PROGRAMA: ASSISTÊNCIA HOSPITALAR/ PLANTÃO HOSPITALAR

DIAGNOSTICO: CONVÊNIO A SER FIRMADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL, PARA PAGAMENTO DE CONSULTAS DE URGÊNCIA EMERGÊNCIAS E PRONTO ATENDIMENTO.

DIRETRIZES: CONTINUIDADE DO ATENDIMENTO, TRABALHO CONJUNTO COM O HOSPITAL SÃO LUIZ

OBJETIVOS: ATENDIMENTO DA DEMANDA DE CONSULTA CONFORME FIRMADO ENTRE AS PARTES PARA A ASSISTÊNCIA MÉDICA/AMBULATORIAL EM HORÁRIOS DIFERENCIADOS DAS UNIDADES DE SAÚDE.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.14.01 Pagamento de Plantão Urgência / Emergência e Pronto Atendimento	Consultas Diversas	Unidades	11.352	60.000,00	Recursos Próprios
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				60.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMAS

5.15 PROGRAMA: PARTICIPAÇÃO EFETIVA NA PPI REGIONAL, REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA, TRANSFERÊNCIA DE PACIENTES PARA CENTROS DE REFERÊNCIAS ESPECIALIZADAS.

DIAGNOSTICO: GARANTIA DE VAGAS, LEITOS EM CENTROS DE UNIDADES REFERENCIADAS

DIRETRIZES: GARANTIR TRATAMENTO ESPECIALIZADO PARA PACIENTES FORA DO MUNICÍPIO.

OBJETIVOS: ATENDER A POPULAÇÃO POSSIBILITANDO UM TRATAMENTO DIGNO NOS MAIS DIVERSOS CENTROS ESPECIALIZADOS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.15.01 Gastos com transporte de pacientes fora do Domicílio = combustível e Manutenção de Veículos (diárias)	Combustível Diversos	Unidade	1.250,00	23.958,40	Convênios

TOTAL DE CONVÊNIOS				23.958,40	
--------------------	--	--	--	-----------	--

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMAS

5.16 PROGRAMA: SERVIÇO DE CONTROLE AVALIAÇÃO E AUDITORIA.

DIAGNOSTICO: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NÃO POSSUI EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO SETOR

DIRETRIZES: ESTRUTURAR E ORGANIZAR OS SERVIÇOS DE CONTROLE AVALIAÇÃO E AUDITORIA NO ÂMBITO MUNICIPAL.

OBJETIVOS: ELABORAR O PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE, RELATÓRIO DE GESTÃO, PPI, ETC, APOIAR O PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DOS PROGRAMAS E PROJETOS NA ÁREA DA SAÚDE, DADOS ESTATÍSTICOS, AUTORIZAÇÃO DE EXAMES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.16.01 Remuneração de Profissional Auditor Médico	Remuneração	Unidade	01	0,00	Rec. Próp.
5.16.02 Formulários e Impressos	Material	Unidade	4.000	1.000,00	Convênio
TOTAL DE CONVÊNIOS				1.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMAS

5.17 PROGRAMA: SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA  
ATENDIMENTO/ ENCAMINHAMENTOS MÉDICOS DE ALTA COMPLEXIDADE

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI SETOR DE TFD - TRATAMENTO FORA DO MUNICÍPIO PARA ENCAMINHAMENTO DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS.

DIRETRIZES: CUSTEAR AS DESPESAS DE PACIENTES DA REDE SUS QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.

OBJETIVOS: GARANTIR TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CENTROS DE REFERÊNCIA, CUSTEAR EXAMES E CONSULTAS QUE NÃO ESTEJAM CONTEMPLADOS NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, OFERTA DE ATENDIMENTOS SUS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.17.01 Atendimento/ Exames Consultas CIS AMUNESC	Exames/Consultas	Unidade	1.200	27.895,20	Recursos Próprios
Outros Procedimentos Custeados pela Prefeitura Municipal	Exames/Consultas	Unidade	800	3.000,00	Recursos Próprios
Auxílio pacientes carentes (diária, pensão) em tratamentos prolongados radioterápicos	Exames/Consultas	Unidade	3.600	3.000,00	Recursos Próprios
5.17.04 TFD/SUS - gasto com combustível Auxílio Passagem	Exames/Consultas	Unidade	8.000	10.760,00	TFD/MAC/FMS
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				33.895,20	
TOTAL DE CONVÊNIOS				10.760,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL



## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMAS

## 5.18 PROGRAMA: FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL.

DIAGNOSTICO: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE POSSUI UMA FARMÁCIA BÁSICA INSTALADA NO POSTO DE SAÚDE DA SEDE, TEM APROXIMADAMENTE 127 ITENS DE MEDICAMENTOS, ATENDE A MÉDIA DE 1.015 PACIENTES E AS UNIDADES DO INTERIOR.

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS.

OBJETIVOS: ATENDER A DEMANDA NA UNIDADE DE SAÚDE, GARANTINDO TRATAMENTO A POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.18.01 Aquisição de Medicamentos Básicos	Medicamentos	Unidades	46.560	30.707,03	Convênio/FMS
TOTAL DE CONVÊNIOS				30.707,03	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMA

## 5.19 PROGRAMA: CONTROLE DE DOENÇAS CRÔNICAS DEGENERATIVAS

DIAGNOSTICO: A REDE PÚBLICA DE SAÚDE DISPÕE: CONSULTAS MÉDICAS E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS GRATUITOS A ESTES PACIENTES, DISPÕE DE APARELHOS PARA REALIZAÇÃO DOS TESTES DE GLICEMIA CAPILAR.

DIRETRIZES: MELHORAR OS ATENDIMENTOS ATRAVÉS DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR, RECICLANDO E CAPACITANDO OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE, GARANTINDO ASSIM UM BOM ATENDIMENTO.

OBJETIVOS: ATENDIMENTO A SAÚDE INTEGRAL DO ADULTO VISANDO REDUZIR A MORBI-MORTALIDADE POR DIABETES MELLITUS E PROBLEMAS CARDIOVASCULARES CAUSADOS PELA HIPERTENSÃO ARTERIAL.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.19.01 Realização de testes de Glicemia Capilar	Testes	Unidade	4.000	3.000,00	Convênios
5.19.02 Distribuição de Medicamentos a Diabéticos e Hipertensos	Medicamentos	Unidade	4.512	0,00	Convênios.
5.19.03					
TOTAL DE CONVÊNIOS				3.000,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMAS

## 5.20 PROGRAMA: CAPACITAÇÃO, RECICLAGEM E TREINAMENTOS DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA M. DE SAÚDE

DIAGNOSTICO: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL POSSUI 41 FUNCIONÁRIOS ATUANDO EM DIVERSOS SETORES.

DIRETRIZES: PARTICIPAÇÃO EFETIVA DOS PROFISSIONAIS PARA TREINAMENTOS ESPECÍFICOS NA SUA ÁREA DE ATUAÇÃO.

OBJETIVOS: CAPACITAR PROFISSIONAIS PARA UM BOM ATENDIMENTO AOS MUNÍCIPIOS COM CONHECIMENTOS TÉCNICOS E APERFEIÇOADOS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.20.01 Cursos e Treinamentos nos diversos setores: enfermagem, Vigilância Sanitária, Epidemiologia Controle e Avaliação.	Cursos/Treinamentos	Unidade	30	1.250,00 750,00	Recursos Próprios Convênios
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				1.250,00	
TOTAL DE CONVÊNIOS				750,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMAS

## 5.21 PROGRAMA: AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

DIAGNOSTICO: DESENVOLVER AÇÕES ACORDADA ENTRE MUNICÍPIO/ ESTADO NA PPI EPIDEMIOLÓGICA: NOTIFICAÇÃO, INVESTIGAÇÃO DE AGRAVOS, ALIMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO SIM, SINASC, SINAN, SISVAM, VACINAÇÃO DE ROTINA CAMPANHAS, ETC...

DIRETRIZES: PROCEDER IMUNIZAÇÕES, INVESTIGAÇÕES E NOTIFICAÇÕES.

OBJETIVOS: IMPLANTAR AS AÇÕES DE CONTROLE DE DOENÇAS, ENDEMIAS NA POPULAÇÃO EM GERAL/ DIMINUIR O ÍNDICE DE MORTALIDADE INFANTIL.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.21.02 Imunização	Processo	Unidade	18.744	1.964,00	Convênios
5.21.04 Investigação e Notificação	Levantamentos	Unidade	496	2.343,00	Convênios
TOTAL DE CONVÊNIOS				4.307,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMAS

## 5.22 PROGRAMA: AMIGA DO PEITO

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO APRESENTA ELEVADO ÍNDICE DE POBREZA, BAIXO ÍNDICE DE MÃES AMAMENTANDO SEUS FILHOS.

DIRETRIZES: INCENTIVAR A AMAMENTAÇÃO, CRIAR GRUPO DE APOIO DENOMINADO AMIGA DO PEITO

OBJETIVOS: IMPLANTAR ESTE PROGRAMA EM PARCERIA COM O HOSPITAL SÃO LUIZ.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.22.01 Banco de Leite	Banco Leite	Unidade	80	0,00	Parcerias
5.22.02 Material de Cientificação e Acompanhamento	Panfletos	Unidade		0,00	Parcerias
TOTAL				0,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMAS

## 5.09 PROGRAMA: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

DIAGNOSTICO: A REDE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO NECESSITA DE EQUIPAMENTOS PARA MODERNIZAR OS ATENDIMENTOS.

DIRETRIZES: ELEVAR O PADRÃO DE QUALIDADE E EFICIÊNCIA À POPULAÇÃO ASSISTIDA

OBJETIVOS: MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA REDE SUS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.09.01 Aquisição de Equipamentos Administrativos	Equipamentos	Unidade	vários	3.000,00	Conv./ FMS
5.09.02 - Outras Despesas	Diversos	Unidade	vários	10.000,00	Convênios
TOTAL DE CONVÊNIOS				13.000,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMAS

## 5.10 PROGRAMA: ATENDIMENTO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA.

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO CUSTEIA MEDICAMENTOS ESPECIAIS PARA TRATAMENTO, BEM COMO TRATAMENTOS ESPECIALIZADOS.

DIRETRIZES: ATENDIMENTO A PACIENTES EM TRATAMENTO CONTÍNUO

OBJETIVOS: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, ENCAMINHAMENTO PARA CONSULTAS E EXAMES ESPECIALIZADOS VIA SUS OU CUSTEADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, TRATAMENTO ODONTOLÓGICO, AUXÍLIO TRANSPORTE ETC.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.10.01 Aquisição de Medicamentos	Diversos	Unidade	2.496	0,00	Farmácia Básica Mun.
5.10.02 Pagamento de Consultas e Exames especializados/auxílio transporte para atendimento especializado	Diversos	Unidade	50	500,00	Recursos Próprios
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				500,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMAS

## 5.23 PROGRAMA: AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

DIAGNOSTICO: O SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA POSSUI DOIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO, E UM DE NÍVEL SUPERIOR.

DIRETRIZES: MUNICIPALIZAR DAS AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, CONFORME PORTARIA DO MINISTÉRIO DE SAÚDE, ARRECADAR TAXAS.

OBJETIVOS: MELHORIA SANITÁRIA - CONTROLE DE DOENÇAS OCASIONADAS POR INADEQUAÇÃO DE CONDIÇÕES SANITÁRIAS - ARRECAÇÃO DE TAXAS FISCAIS, INCREMENTAÇÃO NAS ÁREAS DE SANEAMENTO BÁSICO, ELIMINAÇÃO DO Aedes Aegypti (DENGUE), CADASTRAR FONTES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA E ANÁLISE DE AMOSTRAS DE ÁGUA.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.23.01 Aquisição de um Veículo Utilitário	Veículo	Unidade	01	0,00	Convênios
5.23.02 Confecção de Panfletos	Panfletos	Unidade	4.000	0,00	Vigilância Sanitária *
5.23.03 Ações de Vigilância Sanitária (vistorias, expedição, alvará)	Ações	Unidade	4.000	2.738,04	Vigilância Sanitária *
TOTAL DE CONVÊNIOS * Verba em Tramitação				2.738,04	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Paragrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMA

## 6.01 PROGRAMA : PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

## DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIAGNOSTICO: Nesta Secretaria estão lotados os profissionais da área da Saúde e também como pessoal técnico de Saúde

DIRETRIZES: Salários, Proventos e Encargos Sociais.

OBJETIVOS: Pagamento de Salários, Proventos e seus encargos sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
6.01.1 - Salários	Servidor	Unidade		20.767,16	Rec. Próprios
6.01.2 - 13º Salário	Servidor	Unidade		1.730,60	Rec. Próprios
6.01.3 - 1/3º Férias	Servidor	Unidade		576,86	Rec. Próprios
6.01.4 - IPRECAL	Servidor	Unidade		3.744,40	Rec. Próprios
6.01.5 - Inativos	Servidor	Unidade		7.730,43	Rec. Próprios
6.01.6 - Salário Família	Servidor	Unidade		272,18	Rec. Próprios
TOTAL				34.821,63	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Paragrafo 1º e 2º, II

## DAS DESPESAS

## POR PROGRAMA

## 6.03 PROGRAMA : INFORMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIAGNOSTICO: Tornar o Setor mais ágil

DIRETRIZES: Um computador completo com INTERNET para Cadastro dos clientes e informações

a Previdência Social

OBJETIVOS: Informatizar o Setor para que os clientes sejam atendidos com agilidade e presteza nos acompanhamentos de casos.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
6.03.1 - Informatização e aquisição de linha telefônica para utilização da INTERNET	Equipamento	Unidade	1	2.100,00	Rec. Próprios
TOTAL				2.100,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

## ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Paragrafo 1º e 2º, II

## DAS DESPESAS

## POR PROGRAMA

## 6.04 PROGRAMA : MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DO SETOR

DIAGNOSTICO: Há necessidade de equipamentos e materiais de expediente para melhorar a qualidade nos atendimentos do Setor.

DIRETRIZES: Promover a organização do Setor

OBJETIVOS: A utilização dos materiais de expediente e equipamentos, proporcionarão um atendimento qualificado.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
6.04.1 - Materiais de Expediente e Equipamentos(pastas, arquivos, armários e móveis em geral e outras despesas)	Materiais de Expediente Euiptos.	Unidade	1	967,37	Rec. Próprios
TOTAL				967,37	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

6.07 PROGRAMA : FOTOS PARA CARENTES

DIAGNOSTICO: Este Programa já está implantado

DIRETRIZES: Expansão ao atendimento dos necessitados

OBJETIVOS: Conceder ajuda financeira para aquisição de fotos para documentação pessoal a cada cidadão carentes

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
6.07.1 - Fotos	Material	Unidade	40	267,00	Rec. Próprios
TOTAL				267,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

6.08 PROGRAMA : ATAÚDE PARA CARENTES

DIAGNOSTICO: O Programa já encontra-se implantado

DIRETRIZES: Manutenção conforme a necessidade da demanda

OBJETIVOS: Atendimento aos carentes na aquisição de ataúdes

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
6.08.1 - Ataúde	Materiais	Unidade	36	2.880,00	Recursos Próprios
TOTAL				2.880,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

6.09 PROGRAMA : HORTAS DOMICILIARES E COMUNITÁRIAS

DIAGNOSTICO: Orientação para famílias que possuem área para o cultivo de verduras e hortaliças e Hortas Comunitárias

DIRETRIZES: Proporcionar fonte de renda para famílias carentes, extinguindo o sistema paternalista.

OBJETIVOS: Implantar Hortas em terrenos baldios que até então encontram-se improdutivos, com apoio técnico, proporcionando produtos para consumo próprio e como alternativa de fonte de venda.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
6.09.1 - Implantar Hortas	Hortas	Unidade	2	250,00	Rec. Próprios
Comunitárias e Domiciliares					e Parcerias
					com a Secretaria
TOTAL				250,00	



ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

6.10 PROGRAMA : APOIO AOS IDOSOS

DIAGNOSTICO: O Município conta com dois Clubes de Idosos os quais mantêm-se através de doações e Recursos da Ação continuada do Ministério da Ação Social.

DIRETRIZES: Implantar novos Clubes nos Bairros e outras Localidades.

OBJETIVOS: Desenvolver atividades de lazer e Recreação, proporcionando a Valorização das Pessoas da Melhor Idade.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
6.10.1 - Apoio aos Idosos	Diversos	Unidade	500	5.508,00	Fundo Municipal de Assistência
TOTAL				5.508,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Paragrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

6.11 PROGRAMA : ASSISTÊNCIA À INSTITUIÇÕES (Crianças, Adolescentes, Mães e Idosos)

DIAGNOSTICO: Existem no Município aproximadamente 10 Instituições que proporcionam atendimento à crianças, adolescentes, mães e Idosos.

DIRETRIZES: Capacitação de Recursos através do Governo Municipal para continuidade dos trabalhos existentes e até a criação de novas instituições.

OBJETIVOS: Visitas, Reuniões semanais como temas e trabalhos aos assistidos, incentivando a comercialização dos produtos por eles confeccionados, recursos mensal para a manutenção e pagamento de monitores

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
6.11.1 - Apoio a Instituições e Manutenção	Crianças/ Adolescentes Mães e Idosos	Unidade	8	10.000,00	Recursos Próprios
6.11.2 - APAE	Deficientes	Unidade	1	2.067,20	Recursos Convênio
6.11.3 - Creches	Crianças	Unidade	3	33.869,80	Recursos Convênio
TOTAL				45.937,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

6.12 PROGRAMA : HABITAÇÃO

DIAGNOSTICO: Há no Município famílias carentes sem local próprio para residirem

DIRETRIZES: Aquisição através do Poder Público Municipal, áreas apropriadas para construção de moradias

OBJETIVOS: Dispor área de terra e materiais de Construção Básico, para as famílias com renda per capita de 1,6 salário mínimo vigente. O benefício será concedido após visita e avaliação pelo Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
6.12.1 - Imóvel para Implantação de Moradias de até 40 m2 e Material de Construção Básica	Imóvel	m 2	1	10.000,00	Rec. Próprios
TOTAL				10.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

6.13 PROGRAMA : FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS PARA CARENTES

DIAGNOSTICO: Já encontra-se o Programa implantado o qual é mantido com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social

DIRETRIZES: Expandir este atendimento, proporcionando melhores condições de conforto ao paciente Idoso carente.

OBJETIVOS: Evitar que o paciente Idoso carente por ventura possa contrair outras doenças ocasionais. Efetuar visitas domiciliares mensalmente com objetivo de avaliar a necessidade do uso de tal produto.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
6.13.1 - Fraldas	Material	Unidade	96	570,00	Recursos Próprios
TOTAL				570,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Paragrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

6.14 PROGRAMA : ALCOOLIVRE-SE

DIAGNOSTICO: O Município apresenta um grande número de dependentes químicos

DIRETRIZES: Promover Cursos, Palestras e Acompanhamentos

OBJETIVOS: Ter uma população mais saudável e conseqüentemente mais ajustada.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
6.14.1 - Cursos, Palestras e Acompanhamentos	Cursos/Palestras E Acompanhamentos	Unidade	12	200,00	Recursos Convênios
TOTAL				200,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

6.15 PROGRAMA : CESTAS BÁSICAS PARA CARENTES

DIAGNOSTICO: Já existe o Programa de atendimento com Cestas Básicas, para Famílias

Carentes, por um período de 3 meses, após confirmação da carência verificada pelo Serviço Social

DIRETRIZES: Manter o Programa para atender somente carentes.

OBJETIVOS: Ampliar os atendimentos em caráter de emergência as Famílias Carentes.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
6.15.1 - Cestas Básicas	Cestas	Unidade	600	15.144,00	Rec. Próprios
TOTAL				15.144,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Paragrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

7.01 PROGRAMA : SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DIAGNOSTICO: A Secretaria possui Quatro Servidores em seu Quadro

DIRETRIZES: Salário, Proventos e Encargos Sociais

OBJETIVOS: Pagamento de Salários e Remuneração e seus encargos Sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.01.1 - Salários	Servidor	Unidade		56.862,70	Rec. Próprios
7.01.2 - 13º Salário	Servidor	Unidade		4.738,56	Rec. Próprios
7.01.3 - 1/3º Férias	Servidor	Unidade		1.578,52	Rec. Próprios
7.01.4 - IPRECAL	Servidor	Unidade		11.189,06	Rec. Próprios

TOTAL				74.368,84	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

7.03 PROGRAMA: DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MUDAS

DIAGNOSTICO: Alto custo das sementes e pouco acesso aos pequenos produtores em função de sua renda

DIRETRIZES: .Oportunidade a acesso aos pequenos produtores à sementes de forma subsidiada

OBJETIVOS: Melhorar a Renda dos pequenos produtores através do acesso a sementes de forma subsidiada

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.03.1 - Aquisição de Sementes de Milho	Sementes	Sacas	500	18.000,00	Rec. Próprios
7.03.2 - Aquisição e Distribuição de Mudas de Batata-Salsa	Mudas	Caixas	1.600	19.200,00	Rec. Próprios
7.02.3 - Aquisição e Distribuição de Mudas Frutíferas	Mudas	Unidade	10.000	15.000,00	Rec. Próprios
TOTAL				52.200,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

7.04 PROGRAMA: APOIO E PARCERIAS, INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PARA INCREMENTO DAS ATIVIDADES

RURAIS: ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS, EPAGRI, CIDASC E INICIATIVA PRIVADA.

DIAGNOSTICO: A Realidade demonstra execução de trabalhos, isolados entre as diversas entidades do município.

DIRETRIZES: Realização de Convênios e Parcerias

OBJETIVOS: Otimização dos Resultados das atividades rurais desenvolvidas pelo Poder Público e as Diversas Entidades

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.04.1 - Convênio Sindicato Rural, Programa de Inseminação Artificial	Convênio	Anual	1	6.000,00	Rec. Próprios
7.04.2 - Convênio EPA-GRI/ Manutenção do Escritório Local	Convênio	Anual	1	6.000,00	Rec. Próprios
7.04.3 - Parcerias com Associações e Núcleos de Criadores	Reuniões	Unidade	20	*****	Rec. Próprios
7.04.4 - Parcerias com ACIACA/SEBRAE/ Sindicato Rural/SENAR e EPAGRI	Cursos	Unidade	22	*****	Rec. Próprios
TOTAL				12.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

7.05 PROGRAMA: AGREGAÇÃO DE RENDA AOS PRODUTORES RURAIS E ESTÍMULO AO COOPERATIVISMO

DIAGNOSTICO: O Produtor comercializa produtos sem valor agregado (in natura), necessitando de organização

para melhorar sua renda

DIRETRIZES: Oferecer alternativas de agregação de renda aos Produtos, produzidos no Município

e organizar a Classe produtora.

OBJETIVOS: Melhorar a renda das propriedades através da agregação de renda aos produtos e organização ao produtores.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.05.1 - Implantação de Agro-	Infra-Estrutura				

Indústria Familiar	Selo de Validade	Anual	2	40.000,00	Banco do Brasil
TOTAL				40.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

7.06 PROGRAMA: MELHORAR A INFRA-ESTRUTURA DA ASSISTÊNCIA E APOIO ÀS INICIATIVAS

DIAGNOSTICO: Carência de Recursos Econômicos e Infra-Estrutura destinada a Assistência Técnica do Setor Primário do Município.

DIRETRIZES: Destinação de Recursos para o Setor Primário, melhoria da Infra-Estrutura Física e Investimentos em Recursos Humanos com participação em Cursos, Seminários e Congressos.

OBJETIVOS: Otimização da Infra-estrutura da Assistência Técnica e Melhorar o Atendimento ao Produtor Rural.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.06.1 - Aquisição de Veículo	Veículo	Unidade	1	16.000,00	Recursos Próprios
7.06.2 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos	Equipamentos	Unidade	1	3.000,00	Recursos Próprios
7.06.3 - Acesso a Participação em Cursos/Seminários e Congressos	Cursos	Unidade	6	3.000,00	Recursos Próprios
7.06.4 - Recursos Audio-Visuais, Promocionais e Equipamentos	Equipamentos	Unidade	1	3.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				25.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

7.07 PROGRAMA: ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS

DIAGNOSTICO: Necessidade de Acesso a Eventos para Troca de Experiências, realização de negócios e confraternização

DIRETRIZES: Apoiar iniciativas de organização e realização de Feiras e Eventos

OBJETIVOS: Oportunizar a participação em eventos, proporcionando a concretização de negócios, troca de experiências e confraternização

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.07.1 - Apoiar a organização da Festa Estadual da Ovelha	Infra-Estrutura	Unidade	1	2.000,00	Recursos Próprios
7.07.2 - Apoiar a Organização e realização da Expoama	Exposição	Unidade	1	1.500,00	Recursos Próprios
7.07.3 - Organização e Participação em Viagens de Produtores	Viagens	Unidade	2	2.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				5.500,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

7.08 PROGRAMA: PROMOÇÃO DE CURSOS PARA AGRICULTORES E INCENTIVO À PROFISSIONALIZAÇÃO DOS JOVENS

DIAGNOSTICO: Necessidade de Qualificação dos Produtores e Profissionalização dos jovens visando à diminuição do Êxodo Rural

DIRETRIZES: Oportunidade a participação dos Agricultores e Jovens Rurais em Cursos, Seminários e Palestras

OBJETIVOS: Qualificação e Manutenção de Agricultores e Jovens Rurais no Campo

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE

7.08.1 - Organização de Palestras e Cursos	Palestras	Unidade	10	2.500,00	Rec. Próprios
7.08.2 - Organização de Dias de Campo	Dias de Campo	Unidade	2	1.000,00	Rec. Próprios
TOTAL				3.500,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART.4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

7.09 PROGRAMA: INCENTIVAR E FACILITAR A AQUISIÇÃO DE INSUMOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

DIAGNOSTICO: O Alto Custo e Dificuldade de Acesso ao Crédito para Investimentos Custeio da Produção e Aquisição de Implementos..

DIRETRIZES: Organizar os Produtores, Incentivando e Facilitando o Acesso a Compra de Insumos e Implementos.

OBJETIVOS: Acesso dos Produtores a Compra de Insumos, Implementos de Forma Facilitada e Desburocratizada.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.09.01 Parceria com o Banco do Brasil para facilitar o acesso ao Crédito Rural	Reuniões	Unidade	8	-----	-----
7.09.02 Parcerias com entidades (ACIACA e Sindicatos) para organização de compra conjunta de Insumos, máquinas e equipamentos.	Reuniões	Unidade	10	-----	-----
TOTAL				-	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

7.10 PROGRAMA: DISTRIBUIÇÃO DE CALCÁRIO SUBSIDIADO

DIAGNOSTICO: O solo do Município excessivamente ácido e conseqüentemente de baixa produtividade

DIRETRIZES: Exigências de: Análise de Solo, Bloco de Notas de Produtor Rural e CPF do produtor

OBJETIVOS: Correção do Solo do Município com conseqüente aumento de Produtividade

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.10.1 - Aquisição e Distribuição de Calcário	Calcário	Tonelada	3.750	39.375,00	Rec. Próprios
TOTAL				39.375,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

7.11 PROGRAMA: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E REPAROS DE VEÍCULOS

DIAGNOSTICO: Ausência de Equipamentos e Materiais para Manutenção de Veículos

DIRETRIZES: Aquisição de Equipamentos e Combustível para melhoria da Prestação de Serviços.

OBJETIVOS: Melhorar a Qualidade da Assistência Técnica

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.11.1 - Combustível para Veículos	Gasolina	Litros/Ano	4.000	8.000,00	Rec. Próprios
7.11.2 - Manutenção dos Veículos	Peças e Lubrif.	Unidade	xxxxxxxxxx	2.400,00	Rec. Próprios
TOTAL				10.400,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)  
DAS DESPESAS  
POR PROGRAMA

7.12 PROGRAMA: MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO QUIRIRI

DIAGNOSTICO: Falta de Recursos Financeiros para Manter a Estrutura do Consórcio

DIRETRIZES: Repasse de Recursos

OBJETIVOS: Manutenção das Ações do Consórcio Quiriri em nosso Município

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.12.1 - Convênio	Recursos	Repasse/Anual	1	4.500,00	Rec. Próprios
TOTAL				4.500,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)  
DAS DESPESAS  
POR PROGRAMA

7.13 PROGRAMA: READEQUAÇÃO DO HORTO MUNICIPAL

DIAGNOSTICO: O Município possui carências na Produção de Mudanças Florestais Nativas e Exóticas, Ornamentais e Medicinais, há necessidade de recuperação da Mata Ciliar e proteção das nascentes em outros programas.

DIRETRIZES: Estruturação do Horto Municipal para atender a demanda de mudas

OBJETIVOS: Atender o produtor rural com mudas Florestais, atender a Prefeitura Municipal de Campo Alegre com mudas Ornamentais, atender a população com mudas de hortaliças e ervas medicinais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.13.1 - Construção de Infra	Infra-Estrutura	Unidade	1	10.000,00	Rec.Próp.
Estrutura					
7.13.3 - Estufas	Equipamento	Unidade	2	3.000,00	Rec.Próp.
7.13.4 - Materiais Diversos	Materiais	Unidade	2	2.500,00	Rec.Próp.
TOTAL				15.500,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART.4º, Parágrafo 1º e 2º, II)  
DAS DESPESAS  
POR PROGRAMA

7.14.00 PROGRAMA: INCENTIVO A PRODUTORES AGRO SILVO PASTORIS

DIAGNOSTICO: FALTA DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES EXISTENTES E DESENVOLVER NOVAS ATIVIDADES AGRO SILVO PASTORIS.

DIRETRIZES: ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS E PLANEJAMENTO REALIZAR AS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

OBJETIVOS: BENEFICIAR PESSOAS QUE TENHAM NA AGRICULTURA SUA ATIVIDADE PRINCIPAL.

E EVITAR O ÊXODO RURAL

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.14.01 Execução de Trabalhos de Terraplanagem, ensaibramento construção de açudes e outros	Equipamentos	Unidade	Frota Municipal	30.000,00	Parceria com a Secretaria de Planejamento e Obras
TOTAL				* 30.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)  
DAS DESPESAS  
POR PROGRAMA

7.15.00 PROGRAMA: PRÓ MEIO AMBIENTE

DIAGNOSTICO: CARÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO MUNICÍPIO (RECURSOS NATURAIS), NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO.

DIRETRIZES: .DIVULGAR E EDUCAR A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO EM RELAÇÃO A NATUREZA.

OBJETIVOS: TER UMA POPULAÇÃO CONSCIENTE E CAPAZ DE EXERCER A CIDADANIA E O RESPEITO AO MEIO AMBIENTE

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.15.01 Folder sobre o Meio Ambiente	Folder	Unidade	5.000	2.000,00	Recursos Próprios
7.15.02 Palestras, Campanhas e Reuniões	Palestras etc...	Unidade	8	-----	Parcerias
TOTAL				2.000,00	



ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
 ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)  
 DAS DESPESAS  
 POR PROGRAMA

7.16.00 PROGRAMA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS

DIAGNOSTICO: NECESSIDADE DE CONSCIENTIZAÇÃO DAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES QUANTO ÀS QUESTÕES AMBIENTAIS, BUSCANDO USAR A NATU-  
 REZA COMO RECURSO SUSTENTÁVEL.

DIRETRIZES: APOIAR INICIATIVAS DE CONSCIENTIZAÇÃO QUANTO Á PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

OBJETIVOS: CONSCIENTIZAÇÃO DE ESCOLAS E DISSEMINAÇÃO DE MUDANÇAS DE ATITUDES

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.16.01 Realização de Palestras nas Escolas	Palestras	Unidade	68	0,00	Parceria com Secret. Educação
7.16.02 Elaboração da Cartilha Ecológica	Cartilha	Unidade	200	2.000,00	Recursos Próprios e Parcerias
TOTAL				2.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
 ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)  
 DAS DESPESAS  
 POR PROGRAMA

7.17.00 PROGRAMA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PRÁTICAS CONSERVACIONISTAS

DIAGNOSTICO: 40 % DO SOLO DO MUNICÍPIO NA ÁREA AGRÍCOLA NÃO TEM CONSERVAÇÃO DE SOLO

DIRETRIZES: CURSO DO SINDICATO RURAL ATRAVÉS DO SENAR, CURSOS DA EPAGRI, CURSOS DA SECRETARIA MUNICIPAL EM PRÁTICAS DE CONSER-  
 VAÇÃO.

OBJETIVOS: UTILIZAR PRÁTICAS CONSERVACIONISTAS EM 100 % DO SOLO DO MUNICÍPIO.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.17.01 Curso do Sindicato Rural/ SENAR	Curso	Unidade	2	0,00	SENAR
7.17.02 Curso da EPAGRI	Curso	Unidade	1	0,00	EPAGRI
7.17.03 Curso da Prefeitura Munic. Campo Alegre	Curso	Unidade	1	0,00	Utilizar Recursos Exis- tentes
TOTAL				0,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
 ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)  
 DAS DESPESAS  
 POR PROGRAMA

7.18 PROGRAMA: IMPLEMENTAÇÃO DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

DIAGNOSTICO: Necessidade de organizar as ações relativas às questões Ambientais

DIRETRIZES: Apoiar a Criação da Fundação do Meio Ambiente

OBJETIVOS: Criação do COMDEMA

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.18.1 - Reuniões	Reuniões	Unidade	1	500,00	Rec.Próp.
TOTAL				500,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
 ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)  
 DAS DESPESAS  
 POR PROGRAMA

7.19.00 PROGRAMA: PARTICIPAÇÃO, PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE EVENTOS AMBIENTAIS

DIAGNOSTICO: A COMUNIDADE NÃO PARTICIPA DE FORMA EFETIVA, EXISTEM POUCOS EVENTOS NO MUNICÍPIO

DIRETRIZES: INTENSIFICAR A PARTICIPAÇÃO, PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO

OBJETIVOS: PROMOVER EVENTOS AMBIENTAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
-------	---------	---------	------	-------	-------

7.19.01 Semana da Água, do Meio Ambiente, Dia da Proteção da Floresta e outros eventos Ambientais				3.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				3.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

7.20 PROGRAMA: CONTROLE DO BORRACHUDO EM PARCERIA COM A SOCIEDADE

DIAGNOSTICO: Alta incidência do Simulídeo no Município

DIRETRIZES: Levantamento da incidência nas comunidades, levantamento do produto Biológico (BTI), necessário a contratação de serviços.

OBJETIVOS: Controlar a incidência do Borrachudo a nível tolerável

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.20.1 - Controle do Borrachudo	Levantamento	Unidade	*****	8.000,00	Rec.Próp.
	e aplicação				
TOTAL				8.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

7.21.00 PROGRAMA: PRESERVAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR E PROTEÇÃO DAS NASCENTES

DIAGNOSTICO: PROMOVER A RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR NAS MARGENS DE RIOS, RIACHOS, LAGOAS, ETC... EVITAR EROSIÃO E ASSOREAMENTO DOS MESMOS.

DIRETRIZES: ATRAVÉS DO PLANTIO DE ÁRVORES NATIVAS.

OBJETIVOS: PRODUÇÃO DE MUDAS NATIVAS NO HORTO, DISTRIBUIÇÃO ATRAVÉS DA FROTA MUNICIPAL E CONCIETIZAÇÃO DO PRODUTOR E PROPRIETÁRIOS DE ÁREAS DE TERRA EM GERAL.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.21.01 Produção de mudas nativas de diversas espécies e Distribuição para os produtores	Mudas	Unidade	10.000	0,00	
7.21.02 Distribuição aos produtores rurais de materiais de conscientização (folders e cartilhas)	Folder e Cartilha	Unidade	1.000	400,00	Rec. Próprios
TOTAL				400,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

7.23 PROGRAMA: PROMOÇÃO DO TURISMO, ECO, AGRO E RURAL

DIAGNOSTICO: Recursos Naturais, propriedades rurais com potencial turístico ainda não aproveitado

DIRETRIZES: Cadastramento, Plano Diretor Turístico e divulgação

OBJETIVOS: Promover o Eco, Agro e o Turismo Rural

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.23.1 - Cadastramento de Propriedades	Censo	Unidade	1	6.000,00	SEBRAE/
					Rec.Próp.

7.23.2 - Implantação do Plano					
Diretor Turístico	Projeto	Unidade	1	10.000,00	Particular
7.23.3 - Divulgação	Folders	Unidade	1.000	500,00	Rec.Próp.
7.23.4 - Programa de Incentivo para Feiras Livres	Feiras	Unidade	várias	2.000,00	Rec.Próp.
TOTAL				18.500,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

7.24 PROGRAMA: ADEQUAÇÃO DO CALÇADÃO PARA LAZER E EVENTOS

DIAGNOSTICO: Dificuldade na venda de Produtos e do Local para realizar o Lazer Comunitário

DIRETRIZES: O Pequeno Produtor Rural, Pequeno Artesão e Artista em Início de Carreira

OBJETIVOS: Facilitar a venda de Produtos Agropecuários, Artesanato Local e divulgar artistas locais

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.24.1 - Infra-Estrutura Básica	Espaço	Unidade	1	5.000,00	Rec. Próprios
no Calçadão (bancos, banheiros,					
e arborização).					
TOTAL				5.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

7.25 PROGRAMA: DIVULGAÇÃO DA IMAGEM DO MUNICÍPIO ASSOCIADO AS SUAS BELEZAS NATURAIS

DIAGNOSTICO: O Município possui Potencial Turístico, conforme diagnósticos Turísticos da EMBRATUR

DIRETRIZES: Promover a divulgação dos Empreendimentos do Município com Potencial na área do

Ecoturismo e Turismo Rural

OBJETIVOS: Divulgar o Município a nível de Estado, País e Mundo, em relação aos seus recursos naturais

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.25.1 - Centro de Informações Turísticas	Posto	Unidade	1	5.000,00	Rec. Próprios
7.25.2 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos	Equiptos.	Unidade	3	5.000,00	Rec. Próprios
7.25.3 - Programa de Incentivo para Jardinagem	Jardim	Unidade	1	1.000,00	Rec. Próprios
7.25.4 - Projeto Paisagístico das Margens da Rodovia SC 301	Projeto	Unidade	1	5.000,00	Rec. Próprios e Parcerias
TOTAL				16.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

7.26 PROGRAMA: PARCERIA COM O SINE, QUALIFICAÇÃO DE JOVENS

DIAGNOSTICO: Falta de Qualificação de jovens que querem entrar no mercado de trabalho e falta requalificação de empregados que já estão no mercado de trabalho

DIRETRIZES: Carteira de Trabalho, CPF, Título Eleitoral e Carteira de Identidade

OBJETIVOS: Treinamentos, Mão-de-Obra para vagas oferecidas pelos Setores Econômicos locais

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.26.1 - Cursos Profissionalizantes	Curso	Unidade	20	*****	SINE
7.26.2 - Central de Informações de Empregos	Escritório	Unidade	1	1.500,00	Rec. Próprios

7.26.3 - Convênio entre a PMCA/ SINE/					
ACIACA e SEBRAE	Convênio	Unidade	1	1.000,00	Rec.Próprios
TOTAL				2.500,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
 ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART.4º, Parágrafo 1º e 2º, II)  
 DAS DESPESAS  
 POR PROGRAMA

7.27.00 PROGRAMA: INCENTIVO Á INDÚSTRIAS JÁ INSTALADAS

DIAGNOSTICO: NECESSIDADE DE FORTALECER INDÚSTRIAS LOCAIS, DIVULGAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

DIRETRIZES: DAR INFRA-ESTRUTURA BÁSICA (VIAS DE ACESSO, ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E TELEFONE).

OBJETIVOS: DIVULGAR A INDÚSTRIA LOCAL E PROPORCIONAR INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.27.01 Melhorar a Infra-Estrutura Básica	Serviços	Unidade	40	*****	Recursos Próprios da Secretaria de Obras
TOTAL				0,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
 ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)  
 DAS DESPESAS  
 POR PROGRAMA

7.28 PROGRAMA: ATRAÇÃO DE NOVAS EMPRESAS ECOLOGICAMENTE CORRETAS

DIAGNOSTICO: Necessidade de aumentar a arrecadação de impostos, geração de novos empregos, industrializar a Produção Agropecuária

DIRETRIZES: Empresa esteja instalada no município e que contrate preferencialmente funcionários do município, além de respeitar a natureza do processo de produção.

OBJETIVOS: Aumentar a Arrecadação de impostos, geração de empregos, agregar valor a produção agropecuária, industrial e comercial e ecologicamente corretas.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.28.1 - Infra-Estrutura Básica	Projetos	Unidade	1	27.500,00	Rec. Próprios
(Energia Elétrica, Asfalto e Gás)					
7.28.2 - Imóvel para Instalação de Condomínio	Terreno	Unidade	1	80.000,00	Rec. Próprios
TOTAL				107.500,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
 ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)  
 DAS DESPESAS  
 POR PROGRAMA

7.29.00 PROGRAMA: DESENVOLVER VOCAÇÃO AGRO-INDUSTRIAL

DIAGNOSTICO: AGREGAR VALOR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, ORGANIZAR O PRODUTOR EM GRUPOS, VIABILIZAR RECURSOS.

DIRETRIZES: SELO DO CONSÓRCIO QUIRIRI

OBJETIVOS: UTILIZAR O SELO DO CONSÓRCIO QUIRIRI, UTILIZAR RECURSOS DISPONÍVEIS NA REDE BANCÁRIA, ASSOCIATIVISMO.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.29.01 Alocar Recursos para Construção	Projetos	Unidade	15	112.500,00	Banco do Brasil
7.29.02 Estrutura para controlar o Selo	Estrutura	Unidade	1		Utilizar estrutura já existente
TOTAL				112.500,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
 ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)  
 DAS DESPESAS  
 POR PROGRAMA

7.30 PROGRAMA: CONCORRÊNCIA PÚBLICA/ COMÉRCIO LOCAL

DIAGNOSTICO: Evitar que o dinheiro saia do município, procurar incentivar o comércio local

DIRETRIZES: Conforme Lei, incentivar que empresas locais participem de Licitações

OBJETIVOS: Deixar dinheiro Público no Município e Incentivar o Comércio Local

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.30.1 - Convênio ACIACA	Convênio	Unidade	1	1.000,00	Rec.Próprios
TOTAL				1.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
 ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)  
 DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

7.31 PROGRAMA: APOIAR E PARTICIPAR DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENTIDADES DE CLASSES PATRONAIS E LABORAIS

DIAGNOSTICO: FALTA DE INTEGRAÇÃO ENTRE AS CLASSES PATRONAIS E LABORAIS

DIRETRIZES: APOIAR INICIATIVAS DE ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES .

OBJETIVOS: UNIÃO DAS CLASSES PATRONAIS E LABORAIS NA ÁREA INDÚSTRIAL, COMERCIAL E AGROPECUÁRIA COMERCIAL E RURAL.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.31.01 Cursos Profissio- nalizantes	Cursos	Unidade	10	10.000,00	Governo Federal/SINE/ SENAR/SENAC/SENAI E SEBRAE
7.31.02 Programa de Incentivo a pequenas Cooperativas de Bairros	Projetos	Unidade	4	2.500,00	Parceria com Secretaria de Assistência social e Recursos Próprios
TOTAL				12.500,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
 ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)  
 DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

8.01 PROGRAMA : PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

DIAGNOSTICO: Possui 46 Servidores Lotados nesta Secretaria

DIRETRIZES: Salários, Proventos e Encargos Sociais

OBJETIVOS: Pagamento de Salários, Proventos e seus encargos sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
8.01.1 - Salários	Servidor	Unidade		249.435,78	Rec. Próprios
8.01.2 - 13º Salário	Servidor	Unidade		20.694,10	Rec. Próprios
8.01.3 - 1/3º Férias	Servidor	Unidade		6.898,03	Rec. Próprios
8.01.4 - INSS	Servidor	Unidade		758,42	Rec. Próprios
8.01.4 - IPRECAL	Servidor	Unidade		38.350,75	Rec. Próprios
8.01.5 - FGTS	Servidor	Unidade		288,93	Rec. Próprios
8.01.6 - Inativos	Servidor	Unidade		15.633,05	Rec. Próprios
8.01.7 - Salário Família	Servidor	Unidade		5.035,40	Rec. Próprios
TOTAL				337.094,46	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

## 8.02 PROGRAMA : PAVIMENTAÇÃO DE VIAS

DIAGNOSTICO: O Município possui 19,700 km (dezenove quilômetros vírgula setecentos metros) de Vias Urbanas não Pavimentadas

DIRETRIZES: Construir a Sub-Base e Tubulação Pluvial para Pavimentação

OBJETIVOS: Urbanizar Ruas, reduzir o números de ruas não pavimentadas.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
8.2.01.0 - Rua Ernesto Afonso Scheide 1500m x 9m)					
8.2.01.1 - Sub-Base 0,20 m	Saibro	M3	2.700	1.350,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.01.2 - Tubo de Concreto	Tubo	Peças	3.000	30.000,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.01.3 - Boca de Lobo	Conjunto	Peças	30	1.500,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.01.4 - Pavimentação Asfáltica	Asfalto	M2	13.500	216.000,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.02.0 - Rua Altamiro Lobo Guimarães e Jorge Lacerda (1300m x 9m)					
8.2.02.1 - Sub-Base 0,20 m	Saibro	M3	2.340	1.170,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.02.2 - Tubo de Concreto	Tubo	Peças	2.600	26.000,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.02.3 - Boca de Lobo	Conjunto	Peças	26	1.300,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.02.4 - Pavimentação Asfáltica	Asfalto	M2	11.700	187.200,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.03.0 - Rua Carolina Kotovicz (222m x 9m)					
8.2.03.1 - Sub-Base 0,20 m	Saibro	M3	380	190,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.03.2 - Tubo de Concreto	Tubo	Peças	75	750,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.03.3 - Boca de Lobo	Conjunto	Peças	3	300,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.03.4 - Pavimentação Asfáltica	Asfalto	M2	1.887	30.192,00	Rec. Próprio/BADESC
TOTAL				495.952,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

## 8.04 PROGRAMA : ÁGUA POTÁVEL

DIAGNOSTICO: Comunidade sem abastecimento de água potável

DIRETRIZES: Implantação de abastecimento de água potável em comunidades.

OBJETIVOS: Fimar Convênio para implantação de Rede Hidráulica

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
8.04.1 - Implantação da Rede Hidráulica (Convênio com a CASAN).	Rede Hidráulica	Sistema	1	5.000,00	Rec. Próprios e Convênios
TOTAL				5.000,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Paragrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

## 8.05 PROGRAMA : AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

DIAGNOSTICO: Há necessidade de renovar a frota

DIRETRIZES: Implementação dos Serviços de Transporte

OBJETIVOS: Melhorar a Manutenção de Vias Públicas e outros Serviços em geral.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
8.05.1 - Caminhão Traçado e Trucado com basculante	Veículo	Unidade	3	330.000,00	Rec. Próprios
TOTAL				330.000,00	



## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

8.06 PROGRAMA : RECUPERAÇÃO DE VIAS PUBLICAS

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI 295 KM DE ESTRADAS VECINAIS

DIRETRIZES: Melhorar a Manutenção das Estradas Vicinais

OBJETIVOS: Proporcionar uma boa estrada Vicinal

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
8.6.01.2 - Conservação Permanente de Estradas, bueiros e Pontes da Área Rural	Estradas	Km	63	10.000,00	Rec.Próprio
8.6.01.3 - Conservação Permanente das Vias Urb. Públ. Pavimentadas ou não	Ruas	Km	23	10.000,00	Rec. Próprio
8.6.01.4 - Recuperação e Alargamento das Estradas do Município	Estradas	Km		5.000,00	Rec. Próprio
8.6.01.5 - Infraestrutura para Indústria conforme programa da Divisão de Comércio e Indústria e Programa de Incentivo Agro Silvo Pastoril	Programa	Unidade	1	30.000,00	Rec. Próprio
TOTAL				55.000,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

8.08 PROGRAMA : MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO SETOR

DIAGNOSTICO: Toda a Estrutura da Secretaria de Obras

DIRETRIZES: Manutenção e Conservação da Secretaria de Obras

OBJETIVOS: Compreende no abastecimento de suprimentos da Secretaria (Despesas oriundas de combustível, borracharia, pneus, peças, lubrificantes, oficinas, saibros, tubos, madeiras, coletas de lixo, Iluminação Pública e outros

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
8.8.01.1 - Manutenção e Conservação	Serviços	Diversos	12	359.953,54	Rec.Próprio
TOTAL				359.953,54	

## ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

11.01 PROGRAMA: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre - IPRECAL

DIAGNOSTICO: O Regime Próprio de Previdência possui 219 Servidores vinculados ao Instituto

DIRETRIZES: Administrar o Institui Próprio de Previdência conforme disposto na Legislação Previdenciária

OBJETIVOS: Constituir um Fundo capaz de garantir aposentadoria dos Servidores Públicos e pensão a seus dependentes

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
11.01.0 - Pessoal					
11.01.1 - Salário	Servidor		41	8.400,00	Rec. Próprios
11.01.2 - 1/3º Salário	Servidor		4	1.000,00	Rec. Próprios
11.01.3 - 1/3 Férias	Servidor		4	600,00	Rec. Próprios
11.02.0 - Despesas					
11.02.1 - Assistência Jurídica	Serviço		48	3.000,00	Rec. Próprios
11.02.2 - Perito Médico	Serviço		96	500,00	Rec. Próprios
11.02.3 - Telefone	Serviço		48	1.120,00	Rec. Próprios
11.02.4 - INTERNET	Serviço		48	380,00	Rec. Próprios
11.02.5 - Mat. Expediente	Material		Vários	500,00	Rec. Próprios

11.02.6 - Suprimento e Soft Inform.	Suprimentos		Vários	1.000,00	Rec. Próprios
11.02.7 - Auditoria e Calculo Atuarial	Serviço		4	3.500,00	Rec. Próprios
11.03.0 - Assistência e Previdência					
11.03.1 - Aposentadoria e Reforma	Segurado		3	24.000,00	Rec. Próprios
11.03.2 - Pensão	Pensionista		1	6.000,00	Rec. Próprios
11.04.0 - Reserva de Contingência	Reserva		48	275.000,00	Rec. Próprios
TOTAL				325.000,00	

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
 ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, PARÁGRAFO 1º E 2º, II)  
 DAS DESPESAS  
 POR PROGRAMA

9.01 PROGRAMA: RESERVA DE CONTINGÊNCIA

DIAGNOSTICO: A LRF estabelece que todos os entes da Administração Pública estabeleçam Reserva de Contingência.

DIRETRIZES: Reservar até 10 % da Receita Corrente Líquida prevista para Constituir Reserva de Contingência.

OBJETIVOS: Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos Fiscais Imprevistos surgidos no decorrer da Execução Orçamentária.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
9.01.1 Reserva de Contingência	*****	*****	1	522.000,00	
TOTAL				522.000,00	

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART 4º, &1º E 2º, II)

10.2 PROGRAMA: CULTURA PARA TODOS/ESPORTE É VIDA SAUDÁVEL

DIAGNOSTICO: O MUNICIPIO POSSUI: UMA BANDA MUSICAL, 4 CORAIS, UMA ESCOLA DE MUSICA, UM AUDITORIO, TRES GRUPOS DE FOLCLORE, UM GRUPO DE DANÇA. UM GINÁSIO DE ESPORTES, UMA PRAÇA DE ESPORTES E VARIAS QUADRAS POLIESPORTIVAS.

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS/ESPORTIVOS, INTERCAMBIO E CURSOS, CAMPANHAS EDUCATIVAS CULTURAIS, ESPORTIVAS E SOCIAIS.

OBJETIVOS: INTEGRAÇÃO CULTURAL, ESPORTIVA NO MUNICIPIO E FORA DELE, DESCOBRIR NOVOS TALENTOS, TRABALHAR A JUVENTUDE NO SENTIDO DE ORIENTAÇÃO EM SUAS APTIDÕES PROFISSIONAIS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
10.02.01.1 CULTURA					
10.02.01.2 Aquisição equipamento de som	Equipamento.	Conjunto	01	4.000,00	Recursos Próprios
10.02.02.0 Escola de Musica José Ernesto Froehner					
10.02.02.1 Promoção de Audição	Evento	Unidade	01	75,00	Recursos Próprios
10.02.03.0 Banda Musical - BAMUCA					
10.02.03.1 Criação APP					
10.02.03.2 Aquisição de Instrumentos Musicais	APP	Associação	01	200.00	Recursos Próprios
10.02.03.3 Reforma Manutenção Instrumentos Musicais	Instrumentos	Unidade	14	3.000.00	Recursos Próprios
	Instrumentos	Unidade	15	750.00	Recursos Próprios
10.02.03.4 Aquisição Acervo Musical	Acervo	Unidade	25	250.00	Recursos Próprios
10.02.03.5 Viagem Intercambio Nacional e Internacional	Viagens	Unidade	01	500.00	Recursos Próprios
	Filiação	Unidade	01	180.00	Recursos Próprios
10.02.03.6 Filiação na Federação Cat. de Bandas				1.000.00	
10.02.07.0 Biblioteca					
10.02.07.1 Aquisição de Móveis	Equipamentos	Unidades	Vários	1.000.00	Recursos Próprios

10.02.10.0	Semana Alusiva ao Aniversario do Município					
10.02.10.1	Festival de Bandas e Fanfarras	Evento	Unidade	01	1.000,00	Recursos Próprios
10.02.10.2	Retreta Musical	Evento	Unidade	01	150,00	Recursos Próprios
10.02.10.3	Dia Cultural (Apres. Teatrais e outros)	Evento	Unidade	01	125,00	Recursos Próprios
10.02.10.4	Show Encerramento	Evento	Unidade	01	1.000,00	Recursos Próprios
10.02.11.0	Festival de Dança	Evento	Unidade	01	600,00	Recursos Próprios
10.02.11.1	Datas Alusivas: Natal, Páscoa, 7 de Setembro e outros	Eventos	Unidade	01	750,00	Recursos Próprios
10.02.12.0	Casa da Cultura					
10.02.12.1	Reforma do Prédio	Reforma	Unidade	01	7.000,00	Recursos Próprios
10.03.02.0	Manutenção, Reforma Equipamentos. Desportivos	Reforma		01		
10.03.02.1	Ginásio de Esportes	Reforma	Unidade	01	6.000,00	Recursos Próprios
10.03.02.2	Praça de Esportes Mauricio Foitte	Veículo	Unidade	01	4.000,00	Recursos Próprios
10.03.02.3	Aquisição de Veículo Tipo "VAN"		Unidade	01	18.000,00	Recursos Próprios
10.03.03.0	Aquisição de Matérias Esportivos	Uniformes	Conjuntos	02	1.200,00	Recursos Próprios
10.03.03.1	Uniformes	Agasalhos	Conjuntos	15	1.050,00	Recursos Próprios
10.03.03.2	Agasalhos	Bolas	Unidades	20	1.000,00	Recursos Próprios
10.03.03.3	Bolas					
10.03.04.0	Criação Escolinhas Desportivas					
10.03.04.1	Criação da "APE" (Ass. de Pais e Esportistas)	APE	Unidade	01	250,00	Recursos Próprios
10.03.05.0	Jogos Integração da Terceira Idade	Eventos	Unidades	02	500,00	Recursos Próprios
10.03.06.0	Programa de Incentivo Prática de Esporte	Programa	Unidades	Vários	1.000,00	Recursos Próprios
10.03.07.0	Part. Evento Fesporte - Moleque Bom de Bola outros).					
10.03.07.1	Transportes	Transportes	Unidades	Vários	1.000,00	Recursos Próprios
10.03.07.2	Alimentação	Refeições	Unidades	Várias	1.000,00	Recursos Próprios
10.03.07.3	Inscrição das Modalidades	Inscrições	Unidades	Várias	600,00	Recursos Próprios
10.03.07.4	Hospedagem	Hospedagens	Unidades	Várias	200,00	Recursos Próprios
10.03.07.5	Despesas Diversas: Água Mineral, Primeiros Socorros e outros).	Materiais	Unidades	Vários	100,00	Recursos Próprios
10.03.09.0	Promoção de Eventos Comemorativos					
10.03.09.1	Programação de Aniversário do Município	Evento	Unidade	01	1.000,00	Recursos Próprios
10.03.10.0	Torneios - Arbitragem e Premiação					
10.03.10.1	Jogos futebol de salão	Jogo	Unidade	01	1.300,00	Recursos Próprios
10.03.10.2	Jogos futebol de campo	Jogo	Unidade	01	2.200,00	Recursos Próprios
10.03.10.3	Jogos futebol suíço	Jogo	Unidade	01	1.000,00	Recursos Próprios
10.03.10.4	Premiação de Jogos futebol de salão	Premiação	Unidade	01	500,00	Recursos Próprios
10.03.10.5	Premiação de Jogos futebol de campo	Premiação	Unidade	01	500,00	Recursos Próprios
10.03.10.6	Premiação de Jogos futebol suíço	Premiação	Unidade	01	500,00	Recursos Próprios
10.03.11.0	Despesas Operacionais					
10.03.11.1	Consumo de Água	Fatura	Unidades	12	1.226,00	Recursos Próprios
10.03.11.2	Consumo de Energia Elétrica	Fatura	Unidades	12	3.040,00	Recursos Próprios
10.03.11.3	Gastos com Telecomunicações - Fone e outros	Fatura	Unidades	12	3.010,00	Recursos Próprios
10.03.11.4	Combustível e manutenção	Material	Litros	Vários	2.000,00	Recursos Próprios
10.03.11.5	Material de expediente	Material	Unidades	Vários	250,00	Recursos Próprios
10.03.12.0	Salários e Encargos Sociais					
10.03.12.1	Salários	Servidor	Unidade	12	30.700,00	Recursos Próprios
10.03.12.2	13º Salários	Servidor	Unidade	1	639,00	Recursos Próprios
10.03.12.3	1/3 Férias	Servidor	Unidade	1	216,00	Recursos Próprios
10.03.12.4	INSS	Servidor	Unidade	12	2.160,00	Recursos Próprios
10.03.12.5	IPRECAL	Servidor	Unidade	12	4.266,00	Recursos Próprios
10.03.12.6	FGTS	Servidor	Unidade	12	0,00	Recursos Próprios
10.03.12.7	Inativos	Servidor	Unidade	12	0,00	Recursos Próprios
10.03.12.8	Salário Família	servidor	Unidade	12	0,00	Recursos Próprios
10.03.13.1	Reserva de Contingência	Reserva	Unidade	Várias	12.000,00	Recursos Próprios
TOTAL					123.987,00	

**LEI Nº 2.570 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2001**

LEI Nº 2.570 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO

PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente da Fundação Municipal de Desporto e Cultura:

0800 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura

0808 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura

08.48.246.2002 - Manutenção das Atividades Culturais

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 1.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0800 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura

0808 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura

08.48.246.2002 - Manutenção das Atividades Culturais

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 1.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de novembro de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.571 de 21 de Novembro de 2001**

LEI Nº 2.571 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão do Ensino Fundamental

08.42.188.2017 - Desenvolvimento Ensino Fundamental Valoriz. Magist.

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3220.00 - Transferências Intragovernamentais

3224.00 - Transferências a Instituições Mulgovernamentais R\$ 35.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência

9990.00 - Reserva de Contingência R\$ 35.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de novembro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.572 de 21 de Novembro de 2001**

LEI Nº 2.572 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 46.292,43 (quarenta e seis mil, duzentos e noventa e dois reais e quarenta e três centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Administração

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 390,00

0303 - Divisão de Controle Fazendário

03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades Financeiras

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 1.984,78

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 2.700,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administração

08.42.188.2011 - Gestão Administrativa do Órgão

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 1.260,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos R\$ 2.733,00

3252.00 - Pensionistas R\$ 1.017,66

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2017 - Desenv. Ensino Fundamental Valorização

## Magistério

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 500,00

3200.00 - Transferências Correntes

3220.00 - Transferências Intragovernamentais

3224.00 - Transferências a Instituições Mulgovern R\$ 10.000,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades de Creches

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 10.727,99

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 200,00

0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade

15.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social

3000.00 - Despesas Correntes

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 600,00

0700 - Secretaria Munic. de Planejamento Obras e Serviços Públicos

0701 - Divisão de Planejamento Urbano e Obras

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferência Correntes

3250.00 - Transferência a Pessoal

3253.00 - Salário Família R\$ 100,00

0702 - Divisão de Transportes

16.88.020.2032 - Reforma e Manutenção dos Veículos e Maqui-nários

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo R\$ 3.000,00

16.88.534.2033 - Conservação de Estradas do Interior

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 4.000,00

0703 - Divisão de Obras e Serviços Públicos

10.60.325.2034 - Limpeza Pública e Coleta de Lixo

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 7.079,00

TOTAL R\$ R\$ 46.292,43

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 24.000,00

0700 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras

0701 - Divisão de Planejamento Urbano e Obras

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 22.292,43



TOTAL R\$ 46.292,43

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de novembro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.573 de 21 de Novembro de 2001**

LEI Nº 2.573 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2001  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PAR-  
CIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO IPRECAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito  
Suplementar por Conta de Anulação Parcial de Dotação do Orça-  
mento Vigente no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos  
reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento  
Vigente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos  
do Município de Campo Alegre - IPRECAL.

0300 - IPRECAL - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos

0301 - IPRECAL - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos

03.07.021.2001 - Funcionamento e Manutenção do IPRECAL

4000.00 - Investimentos

4100.00 - Obras e Instalações

4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 2.500,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, cor-  
rerá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orça-  
mento Vigente.

0300 - IPRECAL - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos

0301 - IPRECAL - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos

03.07.021.2001 - Funcionamento e Manutenção do IPRECAL

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 2.500,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de novembro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.574 de 21 de Novembro de 2001**

LEI Nº 2.574 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2001  
CRIA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL AOS PROFISSIONAIS DA EDUCA-  
ÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL QUE EXERCEM DO-  
CÊNCIA E SUPORTE TÉCNICO-PEDAGÓGICO NO ENSINO FUNDA-  
MENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina;  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; faz saber  
a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprova e ele  
sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Aos Profissionais da Educação do Magistério Público Mu-  
nicipal, que tiverem efetivo exercício no Ensino Fundamental Pú-  
blico Regular que exerçam atividades no segmento da educação  
especial, indígena, do ensino supletivo ou da TV escola é devida  
nos meses de janeiro a dezembro de cada ano, uma gratificação  
especial, sempre que apurada a não aplicação do limite mínimo  
obrigatório de 60% (sessenta por cento) na remuneração dos Pro-  
fissionais do Magistério, com recursos oriundos de Manutenção  
e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do  
Magistério - FUNDEF, conforme preceitua a Lei Federal nº 9.424,  
de 24 de dezembro de 1996.

Parágrafo único - O valor da gratificação a ser concedida, é no  
mínimo, o resultado da diferença entre a receita e a despesa  
efetivamente realizada, que resultarem no não atendimento do  
percentual mínimo obrigatório de 60% (sessenta por cento) es-  
tabelecido pela legislação em vigor, e somente poderá ser paga  
enquanto subsistir a condição necessária à sua concessão, sendo,  
portanto uma gratificação eventual durante o exercício que se fizer  
necessário.

Art. 2º - Fará jus a gratificação mencionada no caput do artigo  
anterior, quando o Profissional da Educação do Magistério Público  
Municipal, cumulativamente, preencher as seguintes condições:

I - Tiver efetivamente ministrado, no mínimo 60 (sessenta) dias  
de aula no Ensino Fundamental Público Municipal consecutivos no  
exercício até o mês do pagamento da gratificação;

II - Aos Profissionais que exercem suporte técnico-pedagógico  
para direção ou administração escolar, planejamento, inspeção,  
supervisão, e orientação educacional, desde que não estejam no-  
meados em cargos de Provimento em Comissão

§ 1º - Para efeitos dos incisos I e II do artigo anterior, computar-  
se-á como ausência, a falta ao trabalho, ainda que justificada ou  
decorrente de licença de qualquer natureza, ressalvando-se:

I - gozo de férias regulamentares;

II - a licença gestação e a paternidade;

III - a licença por acidente em serviço ou moléstia profissional;

IV - licença para tratamento de saúde;

V - ausência do serviço:

por 1 (um) dia, para doação de sangue;

por 1 (um) dia, para se alistar como eleitor;

por 3 (três) dias consecutivos em razão de casamento, falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, descendentes, e pessoa que viva sob sua dependência econômica, guarda ou tutela;

pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo.

até três faltas mensais comprovadas mediante apresentação de atestado médico

§ 2º - Também fará jus à gratificação o servidor admitido em caráter temporário que estiver de acordo com as determinações deste artigo.

Art. 3º - A gratificação a que se refere a presente Lei passará a ter cunho nominativo de GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA DO FUNDEF.

Art. 4º - A gratificação de que trata esta Lei será definida e calculada proporcionalmente pela Secretaria Municipal de Educação juntamente com o setor Contábil da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, de acordo com a carga horária do profissional de educação, conforme estabelece o Artigo 1º desta Lei.

Art. 5º - A gratificação de que trata esta Lei:

I - não servirá de base para o cálculo de outras vantagens;

II - não se incorpora à remuneração do servidor.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta da dotação 07.02.08.42188.2.071000.3.1.1.0 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF - Pessoal, do Orçamento Vigente da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre,  
21 de novembro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **Lei Nº 2.575 de 21 de Novembro de 2001**

LEI Nº 2.575 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.1003 - Construção Ampliação e Reforma de Escolas

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 10.000,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 6.000,00

TOTAL R\$ 16.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso da Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de novembro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.576 de 21 de Novembro de 2001**

LEI Nº 2.576 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2001

AUTORIZA A RECEBER OS SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS DE PROFISSIONAL DA ÁREA MÉDICA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a receber os serviços voluntários do profissional Médico Oncologista - SR. DR. JOÃO BATISTA NEIVA à partir da promulgação desta Lei, até a data de 31 de dezembro de 2004.

Art.2º) A Prestação de Serviços autorizada pelo Artigo primeiro desta Lei, não possui ônus a quaisquer das partes em vista que a função será exercida gratuitamente.

Art.3º) O Profissional a que trata o artigo 1º desta Lei não integra de qualquer forma o Quadro de Servidores desta Municipalidade.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 21 de novembro de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.577 de 28 de Novembro de 2001**

LEI Nº 2.577 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2001

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE ITEM NO ANEXO I DA LEI MUNICIPAL Nº 2.471 DE 30 DE JUNHO DE 2000

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído item no Anexo I da Lei Municipal nº 2.471 de 30 de junho de 2000, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, passando a vigorar com a seguinte redação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Indústria

- Aquisição de terrenos para programas de incentivo a indústria;

- Concessão de incentivos fiscais na implantação de indústrias no município;

- Criação de um serviço de apoio técnico a micro e pequena empresa;

- Criação de um condomínio empresarial no município;

- Elaboração de propostas a grandes empresas que atuem nos ramos que sejam vocação econômica do município;

- Parceria com a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre;

- Realização de cursos de capacitação de mão-de-obra e de novos empreendedores.

Comércio

- Programas que visem o fortalecimento do comércio local;

- Combate a evasão de divisas;

- Incentivo a atividades comerciais complementares (fechar o ciclo de consumo);

- Incentivos fiscais a instalação e ampliação de casas de comércio;

- Agilização para instalação do PROCON.

Turismo

- Aquisição de uma filmadora;

- Montagem do acervo visual do município;

- Parceria com projetos da iniciativa privada;

- Programas de desenvolvimento do Ecoturismo;

- Incentivos fiscais a instalação de empresas do ramo turístico;

- Embelezamento trevos de acesso ao centro da cidade, Bateias de Baixo e Fragosos;

- Aquisição de área de terra para construção do Posto de Informações Turísticas do Município de Campo Alegre/SC

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 28 de novembro de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.578 de 28 de Novembro de 2001**

LEI Nº 2.578 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2001

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), e cria o seguinte Elemento de Despesa:

DIVISÃO DE TURISMO

11.65.363.2029 - Incentivo ao Turismo

4.210.00 - Aquisição de Imóvel

R\$ 13.000,00 (treze mil reais)

Art.2º) Para fazer face a despesa mencionada no artigo anterior será por conta de excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de novembro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.579 de 28 de Novembro de 2001**

LEI Nº 2.579 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2001  
AUTORIZA ADQUIRIR POR COMPRA UMA ÁREA DE TERRA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir por compra uma área de terra com 690,575 m2 (seiscentos e noventa vírgula quinhentos e setenta e cinco metros quadrados), situada neste município com as seguintes confrontações: frente ao norte com a Rodovia SC 301 com 25,15 ml (vinte e cinco vírgula quinze metros linear); oeste à direita com 20 ml (vinte metros linear) confronta com terras de José Flávio de Castro; leste à esquerda com 26 ml (vinte e seis metros linear) com faixa de domínio; sul fundos com 34,90 ml (trinta e quatro vírgula noventa metros linear) com terras de Bernardino Rosa.

Art.2º) A aquisição que refere o Artigo 1º desta Lei será do Sr. Bernardino Rosa, pelo valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de novembro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.580 06 de Dezembro de 2001**

LEI Nº 2.580 06 DE DEZEMBRO DE 2001  
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE A RECEBER BENS EM DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação da empresa COMPANHIA CATARINENSE DE EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS - COMFLORESTA, situada na Estrada Geral Bateias de Baixo, s/nº - Localidade de Lageado, nesta cidade, os bens abaixo relacionados e avaliados:

QUANT.	DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO
01	Computador 486 100	R\$ 150,00
01	Impressora HP Deskjet 640C	R\$ 330,00
TOTAL		R\$ 480,00

reais), de Tijucas à Campo Alegre.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
em 06 de dezembro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.581 de 12 de Dezembro de 2001**

LEI Nº 2.581 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001  
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, PARA O EXERCÍCIO DE 2002.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Orçamento Fiscal do Município de Campo Alegre, para o exercício de 2002, Estima a Receita e Fixa a Despesa da Administração Direta em R\$ 5.404.912,10 (cinco milhões, quatrocentos e quatro mil, novecentos e doze reais e dez centavos), e da Administração Indireta estima a Receita em R\$ 477.830,16 (quatrocentos e setenta e sete mil, oitocentos e trinta reais e dezesseis centavos), excluindo-se deste valor os recursos transferidos da Administração Direta para a Indireta e fixa a Despesa em R\$ 627.870,95 (seiscentos e vinte e sete mil, oitocentos e setenta reais e noventa e cinco centavos).

Art.2º) A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, preços, rendas e outras fontes, receitas estas, correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta Lei, com o seguinte

desdobramento:

**1 - RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO**

- RECEITAS CORRENTES R\$ 5.534.000,00

Receita Tributária R\$ 767.072,26

Receita Patrimonial R\$ 31.752,57

Transferências Correntes R\$ 4.534.579,91

Outras Receitas Correntes R\$ 200.595,26

**1.2 - RECEITAS DE CAPITAL R\$ 35.000,00**

Alienação de Bens R\$ 35.000,00

**TOTAL R\$ 35.000,00**

**2 - RECEITA DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO (INDIRETA)**

Receitas Correntes R\$ 477.830,16

**TOTAL R\$ 477.830,16**

Art.3º) A Despesa será realizada segundo a discriminação nos quadros e demonstrativos anexos, parte integrante desta Lei, obedecendo a seguinte especificação por Unidade Orçamentária:

**1 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

Câmara Municipal de Vereadores R\$ 215.000,00

Gabinete do Prefeito R\$ 188.224,75

Secretaria Municipal de Administração e Finanças R\$ 835.951,77

Secretaria Municipal de Educação R\$ 1.674.531,80

Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social R\$ 685.284,98

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico R\$ 238.568,84

Secretaria Munic. Planej. Obras Transp. Serviços Públicos R\$ 1.407.339,96

Reserva de Contingência R\$ 160.010,00

**Total - Administração Direta R\$ 5.404.912,10**

**- DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

**2.1 - Autarquias e Fundações**

Fundação Municipal de Desporto e Cultura R\$ 62.500,00

Fundo Municipal de Saúde R\$ 202.980,52

Fundo Municipal de Assistência Social R\$ 51.437,50

Instituto Previd. Social Servidores Públicos Munic. C. Alegre R\$ 325.000,00

**Total - Administração Indireta R\$ 641.918,02**

**TOTAL GERAL R\$ 6.046.830,16**

Art.4º) Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - abrir crédito suplementar até o limite de 50 % (cinquenta por cento) da despesa nos termos do Art.7º, inciso I da Lei 4.320/64, por conta:

a - da anulação parcial de dotação da reserva de contingência em atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos

b - de recursos oriundos de doações e decorrentes de auxílios, acordos e convênios com órgãos do Estado ou da União.

II - Movimentar dotações dentro da mesma categoria de programação desde que não implique em aumento ou diminuição de recursos alocados.

Art.5º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos limites e parâmetros estabelecidos pela legislação pertinente.

Art.6º) Para a Câmara Municipal de Vereadores as transferências serão através de suprimentos, de acordo com a Emenda 25 da Constituição Federal. Para os Fundos Municipais e Fundação serão utilizadas transferências financeiras de acordo com a Portaria nº 339 de 27 de agosto de 2001.

Art.7º) Fazem parte integrante desta Lei os anexos de I a IV e os anexos da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art.8º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2002.

Art.9º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
12 de dezembro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.582 de 12 de Dezembro de 2001**

LEI Nº 2.582 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2017 - Desenvolvimento do Ensino Fundament. Valoriz.



Magist.

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3220.00 - Transferências Intragovernamentais

3224.00 - Transferências Instituições Multigov R\$ 36.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso da Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
12 de dezembro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.583 de 12 de Dezembro de 2001**

LEI Nº 2.583 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 36.149,63 (trinta e seis mil, cento e quarenta e nove reais e sessenta e três centavos), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão do Ensino Fundamental

08.42.188.2017 - Desenvolvimento Ensino Fundamental Valoriz.  
Magist.

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3220.00 - Transferências Intragovernamentais

3224.00 - Transferências a Instituições Mulgov R\$ 36.149,63

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência

9990.00 - Reserva de Contingência R\$ 36.149,63

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
12 de dezembro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.584 de 12 de Dezembro de 2001**

LEI Nº 2.584 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito Suplementar por Conta de Anulação Parcial de Dotação do Orçamento Vigente no valor de R\$ 136.653,78 (cento e trinta e seis mil, seiscentos e cinquenta e três reais e setenta e oito centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Administração

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 11.950,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 528,00

0302 - Divisão de Tesouro

03.08.033.2008 - Encargos e Amortização de Dívidas

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes



3260.00 - Encargos da Dívida Pública  
3261.00 - Encargos da Dívida R\$ 1.600,00  
4000.00 - Despesas de Capital  
4300.00 - Transferências de Capital  
4350.00 - Amortização da Dívida Interna  
4351.00 - Amortização da Dívida Contratada R\$ 11.800,00  
0303 - Divisão de Controle Fazendário  
03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades Financeiras  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil R\$ 7.000,00  
15.84.492.2010 - Contribuição ao PASEP  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferências Correntes  
3280.00 - Contribuição para Fundos R\$ 6.800,00  
0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0401 - Divisão de Apoio Administração  
08.42.188.2011 - Gestão Administrativa do Órgão  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil R\$ 4.693,51  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais R\$ 1.231,36  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3251.00 - Inativos R\$ 2.801,71  
3252.00 - Pensionistas R\$ 714,22  
0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
08.42.188.2017 - Desenvolvimento do Ensino Fund. e Valorização Magistério  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 5.000,00  
3200.00 - Transferências Correntes  
3224.00 - Transferências a Instituições Mulgovern R\$ 7.850,37  
0403 - Divisão de Ensino Infantil  
08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades de Creches  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil R\$ 16.441,32  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3253.00 - Salário Família R\$ 190,00  
08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades Educação Pré-Escolar  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil R\$ 4.800,00  
0404 - Divisão da Cultura  
08.48.246.2020 - Manutenção das Atividades Culturais  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil R\$ 880,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 54,00  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 30,22  
0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
0501 - Divisão de Assistência a Saúde  
13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferência Correntes  
3210.00 - Transferências Intragovernamentais  
3214.00 - Transferências a Fundos R\$ 9.000,00

3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família R\$ 123,41

0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade

15.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 2.937,31

0700 - Secretaria Munic. de Planejamento Obras e Serviços Públicos

0701 - Divisão de Planejamento Urbano e Obras

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 10.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família R\$ 475,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 12.500,00

0703 - Divisão de Obras e Serviços Públicos

10.60.325.2034 - Limpeza Pública e Coleta de Lixo

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 7.253,35

TOTAL R\$ 136.653,78

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0100 - Câmara de Vereadores

0100 - Câmara de Vereadores

01.01.001.2001 - Manutenção de Atividades Legislativas

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 19.000,00

3120.00 - Material de Consumo R\$ 7.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais R\$ 10.143,00

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 15.000,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento Material Permanente R\$ 13.000,00

01.01.025.1001 - Conclusão do Prédio da Câmara

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 17.000,00

01.01.235.2002 - Bolsa Estudantil a Servidor

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3254.00 - Apoio Financeiro a Servidor R\$ 2.286,00

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete

03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 2.000,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0303 - Divisão de Controle Fazendário

03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 15.000,00

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2016 - Manutenção Transporte Escolar Ensino Fundamental

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 6.124,78

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 5.000,00

3120.00 - Material de Consumo R\$ 4.000,00

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

04.18.111.2027 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 600,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 1.000,00

0603 - Divisão de Turismo

11.65.363.2029 - Incentivo ao Turismo

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 1.000,00

0700 - Secretaria M. de Planejamento Obras e Serviços Públicos

0701 - Divisão de Planejamento Urbano e Obras  
10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 2.500,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3251.00 - Inativos R\$ 6.000,00

TOTAL R\$ 136.653,78

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
12 de dezembro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.585 de 12 de Dezembro de 2001**

LEI Nº 2.585 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001  
DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE ITEM NO ANEXO I DA LEI  
MUNICIPAL Nº 2.471 DE 30 DE JUNHO DE 2000

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído item no Anexo I da Lei Municipal nº 2.471 de 30 de junho de 2000, Secretaria Municipal de Planejamento Obras e Serviços Públicos, passando a vigorar com a seguinte redação:

SECRETARIA MUNIC. PLANEJAMENTO URBANO, OBRAS E SERV. PÚBLICOS

Capacitação

- Capacitação do trabalhadores em serviços como calceteiro e afins;

- Capacitação dos operadores de máquinas;  
Logradouros públicos  
- Colocação de lixeiras nos centros Urbanos;

- Arborização dos centros urbanos;

- Conservação de logradouros públicos;

- Construção de passeios e meios-fios;

- Recuperação de pontes e bueiros;

- Sinalização das vias urbanas e rurais;
  - Recuperação do Asfalto na localidade de Fragosos;
  - Recuperação do calçamento na localidade de Bateias de Baixo. Conservação de Estradas
  - Contratos de fornecimento de saibro com fornecedores locais devidamente credenciados;
  - Aprendizagem de novas técnicas de manutenção de estradas vicinais.
- Aquisição de Máquinas

e Automóvel

- Aquisição de uma Patrola Moto niveladora; - Aquisição de 1 caminhão caçamba (truque);

- Aquisição de 1 Trator de Pneu;

- Aquisição de 1 Automóvel (5 lugares)

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
12 de dezembro de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.586 de 12 de Dezembro de 2001**

LEI Nº 2.586 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete

03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 500,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 3.000,00

0700 - Secretaria Municipal de Planejamento Obras e Serv. Pub.

0702 - Divisão de Transportes

16.88.020.2032 - Reforma e Manutenção de Veículos e Maquinários

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo R\$ 3.000,00

0703 - Divisão de Obras e Serviços Públicos

16.88.534.1012 - Construção e Restauração de Pontes

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 4.100,00

TOTAL R\$ 11.600,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso da Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
12 de dezembro de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.587 de 18 de Dezembro de 2001**

LEI Nº 2.587 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 15.903,01 (quinze mil, novecentos e três reais e um centavo), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão do Ensino Fundamental

08.42.188.1003 - Construção Ampliação e Reforma de Escolas

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 2.215,00

4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 5.468,87

08.42.188.2017 - Desenv. Ensino Fundamental e Valorização Magistério

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3120.00 - Material de Consumo R\$ 8.219,14

TOTAL R\$ 15.903,01

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 9.972,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades Educação Pré-Escolar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo R\$ 2.416,01

0405 - Divisão de Merenda Escolar

08.42.188.2021 - Coordenação do Fornecimento da Merenda Escolar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo R\$ 2.215,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 1.300,00

TOTAL R\$ 15.903,01

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.588 de 18 de Dezembro de 2001**

LEI Nº 2.588 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2001.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A FECAMPO - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre, inscrita no CNPJ nº 83.788.216/0001-90 com sede na Rodovia SC 301 nº 1.111 - Centro - Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º) O valor descrito no "caput" deste Artigo será repassado em 12 parcelas, sendo a primeira no mês de janeiro de 2002.

Parágrafo 2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, no prazo máximo de 30 dias após o recebimento, sob pena do não recebimento da próxima parcela, junto ao Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.



Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art. 6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art. 7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser prestada ao Executivo Municipal, no prazo previsto no artigo 2º desta Lei, instruída com os seguintes documentos:

Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;

Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;

Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;

Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;

Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas no exercício de 2002.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 003.122.1202.2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito 335041.00 - Contribuições a Entidades sem Fins Lucrativos, podendo ser suplementada se necessário.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 2002.

Art.11) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **Lei Nº 2.589 de 18 de Dezembro de 2001**

LEI Nº 2.588 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2001.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A FECAMPO - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre, inscrita no CNPJ nº 83.788.216/0001-90 com sede na Rodovia SC 301 nº 1.111 - Centro - Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º) O valor descrito no "caput" deste Artigo será repassado em 12 parcelas, sendo a primeira no mês de janeiro de 2002.

Parágrafo 2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, no prazo máximo de 30 dias após o recebimento, sob pena de não recebimento da próxima parcela, junto ao Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art. 6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art. 7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser prestada ao Executivo Municipal, no prazo previsto no artigo 2º desta Lei, instruída com os seguintes documentos:

Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;

Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;

Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;

Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;

Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.



Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas no exercício de 2002.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 003.122.1202.2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito 335041.00 - Contribuições a Entidades sem Fins Lucrativos, podendo ser suplementada se necessário.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 2002.

Art.11) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.589 de 18 de Dezembro de 2001**

LEI Nº 2.589 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2001.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre, inscrita no CNPJ nº 81.155.319/0001-98 com sede na Rua: Dr. Getúlio Vargas, 563 Centro Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º) O valor descrito no "caput" deste Artigo será repassado em 12 parcelas, sendo a primeira no mês de janeiro de 2002.

Parágrafo 2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, no prazo máximo de 30 dias após o recebimento, sob pena do não recebimento da próxima parcela, junto ao Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado

monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art. 6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art. 7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser aprestada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;

Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;

Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;

Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;

Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas no exercício de 2002.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 003.122.1202.2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito 335041.00 - Contribuições a Entidades sem Fins Lucrativos, podendo ser suplementada se necessário.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 2002.

Art.11) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.590 de 19 de Dezembro de 2001**

LEI Nº 2.590 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001

AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder contribuição de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), para a Federação Catarinense de Municípios - FECAM.

Art.2º) A contribuição acima referida, será repassada em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 100,00 (cem reais) referente aos meses de Janeiro à Dezembro do exercício de 2002, o repasse das contribuições mensais deverá ser efetuado até o dia vinte de cada mês.

Art.3º) A contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, se refere à quota de participação do Município de Campo Alegre, para que se dê continuidade aos Projetos da "FECAM".

Art.4º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 003.122.1202.2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito 335041.00 - Contribuições a Entidades sem Fins Lucrativos, podendo ser suplementada se necessário.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.591 de 19 de Dezembro de 2001**

LEI Nº 2.591 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:  
0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2017 - Desenvolvimento Ensino Fundamental e Valoriz. Magist.

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 10.768,81

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família R\$ 160,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades de Creches

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 500,00

08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades Educação Pré-Escolar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível R\$ 800,00

0404 - Divisão da Cultura

08.48.246.2020 - Manutenção das Atividades Culturais

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 260,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3200.00 - Transferências Correntes

3214.00 - Transferências a Fundos R\$ 3.000,00

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família R\$ 20,62

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 1.490,57

TOTAL R\$ 17.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência

9990.00 - Reserva de Contingência R\$ 17.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.592 de 19 de Dezembro de 2001**

LEI Nº 2.592 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 36.960,43 (trinta e seis mil, novecentos e sessenta reais e quarenta e três centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 1.509,43

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0603 - Divisão de Turismo

11.65.363.2029 - Incentivo ao Turismo

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 20.000,00

0700 - Secretaria M. de Planej. Urbano Ob. Transp.. Serv. Públicos

0701 - Divisão de Planejamento Urbano e Obras

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3113.00 - Obrigações Patronais R\$ 1.400,00

3120.00 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família R\$ 51,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

0702 - Divisão de Transportes

16.88.020.3032 - Reforma e Manutenção dos Veículos e Maqui-  
nários

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo R\$ 4.000,00

TOTAL R\$ 36.960,43

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso da Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
19 de dezembro de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.593 de 19 de Dezembro de 2001**

LEI Nº 2.593 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2000.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 52.431,19 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta e um reais e dezenove centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Administração

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 1.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3210.00 - Transferências Intragovernamentais

3214.00 - Transferências a Fundos R\$ 6.000,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 6.000,00

0302 - Divisão de Tesouro

03.08.033.2008 - Encargos e Amortização de Dívidas

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4300.00 - Transferências de Capital

4350.00 - Amortização da Dívida Interna

4351.00 - Amortização da Dívida Contratada R\$ 100,00

0303 - Divisão de Controle Fazendário

03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades Financeiras

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 500,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ .. 1.600,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 8.000,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2017 - Desenv. Ensino Fundamental Valorização Magistério

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 29.231,19

TOTAL R\$ 52.431,19

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício de 2000.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 19 de dezembro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.594 de 21 de Dezembro de 2001**

LEI Nº 2.594 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2001.

CONCEDE BOLSAS DE ESTUDO A SERVIDORES MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Bolsas de Estudo a Servidores Municipais, até o limite de 50 % (cinquenta por cento) do valor da anuidade escolar de cada servidor que atender aos requisitos estabelecidos nesta Lei.

Art.2º) Para a concessão de Bolsas de Estudos referidas no artigo anterior, ficam estabelecidos os seguintes critérios:

I - auxiliar exclusivamente o Servidor Público efetivo estável, desde que carente de recursos financeiros, e que esteja cursando o Ensino Médio ou Superior pela 1ª vez.

II - a carência de Recursos Financeiros será verificada pela fórmula:

R - A ou A = IC  
N X SM

Onde:

R= Renda Bruta Familiar, ou seja, a soma das remunerações recebidas por todos os membros da família que vivem dessa mesma renda.

AA - aluguel da casa ou amortização de moradia própria até (30 % da R);

N - Número de Membros da mesma família que vivam dessa mesma renda.

SM - Salário Mínimo Vigente

IC - Índice de Carência.

III - Serão considerados carentes de Recursos Financeiros os candidatos cujo índice de Carência for igual ou inferior a 3,0.

IV - O valor da bolsa de estudo será concedido em percentual sobre o valor da anuidade escolar do servidor, conforme o seu índice de carência, observados os limites constantes da seguinte Tabela:

ÍNDICE DE CARÊNCIA APURADO  
LIMITE DE PERCENTUAL A SER CONCEDIDO  
0 à 2,0

Até 50% do valor da anuidade

2,1 à 2,5

Até 30 % do valor da anuidade

2,6 à 3,0

Até 10% do valor da anuidade

Art.3º) Os pedidos de Bolsa de Estudo deverão observar os seguintes requisitos e tramitação:

I - O Candidato a Bolsa dirigirá seu pedido a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, até dia 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano.

II - Junto ao pedido de requerimento serão anexados:

quando casado, declaração de rendimentos do casal e dos filhos;

quando solteiro, declaração de rendimento próprio, do pai, da mãe e dos irmãos para apuração da renda bruta ( R );

últimos seis recibos de aluguel da Casa onde mora ou seis últimos comprovantes de amortização da mensalidade da casa própria;

atestado de matrícula do estabelecimento de ensino;

atestado de aprovação da série anterior, destacando o percentual de frequência obtida;

declaração do Imposto de Renda do ano anterior, ou Declaração de Isenção;

Art.4º) O pagamento das bolsas será mensal e creditado na Conta bancária do servidor beneficiado.

Art.5º) A Bolsa de Estudo será concedida aos alunos que tenham apresentado aprovação na série anterior e atingido no mínimo 80% (oitenta por cento) de frequência.

Art.6º) É vedado sob qualquer pretexto o recebimento de Bolsa de Estudo concomitantemente, de mais de um órgão do Poder

Público ou de Entidades Privadas.

Parágrafo Único - Fica vedada a Concessão do benefício previsto no Artigo 2º Inciso I desta Lei, quando houver no Município, a Prestação gratuita do Ensino pretendido pela Rede Estadual.

Art.7º) Os Requerimentos que não apresentarem todos os documentos solicitados no Artigo 3º desta Lei, serão indeferidos automaticamente.

Art.8º) Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art.9º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais nº 2.220 de 25/03/1997, nº 2.221 de 25/03/1997 e nº 2.233 de 10/06/1997.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de dezembro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.595 de 21 de Dezembro de 2001**

LEI Nº 2.595 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2001

AUTORIZA O MUNICÍPIO A APLICAR E COBRAR EM SEU TERRITÓRIO A TABELA DE PREÇOS DA FATMA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Município de Campo Alegre, autorizado a aplicar e cobrar em seu território a Tabela de Preços da FATMA - Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina, aprovada pelo Decreto Estadual nº 2.286/92, e alterada pelo Decreto nº 1.528/00, os quais passam a fazer parte integrante desta Lei, na operacionalização dos seguintes Convênios:

I - Termo de Convênio de Cooperação Técnica e Institucional Estado de Santa Catarina/FATMA/Município de Campo Alegre nº 11.573/2001-8, com vistas a execução do Programa de Controle Ambiental no Município, especialmente em relação ao licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos classificados como de pequeno porte e potencial poluidor/degradador pequeno e médio, aprovado pelo Decreto Estadual nº 2.945 de 10 de setembro de 2001, publicado à página 14 do DOE/SC 16.742 de 11 de setembro de 2001.

II - Termo de Convênio de Cooperação Técnica e Institucional Estado de Santa Catarina/FATMA/Município de Campo Alegre nº 11.576/2001-2, com vistas à execução do Programa de Desenvolvimento Sustentado no Município, especialmente em relação ao cumprimento de legislação florestal e da Mata Atlântica, aprovado pelo Decreto Estadual nº 2.892 de 28 de agosto de 2001, publicado à página 11 do DOE/SC 16.734 de 29 de agosto de 2001.

Parágrafo Único - A Unidade Fiscal de Referência do Estado de Santa Catarina poderá ser substituída pela utilizada no município,



ou por percentual desta, mediante autorização legislativa.  
Art.2º) Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2002, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de dezembro de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.596 de 21 de Dezembro de 2001**

LEI Nº 2.596 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2001

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE ITEM NO ANEXO I DA LEI  
MUNICIPAL Nº 2.471 DE 30 DE JUNHO DE 2000

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído item no Anexo I da Lei Municipal nº 2.471 de  
30 de junho de 2000, Secretaria Municipal de Desenvolvimento  
Econômico, passando a vigorar com a seguinte redação:

#### **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

##### **Indústria**

- Aquisição de terrenos para programas de incentivo a indústria;
- Concessão de incentivos fiscais na implantação de indústrias no município;
- Criação de um serviço de apoio técnico a micro e pequena empresa;
- Criação de um condomínio empresarial no município;
- Elaboração de propostas a grandes empresas que atuem nos ramos que sejam vocação econômica do município;
- Parceria com a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre;

- Realização de cursos de capacitação de mão-de-obra e de novos empreendedores.

##### **Comércio**

- Programas que visem o fortalecimento do comércio local;
- Combate a evasão de divisas;
- Incentivo a atividades comerciais complementares (fechar o ciclo de consumo);

- Incentivos fiscais a instalação e ampliação de casas de comércio;

- Agilização para instalação do PROCON.

##### **Turismo**

- Aquisição de uma filmadora;
- Montagem do acervo visual do município;

- Parceria com projetos da iniciativa privada;
- Programas de desenvolvimento do Ecoturismo;
- Incentivos fiscais a instalação de empresas do ramo turístico;
- Embelezamento trevos de acesso ao centro da cidade, Bateias de Baixo e Fragosos;
- Construção do Posto de Informações Turísticas.

Art.2 º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
21 de dezembro de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.597 de 21 de Dezembro de 2001**

LEI Nº 2.597 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2001.

HOMOLOGA O TERMO DE CONVÊNIO Nº 1.450/2001,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE E A UNIÃO FEDERAL, ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologada a Celebração do Termo de Convênio nº 1.450/2001, que entre si Celebram a Prefeitura Municipal de Campo Alegre e a União Federal, através do Ministério da Saúde, no valor total de R\$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais), sendo R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) do Concedente e R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) do Conveniente.

Art.2º) O objeto do presente Termo de Convênio refere-se ao Apoio Técnico e Financeiro para AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE - CAMPO ALEGRE/SC, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art.3º) O termos de Convênio a que se refere o Artigo primeiro desta Lei faz parte integrante desta Lei.

Art.4º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação do Orçamento Vigente.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
21 de dezembro de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal



GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.598 de 23 de Janeiro de 2002

LEI Nº 2.598 DE 23 DE JANEIRO DE 2002

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER COMO DAÇÃO EM PAGAMENTO DE DÉBITOS COM A MUNICIPALIDADE ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DE DILCEU JOSÉ DUARTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber como dação em pagamento de DILCEU JOSÉ DUARTE, por conta de débito tributário com a Municipalidade, relativo a Contribuição de Melhoria e IPTU, no valor de R\$ 9.450,30 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais e trinta centavos), através de escritura pública, livre de qualquer ônus e hipotecas, área de terras, a seguir descrita:

Terreno urbano, situado na Rua: Cél. Raymundo Munhoz, com a área total de 555,90 (quinhentos e cinquenta e cinco metros, e noventa decímetros quadrados), cuja área foi absorvida pela Rua: Cél. Raymundo Munhoz.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de janeiro de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 23 / 01 / 2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.599 de 23 de Janeiro de 2002

LEI Nº 2.599 DE 23 DE JANEIRO DE 2002

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO E INCLUSÃO DE ITEM NO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.557 DE 15 DE OUTUBRO DE 2001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam alteradas as Planilhas do Anexo Único da Lei Municipal nº 2.557 de 15 de outubro de 2001, e que passam a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
23 de janeiro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2002 / 2005

4.05 PROGRAMA: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR E ENSINO FUNDAMENTAL

DIAGNÓSTICO: OS ALUNOS BENEFICIADOS SERÃO OS REGULARMENTE MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL.

DIRETRIZES: MELHORIA DA QUALIDADE DA MERENDA ESCOLAR, ATRAVÉS DE CARDÁPIOS ELABORADOS COM A ORIENTAÇÃO DA NUTRICIONISTA, PROGRAMADO A FAVORECER, NO MÍNIMO, POR REFEIÇÃO, 15% DAS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DIÁRIOS DOS ALUNOS BENEFICIADOS.

OBJETIVOS: CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DO DESEMPENHO ESCOLAR, VISANDO A REDUÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR E DA REPETÊNCIA, E PARA FORMAR BONS HÁBITOS ALIMENTARES.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.05.01 Aprimoramento do cardápio escolar, objetivando melhor qualidade da merenda escolar e suprimento das necessidades nutricionais dos educandos	Merenda Escolar	Unidade	48	92.820,00 116.912,00	Recursos Próprios e Convênios com FNDE
4.05.02 Veículo para transporte da merenda	Utilitário com Baú	Unidade	01	60.000,00	Recursos Próprios e Convênio
TOTAL				269.732,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.05 PROGRAMA: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

DIAGNOSTICO: NECESSIDADE DE MAIS VEÍCULOS E MÁQUINAS PARA MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

DIRETRIZES: IMPLEMENTAÇÃO DE MAQUINÁRIOS

OBJETIVOS: MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E SERVIÇOS GERAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
8.05.1 Caminhão Traçado e Trucado com Basculante	Veiculo	Peça	03	330.000.00	Recursos Próprios
8.05.2 Retro Escavadeira	Veiculo	Peça	01	180.000.00	Recursos Próprios
8.05.3 Motoniveladora	Veiculo	Peça	01	280.000.00	Recursos Próprios
8.05.4 Trator de Pneu	Trator	Peça	01	91.000.00	Recursos Próprios
8.05.5 Aquisição de um Britador	Equipoto.	Unidade	01	110.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				991.000.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.09 PROGRAMA: ATERRO SANITÁRIO

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO NÃO POSSUI AINDA UM ATERRO SANITÁRIO CONFORME AS EXIGÊNCIAS AMBIENTAIS

DIRETRIZES: ADEQUAR UM LOCAL PARA RECEBIMENTO DE LIXO DOMÉSTICO

OBJETIVOS: ADEQUAR UM LOCAL PARA RECEBIMENTO DE LIXO DOMÉSTICO

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
8.09.1 Aquisição de um terreno	Área	M2	01	20.000.00	Recursos Próprios
8.09.2 Implementação do Aterro Sanitário	Projeto	Unidade	01	25.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				45.000.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.06 PROGRAMA: RECUPERAÇÃO DE VIAS

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO TEM 295 KM DE VIAS PÚBLICAS

DIRETRIZES: MELHORIA E MANUTENÇÃO VIAS PÚBLICAS

OBJETIVOS: CONSERVAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
8.06.1 Recuperação do asfalto de Fragosos c/ 2.500m	Asfalto	M2	22.500	320.000.00	Recursos Próprios
8.06.2 Construção e Conservação permanente de estradas, bueiros e pontes da Área Rural	Estradas	km	250	120.000.00	Recursos Próprios
8.06.3 Conservação permanente das vias urbanas pavimentadas ou não.	Vias	km	45	20.000.00	Recursos Próprios
8.06.2 Recuperação e alargamento das Estradas do Município.	Estradas	Km		20.000.00	Recursos Próprios
8.06.5. Infra-estrutura p/ Indústria conforme programa de divisão de Comércio e Indústria de acordo com o Programa de Incentivo Agro Silvo Pastoril	Programa		4	186.000.00	Recursos Próprios
TOTAL				666.000.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.02 PROGRAMA: CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE EM BAIRRO

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI CERCA DE 4 BAIRROS, COM DEMANDA REFERENCIADA P/ O CENTRO DE SAÚDE DA SEDE.

DIRETRIZES: CONSTRUÇÃO DE UM POSTO DE SAÚDE COM 94,00 M2

OBJETIVOS: GARANTIR ATENDIMENTO BÁSICO Á POPULAÇÃO COM ATENDIMENTO DIÁRIO DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM E SEMANALMENTE CONSULTAS BÁSICAS (MÉDICA/ODONTOLÓGICA).

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED.	META	VALOR	FONTE
5.02.01 Construção do Posto de Saúde	Posto de Saúde	Unid. 94,00 m2	01	30.000,00	Convênio Gov. Federal/Estado
5.02.02 Aquisição de equipamentos médico/ambulatorial	Equipamentos	Unidade		10.000,00	Convênio Gov. Federal/Estado
5.02.03 Ampliação do Posto de Saúde Central	Posto	M2	01	98.000,00	Recursos Próprios/Convênio
TOTAL RECURSOS-CONVÊNIOS				138.000,00	

REFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

04.02 PROGRAMA: ATENDIMENTO AO ENSINO FUNDAMENTAL

DIAGNÓSTICO: A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CONTA ATUALMENTE COM 24 ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ATENDENDO 819 ALUNOS. O CORPO DOCENTE É FORMADO POR 52 PROFESSORES, TENDO COMO PESSOAL DE APOIO, 27 MERENDEIRAS, UMA NUTRICIONISTA, UMA FONOAUDIÓLOGA, DOIS MOTORISTAS, ALÉM DA EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

DIRETRIZES: EVITAR A EVASÃO ESCOLAR, PROPORCIONANDO MELHORES CONDIÇÕES FÍSICAS E PEDAGÓGICAS, EQUIPANDO AS UNIDADES DE ENSINO, AMPLIANDO O ACESSO AO TRANSPORTE ESCOLAR E ADEQUANDO A MERENDA ESCOLAR ATRAVÉS DE CARDÁPIOS BALANCEADOS.

OBJETIVOS: FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO, ATRAVÉS DA MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO, PARA QUE O MESMO POSSA CUMPRIR SUA PARTE NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS HUMANA E SOLIDÁRIA

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
04.02. 01 Manutenção da estrutura de educação existente (Apoio ADM)	Desp. Gerais	Unidade	48	677.865,41	Recursos Próprios

04.02.02 Construção nova sede Escola R. M. Mª José D. Silva Bernardes	Escola	Unidade	01	200.000,00	Recursos Próprios
04.02.03 Ampliação Física das Escolas Isoladas: Avenquinha de Sto. Antônio, Santana e construção de uma nova escola na localidade de Bateias de Cima	Salas	Unidade	10 salas	100.000,00	Rec. Próp. Conv. (FUNDEF)
04.02.04 Construção da Quadra de Esportes nas Escolas Isoladas: Avenquinha de Sto Antônio, Santana e Bat de Cima	Quadra	Unidade	01	30.000,00	Rec. Próp. e FUNDEF
04.02.04 Pintura intern/externa Rede Escolar	Pintura	Unidade	24	80.000,00	Rec. Próp. Conv. (FUNDEF)
04.02.05 Conservação e reforma dos Prédios Escolares existentes	Reformas Gerais	Unidade	22	80.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.06 Equipamentos para a Rede Escolar	Equipamentos	Unidade	Vários	48.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.07 Aquisição material didático/consumo	Material	Unidade	Vários	20.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.08 Aperfeiçoamento e investimento na qualificação dos profissionais do Ensino Fundamental	Cursos	Unidade	10	20.000,00	Rec. Próp./Conv. Salário Educ. e FUNDEF

04.02.09 Estudos, levantamentos e pesquisas para o aprimoramento do Ensino Fundamental	Estudos e Pesquisas	Unidade	07	20.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.10 Contratação de pessoal de apoio: Terapeuta Ocupacional e Psicóloga	Profissionais	Unidade	02	25.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.11 Construção da quadra de esportes na E.R.M. Carlos Frederico Adolfo Schneider	Quadra de Esportes	Unidade	01	25.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.12 Ampliação das dependências físicas e construção de muro na E.R.M. Bela Vista	Sala Muro	Unidade	01	15.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.13 Implantação de Telesala na Rede Escolar - Interior	Equiptos.	Unidade	02	20.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.14 Construção de dois laboratórios de informática: na sede e na localidade de Bateias de Cima	Laboratório	Unidade	02	60.000,00	Recursos Próprios e Convênios
04.02.15 Aquisição mobiliário para Salas Informática	Equiptos.	Unidade	80	8.000,00	Rec. Próp. FUNDEF/ Salár Educ.
04.02.16 Informatização das Escolas da Rede Municipal do Ensino Fundamental	Equiptos.	Peças	08	10.000,00	Rec. Próp. e Convênios

04.02.17 Aquisição e Manutenção de Veículos	Veículos	Unidade	03	100.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.18 Manutenção Aquisição de Material Permanente p/ banheiro, cozinha, sala de Apoio Administrativo, Pedagógico, Multi-Profissionais e Chefias.	Material	Unidade	Vários	150.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.19 Construção, Manutenção do Prédio da Secretaria Municipal de Educação.	Prédio		01	70.000,00	Rec. Próp. e Convênios
<b>TOTAL</b>	<b>1.758.865,41</b>				

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE**  
**ANEXO I PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART.4º, 1º E 2º, II)**

**PLANO PLURIANUAL 2002/2005**

**04.02 - PROGRAMA**

Coral Feminino da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre

**DIAGNÓSTICO**

A educação da personalidade do educando, encarada sob seu aspecto global, tem na música o mais alto elemento de socialização e ajustamento. A formação de um coral em nosso município, além de desenvolver o senso rítmico e a acuidade auditiva, servirá como ação sócio-educativa solicitada pelo Programa "Bolsa Escola".

**DIRETRIZES**

O Coral Feminino da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre será um marco para o município. O canto combate a agressividade, canaliza o excesso de energia; desenvolve o espírito de iniciativa e a auto-expressão, além de propiciar iguais oportunidades a todos, integrando o indivíduo ao seu meio ambiente.

**OBJETIVOS**

Despertar ou ampliar o gosto pela música. Treinar a habilidade de construção de instrumentos, com a utilização de materiais simples, favorecer a dicção através da articulação das palavras e contribuir para o desenvolvimento global das crianças.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.2.01.21 Formação e manutenção do Coral Feminino da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre	Alunas de 1ª a 4ª série da Rede Municipal de Ensino	Unidade	80 meninas	R\$ 8.000,00	Recursos próprios

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

## PLANO PLURIANUAL 2002/2005

## 04.02 - PROGRAMA

Bombeiros Mirins de Campo Alegre

## DIAGNÓSTICO

Resgate da cidadania, incluindo esta atividade como ação sócio-educativa solicitada pelo Programa "Bolsa Escola"

## DIRETRIZES

Trabalho sobre cidadania, conhecimento do trabalho do bombeiro, desenvolvimento da prática esportiva, importância de um bom relacionamento com outras pessoas, expansão de conhecimentos básicos sobre a importância de viver em comunidades e auxiliar em suas campanhas.

## OBJETIVOS

Proporcionar à criança uma reflexão referente a cidadania e a sua existência como ser humano.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.2.01.20 - Desenvolvimento do projeto "Bombeiros Mirins" em Campo Alegre	Alunos de 09 a 13 anos	Unidade	72 alunos	R\$ 8.000,00	Recursos Próprios

**LEI Nº 2.600 DE 23 DE JANEIRO DE 2002**

LEI Nº 2.600 DE 23 DE JANEIRO DE 2002

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO E ALTERAÇÃO DE ITENS NO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.569 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2001.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam alteradas as Planilhas do Anexo I da Lei Municipal nº 2.569 de 06 de novembro de 2001, e que passam a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 23 de janeiro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)  
DAS DESPESAS  
POR PROGRAMA

4.05 - PROGRAMA: MERENDA ESCOLAR (Pré-Escola e Ensino Fundamental)

DIAGNÓSTICO: Os alunos beneficiados serão os regularmente matriculados na Educação Pré-Escolar e Ensino Fundamental do Município.

DIRETRIZES: Melhoria na qualidade da Merenda Escolar, através de cardápios elaborados com orientação de nutricionista

OBJETIVOS: Formação de bons hábitos alimentares, redução da evasão escolar e da repetência

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.5.01.1 - Melhoria da qualidade da Merenda Escolar e suprimentos das necessidades Nutric.dos Educandos	Merenda	Unidade	Alunos	29.228,00	Recursos FNDE
				23.205,00	Recursos Próprios
4.5.01.2 - Aquisição Veículo para Transporte da Merenda Escolar	Veículo	Unidade	01	60.000,00	Recursos Próprios/Convênio
				112.433,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)  
DAS DESPESA  
POR PROGRAMA

4.02 - PROGRAMA: ATENDIMENTO AO ENSINO FUNDAMENTAL

DIAGNÓSTICO: A rede municipal de ensino conta atualmente com 24 Escolas do Ensino Fundamental, atendendo 819 alunos. O corpo docente é formado por 43 professores e profissionais de apoio, 27 zeladoras, uma nutricionista, uma fonoaudióloga, um motorista, e profissionais de apoio técnico-pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

DIRETRIZES: Evitar a evasão escolar, proporcionando melhores condições físicas e pedagógicas, equipando as Unidades de Ensino, ampliando o acesso ao transporte escolar e adequando a merenda escolar através de cardápios balanceados.

OBJETIVOS: Formação integral do aluno, através da melhoria da qualidade de ensino, para que o mesmo possa cumprir sua parte na construção de uma sociedade mais humana e solidária.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
4.2.01.1 - Construção da nova sede escolar da Escola R. Munic. Mª Jose Duarte Silva Bernardes	escola	unidade	1	R\$ 200.000,00	Recursos Próprios
4.2.01.1 - Ampliação física da Escola I. Avenquinha Sto. Antônio	salas	unidade	6	R\$ 40.000,00	Recursos Próprios-Convênios FUNDEF

4.2.01.3 - Pintura interna e externa	pintura	unidade	1	R\$ 10.000,00	Recursos Próp. FUNDEF
4.2.01.3 - Pintura Interna e Externa	pintura	unidade	escolas	R\$ 10.000,00	Rec. Próprios FUNDEF
4.2.01.4 - Conservação e reforma de prédio	reforma	unidade	escolas	R\$ 10.000,00	Rec. Próprios./ FUNDEF
4.2.01.5 - Equipamentos para rede escolar	equipamentos	unidade	vários	R\$ 10.000,00	Rec. Próprios/ Convênios
4.2.01.6 - Implantação de Tele-sala no interior	equipamentos	unidade	2	R\$ 10.000,00	Rec. Próprios/ Convênios
4.2.01.7 - Construção de dois Laboratórios de Informática, um no centro e outro no interior	laboratório	unidade	2	R\$ 15.000,00	Rec. Próprios/ Convênios
4.2.01.8 - Aquisição mobiliário p/ salas de Informática	equipamentos	unidade	80	R\$ 8.000,00	Rec. Próp. FUNDEF, Salário Educação
4.2.01.9 - Despesas Diversas	Diversos	unidade	24 Esc.	31.968,19	
TOTAL				R\$ 334.968,19	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS  
POR PROGRAMA

8.05 PROGRAMA : AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

DIAGNOSTICO: Há necessidade de renovar a frota

DIRETRIZES: Implementação dos Serviços de Transporte

OBJETIVOS: Melhorar a Manutenção de Vias Públicas e outros Serviços em geral.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
8.05.1 - Caminhão Traçado e Trucado	Veículo	Unidade	3	330.000,00	Recursos Próprios
com basculante					
8.05.2 - Britador	Equip.	Unidade	1	110.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				440.000,00	



## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

8.06 PROGRAMA : RECUPERAÇÃO DE VIAS PUBLICAS

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI 295 KM DE ESTRADAS VICINAIS

DIRETRIZES: Melhorar a Manutenção das Estradas Vicinais

OBJETIVOS: Proporcionar uma boa estrada Vicinal

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
8.6.01.2 - Conservação Permanente de Estradas, Construção e Conservação de Bueiros e Pontes da Área Rural	Estradas	Km	63	10.000,00	Rec.Próprio
8.6.01.3 - Conservação Permanente das Vias Urb. Públ. Pavimentadas ou não	Ruas	Km	23	10.000,00	Rec. Próprio
8.6.01.4 - Recuperação e Alargamento das Estradas do Município	Estradas	Km		5.000,00	Rec. Próprio
8.6.01.5 - Infraestrutura para Indústria conforme programa da Divisão de Comércio e Indústria e Programa de Incentivo Agro Silvo Pastoril	Programa	Unidade	1	30.000,00	Rec. Próprio
TOTAL				55.000,00	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

8.02 PROGRAMA : PAVIMENTAÇÃO DE VIAS

DIAGNOSTICO: O Município possui 19,700 km (dezenove quilômetros vírgula setecentos metros) de Vias Urbanas não Pavimentadas

DIRETRIZES: Construir a Sub-Base e Tubulação Pluvial para Pavimentação

OBJETIVOS: Urbanizar Ruas, reduzir o números de ruas não pavimentadas.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
8.2.01.0 - Rua Ernesto Afonso Scheide 1500m x 9m)					
8.2.01.1 - Sub-Base 0,20 m	Saibro	M3	2.700	1.350,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.01.2 - Tubo de Concreto	Tubo	Peças	3.000	30.000,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.01.3 - Boca de Lobo	Conjunto	Peças	30	1.500,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.01.4 - Pavimentação Asfáltica	Asfalto	M2	13.500	216.000,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.02.0 - Rua Altamiro L. Guimarães e Jorge Lacerda(1300m x 9m)					
8.2.02.1 - Sub-Base 0,20 m	Saibro	M3	2.340	1.170,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.02.2 - Tubo de Concreto	Tubo	Peças	2.600	26.000,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.02.3 - Boca de Lobo	Conjunto	Peças	26	1.300,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.02.4 - Pavimentação Asfáltica	Asfalto	M2	11.700	187.200,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.03.0 - Rua Carolina Kotovicz (222m x 9m)					
8.2.03.1 - Sub-Base 0,20 m	Saibro	M3	380	190,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.03.2 - Tubo de Concreto	Tubo	Peças	75	750,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.03.3 - Boca de Lobo	Conjunto	Peças	3	300,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.03.4 - Pavimentação Asfáltica	Asfalto	M2	1.887	30.192,00	Rec. Próprio/BADESC
8.2.03.5 - Pavimentação Asfáltica das seguintes Ruas: Pe. Lino Jacob Vier, Irª. Amália Gheller, Carlos Brandes, Rua Nereu Ramos, Rua das Flores e Rua das Hortências.	Asfalto	M2	8.500	103.327,60	Rec. Próprio/Convênio
TOTAL				599.179,60	

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II

DAS DESPESAS

POR PROGRAMA

8.09 PROGRAMA : ATERRO SANITÁRIO

DIAGNOSTICO: O Município não possui ainda um Aterro Sanitário conforme as exigências Ambientais.

DIRETRIZES: Adequar um local para Recebimento de Lixo Doméstico.

OBJETIVOS: Implantar um novo Aterro Sanitário dentro das Regras Estabelecidas de Acordo com a Legislação Ambiental.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
8.09.1- Aquisição de um Terreno	Área	M2	01	20.000,00	Rec. Próprios

8.09.2 - Implementação do Aterro Sanitário	Projeto	Unidade	01	25.000,00	Rec. Próprios
TOTAL				45.000,00	

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

ANEXO I PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART.4º, 1º E 2º, II)

## 04.02 - PROGRAMA

## CORAL FEMININO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO ALEGRE

DIAGNÓSTICO: A educação da personalidade do educando, encarada sob seu aspecto global, tem na música o mais alto elemento de socialização e ajustamento. A formação de um coral em nosso município, além de desenvolver o senso rítmico e a acuidade auditiva, servirá como ação sócio-educativa solicitada pelo Programa "Bolsa Escola".

DIRETRIZES: O Coral Feminino da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre será um marco para o município. O canto combate a agressividade, canaliza o excesso de energia; desenvolve o espírito de iniciativa e a auto-expressão, além de propiciar iguais oportunidades a todos, integrando o indivíduo ao seu meio ambiente.

OBJETIVOS: Despertar ou ampliar o gosto pela música. Treinar a habilidade de construção de instrumentos, com a utilização de materiais simples, favorecer a dicção através da articulação das palavras e contribuir para o desenvolvimento global das crianças.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.2.01.12 Formação e manutenção do Coral Feminino da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre	Alunas de 1ª a 4ª série da Rede Municipal de Ensino	Unidade	80 meninas	R\$ 8.000,00	Recursos próprios

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

ANEXO I PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART.4º, 1º E 2º, II)

## 04.02 - PROGRAMA

## BOMBEIROS MIRINS DE CAMPO ALEGRE

DIAGNÓSTICO: Resgate da cidadania, incluindo esta atividade como ação sócio-educativa solicitada pelo Programa "Bolsa Escola"

DIRETRIZES: Trabalho sobre cidadania, conhecimento do trabalho do bombeiro, desenvolvimento da prática esportiva, importância de um bom relacionamento com outras pessoas, expansão de conhecimentos básicos sobre a importância de viver em comunidades e auxiliar em suas campanhas.

OBJETIVOS: Proporcionar à criança uma reflexão referente a cidadania e a sua existência como ser humano.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.2.01.11 - Desenvolvimento do projeto "Bombeiros Mirins" em Campo Alegre	Alunos de 09 a 13 anos	Unidade	72 alunos	R\$ 8.000,00	Recursos Próprios

## ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2002 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

## DAS DESPESAS

## POR PROGRAMA

## 6.06 PROGRAMA : TRANSPORTE PARA CARENTES

DIAGNOSTICO: Fornecimento de bilhetes de Passagem para Transporte Coletivo e Rodoviário

DIRETRIZES: Aumentar o Atendimento à Pessoas Carentes

OBJETIVOS: Proporcionar atendimento aos carentes que são encaminhados para atendimento médico fora deste Município e também aos que irão em busca de trabalho ou até mesmo para fixar residência em outros municípios.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
6.06.1 - Bilhetes Transporte Rodoviário e Coletivo	Bilhetes	Unidade	380	2.100,00	Rec. Próprios
TOTAL				2.100,00	

**LEI Nº 2.601 DE 23 DE JANEIRO DE 2002**

LEI Nº 2.601 DE 23 DE JANEIRO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2001.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 408.327,60 (quatrocentos e oito mil, trezentos e vinte e sete reais e sessenta centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
 012.361.1408.1001 - Construção, Ampliação e Reforma de Escolas Municipais  
 400000.00 - Despesas de Capital  
 440000.00 - Investimentos  
 449000.00 - Aplicações Diretas  
 449051.00 - Obras e Instalações R\$ 40.000,00  
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 0603 - Divisão de Turismo  
 023.695.1603.2028 - Incentivos ao Turismo  
 400000.00 - Despesas de Capital  
 440000.00 - Investimentos  
 449000.00 - Aplicações Diretas  
 449051.00 - Obras e Instalações R\$ 20.000,00  
 0700 - Secretaria Municipal de Planej., Transportes e Obras  
 0701 - Divisão de Planejamento e Obras  
 026.451.1801.1004 - Pavimentação de Vias Urbanas  
 400000.00 - Despesas de Capital  
 440000.00 - Investimentos  
 449000.00 - Aplicações Diretas  
 449051.00 - Obras e Instalações R\$ 103.327,60  
 026.782.1801.2029 - Gestão Administrativa da Secret. de Planejamento e Obras  
 400000.00 - Despesas de Capital  
 440000.00 - Investimentos  
 449000.00 - Aplicações Diretas  
 449052.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 220.000,00  
 0703 - Divisão de Obras e Serviços Públicos  
 017.512.1703.1006 - Implantação do Aterro Sanitário  
 400000.00 - Despesas de Capital  
 440000.00 - Investimentos  
 449000.00 - Aplicações Diretas  
 449051.00 - Obras e Instalações R\$ 25.000,00  
 TOTAL R\$ 408.327,60

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício de 2001.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 23 de janeiro de 2002.  
 RENATO BAHR  
 Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 23/01/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 2.602 DE 23 DE JANEIRO DE 2002**

LEI Nº 2.602 DE 23 DE JANEIRO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito Suplementar por Conta de Anulação Parcial de Dotação do Orçamento Vigente no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
 008.244.1409.2021 - Manutenção da Assistência Social  
 300000.00 - Despesas Correntes  
 330000.00 - Outras Despesas Correntes  
 339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica .....  
 R\$ 2.100,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
 008.244.1409.2021 - Manutenção da Assistência Social  
 400000.00 - Despesas de Capital  
 440000.00 - Investimentos  
 449052.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 2.100,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 23 de janeiro de 2002.  
 RENATO BAHR  
 Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Errata Pregão 90/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE -SC  
1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO  
Nº 90/2014, PREGÃO (presencial)

Necessário se faz a alteração do edital do processo licitatório em epígrafe para correção na descrição do valor máximo da tabela do item do Anexo I (Modelo Planilha para Cotação de Preço), passando a vigorar conforme abaixo:

ANEXO I  
(Modelo Planilha para Cotação de Preço)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2014  
MODALIDADE PREGÃO

Item	Qtde	Unid.	Descrição	VALOR MÁXIMO POR SACO R\$	Valor Unitário
01	360	Sacos	Adubo 08-20-20, saco de 50kg	56,00	

Validade da proposta: \_\_\_\_\_ dias (não inferior a 60 dias)

CARIMBO E ASSINATURA:

As demais disposições do edital do processo licitatório epigrafado permanecem inalterados e em vigor, inclusive a data de abertura.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br). Publique-se ainda, o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)

Campo Alegre/SC, 11 de setembro de 2014.  
Lucilaine Mokfa Schwarz  
Secretária Municipal de Administração

### DECRETO Nº 8.562 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.562 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 1.541,00 (um mil, quinhentos e quarenta e um reais), na seguinte Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras

15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transportes e Obras.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339014.00.896 -	Diárias - Civil	R\$ 1.541,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transportes e Obras.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 750,00
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449051.00.896 -	Obras e Instalações	R\$ 791,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício, Município de Campo Alegre/SC, 11 de setembro de 2014.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 8.563 de 11 de Setembro de 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.563 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

cria COMISSÃO PROVISÓRIA DE DOAÇÃO E DESTINAÇÃO DE BENS IMPRESTÁVEIS AO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Designar os seguintes servidores Públicos Municipais: LILIAN TEREZINHA BARTSCH - Chefe do Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo; ALAÉRCIO LUIS CORDEIRO - Diretor de Planejamento; ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS - Chefe do Serviço de Apoio à Educação; MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ - Chefe do Serviço de Suprimentos; LUCIMAR PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO - Chefe do Serviço de Tributação e Fiscalização, sob Presidência do primeiro, comporem a Comissão Provisória de Doação e Destinação de Bens Imprestáveis ao Serviço

## Público Municipal

Art.2º) Os Bens considerados sucatas, ou imprestáveis à utilização pelo Poder Público, deverão ser vendidos, pelo valor mínimo estipulado pela referida Comissão, já os bens que porventura tenham utilidade serão encaminhados para Serviço de Desenvolvimento Social "Assistência Social" para posterior doação.

Parágrafo Único. No caso de venda o valor arrecadado deverá ser revertido aos Cofres Públicos da Municipalidade na conta de Alienação de bens.

Art.3º) Os servidores ora designados, deverão coordenar e acompanhar a doação e venda ou eliminação dos bens imprestáveis.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício, Município de Campo Alegre/SC, 11 de setembro de 2014.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.502 de 28 de Dezembro de 2000**

LEI Nº 2.502 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 82.644,99 (Oitenta e dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais, noventa e nove centavos) a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 216,65

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2017 - Desenvolvimento do Ensino Fund. e Valoriz. do Magistério

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$13.000,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades da Creche

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 346,55

08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades Educação Pré Escolar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 713.56

0404 - Divisão da Cultura

08.48.246.1004 - Construção do Anfiteatro Municipal

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 65.768,23

07.00 - Secretaria Munic. Planej. Transportes e Obras.

07.01 - Divisão da Frota Municipal.

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão.

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 2.600,00

TOTAL R\$ 82.644,99

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 28 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE

Secretária de Administração e Finanças



Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.501 de 22 de Dezembro de 2000**

LEI Nº 2.501 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2000

CRIA O PROGRAMA DE CONTROLE DE RESULTADOS - PROCRES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º) Fica criado no âmbito da Administração Municipal o PROCRES - Programa de Controle de Resultados - através do qual o Poder Executivo irá documentar os dados relativos ao desempenho dos órgãos da Administração Municipal, prestando contas aos munícipes, através do envio mensal destes dados ao Poder Legislativo Municipal.

Art.2º) O registro das informações referidas no artigo anterior se dará pelo preenchimento mensal dos formulários constantes do Anexo I a XXXV desta lei.

Art.3º) O envio dos formulários referidos no artigo anterior a Câmara Municipal se dará, obrigatoriamente, até o dia 15 do mês subsequente ao mês de referência.

Art.4º) Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de dezembro de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 22 / 12 / 2000

### **Lei Nº 2.500 de 19 de Dezembro de 2000**

LEI Nº 2.500 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000

CRIA O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do Município de Campo Alegre, destinado a fiscalizar e controlar a aplicação de recursos destinados a Merenda Escolar, bem como participar da elaboração do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Art.2º) O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte configuração:

I - um representante do Poder Executivo, indicado pelo Chefe

desse Poder;

II - um representante do Poder Legislativo, indicado pela Mesa Diretora desse Poder;

III - dois representantes dos Professores, indicados pelo respectivo órgão de classe;

IV - dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares;

V - um representante de outro segmento da sociedade local.

§ 1º - A cada membro titular do Conselho de Alimentação Escolar corresponderá um suplente.

§ 2º - Os representantes serão indicados pelas entidades que representam e serão nomeados por Decreto do Executivo Municipal.

§ 3º - Os membros e o Presidente do Conselho de Alimentação Escolar terão mandato de 2 anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 4º - O exercício do mandato de Conselheiro do Conselho de Alimentação Escolar é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 3º) Compete ao Conselho de Alimentação Escolar:

I - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

II - zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;

III - receber, analisar e remeter ao FNDE, com parecer conclusivo, as prestações de contas do PNAE encaminhadas pelo município.

Art. 4º) - O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) terá 30 (trinta) dias para elaborar o seu Regimento Interno, após a data de promulgação desta Lei.

Art. 5º) - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação do Orçamento Vigente.

Art. 6º) - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 2.400 de 04 de maio de 1999 e Lei Municipal nº 2.478 de 16 de agosto de 2000.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
em 19 de dezembro de 2000.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 19 / 12 / 2000



**Lei Nº 2.499 de 13 de Dezembro de 2000**

LEI Nº 2.499 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 14.536,50 (quatorze mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete

03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 336,50

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3214.00 - Contribuições a Fundos R\$ 7.700,00

0700 - Secretaria Munic. Planejamento, Transportes e Obras

0701 - Divisão da Frota Municipal

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços e Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 2.000,00

0702 - Divisão de Transportes

16.88.020.3032 - Reforma e Manutenção dos Veículos e Maquinários

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo R\$ 4.500,00

TOTAL R\$ 14.536,50

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei,

correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0100 - Câmara de Vereadores

0101 - Câmara de Vereadores

01.0101.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

3130.00 - Serviços e Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 1.500,00

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 3.700,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 4.345,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo R\$ 3.991,50

TOTAL R\$ 14.536,50

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
13 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
14/12/2000

**Lei Nº 2.498 de 13 de Dezembro de 2000**

LEI Nº 2.498 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000

DISPÕE SOBRE A TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS E EXPEDIENTES, ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

SEÇÃO I

## DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º O recebimento, o encaminhamento, a tramitação e o arquivamento de documentos no âmbito da Administração Municipal direta e indireta, e ainda o processamento das atividades administrativas de que resulte decisão ou despacho que crie, modifique ou extinga direito do administrado, ou do servidor, obedecerá o disposto nesta lei.

Art.2º Para os efeitos desta lei, compreende-se:

I - Apensamento - é a união temporária de processos.

II - Arquivamento - ato de depositar um dado expediente administrativo no arquivo, para, a qualquer tempo, desarquivá-lo ou informar seu paradeiro.

III - Arquivo Corrente - é o arquivo constituído por documentos ainda em curso ou parados temporariamente, porém que ainda são objeto de consultas frequentes.

IV - Arquivo Intermediário - é constituído por conjuntos de documentos originários de arquivos correntes que ficam parados temporariamente.

V - Arquivo Permanente - é o arquivo constituído por conjuntos de documentos que transcendem sua finalidade inicial e específica, assumindo um valor cultural e histórico e, conseqüentemente, sendo obrigados a serem preservados para consultas do público, ou para uso de interessados no assunto ali tratado.

VI - Desapensamento - é exatamente o inverso do apensamento, é de competência exclusiva do Protocolo e ocorrerá, também, por determinação de autoridade competente.

VII - Desarquivamento - retirada de um processo do arquivo permanente mediante requisição formal de autoridade competente.

VIII - Desentranhamento - é a retirada, a pedido de um interessado ou seu representante legal, de documento de expediente administrativo e somente será efetuado mediante requerimento devidamente endereçado ao dirigente do órgão que originou o processo.

IX - Incorporação - é o ato de fundir dois processos, ou seja, eliminar um processo fazendo-o parte integrante de outro, sobre o mesmo assunto, com o mesmo interessado e dirigido à mesma autoridade.

X - Juntada - é a adesão de folhas (que podem ser despachos, ofícios, pareceres, documentos, mapas, etc.) a um processo em tramitação.

XI - Processo - é o encadeamento necessário e ordenado de atos e fatos destinados à formação ou execução de atos jurídicos, cujos fins são juridicamente regulados. É dividido em:

a) Processo Administrativo (stricto sensu) - tendente a solucionar uma questão litigiosa ou não, entre o administrado ou servidor e a Administração.

b) Processo Administrativo Disciplinar - processo que encerra litígio entre o servidor e a Administração.

c) Processo Administrativo Tributário - processo tendente a solucionar contencioso fiscal.

XII - Protocolar - significa apor, no documento que está entrando, um carimbo, ou chancela de um relógio datador, para que se registre a data, a hora do recebimento e o número de "protocolo" dado ao documento.

XIII - Tramitação - é o percurso de um dado expediente administrativo dentro de uma repartição ou entre elas.

Art.3º Para o cumprimento no disposto nesta lei ficam convencionadas as seguintes siglas departamentais:

1 - GAPRE Gabinete do Prefeito

ASSPE Assessoria de Projetos Especiais

ASSJUR Assessoria Jurídica

DIVIN Divisão de Imprensa

2 - SAFIN Secretaria de Administração e Finanças

DEPAD Departamento de Administração

DIPESS Divisão de Pessoal

DICOMP Divisão de Compras

DIPAT Divisão de Patrimônio

DEFIN Departamento de Finanças

DITES Divisão de Tesouro

DICONFAZ Divisão de Controle Fazendário

DIFISC Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal

DICOB Divisão de Cobrança

3 - SEPOSP Secretaria Municipal de Planejamento Transporte e Obras

DEPOB Departamento de Obras

DIFROT Divisão de Frota Municipal DITRANS Divisão de Transportes

DIPLAN Divisão de Obras, Planejamento e Serviços Públicos,

4 - SEDEN Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

DESEN Departamento de Desenvolvimento Econômico

DIAGRI Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

DICOMIN Divisão de Comércio e Indústria

DITUR Divisão de Turismo

5 - SEDUC Secretaria Municipal de Educação

DEPENS Departamento de Ensino

DIPOI Divisão de Apoio Administrativo

DIFUND Divisão de Ensino Fundamental

DINFANT Divisão de Ensino Infantil

DITINS Divisão de Ensino Itinerante e Merenda Escolar

6 - SEBEN Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

DESAU Departamento de Saúde

DEBEM Departamento de Bem Estar Social

DISOCI Divisão de Assistência Social à Comunidade

DISAU Divisão de Assistência à Saúde

DIVIG Divisão de Vigilância Sanitária e Epidemiológica

Parágrafo Único - Toda vez que servidor ou autoridade fizer menção por escrito em expediente administrativo à órgão da Administração, o fará através do respectiva sigla.

## SEÇÃO II

### DOS EXPEDIENTES ADMINISTRATIVOS FORMAIS

Art.4º A atividade administrativa que disciplina interesses do administrado ou de servidores, em litígio ou não, com a Administração, será realizado por meio de expediente administrativo formal, dividido em duas modalidades cujas denominações adotados serão:

I - Processo Administrativo, quando se tratar:

a) Sindicância;

b) Apuração de responsabilidade funcional;

c) Contencioso administrativo tributário;

d) Impugnação de ato de polícia administrativa;

e) Concessão de licenças edilícias de parcelamento, uso e ocupação do solo;

f) Concessão de incentivos econômico-fiscais.

II - Protocolado, nos demais casos.

Parágrafo Único - A atividade administrativa de que trata o caput deste artigo obedecerá as formas procedimentais específicas previstas na Seção V desta lei.

Art. 5º - O Processo Administrativo atenderá ao disposto em normas específicas e ainda:

I - Terá numeração específica e seqüencial iniciada a partir da data de vigência desta lei, a ser fixada com etiqueta na parte superior da pasta respectiva;

II - Será autuado em capa própria com termo de autuação;

III - Terá os documentos juntados com termo de juntada e numerados folha a folha;

IV - Será impulsionado por despacho da autoridade competente nas formas procedimentais da Seção V desta lei;

V - Terá seu arquivamento ordenado pela autoridade competente mediante despacho.

Art.6º Do Protocolado:

I - Terá numeração seqüencial do protocolo em continuidade às séries iniciadas em 1997 a ser afixada por etiqueta na parte superior direita do documento que der origem;

II - Terá a adesão de folhas à medida de sua tramitação que serão

juntadas seqüencialmente e afixadas simplesmente com "clipes" ou outro meio semelhante, sendo anotado no verso da folha anterior a respectiva junta;

III - Será impulsionado por despacho da autoridade competente nas formas procedimentais da Seção V desta lei;

IV - Terá seu arquivamento ordenado pela autoridade competente mediante despacho.

### SEÇÃO III DO PROTOCOLO

Art.7º Todo documento ou correspondência que der entrada em órgão da Administração Municipal deve passar pelo Protocolo para registro e devido encaminhamento.

§ 1º - Os órgãos da Administração Indireta e as secretarias municipais que funcionarem fora do prédio central da Prefeitura poderão ter protocolos próprios.

§ 2º - É vedado ao Protocolo recusar recebimento de qualquer documento salvo aquele que não for endereçado ao órgão da Administração ou a autoridade a ele pertencente.

§ 3º - Quando documentos endereçados a Administração forem entregues em mãos ou via correio a servidor ou autoridade, caberá a estes o devido encaminhamento ao Protocolo com despacho que especifique as providências a serem tomadas.

§ 4º - Da entrega de documentos no protocolo será dado comprovante que poderá ser uma cópia do documento entregue ou cartão que conste o número seqüencial do protocolo.

§ 5º - Executam-se do registro do protocolo os documentos como faturas, propagandas, notas fiscais, avisos, carnês, extratos bancários e similares.

Art. 8º O Protocolo será um serviço desenvolvido no âmbito dos órgãos da administração e terá as seguintes competências:

I - Receber processos, documentos, expedientes e correspondências em geral;

II - Classificar os documentos recebidos, tomando as providências necessárias ao registro de entrada e ao correto encaminhamento;

III - Efetuar pesquisa sobre os documentos recebidos, para verificar se já há registro anterior sobre o mesmo assunto e/ou interessado;

IV - Registrar, juntar, apensar ou incorporar, conforme o caso;

V - Distribuir, internamente, os processos, documentos ou correspondências, registrando o andamento dos Protocolados e dos Processos Administrativos nas "Fichas de Expedientes Administrativos";

VI - Manter perfeito controle da movimentação dos processos e/ou documentos, devendo estar sempre pronto para informar a última movimentação do documento ou processo;

VII - Emitir relatórios quinzenais do controle da movimentação de documentos, para possibilitar a cobrança de seu andamento.

Art.9º O responsável pelo protocolo, diariamente coletará e enviará os expedientes administrativos segundo seus respectivos destinatários, registrando seu andamento e cumprindo eventuais despachos a ele destinado, sempre verificando se foram cumpridas as determinações do último despacho e se foram registrados as juntadas de documentos adicionados ao respectivo expediente.

### SEÇÃO IV DO ARQUIVAMENTO

Art.10 O arquivamento de expedientes administrativos será feito pelo servidor responsável:

I - sempre que necessário, no arquivo corrente;

II - mediante despacho da autoridade competente, no arquivo intermediário;

III - periodicamente, a ordem da autoridade competente, de documentos vindos do arquivo intermediário, no arquivo permanente.

Art. 11 No ato do arquivamento, o servidor:

I - observará se consta expressamente o despacho de arquivamento;

II - irá conferir se todas as folhas estão devidamente numeradas;

III - irá verificar se as partes em branco e os versos das folhas foram inutilizadas com um traço transversal;

IV - irá verificar se há irregularidades no expediente lavrando o respectivo termo e opinando pelo seu saneamento, enviando, neste caso, para autoridade competente que irá ordenar o saneamento.

Art.12 O desarquivamento de um expediente administrativo ocorrerá para consulta, reconsideração de decisão administrativa, recurso ou junta de documentos; sempre precedido de requisição formal de autoridade competente.

Art.13 Será concedido vistas de expediente administrativo a interessado e fornecimento de cópias mediante pagamento das custas, sendo vedada vistas fora da repartição.

Art.14 A descrição dos documentos de que se vale a Administração na sua atividade, seu respectivo prazo de guarda em arquivo e sua destinação final, constarão da "Tabela de Temporalidade de Documentos" constante do Anexo I parte integrante desta lei.

### SEÇÃO V DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Art. 15 Os expedientes administrativos se desencadearão numa seqüência lógica de atos, denominada procedimento administrativo, que fica assim dividida:

I - Procedimentos Tributários;

II - Procedimentos de Posturas;

III - Procedimentos Diretores

Obras

Zoneamento

Parcelamento

IV - Procedimentos de Pessoal

V - Procedimentos Diversos

Parágrafo Único - A observância da forma procedimental é obrigatória para todos os servidores e autoridades na análise das questões submetidas à sua apreciação, não obstante se possam inserir, extraordinariamente, etapas não constantes do procedimento ou suprimi-las, justificadamente.

Art.16 Os procedimentos tributários e suas respectivas etapas são:

I - Do parcelamento de dívida:

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo II) no Protocolo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo administrativo seguirá para a Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal que irá juntar parecer sobre o requerimento tendo observado o número máximo de parcelas, o valor mínimo da parcela e tendo efetuado os cálculos dos valores principal e acessórios;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o pedido, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

d) no caso de deferimento, o despacho do Secretário de Administração e Finanças ordenará a intimação do requerente para num prazo determinado, assinar o Termo de Parcelamento de Dívida (Anexo III) junto à Divisão de Tributação;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

II - Da restituição de crédito fiscal:

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo IV) no Protocolo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo administrativo seguirá para a Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal que irá juntar parecer sobre o requerimento tendo observado a existência do crédito do contribuinte e tendo feito o cálculo dos valores havidos e indicado a melhor forma de restituição;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que fará juntar a decisão administrativa

deferindo no todo ou em parte o pedido, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

d) no caso de deferimento, o despacho do Secretário de Administração e Finanças ordenará a intimação do requerente para num prazo determinado, assinar o Termo de Restituição de Crédito Fiscal junto à Divisão de Tributação;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

III - Da compensação de crédito:

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo V) no Protocolo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo administrativo seguirá para a Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal que irá juntar parecer sobre o requerimento tendo observado se existe o crédito reclamado, se realmente é líquido e certo e, se compensado os valores ainda sobrevivem débitos ou créditos devendo, neste caso, indicar qual a melhor maneira de compensá-los;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o pedido, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

d) no caso de deferimento, o despacho do Secretário de Administração e Finanças ordenará a intimação do requerente para um prazo determinado assinar o Termo de Compensação de Dívida junto à Divisão de Tributação;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

IV - Da transação para terminação de litígio "ex officio":

a) o Secretário de Administração e Finanças ordenará a autuação do Termo de Transação para Terminação de litígio (Anexo VI) no Protocolo na modalidade processo administrativo e a intimação do contribuinte para aderir a proposta num prazo determinado sob pena de caducidade da proposta;

b) caso não haja adesão à proposta pelo contribuinte o processo será arquivado após despacho do Secretário da Administração e Finanças;

c) caso haja a adesão à proposta pelo contribuinte no prazo determinado, a Divisão de Tributação fará juntar o respectivo Termo nos autos e se responsabilizará pela sua execução; d) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

V - Da remissão fiscal requerida:

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento no Protocolo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo administrativo seguirá para a Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal que irá juntar parecer sobre o requerimento tendo averiguado e apontado a circunstância bastante para concessão da remissão;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o pedido, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

d) no caso de deferimento, o Secretário de Administração e Finanças irá lavrar o Termo de Remissão Fiscal (Anexo VII) e ordenará a intimação do requerente para tornar ciência da decisão;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

VI - Da alteração do cadastro fiscal requerida:

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo VIII) no Protocolo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade Protocolado;

b) o protocolado seguirá para Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal que irá efetuar a alteração requerida e ordenará o seu arquivamento;

c) o protocolado seguirá para o Protocolo para cumprir eventuais despachos e efetuar o arquivamento a seu tempo.

VII - Da baixa do cadastro fiscal requerida:

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo IX) no Protocolo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade Protocolado;

b) o protocolado seguirá para Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal que irá efetuar a baixa emitindo certidão da mesma e ordenado ao Protocolo que o mesmo archive o Protocolado após o requerente ter retirado a certidão ou, em qualquer caso, no prazo de 90 dias;

c) o protocolado seguirá para o Protocolo para cumprir eventuais despachos e efetuar o arquivamento a seu tempo.

VIII - Da reclamação contra estimativa de base de cálculo:

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo X) no Protocolo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo administrativo seguirá para a Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal que irá juntar parecer sobre o requerimento tendo observado o cumprimento do prazo e indicado a conveniência do valor reputado justo pelo reclamante à Administração, além de indicar a melhor programação de compensação dos valores recebidos com recolhimentos futuros, no caso de opinar pelo deferimento;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que fará juntar a decisão administrativa acatando ou não a reclamação e ordenando ou não a adequação da base de cálculo segundo o pedido do reclamante;

d) no caso de deferimento, o despacho do Secretário de Administração e Finanças ordenará a intimação do requerente para tomar ciência da decisão administrativa;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

IX - Da consulta tributária:

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo XI) no Protocolo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade Protocolado;

b) o Protocolado seguirá para a Assessoria Jurídica que responderá a consulta formulada ou ordenará a complementação da consulta, conforme o caso;

c) o Protocolado seguirá para o Protocolo que dará ciência ao consulente da resposta da Assessoria Jurídica e fará o seu arquivamento;

X - Do registro de extravio e/ou inutilização de livro e/ou documento fiscal:

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo XII) no Protocolo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade Protocolado;

b) o protocolado seguirá para Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal que irá efetuar registro emitindo certidão do mesmo e ordenado ao Protocolo que o mesmo archive o Protocolado após o requerente ter retirado a certidão ou em qualquer caso no prazo de 90 dias;

c) o Protocolado seguirá para o Protocolo para cumprir eventuais despachos e efetuar o arquivamento a seu tempo;

XI - Da concessão de regime especial de escrituração de livro fiscal:

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo XIII) no Protocolo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo administrativo seguirá para a Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal que irá juntar parecer sobre o requerimento tendo averiguado o fac-símile dos modelos propostos e atestado a conveniência ao fisco municipal do pedido do contribuinte;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o pedido, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

d) no caso de deferimento, o despacho do Secretário de



Administração e Finanças ordenará a intimação do requerente para tornar ciência da decisão;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

XII - Da autorização para utilização de modelo de nota fiscal estadual:

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo XIV) no Protocolo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo administrativo seguirá para a Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal que irá juntar parecer sobre o requerimento tendo averiguado a cópia da nota fiscal estadual e o despacho autorizativo do fisco estadual e ainda tendo atestado a conveniência para o fisco municipal do pedido do contribuinte;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o pedido, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

d) no caso de deferimento, o despacho do Secretário de Administração e Finanças ordenará a intimação do requerente para tornar ciência da decisão;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

XIII - Da autorização de impressão de documento fiscal:

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo XV) no Protocolo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade Protocolado;

b) o Protocolado seguirá para o Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal que irá confirmar a real necessidade da impressão de blocos de notas, conferindo inclusive da regularidade da emissão das notas dos blocos já impressos;

c) no caso de deferimento do pedido, a Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal ordenará ao Protocolo que envie a autorização ao requerente e archive o protocolado, em caso contrário poderá intimar o requerente a prestar maiores informações ou indeferir o requerimento;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

XIV - Do requerimento de certidão negativa de débito:

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo XVI) no Protocolo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade Protocolado;

b) o Protocolado seguirá para o Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal que irá confirmar o cumprimento do disposto nos artigos 20 e seguintes do Decreto 2.411/98.;

c) no caso de deferimento do pedido a Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal ordenará ao Protocolo que envie a CND ao requerente e archive o protocolado em caso contrário poderá intimar o requerente a prestar maiores informações ou indeferir o requerimento;

d) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

Parágrafo Único - Os modelos de formulários dos procedimentos deste artigo constam dos anexos II a XVI desta lei.

Art. 17 Os procedimentos de posturas e suas respectivas etapas são:

I - Da concessão alvará de licença para funcionamento de casas de diversão:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento

(Anexo XVII) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários e do comprovante de vistoria policial, para ser autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do requerente a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento ou da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente junto a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que providenciará a vistoria e juntará o respectivo termo atestando a regularidade quanto as normas edilícias e de higiene e opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão da licença;

d) o processo seguirá para Gabinete do Secretário de Planejamento, Transporte e Obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o pedido, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) no caso de deferimento, o despacho do Secretário ordenará a expedição do competente alvará e a intimação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

II - Da concessão de alvará de licença para instalação de anúncio:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XVIII) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, para ser autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do requerente a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento ou da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente junto a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará minuciosamente as informações constantes do requerimento, averiguando o atendimento das condições do art. 56 do Código de Posturas e juntará parecer opinando pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão da licença;

d) o processo seguirá para Gabinete do Secretário de Planejamento, Transporte e Obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o pedido, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) no caso de deferimento, o despacho do Secretário ordenará a expedição do competente alvará e a intimação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

III - Da concessão de alvará de licença para exploração de atividade extrativa mineral:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XIX) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários e dos documentos exigidos no § 2º do art. 72 do Código de Posturas para ser autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do requerente a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento ou da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente junto a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará minuciosamente as informações constantes do requerimento averiguando o atendimento das condições do Código de Posturas e da LZUOS e realizará a competente vistoria juntando o termo respectivo e

opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão da licença;

d) o processo seguirá para Gabinete do Secretário de Planejamento, Transporte e Obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o pedido, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) no caso de deferimento, o despacho do Secretário ordenará a expedição do competente alvará por 1 (um) ano e a intimação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

IV - Da concessão de alvará de licença de localização, instalação e funcionamento:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XX) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, para ser autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do requerente a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento ou da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente junto a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que providenciará a vistoria e juntará o respectivo termo atestando a regularidade quanto as normas de posturas e opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão da licença;

d) o processo seguirá para Gabinete do Secretário de Planejamento, Transporte e Obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o pedido, ordenando diligências ou indeferindo o pedido; e) no caso de deferimento, o despacho do Secretário ordenará a expedição do competente alvará e a intimação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

V - Da concessão de alvará de licença de atividade ambulante, eventual ou feirante:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXI) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, para ser autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do requerente a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento ou da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente junto a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará minuciosamente as informações constantes do requerimento averiguando o atendimento das condições do art. 84 e s.s do Código de Posturas e opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão da licença;

d) o processo seguirá para Gabinete do Secretário de Planejamento, Transporte e Obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o pedido, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) no caso de deferimento, o despacho do Secretário ordenará a expedição do competente alvará com as restrições constantes do art. 86 do Código de Posturas e a intimação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

VI - Da concessão de alvará de licença de funcionamento em horário extraordinário:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXII) acompanhado do comprovante de recolhimento dos

emolumentos necessários, para ser autuado na modalidade processo administrativo; b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do requerente a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento ou da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente junto a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará minuciosamente as informações constantes do requerimento averiguando o atendimento das normas de posturas e opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão da licença;

d) o processo seguirá para Gabinete do Secretário de Planejamento, Transporte e Obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o pedido, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) no caso de deferimento, o despacho do Secretário ordenará a expedição do competente alvará por tempo determinado e a intimação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

VII - Da concessão de alvará de licença de instalação de depósito de explosivos e inflamáveis:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXIII) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, para ser autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do requerente a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento ou da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente junto a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará minuciosamente as informações constantes do requerimento averiguando o atendimento das condições do Código de Posturas e da LZUOS e realizará a competente vistoria juntando o termo respectivo e opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão da licença;

d) o processo seguirá para Gabinete do Secretário de Planejamento, Transporte e Obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o pedido, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) no caso de deferimento, o despacho do Secretário ordenará a expedição do competente alvará com as restrições constantes do Código de Posturas e a intimação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

VIII - Da concessão de alvará de licença de instalação de posto de combustível:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXIII) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, para ser autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do requerente a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento ou da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente junto a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará minuciosamente as informações constantes do requerimento averiguando o atendimento das condições do Código de Posturas e da LZUOS e realizará a competente vistoria juntando o termo respectivo e opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão da



licença;

d) o processo seguirá para Gabinete do Secretário de Planejamento, Transporte e Obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o pedido, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) no caso de deferimento, o despacho do Secretário ordenará a expedição do competente alvará e a intimação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

**IX - Da concessão de alvará de licença para ocupação de via pública:**

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXIV) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, para ser autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do requerente a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento ou da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente junto a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará minuciosamente as informações constantes do requerimento averiguando o atendimento das condições do Código de Posturas e da LZUOS e realizará a competente vistoria juntando o termo respectivo e opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão da licença;

d) o processo seguirá para Gabinete do Secretário de Planejamento, Transporte e Obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o pedido, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) no caso de deferimento, o despacho do Secretário ordenará a expedição do competente alvará e a intimação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

**X - Da concessão de alvará de licença para transporte coletivo de passageiros:**

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXV) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, e da vistoria policial, para ser autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do requerente a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento ou da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente junto a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará as informações do requerente e fará a vistoria nos veículos para averiguar o atendimento das condições estabelecidas na legislação competente e opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão da licença;

d) o processo seguirá para Gabinete do Secretário de Planejamento, Transporte e Obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o pedido, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) no caso de deferimento, o despacho do Secretário ordenará a expedição do competente alvará e a intimação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

**XI - Da revalidação de licença:**

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXVI) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, para ser autuado na modalidade

processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do requerente a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento ou da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente junto a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará o cumprimento das exigências legais quanto a prorrogação da licença, realizando vistorias se necessário, e opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão da licença;

d) o processo seguirá para Gabinete do Secretário de Planejamento, Transporte e Obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o pedido, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) no caso de deferimento, o despacho do Secretário ordenará a expedição do competente alvará e a intimação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

**Parágrafo Único - Os modelos de formulários dos procedimentos deste artigo constam dos anexos XVII a XXVI desta lei.**

**Art.18 Os procedimentos diretores e suas respectivas etapas são:**

**I - Da consulta prévia de construção:**

a) o consulente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXVII)

acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários e da prova de propriedade do imóvel ou documento equivalente, para ser autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do requerente a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento ou da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente junto a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará a consulta e emitirá parecer (Anexo XXVIII) que fará juntar ao processo;

d) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que ordenará a notificação do consulente para que retire o parecer de consulta prévia no prazo de 30 dias;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

**II - Da aprovação de projeto arquitetônico:**

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXIX) acompanhado de todos os documentos exigidos no mesmo, para ser juntado ao processo da consulta prévia de construção;

b) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará o projeto e o cumprimento das exigências legais e irá juntar parecer de aprovação de projeto arquitetônico (Anexo XXX), indicando, se necessário, as medidas necessárias a sua aprovação;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que ordenará a notificação do requerente para que cumpra as medidas apontadas no parecer ou tome ciência da aprovação do projeto conforme o caso;

d) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

**III - Da concessão de alvará de construção:**

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXXI) para ser juntado ao respectivo processo;

b) o processo seguirá para o DIPLAN que opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido no próprio requerimento indicando as medidas necessárias a concessão do alvará;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que ordenará a notificação do

requerente para que cumpra as medidas apontadas pelo DIPLAN ou retire o alvará no prazo de 30 dias conforme o caso;

d) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

IV - Da vistoria e do habite-se:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXXII) para ser

juntado ao processo respectivo;

b) o processo seguirá para o DIPLAN que realizará a vistoria lavrando o respectivo termo, opinando pela concessão do "Habite-se" e/ou indicando as medidas necessárias à concessão;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que ordenará a notificação do requerente para que cumpra as medidas apontadas no parecer ou retire o "habite-se" conforme o caso;

d) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

V - Da Autorização para Paralisação de Obra:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXXIII) para ser juntado ao respectivo processo;

b) o processo seguirá para o DIPLAN que opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido no próprio requerimento indicando as medidas necessárias a autorização;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que ordenará a notificação do requerente para que cumpra as medidas apontadas pelo DIPLAN ou tome ciência da autorização;

d) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

VI - Da aprovação de projeto arquitetônico e alvará de licença de construção de casa popular:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXXIV) acompanhado de todos os documentos exigidos no mesmo, para ser autuado na modalidade protocolado;

b) o protocolado seguirá para o DIPLAN que analisará o projeto e o cumprimento das exigências legais e irá juntar parecer de aprovação de projeto arquitetônico (Anexo XXX), indicando, se necessário, as medidas necessárias a sua aprovação;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que ordenará a notificação do requerente para que cumpra as medidas apontadas no parecer ou retire o alvará no prazo de 30 dias conforme o caso;

d) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

VII - Da aprovação do desmembramento de gleba rural:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXXV)

acompanhado de todos os documentos exigidos no mesmo, para ser autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará o projeto e o cumprimento das exigências legais e irá juntar parecer de aprovação de desmembramento de gleba rural (Anexo XXXVI), indicando, se necessário, as medidas necessárias a sua aprovação;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que ordenará a notificação do requerente para que cumpra as medidas apontadas no parecer ou tome ciência da aprovação do projeto conforme o caso;

d) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

VIII - Da consulta prévia de viabilidade de parcelamento do solo:

a) o consulente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXXVII)

acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários e de todos os documentos exigidos no requerimento, para ser autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do requerente a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento ou da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua tramitação

somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente junto a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará a consulta e emitirá certidão de viabilidade do parcelamento (Anexo XXXVIII);

d) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que ordenará a notificação do consulente para que retire o parecer de consulta prévia no prazo de 30 dias;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

IX - Da concessão de diretrizes básicas de parcelamento:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXXIX)

acompanhado de todos os documentos exigidos no mesmo, para ser juntado ao processo respectivo;

b) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará o projeto e o cumprimento das exigências legais e irá juntar as Diretrizes Básicas de Parcelamento ou indicar as medidas necessárias a elaboração de tal documento;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que ordenará a notificação do requerente para que cumpra as medidas apontadas ou tome ciência das Diretrizes, conforme o caso;

d) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

X - Da análise de ante-projeto urbanístico (opcional):

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XL) acompanhado de todos os documentos exigidos no mesmo, para ser juntado ao processo respectivo;

b) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará o projeto e o cumprimento das exigências legais e irá juntar parecer de análise de ante-projeto urbanístico;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que ordenará a notificação do requerente para que tome ciência do parecer do DIPLAN;

d) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso

XI - Da aprovação de projeto técnico definitivo de parcelamento:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XLI) acompanhado de todos os documentos exigidos no mesmo, para ser juntado ao processo respectivo;

b) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará o projeto e o cumprimento das exigências legais e irá juntar parecer indicando, se necessário, as medidas necessárias a sua aprovação;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que ordenará a notificação do requerente para que cumpra as medidas apontadas no parecer ou retire o alvará de licença para execução de obras de parcelamento no prazo de 30 dias;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

XII - Da vistoria, da certificação de conclusão de obras e da liberação de área:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XLII) acompanhado de todos os documentos exigidos no mesmo, para ser juntado ao processo respectivo;

b) o processo seguirá para o DIPLAN que primeiramente irá apurar o cumprimento do Acordo de Parcelamento (Anexo XLIII) e da Autorização de Parcelamento (Anexo XLIV) executando em seguida a vistoria e lavrando o respectivo termo opinando pela certificação ou não da conclusão das obras ou indicando medidas necessárias a tal certificação;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que ordenará a notificação do requerente para que cumpra as medidas apontadas no termo ou retire a certidão respectiva no prazo de 30 dias;

d) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

Parágrafo Único - Os modelos de formulários dos procedimentos

deste artigo constam dos anexos XXVII a XLIV desta lei.

Art.19 Os procedimentos de pessoal e suas respectivas etapas são:  
I - Do pedido de transferência:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo XLV) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Protocolado;  
b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido;  
c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

II - Do pedido de exoneração:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo XLVI) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo Protocolo Geral para ser autuado na modalidade protocolado;

b) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que notificará o pleiteante do pedido de reconsideração ou ordenará a Portaria de Exoneração;

c) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

III - Do pedido de remoção:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo XLVII) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo Protocolo Geral para ser autuado na modalidade protocolado;

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido podendo condicionar o deferimento a execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

IV - Do pedido de auxílio pecuniário/ A.F.E. servidor:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo XLVIII) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo Protocolo Geral acompanhado dos documentos que comprovem as informações constantes do requerimento, para ser autuado na modalidade protocolado;

b) o protocolado seguirá para o DICONFAZ que irá atestar da existência ou não de verba orçamentária;

c) o protocolado seguirá para o DIPESS que irá averiguar o cumprimento das normas legais e juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido;

d) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido podendo condicionar o deferimento a execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;

e) o protocolado seguirá para a DICONFAZ, caso seja deferido o pedido, para empenhamento da despesa;

f) o protocolado seguirá para a DITES para inclusão na programação mensal de pagamentos;

g) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor providenciará a edição de portaria e ordenará o

arquivamento, conforme o caso;

V - Do pedido de férias com gratificação de 1/3:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo XLIX) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo Protocolo Geral para ser autuado na modalidade protocolado;

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido e ainda o cumprimento das disposições legais;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido podendo condicionar o deferimento a execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, incluirá os valores na folha de pagamento, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

VI - Do pedido de conversão de férias em abono pecuniário:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo L) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo Protocolo Geral para ser autuado na modalidade protocolado;

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido e ainda o cumprimento das disposições legais;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido podendo condicionar o deferimento a execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

VII - Da licença por motivo de doença em pessoas da família:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LI) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo Protocolo Geral para ser autuado na modalidade protocolado;

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido e ainda o cumprimento das disposições legais;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido podendo condicionar o deferimento a execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

VIII - Do pedido de licença para serviço militar obrigatório:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LII) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo Protocolo Geral para ser autuado na modalidade protocolado;

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido e ainda o cumprimento das disposições legais;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido podendo condicionar o deferimento a execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor providenciará a edição de portaria e ordenará o



arquivamento, conforme o caso;

IX - Do pedido de licença para tratar de interesse particular:

- a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LIII) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo Protocolo Geral para ser autuado na modalidade protocolado;
- b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido e ainda o cumprimento das disposições legais;
- c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido podendo condicionar o deferimento a execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;
- d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

X - Do pedido de licença prêmio:

- a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LIV) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo Protocolo Geral para ser autuado na modalidade protocolado;
- b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido e ainda o cumprimento das disposições legais;
- c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido podendo condicionar o deferimento a execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;
- d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

XI - Do pedido de licença para atividade política:

- a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LV) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo Protocolo Geral para ser autuado na modalidade protocolado;
- b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido e ainda o cumprimento das disposições legais;
- c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido podendo condicionar o deferimento a execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;
- d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

XII - Do pedido de licença para participação em evento:

- a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LVI) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Protocolado;
- b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido;
- c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;
- d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

XIII - Do pedido de licença para desempenho de mandato classista:

- a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LVII) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Protocolado;
- b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido;
- c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;
- d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

XIV - Do pedido de aposentadoria:

- a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LVIII) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Protocolado;
- b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a oportunidade do pedido e o cumprimento das condições legais;
- c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;
- d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

XV - Do pedido de auxílio natalidade:

- a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LIX) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Protocolado;
- b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a oportunidade do pedido e o cumprimento das condições legais;
- c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;
- d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

XVI - Do pedido de auxílio para o filho excepcional:

- a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LX) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Protocolado;
- b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a oportunidade do pedido e o cumprimento das condições legais;
- c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;
- d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

**XVII - Do pedido de salário família:**

- a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LXI) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Protocolado;
- b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a oportunidade do pedido e o cumprimento das condições legais;
- c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;
- d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

**XVIII - Do pedido de licença para tratamento de saúde:**

- a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LXII) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Protocolado;
- b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido;
- c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;
- d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

**XIX - Do pedido de licença à gestante:**

- a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LXIII) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Protocolado;
- b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido;
- c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;
- d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

**XX - Do pedido de licença por acidente serviço:**

- a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LXIV) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Protocolado;
- b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido;
- c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;
- d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

**XXI - Do pedido de licença para aleitamento materno:**

- a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LXV) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Protocolado;

- b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido;
- c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;
- d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

**XXII - Do pedido de pensão:**

- a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LXVI) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Protocolado;
- b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido;
- c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;
- d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

**XXIII - Do pedido de benefício de seguridade social:**

- a) o servidor irá preencher o requerimento que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Protocolado;
- b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido;
- c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;
- d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

**XXIV - Do auxílio funeral:**

- a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LXVII) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Protocolado;
- b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido;
- c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;
- d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

**XXV - Do auxílio reclusão:**

- a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LXVIII) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Protocolado;
- b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido;
- c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em

parte ou indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

XXVI - Da concessão do pecúlio:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LXIX) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Protocolado;

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso.

XXVII - Da licença à paternidade ou adotante:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LXX) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Protocolado;

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

XXVIII - Da prorrogação da licença para tratamento de saúde:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LXXI) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Protocolado;

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido; c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso; Parágrafo Único - Os modelos de formulários dos procedimentos deste artigo constam dos anexos XLV a LXXI desta lei.

Art. 20 Os procedimentos diversos e suas respectivas etapas são:  
I - Do requerimento de incentivos:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo LXXII) acompanhado de todos os documentos exigidos no mesmo, para ser autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do requerente a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento ou da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente junto a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para a DICOMIN que fará a análise do pedido, ponderando a conveniência ao município e verificando a regularidade dos documentos exigidos no requerimento, juntando, ao final, um parecer opinativo ao processo;

d) o processo seguirá para o GAPRE para ser dado visto do Prefeito Municipal;

e) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Econômico que irá juntar decisão administrativa deferindo no todo ou em parte ou indeferindo o pedido;

f) sendo a decisão administrativa, pelo deferimento, deverá o mesmo intimar o requerente para em dia e hora determinada comparecer a solenidade de assinatura do Termo de Concessão de Incentivos;

g) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

II - Do requerimento de audiência com o Prefeito:

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo LXXIII) para ser autuado na modalidade Protocolado;

b) o protocolado seguirá para o GAPRE onde o Chefe de Gabinete analisará a conveniência e oportunidade do pedido, juntando despacho indeferindo o pedido, caso em que deverá o mesmo ser fundamentado, ou deferido o pedido, caso em que deverá vir acompanhado de cópia de ofício ao requerente indicando o dia, a hora e o período em minutos da audiência;

c) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

III - Da extensão da rede de iluminação pública:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo LXXIV) para ser autuado na modalidade Protocolado;

b) o protocolado seguirá para o DIPLAN que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido bem como do custo do mesmo;

c) o protocolado seguirá para a DICONFAZ que juntará informação sobre a existência ou não de verba orçamentária e o saldo da conta TIP;

d) o protocolado seguirá para o GAPRE que irá juntar decisão administrativa deferindo no todo ou em parte, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) sendo a decisão administrativa pelo deferimento, deverá ser juntado ao protocolo cópia do ofício enviado a Celesc pedindo a extensão da rede e autorizando o desconto no TIP, e ainda cópia de ofício enviado ao requerente deferindo o pedido;

f) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

IV - Do requerimento de auxílios diversos:

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo LXXV) para ser autuado na modalidade Protocolado;

b) o protocolado seguirá ao GAPRE que poderá juntar despacho ordenando diligências ou de pronunciar desde logo no mérito, deferindo no todo ou em parte ou indeferindo o pedido, sempre de forma fundamentada e juntando cópia de ofício-resposta ao requerente;

c) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

V - Do requerimento de providências:

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo LXXVI) para ser autuado na modalidade Protocolado;

b) o protocolado seguirá ao GAPRE que poderá juntar despacho ordenando diligências ou de pronunciar desde logo no mérito, deferindo no todo ou em parte ou indeferindo o pedido, sempre de forma fundamentada e juntando cópia de ofício-resposta ao requerente;

c) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

VI - Do A.F.E. / crédito educativo:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo LXXVII) para ser autuado na modalidade protocolado e



será imediatamente convidado a se dirigir, munido da cópia do requerimento, a DISOCI para levantamento sócio-familiar;  
b) a DISOCI fará a avaliação e encaminhará ao Protocolo no prazo de 2 (dois) dias;  
c) o protocolado então seguirá ao GAPRE que juntará despacho deferindo no todo ou em parte o pedido ou indeferindo o mesmo;  
d) sendo o pedido deferido, o GAPRE juntará ao protocolado cópia do ofício, convidando o aluno a, em dia e hora pré-determinados, comparecer a solenidade de assinatura do Termo de Compromisso para Crédito Educativo ou Nota de Empenho do Transporte Escolar, conforme o caso;  
e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

VII - Da prestação de serviço de terraplanagem e movimentação da terra:

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo LXXVIII) para ser autuado na modalidade Protocolado;  
b) o protocolado seguirá ao GAPRE que poderá juntar despacho ordenando diligências ou de pronunciar desde logo no mérito, deferindo no todo ou em parte ou indeferindo o pedido, sempre de forma fundamentada e juntando cópia de ofício-resposta ao requerente;  
c) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

VIII - Do fornecimento de saibro, terra, macadame e serviços:

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo LXXIX) para ser autuado na modalidade Protocolado;  
b) o protocolado seguirá ao GAPRE que poderá juntar despacho ordenando diligências ou de pronunciar desde logo no mérito, deferindo no todo ou em parte ou indeferindo o pedido, sempre de forma fundamentada e juntando cópia de ofício-resposta ao requerente;  
c) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

IX - Do requerimento de cópia de normas municipais:

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo LXXX) para ser autuado na modalidade Protocolado;;

b) o protocolado seguirá ao GAPRE que poderá juntar despacho ordenando diligências ou de pronunciar desde logo no mérito, deferindo no todo ou em parte ou indeferindo o pedido, sempre de forma fundamentada e juntando cópia de ofício-resposta ao requerente;

c) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

Parágrafo Único - Os modelos de formulários dos procedimentos deste artigo constam dos anexos LXXII a LXXX desta lei.

## SEÇÃO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.21 A não observância do disposto nesta lei configura infração ao art. 114, inciso IV da Lei 2.303 de 17 de março de 1990, punida a primeira vez com pena de advertência e a segunda com a suspensão conforme art. 119 e 120 da mesma Lei.

Parágrafo Único - A ação ou omissão que contrarie o disposto nesta lei sujeita o servidor ou a autoridade a responsabilidade civil nos moldes do art. 116 da Lei 2.303 de 17 de março de 1998.

Art.22 Os atos praticados em desacordo com esta lei serão inválidos para todos os fins de direito, resguardada a boa fé de terceiro, podendo ser sustados por ato da Câmara de Vereadores.

Art.23 Os expedientes administrativos poderão ser saneados por despacho da autoridade competente para suprir eventuais vícios ocorridos na tramitação do protocolado ou do processo administrativo.

Art.24 Os procedimentos de vigilância sanitária e epidemiologia serão baixados por Portaria da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social no prazo de 90 (noventa) dias da edição desta lei, devendo orientar-se em sua forma e conteúdo segundo as diretrizes da

presente lei.

Art.25 Os atos de competência do Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Serviços públicos a que se refere esta lei, poderão ser delegados a um servidor de carreira, profissional da Engenharia Civil, por ato próprio ou por ato do Prefeito Municipal.

Art. 26 Não se aplicam os dispositivos dos incisos VIII a XII do Art. 18 desta lei, aos casos de desmembramento e remembramento de solo.

Art.27 Os casos omissos serão resolvidos por Portaria da Secretaria de Administração e Finanças.

Art.28 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
13 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE FÁTIMA MACHADO FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em:  
14/12/2000

### Lei Nº 2.497 de 13 de Dezembro de 2000

LEI Nº 2.497 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000  
CRIA E DENOMINA CALÇADÃO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º) Fica criado o Calçadão Municipal, situado entre as Ruas: Cél. Raymundo Munhoz e Cel. Bento D'Amorim neste município, a ser denominado: CALÇADÃO DA CASCATINHA.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de dezembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. M. FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
14/12/2000.

### Lei Nº 2.496 de 13 de Dezembro de 2000

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 2.496 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000  
CRIA E DENOMINA ESPAÇO CULTURAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º) Fica criado o Anfiteatro Municipal, situado na Rua Getúlio Vargas nº 620, neste município, a ser denominado: ESPAÇO CULTURAL Profª. SIRLEY MARIA NEUMANN JOHANSON.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de dezembro de 2000.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em:  
14/12/2000

### **Lei Nº 2.495 de 13 de Dezembro de 2000**

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 2.495 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2000  
CRIA E DENOMINA HORTO MUNICIPAL  
DE ERVAS MEDICINAIS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a  
todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal apro-  
vou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º) Fica criado o HORTO MUNICIPAL DE ERVAS MEDICINAIS,  
situado na Rodovia Municipal 447, nº 273 na localidade de Faxinal  
neste município, a ser denominado: JOSÉ DE SOUZA FREITAS,  
ficando o mesmo subordinado a Secretaria Municipal de Desen-  
volvimento Econômico, Divisão de Agricultura e Meio Ambiente.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 13 de de-  
zembro de 2000.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em:  
14/12/2000.

### **Lei Nº 2.485 de 21 de Novembro de 2000**

LEI Nº 2.485 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2000  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito  
Suplementar no valor de R\$ 60.703,33 (Sessenta mil, setecentos  
e três reais e trinta e três centavos), a fim de suplementar as se-  
guintes Dotações do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência Social

13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 37.703,33

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente

04.18.111.2027 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Eco-  
nômico

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil R\$ 8.000,00

0700 - Secretaria Municipal de Planej. Urba. Transp. e Obras

0701 - Divisão da Frota Municipal

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 60.703,33

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, cor-  
rerá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Or-  
çamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.47.235.2014 - Bolsa Estudantil a Servidor

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes R\$ 553,82

0402 - Divisão do Ensino Fundamental

08.42.188.1003 - Construção Ampliação e Reforma de Escolas  
4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações R\$ 14.000,00

08.42.188.2016 - Manutenção Transporte Escolar Ensino

## Fundamental

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos R\$ 46.149,51

TOTAL R\$ 60.703,33

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
21 de novembro de 2000.

MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MARLENE DE Fª. P. MACHADO FOITTE  
Secretária de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº 2.416/99  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 2.702 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002**

LEI Nº 2.702 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 26.314,32 (vinte e seis mil, trezentos e catorze reais e trinta e dois centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Administração

003.122.1301.2011 - Manutenção das Atividades Administrativas

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica .....R\$ 5.000,00

0302 - Divisão do Tesouro

028.843.2222.2006 - Amortização da Dívida Pública

400000.00 - Despesas de Capital

460000.00 - Amortização da Dívida

469000.00 - Aplicações Diretas

469071.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado . R\$ 1.014,68

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ....R\$ 842,00

012.361.1408.2013 - Manutenção do Transporte Escolar Fundamental

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ....R\$10.000,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

012.365.1403.2015 - Manutenção das Atividades das Creches

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo .....R\$ 610,00

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica .....R\$ 68,00

012.365.1404.2016 - Manutenção das Atividades do Pré-Escolar

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo .....R\$ 200,00

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica .....R\$ 232,59

013.361.1408.2020 Ações Voltadas ao Ensino Fundamental

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo .....R\$ 5.640,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0502 - Divisão de Assistência Social à Comunidade

008.244.1409.2021 - Manutenção da Assistência Social

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319013.00 - Obrigações Patronais .....R\$ 30,00

0600 - Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico

0603 - Divisão de Turismo

023.695.1603.2028 - Incentivos ao Turismo

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 30,55

0700 - Secretaria Municipal Planej. Transportes Obras

0701 - Divisão de Planejamento e Obras

026.782.1801.2029 - Gestão Administrativa Secretaria Obras e Planejamento

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00 - Aplicações Diretas  
 319004.00 - Contratações Tempo Determinado .....R\$ 56,50  
 330000.00 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00 - Aplicações Diretas  
 339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 2.590,00  
 TOTAL .....R\$26.314,32

Art.2º) Os Créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito  
 0201 - Chefia de Gabinete  
 003.122.1202.2003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito  
 300000.00 - Despesas Correntes  
 310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00 - Aplicações Diretas  
 319011.00 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$ 9,77  
 319013.00 - Obrigações Patronais .....R\$ 12,13  
 330000.00 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00 - Aplicações Diretas  
 339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 113,92  
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão de Administração  
 003.122.1301.2011 - Manutenção das Atividades Administrativas  
 300000.00 - Despesas Correntes  
 310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00 - Aplicações Diretas  
 319009.00 - Salário Família .....R\$ 39,48  
 319011.00 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$ 865,29  
 319013.00 - Obrigações Patronais .....R\$ 750,31  
 319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil .... R\$ 187,55  
 330000.00 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00 - Aplicações Diretas  
 339030.00 - Material de Consumo .....R\$ 68,75  
 339033.00 - Passagens e Despesas com Locomoção .....R\$ 96,90

400000.00 - Despesas de Capital  
 440000.00 - Investimentos  
 449000.00 - Aplicações Diretas  
 449052.00 - Equipamento e Material Permanente .....R\$ 163,90  
 0302 - Divisão do Tesouro  
 028.843.2222.2006 - Amortização da Dívida Pública  
 300000.00 - Despesas Correntes  
 320000.00 - Juros e Encargos da Dívida  
 329000.00 - Aplicações Diretas  
 329022.00 - Outros Encargos Sobre a Dívida Contratada R\$ 700,00  
 0303 - Divisão de Controle Fazendário  
 004.123.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças  
 300000.00 - Despesas Correntes  
 310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00 - Aplicações Diretas  
 319001.00 - Aposentadorias e Reformas .....R\$ 708,72  
 319011.00 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$ 276,94  
 330000.00 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00 - Aplicações Diretas  
 339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ....R\$2.052,27  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
 012.361.1407.2012 - Manutenção do Apoio à Educação  
 300000.00 - Despesas Correntes  
 310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00 - Aplicações Diretas  
 319001.00 - Aposentadorias e Reformas .....R\$ 25,30  
 319003.00 - Pensões .....R\$ 68,01  
 319009.00 - Salário Família .....R\$ 109,28  
 319013.00 - Obrigações Patronais .....R\$ 500,00  
 330000.00 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00 - Aplicações Diretas  
 339036.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Física .....R\$ 189,00  
 339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica .....R\$ 464,95

## 0402 - Divisão de Ensino Fundamental

012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratação por Tempo Determinado .....R\$ 4.000,00

319009.00 - Salário Família .....R\$ 792,50

319013.00 - Obrigações Patronais .....R\$ 4.600,00

## 0403 - Divisão de Ensino Infantil

012.365.1403.2015 - Manutenção das Atividades das Creches

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratação por Tempo Determinado .....R\$ 190,00

319009.00 - Salário Família .....R\$ 499,83

319011.00 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$ 1.176,15

319013.00 - Obrigações Patronais .....R\$ 352,00

319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil ..... R\$ 93,07

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339036.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Física .....R\$ 80,00

## 0404 Divisão da Cultura

013.392.1410.2017 Manutenção das Atividades Culturais

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319009.00 - Salário Família .....R\$ 128,95

319011.00 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$ 126,81

319013.00 - Obrigações Patronais .....R\$ 79,00

319030.00 - Material de Consumo .....R\$ 160,00

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica .....R\$ 14,62

## 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

## 0501 - Divisão de Assistência à Saúde

010.301.1504.2019 - Manutenção da Saúde Municipal

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319004.00 - Contratação por Tempo Determinado .....R\$ 1.971,17

319009.00 - Salário Família .....R\$ 72,63

319011.00 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$ 1.100,00

319013.00 - Obrigações Patronais .....R\$ 400,00

319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil ... R\$ 803,11

## 0502 - Divisão de Assistência Social à Comunidade

008.244.1409.2021 - Manutenção da Assistência Social

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319009.00 - Salário Família .....R\$ 149,66

319011.00 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$ 1.826,35

TOTAL .....R\$ 26.314,32

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de dezembro de 2002.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em  
26/12/2002

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



## **Lei Complementar Nº 001/2001 de 21 de Dezembro de 2001**

LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2001 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2001.  
ALTERA DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO/ MUNICIPAL -  
LEI 2.293  
DE 26 DE DEZEMBRO DE 1997 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O artigo 103, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 103 - .....  
Parágrafo Único - Para determinação dos valores venais dos terrenos, a Planta Genérica de Valores considerará a divisão da zona urbana do Município em 8 (oito) classes distintas, constantes do Anexo I, parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 2º - O artigo 104, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 104 - .....  
I - .....  
II - .....  
III - .....  
IV - O valor básico do m2 de construção, segundo o tipo de edificação, conforme tabela a seguir:  
Tipo de Edificação - Valor em R\$/m2.  
Apartamento/Especial/Sala/Loja 95,00  
Casa  
76,00  
Garagem 75,00  
Galpão/Telheiro/Fábrica 65,00  
V - .....  
a) .....  
b) .....  
c) - Correção quanto a pedologia do terreno:  
Pedologia Índice  
Firme 1,0  
Rochoso 0,8  
Arenoso 0,9  
Inundável 0,4  
Alagado 0,3  
Variável 0,8  
Gleba ..... 0,3 à 0,7  
Nota: Somente para fins de cálculo do Imposto Territorial Urbano, fica caracterizado como gleba toda área de terras contínua com mais de 5.000 m2  
Para área de 5.001 m2 à 10.000 m2 ..... 0,7  
De 10.001 m2 à 20.000 m2 ..... 0,5  
Acima de 20.000 m2 ..... 0,3

Art. 3º - O artigo 279, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 279 - O valor venal dos terrenos da zona urbana do Município para o ano de 2.002, deverão obedecer os seguintes valores:  
I - Classe 1: R\$. 7,50  
II - Classe 2: R\$. 6,50  
III - Classe 3: R\$. 5,50  
IV - Classe 4: R\$. 4,50  
V - Classe 5: R\$. 3,50  
VI - Classe 6: R\$. 2,50  
VII - Classe 7: R\$. 1,50  
VIII - Classe 8: R\$. 0,50

Parágrafo Único - Fica dispensado, para o ano de 2.002, a elaboração da Planta Genérica de Valores, pela comissão, de que trata o artigo 103, tendo em vista que a mesma faz parte integrante da presente Lei Complementar através do Anexo I.

Art. 4º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir do dia 02 de janeiro de 2002, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre. "SC",  
21 de dezembro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

Anexo 1

TABELA DE VALORES POR METRO QUADRADO DE TERRENO,  
PARA CÁLCULO DO IMPOSTO TERRITORIAL URBANO E DO IM-  
POSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

CLASSE 1 - VERMELHO - R\$ 7,50

1- Rua Cél Bento d'Amorim - início na Rod. SC 301, final da Rua Cél Raymundo Munhoz  
2- Rua Pe. Luiz Gilg - início na Rod. SC 301, final da Rua Pe. Lino Jacob Vier  
3- Rua Carlos Brandes - início Rua Cél Bento d'Amorim, final da Rua Karl H. W. Dudda  
4- Rua 18 de Março - início Rua Pe. Luiz Gilg, final da Rua Karl H. W. Dudda  
5- Rua Karl H. W. Dudda - início Rua Carlos Brandes, final Rua Pe. Lino Jacob Vier  
6- Rua Pe. Lino Jacob Vier - início Rua Karl H. W. Dudda, final do Rio Lageadinho  
7- Rua: Nereu Ramos - início na Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Rua Cél Raymundo Munhoz  
8- Rua Benjamin Constant - início na Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Rua Cél Raymundo Munhoz  
9- Av. Getulio Vargas - início Rio Turvo, final da Rua Jorge Lacerda  
10- Rua Paulo Schroeder - início da Av. Dr. Getulio Vargas, final da Rua 7 de Setembro  
11- Rua 7 de Setembro - início da Rua Nereu Ramos, final da Rua Paulo Schroeder  
12- Rua Cél Bueno franco - início da Av. Dr. Getulio Vargas, final Prédio da Prefeitura Municipal  
13- Praça Esp. Maurício Foitte lado direito/esquerdo - início Av. Dr. Getulio Vargas, final Quadra Areia  
14- Rua Cél Raymundo Munhoz - início na Rua Cél Bueno Franco, final Rua Raymundo Gomes Munhoz.  
15- Rua Adolfo Konder - início Rua Pe. Luiz Gilg, final da Rua Cél Bento d'Amorim.  
16- Rua Carlos Brandes - início Rua Karl H. W. Dudda, final da Rod. SC 301

CLASSE 2 - AZUL - R\$ 6,50

1- Rua Carolina Kotovicz - início Rod. SC 301, final Rua Eugenio Duarte.  
2- Rua Eugenio Duarte - início Rua Carolina Kotovicz, final Rua Leoberto Leal.  
3- Rua Leoberto Leal - início Rod. SC 301, final Rua Eugênio Duarte.  
4- Rua Santo Antônio - início Rod. SC 301, final Rua Leoberto Leal.  
5- Rua 18 de Março - início Rua Karl H. W. Dudda, final Rua Jorge Lacerda.  
6- Rod. SC 301 - início Rua Maria Dorinha Amorim, final da Propriedade da Ind. Moveis Cascata Ltda.

7- Rua Benjamin Constant - início Rod. SC 301, final Rua Pe. Lino Jacob Vier.  
 8- Rua Carlos Brandes - início Rua Cel Bento d'Amorim, final entrada da Ind. de Móveis Cascata Ltda.  
 9- Rua Adolfo Konder - início Rua Cél Bento d'Amorim, final Rua Benjamin Constant.  
 10- Rua Pe. Lino Jacob Vier - início Rua Karl H. W. Dudda, final Rua Jorge Lacerda.  
 11- Rua 7 de Setembro - início Rua Paulo Schroeder, final Rua Altamiro Lobo Guimarães.  
 12- Rua Paulo Schroeder - início Rua 7 de Setembro, final Rua Oscar Schwarz.  
 13- Rua Irmã Bonavita - início Rua Cél Raymundo Munhoz, final Rio Lageadinho.  
 14- Rua Cel Raymundo Munhoz - início Rua Raymundo G. Munhoz, final Rua Altamiro L. Guimarães.  
 15- Rua Raymundo Gomes Munhoz - início Rua Cel Raymundo Munhoz, final da Coop. Prod. Mate  
 16- Rua Cél Bueno Franco, início Prefeitura Municipal, final propriedade de Gastão Wendel.  
 17- Rua da Cascata - início Prefeitura Municipal, final portão da propriedade de CRH Empreend. Ltda.  
 18- Rua Waldomiro Machado Schroeder, início Prefeitura Municipal, final Rio Turvo.  
 19- Rua José Gomes Munhoz - início Rua Waldomiro Machado Schroeder, final Av. Dr. Getúlio Vargas.  
 20- Rua Rudolfo Barstch - início na Rua Nereu Ramos, final propriedade de Nadia Terezinha Bastos.  
 21- Travessa do Mate - início Rua Raymundo Gomes Munhoz, final propriedade de Jose Eurides C. da Cruz.  
 22- Rua Ernesto Afonso Scheide - início ponte do Rio Turvo, final Rua Vicente Pereira Neto.  
 23- Rua Ernesto Afonso Scheide lado esquerdo - início Rua Vicente Pereira Neto, final Rod. SC 301.  
 24- Trav. Moacir Machado Schroeder - início Rua Ernesto A. Scheide, final Rua Prefeito Old. Duvoisin.  
 25- Rua Prefeito Oldemar Duvoisin - início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rod. SC 301.  
 26- Rua Santa Catarina - início Rua Prefeito Oldemar Duvoisin, final Rua Eliza Piske.  
 27- Rua Eliza Piske - início Rua Prefeito Oldemar Duvoisin, final Rod. SC 301.  
 28- Rua Paulo Narloch - início Rua Eliza Piske com extensão de 97,00 m  
 29- Rua Carlos Piske filho - início Rua Eliza Piske com extensão de 150,00 m  
 30- Rua Odorico Gomes Munhoz - início Rua Eliza Piske com extensão de 138,00 m  
 31- Rua Aluizo G. A. Buchmann - início Rua Eliza Piske com extensão de 71,00 m  
 32- Rua Dona Francisca - início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rua Alfredo Friedrich.  
 33- Rua Das Américas - Rua Ernesto Afonso Scheide com extensão de 94,00 m  
 34- Rua Vicente Pereira Neto - início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rod. SC 301.  
 35- Rua Miguel Kotovicz - início Rua Vicente Pereira Neto, final Rua Rodolfo Paulo Herbst.  
 36- Rua Adele Schultz - início Rua Vicente Pereira Neto, final propriedade Greipel.  
 37- Rua Adolfo Paulo Herbst - início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rod. SC 301.  
 38- Rua Athanagildo Schmidt - início Rua Ernesto Afonso Scheide, final com extensão de 151,00 m  
 39- Rua Horst Walter - início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rua Alfredo Friedrich.  
 40- Rua Sebastião Leeck - início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final com extensão de 44,00 m  
 41- Rua Ernesto Afonso Scheide lado direito - início Rua Vicente

Pereira Neto, final Rod. SC 301.

43- Rua Bento Veríssimo Munhoz - início Rod. SC 301, final com extensão de 33,00 m  
 44 - Rua Emília Cardoso - início na Rua Paulo Schroeder final com extensão de 85,00 m.  
 45 - Rua Gustavo Muhlmann - início na Rua Carlos Schroeder, final com extensão de 68,00 m.

CLASSE 3 - AMARELA - R\$ 5,50

1- Rua Santo Antonio - início Rua Eugenio Duarte, final Rua Carolina Kotovicz.  
 2- Rua Carolina Kotovicz - início Rua Eugênio Duarte, final Rua Santo Antônio.  
 3- Rua Altamiro Lobo Guimarães - início Rua Cél Raymundo Munhoz, final Av. Dr. Getulio Vargas.  
 4- Rua Jorge Lacerda - início Av. Dr. Getulio Vargas, final Rod. SC 301.  
 5- Rua 18 de março - início Rua Jorge Lacerda, final Rua Maria Dorinha Amorim.  
 6- Rua Maria Dorinha Amorim - início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Rod. SC 301.  
 7- Rua Pe. Lino Jacob Vier - início Rua Jorge Lacerda, final Rua Maria Dorinha Amorim.  
 8- Av. Dr. Getulio Vargas - início Rua Jorge Lacerda, final Rod. SC 301.  
 9- Rua Irmã Amália Gheller - início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Av. Dr. Getulio Vargas.  
 10- Rua Jose Cardoso de Lima - início Rua Maria Dorinha Amorim, final com extensão de 81,50 m.  
 11- Rod. SC 301 - início Rua Maria Dorinha Amorim, final Av. Dr. Getúlio Vargas.  
 12- Travessa Brüski - início Av. Dr. Getulio Vargas, final Rod. SC 301.  
 13- Rua Lucidório de Souza Freitas - início Rod. SC 301, Av. Dr. Getúlio Vargas.  
 14- Rua Ernesto Friedrich - início Rua Lucidório de Souza Freitas, final Rua Victório Hostins.  
 15- Rua Victório Hostins - início Rod. SC 301, final Av. Dr. Getúlio Vargas.  
 16- Rua: Cél Raymundo Munhoz- início Rua Altamiro Lobo Guimarães, final Rua das Palmeiras  
 17- Rua Sebastião Inglês - início Rua Altamiro Lobo Guimarães, final na Igreja Família de Jesus.  
 18- Rua Ricardo Fuckner - início Rua Altamiro Lobo Guimarães, final com extensão de 120,00 m.  
 19- Rua Ervino Friedrich - início Rua Cél Raymundo Munhoz, final com extensão de 126,00 m.  
 20- Rua Miguel Gorniack - início Rua Cél Raymundo Munhoz, final com extensão de 240,00 m.  
 21- Travessa Brasil - início Rua Cél Raymundo Munhoz, final propriedade de Sandra Regina Lepeck.  
 22- Rua Cél Veríssimo de Souza Freitas - início Rua Cel Raymundo Munhoz, final Fábrica de Refrigerante.  
 23- Rua Eugênio Duvoisin - início Rua Veríssimo de S. Freitas, final Herdeiros de Faustino Cardoso Aguiar.  
 24- Travessa do Caulin - início Rua Veríssimo de Souza Freitas, final Rua Cél Bueno Franco.  
 25- Rua Cél Bueno Franco - início Rua Gastão Wendel, final frente propriedade de Hans Ricardo Schneider.  
 26- Rod. SC 301- início na Ind. de Moveis Cascata Ltda, final Rua Ernesto Afonso Scheide.  
 27- Rua Adele Schulz - início Greipel, final Herdeiros de Mário Feliciano.  
 28- Rua Rodolfo Stutzer - início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rua Eurípedes Farias Munhoz.  
 29- Rua Joinville - início Rua Horst Walter, final Rua Rodolfo Stutzer.  
 30- Rua Eurípedes Farias Munhoz - início Rua Horst Walter, final Rua Rodolfo Stutzer.

31- Rua Alfredo Friedrich - início Rua Dona Francisca, final Rua Rodolfo Stutzer.  
 32- Rua Dona Francisca - início Rua Alfredo Friedrich, final Rua Rodolfo Stutzer.  
 33- Rua Dona Francisca lado direito - início Rua Rodolfo Stutzer, final ponte Riacho.  
 34- Rua João Machado Pereira - início Rua Cél Raymundo Munhoz, final com extensão de 74,00 m  
 35- Rua Rudolfo Muhlbauer - início Rua Cél Veríssimo de Souza Freitas, final com extensão de 46,20 m.  
 36- Rua São Paulo - início Rua Eugênio Duvoisin, final com extensão de 55,50 m.  
 37- Rua Generoso Fragoso - início no começo do asfalto, final Rua Victor Stachon  
 38- Rua Max Otto Becker - início Rua Generoso Fragoso, final Rod. SC 301.  
 39- Rua Fernando Jung - início Rua Francisco Dranka, final Rua Max Otto Beckner.  
 40- Rua Francisco Dranka - início Rua Fernando Jung, final Rua Carlos Brandes.  
 41- Rua Carlos Brandes - início Rua Roberto Koenig, final Rua Max Otto Becker.  
 42- Rua Francisco Rudnick - início Rua Max Otto Becker, final Rua Victor Stachon.  
 43- Rua Victor Stachon - início Rod. SC, final Rua Generoso Fragoso.  
 44- Rua Germano Schroth - início Rua Bernardo Mareth, final Rua Max Otto Becker.  
 45- Rua Estanislau Cavalheiro - início Rua Victor Stachon, final com extensão de 150,00 m.  
 46- Rod. SC 301 - início Rua Max Otto Becker, final com extensão de 400,00 m.  
 47- Rua Professor Rufino Blaskoviski - início Rua João Pius Schindler, final do calçamento.  
 48- Rua João Pius Schindler - início Propriedade de Francisco Koeher, final Rua Jose Endler  
 49- Rua Paulo Hornick - início Rua Professor Rufino Blaskoviski, final Rua João Pius Schindler.  
 50- Rua José Endler - início Rua João Pius Schindler, final Rua Albano Wollner.

#### CLASSE 4 - VERDE - R\$ 4,50

1- Rua Santo Antônio - início Rua Carolina Kotovicz, final Rua Floriano Telma  
 2- Rua Floriano Telma - início Rua Santo Antônio, final com extensão de 121,00 m.  
 3- Rua Rodolfo Stutzer - início Rua Eurípedes Farias Munhoz, final Rua Dona Francisca.  
 4- Rua Irmã Concília Ortmann - início Rua Rodolfo Stutzer, final Rua Dona Francisca.  
 5- Rua Dona Francisca lado esquerdo - início Rua Rodolfo Stutzer, final Rua Irmã Concília Ortmann.  
 6- Rua Irmã Olga Mezzaroba - início Rua Rodolfo Stutzer, final Rua Irmã Concília Ortmann.  
 7- Rua Cél Raymundo Munhoz - início Rua das Palmeiras, final Rio Lageadinho.  
 8- Rua Das Palmeiras - início Rua Cél Raymundo Munhoz, final Rua das Azaléias.  
 9- Rua Do Ipê - início Rua das Azaléias, final Rua das Casas Populares  
 10- Rua das Azaléias - início Rua das Palmeiras, final Rua das Petúlias.  
 11- Rua Das Flores - início Rua das Palmeiras, final Rua Das Casas Populares.  
 12- Rua Das Petúlias - início Rua Das Azaléias, final Rua Das Flores.  
 13- Rua Generoso Fragoso - Início Rua Germano Neumann, final no início do asfalto  
 14- Rua Fernando Jung - início Rua Raymundo P. de Lima, final

Rua Francisco Dranka.

15- Rua Roberto Dranka - início Rua Fernando Jung final Rua Carlos Brandes  
 16- Rua Bernardo Mareck - início Rua Carlos Brandes, final Rua Germano Schroth  
 17- Rua Jacob Kniech - início Rua João Pius Schindler, final Rua Alice Lemos  
 18- Rua Alice Lemos - início Rua Jacob Kniech, final do Perímetro Urbano  
 19- Rua Alcides Medeiros Correia - início Rua Alice Lemos, final com extensão de 115,20 m.  
 20- Rua Bernardo Stominski - início Rua João Pius Schindler, final Rua Alice Lemos.  
 21- Rua Jacob Oda - início Rua Bernardo Stominski, final do Perímetro Urbano  
 22- Rua Elízio Vicenzi - início Rua João Pius Schindler, final do Perímetro Urbano

#### CLASSE 5 - ROXO - R\$ 3,50

1- Rua Carlos Schroeder - início Rua Cél Raymundo Munhoz, final com extensão de 223,00 m.  
 2- Rua Cél Veríssimo de Souza Freitas - início Fábrica de Refrigerante, final Rua Cél Bueno Franco.  
 3- Rua Cél Bueno Franco, início propriedade Hans Ricardo Schneider, final Rua Veríssimo de S. Freitas.  
 4- Rua Santo Antônio - início Rua Floriano Telma, final do Perímetro Urbano.  
 5- Rua Oscar Schwarz - início Rua Paulo Schroeder, final Rua Altamiro Lobo Guimarães.  
 6- Rua Generoso Fragoso - início Rua Max Rudnick, final Rua Germano Neumann.  
 7- Rua Germano Neumann - início Rua Generoso Fragoso, final Estrada Boa Vista  
 8- Rua Fernando Jung - início Rua Raymundo P. de Lima, final Cemitério  
 9- Rua Raymundo P. de Lima - início Rua Fernando Jung, final Rua Carlos Brandes  
 10- Rua Carlos Brandes - início Rua Raymundo P. de Lima, final Rua Roberto Koenig.  
 11- Rua Germano Schroth - início Rua Carlos Brandes, final Rua Bernardo Mareth.  
 12- Rua Aníbal R. Batista - início Rua Estanislau Cavalheiro, final com extensão de 60,00 m.  
 13- Rua Antônio Basílio da Rocha - início Rod. SC 301, final com extensão de 30,00 m.  
 14- Rua Professor Rufino Blaskoviski, início no final do calçamento, final do rio que passa na propriedade do Sr. Arlindo Ranthum.  
 15- Rua Luiz Homann - início Rua Professor Rufino Blaskoviski, final com extensão de 168,90 m.  
 16- Rua Leonardo Saidock - início Rua Professor Rufino Blaskoviski, final com extensão de 200,00 m.  
 17- Rua Francisca Augustin - início Rua Professor Rufino Blaskoviski, final com 137,30 m.  
 18- Rua Júlia Pazda - início Rua João Pius Schindler, final Rua Rafael Quidini  
 19- Rua Otto Rudnick - início Rua José Endler, final Rua João Stall.  
 20- Rua João Stall - início Rua José Endler, final Rua Otto Rudnick.

#### CLASSE 6 - LARANJA - R\$ 2,50

1 - Rua Paulo Schutz - início Rua Generoso Fragoso, final com extensão de 180,00 m  
 2 - Rua Generoso Fragoso - início Rua Max Rudnick, final propriedade Buddmeyer  
 3 - Rua Max Rudnick lado Direito - início na Rua Generoso Fragoso, final com extensão de 170,00m.  
 4 - Rua Max Rudnick lado esquerdo - início Rua Generoso Fragoso, final do Perímetro Urbano.  
 5 - Rua Ervino Neumann - início Rua Germano Neumann, final com extensão de 145,00m.

6 - Rua Eduardo Hadas - início Rua Ervino Neumann, final com extensão de 85,00 m.  
 7 - Rua Pe. Genésio Scharf - início Rua Ervino Neumann, final com extensão de 105,00 m.  
 8 - Rua Elvino Neumann - início Rua Germano Neumann, final com extensão de 70,00 m.  
 9 - Rua Estrada Boa Vista - início Rua Germano Neumann, final do Perímetro Urbano  
 10 - Rua Germano Neumann - início Rua Estrada Boa Vista, final com extensão de 395,00 m.  
 11 - Bernardo Oleskoviski - início Rod. SC 301, final do Perímetro Urbano  
 11 - Rod. SC 301 - início 400,00 m do trevo sentido São Bento do Sul, final Perímetro Urbano  
 12 - Rua Professor Rufino Blaskovski - Rio, final Perímetro Urbano.  
 13 - Estrada Salto - início Rua Professor Rufino Blaskovski, final do Perímetro Urbano  
 14- Rua Pedro Sorminski - início Rua Professor Rufino Blaskovski, final do Perímetro Urbano  
 17- Rua Jacob Augustin - início Rua Professor Rufino Blaskovski, final com extensão de 80,00 m.  
 18- Rua Emília Ionk - início Rua Professor Rufino Blaskovski, final do Perímetro Urbano  
 19- Rua José Wollner - início Rua Professor Rufino Blaskovski, final do Perímetro Urbano  
 20- Rua Alexandre Telma - início Rua Jose Wollner, final do Perímetro Urbano  
 21- Rua Júlia Pazda - início Rua Rafael Quidini, final Perímetro Urbano  
 22- Rua Francisca Heiden - início Rua Professor Rufino Blaskovski, final com extensão de 134,00 m.  
 23- Rua Rafael Quidini - início Rua Júlia Pazda, final com extensão de 180,00 m.  
 24- Rua Estanislau Milchevski - início Rua José Endler, final Perímetro Urbano  
 25- Rua Francisco Narloch - início Rua Estanislau Michevski, final Rua Estanislau Ossovski  
 26- Rua Estanislau Ossovski - início Rua Francisco Narlock, final Rua Rodolfo Heiden  
 27- Rua Rodolfo Heiden - início Rua Estanislau Milchevski, final Rua Rodolfo Heiden  
 28- Rua José Ossovski - início Rua Estanislau Milchevski, final com extensão de 90,00 m.  
 29- Rua João Oda - início Rua Estanislau Milchevski, final com extensão de 160,00 m.  
 30- Rua Augusto Ossovski - início Rua Estanislau Milchevski, final com extensão de 57,00 m.  
 31- Rua José Endler- início Rua Albano Wollner, final Perímetro Urbano.  
 32- Rua Alberto Kroll - início Rua João Pius Schindler, final Rio Bateias  
 33- Rua Blondina Tabbert - início Rua João Pius Schindler, final Rua Adão Zezostko  
 34- Rua Adão Zezostko - início Rua Blondina Tabbert, final Rua Antônio Milchevski  
 35- Rua Antônio Milchevski - início Rua Adão Zezostko, final Rua Jose Endler  
 36- Rua Aleixo Pazda - início Rua Antônio Milchevski, final Rua José Endler.  
 37- Rodovia 010 - início Rio São Miguel, final Rua Número 12  
 38- Rua Número 09, início Rodovia 010, final Rua Número 10  
 39- Rua Número 10- início Rua Numero 09, final Rio São Miguel  
 40- Rua Número 11- início Rua Numero 09, final Rua Número 12  
 41- Rua Número 12 - início Rodovia 010, final da Rua Número 11.

#### CLASSE 7 - MARROM - R\$ 1,50

1- Rua Laurindo Machado - início Rua Max Rudnick, final com extensão de 165,00 m.

2- Rua Albano Wollner - início Rua Jose Endler, final com extensão de 100,00 m  
 3- Estrada Dona Francisca - início Rod. SC 301, final Rod. 020.  
 4- Rodovia 020 - início Rodovia SC 301, final Rio São Miguel.  
 5- Estrada Dona Francisca - início Rodovia SC 301, final do Perímetro Urbano  
 6- Rodovia SC 301 - início propriedade Itamar José Cubas, final propriedade Rest. Carlito Neves Zumbach  
 7- Rodovia 010 - início Rio São Miguel, final Perímetro Urbano.  
 8- Rua número 01 início Rodovia 010, final com extensão de 390,00 m.  
 9- Rodovia 333 lado esquerdo - início Rodovia 010, final Rio São Miguel  
 10- Rua Waldomiro Bartsch - início Rodovia 333, final com Extensão de 150,00 m.  
 11- Rodovia SC 333 lado direito - início Rodovia 010, final do Perímetro Urbano  
 12- Rua Numero 05 - início Rodovia 333, final Perímetro Urbano.  
 13- Rua Numero 06 - início Rua Numero 05, final Rua 07  
 14- Rua Numero 07 - início Rua Numero 06 , final do Perímetro Urbano  
 15- Rodovia 010 - início Rua nº 12, final com extensão de 340,00 m sentido Campo Alegre-Bateias Baixo.  
 16- Rua Carlos Schroeder - do Rio até o final do Perímetro Urbano.

#### CLASSE 8 - CINZA - R\$ 0,50

1- Rod. SC 301 - início Av. Dr. Getúlio Vargas, final do Perímetro Urbano  
 2- Rod. SC 301 - início final Rua Ernesto Afonso Scheide, final do Perímetro Urbano  
 3- Rod 010 - início Rod. SC 301, final Perímetro Urbano.  
 4- Rod. SC 301 - início Rua Max Otto Becker, final Rio Negro.  
 5- Rua Antônio Basílio do Rocha - início Riacho, final do Perímetro Urbano.  
 6- Rua Generoso Fragoso - início Rua Victor Stachon, final Rio Negro  
 7- Rodovia 010 - início 340,00 m da Rua Numero 12, final do Perímetro Urbano  
 8- Rodovia SC - início propriedade Itamar José Cubas, final do Perímetro Urbano.  
 9- Rua Dona Francisca - início Rodovia SC 301, final do Perímetro Urbano.  
 10- Rua Alice Lemos - início Jacob Kmiech, final Perímetro Urbano.  
 11- Rua João Stall - início Rua Otto Rudnick, final Campo de Futebol.

Campo Alegre "SC", 21 de dezembro de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

### Lei Complementar Nº 002/2001 de 21 de Dezembro de 2001

LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2001 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2001. regulamenta o imposto SOBRE A TRANSMISSÃO "INTER VIVOS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

Do fato Gerador e da Incidência

Art.1º) O Imposto sobre a Transmissão "Inter Vivos", a Qualquer Título, Por Ato Oneroso, de Bens Imóveis - ITBI - tem como fato gerador:

I - a transmissão "inter vivos", a qualquer título por ato oneroso:

a) da propriedade ou do condomínio útil de bens imóveis, por



natureza ou por acessão física;  
b) de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;  
II - a cessão onerosa de direitos às transmissões referidas nas alíneas do inciso I deste artigo.

Parágrafo Único. O imposto refere-se a atos e contratos relativos a imóveis situados no território do Município de Campo Alegre.

Art. 2º) O imposto incide sobre:

- I - a compra e a venda de imóveis;
- II - os compromissos ou promessas de compra e venda de imóveis, sem cláusulas de arrependimento, ou a cessão de direitos dele decorrentes;
- III - o uso, o usufruto e a enfiteuse;
- IV - a dação em pagamento;
- V - a permuta de bens imóveis e direitos a eles relativos;
- VI - a arrematação e a remição;
- VII - o mandato em causa própria e seus subestabelecimentos, quando estes configurem transação e o instrumento contenha os requisitos essenciais à compra e a venda;
- VIII - a adjudicação, quando não decorrente de sucessão hereditária;
- IX - a cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;
- X - incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, ressalvados os casos previstos nos incisos I, II e III do artigo 3º.
- XI - transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;
- XII - tornas ou reposições que ocorram;
- a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte, quando o cônjuge ou herdeiros receberem, dos imóveis situados no Município, quota-parte cujo valor seja maior do que o da parcela que lhes caberiam na totalidade desses imóveis;
- b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida, por qualquer condômino, quota-parte material, cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte final;
- XIII - usufruto, uso e habitação;
- XIV - instituição, transmissão e caducidade de fideicomisso;
- XV - enfiteuse e subenfiteuse;
- XVI - sub-rogação na cláusula de inalienabilidade;
- XVII - concessão real de uso;
- XVIII - cessão de direitos de usufruto;
- XIX - cessão de direitos do arrematante ou adjudicante;
- XX - cessão de promessa de venda ou cessão de promessa de cessão;
- XXI - acessão física, quando houver pagamento de indenização;
- XXII - cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;
- XXIII - qualquer ato judicial ou extrajudicial "inter vivos", não especificado nos incisos anteriores, que importe ou resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis, por natureza ou de direitos sobre imóveis (exceto os de garantia), bem como a cessão de direitos relativos aos mencionados atos;
- XXIV - lançamento em excesso, na partilha em dissolução de sociedade conjugal, a título de indenização ou pagamento de despesa;
- XXV - cessão de direitos de opção de venda, desde que o optante tenha direito à diferença de preço e não simplesmente a comissão;
- XXVI - transferência, ainda que por desistência ou renúncia, de direito e de ação a herança em cujo monte existe bens imóveis situados no Município;
- XXVII - transferência, ainda que por desistência ou renúncia, de direito e de ação a legado de bem imóvel situado no Município;
- XXVIII - transferência de direitos sobre construção em terreno alheio, ainda que feita ao proprietário do solo;
- XXIX - todos os demais atos e contratos onerosos, translativos da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, ou dos direitos sobre imóveis.

Art. 3º) O imposto não incide sobre a transmissão de bens imóveis ou direitos, quando:

- I - realizada para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;
- II - em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos, retornarem aos mesmos alienantes;
- III - decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica;
- IV - este voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda, retrocessão ou pacto de melhor comprador.

Art. 4º) Não se aplica o disposto nos incisos I e II do artigo anterior, quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens e direitos, a sua locação ou arrendamento mercantil.

§ 1º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da empresa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores à aquisição, decorrer de transações mencionadas no "caput" deste artigo.

§ 2º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância, levando-se em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 3º. A inexistência da preponderância de que trata o § 1º será demonstrada pelo interessado, quando da apresentação da "Declaração para Lançamento do ITBI", constante do Anexo I, sujeitando-se a posterior verificação fiscal.

## CAPÍTULO II

### Do Sujeito Passivo

Art. 5º) É contribuinte do imposto:

- I - o adquirente ou cessionário do bem ou direito;
- II - na permuta, cada um dos permutantes.

Art. 6º) Respondem solidariamente pelo imposto:

- I o transmitente;
- II - o cedente;
- III - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles praticados em razão do seu ofício, ou pelas omissões de que forem responsáveis.

## CAPÍTULO III

### Da Base de Cálculo

Art.7º) A base de cálculo do imposto é o valor dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos, no momento da transmissão ou cessão.

§ 1º. O valor será determinado pela Administração Fazendária através de avaliação com base nos valores constantes dos Anexos II e III e ou do valor declarado pelo sujeito passivo se este for maior.

§ 2º. O sujeito passivo, antes da lavratura da escritura ou do instrumento que servir de base à transmissão, é obrigado a apresentar ao órgão fazendário a "Declaração para Lançamento do ITBI", cujo modelo é constante do Anexo I, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 8º) O Secretário de Administração e Finanças poderá, mediante despacho fundamentado, alterar o valor da avaliação, se com base nos elementos abaixo, entender que o valor está a maior ou a menor:

- I - zoneamento urbano;
- II - características da região, do terreno e da construção;
- III - valores aferidos no mercado imobiliário;
- IV - outros dados informativos tecnicamente reconhecidos.

Art. 9º) As alíquotas do ITBI são as seguintes, tomando-se por base o valor, avaliado ou declarado, do imóvel ou direito transmitido ou

cedido:

- I - até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) 1% (um por cento);  
 II - acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) 2% (dois por cento);  
 III - acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) 3% (três por cento).

#### CAPÍTULO IV

##### Do Lançamento e do Recolhimento

Art. 10) O imposto será pago:

I - até a data da lavratura do instrumento que servir de base à transmissão, quando realizada no Município;

II - no prazo de 15 (quinze) dias:

a) da data da lavratura do instrumento referido no inciso I, quando realizado fora do município;

b) da data da assinatura, pelo agente financeiro, de instrumento da hipoteca, quando se tratar de transmissão ou cessão financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação - SFH;

c) da arrematação, da adjudicação ou da remição, antes da assinatura da respectiva carta e mesmo que essa não seja extraída;

III - nas transmissões realizadas por termo judicial, em virtude de sentença judicial, o imposto será pago dentro de 10 (dez) dias, contados da sentença que houver homologado sem cálculo.

Parágrafo Único. Caso oferecidos embargos, relativamente as hipóteses referidas na alínea "c", do inciso II, o imposto será pago dentro de 10 (dez) dias, contados da sentença que os rejeitou.

#### CAPÍTULO V

##### Das Obrigações dos Notários e Oficiais de Registros de Imóveis e seus Prepostos

Art. 11) Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos e quaisquer outros serventuários da justiça, quando da prática de atos que importem transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, bem como suas cessões, exigirão que os interessados apresentem comprovante original do pagamento do imposto, o qual será transcrito em seu inteiro teor no instrumento respectivo.

Art. 12) Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos ficam obrigados a facilitar, à fiscalização da Fazenda Pública Municipal, exame, em cartório, dos livros, registros e outros documentos e a lhe fornecer, quando solicitadas, certidões de atos que foram lavrados, transcritos, averbados ou inscritos e concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos.

#### CAPÍTULO VI

##### Das Disposições Gerais

Art.13) Nas transações em que figurem como adquirentes ou cessionários, pessoas imunes ou isentas, ou em casos de não-incidência, a comprovação do pagamento do imposto será substituída por declaração, expedida pelo órgão gestor do tributo.

Art.14) Na aquisição de terreno ou fração ideal de terreno bem como na cessão dos respectivos direitos, cumulados com contrato de construção por empreitada ou administração, deverá ser comprovada a preexistência do referido contrato, inclusive através de outros documentos, a critério do Fisco Municipal, sob pena de ser exigido o imposto sobre o imóvel, incluída a construção e/ou benfeitoria, no estado em que se encontrar por ocasião do ato translativo da propriedade.

Art. 15) Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2002, fazendo parte integrante do Sistema Tributário Municipal de acordo com a Lei Municipal nº 2.293 de 23 de dezembro de 1997.

Art.16) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 21 de dezembro de 2001.

RENATO BAHR  
 Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

#### ANEXO I

##### DECLARAÇÃO PARA LANÇAMENTO DE ITBI

NOME: \_\_\_\_\_

CPF / CGC: \_\_\_\_\_ INSCR. MUNICIPAL Nº:

\_\_\_\_\_, DECLARO PARA OS FINS DE LANÇAMENTO DE

TRIBUTOS MUNICIPAIS QUE O IMÓVEL SITUADO À

\_\_\_\_\_ REG N.º \_\_\_\_\_

DA QUAL SOU LEGÍTIMO POSSUIDOR E AVALIADO POR MIM EM  
 \_\_\_\_\_ REAIS.

FIRMO O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR.

CAMPO ALEGRE, \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_.

ASSINATURA

RECONHECIMENTO DE FIRMA:

#### ANEXO II

##### TABELA DE VALORES MÍNIMOS PARA COBRANÇA DO ITBI

##### CONSTRUÇÃO URBANA E RURAL EM REAIS

ACABAMENTO	IDADE/ANOS	VALOR P/ M²
01/05	06/10 11/15 16/25 26/30 31/35 36/40	Acima 40

##### ALVENARIA

LUXO	250,00 225,00 200,00 190,00 180,00 175,00	1 6 5 , 0 0
	155,00	

BOM	220,00 185,00 170,00 160,00 150,00 145,00 140,00 130,00
-----	---------------------------------------------------------

SIMPLES	205,00 150,00 135,00 130,00 120,00 115,00 110,00 105,00
---------	---------------------------------------------------------

##### MISTA

LUXO	205,00 175,00 150,00 145,00 135,00 130,00 125,00 115,00
BOM	165,00 140,00 120,00 115,00 110,00 105,00 100,00 95,00
SIMPLES	145,00 125,00 110,00 105,00 100,00 95,00 90,00 85,00

##### MADEIRA

LUXO	165,00 135,00 105,00 100,00 95,00 90,00 85,00 85,00
BOM	145,00 115,00 95,00 90,00 85,00 80,00 75,00 70,00
SIMPLES	95,00 85,00 75,00 65,00 60,00 55,00 50,00 45,00



## GALPÕES PARA DEPÓSITO

## ALVENARIA

BOM 130,00 125,00 120,00 115,00 110,00 100,00 90,00 80,00

SIMPLES 85,00 80,00 75,00 65,00 60,00 55,00 50,00 45,00

## MADEIRA

BOM 75,00 70,00 65,00 60,00 55,00 50,00 45,00 40,00

SIMPLES 65,00 60,00 55,00 50,00 45,00 40,00 35,00 30,00

## ANEXO III

TABELA DE VALORES MÍNIMOS PARA COBRANÇA DO ITBI  
DO TERRITÓRIO RURAL POR ALQUEIRE CONVERTIDO EM REAIS

LOCALIDADE	CLASSE A	
CLASSE B		
Avenca do Rio Negro	1.200,00	800,00
Avenquinha	3.600,00	3.000,00
Bateias de Baixo (rural)	3.000,00	2.000,00
Bateias de Cima	1.600,00	800,00
Campestre	3.600,00	3.000,00
Campinas	1.200,00	800,00
Cãozinho	1.200,00	800,00
Capinzal	1.200,00	800,00
Corredeiras	1.200,00	800,00
Cubatão	1.200,00	800,00
Estr. Rio Vermelho	3.600,00	3.000,00
Faxinal	3.600,00	3.000,00
Floresta	1.200,00	800,00
Fragosos (rural)	3.600,00	3.000,00
Fundão	2.000,00	1.200,00
Lageado	3.600,00	3.000,00
Laranjeiras	1.200,00	800,00
Lavrinha	1.200,00	800,00
Mato Bonito	1.200,00	800,00
Onça Parda	1.200,00	800,00
Papanduva	1.200,00	800,00
Papanduvinha	1.200,00	800,00
Queimados	1.200,00	800,00
Quiriri	800,00	400,00
Rio Represo	2.000,00	1.200,00
Ribeirão das Pedras	800,00	400,00
Ribeirão do Meio	1.200,00	800,00
Rodeio Grande	1.200,00	800,00
Saltinho	3.600,00	3.000,00
Salto	3.600,00	3.000,00
Sant'Ana	1.200,00	800,00
São Miguel	3.600,00	3.000,00
Serrinha	2.000,00	1.200,00
Tijucume	1.200,00	800,00
Ximbuva	1.200,00	400,00
Outras não especificadas	1.200,00	800,00

## ANEXO IV

TABELA DO TERRITÓRIO URBANO POR M²  
CONVERTIDO EM REAIS

RUA	CLASSE - B
Adolfo Konder	5,83
Altamiro Lobo Guimarães	4,64
Athanagildo Schmidt	4,64
Bateias de Baixo (urbano)	2,20
Benjamin Constant	5,83
Carlos Brandes	5,83
Cél. Bento D' Amorim	5,83

Cél. Bueno Franco	5,83
Cél. Raymundo Munhoz	5,83
Cél. Veríssimo de S. Freitas	4,34
Dezoito de Março	5,83
Ernesto Afonso Scheide	4,99
Rua Santo Antônio	4,98
Eugênio Duarte	4,98
Fragosos (urbano)	2,12
Getúlio Vargas	5,83
Pe. Lino Jacob Vier	5,83
Jorge Lacerda	5,83
Leoberto Leal	5,83
Nereu Ramos	5,83
Padre Luiz Gilg	5,83
Paulo Schroeder	5,33
Pref. Adolfo Paulo Herbst	4,64
Pref. Oldemar Duvoisin	5,33
Projetada Loteamento Piske	4,98
Projetada Loteamento Scheide	4,98
Rodovia SC 301	5,83
Sete de Setembro	5,33
Vicente Pereira Neto	4,64
Waldemiro Schroeder	4,79

Campo Alegre "SC", 21 de dezembro de 2001

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

**Lei Complementar Nº 003 de 21 de Dezembro de 2001**LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2001  
INSTITUI A CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE  
ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIASO Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:Art.1º) Fica instituída, nos termos do Art. 149-A da Constituição  
Federal de 1988, a Contribuição para o Custeio do Serviço de Ilu-  
minação Pública - COSIP, devida pelos consumidores de Energia  
Elétrica, residenciais e não residenciais, edificados ou não, desti-  
nada ao custeio do serviço de Iluminação Pública.Parágrafo Único - Considera-se serviço de iluminação pública  
aquele destinado a iluminar vias e logradouros públicos, bem  
como quaisquer outros bens públicos de uso comum, assim como  
de atividades acessórias de instalação, manutenção e expansão da  
respectiva rede de iluminação.Art.2º) A contribuição de que trata o artigo anterior será devida  
pelos consumidores residenciais edificados, ao custo mensal do  
serviço de iluminação pública, rateado entre os contribuintes de  
acordo com os níveis individuais de consumo mensal de energia  
elétrica, em conformidade com a seguinte Tabela:

## I - CONSUMOS RESIDENCIAIS:

FAIXA DE CONSUMO			VALOR DA COTA EM R\$
0	a	30 kWh	ISENTO
31	a	50 kWh	0,80
51	a	100 kWh	2,10
101	a	200 kWh	3,20
201	a	500 kWh	5,75
501	a	1000 kWh	11,50
acima de		1001 kWh	22,90

**II - CONSUMIDORES COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EMPR. SERV. PÚBLICO:**

FAIXA DE CONSUMO			VALOR DA COTA EM R\$
0	a	30 kWh	3,80
31	a	50 kWh	5,60
51	a	100 kWh	11,70
101	a	200 kWh	14,00
201	a	500 kWh	16,50
501	a	1000 kWh	25,40
Acima de		1001 kWh	35,60

**III - CONSUMIDORES DO PODER PÚBLICO:**

FAIXA DE CONSUMO			VALOR DA COTA EM R\$
0	a	30 kWh	4,80
31	a	50 kWh	9,60
51	a	100 kWh	14,30
101	a	200 kWh	20,40
201	a	500 kWh	28,60
501	a	1000 kWh	38,20
Acima de		1001 kWh	47,70

**IV - CONSUMIDORES PRIMÁRIOS:**

FAIXA DE CONSUMO			VALOR DA COTA EM R\$
0	a	2000 kWh	51,50
2001	a	5000 kWh	72,10
5001	a	10000 kWh	123,60
10001	a	50000 kWh	185,40
Acima de		50001 kWh	226,60

§ 1º - O valor da Contribuição, estabelecido na forma deste artigo, será apurado e cobrado mensalmente, por meio de nota fiscal fatura, emitida pela concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica.

§ 2º - A contribuição devida pelos consumidores não edificados será anual, no valor de 15 (quinze) UPM's (Unidade Padrão do Município), cuja incidência ocorrerá juntamente com a incidência do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), desde que o imóvel esteja localizado em logradouro beneficiado pela iluminação pública.

Art.3º) O valor da contribuição de que trata esta Lei Complementar será reajustado na mesma ocasião e percentual aplicado às tarifas de fornecimento de energia elétrica, definido pela Centrais Elétricas de Santa Catarina - S.A - CELESC.

Art.4º) Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - CELESC, para operacionalizar a apuração e cobrança da contribuição de que trata esta Lei Complementar, bem como para prestar o respectivo serviço de iluminação pública do interesse do município.

§ 1º - A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - CELESC deverá contabilizar mensalmente o produto da arrecadação da COSIP, em conta própria e fornecerá, à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, até o dia 15 do mês subsequente ao do recolhimento, o demonstrativo de arrecadação.

§ 2º - O saldo verificado no balanço da contabilidade da COSIP deverá ser aplicado pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A CELESC, em serviços de iluminação pública, preferencialmente nas ruas ainda não beneficiadas pelo serviço, de acordo com a programação e autorização da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) Compete À Secretaria Municipal de Finanças, a administração e fiscalização da contribuição de que trata esta Lei Complementar.

Art.6º) O produto da arrecadação da contribuição de que trata esta Lei Complementar será integralmente destinado ao Fundo Especial para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - FECOSIP, a ser criado por lei específica.

Art.7º) A aplicação da presente Lei Complementar fica condicionada à aprovação do Projeto de Emenda Constitucional nº 222/00, em tramitação no Congresso Nacional, já aprovado pela Câmara dos Deputados e em votação no Senado Federal.

Art.8º) A contribuição de que trata esta Lei Complementar passa a integrar o Sistema Tributário Municipal.

Art.9º) Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os artigos 239, 240, 241, 242, 243 e 244 da Lei Municipal nº 2.293 de 26 de dezembro de 1997.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de dezembro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 2.503 DE 01 DE MARÇO DE 2001**

LEI Nº 2.503 DE 01 DE MARÇO DE 2001.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre, inscrita no CNPJ nº 81.155.319/0001-98 com sede na Rua: Dr. Getúlio Vargas, 563 Centro Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º) O valor descrito no "caput" deste Artigo será repassado em 10 parcelas, sendo a primeira no mês de março de 2001.

Parágrafo 2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido até 31 de dezembro de 2001, junto ao Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art. 6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art. 7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser aprestada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;

Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;

Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;

Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;

Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas no exercício de 2001.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas, podendo ser suplementada se necessário.

Art. 10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
01 de março de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.504 de 09 de Março de 2001**

LEI Nº 2.504 DE 09 DE MARÇO DE 2001

AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder contribuição de R\$ 2.400,00 (dois mil, quatrocentos reais), para a Federação Catarinense de Municípios - FECAM.

Art.2º) A contribuição acima referida, será repassada em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) referente aos meses de Janeiro à Dezembro do corrente ano, o repasse das contribuições mensais deverá ser efetuado até o dia vinte de cada mês.

Art.3º) A contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, se refere à quota de participação do Município de Campo Alegre, para que se dê continuidade aos Projetos da "FECAM".

Art.4º) As despesas com a execução da presente Lei, correrão por conta da Dotação 03.07.021.2004-Coordenação das Atividades de Administração 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas, podendo ser suplementada se necessário.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
09 de março de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.505 de 09 de Março de 2001**

LEI Nº 2.505 DE 09 DE MARÇO DE 2001.

AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - AMUNESC

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal, fica autorizado a conceder contribuição de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), para a Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina - AMUNESC.

Art.2º) A contribuição acima referida, será repassada em 12 parcelas mensais e consecutivas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), referente aos meses de janeiro a dezembro de 2001.

Art.3º) A contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, se refere à quota de Participação de Campo Alegre.

Art.4º) As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta da dotação 03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração 3230.00 Transferências a Instituições Privadas, podendo ser suplementada se necessário.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais retroativo a partir de 1º de janeiro de 2001.

Art.6º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
09 de março de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.506 de 15 de Março de 2001**

LEI Nº 2.506 DE 15 DE MARÇO DE 2001  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0403 - Divisão de Ensino Infantil

08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades de Creches

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente..R\$ 5.000,00

08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades Educação Pré-Escolar

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equip. e Material Permanente ..... R\$ 11.000,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde Bem Estar Social

0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade

15.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3210.00 - Transferências Intragovernamentais

3214.00 - Transferências a Fundos .....R\$ 10.000,00

0700 - Secret. Munic. Planejamento, Transportes Obras

0701 - Divisão de Planejamento e Obras

16.10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento Material Perman ..... R\$ 2.000,00

Total .....R\$ 28.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
15 de março de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2507 de 30 de Março de 2001**

LEI Nº 2507 DE 30 DE MARÇO DE 2001  
AUTORIZA RECEBIMENTO POR DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação da Secretaria da Receita Federal os bens móveis abaixo relacionados:

DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO	VIDEO CASSETE
Marca JVC. HR-V641-M nº de série 06500161 .....	R\$ 250,00	

TELEVISOR	
SPOL COPA 98 5" Black & White AM/FM Rádio KTU 503 .....	
R\$ 78,10	

TOTAL GERAL .....R\$ 328,10

Art.2º) O Televisor será utilizado para uso do Gabinete do Prefeito e o Vídeo Cassete para uso da Casa da Cultura, cujos bens integram o Patrimônio Público Municipal.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
30 de março de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº2.416/99 em, / /

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2508 de 30 de Março de 2001**

LEI Nº 2508 DE 30 DE MARÇO DE 2001  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito  
Suplementar no valor de R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e  
quinhentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do  
Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete

03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Pre-  
feito

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3230.00 - Transferências a Instituições Privadas

3233.00 - Contribuições Correntes .....R\$ 9.000,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 1.000,00

0303 - Divisão do Controle Fazendário

03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 1.000,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo .....R\$ 2.000,00

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2017 - Desenvolvimento do Ensino Fund. e Valorização  
do Magistério

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 1.000,00

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 3.000,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades da Creche

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo .....R\$ 2.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 2.000,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações .....R\$ 5.000,00

08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades de Educação

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo .....R\$ 2.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 2.000,00

0404 - Divisão da Cultura

08.48.246.2020 - Manutenção das Atividades Culturais

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos



3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 1.500,00  
0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
0601 - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente  
04.18.111.2027 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 18.000,00  
Total .....R\$ 49.500,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
30 de março de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº2.416/99 em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.509 de 30 de Março de 2001.**

LEI Nº 2509 DE 30 MARÇO DE 2001.

REVOGA LEI MUNICIPAL Nº 2.501 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2000

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica revogada a Lei Municipal de nº 2.501 de 22 de dezembro de 2000, e todas as suas disposições.

Art.2º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" 30 de março 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Publicada e registrada na forma da Lei nº2.416/99 em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.510 de 06 de Abril de 2001**

LEI Nº 2.510 DE 06 DE ABRIL DE 2001.

ESTABELECE NORMAS DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina; faço saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I**

##### **DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS**

Art. 1º — O Terminal Rodoviário de Passageiros tem por objetivo centralizar o transporte coletivo municipal, intermunicipal, interestadual e internacional, que tenha a cidade de Campo Alegre, como ponto de partida, de chegada ou de escala, excluído o que serve a área urbana, proporcionando:

I — Serviços de alto padrão para embarque e desembarque de passageiros;

II — Criar e manter uma infra-estrutura de serviços, área de comércio e utilidades, para atendimento aos passageiros e ao turismo da cidade;

III — Garantir condições de segurança, higiene e conforto aos usuários, que sejam passageiros, público em geral, empresas comerciais e de serviços, empresas transportadoras, órgão de serviços públicos ou entidades neles estabelecidos, inclusive seus empregados e funcionários.

Art. 2º — Pertencem ao Município, o imóvel nele compreendido o terreno e o prédio, onde está localizado o Terminal Rodoviário de Passageiros.

Art. 3º — Constitui serviço municipal, nos termos do artigo 105 da Lei Orgânica Municipal, as atividades do Terminal Rodoviário de Passageiros.

Art. 4º — Constituem-se unidades de serviços e atividades do Terminal, aqueles indispensáveis ao seu adequado funcionamento, notadamente:

I — Áreas destinadas à venda de bilhetes;

II — Serviço de lanchonete e restaurante;

III — Sistema de sonorização;

IV — Aparelhos telefônicos;

V — Locais de propaganda visual;

VI — Serviços de guarda-volume;

VII — Serviços de estacionamento;

VIII — Serviços de táxi;

IX — Serviços de carregador;

X — Área de embarque e desembarque de passageiros;

XI — Sala de administração;

XII — Sanitários públicos.

Parágrafo Único — O Município poderá ceder unidades do Terminal a órgãos públicos ou entidades, mediante termo de permissão de uso.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DA TITULARIDADE DOS SERVIÇOS**

Art. 5º — Os serviços e atividades do Terminal Rodoviário de Passageiros podem ser prestados pelo Município, por administração direta ou indireta, e poderão ser exercidas por permissão ou concessão, na forma desta Lei e legislação pertinente.



Parágrafo Único — Caso os serviços previstos no artigo 3º desta Lei, forem transferidos a terceiros, ficarão sob a total regulamentação e fiscalização do Município, que deverá retomá-los sempre que se tornarem insuficientes ou forem prestados em desacordo com os termos e condições da outorga.

### CAPÍTULO III

#### DAS CONCESSÕES OU PERMISSÕES

Art. 6º — As atividades e serviços de exploração do Terminal poderão ser exercidas mediante contratos de concessão ou permissão onerosa, precedidos de licitação, na forma da Lei.

Art. 7º — O termo de outorga implica, para o concessionário ou permissionário, a obrigação de explorar, por sua conta e risco os serviços e atividades do Terminal.

Art. 8º — A licitação para outorga dos contratos de concessão ou permissão dos serviços referidos no artigo 3º obedecerá ao disposto nesta Lei e na sua regulamentação a ser expedida pelo Poder Executivo Municipal e no respectivo edital.

Art. 9º — O edital de licitação será acompanhado de minuta básica do respectivo contrato e indicará obrigatoriamente:

- I — O objeto de concessão ou permissão dos serviços e atividades, na sua totalidade ou parcialmente;
- II — Os requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos às concorrentes;
- III — A relação dos documentos exigidos às concorrentes;
- IV — O prazo, local e horário em que serão fornecidos aos interessados, os dados, estudos e demais elementos e informações necessários a elaboração das propostas, bem como o custo de sua aquisição, se for o caso.

Art. 10 — O julgamento da licitação identificará a proposta mais vantajosa, segundo critérios objetivos, estabelecidos no instrumento convocatório, com fiel observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e igualdade entre os concorrentes.

Art. 11 — O contrato de concessão ou permissão deverá refletir fielmente as condições do edital e da proposta vencedora.

### CAPÍTULO IV

#### DAS OBRIGAÇÕES DAS CONCESSIONÁRIAS OU PERMISSONÁRIAS

Art. 12 — Constituem obrigações das concessionárias ou permissionárias:

- I — Utilizar-se do Terminal para os seus fins;
- II — Não transferir a terceiros sob qualquer forma, total ou parcialmente, os direitos adquiridos com o termo de outorga, salvo mediante e expressa autorização da Prefeitura, preservando-se seu objeto, as condições do termo de outorga e o novo outorgante atenda aos requisitos do edital licitatório;
- III — Responsabilizar-se por todos os encargos incidentes sobre a concessão ou permissão, bem como os decorrentes de sua utilização;
- IV — Reformas e manutenção do imóvel do Terminal;
- V — A conservação, zelo e segurança do imóvel, inclusive admitido seguro contra sinistros de qualquer natureza, enquanto no Termo de outorga;
- VI — Pagamento pecuniário, na forma do título de outorga, se for o caso;
- VII — Cumprir e fazer cumprir as normas dos serviços e cláusulas do Termo de outorga;

VIII — Permitir aos encarregados da fiscalização, livre acesso aos equipamentos e instalações, integrantes dos serviços bem como a seus registros contábeis.

### CAPÍTULO V

#### DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE OU PERMITENTE

Art. 13 — Incumbe a Prefeitura Municipal como concedente ou permitente:

- I — Regularizar o serviço concedido ou permissionado;
- II — Fiscalizar diretamente os serviços integrantes do Terminal Rodoviário concedidos ou permissionados;
- III — Elaborar os editais e promover as licitações para concessão ou exploração dos serviços;
- IV — Estabelecer critérios ou autorizar a cobrança de tarifas e seus reajustes, nos casos e da forma prevista em Lei;
- V — Aplicar sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato;
- VI — Organizar e manter o acervo de informações e dados técnicos relativos aos serviços do Terminal;
- VII — Revogar a concessão ou permissão outorgadas nos casos previstos em lei ou regulamento;
- VIII — Apurar e solucionar queixas e reclamações recebidas dos usuários;
- IX — Repassar mensalmente a concessionária ou permissionária os valores das tarifas de utilização de embarque e dos aluguéis dos contratos em vigor, se for o caso.

### CAPÍTULO VI

#### DAS RECEITAS

Art. 14 — Constituem receitas do Terminal:

- I — Tarifa de utilização de embarque;
- II — Parcelas mensais de permissão ou concessão de uso;
- III — Serviços de guarda-volume;
- IV — Serviços de estacionamento;
- V — Exploração de sanitários públicos;
- VI — Publicidade;
- VII — As dotações consignadas no orçamento geral do Município, créditos especiais e repasses que lhe forem conferidos.

Art. 15 — A concessionária ou permissionária será remunerada através de pagamento das receitas auferidas, previstas no artigo anterior, cobradas diretamente ou repassadas pela Prefeitura.

Parágrafo Único — Os preços poderão ser revistos se houver variação dos custos operacionais da concessionária, visando a justa remuneração do capital, desde que demonstrado minuciosamente a Prefeitura e mediante aprovação desta.

### CAPÍTULO VII

#### DAS PENALIDADES

Art. 16 — O descumprimento pela concessionária ou permissionária de qualquer condições contidas em Lei e regulamento, importará em sanção a ser definida em regulamento e quando for o caso mediante responsabilidade civil e criminal.

Art. 17 — Independentemente de penalidades pecuniárias impostas aos outorgantes, a concessão ou permissão outorgada poderá ser revogada sem qualquer indenização, a concessionária ou permissionária quando:

- I — Descumprir cláusula ou termo de outorga;

II — Paralisar o serviço, ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;  
III — Não cumprir as penalidades impostas por infrações nos devidos prazos;  
IV — Transferir o controle societário da empresa, sem prévia anuência da Prefeitura;  
V — For condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

## CAPÍTULO VIII

### DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO OU PERMISSÃO

Art. 18 — Extingue-se a concessão ou permissão outorgada por:

I — Advento do término da outorga;  
II — Rescisão;  
III — Revogação;  
IV — Falência ou extinção da empresa concessionária;  
V — Encampação;  
VI — Caducidade;  
VII — Pelo acordo entre as partes.

§ 1º — Extinta a permissão ou concessão, retorna à Prefeitura todos os direitos transferidos à concessionária ou permissionária.

§ 2º — Considera-se encampação a retomada do serviço pela Prefeitura durante o prazo de concessão ou permissão, por motivo de interesse público, mediante Lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização.

§ 3º — A inexecução total ou parcial do termo de outorga acarretará, a critério da Prefeitura, a declaração de caducidade da concessão, ou aplicação das sanções previstas.

§ 4º — O termo de outorga poderá ser rescindido por iniciativa da permissionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pela Prefeitura, mediante ação judicial especialmente intentada para este fim, sendo que os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

§ 5º — A devolução ou a revisão dos serviços não implicará ônus de qualquer natureza para o Município, nem conferirá ao concessionário ou permissionário qualquer indenização pelos serviços, construções, ampliações e reformas, os quais passarão a propriedade do Município, com exceção ao previsto no parágrafo 2º deste artigo.

§ 6º — Em qualquer caso de extinção de concessão ou permissão, o concessionário ou permissionário fará, por sua contra exclusiva, a remoção dos equipamentos e bens que não sejam objeto de reversão, ficando obrigado a repassar ou indenizar os danos decorrentes de suas atividades e praticar os atos de recuperação necessários.

## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 19 — Os projetos de instalações, ampliações e reformas das unidades do Terminal deverão ser previamente aprovadas pela Prefeitura, levando-se em consideração os padrões estipulados no projeto arquitetônico do imóvel.

Art. 20 — Os atuais ocupantes das unidades junto ao Terminal à medida que forem vencendo os contratos em vigor, se adequarão as normas previstas nesta Lei e regulamento.

Art. 21 — Caberá ao Poder Executivo Municipal regulamentar a

presente Lei, naquilo que for necessário.

Art. 22 — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
em 06 de abril de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.511 de 16 de Abril de 2001

LEI Nº 2.511 DE 16 DE ABRIL DE 2001.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A FECAMPO - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre, inscrita no CNPJ nº 83.788.216/0001-90 com sede na Rodovia SC 301 nº 1.111 - Centro - Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º) O valor descrito no "caput" deste Artigo será repassado em 10 parcelas, sendo a primeira no mês de março de 2001.

Parágrafo 2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, no prazo máximo de 30 dias após o recebimento, sob pena do não recebimento da próxima parcela, junto ao Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art. 6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art. 7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser prestada ao Executivo Municipal, no prazo previsto no artigo 2º

desta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas no exercício de 2001.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 03.07.020.2003 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas, podendo ser suplementada se necessário.

Art. 10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de abril de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.561 de 11 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 8.561 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. DANIELLE ALMEIDA DA GUIA, no cargo público e função de Psicólogo, matrícula funcional nº 000782, registro no sistema sob nº 955406, Regime Estatutário, a partir de 11 de Setembro de 2014, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o de Nível 6, Sub-Nível 61, referência A, no valor de R\$ 2.933,42 (dois mil, novecentos e trinta e três reais, quarenta e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. DANIELLE ALMEIDA DA GUIA em 8º lugar no Concurso

Público nº 001/2012, homologado pelo Decreto Municipal nº 7.026 em data de 16 de maio de 2012, prorrogado através do Decreto nº 8.356 de 14 de maio de 2014.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício, Município de Campo Alegre/SC,  
11 de setembro de 2014.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.512 de 16 de Abril de 2001**

LEI Nº 2.512 DE 16 DE ABRIL DE 2001.

HOMOLOGA O TERMO DE CONVÊNIO Nº  
09.17.11.0330.100.050/2001,

QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A - EPAGRI

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologada a Celebração do Termo de Convênio nº 09.17.11.0330.100.050/2001, que entre si Celebram a Prefeitura Municipal de Campo Alegre e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A - EPAGRI, no valor total de R\$ 13.200,00 (treze mil, e duzentos e reais), pagos em 11 (onze) parcelas mensais iguais e sucessivas de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Art.2º) O objeto do presente Termo de Convênio refere-se à Cooperação Técnica (assistência) e extensão Rural pela EPAGRI para o município de Campo Alegre, para elaboração e acompanhamento do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR).

Art.3º) Os termos do Convênio a que se refere o Artigo primeiro fazem parte integrante desta Lei.

Art.4º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação do Orçamento Vigente.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
16 de abril de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.513 de 16 de Abril de 2001**

LEI Nº 2.513 DE 16 DE ABRIL DE 2001.

DENOMINA DE "FRANCISCA HEIDEN"

RUA NO DISTRITO DE BATEIAS DE BAIXO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada a Rua: FRANCISCA HEIDEN, uma Rua saindo da Rua: PROF. RUFINO BLASKOWSKI - direção ao Norte até a propriedade do Sr. Marcelino Augustin, com extensão de 137,30m e largura de 12,00 m, situada no Distrito de Bateias de Baixo, neste município, conforme croquis em anexo.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 16 de abril de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.514 de 25 de Abril de 2001**

LEI Nº 2.514 DE 25 DE ABRIL DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 3.000,00

0600 - Secret. Munic. Planej. Urbano Obras Transp. Serv. Públicos

0601 - Divisão de Transportes

16.88.534.2033 - Conservação de Estradas do Interior

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 24.000,00

Total .....R\$ 27.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 25 de abril de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**Lei Nº 2.515 de 25 de Abril de 2001**

LEI Nº 2.515 DE 25 ABRIL DE 2001

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina; faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Sindicato Rural de Campo Alegre, com objetivo de Cooperação ao Programa de Inseminação Artificial no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único - A minuta de convênio em anexo, é parte integrante desta Lei.

Art.2º) As despesas decorrentes deste convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 04.18.111.2027 - 3132.00 - Outros Serviços e Encargos.

Art.3º) Esta entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 25 de abril de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito



**Lei Nº 2.516 de 27 de Abril de 2001**

LEI Nº 2.516 DE 27 DE ABRIL DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade

15.81.486.2025 - Coordenação das Atividades Administrativas

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3210.00 - Transferências Intragovernamentais

3214.00 - Contribuições a Fundos .....R\$ 3.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 27 de abril de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.517 de 10 de Maio de 2001**

LEI Nº 2.517 DE 10 DE MAIO DE 2001

ESTABELECE A PERIODICIDADE PARA APURAÇÃO DE LIMITES E PUBLICAÇÃO DE RELATÓRIOS EXIGIDOS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) A apuração dos limites das despesas com pessoal e montante da dívida consolidada, exigidos no artigo 22 e § 4º do artigo 30 da Lei de Responsabilidade Fiscal, respectivamente, será efetuado ao final de cada semestre.

Art.2º) A divulgação do Relatório de Gestão Fiscal e dos demonstrativos de que trata o artigo 63 da Lei de Responsabilidade Fiscal, será efetuado até trinta dias após o encerramento de cada semestre.

Art.3º) O Anexo de Política Fiscal de Plano Plurianual, o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias e o anexo de que trata o inciso I do Artigo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal serão elaborados antes do quinto exercício seguinte ao da publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, para que o Município possa ir se adequando a nova ordem que se instala na administração pública brasileira.

Art.4º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, convalidando o Decreto Municipal nº 2.642 de 16 de janeiro de 2001.

Art.5º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de maio de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.518 de 15 de Maio de 2001**

LEI Nº 2.518 DE 15 DE MAIO DE 2001.

INSTITUI O PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA ASSOCIADA A AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS, E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

(Art.1º) Fica instituído, no âmbito deste município, o Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas.

§ 1º São beneficiárias do programa instituído por esta Lei as famílias com renda familiar per capita até noventa reais mensais, que possuam sob sua responsabilidade crianças com idade entre seis e quinze anos, matriculados em estabelecimentos de ensino fundamental regular, com frequência escolar igual ou superior a oitenta e cinco por cento.

§ 2º Para os fins do parágrafo anterior, considera-se:

I - família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros;

II - para enquadramento na faixa etária, a idade da criança, em número de anos completados até o primeiro dia do ano no qual se dará a participação financeira da União;

III - para determinação da renda familiar per capita, a soma dos rendimentos brutos auferidos pela totalidade dos membros da família dividida pelo número de seus membros.

§ 3º O Poder Executivo poderá reajustar o limite de renda familiar per capita fixado no § 1º, desde que atendidas todas as famílias compreendidas na faixa original.

Art.2º) O programa instituído por esta Lei tem como objetivo

incentivar e viabilizar a permanência das crianças beneficiárias na rede escolar de ensino fundamental, por meio de ações sócio-educativas de apoio aos trabalhos escolares, de alimentação e de práticas desportivas e culturais em horário complementar ao das aulas.

§ 1º O Poder Executivo definirá as ações específicas a serem desenvolvidas ou patrocinadas pela municipalidade para o atingimento dos objetivos do programa.

§ 2º As despesas decorrentes do disposto no parágrafo anterior correrão à conta dos orçamentos dos órgãos encarregados de sua implementação.

Art.3º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar a adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa-Escola", instituído pelo Governo Federal.

§ 1º Fica o Poder Executivo Municipal igualmente autorizado a assumir, perante a União, as responsabilidades administrativas e financeiras decorrentes da adesão ao referido programa.

§ 2º Compete à Secretaria Municipal de Educação, desempenhar as funções de responsabilidade do município em decorrência da adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa-Escola".

Art.4º) Fica instituído o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Garantia de Renda Mínima, com as seguintes competências:

I - acompanhar e avaliar a execução das ações definidas na forma do § 1º do Art. 2º;

II - aprovar a relação de famílias cadastradas pelo Poder Executivo Municipal como beneficiárias do programa;

III - aprovar os relatórios trimestrais de frequência escolar das crianças beneficiárias;

IV - estimular a participação comunitária no controle da execução do programa no âmbito municipal;

V - desempenhar as funções reservadas no Regulamento do Programa Nacional de Renda Mínima - "Bolsa-Escola";

VI - elaborar, aprovar e modificar o seu regimento interno; e

VII - exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares.

§ 1º O Conselho instituído nos termos deste artigo terá 10 membros, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, por indicação das seguintes entidades:

I - 02 representantes do Conselho Municipal de Assistência Social;

II - 02 representantes do Conselho Municipal de Educação;

III - 02 representantes do Conselho Tutelar;

IV - 02 representantes da Pastoral da Criança;

V - 02 representantes do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego.

§ 2º A participação no Conselho instituído nos termos deste artigo não será remunerada, ressalvado o ressarcimento das despesas necessárias à participação nas reuniões.

§ 3º É assegurado ao Conselho de que trata o este artigo o acesso a toda a documentação necessária ao exercício de suas competências.

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de maio de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.519 de 15 de Maio de 2001**

LEI Nº 2.519 DE 15 DE MAIO DE 2001

ALTERA O ARTIGO 3º, CAPUT, DA LEI MUNICIPAL Nº 2.388 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1998

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica alterado o artigo 3º, caput da Lei Municipal nº 2.388 de 23 de dezembro de 1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar despesas com a implantação e manutenção do consórcio, no valor de R\$ 0,20 (vinte centavos) por habitante no Município".

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de maio de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**Lei Nº 2.520 de 15 de Maio de 2001**

LEI Nº 2.520 DE 15 DE MAIO DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$149.000,00 (Cento e quarenta e nove mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0700 - Secretaria Municipal de Planej. Obras e Serv. P.

0701 - Divisão de Planejamento e Obras.

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão.

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equip. e Material Permanente ..... R\$149.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 15 de maio de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.521 de 15 de Maio de 2001**

LEI Nº 2.521 DE 15 DE MAIO DE 2001.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 142.733,00 (Cento quarenta e dois mil setecentos e trinta e três reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0700 - Secretaria Munic. Planejamento, Transportes e Obras.

0701 - Divisão de Planejamento e Obras

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....R\$ 142.733,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência

9990.00 - Reserva de Contingência .....R\$ 142.733,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 15 de maio de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.522 de 15 de Maio de 2001**

LEI Nº 2.522 DE 15 DE MAIO DE 2001

AUTORIZA REPASSAR RECURSOS PARA AMUNESC

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a repassar à Associação de Município do Nordeste de Santa Catarina - AMUNESC, o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) em 06 (seis) parcelas mensais de R\$ 500,00 (quinhentos reais) .

Art.2º) O repasse de que trata o artigo anterior se destina a cobrir parte das despesas com contratação de auditores especiais, objetivando acompanhar o preenchimento das Declarações de Informações Econômico-Fiscais-DIEF's.

Art.3º) As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações do Orçamento Vigente.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 15 de maio de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.523 de 15 de Maio de 2001**

LEI Nº 2.523 DE 15 DE MAIO DE 2001  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito  
Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de  
suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Administração

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3230.00 - Transferências a Instituições Privadas

3233.00 - Contribuições Correntes .....R\$ 3.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, cor-  
rerá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
15 de maio de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.524 de 19 de Junho de 2001**

LEI Nº 2.524 DE 19 DE JUNHO DE 2001  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito  
Suplementar no valor de R\$ 84.500,00 (oitenta e quatro mil e  
quinhentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do  
Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Saúde Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo .....R\$ 18.500,00

0700 - Secretaria Munic. Planejamento, Transportes Obras

0701 - Divisão de Planejamento e Obras

16.10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente....R\$ 60.000,00

0702 - Divisão de Transportes

16.88.020.2032 - Reforma de Manutenção dos Veículos e Maqui-  
nários

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 5.000,00

16.88.534.2033 - Conservação de Estradas do Interior

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 1.000,00

Total .....R\$ 84.500,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, cor-  
rerá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
19 de junho de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.525 de 26 de Junho de 2001**

LEI Nº 2.525 DE 26 DE JUNHO DE 2001.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Cré-  
dito Suplementar no valor de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil  
reais ), afim de suplementar as seguintes Dotação do Orçamento  
Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete

03.07.020-2003 - Coordenação do Gabinete do Prefeito Municipal

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3230.00 - Transferências a Instituições Privadas

3233.00 - Contribuições Correntes .....R\$ 2.800,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.1003 - Construção Ampliação e Reforma de Escolas

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações .....R\$ 14.900,00

08.42.188.2017 - Desenv. Ensino Fundamental Valorização Magis-  
tério

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente ....R\$ 10.000,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades da Creche

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 2.000,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações .....R\$ 7.000,00

08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades Educação Pré Escolar

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família .....R\$ 200,00

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações .....R\$ 6.000,00

0404 - Divisão da Cultura

08.48.246.2020 - Manutenção das Atividades Culturais

3000.00 - Despesas Correntes

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família .....R\$ 100,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde Bem Estar Social

0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade

15.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3210.00 - Transferências Intragovernamentais

3214.00 - Contribuições a Fundos .....R\$ 8.000,00

0700 - Secretaria Municipal Planej. Transportes e Obras

0701 - Divisão de Planejamento e Obras

16.91.575.1009 - Obras e Instalações em Geral

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações .....R\$ 7.000,00

Total .....R\$ 58.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0403 - Divisão de Ensino Infantil

08.47.239.2015 - Transporte Escolar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 58.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
26 de junho de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.526 de 26 de Junho de 2001**

LEI Nº 2.526 DE 26 DE JUNHO DE 2001.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A FECAMPO - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) a FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre, inscrita no CNPJ nº 83.788.216/0001-90 com sede na Rodovia SC 301 - nº 1.111 - Centro - Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º) O valor descrito no "caput" deste Artigo será repassado em uma única parcela, no mês de junho de 2001.

Parágrafo 2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a IV Festa Estadual da Ovelha.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido da subvenção, no prazo máximo de 30 dias após o recebimento, junto ao Departamento da Contabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta

individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art. 6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art. 7º) A prestação de contas do Recurso recebidos deverá ser prestada ao Executivo Municipal, no prazo previsto no artigo 2º desta Lei, instruída com os seguintes documentos:

Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;

Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;

Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;

Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;

Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas no exercício de 2001.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas.

Art. 10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de junho de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.527 de 26 de Junho de 2001**

LEI Nº 2.527 DE 26 DE JUNHO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR O PAGAMENTO DE TRIÊNIOS ATRASADOS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar em até (7) sete parcelas mensais, o pagamento no valor de R\$ 36.155,56 (trinta e seis mil, cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), referente aos triênios atrasados, devidos aos servidores públicos municipais, relacionados no artigo 2º desta Lei.

Art. 2º - São beneficiados com a presente Lei os servidores públicos municipais:

ADRIANA APARECIDA P. RUSZACK, com o pagamento no valor de R\$. 2.174,76 (dois mil, cento e setenta e quatro reais e setenta e seis centavos);

MAURENE TEREZA CUBAS, com o pagamento no valor de R\$ 4.565,60 (quatro mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos).

ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS, com o pagamento total de R\$ 2.643,52 (dois mil, seiscentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos);

ROSANI APARECIDA DA SILVA SCHOLZE, com o pagamento total de R\$ 1.121,94 (um mil, cento e vinte e um reais e noventa e quatro centavos);

JOSÉ LUIS SILVA, com o pagamento total de R\$ 1.842,46 (um mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos);

ROSE MARI CUBAS, com o pagamento total de R\$ 2.174,76 (dois mil, cento e setenta e quatro reais e setenta e seis centavos);

MANOEL VIEIRA PISKE, com o pagamento total de R\$ 2.731,80 (dois mil, setecentos e trinta e um reais e oitenta centavos);

LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNIO, com o pagamento total de R\$ 1.112,17 (um mil, cento e doze reais e dezessete centavos);

MARIA ELIANE FRIEDRICH, com o pagamento total de R\$ 5.899,16 (cinco mil, oitocentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos);

SILMARA MALINOVSKI WOLLNER, com o pagamento total de R\$ 281,16 (duzentos e oitenta e um reais e dezesseis centavos);

LILIAN TEREZINHA BARTSCH, com o pagamento total de R\$ 2.132,16 (dois mil, cento e trinta e dois reais e dezesseis centavos);

MARIA MAURENE O. MAY, com o pagamento total de R\$ 4.259,81 (quatro mil, duzentos e cinquenta e nove reais e oitenta e um centavos);

RAQUEL BENTA PEREIRA, com o pagamento total de R\$ 3.447,32 (três mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos);

SIRLEI MARIA NEUMANN JOHANSON, com o pagamento total de

R\$ 1.768,94 (um mil, setecentos e sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos);

Art.3º) Os pagamentos a que se refere o art. 2º desta Lei serão efetuados a partir da última sexta feira do mês de junho, mediante crédito em folha de pagamento.

Art.4º) Com o respectivo crédito em folha de pagamento, os servidores públicos municipais relacionados no Art. 2º desta Lei, dão plena, raza e geral quitação dos triênios atrasados referentes ao período de abril de 1998 à dezembro de 2000, para mais nada reclamar sobre as verbas devidas nesse período a este título.

Art.5º) Fica fazendo parte integrante desta Lei, o levantamento dos triênios devidos, efetuado pelo Departamento Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de junho de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.528 de 26 de Junho de 2001**

LEI Nº 2.528 DE 26 DE JUNHO DE 2001

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO "PROGRAMA MUNICIPAL DE CALCÁRIO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Calcário destinado ao fornecimento gratuito de calcário a granel, aos produtores rurais do município de Campo Alegre/SC.

§ 1º - Para participar do programa, o produtor deverá comprovar:

I - Inscrição no cadastro de produtores rurais junto a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina;

II - Ter efetuado e realize periodicamente a roçada nas margens da estrada municipal que divisam com a sua propriedade rural;

III - Que a principal fonte de renda familiar tenha origem na atividade rural.

§ 2º - Cada produtor poderá ser beneficiado com até 15 (quinze) toneladas de calcário anualmente.

Art. 2º - A participação dos produtores rurais no Programa, objeto desta Lei, se dará por meio de inscrição na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, deste Município.

Art. 3º - Caberá aos beneficiários deste programa a contratação e



pagamento dos serviços de transporte do calcário fornecido.

Art. 4º - Ficará ao encargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente a operacionalização do presente Programa.

Art. 5º - A presente Lei será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo, após sua entrada em vigor.

Art. 6º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da dotação 0601.04.18.111.2027-3132 - Outros Serviços e Encargos do Orçamento Vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
em 26 de junho de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.529 de 26 de Junho de 2001**

LEI Nº 2.529 DE 26 DE JUNHO DE 2001

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênio com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, para operação e manutenção do sistema de abastecimento de água e esgotos no Município de Campo Alegre.

Art.2º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro do corrente ano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de junho de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.530 de 26 de Junho de 2001**

LEI Nº 2.530 DE 26 DE JUNHO DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades Administrativas

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....R\$ 2.500,00

0302 - Divisão do Tesouro

03.08.033.2001 - Encargos e Amortização de Dívidas

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3260.00 - Encargos da Dívida Interna

3261.00 - Encargos da Dívida Pública .....R\$ 6.000,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0403 - Divisão de Ensino Infantil

08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades da Creche

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo .....R\$ 6.000,00

0405 - Divisão de Merenda Escolar

08.42.188.2021 - Coordenação do Fornecimento da Merenda Escolar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo .....R\$ 3.000,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

3000.00 - Despesas Correntes



3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo .....R\$ 6.000,00

0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade

15.81.486.2025 - Coordenação das Atividades Administrativas

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3210.00 - Transferências Intragovernamentais

3214.00 - Contribuições a Fundos .....R\$ 6.000,00

0700 - Secretaria Municipal de Planej. Urb. Obras e Serv. Públicos

0701 - Divisão de Planejamento e Obras.

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão.

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo .....R\$ 20.000,00

Total .....R\$ 49.500,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
26 de junho de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.531 de 26 de Junho de 2001**

LEI Nº 2.531 DE 26 DE JUNHO DE 2001  
DENOMINA DE "LUIZ HOMANN" RUA NO  
DISTRITO DE BATEIAS DE BAIXO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada a Rua: LUIZ HOMANN, que sai da Rua: Professor Rufino Blaskovski - direção ao Oeste, com extensão de 168,90 metros e largura de 12 metros, situada no Distrito de Bateias de Baixo, neste município, conforme croquis anexo.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de junho de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.532 de 26 de Junho de 2001**

LEI Nº 2.532 DE 26 DE JUNHO DE 2001  
DENOMINA DE "ALCIDES MEDEIROS CORRÊA" RUA  
NO DISTRITO DE BATEIAS DE BAIXO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada a Rua: ALCIDES MEDEIROS CORRÊA, que sai da Rua: Alice Lemos - direção ao Oeste até a divisa com a Associação Catarinense de Ensino, com extensão de 115,20 metros e largura de 12 metros, situada no Distrito de Bateias de Baixo, neste município, conforme croquis em anexo.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
26 de junho de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.533 de 26 de Junho de 2001**

LEI Nº 2.533 DE 26 DE JUNHO DE 2001  
DENOMINA DE "LEONARDO SAIDOCK" RUA  
NO DISTRITO DE BATEIAS DE BAIXO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada a Rua: LEONARDO SAIDOCK, que sai da Rua: Professor Rufino Blaskovski - direção ao Leste até a divisa da propriedade de Inês Mickus, com extensão de 200 metros e largura de 12 metros, situada no Distrito de Bateias de Baixo, neste município, conforme croquis em anexo.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
26 de junho de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.534 de 17 de Julho de 2001**

LEI Nº 2.534 DE 17 DE JULHO DE 2001  
DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE ITENS NOS ANEXOS I E III DA LEI  
MUNICIPAL Nº 2.471 DE 30 DE JUNHO DE 2000

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído itens no Anexo I da Lei Municipal nº 2.471 de  
30 de junho de 2000, Secretaria Municipal de Educação, passando  
a vigorar com a seguinte redação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Informatização

- Aquisição de Microcomputadores;

- Aquisição de softwares de gerenciamento para a educação.  
Aquisição de Material Permanente  
- TV e Vídeos-cassetes para as escolas;

- Retroprojektor;

- Projetor de slides.

Escolas

- Ampliação de Escolas Estaduais Municipalizadas: Avenquinha,  
São Miguel e Bateias de Cima;

- Aquisição de equipamento e material permanente em geral;

- Restauração de prédios escolares, construção de muros e cercas;

- Erradicação do Analfabetismo;

- Aquisição de mimeógrafo para as Escolas;

- Aquisição de Laboratório Móvel para as Escolas.  
Creches

- Aquisição de parques infantis para as creches;

- Equipamento e material Permanente em geral;

- Reforma e restauração de Creches.

Construções

- Construção da sede da Secretaria de Educação.

Art.2º) Fica incluído item no Anexo III da Lei Municipal nº 2.471  
de 30 de junho de 2000, Fundo Municipal de Saúde, passando a  
vigorar com a seguinte redação:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Celebração de Convênios com o Governo Federal e Estadual;

- Aquisição de Equipamento e Material Permanente (Móveis, Uten-  
sílios, Médico, Odontológico e Laboratorial);

- Desenvolver Programas na Área de Saúde Preventiva e Curativa;

- Aquisição de um veículo leve com 05 (cinco) lugares.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
17 de julho de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.535 de 17 de Julho de 2001**

LEI Nº 2.535 DE 17 DE JULHO DE 2001  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Cré-  
dito Suplementar no valor de R\$ 93.900,00 (noventa e três mil e  
novecentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do  
Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Administração

03.07.020.2004 - Coordenação das Atividades de Administração

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 1.000,00

0303 - Divisão de Controle Fazendário

03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 3.000,0

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo .....R\$ 1.000,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades de Creches

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo .....R\$ 3.000,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.025.1005 - Construção Ampliação e Reforma de Postos de Saúde

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações .....R\$ 65.900,00

13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 1.000,00

0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade

15.81.483.2024 - Conselho Tutelar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 1.000,00

0700 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras

0701 - Divisão de Planejamento e Obras

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....R\$ 10.000,00

0702 - Divisão de Transportes

16.88.020.2032 - Reforma e Manutenção dos Veículos e

Maquinários

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo .....R\$ 5.000,0

3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 3.000,00

TOTAL R\$ .....R\$ 93.900,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência

9990.00 - Reserva de Contingência .....R\$ 93.900,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
17 de julho de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.536 de 17 de Julho de 2001

LEI Nº 2.536 DE 17 DE JULHO DE 2001

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE A RECEBER BENS EM DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autoriza a receber em doação da empresa PORTOBELLO S.A, situada na Rodovia BR 101, Km 163, na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, os bens abaixo relacionados e avaliados:

DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO
180,00 m3	Resíduo Melenium Dorado Hexa 30 x 60
R\$ 720,00	

Art.2º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pagar o frete, no valor de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), de Tijucas

à Campo Alegre.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
em 17 de julho de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.537 de 17 de Julho de 2001**

LEI Nº 2.537 DE 17 DE JULHO DE 2001

MANTÉM O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E CRIA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara de Vereadores aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

#### **TÍTULO I**

#### **DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

#### **CAPÍTULO ÚNICO**

Art. 1º Fica mantido, nos termos desta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre (RPPS), incluídas suas autarquias e fundações, de caráter contributivo, em cumprimento às disposições contidas na Constituição da República.

Parágrafo único. O RPPS tem por finalidade máxima assegurar aos seus beneficiários os meios imprescindíveis de manutenção por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de contribuição e falecimento, observados os preceitos estabelecidos nesta Lei e nas determinações editadas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

Art. 2º O RPPS rege-se pelos seguintes princípios:

I - fundamentação em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial;

II - equidade na forma de participação no custeio;

III - caráter democrático da administração, com participação de representantes da Administração Pública e dos servidores, ativos e inativos, nos órgãos colegiados;

IV- sujeição às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo;

V - impossibilidade de concessão de benefícios que não estejam previstos no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), salvo disposição em contrário da Constituição da República;

VI - valor dos benefícios não inferior ao do salário-mínimo;

VII- pleno acesso dos beneficiários às informações relativas à gestão do RPPS.

#### **TÍTULO II**

#### **DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL CAPÍTULO ÚNICO**

Art. 3º Fica criado nos termos desta Lei, o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno, e detentora de autonomia financeira e administrativa.

Parágrafo único. O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Campo Alegre será denominado pela sigla IPRECAL, e terá por fim a administração do RPPS.

#### **TÍTULO III**

#### **DO PLANO DE BENEFÍCIOS**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DOS BENEFICIÁRIOS**

Art. 4º Os beneficiários do IPRECAL classificam-se como segurados ou dependentes, nos termos das Seções I e III deste Capítulo.

#### **Seção I**

#### **Dos segurados**

Art. 5º É segurado do IPRECAL:

I - o segurado-ativo, assim classificado o servidor ativo titular de cargo de provimento efetivo do Município de Campo Alegre, incluídas suas autarquias e fundações, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

o segurado-ativo, assim classificado o servidor ativo detentor de estabilidade;

o segurado-inativo, assim classificado o servidor que tenha se aposentado pelo IPRECAL, em face de sua condição de segurado ativo.

§ 1º Os servidores inativos que recebem proventos decorrentes da concessão de aposentadorias concedidas pela aplicação das Leis Municipais nº 1.388 e 2.303 permanecerão recebendo-os pelo Tesouro Municipal, até a completa extinção destes benefícios, não sendo, a qualquer título, considerados segurados-inativos do IPRECAL;

§ 2º Os dependentes que recebem proventos de pensão pagos pelo Tesouro Municipal, até a data da publicação desta Lei, permanecerão recebendo-os por aquele até a data de extinção de seus benefícios;

§ 3º Os dependentes que recebem proventos de pensão concedidos pelo IPESC - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, permanecerão recebendo-os por aquele órgão até a data de extinção de seus benefícios;

§ 4º Os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo que até a data da publicação desta Lei implementarem todas as condições para concessão de aposentadoria, de qualquer natureza, receberão seus proventos do Tesouro Municipal, não importando a

data da concessão do benefício;

§ 5º O segurado-inativo que voltar a ocupar cargo de provimento efetivo acumulável, na forma do inciso XVI do art. 37 da Constituição da República deverá contribuir ao IPRECAL em relação a este cargo, respeitando-se o limite legal estabelecido para o recebimento de proventos;

§ 6º O segurado-ativo, assim classificado o servidor ativo titular de cargo de provimento efetivo do Município de Campo Alegre, incluídas suas autarquias e fundações, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que for nomeado para exercer cargo em comissão, declarado em Lei de livre nomeação e exoneração, contribuirá exclusivamente sobre o valor da remuneração-de-contribuição do cargo de provimento efetivo, não agregando para nenhum efeito aposentatório a remuneração do cargo em comissão;

§ 7º O segurado-inativo, caracterizado no inciso III do caput deste artigo, que retornar à Administração como ocupante de cargo em comissão, contribuirá ao IPRECAL apenas sobre os proventos de aposentadoria;

§ 8º Os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, que estejam enquadrados na condição indicada no art. 11 da Emenda Constitucional nº 20/98, não contribuirão para o IPRECAL e portanto não perceberão nenhum benefício deste, estendendo-se este dispositivo aos seus dependentes.

Art. 6º Os servidores titulares de cargo em comissão declarado em Lei de livre nomeação e exoneração e o servidor ativo titular de cargo temporário ou de emprego público, contribuirão para o Regime Geral de Previdência (RGPS).

Art. 7º O segurado-ativo que se ausentar da Administração Municipal, respeitando-se as condições previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Campo Alegre para a concessão de licença ou afastamento, sem remuneração, deverá contribuir obrigatoriamente ao IPRECAL, vertendo para este a parcela referente a sua remuneração-de-contribuição, estabelecida no art. 66, inciso I, desta Lei e a parcela que couber ao município de Campo Alegre, definida no art. 65 desta Lei, em relação a quota individual daquele.

Parágrafo único. Caso o segurado não efetue as contribuições estipuladas no caput, após trinta dias o mesmo será notificado expressamente para quitá-las, sob pena de em não o fazendo ter sua licença ou afastamento suspensos por ato do Chefe do Poder Executivo, após instauração do devido processo administrativo.

## Seção II

Da perda da qualidade de segurado

Art. 8º A perda da qualidade de segurado decorrerá:

I - para o segurado-ativo, assim classificado o servidor ativo titular de cargo de provimento efetivo do Município de Campo Alegre, incluídas suas autarquias e fundações, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, pela vacância do cargo público por:

- a) exoneração;
- b) demissão;
- c) falecimento;

II - para os segurados-inativos por:

a) sentença judicial transitada em julgado;

b) falecimento.

§ 1º O segurado-ativo, assim classificado o servidor ativo titular de cargo de provimento efetivo do Município de Campo Alegre, incluídas suas autarquias e fundações que tomar posse em outro cargo efetivo inacumulável, nos termos do inciso XVI do art. 37 da Constituição da República, no Estado ou na União, perderá a qualidade de segurado no IPRECAL;

§ 2º Apenas será concretizada a perda da qualidade de segurado, após o efetivo trâmite administrativo, necessário para gerar a vacância do cargo de provimento efetivo na Administração Pública Municipal;

§ 3º A perda da qualidade de segurado importa em caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade, todavia não prejudica o direito à aposentadoria para cuja concessão tenham sido preenchidos todos os requisitos, segundo a legislação em vigor à época em que estes requisitos foram atendidos;

§ 4º Não será concedida pensão por morte aos dependentes do segurado que falecer após a perda desta qualidade, salvo se preenchidos os requisitos para obtenção de aposentadoria na forma do parágrafo anterior.

## Seção III

Dos dependentes

Art. 9º São beneficiários do IPRECAL, na condição de dependentes do segurado:

I - como dependentes de primeira classe:

o (a) cônjuge;

b) o (a) companheiro (a);

c) o filho não emancipado de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido;

d) o (a) ex-cônjuge ou ex-companheiro(a), que comprove o recebimento de alimentos, na forma estabelecida pelo Regulamento.

II - como dependentes de segunda classe:

a) os pais; o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.

§ 1º O (A) cônjuge, separado (a) de fato, possuirá a condição de dependente desde que comprove a dependência econômica, através dos documentos indicados no § 3º deste artigo;

§ 2º O ex-cônjuge ou ex-companheiro deverá comprovar o recebimento da prestação de alimentos através de cópia da sentença que ensejou o arbitramento;

§ 3º A dependência econômica será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

a) certidão de nascimento de filho havido em comum;

b) certidão de casamento religioso;

c) declaração de Imposto de Renda do segurado em que conste o dependente;



- d) disposições testamentárias;
- e) anotações constantes da Carteira de Previdência e Assistência Social;
- f) informações prestadas na Ficha de Inscrição do IPRECAL;
- g) prova do mesmo domicílio;
- h) declaração especial feita perante tabelião;
- i) prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;
- j) procuração ou fiança reciprocamente outorgada;
- k) conta bancária conjunta;
- l) registro em associação de qualquer natureza, onde conste informações sobre o dependente;
- m) apólice de seguro da qual conste o segurado como instituidor do seguro e a dependente como seu beneficiário;
- n) escritura de compra e venda de imóvel pelo segurado, em nome do dependente;

I - Os documentos constantes das alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m" e "n" não terão eficácia caso apresentados individualmente, devem ser apresentados em conjuntos de no mínimo dois;

§ 4º Entende-se por encargos domésticos evidentes a existência de sociedade e comunhão de atos da vida civil, todos os gastos referentes a manutenção pessoal tais como alimentação, vestuário, medicamentos, etc., e/ou do imóvel utilizado pelo casal, tais como móveis, utensílios, concertos, contas de luz/água/telefone/gás/IPTU, etc., desde que os comprovantes estejam em nome de um e de outro, neste caso com no mínimo três documentos por beneficiário, ou de ambos com no mínimo dois documentos, constando o mesmo endereço e próximos à data do evento de inscrição ou do óbito.

Art. 10 Considera-se:

I - dependente de primeira classe aquele cuja dependência econômica é presumida;

II - dependente de segunda classe aquele cuja dependência econômica deverá ser comprovada;

III - companheira ou companheiro a pessoa que mantenha união estável com o segurado ou segurada.

§ 1º Os dependentes de uma mesma classe concorrem, entre si, em igualdade de condições;

§ 2º A existência de dependente de primeira classe exclui do direito às prestações os de segunda classe;

§ 3º Entende-se por união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham prole em comum, enquanto não se separarem.

Art. 11. O enteado ou o menor que esteja sob a tutela do segurado, que não possuam bens ou rendas suficientes para o próprio sustento ou educação, serão equiparados aos filhos, desde que seja apresentada declaração escrita do segurado e comprovada a dependência econômica, através de documentos que demonstrem sua impossibilidade de auto-sustentar-se.

§ 1º Ainda que atendidas as exigências do caput deste artigo, o menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado mediante apresentação do Termo de Tutela;

§ 2º A prova da impossibilidade de auto-sustentação deve ser feita através da apresentação de no mínimo dois documentos;

§ 3º Entende-se por enteado o filho de matrimônio ou união estável anterior, do cônjuge ou companheiro atual do segurado do IPRECAL.

#### Seção IV

Da perda da qualidade de dependente

Art. 12. A perda da qualidade de dependente ocorre:

I - para o (a) cônjuge:

a) pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;

b) pela separação de fato, se não comprovada a dependência econômica;

c) pela anulação do casamento;

d) pelo óbito;

e) por sentença judicial transitada em julgado;

II - para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o segurado ou segurada, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos;

III - para o filho e o irmão, de qualquer condição, salvo se inválidos:

a) ao completarem vinte e um anos de idade;

pela emancipação.

Parágrafo único. Para os dependentes em geral, ocorre a perda dessa qualidade:

a) pela cessação da invalidez;

b) por ordem judicial;

c) pela renúncia expressa;

d) pela cessação da dependência econômica;

e) pelo falecimento.

#### Seção V

Da filiação ao IPRECAL

Art. 13. Filiação é o vínculo que se estabelece entre os segurados e dependentes e o IPRECAL, do qual decorrem direitos e obrigações.

§ 1º A filiação dos segurados ao IPRECAL decorre, automaticamente, da investidura em cargo de provimento efetivo no Município de Campo Alegre, incluídas suas autarquias e fundações, e se consolida com o pagamento das contribuições;

§ 2º O segurado que for investido em cargos de provimento efetivo



que possam ser acumuláveis será, obrigatoriamente, filiado em relação a cada um deles;

§ 3º A filiação dos dependentes ao IPRECAL decorre da filiação dos segurados e se consolida através de suas contribuições.

## Seção VI

### Da inscrição no IPRECAL

Art. 14. Considera-se inscrição o ato administrativo através do qual o segurado e os dependentes são cadastrados no IPRECAL, mediante a comprovação de dados pessoais e outros elementos necessários e úteis as suas caracterizações, observando-se a contemporaneidade de tais atos.

§ 1º Constará no processo de inscrição dos segurados as informações acerca do ato administrativo de nomeação para o cargo de provimento efetivo, do Termo de Posse e a Ficha de Assentamento Individual, com seus respectivos documentos comprobatórios e o exame médico realizado para o ingresso na Administração Pública Municipal para o efetivo exercício do cargo, bem como as seguintes informações, que devem ser comprovadas através de documentos pertinentes:

- a) nome completo, observado o constante da Carteira de Identidade;
- b) data de nascimento;
- c) nome da mãe e do pai;
- d) número da Carteira de Identidade e data de expedição;
- e) número do CPF e data de expedição;
- f) nacionalidade;
- g) naturalidade;
- h) estado civil;
- i) número do Certificado de Reservista ou Certidão de Isenção do Serviço Militar, se for o caso;
- j) nome do (a) esposo (a);
- k) nome dos filhos;
- l) data de nascimento dos filhos;
- m) número da matrícula funcional, classe, referência, nível;
- n) nome do cargo de provimento efetivo que ocupa na Administração ou de seu reenquadramento;
- o) número da Portaria ou Decreto de sua nomeação e a data de expedição;
- p) número do Título de Eleitor;
- q) número no PASEP;
- r) número da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;
- t) endereço residencial e caso queira o segurado indicar outro endereço para correspondência;

§ 2º Caso o óbito ocorra antes da investidura no cargo de provimento efetivo será vedada sua inscrição post mortem, decaindo o

direito de seus dependentes de sua filiação;

§ 3º Caso o óbito ocorra após a investidura no cargo de provimento efetivo, mas não seja comprovado o efetivo exercício do cargo, será promovida a inscrição post mortem do servidor, tornando-o segurado do IPRECAL, e por consequência garantindo-se o pagamento da pensão por morte aos seus dependentes.

Art. 15. Os dependentes serão inscritos mediante a remessa pelo segurado dos documentos definidos no § 7º deste artigo, que comprovem tal condição ao IPRECAL.

§ 1º O fato superveniente que importe em exclusão ou inclusão de dependentes do segurado-ativo deve ser comunicado ao IPRECAL, por ato de ofício do Departamento de Pessoal, com as provas cabíveis, ou por iniciativa do segurado;

§ 2º O segurado-inativo deverá comunicar ao IPRECAL qualquer fato superveniente que importe em exclusão ou inclusão de dependentes, com as provas cabíveis, que demonstrem a perda da qualidade de dependente;

§ 3º O (A) segurado (a) casado (a) não poderá realizar a inscrição de companheira (o), salvo se comprovadamente separado de fato, devendo para tanto assinar declaração perante o IPRECAL;

§ 4º O segurado que indicar a inscrição dos pais ou irmãos, deverá comprovar a inexistência de dependentes preferenciais, mediante declaração firmada perante o IPRECAL;

§ 5º Os dependentes excluídos de tal condição em razão desta Lei têm suas inscrições tornadas nulas de pleno direito;

§ 6º Ocorrendo o falecimento do segurado, sem que tenha sido feita a inscrição do dependente, cabe a este promovê-la, através da instauração de processo administrativo que deverá ser iniciado com requerimento próprio ao Diretor-Executivo do IPRECAL, e juntados os documentos definidos no § 7º deste artigo, observados os procedimentos subseqüentes, a serem definidos em Regulamento Próprio;

§ 7º Para inscrição dos dependentes, nos termos do § 1º, devem ser coletados os seguintes documentos:

I - para o cônjuge e ex-cônjuge:

- a) fotocópia da certidão de casamento civil ou religioso;
- b) fotocópia da certidão de sentença que assegura o direito à pensão alimentícia, se divorciado ou separado judicialmente;
- c) fotocópia da carteira de identidade;
- d) fotocópia do CPF;
- e) fotocópia do comprovante de recebimento de aposentadoria, caso receba-a no INSS ou em outro Regime Próprio de Previdência;

II - para o companheiro (a)

a) fotocópia da Carteira de Identidade e Certidão de Nascimento de filhos em comum e, quando uns dos companheiros ou ambos já tiverem sido casados Certidão de Casamento com averbação do desquite, separação ou divórcio, ou em caso de viuvez, a Certidão de Óbito;

comprovante de recebimento de aposentadoria, caso receba-a.

III - para os filhos:

a) fotocópia da Certidão de Nascimento;

b) comprovante de invalidez atestado através de exame médico pericial a cargo do IPRECAL, para maiores de 21 (vinte e um) anos de idade;

c) fotocópia de comprovante de recebimento de aposentadoria;

declaração do segurado na qual conste que o dependente menor de 21 (vinte e um) anos de idade não é emancipado, somente será exigida a certidão judicial de adoção quando esta for anterior a 14 de outubro de 1990, data da vigência da Lei nº 8.069/90;

IV - para os equiparados a filho, no caso de menor sob tutela:

a) declaração de que inexistam bens do tutelado suficientes para seu sustento e educação;

b) fotocópia da Certidão de Tutela expedida pelo juiz competente, em que conste o segurado como tutor e o dependente como tutelado;

c) fotocópia da Certidão de Nascimento do menor;

d) fotocópia do comprovante do recebimento de aposentadoria, caso o dependente receba aposentadoria por invalidez de outro Instituto de Previdência;

e) comprovante de invalidez atestado através de exame médico pericial a cargo do IPRECAL, para maiores de 21 (vinte e um) anos de idade;

f) declaração do segurado na qual conste que o dependente menor de 21 anos de idade, não é emancipado;

g) comprovação de dependência econômica;

V - para os equiparados a filhos, no caso de enteado:

a) fotocópia da Certidão de Casamento do (a) segurado (a) com a mãe ou pai do menor ou pacto união estável ou apresentação de documentos que configurem a união estável;

b) fotocópia da Certidão de Nascimento do menor;

c) declaração de que inexistam bens do tutelado suficientes para seu sustento e educação;

d) fotocópia do comprovante do recebimento de aposentadoria, caso o dependente receba aposentadoria por invalidez de outro Instituto de Previdência;

e) comprovante de invalidez atestado através de exame médico pericial a cargo do IPRECAL, para maiores de 21 (vinte e um) anos de idade;

f) declaração do segurado na qual conste que o dependente menor de 21 anos de idade, não é emancipado (Anexo 16);

g) comprovação de dependência econômica;

VI - para os pais:

a) fotocópia da Certidão de nascimento do segurado;

b) fotocópia do documento de identidade do dependente;

comprovante de recebimento de aposentadoria, caso receba-a.

VII - para os irmãos:

a) fotocópia da Certidão de Nascimento e Carteira de Identidade do dependente;

b) fotocópia do comprovante do recebimento de aposentadoria, caso o dependente receba aposentadoria por invalidez de outro Instituto de Previdência;

c) comprovante de invalidez atestado através de exame médico pericial a cargo do IPRECAL, para maiores de 21 (vinte e um) anos de idade;

d) declaração do segurado na qual conste que o dependente menor de 21 anos de idade, não é emancipado;

e) Comprovação de dependência econômica;

§ 8º A prova da dependência econômica deverá ser realizada de acordo com o art. 9º, § 3º.

## CAPÍTULO II

### DAS PRESTAÇÕES EM GERAL

Art. 16. O RPPS compreende as seguintes prestações, expressas em benefícios:

I - quanto ao segurado:

a) aposentadoria por tempo de contribuição;

b) aposentadoria por idade;

c) aposentadoria compulsória;

d) aposentadoria por invalidez;

aposentadoria especial;

II - quanto ao dependente: pensão por morte.

#### Seção I

Das regras para concessão dos benefícios

Art. 17. A concessão dos benefícios dar-se-á através da aplicação das seguintes regras:

I - regras de transição;

II - regras permanentes.

§ 1º Aos segurados e dependentes que implementaram todas as condições para concessão de qualquer benefício até 16/12/1998, nos termos da legislação então em vigor, fica assegurado o exercício do direito adquirido, a qualquer tempo, sob a aplicação daquelas regras;

§ 2º Ao segurado que tenha completado as exigências para a concessão da aposentadoria integral, nos termos do §1º, e que opte por permanecer em atividade fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para a aposentadoria contidas no art. 40, §1º, inciso III, alínea a, da Constituição da República.

§ 3º Caso o segurado utilize-se das regras de transição ou permanentes para auferir qualquer prestação deverá continuar contribuindo ao IPRECAL, ainda que beneficiado pelo disposto no § 2º deste artigo;

§ 4º O segurado que houver contribuído após a implementação das exigências para a concessão da aposentadoria em caráter integral, nos termos do § 2º deste artigo, e que não se valer das regras de transição ou permanentes serão devolvidas todas as contribuições vertidas entre o período de implementação das condições e a concessão do benefício.

Art. 18. As regras de transição estabelecidas nesta Lei são as condições determinadas pela Constituição da República para os segurados que tenham ingressado, regularmente, em cargo efetivo na Administração Pública, Federal, Estadual ou Municipal até 16/12/1998 e não completaram os requisitos necessários à obtenção dos benefícios até essa data.

Parágrafo único. As regras de transição tem aplicabilidade restrita a aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 19. As regras permanentes são condições obrigatórias estabelecidas, para os segurados que ingressaram na Administração Pública, federal, estadual ou municipal após 16/12/1998.

Parágrafo único. Ao segurado que implementou todas as condições para o gozo de qualquer prestação previdenciária nos termos do §1º do art. 17 e do art. 18 desta Lei, fica facultada a opção pela aplicação das regras de transição ou das regras permanentes.

## Seção II

Da aposentadoria por tempo de contribuição - regra de transição

Art. 20. A aposentadoria por tempo de contribuição é ato voluntário do segurado e consiste em proventos cujo valor será calculado na forma estabelecida nos §§ 2º e 3º do artigo 21.

Art. 21. Aplicando-se as regras de transição definidas no art. 18 desta Lei, a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição comportará as seguintes subespécies:

I - aposentadoria por tempo de contribuição com proventos proporcionais;

II - aposentadoria por tempo de contribuição com proventos integrais.

§ 1º A aposentadoria por tempo de contribuição com proventos proporcionais poderá ser concedida quando o segurado implementar, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) possuir 53 anos ou mais de idade, se homem;
- b) possuir 48 anos ou mais de idade, se mulher;
- c) contar com, no mínimo, 30 anos de tempo de contribuição, se homem;
- d) contar com, no mínimo, 25 anos de tempo de contribuição, se mulher;
- e) tiver 5 anos, ou mais, de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;
- f) implementar um período adicional de contribuição equivalente a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do tempo que, em 16/12/98, faltava para atingir o limite de tempo estabelecido nas alíneas "c" e "d";

§ 2º Os proventos proporcionais referidos no inciso I deste artigo serão equivalentes a 70% (setenta por cento) da remuneração-de-contribuição definida no art. 66, acrescidos de 5% (cinco por

cento) dessa remuneração por ano de contribuição que supere a soma dos tempos referidos nas alíneas "c" e "f" do §1º, se homem, e "d" e "f", se mulher, até o limite de 100% (cem por cento);

§ 3º A aposentadoria por tempo de contribuição, com proventos integrais, equivalente a 100% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição definida no art. 66, poderá ser concedida quando o segurado implementar, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) possuir 53 anos ou mais de idade, se homem;
- b) possuir 48 anos ou mais de idade, se mulher;
- c) contar com, no mínimo, 35 anos de tempo de contribuição, se homem;
- d) contar com, no mínimo, 30 anos de tempo de contribuição, se mulher;
- e) tiver 5 anos, ou mais, de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;
- f) implementar um período adicional de contribuição equivalente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do tempo que, em 16/12/98, faltava para atingir o limite de tempo estabelecido nas alíneas "c" e "d";

§ 4º O segurado-ativo professor que, até 16/12/98, tenha ingressado, regularmente, em cargo de provimento efetivo de magistério e que opte por aposentar-se pelas regras de transição, terá o tempo de serviço exercido até essa data contado com o acréscimo de 17% (dezesete por cento), se homem, e de 20% (vinte por cento), se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério, definidas no art. 47 desta Lei;

§ 5º O segurado que tendo preenchido todas as condições previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo, mas não tenha 5 anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria, poderá aposentar-se com a remuneração do cargo efetivo anteriormente ocupado, desde que o tenha ocupado pelo tempo mínimo de 5 anos.

## Seção III

Da aposentadoria por tempo de contribuição - regra permanente

Art. 22. Aplicando-se as regras permanentes definidas no art. 19 desta Lei, a aposentadoria por tempo de contribuição com proventos integrais, equivalente a 100% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição definida no art. 66, poderá ser concedida quando o segurado implementar, cumulativamente, as seguintes condições:

- I - possuir 60 anos ou mais de idade, se homem;
- II - possuir 55 anos ou mais de idade, se mulher;
- III - contar com, no mínimo, 35 anos de tempo de contribuição, se homem;
- IV - contar com, no mínimo, 30 anos de tempo de contribuição, se mulher;
- V - tiver 5 anos, ou mais, de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;
- VI - tiver 10 anos, no mínimo, de efetivo exercício no serviço público.

§ 1º O segurado que tendo preenchido todas as condições previstas neste artigo, mas não tenha 5 anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria, poderá aposentar-se com a remuneração do cargo efetivo anteriormente ocupado, desde que o tenha ocupado pelo tempo mínimo de 5 anos;

§ 2º O tempo de efetivo exercício no serviço público, federal, estadual e municipal estabelecido no inciso VI deste artigo poderá ser descontinuado e será computado através da comprovação de sua realização através de certidões emitidas pelos órgãos competentes;

§ 3º Para comprovação do tempo de serviço no efetivo exercício no serviço público, federal, estadual e municipal é vedada a apresentação de atestados;

§ 4º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em 5 anos, em relação ao disposto nos incisos I a IV deste artigo, para o segurado-ativo professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, definidas no art. 47 desta Lei.

#### Seção IV

##### Da aposentadoria por idade

Art. 23. A aposentadoria por idade é ato voluntário do segurado e consiste em proventos cujo valor será proporcional ao tempo de contribuição e poderá ser concedida quando o segurado implementar, cumulativamente, as seguintes condições:

I - possuir 65 anos idade, se homem;

II - possuir 60 anos de idade, se mulher;

III - estar 5 anos no efetivo exercício do cargo de provimento efetivo em que se dará a aposentadoria.

IV - ter 10 anos de efetivo exercício no serviço público.

§ 1º O cômputo de tempo de contribuição ou de serviço, para efeitos de cálculo dos proventos, obedecerá o disposto na Seção IX deste Capítulo.

§ 2º O valor desse benefício corresponderá a tantos 35 avos da remuneração-de-contribuição referida no art. 66, se homem, e tantos 30 avos, se mulher, quantos forem os grupos de 12 meses completos de contribuição.

§ 3º A comprovação do efetivo exercício no serviço público apontado no inciso IV, deste artigo, deverá obedecer as determinações constantes nos §§ 2º e 3º do art. 22 desta lei;

§ 4º O segurado que tendo preenchido todas as condições previstas nesta Seção, mas não tenha 5 anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria, poderá aposentar-se com a remuneração do cargo efetivo anteriormente ocupado, desde que o tenha ocupado pelo tempo mínimo de 5 anos.

#### Seção V

##### Da Aposentadoria Compulsória

Art. 24. A aposentadoria compulsória será automática e declarada por ato - com vigência a partir do dia imediato àquele em que o segurado atingir a idade-limite de permanência no serviço público - e consistirá em proventos cujo valor será proporcional ao tempo de contribuição.

§ 1º Considera-se idade-limite para a permanência no serviço público os 70 anos, nos termos do inciso II do art. 40 da Constituição da República;

§ 2º O cômputo de tempo de contribuição ou de serviço, para efeitos de cálculo dos proventos, obedecerá o disposto na Seção IX deste Capítulo;

§ 3º O valor desse benefício corresponderá a tantos 35 avos da remuneração-de-contribuição referida no art. 66, se homem, e tantos 30 avos, se mulher, quantos forem os grupos de 12 meses completos de contribuição.

Art. 25. Qualquer que seja a situação do segurado ao completar 70 anos de idade, ocorrerá obrigatoriamente a sua aposentadoria.

Parágrafo único. Caso o segurado já receba proventos de aposentadoria decorrentes da concessão de alguma das prestações elencadas no Plano de Benefícios deste Regime será vedado o recebimento cumulativo desta com a aposentadoria compulsória, salvo se decorrente de cargos acumuláveis na forma disposta pela Constituição da República.

#### Seção VI

##### Da aposentadoria por invalidez

Art. 26. A aposentadoria por invalidez será concedida ao segurado que for considerado incapacitado total e definitivamente para executar qualquer função prevista no Plano de Cargos e Salários do Município de Campo Alegre e consistirá em proventos cujo valor será calculado na forma estabelecida nesta Seção.

Parágrafo único. A aposentadoria por invalidez poderá ser precedida de licença para tratamento de saúde ou licença por acidente de trabalho, ambas previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre, sendo tais licenças mantidas enquanto restar caracterizada a incapacidade temporária para o exercício das atividades na Administração Pública, observando-se ainda, os procedimentos definidos para a reabilitação do servidor, em legislação municipal específica.

Art. 27. A incapacidade que ensejará a aposentadoria por invalidez poderá ser decorrente de:

I - acometimento das seguintes doenças ou afecções, especificadas pelos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência ou outro fator que confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado de doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida - AIDS, ou contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada, entre outras doenças graves, contagiosas ou incuráveis, especificadas em lei federal;

II - acidente em serviço ou moléstia profissional;

III - acidente de qualquer natureza ou causa.

§ 1º Entende-se como acidente em serviço, aquele que ocorre pelo desenvolvimento de atividades a serviço da Administração Municipal, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou a redução permanente da capacidade para o desenvolvimento de suas funções;



§ 2º Consideram-se moléstias profissionais as seguintes entidades mórbidas:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelos Ministérios do Trabalho e da Previdência e Assistência Social;

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de

condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I, não sendo consideradas as seguintes:

a) a inerente a grupo etário;

b) a que não produza incapacidade laborativa;

§ 3º Entende-se como acidente de qualquer natureza ou causa aquele de origem traumática e por exposição a agentes exógenos (físicos, químicos e biológicos), que acarrete lesão corporal ou perturbação funcional que cause morte, a perda ou a redução permanente da capacidade laborativa.

Art. 28. Os proventos de aposentadoria por invalidez serão proporcionais ao tempo de contribuição para o caso previstos no inciso III do art. 27 e integral nos demais casos.

§ 1º O cômputo de tempo de contribuição ou de serviço, para efeitos de cálculo dos proventos, obedecerá o disposto na Seção IX deste Capítulo;

§ 2º No caso de proventos proporcionais, o valor corresponderá a tantos 35 avos da remuneração-de-contribuição referida no art. 66, se homem, e tantos 30 avos, se mulher, quantos forem os grupos de 12 meses completos de contribuição;

§ 3º No caso de proventos integrais, o valor corresponderá a 100% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição referida no art. 66 desta Lei;

§ 4º A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao IPRECAL não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão, e haja nexos causal entre a atividade desenvolvida e a incapacidade, a serem devidamente atestados pela perícia médica do Instituto.

Art. 29. A concessão da aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial a cargo do IPRECAL, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança e vigorará a partir da publicação do Decreto ou Portaria de vacância por aposentadoria.

Art. 30. Os procedimentos preliminares necessários à instauração do processo administrativo de concessão da aposentadoria por invalidez permanente serão determinados no Regulamento, inclusive os atinentes à constituição do laudo circunstanciado da perícia médica do IPRECAL.

Art. 31. A invalidez para o cargo público não pressupõe e nem se confunde com a invalidez para o serviço público.

Art. 32. O segurado aposentado por invalidez está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico, pelos menos uma vez a cada ano, a critério e a cargo do IPRECAL.

§ 1º Caso o segurado aposentado por invalidez se julgar apto para

retornar à atividade, este deverá solicitar a realização de nova avaliação médico-pericial;

§ 2º Se a perícia-médica do IPRECAL concluir pela recuperação da capacidade laborativa, total ou parcial, para o serviço público, o servidor será encaminhado de ofício ao Departamento de Recursos Humanos para o devido processo de reversão, observado o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

§ 3º O segurado que retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo poderá, a qualquer tempo, requerer novo benefício, de qualquer natureza, tendo este processamento normal.

## Seção VII

### Da aposentadoria especial

Art. 33. No caso do segurado exercer atividades, exclusivamente, sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, será concedida aposentadoria especial, cuja definição será objeto de Lei Complementar específica, nos termos do § 4º do art. 40 da Constituição da República.

Parágrafo único. A Lei Complementar especificada no caput deste artigo é de caráter nacional e a aplicação deste artigo está cingida a necessidade de sua edição, não cabendo sob nenhuma hipótese a concessão de aposentadoria especial na Administração Pública Municipal, sem que haja o advento da publicação da mesma, após análise do Poder Legislativo Federal.

## Seção VIII

### Da pensão por morte

Art. 34. Por morte do segurado, o conjunto de seus dependentes fazem jus ao recebimento de proventos de pensão, da seguinte forma:

I - em caráter definitivo, a partir da data do falecimento;

II - em caráter provisório, por morte presumida, a partir das datas estabelecidas nas alíneas "a" e "b" do § 1º deste artigo.

§ 1º A pensão poderá ser concedida, em caráter provisório:

a) mediante sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária, a contar da data de sua emissão;

b) em caso de desaparecimento do segurado por motivo de catástrofe, acidente ou desastre, a contar da data da ocorrência, mediante prova hábil;

§ 2º Após decorridos 5 anos de ausência ou desaparecimento, a pensão será transformada em definitiva, desde que apresentada a competente sentença declaratória;

§ 3º Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessa imediatamente, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo comprovação de má-fé, de qualquer dos beneficiários.

Art. 35. A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente somente produzirá efeito a contar da data da habilitação.

Art. 36. A pensão por morte somente será devida ao dependente inválido se for comprovada pela perícia médica do IPRECAL a existência de invalidez na data do óbito do segurado.

§ 1º O dependente inválido recebedor de pensão por morte está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo do IPRECAL;

§ 2º O dependente menor de idade que se invalidar antes de completar vinte e um anos deverá ser submetido a exame médico-pericial, a cargo do IPRECAL, não se extinguindo a respectiva quota se confirmada a invalidez.

Art. 37. A pessoa que recebia, do segurado falecido, pensão de alimentos de caráter indenizatório deverá buscá-la junto aos dependentes daquele, nos termos das disposições constantes do Código Civil Brasileiro.

Art. 38. Não terá direito à pensão por morte o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado o óbito do segurado.

§ 1º Até o trânsito em julgado da sentença penal, o dependente indicado no caput deste artigo receberá a parcela da pensão por morte que fizer jus através do depósito que será realizado em juízo e cuja liberação se dará após sua absolvição;

§ 2º Uma vez condenado o dependente as parcelas depositadas em juízo serão liberadas e revertidas para os demais dependentes;

§ 3º Caso não hajam dependentes para reverter as parcelas depositadas em juízo, estas serão incorporadas ao patrimônio do IPRECAL.

Art. 39. A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos, em partes iguais.

Parágrafo único. Reverterá em favor dos demais dependentes a parte daquele cujo direito à pensão cessar.

Art. 40. O pagamento da quota individual da pensão por morte cessará:

I - pela morte do dependente;

II - para o dependente menor de idade, pela emancipação ou ao completar vinte e um anos, salvo se for inválido;

III - para o dependente inválido, pela cessação da invalidez, verificada em exame médico-pericial a cargo do IPRECAL.

Parágrafo único. Com a extinção da quota do último pensionista, a pensão por morte será encerrada.

Art. 41. Lei federal disporá sobre a fórmula de cálculo dos proventos decorrentes de pensão por morte.

Parágrafo único. Enquanto não houver a edição da legislação prevista no caput deste artigo, a pensão corresponderá a 100% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição do segurado, na data de seu falecimento, definida no art. 66 desta Lei.

## Seção IX

### Do tempo de contribuição ou de serviço

Art. 42. Considera-se tempo de contribuição o tempo em que o segurado desenvolveu atividades públicas ou privadas, contado de data a data, desde o início até a data da publicação do decreto ou portaria de vacância do cargo de provimento efetivo por aposentadoria ou óbito ou do desligamento das atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, descontados os períodos seguintes:

I - na Administração Pública, todo e qualquer tipo de afastamento sem auferimento de vencimentos, salvo se forem realizadas contribuições ao regime próprio de previdência ou existirem contribuições obrigatórias legalmente previstas durante este período;

II - na atividade privada, os períodos legalmente estabelecidos como de suspensão e interrupção de contrato de trabalho, anotados na CTPS, salvo se caracterizada a contribuição ao Regime Geral de Previdência Social na condição de segurado facultativo.

Parágrafo único. O tempo de atividade rural apenas será computado no RPPS se reconhecido pelo INSS como tempo de contribuição, através de Certidão por Tempo de Serviço, expedida por aquele órgão.

Art. 43. Observado o disposto no § 10, do art. 40 da Constituição da República, o tempo de serviço considerado por esta legislação para efeito de aposentadoria, cumprido até Lei Federal que discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição.

§ 1º O tempo de contribuição ou de serviço será contado conforme as seguintes normas:

I - não será admitida a contagem de tempos fictícios, em dobro ou em condições especiais;

II - é vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes;

III - não será contado pelo RPPS o tempo de serviço ou de contribuição utilizado por outro regime para a concessão de qualquer prestação previdenciária.

§ 2º. O segurado que completou os requisitos para se aposentar proporcionalmente até 16/12/98, poderá contar, em qualquer tempo que efetue seu requerimento de aposentadoria, a licença-prêmio em dobro, prevista pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre.

Art. 44. Se a soma dos tempos de contribuição ou de serviço dos segurados ultrapassar 30 anos, se mulher, e 35 anos, se homem, na hipótese de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição pelas regras permanentes definidas no art. 19 desta Lei, o excesso não será considerado para qualquer efeito.

§ 1º Excetuam-se da disposição contida no caput deste artigo os acréscimos de períodos de contribuição previstos no art. 21, § 1º, alínea "f" e § 3º, alínea "f", previstos para concessão de aposentadoria por tempo de contribuição pela aplicação das regras de transição, que serão considerados para todos os efeitos legais;

§ 2º Para fins de aposentadoria, a apuração do tempo de serviço ou de contribuição será feita em dias, que serão convertidos em anos;

§ 3º O ano, para efeito desta Lei, será considerado de 365 dias, não sendo permitida qualquer forma de arredondamento.

Art. 45. Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca de tempo de contribuição na administração pública - federal, do Distrito Federal, estadual e municipal - e na atividade privada - rural e urbana -, hipótese em que os regimes previdenciais se compensarão financeiramente, segundo os critérios estabelecidos na Lei federal nº 9.796, de 05/05/99, e suas posteriores regulamentações e modificações, bem como quaisquer outros diplomas legais cabíveis à matéria.

Art. 46. A prova de tempo de serviço com o objetivo de ser considerado tempo de contribuição, na forma do art. 42, será feita



mediante a apresentação de documentos contemporâneos e pessoais que comprovem o exercício de atividade nos períodos a serem contados, nos termos do Regulamento.

Art. 47. O tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio é aquele desenvolvido, pelo segurado-ativo professor, exclusivamente, em sala de aula.

Parágrafo único. As atividades de direção, orientação, supervisão, entre outras inerentes a atividade educacional não serão consideradas para comprovação do efetivo exercício das funções de magistério.

#### Seção X

##### Das regras gerais sobre as prestações

Art. 48. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do inciso I, alíneas a e do art. 16 desta Lei ou dos artigos 42 e 142 da Constituição da República, com a remuneração de cargo, emprego ou função pública.

Parágrafo único. São ressalvados da aplicação do caput deste artigo os cargos acumuláveis na forma da Constituição da República, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em Lei de livre nomeação e exoneração.

Art. 49. A remuneração-de-contribuição, definida no art. 66 desta Lei, a ser considerada para cálculo dos benefícios será referente ao mês imediatamente anterior ao da concessão do benefício, com as atualizações devidas até a data da vacância do cargo.

Parágrafo único. O valor inicial do benefício não poderá exceder à remuneração do respectivo segurado, no cargo efetivo em que se deu ou serviu de referência para a concessão desse benefício.

Art. 50. Observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição da República, o valor do benefício será revisto na mesma proporção e na mesma data que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Parágrafo único. Serão também estendidos aos segurados e aos dependentes quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores ativos, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu ou serviu de referência para concessão do benefício, na forma desta Lei, excetuando-se:

I - as vantagens decorrentes de reclassificação ou transformação de cargos que implique mudança de sua natureza, aumento de grau de exigência quanto à instrução ou complexidade de atribuições;

II - o aumento do vencimento individual decorrente de progressão funcional de segurado, na condição de ativo de acordo com lei específica.

Art. 51. Aplica-se o limite fixado no inciso XI do art. 37 da Constituição da República, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação

de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas à contribuição para o Regime Geral de Previdência Social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma da Constituição da República, cargo em comissão declarado em Lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

Art. 52. Será devido aos segurados e dependentes, que tenham recebido aposentadorias e pensões por morte a título de abono anual, uma décima-terceira parcela de proventos, que terá por base o valor da prestação previdenciária referente ao mês de dezembro de cada ano e consistirá em pagamento de valor igual a tantos 12 (doze) avos quantos forem os meses de vigência do benefício no mesmo ano.

Art. 53. Será fornecido ao beneficiário, segurado-inativo e dependentes, demonstrativo minucioso das importâncias pagas, discriminando-se o valor da mensalidade, as diferenças eventualmente pagas, com o período a que se referem, e os descontos efetuados.

Art. 54. O benefício será pago diretamente ao beneficiário, salvo em caso de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando será pago a procurador, em conformidade com o disposto no Regulamento, cujo mandato não terá prazo superior a 12 (doze) meses, podendo ser renovado ou revalidado pela Diretoria do IPRECAL.

Art. 55. O benefício devido ao segurado ou dependente civilmente incapaz será pago ao cônjuge, pai, mãe, tutor ou curador, admitindo-se, na sua falta e por período não superior a 12 (doze) meses, o pagamento a herdeiro necessário, mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento.

Art. 56. O valor dos proventos não recebido em vida pelo segurado somente será pago aos seus dependentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores na forma da Lei Civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. Os valores estabelecidos no caput serão caracterizados como resíduo de benefício.

Art. 57. Os benefícios sempre serão devidos em moeda corrente nacional e serão pagos até o décimo dia útil do mês subsequente.

§ 1º Os benefícios serão pagos mediante depósito em conta corrente ou mediante qualquer outra autorização de pagamento definida pelo IPRECAL;

§ 2º Os pagamentos dos benefícios de prestação continuada não poderão ser antecipados.

Art. 58. Salvo nos casos de aposentadoria por invalidez, o retorno dos segurados-inativos à atividade, não prejudica o recebimento de sua aposentadoria, que será mantida no seu valor integral, observando-se as determinações da Constituição da República.

Art. 59. Havendo indício de irregularidade na concessão ou na manutenção de benefício, o IPRECAL poderá notificar o beneficiário para apresentar defesa, provas ou documentos de que dispuser, de acordo com o procedimento administrativo a ser estabelecido no Regulamento, bem como poderá estabelecer o competente procedimento judicial.

Art. 60. Os benefícios concedidos aos segurados e seus dependentes são inalienáveis, sendo nula de pleno direito a venda, a cessão ou a constituição de qualquer ônus, com exceção das seguintes:

I - contribuições devidas pelos beneficiários ao IPRECAL;

II - pagamentos de benefícios além do devido;

III - imposto de renda na fonte;

IV - alimentos decorrentes de sentença judicial;

V - mensalidades de associações, demais entidades de aposentados

legalmente reconhecidas, outros débitos, desde que autorizadas por seus filiados, observado o disposto no parágrafo deste artigo.

#### TÍTULO IV

#### DO CUSTEIO DO RPPS

#### CAPÍTULO I

#### DO PLANO DE CUSTEIO

Art. 61. O plano de custeio do RPPS será aprovado anualmente por Lei, dela devendo constar obrigatoriamente o Regime Financeiro adotado e o respectivo cálculo atuarial.

Art. 62. O custeio do plano será atendido pelas seguintes fontes de receitas:

I - contribuições mensais do Município, incluídas suas autarquias e fundações;

II - contribuições mensais dos segurados-ativos;

III - contribuições mensais dos segurados- inativos;

IV - contribuições mensais dos dependentes, desde que em gozo de benefício;

V - doações, subvenções, auxílios, legados e outras receitas eventuais;

VI - receitas decorrentes de investimentos e aplicações patrimoniais;

VII - receitas decorrentes do ativo imobiliário;

VIII - juros e correção monetária decorrentes de contribuições recebidas em atraso;

IX - receitas decorrentes da compensação financeira com outros regimes previdenciais;

X - bens, direitos e ativos;

XI - outros recursos consignados no orçamento do Município.

§ 1º Os recursos financeiros do IPRECAL serão aplicados diretamente ou por instituição financeira especializada, oficial ou privada, de modo assegurar-lhes segurança, rentabilidade, liquidez, solvabilidade e transparência;

§ 2º As receitas financeiras do IPRECAL serão depositadas em conta especial aberta e mantida em agência de estabelecimento, oficial ou privado, de crédito;

§ 3º Os juros indicados no inciso VIII corresponderão a 1% ao mês, e a correção monetária terá por indexador o IGP-M, ou qualquer outro que o substitua.

Art. 63. Toda e qualquer contribuição vertida para o IPRECAL deverá ser utilizada apenas para o pagamento de benefícios previdenciais, ressalvada a utilização dos recursos para o pagamento das despesas de manutenção, que será caracterizada como taxa de administração.

§ 1º As alíquotas de contribuição definidas para o Município e para os segurados decorrerão do cálculo atuarial anual e serão conhecidas através de Decreto baixado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

§ 2º A taxa de administração do IPRECAL corresponderá a 2% do valor total arrecadado, sendo que 1% será extraído da alíquota de contribuição dos beneficiários apontados nos dos incisos I, II e III do art. 65 e 1% da alíquota definida para o Município no Art. 64.

Art. 64. A contribuição do Município, incluídas suas autarquias e fundações, é obrigatória e corresponderá a 18,81% (dezoito vírgula oitenta e um por cento) do valor global da folha de remuneração-de-contribuição dos segurados-ativos, a ser realizada até o dia trinta do mês de exercício.

§ 1º Para garantia do recebimento das contribuições provenientes do Município, o Chefe do Poder Executivo Municipal deverá autorizar o débito na fonte das parcelas concernentes ao Fundo de Participação do Município - FPM, relativa a última parcela mensal;

§ 2º O não recolhimento das contribuições ao IPRECAL pelo Município de Campo Alegre, compreendida em sua Administração Direta e Indireta, nas datas e condições previstas nesta Lei implicará na caracterização de inadimplência, gerando responsabilidade civil, administrativa e penal sobre quem a tenha dado causa.

Art. 65. A contribuição dos beneficiários é coercitiva e corresponderá:

I - para o segurado-ativo, classificado no inciso I e II do art. 5º, desta Lei, 10% (dez por cento) da remuneração-de-contribuição;

II - para o segurado-inativo, classificado no inciso III do art. 5º, desta Lei, 10% (dez por cento) da remuneração-de-contribuição;

III - para os dependentes em gozo de benefício, 10% (dez por cento) da remuneração-de-contribuição.

§ 1º A contribuição do segurado-ativo filiado a mais de um cargo de provimento efetivo, nos casos de acumulação permitida pela Constituição da República, corresponderá ao produto da alíquota fixada no inciso I deste artigo sobre o somatório das respectivas remunerações-de-contribuição;

§ 2º Caso as alíquotas de contribuição sejam fixadas progressivamente, os segurados-inativos e os dependentes em gozo de benefício não contribuirão com percentuais superiores aos aplicados aos segurados-ativos;

§ 3º O segurado-ativo será informado das contribuições que verteu ao IPRECAL, através de extrato anual de prestação de contas;

§ 4º Não se permitirá a antecipação do pagamento das contribuições para fim de percepção de qualquer benefício;

§ 5º A incidência das contribuições será realizada até o dia 30 (trinta) de cada mês de exercício.

Art. 66. Para efeito desta Lei, entende-se por remuneração-de-contribuição:

I - para o segurado-ativo, definido nos incisos I e II do art. 5º, desta Lei, o valor do vencimento do cargo, acrescido do Adicional por Tempo de Serviço, e de todas as vantagens de caráter permanente, na forma estabelecida na legislação municipal em vigor;

II - para o segurado-inativo, o valor dos proventos de aposentadoria;

III - para os dependentes, o valor dos proventos de pensão por morte.

§ 1º A remuneração-de-contribuição não poderá, em hipótese alguma, ser inferior ao menor vencimento dos cargos de provimento

efetivo do Quadro de Pessoal dos Poderes do Município de Campo Alegre;

§ 2º Apenas incidirá contribuição sobre as verbas definidas nesta legislação;

§ 3º Incidirá contribuição sobre as seguintes verbas recebidas pelos segurados:

I - o Abono Anual referido no art. 52 desta Lei, bem como sobre a Gratificação Natalina paga aos servidores em atividade;

II - as férias.

§ 5º A incidência da contribuição sobre a remuneração correspondente às férias ocorrerá no mês em que elas se referirem, mesmo quando pagas antecipadamente, tal incidência ocorrerá sobre as férias indenizáveis;

§ 6º Não incidirá contribuição sobre os valores pagos a título de salário-família.

## CAPÍTULO II

### DO PATRIMÔNIO

Art. 67. O patrimônio do IPRECAL é constituído das receitas apontadas no art. 62 desta Lei, não podendo ter aplicação diversa da estabelecida neste Capítulo, sendo nulos de pleno direito os atos que violem este preceito.

§ 1º O patrimônio deverá ser aplicado em planos que tenham em vista:

I - rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do plano de custeio;

II - garantia real de investimentos;

III - manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados;

IV - teor social das inversões.

§ 2º O plano de aplicação do patrimônio, estruturado dentro das técnicas atuariais, integrará o plano de custeio;

§ 3º A aplicação dos recursos deverá seguir as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional;

§ 4º É vedado, em relação aos recursos patrimoniais:

a) a sua utilização para empréstimos de qualquer natureza, inclusive ao Município, incluídas suas autarquias e fundações, seu Poder Legislativo e aos beneficiários;

b) a sua aplicação em títulos públicos, com exceção de títulos do Governo Federal;

c) a sua utilização para pagamento de prestações de assistência médica;

§ 5º Os bens patrimoniais do IPRECAL só poderão ser gravados ou alienados por proposta de seu Diretor, aprovada pelo Conselho Administrativo e Fiscal de acordo com o plano de aplicação do patrimônio.

## CAPÍTULO III

### DA GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Art. 68. O passivo atuarial do IPRECAL conterà as contas necessárias a serem definidas pelo competente cálculo atuarial, a ser realizado por profissional gabaritado.

Parágrafo único. O superávit atuarial ou o déficit atuarial, contabilmente controlado, mensurará o excedente ou a insuficiência de valores patrimoniais destinados à cobertura das reservas necessárias para a equilibrada gestão do plano de custeio.

Art. 69. Devem ser observadas as seguintes normas gerais de contabilidade:

I - a escrituração deverá incluir todas as operações que envolvam direta ou indiretamente a responsabilidade do IPRECAL e modifiquem ou possam vir a modificar seu patrimônio;

II - a escrituração deve obedecer às normas e princípios contábeis previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1.964, e alterações posteriores;

III - a escrituração será feita de forma autônoma em relação às contas do Município;

IV - o exercício contábil tem a duração de um ano civil;

V - o IPRECAL deve elaborar, com base em sua escrituração contábil e na forma fixada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, demonstrações financeiras que expressem com clareza a situação do seu patrimônio e as variações ocorridas no exercício, a saber:

a) balanço patrimonial;

b) demonstração do resultado do exercício;

c) demonstração financeira das origens das aplicações dos recursos;

demonstração analítica dos investimentos;

VI - para atender aos procedimentos contábeis normalmente adotados em auditoria, o IPRECAL deverá adotar registros contábeis auxiliares para apuração de depreciações, de reavaliações dos investimentos, da evolução das reservas e da demonstração do resultado do exercício;

VII - as demonstrações financeiras devem ser complementadas por notas explicativas e outros quadros demonstrativos, necessários ao minucioso esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício;

VIII - os investimentos em imobilizações para uso ou renda devem ser corrigidos e depreciados pelos critérios adotados pelo Banco Central do Brasil;

X - obrigatoriedade do registro contábil individualizado das contribuições do Município e dos beneficiários, observando-se as normas estipuladas no Regulamento;

XI - realização da identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com os segurados-inativos e dependentes, bem como os encargos incidentes sobre os proventos de aposentadorias e pensões pagos;

XII - o balanço anual, com pareceres de atuária e de auditoria contábil, deverá ser publicado anualmente, observadas as normas estipuladas no Regulamento.

§ 1º Deverá ser realizada auditoria contábil a cada dois anos, por entidades regularmente inscritas no Banco Central do Brasil, observadas as normas estabelecidas por este banco;

§ 2º As avaliações atuariais e auditorias contábeis referidas neste artigo deverão estar disponíveis para conhecimento e acompanhamento por parte do Ministério da Previdência e Assistência Social, até o dia 31 de março do ano subsequente a sua realização.

Art. 70. Será garantido aos beneficiários do IPRECAL o conhecimento de seu Demonstrativo Financeiro, da seguinte forma:

I - através da publicação dos balancetes mensais no mural do município;

II - através da publicação dos balanços anuais em jornal de maior circulação no município ou regional;

III - através da juntada à folha de pagamento dos segurados-ativos e da folha de recebimento dos segurados-inativos e dependentes do balanço simplificado e sintetizado.

## TÍTULO V

### DA ADMINISTRAÇÃO DO IPRECAL

#### CAPÍTULO ÚNICO

#### DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 71. A organização do IPRECAL compor-se-á de:

I - Conselho Administrativo;

II - Conselho Fiscal,

III - Diretoria Executiva;

Art. 72. O Conselho Administrativo será composto por 6 (seis) membros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Os membros do Conselho Administrativo deverão possuir a condição de servidores efetivos e terem implementado o estágio probatório;

§ 2º O Diretor-Executivo do IPRECAL é membro nato do Conselho, com direito a voto e detentor de cargo comissionado;

§ 3º O Prefeito indicará para a composição dos membros deste Conselho 2 (dois) servidores ativos e igual número de suplentes;

§ 4º Os 3 (três) conselheiros restantes serão eleitos, por voto secreto e direto, pelos segurados descritos no art. 5º desta Lei, através do competente processo eleitoral previamente divulgado;

§ 5º Respeitado o Regimento Eleitoral, bem como o quorum mínimo de votantes todos os segurados do IPRECAL poderão candidatar-se;

§ 6º O mandato dos membros do Conselho Administrativo será de 2 (dois) anos, permitida a recondução e a reeleição por tão somente igual período, sendo obrigatória e renovação de 2/3 (dois terços) dos membros a cada mandato;

§ 7º As reuniões do Conselho Administrativo apenas poderão ser promovidas com a presença mínima de 5 (cinco) de seus membros;

§ 8º O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e

extraordinariamente mediante convocação do seu Presidente ou por solicitação de pelo menos 05 (quatro) de seus membros;

§9º O Conselheiro que, sem justa motivação, faltar a três sessões consecutivas ou seis alternadas durante o exercício, terá seu mandato declarado extinto;

§ 10. As decisões do Conselho Administrativo serão promulgadas por Resolução.

Art. 73. A Diretoria Executiva do IPRECAL compor-se-á de um Diretor Executivo, que será nomeado pelo Prefeito Municipal, em caráter comissionado, cuja remuneração será correspondente ao cargo de Diretor, do Quadro de Cargos e Salários do Município de Campo Alegre.

Art. 74. O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Os membros do Conselho Fiscal deverão possuir a condição de servidores efetivos e terem implementado o estágio probatório, sendo que além destas condições, 2/3 (dois terços) destes membros deverá possuir conhecimentos técnicos em administração, contabilidade ou finanças;

§ 2º O Prefeito indicará para composição deste Conselho 1 (um) segurado-ativo e igual número de suplente;

§ 3º Os demais conselheiros serão eleitos, dentre os segurados-ativos, por voto secreto e direto, pelos segurados-ativos e inativos, através do competente processo eleitoral previamente divulgado, bem como os respectivos suplentes;

§ 4º O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 2 (dois) anos, permitida a recondução e a reeleição por tão somente igual período, sendo obrigatória e renovação de 2/3 (dois terços) dos membros a cada mandato;

§ 5º As reuniões do Conselho Fiscal serão obrigatoriamente promovidas mensalmente e apenas poderão ser realizadas com a presença de todos os conselheiros.

## Seção I

### Das competências

Art. 75. Compete ao Conselho Administrativo:

I - eleger o seu presidente, Vice-Presidente e Secretário;

II - estabelecer as diretrizes gerais da política de gestão do Instituto;

III - aprovar os planos de aplicações financeiras dos recursos do Instituto, bem como de seu patrimônio;

IV - elaborar e votar o Regimento Interno do Conselho;

V - aprovar o orçamento do Instituto;

VI - solicitar ao Executivo Municipal a abertura de créditos suplementares e especiais;

VII - propor ao Executivo a instituição e/ou exclusão de benefícios;

VIII - aprovar as Contas do Instituto, após análise do Conselho Fiscal;

IX - promover a avaliação técnica e atuarial do Instituto;



X - deliberar sobre a aceitabilidade de doações e legados com encargos;

XI - autorizar despesas extraordinárias, propostas pela Diretoria Executiva;

XII - fiscalizar os atos de gerenciamento do Diretor Executivo.

XIII - aprovar a aquisição de patrimônio imobiliário para o IPRECAL.

Art. 76. Compete ao Conselho Fiscal:

I - eleger o seu presidente;

II - examinar os balancetes mensais e as contas, emitindo parecer a respeito;

III- pronunciar-se sobre despesas extraordinárias autorizadas pelo Conselho Administrativo;

IV - propor ao Conselho Administrativo medidas que julgar convenientes.

Art. 77. Compete ao Diretor Executivo:

I - representar o Instituto, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

II - participar das reuniões do Conselho Deliberativo;

III - movimentar as contas bancárias do Instituto;

IV - gerenciar os recursos humanos do Instituto;

V - autorizar licitações e contratações;

VI - prestar contas de sua administração;

VII - prestar informações solicitadas pelos órgãos competentes;

VIII - encaminhar ao órgão competente a proposta de orçamento.

IX - apresentar ao Conselho Deliberativo e Fiscal, até o dia 31 de março, relatório dos trabalhos realizados no ano anterior, bem como prestação de contas, enviando cópia do primeiro ao Executivo e ao Legislativo Municipal.

§ 1º O Diretor Executivo poderá ser assistido em caráter permanente ou mediante serviços contratados por assessores incumbidos em colaborar e orientar na solução dos problemas técnicos, jurídicos e atuários do IPRECAL;

§ 2º Para melhor desenvolvimento das funções do IPRECAL poderá ser feito desdobramento de órgãos por deliberação do Conselho Administrativo;

§ 3º A emissão de cheques para pagamento de qualquer despesa do IPRECAL deverá sempre conter as assinaturas do Diretor Executivo e do Tesoureiro.

## CAPÍTULO II

### DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 78. Aos servidores que constituirão o Quadro de Pessoal do IPRECAL será aplicado o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre.

§ 1º O Quadro de Pessoal do IPRECAL será composto dos seguintes

cargos:

I - 01 (um) Diretor-Executivo;

II - 01 (um) Tesoureiro;

III - 01 (um) Agente Administrativo.

§ 2º O Diretor-Executivo receberá a remuneração determinada no art. 73 e a remuneração correspondente ao cargo de Agente Administrativo é aquela descrita no Plano de Cargos e Salários do Município de Campo Alegre;

§ 3º As funções do cargo de Tesoureiro serão realizadas pelo servidor detentor do cargo de Tesoureiro na Prefeitura Municipal de Campo Alegre e não perceberá nenhuma vantagem adicional pelo exercício desta atividade;

§ 4º A remuneração dos cargos de Diretor-Executivo e Agente Administrativo serão pagas pelo Tesouro Municipal durante um ano, a contar da data da publicação desta lei. Após este período o IPRECAL será inteiramente responsável pelas despesas de pessoal.

## TÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

#### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 79. O IPRECAL gozará de todas as prerrogativas legais asseguradas à Administração Municipal de Campo Alegre, inclusive isenção de custas judiciais e emolumentos.

Art. 80. A divulgação dos atos e decisões dos órgãos e autoridades do IPRECAL tem como objetivo:

I - dar inequívoco conhecimento deles aos segurados e dependentes;

II - possibilitar seu conhecimento público;

III - produzir efeitos legais quanto aos direitos e obrigações deles derivados.

Parágrafo único. O conhecimento das decisões, demais atos do IPRECAL, inclusive, em síntese, o contrato, convênio, o credenciamento, os acordos celebrados e a sentença judicial que implique pagamento de benefícios, deve ser dado mediante publicação no Jornal do Município ou outro órgão de divulgação oficialmente reconhecido.

§ 1º O IPRECAL só pode cumprir ato ou decisão de publicação obrigatória em boletim de serviço depois de atendida essa formalidade;

§ 2º O administrador que determina e o servidor que realiza pagamento sem observar o disposto neste artigo são civilmente responsáveis por ele, ficando sujeitos também às penalidades administrativas cabíveis.

Art. 81. A tramitação e o procedimento dos atos administrativos para concessão de qualquer prestação serão objeto do Regulamento.

## CAPÍTULO II

## DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 82. É de cinco anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou dependente para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

Parágrafo único. Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela previdência social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

Art. 83. No caso de extinção do RPPS, o Tesouro Municipal assumirá integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como aqueles benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do Regime.

Art. 84. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 85. A contar da data de publicação desta Lei, esta será regulamentada em até 120 dias.

Art. 86. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre,  
17 de julho de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.538 de 17 de Julho de 2001**

LEI Nº 2.538 DE 17 DE JULHO DE 2001

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REAJUSTAR CONTRIBUIÇÃO MENSAL PARA A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - AMUNESC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a reajustar contribuição mensal para a Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina - AMUNESC, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por mês para R\$ 2.580,00 (dois mil, quinhentos e oitenta reais) por mês.

Art.2º) O valor de que trata o artigo anterior será repassado à AMUNESC até o último dia útil do mês ao qual se refere, e valerá a partir da contribuição referente ao mês de julho de 2001.

Art.3º) As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária nº 03.01.0307.021.2004

3233.0000.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
17 de julho de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.539 de 21 de Agosto de 2001**

LEI Nº 2.539 DE 21 DE AGOSTO DE 2001.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADACÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 88.480,00 (oitenta e oito mil, quatrocentos e oitenta reais), afim de suplementar as seguintes Dotação do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Administração

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 5.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3230.00 - Transferências a Instituições Privadas

3233.00 - Contribuições Correntes .....R\$ 3.480,00

0302 - Divisão de Tesouro

03.08.033.2008 - Encargos e Amortização de Dívidas

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3260.00 - Encargos da Dívida Interna

3261.00 - Encargos da Dívida Pública .....R\$ 1.000,00

0303 - Divisão de Controle Fazendário



03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades de Finanças

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 10.000,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo .....R\$ 1.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 3.000,00

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2017 - Desenv. Ensino Fundamental Valorização Magis-  
tério

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 3.000,00

0403 - Divisão de Ensino Infantil

08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades da Creche

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo .....R\$ 1.000,00

0404 - Divisão da Cultura

08.42.188.2021 - Coordenação do Fornecimento da Merenda Es-  
colar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo .....R\$ 10.000,00

0500 - Secretaria Municipal de Saúde Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo .....R\$ 6.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 10.000,00

0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade

15.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 2.500,00

3200.00 - Transferências Correntes

3210.00 - Transferências Intragovernamentais

3214.00 - Transferências a Fundos .....R\$ 10.000,00

0700 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras

0701 - Divisão de Planejamento e Obras

10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo .....R\$ 5.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....R\$ 500,00

0702 - Divisão de Transportes

16.88.020.2032 - Reforma e Manutenção dos Veículos e Maqui-  
nários

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo .....R\$ 5.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 5.000,00

16.88.534.2033 - Conservação de Estradas do Interior

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo .....R\$ 5.000,00

16.88.534.1012 - Construção e Restauração de Pontes

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e instalações .....R\$ 2.000,00

Total .....R\$ 88.480,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
21 de agosto de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.540 de 21 de Agosto de 2001**

LEI Nº 2.540 DE 21 DE AGOSTO DE 2001.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 22.568,56 (vinte e dois mil, quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia de Gabinete

03.07.020-2003 - Coordenação do Gabinete do Prefeito Municipal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3113.00 - Obrigações Patronais .....R\$ 4.219,87

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Administração

03.07.021.2004 - Coordenação das Atividades de Administração

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3113.00 - Obrigações Patronais .....R\$ 2.412,62

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3113.00 - Obrigações Patronais .....R\$ 5.160,46

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2017 - Desenv. Ensino Fundamental Valorização Magistério

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3113.00 - Obrigações Patronais .....R\$ 10.665,27

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade

15.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família .....R\$ 110,34

Total .....R\$ 22.568,56

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso da Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
21 de agosto de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.541 de 28 de Agosto de 2001**

LEI Nº 2.541 DE 28 DE AGOSTO DE 2001.

"AUTORIZA REPASSE PARA O CONSÓRCIO QUIRIRI"

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a repassar para o consórcio Quiriri, até R\$ 3.000,00 (três mil reais), no decorrer do exercício de 2001.

Art.2º) Este repasse servirá para cobrir parte das despesas do Consórcio no que se refere a pessoal, material de expediente, veículo e viagens, água, luz, telefone, aluguel e outros itens necessários ao seu funcionamento.

Art.3º) O repasse de que trata o Artigo 1º poderá ser efetuado em parcelas, de acordo com a necessidade.

Art.4º)) A entidade beneficiada por esta Lei terá o prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos recursos, para prestar contas dos mesmos à Municipalidade.

Art.5º) As despesas com a execução da presente Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 06.01.04.17.103.2026 - 313200.00.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
28 de agosto de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.542 de 28 de Agosto de 2001**

LEI Nº 2.542 DE 28 DE AGOSTO DE 2001.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 17.222,55 (dezessete mil, duzentos e vinte e dois reais e cinquenta e cinco centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0403 - Divisão de Ensino Infantil  
08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades da Creche

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3113.00 - Obrigações Patronais .....R\$ 4.970,38  
08.41.190.2019 - Manutenção das Atividades Educação Pré Escolar

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3113.00 - Obrigações Patronais .....R\$ 3.656,41

0500 - Secretaria Municipal de Saúde Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3113.00 - Obrigações Patronais .....R\$ 8.595,76

Total .....R\$ 17.222,55

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência

9990.00 - Reserva de Contingência .....R\$ 17.222,55

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
28 de agosto de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.543 de 28 de Agosto de 2001**

LEI Nº 2.543 DE 28 DE AGOSTO DE 2001

DISPÕE SOBRE NORMAS DE SAÚDE EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA, ESTABELECE PENALIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Os assuntos concernentes à saúde da população regem-se pela presente Lei, atendida a Legislação Estadual e Federal.

Art. 2º - Toda pessoa que tenha domicílio, residência ou realize atividades no Município de Campo Alegre/SC, está sujeita às determinações da presente Lei, bem como às dos regulamentos, normas e instruções dela advindas.

Parágrafo 1º - Para os efeitos desta Lei, o termo pessoa refere-se à pessoa física ou jurídica de direito público ou privado.

Parágrafo 2º - A pessoa deve colaborar com a autoridade de saúde, empenhando-se ao máximo, no cumprimento das instruções, ordens e avisos emanados com o objetivo de proteger e conservar a saúde da população e manter ou recuperar as melhores condições do ambiente.

Parágrafo 3º - A pessoa deve prestar, a tempo e periodicamente, as informações de saúde solicitadas pela autoridade de saúde, a fim de permitir a realização de estudos e pesquisas que propiciem o conhecimento da realidade a respeito da saúde da população e das condições do ambiente, possibilitem a programação de ações para a solução dos problemas existentes.

Parágrafo 4º - A pessoa tem a obrigação de facilitar e acatar as inspeções de saúde e as coletas de amostras ou apreensões realizadas pela autoridade de saúde, bem como outras providências definidas pela autoridade de saúde, com fundamento na legislação em vigor.

**TÍTULO I****DA COMPETÊNCIA EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA****CAPÍTULO I****DA ORIENTAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, integrado o Sistema Único de Saúde compete às ações de Vigilância Sanitária de Alimentos e Bebidas, bem como de Saneamento.

Art. 4º - Compreende-se por ações de Vigilância Sanitária o conjunto de ações capazes de diminuir, eliminar ou prevenir riscos e intervir sobre os problemas sanitários decorrentes da produção e circulação de produtos, serviços e do meio ambiente, objetivando a proteção da saúde da população em geral.

Art. 5º - Compreende-se como campo de abrangência de atividades de Vigilância Sanitária Municipal:

Parágrafo 1º - Controle e Fiscalização de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem à saúde, envolvendo a comercialização e consumo, compreendendo pois, matérias primas, transporte, armazenamento, distribuição, comercialização e consumo de alimentos, medicamentos, sementes, produtos químicos, produtos agrícolas, produtos biológicos, drogas veterinárias, águas, bebidas, agrotóxicos, biocidas, equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, insumos, cosméticos e produtos de higiene pessoal, dentre outros de interesse à saúde.

Parágrafo 2º - Orientação, Controle e Fiscalização da prestação de

serviços que se relacionam, direta ou indiretamente, com a saúde, abrangendo, dentre outros, serviços veterinários, odontológicos, farmacêuticos, clínico-terapêuticos, diagnósticos e de controle de vetores e roedores.

Parágrafo 3º - Orientação, Controle e Fiscalização sobre o meio ambiente, devendo estabelecer relações entre os vários aspectos que interferem na sua qualidade, compreendendo tanto o ambiente e processo de trabalho como da habitação, lazer e outros sempre que impliquem riscos à saúde, como aplicação de agrotóxicos, edificações, parcelamento do solo, saneamento urbano e rural, lixo domiciliar, comercial, industrial e hospitalar.

Parágrafo 4º - Orientação, Controle e Fiscalização de Estabelecimento Industrial, Comercial e Agropecuário.

Parágrafo 5º - Exercer outras atividades por Delegação do Estado.

Parágrafo 6º - A Vigilância Sanitária será exercida pelo Município, no âmbito de suas atribuições e na respectiva circunscrição territorial pela Autoridade Municipal, sem prejuízo da ação Estadual.

**CAPÍTULO II****DO REGISTRO E DO CONTROLE**

Art. 7º - Todo alimento somente será exposto ou entregue à venda depois de registrado no órgão competente do Ministério da Saúde.

Art. 8º - Estão obrigados o registro no órgão competente do Ministério da Saúde:

I - Os aditivos intencionais;

II - As embalagens, equipamentos e utensílios elaborados e/ou revestidos internamente de substâncias resinosas e poliméricas e destinados a entrar em contato com alimentos, inclusive os de uso domésticos;

III - Os coadjuvantes da tecnologia de fabricação, assim declarados por Resolução da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos.

Parágrafo Único - O registro e liberação de industrialização do produto sujeito ao Título II, Capítulo II, será feito junto ao Ministério da Saúde, através da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado.

**TÍTULO II****DA SAÚDE, SUA PROMOÇÃO E DEFESA****CAPÍTULO I****DA SAÚDE DE TERCEIROS****SEÇÃO I****DISPOSIÇÃO GERAL**

Art. 9º - Toda pessoa deve zelar no sentido de por ação ou omissão, não causar dano à saúde de terceiros, cumprindo as normas ou regras habituais de sua profissão ou ofício, bem como as prescrições da autoridade de saúde.

**SEÇÃO II****ATIVIDADE DIRETAMENTE RELACIONADA COM A SAÚDE DE TERCEIROS****SUBSEÇÃO I****DOS PROFISSIONAIS DE CIÊNCIA DA SAÚDE**

Art. 10 - A pessoa, no exercício de profissão de Ciência da Saúde, atuará de conformidade com as normas legais regulamentares, e as de ética.

Parágrafo 1º - A pessoa, para exercer profissão de Ciência da Saúde deve possuir diploma, título, grau, certificado ou equivalente válido, devidamente registrado no órgão competente, e em conformidade com as disposições legais e regulamentares correspondentes.

Parágrafo 2º - Presumir-se-á no exercício ilegal da profissão a pessoa que sem ter a respectiva habilitação, anunciar e/ou executar serviços por qualquer meio ou fizer uso de instrumentos relacionados com a Ciência da Saúde.

Art. 11 - O profissional de Ciência da Saúde deve:

I - colaborar com os serviços de saúde ou com a autoridade de saúde, quando solicitado e, especialmente, nos casos considerados de emergência ou de calamidade pública;

II - cientificar sempre à autoridade de saúde as doenças que, através de regulamentos, sejam declarados de notificação compulsória.

Art. 12 - O profissional de Ciência da Saúde que realize transplante de órgão humano, só pode fazê-lo em estabelecimento devidamente autorizado para esse fim, cumprindo as obrigações pertinentes.

Art. 13 - A pessoa, no exercício pleno de profissão de Ciência da Saúde, somente pode proceder à pesquisa ou experiência clínica no ser humano sob patrocínio de instituição pública ou privada de cunho científico, legalmente reconhecido.

### SEÇÃO III

#### ATIVIDADES INDIRETAMENTE RELACIONADAS COM A SAÚDE DE TERCEIROS

##### SUBSEÇÃO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 - Toda pessoa cujas ações ou atividades possam prejudicar, indiretamente, a saúde de terceiros quer pela natureza das ações ou atividades, quer pelas condições ou natureza de seu produto ou resultado deste, quer pelas condições do local onde habita, trabalha ou freqüenta, deve cumprir as exigências legais e regulamentares correspondentes e as restrições ou medidas que a autoridade de saúde fixar.

Parágrafo 1º - A pessoa, para construir ou reformar edifício urbano ou parte deste, de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deve obter aprovação do respectivo projeto por parte da autoridade de saúde competente, dependendo, para fins de ocupação de vistoria sanitária, a qual será repetida periodicamente conforme disposto em regulamento.

Parágrafo 2º - O disposto no parágrafo anterior aplica-se também a qualquer utilização diferente daquela para a qual o edifício ou parte deste foi construído ou reformado.

##### SUBSEÇÃO II

##### HABITAÇÃO URBANA E RURAL

Art. 15 - Toda pessoa proprietária ou usuária de construção destinada à habitação deve obedecer às prescrições regulamentares relacionadas com a salubridade.

Parágrafo 1º - Para efeitos desta Lei, entende-se por construção destinada à habitação o edifício já construído, toda espécie de obras em execução, e ainda, as moradias ou residências próprias ou de terceiros.

Parágrafo 2º - A pessoa proprietária tem obrigação de entregar a casa em condições higiênicas e a usuária tem a obrigação de

assim conservá-la.

Parágrafo 3º - A pessoa proprietária ou usuária de habitação ou responsável por ela deve acatar a intimação da autoridade de saúde e executar, dentro do prazo concedido, as obras julgadas necessárias.

Parágrafo 4º - As disposições deste artigo aplica-se também, a hotel, motel, convento e similares.

### SEÇÃO IV

#### ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL E AGROPECUÁRIO

Art. 16 - Toda pessoa proprietária de, ou responsável por estabelecimento industrial, comercial ou agropecuário, de qualquer natureza, deve cumprir as exigências regulamentares para que, por sua localização, condições, estado, tecnologia empregada ou pelos produtos de sua atividade, não coloquem em risco a saúde e a vida dos que nele trabalhem ou o utilizem.

Parágrafo Único - O estabelecimento industrial, comercial ou agropecuário, obedecerá às exigências sanitárias regulamentares do Código de Posturas Municipal.

### SEÇÃO V

#### ALIMENTOS E BEBIDAS

Art. 17 - Toda pessoa que produza, fabrique, transforme, comercialize, transporte, manipule, armazene ou coloque à disposição do público, inclusive ao ar livre, alimentos e/ou bebidas, deve obedecer aos padrões de higiene e salubridade estabelecidos em Lei e regulamento.

Parágrafo 1º - A pessoa que manipule alimentos ou bebidas, na forma deste artigo, deve submeter-se a exame de saúde periódico, de acordo com o regulamento, cuja atestado expedido por serviço de saúde, deve ser exigido pelo respectivo proprietário ou responsável.

Parágrafo 2º - Somente poderá ser comercializado o alimento que preencher os requisitos dispostos em Lei, regulamentos, portarias e/ou normas técnicas.

Art. 18 - Toda pessoa, poderá construir, instalar ou por em funcionamento estabelecimento que produza, fabrique, transforme, comercialize, manipule, armazene ou coloque à disposição do público alimento e/ou bebida, desde que obtenha a autorização e registro junto ao serviço público competente, cumprindo, para isto, normas, regulamentos entre outras, as referentes a projetos de construção, localização, saneamento, pessoal, tecnologia empregada, reutilização de embalagens, instalações, materiais e instrumentos, conforme a natureza e a importância das atividades, assim como dos meios de que dispõe para proteger a saúde da comunidade e evitar a poluição e/ou contaminação de ambiente.

### SEÇÃO VI

#### SUBSTÂNCIAS E PRODUTOS PERIGOSOS

Art. 19 - Toda pessoa que elabore, fabrique, armazene, comercialize ou transporte substância ou produto perigoso ou agrotóxico deve solicitar permissão ao serviço de saúde competente e cumprir as exigências regulamentares, em defesa da saúde pública.

Parágrafo 1º - Considera-se substância ou produto perigoso, para os efeitos desta Lei, o que é capaz de, por seu grau de combustão, por em risco a saúde ou a vida da pessoa, ou de terceiros em qualquer fase de sua preparação, armazenagem, transporte ou utilização.



Parágrafo 2º - Considera-se agrotóxico as substancias ou misturas de substancias e/ou, processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao setor de produção, armazenamento e beneficiamento de alimentos e a proteção de florestas nativas ou implantadas, bem como a outros eco-sistemas e ambientes domésticos, urbano, hídrico e industrial, cuja finalidade seja alterar a constituição da fauna e flora dos mesmos, afim de preservá-los da ação danosa de seres vivos considerados nocivos.

Parágrafo 3º - A pessoa está proibida de entregar ao público substancia e produto mencionado neste artigo sem indicação precisa e clara de sua periculosidade, sem a utilização de receituário agrônomo prescrito por profissional devidamente habilitado, bem como das instruções para seu uso correto e correspondente tratamento de urgência, quando puser em risco a saúde e a vida da pessoa ou de terceiros.

## CAPÍTULO II

### DEVERES DA PESSOA COM RELAÇÃO AO AMBIENTE

#### SEÇÃO I

##### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 20 - Toda pessoa deve preservar o ambiente evitando por meio de suas ações ou omissões, que ele se polua ou contamine, se agravem a poluição ou a contaminação existente.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta Lei, são entendidos como:

1. AMBIENTE: o meio que se vive;
2. POLUIÇÃO: qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do ambiente, que possa importar em prejuízo à saúde e à segurança da população;
3. CONTAMINAÇÃO: qualquer alteração de origem biológica que possa potencializar injúria à saúde dos seres vivos.

Art. 21 - Toda pessoa está proibida de descarregar ou lançar ou dispor de quaisquer resíduos, industriais ou não, sólidos, líquidos, gasosos, que não tenham recebido adequado tratamento, determinado pela autoridade de saúde, em especial do órgão responsável pelo meio ambiente.

Art. 22 - Toda pessoa deve preservar a natureza, protegendo a flora e a fauna benéfica ou inócua, em relação à saúde individual ou coletiva e evitando a destruição indiscriminada ou extinção das espécies.

Art. 23 - Toda pessoa proprietária de ou responsável por imóvel deve conservá-lo forma que não polua ou contamine o ambiente.

Parágrafo 1º - A pessoa deverá utilizar a rede pública de abastecimento de água, salvo se comprovar que sua fonte própria se apresenta de conformidade com os padrões de potabilidade, não comprometendo a sua saúde ou de terceiros.

Parágrafo 2º - A pessoa deverá utilizar a rede pública de esgotos sanitários existente, salvo se comprovar que seu sistema de eliminação de dejetos não compromete a sua saúde ou a de terceiros.

Parágrafo 3º - A pessoa, para implantar, comercializar, ou ocupar loteamento de terreno deve obter a aprovação do serviço de saúde competente, submetendo-se a normas regulamentares.

Parágrafo 4º - A pessoa proprietária de ou responsável por terreno baldio em zona urbana ou suburbana, é obrigada a realizar as obras de saneamento determinadas pela autoridade de saúde competente.

## SEÇÃO II

### POLUIÇÃO E/OU CONTAMINAÇÃO DO SOLO E/OU DE ÁGUA

#### SUBSEÇÃO I

##### DISPOSIÇÕES DE RESÍDUOS E DEJETOS

Art. 24 - Toda pessoa deve dispor higienicamente de dejetos, resíduos e detritos provenientes de sua atividade doméstica, comercial, industrial ou pública, de acordo com o prescrito em regulamento, normas, avisos ou instruções da autoridade de saúde em especial do órgão responsável pelo meio ambiente.

Parágrafo Único - A pessoa é proibida de lançar dejetos e resíduos industriais nos mananciais de água e sistemas de esgoto sanitário, sem a autorização e sem o cumprimento de regulamentos, normas e instruções baixadas pela autoridade de saúde, e órgão encarregado da manutenção destes sistemas.

Art. 25 - A pessoa é obrigada a utilizar o serviço de coleta, remoção e destino do lixo mantido pela municipalidade conforme as exigências estabelecidas nos regulamentos, normas e instruções legais.

Parágrafo 1º - Enquanto não for implantado o serviço público urbano, a pessoa deve dispor o lixo conforme regulamentos ou instruções da autoridade de saúde.

Parágrafo 2º - O serviço público urbano de coleta de lixo, onde não houver incineração ou tratamento adequado, depositará em aterros sanitários, ou utilizará outros processos, a critério da autoridade de saúde.

#### SUBSEÇÃO II

##### ÁGUAS RESIDUÁRIAS E PLUVIAIS

Art. 26 - Toda pessoa é obrigada a dar escoamento das águas servidas ou residuárias, oriundas de qualquer atividade, e as pluviais, em sua propriedade, conforme as disposições regulamentares, normas e instruções da autoridade de saúde.

Parágrafo 1º - A pessoa é proibida de lançar as águas servidas ou residuárias, sem prévio tratamento em mananciais da superfície ou subterrâneos, como em qualquer outra unidades de sistema de abastecimento de água, assim como no mar, lagoas, sarjetas e valas provocando ou contribuindo para a poluição ou contaminação destes.

Parágrafo 2º - Pessoa alguma pode estancar ou represar águas correntes ou pluviais em área urbana.

## TÍTULO III

### DA TAXA DOS ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL

#### CAPÍTULO I

##### DA INCIDÊNCIA DOS CONTRIBUINTES

Art. 27 - Fica criada a taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal que é devida pela execução, por parte da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social dos seguintes serviços:

I - Vistoria Sanitária, a pedido da pessoa proprietária ou responsável por empresa, imóvel, bens, produtos ou serviços que por sua natureza, uso, aplicação, comercialização, industrialização, transporte, armazenamento, divulgação, que possa interessar à Saúde Pública;

II - Vistoria Prévia, vistoria realizada, sempre para instruir o processo à Concessão de Alvará Sanitário;



III - Concessão de Alvará Sanitário, entendido como autorização sanitária para funcionamento de estabelecimentos, serviços e atividades de interesse da Vigilância Sanitária Municipal;

IV - Concessão de Licença Especial, entendida como autorização sanitária para a realização de atividades não enquadradas no inciso anterior;

V - Concessão de Licença Provisória, entendida como autorização sanitária, para a realização de atividades por prazo pré-determinado, que não ultrapasse os 30 (trinta) dias;

VI - Fornecimento de Certidão, Declaração ou Atestado relativo a assentos atribuíveis à Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;

VII - Análise e Aprovação Sanitária de Projetos de Construção de residências ou apartamentos;

VIII - Outras fixadas por Decreto Municipal.

## CAPÍTULO II DO CÁLCULO

Art. 28 - A Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal tem como base a TABELA II - ATOS DA SAÚDE - Lei nº 8.505, de 28 de dezembro de 1.991 relacionadas na Tabela de Atos da Vigilância Sanitária a ser regulamentada por Decreto do Executivo Municipal.

Parágrafo 1º - O pagamento da Taxa prevista nesse artigo não exclui o pagamento dos demais tributos e penalidades pecuniárias a que estiver sujeito o contribuinte.

Parágrafo 2º - A Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal será paga através de guia, devidamente autenticada mecanicamente anteriormente à execução do ato e depositada em conta especial no Banco do Estado de Santa Catarina S/A - BESC, agência de Campo Alegre.

## TÍTULO IV DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29 - Para os efeitos desta Lei, considera-se a infração a desobediência ou a inobservância ao disposto nas normas legais regulamentares e outras que, por qualquer forma, se destinam à promoção, preservação e recuperação da saúde.

Parágrafo 1º - Responde pela infração quem de qualquer modo, cometer ou concorrer para a sua prática, ou dela se beneficiar.

Parágrafo 2º - Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstanciais imprevisíveis, que vier a determinar avaria, deteriorações ou alterações de produtos ou bens de interesse da saúde pública.

Art. 30 - Autoridades de Saúde, para os efeitos da Lei, é todo agente público designado para exercer funções referentes à prevenção e repressão de tudo quanto possa comprometer a saúde pública, nos termos desta Lei, seus regulamentos e normas técnicas.

Parágrafo 1º - Regulamento específico ocupar-se-á da ordem hierárquica em que exercita a autoridade de saúde do Município.

## CAPÍTULO II GRADUAÇÃO DAS INFRAÇÕES

Art. 31 - As infrações de natureza sanitária serão apuradas em processo administrativo próprio, e classificam-se em:

- I - Leves, aquelas em que o infrator beneficiado por circunstância atenuante;
- II - Graves, aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;
- III - Gravíssima, aquela em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

Art. 32 - Para a graduação e imposição de pena, a autoridade sanitária levará em conta:

- I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;
- III - os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

Art. 33 - São circunstâncias atenuantes:

- I - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;
- II - a errada compreensão da norma sanitária, admitida como executável, quando patente à incapacidade do agente para atender o caráter ilícito do fato;
- III - o infrator, por espontânea vontade, imediatamente, procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe for imputado;
- IV - ter o infrator sofrido coação, a que podia resistir, para prática do ato;
- V - ser o infrator primário, e a falta cometida, de natureza leve.

Art. 34 - São circunstâncias agravantes:

- I - ser o infrator reincidente;
- II - ter o infrator cometido à infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo pelo público do produto elaborado em contrário ao disposto na legislação sanitária;
- III - o infrator coagir outrem à execução material da infração;
- IV - ter a infração consequências calamitosas à saúde pública;
- V - se tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada, tendentes a evitá-lo;
- VI - ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual, fraude ou má fé.

Art. 35 - Havendo o concurso de circunstâncias atenuantes ou agravantes, a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.

## CAPÍTULO III ESPECIFICAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 36 - Sem prejuízo das sanções de natureza ou pena cabíveis, as infrações sanitárias serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - apreensão do produto;
- IV - inutilização de produto;
- V - interdição de produto;
- VI - suspensão de vendas e/ou de fabricação de produto;
- VII - cancelamento de registro do produto;
- VIII - interdição parcial, ou total do estabelecimento;
- IX - proibição de propaganda;
- X - cancelamento de autorização para funcionamento de empresa;

XI - cancelamento de alvará de licenciamento de estabelecimento.

Art. 37 - A pena de multa consiste no pagamento das seguintes quantias:

I - nas infrações leves, de 11 UPM a 55 UPM;

II - nas infrações graves de 55 UPM a 109 UPM;

III - nas infrações gravíssimas, de 109 UPM a 438 UPM.

Parágrafo 1º - Aos valores das multas previstas nesta Lei aplicar-se-á a correção monetária e juros de mora previstos no Código Tributários Municipal quando não recolhidos até o prazo fixado na Lei nº 5.811, de 27.11.1980.

Parágrafo 2º - Sem prejuízo do disposto nos artigos 31 e 32 desta Lei, na aplicação da penalidade de multa, a autoridade de saúde levará em consideração a capacidade econômica do infrator.

Parágrafo 3º - Quando aplicada à pena de multa, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de trinta dias, contados da data da notificação, recolhendo-a a repartição fazendária competente, sob pena de cobrança judicial.

Art. 38 - A reincidência específica torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima e a caracterização da infração como gravíssima.

Parágrafo único - Para efeitos desta Lei e de seus regulamentos e normas técnicas, ficará caracterizada a reincidência quando o infrator, após decisão definitiva na esfera administrativa do processo que lhe houver imposto a penalidade, cometer nova infração do mesmo tipo ou permanecer em infração continuada.

#### CAPÍTULO IV CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES E SUAS PENALIDADES

Art. 39 - A pessoa comete infração de natureza sanitária e está incurso nas penas discriminadas a seguir, quando:

I - constrói, instala ou faz funcionar laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos ou quaisquer estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, sementes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorização dos órgãos sanitários competentes ou contrariando as normas pertinentes:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de autorização e de licença e/ou multa;

II - constrói, instala ou faz funcionar estabelecimento de distribuição de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

Pena - advertência, interdição e/ou multa;

III - instala consultórios médicos, odontológicos e de qualquer atividade paramédicas, laboratórios de análise e de pesquisas clínicas, bancos de

sangue, de leite humano, de olhos e estabelecimentos de atividades afins, institutos de esteticismo, ginástica, fisioterapia e de recuperação, balneários, estâncias hidrominerais, termais e climáticas de repouso, e congêneres, gabinetes ou serviços que utilizem aparelhos e equipamentos geradores de raio-x, estabelecimentos, laboratórios, oficinas e serviços de ótica de aparelhos ou materiais óticos, de prótese dentária, de aparelhos ou materiais para uso odontológico, a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações técnicas e auxiliares relacionadas com a saúde, sem licença de órgão competente ou contrariando o disposto nas

normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

IV - extrai, produz, fabrica, transforma, prepara, manipula, purifica, fraciona, embala ou reembala, importa, exporta, armazena, expede, transporta, compra, vende, cede ou usa alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, sementes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro ou multa;

V - impedir ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades de saúde no exercício de suas funções:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização e/ou multa;

VI - fornece, vende ou pratica atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e correlatos, cuja venda e uso dependam de prescrição médica, sem observância e contrariando as normas legais e regulamentares:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença ou multa;

VII - rotula alimentos e produtos alimentícios ou bebidas, bem como medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, de correção estética, cosméticos, perfumes, correlatos, sementes e de quaisquer outros, contrariando as normas legais e regulamentares:

Pena - advertência, inutilização, interdição e/ou multa;

VIII - altera o processo de fabricação dos produtos sujeitos a controle sanitário, modifica os seus componentes básicos, nome e demais elementos objetos de registro, sem a devida autorização do órgão sanitário competente:

Pena - advertência, interdição, cancelamento do registro, da licença e autorização ou multa;

IX - reaproveita vasilhames de desinfetantes, seus congêneres, e de outros produtos capazes de serem nocivos à saúde, no envasilhamento de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene, cosméticos e perfumes:

Pena - apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro ou multa;

X - expõe à venda ou entrega ao consumo, produtos de interesse à saúde, cujo prazo de validade tenha expirado, ou apor novas datas de validade, posteriores ao prazo expirado:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro de licença e da autorização ou multa;

XI - industrializa produtos de interesse sanitário sem a assistência de responsável técnico, legalmente habilitado:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento de registro ou multa;

XII - aplica raticidas cuja ação produza por gás ou vapor, em galerias, bueiros, porões ou locais de possível comunicação com residência ou freqüentadas por pessoas e animais:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença e de autorização ou multa;

XIII - não cumpre normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias relativas a empresas de

transportes, seus agentes e consignatários, comandantes ou responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, ferrovias, veículos terrestres nacionais e estrangeiros:

Pena - advertência, interdição ou multa;

XIV - não cumpre as exigências sanitárias relativas a imóveis, quer seja proprietário ou detenha legalmente a sua posse:

Pena - advertência, interdição ou multa;

XV - exerça profissões e ocupações relacionadas com a saúde sem a necessária habilitação legal:

Pena - interdição ou multa;

XVI - comete o exercício de encargos relacionados com a promoção, proteção e recuperação da saúde a pessoa sem a necessária habilitação legal:

Pena - interdição ou multa;

XVII - fraudar, falsificar ou adulterar alimentos, inclusive bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, sementes e quaisquer outros que interesse à saúde pública:

Pena - apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão da venda e/ou fabricação do produto, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licença e/ou multa;

XVIII - transgredir outras normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde:

Pena - advertência, apreensão, inutilização ou interdição do produto, suspensão de venda ou fabricação do produto, cancelamento do registro de produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento, proibição de propaganda ou multa;

XIX - expõe, ou entrega ao consumo humano, sal refinado ou moído que não contenha iodo na proporção de dez mil miligramas de iodo metanóide por quilograma de produto:

Pena - advertência, apreensão ou interdição do produto, suspensão de venda ou fabricação do produto, cancelamento de registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento;

XX - descumprir atos emanados das autoridades de saúde visando à aplicação da legislação pertinente:

Pena - advertência, apreensão, inutilização ou interdição do produto, suspensão de venda ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento, proibição de propaganda;

XXI - transgredir normas legais e regulamentares, pertinentes ao controle da poluição das águas, do ar, do solo:

Pena - advertência, interdição temporária ou definitiva ou multa;

XXII - inobservar as exigências de normas legais pertinentes a construções, reconstruções, reformas, loteamentos, abastecimento domiciliares de água, esgoto domiciliar, habitações em geral, coletivas ou isoladas, hortas, jardins e terrenos baldios, escolas, locais de trabalho em geral, locais de divertimentos coletivos e de reuniões, necrotérios, capelas mortuárias, estábulos e cocheiras, saneamento urbano e rural em todas as suas formas, controle dos ruídos e seus incômodos, bem como tudo que contrarie a legislação sanitária referente a imóveis em geral e sua utilização:

Pena - advertência ou multa, interdição parcial ou total, temporária ou definitiva do estabelecimento ou atividade.

Parágrafo 1º - Independem de licença para funcionamento os estabelecimentos integrantes da Administração Pública ou por ela instituídos, ficando sujeitos, porém, às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequados, e à assistência e responsabilidade técnica.

Parágrafo 2º - O desrespeito ou desacato ao servidor competente, em razão de suas atribuições legais, sujeitará o infrator à penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

## CAPÍTULO V

### CARACTERIZAÇÃO BÁSICA DO PROCESSO

Art. 40 - O processo administrativo próprio para apuração das infrações sanitárias, inicia-se com a lavratura de auto de infração, observando-se o rito e os prazos estabelecidos nesta Lei e seus regulamentos.

Art. 41 - O auto de infração será lavrado na sede da repartição competente ou local em que for verificada a infração pela autoridade de saúde que a houver constatado e conterá:

I - nome do infrator, seu domicílio e residência, bem como os demais elementos necessários à sua qualificação e identificação civil ou caracterização da entidade atuada;

II - o ato ou fato constitutivo da infração e o local, a hora e a data respectivos;

III - a disposição legal ou regulamentar transgredida;

IV - indicação do dispositivo legal ou regulamentar que comina penalidade a que fica sujeito o infrator;

V - prazo para interposição do recurso, quando cabível;

VI - nome e cargo legível da autoridade autuante e sua assinatura;

VII - a assinatura do autuado, ou, na sua ausência, de seu representante legal ou preposto, e em caso de recusa, a consignação dessa circunstância pela autoridade autuante e a assinatura de duas testemunhas, quando possível.

Parágrafo Único - Os servidores responsáveis pelas declarações que fizerem nos autos de infração, sendo passíveis de punição, por falta grave, em casos de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 42 - O infrator será notificado para ciência do auto de infração:

I - pessoalmente;

II - pelo Correio ou via postal;

III - por edital, se estiver em lugar incerto e não sabido.

Parágrafo 1º - Se o infrator for notificado pessoalmente e recusar-se a exarar a ciência, procede-se na forma prevista no inciso VII do artigo 41.

Parágrafo 2º - O Edital referido no inciso III deste artigo será publicado uma única vez, considerando-se efetivamente a notificação cinco dias após a publicação.

Parágrafo 3º - Quando, apesar da lavratura do auto de infração subsistir, ainda, para o infrator, obrigação a cumprir será expedido edital fixando o prazo de trinta dias para o seu cumprimento, observado o disposto no parágrafo anterior.

Parágrafo 4º - O prazo para o cumprimento da obrigação subsistir poderá ser reduzido ou aumentado, em casos excepcionais, por motivo de interesse público, mediante despacho fundamentado.

Parágrafo 5º - A desobediência à determinação contida no Edital a que se alude no parágrafo 3º deste artigo, além de sua execução forçada acarretará a imposição de multa diária, arbitrada de acordo com os valores correspondentes à classificação da infração, até o exato cumprimento da obrigação, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 43 - As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de vinte por cento (20%), caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Art. 44 - O infrator poderá oferecer defesa ou impugnação do auto de infração no prazo de quinze dias contados da sua notificação.

Parágrafo 1º - Antes do Julgamento da defesa ou da impugnação a que se refere este artigo, deverá a autoridade julgadora ouvir o serviço autuante, que terá prazo de dez dias para se pronunciar a respeito.

Parágrafo 2º - Apresentada ou não a defesa ou impugnação, o auto de infração será julgado pelo dirigente do órgão sanitário competente.

Art. 45 - A apuração do ilícito em se tratando de produto ou substância referidos no inciso IV do artigo 39, far-se-á mediante a apresentação de amostras para a realização de análise fiscal e de interdição, se for o caso.

Parágrafo Único - Regulamento próprio disciplinará os procedimentos específicos, atentando-se à legislação federal, para a execução do previsto no presente artigo.

Art. 46 - Nas transgressões que independam de análise ou perícias, inclusive por desacato à autoridade de saúde, o processo obedecerá a rito especial e será considerado concluso caso o infrator não apresente recurso no prazo de quinze dias.

Art. 47 - Das decisões condenatórias poderá o infrator recorrer, dentro de igual prazo ao fixado para a defesa, inclusive quando se tratar de multa.

Parágrafo 1º - Mantida a decisão condenatória, caberá recurso para a autoridade superior, no prazo de vinte dias de sua ciência ou publicação.

Parágrafo 2º - Não caberá recurso na hipótese de condenação definitiva do produto em razão de laudo laboratorial confirmado em perícia de contraprova, ou nos casos de fraude, falsificação ou adulteração.

Parágrafo 3º - Os recursos interpostos das decisões não definitivas somente terão efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente na forma do disposto nos parágrafos 3º, 4º e 5º do artigo 42.

Art. 48 - Ultimada a instrução do processo, uma vez esgotado os prazos para recurso em apresentação de defesa ou apreciados os recursos, a autoridade de saúde proferirá a decisão final, dando o processo por concluso após a publicação desta última.

Parágrafo Único - A inutilização dos produtos e o cancelamento do registro, da autorização para o funcionamento da empresa e da licença dos estabelecimentos, somente ocorrerão após a publicação de decisão irrecorrível.

Art. 49 - As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária, prescrevem em cinco anos.

Parágrafo 1º - A prescrição interrompe-se pela notificação, ou outro ato da autoridade competente, que objetive a sua apuração e conseqüente imposição de pena.

Parágrafo 2º - Não corre o prazo prescricional enquanto houver

processo administrativo pendente de decisão.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 50 - O Poder Executivo Municipal expedirá os regulamentos necessários à execução desta Lei, ouvidos as Entidades Profissionais da área de Saúde.

Art. 51 - Os termos técnicos que se empregam nesta Lei e nela não se encontram definidos explicitamente, serão entendidos no sentido que lhes consagra a legislação estadual e federal e na ausência desta, o constante nas regulamentações decorrentes da presente Lei.

Art. 52 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 53 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de agosto de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### Lei Nº 2.544 de 31 de Agosto de 2001

LEI No 2.544 DE 31 DE AGOSTO DE 2001

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO IPRECAL PARA  
O EXERCÍCIO DE 2.001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina;  
Faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre - IPRECAL, para o exercício financeiro de 2.001, no valor global de R\$ 159.000,00 (cento e cinquenta e nove mil reais), compreendendo o orçamento da seguridade social do Município de Campo Alegre, discriminado pelos anexos, parte integrante desta Lei.

Art. 2o - A receita total será composta da arrecadação de contribuições, transferências correntes, rendas, outras receitas correntes, na forma da legislação vigente, observado o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	
Receitas de Contribuições	R\$ 54.795,89
Receita Patrimonial	R\$ 1.027,09
Transferências Correntes	R\$ 103.077,02
Outras Receitas Correntes	R\$ 100,00
TOTAL	R\$ 159.000,00



Art. 3o - A despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos, integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
03 - Administração e Planejamento	R\$ 10.949,18
15 - Assistência e Previdência	R\$ 132.150,82
99 - Reserva de Contingência	R\$ 15.900,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 159.000,00</b>

I - CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	
DESPESAS CORRENTES	
Despesas de Custeio	R\$ 137.800,00
DESPESAS DE CAPITAL	
Equipamentos	R\$ 5.300,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 15.900,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 159.000,00</b>

Art. 4o - A aplicação dos recursos discriminados no artigo anterior far-se-á em consonância com os programas elaborados para a unidade orçamentária, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 5o - O Poder Executivo Municipal, com fundamento na Constituição Federal e Lei Federal no 4.320 de 17 de março de 1964, nos termos do artigo 7o e 43o, itens e parágrafos, fica autorizado:

I - Efetuar abertura de créditos suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa autorizada para cada dotação orçamentária, utilizando como recursos os previstos nos incisos I e II do parágrafo 1o do artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64, e anulação da Reserva de Contingência fixada nesta Lei.

II - Mediante autorização legislativa, proceder abertura de crédito adicional em dotações de despesas determinadas pelo recebimento de recursos para aplicação em despesas vinculadas.

Art. 6o - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados através da aprovação do Conselho Fiscal e Administrativo e do Chefe do Poder Executivo Municipal, à suprir contingentes passivos e imprevistos fiscais, no transcorrer da execução orçamentária.

Art. 7o - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
31 de Agosto de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL

### RECEITA ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2001.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1211.01	Contribuição Funcionários da Prefeitura	R\$ 54.423,16
1211.02	Contribuição Funcionários da Câmara	R\$ 322,73
1211.03	Contribuição Funcionários da F.M.D.C	R\$ 50,00
1211.04	Contribuição da Prefeitura	R\$ 102.369,96
1211.05	Contribuição da Câmara	R\$ 607,06
1211.06	Contribuição da Fund. Munic. Desp. Cult.	R\$ 100,00
1331.00	Rendimentos de Aplicação Financeira	R\$ 1.027,09
1900.00	Outras Receitas Correntes	R\$ 100,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 159.000,00</b>

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

Mª. ELIANE FRIEDRICH  
CRC-SC 020486/0-1

### ORÇAMENTO - PROGRAMA / 2001. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA - IPRECAL	CÓDIGO 03
UNIDADE	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA - IPRECAL	CÓDIGO 03
FUNÇÃO	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	CÓDIGO 03
PROGRAMA	ADMINISTRAÇÃO	CÓDIGO 07
SUBPROGRAMA	ADMINISTRAÇÃO GERAL	CÓDIGO 021
PROJETO/ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO IPRECAL.	CÓDIGO 2001
CÓDIGO	03.03.03.07.021.2001	

### DESCRIÇÃO/OBJETIVOS/METAS

CÓDIGO	ELEMENTO	VALOR
3111.00	PESSOAL CÍVIL	100,00
3120.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.499,18
3131.00	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	50,00
3132.00	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	3.000,00
3251.00	INATIVOS	127.150,82
3252.00	PENSIONISTA	4.000,00
3253.00	SALÁRIO FAMÍLIA	1.000,00
4120.00	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	5.300,00
9990.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.900,00
	<b>TOTAL:</b>	<b>159.000,00</b>

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

Mª. ELIANE FRIEDRICH  
CRC-SC 020486/0-1

**LEI Nº 2.545 DE 04 DE SETEMBRO DE 2001**

LEI Nº 2.545 DE 04 SETEMBRO DE 2001

REVOGA LEI MUNICIPAL Nº 1.183 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1988

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º- Fica revogada a Lei Municipal de nº 1.183 de 30 de novembro de 1988 - Autoriza Doação a Sociedade Desportiva Palmeirinha de Campo Alegre, área destinada a Campo de Futebol e Cancha Polivalente e todas as suas disposições.

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
04 de setembro de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.546 de 04 de Setembro de 2001**

LEI Nº 2.546 DE 04 DE SETEMBRO DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....R\$ 22.500,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência

9990.00 - Reserva de Contingência .....R\$ 22.500,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de setembro de 2001.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.547 de 04 de Setembro de 2001**

LEI Nº 2.547 DE 04 DE SETEMBRO DE 2001

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE ITEM NO ANEXO I DA LEI  
MUNICIPAL Nº 2.471 DE 30 DE JUNHO DE 2000

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído item no Anexo I da Lei Municipal nº 2.471 de 30 de junho de 2000, Secretaria Municipal de Educação, passando a vigorar com a seguinte redação:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****Informatização**

- Aquisição de Microcomputadores;

- Aquisição de softwares de gerenciamento para a educação.

Aquisição de Material Permanente

- TV e Vídeos-cassetes para as escolas;

- Retroprojektor;

- Projetor de slides;

- Um Veículo automotor utilitário com capacidade de nove lugares.  
Escolas- Ampliação de Escolas Estaduais Municipalizadas: Avenquinha,  
São Miguel e Bateias de Cima;

- Aquisição de equipamento e material permanente em geral;

- Restauração de prédios escolares, construção de muros e cercas;

- Erradicação do Analfabetismo;

- Aquisição de mimeógrafo para as Escolas;

- Aquisição de Laboratório Móvel para as Escolas.  
Creches

- Aquisição de parques infantis para as creches;

- Equipamento e material Permanente em geral;



- Reforma e restauração de Creches. Construções
- Construção da sede da Secretaria de Educação.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
04 de setembro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.548 de 20 de Setembro de 2001**

LEI Nº 2.548 DE 20 DE SETEMBRO DE 2001.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

#### **TÍTULO I**

##### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º) - Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e as normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º) - O atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Campo Alegre será feito através dos serviços criados pelos Artigos 3º, caput, 4º, 5º e 6º desta Lei, e também por Políticas Sociais Básicas da Educação, Saúde, Recreação, Esporte, Cultura, Lazer, Profissionalização e outras, assegurando-se em todas elas o direito da criança e do adolescente à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, (ver arts. 4º, 15, 19 e 87, I do ECA).

Art. 3º) - Aos que dela necessitarem será prestada a assistência social, em caráter supletivo (art.87, II, ECA).

Parágrafo Único - É vedado à criação de programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas no Município sem a prévia concordância do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º) - Ficam criados no Município o serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligências, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão, (art.87, III, ECA).

Art. 5º) - Fica criado pela municipalidade o serviço de Identificação e Localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos (art. 87, IV, ECA).

Art. 6º) - O Município proporcionará a proteção jurídico-social aos que dela necessitarem por meio de entidades de defesa dos

direitos da criança e do adolescente (art. 87, V, ECA).

Art. 7º) - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedir normas para a organização e funcionamento dos serviços criados nos termos dos artigos 4º e 5º e 6º, desta Lei.

#### **TÍTULO II**

##### **DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO**

##### **CAPÍTULO I**

##### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 8º) - A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será garantida através dos seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA (art. 88, II, ECA).

II - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 88, IV, ECA).

III - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 132, ECA).

##### **CAPÍTULO II**

##### **DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

##### **SEÇÃO I**

##### **DA NATUREZA DO CONSELHO**

Art. 9º) - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMCAD, como órgão deliberativo, normativo, consultivo e controlador, em todos os níveis das ações da política de atendimento, nos termos dos artigos 204, 227 e 57 da Constituição Federal e do artigo 88, II, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo Único - Os atos normativos ou decisórios emanados do COMCAD, serão formalizados sob a denominação de Resolução.

##### **SEÇÃO II**

##### **DAS FUNÇÕES DO CONSELHO**

Art. 10) - São funções do COMCAD:

I - Formular a política municipal dos Direitos da criança e do adolescente, fixando prioridades para as ações de atendimento e para a aplicação de recursos do Fundo (art. 204, II, ECA);

II - Zelar para a execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizem;

III - Formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

IV - Estabelecer critérios formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no município, que possa afetar suas deliberações;

V - Receber denúncias, petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa ou entidade, por desrespeito aos direitos assegurados à criança e adolescente, dando-lhes o encaminhamento devido;

VI - Registrar as entidades não-governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, que mantenham programas de:

a) orientação e apoio sócio-familiar;

b) apoio sócio-educativo em aberto;

c) colocação familiar;

d) abrigo;

e) liberdade assistida;

f) semi-liberdade;

g) internação

Fazendo cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 90 e 91, ECA).

VII - Registrar os programas a que se refere o inciso anterior, das entidades governamentais que operem no município, fazendo cumprir as normas constantes do mesmo Estatuto (art. 90, parágrafo único, ECA);

VIII - Regulamentar, organizar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho Tutelar do município (art. 139, ECA).

IX - Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo Regimento Interno, declarar vago o cargo por perda de mandato, nas hipóteses previstas nesta Lei.

X - Elaborar e alterar o seu Regimento Interno, com a aprovação de 2/3 (dois terços) do total dos seus membros.

XI - Desempenhar quaisquer outras atividades, desde que compatíveis com as suas finalidades, para o mais perfeito esgotamento dos objetivos de sua instituição.

### SEÇÃO III

#### DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 11) - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado, para efeito de apoio político-administrativo, a Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, terá a seguinte composição:

I - Representantes da área governamental, titulares e suplentes, por indicação, e designados por Decreto pelo Prefeito Municipal:

a) - Secretaria de Educação;

b) - Departamento de Bem Estar Social;

c) - Departamento de Saúde;

d) - Departamento de Administração;

e) - Câmara de Vereadores;

f) - Rede Estadual de Educação

g) - Polícia Militar

h) - Polícia Civil

II - Representantes da área não governamental, titulares e suplentes, indicados pelas entidades, e designados através de Decreto pelo Prefeito Municipal:

a) - Associação Comunitária de Fragosos;

b) - Associação Comunitária de Bateias de Baixo;

c) - Fecampo - Fundação Educacional de Campo Alegre;

d) - Representantes das Igrejas Cristãs;

e) - Rotary Club;

f) - Lions Club;

g) - Associação de Moradores de Bairros;

h) - APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Art. 12) - O mandato dos Conselheiros é de 02 (dois) anos, facultada uma recondução, sendo o seu exercício considerado de interesse público, relevante e não remunerado (art. 89, ECA).

Parágrafo 1º - A limitação quanto à recondução não se aplica aos Conselheiros que exerçam cargos de confiança junto ao Poder Executivo Municipal.

Parágrafo 2º - Na ausência e nos impedimentos, os Conselheiros serão substituídos por seus suplentes.

### SEÇÃO IV

#### DA PERDA DO MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS

Art. 13) - O Conselheiro que, no exercício da titularidade, faltar a 02 (duas) reuniões consecutivas ou a 04 (quatro) alternadas, salvo justificção por escrito aprovada por maioria simples de seus pares, perderá seu mandato, vedada a recondução para o mesmo período.

Parágrafo 1º - Perdendo o mandato um Conselheiro, representante do órgão ou entidade governamental, o Chefe do Poder Executivo Municipal nomeará outro representante do mesmo órgão ou entidade e seu suplente, facultado o aproveitamento do suplente anterior.

Parágrafo 2º - No caso de perda de mandato de Conselheiro não governamental, a entidade indicará novo titular e suplente, facultado o aproveitamento do suplente anterior.

Parágrafo 3º - Excetuando a posse inicial dos primeiros Conselheiros, que será dado pelo Prefeito Municipal, em todos os demais casos de renovação de Conselheiros, estes tomarão posse perante seus pares.

Art. 14) - Aplicam-se aos integrantes do COMCAD os mesmos impedimentos previstos nesta Lei, para os membros do Conselho Tutelar.

Art. 15) - A representação do Conselho, será exercida por seu Presidente em todos os atos inerentes ao seu exercício.

**CAPÍTULO III****DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE****SEÇÃO I****DA CRIAÇÃO, NATUREZA E RECURSOS DO FUNDO**

Art. 16) - Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como captador e aplicador de recursos a serem utilizados, segundo as deliberações do Conselho dos Direitos, ao qual é vinculado (art. 88, IV, ECA).

Art. 17) - Os recursos do Fundo serão constituídos de:

I - Doação de contribuintes do Imposto de Renda e outros incentivos governamentais;

II - Dotação configurada anualmente na legislação orçamentária municipal;

III - Doações, auxílio, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais;

IV - Remuneração oriunda de aplicações financeiras;

V - Produto das aplicações dos recursos disponíveis e venda de materiais, publicações e eventos realizados;

VI - Receitas oriundas de multas aplicadas sobre infração que envolva criança e adolescente, respeitadas as competências das esferas governamentais e dos seus repasses ao município;

VII - Receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre município e entidades governamentais, que tenham destinação específica;

VIII - Outros recursos que lhe forem destinados.

**SEÇÃO II****DA GESTÃO DO FUNDO**

Art. 18) - Cabe ao gestor do Fundo:

I - Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União;

II - Registrar os recursos captados pelo município através de convênios ou por doações ao Fundo.

III - Manter, o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeitos do município, nos termos do Conselho de Direitos;

IV - Praticar todos os demais atos necessários à eficiente gestão do Fundo, de acordo com as normas em vigor.

Art. 19) - A escrituração contábil e financeira do Fundo, será elaborada pelos Departamentos de Contabilidade e Tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do Município de Campo Alegre - SC.

Parágrafo Único - O Secretário Municipal da Saúde e Bem Estar Social será o ordenador das despesas, respeitadas as diretrizes e o plano de aplicação dos recursos, aprovados pelo COMCAD.

**CAPÍTULO IV****DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE****SEÇÃO I****DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO**

Art. 20) - Fica criado o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão permanente, autônomo e não jurisdicional (vide art. 131, ECA).

Parágrafo 1º - Entende-se como de natureza funcional a autoridade do Conselho Tutelar, ou seja, em matéria técnica de sua competência, cabendo-lhe tomar decisões e aplicar medidas sem qualquer interferência externa.

Parágrafo 2º - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade Judiciária, se o pedir quem tenha legítimo interesse (art. 137, ECA).

Art. 21) - O Conselho Tutelar será composto de 05 (cinco) membros com mandato de 03 (três) anos, permitida uma reeleição (vide art. 132, ECA).

Art. 22) - Para cada Conselheiro Tutelar haverá no mínimo um suplente.

Art. 23) - Cabe ao Conselho Tutelar zelar, em nome da Comunidade Municipal, pelo atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (vide art. 131 e 136, ECA).

**SEÇÃO III****DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS**

Art. 24) - São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar (ver art. 133, ECA):

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Idade superior a 21 anos;

III - Residir no município de Campo Alegre SC;

IV - Reconhecida experiência no trato com a defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 25) - Todo o processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a responsabilidade do COMCAD e a fiscalização do Ministério Público.

Art. 26) - Atendido o disposto nesta Lei, o COMCAD definirá, por resolução, todo o processo de escolha, desde o registro das candidaturas, por chapas ou avulsas, na forma e prazo para impugnações, os atos preparatórios, o ato eleitoral, a apuração dos votos, a proclamação dos eleitos e a posse dos mesmos.

Parágrafo 1º - O COMCAD elegerá, respeitada a paridade, a Comissão de Escolha, dos membros do Conselho Tutelar, composta de 04 (quatro) integrantes, que fará afixar edital na portaria do Prédio da Prefeitura e fará publicá-lo em pelo menos 01 (um) jornal de grande circulação no município, até 30 (trinta) dias antes do pleito, abrindo prazo para a inscrição das candidaturas, fixando a data do pleito e o local de votação.

Parágrafo 2º - Cabe a Comissão de Escolha, organizar e coordenar todos os trabalhos, na forma desta Lei e das Resoluções do

**COMCAD.**

Parágrafo 3º - O Presidente da Comissão de Escolha, comunicará ao Promotor de Justiça da Comarca o início do processo de escolha, encaminhando-lhe cópia do Edital e a relação dos inscritos, para a fiscalização de que trata o artigo 139 da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo 4º - Em vista das elevadas responsabilidades do Conselho Tutelar e os prioritários interesses das crianças e dos adolescentes, a Comissão de Escolha deverá examinar a idoneidade do candidato, não só em declarações, atestados ou certidões formais, mas também por quaisquer outros meios de prova, em direitos admitidos, como documentos, testemunhos, perícias e outros, podendo determinar as diligências necessárias para elucidar aspecto relevante.

Parágrafo 5º - Das decisões da Comissão, nos casos de impugnação de candidaturas ou de votos, cabe recurso ao Plenário do COMCAD.

Parágrafo 6º - Incumbe ao COMCAD:

I - diplomar os eleitos e os seus suplentes;

II - comunicar o Prefeito Municipal para os atos de nomeação dos Conselheiros Tutelares eleitos;

III - dar posse aos eleitos no dia seguinte do encerramento do mandato de seus antecessores.

**SEÇÃO IV****DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS**

Art. 27) - O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar, consistirá serviço público, relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até julgamento definitivo (art. 135, ECA).

Art. 28) - O Conselho Tutelar elaborará o seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação do COMCAD.

Art. 29) - Constará da Lei Orçamentária Municipal, previsão de recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar (art. 134, parágrafo único ECA).

Art. 30) - O Chefe do Poder Executivo, ouvido o Conselho de Direitos e o Conselho Tutelar, providenciará local adequado para o seu funcionamento, bem como apoio de pessoal e outros meios.

Parágrafo 1º - O COMCAD fixará por resolução, ouvido o Conselho de Direitos e o Conselho Tutelar, os dias e horários em que este dará atendimento.

Parágrafo 2º - A Atuação do Conselho Tutelar, porém, será permanente, ou seja, contínua e ininterrupta, atendendo os casos urgentes em qualquer dia e horário, na forma de seu Regimento Interno.

Art. 31) - Para desempenho das funções de Conselheiro Tutelar será pago mensalmente honorários a seus membros, no efetivo exercício da função.

Parágrafo 1º - Os honorários previstos no caput do artigo é estipulado no valor fixo mensal de R\$.300,00 (trezentos reais), vedados acréscimos a qualquer título.

Parágrafo 2º - Os honorários previstos no parágrafo anterior, serão alterados na mesma época e nos mesmos índices que sofrerem a remuneração dos servidores públicos municipais.

Parágrafo 3º - O Conselho Tutelar perderá a parcela dos honorários dos dias e horários de atendimento em que faltar injustificadamente, devidamente controlados pelo COMCAD.

Parágrafo 4º - Os Conselheiros Tutelares não se classificam como servidores públicos municipais, não sendo regidos para qualquer efeito pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

**SEÇÃO V****DA PERDA DO MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS DOS CONSELHEIROS**

Art. 32) - Perderá automaticamente o mandato o Conselheiro Tutelar que for condenado por sentença irrecorrível pela prática de crime ou contravenção, ou que deixar de residir no Município de Campo Alegre.

Art. 33) - Poderá ainda, ser cassado o mandato do Conselheiro Tutelar em caso de grave desídia, no cumprimento dos deveres do cargo, apurando-se o fato através de inquérito administrativo, cuja instauração dependerá do voto da maioria absoluta dos membros do COMCAD e desde que haja votação favorável à cassação pela maioria qualificada de 2/3 (dois terços) do colegiado pleno, facultada ampla defesa.

Art. 34) - Em qualquer uma das hipóteses dos artigos anteriores, bem como, nos casos de morte ou renúncia, o COMCAD deverá declarar vago o cargo e convocar o respectivo suplente, no caso de chapas ou suplente mais votado, no caso de candidaturas avulsas.

Art. 35) - São impedidos de servir no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendente e descendente, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto e madrasta e enteado (art. 140, ECA).

Parágrafo Único - Entende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca (parágrafo único do art. 140, ECA).

**TÍTULO III****DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 36) - No prazo máximo de 30 (trinta) dias da publicação desta Lei, o Chefe do Poder Executivo Municipal nomeará e dará posse aos Conselheiros do COMCAD, indicado na forma do artigo 11, reunindo-se estes, no prazo de 15 (quinze) dias para eleger sua Diretoria, composta de: Presidente, Vice Presidente e Secretário e elaborar seu Regimento Interno.

Art. 37) - No prazo de até 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, realizar-se-á a eleição do novo Conselho Tutelar.

Parágrafo Único - As eleições subseqüentes dar-se-ão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias do término do mandato anterior.

Art. 38) - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 39) - Fica revogada a Lei Municipal nº2.278, de 02 de dezembro de 1.997, bem como as demais disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre,  
20 de setembro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.549 de 20 de Setembro de 2001**

LEI Nº 2.549 DE 20 DE SETEMBRO DE 2001

DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE AUDITORIA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o disposto nos artigos 18 da Lei Federal 8.080 de 19 de setembro de 1990, no artigo 6º da Lei Federal 8.689 de 27 de julho de 1993, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Sistema Municipal de Auditoria (SMA/SUS), que obedecerá às normas gerais fixadas pela União e ao disposto nesta Legislação.

Art.2º) Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - AUDITORIA: ato pelo qual o servidor, no exercício da atividade de controle das ações e serviços de saúde do SUS, fiscaliza a contabilidade das pessoas físicas e das pessoas jurídicas que integram ou participam do SUS, visando à verificação da exatidão e regularidade das contas apresentadas, e realiza auditorias técnicas em relação às informações constantes de documentos técnicos e contábeis do SUS.

II - CONTROLE: Ato pelo qual o servidor analisa as atividades e serviços de saúde, prestados pelas unidades públicas e privadas vinculadas ao SUS, em relação aos planos, programas, metas e normas estabelecidas, considerando a produção, o desempenho, as mudanças ocorridas e o grau de resolutividade das ações e dos serviços executados no âmbito do SUS.

III - AVALIAÇÃO: Ato pelo qual o servidor determina a qualidade e a pertinência das atividades e serviços, através da análise da veracidade das informações em saúde prestadas pelos gestores do SUS e pelas pessoas físicas ou jurídicas que participam do SUS de forma complementar, comparando o desempenho e os seus resultados com os respectivos parâmetros tecnicamente definidos.

Art.3º) O Sistema Municipal de Auditoria do SUS, coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, compreende o conjunto de órgãos da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social que exercem a fiscalização e o controle técnico-científico e a avaliação do desempenho, DA eficiência, da qualidade e da resolutividade das ações e serviços do SUS, em âmbito municipal.

( 1º - A execução da auditoria do SUS será realizada por servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, referendados pelo Secretário de Estado da Saúde para exercício desta função.

( 2º - A auditoria prevista no CAPUT e no ( 1º se fará sem prejuízo da fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas do Estado, pelo

Poder Legislativo Municipal e pelos órgãos de Controle Interno, na forma do disposto na Constituição Federal, na Constituição do Estado e da Lei Orgânica Municipal.

( 3º - A fim de preservar a liberdade do exercício das funções de auditor do SUS, o Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social encaminhará ao Conselho Municipal de Saúde (CMS) o nome dos servidores designados para o exercício da função de auditor, obrigando-se a comunicar ao CMS a cessação da designação, em ato fundamentado.

( 4º - A Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, habilitará servidores na função de auditores do SUS, observadas as orientações da Secretaria de Estado da Saúde, sendo os mesmos pertencentes ao Quadro de Servidores Efetivos da Secretaria Estadual e Municipal, sem remuneração específica para exercer a referida função..

Art.4º) As atividades de auditoria contábil, financeira e patrimonial e de auditoria e de avaliação de desempenho, eficiência, qualidade e resolutividade das entidade públicas e privadas que integram o SUS do Municípios compreendem:

I - a avaliação dos serviços de saúde sob gestão do Município (os próprios, os transferidos e os contratados e conveniados com o setor privado);

II - a avaliação da execução do Plano Municipal de Saúde;

( 1º - A Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social obrigase a encaminhar à Secretaria de Estado da Saúde, anualmente, após aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde, o relatório de gestão, visando a verificação da conformidade, à programação aprovada, da aplicação dos recursos repassados pelo Estado e União ao município.

( 2º - A fiscalização contábil, financeira e patrimonial das entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, contratadas ou conveniadas pelo Estado, será executada mediante análise dos documentos de atendimento ambulatorial, das guias de autorização de internação hospitalar - AIH'S, e fiscalização operacional in loco.

( 3º - A avaliação de desempenho, eficiência, qualidade e resolutividade das entidades públicas e das entidade privadas, contratadas e conveniadas será feita mediante análise dos prontuários de atendimento individual do usuário, instrumentos próprios dos sistemas de informação ambulatorial e hospitalar, supervisão in loco e outros meios que se fizerem necessários.

Art.5º) O relatório de gestão é composto dos seguinte documentos:

I - programação e execução orçamentária dos projetos, planos e atividades previstos nos planos de saúde;

II - resultados alcançados quanto à execução e prestação de serviços de saúde, e aos investimentos;

III - demonstração do quantitativo de recursos financeiros próprios alocados ao setor saúde, bem como dos recursos recebidos de outras instâncias do SUS; e

IV - outros documentos que venham a ser julgados prioritários pelos órgãos colegiados do SUS.

Art.6º) É vedado ao servidor designado para o exercício da função de auditor:

I - Manter vínculo empregatício com a entidade contratada ou conveniada objeto de auditoria.

II - auditar e avaliar entidade onde preste serviço na qualidade de profissional autônomo;

III - ser proprietário, dirigente, acionista, sócio quotista ou particular, de qualquer forma, de entidade objeto da auditoria ou avaliação.

IV - o disposto no sub-ítem anterior se aplica ao servidor que tiver relação de parentesco com as pessoas ali mencionadas, na condição de pai, filho ou cônjuge.

Art.7º) Comprovada irregularidade na aplicação dos recursos do SUS a Secretaria Municipal de Saúde mandará apurar os fatos, através de sindicância administrativa, a qual encaminhada no prazo máximo de sessenta dias à Secretaria de Estado da Saúde.

Art.8º) O Conselho Municipal de Saúde poderá solicitar a realização de auditoria especial quando houver motivo que a justifique.

Art.9º) O Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social apresentará, semestralmente, ao Conselho Municipal de Saúde e, sempre que necessário, em audiência pública na Câmara Municipal, para análise e ampla divulgação, relatório contendo, dentre outros, os dados sobre o montante e a fonte de recursos aplicados, as auditorias concluídas ou iniciadas no período, bem como sobre a oferta e produção dos serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada.

Art.10º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta do Orçamento Vigente da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social e do Fundo Municipal de Saúde.

Art.11º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.268 de 16 de Setembro de 1997.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
20 de setembro de 2001  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.550 de 25 de Setembro de 2001**

LEI Nº 2.550 DE 25 DE SETEMBRO DE 2001  
DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE ITEM NO ANEXO I DA LEI  
MUNICIPAL Nº 2.471 DE 30 DE JUNHO DE 2000

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluído item no Anexo I da Lei Municipal nº 2.471 de 30 de junho de 2000, Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, passando a vigorar com a seguinte redação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Reformas e Construções

- Ampliação da Unidade sanitária (sede);

- Desenvolvimento do projeto de Rede de Esgoto para o centro e bairros.

- Implantação de sistema de água nas localidades de Bateias de Cima, Lageado e São Miguel (alto São Miguel).

Equipamentos

- Aquisição de um equipo Odontológico para o Posto de Saúde Central;

- Um automóvel com 05 lugares;

- Aquisição de uma Ambulância.

Recursos Humanos

- Médico Pediatra

Art.2 º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
25 de setembro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 de  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.551 de 25 de Setembro de 2001**

LEI Nº 2.551 DE 25 DE SETEMBRO DE 2001.  
AUTORIZA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a Celebrar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde, Gestora do Fundo Estadual de Saúde e o Município de Campo Alegre, com objetivo a transferência de recursos financeiros destinados a aquisição de uma ambulância.

Art.2º) O Termo de Convênio referido no Artigo 1º, faz parte integrante desta Lei.

Art.3º) As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 05.01.2022-4120

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de setembro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal



GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.552 de 25 de Setembro de 2001**

LEI Nº 2.552 DE 25 DE SETEMBRO DE 2001  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito  
Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), afim de  
suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento/Material Permanente ....R\$ 15.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, cor-  
rerá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orça-  
mento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência

9990.00 - Reserva de Contingência .....R\$ 15.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de setembro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.553 de 25 de Setembro de 2001**

LEI Nº 2.553 DE 25 DE SETEMBRO DE 2001  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito  
Suplementar no valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos  
reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento  
Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0501 - Divisão de Assistência a Saúde

13.75.428.2022 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....R\$ 11.500,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, cor-  
rerá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de setembro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.554 de 25 de Setembro de 2001**

LEI Nº 2.554 DE 25 DE SETEMBRO DE 2001  
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO INSTITUTO DE PREVI-  
DÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO  
ALEGRE - IPRECAL PARA  
O EXERCÍCIO DE 2.001

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina;  
faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores apro-  
va e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o - O Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores  
Públicos do Município de Campo Alegre - IPRECAL, para o exercí-  
cio de 2.001 Estima a Receita em R\$ 159.000,00 (cento e cinqüen-  
ta e nove mil reais) e Fixa a Despesa em R\$ 14.100,00 (quatorze  
mil e cem reais) produzindo um superávit de R\$ 144.900,00 (cento  
e quarenta e quatro mil e novecentos reais).

Art. 2o - A Receita será mediante a arrecadação de rendas, con-  
tribuições e encargos moratórios, na forma da legislação vigente,

discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$ 159.000,00
1.1 Receita de Contribuições	R\$ 157.000,00
1.2. Receita Patrimonial	R\$ 1.000,00
1.3. Outras Receitas Correntes	R\$ 1.000,00
TOTAL	R\$ 159.000,00

Art. 3º - A despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
03 - Administração e Planejamento	R\$ 10.000,00
15 - Assistência e Previdência	R\$ 4.100,00
99 - Reserva de Contingência	R\$ 144.900,00
TOTAL	R\$ 159.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	
DESPESAS CORRENTES	R\$ 11.800,00
Despesas de Custeio	R\$ 7.700,00
Pessoal	R\$ 100,00
Material de Consumo	R\$ 500,00
Serviços de Terceiros e Encargos	R\$ 7.100,00
Transferências Correntes	R\$ 4.100,00
Transferências a Pessoas	R\$ 4.100,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 2.300,00
Investimentos	R\$ 2.300,00
Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.300,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 144.900,00
TOTAL	R\$ 159.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência que representam o superávit do Orçamento do IPRECAL, poderão ser destinados, no máximo 10% (dez por cento), a suplementar, através da aprovação do Conselho Fiscal e Administrativo e por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, as Dotações que apresentarem deficiência no decorrer da execução orçamentária.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento ou sub-elemento de despesa para outros, dentro da mesma categoria de programação.

Art. 6º - Em obediência ao princípio da unidade orçamentária este orçamento integrará o orçamento geral do Município aprovado pela Lei nº 2.493 de 13 de dezembro de 2000.

Art. 7º - A presente Lei vigorará a partir da sua publicação até 31/12/2001.

Art. 8º - Fica revogada a Lei nº 2.544 de 31 de agosto de 2001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de setembro de 2001.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.555 de 25 de Setembro de 2001

LEI Nº 2.555 DE 25 DE SETEMBRO DE 2001

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
EXCESSO DE ARRECADADO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 69.560,00 (sessenta e nove mil e quinhentos e sessenta reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
0302 - Divisão de Tesouro  
03.08.033.2008 - Encargos e Amortização de Dívidas  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferências Correntes  
3260.00 - Encargos da Dívida Interna  
3261.00 - Encargos da Dívida Pública .....R\$ 6.000,00  
0303 - Divisão de Controle Fazendário  
03.08.030.2009 - Manutenção das Atividades Financeiras  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Civil .....R\$ 15.600,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 3.000,00  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3251.00 - Inativos  
3253.00 - Salário Família .....R\$ 60,00  
4000.00 - Despesas de Capital  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....R\$ 600,00  
0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
08.42.188.2011 - Gestão Administrativa da Educação  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3251.00 - Inativos .....R\$ 5.400,00  
3252.00 - Pensionistas .....R\$ 100,00  
0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
08.42.188.2017 - Desenv. Ensino Fundamental Valorização Magistério  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3253.00 - Salário Família .....R\$ 1.400,00  
0403 - Divisão de Ensino Infantil  
08.41.185.2018 - Manutenção das Atividades de Creches  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo .....R\$ 1.000,00  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3253.00 - Salário Família .....R\$ 500,00  
0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
 15.81.486.2025 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3100.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Civil .....R\$ 6.900,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 1.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3251.00 - Inativos .....R\$ 3.000,00  
 0700 - Secretaria Munic. de Planej. Urbano Ob. Transp. Serv. Públicos  
 0701 - Divisão de Planejamento Urbano e Obras  
 10.60.325.2030 - Gestão Administrativa do Órgão  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 20.000,00  
 0702 - Divisão de Transportes  
 16.88.020.2032 - Reforma e Manutenção dos Veículos e Máquinas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo .....R\$ 5.000,00  
 TOTAL .....R\$ 69.560,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso da Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 25 de setembro de 2001.  
 RENATO BAHR  
 Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 26416/1999  
 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.556 de 02 de Outubro de 2001

LEI Nº 2.556 DE 02 DE OUTUBRO DE 2001  
 AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE A RECEBER BENS EM DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação da empresa TIGRE S.A - Tubos e Conexões, situada na Rua dos Bororos, 84 - Distrito Industrial, na cidade de Joinville/SC, os bens abaixo relacionados e avaliados:

QUANT.	DESCRIÇÃO	AValiação
01	Tubo PVC 15 JE DN 100/DE 110 MM	R\$ 52,30
01	Tubo PVC 15 JE DN 75/ de 85 MM	R\$ 31,50
155	Tubo PVC 15 JE DN 50/ de 60 MM	R\$ 2.391,65
01	Redução PVC JE PB de 110/ x 85	R\$ 5,86
01	Redução PVC JE PB de 85 x 60	R\$ 2,70
03	Anéis JE DN 100/ DE 110	R\$ 2,04

03 Anéis JE DN 75/ de 85 R\$ 1,74  
 160 Anéis JE DN 50/de 60 R\$ 44,80  
 TOTAL R\$ 2.532,59

reais), de Tijucas à Campo Alegre.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 em 02 de outubro de 2001.

RENATO BAHR  
 Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
 em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.557 de 15 de Outubro de 2001

LEI Nº 2.557 DE 15 DE OUTUBRO DE 2001  
 DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2002/2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Campo Alegre para o quadriênio 2002/2005, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso no Anexo Único desta Lei.

Art.2º) - As Planilhas que compõe o Plano Plurianual, representadas no Anexo Único, referido no Art. 1º desta Lei, serão estruturadas em programa, diagnóstico, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

Art.3º) - Os valores constantes das planilhas poderão ser atualizados em cada exercício de vigência do Plano Plurianual, por ato do Chefe do Poder Executivo, com base na variação acumulada do INPC de janeiro a dezembro do exercício imediatamente anterior.

Art.4º) - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênios com Organismos Públicos da Esfera: Estadual, Federal, Internacional, Iniciativa Privada e Entidades não Governamentais.

Art.5º) A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de projeto de Lei específico.

Art.6º) - A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias e de suas metas que envolvam recursos do orçamento municipal seguirão as diretrizes da Lei Orçamentária anual.

Art.7º) - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar indicadores de programas e a incluir, excluir ou alterar ações e suas respectivas metas, sempre que tais modificações não requeiram mudança no orçamento do Município.

Art.8º) O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art.9º) As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas do Anexo Único desta Lei.

Art.10) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem Lei que autorize sua inclusão.

Art.11) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.12) - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de outubro de 2001.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

GERALDO CARLOS GROSSKOPF  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999  
em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

1.01 PROGRAMA: PROCESSO LEGISLATIVO

DIAGNÓSTICO: LEGISLATIVO MUNICIPAL

O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE COMPÕE-SE DE NOVE VEREADORES E O QUADRO DE SERVIDORES DA CÂMARA É O SEGUINTE: 01 ASSESSOR JURÍDICO E 01 DIRETOR GERAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, 01 AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E 01 TÉCNICO CONTÁBIL EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, A CÂMARA POSSUI A SEDE EM IMÓVEL DE SUA PROPRIEDADE, POSSUI AUTONOMIA FINANCEIRA E CONTÁBIL.

DIRETRIZES: CRIAR MEIOS DE CUMPRIR COM MAIOR EFICIÊNCIA, QUALIDADE E CELERIDADE AS FUNÇÕES DA CÂMARA, TAIS COMO LEGISLAR, FISCALIZAR, JULGAR E ADMINISTRAR, EXECUTANDO AS ATRIBUIÇÕES DO PODER LEGISLATIVO. REFORMAR E AMPLIAR O PRÉDIO ONDE SE ENCONTRA INSTALADA, REFORMAR A ESTRUTURA INTERNA DE SUAS DEPENDÊNCIAS, ADQUIRIR MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E SONORIZAÇÃO MODERNOS. ADQUIRIR UM VEÍCULO, MÓVEIS, EQUIPAMENTOS PERMANENTES. APERFEIÇOAR OS CONHECIMENTOS DOS VEREADORES E SERVIDORES. AMPLIAR O ACERVO DE SUA BIBLIOTECA E AMPLIAR O QUADRO FUNCIONAL.

OBJETIVOS: APERFEIÇOAR AS ATIVIDADES DA CÂMARA E AMPLIAR A SUA ESTRUTURA FÍSICA E REALIZAR SUAS FUNÇÕES COM MAIOR CELERIDADE.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
Despesas para desempenho das atividades do Poder Legislativo					
1.01.00 PESSOAL CIVIL					
1.01.01 Remuneração Fixa dos Vereadores - Sessões Ordinárias	Remuneração	Sessão	160	350.000,00	Suprimentos
1.01.02 Remuneração dos Vereadores - Sessões Extraordinárias	Indenização	Sessão	24	34.133,75	Suprimentos
1.01.03 Remuneração dos servidores estatutários efetivos	Remuneração	Unidade	2	54.299,70	Suprimentos
1.01.04 Remuneração dos servidores comissionados	Remuneração	Unidade	2	120.802,36	Suprimentos
1.01.05 Ampliação do Quadro Funcional - Previsão da remuneração	Remuneração	Unidade	1	24.000,00	Suprimentos
1.01.06 Diárias	Indenização	Vereador/Serv.	102	13.500,00	Suprimentos
1.02.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS					
1.02.01 Sobre Remuneração Fixa dos Vereadores - Sessões Ordinárias	Encargos	Sessão	9	73.500,00	Suprimentos
1.02.02 Sobre Remuneração dos Vereadores - Sessões Extraordinárias	Encargos	Sessão	9	7.168,08	Suprimentos
1.02.03 Sobre Remuneração dos servidores estatutários efetivos	Encargos	Sessão	2	9.773,95	Suprimentos
1.02.04 Sobre Remuneração dos servidores comissionados	Encargos	Unidade	2	5.368,50	Suprimentos
1.02.05 Sobre Ampliação do Quadro Funcional - Previsão dos encargos	Encargos	Unidade	2	4.320,00	Suprimentos
1.03.00 MATERIAL DE CONSUMO					
1.03.01 Combustível	Gasolina	Litros	9536	17.546,29	Suprimentos
1.03.02 Aquisição de material de consumo	Materiais	Unidade	-	24.317,66	Suprimentos
1.04.00 SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS					
1.04.01 Contratação de serviços	Serviços	Unidade	15	7.000,00	Suprimentos
1.04.02 Reforma Interna do prédio	Serviços	Sala	8	26.451,84	Suprimentos
1.05.00 OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS					
1.05.01 Participação (vereadores/servid) em cursos, seminários, Congres, et.	Cursos	Unid/Vere-	12	15.000,00	Suprimentos
1.05.02 Gastos com fornecimento de Água	Serviços	ad/Ser	48	1.599,55	Suprimentos
1.05.03 Gastos com fornecimento de Luz	Serviços	Meses	48	4.841,49	Suprimentos
1.05.04 Gastos com uso do telefone	Serviços	Meses	48	8.056,44	Suprimentos
1.05.05 Pagamento serviços IPM (Contabilidade/Folha)	Serviços	Meses	48	13.837,30	Suprimentos
1.05.06 Pagamento Serviços Betha (Legislação)	Serviços	Meses	48	11.947,56	Suprimentos
1.05.07 Pagamento Serviços Internet	Serviços	Meses	48	1.605,86	Suprimentos
1.05.08 Pagamento serviços de Publicação	Serviços	Meses	48	25.693,66	Suprimentos
1.05.09 Seguro do Veículo	Serviços	Meses	1	4.000,00	Suprimentos
1.06.00 APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES					
1.06.01 Bolsas de estudos e similares	Melhoria	Veículo	4	15.000,00	Suprimentos
1.07.00 CONTRIBUIÇÕES CORRENTES					
1.07.01 Contribuições	Assessoria	Estudante	48	13.000,00	Suprimentos
1.08.00 DESPESAS DE CAPITAL, DECORRENTES DE INVESTIM.					
1.09.00 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE					
1.09.01 Aquisição de livros	Livros	Meses	70	2.776,00	Suprimentos
1.09.02 Aquisição de equipamento de sonorização	Equipamentos	unidade	3	3.000,00	Suprimentos
1.09.03 Aquisição de veículo	Veículos	unidade	1	23.500,00	Suprimentos
1.09.04 Aquisição de equipamentos de informática	Equipamentos	unidade	20	15.000,00	Suprimentos
1.09.05 Aquisição de móveis	Mobília	unidade	6	10.000,00	Suprimentos
1.09.06 Aquisição de persianas	Cortinas	unidade	6	4.000,00	Suprimentos
1.09.07 Aquisição de telefone convencional, fax e celular	Telefone	unidade	4	1.000,00	Suprimentos
1.09.08 Instalação de ar-condicionado central	Equipamento	Unidade	1	20.000,00	Suprimentos
1.09.09 Aquisição de máquina fotográfica digital	Equipamento	unidade	1	3.000,00	Suprimentos
1.09.10 Aquisição de Televisão e vídeo cassete	Equipamento	unidade	2	1.700,00	Suprimentos
1.09.11 Aquisição de linha telefônica	Equipamento	unidade	1	80,00	Suprimentos
1.09.12 Aquisição de cofre	Equipamento	unidade	1	1.200,00	Suprimentos
1.09.13 Aquisição de aquecedor	Equipamento	unidade	1	500,00	Suprimentos
1.10.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Res. Conting.	unidade	-	19.480,01	Suprimentos
TOTAL GERALcorrigido conforme índices em vigor) R\$ 992.000,00					

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

GABINETE DO PREFEITO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

2.01 - PROGRAMA

PESSOAL GABINETE

DIAGNOSTICO: NO GABINETE DO PREFEITO ESTÃO LOTADOS: PREFEITO, CHEFE DE GABINETE, ASSESSOR JURÍDICO E ASSESSOR DE IMPRESSA.



DIRETRIZES: SALARIOS E PROVENTOS

OBJETIVOS: PAGAMENTO DE SALÁRIOS PROVENTOS E ENCARGOS SOCIAIS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
2.01.01 Salários	Servidor	Unidade	48		
2.01.02 13º Salário	Servidor	Unidade	4	547.727,81	Rec. Próprios
2.01.03 1/3 Férias	Servidor	Unidade	4	17.793,72	Rec. Próprios
2.01.04 INSS	Servidor	Unidade	4	5.931,26	Rec. Próprios Rec.
2.01.05 IPRECAL	Servidor	Unidade	48	52.494,06	Próprios
				5.487,63	Rec. Próprios
TOTAL				629.434,48	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

GABINETE DO PREFEITO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

2.02 PROGRAMA:

MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

DIAGNOSTICO: A ESTRUTURA DE GABINETE DO PREFEITO COMPREENDE O PREFEITO, VICE-PREFEITO, ASSESSORIA JURÍDICA, ASSESSORIA DE IMPRESSA E CHEFIA DE GABINETE.

DIRETRIZES: ELABORAÇÃO DE LEGISLAÇÃO NECESSÁRIA À GESTÃO, ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO, PUBLICAÇÃO DO ATOS ADMINISTRATIVOS, DEFESA DO INTERESSE DO MUNICÍPIO, PLANEJAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO.

OBJETIVOS: PRATICAR O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA, MELHORAR PLANEJAMENTO E O CONTROLE DOS ATOS DE ADMINISTRAÇÃO.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
2.02.01 - Manutenção da estrutura do Gabinete	Servidor	Unidade	48	148.000.00	Recursos Próprios
2.02.02 - Subvenções p/ associações e entidades diversas	Entidades	Unidade	Várias	54.000.00	Recursos Próprios
2.02.03 - Aquisição de Veículo e Equipamentos	Veic./Equip.	Peças	1/vários	103.000.00	Recursos Próprios
TOTAL				297.000.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

3.01 - PROGRAMA:

PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DIAGNOSTICO: NESTA SECRETARIA ESTÃO LOTADOS 1 SECRETARIO MUNICIPAL E 25 SERVIDORES

DIRETRIZES: SALÁRIO E PROVENTOS

OBJETIVOS: PAGAMENTO DE SALÁRIOS, PROVENTOS E ENCARGOS SOCIAIS



AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
3.01.01.0 ADMINISTRAÇÃO					
3.01.01.1 Salários	Servidor	Unidade	48	720.951,21	Recursos Próprios
3.01.02.2 13º Salários	Servidor	Unidade	4	51.080,69	Recursos Próprios
3.01.03.3 1/3 Férias	Servidor	Unidade	4	16.919,44	Recursos Próprios
3.01.04.4 INSS	Servidor	Unidade	48	27.142,13	Recursos Próprios
3.01.05.4 IPRECAL	Servidor	Unidade	48	73.034,22	Recursos Próprios
3.01.06.5 FGTS	Servidor	Unidade	48	3.331,23	Recursos Próprios
3.01.07.6 Salário Família	Servidor	Unidade	48	78.977,89	Recursos Próprios
3.01.08.7 Inativos	Servidor	Unidade	48	3.158,02	Recursos Próprios
3.01.02.0 FINANÇAS					
3.01.02.1 Salários	Servidor	Unidade	48	321.582,70	Recursos Próprios
3.01.02.2 13º Salários	Servidor	Unidade	4	26.798,56	Recursos Próprios
3.01.02.3 1/3 Férias	Servidor	Unidade	4	8.932,86	Recursos Próprios
3.01.02.4 INSS	Servidor	Unidade	48	0,00	Recursos Próprios
3.01.02.5 IPRECAL	Servidor	Unidade	48	33.841,35	Recursos Próprios
3.01.02.6 FGTS	Servidor	Unidade	48	0,00	Recursos Próprios
3.01.02.7 Salário família	Servidor	Unidade	48	174.817,46	Recursos Próprios
3.01.02.8 Inativos	Servidor	Unidade	48	1.226,45	Recursos Próprios
TOTAL				1.541.794,22	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PLANO PLURIANUAL 2002/2005

## 3.02 PROGRAMA

COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

DIAGNOSTICO: A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA COMPREENDE: DIVISÃO DE PATRIMÔNIO, COMPRAS, PESSOAL, TESOUREARIA, TRIBUTAÇÃO, PROTOCOLO E ARQUIVO

DIRETRIZES: ADEQUAR E MODERNIZAR

OBJETIVOS: TORNAR O SETOR MAIS ÁGIL E EFICIENTE

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
3.02.01 Manutenção da Atividade Administrativa					
3.02.02 Informatização Administrativa	Manutenção	Unidade		789.000,00	Rec. Próprios
3.02.03 Aquisições Microcomputadores	Micro	Conjuntos	05	10.000,00	Rec. Próprios
3.02.04 Atualização e Modernização	Micro	Conjuntos	06	6.000,00	Rec. Próprios
3.02.05 Reposição de Peças Danificadas	Peças	Unidades	Varias	20.000,00	Rec. Próprios
3.02.06 Aquisição/Locação Software Básicos e Administrativos	Software	Sistemas	Vários	20.000,00	Rec. Próprios
3.02.07 Mobiliário					
3.02.08 Modernização e Reposição	Mobília	Unidades	07	5.000,00	Rec. Próprios
3.02.09 Equipamento de Expediente					
3.02.10 Aquisição e Reposição ( Telefone, Calculadora, ,Maquina Escrever e Outros)	Equiptos.	Unidades	Vários	8.600,00	Rec. Próprios
3.02.11 Capacitação Servidores					
Cursos/Treinamentos/Aperfeiçoamento	Servidor	Unidade	40	12.000,00	Rec. Próprios
3.02.12 Gerência Patrimônio Publico Municipal					
3.02.13 Criação de Comissão Reavaliação e Baixas	Comissão	Unidade	001	3.000,00	Rec. Próprios
3.02.14 Desapropriações Diversas					
3.02.15 Veículos Automotivos					
3.02.16 Veiculo Tipo Popular	Veículo	Unidade	001	16.000,00	Rec. Próprios
3.02.17 Digitalização de Documentos				2.000,00	Rec. Próprios
3.02.18 Realização de Concursos Públicos				10.000,00	Rec. Próprios
3.02.19 Manutenção de Linhas e Central Telefônica				6.121,00	Rec. Próprios
3.02.20 Contribuição a AMUNESC				112.000,00	Rec. Próprios
3.02.21 Contribuição para Formação do PASEP				274.000,00	Rec. Próprios
3.02.22 Acordos e Convênios com Entidades Diversas				40.000,00	Rec. Próprios
3.02.23 Atualização Permanente do Cadastro Imobiliário/Mobiliário				2.000,00	Rec. Próprios
3.02.24 Programa de Premiação do Pagamento IPTU				2.000,00	Rec. Próprios

3.02.25 Programa de Incentivos Expedição de Notas Fiscais				2.000,00	Rec. Próprios
3.02.26 Informatização					
3.02.27 Aquisição de Microcomputadores	Micro Micro Peças	Unidades	01	8.000,00	Rec. Próprios
3.02.28 Atualização e Modernização		Unidades	04	16.000,00	Rec. Próprios
3.02.29 Reposição de Peças Danificadas		Unidades	Várias	16.000,00	Rec. Próprios
3.02.30 Aquisição e Locação de Software Básicos e Administrativos					Rec. Próprios
3.02.31 Mobiliário					
3.02.32 Modernização e Reposição	Mobília	Unidades	06	6.000,00	Rec. Próprios
3.02.33 Aquisição e Reposição (Fone, Calculadora, Maquina Escrever E Outros)	Equipamentos	Unidades	Vários	8.000,00	Rec. Próprios
3.02.34 Veículos Automotivos					
3.02.35 Veiculo Tipo Popular	Veículo	Unidade	01	16.000,00	Rec. Próprios
3.02.36 Motocicleta	Moto	Unidade	01	3.900,00	Rec. Próprios
TOTAL				1.413.621,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PLANO PLURIANUAL 2002/2005

3.03 PROGRAMA  
RESTAURAÇÃO DO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL

DIAGNOSTICO: PRÉDIO LOCALIZADO DE FRONTE A PRAÇA "EUGÊNIO TABBERT"

DIRETRIZES: CONSERVAÇÃO E EMBELEZAMENTO DO PATRIMONIO PÚBLICO

OBJETIVOS: MANTER O PRÉDIO EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO, PRESERVANDO O CONJUNTO ARQUITETONICO E HISTORICO.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
3.03.01 Reforma e Jardinagem					
3.03.02 Reforma e Embelezamento do Prédio	Prédio	Unidade	1	30.000.00	Recursos Próprios
3.03.03 Jardinagem/Embelezamento da Praça	Praça	Unidade	4	4.000.00	Recursos Próprios
3.03.04 Aquisição de uma área de terra para Construção da Nova Prefeitura	Construção	Unidade	01	50.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				84.000.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

3.04 PROGRAMA  
ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DAS DIVIDAS

DIAGNOSTICO: NESTE PROGRAMA ESTÃO GLOBALIZADAS AS DESPEZAS QUE , PELA SUA NATUREZA, NÃO PODEM SER ASSOCIADAS A UM BEM OU SERVIÇO A SER GERADO NO PROCESSO PRODUTIVO CORRENTE, COMO DIVIDAS.

DIRETRIZES: PAGAMENTO MENSAL DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS.

OBJETIVOS: GARANTIR QUE OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS POSSAM SER CUMPRIDOS INTEGRAMENTE.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
3.4.01.1 BADESC	Rua Obras	Unidade	12	420,00	Recursos Próprios
3.4.01.2 Continuação Rua Getúlio Vargas		Unidade	17	255.000,00	
3.4.01.3 Rodoviária/Calçada/ Asfaltos					
TOTAL				255.420.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

4.01 PROGRAMA:

PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DIAGNOSTICO: ESTAO LOTADOS NESTA SECRETARIA MUNICIPAL 130 SERVIDORES

OBJETIVOS: PAGAMENTO DE SALARIOS, PROVENTOS E ENCARGOS SOCIAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
4.01.1.0 APOIO ADMINISTRATIVO					
4.01.1.1 Salários	Servidor	Unidade	48	274.496.74	Recursos Próprios
4.01.1.2 13º Salários	Servidor	Unidade	4	13.762.13	Recursos Próprios
4.01.1.3 1/3 Férias	Servidor	Unidade	4	4.587.34	Recursos Próprios
4.01.1.4 INSS	Servidor	Unidade	48	30.985.25	Recursos Próprios
4.01.1.5 IPRECAL	Servidor	Unidade	48	22.460.31	Recursos Próprios
4.01.1.6 FGTS	Servidor	Unidade	48	4.795.37	Recursos Próprios
4.01.1.7 Inativos	Servidor	Unidade	48	0.00	Recursos Próprios
4.01.1.8 Salário Família	Servidor	Unidade	48	631.60	Recursos Próprios
4.01.2.0 ENSINO FUNDAMENTAL					
4.01.2.1 Salários	Servidor	Unidade	48	2.099.030.57	FNDE
4.01.2.2 13º Salários	Servidor	Unidade	4	162.568.13	FNDE
4.01.2.3 1/3 Férias	Servidor	Unidade	4	54.489.38	FNDE
4.01.2.4 INSS	Servidor	Unidade	48	48.514.79	FNDE
4.01.2.5 IPRECAL	Servidor	Unidade	48	318.985.39	FNDE
4.01.2.6 FGTS	Servidor	Unidade	48	18.481.84	FNDE
4.01.2.7 Inativos	Servidor	Unidade	48	186.002.83	FNDE
4 4.01.2.8 Salário Família	Servidor	Unidade	48	3.105.38	FNDE
4.01.3.0 CRECHE					
4.01.3.1 Salários	Servidor	Unidade	48	798.448.46	Recursos Próprios
4.01.3.2 13º Salários	Servidor	Unidade	4	63.111.85	Recursos Próprios
4.01.3.3 1/3 Férias	Servidor	Unidade	4	21.037.24	Recursos Próprios
4.01.3.4 INSS	Servidor	Unidade	48	9.569.65	Recursos Próprios
4.01.3.5 IPRECAL	Servidor	Unidade	48	134.528.21	Recursos Próprios
4.01.3.6 FGTS	Servidor	Unidade	48	3.645.71	Recursos Próprios
4.01.3.7 Inativos	Servidor	Unidade	48	0.00	Recursos Próprios
4.01.3.8 Salário Família	Servidor	Unidade	48	13.895.27	Recursos Próprios
4.01.4.0 PRÉ-ESCOLAR					
4.01.4.1 Salários	Servidor	Unidade	48	250.674.69	Recursos Próprios
4.01.4.2 13º Salários	Servidor	Unidade	4	19927.25	Recursos Próprios
4.01.4.3 1/3 Férias	Servidor	Unidade	4	6.642.39	Recursos Próprios
4.01.4.4 INSS	Servidor	Unidade	48	13651.97	Recursos Próprios
4.01.4.5 IPRECAL	Servidor	Unidade	48	31.129.52	Recursos Próprios
4.01.4.6 FGTS	Servidor	Unidade	48	5.200.41	Recursos Próprios
4.01.4.7 Inativos	Servidor	Unidade	48	0.00	Recursos Próprios
4.01.4.7 Salário Família	Servidor	Unidade	48	3157.92	Recursos Próprios
TOTAL				4.617.217.59	

REFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

04.02 PROGRAMA

ATENDIMENTO AO ENSINO FUNDAMENTAL

DIAGNÓSTICO: A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CONTA ATUALMENTE COM 24 ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, ATENDENDO 819 ALUNOS. O CORPO DOCENTE É FORMADO POR 52 PROFESSORES, TENDO COMO PESSOAL DE APOIO, 27 MERENDEIRAS, UMA NUTRICIONISTA, UMA FONOAUDIÓLOGA, DOIS MOTORISTAS, ALÉM DA EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

DIRETRIZES: EVITAR A EVASÃO ESCOLAR, PROPORCIONANDO MELHORES CONDIÇÕES FÍSICAS E PEDAGÓGICAS, EQUIPANDO AS UNIDADES DE ENSINO, AMPLIANDO O ACESSO AO TRANSPORTE ESCOLAR E ADEQUANDO A MERENDA ESCOLAR ATRAVÉS DE CARDÁPIOS BALANCEADOS.

OBJETIVOS: FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO, ATRAVÉS DA MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO, PARA QUE O MESMO POSSA CUMPRIR SUA PARTE NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS HUMANA E SOLIDÁRIA

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
04.02. 01 Manutenção da estrutura de educação existente (Apoio ADM)	Desp. Gerais	Unidade	48	677.865,41	Recursos Próprios
04.02.02 Construção nova sede Escola R. M. Mª José D. Silva Bernardes	Escola	Unidade	01	200.000,00	Recursos Próprios

04.02.03 Ampliação e Física das Escolas Isoladas: Avenquinha de Sto. Antônio, Santana e construção de uma nova escola na localidade de Bateias de Cima	Salas	Unidade	10 salas	100.000,00	Rec. Próp. Conv. (FUN-DEF)
04.02.04 Construção da Quadra de Esportes nas Escolas Isoladas: Avenquinha de Sto Antônio, Santana e Bat de Cima	Quadra	Unidade	01	30.000,00	Rec. Próp. e FUNDEF
04.02.05 Pintura intern/externa Rede Escolar	Pintura	Unidade	24	80.000,00	Rec. Próp. Conv. (FUN-DEF)
04.02.06 Conservação e reforma dos Prédios Escolares existentes	Reformas Gerais	Unidade	22	80.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.07 Equipamentos para a Rede Escolar	Equiptos.	Unidade	Vários	48.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.08 Aquisição material didático/consumo	Material	Unidade	Vários	20.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.09 Aperfeiçoamento e investimento na qualificação dos profissionais do Ensino Fundamental	Cursos	Unidade	10	20.000,00	Rec. Próp./Conv. Salário Educ. e FUNDEF
04.02.10 Estudos, levantamentos e pesquisas para o aprimoramento do Ensino Fundamental	Estudos e Pesquisas	Unidade	07	20.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.11 Contratação de pessoal de apoio: Terapeuta Ocupacional e Psicóloga	Profissionais	Unidade	02	25.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.12 Construção da quadra de esportes na E.R.M. Carlos Frederico Adolfo Schneider	Quadra de Esportes	Unidade	01	25.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.13 Ampliação das dependências físicas e construção de muro na E.R.M. Bela Vista	Sala Muro	Unidade	01	15.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.14 Implantação de Telesala na Rede Escolar - Interior	Equiptos.	Unidade	02	20.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.15 Construção de dois laboratórios de informática: na sede e na localidade de Bateias de Cima	Laboratório	Unidade	02	60.000,00	Recursos Próprios e Convênios
04.02.16 Aquisição mobiliário para Salas Informática	Equiptos.	Unidade	80	8.000,00	Rec. Próp FUNDEF/Salár Educ.
04.02.17 Informatização das Escolas da Rede Municipal do Ensino Fundamental	Equiptos.	Peças	08	10.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.18 Aquisição e Manutenção de Veículos	Veículos	Unidade	03	100.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.19 Manutenção Aquisição de Material Permanente p/ banheiro, cozinha, sala de Apoio Administrativo, Pedagógico, Multi-Profissionais e Chefias.	Material	Unidade	Vários	150.000,00	Rec. Próp. e Convênios
04.02.20 Construção, Manutenção do Prédio da Secretaria Municipal de Educação.	Prédio		01	70.000,00	Rec. Próp. e Convênios
<b>TOTAL</b>				<b>1.758.865,41</b>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
PLANO PLURIANUAL 2002/2005

4.03 PROGRAMA

ATENDIMENTO ÀS CRECHES

DIAGNÓSTICO: O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE POSSUI TRÊS CRECHES QUE ATENDEM UM TOTAL DE 173 ALUNOS, NA FAIXA ETÁRIA ENTRE 4 MESES À 6 ANOS E ONZE MESES. CONTA COM 07 AUXILIARES DE BERÇÁRIO E 10 PROFESSORES, 01 ESTAGIÁRIA E 03 COORDENADORAS

DIRETRIZES: CUMPRIMENTO DAS DUAS FUNÇÕES COMPLEMENTARES E INDISSOCIÁVEIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CUIDAR E EDUCAR DE FORMA INTEGRADA, ATRAVÉS DE INVESTIMENTOS NA ESTRUTURA FÍSICA E DA FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DESTA ÁREA

OBJETIVOS: ESTABELECEER AÇÕES QUE VISEM A ADEQUAÇÃO PROGRESSIVA DAS CRECHES ÀS EXIGÊNCIAS DA LEI E A EXPANSÃO DO ATENDIMENTO, GARANTINDO A QUALIDADE EDUCACIONAL E NÃO SIMPLEMENTE ASSISTENCIAL COMO MUITAS VEZES FORAM CONSIDERADAS

AÇÕES	PRODUTO	UNID/ MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.03.01 - Adequação de berçários	Berçários	Unidade	4	30.000,00	Rec. Próprios e Convênios
4.03.02 Adequação das dependências físicas de Sanitários	Sanitários	Unidade	44	40.000,00	Rec. Próprios e Convênios
4.03.03 Ampliação das dependências da creche Pedacinho do Céu	Prédio	Unidade	1	60.000,00	Rec. Próprios e Convênios
4.03.04 Construção de áreas de sol para duas creches	Áreas de Sol	Unidade	2	35.000,00	Rec. Próprios e Convênios
4.03.05 Pintura	Prédios	Unidade	1	12.000,00	Rec. Próprios e Convênios
4.03.06 Reforma e Conservação da Estrutura física das creches	Reforma	Unidade	3	30.000,00	Rec. Próprios e Convênios

4.03.07 Aquisição de equipamentos novos para as creches	Equipamentos	Unidade	3	10.000,00	Rec. Próprios e Convênios
4.03.08 - Manutenção dos equipamentos existentes	Equipamentos	Unidade	Vários	15.000,00	Rec. Próprios e Convênios
4.03.09 - Capacitação dos profissionais de creches	Cursos	Unidade	8	4.000,00	Rec. Próprios e Convênios
4.03.10 - Treinamento em serviço dos profissionais de creches	Cursos	Unidade	8	1.000,00	Rec. Próprios e Convênios
4.03.11 - Aquisição e manutenção de materiais pedagógicos, permanentes e veículo	Materiais Pedagógicos	Unidade	Vários	80.000,00	Rec. Próprios e Convênios
<b>TOTAL</b>				<b>317.000,00</b>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
PLANO PLURIANUAL 2002/2005

#### 4.04 PROGRAMA ATENDIMENTO A JARDIM DE INFÂNCIA E PRÉ-ESCOLAR

DIAGNÓSTICO: A REDE MUNICIPAL DE ENSINO CONTA ATUALMENTE COM 03 JARDINS DE INFÂNCIA, 05 PRÉ-ESCOLAS UTILIZANDO SALAS DOS PRÉ-DIOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E 03 PRÉ-ESCOLAS OFERECIDOS PELAS CRECHES, QUE ATENDEM 279 ALUNOS. O CORPO DOCENTE É FORMADO POR 11 PROFESSORES, SENDO QUE, AS AÇÕES EDUCATIVAS SÃO COMPLEMENTADAS PELAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA, REALIZADAS DE FORMA ARTICULADA COM OS SETORES COMPETENTES

DIRETRIZES: PROPORCIONAR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE DESENVOLVIMENTO FÍSICO, EMOCIONAL, COGNITIVO E SOCIAL DA CRIANÇA, ATRAVÉS DA MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO E DA ADEQUAÇÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PEDAGÓGICOS

OBJETIVOS: PROMOVER AÇÕES QUE VIABILIZEM A DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO, ATRAVÉS DAS INSTÂNCIAS COMPETENTES, DE METAS E ESTRATÉGIAS DE EXPANSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.04.01 - Adequação das dependências físicas dos sanitários	Sanitários	Unidade	07	40.000,00	Recursos Próprios e Convênios
4.04.02 - Construção e Ampliação das dependências físicas	Dependências Físicas	Unidade	03	60.000,00	Recursos Próprios e Convênios
4.04.03 - Reforma, pintura e conservação das estruturas Físicas Existentes	Reformas	Unidade	08	30.000,00	Recursos Próprios e Convênios
4.04.04 - Aquisição de equipamentos mobiliários, material didático, pedagógico e utensílios	Equipamentos e Utensílios	Unidade	Vários	80.000,00	Recursos Próprios e Convênios
4.04.05 - Capacitação dos profissionais de Educação Infantil	Cursos	Unidade	08	5.000,00	Recursos Próprios e Convênios

**TOTAL 215.000,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
PLANO PLURIANUAL 2002 / 2005

#### 4.05 PROGRAMA PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR E ENSINO FUNDAMENTAL

DIAGNÓSTICO: OS ALUNOS BENEFICIADOS SERÃO OS REGULARMENTE MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL.

DIRETRIZES: MELHORIA DA QUALIDADE DA MERENDA ESCOLAR, ATRAVÉS DE CARDÁPIOS ELABORADOS COM A ORIENTAÇÃO DA NUTRICIONISTA, PROGRAMADO A FAVORECER, NO MÍNIMO, POR REFEIÇÃO, 15% DAS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DIÁRIOS DOS ALUNOS BENEFICIADOS.

OBJETIVOS: CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DO DESEMPENHO ESCOLAR, VISANDO A REDUÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR E DA REPETÊNCIA, E PARA FORMAR BONS HÁBITOS ALIMENTARES.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.05.01 Aprimoramento do cardápio escolar, objetivando melhor qualidade da merenda escolar e suprimento das necessidades nutricionais dos educandos	Merenda Escolar	Unidade	48	92.820,00 116.912,00	Recursos Próprios e Convênios com FNDE
4.05.02 Veículo para transporte da merenda	Utilitário com Baú	Unidade	01	60.000,00	Recursos Próprios e Convênios com FUNDEF
<b>TOTAL</b>				<b>269.732,00</b>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

4.06 PROGRAMA

TRANSPORTE ESCOLAR

DIAGNÓSTICO: CONCEDER ACESSO AOS ALUNOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL E ESTADUAL.

DIRETRIZES: DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA MANUTENÇÃO E MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL, ERRADICANDO O ANALFABETISMO E A EVASÃO ESCOLAR.

OBJETIVOS: DESENVOLVER AS METAS PROPOSTAS PARA QUALIFICAR A EDUCAÇÃO MUNICIPAL, PROPICIANDO A MELHORIA DE CONDIÇÕES NO TRANSPORTE ESCOLAR.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
4.06.01 Transporte dos alunos da Rede Municipal e Estadual de Campo Alegre	Transporte	Unidade	48	480.000,00 212.185,00	Recursos Próprios e Convênios
TOTAL				692.185,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.01 PROGRAMA

PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL

DIAGNOSTICO: NESTA SECRETARIA ESTÃO LOTADOS 41 SERVIDORES

DIRETRIZES: SALÁRIO E PROVENTOS

OBJETIVOS: PAGAMENTO DE SALARIOS, PROVENTOS E ENCARGOS SOCIAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.01.1.0 SAÚDE					
5.01.1.1 Salários	Servidor	Unidade	48	1.665.824.31	Recursos Próprios
5.01.1.2 13º Salários	Servidor	Unidade	4	130.659.73	Recursos Próprios
5.01.1.3 1/3 Férias	Servidor	Unidade	4	43.553.25	Recursos Próprios
5.01.1.4 INSS	Servidor	Unidade	48	93.525.59	Recursos Próprios
5.01.1.5 IPRECAL	Servidor	Unidade	48	229.879.95	Recursos Próprios
5.01.1.6 FGTS	Servidor	Unidade	48	22.964.17	Recursos Próprios
5.01.1.7 Inativos	Servidor	Unidade	48	0.00	Recursos Próprios
5.01.1.8 Salário Família	Servidor	Unidade	48	9.474.05	Recursos Próprios
TOTAL				2.195.881.05	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.02 PROGRAMA:

CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE EM BAIRRO

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI CERCA DE 4 BAIRROS, COM DEMANDA REFERENCIADA P/ O CENTRO DE SAÚDE DA SEDE.

DIRETRIZES: CONSTRUÇÃO DE UM POSTO DE SAÚDE COM 94,00 M2

OBJETIVOS: GARANTIR ATENDIMENTO BÁSICO À POPULAÇÃO COM ATENDIMENTO DIÁRIO DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM E SEMANALMENTE CONSULTAS BÁSICAS (MÉDICA/ODONTOLÓGICA).



AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED.	META	VALOR	FONTE
5.02.01 Construção do Posto de Saúde	Posto de Saúde	Unid. 94,00 m2	01	30.000,00	Convênio Gov. Federal/Estado
5.02.02 Aquisição de equipamentos médico/ambulatorial	Equipamentos	Unidade		10.000,00	Convênio Gov. Federal/Estado
TOTAL RECURSOS -CONVÊNIOS				40.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE  
PLANO PLURIANUAL 2002/2005

#### 5.03 PROGRAMA: EDUCAÇÃO EM SAÚDE

DIAGNOSTICO: DESENVOLVER TRABALHOS DE CONSCIENTIZAÇÃO, PREVENÇÃO DE DOENÇAS ATRAVÉS DE UM TRABALHO CONTINUADO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE.

DIRETRIZES: CONFEÇÃO DE FOLHETOS, CARTAZES E FOLDERS, BEM COMO AQUISIÇÃO DE FITAS, ÁLBUNS, SERIADOS, PARCERIA COM A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PARA RECEBER MATERIAIS COMO CAMISETAS, BONÉS, BOTONS ALUSIVOS A DATAS COMEMORATIVAS, COMO DIA MUNDIAL CONTRA TABAGISMO, DIA MUNDIAL DA LUTA CONTRA A AIDS Etc... EM PARCERIA COM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E VOLUNTÁRIOS.

OBJETIVOS: ORIENTAÇÕES A POPULAÇÃO SOBRE DOENÇAS EM GERAL, HIGIENE, SANEAMENTO BÁSICO, ALCOOLISMO E TABAGISMO.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.03.01 Controle do Tabagismo	População Geral	Unidade	60	0,00	Parceria
5.03.02 Confeção de Panfletos	População Geral	Unidade	6.000	0,00	Parceria
5.03.03 Palestras, orientações para a população em geral sobre a Prevenção de doenças e higiene	População Geral	Unidade	630	0,00	Parceria
TOTAL				0,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE  
PLANO PLURIANUAL 2002/2005

#### 5.04 PROGRAMA: PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA BÁSICA A SAÚDE

DIAGNOSTICO: MUNICÍPIO POSSUI NA REDE BÁSICA: 08 UNIDADES DE SAÚDE, 05 MÉDICOS, 07 ODONTÓLOGOS, 04 OUTROS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR E 30 DE NÍVEL MÉDIO.

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS PARA DESENVOLVER ATIVIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

OBJETIVOS: ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM GERAL, CONFORME DETERMINA PARÂMETROS/PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.04.01 Materiais Clínicos Básicos	Pacientes	Unidade	44.568	40.913,48 40.913,47	Recursos Próprios Convênios
5.04.02 Materiais Odontológicos	Pacientes	Unidade	3.036	32.922,45 32.922,45	Recursos Próprios Convênios
5.04.03 Matérias de T.O, Psicologia e Fisioterapia	Pacientes	Unidade	7.800	8.950,50 8.950,50	Recursos Próprios Convênios
5.04.04 Material de Consultório e Equipamentos	Equipamentos	Unidade	Vários	13.932,28 13.932,28	Recursos Próprios Convênios

TOTAL REC. PRÓPRIOS				96.718,66	
TOTAL DE CONVÊNIOS				96.718,66	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.05 PROGRAMA: PSF - PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO DISPÕE DO PROJETO EM IMPLANTAÇÃO

DIRETRIZES: CONTRIBUIR PARA A REORIENTAÇÃO DO MÓDULO ASSISTENCIAL A PARTIR DA ATENÇÃO BÁSICA, IMPRIMINDO UMA NOVA DINÂMICA DE ATUAÇÃO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, COM DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADE ENTRE OS SERVIÇOS DE SAÚDE E A POPULAÇÃO.

OBJETIVOS: PRESTAR ASSISTÊNCIA INTEGRAL CONTÍNUA NA UNIDADE DE SAÚDE E NO DOMICÍLIO, INTERFERINDO SOBRE OS FATORES DE RISCO AOS QUAIS A POPULAÇÃO ESTÁ EXPOSTA FAZENDO COM QUE A SAÚDE SEJA RECONHECIDA COMO UM DIREITO DE CIDADANIA E, PORTANTO, EXPRESSÃO DE QUALIDADE DE VIDA.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.05.01 Médico	Profissional	Unidade	01	41.600,00 112.000,00	Recursos Próprios Convênios
5.05.01 Enfermeira	Profissional	Unidade	01	76.800,00	Recursos Próprios
5.05.02 ACS	Profissional	Unidade	05	45.600,00	Recursos Próprios
TOTAL RECURSOS PRÓPRIOS				164.000,00	
TOTAL CONVÊNIOS				112.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.06 PROGRAMA: SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR NUTRICIONAL - SISVAN

DIAGNOSTICO: A REDE PÚBLICA ATENDE 1.086 CRIANÇAS E 546 GESTANTES, DESTAS SÃO BENEFICIADAS COM SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR 57 CRIANÇAS E AS GESTANTES RECEBEM ORIENTAÇÃO NUTRICIONAL

DIRETRIZES: MELHORIA NO ATENDIMENTO A GESTANTE DE RISCO NUTRICIONAL E DESNUTRIDA, TAMBÉM FAZENDO A REPOSIÇÃO NUTRICIONAL A CRIANÇAS DE 06 A 59 MESES.

OBJETIVOS: ATENDER AS CRIANÇAS DE 06 A 59 MESES E GESTANTES EM NOSSO MUNICÍPIO, VISANDO PREVENIR RISCOS NUTRICIONAIS, REALIZANDO ASSIM A REPOSIÇÃO NUTRICIONAL.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.06.01 Reposição Nutricional	Pacientes	Unidade	2.090	31.669,50	Convênios
TOTAL CONVÊNIOS				31.669,50	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.07 PROGRAMA: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI 01 VEÍCULO KOMBI/ CAPACIDADE PARA 08 PESSOAS - TEMOS EM MÉDIA 16 PACIENTES TRANSPORTADOS PARA FORA DO MUNICÍPIO.

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO UTILITÁRIO COM CAPACIDADE DE 16 LUGARES.

OBJETIVOS: TRANSPORTE DE PACIENTES PARA TRATAMENTO FORA DO MUNICÍPIO - JUSTIFICA-SE TENDO EM VISTA A FALTA DE ESPECIALIDADES NO MUNICÍPIO.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.07.01 Aquisição de um Veículo Utilitário 16 lugares	Veículo	Unidade	01	30.000,00 20.000,00	Convênios Recursos próp.
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				20.000,00	
TOTAL DE CONVÊNIOS				30.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.08 PROGRAMA: PROGRAMA SAÚDE BUCAL.

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI NA REDE BÁSICA DE ENSINO 1875 ALUNOS NA FAIXA ETÁRIA DE 06 A 14 ANOS - ATENDE-SE NO PROGRAMA 1875 ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL.

DIRETRIZES: AMPLIAR O NÚMERO DE ATENDIMENTOS, ATENDENDO ANUALMENTE 100% DAS CRIANÇAS NESTA FAIXA ETÁRIA 1875 ALUNOS.

OBJETIVOS: PREVENÇÃO E SAÚDE BUCAL EM ESCOLARES. O PROGRAMA É DESENVOLVIDO EM PARCERIA COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ATIVIDADES DESENVOLVIDAS: ESCOVAÇÃO SUPERVISIONADA, PALESTRAS, BOCHECHOS FLUORADOS SEMANALMENTE, DISTRIBUIÇÃO DE CREME DENTAL, ESCOVAS E FLÚOR.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.08.01 Distribuição de creme dental	creme	Unidade	8.400	10.080,00	Convênios
5.08.02 Distribuição de escovas dentais	escovas	Unidade	13.200	13.200,00	Convênios
5.08.03 Distribuição de flúor	flúor	Unidade	10.200	3.276,00	Convênios
TOTAL DE CONVÊNIOS				26.556,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.09 PROGRAMA: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DIAGNOSTICO: A REDE BÁSICA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO NECESSITA DE MAIORES INVESTIMENTOS, MODERNIZANDO ASSIM O SISTEMA.

DIRETRIZES: ELEVAR O PADRÃO DE QUALIDADE E EFICIÊNCIA À POPULAÇÃO ASSISTIDA

OBJETIVOS: MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA REDE SUS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.09.01 Aquisição de Equipamentos Administrativos	Equipamentos	Unidade		12.000,00 1.000,00	Conv./ FMS Recursos Próprios

TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				1.000,00	
TOTAL DE CONVÊNIOS				12.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.10 PROGRAMA: ATENDIMENTO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA.

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO CUSTEIA MEDICAMENTOS ESPECIAIS PARA TRATAMENTO, BEM COMO TRATAMENTOS ESPECIALIZADOS.

DIRETRIZES: ATENDIMENTO A PACIENTES EM TRATAMENTO CONTÍNUO

OBJETIVOS: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BEM COMO O ENCAMINHAMENTO PARA CONSULTAS E EXAMES ESPECIALIZADOS VIA SUS OU CUSTEADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE TRATAMENTO ODONTOLÓGICO/AUXÍLIO TRANSPORTE ETC.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.10.01 Aquisição de Medicamentos	Pacientes	Unidade	2.496	0,00	Farmácia Básica Mun.
5.10.02 Pagamento de Consultas e Exames especializados/auxílio transporte para atendimento especializado	Pacientes	Unidade	50	2.000,00	Recursos Próprios
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				2.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.12 PROGRAMA: INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE. (IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO SUS)

DIAGNOSTICO: A SECRETARIA POSSUI CERCA DE 11 MIL PRONTUÁRIOS DE PACIENTES QUE SÃO MANUSEADOS E FEITOS MANUSCRITOS.

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA FACILITAR O AGENDAMENTO DE CONSULTAS/ADEQUAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO SUS.

OBJETIVOS: MELHORIA E AGILIDADE NOS SERVIÇOS DE SAÚDE ELEVANDO O PADRÃO DE QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO ATENDIMENTO PRESTADO A POPULAÇÃO.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.12.01 Informatização dos Serviços de Saúde	Equipamento	Unidade	01	1.500,00 500,00	Convênios Rec. Próprios
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				500,00	
TOTAL DE CONVÊNIOS				1.500,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.11 PROGRAMA: CADASTRAMENTO NACIONAL DE USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO SAÚDE E IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO SUS.

DIAGNOSTICO: POR MEIO DO CADASTRO SERÁ POSSÍVEL A EMISSÃO DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE PARA OS USUÁRIOS E A VINCULAÇÃO DE CADA USUÁRIO AO DOMICÍLIO DE RESIDÊNCIA, PERMITINDO UMA MAIOR EFICIÊNCIA NA REALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE NATUREZA INDIVIDUAL E COLETIVA DESENVOLVIDAS NAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIAS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E CONSTRUÇÃO DE UM BANCO DE DADOS.

DIRETRIZES: A- CADASTRAMENTO DA POPULAÇÃO ALVO (11.500 HAB) PARA O 1º CICLO DO PROJETO;  
B- EMISSÃO DO CARTÃO SUS PARA TODO USUÁRIO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

OBJETIVOS: REALIZAÇÃO DE UM CADASTRAMENTO DOMICILIAR DE BASE NACIONAL, ALIADO À POSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO DESSA BASE CADASTRAL ATUALIZADA, CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), FACILITANDO A GESTÃO DO SISTEMA E CONTRIBUINDO PARA O AUMENTO DA EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO DIRETO AO USUÁRIO.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.11.01 Capacitar as pessoas Contratação Temporária	Pessoal	Unidade	05	5.400,00	Convênio/FMS
5.11.02 Dividir Cadastradores por áreas para evitar duplo ou falta de Cadastramento		Unidade			
5.11.03 Codificar bairros e Logradouros		Unidade			
5.11.04 Cadastrar as famílias de forma criteriosa		Unidade			
5.11.05 Digitar Fichas Cadastrais					
5.11.06 Repassar Informações para o DATASUS					
TOTAL DE CONVÊNIOS				5.400,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.13 PROGRAMA: AÇÃO INTEGRAL A SAÚDE MATERNO INFANTIL.

DIAGNOSTICO: A REDE PÚBLICA DISPÕE DE TRABALHOS EDUCATIVOS EM PLANEJAMENTO FAMILIAR, TENDO TAMBÉM A PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO UTERINO E MAMA, ASSIM COMO DISPÕE DE CONSULTAS MÉDICAS E DE ENFERMAGEM.

DIRETRIZES: MELHORIA DO ATENDIMENTO DE CONSULTAS EM PRÉ NATAL DE BAIXO RISCO, COMO TAMBÉM IDENTIFICAR E ENCAMINHAR GESTANTES DE ALTO RISCO PARA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS. REALIZANDO VISITA DOMICILIARES QUANDO NECESSÁRIAS. BUSCANDO QUALIFICAR A EQUIPE PARA UMA MELHOR ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA MULHER.

OBJETIVOS: ATENDIMENTO ESPECÍFICO A ESTE GRUPO VISANDO REDUZIR OS RISCOS DE MOBILIDADE E MORTALIDADE MATERNO-INFANTIL, ASSIM COMO TRABALHOS EDUCATIVOS EM PLANEJAMENTO FAMILIAR E O PREVENTIVO DO CÂNCER DE COLO UTERINO E MAMA.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.13.01 Auxílio pagamento de exames/ consultas especializadas	Pacientes	Unidade	3.000	6.120,00	Convênio/FMS
5.13.02 Consulta de Enfermagem	Pacientes	Unidade	2.000	4.080,00	Convênio/FMS
5.13.03 Encaminhamento de pacientes para centros de referência	Pacientes	Unidade	100	255,00	Convênio/TFD/MAC/FMS
Exames Pré-Natal	Pacientes	Unidade	1410	9.870,00	Conv./SUS/FMS
TOTAL DE CONVÊNIOS				20.325,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.14 PROGRAMA: ASSISTÊNCIA HOSPITALAR/ PLANTÃO HOSPITALAR

DIAGNOSTICO: CONVÊNIO FIRMADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL - FMS PARA PAGAMENTO DE CONSULTAS DE URGÊNCIA EMERGÊNCIAS E PRONTO ATENDIMENTO.

DIRETRIZES: CONTINUIDADE DO ATENDIMENTO, TRABALHO CONJUNTO COM O HOSPITAL LOCAL

OBJETIVOS: ATENDIMENTO DA DEMANDA DE CONSULTA CONFORME FIRMADO ENTRE AS PARTES PARA A ASSISTÊNCIA MÉDICA/AMBULATORIAL EM HORÁRIOS DIFERENCIADOS DAS UNIDADES DE SAÚDE.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.14.01 Pagamento de Plantão Urgência / Emergência e Pronto Atendimento	Pacientes	Unidades	11.352	144.000,00	Rec. Próprios
5.14.02 Pagamento de Serviços Radiológicos	Pacientes	Unidade	1.000	9.600,00	Rec. Próprios
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				153.600,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.15 PROGRAMA: PARTICIPAÇÃO EFETIVA NA PPI REGIONAL, REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA TRANSFERÊNCIA DE PACIENTES PARA CENTROS DE REFERÊNCIAS ESPECIALIZADAS.

DIAGNOSTICO: GARANTIA DE VAGAS/ LEITOS EM CENTROS / UNIDADES REFERENCIADAS

DIRETRIZES: GARANTIR TRATAMENTO ESPECIALIZADO PARA PACIENTES FORA DO MUNICÍPIO.

OBJETIVOS: ATENDER A POPULAÇÃO DANDO-LHES POSSIBILIDADES DE TRATAMENTO DIGNO NOS MAIS DIVERSOS CENTROS ESPECIALIZADOS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.15.01 Gastos com transporte de pacientes fora do Domicílio = combustível e Manutenção de Veículos (diárias)	Pacientes	Unidade	5.000	180.000,00	Recursos Próprios
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				180.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.16 PROGRAMA: SERVIÇO DE CONTROLE AVALIAÇÃO E AUDITORIA.

DIAGNOSTICO: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NÃO POSSUI A EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO SETOR

DIRETRIZES: ESTRUTURAR E ORGANIZAR OS SERVIÇOS DE CONTROLE AVALIAÇÃO E AUDITORIA NO ÂMBITO MUNICIPAL.

OBJETIVOS: ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE, RELATÓRIO DE GESTÃO, PPI, ETC, APOIAR O PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DOS PROGRAMAS E PROJETOS NA ÁREA DA SAÚDE, DADOS ESTATÍSTICOS, AUTORIZAÇÃO DE EXAMES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.16.01 Remuneração de Profissional Auditor Médico	Profissional	Unidade	01	4.800,00	Recursos Próprios
5.16.02 Formulários e Impressos	Material	Unidade	4.000	2.000,00	Convênio



TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				4.800,00	
TOTAL DE CONVÊNIOS				2.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.17 PROGRAMA: SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA  
ATENDIMENTO/ ENCAMINHAMENTOS MÉDICOS / ALTA COMPLEXIDADE

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI SETOR DE TFD - TRATAMENTO FORA DO MUNICÍPIO PARA ENCAMINHAMENTO DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS.  
DIRETRIZES: CUSTEAR AS DESPESAS DE PACIENTES DA REDE SUS QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM CONTRA REFERÊNCIAS.

OBJETIVOS: GARANTIR TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CENTROS DE REFERÊNCIA, BEM COMO CUSTEAR EXAMES E CONSULTAS QUE NÃO ESTEJAM CONTEMPLADOS NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, BEM COMO OFERTA DE ATENDIMENTO SUS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTES
5.17.01 Atendimento/Exames Consultas CIS AMUNESC	Pacientes	Unidade	1.200	104.208,00	Recursos Próprios
5.17.02 Outros Procedimentos Custeados pela Prefeitura Municipal	Pacientes	Unidade	800	32.000,00	Recursos Próprios
5.17.03 Auxílio pacientes carentes (diária, pensão) em tratamentos prolongados radioterápicos	Pacientes	Unidade	3.600	1.200,00	Recursos Próprios
5.17.04 TFD/SUS - gasto com combustível Auxílio Passagem	Pacientes	Unidade	8.000	23.040,00	TFD/MAC/FMS
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				137.408,00	
TOTAL DE CONVÊNIOS				23.040,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.18 PROGRAMA: FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO POSSUI UMA FARMÁCIA BÁSICA INSTALADA NA SECRETARIA DE SAÚDE COM A APROXIMADAMENTE 127 ITENS ATENDENDO A MÉDIA DE 1.015 PACIENTES (ATENDE TAMBÉM AS UNIDADES DO INTERIOR)

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS.

OBJETIVOS: ATENDER A DEMANDA NAS UNIDADES DE SAÚDE, GARANTINDO TRATAMENTO A POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTES
5.18.01 Aquisição de Medicamentos Básicos	Pacientes	Unidades	46.560	286.126,53	Convênio/FMS
TOTAL DE CONVÊNIOS				286.126,53	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.19 PROGRAMA: CONTROLE DE DOENÇAS CRÔNICAS DIGESTIVAS

DIAGNOSTICO: A REDE PÚBLICA DISPÕE DE CONSULTAS MÉDICAS E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS GRATUITOS A ESTA POPULAÇÃO ALVO, TAMBÉM DISPÕE DE APARELHOS PARA REALIZAÇÃO DE TESTES DE GLICEMIA CAPILAR.

DIRETRIZES: MELHORIA NO ATENDIMENTO COM UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR, RECICLANDO E CAPACITANDO TODOS OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE, GARANTINDO ASSIM UM BOM FUNCIONAMENTO DO TRABALHO.

OBJETIVOS: ATENDIMENTO A SAÚDE INTEGRAL DO ADULTO VISANDO REDUZIR A MORBI-MORTALIDADE POR DIABETES MELLITUS E PROBLEMAS CARDIOVASCULARES CAUSADOS PELA HIPERTENSÃO ARTERIAL.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.19.01 Realização de testes de Glicemia Capilar	Pacientes	Unidade	4.000	12.000,00	Recursos Próprios
5.19.02 Distribuição de Medicamentos a Diabéticos e Hipertensos	Pacientes	Unidade	4.512	0,00	Recursos Próprios
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				12.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.20 PROGRAMA: CAPACITAÇÃO, RECICLAGEM E TREINAMENTO DE PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIAGNOSTICO: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL POSSUI 47 FUNCIONÁRIOS ATUANDO NOS DIVERSOS SETORES.

DIRETRIZES: PARTICIPAÇÃO EFETIVA DOS PROFISSIONAIS DE TREINAMENTOS ESPECÍFICOS A SUA ÁREA DE ATUAÇÃO.

OBJETIVOS: CAPACITAR PROFISSIONAIS PARA UM BOM ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS COM CONHECIMENTOS TÉCNICOS E APERFEIÇADOS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.20.01 Cursos e Treinamentos nos diversos setores: enfermagem, Vigilância Sanitária, Epidemiologia Controle e Avaliação.	Profissionais	Unidade	30	9.000,00	Rec. Próprios
				3.000,00	Convênios
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS				9.000,00	
TOTAL DE CONVÊNIOS				3.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.21 PROGRAMA: AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

DIAGNOSTICO: DESENVOLVER AÇÕES ACORDADA ENTRE MUNICÍPIO/ ESTADO NA PPI EPIDEMIOLÓGICA, COMO NOTIFICAÇÃO/ INVESTIGAÇÃO DE AGRAVOS, ALIMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO SIM, SINASC, SINAN, SISVAM, VACINAÇÃO DE ROTINA E CAMPANHAS, ETC...

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO DE MATERIAL EDUCATIVO, CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.

OBJETIVOS: IMPLANTAR AS AÇÕES DE CONTROLE DE DOENÇAS / ENDEMIAS NA POPULAÇÃO EM GERAL/  
DIMINUIR O ÍNDICE DE MORTALIDADE INFANTIL.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.21.01 Alimentação/ Informação de dados	SIM/SINAN	Unidade Total	8.976	35.188,32	Convênios
5.21.02 Imunização	Pacientes	Unidade	18.744	9.372,00	Convênios
5.21.03 Campanha Fora Bicho	Crianças	Unidade	4.400	7.856,00	Convênios
5.21.04 Investigação e Notificação	População em Geral	Unidade	496	248,00	Convênios
TOTAL DE CONVÊNIOS				52.664,32	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.22 PROGRAMA: AMIGA DO PEITO

DIAGNOSTICO: A CIDADE APRESENTA UM GRANDE ÍNDICE DE POBREZA E UM BAIXO ÍNDICE DE MÃES AMAMENTANDO SEUS FILHOS.

DIRETRIZES: INCENTIVAR A AMAMENTAÇÃO, CRIAR O GRUPO DE APOIO DENOMINADO AMIGA DO PEITO

OBJETIVOS: IMPLANTAR ESTE PROGRAMA EM PARCERIA COM O HOSPITAL SÃO LUIZ.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.22.01 Banco de Leite	Mães	Unidade	80	0,00	Parcerias
5.22.02 Material de Conscientização e Acompanhamento	Mães	Unidade		0,00	Parcerias
TOTAL				0,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

5.23 PROGRAMA: AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

DIAGNOSTICO: O SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA CONTA ATUALMENTE COM DOIS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO E UM PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR..

DIRETRIZES: MUNICIPALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE DA PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA ARRECADAR TAXAS NO PRÓPRIO MUNICÍPIO.

OBJETIVOS: MELHORIA SANITÁRIA - CONTROLE DE DOENÇAS OCASIONADAS POR INADEQUAÇÃO DE CONDIÇÕES SANITÁRIAS - ARRECADAÇÃO DE TAXAS FISCAIS PARA INCREMENTAÇÃO NAS ÁREAS DE SANEAMENTO BÁSICOS, ELIMINAÇÃO DO AEDES AEGUPT (DENGUE), CADASTRAMENTO DE FONTES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA E ANÁLISE DE AMOSTRAS DE ÁGUA.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
5.23.01 Aquisição de um Veículo Utilitário	Veículo	Unidade	01	0,00 0,00	Vigilância Sanitária *
5.23.02 Confecção de Panfletos	Panfletos	Unidade	4.000	0,00	Vigilância Sanitária *
5.23.03 Ações de Vigilância Sanitária (vistorias, expedição, alvará)	Ações	Unidade	4.000	0,00	Vigilância Sanitária *
TOTAL				0,00	

\* Verba em Tramitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

6.01 - PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIAGNOSTICO: NESTA SECRETARIA ESTÃO LOTADOS OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E TÉCNICOS DE SAÚDE

DIRETRIZES: SALÁRIO E PROVENTOS

OBJETIVOS: PAGAMENTO DE SALARIOS, PROVENTOS E ENCARGOS SOCIAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
6.01.1.0 Assistência Social					
6.01.1.1 Salários	Servidor	Unidade	48	96.380.41	Recursos Próprios
6.01.1.2 13º Salários	Servidor	Unidade	4	8031.70	Recursos Próprios
6.01.1.3 1/3 Férias	Servidor	Unidade	4	2.677.21	Recursos Próprios
6.01.1.4 INSS	Servidor	Unidade	48	0	Recursos Próprios
6.01.1.5 IPRECAL	Servidor	Unidade	48	17.377.76	Recursos Próprios
6.01.1.6 FGTS	Servidor	Unidade	48	0.00	Recursos Próprios
6.01.1.7 Inativos	Servidor	Unidade	48	35.876.95	Recursos Próprios
6.01.1.8 Salário Família	Servidor	Unidade	48	1.263.20	Recursos Próprios
TOTAL				161.607.23	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À COMUNIDADE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

6.02 PROGRAMA: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONSELHO TUTELAR

DIAGNOSTICO: O SERVIÇO SOCIAL E O CONSELHO TUTELAR DEPENDEM DA SAÚDE PARA A UTILIZAÇÃO DE TRANSPORTE NA REALIZAÇÃO DE VISITAS DOMICILIARES.

DIRETRIZES: UM TRANSPORTE PRÓPRIO PARA O SETOR

OBJETIVOS: NECESSIDADE DE TRANSPORTE DISPONÍVEL PARA REALIZAÇÃO DE VISITAS DOMICILIARES E ACOMPANHAMENTO DOS CASOS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
6.02.1 Transporte Próprio	Veículo	Unidade	01	15.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				15.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À COMUNIDADE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

6.03 PROGRAMA: INFORMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIAGNOSTICO: TORNAR O SETOR MAIS ÁGIL.

DIRETRIZES: UM COMPUTADOR COMPLETO COM INTERNET PARA CADASTRO DOS CLIENTES E INFORMAÇÕES JUNTO A PREVIDÊNCIA SOCIAL.

OBJETIVOS: INFORMATIZAR O SETOR PARA QUE O CLIENTE SEJA ATENDIDO COM MAIS RAPIDEZ E PRESTEZA.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
6.03.1 Informatização e aquisição de Telefone	Equipamentos	Unidade	01	2.100,00	Recursos Próprios
TOTAL				2.100,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À COMUNIDADE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

6.04 PROGRAMA: MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DO SETOR

DIAGNOSTICO: HÁ NECESSIDADE DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA MELHORIA DA QUALIDADE AO ATENDIMENTO

DIRETRIZES: PROMOVER A ORGANIZAÇÃO DO SETOR

OBJETIVOS: A UTILIZAÇÃO DOS MATERIAIS DE EXPEDIENTE E EQUIPAMENTOS, PROPORCIONARÁ UM ATENDIMENTO QUALIFICADO

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
6.04.1 Materiais de Expediente e Equipamentos (pastas, arquivos, armários e móveis)	Materiais e Equipamentos	Unidade	01	3.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				3.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À COMUNIDADE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

6.05 PROGRAMA: CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

DIAGNOSTICO: PARTICIPAÇÃO DE CURSOS, SEMINÁRIOS, CONGRESSOS E OUTROS

DIRETRIZES: QUALIFICAR OS PROFISSIONAIS DA ÁREA.

OBJETIVOS: PROMOVER A QUALIFICAÇÃO E PROPORCIONAR CONHECIMENTOS PARA COLOCÁ-LOS EM PRÁTICA NO SETOR.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
6.05.1 Participação de Cursos, Seminário, Congressos e outros	Profissional	Unidade	10	800,00	Recursos Próprios
TOTAL				800,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À COMUNIDADE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

6.06 PROGRAMA: TRANSPORTE PARA CARENTES

DIAGNOSTICO: FORNECIMENTO DE TIKET PARA O TRANSPORTE COLETIVO E RODOVIÁRIO

DIRETRIZES: AUMENTAR O ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES

OBJETIVOS: PROPORCIONAR ATENDIMENTO AOS CARENTES QUE SÃO ENCAMINHADOS PARA ATENDIMENTO MÉDICO FORA DO DOMICÍLIO, BEM COMO AOS QUE IRÃO EM BUSCA DE TRABALHO OU ATÉ MESMO FIXAR RESIDÊNCIA EM OUTROS MUNICÍPIOS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
6.06.1 TIKETS Transporte Rodoviário e Coletivo	Carentes	Unidade	480	3.600,00	Recursos Próprios
TOTAL				3.600,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À COMUNIDADE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

6.07 PROGRAMA: FOTOS PARA CARENTES

DIAGNOSTICO: ESTE PROGRAMA JÁ ESTÁ IMPLANTADO

DIRETRIZES: EXPANSÃO AO ATENDIMENTO DOS NECESSITADOS.

OBJETIVOS: CONCEDER AJUDA FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO DE FOTOS PARA DOCUMENTAÇÃO PESSOAL A CADA CIDADÃO CARENTE

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
6.07.1 Fotos	Carentes	Unidade	150	1.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				1.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À COMUNIDADE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

6.08 PROGRAMA: ATAÚDES PARA CARENTES



DIAGNOSTICO: O PROGRAMA JÁ ENCONTRA-SE IMPLANTADO.

DIRETRIZES: MANUTENÇÃO CONFORME A NECESSIDADE DA DEMANDA.

OBJETIVOS: ATENDIMENTO AOS CARENTES NA AQUISIÇÃO DE ATAÚDES - FUNERAL.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
6.08.1 Ataúdes	Carentes	Unidade	144	11.520,00	Recursos Próprios
TOTAL				11.520,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À COMUNIDADE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

6.09 PROGRAMA: HORTA COMUNITÁRIA

DIAGNOSTICO: ORIENTAÇÃO PARA FAMÍLIAS QUE POSSUEM ÁREA PARA O CULTIVO DE VERDURAS E HORTALIÇAS

DIRETRIZES: PROPORCIONAR FONTE DE RENDA PARA FAMÍLIAS CARENTES, EXTINGUINDO O SISTEMA PATERNALISTA

OBJETIVOS: IMPLANTAR HORTAS EM TERRENOS BALDIOS QUE ATÉ ENTÃO ENCONTRAM-SE IMPRODUTIVOS, COM APOIO TÉCNICO, PROPORCIONANDO PRODUTOS PARA CONSUMO PRÓPRIO E COMO ALTERNATIVA DE FONTE DE RENDA.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
6.09.1 Implantar Hortas Comunitária e Domiciliares	Hortas	Unidade	08	1.000,00	Recursos Próprios e Parceria com Desenvolv. Econômico
TOTAL				1.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À COMUNIDADE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

6.10 PROGRAMA: APOIO AOS IDOSOS

DIAGNOSTICO: O MUNICÍPIO CONTA COM DOIS CLUBES DE IDOSOS OS QUAIS MANTEM-SE ATRAVÉS DE DOAÇÕES E RECURSOS DA AÇÃO CONTINUADA DO MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL.

DIRETRIZES: IMPLANTAR NOVOS CLUBES NOS BAIRROS E OUTRAS LOCALIDADES.

OBJETIVOS: DESENVOLVER ATIVIDADES DE LAZER E RECREAÇÃO, PROPORCIONANDO A VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS DA MELHOR IDADE.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
6.10.01 Apoio aos Idosos	Idosos	Unidade	500	10.000,00	Fundo Municipal de Assistência Social
TOTAL				10.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À COMUNIDADE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

#### 6.11 PROGRAMA: REPASSE A INSTITUIÇÕES

DIAGNOSTICO: EXISTEM NO MUNICÍPIO 10 INSTITUIÇÕES QUE PROPORCIONAM ATENDIMENTO PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E MÃES.

DIRETRIZES: CAPACITAÇÃO DE RECURSOS ATRAVÉS DO GOVERNO MUNICIPAL PARA CONTINUIDADE DOS TRABALHOS EXISTENTES E ATÉ CRIAÇÃO DE NOVAS INSTITUIÇÕES.

OBJETIVOS: VISITAS, REUNIÕES SEMANAIS COM TEMAS E TRABALHOS AOS ASSISTIDOS, INCENTIVANDO A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS POR ELES CONFECCIONADOS, RECURSO MENSAL PARA A MANUTENÇÃO E PAGAMENTO DE MONITORES.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
6.11.1 Apoio a Instituições	Crianças/Adolescentes e Mães	Unidade	15	20.000,00	Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social
TOTAL				20.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À COMUNIDADE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

#### 6.12. PROGRAMA: HABITAÇÃO

DIAGNOSTICO: HÁ NO MUNICÍPIO FAMÍLIAS CARENTES SEM LOCAL PRÓPRIO PARA RESIDIR.

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO JUNTO AO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, ÁREAS APROPRIADA PARA CONSTRUÇÃO DE MORADIAS.

OBJETIVOS: DISPOR ÁREA DE TERRA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BÁSICO PARA AS FAMÍLIAS COM RENDA MENSAL DE ATÉ 1.6 SALÁRIO MÍNIMO MENSAL VIGENTE. O BENEFÍCIO SE DARÁ APÓS VISITA E AVALIAÇÃO PELO SERVIÇO SOCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
6.12.1 Imóvel para implantação de Moradias de até 40 m2 e material de construção básico	Famílias Carentes	40 m2	200	65.000,00	Recursos Próprios
6.12.2 Fornecimento de Plantas Residenciais de até 70 m2	Famílias Carentes	40 m2		2.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				67.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À COMUNIDADE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

6.13 PROGRAMA: FRALDAS GERIÁTRICAS PARA CARENTES

DIAGNOSTICO: JÁ ENCONTRA-SE O PROGRAMA IMPLANTADO O QUAL É MANTIDO COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

DIRETRIZES: EXPANDIR ESTE ATENDIMENTO PROPORCIONANDO MELHORES CONDIÇÕES DE CONFORTO AO PACIENTE CARENTE.

OBJETIVOS: EVITAR QUE O PACIENTE CARENTE POR VENTURA POSSA CONTRAIR OUTRAS DOENÇAS OCASIONAIS. EFETUAR VISITA DOMICILIAR MENSAL COM OBJETIVO DE AVALIAR A NECESSIDADE DO USO DE TAL PRODUTO.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
6.13.1 Fraldas	Carentes Deficientes	Unidade	384	2.280,00	Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social
TOTAL				2.280,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
DIVISÃO DE ASSIST. SOCIAL À COMUNIDADE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

6.14 PROGRAMA: ALCOOLIVRE-SE

DIAGNOSTICO: A CIDADE APRESENTA UM GRANDE NÚMERO DE DEPENDENTES QUÍMICOS.

DIRETRIZES: ENCAMINHAR PARA TRATAMENTO PESSOAS EM ENTIDADES DE TRATAMENTO.

OBJETIVOS: TER UMA POPULAÇÃO MAIS SAUDÁVEL E EM CONSEQUÊNCIA FAMÍLIAS MAIS AJUSTADAS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
6.14.1 Encaminhar pessoas dependentes para tratamento e internação em entidades	Internação	Unidade	16	28.800,00	Recursos Próprios
6.14. 2 Cursos e Palestras	Cursos	Unidade	48	-----	Parceria com o AA e Igrejas
TOTAL				28.800,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
DIVISÃO DE ASSIST. SOCIAL À COMUNIDADE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

6.15 PROGRAMA: CESTAS BÁSICAS

DIAGNOSTICO: JÁ EXISTE O PROGRAMA DE ATENDIMENTO COM CESTAS BÁSICAS A FAMÍLIAS CARENTES, COM DISTRIBUIÇÃO DE 50 UNIDADES.

DIRETRIZES: MANTER O PROGRAMA PARA ATENDER SOMENTE DESEMPREGADOS.

OBJETIVOS: ATENDER EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA OS CHEFES DE FAMÍLIAS DESEMPREGADOS POR UM PERÍODO DE 3 MESES, APÓS CONFIRMAÇÃO DE CARÊNCIA PELO SERVIÇO SOCIAL.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
6.15.01 Cestas Básicas	Desempregados	Unidade	2.400	60.576,00	Recursos Próprios
TOTAL				60.576,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.01 PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DIAGNOSTICO: NESTA SECRETARIA ESTÃO LOTADOS QUATRO SERVIDORES

DIRETRIZES: SALÁRIO E PROVENTOS

OBJETIVOS: PAGAMENTO DE SALÁRIOS E PROVENTOS BEM COMO SEUS ENCARGOS

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MEDIDA	META	VALOR	FONTE
7.01.1.0 Desenvolvimento Econômico					
7.01.1.1 Salários	Servidor	Unidade	48	263.899.78	Recursos Próprios
7.01.1.2 13º Salários	Servidor	Unidade	4	21.991.65	Recursos Próprios
7.01.1.3 1/3 Férias	Servidor	Unidade	4	7.329.57	Recursos Próprios
7.01.1.4 INSS	Servidor	Unidade	48	0.00	Recursos Próprios
7.01.1.5 IPRECAL	Servidor	Unidade	48	51.928.41	Recursos Próprios
7.01.1.6 FGTS	Servidor	Unidade	48	0.00	Recursos Próprios
7.01.1.7 Inativos	Servidor	Unidade	48	0.00	Recursos Próprios
7.01.1.8 Salário Família	Servidor	Unidade	48	0.00	Recursos Próprios
TOTAL				345.149.41	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.03 PROGRAMA: DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MUDAS

DIAGNOSTICO: ALTO CUSTO DAS SEMENTES E POUCO ACESSO DOS PEQUENOS PRODUTORES EM FUNÇÃO DE SUA RENDA.

DIRETRIZES: OPORTUNIZAR O ACESSO DOS PEQUENOS PRODUTORES À SEMENTES DE FORMA SUBSIDIADA.

OBJETIVOS: MELHORIA DA RENDA DOS PEQUENOS PRODUTORES ATRAVÉS DO ACESSO A SEMENTES DE FORMA SUBSIDIADA

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.03.1 Aquisição e Distribuição de Sementes	sementes	sacas	2.000	90.000,00	Recursos Próprios
7.03.2 Aquisição e Distribuição Mudas Batata-Salsa	mudas	caixas	1.600	19.200,00	Recursos Próprios

7.03.3 Aquisição e Distribuição de mudas Frutíferas	mudas	unidade	20.000	30.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				139.200,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNIC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.04 PROGRAMA: APOIO A PARCERIAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PARA INCREMENTO DAS ATIVIDADES RURAIS, TAIS COMO: ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS, EPAGRI, CIDASC E INICIATIVA PRIVADA.

DIAGNOSTICO: A REALIDADE DEMONSTRA EXECUÇÃO DE TRABALHOS ISOLADOS ENTRE AS DIVERSAS ENTIDADES DO MUNICÍPIO.

DIRETRIZES: REALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS E PARCERIAS.

OBJETIVOS: OTIMIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ATIVIDADES RURAIS DESENVOLVIDAS PELO PODER PÚBLICO E AS DIVERSAS ENTIDADES.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.04.1 Convênio com o Sindicato Rural para Implementação do Programa de Inseminação Artificial	Inseminação Artificial	Unidade	1.440	24.000,00	Rec. Próprios
7.04.2 Convênio com a EPAGRI - Manutenção do Escritório Local e Assistência Técnica	Prog. Est. Assistência Técnica	Unidade	----	48.000,00	Rec. Próprios
7.04.3 Parcerias com Associações e Núcleos de Criadores	Reuniões	Unidade	20	-----	Recursos Rec. Próprios
7.04.4 Parcerias com a ACIACA/SEBRAE/ Sindicato Rural/ SENAR e EPAGRI.	Cursos	unidade	22	-----	Recursos Próprios
TOTAL				72.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.05 PROGRAMA: AGREGAÇÃO DE RENDA AOS PRODUTORES RURAIS E ESTÍMULO AO COOPERATIVISMO

DIAGNOSTICO: O PRODUTOR VENDE PRODUTOS SEM VALOR AGREGADO (IN NATURA), NECESSITANDO DE ORGANIZAÇÃO PARA MELHORAR SUA RENDA.

DIRETRIZES: OFERECER ALTERNATIVAS DE AGREGAÇÃO DE RENDA AOS PRODUTOS PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO E ORGANIZAR A CLASSE PRODUTORA.

OBJETIVOS: MELHORIA NA RENDA DAS PROPRIEDADES ATRAVÉS DA AGREGAÇÃO DE RENDA AOS PRODUTOS E ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.05.1 Apoio a Implantação de Agroindústrias Familiares Rurais	Selo de Qualidade dos Produtos Artesanais	Unidade	06	120.000,00	Banco do Brasil
TOTAL				120.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNIC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.06 PROGRAMA: MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E APOIO AS INICIATIVAS

DIAGNOSTICO: CARÊNCIA DE RECURSOS ECONÔMICOS E INFRAESTRUTURA DESTINADA A ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO SETOR PRIMÁRIO DO MUNICÍPIO.

DIRETRIZES: DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA O SETOR PRIMÁRIO, MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E INVESTIMENTO EM RECURSOS HUMANOS COM PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, SEMINÁRIOS E CONGRESSOS.

OBJETIVOS: OTIMIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MELHORIA DO ATENDIMENTO AO PRODUTOR RURAL.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.06.1 Aquisição de 02 (dois) veículos para Assistência Veterinária e Agronômica.	veículos	Unidades	02	32.000,00	Recursos Próprios
7.06.02 Aquisição de Máquinas e Equipamentos (Computador, Linha Telefônica e Internet)	Equipamentos	Unidades	01	6.000,00	Recursos Próprios
7.06.03 Recursos Audio-Visuais/Promocionais: (Retro-Projetor, Projetor de Slides, Máquina Fotográfica, TV e Vídeo)	Equipamentos	Unidades	01	3.000,00	Recursos Próprios
7.06.04 Acesso à Participação em Cursos/Seminários e Congressos	Cursos	Unidade	24	12.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				53.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNIC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.22 PROGRAMA: ASSISTÊNCIA TÉCNICA ATRAVÉS DOS ÓRGÃOS COMPETENTES

DIAGNOSTICO: SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AGRONÔMICA E VETERINÁRIA É IMPRESCINDÍVEL DEVENDO SER MANTIDO E ATÉ MELHORADO / MAXIMIZADO

DIRETRIZES: CONTINUIDADE DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AGRONÔMICA E VETERINÁRIA

OBJETIVOS: MELHORIA/CONTINUIDADE DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.22.1 Vide Programa de Melhoria e Infra-estrutura da Assistência Técnica e Apoio às iniciativas	Programas				Recursos Próprios
TOTAL					



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.07 PROGRAMA: ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS

DIAGNOSTICO: NECESSIDADE DE ACESSO A EVENTOS PARA TROCA DE EXPERIÊNCIAS, REALIZAÇÃO DE NEGÓCIOS E CONFRATERNIZAÇÃO.

DIRETRIZES: APOIAR INICIATIVAS DE ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS

OBJETIVOS: OPORTUNIZAR A PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E FEIRAS VISANDO A CONCRETIZAÇÃO DE NEGÓCIOS, TROCA DE EXPERIÊNCIAS E CONFRATERNIZAÇÃO.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.07.1 Apoiar a Organização e realização da Festa E.Ovelha	Infra-Estrutura Ovinoc./Propag.	Unidades	04	8.000,00	Recursos Próprios
7.07.2 Apoiar Organização a Realização EXPOAMA	Exposição	Unidades	04	6.000,00	Recursos Próprios
7.07.3 Organização e Participação em viagens de Produtores Rurais a feiras e eventos em outros municípios, seminários e palestras.	Viagens	Unidades	08	8.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				22.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNIC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.08 PROGRAMA: PROMOÇÃO DE CURSOS PARA AGRICULTORES E INCENTIVAR A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS JOVENS.

DIAGNOSTICO: NECESSIDADE DE QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTORES E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS JOVENS VISANDO À DIMINUIÇÃO DO ÊXODO RURAL.

DIRETRIZES: OPORTUNIZAR A PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES E JOVENS RURAIS EM CURSOS, SEMINÁRIOS E PALESTRAS.

OBJETIVOS: MANTER O JOVEM NO CAMPO.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.08.1 Organização de Palestras e Cursos	Palestras	Unidade	40	10.000,00	Recursos Próprios e Parcerias com Entid.
7.08.2 Organização de Dias de Campo	Dia de Campo	Unidade	08	4.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				14.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNIC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.09 PROGRAMA: INCENTIVAR E FACILITAR A AQUISIÇÃO DE INSUMOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

DIAGNOSTICO: ALTO CUSTO E DIFICULDADE DE ACESSO AO CRÉDITO PARA INVESTIMENTO/ CUSTEIO DA PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

DIRETRIZES: ORGANIZAR OS PRODUTORES, INCENTIVANDO E FACILITANDO O ACESSO Á COMPRA DE INSUMO E MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS..

OBJETIVOS: ACESSO DOS PRODUTORES Á COMPRA DE INSUMOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE FORMA FACILITADA E DESBUROCRATIZADA.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.09.1 Parceria com o Banco do Brasil para facilitar o acesso ao Crédito Rural	Reuniões	Unidade	08	-----	-----
7.09.2 Parcerias com entidades (ACIACA e Sindicatos) para organização de compra conjunta de Insumos, máquinas e equipamentos.	Reuniões	Unidade	10	-----	-----
TOTAL					

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNIC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.10 PROGRAMA: PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE CALCÁREO SUBSIDIADO

DIAGNOSTICO: SOLOS DO MUNICÍPIO EXCESSIVAMENTE ÁCIDOS E CONSEQUENTEMENTE BAIXA PRODUTIVIDADE.

DIRETRIZES: EXIGÊNCIAS DE: ANÁLISE DE SOLO, BLOCO DE NOTA DE PRODUTOR RURAL E CPF DO PRODUTOR.

OBJETIVOS: CORREÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO COM CONSEQUENTE AUMENTO DE PRODUTIVIDADE.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.10.1 Aquisição e Distribuição de Calcário	Calcário	Tonelada	15.000	160.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				160.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNIC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.11 PROGRAMA: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, PEÇAS E REPAROS DE VEÍCULOS

DIAGNÓSTICO: AUSÊNCIA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS.

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E COMBUSTÍVEIS PARA MELHORIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

OBJETIVOS: MELHORAR A QUALIDADE DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.11.1 Combustível para Veículos	Gasolina	Litros/ano	16.000	32.000,00	Recursos Próprios
7.11.2 Manutenção dos Veículos	Peças e Lubrificantes	Unidade	-----	9.600,00	Recursos Próprios
TOTAL				41.600,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNIC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.12 PROGRAMA: MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO QUIRIRI

DIAGNOSTICO: FALTA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA MANTER A ESTRUTURA DO CONSÓRCIO

DIRETRIZES: REPASSE DE VERBA.

OBJETIVOS: MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CONSÓRCIO QUIRIRI NO MUNICÍPIO.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.12.1 Convênio	Verba	Repasse/Anual	04	18.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				18.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNIC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.13 PROGRAMA: READEQUAÇÃO DO HORTO MUNICIPAL

DIAGNOSTICO: MUNICÍPIO POSSUE CARÊNCIA NA PRODUÇÃO DE MUDAS FLORESTAIS NATIVAS E EXÓTICAS ORNAMENTAIS E MEDICINAIS E NECESSIDADE DE RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR E PROTEÇÃO DAS NASCENTES PREVISTAS EM OUTROS PROGRAMAS.

DIRETRIZES: ESTRUTURAÇÃO DO HORTO MUNICIPAL PARA ATENDER A DEMANDA DE MUDAS.

OBJETIVOS: ATENDER O PRODUTOR RURAL COM MUDAS FLORESTAIS, ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE COM MUDAS ORNAMENTAIS, ATENDER A POPULAÇÃO COM MUDAS DE HORTALIÇAS E ERVAS MEDICINAIS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.13.1 Construção de Infra-estrutura	Infra- Estrutura	Unidade	01	10.000,00	Recursos Próprios
7.13.2 Equipamento de Irrigação	Equipamento	Unidade	01	12.000,00	Recursos Próprios

7.13.3 Micro-trator com Implementos	Equipamento	Unidade	01	18.000,00	Recursos Próprios
7.13.4 Estufas	Equipamento	Unidade	02	3.000,00	Recursos Próprios
7.13.5 Materiais Diversos	Equipamento	Unidade	02	5.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				48.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNIC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.14. PROGRAMA: INCENTIVO A PRODUTORES AGRO SILVO PASTORIS

DIAGNOSTICO: FALTA DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES EXISTENTES E DESENVOLVER NOVAS ATIVIDADES AGRO SILVO PASTORIS.

DIRETRIZES: ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS E PLANEJAMENTO REALIZAR AS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

OBJETIVOS: BENEFICIAR PESSOAS QUE TENHAM NA AGRICULTURA SUA ATIVIDADE PRINCIPAL.  
E EVITAR O ÊXODO RURAL

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.14.1 Execução de Trabalhos de Terraplanagem, ensaibramento construção de açudes e outros	Veículos	Unidade	Frota Municipal	100.000,00	Parceria com a Secretaria de Planejamento e Obras
TOTAL				* 100.000,00	

\* Valor computado na Secretaria de Obras

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.15 PROGRAMA: PRÓ MEIO AMBIENTE

DIAGNOSTICO: CARÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO MUNICÍPIO (RECURSOS NATURAIS), NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO.

DIRETRIZES: .DIVULGAR E EDUCAR A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO EM RELAÇÃO A NATUREZA.

OBJETIVOS: TER UMA POPULAÇÃO CONSCIENTE E CAPAZ DE EXERCER A CIDADANIA E O RESPEITO AO MEIO AMBIENTE

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.15.1 Folder sobre o Meio Ambiente	Folder	Unidade	20.000	8.000,00	Recursos Próprios
7.15.2 Palestras, Campanhas e Reuniões	Palestras	Unidade	08	-----	Parcerias
TOTAL				8.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.16 PROGRAMA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS

DIAGNOSTICO: NECESSIDADE DE CONSCIENTIZAÇÃO DAS CRIANÇAS/ADOLESCENTES QUANTO ÀS QUESTÕES AMBIENTAIS, BUSCANDO USAR A NATUREZA COMO RECURSO SUSTENTÁVEL.

DIRETRIZES: APOIAR INICIATIVAS DE CONSCIENTIZAÇÃO QUANTO À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

OBJETIVOS: CONSCIENTIZAÇÃO DE ESCOLAS E DISSEMINAÇÃO DE MUDANÇAS DE ATITUDES QUANTO À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.16.1 Realização de Palestras nas Escolas	Palestras	Unidade	68	1.000,00	Parceria com Secret. Educação
7.16.2 Elaboração da Cartilha Ecológica	Cartilha	Unidade	2.000	20.000,00	Recursos Próprios e Parcerias
TOTAL				21.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNIC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.17 PROGRAMA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL/ PRÁTICAS CONSERVACIONISTAS

DIAGNOSTICO: 40 % DO SOLO DO MUNICÍPIO NA ÁREA AGRÍCOLA NÃO TEM CONSERVAÇÃO DE SOLO

DIRETRIZES: CURSO DO SINDICATO RURAL ATRAVÉS DO SENAR, CURSOS DA EPAGRI, CURSOS DA SECRETARIA MUNICIPAL EM PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO.

OBJETIVOS: UTILIZAR PRÁTICAS CONSERVACIONISTAS EM 100 % DO SOLO DO MUNICÍPIO.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.17.1 Curso do Sindicato Rural/ SENAR	Curso	Unidade	08	4.000,00	SENAR
7.17.2 Curso da EPAGRI	Curso	Unidade	04	6.000,00	EPAGRI
7.17.3 Curso da Prefeitura Munic. Campo Alegre	Curso	Unidade	02	2.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				12.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNIC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.18 PROGRAMA: IMPLEMENTAÇÃO DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

DIAGNOSTICO: NECESSIDADE DE ORGANIZAR AS AÇÕES RELATIVAS AS QUESTÕES AMBIENTAIS

DIRETRIZES: APOIAR A CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

OBJETIVOS: CRIAÇÃO DO COMDEMA.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.18.1 Reunião	Reunião	Unidade	04	2.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				2.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNIC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.19 PROGRAMA: PARTICIPAÇÃO, PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE EVENTOS AMBIENTAIS

DIAGNOSTICO: A COMUNIDADE NÃO PARTICIPA DE FORMA EFETIVA, EXISTEM POUCOS EVENTOS NO MUNICÍPIO

DIRETRIZES: VER PARTICIPAÇÃO, PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO

OBJETIVOS: EVENTOS AMBIENTAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.19.1 Semana da Água	-----	-----	-----	15.900,00	Recursos Próprios
7.19.2 Semana do Meio Ambiente	-----	-----	-----	-----	Recursos Próprios
7.19.3 Dia da Proteção da Floresta e outros Eventos Ambientais etc...	-----	-----	-----	-----	Recursos Próprios
TOTAL				15.900,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNIC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.20 PROGRAMA: CONTROLE DO BORRACHUDO EM PARCERIA COM A SOCIEDADE

DIAGNOSTICO: ALTA INCIDÊNCIA DO SIMULÍDEO NO MUNICÍPIO.

DIRETRIZES: LEVANTAMENTO DA INCIDÊNCIA NAS COMUNIDADES  
LEVANTAMENTO DO PRODUTO BIOLÓGICO (BTI) NECESSÁRIO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

OBJETIVOS: CONTROLAR A INCIDÊNCIA DO BORRACHUDO A NÍVEL TOLERÁVEL.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
-------	---------	---------	------	-------	-------



7.20.1 Controle do Borrachudo	Levantamento e aplicação	Unidade	100 %	20.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				20.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNIC. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.21 PROGRAMA: PRESERVAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR E PROTEÇÃO DAS NASCENTES

DIAGNOSTICO: PROMOVER A RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR NAS MARGENS DE RIOS, RIACHOS, LAGOAS, ETC... EVITAR EROÇÃO E ASSOREAMENTO DOS MESMOS.

DIRETRIZES: ATRAVÉS DO PLANTIO DE ÁRVORES NATIVAS.

OBJETIVOS: PRODUÇÃO DE MUDAS NATIVAS NO HORTO, DISTRIBUIÇÃO ATRAVÉS DA FROTA MUNICIPAL E CONCIETIZAÇÃO DO PRODUTOR E PROPRIETÁRIOS DE ÁREAS DE TERRA EM GERAL.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.21.1 Produção de mudas nativas de diversas espécies e Distribuição para os produtores	Mudas	Unidade	40.000	30.000,00	Recursos Próprios
7.21.02 Distribuição aos produtores rurais de materiais de conscientização (folders e cartilhas)	Folder	Unidade	5.000	2.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				32.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.02 PROGRAMA: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DIAGNOSTICO: A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COMPREENDE AS DIVISÕES DE: AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, TURISMO E INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

DIRETRIZES: ADEQUAR E MODERNIZAR

OBJETIVOS: TER UM SETOR ÁGIL E EFICIENTE

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
-------	---------	---------	------	-------	-------

7.02.1 Coordenação e Manutenção	Manutenção	Unidade	-----	235.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				235.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO DE TURISMO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.23 PROGRAMA: PROMOÇÃO DO TURISMO: ECO, AGRO E RURAL.

DIAGNOSTICO: RECURSOS NATURAIS, PROPRIEDADES RURAIS COM POTENCIAL TURÍSTICO AINDA NÃO APROVEITADO

DIRETRIZES: CADASTRAMENTO, PLANO DIRETOR TURÍSTICO E DIVULGAÇÃO

OBJETIVOS: PROMOVER O ECO, AGRO E O TURISMO RURAL

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.23.1 Cadastramento de Propriedades	Censo	Unidade	01	6.000,00	SEBRAE
7.23.2 Implantação do Plano Diretor Turístico	Projeto	Unidade	01	40.000,00	Parceria
7.23.3 Divulgação	Folders	Unidade	20.000	10.000,00	Recursos Próprios
7.23.4 Programa de Incentivo para Feira Livre	Espaço	Unidade	01	25.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				81.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO DE TURISMO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.24 PROGRAMA: ADEQUAÇÃO DO CALÇADÃO PARA LAZER E EVENTOS.

DIAGNOSTICO: DIFICULDADE NA VENDA DE PRODUTOS E DO LOCAL PARA REALIZAR O LAZER COMUNITÁRIO

DIRETRIZES: PEQUENO PRODUTOR RURAL, PEQUENO ARTESÃO E ARTISTA EM INÍCIO DE CARREIRA

OBJETIVOS: FACILITAR A VENDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS, ARTESANATO LOCAL E DIVULGAR ARTISTAS LOCAIS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.24.1 Infra-Estrutura Básica no Calçadão (banco, banheiros e arborização)	Espaço	Unidade	01	20.000,00	Recursos Próprios
7.24.2 Coreto para Apresentações Artísticas	Espaço	Unidade	01	15.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				35.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO DE TURISMO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.25 PROGRAMA: DIVULGAÇÃO DA IMAGEM DO MUNICÍPIO ASSOCIADO AS SUAS BELEZAS NATURAIS

DIAGNOSTICO: MUNICÍPIO COM POTENCIAL TURÍSTICO DE ACORDO COM A EMBRATUR

DIRETRIZES: PROMOVER A DIVULGAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DO MUNICÍPIO COM POTENCIAL NA ÁREA DO ECOTURISMO E TURISMO RURAL.

OBJETIVOS: DIVULGAR O MUNICÍPIO A NÍVEL DE ESTADO, PAÍS E MUNDO EM RELAÇÃO AOS SEUS RECURSOS NATURAIS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.25.1 Centro de Informações Turísticas	Espaço	Unidade	01	39.000,00	Recursos Próprios
7.25.2 Aquisição de Máquinas e Equipamentos	Máquinas e Equipamentos.	Unidade	12	5.000,00	Recursos Próprios
7.25.3 Programa de Incentivo para Jardinagem		Unidade	01	5.000,00	Recursos Próprios
7.25.4 Projeto Paisagístico das margens da Rodovia SC 301	Projeto	Unidade	01	20.000,00	Recursos Próprios e Parcerias
TOTAL				69.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.26 PROGRAMA: PARCERIA COM O SINE / QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA

DIAGNOSTICO: FALTA DE QUALIFICAÇÃO DE JOVENS QUE QUEREM ENTRAR NO MERCADO DE TRABALHO E FALTA DE REQUALIFICAÇÃO DE EMPREGADOS QUE JÁ ESTÃO NO MERCADO DE TRABALHO

DIRETRIZES: CARTEIRA DE TRABALHO, CPF, TÍTULO ELEITORAL E CARTEIRA DE IDENTIDADE.

OBJETIVOS: TREINAR MÃO DE OBRA PARA AS VAGAS OFERECIDAS PELOS SETORES ECONÔMICOS LOCAIS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.26.1 Cursos Profissionalizantes	Curso	Unidade	80	-----	Parceria com o SINE
7.26.2 Central de Informações de Empregos	Escritório	Unidade	01	6.000,00	Parceria e Recursos Próprios
7.26.3 Convênio entre a Prefeitura Municipal/SINE/ACIACA E SEBRAE	Convênio	Unidade	01	2.500,00	Recursos Próprios
TOTAL				8.500,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.27 PROGRAMA: INCENTIVO Á INDÚSTRIAS JÁ INSTALADAS

DIAGNOSTICO: NECESSIDADE DE FORTALECER INDÚSTRIAS LOCAIS, DIVULGAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

DIRETRIZES: DAR INFRA-ESTRUTURA BÁSICA (ESTRADAS, LUZ, ÁGUA E TELEFONE).

OBJETIVOS: DIVULGAR A INDÚSTRIA LOCAL E DAR INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.27.1 Melhorar a Infra-Estrutura Básica	Serviços	Unidade	40	-----	Recursos Próprios (Secretaria de Obras)
7.27.2 Apoio para Participação de Feiras e Eventos	Stand	Unidade	08	16.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				16.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.28 PROGRAMA: ATRAÇÃO DE NOVAS EMPRESAS ECOLOGICAMENTE CORRETAS

DIAGNOSTICO: NECESSIDADE DE AUMENTAR A ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS, GERAÇÃO DE NOVOS EMPREGOS, INDUSTRIALIZAR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.

DIRETRIZES: QUE MATRIZ DA EMPRESA ESTEJA INSTALADA NO MUNICÍPIO CONTRATANDO PREFERENCIALMENTE FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO E RESPEITE AS NORMAS AMBIENTAIS E A NATUREZA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO.

OBJETIVOS: AUMENTAR A ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS GERAR EMPREGOS, AGREGAR VALOR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL E COMERCIAL ECOLOGICAMENTE CORRETAS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.28.1 Divulgação do Potencial do Município	Imprensa	Unidade	04	4.800,00	Recursos Próprios
7.28.2 Infra-Estrutura Básica (Energia Elétrica, asfalto e gás)	Projetos	Unidade	01	300.000,00	Governo do Estado
7.28.3 Terreno para Instalação de Condomínio	Terreno	Unidade	01	100.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				404.800,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.29 PROGRAMA: DESENVOLVER VOCAÇÃO AGRO-INDUSTRIAL

DIAGNOSTICO: AGREGAR VALOR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, ORGANIZAR O PRODUTOR EM GRUPOS, VIABILIZAR RECURSOS.

DIRETRIZES: SELO DO CONSÓRCIO QUIRIRI

OBJETIVOS: UTILIZAR O SELO DO CONSÓRCIO QUIRIRI, UTILIZAR RECURSOS DISPONÍVEIS NA REDE BANCÁRIA, ASSOCIATIVISMO.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.29.1 Alocar Recursos para Construção	Projetos	Unidade	15	450.000,00	Banco do Brasil
7.29.2 Estrutura para controlar o Selo	Veículo	Unidade	01	-----	Utilizar estrutura já existente
TOTAL				450.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.30 PROGRAMA: CONCORRÊNCIA PÚBLICA / COMÉRCIO LOCAL

DIAGNOSTICO: EVITAR QUE O DINHEIRO PÚBLICO SAIA DO MUNICÍPIO, PROCURAR INCENTIVAR O COMÉRCIO LOCAL.

DIRETRIZES: CONFORME LEI, INCENTIVAR QUE EMPRESAS LOCAIS PARTICIPEM DE LICITAÇÕES.

OBJETIVOS: DEIXAR DINHEIRO PÚBLICO NO MUNICÍPIO E INCENTIVAR O COMÉRCIO LOCAL.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.30.1 Convênio ACIACA	Convênio	-----	04	1.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				1.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

7.31 PROGRAMA: APOIAR E PARTICIPAR DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENTIDADES DE CLASSES PATRONAIS E LABORAIS.

DIAGNOSTICO: FALTA DE INTEGRAÇÃO ENTRE AS CLASSES PATRONAIS E LABORAIS

DIRETRIZES: APOIAR INICIATIVAS DE ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES.

OBJETIVOS: UNIÃO DAS CLASSES PATRONAIS E LABORAIS NA ÁREA INDÚSTRIAL, COMERCIAL E AGROPECUÁRIA

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
7.31.1 Cursos Profissionalizantes	Curso	Unidade	40	40.000,00	Recursos Próprios Governo Federal/SINE/SENAR/SE-NAC/SENAI E SEBRAE
7.31.2 Programa de Incentivo a pequenas Cooperativas de Bairros	Projetos	Unidade	10	10.000,00	Parceria com Secretaria de Assistência social e Recursos Próprios
TOTAL				50.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.01 PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

DIAGNOSTICO: NESTA SECRETARIA ESTÃO LOTADOS 46 SERVIDORES

DIRETRIZES: SALÁRIO E PROVENTOS

OBJETIVOS: PAGAMENTO DE SALARIOS, PROVENTOS E ENCARGOS SOCIAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
8.01.1 - Obras					
8.01.1.1 Salários	Servidor	Unidade	48	1.157631.47	Recursos Próprios
8.01.1.2 13º Salários	Servidor	Unidade	4	96.041.32	Recursos Próprios
8.01.1.3 1/3 Férias	Servidor	Unidade	4	32.013.77	Recursos Próprios
8.01.1.4 INSS	Servidor	Unidade	48	3.519.82	Recursos Próprios
8.01.1.5 IPRECAL	Servidor	Unidade	48	177.985.84	Recursos Próprios
8.01.1.6 FGTS	Servidor	Unidade	48	1.340.96	Recursos Próprios
8.01.1.7 Inativos	Servidor	Unidade	48	72.552.97	Recursos Próprios
8.01.1.8 Salário Família	Servidor	Unidade	48	23.369.30	Recursos Próprios
TOTAL				1.564.455.45	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.02 PROGRAMA: - URBANIZAÇÃO DE VIAS



DIAGNOSTICO: O MUNICIPIO POSSUI 19,700Km DE VIAS NÃO PAVIMENTADAS

DIRETRIZES: FAZER A SUB-BASE E TUBULAÇÃO PLUVIAL PARA PAVIMENTAÇÃO

OBJETIVOS: PREPARAÇÃO DA SUB-BASE ,TUBULAÇÃO PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
8.02.1 Vias Urbanas (7.290Mx9M)	Vias	M2	65.610	1.219.603.00	Recursos Próprios
TOTAL				1.219.603.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.03 PROGRAMA: MORAR BEM

DIAGNOSTICO: DEFICIT HABITACIONAL

DIRETRIZES: AUXILIO MORADIA

OBJETIVOS: CONSTRUÇÃO DE UM CONJUNTO HABITACIONAL PARA FAMILIA DE BAIXA RENDA

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
8.03.1 Saneamento Plu- vial / Saneamento Básico	Tubos	Pecas	4000	80.000.00	Recursos Próprio
TOTAL				80.000.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.07 PROGRAMA: AMPLIAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO CEMITÉRIO

DIAGNOSTICO: UM CEMITERIO NA AREA CENTRAL

DIRETRIZES: CONSERVAÇÃO E AMPLIAÇÃO

OBJETIVOS: MODERNIZAR E AMPLIAR O CEMITÉRIO

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
8.07.01 Muro de Arrimo e Cerca	Muro	M2	375	15.000.00	Recursos Próprios

8.07.02 Ampliação do Cemitério (Aquisição Terreno)	Terreno	M2	-X-	20.000.00	Recursos Próprios
TOTAL				35.000.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS  
PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.04 PROGRAMA: ÁGUA POTÁVEL

DIAGNOSTICO: COMUNIDADES SEM ÁGUA POTÁVEL

DIRETRIZES: IMPLANTAÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL EM COMUNIDADES DESABASTECIDAS

OBJETIVOS: FIRMAR CONVÊNIO P/IMPLANTAÇÃO DE REDE HIDRÁULICA

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
8.04.1 IMPLANTAÇÃO DE REDE HIDRÁULICA (CONVENIO COM A CASAN)	REDE HID.	SISTEMA	2	10.000.00	RECURSO PRÓPRIO
TOTAL				10.000.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.05 PROGRAMA: AQUISIÇÃO DE VEICULOS

DIAGNOSTICO: NECESSIDADE DE MAIS VEÍCULOS E MÁQUINAS PARA MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

DIRETRIZES: IMPLEMENTAÇÃO DE MAQUINÁRIOS

OBJETIVOS: MANUTENÇÃO DE VIAS PUBLICAS E SERVIÇOS GERAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
8.05.1 Caminhão Traçado e Trucado com Basculante	Veiculo	Peça	003	330.000.00	Recursos Próprios
8.05.2 Retro Escavadeira	Veiculo	Peça	001	180.000.00	Recursos Próprios
8.05.3 Motoniveladora	Veiculo	Peça	001	280.000.00	Recursos Próprios
8.05.4 Trator de Pneu	Trator	Peça	001	91.000.00	Recursos Próprios
TOTAL				881.000.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.08 PROGRAMA: MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

DIAGNOSTICO: MELHORAR A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE OBRAS

DIRETRIZES: MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA SECRETARIA

OBJETIVOS: COMPREENDE NO ABASTECIMENTO E SUPRIMENTO DA SECRETARIA (DESPESAS ORIUNDAS DE COMBUSTÍVEL, BORRACHARIA, PNEUS, PEÇAS, LUBRIFICANTES, OFICINAS, SAIBROS, TUBOS, MADEIRAS, COLETAS DE LIXO, PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ETC ...

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTES
8.08.1 Manutenção e Conservação	Serviços	*****	48	1.706.000.00	Recursos Próprios
TOTAL				1.706.000.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

8.06 PROGRAMA: RECUPERAÇÃO DE VIAS

DIAGNOSTICO: O MUNICIPIO TEM 295 KM DE VIAS PÚBLICAS

DIRETRIZES: MELHORIA E MANUTENÇÃO VIAS PÚBLICAS

OBJETIVOS: CONSERVAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTES
8.06.1 Recuperação do asfalto de Fragosos c/ 2.500m	Asfalto	M2	22.500	320.000.00	Recursos Próprios
8.06.2 Conservação permanente de estradas, bueiros e pontes da Área Rural	Estradas	km	250	120.000.00	Recursos Próprios
8.06.3 Conservação permanente das vias urbanas pavimentadas ou não.	Vias	km	45	20.000.00	Recursos Próprios
8.06.4 Recuperação e alargamento das Estradas do Município.	Estradas	Km		20.000.00	Recursos Próprios
8.06.5. Infra-estrutura p/ Indústria conforme programa de divisão de Comércio e Indústria de acordo com o Programa de Incentivo Agro Silvo Pastoril	Programa		4	186.000.00	Recursos Próprios
TOTAL				666.000.00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE CAMPO ALEGRE  
RESERVA DE CONTINGÊNCIA

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

## 9.00 PROGRAMA: RESERVA DE CONTINGÊNCIA

DIAGNOSTICO: A LRS ESTABELECE QUE TODOS OS ENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTABELEÇAM RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

DIRETRIZES: RESERVAR 10 % DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA PARA CONSTITUIR RESERVA DE CONTINGÊNCIA

OBJETIVOS: ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS SURTIDOS NO DECORRER DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
9.01.1 Reserva de Contingência	-----	-----	-----	2.745.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				2.745.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

10.1 PROGRAMA: - PESSOAL DA FUNDAÇÃO DE DESPORTO E CULTURA

DIAGNOSTICO: ESTA FUNDAÇÃO CONTA COM 2 SERVIDORES

DIRETRIZES: SALARIO E PROVENTOS

OBJETIVOS

PAGAMENTO DE SALARIOS, PROVENTOS E ENCARGOS SOCIAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
10.01.1 - Fundação					
10.01.2 - Salários	Servidor	Unidade	48	37.021.98	Recursos Próprios
10.01.3 - 13º Salários	Servidor	Unidade	4	3.085.31	Recursos Próprios
10.01.4 - 1/3 Férias	Servidor	Unidade	4	1.030.30	Recursos Próprios
10.01.5 - INSS	Servidor	Unidade	48	0.00	Recursos Próprios
10.01.6 - IPRECAL	Servidor	Unidade	48	1.688.10	Recursos Próprios
10.01.7 - FGTS	Servidor	Unidade	48	0.00	Recursos Próprios
10.01.8 - Inativos	Servidor	Unidade	48	0.00	Recursos Próprios
10.01.9 - Salário Família	Servidor	Unidade	48	1.263.20	Recursos Próprios
TOTAL				44.088.89	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
FUNDAÇÃO DE DESPORTO E CULTURA

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

10.02 PROGRAMA: - CULTURA PARA TODOS/ESPORTE É VIDA SAUDÁVEL

DIAGNOSTICO: O MUNICIPIO POSSUI: UMA BANDA MUSICAL, 4 CORAIS, UMA ESCOLA DE MUSICA, UM ESPAÇO CULTURAL, TRÊS GRUPOS FOLCLÓRICOS, UM GRUPO DE DANÇA. UM GINÁSIO DE ESPORTES, UMA PRAÇA DE ESPORTES E VÁRIAS QUADRAS POLIESPORTIVAS.

DIRETRIZES: AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS/ESPOTIVOS, INTERCÂMBIO, CURSOS, CAMPANHAS EDUCATIVAS CULTURAIS, ESPORTIVAS E SOCIAIS.

OBJETIVOS: INTEGRAÇÃO CULTURAL/ESPORTIVA NO MUNICIPIO E OUTROS MUNICÍPIOS, DESCOBRIR NOVOS TALENTOS, CONCIETIZAR A JUVENTUDE E ORIENTA-LA EM SUAS APTIDÕES PROFISSIONAIS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
1 - CULTURA					
10.02.01.1 Aquisição de Equipamento de Som	Equipamento	Conjunto	01	5.000,00	Recursos Próprios
10.02.01.2 Aquisição de Palco Desmontável	Equipamento	Unidade	01	5.000,00	Recursos Próprios
10.02.02.0 Escola de Musica José Ernesto Froehner					
10.02.02.1 Registro na Secretaria Estadual de Educação	Registro	-x-	01	450,00	Recursos Próprios
10.02.02.2 Promoção de Audições	Evento	Unidades	04	300,00	Recursos Próprios
10.02.02.3 Aquisição de um Microcomputador completo	Equipamento	Unidade	01	2.000,00	Recursos Próprios
10.02.03.0 Banda Musical - BAMUCA					
10.02.03.1 Criação APP	Associação	-x-	01	200,00	Recursos Próprios
10.02.03.2 Aquisição de Instrumentos Musicais	Instrumentos	Unidades	120	7.000,00	Recursos Próprios
10.02.03.3 Reforma e Manutenção Instrumentos Musicais	Instrumentos	Unidades	60	3.000,00	Recursos Próprios
10.02.04.0 Viagens de Intercambio/Nacional e Internacional	Viagens	Unidades	04	4.000,00	Recursos Próprios
10.02.04.1 Filiação na Federação Catarinense de Bandas	Filiação	Unidade	01	180,00	Recursos Próprios
10.02.04.2 Participação em Festivais	Eventos	Unidades	09	4.000,00	Recursos Próprios
10.02.05.0 Formação Grupo Teatral e Apresentações	Grupo	Unidade	01	2.000,00	Recursos Próprios
10.02.06.0 Manutenção Grupo Coral	Grupo	Unidade	01	1.774,61	Recursos Próprios
10.02.07.0 Biblioteca					
10.02.07.1 Aquisição de Acervos	Acervo	Unidades	Vários	4.000,00	Recursos Próprios
10.02.07.2 Informatização - Biblioteca Virtual	Equipamento	Unidade	01	2.000,00	Recursos Próprios
10.02.07.3 Aquisição de Equipamento Material Permanente	Equipamento	Unidades	Vários	2.000,00	Recursos Próprios
10.02.08.0 Campanhas Sócios Educacionais	Campanhas	Unidades	Várias	3.000,00	Recursos Próprios
10.02.09.0 Criação de Arquivo Histórico	Único	Unidades	01	3.000,00	Recursos Próprios
10.02.10.0 Semana Alusiva Aniversario do Município					
10.02.10.1 Festival de Bandas e Fanfarras	Eventos	Unidades	04	3.000,00	Recursos Próprios
10.02.10.2 Retreta Musical	Eventos	Unidades	04	750,00	Recursos Próprios
10.02.10.3 Dia Cultural (Apresentação Teatro e Outros)	Eventos	Unidades	04	500,00	Recursos Próprios
10.02.10.4 Show de Encerramento	Eventos	Unidades	04	4.000,00	Recursos Próprios
10.02.11.0 Festival de Dança	Eventos	Unidades	04	2.250,00	Recursos Próprios
10.02.11.1 Datas Alusivas: Natal, Páscoa, 7 Setembro outros	Eventos	Unidades	16	3.000,00	Recursos Próprios
10.02.12.0 Casa da Cultura					
10.02.12.1 Reforma do Prédio	Reforma	Unidade	01	7.000,00	Recursos Próprios
10.03.01.0 Construção de Equip. Desportivos					
10.03.01.1 Pista de Skate	Pista	Unidade	01	10.000,00	Recursos Próprios
10.03.01.2 Quadra no Conj. Hab. Bela Vista	Quadra	Unidade	01	18.000,00	Recursos Próprios
10.03.01.3 Quadra no bairro Belo Horizonte	Quadra	Unidade	01	18.000,00	Recursos Próprios
10.03.02.0 Manutenção, Reforma Equip. Desportivos					
10.03.02.1 Ginásio de Esportes	Ginásio	Unidade	01	8.000,00	Recursos Próprios
10.03.02.2 Quadras Esportivas	Quadra	Unidades	04	10.000,00	Recursos Próprios
10.03.02.3 Praça de Esportes Mauricio Foitte	Praça	Unidade	01	6.000,00	Recursos Próprios
10.03.02.4 Materiais Diversos: Traves, Alambrados outros	Material	Unidade	Vários	6.000,00	Recursos Próprios
10.03.02.5 Aquisição de um Veículo "Tipo Van"	Veículo	Unidade	01	18.000,00	Recursos Próp./Conv
10.03.03.0 Aquisição de Materiais Desportivos					
10.03.03.1 Uniformes	Uniformes	Conjuntos	06	3.600,00	Recursos Próprios
10.03.03.2 Agasalhos	Agasalho	Unidade	30	2.100,00	Recursos Próprios
10.03.03.3 Bolas	Material	Unidades	60	3.000,00	Recursos Próprios
10.03.03.4 Apito, cronômetro e outros	Materiais	Unidades	Vários	600,00	Recursos Próprios
10.03.04.0 Criação Escolinhas Desportivas					
10.03.04.1 Criação da "APE"(Ass. de Pais e Esportistas)	-x-	-x-	01	250,00	Recursos Próprios
10.03.04.2 Aquisição de Uniformes	Uniformes	Unidades	48	480,00	Recursos Próprios
10.03.05.0 Jogos Integração da Terceira Idade	Evento	Unidades	06	1.800,00	Recursos Próprios
10.03.06.0 Programa de Incentivo Prática de Esporte	Programa	Unidades	Vários	3.000,00	Recursos Próprios
10.03.07.0 Part. Evento Fesp. (mol. Bom de bola e outros)					
10.03.07.1 Transportes	Transportes	Unidades	Vários	3.600,00	Recursos Próprios
10.03.07.2 Alimentação	Refeições	Unidades	Várias	6.000,00	Recursos Próprios
10.03.07.3 Inscrição das Modalidades	Inscrições	Unidades	Várias	1.050,00	Recursos Próprios
10.03.07.4 Hospedagem	Hospedagem	Unidades	Várias	900,00	Recursos Próprios
10.03.07.5 Desp. Diversas: Água, Primeiros Socorros outros	Material	Unidades	Vários	300,00	Recursos Próprios
10.03.08.0 Cursos de Aperfeiçoamentos					
10.03.08.1 Professores de Educação Física	Cursos	Unidades	04	1.500,00	Recursos Próprios
10.03.09.0 Promoção de Eventos Comemorativos					
10.03.09.1 Programação Aniversario do Município	Evento	Unidades	04	4.000,00	Recursos Próprios

10.03.10.0 Torneios - Arbitragem e Premiação					
10.03.10.1 Jogos futebol de salão	Jogos	Unidades	04	5.000.00	Recursos Próprios
10.03.10.2 Jogos futebol de campo	Jogos	Unidades	04	6.000.00	Recursos Próprios
10.03.10.3 Jogos futebol suíço	Jogos	Unidades	04	5.000.00	Recursos Próprios
10.03.11.0 Despesas Operacionais					
10.03.11.1 Consumo de Água	Fatura	Unidades	048	4.903.70	Recursos Próprios
10.03.11.2 Consumo de Energia Elétrica	Fatura	Unidades	048	12.156.00	Recursos Próprios
10.03.11.3 Gastos com Comunicações - Telefone e outros	Fatura	Unidades	048	12.052.80	Recursos Próprios
10.03.11.4 Combustível e manutenção de Veículos	Material	Unidades	048	15.800.00	Recursos Próprios
10.03.11.5 Material de expediente	Material	Unidades	048	1.000.00	Recursos Próprios
10.03.12.1 Salários	Servidor	Unidade	48	136.000.00	Recursos Próprios
10.03.12.2 13º Salários	Servidor	Unidade	4	2.835.00	Recursos Próprios
10.03.12.3 1/3 Férias	Servidor	Unidade	4	945.00	Recursos Próprios
10.03.12.4 INSS	Servidor	Unidade	48	9.576.00	Recursos Próprios
10.03.12.5 IPRECAL	Servidor	Unidade	48	18.958.00	Recursos Próprios
10.03.12.6 FGTS	Servidor	Unidade	48	0.00	Recursos Próprios
10.03.12.7 Inativos	Servidor	Unidade	48	0.00	Recursos Próprios
10.03.12.8 Salário Família	Servidor	Unidade	48	0.00	Recursos Próprios
10.03.13.1 Reserva de Contingência	Reserva		48	51.000.00	Recursos Próprios
TOTAL				475.911.11	

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - PRECAL

## PLANO PLURIANUAL 2002/2005

## PROGRAMA

## 11.01.00 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL.

## DIAGNOSTICO: O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA POSSUI 219 SERVIDORES VINCULADOS AO INSTITUTO

## DIRETRIZES:: ADMINISTRAR O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA CONFORME DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

## OBJETIVOS: CONSTITUIR UM FUNDO CAPAZ DE GARANTIR APOSENTADORIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
11.01.1.0 Pessoal					
11.01.1.1 Salário	Servidor		41	65.000.00	Recursos Próprios
11.01.1.2 13º salário	Servidor		4	6.000.00	Recursos Próprios
11.01.1.3 1/3 Férias	Servidor		4	2.600.00	Recursos Próprios
11.01.2.0 Despesas					
11.01.2.1 ASSIST. JURÍDICA					
11.01.2.2 Perito Médico			48	10.000.00	Recursos Próprios
11.01.2.3 Telefone			96	2.000.00	Recursos Próprios
11.01.2.4 INTERNET	Serviço		48	5.000.00	Recursos Próprios
11.01.2.5 Material de Expediente	Serviço		48	1.500.00	Recursos Próprios
11.01.2.6 Suprimento e SOFT de Informática	Serviço	Vários		1.000.00	Recursos Próprios
11.01.2.7 Auditoria e Calculo Atuarial	Serviço	Vários		4.000.00	Recursos Próprios
	Material	4		15.000.00	Recursos Próprios
11.01.3.0 Assistência e Previdência	Suprimentos				
11.01.3.1 Aposentadoria e Reforma	Serviço		06	160.000,00	Recursos Próprios
11.01.3.2 Pensão			04	40.000,00	Recursos Próprios
11.01.4.0 RESERVA DE CONTINGÊNCIA			48	988.000,00	Recursos Próprios
11.01.4.1 Reserva De Contingência					
TOTAL				1.300.000,00	



# Campos Novos

## PREFEITURA

### Pregão Presencial 71/2014

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS  
PROCESSO Nº 146/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 24 de setembro de 2014 às 09h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min, diariamente.

Campos Novos, 12 de setembro de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº3/2014.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.  
PROCESSO Nº 34/2014.  
INEXIGIBILIDADE 03/2014.  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW COM OS CANTORES TEIXEIRINHA FILHO & NETO E BANDA, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2014, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, ARTIGO 25, INCISO III.  
VALOR: R\$ 9.580,00 (Nove mil e quinhentos e oitenta reais).

Campos Novos, 11 de Setembro de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal.

### AVISO TP 05-2014 RAMPAS ESF

AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 26/09/2014 às 09:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Tomada de Preços, tendo como objeto EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E SERVIÇOS) PARA CONSTRUÇÃO DE RAMPA DO POSTO DE SAÚDE BAIRRO JARDIM BELA VISTA- SÃO JOSE OPERARIO E EXECUÇÃO DE RAMPA DE ACESSO AO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO SANTO ANTONIO DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 11 de setembro de 2014.  
Nelson Luiz de Paula  
Secretario Municipal de Saúde

### AVISO PP 09/2014 - F.H.J.A.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS  
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2014

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 23/09/2014 às 14h e 30min na sala de reuniões da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, Pregão Presencial do Tipo Menor preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA IMPRESSÃO DE FORMULÁRIOS PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO FORMULÁRIO DE PROPOSTA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou no Departamento de compras e licitações da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 8h 30min às 12h e das 13h 30min às 18h diariamente.

Campos Novos, 11 de setembro de 2014.  
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio  
Iracema Trucolo Wilpert  
Administradora

# Canoinhas

## PREFEITURA

### Edital Nº. 043/2014

EDITAL Nº. 043/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 085 de 18 de maio 2012;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

#### RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS - Cadastro Nacional

de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 03 de setembro de 2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 043/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: SERVENTE

JURACI DE LOURDES FERREIRA DE QUADROS

CARGO: ENFERMEIRO - ESF

SUZANE SABRINA METZGER SCHPAK

### EDITAL Nº. 044/2014

EDITAL Nº. 044/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 085 de 18 de maio 2012;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

**RESOLVE:**

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os

concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 09 de setembro de 2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 044/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA

ROGER DA COSTA SCALCO

**EDITAL Nº. 045/2014**

EDITAL Nº. 045/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2013.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 08 de novembro 2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

**RESOLVE:**

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);

e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);  
f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);  
g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);  
h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;  
i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;  
j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;  
k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;  
l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;  
m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);  
n) 1 Fotografia 3X4 recente;  
o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);  
p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;  
q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 09 de setembro de 2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 045/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: MÉDICO OFTALMOLOGISTA

FERNANDO ENDLER CARVALHO

## **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 71/2014**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/14

HOMOLOGAÇÃO: 11/09/14

CONTRATADO: JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS, MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, E OUTROS, DESTINADOS AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RURAL DE SANTA BÁRBARA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.045,50 (dezesesseis mil e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos)

DATA: 11/09/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

## **PUBLICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO DO RECURSO ADMINISTRATIVO REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 13/2014** **DECLARAÇÃO EFEITO SUSPENSIVO**

Assunto: Recurso Administrativo/ habilitação em licitação - Tomada de Preços n.º PMC 13/2014 - Protocolo 4873 de 22/08/2014.

Diante da alegação da empresa Rocha Empreendimentos Ltda de que a empresa Implantest não cumpriu com o item 6.2.21 do edital, afirmando que a empresa apresentou atestado de execução de obra de obra de 2.321,94m2 em apenas 19 dias e que ao pedir informações sobre a obra ao Gerente da empresa Abi Belém e Cia Ltda, foi informada de que a referida empresa apenas executou parte da obras e não sua totalidade.

A Comissão de Licitação está diligenciando junto a empresa Abi Belém e Cia Ltda, porém até o presente momento não conseguiu informações precisas sobre a execução das obras objeto dos questionamentos da empresa Rocha Empreendimentos Ltda.

Diante disto, resolvemos suspender os prazos para responder os recursos da Tomada de Preços n.º PM 13/2014 pelo prazo de até 15 dias.

Publique-se,

Intime-se o impetrante,

Canoinhas, 04 de setembro de 2014.

PAULO CESAR SAFANELLI

Presidente da Comissão de Licitação

Município de Canoinhas



**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
Nº PMC 110/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 160/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 110/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 25/09/2014, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE ESPIGÃO DE FIBRO-CIMENTO E TELHA TRANSPARENTE ONDULADA 1,10X2,44, DESTINADOS À EBM BENEDITO THEREZIO CARVALHO. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 25/09/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**Publicação do Edital de Tomada de Preços Nº PMC  
17/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 161/2014  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 17/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 02/10/2014, às 10h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS ESCRITAS E TÍTULOS (CONFORME O CASO), PARA O PROVIMENTO DE CARGOS, NA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 02/10/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

Publicação do Resultado Final do Pregão Presencial Nº PMC 97/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano: 144/2014  
Licitação.....: 97/2014 - PR  
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO DO VALOR EM METRO CÚBICO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESENTUPIMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS ORIUNDOS DE FOSSAS SEPTICAS, CAIXAS DE GORDURA E SUMIDOUROS, DESTINADOS A PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS.

Processo Administrativo: 5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Total dos Itens Vencedores: 34.650,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	15130	-	LIMPEZA, DESENTUPIMENTO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS DE FOSSAS	-	Unidade: M3		
12788	G R SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA. - ME		700,000	0,0000	49,5000	34.650,00	Venceu	1 *****
12914	MULLER PILLATI & PILLATI LTDA ME		700,000	0,0000	50,0000	35.000,00	Desclassif.	2
8142	PRESTADORA DE SERVICOS DUFFECK LTDA.		700,000	0,0000	75,0000	52.500,00	Desclassif.	3

Canoinhas,	Em	.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	.....	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	.....	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	.....	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	.....	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	.....	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	.....	28.754/SC
VANESSA LANGER -	.....	CRC/SC 028524/O-0



**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria Nº 35/2014 - Concede Férias**

PORTARIA Nº 35/2014

CONCEDE FÉRIAS

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora Roseli Engel, ocupante do cargo de Telefonista, referente ao período aquisitivo de 08/03/2013 à 07/03/2014, que serão usufruídas do dia 15/09/2014 à 14/10/2014.

Art. 2º Fica deferido o adicional de um terço sobre a remuneração, conforme o disposto no Art. 115, da Lei 2305 de 03/07/1990, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas.

Art. 4º - As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 10 de setembro de 2014.

João Grein

Presidente

Renato Pike

1º Secretário

Chiquinho da Silva

2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 10 de setembro de 2014.

**Portaria Nº 36/2014 - Concede Férias**

PORTARIA Nº 36/2014

CONCEDE FÉRIAS

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

**RESOLVE**

Art. 1º - Converter 10 (dez) dias de abono pecuniário referente as férias do servidor FRANCISCO RODRIGO DE MELLO, ocupante do Assessor de Comunicação, referente ao período aquisitivo de 01/02/13 à 31/01/2014.

Art. 2º As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 11 de setembro de 2014.

João Grein

Presidente

Renato Pike  
1º SecretárioChiquinho da Silva  
2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 11 de setembro de 2014.

# Capinzal

## PREFEITURA

### Edital 025/2014

EDITAL Nº 025, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a promoção dos servidores que compõem a carreira do Magistério Público Municipal

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme a Lei Complementar nº 045/2000 e Lei Complementar nº 168/2014;

Estabelece normas para a realização do Processo de Promoção dos servidores que compõem a carreira do Magistério Público Municipal, que se regerá pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

#### I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A promoção para o servidor ocupante do cargo de carreira do Magistério Público Municipal, de que trata este Edital, será realizada sob a responsabilidade da Diretoria de Ensino, sob a supervisão da Secretária da Educação e Diretoria de Recursos Humanos, e em colaboração com as Comissão de Avaliação de cada estabelecimento de ensino.

#### II - DOS REQUISITOS

2.1 Para obter direito à promoção de que trata o artigo 10 da Lei Complementar nº 168/2014, o servidor deverá cumprir os seguintes requisitos:

2.1.1. Ser titular do cargo de Professor I ou Professor II.

2.1.2. Ter cumprido o interstício de dois (02) anos de efetivo exercício.

2.1.3. Ter sido aprovado no estágio probatório.

2.1.4. Ter atingido a média mínima de sete (7,0) na avaliação de desempenho, considerando os seguintes critérios:

I - qualidade e produtividade no trabalho;

II - iniciativa, presteza e aproveitamento em programas de capacitação;

III - assiduidade e ética profissional;

IV - compromisso com a política pedagógica da escola, em consonância com o art. 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

2.1.5. Estar desempenhando efetivamente o exercício de cargo na carreira do Magistério.

2.1.6. Apresentar certificados de cursos de capacitação de, no mínimo, oitenta (80) horas, em instituições credenciadas.

2.1.6.1. Serão considerados apenas os cursos diretamente relacionados à Educação.

2.1.6.2. Cada certificado deverá ter uma carga horária mínima de dezesseis (16) horas.

#### III - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

3.1. A Secretaria da Educação, através da Diretoria de Ensino, após o cômputo das médias e das horas de curso apresentadas pelo servidor com seus devidos certificados - e publicará no site da Prefeitura Municipal de Capinzal ([www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)) e no Diário Oficial dos Municípios, no dia 17 de setembro de 2014, a listagem da classificação final dos servidores que terão direito à promoção.

#### IV - DOS RECURSOS

4.1 Será admitido recurso, que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, devidamente fundamentado e apresentado no prazo máximo de dois (2) dias úteis, imprerivelmente, até às 17h30min contados após a data da divulgação da classificação final, ou seja, dia 19 de setembro de 2014.

4.2 O recurso deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) ser datilografado ou digitado, em duas vias, assinadas;
- b) ser fundamentado, com argumentação lógica e consistente;

4.3 Os recursos deverão ser entregues e protocolados na Secretaria da Educação, e serão apreciados pela Diretoria de Ensino, juntamente com as Comissões de Avaliação designadas para atuar em cada estabelecimento de ensino.

4.4 Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos.

4.5 Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, Internet ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e indeferidos.

4.6 As decisões dos recursos serão dadas a conhecer, coletivamente.

#### V - DA HOMOLOGAÇÃO

5.1 O resultado final da Promoção, objeto deste Edital, será homologado pela Secretária Municipal da Educação, juntamente com o Prefeito Municipal e será publicado no Diário Oficial dos Municípios e no site da Prefeitura Municipal de Capinzal: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br).

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Os servidores classificados neste certame serão promovidos ao nível seguinte ao qual pertencem, obedecendo a um crescimento linear de dois e meio por cento (2,5%) na progressão horizontal por referência.

6.2. Serão excluídos desta promoção os servidores que não cumprirem os requisitos dispostos na Seção II deste edital.

Capinzal, em 11 de setembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

SEILA ELIANE RIBEIRO  
Secretária da Educação

**Lei 3.144/2014**

LEI Nº 3.144, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza celebrar Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, na forma que especifica.

**PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL**

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo, autorizado a celebrar Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.931.550/0001-51, situada à Rua Visconde de Ouro Preto, nº 549, Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Bem Móvel adquirido através de recursos provenientes do Convênio de Rádio Patrulha do Município de Capinzal, constitui em 01 (um) veículo marca Renault, Duster, tipo automóvel, cor branca, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação 2014 e ano de modelo 2015, chassi nº 93YHSR6R3FJ411584, Renavam nº 1014301650, destina-se exclusivamente para a execução dos serviços da 2ª Companhia da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, sediada no Município de Capinzal.

Art. 3º O prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso será de até 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei, correrão por conta no exercício corrente, dos recursos do tesouro municipal de Capinzal, e a partir do próximo exercício financeiro, além da fonte já citada, também com recursos do tesouro estadual.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 10 de setembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**AVISO DE LICITAÇÃO 001/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 001/2014

Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 001/2014

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para execução global com o fornecimento de material e mão-de-obra, necessário para a execução da cobertura e recuperação do acesso ao Hospital Nossa Senhora das Dores à Rua Dr. Wilson Bordin, nº 48, Centro, Capinzal - SC, recursos provenientes do TERMO DE COMPROMISSO PARA RECEBIMENTO DE VALORES, vinculado aos procedimentos nn. CP 000173.73.2008.12.004/8 e IC 000264.2008.12.003/7 do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO, PTM DE JOAÇABA/SC.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados na Secretaria Administrativa do Hospital Nossa Senhora das Dores até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 26/09/2014.

MENOR PREÇO GLOBAL

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Na Secretaria Administrativa do HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES com sede à Rua Dr. Wilson Bordin, nº 48, Centro, Capinzal - SC.

HORÁRIO: Das 8:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas.

TELEFONE (49)3555-2686 e 3555-1111

CAPINZAL, 12 de setembro de 2014.

Liziany Dambros Rossa

Presidente da Comissão de Licitações

**RGF 4º BIMESTRE 2014**

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	28.253.447,11	0,00
Pessoal Ativo	26.873.428,77	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	816.447,55	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	563.570,79	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	28.253.447,11	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	28.253.447,11	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	58.986.720,30	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	47,90	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	35.392.032,18	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	33.622.430,57	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	31.852.828,96	
FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>2.858.370,85</b>	<b>2.455.545,47</b>	<b>2.052.425,43</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.858.370,85	2.455.545,47	2.052.425,43	0,00
Interna	2.858.370,85	2.455.545,47	2.052.425,43	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>4.529.093,74</b>	<b>7.287.253,32</b>	<b>8.337.267,51</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.533.280,99	8.249.032,37	9.359.635,95	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	152.057,38	175.244,70	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.187,25	1.113.836,43	1.197.613,14	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-1.670.722,89</b>	<b>-4.831.707,85</b>	<b>-6.284.842,08</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>54.030.213,26</b>	<b>55.652.643,54</b>	<b>58.986.720,30</b>	<b>0,00</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	5,29%	4,41%	3,48%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-3,09%	-8,68%	-10,65%	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>64.836.255,91</b>	<b>66.783.172,25</b>	<b>70.784.064,36</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>58.352.630,32</b>	<b>60.104.855,02</b>	<b>63.705.657,92</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)</b>	<b>2.858.370,85</b>	<b>2.455.545,47</b>	<b>2.052.425,43</b>	<b>0,00</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	2.858.370,85	2.455.545,47	2.052.425,43	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	3.861,00	231.211,32	217.761,79	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	788.099,90	1.233.721,45	1.353.831,42	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

## REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014

Continuação 2/2

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Capinzal, 11/09/2014

\_\_\_\_\_  
ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças



MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>2.858.370,85</b>	<b>2.455.545,47</b>	<b>2.052.425,43</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.858.370,85	2.455.545,47	2.052.425,43	0,00
Interna	2.858.370,85	2.455.545,47	2.052.425,43	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>4.529.093,74</b>	<b>7.287.253,32</b>	<b>8.337.267,51</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.533.280,99	8.249.032,37	9.359.635,95	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	152.057,38	175.244,70	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.187,25	1.113.836,43	1.197.613,14	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-1.670.722,89</b>	<b>-4.831.707,85</b>	<b>-6.284.842,08</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>54.030.213,26</b>	<b>55.652.643,54</b>	<b>58.986.720,30</b>	<b>0,00</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	5,29%	4,41%	3,48%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-3,09%	-8,68%	-10,65%	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>64.836.255,91</b>	<b>66.783.172,25</b>	<b>70.784.064,36</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>58.352.630,32</b>	<b>60.104.855,02</b>	<b>63.705.657,92</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)</b>	<b>2.858.370,85</b>	<b>2.455.545,47</b>	<b>2.052.425,43</b>	<b>0,00</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	2.858.370,85	2.455.545,47	2.052.425,43	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	3.861,00	231.211,32	217.761,79	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	788.099,90	1.233.721,45	1.353.831,42	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

## REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014

Continuação 2/2

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Capinzal, 11/09/2014

\_\_\_\_\_  
ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>2.858.370,85</b>	<b>2.455.545,47</b>	<b>2.052.425,43</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.858.370,85	2.455.545,47	2.052.425,43	0,00
Interna	2.858.370,85	2.455.545,47	2.052.425,43	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>4.529.093,74</b>	<b>7.287.253,32</b>	<b>8.337.267,51</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.533.280,99	8.249.032,37	9.359.635,95	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	152.057,38	175.244,70	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.187,25	1.113.836,43	1.197.613,14	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-1.670.722,89</b>	<b>-4.831.707,85</b>	<b>-6.284.842,08</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>54.030.213,26</b>	<b>55.652.643,54</b>	<b>58.986.720,30</b>	<b>0,00</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	5,29%	4,41%	3,48%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-3,09%	-8,68%	-10,65%	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>64.836.255,91</b>	<b>66.783.172,25</b>	<b>70.784.064,36</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>58.352.630,32</b>	<b>60.104.855,02</b>	<b>63.705.657,92</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)</b>	<b>2.858.370,85</b>	<b>2.455.545,47</b>	<b>2.052.425,43</b>	<b>0,00</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	2.858.370,85	2.455.545,47	2.052.425,43	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	3.861,00	231.211,32	217.761,79	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	788.099,90	1.233.721,45	1.353.831,42	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

## REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014

Continuação 2/2

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Capinzal, 11/09/2014

\_\_\_\_\_  
ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>2.858.370,85</b>	<b>2.455.545,47</b>	<b>2.052.425,43</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.858.370,85	2.455.545,47	2.052.425,43	0,00
Interna	2.858.370,85	2.455.545,47	2.052.425,43	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>4.529.093,74</b>	<b>7.287.253,32</b>	<b>8.337.267,51</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.533.280,99	8.249.032,37	9.359.635,95	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	152.057,38	175.244,70	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.187,25	1.113.836,43	1.197.613,14	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-1.670.722,89</b>	<b>-4.831.707,85</b>	<b>-6.284.842,08</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>54.030.213,26</b>	<b>55.652.643,54</b>	<b>58.986.720,30</b>	<b>0,00</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	5,29%	4,41%	3,48%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-3,09%	-8,68%	-10,65%	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>64.836.255,91</b>	<b>66.783.172,25</b>	<b>70.784.064,36</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>58.352.630,32</b>	<b>60.104.855,02</b>	<b>63.705.657,92</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)</b>	<b>2.858.370,85</b>	<b>2.455.545,47</b>	<b>2.052.425,43</b>	<b>0,00</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	2.858.370,85	2.455.545,47	2.052.425,43	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	3.861,00	231.211,32	217.761,79	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	788.099,90	1.233.721,45	1.353.831,42	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

## REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014

Continuação 2/2

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Capinzal, 11/09/2014

\_\_\_\_\_  
ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças



MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (I)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>54.030.213,26</b>	<b>55.652.643,54</b>	<b>58.986.720,30</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>11.886.646,92</b>	<b>12.243.581,58</b>	<b>12.977.078,47</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>10.697.982,23</b>	<b>11.019.223,42</b>	<b>11.679.370,62</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (V)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Capinzal, 11/09/2014

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "d")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Bimestre de referência	Até o Bimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>58.986.720,30</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>9.437.875,25</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>8.494.087,72</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>4.129.070,42</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Capinzal, 11/09/2014

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISSA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")		R\$ 1,00					
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		RESTOS A PAGAR				EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS( NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)	
		Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	22.701,32	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	3.898,44	0,00	0,00	42.635,38	0,00	
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	713.319,18	0,00	
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	3.748,29	0,00	
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação	0,00	7.510,11	0,00	0,00	154.317,11	0,00	
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino	0,00	2.215,18	0,00	0,00	520.559,04	0,00	
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	50.844,95	0,00	
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	180,00	0,00	
Salário Educação	0,00	4.538,65	0,00	0,00	494.075,31	0,00	
Transferências de Convênios - Educação	0,00	59.080,00	0,00	0,00	488.683,94	0,00	
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	87.713,54	0,00	613.314,35	0,00	
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	100.000,00	0,00	0,00	1.325,76	0,00	
Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.472.496,90	0,00	
Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	(964.484,97)	0,00	
Vigilância em Saúde	0,00	2.449,00	0,00	0,00	270.830,06	0,00	
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	179.691,38	87.713,54	0,00	3.894.546,62	0,00	
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos	0,00	263.784,41	0,00	0,00	(112.432,42)	0,00	
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos	0,00	294.185,28	0,00	273,33	(2.270.238,30)	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	459.952,07	24.000,00	729.048,60	6.320.671,58	0,00	
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	1.017.921,76	24.000,00	729.321,93	3.938.000,86	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	1.197.613,14	111.713,54	729.321,93	7.832.547,48	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")  
Capinzal, 11/09/2014

R\$ 1,00

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")		R\$ 1,00					
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		RESTOS A PAGAR				EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS( NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)	
		Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	22.701,32	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	3.898,44	0,00	0,00	42.635,38	0,00	
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	713.319,18	0,00	
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	3.748,29	0,00	
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação	0,00	7.510,11	0,00	0,00	154.317,11	0,00	
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino	0,00	2.215,18	0,00	0,00	520.559,04	0,00	
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	50.844,95	0,00	
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	180,00	0,00	
Salário Educação	0,00	4.538,65	0,00	0,00	494.075,31	0,00	
Transferências de Convênios - Educação	0,00	59.080,00	0,00	0,00	488.683,94	0,00	
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	87.713,54	0,00	613.314,35	0,00	
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	100.000,00	0,00	0,00	1.325,76	0,00	
Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.472.496,90	0,00	
Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	(964.484,97)	0,00	
Vigilância em Saúde	0,00	2.449,00	0,00	0,00	270.830,06	0,00	
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	179.691,38	87.713,54	0,00	3.894.546,62	0,00	
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos	0,00	263.784,41	0,00	0,00	(112.432,42)	0,00	
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos	0,00	294.185,28	0,00	273,33	(2.270.238,30)	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	459.952,07	24.000,00	729.048,60	6.320.671,58	0,00	
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	1.017.921,76	24.000,00	729.321,93	3.938.000,86	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	1.197.613,14	111.713,54	729.321,93	7.832.547,48	0,00	

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-----------------------------------------------	------	------	------	------	------	------

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")  
Capinzal, 11/09/2014

R\$ 1,00

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8



MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")						R\$ 1,00
RESTOS A PAGAR						
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS( NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	22.701,32	0,00
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	3.898,44	0,00	0,00	42.635,38	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	713.319,18	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	3.748,29	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação	0,00	7.510,11	0,00	0,00	154.317,11	0,00
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino	0,00	2.215,18	0,00	0,00	520.559,04	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	50.844,95	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	180,00	0,00
Salário Educação	0,00	4.538,65	0,00	0,00	494.075,31	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	59.080,00	0,00	0,00	488.683,94	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	87.713,54	0,00	613.314,35	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	100.000,00	0,00	0,00	1.325,76	0,00
Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.472.496,90	0,00
Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	(964.484,97)	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	2.449,00	0,00	0,00	270.830,06	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	179.691,38	87.713,54	0,00	3.894.546,62	0,00
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos	0,00	263.784,41	0,00	0,00	(112.432,42)	0,00
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos	0,00	294.185,28	0,00	273,33	(2.270.238,30)	0,00
Recursos Ordinários	0,00	459.952,07	24.000,00	729.048,60	6.320.671,58	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	1.017.921,76	24.000,00	729.321,93	3.938.000,86	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	1.197.613,14	111.713,54	729.321,93	7.832.547,48	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")  
Capinzal, 11/09/2014

R\$ 1,00

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")		R\$ 1,00					
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		RESTOS A PAGAR				EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS( NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)	
		Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Alienações de Bens destinados a Outros Programas		0,00	0,00	0,00	0,00	22.701,32	0,00
Assistência Farmacêutica Básica		0,00	3.898,44	0,00	0,00	42.635,38	0,00
Atenção Básica		0,00	0,00	0,00	0,00	713.319,18	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico		0,00	0,00	0,00	0,00	3.748,29	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação		0,00	7.510,11	0,00	0,00	154.317,11	0,00
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior e de Pesquisa		0,00	2.215,18	0,00	0,00	520.559,04	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE		0,00	0,00	0,00	0,00	50.844,95	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar		0,00	0,00	0,00	0,00	180,00	0,00
Salário Educação		0,00	4.538,65	0,00	0,00	494.075,31	0,00
Transferências de Convênios - Educação		0,00	59.080,00	0,00	0,00	488.683,94	0,00
Transferências de Convênios - Outros		0,00	0,00	87.713,54	0,00	613.314,35	0,00
Transferências de Convênios - Saúde		0,00	100.000,00	0,00	0,00	1.325,76	0,00
Transferências do FUNDEB - 40%		0,00	0,00	0,00	0,00	1.472.496,90	0,00
Transferências do FUNDEB - 60%		0,00	0,00	0,00	0,00	(964.484,97)	0,00
Vigilância em Saúde		0,00	2.449,00	0,00	0,00	270.830,06	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)		0,00	179.691,38	87.713,54	0,00	3.894.546,62	0,00
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos		0,00	263.784,41	0,00	0,00	(112.432,42)	0,00
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos		0,00	294.185,28	0,00	273,33	(2.270.238,30)	0,00
Recursos Ordinários		0,00	459.952,07	24.000,00	729.048,60	6.320.671,58	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)		0,00	1.017.921,76	24.000,00	729.321,93	3.938.000,86	0,00
TOTAL (III) = (I + II)		0,00	1.197.613,14	111.713,54	729.321,93	7.832.547,48	0,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-----------------------------------------------	------	------	------	------	------	------

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")  
Capinzal, 11/09/2014

R\$ 1,00

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 2º Quadrimestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	28.253.447,11	47,90
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	35.392.032,18	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	33.622.430,57	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-6.284.842,08	-10,65
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	70.784.064,36	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	12.977.078,47	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	9.437.875,25	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	4.129.070,42	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respektivos	729.321,93	7.832.547,48

FONTE: Unidade Responsável Secretaria de Administração e Finanças  
Capinzal, 11/09/2014

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA  
CONTADORA - CRC SC 017849/O-8

**Caxambu do Sul****PREFEITURA****Aviso de Licitação 08/2014 - FMS**

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 08/2014
Edital: Pregão Presencial Nº.: 07/2014
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto : AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS, NÃO BÁSICOS E CONTROLADOS PARA ATENDER A FARMÁCIA DA UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE DURANTE O ANO DE 2014 (SEGUNDA PARCELA).
Entrega dos Envelopes: 07h50min do dia 25 de Setembro de 2014.
Abertura dos Envelopes: 08h00min do dia 25 de Setembro de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3326-0101, e pelo site <a href="http://www.caxambudosul.sc.gov.br">www.caxambudosul.sc.gov.br</a> .
CAXAMBU DO SUL, 11 de Setembro de 2014.
VILMAR FOPPA
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

**Chapadão do Lageado****CÂMARA MUNICIPAL****Comissão de Constituição Justiça E Redação**

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA QUINTA LEGISLATURA. Aos onze dias do mês de setembro do ano de 2014, às 14h:30min, na sala de reunião das Comissões da Câmara Municipal, havendo necessidade realizou-se a escolha do presidente da Comissão, que por aclamação, restou eleito o vereador Sr. André Sebold. Nada mais havendo a tratar, o presidente com a proteção divina declarou encerrados os trabalhos da presente reunião. Do que para constar, é lavrada a presente ata após lida e achada conforme, vai devidamente assinada:



# Concórdia

## PREFEITURA

### Aviso de Pregão Presencial Nº 103/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de concerto, instalação, manutenção e retirada das figuras natalinas e show de luzes para o Sonho de Natal 2014, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00h do dia 26/09/2014.

Abertura: dia 29/09/2014, às 14h:00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 11 de Setembro de 2014.

MARNIO ALBERTO CADORE

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo- SEDET -

### Aviso de Licitação Modalidade Tomada de Preço Nº 12/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução obra de pavimentação asfáltica em CAUQ nas ruas Irã e Goiás, neste Município, através do regime de empreitada por preço unitário (material, mão de obra e equipamentos), neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 06/10/2014, ÀS 16h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 02/10/2014, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 06/10/2014, às 16h00min.

Abertura: dia 07/10/2014, às 08:30h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 11 de setembro de 2014.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

### Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 50/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 50/2014

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ratificou o ato da Senhora Marcela Kuhn dos Santos Bigaton, Diretora de Administração, que declarou inexigível a licitação nos termos do caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 10 de setembro de 2014, para prestação de serviço de horas técnicas in loco para suporte técnico ao sistema GRP, para treinamento dos servidores da Assessoria Jurídica referente ao módulo Procuradoria, em favor da empresa: IPM INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA, no valor total de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2014- PMC

Objeto: Aquisição de câmeras de vigilância com instalação para a EBM Concórdia e GEM Petrópolis, com fornecimento de equipamentos necessários para coleta e armazenamento, monitoramento de imagens de vídeo, com sistema informatizado de gerenciamento, busca e armazenamento das mesmas, geradas por meio de câmeras de segurança, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 25/09/2014.

Abertura: dia 26/09/2014 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 11 de setembro de 2014

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

### Edital de Notificação Fiscal Nº 005/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Rua Leonel Mosele, 62, Centro - CEP 89700-000 Concórdia - SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 005/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, em conformidade com o que dispõe o §2º, do Art. 154 c/c Art. 1292, III, ambos da Lei municipal nº 1766 de 1981 (Código Tributário Municipal - CTM), depois de esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA aos contribuintes abaixo citados, a comparecer na Seção de Tributação deste município para efetuar o pagamento do valor abaixo ou impetrar recurso administrativo para impugnar o lançamento dos tributos, no prazo de 20 dias contados da publicação deste Edital, conforme prevê o Art. 155 da Lei Municipal nº 1766/81.

1. ADRIANA DE OLIVEIRA RAMOS - CPF 005.298.529.69, Rua Grécia 85, Bairro das Nações, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) IPTU e taxas, referente exercícios 2010, 2011, 2012, 2013, referente imóvel 1820958 - 01.01.167.0219.001, Rua Theresa Gulowski Vanzo, 71, Lot. Poente do Sol, Bairro Natureza, Concórdia / SC. Valor R\$ 1.689,21. 2) Contribuição de Melhoria, Edital 02/2010, Referente pavimentação asfáltica, Exercício 2010, referente imóvel 1820958 - 01.01.167.0219.001, Rua Thereza Gulowski Vanzo, 71, Lot. Poente do Sol, Bairro Natureza, Concórdia / SC. Valor R\$ 9.328,55.

2. ASSIS RODRIGUES DE CAMPOS - CPF 056.737.999-00, Rua Antunes Pereira, 74, Bairro Nova Brasília, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2009 a 2013, referente imóvel 7485069 - 02.01.011.0137.001. Valor R\$ 936,42.

3. CARLOS IVAN BARANOSKI - CPF 247.358.259-91, Rua Leandro Mario Dalla Costa, Loteamento Paraíso, Bairro Imigrantes, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2009, 2010, 2011, 2013, referente imóvel 560570 - 01.03.037.0075. Valor R\$ 704,15.

4. CELINA DE ALMEIDA SOUZA - CPF 741.419.299-72, Rua José Albiero, 1160, Bairro Santa Rita, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente aos exercícios 2010, 2011, 2012, 2013, referente ao imóvel 1371703 - 01.06.141.0142. Valor R\$ 285,60.

5. CESAR FELICIO ELIAS - CPF 344.408.369.68, Rua das Enseadas 73, Bairro Natureza, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2010, 2011, 2012, 2013, referente imóvel 1653016 - 01.01.156.0143.001. Valor R\$ 1.017,39.

6. CESAR SCHUNEMANN - CPF 799.045.059-34, Rua Eugênio Brusco, Bairro Liberdade, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) IPTU e taxas, referente exercícios 2010, 2011, 2012, 2013, referente imóvel 735639 - 01.04.041.0175.001, Rua Eugenio Brusco, 105, Bairro Liberdade, Concórdia / SC. Valor: R\$ 3.387,52 2) IPTU e taxas, referente exercícios 2012, 2013, referente imóvel 7488882 - 01.05.190.0121, Rua Jurunas s/n, Bairro Itaíba, Concórdia / SC. Valor R\$ 313,05.

7. CLAUDIOMAR LORENZETT - CPF 020.360.899-25, Rua Anita Garibaldi, 1151, Bairro Vista Alegre, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente exercício 2010, referente imóvel 7509235 - 01.02.059.0435, Rua Ignes Mascarelo Brusco, Bairro Nossa Senhora da Salette, Concórdia / SC. Valor R\$ 284,17.

8. CLEMENTE TOMAL - CPF 052.305.489.08, Rua Enela Rossoni Monticelli, 558, Bairro Jardim, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente exercício 2010, referente imóvel 1646230 - 01.01.151.0118.001, Tva das Lagoas, 79, Unidade 01, Bairro Natureza, Concórdia / SC. Valor R\$ 366,03.

9. CLEONICE MULLER - Rua José Albiero, 930, Bairro Santa Rita, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente aos exercícios 2010, 2011, 2012, 2013, referente ao imóvel 1363280 - 01.06.137.0342.001. Valor R\$ 823,00.

10. EDIMAR SILVANA HAMERA - CPF 730.351.229- 20, Tva Siria, 223, Bairro das Nações, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: 1) IPTU e taxas, referente exercícios 2010 a 2013, referente imóvel 1069179 - 01.05.118.0577.001. Valor: R\$ 1.890,23; 2) Contribuição de Melhoria, Edital 03/2009, Exercício 2009, referente à pavimentação asfáltica rel. imóvel localizado no endereço acima. Valor R\$ 2.930,29.

11. ELIANE PINHEIRO - CPF 045.562.029.65, Rua São Lucas, 243, Bairro Santa Rita, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2010 a 2013, referente imóvel 1351435 - 01.06.132.0192, Rua São Lucas, 30, Bairro Santa Rita, Concórdia / SC. Valor R\$ 415,83.

12. FLÁVIO POSSA - CPF 867.404.749-15, Rua Portugal, 58, Bairro das Nações, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: 1) IPTU e taxas, referente exercícios 2011 a 2013, referente imóvel 1102303 - 01.05.135.0125.001, Valor: 938,28. 2)

Contribuição de Melhoria, Edital 04/2007, Exercício 2007, referente à pavimentação asfáltica, relativo ao imóvel localizado no endereço acima. Valor R\$ 1.575,78.

13. FRANCISCO RITTER - CPF 189.647.450-00, Rua das Enseadas, 107, Bairro Natureza, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Taxas de Cemitério, número lançamento 74056, exercício 2010. Valor R\$ 550,71.

14. GENOIR CECCHIN - CPF 867.419.699-34, Rua Gasparino Kowacic, 47, Bairro Vista Alegre, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2010 a 2012, referente imóvel 965391 - 01.05.072.0236.001, Rua Araucanos, 20, Bairro Itaíba, Concórdia / SC. Valor R\$ 713,12.

15. GESSI DE LURDES BATISTA DEPARIS - CPF 933.406.309-25, Rua Oscar Sehn, 211, Bairro Vista Alegre, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: 1) IPTU e taxas, referente exercícios 2010 a 2013, referente imóvel 344109-01.02.019.0358.001, relativo ao imóvel endereço acima, valor: R\$ 1.906,09; 2) Taxa Licença Localização, referente exercício 2010, econômico 3471, Rua Abramo Eberle, 195, Bairro Cinquentenário, Concórdia / SC, Valor: R\$ 133,23; 3) ISS Ofício, exercício 2000, parcela 12 e exercício 2010 parcelas 1 a 5, econômica 3471, Rua Abramo Eberle 195, Bairro Cinquentenário, Concórdia / SC. Valor R\$ 667,74.

16. GILBERTO LUCAS DE MELLO - CPF 005.666.189-40, Rua Pará, 58, Bairro dos Estados, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO. Fato gerador: IPTU e taxas, referente exercício 2010, referente imóvel 239496 - 01.01.107.0047.001. Valor R\$ 243,77.

17. HARRI HIGINO COLOSSI - CPF 084.575.149-20, Rua Santa Catarina, 334, 1º pavto, Apto 01, Bairro Nazaré, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: 1) IPTU e taxas, referente exercício 2012, parcelas 05, 06, referente imóvel 845817 - 01.05.014.0951.001, valor: R\$ 401,43 2) IPTU e taxas, referente exercícios 2010 a 2013, referente imóvel 7479352 - 01.05.014.0951.002, Rua Santa Catarina, 334, 2º pavto, Apto 02, Bairro Nazaré, Concórdia / SC. Valor R\$ 3.843,57.

18. HILARIO MANIQUE - Rua São Lucas, 132, Bairro Santa Rita, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2010 a 2013, referente imóvel 1353640 - 01.06.133.0297.001, Rua São Lucas 153, Bairro Santa Rita, Concórdia / SC. Valor R\$ 1.274,95.

19. INÊS ROSELI DE SOUZA CASAGRANDE - CPF 526.236.889-15, Rua Abramo Eberle, 389, Bairro Cinquentenário, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: 1) IPTU e taxas referente exercícios 2010, 2012, 2013, referente imóvel 483214 - 01.03.007.0722.064, Rua Tancredo de Almeida Neves, 152, Apto 402, Bloco E, Concórdia / SC, valor: R\$ 1.534,19; 2) IPTU e taxas, referente exercício 2011, referente imóvel 7480563 - 01.03.013.0107.005, Rua Abramo Eberle, 389, Apto 21, Bairro Cinquentenário, Concórdia / SC. Valor R\$ 651,31.

20. ISMAEL LUIS RIZZOLLI - CPF 022.113.919-23, Rua dos Metais, 236, Bloco H, Apto 103, Bairro Natureza, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2010 a 2013, referente imóvel 1681737 - 01.01.154.0459.071. Valor R\$ 1.234,60.

21. IVO MARTINS GROXCO - CPF 110.272.749-00, Rua das Matas, 478, Bloco A Apto 01, Bairro Natureza, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2009 e 2010, referente imóvel 1669958 - 01.01.158.0320.001. Valor R\$ 693,26.

22. JAIRO COLLA - CPF 430.307.859-04, Rua Dr. Maruri, 372, Centro, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2010, 2011, referente imóvel 718700 - 01.04.031.0207.001, Rua dos Eucaliptos, 122, Lote 76-78-A, Bairro Floresta, Concórdia / SC. Valor R\$ 883,00.

23. JARDEL NEURO GOCHE - CPF 071.701.019-80, Rua Inglaterra, 105, Bairro das Nações, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2010 a 2013, referente imóvel 984850 - 01.05.080.0515.001, Rua Inglaterra, s/n, Bairro das Nações, Concórdia / SC. Valor R\$ 891,69.

24. JOÃO FRANCISCO DA SILVA - CPF 141.894.539-00, Rua Mato

Grosso do Sul, s/n, Bairro dos Estados, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2010 e 2013, referente imóvel 211052 - 01.01.076.0195.001. Valor R\$ 329,55.

25. JOÃOZINHO PEREIRA ZAINER - CPF 469.221.059-15, Rua Kaiper de Oliveira, Bairro Nova Brasília, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2010 a 2013, referente imóvel 7477660 - 02.01.002.0040. Valor R\$ 339,51.

26. JOSÉ ALBERTI NETO - CPF 144.629.820-53, Rua Pedro Rogério Garcia, Bairro Não denominado, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2010 a 2013, referente imóvel 1759949 - 01.01.070.0240.001, Rua Paraná, 214, Bairro dos Estados, Concórdia / SC. Valor R\$ 2.079,14.

27. JOSÉ PIEREZAN - CPF 345.861.729-91, Rua Vereador Jacob Selbach, 118, Bairro Nazaré, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: 1) IPTU e taxas, referente exercícios 2009 e 2010, referente imóvel 821802 - 01.05.005.0826.001, Rua Vereador Jacob Selbach, 318, Apto 101 - Térreo, Bairro Nazaré, Concórdia / SC, Valor: R\$ 1.159,57; 2) IPTU e taxas, referente exercícios 2008 a 2010, referente imóvel 5000874 - 01.05.005.0813, Rua Hercilio Agostinho Vieira, s/n, Bairro Nazaré, Concórdia / SC. Valor R\$ 1.259,92.

28. JUCIMARA CHITOLINA - CPF 949.932.469-00, Rua João Suzin Marini, 537, Apto 304, Bairro Nossa Senhora da Salette, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: Notificação de ISS, parcela 10, referente exercício 2010, número lançamento 63159. Valor R\$ 364,06.

29. MAGDA SALETE FERREIRA MULLER - CPF 018.068.989-42, Rua Espanha, 211, Bairro das Nações, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2009 a 2013, referente imóvel 7509340 - 01.06.044.0117.002, Rua Ipê, 365, Unidade 02, Bairro Petrópolis, Concórdia / SC. Valor R\$ 1.236,99.

30. MARA REGINA PAZ URQUISA - CPF 730.359.209-15, Rua Ari Maier s/n, Bairro Guilherme Reich, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2009 a 2013, referente imóvel 1737031 - 01.05.170.414, Rua Jordânia, 243, Bairro Guilherme Reich, Concórdia / SC. Valor R\$ 1.567,56.

31. MARISETE DE OLIVEIRA - CPF 867.423.379-15 - Rua Japão, 52, Bairro Arvoredo, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente aos exercícios 2011, 2012, 2013, referente ao imóvel 1882473 - 01.01.178.0035.001, Rua Richelmo Tormen, 97, Lot. Malacarne, Bairro Arvoredo - Concórdia/ SC. Valor R\$ 887,35.

32. MIGUEL LAZARI - CPF 250.588.009-34, Rua Xisto Paulino Franceschini, 101, COHAB, Bairro Guilherme Reich, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2009 a 2013, referente imóvel 763411 - 01.04.053.0199.001. Valor R\$ 2.390,71.

33. NEREU FRANCISCO DE MORAES - CPF 017.521.009-80, Rua João Pravatto, 108, Bairro dos Industriários, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2009 a 2013, referente imóvel 7499477 - 01.02.046.0515.002, Rua Cyrilo Ernesto Tumelero, 192, Desmembramento Mirna Gauger, Residência 02, Bairro Vista Alegre, Concórdia / SC. Valor R\$ 1.996,77.

34. NERI CAMARGO DE MARTINS - CPF 180.630.120-20, Tva das Paisagens, 48, Bloco F, Apto 101, Bairro Natureza, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: 1) Fato gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2009 a 2013, referente imóvel 1678353 - 01.01.154.0459.037, Valor: R\$ 1.629,82.

35. ORILDE GARCIA DE MELLO - CPF 492.107.269-87, Rua Áustria, 50, Bairro das Nações, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2009 a 2013, referente imóvel 1022539 - 01.05.098.0136.001, Rua Áustria, s/n, Bairro das Nações, Concórdia/SC. Valor R\$ 1.381,35.

36. PEDRO SOARES DE SOUZA E EUGENIO DA COSTA - CPF 345.888.849-72, Rua Araucanos, s/n, Bairro Itaíba, Concórdia /

SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: 1) IPTU e taxas, referente exercícios 2009, 2011, 2012, 2013, referente imóvel 972509 - 01.05.076.0290.001, Rua Araucanos, 553, Bairro Itaíba, Concórdia / SC, Valor: R\$ 694,55; 2) IPTU e taxas, referente exercícios 2009 a 2013, referente imóvel 1715909 - 01.05.076.0290.002, Rua Araucanos, 555, Bairro Itaíba, Concórdia / SC. Valor R\$ 992,57.

37. PIENZA - CORRETORA DE SEGUROS LTDA - CNPJ 08.473.327/0001-92, Rua Romano Anselmo Fontana 1229, Bairro Jardim, Concórdia/SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Taxa Licença Localização, parcelas 6, 7, 8, referente exercício 2010. Valor R\$ 93,34.

38. RAFAEL DA ROSA - CPF 098.139.379-98, Rua das Acácias, 314, Bairro Petrópolis, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: IPTU e taxas, referente exercícios 2009 a 2011, referente imóvel 1269500 - 01.06.043.0780.001. Valor R\$ 1.017,53.

39. VERÍSSIMO DE OLIVEIRA - CPF 162.728.709-49, Rua Eliseu Sandi, 68, Bairro dos Industriários, Concórdia / SC. DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato gerador: 1) IPTU e taxas, referente exercícios 2010 a 2013, referente imóvel 1162110 - 01.06.008.0616.001, Valor: R\$ 568,79; 2) Contribuição de Melhoria, Edital 01/2008, referente pavimentação asfáltica relativa imóvel endereço acima. Valor R\$ 1.746,88.

Concórdia, 10 de setembro de 2014.

Joaquim Pedro de Barros Bicca Neto Segundo Secretário Municipal de Finanças	Leão Marcos Ampessan Fiscal de Tributos
--------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------

## CÂMARA MUNICIPAL

### Decreto 2610/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.610, DE 9 DE SETEMBRO DE 2014.  
Concede Adicional por Tempo de Serviço.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com os arts. 41 a 43 da Lei Complementar nº 574, de 13 de dezembro de 2010,

#### RESOLVE:

CONCEDER a servidora Delair Mara Selbach Dallegrave, ocupante do Cargo de Contador, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, o Adicional por Tempo de Serviço de 1% (um por cento) do padrão de vencimento do cargo efetivo do servidor, correspondente a 1 (um) anuênio do período de 7 de setembro de 2013 a 6 de setembro de 2014, a partir de 1º de setembro de 2014.

Concórdia, 9 de setembro de 2014.

Rogério Luciano Pacheco  
Presidente

Arlan Guliani  
1º Secretário



## Cordilheira Alta

### PREFEITURA

**EXTRATO AO CONTRATO ADM 066/2014**

Extrato DO CONTRATO ADM Nº: 066/2014.

Processo Administrativo n. 68/2014

Dispensa de Licitação n. 05/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC.

CONTRATADA: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, durante o segundo semestre do exercício de 2014, de acordo com a Dispensa de Licitação n. 05/2014, ITENS Nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 13,

Valor: R\$ 23.849,70 (vinte e três mil oitocentos e quarenta e nove reais e setenta centavos)

VIGÊNCIA: vigorará da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014

RECURSOS: Projeto Atividade n. 30625062017;

Elemento n. 339099

Signatários: Alceu Mazzioni e Antonio Luiz Schnorr

Cordilheira Alta, SC, em 15 de agosto de 2014.

**EXTRATO AO CONTRATO ADM 067/2014**

Extrato DO CONTRATO ADM Nº: 067/2014.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 54/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC.

CONTRATADA: CLARO S.A

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação em 08 (oito) meses do prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 54/2013, estendendo seu vigor até 30 de abril de 2015, com fundamento no inciso II do art. 57 da Lei n. 8666/93.

Signatários: Alceu Mazzioni e Alexandre de Mello Silva

Cordilheira Alta, SC, em 29 de agosto de 2014.

**EXTRATO AO CONTRATO ADM 068/2014**

Extrato DO CONTRATO ADM Nº: 068/2014.

Processo Administrativo n. 75/2014

Dispensa de Licitação n. 06/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA – SC.

CONTRATADA: MHNET EMPREENDIMENTOS LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato é o fornecimento de acessos concentrados para formação de uma rede privada (intranet) sem conexão a internet com equipamentos, baseada em cabeamento de fibra óptica e rádio digital, nas unidades CRAS, centro social, unidades de saúde, escolas municipais, delegacia de polícia, parque de máquinas, câmara de vereadores, fornecidos no ponto concentrador da rede na sede administrativa da prefeitura municipal.

Valor: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA: vigorará do dia de sua assinatura até 31/12/2014.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.002;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

Signatários: Alceu Mazzioni e PATRICK CANTON

Cordilheira Alta, SC, em 01 de setembro de 2014.

**Correia Pinto****PREFEITURA****I Análise E Julgamento Final das Amostras de Pneus - Processo 50/2014 Pmcp**

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 50/2014, PMCP

II ANÁLISE E JULGAMENTO FINAL DAS AMOSTRAS DE PNEUS

O município de Correia Pinto, através do Pregoeiro Oficial e sua Equipe, tornam público para conhecimento dos interessados que nos termos do Edital do Pregão Presencial 03/2014 PMCP, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, foram aprovadas/classificadas as amostras dos seguintes itens/empresas:

Andrile Pneus Ltda Me  
Item - 3, 4, 11 e 16

JK Pneus Ltda  
Item - 9, 10, 12 e 13

Modelo Pneus Ltda  
Item - 14

Copal Comércio de Pneus e Acessórios Ltda  
Item - 22

**MOTIVAÇÃO**

No dia 08 de setembro de 2014, às 14:00 horas na garagem da Prefeitura Municipal, foram convocados para análise das amostras o Sr. Wolni L. Hames, Secretário de Obras, matrícula nº 498, Sr. Altaíde Ivan Zago, técnico agrícola, matrícula nº 1525, Sr. Gilson Brito Pereira, Assessor da Secretaria de Obras, matrícula nº 499, Sr. Loredi de Jesus da Silva, motorista, matrícula nº 1974, Edio Medeiros, motorista, matrícula nº 14648 e o Sr. Eder Jean Pereira, responsável pela frota, matrícula nº 2802. Reunidos, analisaram as amostras e concluíram que os pneus apresentados atendem as necessidades do uso dos veículos do município, sendo julgadas aprovadas.

Fica aberto a todas as empresas participantes do certame, o prazo de 3 (três) dias úteis, até dia 17 de setembro de 2014, para a apresentação de recursos, caso haja interesse. Os recursos deverão ser protocolizados no setor de licitações da prefeitura municipal, sito na rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto/SC.

VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES  
Presidente da Comissão de Licitação  
Pregoeiro Municipal

Correia Pinto/ SC, 12 de setembro de 2014.

**Corupá****PREFEITURA****Pregão Presencial Nº 061/14 - Registro de Preço**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 061/14

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos cinco pontos de vídeo-monitoramento instalados no Município de Corupá/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 12/09/2014 às 14 horas do dia 24/09/2014.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 24/09/2014.

TIPO: Menor Preço por item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 11 de Setembro de 2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 3005/14**

PORTARIA Nº 3005/14

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA SRA. GIOVANA PORNER ODVAZNY PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Delegar a servidora Sra. GIOVANA PORNER ODVAZNY, ocupante do cargo de Agente Epidemiológica - ACT, portadora da CNH Registro nº 02320247283, categoria "AB", competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 01 de setembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3006/14**

PORTARIA Nº 3006/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO MOTORISTA ACT, AO SR. BENTO ANTONIO DA CUNHA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do SR. BENTO ANTONIO DA CUNHA, a partir de 01 de agosto de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Motorista ACT, com carga horária de 44 horas semanais, em virtude da ausência de profissional habilitado em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de agosto de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
03 de setembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3007/14**

PORTARIA Nº 3007/14

RENOVA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA SRA. ANGELICA CARDOSO SCHIMANSKI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina, sob a justificativa da necessidade de compor a equipe mínima do PSF 4, devido à orientação do Ministério da Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º - Renova o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Enfermeira de ESF ACT a Sra. ANGÉLICA CARDOSO SCHIMANSKI, estipulado na Portaria nº 2741, de 11 de agosto de 2014, para a data de 12 de agosto de 2015.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2741 de 02 de dezembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
10 de setembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3008/14**

PORTARIA Nº 3008/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. VERA APARECIDA SIQUEIRA TEIXEIRA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. VERA APARECIDA SIQUEIRA TEIXEIRA, a partir de 01 de agosto de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, na E.M.E.F. José Pasqualini, com carga horária de 20 horas semanais, em virtude de substituição da professora ACT Lucia de Souza Fernandes, que pediu demissão, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de agosto de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
03 de setembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3010/14**

PORTARIA Nº 3010/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. ALINY REBEQUE CRISTO GRACIOLI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ALINY REBEQUE CRISTO GRACIOLI, a partir de 01 de agosto de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, no C.E.I. Gertrudes Steffen, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude de substituição da professora



efetiva Daniela Koch, que estava em licença-saúde e entra em licença-maternidade a partir de 04 de agosto, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de agosto de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
10 de setembro de 2014.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3009/14**

PORTARIA Nº 3009/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. ROSEMERI CORDEIRO EVANGELISTA HACKBARTH.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ROSEMERI CORDEIRO EVANGELISTA HACKBARTH, a partir de 06 de agosto de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, no C.E.I. Dona Nina, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude de substituição da Auxiliar de Setor ACT Solange Taís Gebhardt, que pediu demissão, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de agosto de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
08 de setembro de 2014.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3011/14**

PORTARIA Nº 3011/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. VERA APARECIDA SIQUEIRA TEIXEIRA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. VERA APARECIDA SIQUEIRA TEIXEIRA, a partir de 01 de agosto de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, na E.M.E.F. José Pasqualini, com carga horária de 20 horas semanais, em virtude de substituição da professora ACT Lucia de Souza Fernandes, que pediu demissão, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de agosto de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
10 de setembro de 2014.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3012/14**

PORTARIA Nº 3012/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. TERESINHA PEREIRA PACHECO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. TERESINHA PEREIRA PACHECO, a partir de 11 de agosto de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, na E.M.E.F. José Pasqualini e Aluísio Carvalho de Oliveira e C.E.I. Dona Nina com carga horária de 40 horas semanais, em virtude de substituição da professora ACT Loni Marlice Koch, que pediu demissão, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 11 de agosto de 2014, revogadas

as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
10 de setembro de 2014.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3013/14**

PORTARIA Nº 3013/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ACT, A SRA. IRACI DA FONSECA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. IRACI DA FONSECA, a partir de 15 de agosto de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, na E.M.E.F. José Pasqualini, com carga horária de 44 horas semanais, em virtude de substituição da funcionária efetiva Maria Petrochewsky, que pediu demissão, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 15 de agosto de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
10 de setembro de 2014.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3014/14**

PORTARIA Nº 3014/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO MERENDEIRA ACT, A SRA. ANGELA MARIA DA SILVA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ANGELA MARIA DA SILVA, a partir de 15 de agosto de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Merendeira ACT, no C.E.I. Dona Nina, com carga horária de 44 horas

semanais, em virtude de substituição da funcionária ACT Valéria Cristina Przedziecki Cardozo, que pediu demissão, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 15 de agosto de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
10 de setembro de 2014.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### **PORTARIA Nº 3015/14**

PORTARIA Nº 3015/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. PATRICIA IDA MARCON.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. PATRICIA IDA MARCON, a partir de 18 de agosto de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, na E.M.E.F. José Pasqualini, com carga horária de 20 horas semanais, em virtude de substituição da Professora Carolina Neves de Souza, que foi transferida para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 18 de agosto de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
10 de setembro de 2014.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

# Curitibanos

## PREFEITURA

### Edital de Pregão Presencial Nº 236/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 236/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE ADUBO PARA USO NO HORTO FLORESTAL DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 24/09/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

A partir das 16:00 horas do dia 24/09/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 08 de Setembro de 2014.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell

Prefeito Municipal Pregoeiro

### Edital de Pregão Presencial Nº 56/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2014

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DE SENFECCÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DAS UNIDADES DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORMA ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 25/09/2014. A partir das 14:00 horas do dia 25/09/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitibanos, 10 de Setembro de 2014.

Kleberson Luciano Lima Diego Sebem Wordell

Presidente do Fundo Pregoeiro

### Justificativa de Inexigibilidade de Licitação Nº 29/2014

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 29/2014  
REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos e a empresa Associação Cultural Soarte com o valor total de R\$ 7.980,00 (Sete mil e novecentos e oitenta reais).

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DO ESPETÁCULO TEATRAL "VIM VER MARIA", NOS DIAS 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2014, PARA O PÚBLICO ATENDIDO PELO CREAS, EM DECORRÊNCIA DO DIA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO SEXUAL E À VIOLENCIA INFANTO JUVENIL, NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO II DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - "para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25, inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 10 de setembro de 2014.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro

Márcia Dominski Penteado

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso II dou como aprovada.

Curitibanos, 10 de setembro de 2014.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 10 de setembro de 2014.

João Carlos Martis dos Santos

Presidente do Fundo

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### Decreto 5161/2014

DECRETO Nº 5261/2014

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 189 DA GLEBA Nº. 04, COM ÁREA DE 10.465,00M2 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

#### DECRETA

Art. 1º - Fica desmembrado do seguinte Lote Urbano que específica:

I - Lote Urbano nº 189 da Gleba nº. 04, neste município, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 8.128 de propriedade da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira e Sarah Arnoldi Barboza Neta.

Art. 2º - O desmembramento do Lote Urbano nº 189 da Gleba nº. 04, neste município, com área de 10.465,00m2 (dez mil quatrocentos e sessenta e cinco metros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 189 (cento e oitenta e nove) da Gleba nº. 04, com área de 8.465,00m2 (oito mil quatrocentos e sessenta e cinco metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com o lote nº.191, medindo 168,10m.

SUL: com o Lote nº.189-A, medindo 42,46m e 24,88m respectivamente.

SULDOESTE: Com o Lote nº. 189-A, medindo 7,72m

LESTE: com a BR-163, medindo 58,01m, também com o Lote nº. 191,

OESTE: com os Lotes nºs. 188, medindo 117,86m e 189-A, medindo 28,23m.

b) Lote Urbano nº. 189-A (cento e oitenta e nove-A) da Gleba nº. 04, com área de 2.000,00m2 (dois mil metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com o lote nº.189, medindo 42,46 e 24,88m respectivamente.

NORDESTE: com o lote nº.189, medindo 7,72m.

SUL: com o Lote nº.187, medindo 55,07m, e também com a BR-163.

SULDOESTE: Com o Lote nº. 187, medindo 6,56m

LESTE: com a BR-163, medindo 10,07m,

OESTE: com o Lote nº. 188, medindo 44,70m.

Art. 3º -As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos

proprietários.

Art. 4º -As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário e o Decreto nº. 5.136 de 19 de Fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE SETEMBRO DE 2014.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS

Secretario Municipal

Relatorio Resumido da Execução Orçamentaria

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>32.101.642,90</b>	<b>32.101.642,90</b>	<b>7.021.047,21</b>	<b>21,87</b>	<b>26.881.209,37</b>	<b>83,74</b>	<b>5.220.433,53</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>30.682.502,90</b>	<b>30.682.502,90</b>	<b>5.386.857,56</b>	<b>17,56</b>	<b>20.251.769,55</b>	<b>66,00</b>	<b>10.430.733,35</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.817.321,20	4.817.321,20	1.057.172,52	21,95	2.535.519,74	52,63	2.281.801,46
IMPOSTOS	3.442.336,20	3.442.336,20	807.265,61	23,45	2.070.940,24	60,16	1.371.395,96
TAXAS	1.124.985,00	1.124.985,00	249.906,91	22,21	464.579,50	41,30	660.405,50
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	144.200,00	144.200,00	27.961,12	19,39	114.855,08	79,65	29.344,92
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	144.200,00	144.200,00	27.961,12	19,39	114.855,08	79,65	29.344,92
RECEITA PATRIMONIAL	294.614,50	294.614,50	152.732,57	51,84	519.159,15	176,22	-224.544,65
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	294.614,50	294.614,50	152.732,57	51,84	519.159,15	176,22	-224.544,65
RECEITA DE SERVIÇOS	170.532,90	170.532,90	155.767,51	91,34	484.253,18	283,96	-313.720,28
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.030.502,40	24.030.502,40	3.904.494,58	16,25	16.216.548,39	67,48	7.813.954,01
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	23.923.662,40	23.923.662,40	3.892.398,21	16,27	16.183.998,02	67,65	7.739.664,38
Transf. de Instituições Privadas	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
Transf. de Conv.	31.840,00	31.840,00	12.096,37	37,99	32.550,37	102,23	-710,37
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.225.331,90	1.225.331,90	88.729,26	7,24	381.434,01	31,13	843.897,89
Multas e Juros de Mora	250.421,00	250.421,00	39.204,96	15,66	119.577,09	47,75	130.843,91
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.300,00	10.300,00	0,00	0,00	79.112,50	768,08	-68.812,50
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	941.450,90	941.450,90	46.354,10	4,92	164.744,77	17,50	776.706,13
RECEITAS DIVERSAS	23.160,00	23.160,00	3.170,20	13,69	17.999,65	77,72	5.160,35
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.419.140,00</b>	<b>1.419.140,00</b>	<b>1.634.189,65</b>	<b>115,15</b>	<b>6.629.439,82</b>	<b>467,14</b>	<b>-5.210.299,82</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	154.500,00	154.500,00	239.490,00	155,01	239.940,00	155,30	-85.440,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	154.500,00	154.500,00	239.490,00	155,01	239.940,00	155,01	-84.990,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00	0,00	-450,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.360,00	12.360,00	1.947,54	15,76	6.463,82	52,30	5.896,18
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	52.280,00	52.280,00	1.392.752,11	664,02	6.383.036,00	209,33	-6.330.756,00
Transf. de Instituições Privadas	0,00	0,00	184.588,44	0,00	1.138.682,05	0,00	-1.138.682,05
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	31.455,00	125,82	-6.455,00
	27.280,00	27.280,00	1.208.163,67	428,75	5.212.898,95	108,87	-5.185.618,95
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>32.101.642,90</b>	<b>32.101.642,90</b>	<b>7.021.047,21</b>	<b>21,87</b>	<b>26.881.209,37</b>	<b>83,74</b>	<b>5.220.433,53</b>

Continua 1/3



Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>32.101.642,90</b>	<b>32.101.642,90</b>	<b>7.021.047,21</b>	<b>21,87</b>	<b>26.881.209,37</b>	<b>83,74</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	32.101.642,90	32.101.642,90	7.021.047,21	21,87	26.881.209,37	83,74
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.190.833,45	—	—	928.378,30	—
Superávit Financeiro	—	1.190.833,45	—	—	928.378,30	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>32.100.542,90</b>	<b>12.621.487,37</b>	<b>44.722.030,27</b>	<b>3.740.783,10</b>	<b>30.731.898,57</b>	<b>6.032.581,12</b>	<b>21.635.160,01</b>	<b>48,38</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>27.945.497,00</b>	<b>2.846.751,74</b>	<b>30.792.248,74</b>	<b>3.393.406,20</b>	<b>21.604.822,43</b>	<b>4.898.321,21</b>	<b>18.315.088,41</b>	<b>59,48</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.288.299,45	3.021.636,08	19.309.935,53	3.021.524,78	12.467.899,05	3.022.588,11	12.464.057,90	64,55
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	-45.000,00	5.000,00	687,29	3.169,88	687,29	3.169,88	63,40
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.607.197,55	-129.884,34	11.477.313,21	371.194,13	9.133.753,50	1.675.045,81	5.847.860,63	50,95
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>4.150.045,90</b>	<b>9.774.735,63</b>	<b>13.924.781,53</b>	<b>347.376,90</b>	<b>9.127.076,14</b>	<b>1.334.259,91</b>	<b>3.320.071,60</b>	<b>23,84</b>
INVESTIMENTOS	3.575.045,90	10.281.735,63	13.856.781,53	343.519,00	9.100.527,12	1.330.402,01	3.293.522,58	23,77
INVERSOES FINANCEIRAS	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	550.000,00	-507.000,00	43.000,00	3.857,90	26.549,02	3.857,90	26.549,02	61,74
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>32.100.542,90</b>	<b>12.621.487,37</b>	<b>44.722.030,27</b>	<b>3.740.783,10</b>	<b>30.731.898,57</b>	<b>6.032.581,12</b>	<b>21.635.160,01</b>	<b>48,38</b>

Continua 2/3



Continuação 3/3

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>32.100.542,90</b>	<b>12.621.487,37</b>	<b>44.722.030,27</b>	<b>3.740.783,10</b>	<b>30.731.898,57</b>	<b>6.032.581,12</b>	<b>21.635.160,01</b>	<b>23.086.870,26</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>5.246.049,36</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>32.100.542,90</b>	<b>12.621.487,37</b>	<b>44.722.030,27</b>	<b>3.740.783,10</b>	<b>30.731.898,57</b>	<b>6.032.581,12</b>	<b>26.881.209,37</b>	<b>23.086.870,26</b>

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 09/09/2014

ALTAIR CARDOSO RITTES	CLEONIR L. WELTER	GUIOMAR G.DE CAMPOS
Prefeito Municipal	C. Interno - CRA/SC 11527	Técno em Contab.CRC/SC 023050/

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>		<b>2.226.497,18</b>	<b>2.401.211,94</b>	<b>2.584.052,55</b>	<b>4.775.039,52</b>	<b>2.466.136,89</b>	<b>2.766.498,07</b>	<b>2.815.099,78</b>	<b>2.657.933,93</b>	<b>2.701.994,62</b>	<b>3.076.107,55</b>	<b>2.547.797,49</b>	<b>2.547.797,49</b>	<b>33.190.394,55</b>	<b>32.131.918,90</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA		233.477,59	285.016,51	483.869,19	553.872,34	207.949,20	214.249,87	311.849,78	276.853,43	199.907,28	287.737,66	761.130,10	256.042,42	3.641.695,37	4.817.321,20
I.P.T.U.		23.276,25	25.220,27	21.337,80	24.803,89	11.857,16	0,00	0,00	93,86	67,00	17.132,01	363.936,10	33.405,08	510.591,42	1.177.561,50
I.R.R.F		23.709,58	23.359,37	295.938,11	145.899,79	10.749,46	54.870,61	59.986,56	62.456,66	65.061,20	68.000,91	47.637,09	45.704,43	903.381,77	354.570,70
I.S.S		76.536,19	175.789,93	81.217,85	112.208,63	126.904,74	91.210,87	105.639,68	104.884,58	83.138,17	102.653,67	81.222,75	107.387,35	1.246.684,41	1.479.664,00
I.T.B.I.		47.385,38	31.704,00	39.912,00	50.443,40	55.563,27	45.524,00	45.480,47	74.891,44	35.470,00	52.359,31	55.060,00	73.452,81	607.026,08	430.540,00
Outras Receitas Tributárias		32.569,19	28.942,94	25.403,43	20.516,63	12.784,57	22.635,39	101.703,07	34.726,89	16.170,91	27.591,76	213.814,16	36.082,75	572.011,69	1.374.985,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		12.184,09	12.432,24	14.997,84	12.623,58	12.958,38	14.216,02	13.249,39	16.126,78	13.223,93	17.116,46	11.322,18	16.638,94	167.092,83	144.200,00
RECEITA PATRIMONIAL		47.865,11	51.484,10	47.411,69	52.046,21	5.243,77	101.955,60	52.341,44	68.138,51	69.114,79	69.632,47	69.809,23	82.923,34	717.946,26	294.614,50
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		11.439,91	7.955,55	5.690,69	6.745,71	4.979,05	42.175,64	5.640,35	47.853,67	101.334,35	126.502,61	123.007,95	32.759,56	516.085,04	170.532,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.908.953,71	1.999.304,28	2.045.391,61	4.185.081,54	2.200.227,69	2.279.491,29	2.090.411,91	2.213.427,23	2.275.818,32	1.967.003,70	2.069.190,73	2.072.951,33	27.307.073,34	25.479.918,40
Cota-Parte do FPM.		659.355,57	281.127,13	604.101,19	1.064.821,14	793.108,54	846.923,88	592.391,07	573.394,84	764.119,10	573.040,02	482.168,87	597.901,44	7.862.452,79	8.487.200,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		453.877,43	441.277,19	484.587,56	482.532,68	519.460,09	485.316,79	502.499,05	489.945,31	488.025,66	502.259,21	489.528,74	492.588,28	5.834.890,99	6.180.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		86.025,58	83.855,69	45.812,89	31.079,58	59.523,68	76.448,97	91.549,66	109.777,93	96.500,65	115.540,45	115.208,49	97.103,79	1.008.425,36	1.009.400,00
Cota-Parte do ITR.		2.172,54	13.487,99	384,09	190,96	167,17	16,87	27,93	24,75	59,37	5,00	0,00	158,84	16.693,51	23.690,00
Outras Transferências Correntes		378.245,60	857.020,66	487.979,83	2.248.375,74	387.440,21	429.530,95	597.598,21	638.105,63	477.804,06	357.287,98	606.391,02	472.813,01	7.948.572,90	5.977.218,40
Transferências da LC 61/1989		5.093,21	5.444,68	6.039,58	6.455,00	6.658,64	5.637,37	5.508,43	5.966,69	6.522,39	6.212,22	6.381,90	6.578,32	72.528,43	101.970,00
Transferências da LC 87/1996		2.005,77	2.005,77	2.005,77	2.005,77	2.199,46	2.199,46	0,00	2.199,46	2.199,46	2.199,46	2.199,46	2.199,46	23.419,30	33.990,00
Transferências do FUNDEB		322.178,01	315.085,17	354.480,70	349.620,67	431.669,90	423.415,00	390.847,56	393.802,62	430.587,63	407.479,36	377.313,25	403.610,19	4.600.090,06	3.666.450,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		42.576,77	45.039,26	6.751,53	164.690,14	34.778,60	114.406,65	38.576,91	35.274,31	42.592,95	27.195,13	42.247,36	46.481,90	640.491,71	1.225.351,90
<b>DEDUÇÕES (II)</b>		<b>108.816,09</b>	<b>108.125,14</b>	<b>106.557,87</b>	<b>103.080,00</b>	<b>116.189,68</b>	<b>114.796,65</b>	<b>118.813,15</b>	<b>120.819,33</b>	<b>119.356,84</b>	<b>124.600,68</b>	<b>117.924,35</b>	<b>119.723,13</b>	<b>1.378.372,91</b>	<b>1.449.416,00</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		108.816,09	108.125,14	106.557,87	103.080,00	116.189,68	114.796,65	118.813,15	120.819,33	119.356,84	124.600,68	117.924,35	119.723,13	1.378.372,91	1.449.416,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>		<b>2.117.681,09</b>	<b>2.293.086,80</b>	<b>2.477.494,68</b>	<b>4.671.959,52</b>	<b>2.349.947,21</b>	<b>2.651.698,42</b>	<b>2.395.196,63</b>	<b>2.536.904,60</b>	<b>2.582.637,78</b>	<b>2.350.527,35</b>	<b>2.558.783,20</b>	<b>2.428.074,36</b>	<b>31.812.011,64</b>	<b>30.682.502,90</b>
FONTE:															
DIONISIO CERQUEIRA , 09/09/2014															

ALTAR CARDOSO RITTES  
Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER  
C. Interno - CRA/SC 11527

GUIOMAR G.DE CAMPOS  
Técno em Contab.CRC/SC 0230500-0

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32.100.542,90	44.722.030,27	3.740.783,10	30.731.898,57	6.032.581,12	21.635.160,01	100,00	48,38	23.086.870,26
	Legislativa	1.073.500,00	1.073.500,00	537.534,59	0,00	460.012,08	2,13	42,85	613.487,92
Ação Legislativa	1.073.500,00	1.073.500,00	82,00	537.534,59	0,00	460.012,08	2,13	42,85	613.487,92
Administração	3.706.000,00	4.028.356,38	369.315,55	2.942.449,97	575.220,47	2.433.820,75	11,25	60,42	1.594.535,63
Contabilidade e Orçamento	48.000,00	72.075,27	6.048,05	21.675,00	6.763,05	21.675,00	0,10	30,07	50.400,27
Administração Geral	3.257.000,00	3.489.889,11	304.058,81	2.685.956,34	507.878,29	2.182.257,90	10,09	62,53	1.307.631,21
Administração Financeira	200.000,00	200.000,00	22.180,00	59.780,00	22.180,00	59.780,00	0,28	29,89	140.220,00
Controle Interno	77.000,00	94.224,00	12.474,10	63.666,22	13.256,80	62.100,79	0,29	65,91	32.123,21
Administração de Receitas	124.000,00	172.168,00	24.554,59	111.372,41	25.142,33	108.007,06	0,50	62,73	64.160,94
Defesa Nacional	56.000,00	33.221,00	13.509,69	25.004,22	13.749,69	24.404,22	0,11	73,46	8.816,78
Defesa Terrestre	56.000,00	33.221,00	13.509,69	25.004,22	13.749,69	24.404,22	0,11	73,46	8.816,78
Segurança Pública	274.786,00	294.786,00	17.012,02	77.836,21	17.345,78	66.584,34	0,31	22,59	228.201,66
Policimento	63.918,00	63.918,00	8.738,42	46.773,11	8.822,90	41.847,59	0,19	65,47	22.070,41
Defesa Civil	210.868,00	230.868,00	8.273,60	31.063,10	8.522,88	24.736,75	0,11	10,71	206.131,25
Assistência Social	1.632.443,90	2.257.236,74	303.323,45	1.134.747,53	286.165,34	999.420,05	4,62	44,28	1.257.816,69
Administração Geral	570.536,00	859.460,00	118.999,82	518.427,41	119.733,24	468.316,87	2,16	54,49	391.143,13
Assistência à Criança e ao Adolescente	929.407,90	1.184.493,14	146.971,56	510.381,21	131.006,84	435.588,78	2,01	36,77	748.904,36
Assistência Comunitária	132.500,00	213.283,60	37.352,07	105.938,91	35.425,26	95.514,40	0,44	44,78	117.769,20
Saúde	9.638.050,00	16.064.165,00	2.037.121,94	9.911.927,33	2.231.616,61	8.398.675,82	38,82	52,28	7.665.489,18
Administração Geral	871.400,00	1.157.284,00	122.449,05	756.684,79	138.546,08	662.609,74	3,06	57,26	494.674,26
Atenção Básica	6.215.300,00	8.976.524,00	1.268.049,64	6.129.061,62	1.294.824,76	5.019.041,46	23,20	55,91	3.957.482,54
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.440.500,00	5.770.618,00	629.078,97	2.953.116,57	780.655,49	2.645.462,27	12,23	45,84	3.125.155,73
Vigilância Sanitária	80.600,00	136.089,00	17.544,28	70.006,35	17.590,28	68.504,35	0,32	50,34	67.584,65
Vigilância Epidemiológica	30.250,00	23.650,00	0,00	3.058,00	0,00	3.058,00	0,01	12,93	20.592,00
Educação	7.294.303,00	7.833.366,55	967.326,11	6.275.506,45	1.258.715,53	4.711.930,12	21,78	60,15	3.121.436,43
Administração Geral	490.300,00	433.325,00	38.945,59	263.925,68	51.850,36	229.077,24	1,06	52,86	204.247,76
Administração Financeira	25.000,00	18.000,00	0,00	18.000,00	3.000,00	9.000,00	0,04	50,00	9.000,00
Ensino Fundamental	4.519.403,50	4.327.307,99	582.346,28	3.438.737,73	772.530,78	2.896.049,36	13,39	66,92	1.431.258,63
Ensino Médio	244.650,00	238.050,00	0,00	223.621,13	36.896,58	115.536,69	0,53	48,53	122.513,31
Educação Infantil	1.970.949,50	2.777.523,56	338.340,24	2.308.610,11	383.763,81	1.439.975,03	6,66	51,84	1.337.548,53

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (i)</b>								
Educação	32.100.542,90	44.722.030,27	3.740.793,10	30.731.898,57	6.032.581,12	21.635.160,01	100,00	23.086.870,26
Educação de Jovens e Adultos	7.294.303,00	7.833.366,55	967.326,11	6.275.506,45	1.258.715,53	4.711.930,12	21,78	3.121.436,43
Cultura	44.000,00	39.160,00	7.694,00	22.611,80	10.674,00	22.291,80	0,10	16.868,20
Ensino Fundamental	187.800,00	297.907,58	44.534,00	119.321,00	33.812,50	101.694,50	0,47	196.213,08
	0,00	137.907,58	15.474,00	27.814,00	4.752,50	10.187,50	0,05	127.720,08
Difusão Cultural	187.800,00	160.000,00	29.060,00	91.507,00	29.060,00	91.507,00	0,42	68.493,00
Urbanismo	2.862.504,00	4.981.046,56	134.329,32	3.040.258,71	686.900,18	1.394.576,29	6,45	3.586.470,27
Infra-Estrutura Urbana	1.365.590,00	1.240.687,66	0,00	11.190,00	0,00	11.190,00	0,05	1.229.497,66
Serviços Urbanos	1.347.164,00	3.595.608,90	127.781,52	2.884.355,15	678.768,38	1.256.288,73	5,81	2.339.320,17
Energia Elétrica	149.750,00	144.750,00	6.547,80	144.713,56	8.131,80	127.097,56	0,59	17.652,44
Saneamento	11.000,00	980.359,14	1.808,33	979.971,83	107.402,30	914.191,79	4,23	66.167,35
Saneamento Básico Rural	11.000,00	6.000,00	1.808,33	5.612,69	1.511,63	5.315,99	0,02	684,01
Saneamento Básico Urbano	0,00	974.359,14	0,00	974.359,14	105.890,67	908.875,80	4,20	65.483,34
Agricultura	1.044.156,00	2.754.451,53	83.740,31	2.244.744,10	320.280,44	645.699,15	2,98	2.108.752,38
Administração Geral	1.000.156,00	2.699.451,53	68.740,31	2.217.244,10	311.280,44	624.199,15	2,89	2.075.252,38
Promoção da Produção Animal	0,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	9.000,00	9.000,00	0,04	6.000,00
Abastecimento	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	40.000,00	40.000,00	0,00	12.500,00	0,00	12.500,00	0,06	27.500,00
Indústria	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	10.000,00	497.535,60	0,00	495.648,30	20.550,00	20.550,00	0,09	476.985,60
Promoção Comercial	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	0,00	497.535,60	0,00	495.648,30	20.550,00	20.550,00	0,09	476.985,60
Transporte	1.463.800,00	1.625.946,14	89.364,35	1.223.237,33	230.049,98	803.382,89	3,71	822.563,25
Transporte Rodoviário	1.463.800,00	1.625.946,14	89.364,35	1.223.237,33	230.049,98	803.382,89	3,71	822.563,25
Desporto e Lazer	307.200,00	1.501.762,05	18.250,84	1.394.298,05	209.200,92	365.874,00	1,69	1.135.888,05
Desporto Comunitário	307.200,00	1.501.762,05	18.250,84	1.394.298,05	209.200,92	365.874,00	1,69	1.135.888,05
Encargos Especiais	2.524.000,00	493.390,00	-338.934,81	329.412,95	41.571,38	294.344,01	1,36	199.045,99
Serviço da Dívida Interna	2.000.000,00	312.870,00	4.545,19	148.892,95	4.545,19	145.972,91	0,67	166.897,09
Outros Encargos Especiais	524.000,00	180.520,00	-343.480,00	180.520,00	37.026,19	148.371,10	0,69	32.148,90

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32.100.542,90	44.722.030,27	3.740.783,10	30.731.898,57	6.032.581,12	21.635.160,01	100,00	48,38
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	32.100.542,90	44.722.030,27	3.740.783,10	30.731.898,57	6.032.581,12	21.635.160,01	100,00	48,38

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 09/09/2014

ALTAIR CARDOSO RITTES	CLEONIR L. WELTER	GUIOMAR G.DE CAMPOS
Prefeito Municipal	C. Interno - CRA/SC 11527	Técn.em Contab.CRC/SC 023050/1

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA**

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	1.200.000,00	0,00		1.200.000,00
DESPEAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPEAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPEAS DE CAPITAL	13.924.781,53	3.320.071,60	0,00	10.604.709,93
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	13.924.781,53	3.320.071,60	0,00	10.604.709,93
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-12.724.781,53	-3.320.071,60		-9.404.709,93

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 09/09/2014

\_\_\_\_\_  
 ALTAIR CARDOSO RITTES  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 CLEONIR L. WELTER  
 C. Interno - CRA/SC 11527

\_\_\_\_\_  
 GUIOMAR G.DE CAMPOS  
 Técn.em Contab.CRC/SC 023050/0-0



**RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA**

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.549.248,97	1.543.402,42	1.541.429,18
DEDUÇÕES (II)	10.597.521,53	10.809.068,46	11.181.846,26
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.320.570,85	14.008.387,00	13.601.018,77
Demais Haveres Financeiros	208.493,83	279.332,62	310.170,87
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.931.543,15	3.478.651,16	2.729.343,38
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-9.048.272,56	-9.265.666,04	-9.640.417,08
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-9.048.272,56</b>	<b>-9.265.666,04</b>	<b>-9.640.417,08</b>

<b>RESULTADO NOMINAL</b>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-374.751,04</b>	<b>-592.144,52</b>

<b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 09/09/2014

ALTAIR CARDOSO RITTES  
 Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER  
 C. Interno - CRA/SC 11527

GUIOMAR G.DE CAMPOS  
 Técn.em Contab.CRC/SC 023050/0-0

**RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA**

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>30.387.888,40</b>	<b>5.234.124,99</b>	<b>19.732.610,40</b>	<b>16.682.790,34</b>
Receita Tributária	4.817.321,20	1.057.172,52	2.535.519,74	1.911.388,07
I.P.T.U.	1.177.561,50	396.801,18	415.951,21	370.334,81
I.S.S.	1.479.664,00	188.610,10	802.931,81	618.231,93
I.T.B.I.	430.540,00	128.512,81	437.581,30	348.678,85
I.R.R.F.	354.570,70	93.341,52	414.475,92	170.046,39
Outras Receitas Tributárias	1.374.985,00	249.906,91	464.579,50	404.096,09
Receita de Contribuição	144.200,00	27.961,12	114.855,08	113.900,85
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	144.200,00	27.961,12	114.855,08	113.900,85
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	294.614,50	152.732,57	519.159,15	299.616,42
(-) Aplicações Financeiras	294.614,50	152.732,57	519.159,15	299.616,42
Transferências Correntes	24.030.502,40	3.904.494,58	16.216.548,39	14.316.229,83
F.P.M.	8.487.200,00	1.090.070,31	5.143.047,76	4.763.852,65
I.C.M.S.	4.944.000,00	769.694,60	3.178.093,61	2.647.065,03
Convênios	31.840,00	12.096,37	32.550,37	222.481,50
Outras Transferências Correntes	10.567.462,40	2.032.633,30	7.862.856,65	6.682.830,65
Demais Receitas Correntes	1.395.864,80	244.496,77	865.687,19	341.271,59
Dívida Ativa	941.450,90	46.354,10	164.744,77	157.229,37
Diversas Receitas Correntes	454.413,90	198.142,67	700.942,42	184.042,22
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>1.419.140,00</b>	<b>1.634.189,65</b>	<b>6.629.439,82</b>	<b>6.173.893,55</b>
Operações de Crédito (III)	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	12.360,00	1.947,54	6.463,82	6.462,17
Alienação de Ativos (V)	154.500,00	239.490,00	239.940,00	54.500,00
Transferências de Capital	52.280,00	1.392.752,11	6.383.036,00	6.112.931,38
Convênios	27.280,00	1.208.163,67	5.212.898,95	6.107.387,38
Outras Transferências de Capital	25.000,00	184.588,44	1.170.137,05	5.544,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>52.280,00</b>	<b>1.392.752,11</b>	<b>6.383.036,00</b>	<b>6.112.931,38</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>30.440.168,40</b>	<b>6.626.877,10</b>	<b>26.115.646,40</b>	<b>22.795.721,72</b>

  

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>30.792.248,74</b>	<b>4.698.321,21</b>	<b>18.315.088,41</b>	<b>16.094.662,89</b>
Pessoal e Encargos Sociais	19.309.935,53	3.022.588,11	12.464.057,90	10.257.313,79
Juros e Encargos da Dívida (IX)	5.000,00	687,29	3.169,88	5.597,32
Outras Despesas Correntes	11.477.313,21	1.675.045,81	5.847.860,63	5.831.751,78
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>30.787.248,74</b>	<b>4.697.633,92</b>	<b>18.311.918,53</b>	<b>16.089.065,57</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>13.924.781,53</b>	<b>1.334.259,91</b>	<b>3.320.071,60</b>	<b>4.944.959,42</b>
Investimentos	13.856.781,53	1.330.402,01	3.293.522,58	4.880.467,27
Inversões Financeiras	25.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	25.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	43.000,00	3.857,90	26.549,02	64.492,15
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>13.881.781,53</b>	<b>1.330.402,01</b>	<b>3.293.522,58</b>	<b>4.880.467,27</b>

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>5.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>44.674.030,27</b>	<b>6.028.035,93</b>	<b>21.605.441,11</b>	<b>20.969.532,84</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-14.233.861,87</b>	<b>598.841,17</b>	<b>4.510.205,29</b>	<b>1.826.188,88</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	928.378,30	0,00
Superávit Financeiro	-	-	928.378,30	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 09/09/2014

\_\_\_\_\_  
ALTAIR CARDOSO RITTES  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
CLEONIR L. WELTER  
C. Interno - CRA/SC 11527

\_\_\_\_\_  
GUIOMAR G.DE CAMPOS  
Téc. em Contab.CRC/SC 023050/0-0

**RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA**

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	32.101.642,90	
Previsão Atualizada		—	32.101.642,90	
Receitas Realizadas		7.021.047,21	26.881.209,37	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	928.378,30	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	32.100.542,90	
Créditos Adicionais		—	12.621.487,37	
Dotação Atualizada		—	44.722.030,27	
Despesas Empenhadas		3.740.783,10	30.731.898,57	
Despesas Liquidadas		6.032.581,12	21.635.160,01	
Superavit Orçamentário		—	5.246.049,36	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		3.740.783,10	30.731.898,57	
Despesas Liquidadas		6.032.581,12	21.635.160,01	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			31.812.011,64	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-592.144,52	0,00
Resultado Primário		0,00	4.510.205,29	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	9.005.969,64	12.250,18	4.506.877,94	4.486.841,52
EXECUTIVO	8.963.498,11	12.250,18	4.506.877,94	4.444.369,99
LEGISLATIVO	42.471,53	0,00	0,00	42.471,53
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.931.543,15	0,00	1.816.546,17	1.114.996,98
EXECUTIVO	2.888.712,95	0,00	1.775.684,37	1.113.028,58
LEGISLATIVO	1.136,94	0,00	0,00	1.136,94
EXECUTIVO	41.451,80	0,00	40.861,80	590,00
LEGISLATIVO	241,46	0,00	0,00	241,46
TOTAL:	11.937.512,79	12.250,18	6.323.424,11	5.601.838,50
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.715.806,95	25%	12,78
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.578.968,90	60%	79,14
Liquidadas		2.578.968,90		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.200.000,00	
Despesa de Capital Líquida		3.320.071,60	10.604.709,93	

Continua 1/2

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			239.940,00	-85.440,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		4.806.506,14	15,00	0,00
Liquidadas		4.806.506,14		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

DIONISIO CERQUEIRA , 09/09/2014

\_\_\_\_\_  
 ALTAIR CARDOSO RITTES  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 CLEONIR L. WELTER  
 C. Interno - CRA/SC 11527

\_\_\_\_\_  
 GUIOMAR G.DE CAMPOS  
 Técn.em Contab.CRC/SC 023050/0-0

**RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA**

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	154.500,00	239.940,00	-85.440,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	450,00	-450,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	154.500,00	239.490,00	-84.990,00
<b>TOTAL</b>	154.500,00	239.940,00	-85.440,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	239.940,00	239.940,00

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 09/09/2014

\_\_\_\_\_  
 ALTAIR CARDOSO RITTES  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 CLEONIR L. WELTER  
 C. Interno - CRA/SC 11527

\_\_\_\_\_  
 GUIOMAR G.DE CAMPOS  
 Técn.em Contab.CRC/SC 023050/0-0





# Ermo

## PREFEITURA

### Decreto Nº 070, de 10 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 070, de 10 de setembro de 2014.

Estabelece Horário Especial de Expediente nas Repartições Públicas do Município de Ermo.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII e XI da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 32 da Lei Nº 038, de 04 de novembro de 1997 (Estatuto dos Servidores Públicos);

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido como horário especial de expediente externo das repartições públicas da Administração Direta do Município de Ermo, a partir do dia 15 de setembro de 2014 (segunda-feira), de Segunda a Sexta-feira, das 07:00 às 12:00 horas.

Art. 2º O horário das 12:00 às 13:00 horas fica estabelecido apenas para expediente interno.

Art. 3º A Secretaria de Saúde e Promoção Social permanecerá com horário das 07:00 às 19:00 horas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de setembro de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº. 109, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 109, de 01 de setembro de 2014.

Admite em Caráter Temporário (ACT), Monitor de Transporte Escolar Municipal.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, IV da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

#### RESOLVE:

Art. 1º Admitir JÉSSICA BORDIGNON DAMINELLI, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Ensino da Educação com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 01 de setembro de 2014 encerrando-se em 19 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de setembro de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 108, DE 18 DE AGOSTO DE 2014.

PORTARIA Nº 108, de 18 de agosto de 2014.

Admite Servidor em Caráter Temporário - ACT.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o atestado médico da Servidora Leda Tramontin Zanatta, que deverá afastar-se de suas atividades de Professora por um período acima de 60 dias; e considerando a urgente necessidade na continuidade dos serviços que desenvolve e não havendo servidor disponível para substituí-la;

#### RESOLVE:

Art. 1º Admitir ELISÂNGELA MANARIM DE OLIVEIRA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em substituição a Servidora Leda Tramontin Zanatta, iniciando a contratação em 08 de agosto de 2014 e encerrando-se no dia 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 18 de agosto de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

# Forquilha

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato PMF Nº. 175/2014.

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 175/2014.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

DO OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a contratação de uma empresa especializada para execução da readequação do padrão de entrada de energia elétrica nas escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino, para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 55.023,16 (cinquenta e cinco mil vinte e três reais e dezesseis centavos).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 120 (cento e vinte) dias corridos (prazo de execução + 90 dias) contados a partir da data de sua assinatura. - 12/12/2014.

DOTAÇÃO - 0501.2015.4490 (78).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 80/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 14 de agosto de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 173/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 173/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS

OBJETO - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços, através de empresa especializada, para cobertura de seguros de veículos diversos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 900,00 (novecentos reais).

VIGÊNCIA - O presente contrato vigorará a partir da data deste contrato e por 01 (um) ano, podendo ser prorrogado.

DOTAÇÃO - 0501.2016.3390 (82), 0703.2033.3390 (129).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 158/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 07 de agosto de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 182/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 182/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

OBJETO - O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de "gêneros alimentícios", através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades do Corpo de Bombeiro de Santa Catarina por meio do convênio FUNREBOM e Polícia Militar por meio do convenio RADIO PATRULHA firmados junto ao Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 3.436,82 (três mil quatrocentos e trinta e seis reais e oitenta e dois centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0401.2011.3390 (32), 1101.2037.3390 (177).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 161/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 25 de agosto de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 01/2014

PUBLICAÇÃO LEGAL

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na LEI Nº 1.947 DE 30/12/2013, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em local incerto e não sabido e/ou recusaram-se a assinar o recebimento do presente EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 01/2014 que versa sobre a pavimentação da Rua 1º de Maio - Bairro Vila Franca/ Saturno.

CONTRIBUINTE	CAD	INSCRIÇÃO
Mineração N.S. do Carmo	10301	01.04.020.0133.001
Everaldo de Oliveira Lisboa	10237	01.04.014.0302.001
Anzelmo Michels Junior	26207	01.04.016.0242.001
Silvana Romão Pinheiro	18184	01.04.027.0039.001
Clediomar Mandelli	10405 10406	01.04.025.0081.001 01.04.025.0094.001
Rosimery Frasson	10404	01.04.025.0067.001
Paulo Roberto Zantte	10362	01.04.023.0041.001
Zacaron Ind. Alimenticia Ltda	10367	01.04.023.0108.001
Walter Neuhaus	10211	01.04.013.0222.001
Maria Francisca Rocha	10212	01.04.013.0235.001
José Prezalino Antonio	102033	01.04.014.0248.001
Marcio da Silva Maciel	26208	01.04.016.0256.001
Volnei Menegali	10297	01.04.020.0051.001
Alcioni Amaral da Rosa	10258	01.04.015.0345.001
Janice Marcelino Motta	10299	01.04.020.0078.001
Osni Rodrigues Martins	10133	01.04.009.0299.001
Vilson Broca	10274	01.04.019.0122.001
Cristiano Santana Santos	18187	01.04.027.0080.001
Vanderlei Candido	26266	01.04.013.0314.001
Volnei Menegali	10365	01.04.023.0081.001
Osmar Ferreira Brandão	18191	01.04.027.0161.001
Claudemir Alves	10114	01.04.008.0454.001
Moacyr Barbieri	10113	01.04.008.0412.001
Valquiria da Rosa Vitali	10111	01.04.008.0385.001
Ezequiel Antunes Fernandes	26212	01.04.016.0310.001
Aparicio Antonio Martins	10135	01.04.009.0361.001
José Carlos Andrade	10381	01.04.024.0027.001
Volnei Menegali	10266	01.04.018.0122.001
Leandro Teixeira Mota	10385	01.04.024.0081.001
Aleir da Rocha	26206	01.04.016.0229.001
Edmilson Benedet	10253	01.04.015.0249.001
Valdecir de Moliner	10267	01.04.019.0027.001
Antonio Aldrin Casagrande	10271	01.04.019.0082.001
	10272	01.04.019.0095.001
	10273	01.04.019.0109.001
Ind. De Feldspato Brasileira	10192	01.04.012.0242.001

Forquilha, 10 de setembro de 2014.  
Ademir Brandielle Pedro  
Secretário de Administração e Finanças

### **Edital de Contribuição de Melhoria Nº 06/2014** PUBLICAÇÃO LEGAL

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na LEI Nº 1.947 DE 30/12/2013, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em local incerto e não sabido e/ou recusaram-se a assinar o recebimento do presente EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 06/2014 que versa sobre a pavimentação da Rua 252 - Bairro Vila Franca.

CONTRIBUINTE	CAD	INSCRIÇÃO
Jovenil Moreira	27103	01.04.089.0474.001

Forquilha, 10 de setembro de 2014.  
Ademir Brandielle Pedro  
Secretário de Administração e Finanças

### **Edital de Contribuição de Melhoria Nº 05/2014** PUBLICAÇÃO LEGAL

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na LEI Nº 1.947 DE 30/12/2013, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em local incerto e não sabido e/ou recusaram-se a assinar o recebimento do presente EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 05/2014 que versa sobre a pavimentação da Rua Antonio Praxedes Machado - Bairro Vila Lourdes.

CONTRIBUINTE	CAD	INSCRIÇÃO
Santos Julio Henrique	16543	01.03.013.0704.001
Altamil Praxedes Machado	1601	01.03.013.0727.001

Forquilha, 10 de setembro de 2014.  
Ademir Brandielle Pedro  
Secretário de Administração e Finanças

### **Extrato de Contrato PMF Nº. 183/2014**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 183/2014  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHA  
CONTRADADO - FEPANI PÃES E DOCES LTDA ME

OBJETO - O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de "gêneros alimentícios", através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades do Corpo de Bombeiro de Santa Catarina por meio do convênio FUNREBOM e Polícia Militar por meio do convenio RADIO PATRULHA firmados junto ao Município de Forquilha/SC. VALOR - R\$ 971,26 (novecentos e setenta e um real e vinte e seis centavos).  
VIGÊNCIA - 31/12/2014.  
DOTAÇÃO - 0401.2011.3390 (32), 1101.2037.3390 (177).  
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 161/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 25 de agosto de 2014.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### **EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 18/2014** PUBLICAÇÃO LEGAL

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na LEI Nº 1.947 DE 30/12/2013, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em local incerto e não sabido e/ou recusaram-se a assinar o recebimento do presente EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 18/2014 que versa sobre a pavimentação da Rua 156 - Bairro Centro.

CONTRIBUINTE	CAD	INSCRIÇÃO
Trevisol & Billodre Construções Ltda	19267	01.01.043.0027.001
Adilson Peruch Costa	19299	01.01.042.0396.001
Adilson Peruch Costa	19263	01.01.041.0491.001
Cesar Passarela	19262	01.01.041.0271.001
Gilmar Fabris	19278	01.01.042.0015.001

Forquilha, 10 de setembro de 2014.  
Ademir Brandielle Pedro  
Secretário de Administração e Finanças

### **Presente Edital de Contribuição de Melhoria Nº 08/2014** PUBLICAÇÃO LEGAL

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na LEI Nº 1.947 DE 30/12/2013, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em local incerto e não sabido e/ou recusaram-se a assinar o recebimento do presente EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 08/2014 que versa sobre a pavimentação da Rua América - Bairro Vila Franca.

CONTRIBUINTE	CAD	INSCRIÇÃO
Volnei Ferreira	17330	01.04.006.1118.001
Cristina Binatti Vitalli	17334	01.04.006.1166.001
Edilson Gomes da Silva Santos	17315	01.04.006.0897.001
Joenildo Daros Colonetti	17325	01.04.006.1057.002
Roselei de Oliveira	17343	01.04.006.1274.001
Ezio Felisberto da Silva	17314	01.04.006.0885.001
Agnaldo Figueredo da Silva	17328	01.04.006.1094.001
Fabio Bosa Marangoni	17326	01.04.006.1069.001
Vanderlei Costa	16679	01.04.006.0221.001
Richelson Sabino	17322	01.04.006.0984.001
Maria Silvina Marangoni	17327	01.04.006.1081.001
Leandro dos Santos Borba	17338	01.04.006.1214.001
Nerlise Clara Tomazi	17331	01.04.006.1130.001

Forquilha, 10 de setembro de 2014.  
Ademir Brandielle Pedro  
Secretário de Administração e Finanças

### **Presente Edital de Contribuição de Melhoria Nº 17/2014**

#### **PUBLICAÇÃO LEGAL**

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na LEI Nº 1.947 DE 30/12/2013, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em local incerto e não sabido e/ou recusaram-se a assinar o recebimento do presente EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 17/2014 que versa sobre a pavimentação da Rua Delfina Arns Steiner - Bairro Centro.

CONTRIBUINTE	CAD	INSCRIÇÃO
Aderlei Nicoski	19777	01.01.045.0063.001
Sérgio Witt	19767	01.01.046.0396.001

Forquilha, 10 de setembro de 2014.  
Ademir Brandielle Pedro  
Secretário de Administração e Finanças

### **Edital de Contribuição de Melhoria Nº 02/2014**

#### **PUBLICAÇÃO LEGAL**

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na LEI Nº 1.947 DE 30/12/2013, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em local incerto e não sabido e/ou recusaram-se a assinar o recebimento do presente EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 02/2014 que versa sobre a pavimentação da Rua Esperança - Bairro Vila Lourdes.

CONTRIBUINTE	CAD	INSCRIÇÃO
Eduardo Niehues	19230	01.03.013.0726.001
Santos Julio Henrique	16543	01.03.013.0704.001

Forquilha, 10 de setembro de 2014.  
Ademir Brandielle Pedro  
Secretário de Administração e Finanças

### **Edital de Contribuição de Melhoria Nº 04/2014**

#### **PUBLICAÇÃO LEGAL**

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na LEI Nº 1.947 DE 30/12/2013, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em local incerto e não sabido e/ou recusaram-se a assinar o recebimento do presente EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 04/2014 que versa sobre a pavimentação da Rua Francisco Plaskiewicz - Bairro Vila Lourdes.

CONTRIBUINTE	CAD	INSCRIÇÃO
Genesio Plaskiewicz	16683	01.03.013.0711.001
Jocilon Coelho	2877	01.03.013.0171.001

Forquilha, 10 de setembro de 2014.  
Ademir Brandielle Pedro  
Secretário de Administração e Finanças

### **Edital de Contribuição de Melhoria Nº 20/2014**

#### **PUBLICAÇÃO LEGAL**

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na LEI Nº 1.947 DE 30/12/2013, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em local incerto e não sabido e/ou recusaram-se a assinar o recebimento do presente EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 20/2014 que versa sobre a pavimentação da Rua Irmã Dora Hoepers - Bairro Clarissa.

CONTRIBUINTE	CAD	INSCRIÇÃO
Darci Fabris	1382	01.03.033.0196.001
Adilson Peruch Costa	1487	01.03..017.1398.001
Zanete Grigio Laurindo	17507	01.03.037.0028.001
Narciso Claro da Rosa	1384	01.03.032.0060.001

Forquilha, 10 de setembro de 2014.  
Ademir Brandielle Pedro  
Secretário de Administração e Finanças

### **Edital de Contribuição de Melhoria Nº 21/2014**

#### **PUBLICAÇÃO LEGAL**

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na LEI Nº 1.947 DE 30/12/2013, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em local incerto e não sabido e/ou recusaram-se a assinar o recebimento do presente EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 21/2014 que versa sobre a pavimentação da Rua Irmã Ester Steiner - Bairro Clarissa.

CONTRIBUINTE	CAD	INSCRIÇÃO
Darci Fabris	1372	01.03.033.0196.001
Reinoldo Tiede	1379	01.03.033.0283.001
Ronaldo Candido	1374	01.03.033.0225.001
José Roberto Pereira Delfino	17516	01.03.037.0131.001
Zanete Grigio Laurindo	17507	01.03.037.0028.001
Narciso Claro da Rosa	1384	01.03.032.0060.001
Sergio Gomes de Souza	1377	01.03.033.0269.001
Valmor Pereira	17510	01.03.037.0053.001
Veluci Laurindo	1382	01.03.033.0312.001
João Albino Rocha (Espolio)	1380	01.03.033.0297.001
Adilson Peruchi Costa	17506	01.03.037.0300.001

Forquilha, 10 de setembro de 2014.  
Ademir Brandielle Pedro  
Secretário de Administração e Finanças



## Edital de Contribuição de Melhoria Nº 19/2014

### PUBLICAÇÃO LEGAL

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na LEI Nº 1.947 DE 30/12/2013, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em local incerto e não sabido e/ou recusaram-se a assinar o recebimento do presente EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 19/2014 que versa sobre a pavimentação da Rua Irmã Margarida Martinello - Bairro Clarissa.

CONTRIBUINTE	CAD	INSCRIÇÃO
Amarildo Fernandes	1498	01.03.023.0058.001
Edvaldo da Rosa	1495	01.03.023.0033.001
Aroldo Antonio Mazucheti	1274	01.03.023.0020.001
Hilario Premoli	1488	01.03.017.0143.001

Forquilha, 10 de setembro de 2014.  
Ademir Brandielle Pedro  
Secretário de Administração e Finanças

## Edital de Contribuição de Melhoria Nº 03/2014

### PUBLICAÇÃO LEGAL

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na LEI Nº 1.947 DE 30/12/2013, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em local incerto e não sabido e/ou recusaram-se a assinar o recebimento do presente EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 03/2014 que versa sobre a pavimentação da Rua Nilton Guinzani - Bairro Vila Lourdes.

CONTRIBUINTE	CAD	INSCRIÇÃO
Mara Rosane Azeredo da Silva	18150	01.03.013.0718.001
Jocilon Coelho	2877	01.03.013.0717.001
Andre Correa	18072	01.03.013.0719.001

Forquilha, 10 de setembro de 2014.  
Ademir Brandielle Pedro  
Secretário de Administração e Finanças

## Ata de Registro de Preços Nº. 01/PMF/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/PMF/2013  
(Referente Pregão Presencial nº. 84/PMF/2013)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-01 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. DDS COMÉRCIO DE LIXEIRAS E PLACAS LTDA, CNPJ/MF nº 05.299.150/0001-61 estabelecida na Rua Rio de Janeiro, em

Chapecó, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Valdemir Tussi, brasileiro, CI 2.432.306, CPF 274.241.970-53.

2. SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA ME, CNPJ/MF nº 10.657.917/0001-17 estabelecida na Rua Júlio Schlupp, em Rio do Sul, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Fagner Rodrigo Passig, brasileiro, CI 4.833.185, CPF 076.246.819-00.

3. FAROPORT SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA, CNPJ/MF nº 09.464.434/0001-17 estabelecida na Rua Mende Sá, em Criciúma, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Fabricio Ronconi Porto, brasileiro, CI 3013585, CPF 909.374.499-20.

4. LUCIANO DE SANTANA MARTINS ME, CNPJ/MF nº 02.350.159/0001-61 estabelecida na Rua Projetada, em Sombrio, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Luciano de Santana Martins, brasileiro, CI 3.032.057, CPF 69436932987.

5. SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA, CNPJ/MF nº 07.150.434/0001-17 estabelecida na Rua Juliano Luchi, em Palhoça, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Renato Bortolotto, brasileiro, CI 4420187, CPF 050.110.939-05.

Doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 84/PMF/2013, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

### Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o REGISTRO DE PREÇOS de diversas placas, tubos galvanizados e afins para sinalização horizontal e vertical viária nas ruas e logradouros públicos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

### Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO.

### Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues,



ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número, a data de assinatura deste contrato e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima - Das Obrigações

##### 1. Do Município:

- 1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
- 1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
- 1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

- 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
- 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
- 2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: 0701.2033.3390 (86).

#### Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 84/PMF/2013, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 17 de junho de 2013.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA	DDS COMÉRCIO DE LIXEIRAS E PLACAS LTDA
VANDERLEI ALEXANDRE	Representante Legal: Valdemir Tussi
Prefeito Municipal	CPF: 274.241.970-53

SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA	FAROPOST SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA
Representante Legal: Fagner Rodrigo Passig	Representante Legal: Fabricio Ronconi Porto
CPF: 076.246.819-00	CPF: 909.374.499-20

LUCIANO DE SANTANA MARTINS ME Representante Legal: Luciano de Santana Martins CPF: 694.369.329-87	ESINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA Representante Legal: Renato Bor- tolotto CPF: 050.110.939-05
------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/PMF/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/PMF/2013  
(Referente Pregão Presencial nº. 123/PMF/2013)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ RICARDO JUNKES, Prefeito em Exercício, portador da Cédula de Identidade nº 3.377.640-7 e inscrito no CPF 040.294.429-19 sob o nº, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ/MF nº 02.315.593/0001-00, estabelecida na Rodovia SC 446, em Orleans, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Vaguinho Rosseti, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.740.828-0 e inscrito no CPF sob o nº 016.099.089-02.

2. PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA, CNPJ/MF nº 03.790.887/0001-57, estabelecida na Rua VX de Novembro, Cidade de Orleans/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Carina Ascari Alberton Gesser, brasileiro, CI 4.533.184-7, CPF 043.898.549-41.

Doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 123/PMF/2013, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

### Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material escolar para utilização nas escolas da rede municipal de ensino do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

### Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO.

### Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria de Educação, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

### Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

### Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar

necessariamente o número, a data de assinatura deste contrato e o número da Autorização de Fornecimento.

1.2. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

2. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

3. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

4. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Educação, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima - Das Obrigações

##### 1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;  
1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;  
1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;  
1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;  
2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.  
2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;  
2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;  
2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o

certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;  
1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem



justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 123/PMF/2013, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 29 de agosto de 2013.  
MUNICÍPIO DE FORQUILHA  
JOSÉ RICARDO JUNKES  
Prefeito Municipal em Exercício

#### ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME

Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Vaguinho Rosseti  
CPF: 016.099.089-02

#### PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA

Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Carina Ascari Alberton Gesser  
CPF: 043.898.549-41.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/PMF/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/PMF/2013  
(Referente Pregão Presencial nº. 145/PMF/2013)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ/MF nº 02.315.593/0001-00, estabelecida na Rodovia SC 446, em Orleans, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Vaguinho Rosseti, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.740.828-0 e inscrito no CPF sob o nº 016.099.089-02.

2. PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA, CNPJ/MF nº 03.790.887/0001-57, estabelecida na Rua VX de Novembro, Cidade de Orleans/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Carina Ascari Alberton Gesser, brasileiro, CI 4.533.184-7, CPF 043.898.549-41.

Doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 145/PMF/2013, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material escolar (giz escolar) para utilização nas escolas da rede municipal de ensino do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

#### Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO.

#### Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços

Urbanos, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima - Das Obrigações

##### 1. Do Município:

- 1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
- 1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
- 1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

- 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;



- 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
- 2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela

que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 145/PMF/2013, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 11 de outubro de 2013.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Vaguinho Rosseti

CPF: 016.099.089-02

PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Carina Ascari Alberton Gesser

CPF: 043.898.549-41.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/PMF/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/PMF/2013

(Referente Pregão Presencial nº. 157/PMF/2013)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ/MF nº 02.315.593/0001-00, estabelecida na Rodovia SC 446, em Orleans, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Vaguinho Rosseti, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.740.828-0 e inscrito no CPF sob o nº 016.099.089-02.

2. RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME., CNPJ/MF nº 18.619.082/0001-12, estabelecida na Rua Imigrante João Cechinelli, em Criciúma, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Reginaldo Itamar Felisberto representante legal, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 02159516899 e inscrito no CPF sob o nº 780.207.009-00.

3. ANCS DISTRIBUIDORA LTDA. EPP. CNPJ/MF nº 01.980.629/0001-08, estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, em Orleans, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Anselma Ascari Alberton Vieira, brasileira, CI nº. 3.226.026-1, CPF nº. 898.078.129-68.

Doravante denominadas DETENTORA(S) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 157/PMF/2013, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

### Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de utensílios diversos para utilização nas escolas e creches da rede municipal de ensino do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

### Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO.

### Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

### Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão

gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima - Das Obrigações

##### 1. Do Município:

- 1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
- 1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
- 1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação,

por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas

previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;  
1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;  
1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 157/PMF/2013, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 25 de novembro de 2013.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Vaguinho Rosseti

CPF: 016.099.089-02

RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Reginaldo Itamar Felisberto

CPF: 780.207.009-00.

ANCS DISTRIBUIDORA LTDA. EPP.

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Anselma Ascari Alberton Vieira

CPF: 898.078.129-68.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/PMF/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/PMF/2014

(Referente Pregão Presencial nº. 01/PMF/2014)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. Dimas Kammer, Prefeito Municipal em Exercício, portador da Cédula de Identidade nº 1328011, e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI CNPJ/MF nº 18.550.393/0001-72 estabelecida na Rua Alameda Ascendino Moraes de Sa, em Araranguá, doravante denominada DETENTORA(S) DA ATA neste ato representada pelo Sr. Sergio José Carminatti, brasileiro, CI 1.324.778, CPF 458.244.019-34, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 01/PMF/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças e reforma geral, pintura e chapeação de veículos tipo 'ônibus', por meio da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.



**Cláusula Segunda - Dos preços Registrados**

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO.

**Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega**

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 20 (vinte) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. Os serviços executados e peças de reposição terão garantia de 06 (seis) meses.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

**Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços**

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

**Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento**

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número, a data de assinatura deste contrato e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

**Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição**

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

**Cláusula Sétima - Das Obrigações**

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

- 1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
- 1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avencado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

## 2. Da Detentora da Ata:

- 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
- 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
- 2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

## Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

- a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.
- b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.
- c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
- d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas

previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

## Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

## Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

## Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 01/PMF/2014, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.



**Cláusula Vigésima  
Do Foro**

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 24 de janeiro de 2014.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Sergio José Carminatti  
CPF: 458.244.019-34

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/PMF/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/PMF/2014  
(Referente Pregão Presencial nº. 02/PMF/2014)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. Dimas Kammer, Prefeito Municipal em Exercício, portador da Cédula de Identidade nº 1328011, e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. CARLOS VANDERLEI ROCHA - ME, CNPJ/MF nº 03.300.801/0001-60 estabelecida na Rodovia Antonio Valmor Canela, em Forquilha, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Antonio Rocha Filho, brasileiro, CI 1.215.835, CPF 501.408.769-87;
2. CARMINATTI PEÇAS COMERCIO E TRANSPORTES LTDA ME, CNPJ/MF nº 12.215.144/0001-44 estabelecida na Rua Dorvalina Broca Pascoali, em Mato Alto, Araranguá, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Sergio José Carminatti, brasileiro, CI 1.324.778, CPF 458.244.019-34. Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 2/PMF/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e manutenção da frota de caminhões e ônibus do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

**Cláusula Segunda - Dos preços Registrados**

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO.

**Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega**

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

- 1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.
- 1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.
- 1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.
- 1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 20 (vinte) dias a partir da data de recebimento das mesmas.
- 1.5. Os serviços executados e peças de reposição terão garantia de 06 (seis) meses.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

**Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços**

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de

eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número, a data de assinatura deste contrato e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima - Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação,

por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subseqüentes.

#### Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 02/PMF/2014, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima  
Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 24 de janeiro de 2014.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

CARLOS VANDERLEI ROCHA - ME  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Antonio Rocha Filho  
CPF: 501.408.769-87

CARMINATTI PEÇAS COMERCIO E TRANSPORTES LTDA ME  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Sergio José Carminatti  
CPF: 458.244.019-34

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/PMF/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/PMF/2014  
(Referente Pregão Presencial nº. 15/PMF/2014)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº. 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº. 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa KF ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, CNPJ/MF nº. 78.885.548/0001-53, estabelecida na Rodovia Gabriel Arns, 4350, Cidade de Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pela Sra. Isabel Buss, brasileira, CI 2578034, CPF 562.629.499-68, doravante denominada DETENTORA(S) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 15/PMF/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de tubos de concreto de vários diâmetros, com as resistências mínimas especificadas nas normas da NBR, para uso junto a Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, para futuras aquisições.

#### Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO.

#### Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 05 (cinco) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. A Prefeitura Municipal de Forquilha, através da Secretaria de Obras, poderá a qualquer tempo (durante a vigência do contrato), determinar novos relatórios de ensaio de todas as bitolas dos tubos (objeto do edital), referente a resistência e a compressão diametral, conforme NBR 8890/2003.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão

gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número, do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima - Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;  
1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;  
1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;



1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

## 2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

## Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da

multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

## Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

## Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

## Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 15/PMF/2014, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

## Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais

privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 10 de fevereiro de 2014.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

KF ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Isabel Buss

CPF: 562.629.499-68

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/PMF/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/PMF/2014

(Referente Pregão Presencial nº. 30/PMF/2014)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. PLINIO JOSÉ LOPES GUIMARÃES E RAMOS, CNPJ/MF nº 79.864.567/0001-66 estabelecida na Rua Alvaro Catão, em Criciúma, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Plinio José Lopes Guimarães, brasileiro, CI 6.352.717, CPF 064.399.108-50;

2. PERKSON PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ/MF nº 00.444.086/0001-41 estabelecida na Rua Severino Pizzetti, em Criciúma, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Antonio Pereira Filho, brasileiro, CI 499773, CPF 289.345.129-20;

3. GAMAPE COMÉRCIO DE PEÇAS, FERRAMENTAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF nº 02.341.788/0001-25 estabelecida na Rod. Luiz Rosso, em Criciúma, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Rafael Jeronimo Lopes Gamba, brasileiro, CI 3.934.484, CPF 006.474.099-41;

4. TRATORMAX COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA, CNPJ/MF nº 01.780.703/0001-42 estabelecida na Rua Henrique Lage, em Criciúma, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Aglaciir Ferreira Machado, brasileiro, CI 2.475.987-2, CPF 485.984.960-49.

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 30/PMF/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

### Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e manutenção da frota de máquinas pesadas do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

### Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO.

### Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 20 (vinte) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. Os serviços executados e peças de reposição terão garantia de 06 (seis) meses.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

### Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.



2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima - Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

#### 2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subseqüentes.

#### Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 30/PMF/2014, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima  
Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 28 de fevereiro de 2014.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

PLINIO JOSÉ LOPES GUIMARÃES E RAMOS Empresa Detentora da Ata Representante Legal: Plinio José Lopes Guimarães CPF: 064.399.108-50	REALL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA Empresa Detentora da Ata Representante Legal: Valmir Izabel Martins CPF: 354.031.879-87	REALL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA Empresa Detentora da Ata Representante Legal: Valmir Izabel Martins CPF: 354.031.879-87
PERKSON PÉÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA Empresa Detentora da Ata Representante Legal: Antonio Pereira Filho CPF: 289.345.129-20		

GAMAPE COMÉRCIO DE PEÇAS, FERRAMENTAS E SERVIÇOS LTDA  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Rafael Jeronimo Lopes Gamba  
CPF: 006.474.099-41

TRATORMAX COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Aglaciir Ferreira Machado  
CPF: 485.984.960-49

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/FMS/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/FMS/2014  
(Referente Pregão Presencial nº. 42/FMS/2013)

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 de Abril, FORQUILHINHA/SC, inscrita no CNPJ sob o Nº. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA, CNPJ/MF nº. 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada B. Esperança, 2545, Cidade de Rio do Sul/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Maicon Cordova Pereira, brasileiro,

CI 3.242.195, CPF 015.886.939-70;

2.COMERCIAL CIR. RIOCLARENSE LTDA, CNPJ/MF nº. 67.729.178/0004-91, estabelecida na Rua das Saudades, 45, Cidade de Poços de Caldas/MG, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Walter Prochnow Júnior, brasileiro, CI nº. 22.636.117-2, CPF nº. 139.498.468-59;

3.MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., CNPJ/MF nº. 94.894.169/0001-86, estabelecida na Rua Samuel Kochin, 200, Cidade de Santa Maria/RS, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Mauro Marciano Garcia de Freitas, CI 8022867959 CPF 374624900-72;

4.DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA, CNPJ/MF nº. 02.520.829/0001-40, estabelecida na Rua Vasco da Gama, 33, Cidade de Barão de Cotegipe/RS, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Jerônimo Pilonetto, brasileiro, CI 4029256601 CPF 481.459.200-00;

5.CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA, CNPJ/MF nº. 03.652.030/0001-70, estabelecida na Rua Adão Welker, 90, sala 02, Cidade de Barão de Cotegipe/RS, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Douglas Martin, brasileiro, CI 6079866254 CPF 014.887.280-89;

6.EXTRA DISTR. DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIAS LTDA CNPJ/MF n.º 06.035.038/0001-86 estabelecida na Rua Pedro João Pereira, em Araranguá, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Adroaldo Machado, CI 3.019.989, CPF 910.323.859-87;

7. WINCORP FARM. COM. LTDA, CNPJ/MF nº. 12.573.787/0001-60, estabelecida na Avenida João Sacavém, 318, Cidade de Navegantes/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pela Sra. Ana Paula Vitaski, brasileira, CI nº. 7.502.707-7, CPF nº. 008.487.469-45;

8. AGLON COM. E REPRES. LTDA, CNPJ/MF nº. 65.817.900/0001-71, estabelecida na Avenida Visconde de Nova Granada, 1.105, Cidade de Leme/SP, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Eros Carraro, brasileiro, CI nº. 22.370.122-1, CPF nº. 253.912.708-80;

9. METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA., CNPJ/MF nº. 83.157.032/0001-22, estabelecida na Estrada Boa Esperança, 1853, Cidade de Rio do Sul/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Jorge Henrique da Silva, brasileiro, CI 1.421.321, CPF 481.293.139-87;

10. CRISTÁLIA PROD. QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA, CNPJ/MF nº. 44.734.671/0001-51, estabelecida na Rodovia Itapira, em Lindóia/SP, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Sanderson A. da Silveira, CI 70220148, CPF 025.214.579-81;

11.PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ/MF nº. 85.247.385/0001-49, estabelecida na Rua Uruguai, em Chapecó/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Christiano Altair Mattana Giordani, CI 3.927.811, CPF 076.332.029-39;

12. CIRURGICA JAW COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ/MF nº. 79.250.676/0001-93, estabelecida na Rua Joaquim Nabuco, em Florianópolis/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Arion Peixoto Gershenson, CI 1012067268, CPF 151.644.970-34;

13. FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, estabelecida

na Rua Joaquim Nabuco, 1595, Cidade de Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº. 07.164.711/0001-40, neste ato representado pelo Sr. Guilherme de Oliveira Prado, portador da CI nº. 3.307.500, CPF nº. 004.033.069-90.

DETENTORA(S) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 42/FMS/2013, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de "MEDICAMENTOS" através de empresa do ramo pertinente, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA - SC, para futuras aquisições.

#### Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO.

#### Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1- Os produtos deste edital serão requisitados até dezembro de 2014, a partir da assinatura do contrato, e deverão ser entregues num prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da licitante na Central de Abastecimento Farmacêutico, localizada na Rua Professor Arlindo Junkes, sn; Centro; Forquilha/SC. O horário para entrega será das 7:00 às 12:00h e das 13:00 às 15:00h. Telefone para contato: (48) 3463-3510.

1.1. Todos os lotes deverão vir acompanhados de laudo analítico-laboratorial, expedido pela empresa produtora/ titular do registro na ANVISA e ou laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) com as respectivas garantias de validade;

2 - Os medicamentos com data de validade inferior a 12 (meses) ano, quando da entrega serão devolvidos.

3. Os Medicamentos deverão ser entregues, de acordo com as características exigidas neste contrato;

4. O prazo de entrega deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

5. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", previsto em lei, comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao Setor de competente do CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo.

#### Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua

assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pela Farmacêutica, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número, a data de assinatura deste contrato e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Saúde, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima - Das Obrigações

##### 1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será



cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 42/FMS/2013, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 21 de janeiro de 2014.  
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Maicon Cordova Pereira  
CPF: 015.886.939-70

COMERCIAL CIR. RIOCLARENSE LTDA  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Walter Prochnow Júnior  
CPF: 139.498.468-59

MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Walter Prochnow Júnior  
CPF: 139.498.468-59

DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Jerônimo Pilonetto  
CPF: 481.459.200-00;

CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Douglas Martin  
CPF: 014.887.280-89;

EXTRA DISTR. DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIAS LTDA  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Adroaldo Machado  
CPF: 910.323.859-87;

WINCORP FARM. COM. LTDA  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Ana Paula Vitaski  
CPF: 008.487.469-45;

AGLON COM. E REPRES. LTDA  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Eros Carraro  
CPF: 253.912.708-80

METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Jorge Henrique da Silva  
CPF: 481.293.139-87

CRISTÁLIA PROD. QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Sanderson A. da Silveira  
CPF: 025.214.579-81

PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Christiano Altair Mattana Giordani  
CPF: 076.332.029-39

CIRURGICA JAW COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA  
Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Arion Peixoto Gershenson  
CPF: 151.644.970-34

FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA,  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Guilherme de Oliveira Prado  
CPF: 004.033.069-90.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/FMS/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/FMS/2013  
(Referente Pregão Presencial nº. 18/FMS/2013)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Alameda Felipe Arns - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 10.540.697/0001-47, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº. 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº. 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a PRODIET FARMACÊUTICA LTDA, CNPJ/MF nº. 81.887.838/0006-55, estabelecida na Rua Rua João Bettenga, 6011, Cidade Industrial, Curitiba/PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Cláudio Pereira do Rosário, brasileiro, CI 2.953.196, CPF 952.124.269-87, doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 18/FMS/2013, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

### Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição do medicamento Bevacizumab (Avastin) 5mg/kg, conforme ordem judicial referente Autos nº. 166.13.000819-7 por meio do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

### Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são seguintes:

ITEM	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Frasco	Bevacizumad 400 mg - Injetável 16 ml	14	R\$ 3.729,71	R\$ 52.215,94

### Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

- 1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria de Saúde, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.
- 1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 05 (cinco) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

### Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

### Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da



**Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.**

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável da Secretaria de Saúde, autORIZADO para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número, a data de assinatura deste contrato e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

**Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição**

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

**Cláusula Sétima - Das Obrigações****1. Do Município:**

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

**2. Da Detentora da Ata:**

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de

habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

**Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções**

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

**Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços**

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

**Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária**

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: 0101.2055.3390 (01), 0101.2050.3390 (19).

**Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais**

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 18/FMS/2013, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

**Cláusula Vigésima  
Do Foro**

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 19 de junho de 2013.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

PRODIET FARMACÊUTICA S/A.

Empresa Detentora da Ata  
Cláudio Pereira do Rosário  
CPF: CPF 952.124.269-87

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/FMA/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/FMA/2014  
(Referente Pregão Presencial nº. 03/FMA/2014)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, através do Fundo Municipal de Agricultura, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 4.641.3456 e inscrito no CPF sob o nº 054.063.859-50, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. CARLOS VANDERLEI ROCHA - ME, CNPJ/MF nº 03.300.801/0001-60 estabelecida na Rodovia Antonio Valmor Canela, em Forquilha, neste ato representada pelo Sr. Antonio Rocha Filho, brasileiro, CI 1.215.835, CPF 501.408.769-87;
2. CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI, CNPJ/MF nº 18.550.393/0001-72 estabelecida na Rua Alameda Ascendino Moraes de Sa, em Araranguá, neste ato representada pelo Sr. Sergio José Carminatti, brasileiro, CI 1.324.778, CPF 458.244.019-34; Doravante denominada DETENTORA(S) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 03/FMA/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e manutenção da frota de caminhões do Fundo Municipal de Agricultura de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

**Cláusula Segunda - Dos preços Registrados**

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO.

**Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega**

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

- 1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria de Agricultura, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de

requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 20 (vinte) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. Os serviços executados e peças de reposição terão garantia de 06 (seis) meses.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número, a data de assinatura deste contrato e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima - Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;  
1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;  
1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;  
1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;  
1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;  
2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir,

direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e

alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 03/FMA/2014, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Vigésima

##### Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.



Forquilha/SC, 14 de fevereiro de 2014.  
MUNICÍPIO DE FORQUILHA  
FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

CARLOS VANDERLEI ROCHA - ME  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Antonio Rocha Filho  
CPF: 501.408.769-87

CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Sergio José Carminatti  
CPF: 458.244.019-34

## Fraiburgo

### PREFEITURA

#### Lei Nº 2246/2014

LEI Nº 2246, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014  
DENOMINA RUA CARLOS ALBERTO SCHWEITZER A RUA "C" DO BAIRRO PORTAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. A via pública situada no Bairro Portal, nesta cidade, adiante relacionada, passam a ter a seguinte denominação:

Rua "C" passa a ser denominada RUA CARLOS ALBERTO SCHWEITZER.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO - SC., 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### Lei Nº 2247/2014

LEI Nº 2247, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014  
DENOMINA RUA TELVI JOÃO GATTI A RUA "K" DO BAIRRO PORTAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. A via pública situada no Bairro Portal, nesta cidade, adiante relacionada, passa a ter a seguinte denominação:

Rua "K" passa a ser denominada RUA TELVI JOÃO GATTI.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO - SC., 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Lei Nº 2248/2014**

LEI Nº 2248, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014  
DENOMINA RUA AVANIR SAVIAN A RUA "B" DO BAIRRO PORTAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. A via pública situada no Bairro Portal, nesta cidade, adiante relacionada, passa a ter a seguinte denominação:

Rua "B" passa a ser denominada RUA AVANIR SAVIAN.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO - SC., 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Lei Nº 2249/2014**

LEI Nº 2249, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014  
REITERA A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL À ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS E ASSISTENCIAIS - PEAL

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica reiterada a declaração de utilidade pública municipal à ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS E ASSISTENCIAIS - PEAL, concedida através da Lei nº 1939, de 27 de fevereiro de 2008, associação civil de direito privado, de caráter sócio educacional, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, inscrita no CNPJ sob o nº 08.889.308/0001-41, com sede e foro na Rua das Missões, s/nº, Bairro Santo Antônio, em Fraiburgo - SC, constituída no dia 11 de maio de 2007, com nova versão estatutária registrada no Ofício de Registro Civil de Títulos e Documentos da Comarca de Fraiburgo sob o nº 001608, fls. 155, livro A-013, em 11/09/2013.

Art. 2º. À entidade que se refere o art. 1º desta Lei ficam assegurados os direitos, vantagens e prerrogativas previstas na legislação, para entidades declaradas de utilidade pública.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO - SC., 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Decreto Nº 0239/2014**

DECRETO Nº 0239, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.  
REVALIDA O DECRETO 0024/2013, QUE APROVOU O DESMEMBRAMENTO DO TERRENO URBANO MATRICULADO SOB Nº 10654, DE PROPRIEDADE DE ANGELO BOSCATTO.

Ivo Biazolo, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica revalidado o Decreto nº 0024 de 17 de janeiro de 2013, que aprovou o Desmembramento do Lote nº 0014-003 da quadra 446, Matriculado sob nº 10654, de Propriedade de Angelo Boscatto, convalidando todo o seu conteúdo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 10 DE SETEMBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Decreto Nº 0240/2014**

DECRETO Nº 0240, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), nas seguintes dotações:

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.2.008 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas		
0.1.0200(29)	R\$	1.000,00
07.00 - Secretaria de Educação		
07.01 - Educação Geral		
12.361.0005.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0300		
(67)	R\$	30.000,00
08.00 - Secretaria de Saúde		
08.01 - Fundo Municipal de Saúde		
10.302.0010.2.027 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial		
3.3.72.00 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos 0.1.0400 (44)	R\$	20.000,00
Total		
	R\$	51.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.



41721010201 - Cota parte do FPM	R\$	51.000,00
TOTAL	R\$	51.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 1787/2014**

PORTARIA N.º 1.787, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0025 de 02 de maio de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01154/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTIANE GILMARA CEZAR DA VEIGA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 798.929.309-91, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 21 de setembro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1788/2014**

PORTARIA N.º 1.788, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010 de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01155/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SUZANA CRISTINA DOS SANTOS GENUINO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 085.148.559-64, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de

40 horas semanais, no período de 01 de outubro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1789/2014**

PORTARIA N.º 1.789, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01156/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALESSANDRA MARIA DORNELLES DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.238.349-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de outubro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1790/2014**

PORTARIA N.º 1.790, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01157/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUEINE MARIELI DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 077.681.899-65, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de outubro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembr O DE 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1791/2014**

PORTARIA N.º 1.791, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01158/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de TALITA FABIULA DA SILVA DE MELLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.754.409-37, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de outubro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembr O DE 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1792/2014**

PORTARIA N.º 1.792, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0025 de 02 de maio de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01159/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 20 horas semanais a servidora HERCILIA MARIA CORREA FRAGOSO GEMO, que assumiu a sala do AEE - Atendimento Educacional Especializado;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELAINE DA LUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 062.387.239-04, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de outubro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembr O DE 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1793/2014**

PORTARIA N.º 1.793, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0025 de 02 de maio de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01160/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 20 horas semanais a servidora LUCIA AMELIA SARTORI, que foi cedida para o CRAS;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSELI DE FÁTIMA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 059.971.299-69, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de outubro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembr O DE 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1794/2014**

PORTARIA N.º 1.794, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01152/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 13 horas semanais a servidora MARIVANI SCHEMLING LENZ DILL MARIVANI, que encontra-se afastada em Licença sem Vencimento;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de EMANOELI DE FÁTIMA GOMES DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.614.259-60, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - LÍNGUA INGLESA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de setembro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembr O DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1795/2014**

PORTARIA N.º 1.795, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01150/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIMARA DE MELLO GOETTEN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 042.843.579-30, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de setembro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembr O DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1796/2014**

PORTARIA N.º 1.796, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01153/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANICE HAMMES DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 649.916.959-53, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 21 de setembro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembr O DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1797/2014**

PORTARIA N.º 1.797, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0021, de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01169/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ALESSANDRA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 062.642.499-20, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de setembro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembr O DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1798/2014**

PORTARIA N.º 1.798, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0025, de 02 de maio de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01170/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 20 horas semanais a servidora MARCIA APARECIDA SCHWENTER MACHADO, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LANA OLIVEIRA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 089.375.899-07, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 12 de setembro de 2014 até 15 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembr O DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1799/2014**

PORTARIA Nº 1.799, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de IVONE BORGES DE MATOS, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº. 551.153.909-06, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 11 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1800/2014**

PORTARIA Nº 1.800, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar nº 111, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores, e comunicação interna nº 01172/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ADRIANA LEFFER LUCIANO CARIPUNA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 907.130.289-04, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, no período de 12 de setembro de 2014 até 16 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1801/2014**

PORTARIA Nº 1.801, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

Revoga Licença sem Remuneração de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria 2.396, de 27 de novembro de 2013, que concedeu licença sem remuneração à servidora ELIANE APARECIDA MORAES DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 904.800.319-91, nomeada no cargo de provimento efetivo de

PROFESSOR, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 08 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1802/2014**

PORTARIA Nº 1.802, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar nº 111, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores, e comunicação interna nº 01168/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ELIANE APARECIDA MORAES DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 904.800.319-91, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, no período de 08 de setembro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1803/2014**

PORTARIA Nº 1.803, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

Prorroga Licença Sem Remuneração a Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 3.930, de 01 de julho de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares da servidora SIRLEI ANTUNES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 052.032.839-66, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 08 de agosto de 2014 até 07 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 11 de setembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 1804/2014**

PORTARIA Nº 1.804, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a servidora KERONLAY CRIS PRIGOL DO AMARAL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 091.233.139-94, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR NÍVEL 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1805/2014**

PORTARIA Nº 1.805, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a servidora LECIANE KARLSING DE MORAIS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 065.662.179-67, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR NÍVEL 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1806/2014**

PORTARIA Nº 1.806, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

Revoga Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0138/2014 da Secretaria de Ação Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria 297, de 22 de janeiro de 2014, que concedeu a servidora JACQUELINE GISELE FARINA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 037.383.599-07, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais, Função Gratificada Nível 3, a partir

de 01 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1807/2014**

PORTARIA Nº 1.807, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

Revoga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna n.º 00139/2014 da Secretaria de Ação Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a portaria 2.539, de 09 de dezembro de 2013, que ampliou a de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora SUZILÉIA CECCHIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 056.507.359-13, nomeada no cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, a partir de 15 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1808/2014**

PORTARIA Nº 1.808, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0140/2014 da Secretaria de Ação Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Reduzir de 20 (vinte) para 12 (doze) horas semanais, a carga horária da servidora FRANCIELE REGINA RODRIGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.774.519-60, na função de INSTRUTOR DE TRABALHO MANUAIS, no período de 15 de setembro de 2014 a 30 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de agosto de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0030-2014-PF - EDITORA AMIGOS DA NATUREZA**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0178/2014 - PMF  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0030/2014-PMF

Objeto: Aquisição de tablóides educativos para utilização nas ações, campanhas e projetos do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social do município, exemplares de autoria exclusiva da Editora Amigos da Natureza Ltda; Contratada: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.096.738/0001-55; Valor e Pagamento: R\$ 2.870,00 (dois mil oitocentos e setenta reais) até 10/10/2014; Fundamento Legal: Art. 25, inc. I da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores; Justificativa: Exclusividade da Editora na impressão destas obras, conforme Declaração de Exclusividade emanada da Câmara Brasileira do Livro.

Fraiburgo (SC), 10 de setembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal



DECRETO Nº 0241/2014



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0031 DE 19 DE AGOSTO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:  Quadro:   
Código:  Área de Atuação:   
Disciplina:

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especializ ação	Cursos Área	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	3	JULIANA APARECIDA BIASI	19	10	4	5	NÃO	15/6/1984
2	5	ÉRIKA DINIZ ARAÚJO DOS SANTOS	14	10	0	0	NÃO	5/3/1982
3	4	JUCIANE THAIS FERREIRA	7	2	2	3	NÃO	15/10/1987
4	2	DANYELLE BIANCA XAVIER DONATI	2	0	0	0	NÃO	12/9/1989

quinta-feira, 11 de setembro de 2014

Página 2 de 2





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0031 DE 19 DE AGOSTO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Engenheiro Civil Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 1 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Engenheiro Civil

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especialização	Cursos Área	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	1	MAIZE CARLA CARLESSO DAICÃO	6	2	4	0	NÃO	9/7/1990

quinta-feira, 11 de setembro de 2014

Página 1 de 2

quinta-feira, 11 de setembro de 2014

Página 2 de 2

**DECRETO Nº 0241, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.****HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0031, DE 19 DE AGOSTO DE 2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica homologada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0031, de 19 de agosto de 2014, conforme listas anexas.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 11 DE SETEMBRO DE 2014.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento

# Garopaba

## PREFEITURA

### Decreto N.º 132

DECRETO N.º 132, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
DEFINE AUDIÊNCIA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal n.º 717/ 2001,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica definida a realização de Audiência Pública com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes à competência do 2º quadrimestre de 2014, junto a Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara, Vereadores e representantes da sociedade.

Art. 2º. Será realizada a Audiência Pública no dia 29 de Setembro de 2014, às 19:00 horas, na Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º. A Audiência será coordenada pelo Senhor Secretário Municipal de Orçamento e Contabilidade, juntamente com representantes da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Vereadores de Garopaba.

Art. 4º. A Audiência será aberta a qualquer munícipe interessado.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 12/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, em cumprimento ao disposto no artigo 9º, § 4º c/c artigo 63 da Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Municipal n.º 717/2001, COMUNICA a realização, e CONVIDA os representantes das entidades civis organizadas de Garopaba a comparecerem a AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia 29/09/2014, às 19:00 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, à Rua Praça Governador Ivo Silveira, Centro, com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes à competência do 2º quadrimestre de 2014, junto a Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara, Vereadores e representantes da sociedade.

Garopaba, 11 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

### REPUBLICAR A PORTARIA N.º 767/2014.

PORTARIA N.º 767, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

#### RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato RICARDO COELHO BOSCO, CPF n.º 027.782.959-33, aprovado e classificado como 3º colocado no Concurso Público 0001/2009, etapa homologada em 28/01/2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de FISIOTERAPEUTA.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655/99, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de fazer a avaliação físico-funcional do paciente, a prescrição do tratamento, a indução do processo terapêutico e a reavaliação sucessiva do paciente para constatação da existência de alterações que justifiquem a continuidade das práticas terapêuticas; preencher fichas médicas dos pacientes; prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outro especialista; participar de programas voltados para a saúde pública; encaminhar quando necessário ao atendimento de outros especialistas; executar outras tarefas semelhantes, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/09/2014, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de agosto de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 12/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

### Lei Nº 1.832, de 10 de Setembro de 2014

LEI Nº 1.832, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A SAESAMAR - SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL SAMARITANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma subvenção no limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela SAESAMAR - Sociedade Assistencial e Educacional Samaritano, CNPJ n.º 08.908.309/0001-96.

Art. 2º. A concessão de subvenção de que trata o artigo 1º, será



dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Convênio a ser firmado com a SAESAMAR - Sociedade Assistencial e Educacional Samaritano, na forma da legislação vigente.

§ 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

§ 2º. A vigência do convênio supracitado será até 31 de dezembro do presente exercício.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de Setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 12/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

### **Lei Nº 1.833, de 10 de Setembro de 2014**

LEI Nº 1.833, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica instituído o Conselho Municipal de Comunicação Social, órgão colegiado vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal de Garopaba, e atuação em todo o município, de caráter consultivo, normativo, fiscalizador e deliberativo com a finalidade de formular a Política Municipal de Comunicação Social, observados a competência e o disposto na Constituição Federal, reconhecido a comunicação social como um serviço público e um direito humano e fundamental para o exercício pleno da cidadania.

Art. 2º- Além de outras atribuições conferidas em Lei compete ao Conselho Municipal de Comunicação Social:

I - formular, acompanhar e avaliar a execução da Política Pública de Comunicação Social do Município e desenvolver canais institucionais e democráticos de comunicação permanente com a sociedade Garopabense;

II - formular propostas que contemplem o cumprimento do disposto nos capítulos referentes à comunicação social das Constituições Federal e Estadual;

III - propor medidas que visem o aperfeiçoamento de uma política municipal de comunicação social, com base nos princípios democráticos e na comunicação como direito fundamental, estimulando o acesso, a produção e a difusão da informação de interesse coletivo;

IV - participar da elaboração do Plano Municipal de Políticas Públicas de Comunicação Social e acompanhar a sua execução;

V - orientar e acompanhar as atividades dos órgãos públicos de radiodifusão sonora e radiodifusão de sons e imagem do Município;

VI - atuar na defesa dos direitos difusos e coletivos da sociedade Garopabense no que tange a comunicação social;

VII - receber e encaminhar denúncias sobre abusos e violações de direitos humanos nos veículos de comunicação no Município de Garopaba, aos órgãos competentes para adoção de providências

nos seus respectivos âmbitos de atuação;

VIII - fomentar a produção e difusão de conteúdos de iniciativa municipal, observadas as diversidades artísticas, culturais, regionais e sociais de Garopaba;

IX - estimular a criação e o fortalecimento da rede pública de comunicação, de modo que ela tenha uma participação ativa na execução das políticas de comunicação do Município de Garopaba;

X - articular ações para que a distribuição das verbas publicitárias do Município seja baseada em critérios técnicos, que garantam a transparência, diversidade e pluralidade;

XI - estimular a implementação e promover o fortalecimento dos veículos de comunicação comunitária, para facilitar o acesso à produção e à comunicação social em todo o Município;

XII - estimular a adoção dos recursos tecnológicos proporcionados pela digitalização da radiodifusão privada, pública e comunitária, no incentivo à produção cultural, artística e jornalística, e democratização dos meios de comunicação;

XIII - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

XIV - convocar audiências e consultas públicas sobre comunicação e políticas públicas do setor;

XV - fomentar a inclusão digital e o acesso às redes digitais em todo o Município, como forma de democratizar a comunicação;

XVI - fomentar a adoção de programas de capacitação e formação assegurando a apropriação social de novas tecnologias da comunicação.

XVII - opinar sobre a celebração de convênios e acordos de interesse do Município, no âmbito da comunicação social;

XVIII - Propor mecanismos de acesso à informação e à transparência pública.

XIX - Convocar a Conferência Municipal de Comunicação a cada dois anos, cuja realização deve ser assegurada pelo Executivo Municipal.

XX - Caberá ao Conselho Municipal de Comunicação Social propor a criação do Canal da Cidadania e solicitar sua outorga junto ao Ministério das Comunicações, em consonância com os princípios e objetivos do Conselho de Comunicação Social de Garopaba, observando as diretrizes de órgãos federais, estaduais e municipais competentes.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Comunicação Social será dirigido por 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice Presidente e 01 (um) Secretário, eleitos pelos representantes de que trata o inciso I e II do artigo 4º desta Lei

Art. 4º - O Conselho Municipal de Comunicação Social será constituído por 12 (doze) integrantes, e seus respectivos suplentes, observada a seguinte composição:

I - 06 (seis) representantes do Poder Público Municipal indicados pelo Prefeito Municipal, sendo:

01 (um) representante do Gabinete do Prefeito Municipal

01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social

01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca

01 (um) representante da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Desenvolvimento

01 (um) representante da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura

01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração.

II - 06 (seis) representantes da sociedade civil.

01 (um) representante de Estabelecimento de Ensino Superior localizado no município de Garopaba

01 (um) representante do segmento de Rádio Comercial;

01 (um) representante das Empresas de Jornais e Revistas com

sede em Garopaba e com circulação local;  
 01 (um) representante das Agências de Publicidade localizadas no município;  
 01 (um) representante da Radio Comunitária de Garopaba;  
 01 (um) representante das Organizações Não-Governamentais (ONGs) ou Movimentos Sociais

§ 1º- O Gabinete do Prefeito Municipal de Garopaba convocará por meio de edital publicado nos meios de comunicação do Município, reunião para a primeira eleição dos representantes a serem indicados por segmentos, para a composição do conselho. As próximas composições serão eleitas durante a Conferência Municipal de Comunicação.

§ 2º- Além dos representantes titulares, a instituição publica ou da Sociedade Civil deverão promover a indicação dos respectivos suplentes, que serão automaticamente os substitutos, nas ausências e impedimentos, dos membros titulares.

§ 3º - Na hipótese em que o titular e o suplente incorram simultaneamente na situação de afastamento definitivo a instituição publica ou o segmento representando a sociedade civil responsável pela vaga deverá indicar o novo titular e suplente para compor o Conselho.

§ 4º - Somente será admitida a participação no Conselho Municipal de Comunicação as entidades representando a sociedade civil que estiverem juridicamente constituída e em regular funcionamento há pelo menos 1 (um) ano, devendo apresentar comprovante de inscrição e situação cadastral na Receita Federal.

§ 5º- Os membros titulares do Conselho e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito de Garopaba, e tomarão posse na 1ª (primeira) reunião do Colegiado, após a nomeação.

§ 6º- O mandato dos conselheiros e de seus respectivos suplentes será de 02 (dois) anos, sendo permitida apenas uma recondução no mesmo cargo por igual período.

Art. 5º- O Regimento Interno do Conselho disporá sobre as normas de funcionamento e as atribuições de seus membros, sendo elaborado no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua instalação.

Art. 6º- As atividades realizadas pelos membros do Conselho, inclusive participação nas reuniões, são considerados de interesse público relevante e não serão remunerados.

Parágrafo único. Para o exercício de suas funções no Conselho, os representantes terão suas ausências justificadas junto às empresas ou órgãos onde estejam empregados.

Art. 7º- Caberá ao Poder Executivo editar os atos regulamentares necessários à execução desta Lei, no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 8º- Todos os cidadãos que residam em Garopaba poderão participar das reuniões do Conselho de Comunicação Social, assim como poderão ser convidados para participarem das reuniões do Conselho, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos, sempre que da pauta constarem temas de sua área de atuação.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.10º - Revogam-se as disposições contrárias.

Garopaba, 10 de Setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 12/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

## Gaspar

### PREFEITURA

#### Tomada de Preços Nº 199/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Tomada de preços Nº 199/2014

OBJETO: construção de galpão com estrutura de pré-moldada ou pré-fabricada para arquivo inativo. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 30/09/2014. ABERTURA: dia 30/09/2014 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar(SC), 10 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

#### Decreto Nº 6.072, de 08 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 6.072, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO DA ÁREA GOVERNAMENTAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, em substituição, o membro abaixo indicado para integrar o CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme segue:

Entidade/Secretaria	Membro Atual	Novo Membro
Secretaria Municipal de Educação	Marlene Almeida - Titular	Rosangela Santos Beloto - Titular

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 08 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 3.479, de 08 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 3.479, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

EXONERA A SERVIDORA FERNANDA REGINA DOS SANTOS DO EMPREGO PÚBLICO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração, a partir de 05 de setembro de 2014, à servidora FERNANDA REGINA DOS SANTOS, do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde, a qual foi nomeada pela Portaria nº 965/2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 05/09/2014.

Gaspar, 08 de setembro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 6.076, de 09 de Setembro de 2014.**

DECRETO Nº 6.076, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.  
ALTERA O DECRETO Nº. 6.071, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014, QUE NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO DA COMISSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

#### **DECRETA:**

Art. 1º O artigo 1º do Decreto nº 6.071, de 04 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Fica nomeado como integrante da Equipe de Apoio para realização das licitações na modalidade Pregão o servidor JEAN CARLOS DE OLIVEIRA, matrícula nº 9034, em substituição à servidora Caroline Wehmuth."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de setembro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal de Gaspar

### **Aviso de Anulação de Itens PP Nº 184/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC  
AVISO DE ANULAÇÃO DE ITENS PP nº 184/2014

O MUNICÍPIO DE GASPAR, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público para conhecimento dos interessados, que devido a constatação de erros de digitação nas descrições, ficam anulados os itens de nº 132, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 158, 184 e 199 constantes do Anexo V - Proposta de Preços do Edital PP nº 184/2014. Portanto, não serão consideradas as cotações para os referidos itens. No entanto, para os demais itens serão consideradas as cotações. As datas, de entrega e abertura dos envelopes, permanecem INALTERADAS, conforme PREÂMBULO do Edital. Todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos permanecem inalteradas. A presente Anulação é parte integrante do Edital, independentemente de transcrição.

Gaspar, 11 de setembro de 2014.  
FABIANO DE SOUZA  
Pregoeiro | Dec. 5.169/2012

### **Termo de Encerramento de Fiscalização**

TERMO DE ENCERRAMENTO DE FISCALIZAÇÃO  
PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO Nº: 113/2014  
Contribuinte: Magali Thaiss ME  
Endereço: Estrada Geral Carolina, 205 - Belchior Alto  
CNPJ: 05.128.898/0001-00  
Inscrição Municipal: 11031-0  
Atividade: Hotel e Restaurante  
Aos 10 (dez) dias do mês de Setembro de 2014, foram encerrados

os trabalhos de fiscalização do estabelecimento acima especificado, tendo sido verificado o seguinte:

Foram constatadas irregularidades, especificadas nas Notificações abaixo descritas.

OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS		
DOCUMENTO FISCAL	DATA	NÚMERO
AINF - Auto de Infração e Notificação Fiscal do Simples Nacional	10/09/2014	04900081171201400001158201405
Notificação de Lançamento	10/09/2014	525/2014
Notificação de Lançamento	10/09/2014	526/2014
Notificação de Lançamento	10/09/2014	527/2014

#### **Fundamentação Legal:**

Incidência: artigos 209\*\* e 212\*\*, e item 9.01 do Anexo I\*\* da Lei Municipal 1.330/91(CTM)

Infração: artigos 209\*\* e 212\*\*, e item 9.01 do Anexo I\*\* da Lei Municipal 1.330/91(CTM)

Juros: artigo 35 da Lei Complementar Federal 123/2006 c/c artigo 953 do Decreto Federal 3000/99 e artigo 86 da Resolução CGSN nº 094/2011.

Multa: artigo 35 da Lei Complementar Federal 123/2006 c/c artigo 957 inciso II do Decreto Federal 3000/99 e artigo 87 inciso II da Resolução CGSN nº 094/2011.

\*\* com redação dada pela Lei Complementar 24/2003.

Prazo: 30 dias a contar da data do ciente para pagamento integral, pedido de parcelamento ou reclamação.

Local para pagamento: Secretaria de Adm. e Finanças - Departamento de Tributação.

Local para reclamação: Secretaria da Adm. e Finanças - Departamento de Tributação.

Findo o prazo supracitado o montante devido será inscrito em dívida ativa para competente cobrança judicial.

Pagamento antes do recurso de 1ª Instância desconto de 50% da multa, pagamento em até 30 dias após a decisão de 1ª Instância desconto de 30% da multa.

Parcelamento antes do recurso de 1ª Instância desconto de 40% da multa, parcelamento em até 30 dias após a decisão de 1ª Instância desconto de 20% da multa.

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS		
DOCUMENTO FISCAL	DATA	NÚMERO
Auto de Infração	10/09/2014	524/2014

Infração: artigo 20, inciso I e II da Lei Municipal 1.330/91 (CTM).  
Multa: Artigo 107, Inciso IV, alínea "c" da Lei Municipal 1.330/91 (CTM), com redação dada pelas Leis Complementares 10/2002 e 34/2005.

Prazo: 20 (vinte) dias a contar da data do ciente para pagamento integral ou reclamação.

Local para pagamento: Secretaria de Adm. e Finanças - Departamento de Tributação.

Local para reclamação: Secretaria da Adm. e Finanças - Departamento de Tributação.

Findo o prazo supracitado o montante devido será inscrito em dívida ativa para competente cobrança judicial.

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS			
DOCUMENTO FISCAL	DATA	NÚMERO	
Auto de Infração	10/09/2014	523/2014	
Infração Artigo 231* da Lei Municipal 1.330/91 (Código Tributário do Município) c/c artigo 7º Decreto 5.121/2012.			

Multa: Artigo 107, inciso VI\*\*, alínea "b" da Lei Municipal 1.330/91.  
\* redação dada pela Lei 3426/2012 \*\* acrescido pela Lei 3426/2012

Prazo: 20 (vinte) dias a contar da data do ciente para pagamento integral ou reclamação.

Local para pagamento: Secretaria de Adm. e Finanças - Departamento de Tributação.

Local para reclamação: Secretaria da Adm. e Finanças - Departamento de Tributação.

Findo o prazo supracitado o montante devido será inscrito em dívida ativa para competente cobrança judicial.

Joice M. D. Rotta  
Fiscal de Tributos

## Governador Celso Ramos

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação Pregão 56-2014

NOVO AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 056/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DOS FUNCIONÁRIOS RESPONSÁVEIS PELA MERENDA PARA USO NAS ESCOLAS DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 24/09/2014 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 24/09/2014 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 10 de Setembro de 2014.  
Mariana de Souza Fernandes  
PREGOEIRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Portaria Nº 08/2014

PORTARIA Nº 08/2014

GIDALTE MAFRA, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais, e a lei nº 8.666/93 e lei nº 10.520/02 e considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para Câmara Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão de Licitação na modalidade Pregão Presencial da Câmara de Vereadores de Governador Celso Ramos.

Art. 2º - Fica designado como Pregoeiro:  
EDMAR SOUZA - ocupante de cargo em comissão

Art. 3º - Ficam designados para compor a equipe de apoio do Pregoeiro os servidores:  
ZELIO MAURICIO KOERICH - ocupante de cargo efetivo do Município  
HUGO ALVES FILHO - ocupante de cargo efetivo do Município  
LEONARDO OSNI QUINTINO - ocupante de cargo efetivo do Legislativo



Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 15 de Julho de 2014.  
GIDALTE MAFRA  
Presidente

ANTONIO MARCOS TESTONI  
1º Secretário

## Grão Pará

### PREFEITURA

#### **Decreto N 17-2014-Conselho Municipal de Saúde**

DECRETO Nº 17/2014, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

"INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal, em especial a Lei Municipal nº 1.960/2014, institui o presente REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ - SC, nos termos que segue:

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - O presente Regimento Interno dispõe sobre a atribuição, organização e funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Grão-Pará, criado pela Lei Municipal nº 1.960/2014.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Saúde é uma instância colegiada de caráter permanente, deliberativo, consultivo e fiscalizadora das ações de saúde realizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS no município de Grão-Pará, consubstanciada na participação da sociedade organizada na administração da Saúde, como Subsistema da Seguridade Social, propiciando seu controle social, atuando na formulação e proposição de estratégias e no controle da execução de políticas de saúde, inclusive, nos seus aspectos econômicos e financeiros, conforme Resolução CNS nº 453 de 10/05/2012, devendo ser respeitado pelo Poder Executivo diante dos princípios da democracia, visando o acolhimento das demandas da população.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Saúde identifica-se, também, pela sigla CMS, cabendo a seus componentes o tratamento de "Conselheiros".

#### CAPÍTULO II

##### ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 4º - Sem prejuízo das funções constitucionais dos Poderes Legislativo e Executivo e nos limites da Legislação vigente, são atribuições e competências do Conselho Municipal de Saúde de Grão-Pará:

I - Implementar a mobilização e articulação contínuas da sociedade, na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS, para o controle social de Saúde.

II - Elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento.

III - Discutir, elaborar e aprovar proposta de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde.

IV - Atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado.

V - Definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e sobre eles deliberar, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços.

VI - Estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados como os de Seguridade Social, Meio Ambiente, Justiça, Educação, Trabalho, Agricultura, Idosos, Criança e Adolescente e outros.

VII - Proceder à revisão periódica dos planos de saúde.

VIII - Deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos, na área da Saúde.

IX - Estabelecer diretrizes e critérios operacionais relativos à localização e ao tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do SUS, tendo em vista o direito ao acesso universal às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde em todos os níveis de complexidade dos serviços, sob a diretriz da hierarquização/regionalização da oferta e demanda de serviços, conforme o princípio da equidade.

X - Avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS.

XI - Avaliar e deliberar sobre contratos e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais.

XII - Aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 195, § 2º da Constituição Federal), observado o princípio do processo de planejamento e orçamentação ascendentes (art. 36 da Lei nº 8.080/90).

XIII - Propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde e acompanhar a movimentação e destinação dos recursos.

XIV - Fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo Municipal de Saúde e os transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União.

XV - Analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, acompanhado do devido assessoramento.

XVI - Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar os indícios de denúncias aos respectivos órgãos, conforme legislação vigente.

XVII - Examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho, nas suas respectivas instâncias.

XVIII - Estabelecer critérios para a determinação de periodicidade das Conferências de Saúde, propor sua convocação, estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho Municipal de Saúde explicitando deveres e papéis dos conselheiros nas pré-conferências e conferências de saúde.

XIX - Estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde e entidades governamentais e privadas, visando à promoção da Saúde.

XX - Estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre

assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

XXI - Estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde e divulgar as funções e competências do Conselho Municipal de Saúde, seus trabalhos e decisões por todos os meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões.

XXII - Apoiar e promover a educação para o controle social.

XXIII - Aprovar, encaminhar e avaliar a política para os Recursos Humanos do SUS.

XXIV - Acompanhar a implementação das deliberações constantes do relatório das plenárias dos conselhos de saúde.

XXV - Promover contatos permanentes entre todas as instituições responsáveis pelas ações ligadas às necessidades de saúde da população (Legislativo, Judiciário, Executivo, Ministério Público, Mídia e demais Conselhos Municipais).

Parágrafo Único - Para atender os objetivos do Conselho Municipal de Saúde, serão levadas em consideração as prioridades estabelecidas nos Conselhos Locais de Saúde existentes ou a serem organizados pelas comunidades dos Bairros e Distritos do Município.

### CAPÍTULO III

#### ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE

Art. 5º - O Conselho Municipal de Saúde de Grão-Pará é composto por representantes do Governo e Prestadores de Serviços, Trabalhadores de Saúde e Usuários de serviços de saúde, totalizando 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) membros suplentes, indicados pelos respectivos órgãos, instituições e entidades, em Assembléia específica.

I - A participação da sociedade organizada, garantida na Legislação, torna o Conselho Municipal de Saúde uma instância privilegiada na proposição, discussão, acompanhamento, deliberação, avaliação e fiscalização da implementação da Política de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

II - O Conselho Municipal de Saúde de Grão-Pará será composto por representantes de Usuários, de Trabalhadores da Saúde, do Governo e de Prestadores de Serviços de Saúde, sendo o Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário (a) e 2º Secretário (a) eleitos entre os membros do Conselho, em reunião plenária.

III - As vagas dos conselheiros no Conselho Municipal de Saúde deverão ser distribuídas da seguinte forma:

- a) 50% de entidades de usuários;
- b) 25% de entidades dos trabalhadores de saúde;
- c) 25% de representação de Governo, de prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

IV - A representação de órgãos ou entidades terá como critério a representatividade, a abrangência e a complementariedade do conjunto de forças sociais, no âmbito de atuação do Conselho Municipal de Saúde.

V - A representação no Conselho Municipal de Saúde de Grão-Pará será a seguinte:

- a) Governo: 2 (duas) vagas sendo uma do representante titular e uma suplente da Secretaria Municipal de Saúde, e a outra a critério do Gestor Municipal;



- b) Prestadores de Serviços: 1 (uma) vaga;  
c) Trabalhadores de Saúde: 3 (três) vagas preferencialmente de áreas distintas;  
d) Usuários: 6 (seis) vagas preferencialmente em áreas distintas.

VI - Os representantes no Conselho de Saúde serão indicados, por escrito, pelos seus respectivos segmentos entidades, de acordo com a sua organização ou de seus fóruns próprios e independentes;

VII - A representação paritária de que trata este artigo será realizada de forma direta junto aos delegados representantes dos segmentos que participarão do Fórum Municipal de Saúde;

VIII - O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, não devendo coincidir com o mandato do Governo Municipal, recomendando-se que a cada eleição, os segmentos de usuários, trabalhadores e prestadores de serviço, a seu critério, promovam a renovação, de no mínimo, 30% de suas entidades representativas, sendo que terá direito a voto o conselheiro titular, e na sua ausência, o respectivo suplente.

IX - Em caso de vacância do Conselheiro titular, sua substituição será feita exclusivamente à complementação do período do mandato.

X - Ocorrendo a exoneração de membros do Conselho Municipal de Saúde, em seus respectivos órgãos e entidades, estes deverão comunicar imediatamente por escrito, sob pena de ser vedado o direito de substituí-lo.

XI - A ocupação de cargos de confiança ou de chefia que interfiram na autonomia representativa do conselheiro deverá ser como possível impedimento da representação do segmento e, a juízo da entidade, pode ser indicativo de substituição do conselheiro.

XII - A participação do Poder Legislativo e Judiciário não cabe no Conselho Municipal de Saúde, em face da independência entre os Poderes.

XIII - Os segmentos que compõem o Conselho de Saúde são escolhidos para representar a sociedade como um todo, no aprimoramento do Sistema Único de Saúde - SUS.

XIV - A função de Conselheiro é de relevância pública e, portanto, garante sua dispensa do trabalho sem prejuízo para o conselheiro, durante o período das reuniões, capacitações e ações específicas do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 6º - Aos Conselheiros incumbe:

I - Zelar pelo pleno e total desenvolvimento das atribuições do Conselho Municipal de Saúde.

II - Estudar e relatar, nos prazos pré-estabelecidos, matéria que lhes forem distribuídas, podendo valer assessoramento técnico e administrativo.

III - Apreciar e deliberar sobre matéria submetida ao Conselho Municipal de Saúde para votação.

IV - Apresentar moções ou proposições de assuntos de interesse da Saúde.

V - Requerer votação de matéria em regime de urgência.

VI - Acompanhar e verificar o funcionamento dos serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS e dar ciência ao Plenário.

VII - Apurar e cumprir determinações quanto às investigações locais sobre denúncias remetidas ao Conselho apresentando relatório da missão.

VIII - Desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento do seu papel e ao funcionamento do Conselho.

IX - Construir e realizar o perfil duplo do Conselheiro de representação dos interesses específicos do Social ou Governamental e de formulação e deliberação coletiva no órgão colegiado, através de posicionamento a favor dos interesses da população usuária do Sistema Único de Saúde - SUS.

X - A mudança de entidades ocorrerá por ocasião do Fórum Municipal de Saúde.

#### CAPÍTULO IV

#### ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 7º - O Conselho Municipal de Saúde de Grão-Pará será coordenado por uma mesa diretora, eleita entre seus membros, composta de: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, respeitando paridades expressas eleitas em plenário, inclusive seu Presidente.

I - O Governo Municipal garantira autonomia administrativa para o pleno funcionamento do Conselho de Saúde, dotação orçamentária, autonomia financeira e a necessária infraestrutura e apoio técnico.

II - O Conselho Municipal de Saúde deverá garantir a funcionalidade na distribuição de atribuições entre os conselheiros, fortalecendo o processo democrático, no que evitará qualquer procedimento que crie hierarquia de poder entre conselheiros ou permita medidas tecnocráticas no seu funcionamento.

III - O orçamento do Conselho Municipal de Saúde será gerenciado pelo próprio Conselho Municipal de Saúde.

IV - O Plenário do Conselho de Saúde que se reunirá, no mínimo, a cada mês e, extraordinariamente, quando necessário, funcionará baseado em seu Regimento Interno.

V - A pauta e o material de apoio às reuniões devem ser encaminhados aos conselheiros com antecedência.

VI - As reuniões plenárias são abertas ao público.

VII - O Conselho Municipal de Saúde exercerá suas atribuições mediante o funcionamento do Plenário, que, além das comissões intersetoriais, estabelecidas na Lei nº 8.080/90, instalará comissões intersetoriais e grupos de trabalhos para ações transitórias podendo contar com integrantes não conselheiros .

VIII - As decisões do Conselho Municipal de Saúde serão adotadas por maioria simples de seus integrantes.

IX - Qualquer alteração na organização do Conselho Municipal de Saúde preservará o que está garantido em Lei, e deve ser proposta pelo próprio Conselho e votada em reunião plenária, para ser alterada em seu Regimento Interno e homologada pelo gestor do nível correspondente.

X - A cada quatro meses deverão constar na pauta e assegurado o pronunciamento do Gestor da Saúde do município de Grão-Pará, para que faça prestação de contas em relatório detalhado, contendo, dentre outros, andamento da agenda de saúde pactuada,

relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria contratada ou conveniada, de acordo com o art. 12 da Lei n.º 8.689/93 e Lei Complementar nº 141/2012.

XI - O Conselho Municipal de Saúde, desde que com a devida justificativa, buscará auditorias externas e independentes, sobre as contas e atividades do Gestor do SUS.

XII - O Pleno do Conselho deverá manifestar-se por meio de resoluções, recomendações, moções e outros atos deliberativos. As resoluções serão obrigatoriamente homologadas pelo Chefe do Poder Executivo, em um prazo de 30 (trinta) dias, dando-se publicidade oficial.

XIII - Decorrido o prazo mencionado e não sendo homologada a resolução, nem enviada pelo gestor ao Conselho justificativa com proposta de alteração ou rejeição a ser apreciada na reunião seguinte, as entidades que integram o Conselho de Saúde podem buscar a validação das resoluções, recorrendo, quando necessário, a justiça e ao Ministério Público.

Art. 8º - A eleição da Mesa Diretora será realizada sob os seguintes critérios:

I - Ocorre na primeira reunião ordinária após a posse do Conselho Municipal de Saúde.

II - O Conselho Municipal de Saúde definirá uma mesa escrutinadora que se encarregará de todo o processo eleitoral.

III - Todos os membros titulares são candidatos natos.

IV - No processo da eleição cada candidato terá um tempo determinado pelos Conselheiros presentes para sua apresentação.

V - A fiscalização da eleição é exercida por todos os Membros do Conselho Municipal de Saúde.

VI - Os eleitores são todos os Membros Titulares do CMS presentes à reunião.

VII - O voto poderá ser secreto ou por aclamação, conforme decisão do plenário.

VIII - A eleição será realizada em 1 (um) turno da seguinte forma:

a) - Para cada cargo, estará eleito o candidato que obtiver mais de 50% (cinquenta por cento) do total de votos, incluindo os brancos e nulos;

b) - No caso de empate será considerado eleito o candidato mais idoso;

c) - A apuração será realizada logo em seguida à votação.

Art. 9º - São competências da Mesa Diretora:

I - Coordenar a preparação das reuniões plenárias do Conselho Municipal de Saúde.

II - Orientar na criação de mecanismos para acolher as denúncias, reivindicações e sugestões de entidades e instituições ou de qualquer pessoa interessada.

III - Encaminhar as questões que lhe forem delegadas pelo Conselho Municipal de Saúde quanto a denúncias, reivindicações e sugestões aos organismos competentes, solicitando a tomada de providências cabíveis, comunicando posteriormente à plenária do

Conselho.

Art. 10 - São atribuições do Presidente do Conselho Municipal de Saúde, sem prejuízo de outras funções que lhe forem conferidas:

I - Representar o Conselho junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, sociedade civil e jurídica em geral.

II - Coordenar as reuniões plenárias do Conselho Municipal de Saúde.

III - Orientar na criação de mecanismos, para pôr em prática as deliberações emanadas das reuniões plenárias do Conselho.

IV - Convocar as reuniões ordinárias ou extraordinárias do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 11 - É atribuição do Vice-Presidente do Conselho substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos legais, e outras funções que lhe forem delegadas.

Art. 12 - São atribuições do 1º Secretário do Conselho:

I - Colaborar com a Mesa Diretora e demais membros do Conselho em todos os assuntos conforme solicitação e realizar a lavratura das atas.

II - Dar encaminhamento as Deliberação das Plenárias do Conselho.

III - Acompanhar e avaliar o andamento das Comissões permanentes ou transitórias, formadas pelo Conselho Municipal de Saúde.

IV - Elaborar as atas das reuniões, manter organização e guarda dos documentos do CMS.

V - Encaminhar convocação aos Conselheiros.

VI - Dar encaminhamento as correspondências recebidas.

VII - Organizar e dar encaminhamento para publicação das deliberações do Conselho.

Art. 13 - É atribuição do 2º Secretário substituir o 1º Secretário em suas faltas e impedimentos legais, e outras funções que lhe forem delegadas.

Art. 14 - O exercício da função de Conselheiro não será remunerada, considerando-se como serviço público relevante.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Saúde através de sua Secretari, solicitará a dispensa do trabalho de suas respectivas empresas e instituições, quando necessário.

## CAPÍTULO V

### FUNCIONAMENTO DA NATUREZA DAS SESSÕES E DAS CONVOCAÇÕES

Art. 15 - O Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á em local previamente determinado, pelo menos uma vez a cada 30 (trinta) dias, podendo ser convocado extraordinariamente com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, sempre pelo seu Presidente ou por 1 (um) terço dos seus membros titulares.

I - O Plenário do Conselho Municipal de Saúde é o órgão de deliberação plena e conclusiva, configurada pela sessão ordinária ou extraordinária dos conselheiros nomeados, que cumpram os

requisitos de funcionamento estabelecidos neste regimento.

II - As sessões do plenário instalar-se-ão em primeira convocação com a presença da maioria simples e em segunda convocação com a tolerância de 15 (quinze) minutos em relação à primeira convocação com a presença de metade mais um dos seus integrantes e deliberação por maioria simples dos membros presentes.

III - As reuniões ordinárias e extraordinárias serão comunicadas a todos os conselheiros, por email, quando possível, registrando-se a confirmação ou ausência do mesmo pela mesma via.

Parágrafo Único - Na falta de confirmação, a convocação será feita por telefone ou pessoalmente, lembrando-se ainda, no dia, a todos da reunião.

Art. 16 - As datas de realização do Plenário deverão ser estabelecidas em cronograma e sua duração será de 1 (uma) hora, podendo ser acrescida ou interrompida de acordo com a vontade expressa pela maioria simples dos plenário.

Art. 17 - O órgão, entidade ou instituição, que não se fizer representar pelos seus membros em três reuniões consecutivas ou a quatro intercaladas no período de 12 (doze) meses, será desligado do Conselho Municipal de Saúde.

I - As faltas deverão ser justificadas formalmente até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da reunião.

II - Não havendo sessão por falta de quorum, poderá ser convocada nova reunião, havendo entre a data desta e a anterior, o intervalo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 18 - Os membros do Conselho Municipal de Saúde de Grão-Pará poderão convidar órgãos, entidades, profissionais de qualquer área ou usuários para participarem das sessões do mesmo, com a finalidade de subsidiarem as discussões e decisões do plenário.

Parágrafo Único - Os órgãos, entidades, profissionais ou usuários convidados, manifestar-se-ão única e exclusivamente no processo de discussão sobre o tema ou assunto que para tal foi convidado a esclarecer, sendo vedada participação nas demais etapas do Plenário, sem direito a voto.

## CAPÍTULO VI

### DOS TRABALHOS

Art. 19 - As sessões do Conselho constarão de 4 (quatro) partes:

#### 1) EXPEDIENTE:

- a) Leitura e aprovação da ata de Reunião Anterior
- b) Pendências.
- c) Ordem do Dia - Destinada a discussão e votação de matéria constante da pauta.
- d) Assuntos diversos - Discussão e aprovação dos demais assuntos inscritos e incluídos na pauta.

Art. 20 - Não havendo quem se manifeste sobre a ata, será ela considerada aprovada e subscrita pelo Presidente e Secretário do Conselho.

Art. 21 - As matérias constantes na ordem do dia serão discutidas de acordo com a respectiva inscrição, podendo, entretanto o plenário, a requerimento de um de seus membros, conceber preferência para qualquer delas, por motivo plenamente justificado, com a aprovação da maioria simples do plenário.

Art. 22 - O processo de discussão obedecerá aos seguintes

princípios:

I - Qualquer Conselheiro poderá requerer a interrupção da discussão pedindo vistas do processo com a aprovação da maioria simples do plenário, devendo entrar em pauta na mesma ou no máximo em sessão seguinte.

II - Cada discussão deverá ter um tempo pré-determinado na pauta e os conselheiros inscritos para a discussão terão individualmente 3 (três) minutos à disposição para manifestar-se sobre o assunto salvo o relator que poderá dar, de forma sucinta, tantas explicações quantas lhe forem solicitadas.

Art. 23 - Para a votação deverão ser observados os seguintes preceitos:

I - A votação será a descoberto em todos os casos, aprovada pela maioria simples do plenário.

II - Qualquer Conselheiro poderá solicitar que seja consignado em ata, expressamente, seu voto.

III - Se algum Conselheiro requerer, a votação poderá ser nominal, com a aprovação da maioria simples.

IV - O Presidente do Conselho Municipal de Saúde terá direito a voto de qualidade em caso de empate.

Art. 24 - É vedado ao Conselheiro envolverem-se com propostas, moções, protestos ou requerimento de ordem pessoal ou coletiva, que não se relacione diretamente com os problemas de saúde ou que envolvam matérias político-partidárias ou religiosas, durante as sessões do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 25 - As plenárias do Conselho Municipal de Saúde de Grão-Pará terão seu registro em atas, as quais poderão ser digitadas, sendo que nela deverá constar:

I - A natureza da sessão, o dia, a hora e local de sua realização, o nome de quem a presidiu e os nomes dos conselheiros presentes, bem como aqueles que não compareceram, consignada a respeito a circunstância de haverem ou não justificado sua ausência.

II - A discussão porventura havida a propósito da ata e votação desta.

III - O expediente.

IV - O resumo da discussão havida na ordem do dia e os resultados das votações.

V - Na íntegra, as declarações de voto.

VI - Por extenso, todas as propostas.

Art. 26 - As decisões do Conselho serão de conhecimento público.

Art. 27 - As deliberações do Conselho Municipal de Saúde serão operacionalizadas por Resoluções, Moções ou Recomendações.

I - Resoluções serão homologadas pelo Prefeito Municipal, sempre que se reportarem as responsabilidades legais.

II - Recomendações sobre tema o assunto específico que não é habitualmente de sua responsabilidade relevante e/ou necessário, dirigida a ator ou atores institucionais de quem se espera ou se pede determinada providência.

III - Moções com o propósito de manifestação de reconhecimento, apoio, crítica ou oposição.

Parágrafo Único - O Conselho Municipal de Saúde terá a responsabilidade de acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução dessas deliberações.

Art. 28 - O documento competente para divulgar as decisões do Conselho, para todos os efeitos legais, será a resolução, assinada

pelo Presidente e Secretário do Conselho, a qual deverá ser encaminhada para homologação do Prefeito Municipal no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

## CAPÍTULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 - O presente regimento poderá ser modificado por proposta de qualquer um dos seus membros, que deverá ser aprovada por maioria simples do Conselho Municipal de Saúde em reunião convocada para este fim, podendo ser modificado em seus artigos ou no seu todo.

Art. 30 - Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas na execução deste regimento, serão decididos por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 31 - Este regimento, aprovado pelo plenário do Conselho Municipal de Saúde, homologado pelo Prefeito Municipal, entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Grão-Pará, 11 de setembro de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 11 de setembro de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ****Decreto Df 56/2014 - Orçamento****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA  
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 000056/14 de 11 de Setembro de 2014**

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014 do tipo alteração Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001967/14 de 3 de Setembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS****14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**

(007)3.1.90.00.00.00.00.2.034-0002 - Aplicacoes Diretas	105.000,00
(010)3.3.90.00.00.00.00.2.034-0002 - Aplicacoes Diretas	104.000,00
(019)3.1.90.00.00.00.00.2.036-0002 - Aplicacoes Diretas	10.000,00

<b>Total Suplementação:</b>	<b>219.000,00</b>
-----------------------------	-------------------

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS****14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**

(016)3.1.90.00.00.00.00.2.035-0002 - Aplicacoes Diretas	86.000,00
(029)3.1.90.00.00.00.00.2.038-0002 - Aplicacoes Diretas	19.000,00
(032)3.3.90.00.00.00.00.2.038-0002 - Aplicacoes Diretas	3.000,00
(034)3.3.90.00.00.00.00.2.039-0002 - Aplicacoes Diretas	60.000,00
(036)3.1.90.00.00.00.00.2.040-0002 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
(038)3.3.90.00.00.00.00.2.040-0002 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(046)3.3.90.00.00.00.00.2.042-0002 - Aplicacoes Diretas	17.000,00

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA  
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 000056/14 de 11 de Setembro de 2014**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS****14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**

(048)4.4.90.00.00.00.00.00.2.042-0002 - Aplicacoes Diretas

19.000,00

**Total Anulação:****219.000,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 de Setembro de 2014.****AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 11 de Setembro de 2014.

**DIONE HEINZEN**

Secretário Municipal de Administração e Fazenda



# Guaramirim

## PREFEITURA

**Portaria Nº. 379/2014**

PORTARIA Nº 379/2014  
HOMOLOGA Processo Seletivo 002/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo nº. 002/2014, conforme o Edital nº. 002/2014, publicado no DOM em 30 de junho de 2014, para provimento de cargos da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO, ainda, a conclusão dos trabalhos da Comissão Municipal de Processo Seletivo, nomeada através da Portaria nº. 244/2014, publicada no DOM em 26 de maio de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica homologado o Processo Seletivo nº. 002/2014 para provimento de cargos da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 09 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 380/2014**

PORTARIA Nº 380/2014  
TRANSFERE Elaine Pires.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Transferir Elaine Pires, na função de Assistente Social, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação à Secretaria de Saúde, a partir de 02 de setembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 381/2014**

PORTARIA Nº 381/2014  
TRANSFERE Andressa Veiga Cecconello.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Transferir Andressa Veiga Cecconello, na função de Assistente Social, da Secretaria de Saúde à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 02 de setembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 382/2014**

PORTARIA Nº 382/2014  
EXONERA Luiz Mario Pereira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o falecimento do servidor, ocorrido no dia 28 de agosto de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar Luiz Mario Pereira, da função de Agente de Manutenção, vinculado a Secretaria de Infraestrutura, a partir de 28 de agosto de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 383/2014**

PORTARIA Nº 383/2014  
ALTERA Portarias nº. 369/2014 e 370/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Alterar as Portarias nº. 369/2014 e 370/2014, substituindo a servidora Viviane Moller Kohlrausch, como membro suplente da Comissão Permanente de Licitação e Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, pela servidora Karolin Guesser.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### LEI Nº. 4156/2014

LEI Nº. 4156/2014

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 1.385.580,00.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 1.385.580,00 (um milhão trezentos e oitenta e cinco mil quinhentos e oitenta reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
02	GABINETE DO PREFEITO
02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0004	ADMINISTRACAO
02.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
02.001.0004.0122.0002	Gestão Administrativa Superior
02.001.0004.0122.0002.2004	Divulgação de Atos e Fatos Administrativos
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 99.990,00 )
02	GABINETE DO PREFEITO
02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0006	SEGURANCA PUBLICA
02.001.0006.0182	DEFESA CIVIL
02.001.0006.0182.0014	Defesa Civil
02.001.0006.0182.0014.2080	Manutencao das atividades da defesa civil
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 16.000,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2010	Manutenção das ações de Apoio Logístico, Compras A
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 120.000,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0129	ADMINISTRACAO DE RECEITAS
04.001.0004.0129.0004	Administração Geral
04.001.0004.0129.0004.2008	Manutenção das ações de Arrecadação e Fiscalização

3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 80.000,00 )
05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001.0004	ADMINISTRACAO
05.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
05.001.0004.0121.0004	Administração Geral
05.001.0004.0121.0004.2013	Manutenção das Ações de Planejamento urbano
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 13.000,00 )
05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001.0004	ADMINISTRACAO
05.001.0004.0125	NORMATIZACAO E FISCALIZACAO
05.001.0004.0125.0004	Administração Geral
05.001.0004.0125.0004.2014	Manutenção das Atribuições de Fiscalização Urbana
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 12.000,00 )
05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001.0004	ADMINISTRACAO
05.001.0004.0125	NORMATIZACAO E FISCALIZACAO
05.001.0004.0125.0004	Administração Geral
05.001.0004.0125.0004.2014	Manutenção das Atribuições de Fiscalização Urbana
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 1.000,00 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
08.001.0015.0452.0003	Serviços de Utilidade Pública
08.001.0015.0452.0003.2090	Manutenção da Rede de Iluminação Pública
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 100.000,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0022	INDUSTRIA
09.001.0022.0661	PROMOCAO INDUSTRIAL
09.001.0022.0661.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo

09.001.0022.0661.0012.1027	Construcao, implementacao de condominios industria
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 150.190,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0333	EMPREGABILIDADE
09.001.0023.0333.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0333.0012.2051	Manut. de acoes de apoio à qualificação profission
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 45.850,00 )
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0811	DESPORTO DE RENDIMENTO
18.001.0027.0811.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0811.0015.2082	Apoio ao esporte de competicao
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 20.000,00 )

## Dotações Suplementadas

Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2032	Manutencao das atividades da Secretaria Municipal
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: ( 40.000,00 )
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2035	Manutencao do atendimento nas unidades basicas e a
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: ( 50.000,00 )
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM

12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
12.001.0010.0302.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0302.0006.2038	Manutencao dos servicos especializados de saude
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: ( 200.000,00 )
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0304	VIGILANCIA SANITARIA
12.001.0010.0304.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0304.0006.2046	Vigilancia em saude - Vigilancia Sanitaria
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: ( 10.000,00 )

## Dotações Suplementadas

Código	Descrição
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2065	Manutencao da secretaria de Desenvolvimento Social
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 80.650,00 )

## Dotações Suplementadas

Código	Descrição
17	HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
17.001	HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
17.001.0010	SAUDE
17.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
17.001.0010.0302.0006	Saúde Priorizada
17.001.0010.0302.0006.2036	Manutencao do atendimento hospitalar - HMSA
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: ( 280.960,00 )

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
19.001.0013.0392.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0392.0010.2085	Festivais de danca, cancao, exposicoes e apresenta
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 25.000,00 )

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
20	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001.0018	GESTAO AMBIENTAL
20.001.0018.0541	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL
20.001.0018.0541.0013	Meio Ambiente
20.001.0018.0541.0013.2118	Manutencao das acoes de fiscalizacao ambiental
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 40.940,00 )

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos valores abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3469000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 500.000,00 )

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0002	Gestão Administrativa Superior
04.001.0004.0122.0002.1010	Construção e Ampliação de Unidades Administrativas
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 9.990,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0002	Gestão Administrativa Superior
04.001.0004.0122.0002.1010	Construção e Ampliação de Unidades Administrativas
3459000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3469000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 331.020,00 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2022	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Infa
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: ( 99.990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0011	TRABALHO
09.001.0011.0333	EMPREGABILIDADE
09.001.0011.0333.0011	Infra-Estrutura
09.001.0011.0333.0011.1022	Construcao, implem., ampliacao e reforma de qualif
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0011	TRABALHO
09.001.0011.0333	EMPREGABILIDADE
09.001.0011.0333.0011	Infra-Estrutura
09.001.0011.0333.0011.1022	Construcao, implem., ampliacao e reforma de qualif
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0013	CULTURA
09.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
09.001.0013.0392.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0013.0392.0012.2059	Manutencao do centro de eventos
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 4.990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0013	CULTURA
09.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
09.001.0013.0392.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0013.0392.0012.2059	Manutencao do centro de eventos
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0015	URBANISMO
09.001.0015.0695	TURISMO
09.001.0015.0695.0011	Infra-Estrutura
09.001.0015.0695.0011.1020	Construcao e implementacao de portais turisticos
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 4.990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0015	URBANISMO
09.001.0015.0695	TURISMO
09.001.0015.0695.0011	Infra-Estrutura
09.001.0015.0695.0011.1020	Construcao e implementacao de portais turisticos
3459000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )

09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0015	URBANISMO
09.001.0015.0695	TURISMO
09.001.0015.0695.0011	Infra-Estrutura
09.001.0015.0695.0011.1021	Reforma do predio da rodoferroviaria
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0015	URBANISMO
09.001.0015.0695	TURISMO
09.001.0015.0695.0011	Infra-Estrutura
09.001.0015.0695.0011.1021	Reforma do predio da rodoferroviaria
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 4.990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0022	INDUSTRIA
09.001.0022.0661	PROMOCAO INDUSTRIAL
09.001.0022.0661.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0022.0661.0012.2055	Manutencao de condominios industriais
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 82.190,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0022	INDUSTRIA
09.001.0022.0661	PROMOCAO INDUSTRIAL
09.001.0022.0661.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0022.0661.0012.2056	Incubadora de empresas
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0022	INDUSTRIA
09.001.0022.0661	PROMOCAO INDUSTRIAL
09.001.0022.0661.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0022.0661.0012.2056	Incubadora de empresas
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS



00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0691	PROMOCAO COMERCIAL
09.001.0023.0691.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0691.0012.1023	Construcao, implementacao de Centro de Eventos
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0691	PROMOCAO COMERCIAL
09.001.0023.0691.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0691.0012.1023	Construcao, implementacao de Centro de Eventos
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0691	PROMOCAO COMERCIAL
09.001.0023.0691.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0691.0012.1023	Construcao, implementacao de Centro de Eventos
3459000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0691	PROMOCAO COMERCIAL
09.001.0023.0691.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0691.0012.1023	Construcao, implementacao de Centro de Eventos
3459000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0695	TURISMO
09.001.0023.0695.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0695.0012.2052	Manut. de acoes de apoio à iniciativas produtivas
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 20.000,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0695	TURISMO

09.001.0023.0695.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0695.0012.2053	Iluminacao natalina
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 68.000,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0695	TURISMO
09.001.0023.0695.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0695.0012.2054	Realizacao de eventos, feiras e exposicoes
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 980,00 )
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.2099	Manutencao de estadios, campos e ginasios esportiv
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 20.000,00 )

## Dotações Anuladas

Código	Descrição
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0241	ASSISTENCIA AO IDOSO
13.001.0008.0241.0009	Assistência social
13.001.0008.0241.0009.2067	Cidadania e bem estar do idoso
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0241	ASSISTENCIA AO IDOSO
13.001.0008.0241.0009	Assistência social
13.001.0008.0241.0009.2067	Cidadania e bem estar do idoso
3335000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 4.990,00 )



13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0241	ASSISTENCIA AO IDOSO
13.001.0008.0241.0009	Assistência social
13.001.0008.0241.0009.2067	Cidadania e bem estar do idoso
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0242	ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA
13.001.0008.0242.0009	Assistência social
13.001.0008.0242.0009.2066	Atencao ao portador de deficiencia
3335000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 4.990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE
13.001.0008.0243.0009	Assistência social
13.001.0008.0243.0009.2068	Manutencao das acoes de protecao ao menor
3335000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 4.990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.1028	Construcao, implementacao de C.R.A.S
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 4.990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.1028	Construcao, implementacao de C.R.A.S
3459000000000000	APLICACOES DIRETAS

00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2069	Atencao a pessoas e familiares em situacao especia
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2070	Manutencao de programas de desenvolvimento social
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2070	Manutencao de programas de desenvolvimento social
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 50.000,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2070	Manutencao de programas de desenvolvimento social
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2071	Manutencao das atividades da cozinha comunitaria

3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2071	Manutencao das atividades da cozinha comunitaria
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2071	Manutencao das atividades da cozinha comunitaria
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2072	Manutencao do centro de assistencia social - CRAS
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2136	Bolsa Familia
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 790,00 )

## Dotações Anuladas

Código	Descrição
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM

19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0391	PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO
19.001.0013.0391.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0391.0010.2087	Manutencao de museus e espacos culturais
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 25.000,00 )

## Dotações Anuladas

Código	Descrição
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0391	PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO
19.001.0013.0391.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0391.0010.2087	Manutencao de museus e espacos culturais
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0391	PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO
19.001.0013.0391.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0391.0010.2087	Manutencao de museus e espacos culturais
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 7.000,00 )
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0391	PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO
19.001.0013.0391.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0391.0010.2087	Manutencao de museus e espacos culturais
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 1.990,00 )
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0391	PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO

19.001.0013.0391.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0391.0010.2096	Manutencao da biblioteca publica municipal e arqui
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 9.990,00 )
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
19.001.0013.0392.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0392.0010.2086	Manutencao de escolinhas culturais e atividades cu
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
19.001.0013.0392.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0392.0010.2086	Manutencao de escolinhas culturais e atividades cu
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 60.000,00 )

## Dotações Anuladas

Código	Descrição
20	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001.0018	GESTAO AMBIENTAL
20.001.0018.0541	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL
20.001.0018.0541.0013	Meio Ambiente
20.001.0018.0541.0013.2117	Educacao ambiental
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
20	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001.0018	GESTAO AMBIENTAL
20.001.0018.0541	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL
20.001.0018.0541.0013	Meio Ambiente
20.001.0018.0541.0013.2117	Educacao ambiental
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 20.000,00 )
20	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM

20.001	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001.0018	GESTAO AMBIENTAL
20.001.0018.0541	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL
20.001.0018.0541.0013	Meio Ambiente
20.001.0018.0541.0013.2117	Educacao ambiental
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
20	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001.0018	GESTAO AMBIENTAL
20.001.0018.0543	RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS
20.001.0018.0543.0013	Meio Ambiente
20.001.0018.0543.0013.2121	Regularizacao e recuperacao de areas degradadas
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
20	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001.0018	GESTAO AMBIENTAL
20.001.0018.0543	RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS
20.001.0018.0543.0013	Meio Ambiente
20.001.0018.0543.0013.2121	Regularizacao e recuperacao de areas degradadas
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 5.000,00 )
20	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001.0018	GESTAO AMBIENTAL
20.001.0018.0543	RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS
20.001.0018.0543.0013	Meio Ambiente
20.001.0018.0543.0013.2121	Regularizacao e recuperacao de areas degradadas
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
20	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001.0018	GESTAO AMBIENTAL
20.001.0018.0544	RECURSOS HIDRICOS
20.001.0018.0544.0013	Meio Ambiente
20.001.0018.0544.0013.2122	Recomposicao da mata ciliar
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários

	Valor: ( 990,00 )
20	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001.0018	GESTAO AMBIENTAL
20.001.0018.0544	RECURSOS HIDRICOS
20.001.0018.0544.0013	Meio Ambiente
20.001.0018.0544.0013.2122	Recomposicao da mata ciliar
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 10.000,00 )
20	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001.0018	GESTAO AMBIENTAL
20.001.0018.0544	RECURSOS HIDRICOS
20.001.0018.0544.0013	Meio Ambiente
20.001.0018.0544.0013.2122	Recomposicao da mata ciliar
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO Nº. 369/2014

DECRETO 369/2014.

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 1.385.580,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 1.385.580,00 (um milhão trezentos e oitenta e cinco mil quinhentos e oitenta reais) constante do orçamento Municipal, aprovado pela Lei nº. 4156/2014, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
02	GABINETE DO PREFEITO
02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0004	ADMINISTRACAO
02.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
02.001.0004.0122.0002	Gestão Administrativa Superior
02.001.0004.0122.0002.2004	Divulgação de Atos e Fatos Administrativos
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 99.990,00 )
02	GABINETE DO PREFEITO

02.001	GABINETE DO PREFEITO
02.001.0006	SEGURANCA PUBLICA
02.001.0006.0182	DEFESA CIVIL
02.001.0006.0182.0014	Defesa Civil
02.001.0006.0182.0014.2080	Manutencao das atividades da defesa civil
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 16.000,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004.2010	Manutenção das ações de Apoio Logístico, Compras A
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 120.000,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0129	ADMINISTRACAO DE RECEITAS
04.001.0004.0129.0004	Administração Geral
04.001.0004.0129.0004.2008	Manutenção das ações de Arrecadação e Fiscalização
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 80.000,00 )
05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001.0004	ADMINISTRACAO
05.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
05.001.0004.0121.0004	Administração Geral
05.001.0004.0121.0004.2013	Manutenção das Ações de Planejamento urbano
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 13.000,00 )
05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001.0004	ADMINISTRACAO
05.001.0004.0125	NORMATIZACAO E FISCALIZACAO
05.001.0004.0125.0004	Administração Geral
05.001.0004.0125.0004.2014	Manutenção das Atribuições de Fiscalização Urbana
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 12.000,00 )

05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLV. URBANO
05.001.0004	ADMINISTRACAO
05.001.0004.0125	NORMATIZACAO E FISCALIZACAO
05.001.0004.0125.0004	Administração Geral
05.001.0004.0125.0004.2014	Manutenção das Atribuições de Fiscalização Urbana
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 1.000,00 )
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0015	URBANISMO
08.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
08.001.0015.0452.0003	Serviços de Utilidade Pública
08.001.0015.0452.0003.2090	Manutenção da Rede de Iluminação Pública
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 100.000,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0022	INDUSTRIA
09.001.0022.0661	PROMOCAO INDUSTRIAL
09.001.0022.0661.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0022.0661.0012.1027	Construcao, implementacao de condomínios industria
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 150.190,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0333	EMPREGABILIDADE
09.001.0023.0333.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0333.0012.2051	Manut. de acoes de apoio à qualificação profission
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 45.850,00 )
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0811	DESPORTO DE RENDIMENTO
18.001.0027.0811.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0811.0015.2082	Apoio ao esporte de competicao
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários

	Valor: ( 20.000,00 )
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2032	Manutencao das atividades da Secretaria Municipal
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: ( 40.000,00 )
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
12.001.0010.0301.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0301.0006.2035	Manutencao do atendimento nas unidades basicas e a
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: ( 50.000,00 )
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
12.001.0010.0302.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0302.0006.2038	Manutencao dos servicos especializados de saude
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: ( 200.000,00 )
12	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM
12.001.0010	SAUDE
12.001.0010.0304	VIGILANCIA SANITARIA
12.001.0010.0304.0006	Saúde Priorizada
12.001.0010.0304.0006.2046	Vigilancia em saude - Vigilancia Sanitaria
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: ( 10.000,00 )



Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2065	Manutencao da secretaria de Desenvolvimento Social
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 80.650,00 )

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
17	HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
17.001	HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
17.001.0010	SAUDE
17.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
17.001.0010.0302.0006	Saúde Priorizada
17.001.0010.0302.0006.2036	Manutencao do atendimento hospitalar - HMSA
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde
	Valor: ( 280.960,00 )

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
19.001.0013.0392.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0392.0010.2085	Festivais de dança, cancao, exposicoes e apresenta
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 25.000,00 )

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
20	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001.0018	GESTAO AMBIENTAL
20.001.0018.0541	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL
20.001.0018.0541.0013	Meio Ambiente
20.001.0018.0541.0013.2118	Manutencao das acoes de fiscalizacao ambiental

3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 40.940,00 )

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos valores abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3469000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 500.000,00 )

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0002	Gestão Administrativa Superior
04.001.0004.0122.0002.1010	Construção e Ampliação de Unidades Administrativas
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 9.990,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0002	Gestão Administrativa Superior
04.001.0004.0122.0002.1010	Construção e Ampliação de Unidades Administrativas
3459000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001.0028	ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
04.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
04.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3469000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários



	Valor: ( 331.020,00 )
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2022	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Inf
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ
	Valor: ( 99.990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0011	TRABALHO
09.001.0011.0333	EMPREGABILIDADE
09.001.0011.0333.0011	Infra-Estrutura
09.001.0011.0333.0011.1022	Construcao, implem., ampliacao e reforma de qualif
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0011	TRABALHO
09.001.0011.0333	EMPREGABILIDADE
09.001.0011.0333.0011	Infra-Estrutura
09.001.0011.0333.0011.1022	Construcao, implem., ampliacao e reforma de qualif
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0013	CULTURA
09.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
09.001.0013.0392.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0013.0392.0012.2059	Manutencao do centro de eventos
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 4.990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0013	CULTURA
09.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
09.001.0013.0392.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0013.0392.0012.2059	Manutencao do centro de eventos
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS

00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0015	URBANISMO
09.001.0015.0695	TURISMO
09.001.0015.0695.0011	Infra-Estrutura
09.001.0015.0695.0011.1020	Construcao e implementacao de portais turisticos
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 4.990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0015	URBANISMO
09.001.0015.0695	TURISMO
09.001.0015.0695.0011	Infra-Estrutura
09.001.0015.0695.0011.1020	Construcao e implementacao de portais turisticos
3459000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0015	URBANISMO
09.001.0015.0695	TURISMO
09.001.0015.0695.0011	Infra-Estrutura
09.001.0015.0695.0011.1021	Reforma do predio da rodoferroviaria
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0015	URBANISMO
09.001.0015.0695	TURISMO
09.001.0015.0695.0011	Infra-Estrutura
09.001.0015.0695.0011.1021	Reforma do predio da rodoferroviaria
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 4.990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0022	INDUSTRIA
09.001.0022.0661	PROMOCAO INDUSTRIAL
09.001.0022.0661.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo

09.001.0022.0661.0012.2055	Manutencao de condominios industriais
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 82.190,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0022	INDUSTRIA
09.001.0022.0661	PROMOCAO INDUSTRIAL
09.001.0022.0661.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0022.0661.0012.2056	Incubadora de empresas
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0022	INDUSTRIA
09.001.0022.0661	PROMOCAO INDUSTRIAL
09.001.0022.0661.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0022.0661.0012.2056	Incubadora de empresas
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0691	PROMOCAO COMERCIAL
09.001.0023.0691.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0691.0012.1023	Construcao, implementacao de Centro de Eventos
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0691	PROMOCAO COMERCIAL
09.001.0023.0691.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0691.0012.1023	Construcao, implementacao de Centro de Eventos
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS

09.001.0023.0691	PROMOCAO COMERCIAL
09.001.0023.0691.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0691.0012.1023	Construcao, implementacao de Centro de Eventos
3459000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0695	TURISMO
09.001.0023.0695.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0695.0012.2052	Manut. de acoes de apoio à iniciativas produtivas
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 20.000,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0695	TURISMO
09.001.0023.0695.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0695.0012.2053	Iluminacao natalina
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 68.000,00 )
09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001.0023	COMERCIO E SERVICOS
09.001.0023.0695	TURISMO
09.001.0023.0695.0012	Apoio a Indústria, Comércio e Turismo
09.001.0023.0695.0012.2054	Realizacao de eventos, feiras e exposicoes
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 980,00 )
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.2099	Manutencao de estadios, campos e ginasios esportiv
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 20.000,00 )

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0241	ASSISTENCIA AO IDOSO
13.001.0008.0241.0009	Assistência social
13.001.0008.0241.0009.2067	Cidadania e bem estar do idoso
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0241	ASSISTENCIA AO IDOSO
13.001.0008.0241.0009	Assistência social
13.001.0008.0241.0009.2067	Cidadania e bem estar do idoso
3335000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 4.990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0241	ASSISTENCIA AO IDOSO
13.001.0008.0241.0009	Assistência social
13.001.0008.0241.0009.2067	Cidadania e bem estar do idoso
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0241	ASSISTENCIA AO IDOSO
13.001.0008.0241.0009	Assistência social
13.001.0008.0241.0009.2067	Cidadania e bem estar do idoso
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0242	ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA
13.001.0008.0242.0009	Assistência social
13.001.0008.0242.0009.2066	Atencao ao portador de deficiencia
3335000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 4.990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE
13.001.0008.0243.0009	Assistência social
13.001.0008.0243.0009.2068	Manutencao das acoes de protecao ao menor

3335000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 4.990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.1028	Construcao, implementacao de C.R.A.S
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 4.990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.1028	Construcao, implementacao de C.R.A.S
3459000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2069	Atencao a pessoas e familiares em situacao especia
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2070	Manutencao de programas de desenvolvimento social
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social

13.001.0008.0244.0009.2070	Manutencao de programas de desenvolvimento social
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 50.000,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2070	Manutencao de programas de desenvolvimento social
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2071	Manutencao das atividades da cozinha comunitaria
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2071	Manutencao das atividades da cozinha comunitaria
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2071	Manutencao das atividades da cozinha comunitaria
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2071	Manutencao das atividades da cozinha comunitaria
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA

13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2072	Manutencao do centro de assistencia social - CRAS
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
13	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
13.001.0008	ASSISTENCIA SOCIAL
13.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2136	Bolsa Familia
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 790,00 )

## Dotações Anuladas

Código	Descrição
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0391	PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO
19.001.0013.0391.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0391.0010.2087	Manutencao de museus e espacos culturais
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 25.000,00 )

## Dotações Anuladas

Código	Descrição
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0391	PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO
19.001.0013.0391.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0391.0010.2087	Manutencao de museus e espacos culturais
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0391	PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO
19.001.0013.0391.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0391.0010.2087	Manutencao de museus e espacos culturais
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS

00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 7.000,00 )
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0391	PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO
19.001.0013.0391.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0391.0010.2087	Manutencao de museus e espacos culturais
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 1.990,00 )
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0391	PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO
19.001.0013.0391.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0391.0010.2096	Manutencao da biblioteca publica municipal e arqui
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 9.990,00 )
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
19.001.0013.0392.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0392.0010.2086	Manutencao de escolinhas culturais e atividades cu
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
19	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001	FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM
19.001.0013	CULTURA
19.001.0013.0392	DIFUSAO CULTURAL
19.001.0013.0392.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0392.0010.2086	Manutencao de escolinhas culturais e atividades cu
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 60.000,00 )

## Dotações Anuladas

Código	Descrição
20	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001.0018	GESTAO AMBIENTAL

20.001.0018.0541	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL
20.001.0018.0541.0013	Meio Ambiente
20.001.0018.0541.0013.2117	Educacao ambiental
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
20	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001.0018	GESTAO AMBIENTAL
20.001.0018.0541	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL
20.001.0018.0541.0013	Meio Ambiente
20.001.0018.0541.0013.2117	Educacao ambiental
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 20.000,00 )
20	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001.0018	GESTAO AMBIENTAL
20.001.0018.0541	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL
20.001.0018.0541.0013	Meio Ambiente
20.001.0018.0541.0013.2117	Educacao ambiental
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
20	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001.0018	GESTAO AMBIENTAL
20.001.0018.0543	RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS
20.001.0018.0543.0013	Meio Ambiente
20.001.0018.0543.0013.2121	Regularizacao e recuperacao de areas degradadas
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
20	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001.0018	GESTAO AMBIENTAL
20.001.0018.0543	RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS
20.001.0018.0543.0013	Meio Ambiente
20.001.0018.0543.0013.2121	Regularizacao e recuperacao de areas degradadas
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 5.000,00 )
20	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM



20.001	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001.0018	GESTAO AMBIENTAL
20.001.0018.0543	RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS
20.001.0018.0543.0013	Meio Ambiente
20.001.0018.0543.0013.2121	Regularizacao e recuperacao de areas degradadas
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
20	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001.0018	GESTAO AMBIENTAL
20.001.0018.0544	RECURSOS HIDRICOS
20.001.0018.0544.0013	Meio Ambiente
20.001.0018.0544.0013.2122	Recomposicao da mata ciliar
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )
20	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001.0018	GESTAO AMBIENTAL
20.001.0018.0544	RECURSOS HIDRICOS
20.001.0018.0544.0013	Meio Ambiente
20.001.0018.0544.0013.2122	Recomposicao da mata ciliar
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 10.000,00 )
20	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001	FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE GUARAMIRIM
20.001.0018	GESTAO AMBIENTAL
20.001.0018.0544	RECURSOS HIDRICOS
20.001.0018.0544.0013	Meio Ambiente
20.001.0018.0544.0013.2122	Recomposicao da mata ciliar
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 990,00 )

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de setembro de 2014.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

## AVISO DE LICITAÇÃO Nº75/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 75/2014
Tipo : Menor Preço - por lote
Objeto : AQUISIÇÃO DE PARQUES PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÉ ESCOLAS MUNICIPAIS.
Entrega dos Envelopes: 25/09/2014 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 25/09/2014 às 09:00h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a> ou pelo fone (47) 3373-0247
GUARAMIRIM (SC), 11/09/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

## PORTARIA Nº. 348/2014

PORTARIA Nº. 348/2014

NOMEIA Flavia Vanessa Ribas da Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Flavia Vanessa Ribas da Silva, na função de Diretora de Escola EMEF Antonio Plácido Rausisse, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 19 de agosto de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de agosto de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp  
Secretário de Gestão Estratégica

## PORTARIA Nº. 373/2014

PORTARIA Nº 373/2014

INSTAURA Processo Administrativo Disciplinar e Nomeia Comissão Processante.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando as atitudes da servidora J. L. da S., levantadas pela Secretaria de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de infração administrativa, prevista no art. 49, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e XI, art. 50, incisos XI e XIII, da Lei Complementar 007/2001, 23 de novembro de 2001, atribuída à servidora J. L. da S., matrícula nº. 406775.



Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores: Vanderlei Martins, Jadir dos Passos e Laura Odázia de Oliveira, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá dedicação prioritária para apurar a falta e aplicação de sanção administrativa, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de setembro de 2014.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp  
Secretário de Gestão Estratégica

#### **PORTARIA Nº. 376/2014**

PORTARIA Nº 376/2014  
CONCEDE LICENÇA SAÚDE a Marlena Erna Machado.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder licença saúde a Marlena Erna Machado, na função de Merendeira, 40 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 20 de agosto de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 09 de setembro de 2014.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp  
Secretário de Gestão Estratégica

#### **PORTARIA Nº. 377/2014**

PORTARIA Nº 377/2014  
CONCEDE LICENÇA SAÚDE a Catarina Biavati.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder licença saúde a Catarina Biavati, na função de Merendeira, 40 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 20 de agosto de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 09 de setembro de 2014.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp  
Secretário de Gestão Estratégica

#### **PORTARIA Nº. 378/2014**

PORTARIA Nº 378/2014  
CONCEDE LICENÇA SAÚDE a Marceli Lemos Martins.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder licença saúde a Marceli Lemos Martins, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 22 de agosto de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 09 de setembro de 2014.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp  
Secretário de Gestão Estratégica

**ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009.2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2014 - FMS

MODALIDADE: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia

OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção da nova Unidade do Posto de Saúde do bairro Bananal do Sul.

**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Analisando a presente licitação, e em virtude de vícios encontrados no procedimento licitatório nº 009/2014 - FMS, que o torna ilegal e visando atender aos princípios basilares da administração pública, o Prefeito Municipal decide ANULAR a presente licitação, com base na súmula nº 473 do STF, onde a administração pode anular os seus atos quando eivados de vícios que o tornem ilegais, porque deles não originam direitos, para análise das questões expostas no certame e posterior lançamento de um novo edital.

Guaramirim, SC, 03 de setembro de 2014.

LAURO FROHLICH  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Rp N.83.2014 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 83/2014 - PMG  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 80/2014 - PMG

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios para alimentação do quadro efetivo da Polícia Militar de Santa Catarina, lotados na 2ª/14º BPM, no município de Guaramirim-SC.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 080/2014 - PMG  
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor: Supermercado Frontal, inscrito no CNPJ sob o nº 81.815.219/0001-40, com endereço na Avenida Prefeito Walde-mar Grubba, nº 3.051, Jaraguá do Sul-SC.

Valores Registrados:

Item	Qtde	Unidade	Valor Registrado	Descrição
1	100,00	CX	R\$ 7,00	Café torrado e moído, de 1ª qualidade, fechado à vácuo, caixa de 500g.
2	30,00	UN	R\$ 4,30	Maionese tradicional, de 1ª qualidade, pote de 500g.
3	30,00	UN	R\$ 4,00	Margarina Cremosa com sal, de 1ª qualidade, pote de 500g.
4	30,00	CX	R\$ 2,55	Filtro coador de café, de 1ª qualidade, em papel com microfuros, nº 103, caixa com, no mínimo, 30 unidades.

5	60,00	UN	R \$ 10,40	Queijo tipo mussarela, com sal, fatiado, de 1ª qualidade, pacote de 500g.
6	60,00	UN	R \$ 10,20	Queijo tipo prato, com sal, fatiado, interfolhado, de 1ª qualidade, pacote de 500g.
7	60,00	UN	R \$ 10,00	Presunto de pernil suíno, magro cozido, de 1ª qualidade, fatiado, pacote de 500g.
8	60,00	UN	R\$ 7,50	Mortadela tipo bolonha, de 1ª qualidade, com cubos de gordura, pacote de 500g.
9	380,00	LITRO	R\$ 2,45	Leite bovino, tipo integral, UHT, de 1ª qualidade, caixa com 1 (um) litro.
10	30,00	UN	R\$ 2,05	Açúcar branco refinado, de 1ª qualidade, pacote de 1 kg.
11	340,00	KG	R\$ 6,20	Pão Francês, com no mínimo 50g cada unidade.

Valor: R\$ 6.412,00 (seis mil quatrocentos e doze reais).

Vigência: Início: 05/09/2014 Término: 04/09/2015.

Guaramirim-SC 11 de setembro de 2014.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONTRATO N. 47.2014 - EDITAL 91/2014**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO 47/2014

Processo de Licitação: 091/2014 - PMG

Modalidade: Dispensa de licitação

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios utilizados para elaboração da alimentação escolar, servido aos alunos da rede municipal de ensino,

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada Supermercado Frontal, inscrito no CNPJ sob o nº 81.815.219/0001-40, com endereço na Avenida Prefeito Walde-mar Grubba, nº 3.051, Jaraguá do Sul-SC.

Data da Assinatura: 15/08/2014 Vigência: 31/12/2014

GUARAMIRIM (SC), 11/09/2014.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**ERRATA - EDITAL 82.2014**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2014 - PMG.
A Prefeitura Municipal de Guaramirim,(SC), torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Edital de Pregão nº. 82/2014 - PMG que tem por objeto a aquisição de máquinas e equipamentos para Secretaria de Infraestrutura.
Onde se lê:
a) Data: 16 de setembro de 2014
b) Horas: 9h00
Leia-se:
c) Data: 24 de setembro de 2014
d) Horas: 14h00
A retificação do edital se dá em virtude da alteração no descritivo do Item 02 do processo licitatório - Escavadeira Hidráulica.
A alteração constante no Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247, ou via internet no endereço <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a> .
GUARAMIRIM (SC), 14/04/2014
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº. 370/2014**

DECRETO 370/2014.

Aprova o Loteamento "São Francisco".

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e nos Termos da Lei Federal nº. 6.766/79, Lei Estadual nº. 6.063/82 e Lei Municipal nº. 1.008/86 e nº. 2.727/03;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Loteamento "São Francisco", de propriedade de "WS Imóveis Ltda. (Matrículas 24.511, 24.512. 24.610), Verenice Terezinha Rosa (Matrícula 24.513) e Mercedes Isabel Rosa (Matrículas 24.611 e 24.612)", situados na Rua 513 - Plácido Francisco Rosa, Bairro Bananal do Sul, perímetro urbano, conforme planta e documentos em anexo.

Art. 2º. O loteamento é constituído de 30 (trinta) lotes comercializáveis, numerados de 01 (um) a 30 (trinta), compreendendo um total de 10.240,77m², 02 (duas) vias de circulação, compreendendo entre leitos e passeios, 2.746,48m² e a área de 145,70m² que será anexada ao confrontante proprietário da MI 21.654 e a área de 143,45m² a ser anexada ao confrontante proprietário da MI 21.657.

§ 1º A Rua principal do loteamento é a Rua 513 - Plácido Francisco Rosa - Prolongamento e a Rua "A" passa a receber o nº. 625, com as seguintes características: comprimento de 23,68m, largura do leito 8,00m e 2,00m de passeio em cada lado, localizada á 71,00m da Rua 27 - Bananal.

§ 2º A Área Verde de 1.120,00m² e a AUPE - Área de Uso Público Especial de 1.024,20m², num total de 2.144,20m² será doada

à Municipalidade no imóvel da matrícula imobiliária nº. 26.841, de propriedade de WS Imóveis Ltda. (loteamento adjacente), conforme Termo de Ajustamento de Conduta referente ao IC 06.2012.00003463-6.

§ 3º Os lotes passarão a receber os seguintes cadastros e inscrições imobiliárias:

Lote 01, cadastro	nº 13.330-2,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0455.001;				
Lote 02, cadastro	nº 14.159-3,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0447.001;				
Lote 03, cadastro	nº 25.160-7,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0486.001;				
Lote 04, cadastro	nº 14.161-5,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0456.001;				
Lote 05, cadastro	nº 14.163-1,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0464.001;				
Lote 06, cadastro	nº 14.164-0,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0460.001;				
Lote 07, cadastro	nº 9.106-5,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0461.001;				
Lote 08, cadastro	nº 13.329-9,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0458.001;				
Lote 09, cadastro	nº 14.146-1,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0465.001;				
Lote 10, cadastro	nº 14.147-0,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0467.001;				
Lote 11, cadastro	nº 14.148-8,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0469.001;				
Lote 12, cadastro	nº 14.149-6,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0471.001;				
Lote 13, cadastro	nº 14.150-0,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0473.001;				
Lote 14, cadastro	nº 14.152-6,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0477.001;				
Lote 15, cadastro	nº 14.153-4,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0480.001;				
Lote 16, cadastro	nº 160.58-0,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0481.001;				
Lote 17, cadastro	nº 16.057-1,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0478.001;				
Lote 18, cadastro	nº 16.056-3,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0479.001;				
Lote 19, cadastro	nº 16.055-5,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0484.001;				
Lote 20, cadastro	nº 16.054-7,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0487.001;				
Lote 21, cadastro	nº 16.053-9,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0488.001;				
Lote 22, cadastro	nº 13.328-0,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0453.001;				
Lote 23, cadastro	nº 14.154-2,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0454.001;				
Lote 24, cadastro	nº 14.155-0,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0457.001;				
Lote 25, cadastro	nº 14.156-9,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0459.001;				
Lote 26, cadastro	nº 14.157-7,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0462.001;				
Lote 27, cadastro	nº 14.158-5,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0463.001;				
Lote 28, cadastro	nº 14.177-1,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0468.001;				
Lote 29, cadastro	nº 12.717-5,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0448.001;				
Lote 30, cadastro	nº 12.716-7,	inscrição	imobiliária	nº
01.06.014.0485.001;				

§ 4º Todas as áreas destinadas às vias públicas, seus respectivos passeios, áreas de uso público especial e área verde, constantes no Projeto e neste decreto, passarão a integrar o domínio público do município, desde a publicação deste Decreto.

§ 5º Todos os lotes possuem suas linhas limítrofes que extremam com as vias públicas oficiais coincidentes com o alinhamento predial das Ruas.

§ 6º O registro do Loteamento em pauta, em cartório competente deverá ser efetuado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade de aprovação.

Art. 3º. Estes imóveis não estão situados em Zona de Interesse Especial.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

## Guarujá do Sul

### PREFEITURA

#### Lei Municipal Nº 2.382/2014

Lei Municipal nº 2.382/2014

Aprova Plano de Loteamento e Autorização para concessão de licença da outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Loteamento denominado LOTEAMENTO ESPERANÇA II, de propriedade de Adelar Francisco Kremer e Ivet Benetti Kremer, a ser executado sobre as Partes das Chácara nºs 16 e 17, situada no perímetro urbano de Guarujá do Sul, da matrícula 7.395, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, SC, com área de com área de 21.810,0m<sup>2</sup> (vinte e um mil, oitocentos e dez metros quadrados), com as seguintes confrontações: ao NORTE pela antiga estrada geral que liga Guarujá do Sul a Dionísio Cerqueira hoje prolongamento do Av. João Pessoa, ao SUDESTE, com parte da mesma chácara nº 16, por linha seca, ao LESTE, com parte da mesma chácara nº 16, por linha seca, ao SUL, com a chácara nº 21, por linha seca, e ao OESTE com parte da mesma chácara nº 17, por linha seca, fechando assim o perímetro.

§ 1º O loteamento possui área total de 21.810,0m<sup>2</sup> (vinte e um mil, oitocentos e dez metros quadrados), dos quais 1.651,69m<sup>2</sup>, ou seja, 7,58%, destinam-se para APP (área de preservação permanente); 4.269,32m<sup>2</sup>, ou 19,58%, destinam-se para arruamentos; 1.619,13m<sup>2</sup>, ou 7,42%, para área verde; 1.745,60m<sup>2</sup>, ou 8,0%, para uso institucional, perfazendo um total de 7.634,05m<sup>2</sup> de área pública que corresponde a 42,58% da área total e o restante 12.524,26 para lotes edificáveis que corresponde a 57,42%.

§ 2º A subdivisão da área resultará em 04 quadras, num total de 38 lotes, sendo 30 lotes vendáveis, 01 lote destinado à área verde, 05 lote de área institucional e 02 lotes de área de preservação permanente (APP).

§ 3º A área loteada situa-se na ZR 3 (zona residencial 3) da cidade de Guarujá do Sul, e terá os usos previstos para aquela região, conforme o plano diretor do município.

Art. 2º O presente loteamento é interceptado pelo prolongamento da Avenida João Pessoa e prolongamento da Rua Dulce Schmitz Kuhn. Além das presentes ruas oficiais, fica criada mais uma rua com a seguinte denominação:

Lei Municipal nº 2.382/2014

Rua Cecília Kremer, que fará parte do referido loteamento com seção transversal de 12,0 metros.

Art. 3º Fazem parte da presente Lei os seguintes documentos:

- I - Memorial descritivo do Loteamento;
- II - Termo de responsabilidade para Execução de Infraestrutura;
- III - Termo de compromisso;
- IV - Declaração;
- V - Certidão Atualizada do Imóvel;
- VI - Documentos do proprietário;
- VII - Cronograma físico de execução do loteamento;
- VIII - A.R.T.s dos profissionais responsáveis pelo projeto do

Loteamento;  
IX - Licenças Ambientais;  
X - Memorial descritivo dos lotes;  
XI - Prancha 01 - contendo a planta de situação;  
XII - Prancha 02 - contendo a planta baixa;  
XIII - Prancha 03 - contendo as curvas de níveis;  
XIV - Prancha 04 - contendo a drenagem pluvial;  
XV - Prancha 05 - contendo detalhes dos ângulos;  
XVI - Prancha 06 - contendo a terraplanagem e perfil das ruas;  
XVII - Prancha 01 - contendo o projeto de rede de água da CASAN S.A;  
XVIII - Prancha 01 - contendo o projeto de rede elétrica da CELESC S.A.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,  
em 10 de Setembro de 2014, 63º ano da Fundação e 52º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto  
Prefeito Municipal.

- Certifico que a Presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner  
Secretaria da Administração e Fazenda.

**Ibiam****PREFEITURA****Decreto Nº 2682/2014**

DECRETO Nº 2682, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro consolidado no valor de R\$ 23.523,86 (Vinte e três mil, quinhentos e vinte e três reais e oitenta e seis centavos), no orçamento de 2014 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, nas seguintes programações de despesas:

**Suplementação:**

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS  
Unidade Orçamentária: 0301 - Fundo Municipal da Saúde  
Função: 10 - Saúde  
Subfunção: 304- Vigilância Sanitária  
Programa: 1001 - Saúde com Qualidade  
Atividade: 2044 - Manutenção Vigilância Saúde Sanitária  
Modalidade de Aplicação: 44900000 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0366 - Recursos Superávit Exercício Anterior  
Valor R\$ 23.523,86

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior do Município de Ibiam.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,  
EM 02 DE SETEMBRO DE 2014.  
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**Publicado e registrado:**

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA



**DECRETO Nº 2683/2014**

DECRETO Nº 2683, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 537/2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.535,27 (Cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais e vinte e sete centavos) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 03 FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade: 0301 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-Função: 304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Programa: 1001 SAÚDE COM QUALIDADE

Projeto/Atividade: 2044 MANUT. VIGILÂNCIA SAÚDE SANITÁRIA

Modalidade de Aplicação: 449000000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0166- RECURSOS VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Valor: R\$ 5.535,27

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 5.535,27 (Cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais e vinte e sete centavos) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 03 FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade: 0301 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-Função: 304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Programa: 1001 SAÚDE COM QUALIDADE

Projeto/Atividade: 2044 MANUT. VIGILÂNCIA SAÚDE SANITÁRIA

Modalidade de Aplicação: 339000000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0166- RECURSOS VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Valor: R\$ 5.535,27

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,  
EM 02 DE SETEMBRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

**Decreto Nº 2684/2014**

DECRETO Nº 2684, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro consolidado no valor de R\$ 6.940,87 (Seis mil, novecentos e quarenta reais e oitenta e sete centavos), no orçamento de 2014 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 0301 - Fundo Municipal da Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 304- Vigilância Sanitária

Programa: 1001 - Saúde com Qualidade

Atividade: 2044 - Man.Vigilância Saúde Sanitária

Modalidade de Aplicação: 449000000 - Aplicações Diretas

Fonte: 0302 - Superávit Exercício Anterior - Receitas de Impostos e de Transf. De Impostos- Saúde

Valor: R\$ 6.940,87

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior do Município de Ibiã.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,  
EM 02 DE SETEMBRO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA



# Imbituba

## PREFEITURA

### Portaria PMI/DGP Nº 419/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 419, de 28 de agosto de 2014.  
Dispõe sobre a Demissão por Término de Contrato de Digitador, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, o abaixo relacionado, admitido em 19 de setembro de 2012, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2011 e PORTARIA DGP/SEAGP N.º 293, de 16 de outubro de 2012, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Lênio Luiz Brasil de Jesus	Digitador - DST	062.527.409-18	16/09/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 28 de agosto de 2014.

Zeli Pires  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

### PORTARIA PMI/DGP Nº 420/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 420, de 28 de agosto de 2014.  
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora DYONARA FURTADO PINTO, Servente Merendeira - 40h, inscrita no CPF sob o n.º 295.954.280-00, admitida em 22 de agosto de 2008, contrato nº 4573, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	01/09/2014 a 30/10/2014 02/01/2015 a 31/01/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 28 de agosto de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### PORTARIA PMI/DGP Nº 421/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 421, de 28 de agosto de 2014.  
Dispõe sobre a admissão de Técnico de Enfermagem - SAMU, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 04/2010, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Wagner Vicente Ribeiro	Técnico de Enfermagem SAMU	003.473.799-58	01/08/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 28 de agosto de 2014.

Zeli Pires  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

### EXTRATO: SEMUSA 2014/26 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2014/26 A/00  
Contratada: TECOMINI LTDA ME  
C.N.P.J: 13.794.058/0001-04

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE E INTERNET VIA RADIO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 13.799,80 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 33/2014 Carta Convite 02/2014

Imbituba, 27 de agosto de 2014.

Maria Martins dos Passos  
Secretária Municipal de Saúde  
Contratante

Tecomini Ltda Me  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: SEASH 2014/07 A/01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEASH 2014/07 A/01  
Contratada: LIVRARIA E PAPELARIA FIGUEIREDO LTDA ME  
C.N.P.J: 79.883.435/0001-81  
Objeto: ALTERAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 019 PARA A DOTAÇÃO 037 MANUTENÇÃO DO SCFV (3.3.90).  
Fundamento: Processo nº. 03/2014 Pregão 03/2014  
Imbituba, 07 de agosto de 2014.

Selma Elias Whestphal  
Secretária Municipal da Seash  
Contratante

Livraria e Papelaria Figueiredo Ltda Me  
Representante Legal  
Contratada

**DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO - ERRATA**

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO  
ERRATA

Processo de Licitação n.: 46/2014  
Modalidade: Pregão Presencial 38/2014  
Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS COM SERVIÇOS DE MONTAGEM, GEOMETRIA E BALANCIAMENTO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC.

RECORRENTE: MODELO PNEUS LTDA

Em face das RAZÕES RECURSAIS, interposta pela empresa MODELO PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 94.510.682/0001-26, a Prefeitura Municipal de Imbituba, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação, Sra. Michela da Silva Freitas, vem apresentar a seguinte decisão:

Onde se lê:

1. Acolho parecer jurídico e, por consequência, com fundamento no § 3º, artigo n. 87 da Lei de Licitações n. 8666/1993, APLICO as penalidades expostas nos itens 16.3, 16.3.1, e 16.4, previstas no Edital de Pregão Presencial n. 38/2014.

Ler-se-á:

2. Acolho parecer jurídico e, por consequência, com fundamento no § 3º, artigo n. 87 da Lei de Licitações n. 8666/1993, APLICO as penalidades expostas nos itens 16.3, 16.3.1, e 16.4, bem como a rescisão contratual com fundamento no artigo n. 78, II da lei 8.666/93, previstas no Edital de Pregão Presencial n. 38/2014.

Zeli Pires  
Secretário Municipal de Administração  
e Gestão Pública - SEAGP

**CÂMARA MUNICIPAL****Edital de Homologação - Edital Nº 001/2014**

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2014 DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA/SC

Luís Antônio Dutra, Presidente da Câmara de Vereadores de Imbituba, Estado de Santa Catarina, no desempenho de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital de Concurso Público n.º 001/2014, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, edição de 02 de Junho de 2014.

Considerando os resultados apresentados pela Comissão Especial do Concurso Público e pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, responsáveis pelo Concurso n.º 001/2014;

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que HOMOLOGA o resultado do Concurso Público n.º 001/2014 da Câmara de Vereadores de Imbituba, para provimento dos cargos relacionados nas referidas classificações finais.

O prazo de validade do Concurso Público é de 02 (dois) anos, a contar da publicação do presente Edital, podendo ser prorrogado por igual período.

As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Imbituba, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Concurso, serão preenchidas, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

Segue abaixo, nominata em ordem de classificação, dos candidatos aprovados, por cargo.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE, afixando-se cópia no mural da Câmara de Vereadores de Imbituba.

Imbituba, Santa Catarina, em 08 de setembro de 2014.

Presidente da Câmara de Vereadores de Imbituba

**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 039/14**

Ato da Presidência nº 039/14

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 31ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 15 de setembro de 2014 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Men- sa- gem	Modalidade/ Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramita- ção	Dis- cus- são	Vota- ção
120	PL nº 4.598/2014	15/08/14	Exe- cutivo Muni- cipal	Jaison Cardo- so de Souza	Dispõe sobre as di- retrizes orça- men- tárias para o exer- cício finan- ceiro de 2015 e dá outras provi- dên- cias.	Urgência Especial	1ª	1ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 11 de setembro de 2014

Luís Antônio Dutra Presidente	Renato Carlos de Figueiredo Vice-Presidente
Rosália Maria de Souza Sgrott Primeira-Secretária	Rogberto de Farias Pires Segundo-Secretário

**Ipumirim****PREFEITURA****Portaria Nº.306/2014 de 10 de Setembro de 2.014.**

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

**CONCEDE**

A CLEOCIR MARIA SOSTER, matrículas 713-7, Licença Prêmio de 15 dias, relativa ao período aquisitivo de 2009 a 2014 e gozo de 10/09/2014 a 24/09/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 10 de Setembro de 2014.

Ipumirim - SC, 10 de Setembro de 2.014.

VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal.

# Irineópolis

## PREFEITURA

### Decreto Nº 2663/2014

DECRETO Nº 2.663 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
EMENTA: DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do Art. 98 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica permitido, a título precário e gratuito, pelo período de 11 de setembro de 2014 a 11 de março de 2015, à ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA COMUNIDADE DE VILA NOVA DO TIMBÓ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.848.808/0001-23, com sede na localidade de Vila Nova do Timbó, Município de Irineópolis - SC, o uso de:

- 01 PLAINA AGRÍCOLA NIVELADORA DE ARRASTO, MARCA GTS, MODELO PLANNER 310HD, ANO DE FABRICAÇÃO 2014, COR PRE-DOMINANTE PRATA, SÉRIE 1001435. Cadastrado no Patrimônio nº 12121.

Art. 2º - O bem em referência, deverá ser utilizado pelo Permissionário, exclusivamente para consecução dos seus objetivos estatutários e institucionais.

Art. 3º - O bem relacionado será entregue ao Permissionário em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em iguais condições, até o dia 11/03/2015.

Art. 4º - As demais condições constarão dos Termos de Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pelo Permissionário e pela Autoridade competente, junto a Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis-SC, 11 de setembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 2664/2014

DECRETO Nº 2.664 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
EMENTA: DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do Art. 98 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica permitido, a título precário e gratuito, pelo período de 11 de setembro de 2014 a 31 de dezembro de 2016, à ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE IRINEÓPOLIS inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.556.122/0001-85, com sede na localidade de Vila Nova do Timbó, Município de Irineópolis - SC, o uso de:

- 01 COLHEDORA DE FORRAGENS, CUSTOM 930 CII 10 FACAS + Q.GRÃOS + RODA DE APOIO + PAT.1200, FABRICAÇÃO NACIONAL, EQUIPADA COM ROTOR, CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO, 10 FACAS SERRILHADAS FIXADAS POR MEIO DE PARAFUSOS - SÉRIE 4193/619. Cadastrado no Patrimônio sob o nº 12044.

Art. 2º - O bem em referência, deverá ser utilizado pelo Permissionário, exclusivamente para consecução dos seus objetivos estatutários e institucionais.

Art. 3º - O bem relacionado será entregues ao Permissionário em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em iguais condições, até o dia 31/12/2016.

Art. 4º - As demais condições constarão dos Termos de Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pelo Permissionário e pela Autoridade competente, junto a Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis-SC, 11 de setembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 2667

Decreto nº 2.667/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 2.980,00 (Dois mil novecentos e oitenta reais).

02 - PODER EXECUTIVO		
02.10 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.020 - Manutenção de Programas de Assistência Social		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (130)	Aplicações Diretas	R\$ 2.980,00
T O T A L R\$ 2.980,00		

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

02 - PODER EXECUTIVO		
02.10 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.020 - Manutenção de Programas de Assistência Social		
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (131)	Aplicações Diretas	R\$ 2.980,00
T O T A L R\$ 2.980,00		

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 11 de setembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2668**

Decreto nº 2.668/2014.

**DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 6.760,00 (Seis mil setecentos e sessenta reais).

02 - PODER EXECUTIVO		
02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.005 - Despesas não consideradas nos índices legais - Educação		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (27)	Aplicações Diretas	R\$ 6.760,00
<b>T O T A L R\$ 6.760,00</b>		

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

02 - PODER EXECUTIVO		
02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.009 - Convênio de vagas escolares		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (54)	Aplicações Diretas	R\$ 6.760,00
<b>T O T A L R\$ 6.760,00</b>		

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 11 de setembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2666**

Decreto nº 2.666/2014.

**DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 11.520,00 (Onze mil quinhentos e vinte reais), conforme discriminação seguinte:

02 - PODER EXECUTIVO		
02.04 - SECRETARIA DA FAZENDA		
2.004 - Manutenção da Secretaria da fazenda		
3.3.90.00.00.00.00.00.0256 (25)	Aplicações Diretas	R\$ 11.520,00
<b>T O T A L R\$ 11.520,00</b>		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 256 - Recursos Transferências do Estado.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis,  
em 11 de setembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2665**

Decreto nº 2.665/2014.

**DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 2.900,00 (Dois mil e novecentos reais), conforme discriminação seguinte:

02 - PODER EXECUTIVO		
02.04 - SECRETARIA DA FAZENDA		
2.004 - Manutenção da Secretaria da fazenda		
3.3.90.00.00.00.00.00.0255 (24)	Aplicações Diretas	R\$ 2.900,00
<b>T O T A L R\$ 2.900,00</b>		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 255 - Recursos Transferências da União.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis,  
em 11 de setembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal



**Itaiópolis****FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS****Extrato de Termo Aditivo**

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente Processo Licitatório nº 26/2013. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC. Contratada: Plasmedic Com. De Mat. Para uso Médico e Laboratorial Ltda. CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) a homologação do item licitado: Fralda Geriátrica tamanho M - pacote com 8 unidades. Fica acrescido mais 450 pacotes.

Itaiópolis, 10/09/2014.  
Gervásio Uhlmann  
Prefeito Municipal.

**Itapiranga****PREFEITURA****Extrato de Atas de Registro de Preços Prefeitura Nº 234 A 246/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
ATAS REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 234/2014.  
PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa de livre Associação do Município de Itapiranga.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 126/2014.  
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais didático pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais.  
VALOR: R\$ 285,00  
VIGÊNCIA: 28 de agosto de 2015.  
Itapiranga - SC., 28 de agosto de 2014.  
Milton Simon - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2014.  
PARTES: Município de Itapiranga e Telecopy Equipamentos Ltda - Me.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 126/2014.  
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais didático pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais.  
VALOR: R\$ 11.874,75  
VIGÊNCIA: 28 de agosto de 2015.  
Itapiranga - SC., 28 de agosto de 2014.  
Milton Simon - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 236/2014.  
PARTES: Município de Itapiranga e A.E.M. Oeste Comercial Ltda - Me.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 126/2014.  
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais didático pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais.  
VALOR: R\$ 28.002,00  
VIGÊNCIA: 28 de agosto de 2015.  
Itapiranga - SC., 28 de agosto de 2014.  
Milton Simon - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 237/2014.  
PARTES: Município de Itapiranga e JP Equipamentos Ltda - Me.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 126/2014.  
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais didático pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais.  
VALOR: R\$ 15.757,50  
VIGÊNCIA: 28 de agosto de 2015.  
Itapiranga - SC., 28 de agosto de 2014.  
Milton Simon - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 238/2014.  
PARTES: Município de Itapiranga e Pegasus Atacadista Ltda - Me.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 126/2014.  
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais didático pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais.  
VALOR: R\$ 1.000,00  
VIGÊNCIA: 28 de agosto de 2015.  
Itapiranga - SC., 28 de agosto de 2014.



Milton Simon - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 239/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e RB Papelaria e Bazar Ltda - Me.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 126/2014.  
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais didático pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais.

VALOR: R\$ 6.132,00

VIGÊNCIA: 28 de agosto de 2015.

Itapiranga - SC., 28 de agosto de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 240/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Mauro Petzold 90934113068.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 126/2014.  
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais didático pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais.

VALOR: R\$ 2.469,30

VIGÊNCIA: 28 de agosto de 2015.

Itapiranga - SC., 28 de agosto de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 241/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Potência Som e Informática Ltda Epp.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 129/2014.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos diversos, para as diversas secretarias desta municipalidade.

VALOR: R\$ 26.970,00

VIGÊNCIA: 03 de setembro de 2015.

Itapiranga - SC., 03 de setembro de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 242/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Telecopy Equipamentos Ltda - Me.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 129/2014.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos diversos, para as diversas secretarias desta municipalidade.

VALOR: R\$ 5.625,00

VIGÊNCIA: 03 de setembro de 2015.

Itapiranga - SC., 03 de setembro de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 243/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Irmãs Sausen Ltda - Me.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 131/2014.

OBJETO: Aquisição de tecidos diversos e mão de obra para confecção dos trajes para apresentação cultural no encerramento do ano letivo da escola municipal FUNEI, da secretaria da educação, desta municipalidade.

VALOR: R\$ 1.641,88

VIGÊNCIA: 04 de setembro de 2015.

Itapiranga - SC., 04 de setembro de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 244/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Embriosêmen - Equipamentos Agropecuários Ltda - Epp.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 132/2014.

OBJETO: Aquisição de nitrogênio líquido destinados para manutenção do programa de melhoramento genético da secretaria da agricultura, desta municipalidade.

VALOR: R\$ 11.600,00

VIGÊNCIA: 05 de setembro de 2015.

Itapiranga - SC., 05 de setembro de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 245/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Comercial Ciotta Materiais de Construção e Peças para Veículos Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 128/2014.

OBJETO: Aquisição de peças para conserto da Motoniveladora Huber Warco 205, da secretaria de transportes, desta municipalidade.

VALOR: R\$ 4.070,00

VIGÊNCIA: 08 de setembro de 2015.

Itapiranga - SC., 08 de setembro de 2014.

Milton Simon - Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 246/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Transmaq Peças e Serviços Ltda - Me.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 128/2014.

OBJETO: Aquisição de peças para conserto da Motoniveladora Huber Warco 205, da secretaria de transportes, desta municipalidade.

VALOR: R\$ 1.938,00

VIGÊNCIA: 08 de setembro de 2015.

Itapiranga - SC., 08 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

### **Portaria 024/2014 - Contratos - Prefeitura**

PORTARIA Nº 024/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Dinorvan Perin, matrícula nº 15019/01 e a servidora Daniele A. Maia, matrícula nº 14600/02, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preços nº 241/2014, firmados pelo Município de Itapiranga, que tem por objeto a aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos diversos, para as diversas secretarias desta municipalidade.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 11 de setembro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

**Portaria 025/2014 - Contratos - Prefeitura**

PORTARIA Nº 025/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

## RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Ivair P. Tavares, matrícula 7735/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preços nº 242/2014, firmados pelo Município de Itapiranga, que tem por objeto a aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos diversos, para as diversas secretarias desta municipalidade.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 11 de setembro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

**Portaria 026/2014 - Contratos - Prefeitura**

PORTARIA Nº 026/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

## RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Cleusa M. L. Matte, matrícula nº 4003/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preços nº 243/2014, firmados pelo Município de Itapiranga, que tem por objeto a aquisição de tecidos diversos e mão de obra para confecção dos trajes para apresentação cultural no encerramento do ano letivo da escola municipal FUNEI, da secretaria da educação, desta municipalidade.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 11 de setembro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

**Portaria 027/2014 - Contratos - Prefeitura**

PORTARIA Nº 027/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

## RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Julia C. Brixner, matrícula nº 14476/04, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preços nº 244/2014, firmados pelo Município de Itapiranga, que tem por objeto a aquisição de nitrogênio líquido destinados para manutenção do programa de melhoramento genético da secretaria da agricultura, desta municipalidade.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 11 de setembro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

**Portaria 028/2014 - Contratos - Prefeitura**

PORTARIA Nº 028/2014 - CONTRATOS - PREFEITURA.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

## RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Egon Haas, matrícula nº 14185/02, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de Registro de Preços nº 245/2014 e 246/2014, firmados pelo Município de Itapiranga, que tem por objeto a aquisição de peças para conserto da Motoniveladora Huber Warco 205, da secretaria de transportes, desta municipalidade.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 11 de setembro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

# Itapoá

## PREFEITURA

### **Dm 2277/2014 - Altera Composição do Conselho de Desenvolvimento Urbano de Itapoá - Cdui**

DECRETO MUNICIPAL NO 2277/2014

Data: 10 de Setembro de 2014

ALTERA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ITAPOÁ- CDUI.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando ofício da Câmara de Dirigentes Lojistas de Itapoá.

DECRETA

Art.1º Fica alterado o inciso VII do Art. 1º do Decreto Municipal nº 2013/2013, que passa a ter a seguinte redação:

VII Câmara de Dirigentes Lojistas de Itapoá - CDL

Titular: Ana Paula Scherer Caceres

Suplente: Mario Eloi Tavares

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 10 de Setembro de 2014

Sergio Ferreira de Aguiar

Prefeito Municipal

### **Secretaria de Educação: Errata Edital 36/2014**

ERRATA EDITAL 36/2014

Informamos que em Disposições Preliminares no Item 1.3 que trata sobre Retribuição mensal, tal informação não estava especificado no Edital.

Edital corrigido e publicado.

Itapoá, 11 de setembro de 2014

Terezinha Fávaro da Silveira

Secretaria de Educação

### **Secretaria de Educação: Edital de Processo Seletivo de Admitidos Em Caráter Temporário 36/2014 - Corrigido**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO 36/2014.

Terezinha Fávaro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando as Leis 016/2007, 076/2001 e o anexo VI da Lei Municipal N.º 155/03 de 09 de janeiro de 2003 torna público pelo presente Edital às normas do procedimento que nortearão o Edital de processo seletivo de admitidos em caráter temporário para complementação do quadro de Ajudante Geral, num período determinado de 95 dias, compreendidos entre 16/09/2014 a 19/12/2014.

#### **1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1- O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para serem contratados, em caráter temporário, para o preenchimento de 01 (uma) vaga de Ajudante Geral, mais cadastro de reserva que será utilizado se houver necessidade de nova contratação.

1.2- As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pelo setor de Recursos Humanos; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação;

1.3- Retribuição Mensal: Ensino fundamental R\$ 963,79 (Novecentos e sessenta três reais e setenta nove centavos);

1.4- O contratado fará jus ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade com comprovante de residência;

1.5- O contratado fará jus a auxílio alimentação, férias e 13º salários proporcionais;

1.6- A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº Leis 016/2007, 076/2001 e o anexo VI da Lei Municipal N.º 155/03 de 09 de janeiro de 2003;

1.7- Os contratados, durante a prestação de serviço temporário, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade.

1.8- A jornada de trabalho será de 8 (oito) horas diárias perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais.

1.9- Atribuições Típicas:

-Conferir quando do recebimento de mercadorias, a conformidade com o pedido e a nota fiscal emitida, sob supervisão;

-Proceder à troca das embalagens de entrega dos fornecedores pelos contentores próprios;

-Retirar, quando necessário, os gêneros das caixas ou embalagens secundárias em que se encontrarem;

-Armazenar e organizar as mercadorias e gêneros de acordo com orientações superiores;

-Registrar em formulário próprio a entrada e saída de gêneros e mercadorias;

-Executar o armazenamento dos gêneros que necessitam de refrigeração em câmara refrigeradora, de acordo com as normas de higiene e segurança determinadas;

-Executar limpeza dos gêneros a serem armazenados, a higienização do local destinado para cortes de produtos; e o corte, tanto manual quanto com a utilização de equipamentos próprios, sob supervisão;

-Retirar os gêneros dos depósitos, câmaras refrigeradoras e freezer, observando a utilização de procedimentos de segurança;

-Transportar os gêneros do local de armazenamento até o local de preparo;

-Auxiliar no carregamento dos recipientes térmicos de transporte de alimentos;

-Auxiliar na distribuição das mercadorias, equipamentos, utensílios e refeições;

-Zelar pela conservação dos equipamentos e instalações;

-Manter limpo e arrumado o local de trabalho;

-Executar outras atribuições afins.

2. Requisitos para Provimento:

- Ensino fundamental completo.

#### **3. DAS INSCRIÇÕES:**

3.1 - As inscrições para entrega de currículo será dia 11 e 12 do mês de setembro de 2014. Local: Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges, n.º 201 - Itapema do Norte, em Itapoá.

Horário: das 8h00min às 13h30min.

#### **4.QUADRO DE VAGAS:**

1 vaga Ajudante Geral 40hs

4.1 - Os candidatos classificados no presente processo seletivos e que momentaneamente não houver disponibilidade de vaga, aguardarão a consequente abertura das vagas e o respectivo (chamamento) ou (contato) na época própria por e-mail e ou telefone.

**5. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:**

5.1 - Para inscrever-se é necessário apresentar o currículo constando formação, experiência profissional, cursos de aperfeiçoamento na área (se houver), com nome, endereço, telefone e e-mail completo.

5.2 - A classificação ocorrerá com base nas informações do currículo apresentado, tendo como base a formação de acordo com a área pretendida.

5.3 - A classificação será publicada dia 15 de setembro 2014 às 12hs.

5.4 - Não havendo currículos para classificação e publicação na respectiva data citada, a mesma classificação poderá ser publicada posteriormente.

**6. CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO (no ato da contratação, entregue ao RH).**

1- Cédula de Identidade (RG)

2- Cadastro de Pessoa Física (CPF)

3- Título de Eleitor

4- Certidão de Quitação Eleitoral (internet)

5- Certidão de nascimento ou casamento

6- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão)

7- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação

8- Uma foto recente

9- Comprovante de residência

10- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.

11- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC)

12- Certidão de Nascimento dos Filhos

13- Certidão de Regularização do CPF (internet)

14- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece)

15- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece)

16- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece)

17- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade)

18- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece)

19- Tipagem sanguínea

20- Laudo médico

21- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº:

22- Comprovante de quitação militar.

**7. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

7.1 - A inscrição deverá ser realizada com a entrega de currículo na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges nº 201, Itapema do Norte, Itapoá;

7.2 - O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;

7.3- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 10 de setembro de 2014.

Terezinha Fávaro da Silveira

Secretaria de Educação

**Extrato do Contrato Nº 81/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 81/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: ETL ENGENHARIA DE TRANSPORTE, TRÁFEGO E LOGÍSTICA LTDA, com sede à Rua Diogo de Faria, nº 1298, Ap. 51, sala 01, Bairro: Vila Clementino, na cidade de São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.459.820/0001-09 e Inscrição Estadual n.º Isenta.

Licitação: CONVITE N.º23/2014 - PROCESSO Nº109/2014;

Objeto: Contratação de empresa de para prestação de serviços do Plano de Transporte Público Coletivo da Cidade de Itapoá e elaboração dos estudos pertinentes a confecção de minuta de edital de licitação para os serviços de transporte público de passageiros no modo rodoviário urbano, do Município de Itapoá SC, conforme Termo de referência parte integrante deste edital.

Valor total: R\$ 65.000,00(sessenta e cinco mil reais).

Orçamento:

Descrição	Cód.	Órgão	Un	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Administração	498	05	01	2015	30000	33903999
Administração	517	05	01	2015	30027	33903999
Administração	511	05	01	2015	34400	33903999
Administração	518	05	01	2015	62400	33903999
Administração	298	05	01	2015	10042	33903999

Data da assinatura: 09/09/2014;

Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, e o término está condicionado à entrega da prestação do serviço. O início dos trabalhos deverá ocorrer em 03 (três) dias corridos da emissão da ordem de serviço, com término em 60 (sessenta) dias corridos.

Itapoá, 09 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

**CONCORRÊNCIA Nº 03/2014 - PROCESSO Nº 106/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 14/10/2014 às 09h:30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 09h:00min receberá envelopes dos possíveis interessados em participar do certame que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º201, Licitação na modalidade CONCORRÊNCIA Nº 03/2014 - PROCESSO Nº 106/2014, para a Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia sanitária para realizar a Gestão dos Resíduos produzidos pelo município, compreendendo os serviços de , transbordo, transporte, tratamento e destinação final em aterro sanitário devidamente licenciado para resíduos sólidos urbanos compactáveis, domiciliares. O Edital contendo especificações em partes poderá ser retirado no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças- Departamento de



Licitações e Contratos, será cobrado uma taxa de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais). O horário disponível para retirada é das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 10 de setembro de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 86/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 86/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;  
Contratada: EMPREITEIRA FORTUNATO LTDA, com sede á Rua XV de Novembro, nº 4190, Bairro: Glória na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.216-201, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.607.623/0001-91 e Inscrição Estadual n.º 25505648-6.  
Licitação: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2014 - PROCESSO Nº 108/2014;  
Objeto: Contratação de empresa com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para 2900 metros de pavimentação asfáltica em vias de ligação, conforme projeto básico, memorial descritivo e planilha orçamentária, partes integrantes do Edital.  
Valor total: R\$ 1.797.753,26 (um milhão, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e cinquenta e três reais e vinte e seis centavos).  
Orçamento:

Descrição	Cód.	Órgão	Un	Proj/Ativ.	FR	Sube- mento
Obras	193	11	01	1028	10000	44905199

Data da assinatura: 11/09/2014;  
Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, e com término condicionado a 04 (quatro) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, da lei 8.666/93.

Itapoá, 11 de setembro de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

### ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 11/09/2014, a partir das 09:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros SOLAMIR COELHO, JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, nomeados pelo DECRETO Nº 2192/2014, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 000062/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS LASER MONOCROMÁTICAS E COLORIDAS PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao

final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)
EXCLUSIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA
A A DA SILVA CARTUCHOS
INFOPLAN LTDA - ME
CEK INFORMATICA LTDA
STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME
MARCELO WEINRICH ME
SMI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME
SUELEN CRISTINA PROVENSI ME
M.H PERELLES ME

Representantes (Credenciados)
RENATO FERREIRA
ALEXANDRE AUGUSTO DA SILVA
MARCIO JORGENSEN
CARLOS EDUARDO KELLNER
CLAUDEMIR ZANGHELINI VIEIRA
HERIVELTON HERMENEGILDO
MARCOS AURELIO STRAUBE
WELLINGTON AUGUSTO MACHADO
FLAVIO PERELLES

Analisados os documentos foram achados conforme, restando desclassificada para a fase de lances apenas a(s) empresa(s):

M.H PERELLES ME Motivo: Desclassificada no item 02 onde protocolo de ordem deveria ser DW.  
STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME Motivo: Desclassificada no item 01 onde a marca não faz frente e verso (alimentador não condiz).  
MARCELO WEINRICH ME Motivo: Desclassificada no item 02 onde não atende protocolo de ordem deveria ser DW.  
SMI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME Motivo: Desclassificada no item 02 onde não atende Protocolo de ordem deveria ser DW.

Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Ítems	Vencedor	Vlr Lance
1	SUELEN CRISTINA PROVENSI ME	1.263,0000
2	SUELEN CRISTINA PROVENSI ME	1.959,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que, todas empresas demonstraram

atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Vencedor	Vlr Total
SUELEN CRISTINA PROVENSI ME	14.718,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) - A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 11/09/2014.  
FERNANDA CRISTINA ROSA  
Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio
SOLAMIR COELHO
JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA

Assinantes	
Representantes	Assinatura
A A DA SILVA CARTUCHOS	
INFOPLAN LTDA - ME	
CEK INFORMATICA LTDA	
STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA M	
SMI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME	
SUELEN CRISTINA PROVENSI ME	

## SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS: LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS DO PROCESSO SELETIVO Nº 028/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
Itapoá, 11 de setembro de 2014.

Lista de Inscrições deferidas do Processo Seletivo nº 028/2014 -  
Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Itapoá - SC

### MOTORISTA DE CAMINHÕES:

- 1 - Odnilson de Oliveira
- 2 - Claudio Correa Gomes
- 3 - Emerson Biscaia de Brito
- 4 - David Otavio Buss
- 5 - Eliandro Vaciele de Oliveira Castilho
- 6 - Wagner Henrique da Cunha
- 7 - Mauricio Dallacourt Ribas
- 8 - Edson Moreira Paifer
- 9 - Alexandre Schnekemberg

### MECÂNICO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS:

- 1 - Francisco Nery dos Santos
- 2 - Adelmo Kuboski

### OPERADOR DE MÁQUINAS:

- 1 - Antenor José Alves
- 2 - Vanildo Bayer
- 3 - Oscar Eduardo Pedroso
- 4 - José Amilton Sant Ana
- 5 - Roberto Miranda

Euclides Sanches  
Diretor de Serviços Públicos

Rua Mariana Michels Borges, 201 - Itapema do Norte - CEP 89.249-000 - Itapoá - Santa Catarina  
Site: itapoa.sc.gov.br - Email: obras@itapoa.sc.gov.br - Telefone (47) 3443-8829



# **Lm Nº 544/2014 - Altera A Lei Municipal Nº 458/2013, Que Dispõe Sobre O Plano Plurianual Para O Município de Itapoá Para O Período 2014 A 2017 E Dá Outras Providências.**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA**

Página 1 de 6

### **Planilhas Planejamento**

### **Receitas Por Exercício**

Plano Plurianual - PPA Ano Inicial: 2014 Ano Final: 2017 Versão PPA: 16

Conta	Descrição Conta	Valor Ano: 2014	Valor Ano: 2015	Valor Ano: 2016	Valor Ano: 2017	Valor Global
10000000000000	RECEITAS CORRENTES	57.830.740,00	82.022.100,00	63.748.982,49	66.946.310,27	270.548.132,76
11000000000000	RECEITA TRIBUTARIA	15.035.000,00	30.273.000,00	16.576.087,46	17.404.891,83	79.288.979,29
11100000000000	IMPOSTOS	14.035.000,00	29.145.000,00	15.473.587,46	16.247.266,82	74.900.854,28
11120000000000	IMPOSTO SOBRE O PATRIMONIO E	8.335.000,00	11.145.000,00	9.189.337,47	9.648.804,33	38.318.141,80
11120200000000	IMP. S/ PROP. PREDIAL TERRITOR	6.090.000,00	6.545.000,00	6.714.224,98	7.049.936,23	26.399.161,21
11120200100000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE	3.190.000,00	3.580.000,00	3.516.974,99	3.692.823,74	13.979.798,73
10000	RECURSOS ORDINARIOS	1.814.791,00	1.690.118,00	2.000.807,07	2.100.847,43	7.606.563,50
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	630.025,00	879.248,00	694.602,56	729.332,69	2.933.208,25
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	745.184,00	1.010.634,00	821.565,36	862.643,62	3.440.026,98
11120200020000	IPU TERRITORIAL	2.900.000,00	2.965.000,00	3.197.249,99	3.357.112,49	12.419.362,48
10000	RECURSOS ORDINARIOS	1.649.810,00	1.399.776,50	1.818.915,52	1.909.861,30	6.778.363,32
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	572.720,00	728.204,00	631.456,87	663.029,71	2.595.440,58
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	677.440,00	837.019,50	746.877,60	784.221,48	3.045.558,58
11120400000000	IMP.S/ A RENDA E PROV. QUALQ	200.000,00	400.000,00	220.500,00	231.524,99	1.052.024,99
11120431000000	I.R.R.F. RETIDO NAS FONTES - TR	200.000,00	400.000,00	220.500,00	231.524,99	1.052.024,99
10000	RECURSOS ORDINARIOS	113.780,00	188.840,00	125.442,45	131.714,57	559.777,02
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	39.500,00	98.240,00	43.548,75	45.726,18	227.014,93
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	46.720,00	112.920,00	51.508,80	54.084,24	265.233,04
11120800000000	IMP. S/TRANS.INTER VIVOS DE BE	2.045.000,00	4.200.000,00	2.254.612,49	2.367.343,11	10.866.955,60
10000	RECURSOS ORDINARIOS	1.163.400,50	1.982.820,00	1.282.649,05	1.346.781,50	5.775.651,05
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	403.887,50	1.031.520,00	445.285,96	467.550,26	2.348.243,72
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	477.712,00	1.185.660,00	526.677,48	553.011,35	2.743.060,83
11130000000000	IMPOSTOS S/ A PRODUCAO E A	5.700.000,00	18.000.000,00	6.284.249,99	6.598.462,49	36.582.712,48
11130500000000	IMPOSTO S/SERVICOS DE QUALQ	5.700.000,00	18.000.000,00	6.284.249,99	6.598.462,49	36.582.712,48
11130501000000	IMPOSTO S/ SERVICOS DE QUALQ	5.700.000,00	18.000.000,00	6.284.249,99	6.598.462,49	36.582.712,48
10000	RECURSOS ORDINARIOS	3.242.730,00	8.497.800,00	3.575.109,82	3.753.865,31	19.069.505,13
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	1.125.750,00	4.420.800,00	1.241.139,37	1.303.196,34	8.090.885,71
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	1.331.520,00	5.081.400,00	1.468.000,80	1.541.400,84	9.422.321,64
11200000000000	TAXAS	1.000.000,00	1.078.000,00	1.102.500,00	1.157.625,01	4.338.125,01
11210000000000	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER	870.000,00	720.000,00	959.175,00	1.007.133,76	3.556.308,76
11211700000000	TAXA FISCALIZACAO VIGILANCIA S	75.000,00	75.000,00	82.687,50	86.821,88	319.509,38
16600	VIGILANCIA EM SAUDE	75.000,00	75.000,00	82.687,50	86.821,88	319.509,38
11212500000000	TX.LIC.FUNC.ESTAB.COM.IND.PRE	265.000,00	265.000,00	292.162,50	306.770,63	1.128.933,13
10000	RECURSOS ORDINARIOS	265.000,00	265.000,00	292.162,50	306.770,63	1.128.933,13
11213200000000	TAXA APROV. PROJETO DE CONSTR	530.000,00	380.000,00	584.325,00	613.541,25	2.107.866,25
10000	RECURSOS ORDINARIOS	530.000,00	380.000,00	584.325,00	613.541,25	2.107.866,25
11220000000000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SER	130.000,00	358.000,00	143.325,00	150.491,25	781.816,25
11229900000000	OUTRAS TAXAS DE PRESTACAO D	130.000,00	358.000,00	143.325,00	150.491,25	781.816,25
11229900100000	OUTRAS TAXAS P PREST DE SER	10.000,00	3.000,00	11.025,00	11.576,25	35.601,25
10000	RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00	3.000,00	11.025,00	11.576,25	35.601,25
11229900020000	OUTRAS TAXAS P PRESTACAO SER	60.000,00	235.000,00	66.150,00	69.457,50	430.607,50
10000	RECURSOS ORDINARIOS	60.000,00	235.000,00	66.150,00	69.457,50	430.607,50
11229900030000	OUTRAS TAXAS PELA PRESTAC S	60.000,00	120.000,00	66.150,00	69.457,50	315.607,50
10025	FUNREBOM	60.000,00	120.000,00	66.150,00	69.457,50	315.607,50
11300000000000	CONTRIBUICOES DE MELHORIAS	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
11300400000000	CONT.MELH. PAVIMTAR OBRAS	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
12000000000000	RECEITA DE CONTRIBUICOES	2.514.000,00	3.070.000,00	2.771.685,00	2.910.269,25	11.265.954,25
12100000000000	CONTRIBUICOES SOCIAIS	1.334.000,00	1.470.000,00	1.470.735,00	1.544.271,75	5.819.006,75
12102900000000	CONTRIB. REGIME PROPRIO PREV	1.334.000,00	1.470.000,00	1.470.735,00	1.544.271,75	5.819.006,75
12102907000000	CONT. SERV. ATIV. CIV. P/O REG.	1.326.000,00	1.461.000,00	1.461.915,00	1.535.010,75	5.783.925,75
12102907010000	CONTRIB DE SERVIDOR ATIVO CIV	26.000,00	26.000,00	28.665,00	30.098,25	110.763,25
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	26.000,00	26.000,00	28.665,00	30.098,25	110.763,25
12102907020000	CONTRIB. SERV. ATIVO CIVIL - PR	1.300.000,00	1.435.000,00	1.433.250,00	1.504.912,50	5.673.162,50
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	1.300.000,00	1.435.000,00	1.433.250,00	1.504.912,50	5.673.162,50
12102909000000	CONT. SERV. INATIVO. CIVIL P/ RE	8.000,00	9.000,00	8.820,00	9.261,00	35.081,00
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	8.000,00	9.000,00	8.820,00	9.261,00	35.081,00
12300000000000	CONTRIB. P/ CUSTEIO SERV. ILUM	1.180.000,00	1.600.000,00	1.300.950,00	1.365.997,50	5.446.947,50
11700	CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO	1.180.000,00	1.600.000,00	1.300.950,00	1.365.997,50	5.446.947,50
13000000000000	RECEITA PATRIMONIAL	3.529.000,00	4.170.000,00	3.890.722,50	4.085.258,63	15.674.981,13
13100000000000	RECEITAS IMOBILIARIAS	4.000,00	0,00	4.410,00	4.630,50	13.040,50
13110000000000	ALUGUEIS	4.000,00	0,00	4.410,00	4.630,50	13.040,50
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	4.000,00	0,00	4.410,00	4.630,50	13.040,50
13200000000000	RECEITAS DE VALORES MOBILIAR	3.245.000,00	3.810.000,00	3.577.612,50	3.756.493,13	14.389.105,63
13250000000000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS B	245.000,00	500.000,00	270.112,50	283.618,13	1.298.730,63
13250200000000	REMUN.DEPOSITO DE RECUR. NA	245.000,00	500.000,00	270.112,50	283.618,13	1.298.730,63

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 2 de 6

## Planilhas Planejamento

## Receitas Por Exercício

Plano Plurianual - PPA Ano Inicial: 2014 Ano Final: 2017 Versão PPA: 16

Conta	Descrição Conta	Valor Ano: 2014	Valor Ano: 2015	Valor Ano: 2016	Valor Ano: 2017	Valor Global
13250299000000	REMUN. DEP. RECUR. NAO VINC	245.000,00	500.000,00	270.112,50	283.618,13	1.298.730,63
10000	RECURSOS ORDINARIOS	245.000,00	500.000,00	270.112,50	283.618,13	1.298.730,63
13280000000000	REMUNER. INVEST. REGIME PROP	3.000.000,00	3.310.000,00	3.307.500,00	3.472.875,00	13.090.375,00
13281000000000	REMUNERACAO INVEST RPPS - RE	3.000.000,00	3.310.000,00	3.307.500,00	3.472.875,00	13.090.375,00
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	3.000.000,00	3.310.000,00	3.307.500,00	3.472.875,00	13.090.375,00
13300000000000	RECEITA DE CONCESSOES E PE	280.000,00	360.000,00	308.700,00	324.135,00	1.272.835,00
13310000000000	RECEITA DE CONCESSOES E PE	280.000,00	360.000,00	308.700,00	324.135,00	1.272.835,00
13319900000000	OUTRAS REC. CONCESSOES PERM	280.000,00	360.000,00	308.700,00	324.135,00	1.272.835,00
10026	SANEAMENTO BASICO	280.000,00	360.000,00	308.700,00	324.135,00	1.272.835,00
17000000000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	33.502.240,00	38.878.960,00	36.936.219,54	38.783.030,58	148.100.450,12
17200000000000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERN	33.496.240,00	38.876.960,00	36.929.604,54	38.776.084,83	148.078.889,37
17210000000000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	17.244.240,00	21.118.000,00	19.011.774,56	19.962.363,33	77.336.377,89
17210100000000	PARTICIPACAO NA RECEITA DA U	9.565.000,00	10.275.000,00	10.545.412,48	11.072.683,10	41.458.095,58
17210102000000	COTA-PARTE FUNDO PARTIC MUNI	9.550.000,00	10.250.000,00	10.528.874,99	11.055.318,74	41.384.193,73
10000	RECURSOS ORDINARIOS	5.303.115,00	4.839.025,00	5.989.876,98	6.289.370,83	22.421.387,81
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	1.931.010,00	2.517.400,00	2.079.452,81	2.183.425,45	8.711.288,26
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	2.315.875,00	2.893.575,00	2.459.545,20	2.582.522,46	10.251.517,66
17210105000000	COTA-PARTE DO IMP S/ PROP TER	15.000,00	25.000,00	16.537,49	17.364,36	73.901,85
10000	RECURSOS ORDINARIOS	8.533,50	11.802,50	9.408,18	9.878,59	39.622,77
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	2.962,50	6.140,00	3.266,15	3.429,46	15.798,11
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	3.504,00	7.057,50	3.863,16	4.056,31	18.480,97
17212200000000	TRANSFER. DA COMP. FINANC. EXPL	4.290.700,00	6.556.000,00	4.730.496,75	4.967.021,59	20.544.218,34
17212220000000	COTA-PARTE DA COMPENSACAO FI	700,00	1.000,00	771,75	810,34	3.282,09
10000	RECURSOS ORDINARIOS	700,00	1.000,00	771,75	810,34	3.282,09
17212240000000	COTA-PARTE ROYALTIES P/ EXEC.	4.100.000,00	6.400.000,00	4.520.250,00	4.746.262,50	19.766.512,50
10000	RECURSOS ORDINARIOS	0,00	6.400.000,00	0,00	0,00	6.400.000,00
10042	ROYALTIES LF 9478	4.100.000,00	0,00	4.520.250,00	4.746.262,50	13.366.512,50
17212270000000	COTA-PARTE DO FUNDO ESP. DO	190.000,00	155.000,00	209.475,00	219.948,75	774.423,75
14400	FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO	190.000,00	155.000,00	209.475,00	219.948,75	774.423,75
17213300000000	TRANSF. RECURSOS SISTEMA UN	2.062.000,00	2.405.000,00	2.273.355,00	2.387.022,76	9.127.377,76
17213300010000	PISO DE ATENCAO BASICO	350.000,00	408.000,00	385.875,00	405.168,75	1.549.043,75
26403	Atenção Básica - PAB FIXO	350.000,00	408.000,00	385.875,00	405.168,75	1.549.043,75
17213300020000	VIGILANCIA SANITARIA	10.000,00	10.000,00	11.025,00	11.576,25	42.601,25
26602	Vigilância em Saúde - Sanitária	10.000,00	10.000,00	11.025,00	11.576,25	42.601,25
17213300030000	Epidemiologia e Controle de Doencas-E	29.000,00	29.000,00	31.972,50	33.571,13	123.543,63
26601	Vigilância em Saúde - Epidemiológica	29.000,00	29.000,00	31.972,50	33.571,13	123.543,63
17213300040000	FARMACIA BASICA	59.000,00	78.000,00	65.047,50	68.299,88	270.347,38
26702	Assistência Farmacêut. Básica - FEDE	59.000,00	78.000,00	65.047,50	68.299,88	270.347,38
17213300050000	PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA-P	428.000,00	428.000,00	471.870,00	495.463,50	1.823.333,50
26404	Atenção Básica - PSF	428.000,00	428.000,00	471.870,00	495.463,50	1.823.333,50
17213300060000	MEDIA ALTA COMPLEXIDADE-MAC	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
26502	MAC / SE	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
17213300070000	AGENTES COMUNITARIOS DE SA	396.000,00	422.000,00	436.590,00	458.419,50	1.713.009,50
26405	Atenção Básica - PACS	396.000,00	422.000,00	436.590,00	458.419,50	1.713.009,50
17213300080000	PSE - PROGRAMA SAÚDE NA ESC	34.000,00	34.000,00	37.485,00	39.359,25	144.844,25
26406	Atenção Básica - PSE - Prog Sau Escol	34.000,00	34.000,00	37.485,00	39.359,25	144.844,25
17213300090000	PMAQ - PROGR MELH ACESSO E	306.000,00	306.000,00	337.365,00	354.233,25	1.303.598,25
26407	Atenção Básica - PMAQ/AB	306.000,00	306.000,00	337.365,00	354.233,25	1.303.598,25
17213300100000	MÉDIA/ ALTA COMPLEXIDADE	450.000,00	150.000,00	496.125,00	520.931,25	1.617.056,25
26501	MAC/SAMU	150.000,00	150.000,00	165.375,00	173.643,75	639.018,75
26502	MAC / SE	300.000,00	0,00	330.750,00	347.287,50	978.037,50
17213300110000	NASF	0,00	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00
26402	NASF SC COFINANCIAMENTO ATE	0,00	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00
17213400000000	TRANSF.REC.F.N.ASSIST.SOCIAL-	108.400,00	251.000,00	119.511,00	125.486,55	604.397,55
17213400010000	APOIO A PESSOA IDOSA-API	4.400,00	4.400,00	4.851,00	5.093,55	18.744,55
24700	APOIO A PESSOA IDOSA - API	4.400,00	4.400,00	4.851,00	5.093,55	18.744,55
17213400030000	PROG. ERRACAD. TRABALHO INFAN	18.000,00	0,00	19.845,00	20.837,25	58.682,25
25000	PROGRAMA DE ERRADICACAO DO	18.000,00	0,00	19.845,00	20.837,25	58.682,25
17213400050000	IGD - SUAS	18.000,00	18.000,00	19.845,00	20.837,25	76.682,25
26302	IGD - SUAS	18.000,00	18.000,00	19.845,00	20.837,25	76.682,25
17213400060000	BOLSA FAMILIA	14.000,00	15.600,00	15.435,00	16.206,75	61.241,75
26301	Bolsa Família	14.000,00	15.600,00	15.435,00	16.206,75	61.241,75
17213400070000	PBF - PISO BASICO FIXO	54.000,00	78.000,00	59.535,00	62.511,75	254.046,75
25201	PBF- PISO BASICO FIXO	54.000,00	78.000,00	59.535,00	62.511,75	254.046,75
17213400080000	SCFV - SERV. CONV. FORTAL. VIN	0,00	135.000,00	0,00	0,00	135.000,00
25205	SERV CONV E FORTAL VÍNCULO -	0,00	135.000,00	0,00	0,00	135.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 3 de 6

## Planilhas Planejamento

## Receitas Por Exercício

Plano Plurianual - PPA Ano Inicial: 2014 Ano Final: 2017 Versão PPA: 16

Conta	Descrição Conta	Valor Ano: 2014	Valor Ano: 2015	Valor Ano: 2016	Valor Ano: 2017	Valor Global
17213500000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS	1.151.140,00	1.554.000,00	1.269.131,85	1.332.588,46	5.306.860,31
17213501000000	TRANSFERENCIAS DO SALARIO-	945.000,00	1.270.000,00	1.041.862,50	1.093.955,63	4.350.818,13
25800	SALARIO EDUCACAO	945.000,00	1.270.000,00	1.041.862,50	1.093.955,63	4.350.818,13
17213503000000	TRANSFERENCIAS DIRETAS DO F	180.200,00	245.000,00	198.670,50	208.604,04	832.474,54
17213503010000	TRANSFERENCIAS PNAE - ENSIN	113.000,00	142.000,00	124.582,50	130.811,63	510.394,13
26001	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Fundamen	113.000,00	142.000,00	124.582,50	130.811,63	510.394,13
17213503020000	TRANSFERÊNCIAS PNAE - PNAP	22.000,00	44.000,00	24.255,00	25.467,75	115.722,75
26002	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Pré Escol	22.000,00	44.000,00	24.255,00	25.467,75	115.722,75
17213503030000	TRANSFERÊNCIAS PNAE - PNAC	35.000,00	46.000,00	38.587,50	40.516,88	160.104,38
26003	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Creche	35.000,00	46.000,00	38.587,50	40.516,88	160.104,38
17213503040000	PROGR NAC. ALIMENTAÇÃO ESCOL	10.200,00	13.000,00	11.245,50	11.807,78	46.253,28
26004	Prog. Nac. de Aliment. Escolar - EJA	10.200,00	13.000,00	11.245,50	11.807,78	46.253,28
17213504000000	TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FN	25.940,00	39.000,00	28.598,85	30.028,79	123.567,64
26101	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal	25.940,00	39.000,00	28.598,85	30.028,79	123.567,64
17213600000000	TRANSF FINANC ICMS-DESONERAC	17.000,00	17.000,00	18.742,48	19.679,62	72.422,10
17213600010000	Transf. Financeira ICMS Deson.-LC 87/	17.000,00	17.000,00	18.742,48	19.679,62	72.422,10
10000	RECURSOS ORDINARIOS	9.671,30	8.025,70	10.662,60	11.195,74	39.555,34
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	3.357,50	4.175,20	3.701,64	3.886,72	15.121,06
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	3.971,20	4.799,10	4.378,24	4.597,16	17.745,70
17219900000000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UN	50.000,00	60.000,00	55.125,00	57.881,25	223.006,25
10000	RECURSOS ORDINARIOS	50.000,00	60.000,00	55.125,00	57.881,25	223.006,25
17220000000000	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	5.957.000,00	6.068.960,00	6.567.592,48	6.895.972,12	25.489.524,60
17220100000000	PARTICIPACAO NA RECEITA DOS	5.310.000,00	5.428.000,00	5.854.274,98	6.146.988,73	22.739.263,71
17220101000000	COTA-PARTE DO ICMS	4.300.000,00	4.190.000,00	4.740.749,99	4.977.787,49	18.208.537,48
10000	RECURSOS ORDINARIOS	2.446.270,00	1.978.099,00	2.697.012,67	2.831.863,30	9.953.244,97
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	849.250,00	1.029.064,00	936.298,12	983.113,03	3.797.725,15
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	1.004.480,00	1.182.837,00	1.107.439,20	1.162.811,16	4.457.567,36
17220102000000	COTA-PARTE DO IPVA	920.000,00	1.190.000,00	1.014.300,00	1.065.014,99	4.189.314,99
10000	RECURSOS ORDINARIOS	523.388,00	561.799,00	577.035,27	605.887,03	2.268.109,30
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	181.700,00	292.264,00	200.324,25	210.340,46	884.628,71
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	214.912,00	335.937,00	236.940,48	248.787,50	1.036.576,98
17220104000000	COTA-PARTE DO IPI S/ EXPORTAC	45.000,00	46.000,00	49.612,49	52.093,12	192.705,61
10000	RECURSOS ORDINARIOS	25.600,50	21.716,60	28.224,55	29.635,78	105.177,43
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	8.887,50	11.297,60	9.798,46	10.288,39	40.271,95
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	10.512,00	12.985,80	11.589,48	12.168,95	47.256,23
17220113000000	COTA-PARTE DA CONTRIB. INTERV	45.000,00	2.000,00	49.612,50	52.093,13	148.705,63
11600	CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO	45.000,00	2.000,00	49.612,50	52.093,13	148.705,63
17223300000000	TRANSF. DE REC. DO ESTADO P/	272.000,00	215.000,00	299.880,00	314.874,01	1.101.754,01
17223300010000	PROG. DE ASSISTENCIA FARMACE	67.000,00	67.000,00	73.867,50	77.560,88	285.428,38
26701	Assistência Farmacêutica Básica Estadual	67.000,00	67.000,00	73.867,50	77.560,88	285.428,38
17223300020000	COFINANCIAMENTO DA ATENCAO	60.000,00	99.000,00	66.150,00	69.457,50	294.607,50
26401	Cofinanciamento da Atenção Básica	60.000,00	99.000,00	66.150,00	69.457,50	294.607,50
17223300030000	NASF SC - COFINANCIAMENTO D	96.000,00	0,00	105.840,00	111.132,00	312.972,00
26402	NASF SC COFINANCIAMENTO ATE	96.000,00	0,00	105.840,00	111.132,00	312.972,00
17223300040000	MÉDIA / ALTA COMPLEXIDADE	49.000,00	49.000,00	54.022,50	56.723,63	208.746,13
26503	MAC / ESTADUAL	49.000,00	49.000,00	54.022,50	56.723,63	208.746,13
17229900000000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS	375.000,00	425.960,00	413.437,50	434.109,38	1.648.506,88
17229900010000	TRANSFERENCIA DOS ESTADOS T	361.000,00	375.000,00	398.002,50	417.902,63	1.551.905,13
26102	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Estadu	361.000,00	375.000,00	398.002,50	417.902,63	1.551.905,13
17229900020000	PROGRAMA ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.000,00	20.800,00	15.435,00	16.206,75	66.441,75
25202	FEAS - FUNDO ESTADUAL A.S. SO	14.000,00	20.800,00	15.435,00	16.206,75	66.441,75
17229900030000	FEAS - COFINAN DE BENEFÍCIOS	0,00	3.460,00	0,00	0,00	3.460,00
25203	FEAS - COFINANC. DE BENEFÍCIO	0,00	3.460,00	0,00	0,00	3.460,00
17229900040000	FEAS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSIC	0,00	26.700,00	0,00	0,00	26.700,00
25204	FEAS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSIC	0,00	26.700,00	0,00	0,00	26.700,00
17240000000000	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERN	10.295.000,00	11.690.000,00	11.350.237,50	11.917.749,38	45.252.986,88
17240100000000	TRANSFERENCIAS RECURSOS DO	10.295.000,00	11.690.000,00	11.350.237,50	11.917.749,38	45.252.986,88
21800	TRANSF. DE RECURSOS DO FUND	10.295.000,00	11.690.000,00	11.350.237,50	11.917.749,38	45.252.986,88
17500000000000	TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	6.000,00	2.000,00	6.615,00	6.945,75	21.560,75
17800	FIA Demais Recursos	6.000,00	2.000,00	6.615,00	6.945,75	21.560,75
19000000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.250.500,00	5.630.140,00	3.574.267,99	3.762.859,98	16.217.767,97
19100000000000	MULTAS E JUROS DE MORA	1.965.500,00	3.315.140,00	2.166.963,69	2.275.311,88	9.722.915,57
19110000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS T	1.057.000,00	1.635.500,00	1.165.342,47	1.223.609,60	5.081.452,07

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 4 de 6

## Planilhas Planejamento

## Receitas Por Exercício

Plano Plurianual - PPA Ano Inicial: 2014 Ano Final: 2017 Versão PPA: 16

Conta	Descrição Conta	Valor Ano: 2014	Valor Ano: 2015	Valor Ano: 2016	Valor Ano: 2017	Valor Global
19113800000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMP	40.000,00	60.000,00	44.100,00	46.304,98	190.404,98
10000	RECURSOS ORDINARIOS	22.756,00	28.326,00	25.088,49	26.342,91	102.513,40
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	7.900,00	14.736,00	8.709,75	9.145,23	40.490,98
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	9.344,00	16.938,00	10.301,76	10.816,84	47.400,60
19113900000000	MULTA E JUROS DE MORA - ITBI	1.000,00	1.500,00	1.102,49	1.157,62	4.760,11
10000	RECURSOS ORDINARIOS	568,90	708,15	627,21	658,57	2.562,83
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	197,50	368,40	217,74	228,63	1.012,27
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	233,60	423,45	257,54	270,42	1.185,01
19114000000000	MULTA E JUROS DE MORA - ISS	21.000,00	24.000,00	23.152,48	24.310,12	92.462,60
10000	RECURSOS ORDINARIOS	11.946,90	11.330,40	13.171,45	13.830,03	50.278,78
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	4.147,50	5.894,40	4.572,61	4.801,25	19.415,76
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	4.905,60	6.775,20	5.408,42	5.678,84	22.768,06
19119900000000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OU	995.000,00	1.550.000,00	1.096.987,50	1.151.836,88	4.793.824,38
19119901000000	MULTAS E JUROS MORA DE OUTR	995.000,00	1.550.000,00	1.096.987,50	1.151.836,88	4.793.824,38
10000	RECURSOS ORDINARIOS	995.000,00	1.550.000,00	1.096.987,50	1.151.836,88	4.793.824,38
19130000000000	MULT JUROS MORA DIV ATIVA DO	816.500,00	1.612.000,00	900.191,22	945.200,79	4.273.892,01
19131100000000	MULTAS E JUROS DE MORA - IPTU	645.000,00	1.200.000,00	711.112,49	746.668,11	3.302.780,60
10000	RECURSOS ORDINARIOS	366.940,50	266.640,00	404.551,90	424.779,49	1.462.911,89
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	127.387,50	394.680,00	140.444,71	147.466,95	809.979,16
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	150.672,00	538.680,00	166.115,88	174.421,67	1.029.889,55
19131300000000	MULTAS E JUROS DE MORA - ISS	1.500,00	2.000,00	1.653,73	1.736,43	6.890,16
10000	RECURSOS ORDINARIOS	853,35	944,20	987,86	987,86	3.726,22
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	296,25	491,20	326,61	342,94	1.457,00
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	350,40	564,60	386,31	405,63	1.706,94
19139900000000	MULT JUR MORA DIV ATIVA - OUTR	170.000,00	410.000,00	187.425,00	196.796,25	964.221,25
10000	RECURSOS ORDINARIOS	170.000,00	410.000,00	187.425,00	196.796,25	964.221,25
19190000000000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	92.000,00	67.640,00	101.430,00	106.501,49	367.571,49
19191500000000	MULTAS PREVISTAS NA LEGISL. D	92.000,00	67.640,00	101.430,00	106.501,49	367.571,49
15400	CONVENIO TRANSITO - MILITAR	32.200,00	23.674,00	35.500,50	37.275,52	128.650,02
15500	CONVENIO TRANSITO - CIVIL	32.200,00	23.674,00	35.500,50	37.275,52	128.650,02
15600	CONVENIO TRANSITO - PREFEITU	27.600,00	20.292,00	30.429,00	31.950,45	110.271,45
19200000000000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
19220000000000	RESTITUICOES	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
19221000000000	COMP.FIN.REGIME GERAL E PROP	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
19221001000000	COMP.FIN.ENTRE RG X RPPS - PR	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
19300000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	910.000,00	1.880.000,00	993.866,80	1.053.438,72	4.837.305,52
19310000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUT	910.000,00	1.880.000,00	993.866,80	1.053.438,72	4.837.305,52
19311100000000	RECEITA DA DA A PROP. PRED. E T	795.000,00	1.650.000,00	876.487,49	920.311,86	4.241.799,35
10000	RECURSOS ORDINARIOS	452.275,50	778.965,00	498.633,73	523.565,42	2.253.439,65
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	157.012,50	405.240,00	173.106,28	181.761,59	917.120,37
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	185.712,00	465.795,00	204.747,48	214.984,85	1.071.239,33
19311300000000	RECEITA DA DIVIA ATIVA - ISS	15.000,00	20.000,00	7.129,31	17.364,36	59.493,67
10000	RECURSOS ORDINARIOS	8.533,50	9.442,00	0,00	9.878,59	27.854,09
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	2.962,50	4.912,00	3.266,15	3.429,46	14.570,11
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	3.504,00	5.646,00	3.863,16	4.056,31	17.069,47
19319900000000	RECEITA DIVIDA ATIVA DE OUTRO	100.000,00	210.000,00	110.250,00	115.762,50	536.012,50
19319901000000	REC DIV ATIV OUTROS TRIBUTOS -	100.000,00	210.000,00	110.250,00	115.762,50	536.012,50
10000	RECURSOS ORDINARIOS	100.000,00	210.000,00	110.250,00	115.762,50	536.012,50
19900000000000	RECEITAS DIVERSAS	375.000,00	385.000,00	413.437,50	434.109,38	1.607.546,88
19900200000000	REC. DE ONUS SUCUMBENCIA D	75.000,00	200.000,00	82.687,50	86.821,88	444.509,38
19900201000000	RECEITA DE HONORARIOS DE A	75.000,00	200.000,00	82.687,50	86.821,88	444.509,38
10028	REC ORDIN HONORARIOS DE SU	75.000,00	200.000,00	82.687,50	86.821,88	444.509,38
19909900000000	OUTRAS RECEITAS	300.000,00	185.000,00	330.750,00	347.287,50	1.163.037,50
10000	RECURSOS ORDINARIOS	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
19909900010000	OUTRAS RECEITAS	0,00	180.000,00	330.750,00	347.287,50	858.037,50
10000	RECURSOS ORDINARIOS	0,00	180.000,00	330.750,00	347.287,50	858.037,50
19909900020000	OUTRAS RECEITAS IPESI	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
20000000000000	RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00	22.000,00	11.025,00	11.576,25	54.601,25
22000000000000	ALIENACAO DE BENS	10.000,00	17.000,00	11.025,00	11.576,25	49.601,25
22100000000000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	10.000,00	17.000,00	11.025,00	11.576,25	49.601,25
22150000000000	ALIENACAO DE VEICULOS	10.000,00	12.000,00	11.025,00	11.576,25	44.601,25
22150000010000	ALIENACAO DE VEICULOS	10.000,00	12.000,00	11.025,00	11.576,25	44.601,25
18900	ALIENACOES DE BENS DESTINA	10.000,00	12.000,00	11.025,00	11.576,25	44.601,25
22190000000000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MO	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 5 de 6

## Planilhas Planejamento

## Receitas Por Exercício

Plano Plurianual - PPA Ano Inicial: 2014 Ano Final: 2017 Versão PPA: 16

Conta	Descrição Conta	Valor Ano: 2014	Valor Ano: 2015	Valor Ano: 2016	Valor Ano: 2017	Valor Global
22190000010000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MO	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
25000000000000	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
25900000000000	OUTRAS RECEITAS	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
70000000000000	RECEITAS CORRENTES INTRA-OR	2.310.000,00	2.550.000,00	2.546.775,00	2.674.113,75	10.080.888,75
72000000000000	RECEITA DE CONTRIBUICOES	2.250.000,00	2.510.000,00	2.480.625,00	2.604.656,25	9.845.281,25
72100000000000	CONTRIBUICOES SOCIAIS	2.250.000,00	2.510.000,00	2.480.625,00	2.604.656,25	9.845.281,25
72102900000000	CONTRIB. P/ PLANO DE SEG SOCI	2.250.000,00	2.510.000,00	2.480.625,00	2.604.656,25	9.845.281,25
72102901000000	CONTRIBUICAO PATRONAL DE SER	2.200.000,00	2.450.000,00	2.425.500,00	2.546.775,00	9.622.275,00
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	2.200.000,00	2.450.000,00	2.425.500,00	2.546.775,00	9.622.275,00
72102915000000	CONT PREV EM REGIME PARCELA	50.000,00	60.000,00	55.125,00	57.881,25	223.006,25
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	50.000,00	60.000,00	55.125,00	57.881,25	223.006,25
79000000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	60.000,00	40.000,00	66.150,00	69.457,50	235.607,50
79100000000000	MULTAS E JUROS DE MORA	60.000,00	40.000,00	66.150,00	69.457,50	235.607,50
79120000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS	60.000,00	40.000,00	66.150,00	69.457,50	235.607,50
79122901000000	MUL JUR MORA S/ CONT PAT REG	60.000,00	40.000,00	66.150,00	69.457,50	235.607,50
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	60.000,00	40.000,00	66.150,00	69.457,50	235.607,50
91000000000000	(R)DEDUCOES DA RECEITA CORR	-2.969.400,00	-3.143.600,00	-3.273.763,50	-3.437.451,69	-12.824.215,19
91700000000000	(R)DEDUCAO DA RECEITA DE TRA	-2.969.400,00	-3.143.600,00	-3.273.763,50	-3.437.451,69	-12.824.215,19
91720000000000	(R)DEDUCAO DA RECEITA DE TRA	-2.969.400,00	-3.143.600,00	-3.273.763,50	-3.437.451,69	-12.824.215,19
91721000000000	(R)DEDUCAO DA RECEITA DE TRA	-1.916.400,00	-2.058.400,00	-2.112.831,00	-2.218.472,56	-8.306.103,56
91721010000000	(R)DEDUCAO DA REC.DE PART. RE	-1.913.000,00	-2.055.000,00	-2.109.082,50	-2.214.536,63	-8.291.619,13
91721010200000	(R)DED. DA REC.DO F.DE PART.D	-1.910.000,00	-2.050.000,00	-2.105.775,00	-2.211.063,75	-8.276.838,75
10000	RECURSOS ORDINARIOS	-1.910.000,00	-2.050.000,00	-2.105.775,00	-2.211.063,75	-8.276.838,75
91721010500000	(R)DED. DA REC.DO IMP.S.A PROP.	-3.000,00	-5.000,00	-3.307,50	-3.472,88	-14.780,38
10000	RECURSOS ORDINARIOS	-3.000,00	-5.000,00	-3.307,50	-3.472,88	-14.780,38
91721360000000	(R)DEDUCAO DA REC. DO ICMS DES	-3.400,00	-3.400,00	-3.748,50	-3.935,93	-14.484,43
917213600010000	(R)Transf. Financeira ICMS Deson.-LC 8	-3.400,00	-3.400,00	-3.748,50	-3.935,93	-14.484,43
10000	RECURSOS ORDINARIOS	-3.400,00	-3.400,00	-3.748,50	-3.935,93	-14.484,43
91722000000000	(R)DED RECEITA DE TRANSFEREN	-1.053.000,00	-1.085.200,00	-1.160.932,50	-1.218.979,13	-4.518.111,63
91722010000000	(R)DED REC DE TRANSFERENCIA	-1.053.000,00	-1.085.200,00	-1.160.932,50	-1.218.979,13	-4.518.111,63
91722010100000	(R)DEDUCAO DA RECEITA DO ICM	-860.000,00	-838.000,00	-948.150,00	-995.557,50	-3.641.707,50
10000	RECURSOS ORDINARIOS	-860.000,00	-838.000,00	-948.150,00	-995.557,50	-3.641.707,50
91722010200000	(R)DEDUCAO DA REC. DA COTA-PA	-184.000,00	-238.000,00	-202.860,00	-213.003,00	-837.863,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	-184.000,00	-238.000,00	-202.860,00	-213.003,00	-837.863,00
91722010400000	(R)DEDUCAO DA RECEITA DO IPI	-9.000,00	-9.200,00	-9.922,50	-10.418,63	-38.541,13
10000	RECURSOS ORDINARIOS	-9.000,00	-9.200,00	-9.922,50	-10.418,63	-38.541,13
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>57.181.340,00</b>	<b>81.450.500,00</b>	<b>63.033.018,99</b>	<b>66.194.548,58</b>	<b>267.859.407,57</b>

## Resumo Por Vínculo

Vínculo	Descrição Vínculo	Valor Ano: 2014	Valor Ano: 2015	Valor Ano: 2016	Valor Ano: 2017	Valor Global
10000	RECURSOS ORDINARIOS	16.921.264,45	29.376.578,05	18.789.478,50	19.738.831,04	84.826.152,04
10025	FUNREBOM	60.000,00	120.000,00	66.150,00	69.457,50	315.607,50
10026	SANEAMENTO BÁSICO	280.000,00	360.000,00	308.700,00	324.135,00	1.272.835,00
10028	REC ORDIN HONORARIOS DE SUCUM	75.000,00	200.000,00	82.687,50	86.821,88	444.509,38
10042	ROYALTIES LF 9478	4.100.000,00	0,00	4.520.250,00	4.746.262,50	13.366.512,50
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF.	6.048.983,75	11.844.674,80	6.619.518,79	6.950.494,74	31.463.672,08
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF.	7.186.551,80	13.699.647,15	7.829.466,35	8.220.939,63	36.936.604,93
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS	6.648.000,00	7.395.000,00	7.329.420,00	7.695.891,00	29.068.311,00
11600	CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO DO	45.000,00	2.000,00	49.612,50	52.093,13	148.705,63
11700	CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO SER	1.180.000,00	1.600.000,00	1.300.950,00	1.365.997,50	5.446.947,50
14400	FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO	190.000,00	155.000,00	209.475,00	219.948,75	774.423,75
15400	CONVENIO TRANSITO - MILITAR	32.200,00	23.674,00	35.500,50	37.275,52	128.650,02
15500	CONVENIO TRANSITO - CIVIL	32.200,00	23.674,00	35.500,50	37.275,52	128.650,02
15600	CONVENIO TRANSITO - PREFEITURA	27.600,00	20.292,00	30.429,00	31.950,45	110.271,45
16600	VIGILANCIA EM SAUDE	75.000,00	75.000,00	82.687,50	86.821,88	319.509,38
17800	FIA Demais Recursos	6.000,00	2.000,00	6.615,00	6.945,75	21.560,75
18900	ALIENACOES DE BENS DESTINADOS	10.000,00	12.000,00	11.025,00	11.576,25	44.601,25
21800	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB	10.295.000,00	11.690.000,00	11.350.237,50	11.917.749,38	45.252.986,88
24700	APOIO A PESSOA IDOSA - API	4.400,00	4.400,00	4.851,00	5.093,55	18.744,55

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 6 de 6

## Planilhas Planejamento

## Receitas Por Exercício

Plano Plurianual - PPA Ano Inicial: 2014 Ano Final: 2017 Versão PPA: 16

Conta	Descrição Conta	Valor Ano: 2014	Valor Ano: 2015	Valor Ano: 2016	Valor Ano: 2017	Valor Global
25000	PROGRAMA DE ERRADICACAO DO TRA	18.000,00	0,00	19.845,00	20.837,25	58.682,25
25201	PBF- PISO BASICO FIXO	54.000,00	78.000,00	59.535,00	62.511,75	254.046,75
25202	FEAS - FUNDO ESTADUAL A.S. SOCIAL	14.000,00	20.800,00	15.435,00	16.206,75	66.441,75
25203	FEAS - COFINANC. DE BENEFÍCIOS E	0,00	3.460,00	0,00	0,00	3.460,00
25204	FEAS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0,00	26.700,00	0,00	0,00	26.700,00
25205	SERV CONV E FORTAL VÍNCULO - SCF	0,00	135.000,00	0,00	0,00	135.000,00
25800	SALARIO EDUCACAO	945.000,00	1.270.000,00	1.041.862,50	1.093.955,63	4.350.818,13
26001	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Fundamental	113.000,00	142.000,00	124.582,50	130.811,63	510.394,13
26002	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Pré Escolar	22.000,00	44.000,00	24.255,00	25.467,75	115.722,75
26003	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Creche	35.000,00	46.000,00	38.587,50	40.516,88	160.104,38
26004	Prog. Nac. de Aliment. Escolar - EJA	10.200,00	13.000,00	11.245,50	11.807,78	46.253,28
26101	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal	25.940,00	39.000,00	28.598,85	30.028,79	123.567,64
26102	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Estadua	361.000,00	375.000,00	398.002,50	417.902,63	1.551.905,13
26301	Bolsa Familia	14.000,00	15.600,00	15.435,00	16.206,75	61.241,75
26302	IGD - SUAS	18.000,00	18.000,00	19.845,00	20.837,25	76.682,25
26401	Cofinanciamento da Atenção Básica	60.000,00	99.000,00	66.150,00	69.457,50	294.607,50
26402	NASF SC COFINANCIAMENTO ATEN.B	96.000,00	240.000,00	105.840,00	111.132,00	552.972,00
26403	Atenção Básica - PAB FIXO	350.000,00	408.000,00	385.875,00	405.168,75	1.549.043,75
26404	Atenção Básica - PSF	428.000,00	428.000,00	471.870,00	495.463,50	1.823.333,50
26405	Atenção Básica - PACS	396.000,00	422.000,00	436.590,00	458.419,50	1.713.009,50
26406	Atenção Básica - PSE - Prog Sau Escola	34.000,00	34.000,00	37.485,00	39.359,25	144.844,25
26407	Atenção Básica - PMAQ/AB	306.000,00	306.000,00	337.365,00	354.233,25	1.303.598,25
26501	MAC/SAMU	150.000,00	150.000,00	165.375,00	173.643,75	639.018,75
26502	MAC / SE	300.000,00	300.000,00	330.750,00	347.287,50	1.278.037,50
26503	MAC / ESTADUAL	49.000,00	49.000,00	54.022,50	56.723,63	208.746,13
26601	Vigilância em Saúde - Epidemiológica	29.000,00	29.000,00	31.972,50	33.571,13	123.543,63
26602	Vigilância em Saúde - Sanitária	10.000,00	10.000,00	11.025,00	11.576,25	42.601,25
26701	Assistência Farmacêutica Básica Estadual	67.000,00	67.000,00	73.867,50	77.560,88	285.428,38
26702	Assistência Farmacêut. Básica - FEDERAL	59.000,00	78.000,00	65.047,50	68.299,88	270.347,38
<b>Total</b>		<b>57.181.340,00</b>	<b>81.450.500,00</b>	<b>63.033.018,99</b>	<b>66.194.548,58</b>	<b>267.859.407,57</b>





MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

Programas Detalhados

Página 1 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

PROGRAMA DE GOVERNO:

0001- GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

PROVER RECURSOS PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, DESTINADOS À INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA NOVA SEDE PRÓPRIA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, BEM COMO PARA DAR CONTINUIDADE A FINALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA MESMA. AMPLIAR A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO.

DIRETRIZES:

GARANTIR O BOM FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, DANDO CONDIÇÕES AOS PARLAMENTARES PARA LEGISLAREM SOBRE MATÉRIAS DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL, POR MEIO DE PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL. DESENVOLVER AÇÕES DE FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO NO CAMPO ADMINISTRATIVO, DE GESTÃO DE PESSOAS E DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, QUE VISAM ASSEGURAR O MELHOR ATENDIMENTO AS FUNÇÕES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS DE ATUAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ.

OBJETIVOS:

DAR SUPORTE ÀS ATIVIDADES DO ÓRGÃO, MANTENDO AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS E DE FISCALIZAÇÃO.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2001	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	Atividades do exercício	Div	4,0000	9.269.250,00 150.000,00	10000 10028
TOTAL DO PROGRAMA			0001		9.419.250,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE ITAPOA

Programas Detalhados

Página 2 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

PROGRAMA DE GOVERNO:

0002- GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

GERENTE DO PROGRAMA:

LUIS CARLOS ZAGONEL

DIAGNÓSTICO:

ESTA PASTA DESENVOLVE ATIVIDADES MEIO

DIRETRIZES:

OBJETIVOS:

ASSEGURAR A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, EDITAR ATOS NORMATIVOS E DAR SUSTENTÇÃO ÀS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1001 PARCERIA C/ ESTADO P/ IMPLANTAÇÃO DA CIA POLÍCIA MILITAR	Edificação	UN	1,0000	200,00	10000
2004 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	Atividades do exercício	Div	4,0000	1.412.841,25	10000
2005 FOLHA DE PAGAMENTO DO GABINETE DO PREFEITO	Salários	Servid.	40,0000	2.824.403,62	10000
2006 CONTRATAÇÃO DE ESTAGÁRIOS	Aluno	Alun.	140,0000	1.047.632,50	10000
2007 CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA	CONSÓRCIO	UN	4,0000	23.430,68	10000
2008 CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	Convenios	UN	4,0000	218.006,25	10000
2010 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO	Atividades do exercício	Div	4,0000	91.668,22	10000
2011 FOLHA DE PAGAMENTO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO	Salários	Servid.	4,0000	910.805,37	10000
TOTAL DO PROGRAMA 0002				6.528.987,89	

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE ITAPOA

Programas Detalhados

Página 3 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

PROGRAMA DE GOVERNO:

0003- GESTÃO GERENCIAL E ADMINISTRATIVA

GERENTE DO PROGRAMA:

MARIA IZABEL BLANSKI

DIAGNÓSTICO:

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL INSTALADA, NECESSITANDO DE ALGUMAS IMPLEMENTAÇÕES E READEQUAÇÕES

DIRETRIZES:

REALIZAR UMA ESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DE ACORDO COM AS NOVAS LEGISLAÇÕES E NECESSIDADES DO MUNICÍPIO E OPORTUNIZAR CAPACITAÇÕES TÉCNICAS AOS

SERVIDORES E AGENTES PÚBLICOS.

OBJETIVOS:

ASSEGURAR A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO, PRODUIR INFORMAÇÕES GERENCIAIS PARA TOMADA DE DECISÕES, E FOMENTAR O CONTROLE INTERNO PÚBLICO.

	AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2002	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA	Atividades do exercício	Div	4,0000	21.300,62	10000
2003	FOLHA DE PAGAMENTO DA CONTROLADORIA INTERNA	Salários	Servid.	8,0000	734.128,56	10000
2009	SUBVENÇÃO SOCIAL	SUBVENÇÃO SOCIAL	UN	4,0000	289.306,87	10000
2015	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	Atividades do exercício	Div	4,0000	5.296.658,05 3.260.125,00 774.423,75 44.601,25	10000 10042 14400 18900
2016	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	Salários	Servid.	148,0000	5.633.653,12	10000
2017	CONVÊNIO DA LEGISLAÇÃO DO TRÂNSITO	Convênios	UN	4,0000	128.650,02 128.650,02 110.271,45	15400 15500 15600

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**

**Programas Detalhados**

Página 4 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

2018	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	Atividades do exercício	Div	4,0000	3.814.112,50	10000
2019	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	Salários	Servid.	88,0000	5.513.924,12	10000
TOTAL DO PROGRAMA 0003					25.749.805,33	

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

Programas Detalhados

Página 5 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

PROGRAMA DE GOVERNO:

0004 PLANEJAMENTO URBANÍSTICO

GERENTE DO PROGRAMA:

MARCIO ROBERTO GONZATTO

DIAGNÓSTICO:

O MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, PELA SUA EXTENSÃO TERRITORIAL E PRINCIPALMENTE PELA EXTENSÃO DE SUA ORLA, DIFICULTA SOBREMANEIRA OS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO. ALIADO A ISSO, TEMOS TAMBÉM O GRANDE NÚMERO DE BALNEÁRIOS APROVADOS (72) QUE PRODUZIRAM CERCA DE 50 MIL LOTES URBANOS NA PLANTA DE CADASTRO MUNICIPAL. ESTES FATORES LEVAM A OCUPAÇÃO ISOLADA DE IMÓVEIS, OBRIGANDO A PMI A DOTÁ-LOS DA INFRAESTRUTURA MÍNIMA DE UTILIZAÇÃO, SOBRECARREGANDO O TRABALHO DE MANUTENÇÃO. COMO OS BALNEÁRIOS EXISTENTES NÃO FORAM APROVADOS EM SEQUÊNCIA, SUAS ITERLIGAÇÕES FORAM PREJUDICADAS, DIFICULTANDO O PLANEJAMENTO E A MOBILIDADE URBANA.

DIRETRIZES:

PROPORCIONAR AO PLANO VIÁRIO URBANO, CONDIÇÕES DE URBANIZAÇÃO QUE PADRONIZEM OS SISTEMAS DE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE.

OBJETIVOS:

INVESTIR EM AÇÕES, QUE LEVEM AO EMBELEZAMENTO DAS VIAS E ADJASCÊNCIAS, FAZENDO COM QUE OS ARRUAIMENTOS SEJAM DOTADOS DE CONDIÇÕES IDEIAIS, DENTRO DOS PADRÕES URBANOS DAS CIDADES. ATUAR TAMBÉM EM PROJETOS VOLTADOS À REVITALIZAÇÃO DE SISTEMAS VIÁRIOS PRIORITÁRIOS E SISTEMATIZAÇÃO EFICIENTES DOS ATUALMENTE UTILIZADOS.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1002	ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA AV DO COMÉRCIO	Urbanização	UN	1,0000	100.100,00	10000
1003	PAVIMENTAÇÃO DA AV. BRASIL	Asfalto	M2	14.085,0000	100,00	10000
1004	PAVIMENTAÇÃO DA AV. ANA MARIA RODRIGUES DE FREITAS	Asfalto	M2	8.970,0000	100,00	10000
1005	PAVIMENTAÇÃO DA AV. ZILDA ARNS NEUMANN	Asfalto	M2	1.000,0000	100,00	10000
1006	PAVIMENTAÇÃO E CALÇADAS ADJASCENTES DA AV. BEIRA MAR 04	Asfalto	M2	9.504,0000	100,00	10000
1039	CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DA AV DAS NAÇÕES, NO BALNEÁRIO ITAPOÁ	Obra Concluida	UN	1,0000	200.000,00	10000
2020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	Atividades do exercício	Div	4,0000	393.411,25	10000
2021	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	Salários	Servid.	16,0000	1.141.383,25	10000
2022	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO	Atividades do exercício	Div	4,0000	328.208,75	10000

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE ITAPOA

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

Página 6 de 33

2023	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO	Salários	Servid.	12,0000	673.123,12	10000
2024	IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO PROJETO ORLA	Atividades do exercício	Div	3,0000	65.202,50	10000
2025	CALÇADAS E ACESSIBILIDADE PARA O PEDESTRE	Calçadas	UN	4,0000	426,01	10000
2162	ELABORAÇÃO DE PROJETO E IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDADE	PROJETO	UN	1,0000	100,00	10000
TOTAL DO PROGRAMA 0004					2.902.354,88	

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento



**MUNICÍPIO DE ITAPOA****Programas Detalhados**

Página 7 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

**PROGRAMA DE GOVERNO:****0005- ASSISTÊNCIA SOCIAL**

GERENTE DO PROGRAMA:

ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA

DIAGNÓSTICO:

DEVIDA A QUANTIDADE DE HABITANTES, O MUNICÍPIO É DE ATENÇÃO BÁSICA, POSSUI UM CRAS E UMA EQUIPE DE ATENDIMENTO.

DIRETRIZES:

1. DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA, CABENDO A COORDENAÇÃO E AS NORMAS GERAIS À ESFERA FEDERAL E A COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DOS RESPECTIVOS PROGRAMAS ÀS ESFERAS ESTADUAL E MUNICIPAL, BEM COMO A ENTIDADES BENEFICENTES E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, GARANTINDO O COMANDO ÚNICO DAS AÇÕES EM CADA ESFERA DE GOVERNO, RESPEITANDO - SE AS DIFERENÇAS E AS CARACTERÍSTICAS SÓCIO - TERRITORIAIS LOCAIS;

2. PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO, POR MEIO DE ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS, NA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS E NO CONTROLE DAS AÇÕES EM TODOS OS NÍVEIS;

3. PRIMAZIA DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO NA CONDUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CADA ESFERA DE GOVERNO;

4. CENTRALIDADE NA FAMÍLIA PARA A CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS, SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS.

OBJETIVOS:

PROVER SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E, OU ESPECIAL PARA FAMÍLIAS, INDIVÍDUOS E GRUPOS QUE DELE NECESSITAREM; CONTRIBUIR COM A INCLUSÃO E A EQUIDADE DOS USUÁRIOS E GRUPOS ESPECÍFICOS, AMPLIANDO O ACESSO AOS BENS E SERVIÇOS SÓCIO - ASSISTENCIAIS BÁSICOS E ESPECIAIS, EM ÁREAS URBANA E RURAL; E

ASSEGURAR QUE AS AÇÕES NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL TENHAM CENTRALIDADE NA FAMÍLIA, E QUE GARANTAM A CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1034	CONSTRUÇÃO DO ABRIGO PROVISÓRIO	Edificação	UN	1,0000	210.250,00	10000
1043	CONSTRUÇÃO COZINHA INDUSTRIAL	Edificação	UN	1,0000	10.000,00	10000
2122	MANUTENÇÃO DO FMAS	Atividades do exercício	Div	4,0000	559.053,00 61.241,75	10000 26301
2123	MANUTENÇÃO DO CRAS	Atividades do exercício	Div	4,0000	29.820,87 26.700,00 135.000,00 76.682,25	10000 25204 25205 26302
2124	MANUTENÇÃO DO ABRIGO PROVISÓRIO	Atividades do exercício	Div	4,0000	263.006,25 66.441,75	10000 25202

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ****Programas Detalhados**

Página 8 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

		Atividades do exercício	Div			
2125	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	Atividades do exercício	Div	4,0000	74.682,25	10000
2126	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	Atividades do exercício	Div	4,0000	127.803,75	10000
2127	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	PROGRAMA	UN	4,0000	386.208,75 3.460,00	10000 25203
2128	PROGRAMA DE ATENDIMENTO DOMICILIAR AO IDOSO/DEFICIENTE	PROGRAMA	UN	4,0000	42.601,25 18.744,55	10000 24700
2129	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DOS CONSELHOS	Atividades do exercício	Div	4,0000	26.300,62	10000
2130	PROGRAMA AÇÃO DIRETA COM AS FAMÍLIAS - PAIF	PROGRAMA	UN	4,0000	254.046,75 0,00	25201 65201
2131	PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI	PROGRAMA	UN	3,0000	3.260,12 58.682,25	10000 25000
2132	PROGRAMA DE MEDIDA SÓCIA EDUCATIVA - PMSE	PROGRAMA	UN	4,0000	31.300,62	10000
2143	FOLHA DE PAGAMENTO DO FMAS	Salários	Servid.	60,0000	2.911.565,62	10000
2146	CONVÊNIO COM A COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO SAMAMBAIAL	Convênios	UN	4,0000	96.000,00	10000
TOTAL DO PROGRAMA 0005					5.472.852,40	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

Programas Detalhados

Página 9 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

PROGRAMA DE GOVERNO:

0006- ITAPOÁ TURÍSTICA "VIVA ESTA CIDADE"

GERENTE DO PROGRAMA:

CONRADO SCHNEIDER JUNIOR

DIAGNÓSTICO:

A FALTA DE POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO, ATRAPALHOU O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO. ORDENAR E IMPLANTAR A POLÍTICA TURÍSTICA EM ACORDO COM OS PLANOS FEDERAL, ESTADUAL E REGIONAL, ALAVANCARÁ O SEGMENTO, INCENTIVANDO O INVESTIMENTO DO TRADE.

DIRETRIZES:

OBJETIVOS:

DESENVOLVER O TURISMO NO MUNÍPIO

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1018	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURA TURÍSTICA	Edificação	UN	8,0000	733.816,25	10000
1019	CONSTRUÇÃO DE PÓRTICO	Obra Concluída	UN	6,0000	326,01	10000
1020	URBANIZAÇÃO DAS 3 PEDRAS	Urb. Orla	UN	1,0000	100,00	10000
2051	MANUTENÇÃO DO FUNDETUR	Atividades do exercício	Div	4,0000	328.428,37	10000
2052	FOLHA DE PAGAMENTO DO FUNDETUR	Salários	Servid.	4,0000	336.249,25	10000
2053	DIVULGAÇÃO TURÍSTICA	Atividades do exercício	Div	4,0000	42.701,25	10000
2054	REALIZAÇÃO E APOIO A EVENTOS TURÍSTICOS	Atividades do exercício	Div	4,0000	177.703,75	10000
2157	APOIO AO EVENTO CLUBE TRILHEIROS ITALAMIA	Eventos	UN	1,0000	1,00	10000
TOTAL DO PROGRAMA 0006					1.619.325,88	

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**

**Programas Detalhados**

Página 10 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

**PROGRAMA DE GOVERNO:**

**0007- DESBURECRATIZAÇÃO DO SISTEMA AMBIENTAL**

GERENTE DO PROGRAMA:

CONRADO SCHNEIDER JUNIOR

DIAGNÓSTICO:

SISTEMA AMBIENTAL MUITO BUROCRÁTICO

DIRETRIZES:

AS AÇÕES DESTA PASTA SERÃO REALIZADAS PARA O CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL DO MUNICÍPIO CONCOMITANDO COM A DESBURECRATIZAÇÃO DO SISTEMA DE FORMA LEGAL.

OBJETIVOS:

DESBURECRATIZAR O SISTEMA AMBIENTAL E IMPLANTAR ROTAS ECOLÓGICAS E TURÍSTICAS

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1021	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS PARA ROTAS ECOLÓGICAS	Obra Concluída	UN	4,0000	101.132,87	10000
1022	DESASSOREAMENTO E DRAGAGEM DE RIOS	Atividades do exercício	Div	4,0000	21.300,62	10000
1023	IMPLANTAÇÃO DE PARQUES ECOLÓGICOS	PARQUE ECOLÓGICO	UN	4,0000	639,00	10000
1044	CONSTRUÇÃO DE CERCA NOS LIMITES DO PARQUE CARIJOS	CONSTRUÇÃO DE CERCA	UN	1,0000	50.000,00	10000
2055	ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS	Proj.Concluído	UN	8,0000	33.140,50	10000
2056	MANUTENÇÃO DO FMMA	Atividades do exercício	Div	4,0000	278.486,46	10000
2057	FOLHA DE PAGAMENTO DO FMMA	Salários	Servid.	16,0000	775.199,28	10000
2058	CONTROLE DE ZOONOSE DE ANIMAIS	Atividades do exercício	Div	4,0000	39.341,12	10000
2059	MANUTENÇÃO E REFORMA DE ESTRUTURAS PARA ROTAS ECOLÓGICAS	Atividades do exercício	Div	3,0000	10.269,38	10000
2060	PROJETOS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Atividades do exercício	Div	4,0000	23.040,50	10000
2061	EDUCAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	Atividades do exercício	Div	4,0000	8.520,25	10000
2062	EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	Atividades do exercício	Div	4,0000	14.520,25	10000
2063	MANUTENÇÃO E SEGURANÇA ESTRUTURAL DE PARQUES	Atividades do exercício	Div	4,0000	56.121,50	10000
2064	MONITORAMENTO DO PROCESSO EROSIVO	Atividades do exercício	Div	4,0000	34.081,00	10000

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**

**Programas Detalhados**

Página 11 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

2065	MONITORAMENTO E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL	Atividades do exercício	Div	4,0000	32.780,37	10000
2066	RECOMPOSIÇÃO DA MATA CILIAR DOS RIOS DO MUNICÍPIO	Mata Ciliar Recompоста	UN	4,0000	24.400,62	10000
2144	IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE CARIJÓS	PROJETO	UN	2,0000	800,00	10000
2160	IMPLANTAÇÃO DO PARQUE LINEAR DE PRESERVAÇÃO DO RIO SÃO MIRIM E SÃO GUAÇU	Mata Ciliar Recompоста	UN	2,0000	1,00	10000
TOTAL DO PROGRAMA 0007					1.503.774,72	

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE ITAPOA

Programas Detalhados

Página 12 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

PROGRAMA DE GOVERNO:

0008- RESGATANDO NOSSA CULTURA

GERENTE DO PROGRAMA:

CONRADO SCHNEIDER JUNIOR

DIAGNÓSTICO:

DIRETRIZES:

AS AÇÕES DESTA PASTA ESTÃO FUNDAMENTADAS EM TRÊS PARTES: ESTRUTURAÇÃO DO CENTRO CULTURAL, REALIZAÇÃO DE EVENTOS E ESCOLA CULTURAL.

OBJETIVOS:

RESGATAR A CULTURA LOCAL, APOIAR E VALORIZAR O ARTISTA E ARTESÃO ITAPOAENSE E PROPAGAR A DIVERSIDADE CULTURAL

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1024	ESTRUTURAÇÃO DA CASA DA CULTURA	Equipamento	Div	3,0000	97.803,75	10000
1025	IMPLANTAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO	Proj.Concluído	UN	1,0000	21.300,62	10000
2067	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	Atividades do exercício	Div	4,0000	376.289,75	10000
2068	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	Salários	Servid.	20,0000	583.556,12	10000
2069	MANUTENÇÃO DA CASA DA CULTURA	Atividades do exercício	Div	4,0000	62.601,25	10000
2070	PROMOÇÃO E APOIO A EVENTOS CULTURAIS	Eventos	UN	16,0000	192.803,75	10000
2071	ESCOLA DE DIVERSIDADE CULTURAL	Atividades do exercício	Div	4,0000	29.300,62	10000
2072	VALORIZAÇÃO DO ARTISTA E ARTESÃO LOCAL	Atividades do exercício	Div	4,0000	36.300,62	10000
2073	RESGATE DA CULTURA LOCAL	Atividades do exercício	Div	4,0000	31.300,62	10000
TOTAL DO PROGRAMA 0008					1.431.257,10	

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento





MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

Programas Detalhados

Página 13 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

PROGRAMA DE GOVERNO:

0009- ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

GERENTE DO PROGRAMA:

VALDECIR DE SOUZA

DIAGNÓSTICO:

A SECRETARIA HOJE, NÃO DISPÕE DE ORÇAMENTO, DE MAQUINÁRIO, EQUIPAMENTOS, PESSOAL E MATERIAL SUFICIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO.

DIRETRIZES:

AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS, EQUIPAMENTOS, CONTRATAÇÃO DE PESSOAL , CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES E AUMENTO DE RECURSOS PARA INVESTIMENTOS NA ÁREA.

OBJETIVOS:

GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS NECESSÁRIOS À INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1026	ESTAÇÃO RODOVIÁRIA	Convenios	UN	1,0000	100,00	10000
1027	CICLOVIAS	Proj.Concluido	UN	4,0000	426,01	10000
1028	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS	Asfalto	M3	2.332,0000	1.541.043,75	10000
1038	ELABORAÇÃO DE UM PLANO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS	PLANO MUNICIPAL	UN	3,0000	45.000,00	10000
2074	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS	Atividades do exercício	Div	4,0000	2.364.973,30	10000
2075	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS	Salários	Servid.	60,0000	1.304.050,00	10042
2076	ENSAIBRAMENTO DE VIAS PÚBLICAS	Saibro	M3	44.500,0000	2.700.872,50	10000
					1.402.025,00	10000
					652.025,00	10042
					148.705,63	11600
2077	AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS	Atividades do exercício	Div	4,0000	1.878.037,50	10000
					2.608.100,00	10042
2078	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Atividades do exercício	Div	4,0000	2.354.050,00	10000
					1.630.062,50	10042
2079	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Salários	Servid.	56,0000	2.700.872,50	10000
2080		Atividades do exercício	Div	4,0000	197.803,75	10000

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento



**MUNICÍPIO DE ITAPOA**

**Programas Detalhados**

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

Página 14 de 33

ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO							
CEMITÉRIO DA JACA							
2081	REDE PÚBLICA DE ILUMINAÇÃO	Atividades do exercício	Div	4,0000	5.446.947,50	11700	
2147	ENSAIBRAMENTO DAS RUAS JOAQUIM PERES, VALTER CRISANTO E JOSÉ DA SILVA PACHECO	RUAS	UN	3,0000	100.000,00	10000	
2161	HORAS MÁQUINAS	HORAS MÁQUINAS	UN	1,0000	8.000,00	10000	
TOTAL DO PROGRAMA 0009					27.083.094,94		

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**

**Programas Detalhados**

Página 15 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

**PROGRAMA DE GOVERNO:**

**0010- SANEAMENTO BÁSICO**

GERENTE DO PROGRAMA:

VALDECIR DE SOUZA

DIAGNÓSTICO:

A DEMANDA É MUITO GRANDE COM RELAÇÃO A SERVIÇOS DE DRENAGEM, MANUTENÇÃO DE VALAS E RIOS. O FATO DE NÃO DISPORMOS DE ORÇAMENTO, MAQUINÁRIOS, SERVIDORES E MATERIAL SUFICIENTE PARA SANAR ESTES PROBLEMAS, CAUSA UM DESCONTENTAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO.

DIRETRIZES:

AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS, EQUIPAMENTOS; CONTRATAÇÃO DE PESSOAL , CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES E AUMENTO DE RECURSOS PARA INVESTIMENTOS NA ÁREA.

OBJETIVOS:

GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2082	MANUTENÇÃO DO FMSB	Atividades do exercício	Div	4,0000	21.300,62	10000
2083	LIMPEZA PÚBLICA URBANA	Atividades do exercício	SERV	4,0000	2.429.935,50 326.012,50 1.304.050,00	10000 10026 10042
2084	MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Lixo	SERV	4,0000	3.492.866,25 391.215,00 2.282.087,50	10000 10026 10042
2085	IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS	Drenagem	Div	4,0000	499.018,75 163.006,25 326.012,50	10000 10026 10042
2086	MANUTENÇÃO E PRESERVAÇÃO DO RIO SAÍ MIRIM	Atividades do exercício	Div	4,0000	192.601,25	10026
2156	DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS	Drenagem	KM	4,0000	190.000,00 200.000,00	10000 10026
TOTAL DO PROGRAMA 0010					11.818.106,12	

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

Programas Detalhados

Página 16 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

PROGRAMA DE GOVERNO:

0011- PROGRAMA DE ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

GERENTE DO PROGRAMA:

ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA

DIAGNÓSTICO:

POSSUI UMA EQUIPE DE ATENDIMENTO NO CRAS E CONSELHO TUTELAR ESTRUTURADO

DIRETRIZES:

criação e implantação de ações, programas, projetos e capacitações para conselheiros, visando a orientação, a educação e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes, viabilizando ações de cunho social e pedagógico.

OBJETIVOS:

OBJETIVA A UTILIZAÇÃO DO RECURSO PARA CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES, PROGRAMA, PROJETOS E CAPACITAÇÕES PARA CONSELHEIROS, VISANDO A ORIENTAÇÃO, A EDUCAÇÃO E O FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, VIABILIZANDO AÇÕES DE CUNHO SOCIAL E PEDAGÓGICO, CONTRIBUINDO ASSIM, PARA A FORMAÇÃO DO CIDADÃO, AO MESMO TEMPO EM QUE PROCURA GARANTIR O CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, NÃO SUBSTITUINDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE OBRIGATORIEDADE MUNICIPAL.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2087	CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS DO FIA	Pessoas	UN	24,0000	4.260,12	10000
2088	MANUTENÇÃO DO FIA	Atividades do exercício	Div	4,0000	21.300,62	10000
2089	AÇÃO DIRETA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES	PROGRAMA	UN	4,0000	25.300,62	10000
TOTAL DO PROGRAMA 0011					72.422,11	17800

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE ITAPOA

Programas Detalhados

Página 17 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

PROGRAMA DE GOVERNO:

0012- PROGRAMA DE INCENTIVO AO AGRICULTOR FAMILIAR E AO PESCADOR ARTESANAL

GERENTE DO PROGRAMA:

JOAREZ ANTONIO SANTIN

DIAGNÓSTICO:

DIRETRIZES:

OBJETIVOS:

INCENTIVAR E APOIAR OS AGRICULTORES E PESCADORES EM SUAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1014	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS PARA A AGRICULTURA	Equipamento	UN	4,0000	426,01	10000
1015	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE PEIXE	Obra Concluída	UN	4,0000	47.601,25	10000
1016	CONSTRUÇÃO DE BARRAÇÃO PARA OFICINA E MANUTENÇÃO DE EMBARCAÇÃO	Obra Concluída	UN	2,0000	5.100,00	10000
1017	DESASSORIAMENTO E ABERTURA DO CANAL DO RIO SAI MIRIM	Canal do Rio Sai	UN	2,0000	50.000,00	10000
1040	CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL NO BALNEÁRIO ITAPEMA DO NORTE	Edificação	UN	1,0000	20.000,00	10000
2038	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	Atividades do exercício	Div	4,0000	311.908,12	10000
2039	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	Salários	Servid.	16,0000	809.440,87	10000
2040	FEIRAS AGRÍCOLAS	PROGRAMA	UN	2,0000	12.000,00	10000
2041	TRANSPORTE DE CALCÁRIO E AQUISIÇÃO DE ADUBOS E SEMENTES	PROGRAMA	UN	4,0000	45.601,25	10000
2042	HORAS MÁQUINAS NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DAS COMUNIDADES RURAIS	PROGRAMA	UN	4,0000	88.901,87	10000
2043	CONVÊNIOS MUNICIPAIS DE AGRICULTURA	Convênios	UN	8,0000	85.202,50	10000
2044		Atividades do exercício	Div	4,0000	426,01	10000

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**

**Programas Detalhados**

Página 18 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

	MELHORIA AO ACESSO ÀS PROPRIEDADES RURAIS						
2045	SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM	PROGRAMA	SERV	4,0000	10.520,25	10000	
2046	CONVÊNIO COM LABORATÓRIO	Convênios	UN	4,0000	17.040,50	10000	
2047	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PESCA	Atividades do exercício	Div	4,0000	172.584,12	10000	
2048	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE PESCA	Salários	Servid.	4,0000	165.364,50	10000	
2049	CONVÊNIOS MUNICIPAIS DE PESCA	Convênios	UN	8,0000	85.202,50	10000	
2050	DESENVOLVIMENTO DA PESCA ARTESANAL	Atividades do exercício	Div	4,0000	52.601,25	10000	
2149	FESTA DO AGRICULTOR	Eventos	UN	2,0000	15.000,00	10000	
2150	IMPLANTAÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS E VIVEIROS DE MUDAS	PROGRAMA	UN	5,0000	20.000,00	30000	
2151	INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR	PROGRAMA	UN	1,0000	6.000,00	10000	
2152	APOIO AO TURISMO RURAL	PROGRAMA	UN	1,0000	7.000,00	10000	
2153	APOIO À FESTA DO PESCADOR	Eventos	UN	1,0000	15.000,00	10000	
TOTAL DO PROGRAMA 0012					2.049.921,00		

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento





MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

Programas Detalhados

Página 19 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

PROGRAMA DE GOVERNO:

0013- ASSISTÊNCIA MÉDICA E SAÚDE PREVENTIVA

GERENTE DO PROGRAMA:

CRISTIAN ANGELO GRASSI

DIAGNÓSTICO:

O MUNICÍPIO DE ITAPOÁ ESTÁ LOCALIZADO NA REGIÃO NORTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM UMA POPULAÇÃO ESTIMADA DE 15658 HABITANTES (IBGE). ITAPOÁ VEM APRESENTANDO UM CRESCIMENTO POPULACIONAL BASTANTE SIGNIFICATIVO. POR SER UM MUNICÍPIO LITORÂNEO POSSUI UMA POPULAÇÃO FLUTUANTE O ANO INTEIRO, AUMENTANDO NA ÉPOCA DE VERANEIO, ONDE CHEGA A UMA ESTIMATIVA DE 150.000 HABITANTES, ORIUNDOS DE OUTROS MUNICÍPIOS E DE OUTROS ESTADOS, NOTADAMENTE DO PARANÁ, DIFICULTANDO ASSIM O ATENDIMENTO NA ÁREA DA SAÚDE, CONSIDERANDO-SE QUE A DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA NÃO SUPRE AS REAIS NECESSIDADES E DEMANDA DE ATENDIMENTO À SAÚDE DA POPULAÇÃO. O MUNICÍPIO POSSUI CINCO EQUIPES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, COM UMA COBERTURA DE 100% DA POPULAÇÃO. UMA EQUIPE DO NASF, UM PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS E UM CENTRO DE REABILITAÇÃO. ITAPOÁ REALIZA ATENDIMENTO NO QUE DIZ RESPEITO A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE, SENDO QUE OS DEMAIS PROCEDIMENTOS SÃO ENCAMINHADOS AO MUNICÍPIO DE REFERÊNCIA (JOINVILLE), OBEDECENDO UMA PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRADA. EM 2011 A SECRETARIA COMEÇOU A TRABALHAR EM GESTÃO PARTICIPATIVA, COM A CRIAÇÃO DA ESTRUTURA DE APOIO CONTÍNUO À GESTÃO, PROJETO MUNICIPAL, A SECRETARIA DE SAÚDE DESCENTRALIZOU A TOMADA DE DECISÕES NO NÍVEL DOS SETORES E UNIDADES, DANDO ASSIM MAIOR AUTONOMIA PARA A GESTÃO DOS SERVIÇOS E RESPONSABILIZANDO SEUS DIRIGENTES PELO DESEMPENHO DE SUAS AÇÕES.

DIRETRIZES:

A GESTÃO DA SAÚDE POSSUI COMO DIRETRIZ A QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO EM SAÚDE, ATRAVÉS DE UMA POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO BASEADA NAS NECESSIDADES DA COMUNIDADE. ITAPOÁ VEM SE PREPARANDO PARA ASSUMIR SUAS RESPONSABILIDADES SANITÁRIAS, CONSTRUINDO UMA POLÍTICA DE SAÚDE A PARTIR DAS REALIDADES REGIONAIS E CONFORME A NOVA LÓGICA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, QUE É O PACTO PELA SAÚDE. COM ISSO, REAFIRMANDO SEU COMPROMISSO PÚBLICO COM BASE NOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO SUS. AS AÇÕES DE PLANEJAMENTO POSSUEM ESPECIAL IMPORTÂNCIA NESTE PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO, NAS QUAIS AS NECESSIDADES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO DEVEM SER ADOPTADAS COMO CRITÉRIO PARA O PROCESSO DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, SENDO O PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE O INSTRUMENTO REFERENCIAL BÁSICO POR REFLETIR AS DIFERENTES REALIDADES LOCAIS.

OBJETIVOS:

PROMOVER A QUALIDADE DAS AÇÕES DE SAÚDE QUE FAVOREÇAM A INTEGRALIDADE, UTILIZANDO-SE DE COMPROMETIMENTO, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E ESTRUTURA ADEQUADA, VISANDO MELHORAR A VIDA DA POPULAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1033	CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	Obra Concluída	UN	4,0000	85,20	10200
2111	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	Atividades do exercício	Div	4,0000	103.243,00	26403
2112		PROGRAMA	UN	4,0000	1.289.018,75	10200

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento



# MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

## Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

Página 20 de 33

	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA				285.428,38 270.347,38	26701 26702
2113	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA	Atividades do exercício	Div	4,0000	218.000,00 294.607,50 194.763,25 160.000,00 544.012,50 144.844,25 877.585,75	10200 26401 26402 26403 26404 26406 26407
2114	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO	Atividades do exercício	Div	4,0000	180.405,00 146.803,75	10200 26503
2115	MANUTENÇÃO DO PA 24 HORAS	Atividades do exercício	Div	4,0000	939.949,87 214.104,37 626.012,50	10200 26501 26502
2116	REPASSE AO CIS / AMUNESC	CONSÓRCIO	UN	4,0000	622.937,75	10200
2117	PLANTÕES MÉDICOS	Atividades do exercício	SERV	4,0000	4.008.100,00 652.025,00	10200 26502
2118	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Atividades do exercício	Div	4,0000	3.149.191,77	10200
2119	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Atividades do exercício	Div	4,0000	21.235,42 123.543,63	10200 26601

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**

**Programas Detalhados**

Página 21 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

2120	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Atividades do exercício	Div	4,0000	123.901,88 42.601,25	16600 26602
2121	CONVÊNIO COM À ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE ITAPOÁ	Convenios	UN	4,0000	193.364,50	10200
2141	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO CMS	Atividades do exercício	Div	4,0000	31.300,62	10200
2142	FOLHA DE PAGAMENTO DO FMS	Salários	Servid.	584,0000	26.103.096,05 195.607,50 358.208,75 1.285.800,75 1.279.321,00 1.713.009,50 426.012,50 424.914,38 61.942,38	10200 16600 26402 26403 26404 26405 26407 26501 26503
2158	IMPLANTAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CAPS	Centro Médico	UN	1,0000	200.000,00	10200
TOTAL DO PROGRAMA 0013					47.505.326,08	

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

Programas Detalhados

Página 22 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

PROGRAMA DE GOVERNO:

0014 PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL

GERENTE DO PROGRAMA:

IARA CRISTINE DE OLIVEIRA HOEPFNER

DIAGNÓSTICO:

O PLANO PREVIDENCIÁRIO ATUALMENTE ESTÁ SUPERAVITÁRIO, MAS COM UM DÉFICIT DE R\$ 12.000.000,00 PARA VALORES FUTUROS

DIRETRIZES:

IMPLEMENTAÇÃO DE ALÍQUOTA SUPLEMENTAR DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, DE FORMA ESCALONADA, ATUALIZADA ANUALMENTE ATRAVÉS DO CÁLCULO ATUARIAL.

OBJETIVOS:

GARANTIR OS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2134 BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA	Atividades do exercício	Servid.	4,0000	10.150.312,50	10300
2135 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	Atividades do exercício	Servid.	4,0000	2.456.075,00	10300
2136 MANUTENÇÃO DO IPESI	Atividades do exercício	Div	4,0000	542.652,71 0,00	10300 30300
2137 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E CONSELHEIROS	Servidores e Agentes Públicos	UN	80,0000	63.901,90 0,00	10300 30300
2138 RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO IPESI	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	UN	4,0000	15.855.368,89	10300
TOTAL DO PROGRAMA 0014				29.068.311,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

Programas Detalhados

Página 23 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

PROGRAMA DE GOVERNO:

0015- CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ITAPOÁ

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

RECURSO PARA REEQUIPAMENTO, CUSTEIO E INVESTIMENTOS RELACIONADOS ÀS ATIVIDADES DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E SALVAMENTO DENTRO DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

DIRETRIZES:

PROPORCIONAR AOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA, CONDIÇÕES MÍNIMAS DE TRABALHO ASSEGURANDO O REEQUIPAMENTO, A MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA (QUARTEL) E DA FROTA, PERMITINDO O TREINAMENTO DA COMUNIDADE PARA AÇÕES VOLTADAS À PREVENÇÃO DE ACIDENTES E SINISTROS.

OBJETIVOS:

AMPLIAR, MODERNIZAR OU EDIFICAR UM NOVO QUARTEL CRIANDO UMA SEDE MAIOR QUE OFEREÇA CONDIÇÕES DE ABRIGAR OS EQUIPAMENTOS E VIATURAS QUE SERÃO ADQUIRIDOS, BEM COMO ESTABELECEER A SEDE DA DEFESA CIVIL, ALÉM DE OUTRAS AÇÕES RELACIONADAS AO MELHORAMENTO DA SEGURANÇA.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2139	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	Atividades do exercício	Div	4,0000	511.215,00 315.607,50 0,00	10000 10025 30000
TOTAL DO PROGRAMA			0015		826.822,50	

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ****Programas Detalhados**

Página 24 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

**PROGRAMA DE GOVERNO:****0016- ESPORTE PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE**

GERENTE DO PROGRAMA:

JOSE MARIA CALDEIRA

DIAGNÓSTICO:

SEM ESTRUTURAS ESPORTIVAS

DIRETRIZES:

IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS E EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER PARA TODAS AS IDADES.

OBJETIVOS:

INTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE ATRAVÉS DO ESPORTE, SAÚDE E EDUCAÇÃO, E PROMOÇÃO DOS ATLETAS MUNICIPAIS PARA O FUTURO.

	AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1007	CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTE NO PONTAL E BARRA DO SAÍ	Obra Concluída	UN	2,0000	150,00	10000
1008	CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTE MULTÍTIPO	Obra Concluída	UN	2,0000	150,00	10000
1009	CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E DE LAZER	Obra Concluída	UN	1,0000	376,01	10000
	CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E DE LAZER	Obra Concluída	UN	1,0000	376,01	10000
1010	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ESTRUTURAS ESPORTIVAS	Edificação	UN	4,0000	112.601,25	10000
1011	CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO DE QUADRA ESPORTIVA NA AV. DAS NAÇÕES	Edificação	UN	2,0000	50.100,00	10000
1012	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	Área	UN	4,0000	376,01	10000
1013	PROJETO VERÃO	Eventos	UN	1,0000	190.405,00	10000
1035	COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTE DO BAIRRO SAMAMBAIAL	Obra Concluída	UN	1,0000	100.000,00	10000
1041	CONSTRUÇÃO DE UM COMPLEXO ESPORTIVO NO BALNEÁRIO MARILUZ	Obra Concluída	UN	1,0000	50,00	10000
1042	CONSTRUÇÃO DE PISTA DE SKATE NO BAIRRO SAMAMBAIAL	Obra Concluída	UN	1,0000	54.800,00	10000
2030		Atividades do exercício	Div	4,0000	315.387,87	10000

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ****Programas Detalhados**

Página 25 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE						
2031	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	Salários	Servid.	8,0000	709.018,75	10000	
2032	INCENTIVO À PRÁTICA DESPORTIVAS DE PARA-ATLETAS NAS DIVERSAS MODALIDADES E DE OUTRAS ATIVIDADES FÍSICAS	Atividades do exercício	Div	4,0000	293.607,50	10000	
2033	REALIZAÇÃO E APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS	Atividades do exercício	UN	4,0000	155.803,75	10000	
2034	MANUTENÇÃO E REFORMA DE ESTRUTURAS ESPORTIVAS	Div.	Div	4,0000	110.202,50	10000	
2035	INCENTIVO AO VOLEIBOL E AO ESPORTE AMADOR E PROFISSIONAL EM GERAL	Atividades do exercício	Div	4,0000	159.803,75	10000	
2036	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LAZER	Atividades do exercício Div.	Div UN	1,0000 3,0000	131.503,12	10000	1
2037	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE LAZER	Salários Servidores e Agentes Públicos	Servid. UN	1,0000 3,0000	231.497,68	10000	
2148	IMPLANTAÇÃO DE CONVÊNIO COM A LIGA MUNICIPAL DE FUTEBOL	Convênios	UN	4,0000	120.000,00	10000	
2154	GINCAMA ESPORTIVA, DE LAZER E CULTURAL EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DE ITAPOÁ	Eventos	UN	1,0000	15.000,00	10000	
2155	INCENTIVO À PRÁTICA DE LAZER E ESPORTE	Eventos	UN	6,0000	35.000,00	10000	
TOTAL DO PROGRAMA 0016					2.785.833,19		

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

Programas Detalhados

Página 26 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

PROGRAMA DE GOVERNO:

0017- PROCURADORIA JURÍDICA

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A PROCURADORIA JURÍDICA É RESPONSÁVEL PELO ASSESSORAMENTO AO PREFEITO E VICE-PREFEITO, SECRETARIAS E DEMAIS ÓRGÃOS DA MUNICIPALIDADE, BEM COMO RESPONSÁVEL PELO AJUIZAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS EXECUÇÕES FISCAIS E DO CONTENCIOSO MUNICIPAL E PELOS PARECERES EM LICITAÇÕES E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS QUE TRAMITAM EM QUALQUER ÓRGÃO OU GRAU DE JURISDIÇÃO. ATUALMENTE, EXISTEM AJUIZADOS 26.566 (VINTE E SEIS MIL E QUINHENTOS E SESSENTA E SEIS) PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITAPOÁ E 13.225 (TREZE MIL, DUZENTOS E VINTE E CINCO) PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADOS PERANTE A VARA VIRTUAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, E APROXIMADAMENTE 300 PROCESSOS DO CONTENCIOSO AJUIZADOS EM FACE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

DIRETRIZES:

ALÉM DO ACOMPANHAMENTO E DEFESA JUDICIAL DA MUNICIPALIDADE, E DA CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO NAS LICITAÇÕES E DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, O FOCO DOS TRABALHOS É A MELHORA NO AJUIZAMENTO E ANDAMENTO DAS EXECUÇÕES FISCAIS, O QUE RESULTA EM AUMENTO DE RECEITA PARA O MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, POR MEIO DE LEILÕES E OUTROS ATOS QUE RESULTAM EM SUCESSO DOS PLEITOS EXECUTIVOS MUNICIPAIS

OBJETIVOS:

SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2012	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA	Atividades do exercício	Div	4,0000	360.810,00	10000
2013	FOLHA DE PAGAMENTO DA PROCURADORIA JURÍDICA	Salários	Servid.	20,0000	1.387.083,43	10000
2014	HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	Atividades do exercício	UN	4,0000	294.509,38	10028
2145	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE DEFESA DO CONSUMIDOR	PROGRAMA	UN	1,0000	400,00	10000
TOTAL DO PROGRAMA 0017					2.042.802,81	

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**

**Programas Detalhados**

Página 27 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

**PROGRAMA DE GOVERNO:**

**0018- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO**

GERENTE DO PROGRAMA:

JOSENI VIEIRA BERNARDI

DIAGNÓSTICO:

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM FASE INICIAL, E POUCA OFERTA DE EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

DIRETRIZES:

DESENVOLVER POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E À QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO CIDADÃO

OBJETIVOS:

GERAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MUNICIPAL, GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS CIDADÃOS.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO	Atividades do exercício	Div	4,0000	68.901,87	10000
2027	FOLHA DE PAGAMENTO DO DPTO DE DESENVOLVIMENTO	Salários	Servid.	12,0000	481.267,18	10000
2028	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Atividades do exercício	Div	4,0000	78.901,87	10000
2029	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Salários	Servid.	12,0000	574.267,18	10000
TOTAL DO PROGRAMA 0018					1.203.338,10	

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento



**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**

**Programas Detalhados**

Página 28 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

**PROGRAMA DE GOVERNO:**

**0019- RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

GERENTE DO PROGRAMA:

MARIA IZABEL BLANSKI

DIAGNÓSTICO:

RESERVA DE RECURSOS EM CUMPRIMENTO À LRF

DIRETRIZES:

SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO NO PROJETO/ATIVIDADE RELACIONADO AO RISCO FISCAL OCORRIDO.

OBJETIVOS:

RESERVAR O RECURSO PREVISTO NA LDO NO ANEXO DE RISCOS FISCAIS

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
9001	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	UN	4,0000	786.822,50	10000
TOTAL DO PROGRAMA 0019					786.822,50	

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento



**MUNICÍPIO DE ITAPOA**

**Programas Detalhados**

Página 29 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

**PROGRAMA DE GOVERNO:**

**0020- FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

SEÇÃO GERENCIAL NA P.M.I. E COORDENADORIA NO C.B.M.S.C.. ESTRUTURA EM FORMAÇÃO A SER ESTABELECIDA NO QUARTEL DE BOMBEIROS DE SANTA CATARINA, NO EXERCÍCIO DE 2013.

DIRETRIZES:

A EQUIPE NOMEADA PARA ORGANIZAR A DEFESA CIVIL, PROMOVERÁ O SELECIONAMENTO E FORMAÇÃO DE PESSOAS DA COMUNIDADE PARA AGIREM NO PLANEJAMENTO, PREVENÇÃO E ATUAÇÃO EM SITUAÇÕES DE RISCO OU DE CALAMIDADE PÚBLICA.

OBJETIVOS:

CRIAR PONTOS DE MONITORAMENTO PLUVIOMÉTRICOS EM LOCAIS ESTRATÉGICOS AFIM DE DIAGNOSTICAR E ESTABELECEER REFERÊNCIAS QUE SERVIRÃO COMO MECANISMOS PARA TOMADA DE AÇÕES. AVALIAR ÁREAS DE RISCOS E CRIAR PLANOS E METAS DE AÇÕES NAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA, ASSIM COMO CONTRATAR B.C.P. (BOMBEIRO COMUNITARIO PREFEITURA), PARA ATUAREM EM CONJUNTO COM OS PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2140	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL	Atividades do exercício	Div	4,0000	147.803,75	10000
TOTAL DO PROGRAMA 0020					147.803,75	

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE ITAPOÁ****Programas Detalhados**

Página 30 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

**PROGRAMA DE GOVERNO:****0021- EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E INFANTIL**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O MUNICÍPIO ATENDE 2936 ALUNOS MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL EM 14 UNIDADES ESCOLARES. PARA ATENDER ESSE ALUNADO, A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO É COMPOSTO POR 338 DOCENTES, 46 PROFISSIONAIS PARA SUPORTE PEDAGÓGICO (SUPERVISORES, ORIENTADORES E ADMINISTRADORES) E 56 PROFISSIONAIS DE APOIO. HÁ NECESSIDADE DE AMPLIAR A REDE FÍSICA PARA ATENDER A DEMANDA, MELHORAR A REDE FÍSICA JÁ EXISTENTE, CAPACITAR OS PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MELHORAR SALÁRIOS.

DIRETRIZES:

CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA RECICLAGEM E ADEQUAÇÃO DOS MECANISMOS UTILIZADOS NO ENSINO, PARA MELHORAR A PRÁTICA PEDAGÓGICA E CONSEQUENTEMENTE, MELHORAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E DOS EQUIPAMENTOS ESCOLARES. MELHORAR E AMPLIAR A REDE FÍSICA DAS ESCOLAS, DIVERSIFICAR O CARDÁPIO DA MERENDA, AUMENTAR O ETINERÁRIO DO TRANSPORTE ESCOLAR E INCLUIR MEDIDAS DE SEGURANÇA.

OBJETIVOS:

MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO, VALORIZAR OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E GARANTIR A PERMANÊNCIA DA CRIANÇA NA ESCOLA

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1029	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	Area	UN	4,0000	652.035,00	10100
1030	CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO E REFORMAS	Escolas	UN	4,0000	1.352.865,86 840.221,25	10100 25800
1031	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	Area	UN	4,0000	42,59	10100
1032	CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO E REFORMAS	Escolas	UN	4,0000	1.192.865,86	10100
2090	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Atividades do exercício	Div	4,0000	1.058.221,25 1.236.856,42	25800 10100
2091	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Salários	Servid.	208,0000	5.999.751,25	10100
2092	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	Atividades do exercício	Div	4,0000	451.215,00	10100
2093	MERENDA ESCOLAR	Aluno Atendido	UN	8.480,0000	894.626,25 510.394,13	10100 26001
2094	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL	Aluno Atendido	UN	10.148,0000	2.370.062,50	10100

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento





# MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

## Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

Página 31 de 33

					91.942,37 121.283,50	26101 26102
2095	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Atividades do exercício	Div	4,0000	7.353.467,75 1.434.303,87	10100 25800
2096	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	Salários	Servid.	644,0000	2.066.839,83 26.942.788,48	10100 21800
2097	GESTÃO FINANCEIRA DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS - PDDE	Escolas	UN	28,0000	238.266,37	10100
2098	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	Atividades do exercício	Div	4,0000	2.552.454,18 1.018.071,76	10100 25800
2099	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	Atividades do exercício	Div	4,0000	361.012,50	10100
2100	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL	Aluno Atendido	UN	380,0000	480.810,00 9.520,26	10100 26101
2101	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	Salários	Servid.	400,0000	1.799.314,36 17.619.051,90	10100 21800
2102	MERENDA ESCOLAR DAS CRECHES	Aluno Atendido	UN	1,180,0000	198.006,25 160.104,38	10100 26003
2103	MERENDA ESCOLAR DA PRÉ-ESCOLA	Aluno Atendido	UN	1,688,0000	319.509,37 115.722,75	10100 26002
2104	GESTÃO FINANCEIRA DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS - PDDE	ESCOLA	UN	28,0000	85.462,62	10100
2105	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL EJA	Aluno Atendido	UN	340,0000	170.405,00	10100
2106	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO EJA	Salários	Servid.	48,0000	1.398.730,62 691.146,50	10100 21800

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE ITAPOA

Programas Detalhados

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

Página 32 de 33

2107	MANUTENÇÃO DO EJA	Atividades do exercício	Div	4,0000	95.202,50 0,00	10100 64600
2108	MERENDA ESCOLAR DO EJA	Aluno Atendido	UN	360,0000	5.000,00 46.253,28	10100 26004
2133	CONVÊNIO COM A APAE	Convênios	UN	4,0000	183.835,25	10100
2159	CONVÊNIO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL C/ RESERVA VOLTA VELHA	Convênios	UN	1,0000	100.000,00	10100
TOTAL DO PROGRAMA 0021					82.217.663,01	

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

Programas Detalhados

Página 33 de 33

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 16

PROGRAMA DE GOVERNO:

0022- ENSINO MÉDIO E SUPERIOR

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O MUNICÍPIO ATENDE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO NA ESCOLA DA REDE ESTADUAL NOS TURNOS MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO, NO TOCANTE AO TRANSPORTE ESCOLAR. NO ENSINO SUPERIOR, FORNECE TRANSPORTE AOS ALUNOS MATRICULADOS EM JOINVILLE E GUARATUBA

DIRETRIZES:

INCLUIR NOVOS ITINERÁRIOS PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO E IMPLANTAR MEDIDAS DE SEGURANÇA TRANSFERÊNCIA DO GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO, À UMA ASSOCIAÇÃO.

OBJETIVOS:

APOIO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, PARA OPORTUNIZAR TRABALHO E RENDA.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
2109	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL ENSINO MÉDIO	Atividades do exercício	SERV	4,0000	575.116,87 22.105,01 1.430.621,63	10000 26101 26102
2110	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO	Aluno Atendido	UN	1.152,0000	3.414.688,75	10000
2163	CONVÊNIO COM A APP DA ESCOLA ESTADUAL NEREU RAMOS	Convênios	UN	1,0000	300.000,00	10000
TOTAL DO PROGRAMA 0022					5.742.532,26	

IPM Informática Pública Municipal

Atende. Net

Planejamento

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

## Planilhas Planejamento

Página 1 de 25

## Valores de Ações por Programa por Exercício

Plano Plurianual - PPA

Ano Inicial: 2014

Ano Final: 2017

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Codigo Programa: 2 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS</b>						
1001	PARCERIA C/ ESTADO P/ IMPLANTAÇÃO D	100,00	100,00	0,00	0,00	200,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	100,00	100,00	0,00	0,00	200,00
2004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFE	327.000,00	340.000,00	363.825,00	382.016,25	1.412.841,25
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	327.000,00	340.000,00	363.825,00	382.016,25	1.412.841,25
2005	FOLHA DE PAGAMENTO DO GABINETE D	509.000,00	1.165.000,00	561.172,50	589.231,12	2.824.403,62
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	509.000,00	1.165.000,00	561.172,50	589.231,12	2.824.403,62
2006	CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	260.000,00	200.000,00	286.650,00	300.982,50	1.047.632,50
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	260.000,00	200.000,00	286.650,00	300.982,50	1.047.632,50
2007	CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA N	5.500,00	5.500,00	6.063,75	6.366,93	23.430,68
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	5.500,00	5.500,00	6.063,75	6.366,93	23.430,68
2008	CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE SEG	50.000,00	55.000,00	55.125,00	57.881,25	218.006,25
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	50.000,00	55.000,00	55.125,00	57.881,25	218.006,25
2010	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-P	25.064,45	10.000,00	27.611,44	28.992,33	91.668,22
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	25.064,45	10.000,00	27.611,44	28.992,33	91.668,22
2011	FOLHA DE PAGAMENTO DO GABINETE D	203.000,00	249.000,00	223.807,50	234.997,87	910.805,37
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	203.000,00	249.000,00	223.807,50	234.997,87	910.805,37
<b>Total do Programa:</b>		<b>1.379.664,45</b>	<b>2.024.600,00</b>	<b>1.524.255,19</b>	<b>1.600.468,25</b>	<b>6.528.987,89</b>

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

## Planilhas Planejamento

Página 2 de 25

### Valores de Ações por Programa por Exercício

Plano Plurianual - PPA

Ano Inicial: 2014

Ano Final: 2017

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Código Programa: 3 - GESTÃO GERENCIAL E ADMINISTRATIVA</b>						
2002	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA IN	5.000,00	5.000,00	5.512,50	5.788,12	21.300,62
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00	5.000,00	5.512,50	5.788,12	21.300,62
2003	FOLHA DE PAGAMENTO DA CONTROLAD	148.500,00	250.000,00	163.721,25	171.907,31	734.128,56
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	148.500,00	250.000,00	163.721,25	171.907,31	734.128,56
2009	SUBVENÇÃO SOCIAL	55.000,00	110.000,00	60.637,50	63.669,37	289.306,87
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	55.000,00	110.000,00	60.637,50	63.669,37	289.306,87
2015	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE	1.890.600,00	2.179.308,05	2.586.600,00	2.719.300,00	9.375.808,05
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	690.600,00	2.012.308,05	1.263.600,00	1.330.150,00	5.296.658,05
	10042 ROYALTIES LF 9478	1.000.000,00	0,00	1.102.500,00	1.157.625,00	3.260.125,00
	14400 FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO	190.000,00	155.000,00	209.475,00	219.948,75	774.423,75
	18900 ALIENACOES DE BENS DESTINAD	10.000,00	12.000,00	11.025,00	11.576,25	44.601,25
2016	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAME	1.225.000,00	1.640.000,00	1.350.562,50	1.418.090,62	5.633.653,12
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	1.225.000,00	1.640.000,00	1.350.562,50	1.418.090,62	5.633.653,12
2017	CONVÊNIO DA LEGISLAÇÃO DO TRÂNSI	92.000,00	67.640,00	101.430,00	106.501,49	367.571,49
	15400 CONVENIO TRANSITO - MILITAR	32.200,00	23.674,00	35.500,50	37.275,52	128.650,02
	15500 CONVENIO TRANSITO - CIVIL	32.200,00	23.674,00	35.500,50	37.275,52	128.650,02
	15600 CONVENIO TRANSITO - PREFEITU	27.600,00	20.292,00	30.429,00	31.950,45	110.271,45
2018	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE	840.000,00	940.000,00	992.250,00	1.041.862,50	3.814.112,50
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	840.000,00	940.000,00	992.250,00	1.041.862,50	3.814.112,50
2019	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAME	1.153.000,00	1.755.000,00	1.271.182,50	1.334.741,62	5.513.924,12
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	1.153.000,00	1.755.000,00	1.271.182,50	1.334.741,62	5.513.924,12
<b>Total do Programa:</b>		<b>5.409.100,00</b>	<b>6.946.948,05</b>	<b>6.531.896,25</b>	<b>6.861.861,03</b>	<b>25.749.805,33</b>

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 3 de 25

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa por Exercício

Plano Plurianual - PPA

Ano Inicial: 2014

Ano Final: 2017

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Codigo Programa: 4 - PLANEJAMENTO URBANÍSTICO</b>						
1002	ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJ	50.100,00	50.000,00	0,00	0,00	100.100,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	50.100,00	50.000,00	0,00	0,00	100.100,00
1003	PAVIMENTAÇÃO DA AV. BRASIL	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1004	PAVIMENTAÇÃO DA AV. ANA MARIA ROD	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1005	PAVIMENTAÇÃO DA AV. ZILDA ARNS N	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1006	PAVIMENTAÇÃO E CALÇADAS ADJASCENT	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1039	CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DA AV DAS NA	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
2020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE	90.000,00	100.000,00	99.225,00	104.186,25	393.411,25
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	90.000,00	100.000,00	99.225,00	104.186,25	393.411,25
2021	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAME	186.000,00	535.000,00	205.065,00	215.318,25	1.141.383,25
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	186.000,00	535.000,00	205.065,00	215.318,25	1.141.383,25
2022	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE	70.000,00	100.000,00	77.175,00	81.033,75	328.208,75
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	70.000,00	100.000,00	77.175,00	81.033,75	328.208,75
2023	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAME	185.000,00	70.000,00	203.962,50	214.160,62	673.123,12
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	185.000,00	70.000,00	203.962,50	214.160,62	673.123,12
2024	IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES DESENVOLVID	20.000,00	0,00	22.050,00	23.152,50	65.202,50
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	20.000,00	0,00	22.050,00	23.152,50	65.202,50
2025	CALÇADAS E ACESSIBILIDADE PARA O	100,00	100,00	110,25	115,76	426,01
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	100,00	100,00	110,25	115,76	426,01
2162	ELABORAÇÃO DE PROJETO E IMPLANTAÇ	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00
<b>Total do Programa:</b>		<b>801.600,00</b>	<b>855.200,00</b>	<b>607.587,75</b>	<b>637.967,13</b>	<b>2.902.354,88</b>



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

## Planilhas Planejamento

Página 4 de 25

## Valores de Ações por Programa por Exercício

Plano Plurianual - PPA

Ano Inicial: 2014

Ano Final: 2017

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Codigo Programa: 6 - ITAPOÁ TURÍSTICA "VIVA ESTA CIDADE"</b>						
1018	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇ	130.000,00	310.000,00	143.325,00	150.491,25	733.816,25
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	130.000,00	310.000,00	143.325,00	150.491,25	733.816,25
1019	CONSTRUÇÃO DE PÓRTICO	100,00	0,00	110,25	115,76	326,01
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	100,00	0,00	110,25	115,76	326,01
1020	URBANIZAÇÃO DAS 3 PEDRAS	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
2051	MANUTENÇÃO DO FUNDETUR	67.000,00	110.000,00	73.867,50	77.560,87	328.428,37
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	67.000,00	110.000,00	73.867,50	77.560,87	328.428,37
2052	FOLHA DE PAGAMENTO DO FUNDETUR	74.000,00	95.000,00	81.585,00	85.664,25	336.249,25
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	74.000,00	95.000,00	81.585,00	85.664,25	336.249,25
2053	DIVULGAÇÃO TURÍSTICA	10.000,00	10.100,00	11.025,00	11.576,25	42.701,25
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00	10.100,00	11.025,00	11.576,25	42.701,25
2054	REALIZAÇÃO E APOIO A EVENTOS TURÍ	40.000,00	69.900,00	33.075,00	34.728,75	177.703,75
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	40.000,00	69.900,00	33.075,00	34.728,75	177.703,75
2157	APOIO AO EVENTO CLUBE TRILHEIROS	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00
<b>Total do Programa:</b>		<b>321.200,00</b>	<b>595.001,00</b>	<b>342.987,75</b>	<b>360.137,13</b>	<b>1.619.325,88</b>

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

## Planilhas Planejamento

Página 5 de 25

## Valores de Ações por Programa por Exercício

Plano Plurianual - PPA

Ano Inicial: 2014

Ano Final: 2017

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Codigo Programa: 7 - DESBUROCRATIZAÇÃO DO SISTEMA AMBIENTAL</b>						
1021	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTEN	23.000,00	26.150,00	25.357,50	26.625,37	101.132,87
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	23.000,00	26.150,00	25.357,50	26.625,37	101.132,87
1022	DESASSOREAMENTO E DRAGAGEM DE R	5.000,00	5.000,00	5.512,50	5.788,12	21.300,62
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00	5.000,00	5.512,50	5.788,12	21.300,62
1023	IMPLANTAÇÃO DE PARQUES ECOLÓGIC	150,00	150,00	165,37	173,63	639,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	150,00	150,00	165,37	173,63	639,00
1044	CONSTRUÇÃO DE CERCA NOS LIMITES	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
2055	ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJET	4.000,00	20.100,00	4.410,00	4.630,50	33.140,50
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	4.000,00	20.100,00	4.410,00	4.630,50	33.140,50
2056	MANUTENÇÃO DO FMMA	35.700,00	162.100,00	39.359,25	41.327,21	278.486,46
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	35.700,00	162.100,00	39.359,25	41.327,21	278.486,46
2057	FOLHA DE PAGAMENTO DO FMMA	170.300,00	220.000,00	187.755,75	197.143,53	775.199,28
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	170.300,00	220.000,00	187.755,75	197.143,53	775.199,28
2058	CONTROLE DE ZOONOSE DE ANIMAIS	9.000,00	10.000,00	9.922,50	10.418,62	39.341,12
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	9.000,00	10.000,00	9.922,50	10.418,62	39.341,12
2059	MANUTENÇÃO E REFORMA DE ESTRUTU	3.150,00	0,00	3.472,87	3.646,51	10.269,38
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	3.150,00	0,00	3.472,87	3.646,51	10.269,38
2060	PROJETOS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO	4.000,00	10.000,00	4.410,00	4.630,50	23.040,50
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	4.000,00	10.000,00	4.410,00	4.630,50	23.040,50
2061	EDUCAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO DA BI	2.000,00	2.000,00	2.205,00	2.315,25	8.520,25
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	2.000,00	2.000,00	2.205,00	2.315,25	8.520,25
2062	EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA GRUPOS E	2.000,00	8.000,00	2.205,00	2.315,25	14.520,25
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	2.000,00	8.000,00	2.205,00	2.315,25	14.520,25
2063	MANUTENÇÃO E SEGURANÇA ESTRUTU	12.000,00	17.000,00	13.230,00	13.891,50	56.121,50
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	12.000,00	17.000,00	13.230,00	13.891,50	56.121,50
2064	MONITORAMENTO DO PROCESSO EROS	8.000,00	8.000,00	8.820,00	9.261,00	34.081,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	8.000,00	8.000,00	8.820,00	9.261,00	34.081,00
2065	MONITORAMENTO E CONTROLE DA QUA	3.000,00	23.000,00	3.307,50	3.472,87	32.780,37
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	3.000,00	23.000,00	3.307,50	3.472,87	32.780,37
2066	RECOMPOSIÇÃO DA MATA CILIAR DOS R	5.000,00	8.100,00	5.512,50	5.788,12	24.400,62
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00	8.100,00	5.512,50	5.788,12	24.400,62
2144	IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE MANEJO D	400,00	400,00	0,00	0,00	800,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	400,00	400,00	0,00	0,00	800,00
2160	IMPLANTAÇÃO DO PARQUE LINEAR DE P	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00
<b>Total do Programa:</b>		<b>286.700,00</b>	<b>570.001,00</b>	<b>315.645,74</b>	<b>331.427,98</b>	<b>1.503.774,72</b>

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

## Planilhas Planejamento

Página 6 de 25

## Valores de Ações por Programa por Exercício

Plano Plurianual - PPA

Ano Inicial: 2014

Ano Final: 2017

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Codigo Programa: 8 - RESGATANDO NOSSA CULTURA</b>						
1024	ESTRUTURAÇÃO DA CASA DA CULTURA	30.000,00	0,00	33.075,00	34.728,75	97.803,75
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	30.000,00	0,00	33.075,00	34.728,75	97.803,75
1025	IMPLANTAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO	5.000,00	5.000,00	5.512,50	5.788,12	21.300,62
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00	5.000,00	5.512,50	5.788,12	21.300,62
2067	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE	78.000,00	122.000,00	85.995,00	90.294,75	376.289,75
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	78.000,00	122.000,00	85.995,00	90.294,75	376.289,75
2068	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAME	129.000,00	163.000,00	142.222,50	149.333,62	583.556,12
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	129.000,00	163.000,00	142.222,50	149.333,62	583.556,12
2069	MANUTENÇÃO DA CASA DA CULTURA	10.000,00	30.000,00	11.025,00	11.576,25	62.601,25
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00	30.000,00	11.025,00	11.576,25	62.601,25
2070	PROMOÇÃO E APOIO A EVENTOS CULTU	30.000,00	95.000,00	33.075,00	34.728,75	192.803,75
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	30.000,00	95.000,00	33.075,00	34.728,75	192.803,75
2071	ESCOLA DE DIVERSIDADE CULTURAL	5.000,00	13.000,00	5.512,50	5.788,12	29.300,62
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00	13.000,00	5.512,50	5.788,12	29.300,62
2072	VALORIZAÇÃO DO ARTISTA E ARTESÃO	5.000,00	20.000,00	5.512,50	5.788,12	36.300,62
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00	20.000,00	5.512,50	5.788,12	36.300,62
2073	RESGATE DA CULTURA LOCAL	5.000,00	15.000,00	5.512,50	5.788,12	31.300,62
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00	15.000,00	5.512,50	5.788,12	31.300,62
<b>Total do Programa:</b>		<b>297.000,00</b>	<b>463.000,00</b>	<b>327.442,50</b>	<b>343.814,60</b>	<b>1.431.257,10</b>

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 7 de 25

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa por Exercício

Plano Plurianual - PPA

Ano Inicial: 2014

Ano Final: 2017

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Codigo Programa: 9 - ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS</b>						
1026	ESTAÇÃO RODOVIÁRIA	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00
1027	CICLOVIAS	100,00	100,00	110,25	115,76	426,01
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	100,00	100,00	110,25	115,76	426,01
1028	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS	350.000,00	400.000,00	385.875,00	405.168,75	1.541.043,75
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	350.000,00	400.000,00	385.875,00	405.168,75	1.541.043,75
1038	ELABORAÇÃO DE UM PLANO MUNICIPAL	15.000,00	0,00	15.000,00	15.000,00	45.000,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	15.000,00	0,00	15.000,00	15.000,00	45.000,00
2074	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE	800.100,00	900.000,00	899.162,07	1.069.761,23	3.669.023,30
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	400.100,00	900.000,00	458.162,07	606.711,23	2.364.973,30
	10042 ROYALTIES LF 9478	400.000,00	0,00	441.000,00	463.050,00	1.304.050,00
2075	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAME	580.000,00	810.000,00	639.450,00	671.422,50	2.700.872,50
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	580.000,00	810.000,00	639.450,00	671.422,50	2.700.872,50
2076	ENSAIBRAMENTO DE VIAS PÚBLICAS	445.000,00	752.000,00	490.612,50	515.143,13	2.202.755,63
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	200.000,00	750.000,00	220.500,00	231.525,00	1.402.025,00
	10042 ROYALTIES LF 9478	200.000,00	0,00	220.500,00	231.525,00	652.025,00
	11600 CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO	45.000,00	2.000,00	49.612,50	52.093,13	148.705,63
2077	AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE VEÍCUL	1.100.000,00	900.000,00	1.212.750,00	1.273.387,50	4.486.137,50
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	300.000,00	900.000,00	330.750,00	347.287,50	1.878.037,50
	10042 ROYALTIES LF 9478	800.000,00	0,00	882.000,00	926.100,00	2.608.100,00
2078	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE S	900.000,00	1.050.000,00	992.250,00	1.041.862,50	3.984.112,50
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	400.000,00	1.050.000,00	441.000,00	463.050,00	2.354.050,00
	10042 ROYALTIES LF 9478	500.000,00	0,00	551.250,00	578.812,50	1.630.062,50
2079	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAME	580.000,00	810.000,00	639.450,00	671.422,50	2.700.872,50
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	580.000,00	810.000,00	639.450,00	671.422,50	2.700.872,50
2080	ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CE	30.000,00	100.000,00	33.075,00	34.728,75	197.803,75
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	30.000,00	100.000,00	33.075,00	34.728,75	197.803,75
2081	REDE PÚBLICA DE ILUMINAÇÃO	1.180.000,00	1.600.000,00	1.300.950,00	1.365.997,50	5.446.947,50
	11700 CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO	1.180.000,00	1.600.000,00	1.300.950,00	1.365.997,50	5.446.947,50
2147	ENSAIBRAMENTO DAS RUAS JOAQUIM PE	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
2161	HORAS MÁQUINAS	0,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
<b>Total do Programa:</b>		<b>6.080.200,00</b>	<b>7.330.200,00</b>	<b>6.608.684,82</b>	<b>7.064.010,12</b>	<b>27.083.094,94</b>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA**

**Planilhas Planejamento**

Página 8 de 25

**Valores de Ações por Programa por Exercício**

**Plano Plurianual - PPA      Ano Inicial: 2014      Ano Final: 2017**

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Código Programa: 10 - SANEAMENTO BÁSICO</b>						
2082	MANUTENÇÃO DO FMSB	5.000,00	5.000,00	5.512,50	5.788,12	21.300,62
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00	5.000,00	5.512,50	5.788,12	21.300,62
2083	LIMPEZA PÚBLICA URBANA	800.000,00	1.451.898,00	882.000,00	926.100,00	4.059.998,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	300.000,00	1.451.898,00	330.750,00	347.287,50	2.429.935,50
	10026 SANEAMENTO BÁSICO	100.000,00	0,00	110.250,00	115.762,50	326.012,50
	10042 ROYALTIES LF 9478	400.000,00	0,00	441.000,00	463.050,00	1.304.050,00
2084	MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1.265.000,00	1.850.000,00	1.488.375,00	1.562.793,75	6.166.168,75
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	445.000,00	1.850.000,00	584.325,00	613.541,25	3.492.866,25
	10026 SANEAMENTO BÁSICO	120.000,00	0,00	132.300,00	138.915,00	391.215,00
	10042 ROYALTIES LF 9478	700.000,00	0,00	771.750,00	810.337,50	2.282.087,50
2085	IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE DRENAGEM	300.000,00	10.000,00	330.750,00	347.287,50	988.037,50
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	150.000,00	10.000,00	165.375,00	173.643,75	499.018,75
	10026 SANEAMENTO BÁSICO	50.000,00	0,00	55.125,00	57.881,25	163.006,25
	10042 ROYALTIES LF 9478	100.000,00	0,00	110.250,00	115.762,50	326.012,50
2086	MANUTENÇÃO E PRESERVAÇÃO DO RIO	10.000,00	160.000,00	11.025,00	11.576,25	192.601,25
	10026 SANEAMENTO BÁSICO	10.000,00	160.000,00	11.025,00	11.576,25	192.601,25
2156	DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUV	0,00	390.000,00	0,00	0,00	390.000,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	190.000,00	0,00	0,00	190.000,00
	10026 SANEAMENTO BÁSICO	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
<b>Total do Programa:</b>		<b>2.380.000,00</b>	<b>3.866.898,00</b>	<b>2.717.662,50</b>	<b>2.853.545,62</b>	<b>11.818.106,12</b>

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 9 de 25

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa por Exercício

Plano Plurianual - PPA Ano Inicial: 2014 Ano Final: 2017

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Codigo Programa: 12 - PROGRAMA DE INCENTIVO AO AGRICULTOR FAMILIAR E AO PESCADOR ARTESANAL</b>						
1014	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENT	100,00	100,00	110,25	115,76	426,01
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	100,00	100,00	110,25	115,76	426,01
1015	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E ESTRUTU	10.000,00	15.000,00	11.025,00	11.576,25	47.601,25
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00	15.000,00	11.025,00	11.576,25	47.601,25
1016	CONSTRUÇÃO DE BARRAÇÃO PARA OFI	100,00	5.000,00	0,00	0,00	5.100,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	100,00	5.000,00	0,00	0,00	5.100,00
1017	DESASSORIAMENTO E ABERTURA DO CAN	20.000,00	30.000,00	0,00	0,00	50.000,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	20.000,00	30.000,00	0,00	0,00	50.000,00
1040	CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MU	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
2038	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE	65.000,00	100.000,00	71.662,50	75.245,62	311.908,12
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	65.000,00	100.000,00	71.662,50	75.245,62	311.908,12
2039	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAME	167.000,00	265.000,00	184.117,50	193.323,37	809.440,87
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	167.000,00	265.000,00	184.117,50	193.323,37	809.440,87
2040	FEIRAS AGRÍCOLAS	3.000,00	9.000,00	0,00	0,00	12.000,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	3.000,00	9.000,00	0,00	0,00	12.000,00
2041	TRANSPORTE DE CALCÁRIO E AQUISIÇ	10.000,00	13.000,00	11.025,00	11.576,25	45.601,25
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00	13.000,00	11.025,00	11.576,25	45.601,25
2042	HORAS MÁQUINAS NAS ATIVIDADES AG	25.000,00	30.000,00	16.537,50	17.364,37	88.901,87
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	25.000,00	30.000,00	16.537,50	17.364,37	88.901,87
2043	CONVÊNIOS MUNICIPAIS DE AGRICULT	20.000,00	20.000,00	22.050,00	23.152,50	85.202,50
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	20.000,00	20.000,00	22.050,00	23.152,50	85.202,50
2044	MELHORIA AO ACESSO ÀS PROPRIEDAD	100,00	100,00	110,25	115,76	426,01
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	100,00	100,00	110,25	115,76	426,01
2045	SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SI	2.000,00	4.000,00	2.205,00	2.315,25	10.520,25
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	2.000,00	4.000,00	2.205,00	2.315,25	10.520,25
2046	CONVÊNIO COM LABORATÓRIO	4.000,00	4.000,00	4.410,00	4.630,50	17.040,50
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	4.000,00	4.000,00	4.410,00	4.630,50	17.040,50
2047	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE	33.000,00	65.000,00	36.382,50	38.201,62	172.584,12
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	33.000,00	65.000,00	36.382,50	38.201,62	172.584,12
2048	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAME	36.000,00	48.000,00	39.690,00	41.674,50	165.364,50
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	36.000,00	48.000,00	39.690,00	41.674,50	165.364,50
2049	CONVÊNIOS MUNICIPAIS DE PESCA	20.000,00	20.000,00	22.050,00	23.152,50	85.202,50
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	20.000,00	20.000,00	22.050,00	23.152,50	85.202,50
2050	DESENVOLVIMENTO DA PESCA ARTESA	10.000,00	20.000,00	11.025,00	11.576,25	52.601,25
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00	20.000,00	11.025,00	11.576,25	52.601,25
2149	FESTA DO AGRICULTOR	20.000,00	15.000,00	0,00	0,00	35.000,00
	30000 RECURSOS ORDINARIOS - EXERCI	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
2150	IMPLANTAÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRI	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
2151	INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR	0,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
2152	APOIO AO TURISMO RURAL	0,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
2153	APOIO À FESTA DO PESCADOR	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
<b>Total do Programa:</b>		<b>445.300,00</b>	<b>718.200,00</b>	<b>432.400,50</b>	<b>454.020,50</b>	<b>2.049.921,00</b>



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

## Planilhas Planejamento

Página 10 de 25

## Valores de Ações por Programa por Exercício

Plano Plurianual - PPA

Ano Inicial: 2014

Ano Final: 2017

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Codigo Programa: 16 - ESPORTE PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE</b>						
1007	CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTE	100,00	50,00	0,00	0,00	150,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	100,00	50,00	0,00	0,00	150,00
1008	CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTE	100,00	50,00	0,00	0,00	150,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	100,00	50,00	0,00	0,00	150,00
1009	CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PR	100,00	50,00	110,25	115,76	376,01
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	100,00	0,00	110,25	115,76	326,01
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00
1010	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇ	10.000,00	80.000,00	11.025,00	11.576,25	112.601,25
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00	80.000,00	11.025,00	11.576,25	112.601,25
1011	CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO DE QUADRA	100,00	50.000,00	0,00	0,00	50.100,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	100,00	50.000,00	0,00	0,00	50.100,00
1012	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	100,00	50,00	110,25	115,76	376,01
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	100,00	50,00	110,25	115,76	376,01
1013	PROJETO VERÃO	40.000,00	60.000,00	44.100,00	46.305,00	190.405,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	60.000,00	44.100,00	46.305,00	150.405,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
1035	COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTE	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
1041	CONSTRUÇÃO DE UM COMPLEXO ESPOR	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00
1042	CONSTRUÇÃO DE PISTA DE SKATE NO	0,00	54.800,00	0,00	0,00	54.800,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	54.800,00	0,00	0,00	54.800,00
2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE	63.000,00	110.000,00	69.457,50	72.930,37	315.387,87
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	63.000,00	110.000,00	69.457,50	72.930,37	315.387,87
2031	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAME	150.000,00	220.000,00	165.375,00	173.643,75	709.018,75
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	150.000,00	220.000,00	165.375,00	173.643,75	709.018,75
2032	INCENTIVO À PRÁTICA DESPORTIVAS D	60.000,00	98.000,00	66.150,00	69.457,50	293.607,50
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	60.000,00	98.000,00	66.150,00	69.457,50	293.607,50
2033	REALIZAÇÃO E APOIO A EVENTOS ESPO	30.000,00	58.000,00	33.075,00	34.728,75	155.803,75
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	30.000,00	58.000,00	33.075,00	34.728,75	155.803,75
2034	MANUTENÇÃO E REFORMA DE ESTRUTU	20.000,00	45.000,00	22.050,00	23.152,50	110.202,50
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	20.000,00	45.000,00	22.050,00	23.152,50	110.202,50
2035	INCENTIVO AO VOLEIBOL E AO ESPORT	30.000,00	62.000,00	33.075,00	34.728,75	159.803,75
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	30.000,00	62.000,00	33.075,00	34.728,75	159.803,75
2036	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE	25.000,00	50.000,00	27.562,50	28.940,62	131.503,12
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	50.000,00	27.562,50	28.940,62	106.503,12
2037	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAME	61.500,00	31.000,00	67.803,75	71.193,93	231.497,68
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	61.500,00	0,00	0,00	0,00	61.500,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	31.000,00	67.803,75	71.193,93	169.997,68
2148	IMPLANTAÇÃO DE CONVÊNIO COM A LIG	40.000,00	40.000,00	20.000,00	20.000,00	120.000,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	40.000,00	40.000,00	20.000,00	20.000,00	120.000,00
2154	GINCAMA ESPORTIVA, DE LAZER E CU	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
2155	INCENTIVO À PRÁTICA DE LAZER E ESP	0,00	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00
<b>Total do Programa:</b>		<b>630.000,00</b>	<b>1.009.050,00</b>	<b>559.894,25</b>	<b>586.888,94</b>	<b>2.785.833,19</b>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA****Planilhas Planejamento**

Página 11 de 25

**Valores de Ações por Programa por Exercício****Plano Plurianual - PPA      Ano Inicial: 2014      Ano Final: 2017**

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Codigo Programa: 17 - PROCURADORIA JURÍDICA</b>						
2012	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍ	80.000,00	100.000,00	88.200,00	92.610,00	360.810,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	80.000,00	100.000,00	88.200,00	92.610,00	360.810,00
2013	FOLHA DE PAGAMENTO DA PROCURADOR	267.500,00	515.000,00	294.918,75	309.664,68	1.387.083,43
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	267.500,00	515.000,00	294.918,75	309.664,68	1.387.083,43
2014	HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	75.000,00	50.000,00	82.687,50	86.821,88	294.509,38
	10028 REC ORDIN HONORARIOS DE SU	75.000,00	50.000,00	82.687,50	86.821,88	294.509,38
2145	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE DEFE	0,00	0,00	400,00	0,00	400,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	0,00	400,00	0,00	400,00
<b>Total do Programa:</b>		<b>422.500,00</b>	<b>665.000,00</b>	<b>466.206,25</b>	<b>489.096,56</b>	<b>2.042.802,81</b>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA****Planilhas Planejamento**

Página 12 de 25

**Valores de Ações por Programa por Exercício**

Plano Plurianual - PPA

Ano Inicial: 2014

Ano Final: 2017

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Codigo Programa: 18 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO</b>						
2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE	15.000,00	20.000,00	16.537,50	17.364,37	68.901,87
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	15.000,00	20.000,00	16.537,50	17.364,37	68.901,87
2027	FOLHA DE PAGAMENTO DO DPTO DE D	137.500,00	33.000,00	151.593,75	159.173,43	481.267,18
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	137.500,00	33.000,00	151.593,75	159.173,43	481.267,18
2028	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE I	15.000,00	30.000,00	16.537,50	17.364,37	78.901,87
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	15.000,00	30.000,00	16.537,50	17.364,37	78.901,87
2029	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMEN	137.500,00	126.000,00	151.593,75	159.173,43	574.267,18
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	137.500,00	126.000,00	151.593,75	159.173,43	574.267,18
<b>Total do Programa:</b>		<b>305.000,00</b>	<b>209.000,00</b>	<b>336.262,50</b>	<b>353.075,60</b>	<b>1.203.338,10</b>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA****Planilhas Planejamento**

Página 13 de 25

**Valores de Ações por Programa por Exercício**

Plano Plurianual - PPA

Ano Inicial: 2014

Ano Final: 2017

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Codigo Programa: 19 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>						
9001	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	180.000,00	200.000,00	198.450,00	208.372,50	786.822,50
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	180.000,00	200.000,00	198.450,00	208.372,50	786.822,50
<b>Total do Programa:</b>		180.000,00	200.000,00	198.450,00	208.372,50	786.822,50

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA****Planilhas Planejamento**

Página 14 de 25

**Valores de Ações por Programa por Exercício**

Plano Plurianual - PPA

Ano Inicial: 2014

Ano Final: 2017

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Codigo Programa: 20 - FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL</b>						
2140	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CI	30.000,00	50.000,00	33.075,00	34.728,75	147.803,75
10000	RECURSOS ORDINARIOS	30.000,00	50.000,00	33.075,00	34.728,75	147.803,75
<b>Total do Programa:</b>		30.000,00	50.000,00	33.075,00	34.728,75	147.803,75

**INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERV MUNICIPAIS DE ITAPOA****Planilhas Planejamento**

Página 15 de 25

**Valores de Ações por Programa por Exercício**

Plano Plurianual - PPA

Ano Inicial: 2014

Ano Final: 2017

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Codigo Programa: 14 - PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL</b>						
2134	BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA	2.500.000,00	2.000.000,00	2.756.250,00	2.894.062,50	10.150.312,50
	10300 CONTRIBUICAO PARA RPPS	2.500.000,00	2.000.000,00	2.756.250,00	2.894.062,50	10.150.312,50
2135	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIO	600.000,00	500.000,00	661.500,00	694.575,00	2.456.075,00
	10300 CONTRIBUICAO PARA RPPS	600.000,00	500.000,00	661.500,00	694.575,00	2.456.075,00
2136	MANUTENÇÃO DO IPESI	120.441,00	150.000,00	132.786,20	139.425,51	542.652,71
	10300 CONTRIBUICAO PARA RPPS	120.441,00	150.000,00	132.786,20	139.425,51	542.652,71
2137	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E CONS	15.000,00	15.000,00	16.537,51	17.364,39	63.901,90
	10300 CONTRIBUICAO PARA RPPS	15.000,00	15.000,00	16.537,51	17.364,39	63.901,90
2138	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO IPESI	3.412.559,00	4.730.000,00	3.762.346,29	3.950.463,60	15.855.368,89
	10300 CONTRIBUICAO PARA RPPS	3.412.559,00	4.730.000,00	3.762.346,29	3.950.463,60	15.855.368,89
<b>Total do Programa:</b>		<b>6.648.000,00</b>	<b>7.395.000,00</b>	<b>7.329.420,00</b>	<b>7.695.891,00</b>	<b>29.068.311,00</b>



**CAMARA DE VEREADORES DE ITAPOA****Planilhas Planejamento**

Página 16 de 25

**Valores de Ações por Programa por Exercício**

Plano Plurianual - PPA

Ano Inicial: 2014

Ano Final: 2017

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Codigo Programa: 1 - GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO</b>						
2001	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	2.099.000,00	2.800.000,00	2.205.000,00	2.315.250,00	9.419.250,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	2.099.000,00	2.650.000,00	2.205.000,00	2.315.250,00	9.269.250,00
10028	REC ORDIN HONORARIOS DE SU	0,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
<b>Total do Programa:</b>		2.099.000,00	2.800.000,00	2.205.000,00	2.315.250,00	9.419.250,00

## FUNDO MUN DE ASSIS SOCIAL DE ITAPOA

## Planilhas Planejamento

Página 17 de 25

## Valores de Ações por Programa por Exercício

Plano Plurianual - PPA

Ano Inicial: 2014

Ano Final: 2017

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Codigo Programa: 5 - ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>						
1034	CONSTRUÇÃO DO ABRIGO PROVISÓRIO	100.000,00	0,00	110.250,00	0,00	210.250,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	100.000,00	0,00	110.250,00	0,00	210.250,00
1043	CONSTRUÇÃO COZINHA INDUSTRIAL	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2122	MANUTENÇÃO DO FMAS	118.000,00	235.600,00	130.095,00	136.599,75	620.294,75
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	104.000,00	220.000,00	114.660,00	120.393,00	559.053,00
	26301 Bolsa Família	14.000,00	15.600,00	15.435,00	16.206,75	61.241,75
2123	MANUTENÇÃO DO CRAS	25.000,00	186.700,00	27.562,50	28.940,62	268.203,12
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	7.000,00	7.000,00	7.717,50	8.103,37	29.820,87
	25204 FEAS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0,00	26.700,00	0,00	0,00	26.700,00
	25205 SERV CONV E FORTAL VÍNCULO -	0,00	135.000,00	0,00	0,00	135.000,00
	26302 IGD - SUAS	18.000,00	18.000,00	19.845,00	20.837,25	76.682,25
2124	MANUTENÇÃO DO ABRIGO PROVISÓRIO	64.000,00	120.800,00	70.560,00	74.088,00	329.448,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	50.000,00	100.000,00	55.125,00	57.881,25	263.006,25
	25202 FEAS - FUNDO ESTADUAL A.S. SO	14.000,00	20.800,00	15.435,00	16.206,75	66.441,75
2125	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	18.000,00	16.000,00	19.845,00	20.837,25	74.682,25
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	18.000,00	16.000,00	19.845,00	20.837,25	74.682,25
2126	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊ	30.000,00	30.000,00	33.075,00	34.728,75	127.803,75
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	30.000,00	30.000,00	33.075,00	34.728,75	127.803,75
2127	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	70.000,00	161.460,00	77.175,00	81.033,75	389.668,75
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	70.000,00	158.000,00	77.175,00	81.033,75	386.208,75
	25203 FEAS - COFINANC. DE BENEFÍCIO	0,00	3.460,00	0,00	0,00	3.460,00
2128	PROGRAMA DE ATENDIMENTO DOMICILI	14.400,00	14.400,00	15.876,00	16.669,80	61.345,80
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	10.000,00	10.000,00	11.025,00	11.576,25	42.601,25
	24700 APOIO A PESSOA IDOSA - API	4.400,00	4.400,00	4.851,00	5.093,55	18.744,55
2129	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA	5.000,00	10.000,00	5.512,50	5.788,12	26.300,62
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00	10.000,00	5.512,50	5.788,12	26.300,62
2130	PROGRAMA AÇÃO DIRETA COM AS FAMÍLI	54.000,00	78.000,00	59.535,00	62.511,75	254.046,75
	25201 PBF- PISO BASICO FIXO	54.000,00	78.000,00	59.535,00	62.511,75	254.046,75
2131	PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABAL	19.000,00	0,00	20.947,50	21.994,87	61.942,37
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	1.000,00	0,00	1.102,50	1.157,62	3.260,12
	25000 PROGRAMA DE ERRADICACAO DO	18.000,00	0,00	19.845,00	20.837,25	58.682,25
2132	PROGRAMA DE MEDIDA SÓCIA EDUCATIV	5.000,00	15.000,00	5.512,50	5.788,12	31.300,62
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00	15.000,00	5.512,50	5.788,12	31.300,62
2143	FOLHA DE PAGAMENTO DO FMAS	525.000,00	1.200.000,00	578.812,50	607.753,12	2.911.565,62
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	525.000,00	1.200.000,00	578.812,50	607.753,12	2.911.565,62
2146	CONVÊNIO COM A COZINHA COMUNITAR	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	96.000,00
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	24.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	96.000,00
<b>Total do Programa:</b>		<b>1.071.400,00</b>	<b>2.101.960,00</b>	<b>1.178.758,50</b>	<b>1.120.733,90</b>	<b>5.472.852,40</b>

**FUNREBOM****Planilhas Planejamento**

Página 18 de 25

**Valores de Ações por Programa por Exercício**

Plano Plurianual - PPA

Ano Inicial: 2014

Ano Final: 2017

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Codigo Programa: 15 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ITAPOÁ</b>						
2139	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	180.000,00	240.000,00	198.450,00	208.372,50	826.822,50
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	120.000,00	120.000,00	132.300,00	138.915,00	511.215,00
	10025 FUNREBOM	60.000,00	120.000,00	66.150,00	69.457,50	315.607,50
<b>Total do Programa:</b>		180.000,00	240.000,00	198.450,00	208.372,50	826.822,50

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPOA

## Planilhas Planejamento

Página 19 de 25

## Valores de Ações por Programa por Exercício

Plano Plurianual - PPA

Ano Inicial: 2014

Ano Final: 2017

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Codigo Programa: 13 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E SAÚDE PREVENTIVA</b>						
1033	CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO E REFORMA	20,00	20,00	22,05	23,15	85,20
	10200 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	20,00	20,00	22,05	23,15	85,20
2111	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	24.000,00	25.000,00	26.460,00	27.783,00	103.243,00
	26403 Atenção Básica - PAB FIXO	24.000,00	25.000,00	26.460,00	27.783,00	103.243,00
2112	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊU	276.000,00	945.000,00	304.290,00	319.504,51	1.844.794,51
	10200 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	150.000,00	800.000,00	165.375,00	173.643,75	1.289.018,75
	26701 Assistência Farmacêutica Básica Estad	67.000,00	67.000,00	73.867,50	77.560,88	285.428,38
	26702 Assistência Farmacêut. Básica - FED	59.000,00	78.000,00	65.047,50	68.299,88	270.347,38
2113	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS D	474.000,00	997.000,00	469.665,00	493.148,25	2.433.813,25
	10200 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	48.000,00	170.000,00	0,00	0,00	218.000,00
	26401 Cofinanciamento da Atenção Básica	60.000,00	99.000,00	66.150,00	69.457,50	294.607,50
	26402 NASF SC COFINANCIAMENTO ATE	26.000,00	110.000,00	28.665,00	30.098,25	194.763,25
	26403 Atenção Básica - PAB FIXO	0,00	160.000,00	0,00	0,00	160.000,00
	26404 Atenção Básica - PSF	100.000,00	218.000,00	110.250,00	115.762,50	544.012,50
	26406 Atenção Básica - PSE - Prog Sau Esc	34.000,00	34.000,00	37.485,00	39.359,25	144.844,25
	26407 Atenção Básica - PMAQ/AB	206.000,00	206.000,00	227.115,00	238.470,75	877.585,75
2114	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REABILI	70.000,00	99.000,00	77.175,00	81.033,75	327.208,75
	10200 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	40.000,00	50.000,00	44.100,00	46.305,00	180.405,00
	26503 MAC / ESTADUAL	30.000,00	49.000,00	33.075,00	34.728,75	146.803,75
2115	MANUTENÇÃO DO PA 24 HORAS	290.995,00	915.000,00	280.035,00	294.036,74	1.780.066,74
	10200 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	155.995,00	515.000,00	131.197,50	137.757,37	939.949,87
	26501 MAC/SAMU	35.000,00	100.000,00	38.587,50	40.516,87	214.104,37
	26502 MAC / SE	100.000,00	300.000,00	110.250,00	115.762,50	626.012,50
2116	REPASSE AO CIS / AMUNESC	142.000,00	160.000,00	156.555,00	164.382,75	622.937,75
	10200 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	142.000,00	160.000,00	156.555,00	164.382,75	622.937,75
2117	PLANTÕES MÉDICOS	1.000.000,00	1.400.000,00	1.102.500,00	1.157.625,00	4.660.125,00
	10200 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	800.000,00	1.400.000,00	882.000,00	926.100,00	4.008.100,00
	26502 MAC / SE	200.000,00	0,00	220.500,00	231.525,00	652.025,00
2118	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL D	517.000,00	1.463.707,15	569.992,50	598.492,12	3.149.191,77
	10200 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	517.000,00	1.463.707,15	569.992,50	598.492,12	3.149.191,77
2119	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIO	33.980,00	34.000,00	37.462,95	39.336,10	144.779,05
	10200 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	4.980,00	5.000,00	5.490,45	5.764,97	21.235,42
	26601 Vigilância em Saúde - Epidemiológica	29.000,00	29.000,00	31.972,50	33.571,13	123.543,63
2120	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRI	25.000,00	85.000,00	27.562,50	28.940,63	166.503,13
	16600 VIGILANCIA EM SAUDE	15.000,00	75.000,00	16.537,50	17.364,38	123.901,88
	26602 Vigilância em Saúde - Sanitária	10.000,00	10.000,00	11.025,00	11.576,25	42.601,25
2121	CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO PROTET	56.000,00	56.000,00	39.690,00	41.674,50	193.364,50
	10200 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	56.000,00	56.000,00	39.690,00	41.674,50	193.364,50
2141	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA	5.000,00	15.000,00	5.512,50	5.788,12	31.300,62
	10200 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	5.000,00	15.000,00	5.512,50	5.788,12	31.300,62
2142	FOLHA DE PAGAMENTO DO FMS	6.701.556,80	10.000.000,00	7.388.466,35	7.757.889,66	31.847.912,81
	10200 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	5.287.556,80	8.865.000,00	5.829.531,35	6.121.007,90	26.103.096,05
	16600 VIGILANCIA EM SAUDE	60.000,00	0,00	66.150,00	69.457,50	195.607,50
	26402 NASF SC COFINANCIAMENTO ATE	70.000,00	130.000,00	77.175,00	81.033,75	358.208,75
	26403 Atenção Básica - PAB FIXO	326.000,00	223.000,00	359.415,00	377.385,75	1.285.800,75
	26404 Atenção Básica - PSF	328.000,00	210.000,00	361.620,00	379.701,00	1.279.321,00
	26405 Atenção Básica - PACS	396.000,00	422.000,00	436.590,00	458.419,50	1.713.009,50
	26407 Atenção Básica - PMAQ/AB	100.000,00	100.000,00	110.250,00	115.762,50	426.012,50
	26501 MAC/SAMU	115.000,00	50.000,00	126.787,50	133.126,88	424.914,38
	26503 MAC / ESTADUAL	19.000,00	0,00	20.947,50	21.994,88	61.942,38
2158	IMPLANTAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E MAN	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
	10200 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
<b>Total do Programa:</b>		<b>9.615.551,80</b>	<b>16.394.727,15</b>	<b>10.485.388,85</b>	<b>11.009.658,28</b>	<b>47.505.326,08</b>

**FUNDO MUN INF E ADOL DE ITAPOA****Planilhas Planejamento**

Página 20 de 25

**Valores de Ações por Programa por Exercício**

Plano Plurianual - PPA

Ano Inicial: 2014

Ano Final: 2017

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Codigo Programa: 11 - PROGRAMA DE ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b>						
2087	CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS DO F	1.000,00	1.000,00	1.102,50	1.157,62	4.260,12
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	1.000,00	1.000,00	1.102,50	1.157,62	4.260,12
2088	MANUTENÇÃO DO FIA	5.000,00	5.000,00	5.512,50	5.788,12	21.300,62
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00	5.000,00	5.512,50	5.788,12	21.300,62
2089	AÇÃO DIRETA COM CRIANÇAS E ADOLE	11.000,00	11.000,00	12.127,50	12.733,87	46.861,37
	10000 RECURSOS ORDINARIOS	5.000,00	9.000,00	5.512,50	5.788,12	25.300,62
	17800 FIA Demais Recursos	6.000,00	2.000,00	6.615,00	6.945,75	21.560,75
<b>Total do Programa:</b>		<b>17.000,00</b>	<b>17.000,00</b>	<b>18.742,50</b>	<b>19.679,61</b>	<b>72.422,11</b>

## FUNDO MUN DE EDUCACAO DE ITAPOA

## Planilhas Planejamento

Página 21 de 25

## Valores de Ações por Programa por Exercício

Plano Plurianual - PPA

Ano Inicial: 2014

Ano Final: 2017

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Codigo Programa: 21 - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E INFANTIL</b>						
1029	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	200.000,00	10,00	220.500,00	231.525,00	652.035,00
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	200.000,00	10,00	220.500,00	231.525,00	652.035,00
1030	CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO E REFORM	437.740,00	766.000,00	482.608,35	506.738,76	2.193.087,11
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	267.740,00	480.000,00	295.183,35	309.942,51	1.352.865,86
	25800 SALARIO EDUCACAO	170.000,00	286.000,00	187.425,00	196.796,25	840.221,25
1031	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	10,00	10,00	11,02	11,57	42,59
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	10,00	10,00	11,02	11,57	42,59
1032	CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO E REFORM	437.740,00	824.000,00	482.608,35	506.738,76	2.251.087,11
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	267.740,00	320.000,00	295.183,35	309.942,51	1.192.865,86
	25800 SALARIO EDUCACAO	170.000,00	504.000,00	187.425,00	196.796,25	1.058.221,25
2090	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDU	225.393,75	501.784,80	248.623,32	261.054,55	1.236.856,42
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	225.393,75	501.784,80	248.623,32	261.054,55	1.236.856,42
2091	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIO	1.210.000,00	2.055.000,00	1.334.025,00	1.400.726,25	5.999.751,25
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	1.210.000,00	2.055.000,00	1.334.025,00	1.400.726,25	5.999.751,25
2092	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	120.000,00	60.000,00	132.300,00	138.915,00	451.215,00
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	120.000,00	60.000,00	132.300,00	138.915,00	451.215,00
2093	MERENDA ESCOLAR	323.000,00	352.000,00	356.107,50	373.912,88	1.405.020,38
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	210.000,00	210.000,00	231.525,00	243.101,25	894.626,25
	26001 P. N. Aliment. Escolar PNAE/Fundame	113.000,00	142.000,00	124.582,50	130.811,63	510.394,13
2094	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL	547.000,00	800.000,00	603.067,50	633.220,87	2.583.288,37
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	500.000,00	740.000,00	551.250,00	578.812,50	2.370.062,50
	26101 Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Fede	19.000,00	30.000,00	20.947,50	21.994,87	91.942,37
	26102 Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Est	28.000,00	30.000,00	30.870,00	32.413,50	121.283,50
2095	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENT	1.533.000,00	3.790.000,00	1.690.132,50	1.774.639,12	8.787.771,62
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	1.182.000,00	3.500.000,00	1.303.155,00	1.368.312,75	7.353.467,75
	25800 SALARIO EDUCACAO	351.000,00	290.000,00	386.977,50	406.326,37	1.434.303,87
2096	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSI	6.338.600,00	8.345.000,00	6.988.306,50	7.337.721,81	29.009.628,31
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	302.700,00	1.080.000,00	333.726,75	350.413,08	2.066.839,83
	21800 TRANSF. DE RECURSOS DO FUN	6.035.900,00	7.265.000,00	6.654.579,75	6.987.308,73	26.942.788,48
2097	GESTÃO FINANCEIRA DEMOCRÁTICA DA	51.000,00	72.000,00	56.227,50	59.038,87	238.266,37
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	51.000,00	72.000,00	56.227,50	59.038,87	238.266,37
2098	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	607.500,00	1.590.000,00	669.768,75	703.257,19	3.570.525,94
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	353.500,00	1.400.000,00	389.733,75	409.220,43	2.552.454,18
	25800 SALARIO EDUCACAO	254.000,00	190.000,00	280.035,00	294.036,76	1.018.071,76
2099	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	100.000,00	35.000,00	110.250,00	115.762,50	361.012,50
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	100.000,00	35.000,00	110.250,00	115.762,50	361.012,50
2100	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL	82.000,00	223.000,00	90.405,00	94.925,26	490.330,26
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	80.000,00	220.000,00	88.200,00	92.610,00	480.810,00
	26101 Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Fede	2.000,00	3.000,00	2.205,00	2.315,26	9.520,26
2101	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIO	4.530.000,00	4.650.000,00	4.994.325,00	5.244.041,26	19.418.366,26
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	482.900,00	225.000,00	532.397,25	559.017,11	1.799.314,36
	21800 TRANSF. DE RECURSOS DO FUN	4.047.100,00	4.425.000,00	4.461.927,75	4.685.024,15	17.619.051,90
2102	MERENDA ESCOLAR DAS CRECHES	85.000,00	81.000,00	93.712,50	98.398,13	358.110,63
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	50.000,00	35.000,00	55.125,00	57.881,25	198.006,25
	26003 P. N. Aliment. Escolar PNAE/Creche	35.000,00	46.000,00	38.587,50	40.516,88	160.104,38
2103	MERENDA ESCOLAR DA PRÉ-ESCOLA	97.000,00	119.000,00	106.942,50	112.289,62	435.232,12
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	75.000,00	75.000,00	82.687,50	86.821,87	319.509,37
	26002 P. N. Aliment. Escolar PNAE/Pré Escol	22.000,00	44.000,00	24.255,00	25.467,75	115.722,75
2104	GESTÃO FINANCEIRA DEMOCRÁTICA DA	21.000,00	17.000,00	23.152,50	24.310,12	85.462,62
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	21.000,00	17.000,00	23.152,50	24.310,12	85.462,62
2105	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL EJA	40.000,00	40.000,00	44.100,00	46.305,00	170.405,00
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	40.000,00	40.000,00	44.100,00	46.305,00	170.405,00
2106	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSION	457.000,00	600.000,00	503.842,50	529.034,62	2.089.877,12
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	245.000,00	600.000,00	270.112,50	283.618,12	1.398.730,62
	21800 TRANSF. DE RECURSOS DO FUN	212.000,00	0,00	233.730,00	245.416,50	691.146,50

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



**FUNDO MUN DE EDUCACAO DE ITAPOA****Planilhas Planejamento**

Página 22 de 25

**Valores de Ações por Programa por Exercício**

Plano Plurianual - PPA

Ano Inicial: 2014

Ano Final: 2017

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Codigo Programa: 21 - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E INFANTIL</b>						
2107	MANUTENÇÃO DO EJA	20.000,00	30.000,00	22.050,00	23.152,50	95.202,50
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	20.000,00	30.000,00	22.050,00	23.152,50	95.202,50
2108	MERENDA ESCOLAR DO EJA	10.200,00	18.000,00	11.245,50	11.807,78	51.253,28
	26004 Prog. Nac. de Aliment. Escolar - EJA	10.200,00	13.000,00	11.245,50	11.807,78	46.253,28
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
2133	CONVÊNIO COM A APAE	45.000,00	43.910,00	46.305,00	48.620,25	183.835,25
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	45.000,00	43.910,00	46.305,00	48.620,25	183.835,25
2159	CONVÊNIO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL C	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
	10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRA	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
<b>Total do Programa:</b>		17.518.183,75	25.112.714,80	19.310.616,79	20.276.147,67	82.217.663,01

**FUNDO MUN DE EDUCACAO DE ITAPOA****Planilhas Planejamento**

Página 23 de 25

**Valores de Ações por Programa por Exercício**

Plano Plurianual - PPA

Ano Inicial: 2014

Ano Final: 2017

Ação	Descrição Ação	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Vlr Global
<b>Codigo Programa: 22 - ENSINO MÉDIO E SUPERIOR</b>						
2109	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL ENS	472.940,00	486.000,00	521.416,35	547.487,16	2.027.843,51
10000	RECURSOS ORDINARIOS	135.000,00	135.000,00	148.837,50	156.279,37	575.116,87
26101	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Fede	4.940,00	6.000,00	5.446,35	5.718,66	22.105,01
26102	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Est	333.000,00	345.000,00	367.132,50	385.489,13	1.430.621,63
2110	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE UNIVER	710.000,00	1.100.000,00	782.775,00	821.913,75	3.414.688,75
10000	RECURSOS ORDINARIOS	710.000,00	1.100.000,00	782.775,00	821.913,75	3.414.688,75
2163	CONVÊNIO COM A APP DA ESCOLA EST	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
10000	RECURSOS ORDINARIOS	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
<b>Total do Programa:</b>		1.182.940,00	1.886.000,00	1.304.191,35	1.369.400,91	5.742.532,26
<b>Total Geral:</b>		57.300.340,00	81.450.500,00	63.033.018,99	66.194.548,58	267.978.407,57

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

## Planilhas Planejamento

Página 24 de 25

## Valores de Ações por Programa por Exercício

Plano Plurianual - PPA

Ano Inicial: 2014

Ano Final: 2017

## Resumo Por Vínculo

Vínculo Descrição Vínculo	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Valor Global
10000 RECURSOS ORDINARIOS	17.000.264,45	29.376.458,05	18.743.173,50	19.690.210,79	84.810.106,79
10025 FUNREBOM	60.000,00	120.000,00	66.150,00	69.457,50	315.607,50
10026 SANEAMENTO BÁSICO	280.000,00	360.000,00	308.700,00	324.135,00	1.272.835,00
10028 REC ORDIN HONORARIOS DE SUCUMBENC	75.000,00	200.000,00	82.687,50	86.821,88	444.509,38
10042 ROYALTIES LF 9478	4.100.000,00	0,00	4.520.250,00	4.746.262,50	13.366.512,50
10100 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE	6.048.983,75	11.844.714,80	6.665.823,79	6.999.114,99	31.558.637,33
10200 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE	7.206.551,80	13.699.727,15	7.829.466,35	8.220.939,63	36.956.684,93
10300 CONTRIBUICAO PARA RPPS	6.648.000,00	7.395.000,00	7.329.420,00	7.695.891,00	29.068.311,00
11600 CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO DO DOMI	45.000,00	2.000,00	49.612,50	52.093,13	148.705,63
11700 CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO SERVICO	1.180.000,00	1.600.000,00	1.300.950,00	1.365.997,50	5.446.947,50
14400 FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO	190.000,00	155.000,00	209.475,00	219.948,75	774.423,75
15400 CONVENIO TRANSITO - MILITAR	32.200,00	23.674,00	35.500,50	37.275,52	128.650,02
15500 CONVENIO TRANSITO - CIVIL	32.200,00	23.674,00	35.500,50	37.275,52	128.650,02
15600 CONVENIO TRANSITO - PREFEITURA	27.600,00	20.292,00	30.429,00	31.950,45	110.271,45
16600 VIGILANCIA EM SAUDE	75.000,00	75.000,00	82.687,50	86.821,88	319.509,38
17800 FIA Demais Recursos	6.000,00	2.000,00	6.615,00	6.945,75	21.560,75
18900 ALIENACOES DE BENS DESTINADOS A OU	10.000,00	12.000,00	11.025,00	11.576,25	44.601,25
21800 TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB	10.295.000,00	11.690.000,00	11.350.237,50	11.917.749,38	45.252.986,88
22203 COBERTURA DE QUADRA ESCOLAR PAC 2 64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22204 AMPLIAÇÃO EM JOÃO MONTEIRO CABRAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22205 AMPLIAÇÃO EM ALBERTO SPECK	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22405 REVITALIZ. E MODERNIZ. AV. BEIRA MAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22406 AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22407 FUNDAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22408 PROJETO ITAPOÁ NO FUTSAL E VÔLEI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24700 APOIO A PESSOA IDOSA - API	4.400,00	4.400,00	4.851,00	5.093,55	18.744,55
25000 PROGRAMA DE ERRADICACAO DO TRABALH	18.000,00	0,00	19.845,00	20.837,25	58.682,25
25201 PBF- PISO BASICO FIXO	54.000,00	78.000,00	59.535,00	62.511,75	254.046,75
25202 FEAS - FUNDO ESTADUAL A.S. SOCIAL	14.000,00	20.800,00	15.435,00	16.206,75	66.441,75
25203 FEAS - COFINANC. DE BENEFÍCIOS EVENTU	0,00	3.460,00	0,00	0,00	3.460,00
25204 FEAS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0,00	26.700,00	0,00	0,00	26.700,00
25205 SERV CONV E FORTAL VÍNCULO - SCFV	0,00	135.000,00	0,00	0,00	135.000,00
25800 SALARIO EDUCACAO	945.000,00	1.270.000,00	1.041.862,50	1.093.955,63	4.350.818,13
26001 P. N. Aliment. Escolar PNAE/Fundamental	113.000,00	142.000,00	124.582,50	130.811,63	510.394,13
26002 P. N. Aliment. Escolar PNAE/Pré Escolar	22.000,00	44.000,00	24.255,00	25.467,75	115.722,75
26003 P. N. Aliment. Escolar PNAE/Creche	35.000,00	46.000,00	38.587,50	40.516,88	160.104,38
26004 Prog. Nac. de Aliment. Escolar - EJA	10.200,00	13.000,00	11.245,50	11.807,78	46.253,28
26101 Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal	25.940,00	39.000,00	28.598,85	30.028,79	123.567,64
26102 Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Estadua	361.000,00	375.000,00	398.002,50	417.902,63	1.551.905,13
26201 Outros Recursos Educação - FNDE SIGARP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26202 Outros Rec Educ. - FNDE EDUC. INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26301 Bolsa Família	14.000,00	15.600,00	15.435,00	16.206,75	61.241,75
26302 IGD - SUAS	18.000,00	18.000,00	19.845,00	20.837,25	76.682,25
26401 Cofinanciamento da Atenção Básica	60.000,00	99.000,00	66.150,00	69.457,50	294.607,50
26402 NASF SC COFINANCIAMENTO ATEN.BAS.	96.000,00	240.000,00	105.840,00	111.132,00	552.972,00
26403 Atenção Básica - PAB FIXO	350.000,00	408.000,00	385.875,00	405.168,75	1.549.043,75
26404 Atenção Básica - PSF	428.000,00	428.000,00	471.870,00	495.463,50	1.823.333,50
26405 Atenção Básica - PACS	396.000,00	422.000,00	436.590,00	458.419,50	1.713.009,50
26406 Atenção Básica - PSE - Prog Sau Escola	34.000,00	34.000,00	37.485,00	39.359,25	144.844,25
26407 Atenção Básica - PMAQ/AB	306.000,00	306.000,00	337.365,00	354.233,25	1.303.598,25
26408 INVESTIMENTOS REDE DE SERV. SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26501 MAC/SAMU	150.000,00	150.000,00	165.375,00	173.643,75	639.018,75
26502 MAC / SE	300.000,00	300.000,00	330.750,00	347.287,50	1.278.037,50
26503 MAC / ESTADUAL	49.000,00	49.000,00	54.022,50	56.723,63	208.746,13
26601 Vigilância em Saúde - Epidemiológica	29.000,00	29.000,00	31.972,50	33.571,13	123.543,63
26602 Vigilância em Saúde - Sanitária	10.000,00	10.000,00	11.025,00	11.576,25	42.601,25
26701 Assistência Farmacêutica Básica Estadual	67.000,00	67.000,00	73.867,50	77.560,88	285.428,38
26702 Assistência Farmacêut. Básica - FEDERAL	59.000,00	78.000,00	65.047,50	68.299,88	270.347,38
28301 Oper. Créd. Internas Pav. Av. Beira Mar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30000 RECURSOS ORDINARIOS - EXERCICIOS AN	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
30026 SANEAMENTO BÁSICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30027 Recursos Águas de Itapoá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30028 Rec Ord Honor Sucumbência Ex Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30042 ROYALTIES PETRÓLEO EXERCÍCIO ANTERIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30100 RECURSOS ORDINARIOS - EXERCICIO ANT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

## Planilhas Planejamento

Página 25 de 25

## Valores de Ações por Programa por Exercício

Plano Plurianual - PPA

Ano Inicial: 2014

Ano Final: 2017

## Resumo Por Vínculo

Vínculo	Descrição Vínculo	Vlr Ano: 2014	Vlr Ano: 2015	Vlr Ano: 2016	Vlr Ano: 2017	Valor Global
30200	RECURSOS ORDINARIOS - EXERCICIOS AN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30300	Contribuição para RPPS Ex Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31600	CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31700	COSIP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34301	Compensação Ambiental Ex Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34400	Fundo Especial do Petróleo - Ex Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35400	Convênio Trânsito - Militar - Ex Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35500	Convênio Trânsito - Civil - Ex Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35600	Convênio Trânsito - Prefeitura - Ex Ante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36600	Vigilância em Saúde Ex Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38800	Alienação Bens Prog. de Saúde Ex Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38900	Alienação Bens Outros Programas - Ex Ant	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61800	Transf.FUNDEB/FUNDEF Ex Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62202	INFRAESTRUTURA ESCOLAR - EQUIP E MOBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62400	Transfência de Convênios - Outros-Ex Ant	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62404	SEITEC - EQUIPES ESPORTIVAS ESCOLARE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64600	Prog. Educ. Jovens e Adultos - PEJA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64700	Apoio a Pessoa Idosa - API - Ex Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65000	Progr. Errad Trab Infantil PETI - Ex Ant	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65200	Outras Transf. Fundo Assist. - Ex Anteri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65201	Outras Transf. Fundo Assist. Ex Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65202	FEAS - FUNDO ESTADUAL A.S. SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65203	FEAS - COFINAN. BENEFICIOS EVENTUAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65300	Transf. Conv. - Assist. Social - Ex Anter	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65800	Salário Educação Ex Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66001	Prog. Nac. de Aliment. Esc. PNAE Ex Ante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66101	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66102	P N. A. Transp. Escolar Estadual Ex Ante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66200	Outros Recursos Educação - FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66300	Bolsa Família - Ex Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66301	Bolsa Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66302	IGD - SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66401	Cofinanciamento Ex Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66402	NASF EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66403	Atenção Básica PAB EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66404	Atenção Básica - PSF Ex Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66405	Atenção Básica PACS Ex Ant	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66406	Atenção Básica PSE Ex Ant	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66407	Atenção Básica - PMAQ/AB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66408	Inv Rede de Saúde Ex Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66501	MAC/SAMU EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66502	MAC / SE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66601	Vigilância Saúde - Epidem. Ex Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66602	Vigilância em Saúde Sanitária Ex Ant	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66603	VIG E PREV VIOL E ACID EX ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66701	Assist Farmac Básica Estadual Ex Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66702	Assist Farmac Básica Federal Ex Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67000	Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Geral:</b>		<b>57.300.340,00</b>	<b>81.450.500,00</b>	<b>63.033.018,99</b>	<b>66.194.548,58</b>	<b>267.978.407,57</b>



**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**Prefeitura Municipal de Itapoá**

Rua Mariana Michels Borges, n° 201 - Itapema do Norte - Itapoá/SC CEP 89.249-000  
Fone: (47) 3443-8800 Fax: (47) 3443-8828 - www.itapoa.sc.gov.br

**LEI MUNICIPAL Nº 544/2014**

Data: 08 de setembro de 2014

**ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 458/2013, QUE DISPÕE  
SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE  
ITAPOÁ PARA O PERÍODO DE 2014 A 2017 E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte

**LEI**

**Art. 1º** Art. 1º Ficam alterados os anexos I – Receitas por Exercício, II – Programas Detalhados e III – Valores de Ações por Programa por Exercício, da Lei Municipal nº 458/2013, que passarão a vigorar com a redação dos anexos que acompanham esta Lei.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, e altera a Lei Municipal nº 458/2013.

Itapoá (SC), 08 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

**LM N° 545/2014 - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA**  
**Metodologia e Memória de Cálculo**  
**Anexo das Metas Fiscais**  
**Resultado Primário**  
**Ano LDO: 2015    Versão: 1**

Especificação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>53.713.747,45</b>	<b>61.074.294,88</b>	<b>57.171.340,00</b>	<b>81.428.500,00</b>	<b>86.314.210,00</b>	<b>91.493.062,57</b>
Recetta Tributária	11.523.154,23	17.649.120,20	15.035.000,00	30.273.000,00	32.089.380,00	34.014.742,78
Recetta de Contribuição	4.341.571,61	5.213.188,33	4.764.000,00	5.580.000,00	5.914.800,00	6.269.688,00
Recetta Patrimonial	9.370.355,30	2.837.509,53	3.529.000,00	4.170.000,00	4.420.200,00	4.685.412,00
Aplicações Financeiras (II)	5.175.722,44	2.539.753,05	3.245.000,00	3.810.000,00	4.038.600,00	4.280.916,00
Outras Receitas Patrimoniais	4.194.632,86	297.756,48	284.000,00	360.000,00	381.600,00	404.496,00
Recetta de Serviços	4.866.253,19	70.912,93	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	22.905.255,70	30.973.534,18	33.502.240,00	38.878.960,00	41.211.697,61	43.684.399,47
Demais Receitas Correntes	3.110.600,30	6.992.144,61	3.310.500,00	5.670.140,00	6.010.348,39	6.370.969,28
Dedução da Recetta Corrente	(2.403.442,88)	(2.662.114,90)	(2.969.400,00)	(3.143.600,00)	(3.332.216,00)	(3.532.148,96)
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III)=(I-II)</b>	<b>48.538.025,01</b>	<b>58.534.541,83</b>	<b>53.926.340,00</b>	<b>77.618.500,00</b>	<b>82.275.610,00</b>	<b>87.212.146,57</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IV)</b>	<b>980.069,41</b>	<b>911.466,37</b>	<b>10.000,00</b>	<b>22.000,00</b>	<b>23.320,00</b>	<b>24.719,20</b>
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	0,00	5.500,00	10.000,00	17.000,00	18.020,00	19.101,20
Transferência de Capital	980.069,41	905.966,37	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.300,00	5.618,00
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII)=(IV-V-VI-VII)</b>	<b>980.069,41</b>	<b>905.966,37</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>5.300,00</b>	<b>5.618,00</b>
<b>RECEITAS PRIMARIAS (IX)=(III+VIII)</b>	<b>49.518.114,42</b>	<b>59.440.508,20</b>	<b>53.926.340,00</b>	<b>77.623.500,00</b>	<b>82.280.910,00</b>	<b>87.217.764,57</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (X)</b>	<b>44.881.956,74</b>	<b>49.365.721,26</b>	<b>50.024.496,55</b>	<b>71.619.577,00</b>	<b>75.916.751,62</b>	<b>80.471.756,72</b>
Pessoal e Encargos Sociais	23.493.780,87	28.148.783,37	28.071.206,80	38.784.500,00	41.111.570,00	43.578.264,20
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	0,00	20.000,00	5.000,00	5.300,00	5.618,00
Outras Despesas Correntes	21.388.175,87	21.216.937,89	21.933.289,75	32.830.077,00	34.799.881,62	36.887.874,52
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X-XI)</b>	<b>44.881.956,74</b>	<b>49.365.721,26</b>	<b>50.004.496,55</b>	<b>71.614.577,00</b>	<b>75.911.451,62</b>	<b>80.466.138,72</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XIII)</b>	<b>3.546.981,98</b>	<b>4.544.968,02</b>	<b>3.564.284,45</b>	<b>4.900.923,00</b>	<b>5.194.978,38</b>	<b>5.506.677,09</b>
Investimentos	3.546.981,98	4.544.968,02	3.489.284,45	4.810.923,00	5.099.578,38	5.405.553,09
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	75.000,00	90.000,00	95.400,00	101.124,00
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV)=(XIII-XIV)</b>	<b>3.546.981,98</b>	<b>4.544.968,02</b>	<b>3.489.284,45</b>	<b>4.810.923,00</b>	<b>5.099.578,38</b>	<b>5.405.553,09</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.592.559,00</b>	<b>4.930.000,00</b>	<b>5.225.800,00</b>	<b>5.539.348,00</b>
<b>DESPESAS PRIMARIAS (XVII)=(XII+XV+XVI)</b>	<b>48.428.938,72</b>	<b>53.910.689,28</b>	<b>57.086.340,00</b>	<b>81.355.500,00</b>	<b>86.236.830,00</b>	<b>91.411.039,81</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)</b>	<b>1.089.175,70</b>	<b>5.529.818,92</b>	<b>(3.160.000,00)</b>	<b>(3.732.000,00)</b>	<b>(3.955.920,00)</b>	<b>(4.193.275,24)</b>

Fonte: RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2012 E 2013 E LEI MUNICIPAL 470/2013 - LDO 2014



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA**  
**Metodologia e Memória de Cálculo**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
**Resultado Nominal**  
**Ano LDO: 2015 Versão: 1**

Valores - R\$

Especificação	2012 (b)	2013 (c)	2014 (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)
Dívida Consolidada (I)						
Deduções (II)	0,00	0,00	825.000,00	900.000,00	600.000,00	300.000,00
Ativo Disponível	5.219.259,50	12.599.107,89	65.000,00	120.000,00	130.000,00	140.000,00
Haveres Financeiros	5.408.999,81	13.138.044,99	235.000,00	350.000,00	400.000,00	450.000,00
( - ) Resto A Pagar Processados	42.356,85	21,84	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (II)=(I-II)	232.097,16	538.958,94	170.000,00	230.000,00	270.000,00	310.000,00
Receita de Privatizações (IV)	(5.219.259,50)	(12.599.107,89)	760.000,00	780.000,00	470.000,00	160.000,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (III+IV-V)	(5.219.259,50)	(12.599.107,89)	760.000,00	780.000,00	470.000,00	160.000,00
<b>Resultado Nominal</b>	<b>(b-a)</b>	<b>(c-b)</b>	<b>(d-c)</b>	<b>(e-d)</b>	<b>(f-e)</b>	<b>(g-f)</b>
	(229.748,13)	(7.379.848,39)	13.359.107,89	20.000,00	(310.000,00)	(310.000,00)

Fonte: RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2012, 2013 E LEI MUNICIPAL 470/2013 - LDO 2014  
A PREVISÃO DA META DE DÍVIDA CONSOLIDADA CONTRATUAL PARA OS EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 E 2017, REFERE-SE À LEI MUNICIPAL 517/2014, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO  
ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA**  
**Metodologia e Memória de Cálculo**  
**Anexo Das Metas Fiscais**  
**Montante da Dívida**  
**Ano LDO: 2015 Versão:1**

Valores - R\$

Divida Consolidada - DC		2012	2013	2014	2015	2016	2017
Divida Consolidada I							
Divida Mobiliária		0,00	0,00	825.000,00	900.000,00	600.000,00	300.000,00
Divida Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores à 05/05/2000		0,00	0,00	825.000,00	900.000,00	600.000,00	300.000,00
Operações de Crédito Inferiores a 12 Meses		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções II		5.219.259,50	12.599.107,89	65.000,00	120.000,00	130.000,00	140.000,00
Ativo Diponível		5.408.999,81	13.138.044,99	235.000,00	350.000,00	400.000,00	450.000,00
Haveres Financeiros		42.356,85	21,84	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Resto a Pagar Processados		232.097,16	538.958,94	170.000,00	230.000,00	270.000,00	310.000,00
Div. Consol. Líquida (III) = (I-II)		(5.219.259,50)	(12.599.107,89)	760.000,00	780.000,00	470.000,00	160.000,00
Divida Consolidada Previdenciária		2012	2013	2014	2015	2016	2017
Divida Consolidada Previdenciária III							
Passivo Atuarial		10.862.776,54	28.107.778,47	34.689.382,16	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas		10.862.776,54	28.107.778,47	34.689.382,16	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES IV		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta		27.957.627,58	28.522.104,72	31.741.368,57	0,00	0,00	0,00
Investimentos		27.990.463,61	28.565.759,63	31.796.368,57	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC		32.836,03	43.654,91	55.000,00	0,00	0,00	0,00
Div. Consol. Líquida Prev. (V) = (III-IV)		(17.094.851,04)	(414.326,25)	2.948.013,59	0,00	0,00	0,00

Fonte: RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL DE 2012, 2013, LEI MUNICIPAL 470/2013 E CÁLCULO ATUARIAL ANO BASE 2013

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA**  
**Lei de Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo das Metas Fiscais**  
**Metas Anuais**

Ano LDO: 2015    Versão: 1

AMF - Demonstrativo I (LRF, ART. 4º, § 1º)

Especificação	2015			2016			2017		
	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A / PIB * 100)	Valor Corrente (B)	Valor Constante	% PIB (B / PIB * 100)	Valor Corrente (C)	Valor Constante	% PIB (C / PIB * 100)
Receita Total	81.450.500,00	77.943.062,20	0,0000 %	86.337.530,00	82.619.645,93	0,0000 %	91.517.781,77	87.576.824,66	0,0000 %
Receita Primária I	77.623.500,00	74.280.861,24	0,0000 %	82.280.910,00	78.737.712,92	0,0000 %	87.217.764,57	83.461.975,67	0,0000 %
Despesa Total	81.450.500,00	77.943.062,20	0,0000 %	86.337.530,00	82.619.645,93	0,0000 %	91.517.781,81	87.576.824,70	0,0000 %
Despesa Primária II	81.355.500,00	77.852.153,11	0,0000 %	86.236.830,00	82.523.282,30	0,0000 %	91.411.039,81	87.474.679,24	0,0000 %
Resultado Primário(I-II)	(3.732.000,00)	(3.571.291,87)	0,0000 %	(3.955.920,00)	(3.785.569,38)	0,0000 %	(4.193.275,24)	(4.012.703,58)	0,0000 %
Resultado Nominal	20.000,00	19.138,76	0,0000 %	(310.000,00)	(296.650,72)	0,0000 %	(310.000,00)	(296.650,72)	0,0000 %
Dívida Pública Consolidada	900.000,00	861.244,02	0,0000 %	600.000,00	574.162,68	0,0000 %	300.000,00	287.081,34	0,0000 %
Dívida Consolidada Líquida	780.000,00	746.411,48	0,0000 %	470.000,00	449.760,77	0,0000 %	160.000,00	153.110,05	0,0000 %

Valores - R\$

Fonte:

Nota: OS VALORES CONSTANTES DESTE DEMONSTRATIVO, ESTÃO IMPACTADOS COM UM ÍNDICE DE INFLAÇÃO DE 4,5 % A.A. - PREVISTO PELO MINISTÉRIO DA FAZENDA E BANCO CENTRAL. NAS METAS ANUAIS DE RECEITA S PARA OS EXERCÍCIOS DE 2016 E 2017, FOI UTILIZADO UM ÍNDICE DE CRESCIMENTO DE 6% A.A. COM RELAÇÃO AO PREVISTO EM SEU RESPECTIVO ANO ANTERIOR.

AS METAS DE DESPESAS FORAM FIXADAS EM CONFORMIDADE COM AS DAS RECEITAS, PARA SE OBTER O EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS.

A DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA É UMA PREVISÃO, EM DECORRÊNCIA DA LM Nº 517/2014 QUE AUTORIZOU O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E TOWAR EMPRÉSTIMO NO VALOR DE R\$ 900.000,00.\_

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA**  
**Lei Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
**Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**  
**Ano LDO: 2015 Versão: 1**

Valores - R\$

Especificação	Metas Previstas Em 2013 (A)	% PIB	Metas Realizadas Em 2013 (B)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	53.414.240,00	0,0000 %	64.647.876,15	0,0000 %	11.233.636,15	21,03
Receita Primária I	49.982.240,00	0,0000 %	62.102.623,10	0,0000 %	12.120.383,10	24,25
Despesa Total	50.677.940,00	0,0000 %	53.910.689,28	0,0000 %	3.232.749,28	6,38
Despesa Primária II	50.677.940,00	0,0000 %	53.910.689,28	0,0000 %	3.232.749,28	6,38
Resultado Primário (III) = (I-II)	(695.700,00)	0,0000 %	8.191.933,82	0,0000 %	8.887.633,82	(1.277,51)
Resultado Nominal	(5.000,00)	0,0000 %	(7.379.848,39)	0,0000 %	(7.374.848,39)	147.496,97
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,0000 %	0,00	0,0000 %	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	(40.000,00)	0,0000 %	(12.599.107,89)	0,0000 %	(12.559.107,89)	31.397,77

Fonte:

BALANÇO GERAL 2013

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA**  
**Lei Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo de Metas Fiscais**

**Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas Três Exercícios Anteriores**

Ano LDO: 2015    Versão: 1

AMF - Demonstrativo III (LRF, ART. 4º, § 2º, inciso II)

Especificação	Valores a Preços Correntes - R\$									
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017
Receita Total	54.693.836,86	61.985.761,25	13,33 %	57.181.340,00	-7,75 %	81.450.500,00	42,44 %	86.337.530,00	6,00 %	91.517.781,77
Receita Primária I	49.518.114,42	59.440.508,20	20,04 %	53.926.340,00	-9,28 %	77.623.500,00	43,94 %	82.280.910,00	6,00 %	87.217.764,57
Despesa Total	48.428.938,72	53.910.689,28	11,32 %	57.181.340,00	6,07 %	81.450.500,00	42,44 %	86.337.530,00	6,00 %	91.517.781,81
Despesa Primária II	48.428.938,72	53.910.689,28	11,32 %	57.086.340,00	5,89 %	81.355.500,00	42,51 %	86.236.830,00	6,00 %	91.411.039,81
Resultado Primário (I - II)	1.069.175,70	5.529.818,92	407,71 %	(3.160.000,00)	-157,14 %	(3.732.000,00)	18,10 %	(3.955.920,00)	6,00 %	(4.193.275,24)
Resultado Nominal	(229.748,13)	(7.379.848,39)	0,00 %	13.359.107,89	-281,02 %	20.000,00	-99,85 %	(310.000,00)	-1650,00 %	(310.000,00)
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00 %	825.000,00	0,00 %	900.000,00	9,09 %	600.000,00	-33,33 %	300.000,00
Dívida Consolidada Líquida	(5.219.259,50)	(12.599.107,89)	141,40 %	760.000,00	-106,03 %	780.000,00	2,63 %	470.000,00	-39,74 %	160.000,00

Especificação	Valores a Preços Constantes - R\$									
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017
Receita Total	59.727.037,20	64.775.120,51	8,45 %	57.181.340,00	-11,72 %	81.450.500,00	42,44 %	86.337.530,00	6,00 %	91.517.781,77
Receita Primária I	54.075.018,90	62.115.331,07	14,87 %	53.926.340,00	-13,18 %	77.623.500,00	43,94 %	82.280.910,00	6,00 %	87.217.764,57
Despesa Total	52.885.611,81	56.336.670,30	6,53 %	57.181.340,00	1,50 %	81.450.500,00	42,44 %	86.337.530,00	6,00 %	91.517.781,81
Despesa Primária II	52.885.611,81	56.336.670,30	6,53 %	57.086.340,00	1,33 %	81.355.500,00	42,51 %	86.236.830,00	6,00 %	91.411.039,81
Resultado Primário (I - II)	1.189.407,09	5.778.660,77	385,84 %	(3.160.000,00)	-154,68 %	(3.732.000,00)	18,10 %	(3.955.920,00)	6,00 %	(4.193.275,24)
Resultado Nominal	0,00	(7.711.941,57)	0,00 %	13.359.107,89	-273,23 %	20.000,00	-99,85 %	(310.000,00)	-1650,00 %	(310.000,00)
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00 %	825.000,00	0,00 %	900.000,00	9,09 %	600.000,00	-33,33 %	300.000,00
Dívida Consolidada Líquida	(5.699.561,86)	(13.166.067,75)	131,00 %	760.000,00	-105,77 %	780.000,00	2,63 %	470.000,00	-39,74 %	160.000,00

Fonte: OS VALORES CONSTANTES DESTES DEMONSTRATIVO, ESTÃO IMPACTADOS COM UM ÍNDICE DE INFLAÇÃO DE 4,5% A.A. PREVISTO PELO MINISTÉRIO DA FAZENDA E BANCO CENTRAL.  
NAS METAS ANUAIS DE RECEITA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2016 E 2017, FOI UTILIZADO UM ÍNDICE DE CRESCIMENTO DE 6% A.A. COM RELAÇÃO AO PREVISTO EM SEU RESPECTIVO ANO ANTERIOR.  
AS METAS DE DESPESAS FORAM FIXADAS EM CONFORMIDADE COM AS DAS RECEITAS, PARA SE OBTIVER E EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS.  
A DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA É UMA PREVISÃO, EM DECORRÊNCIA DA LM Nº 517/2014 QUE AUTORIZOU O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E TOMAR EMPRÉSTIMO NO VALOR DE R\$ 900.000,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA**  
**Lei Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
**Evolução do Patrimônio Líquido**  
**Ano LDO: 2015 Versão: 1**

AMF - Demonstrativo IV (LRF, ART. 4º, § 2º, inciso III)

Valores - R\$

<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2013</b>	<b>%</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>	<b>2011</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	104.450.260,99	113,10 %	91.170.869,26	87,29 %	81.345.712,10	89,22 %
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Resultado Acumulado	-12.100.447,87	-13,10 %	13.279.391,73	12,71 %	9.825.157,16	10,78 %
<b>Total</b>	<b>92.349.813,12</b>	<b>100,00 %</b>	<b>104.450.260,99</b>	<b>100,00 %</b>	<b>91.170.869,26</b>	<b>100,00 %</b>

<b>Regime Previdenciário</b>						
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2013</b>	<b>%</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>	<b>2011</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	17.211.305,80	3261,66 %	10.866.687,74	63,14 %	6.466.271,07	59,51 %
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Resultado Acumulado	-16.683.621,14	-3161,66 %	6.344.618,06	36,86 %	4.400.416,67	40,49 %
<b>Total</b>	<b>527.684,66</b>	<b>100,00 %</b>	<b>17.211.305,80</b>	<b>100,00 %</b>	<b>10.866.687,74</b>	<b>100,00 %</b>

Fonte: BALANÇOS GERAIS DE 2011, 2012 E 2013



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA**  
**Lei Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo Metas Fiscais**  
**Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos**  
 Ano LDO: 2015 Versão:1

AMF - Demonstrativo V (LRF, ART. 4º, § 2º, inciso III)

Valores R\$

Receitas Realizadas	2013 (a)	2012 (b)	2011 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	5.817,59	893,69	1.818,21
Alienação de Bens Móveis	5.817,59	893,69	1.818,21
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5.817,59</b>	<b>893,69</b>	<b>1.818,21</b>

Despesas Liquidadas	2013 (d)	2012 (e)	2011 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	689,05	7.791,57	625,06
DESPESAS DE CAPITAL	689,05	7.791,57	625,06
Investimentos	689,05	7.791,57	625,06
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>689,05</b>	<b>7.791,57</b>	<b>625,06</b>

Saldo Financeiro	(g) = ((Ia-IId) + h)	(h) = ((Ib-Ile) + i)	(i) = (Ic-If)
	<b>22.631,42</b>	<b>17.502,88</b>	<b>24.400,76</b>

Fonte: RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2011, 2012 E 2013

Nota: OS VALORES DE RECEITAS DE ALIENAÇÕES DE 2011 E 2012 SÃO REFERENTES AOS RENDIMENTOS DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DO SALDO FINANCEIRO ENTRE A ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS.  
 EM 2013 R\$ 5.500,00 É REFERENTE À ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS DA PREFEITURA E R\$ 317,59 À REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS.\_



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

Página 1 de 2

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

Ano referência: 2015

AMF - Demonstrativo V(LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")		R\$ 1,00	
Receitas		2011	2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)		3.840.752,82	5.975.512,69
RECEITAS CORRENTES		3.887.688,16	3.129.279,62
Receta de Contribuição dos Segurados		1.009.833,10	6.062.250,93
Pessoal Civil		1.009.833,10	1.162.231,22
Pessoal Militar		0,00	1.162.231,22
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00
Receta Patrimonial		2.833.745,81	0,00
Receta de Serviços		0,00	4.899.769,71
Outras Receitas Correntes		44.109,25	0,00
Compensação Previdenciárias entre RGPS e RPPS		0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		44.109,25	250,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00
Alienação de Bens, Diretos e Ativos		0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA		46.935,34	86.738,24
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)		1.735.103,22	1.915.964,66
RECEITAS CORRENTES		1.735.103,22	1.915.964,66
Receta de Contribuições		1.676.660,10	1.867.808,35
Patronal		1.676.660,10	1.809.365,23
Pessoal Civil		0,00	1.809.365,23
Pessoal Militar		0,00	0,00
Cobertura de Déficit Atuarial		58.443,12	63.313,38
Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00
Receta Patrimonial		0,00	0,00
Receta de Serviços		0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	62.252,67
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III)=(I+II)		5.575.856,04	7.891.477,35
			5.554.345,05

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

Página 2 de 2

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

Ano referência: 2015

AMF - Demonstrativo V(LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a") R\$ 1,00

<u>Despesas</u>	2011	2012	2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IV)	1.179.590,57	1.557.159,89	1.856.857,39
ADMINISTRAÇÃO	102.884,17	142.546,07	137.921,17
Despesas Correntes	100.395,17	140.055,07	130.646,18
Despesas de Capital	2.489,00	2.491,00	7.274,99
PREVIDÊNCIA	1.076.706,40	1.414.613,82	1.718.936,22
Pessoal Civil	1.076.706,40	1.414.613,82	1.718.936,22
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI)=(IV+V)</b>	<b>1.179.590,57</b>	<b>1.557.159,89</b>	<b>1.856.857,39</b>

<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO(VII)=(III-VI)</b>	<b>4.396.265,47</b>	<b>6.334.317,46</b>	<b>3.697.487,66</b>
-----------------------------------------------	---------------------	---------------------	---------------------

<u>APONTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</u>	2011	2012	2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00

Fonte: BALANÇOS GERAIS 2011, 2012 E 2013

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento

**Município de Itapoá - SC**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**  
**Ano LDO: 2015**

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2013	5.911.340,40	2.316.954,58	3.594.385,82	3.594.385,82
2014	6.593.511,01	2.588.496,57	4.005.014,44	7.599.400,26
2015	7.362.162,04	3.035.026,32	4.327.135,72	11.926.535,98
2016	8.177.830,85	3.377.561,08	4.800.269,77	16.726.805,75
2017	9.088.940,23	3.863.898,28	5.225.041,95	21.951.847,70
2018	10.099.264,01	4.560.921,68	5.538.342,33	27.490.190,03
2019	11.169.447,04	5.238.866,83	5.930.580,21	33.420.770,24
2020	12.330.612,30	6.059.755,63	6.270.856,67	39.691.626,91
2021	13.566.232,39	6.900.993,92	6.665.238,47	46.356.865,38
2022	14.908.377,12	7.945.622,14	6.962.754,98	53.319.620,36
2023	16.316.102,54	8.947.440,49	7.368.662,05	60.688.282,41
2024	17.830.011,79	10.102.529,07	7.727.482,72	68.415.765,13
2025	19.382.634,10	10.925.189,35	8.457.444,75	76.873.209,88
2026	21.122.579,83	12.208.418,20	8.914.161,63	85.787.371,51
2027	22.938.785,06	13.299.150,07	9.639.634,99	95.427.006,50
2028	24.947.909,93	14.768.997,87	10.178.912,06	105.605.918,56
2029	27.077.862,05	16.257.663,86	10.820.198,19	116.426.116,75
2030	29.296.099,78	17.469.829,91	11.826.269,87	128.252.386,62
2031	31.843.680,37	19.520.403,65	12.323.276,72	140.575.663,34
2032	34.434.925,69	21.131.017,38	13.303.908,31	153.879.571,65
2033	37.201.254,62	22.651.821,94	14.549.432,68	168.429.004,33
2034	40.245.287,79	24.856.771,10	15.388.516,69	183.817.521,02
2035	43.226.075,66	26.763.180,18	16.462.895,48	200.280.416,50
2036	46.424.171,22	28.830.470,57	17.593.700,65	217.874.117,15
2037	49.452.226,26	32.846.110,71	16.606.115,55	234.480.232,70
2038	52.657.216,32	35.403.482,37	17.253.733,95	251.733.966,65
2039	56.051.972,28	37.905.556,30	18.146.415,98	269.880.382,63
2040	59.561.559,48	41.066.769,36	18.494.790,12	288.375.172,75
2041	63.204.334,76	43.666.022,31	19.538.312,45	307.913.485,20
2042	67.018.123,96	47.269.968,54	19.748.155,42	327.661.640,62
2043	70.792.634,30	50.885.448,37	19.907.185,93	347.568.826,55
2044	74.711.633,47	54.205.648,34	20.505.985,13	368.074.811,68
2045	66.558.834,59	58.250.333,99	8.308.500,60	376.383.312,28
2046	68.456.468,05	62.305.665,85	6.150.802,20	382.534.114,48
2047	69.904.653,47	67.331.053,32	2.573.600,15	385.107.714,63
2048	71.061.669,12	71.684.603,85	(622.934,73)	384.484.779,90
2049	71.758.965,82	76.234.981,92	(4.476.016,10)	380.008.763,80
2050	72.257.970,69	79.680.656,98	(7.422.686,29)	372.586.077,51
2051	71.993.882,42	85.065.478,36	(13.071.595,94)	359.514.481,57
2052	71.349.187,73	89.137.001,16	(17.787.813,43)	341.726.668,14
2053	69.897.370,92	94.782.462,78	(24.885.091,86)	316.841.576,28
2054	67.559.596,36	100.261.433,18	(32.701.836,82)	284.139.739,46
2055	64.247.932,93	105.921.727,33	(41.673.794,40)	242.465.945,06
2056	59.860.613,97	111.696.842,05	(51.836.228,08)	190.629.716,98
2057	54.485.772,35	116.426.730,19	(61.940.957,84)	128.688.759,14
2058	47.838.477,73	121.358.876,70	(73.520.398,97)	55.168.360,17
2059	39.855.124,90	126.061.044,96	(86.205.920,06)	(31.037.559,89)
2060	31.255.148,84	129.524.378,90	(98.269.230,06)	(129.306.789,95)
2061	31.867.997,49	134.550.949,12	(102.682.951,63)	(231.989.741,58)
2062	32.600.019,33	138.807.592,22	(106.207.572,89)	(338.197.314,47)
2063	33.137.729,94	143.638.010,16	(110.500.280,22)	(448.697.594,69)
2064	33.457.848,15	149.115.895,87	(115.658.047,72)	(564.355.642,41)
2065	34.303.298,44	152.108.186,29	(117.804.887,85)	(682.160.530,26)
2066	35.008.661,48	155.324.499,51	(120.315.838,03)	(802.476.368,29)
2067	35.130.270,52	160.663.485,86	(125.533.215,34)	(928.009.583,63)
2068	35.115.856,06	166.126.974,78	(131.011.118,72)	(1.059.020.702,35)
2069	35.230.895,62	170.599.860,25	(135.368.964,63)	(1.194.389.666,98)
2070	35.446.027,41	174.240.237,08	(138.794.209,67)	(1.333.183.876,65)
2071	35.050.311,27	180.628.081,09	(145.577.769,82)	(1.478.761.646,47)
2072	34.803.181,14	185.181.884,63	(150.378.703,49)	(1.629.140.349,96)
2073	35.090.182,77	186.993.086,08	(151.902.903,31)	(1.781.043.253,27)

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Contabilidade



**Município de Itapoá - SC**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**  
**Ano LDO: 2015**

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2074	33.966.134,25	194.430.307,63	(160.464.173,38)	(1.941.507.426,65)
2075	33.429.786,76	198.587.004,04	(165.157.217,28)	(2.106.664.643,93)
2076	32.673.214,68	203.123.302,51	(170.450.087,83)	(2.277.114.731,76)
2077	32.077.953,82	206.532.602,24	(174.454.648,42)	(2.451.569.380,18)
2078	31.628.115,94	208.910.129,27	(177.282.013,33)	(2.628.851.393,51)
2079	31.594.193,59	209.100.447,68	(177.506.254,09)	(2.806.357.647,60)
2080	30.615.304,80	212.749.932,36	(182.134.627,56)	(2.988.492.275,16)
2081	30.287.837,52	213.216.454,68	(182.928.617,16)	(3.171.420.892,32)
2082	28.836.314,49	218.412.777,84	(189.576.463,35)	(3.360.997.355,67)
2083	28.109.500,63	219.569.351,75	(191.459.851,12)	(3.552.457.206,79)
2084	27.414.172,68	220.116.780,39	(192.702.607,71)	(3.745.159.814,50)
2085	27.219.004,02	218.188.531,59	(190.969.527,57)	(3.936.129.342,07)
2086	25.939.849,54	220.186.953,65	(194.247.104,11)	(4.130.376.446,18)

Fonte: CÁLCULO ATUARIAL REALIZADO PELO BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EM MARÇO DE 2013, ATUÁRIO SR. GUSTAVO ADOLFO CARROZZINO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA**  
**Lei Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
**Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita**  
**Ano LDO: 2015    Versão:1**

AMF - Tabela 8 (LRF, ART. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	Setor/Programa/Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista - R\$			Compensação
			2015	2016	2017	
Imposto Predial Territorial Urbano	Concessão de isenção de IPTU	Proprietário de um único imóvel com baixa renda familiar	7.300,00	7.535,00	7.650,00	Dispensada conforme art. 14, I da LC 101/2000 - LRF;
Imposto Predial Territorial Urbano	Cancelamento de débito de IPTU	Débito de IPTU igual ou inferior à R\$ 10,00	20.260,00	19.250,00	18.290,00	Dispensado conforme art. 14, parágrafo 3º, II da LC 101/2000 - LRF;
<b>Total</b>			27.560,00	26.785,00	25.940,00	

Fonte: PREVISÃO EFETUADA PELO ÓRGÃO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

Nota: ESTAS RENÚNCIAS FORAM CONSIDERADAS NA ESTIMATIVA DA RECEITA, DESTA FORMA, NÃO AFETARÃO AS METAS DE RESULTADOS FISCAIS PREVISTAS NESTA LEI. A CONCESSÃO DE ISENÇÃO A PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS COM BAIXA RENDA FAMILIAR, É AUTORIZADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 42/2005, O CANCELAMENTO DE DÉBITO DE IPTU IGUAL OU INFERIOR À R\$ 10,00, É AUTORIZADO PELO ART. 9º DA LEI MUNICIPAL Nº 134/2002 QUE DETERMINA A PLANTA DE VALORES DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL. \_



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA**  
**Lei Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
**Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado**  
**Ano LDO: 2015 Versão: 1**

AMF - Tabela 9 (LRF, ART. 4º, § 2º, inciso V)

Valores - R\$

Evento	Valor Previsto 2015
Aumento Permanente da Receita	21.571.160,00
(-)Transferências Constitucionais	0,00
(-)Transferências do FUNDEB	174.200,00
Saldo Aumento Permanente (I)	21.396.960,00
Redução Permanente da Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	21.396.960,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	13.643.043,00
Novas DOCC	13.643.043,00
Novas DOCC Geradas por PPP	0,00
Margem Líq. Expansão de DOCC (III-IV)	7.753.917,00

Fonte: LEI MUNICIPAL 470/2013 LDO 2014

Nota: O AUMENTO PERMANENTE DA RECEITA CORRESPONDE AO CRESCIMENTO DA PREVISÃO DA RCL DE 2015 (77.408.500,00) EM RELAÇÃO À PREVISÃO DA RCL DE 2014 (55.837.340,00).  
AS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB É O RESULTADO DO CONFRONTO ENTRE A PREVISÃO DA DEDUÇÃO DA RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO DE 2015 (3.143.600,00) COM A DE 2014 ( 2.969.400,00).  
AS NOVAS DOCC CORRESPONDEM À REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES, AO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, À PROGRESSÃO AUTOMÁTICA, À PROMOÇÃO, AO ADICIONAL POR CAPACITAÇÃO E À REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA COM CRIAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES.\_

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ**  
**Lei de Diretrizes Orçamentárias**  
**Anexo de Riscos Fiscais**  
**Demonstrativo de Riscos Fiscais**  
**Ano LDO:2015    Versão: 1**

LRF, Art 4º, § 3º

R\$

Riscos Fiscais		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
INTEMPÉRIES	100.000,00	ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS COM RECURSO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA, E SE OCORRER, DO EXCESSO DE ARRECADÇÃO E DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E SE HOUVER NECESSIDADE, POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	100.000,00
DECISÕES JUDICIAIS	100.000,00	ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS COM RECURSO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA, E SE OCORRER, DO EXCESSO DE ARRECADÇÃO E DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E SE HOUVER NECESSIDADE, POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	100.000,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO EO EXERCÍCIO DO IPESI - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	4.730.000,00	ESTE RECURSO SERÁ CAPITALIZADO PARA FUTURAMENTE CUSTEAR OS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS SERVIDORES INATIVOS	4.730.000,00
<b>Total</b>	<b>4.930.000,00</b>	<b>Total</b>	<b>4.930.000,00</b>

Fonte: A ESTIMATIVA DOS VALORES, FOI BASEADA NO HISTÓRICO MUNICIPAL DA EFETIVAÇÃO DOS RISCOS FISCAIS

**Prefeitura Municipal de Itapoa - SC**  
**Planilhas de Planejamento**  
**Anexo de Priorização de Recursos para Conservação do Patrimônio Público**  
**Ano LDO: 2015 Versão: 1**

**Unidade Gestora: CONSOLIDADO**  
**(art. 45 da LRF)**

<b>PROJETOS/ATIVIDADES</b>	<b>Valores</b>
1018 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRUTURAS TURÍSTICAS	30.000,00
1021 - CONST., AMPLIAC. E MANUT. DE ESTRUT. PARA ROTAS ECOLÓGICAS	18.000,00
1030 - CONSTRUÇÃO/ AMPLIAÇÃO E REFORMAS (ENSINO FUNDAMENTAL)	15.000,00
1032 - CONSTRUÇÃO/ AMPLIAÇÃO E REFORMAS (ENSINO INFANTIL)	15.000,00
2001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	20.000,00
2004 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	5.000,00
2012 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA	2.000,00
2015 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	50.000,00
2020 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	2.000,00
2022 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO	1.000,00
2030 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	1.000,00
2034 - MANUTENÇÃO E REFORMA DE ESTRUTURAS ESPORTIVAS	42.000,00
2038 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	2.000,00
2047- MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PESCA	1.000,00
2051 - MANUTENÇÃO DO FUNDETUR	1.000,00
2056 - MANUTENÇÃO DO FMMA	1.000,00
2059 - MANUTENÇÃO E REFORMA DE ESTRUTURAS PARA ROTAS ECOLÓGICAS	1.000,00
2067 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	2.000,00
2069 - MANUTENÇÃO DA CASA DA CULTURA	5.000,00
2077 - AQUISIÇÃO E MANUT. DE VEÍCULOS, MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS	100.000,00
2078 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	5.000,00
2080 - ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO DA JACA	5.000,00
2081 - REDE PÚBLICA DE ILUMINAÇÃO	200.000,00
2085 - SERVIÇOS DE DRENAGEM	20.000,00
2090 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	5.000,00
2095 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	10.000,00
2097 - GESTÃO FINANCEIRA DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS - PDDE	72.000,00
2098 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	8.000,00
2104 - GESTÃO FINANCEIRA DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS - PDDE	17.000,00
2113 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	20.000,00
2114 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO	3.000,00
2115 - MANUTENÇÃO DO PA 24 HORAS	20.000,00
2118 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.000,00
2119 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	1.000,00
2120 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.000,00
2122 - MANUTENÇÃO DO FMAS	15.000,00
2123 - MANUTENÇÃO DO CRAS	2.500,00
2125 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	1.000,00
2126 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	2.000,00
2136 - MANUTENÇÃO DO IPESI	5.000,00
2139 - MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	15.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>751.500,00</b>

Fonte: ANEXO DE VALORES DE AÇÕES POR PROGRAMA.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 1 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
<b>Programa: 1-GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO</b>					
Atividade	2001	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	1	31	2.800.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			2.650.000,00
		10028 - REC ORDIN HONORARIOS DE SUCUMBENCIA			150.000,00
Total do Programa					2.800.000,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 2 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
<b>Programa: 2-GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS</b>					
Projeto	1001	PARCERIA C/ ESTADO P/ IMPLANTAÇÃO DA CIA POLÍCIA MILITA	4	122	100,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100,00
Atividade	2004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	4	122	340.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			340.000,00
Atividade	2005	FOLHA DE PAGAMENTO DO GABINETE DO PREFEITO	4	122	1.165.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			1.165.000,00
Atividade	2006	CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	4	122	200.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			200.000,00
Atividade	2007	CIGA - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA	4	122	5.500,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			5.500,00
Atividade	2008	CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	4	122	55.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			55.000,00
Atividade	2010	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO	4	122	10.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			10.000,00
Atividade	2011	FOLHA DE PAGAMENTO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO	4	122	249.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			249.000,00
Total do Programa					2.024.600,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 3 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
<b>Programa: 3-GESTÃO GERENCIAL E ADMINISTRATIVA</b>					
Atividade	2002	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA	4	124	5.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			5.000,00
Atividade	2003	FOLHA DE PAGAMENTO DA CONTROLADORIA INTERNA	4	124	250.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			250.000,00
Atividade	2009	SUBVENÇÃO SOCIAL	4	122	110.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			110.000,00
Atividade	2015	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	4	122	2.179.308,05
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			2.012.308,05
		14400 - FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO			155.000,00
		18900 - ALIENACOES DE BENS DESTINADOS A OUTROS			12.000,00
Atividade	2016	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	4	122	1.640.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			1.640.000,00
Atividade	2017	CONVÊNIO DA LEGISLAÇÃO DO TRÂNSITO	4	122	67.640,00
		15400 - CONVENIO TRANSITO - MILITAR			23.674,00
		15500 - CONVENIO TRANSITO - CIVIL			23.674,00
		15600 - CONVENIO TRANSITO - PREFEITURA			20.292,00
Atividade	2018	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	4	122	940.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			940.000,00
Atividade	2019	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	4	122	1.755.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			1.755.000,00
Total do Programa					6.946.948,05



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 4 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
<b>Programa: 4-PLANEJAMENTO URBANÍSTICO</b>					
Projeto	1002	ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃ	4	451	50.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			50.000,00
Atividade	2020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	4	451	100.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100.000,00
Atividade	2021	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMEN	4	451	535.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			535.000,00
Atividade	2022	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO	4	451	100.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100.000,00
Atividade	2023	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO	4	451	70.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			70.000,00
Atividade	2025	CALÇADAS E ACESSIBILIDADE PARA O PEDESTRE	4	451	100,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100,00
Atividade	2162	ELABORAÇÃO DE PROJETO E IMPLANTAÇÃO DE ACESSIBILIDA	15	451	100,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100,00
Total do Programa					855.200,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 5 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
<b>Programa: 5-ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>					
Projeto	1043	CONSTRUÇÃO COZINHA INDUSTRIAL	8	244	10.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			10.000,00
Atividade	2122	MANUTENÇÃO DO FMAS	8	244	235.600,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			220.000,00
		26301 - Bolsa Família			15.600,00
Atividade	2123	MANUTENÇÃO DO CRAS	8	244	186.700,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			7.000,00
		25204 - FEAS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			26.700,00
		25205 - SERV CONV E FORTAL VÍNCULO - SCFV			135.000,00
		26302 - IGD - SUAS			18.000,00
Atividade	2124	MANUTENÇÃO DO ABRIGO PROVISÓRIO	8	243	120.800,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100.000,00
		25202 - FEAS - FUNDO ESTADUAL A.S. SOCIAL			20.800,00
Atividade	2125	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	8	243	16.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			16.000,00
Atividade	2126	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	8	241	30.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			30.000,00
Atividade	2127	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	8	244	161.460,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			158.000,00
		25203 - FEAS - COFINANC. DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS			3.460,00
Atividade	2128	PROGRAMA DE ATENDIMENTO DOMICILIAR AO IDOSO/DEFICIE	8	241	14.400,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			10.000,00
		24700 - APOIO A PESSOA IDOSA - API			4.400,00
Atividade	2129	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DOS CONSE	8	244	10.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			10.000,00
Atividade	2130	PROGRAMA AÇÃO DIRETA COM AS FAMÍLIAS - PAIF	8	244	78.000,00
		25201 - PBF- PISO BASICO FIXO			78.000,00
Atividade	2132	PROGRAMA DE MEDIDA SÓCIA EDUCATIVA - PMSE	8	244	15.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			15.000,00
Atividade	2143	FOLHA DE PAGAMENTO DO FMAS	8	244	1.200.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			1.200.000,00
Atividade	2146	CONVÊNIO COM A COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO SAMAMB	8	244	24.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			24.000,00
Total do Programa					2.101.960,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 6 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
<b>Programa: 6-ITAPOÁ TURÍSTICA "VIVA ESTA CIDADE"</b>					
Projeto	1018	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURA TU	23	695	310.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			310.000,00
Atividade	2051	MANUTENÇÃO DO FUNDETUR	23	695	110.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			110.000,00
Atividade	2052	FOLHA DE PAGAMENTO DO FUNDETUR	23	695	95.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			95.000,00
Atividade	2053	DIVULGAÇÃO TURÍSTICA	23	695	10.100,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			10.100,00
Atividade	2054	REALIZAÇÃO E APOIO A EVENTOS TURÍSTICOS	23	695	69.900,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			69.900,00
Atividade	2157	APOIO AO EVENTO CLUBE TRILHEIROS ITALAMA	23	695	1,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			1,00
Total do Programa					595.001,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 7 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
<b>Programa: 7-DESBUROCRATIZAÇÃO DO SISTEMA AMBIENTAL</b>					
Projeto	1021	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS	18	541	26.150,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			26.150,00
Projeto	1022	DESASSOREAMENTO E DRAGAGEM DE RIOS	18	541	5.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			5.000,00
Projeto	1023	IMPLANTAÇÃO DE PARQUES ECOLÓGICOS	18	541	150,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			150,00
Projeto	1044	CONSTRUÇÃO DE CERCA NOS LIMITES DO PARQUE CARIJÓS	18	541	50.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			50.000,00
Atividade	2055	ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS	18	541	20.100,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			20.100,00
Atividade	2056	MANUTENÇÃO DO FMMA	18	541	162.100,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			162.100,00
Atividade	2057	FOLHA DE PAGAMENTO DO FMMA	18	541	220.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			220.000,00
Atividade	2058	CONTROLE DE ZOONOSE DE ANIMAIS	18	542	10.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			10.000,00
Atividade	2060	PROJETOS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	18	541	10.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			10.000,00
Atividade	2061	EDUCAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	18	541	2.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			2.000,00
Atividade	2062	EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA GRUPOS EM SITUAÇÃO DE VULN	18	541	8.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			8.000,00
Atividade	2063	MANUTENÇÃO E SEGURANÇA ESTRUTURAL DE PARQUES	18	541	17.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			17.000,00
Atividade	2064	MONITORAMENTO DO PROCESSO EROSIVO	18	541	8.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			8.000,00
Atividade	2065	MONITORAMENTO E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL	18	541	23.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			23.000,00
Atividade	2066	RECOMPOSIÇÃO DA MATA CILIAR DOS RIOS DO MUNICÍPIO	18	541	8.100,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			8.100,00
Atividade	2144	IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE CARIJÓS	18	541	400,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			400,00
Atividade	2160	IMPLANTAÇÃO DO PARQUE LINEAR DE PRESERVAÇÃO DO RIO SA	18	541	1,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			1,00
Total do Programa					570.001,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 8 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
<b>Programa: 8- RESGATANDO NOSSA CULTURA</b>					
Projeto	1025	IMPLANTAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO	13	391	5.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			5.000,00
Atividade	2067	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	13	392	122.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			122.000,00
Atividade	2068	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	13	392	163.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			163.000,00
Atividade	2069	MANUTENÇÃO DA CASA DA CULTURA	13	392	30.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			30.000,00
Atividade	2070	PROMOÇÃO E APOIO A EVENTOS CULTURAIS	13	392	95.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			95.000,00
Atividade	2071	ESCOLA DE DIVERSIDADE CULTURAL	13	392	13.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			13.000,00
Atividade	2072	VALORIZAÇÃO DO ARTISTA E ARTESÃO LOCAL	13	392	20.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			20.000,00
Atividade	2073	RESGATE DA CULTURA LOCAL	13	392	15.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			15.000,00
Total do Programa					463.000,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 9 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
<b>Programa: 9- ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS</b>					
Projeto	1026	ESTAÇÃO RODOVIÁRIA	15	451	100,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100,00
Projeto	1027	CICLOVIAS	15	451	100,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100,00
Projeto	1028	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS	15	451	400.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			400.000,00
Atividade	2074	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS	15	451	900.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			900.000,00
Atividade	2075	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS	15	451	810.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			810.000,00
Atividade	2076	ENSAIBRAMENTO DE VIAS PÚBLICAS	15	451	752.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			750.000,00
		11600 - CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO DO DOMINIO E			2.000,00
Atividade	2077	AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, MAQUINÁRIOS E E	15	451	900.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			900.000,00
Atividade	2078	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	15	452	1.050.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			1.050.000,00
Atividade	2079	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚB	15	452	810.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			810.000,00
Atividade	2080	ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO DA JACA	15	452	100.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100.000,00
Atividade	2081	REDE PÚBLICA DE ILUMINAÇÃO	15	452	1.600.000,00
		11700 - CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO SERVICOS DE			1.600.000,00
Atividade	2161	HORAS MÁQUINAS	15	451	8.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			8.000,00
Total do Programa					7.330.200,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 10 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
<b>Programa: 10-SANEAMENTO BÁSICO</b>					
Atividade	2082	MANUTENÇÃO DO FMSB	17	512	5.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			5.000,00
Atividade	2083	LIMPEZA PÚBLICA URBANA	17	512	1.451.898,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			1.451.898,00
Atividade	2084	MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	17	512	1.850.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			1.850.000,00
Atividade	2085	IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS	17	512	10.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			10.000,00
Atividade	2086	MANUTENÇÃO E PRESERVAÇÃO DO RIO SAÍ MIRIM	17	512	160.000,00
		10026 - SANEAMENTO BÁSICO			160.000,00
Atividade	2156	DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS	17	512	390.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			190.000,00
		10026 - SANEAMENTO BÁSICO			200.000,00
Total do Programa					3.866.898,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 11 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
<b>Programa: 11-PROGRAMA DE ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b>					
Atividade	2087	CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS DO FIA	8	243	1.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			1.000,00
Atividade	2088	MANUTENÇÃO DO FIA	8	243	5.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			5.000,00
Atividade	2089	AÇÃO DIRETA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES	8	243	11.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			9.000,00
		17800 - FIA Demais Recursos			2.000,00
Total do Programa					17.000,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 12 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
<b>Programa: 12-PROGRAMA DE INCENTIVO AO AGRICULTOR FAMILIAR E AO PESCADOR ARTESANAL</b>					
Projeto	1014	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS PA	20	601	100,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100,00
Projeto	1015	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE MERCADO DE	20	602	15.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			15.000,00
Projeto	1016	CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO PARA OFICINA E MANUTENÇÃO	20	602	5.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			5.000,00
Projeto	1017	DESASSORIAMENTO E ABERTURA DO CANAL DO RIO SAÍ MIRIM	20	602	30.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			30.000,00
Projeto	1040	CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL NO BALNEAR	20	601	20.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			20.000,00
Atividade	2038	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	20	601	100.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100.000,00
Atividade	2039	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	20	601	265.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			265.000,00
Atividade	2040	FEIRAS AGRÍCOLAS	20	601	9.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			9.000,00
Atividade	2041	TRANSPORTE DE CALCÁRIO E AQUISIÇÃO DE ADUBOS E SEME	20	601	13.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			13.000,00
Atividade	2042	HORAS MÁQUINAS NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DAS COMUNID	20	601	30.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			30.000,00
Atividade	2043	CONVÊNIOS MUNICIPAIS DE AGRICULTURA	20	601	20.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			20.000,00
Atividade	2044	MELHORIA AO ACESSO ÀS PROPRIEDADES RURAIS	20	601	100,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100,00
Atividade	2045	SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM	20	601	4.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			4.000,00
Atividade	2046	CONVÊNIO COM LABORATÓRIO	20	601	4.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			4.000,00
Atividade	2047	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PESCA	20	602	65.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			65.000,00
Atividade	2048	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE PESCA	20	602	48.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			48.000,00
Atividade	2049	CONVÊNIOS MUNICIPAIS DE PESCA	20	602	20.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			20.000,00
Atividade	2050	DESENVOLVIMENTO DA PESCA ARTESANAL	20	602	20.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			20.000,00
Atividade	2149	FESTA DO AGRICULTOR	20	601	15.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			15.000,00
Atividade	2150	IMPLANTAÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS E VIVEIROS DE MU	20	601	6.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			6.000,00
Atividade	2151	INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR	20	601	7.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			7.000,00
Atividade	2152	APOIO AO TURISMO RURAL	20	601	7.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			7.000,00
Atividade	2153	APOIO À FESTA DO PESCADOR	20	602	15.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			15.000,00
Total do Programa					718.200,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 13 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
<b>Programa: 13-ASSISTÊNCIA MÉDICA E SAÚDE PREVENTIVA</b>					
Projeto	1033	CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICA	10	301	20,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			20,00
Atividade	2111	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	10	301	25.000,00
		26403 - Atenção Básica - PAB FIXO			25.000,00
Atividade	2112	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	10	301	945.000,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			800.000,00
		26701 - Assistência Farmacêutica Básica Estadual			67.000,00
		26702 - Assistência Farmacêut. Básica - FEDERAL			78.000,00
Atividade	2113	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA	10	301	997.000,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			170.000,00
		26401 - Cofinanciamento da Atenção Básica			99.000,00
		26402 - NASF SC COFINANCIAMENTO ATEN.BAS.			110.000,00
		26403 - Atenção Básica - PAB FIXO			160.000,00
		26404 - Atenção Básica - PSF			218.000,00
		26406 - Atenção Básica - PSE - Prog Sau Escola			34.000,00
		26407 - Atenção Básica - PMAQ/AB			206.000,00
Atividade	2114	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO	10	301	99.000,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			50.000,00
		26503 - MAC / ESTADUAL			49.000,00
Atividade	2115	MANUTENÇÃO DO PA 24 HORAS	10	301	915.000,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			515.000,00
		26501 - MAC/SAMU			100.000,00
		26502 - MAC / SE			300.000,00
Atividade	2116	REPASSE AO CIS / AMUNESC	10	301	160.000,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			160.000,00
Atividade	2117	PLANTÕES MÉDICOS	10	301	1.400.000,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			1.400.000,00
Atividade	2118	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10	301	1.463.707,15
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			1.463.707,15
Atividade	2119	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	10	305	34.000,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			5.000,00
		26601 - Vigilância em Saúde - Epidemiológica			29.000,00
Atividade	2120	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	10	304	85.000,00
		16600 - VIGILANCIA EM SAUDE			75.000,00
		26602 - Vigilância em Saúde - Sanitária			10.000,00
Atividade	2121	CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE	10	304	56.000,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			56.000,00
Atividade	2141	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO CMS	10	301	15.000,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			15.000,00
Atividade	2142	FOLHA DE PAGAMENTO DO FMS	10	301	10.000.000,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			8.865.000,00
		26402 - NASF SC COFINANCIAMENTO ATEN.BAS.			130.000,00
		26403 - Atenção Básica - PAB FIXO			223.000,00
		26404 - Atenção Básica - PSF			210.000,00
		26405 - Atenção Básica - PACS			422.000,00
		26407 - Atenção Básica - PMAQ/AB			100.000,00
		26501 - MAC/SAMU			50.000,00
Atividade	2158	IMPLANTAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CAPS	10	303	200.000,00
		10200 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			200.000,00
Total do Programa					16.394.727,15

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 14 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
<b>Programa: 14-PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL</b>					
Atividade	2134	BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA	9	272	2.000.000,00
		10300 - CONTRIBUICAO PARA RPPS			2.000.000,00
Atividade	2135	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	9	272	500.000,00
		10300 - CONTRIBUICAO PARA RPPS			500.000,00
Atividade	2136	MANUTENÇÃO DO IPESI	9	272	150.000,00
		10300 - CONTRIBUICAO PARA RPPS			150.000,00
Atividade	2137	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E CONSELHEIROS	9	272	15.000,00
		10300 - CONTRIBUICAO PARA RPPS			15.000,00
Atividade	2138	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO IPESI	99	997	4.730.000,00
		10300 - CONTRIBUICAO PARA RPPS			4.730.000,00
Total do Programa					7.395.000,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Página 15 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
<b>Programa: 15-CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ITAPOÁ</b>					
Atividade	2139	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM	6	182	240.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			120.000,00
		10025 - FUNREBOM			120.000,00
Total do Programa					240.000,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 16 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
<b>Programa: 16- ESPORTE PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE</b>					
Projeto	1007	CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTE NO PONTAL E BARRA D	27	812	50,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			50,00
Projeto	1008	CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTE MULTIUSO	27	812	50,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			50,00
Projeto	1009	CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E D	27	812	50,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			50,00
Projeto	1010	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ESTRUTURAS E	27	812	80.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			80.000,00
Projeto	1011	CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO DE QUADRA ESPORTIVA NA AV.	27	812	50.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			50.000,00
Projeto	1012	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	27	812	50,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			50,00
Projeto	1013	PROJETO VERÃO	27	813	60.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			60.000,00
Projeto	1041	CONSTRUÇÃO DE UM COMPLEXO ESPORTIVO NO BALNEÁRIO	27	812	50,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			50,00
Projeto	1042	CONSTRUÇÃO DE PISTA DE SKATE NO BAIRRO SAMAMBAIAL	27	812	54.800,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			54.800,00
Atividade	2030	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	27	812	110.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			110.000,00
Atividade	2031	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE	27	812	220.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			220.000,00
Atividade	2032	INCENTIVO À PRÁTICA DESPORTIVAS DE PARA-ATLETAS NAS D	27	812	98.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			98.000,00
Atividade	2033	REALIZAÇÃO E APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS	27	812	58.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			58.000,00
Atividade	2034	MANUTENÇÃO E REFORMA DE ESTRUTURAS ESPORTIVAS	27	812	45.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			45.000,00
Atividade	2035	INCENTIVO AO VOLEIBOL E AO ESPORTE AMADOR E PROFISSI	27	812	62.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			62.000,00
Atividade	2036	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LAZER	27	813	50.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			50.000,00
Atividade	2037	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE LAZER	27	813	31.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			31.000,00
Atividade	2148	IMPLANTAÇÃO DE CONVÊNIO COM A LIGA MUNICIPAL DE FUTE	27	812	40.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			40.000,00
Atividade	2154	GINCAMA ESPORTIVA, DE LAZER E CULTURAL EM COMEMORAÇ	27	813	15.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			15.000,00
Atividade	2155	INCENTIVO À PRÁTICA DE LAZER E ESPORTE	27	813	35.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			35.000,00
Total do Programa					1.009.050,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 17 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
<b>Programa: 17-PROCURADORIA JURÍDICA</b>					
Atividade	2012	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA	2	61	100.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			100.000,00
Atividade	2013	FOLHA DE PAGAMENTO DA PROCURADORIA JURÍDICA	2	61	515.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			515.000,00
Atividade	2014	HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA	2	61	50.000,00
		10028 - REC ORDIN HONORARIOS DE SUCUMBENCIA			50.000,00
Total do Programa					665.000,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 18 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
<b>Programa: 18-DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO</b>					
Atividade	2026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	11	334	20.000,00 20.000,00
Atividade	2027	FOLHA DE PAGAMENTO DO DPTO DE DESENVOLVIMENTO 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	11	334	33.000,00 33.000,00
Atividade	2028	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCI 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	22	661	30.000,00 30.000,00
Atividade	2029	FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E 10000 - RECURSOS ORDINARIOS	22	661	126.000,00 126.000,00
Total do Programa					209.000,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 19 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
<b>Programa: 19-RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>					
	9001	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99	999	200.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			200.000,00
Total do Programa					200.000,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 20 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
<b>Programa: 20-FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL</b>					
Atividade	2140	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL	6	182	50.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			50.000,00
Total do Programa					50.000,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 21 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
<b>Programa: 21-EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E INFANTIL</b>					
Projeto	1029	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	12	361	10,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			10,00
Projeto	1030	CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO E REFORMAS	12	361	766.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			480.000,00
		25800 - SALARIO EDUCACAO			286.000,00
Projeto	1031	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL	12	365	10,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			10,00
Projeto	1032	CONSTRUÇÃO / AMPLIAÇÃO E REFORMAS	12	365	824.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			320.000,00
		25800 - SALARIO EDUCACAO			504.000,00
Atividade	2090	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	12	361	501.784,80
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			501.784,80
Atividade	2091	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA	12	361	2.055.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			2.055.000,00
Atividade	2092	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12	361	60.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			60.000,00
Atividade	2093	MERENDA ESCOLAR	12	361	352.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			210.000,00
		26001 - P. N. Aliment. Escolar PNAE/Fundamental			142.000,00
Atividade	2094	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL	12	361	800.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			740.000,00
		26101 - Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal			30.000,00
		26102 - Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Estadua			30.000,00
Atividade	2095	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	12	361	3.790.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			3.500.000,00
		25800 - SALARIO EDUCACAO			290.000,00
Atividade	2096	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	12	361	8.345.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			1.080.000,00
		21800 - TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB			7.265.000,00
Atividade	2097	GESTÃO FINANCEIRA DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS - PDDE	12	361	72.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			72.000,00
Atividade	2098	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	12	365	1.590.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			1.400.000,00
		25800 - SALARIO EDUCACAO			190.000,00
Atividade	2099	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	12	365	35.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			35.000,00
Atividade	2100	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL	12	365	223.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			220.000,00
		26101 - Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal			3.000,00
Atividade	2101	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO IN	12	365	4.650.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			225.000,00
		21800 - TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB			4.425.000,00
Atividade	2102	MERENDA ESCOLAR DAS CRECHES	12	365	81.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			35.000,00
		26003 - P. N. Aliment. Escolar PNAE/Creche			46.000,00
Atividade	2103	MERENDA ESCOLAR DA PRÉ-ESCOLA	12	365	119.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			75.000,00
		26002 - P. N. Aliment. Escolar PNAE/Pré Escolar			44.000,00
Atividade	2104	GESTÃO FINANCEIRA DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS - PDDE	12	365	17.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			17.000,00
Atividade	2105	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL EJA	12	366	40.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			40.000,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 22 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Atividade	2106	FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO EJA	12	366	600.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			600.000,00
Atividade	2107	MANUTENÇÃO DO EJA	12	366	30.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			30.000,00
Atividade	2108	MERENDA ESCOLAR DO EJA	12	366	18.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			5.000,00
		26004 - Prog. Nac. de Aliment. Escolar - EJA			13.000,00
Atividade	2133	CONVÊNIO COM A APAE	12	367	43.910,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			43.910,00
Atividade	2159	CONVÊNIO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL C/ RESERVA VOLTA VEL	12	361	100.000,00
		10100 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP			100.000,00
Total do Programa					25.112.714,80

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 23 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
<b>Programa: 22-ENSINO MÉDIO E SUPERIOR</b>					
Atividade	2109	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL ENSINO MÉDIO	12	362	486.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			135.000,00
		26101 - Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal			6.000,00
		26102 - Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Estadua			345.000,00
Atividade	2110	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO	12	364	1.100.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			1.100.000,00
Atividade	2163	CONVÊNIO COM A APP DA ESCOLA ESTADUAL NEREU RAMOS	12	362	300.000,00
		10000 - RECURSOS ORDINARIOS			300.000,00
Total do Programa					1.886.000,00
<b>Total Geral</b>					<b>81.450.500,00</b>

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA

Página 24 de 24

## Planilhas Planejamento

## Valores de Ações por Programa

Ano LDO: 2015 Versão: 2

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Resumo Por Vínculo					
Vínculo	Descrição Vínculo				Valor Global
10000	RECURSOS ORDINARIOS				29.376.458,05
10025	FUNREBOM				120.000,00
10026	SANEAMENTO BÁSICO				360.000,00
10028	REC ORDIN HONORARIOS DE SUCUMBENCIA				200.000,00
10100	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP				11.844.714,80
10200	RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMP				13.699.727,15
10300	CONTRIBUICAO PARA RPPS				7.395.000,00
11600	CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO DO DOMINIO E				2.000,00
11700	CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO SERVICOS DE				1.600.000,00
14400	FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO				155.000,00
15400	CONVENIO TRANSITO - MILITAR				23.674,00
15500	CONVENIO TRANSITO - CIVIL				23.674,00
15600	CONVENIO TRANSITO - PREFEITURA				20.292,00
16600	VIGILANCIA EM SAUDE				75.000,00
17800	FIA Demais Recursos				2.000,00
18900	ALIENACOES DE BENS DESTINADOS A OUTROS				12.000,00
21800	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB				11.690.000,00
24700	APOIO A PESSOA IDOSA - API				4.400,00
25201	PBF- PISO BASICO FIXO				78.000,00
25202	FEAS - FUNDO ESTADUAL A.S. SOCIAL				20.800,00
25203	FEAS - COFINANC. DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS				3.460,00
25204	FEAS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				26.700,00
25205	SERV CONV E FORTAL VÍNCULO - SCFV				135.000,00
25800	SALARIO EDUCACAO				1.270.000,00
26001	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Fundamental				142.000,00
26002	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Pré Escolar				44.000,00
26003	P. N. Aliment. Escolar PNAE/Creche				46.000,00
26004	Prog. Nac. de Aliment. Escolar - EJA				13.000,00
26101	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Federal				39.000,00
26102	Prog. N. de Ap. Transp. Escolar- Estadua				375.000,00
26301	Bolsa Família				15.600,00
26302	IGD - SUAS				18.000,00
26401	Cofinanciamento da Atenção Básica				99.000,00
26402	NASF SC COFINANCIAMENTO ATEN.BAS.				240.000,00
26403	Atenção Básica - PAB FIXO				408.000,00
26404	Atenção Básica - PSF				428.000,00
26405	Atenção Básica - PACS				422.000,00
26406	Atenção Básica - PSE - Prog Sau Escola				34.000,00
26407	Atenção Básica - PMAQ/AB				306.000,00
26501	MAC/SAMU				150.000,00
26502	MAC / SE				300.000,00
26503	MAC / ESTADUAL				49.000,00
26601	Vigilância em Saúde - Epidemiológica				29.000,00
26602	Vigilância em Saúde - Sanitária				10.000,00
26701	Assistência Farmacêutica Básica Estadual				67.000,00
26702	Assistência Farmacêut. Básica - FEDERAL				78.000,00
Total Geral:					81.450.500,00



**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**Prefeitura Municipal de Itapoa**

Rua Mariana Michels Borges, n° 201 - Itapema do Norte - Itapoa/SC CEP 89.249-000  
Fone: (47) 3443-8800 Fax: (47) 3443-8828 - www.itapoa.sc.gov.br

**LEI MUNICIPAL Nº 545/2014**

Data: 08 de setembro de 2014

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA  
LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2015, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**LEI**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O Orçamento do Município de Itapoa, para o exercício de 2015, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I. as metas fiscais;
- II. as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III. a estrutura dos orçamentos;
- IV. as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V. as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI. as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII. as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII. as disposições gerais.



## **DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 2º** As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, são as definidas nos anexos desta lei:

ANEXO DE METAS FISCAIS desdobrado nos seguintes demonstrativos:

Metas Anuais e suas metodologias e memórias de cálculo;

Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

Metas Fiscais Atuais comparadas com às fixadas nos três exercícios anteriores;

Evolução do Patrimônio Líquido;

Origem e aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos;

Receitas e despesas previdenciárias do RPPS;

Projeção atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos;

Estimativa e compensação da renúncia de receita;

Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

ANEXO DE RISCOS FISCAIS;

ANEXO DE PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS PARA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO;

ANEXO DE VALORES DE AÇÕES POR PROGRAMA.

**Art. 3º** Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas e financeiras estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

## **DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 4º** Para efeito desta Lei, entende-se por:



**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**Prefeitura Municipal de Itapoa**

Rua Mariana Michels Borges, n° 201 - Itapema do Norte - Itapoa/SC CEP 89.249-000  
Fone: (47) 3443-8800 Fax: (47) 3443-8828 - www.itapoa.sc.gov.br

- I. Programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II. Ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III. Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV. Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V. Operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI. Unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII. Receita ordinária: aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII. Execução física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX. Execução orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X. Execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar, já inscritos;





XI. Administração direta: prefeitura e fundos municipais;

XII. Administração indireta: autarquia – IPESI.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e suas alterações.

§ 2º A categoria de programação que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

**Art. 5º** O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, sua Autarquia e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Prefeitura.

**Art. 6º** A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores, da seguinte na forma:

- I. Demonstrativo de Receitas / Despesas, por Categorias Econômicas (Anexo 01, da Lei 4.320/64);
- II. Demonstrativo da Receita Segundo as Categorias Econômicas (Anexo 02, da Lei 4.320/64)
- III. Demonstrativo da Despesa por unidade orçamentária segundo as Categorias Econômicas (Anexo 02, da Lei 4.320/64).
- IV. Demonstrativo do Programa de Trabalho por Órgão e Unidade (Anexo 06 da Lei 4.320/64)



**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**Prefeitura Municipal de Itapoa**

Rua Mariana Michels Borges, n.º 201 - Itapema do Norte - Itapoa/SC CEP 89.249-000  
Fone: (47) 3443-8800 Fax: (47) 3443-8828 - www.itapoa.sc.gov.br

- V. Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos Atividades (Anexo 07 da Lei 4.320/64);
- VI. Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme o vínculo com recursos (Anexo 08, da Lei 4.320/64);
- VII. Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 09, da Lei 4.320/64);
- VIII. Quadro de Detalhamento da Despesa QDD;
- IX. Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (art. 165, § 5º da CF)

§ 1º O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item VIII deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

**Art. 7º** A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, parágrafo único, inciso I, da Lei 4.320/64, conterá:

- I. Anexo 14 – Balanço Patrimonial para evidenciar a Composição do Ativo e Passivo Financeiro;
- II. Anexo 16 – Demonstração da Dívida Fundada e Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante; (Princípio da Transparência. Art.48 da LRF).

Parágrafo Único. Esses demonstrativos são da Contabilidade Geral do Município e serão elaborados com os saldos em 30/06/2014.

**Art. 8º** A Reserva de Contingência da administração direta será constituída exclusivamente, de recursos da destinação “00 - Ordinários do Orçamento Fiscal”, corresponderá a pelo menos



**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**Prefeitura Municipal de Itapoa**  
Rua Mariana Michels Borges, n° 201 - Itapema do Norte - Itapoa/SC CEP 89.249-000  
Fone: (47) 3443-8800 Fax: (47) 3443-8828 - www.itapoa.sc.gov.br

0,25% da Receita Corrente Líquida prevista e será alocada na Unidade Gestora Central, podendo ser remanejada para outra unidade gestora, conforme necessidade.

**Art. 9º** A Reserva de Contingência da Administração Indireta será constituída dos recursos que corresponderão ao superávit orçamentário da Unidade Gestora do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Itapoa – IPESI.

### **DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**

**Art. 10** Os Orçamentos para o exercício de 2015 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, sua Autarquia e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF).

**Art. 11** Os Fundos Municipais Unidades Gestoras, terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita Consolidada, sendo vinculadas às despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 6º, VIII desta lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais Unidades Gestoras serão gerenciados pelos Secretários Municipais, determinado por lei específica.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais Unidades Gestoras, deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central.

**Art. 12** Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2015 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF).

Parágrafo único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder



Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (art. 12, § 3º da LRF)

**Art. 13** Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

**Art. 14** Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

- I. Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
- II. Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III. Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos; e
- IV. Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

**Art. 15** A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado desta Lei, no valor de



**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**Prefeitura Municipal de Itapoá**

Rua Mariana Michels Borges, n° 201 - Itapema do Norte - Itapoá/SC CEP 89.249-000  
Fone: (47) 3443-8800 Fax: (47) 3443-8828 - www.itapoa.sc.gov.br

R\$ 7.753.917,00 observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Parágrafo único. As Novas DOCC constantes do Anexo I – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado desta lei, que perfazem um valor de R\$ 13.643.043,00, correspondem à revisão geral anual da remuneração dos servidores, ao adicional por tempo de serviço, à progressão automática, à promoção, ao adicional por capacitação e à reestruturação administrativa com criação de cargos e funções.

**Art. 16** Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO DE RISCOS FISCAIS desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF).

Parágrafo Único: Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

**Art. 17** Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

**Art. 18** O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF)

**Art. 19** Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações vinculadas à destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (art. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizada em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais



suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

**Art. 20** A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2015, constantes do ANEXO DE METAS FISCAIS desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Parágrafo único: Os descontos do IPTU concedidos de 10 e 15%, não constituem renúncia de receita, devido ser uma prática de vários exercícios e já estão considerados para efeito de cálculo do orçamento da receita.

**Art. 21** A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (art. 4º, I, “f” e 26 da LRF)

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade e normatização de controle interno municipal. (art. 70, Parágrafo único da CF)

**Art. 22** Fica o poder executivo autorizado à filiar-se às seguintes entidades:

- a) AMUNESC - Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina
- b) FECAM - Federação Catarinense dos Municípios
- c) CNM – Confederação Nacional dos Municípios

Parágrafo único. Fica o poder legislativo autorizado à filiar-se ao IBAM.

**Art. 23** Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar





**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**Prefeitura Municipal de Itapoá**  
Rua Mariana Michels Borges, n.º 201 - Itapema do Norte - Itapoá/SC CEP 89.249-000  
Fone: (47) 3443-8800 Fax: (47) 3443-8828 - www.itapoa.sc.gov.br

nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa / inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

**Art. 24** As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão evidenciados no ANEXO DE PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS PARA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO desta lei.

**Art. 25** Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (art. 62 da LRF)

**Art. 26** A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

**Art. 27** A execução do Orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001.

Parágrafo único: A transferência de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)



**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**Prefeitura Municipal de Itapoa**  
Rua Mariana Michels Borges, n° 201 - Itapema do Norte - Itapoa/SC CEP 89.249-000  
Fone: (47) 3443-8800 Fax: (47) 3443-8828 - www.itapoa.sc.gov.br

**Art. 28** Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial.

**Art. 29** Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação da destinação de recurso ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação.

#### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 30** A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 120% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000.

(Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

**Art. 31** A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

**Art. 32** Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 30 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

#### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

**Art. 33** O Executivo e o Legislativo Municipal e a Autarquia IPESI, mediante lei autorizativa, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de



Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

**Art. 34** Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem à 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 35** O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso estas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

- I. Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- II. Dispensa de servidores admitidos em caráter temporário;
- III. Eliminação das despesas com horas extras;
- IV. Eliminação de vantagens concedidas a servidores;

**Art. 36** Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente à substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Itapoá, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.



**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**Prefeitura Municipal de Itapoa**  
Rua Mariana Michels Borges, n° 201 - Itapema do Norte - Itapoa/SC CEP 89.249-000  
Fone: (47) 3443-8800 Fax: (47) 3443-8828 - www.itapoa.sc.gov.br

## **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 37** O Executivo Municipal autorizado em lei poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF)

**Art. 38** O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

**Art. 39** Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

## **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 40** O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o prazo estipulado na mesma lei.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até



**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**Prefeitura Municipal de Itapoá**  
Rua Mariana Michels Borges, n° 201 - Itapema do Norte - Itapoá/SC CEP 89.249-000  
Fone: (47) 3443-8800 Fax: (47) 3443-8828 - www.itapoa.sc.gov.br

1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

**Art. 41** Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

**Art. 42** Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 43** O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

**Art. 44** O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

**Art. 45** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Itapoá (SC), 07 de julho de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL



**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**Prefeitura Municipal de Itapoá**  
Rua Mariana Michels Borges, n° 201 - Itapema do Norte - Itapoá/SC CEP 89.249-000  
Fone: (47) 3443-8800 Fax: (47) 3443-8828 - www.itapoa.sc.gov.br

#### METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DA META ANUAL DA RECEITA

O Orçamento do Município de Itapoá para 2015 será de R\$ 81.450.500,00. Os anos bases de cálculo foram 2011, 2012 e 2013, de acordo com o art. 12 da LRF. A metodologia utilizada foi: o levantamento anual em percentual da evolução de cada natureza de receita comparada ao exercício anterior; o cálculo da média das porcentagens dos três anos de cada receita; e, aplicação do resultado da média no valor da receita executada em 2013, multiplicado por dois anos. As receitas que não tiveram uma evolução ou obtiveram uma evolução negativa, foi aplicada uma porcentagem de 5% de crescimento em relação ao arrecadado em 2013, conforme a previsão de crescimento elaborada pelo Ministério da Fazenda para os próximos exercícios. As receitas provenientes de Transferências Financeiras Fundo a Fundo, foram calculadas pelas secretarias municipais de saúde, educação e assistência social, de acordo com as legislações dos respectivos Ministérios e Secretarias Estaduais. As receitas de convênios serão suplementadas, após a sua formalização e respectiva publicação dos Termos de Convênios. Os valores correntes dos anexos desta Lei, estão impactados com uma previsão de inflação de 4,5%, conforme o Histórico de Metas para Inflação no Brasil elaborado pelo Banco Central.

Receita Total Geral para o exercício de 2015.....R\$ 84.594.100,00

Distribuída da seguinte forma:

Receita Corrente	R\$ 82.022.100,00
Receita Corrente Intra-Orçamentaria	R\$ 2.550.000,00
Receita de Capital	R\$ 22.000,00
Total da Receita Bruta	R\$ 84.594.100,00
(-) Dedução para a formação do FUNDEB	R\$ 3.143.600,00
Receita Líquida	R\$ 81.450.500,00





**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**Prefeitura Municipal de Itapoa**  
Rua Mariana Michels Borges, n° 201 - Itapema do Norte - Itapoa/SC CEP 89.249-000  
Fone: (47) 3443-8800 Fax: (47) 3443-8828 - www.itapoa.sc.gov.br

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

<u><b>ESPECIFICAÇÃO</b></u>	<u><b>PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO</b></u>
<u><b>RECEITAS CORRENTES (I)</b></u>	<u><b>84.572.100,00</b></u>
<u>Receita Tributária</u>	<u>30.273.000,00</u>
<u>Receita de Contribuição</u>	<u>3.070.000,00</u>
<u>Receita Patrimonial</u>	<u>4.170.000,00</u>
<u>Transferências Correntes</u>	<u>38.878.960,00</u>
<u>Outras Receitas Correntes</u>	<u>5.630.140,00</u>
<u>Receitas Correntes Intra-Orçamentárias</u>	<u>2.550.000,00</u>
<u><b>DEDUÇÕES (II)</b></u>	<u><b>4.613.600,00</b></u>
<u>Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor</u>	<u>1.470.000,00</u>
<u>Dedução da Receita para formação do FUNDEB</u>	<u>3.143.600,00</u>
<u><b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)</b></u>	<u><b>79.958.500,00</b></u>

# Joaçaba

## PREFEITURA

### 994/2013 TA 06

CONTRATO Nº 994/2012/PMJ - TA 06

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa EXPRESS SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.924.505/0001-54, estabelecida na 08.924.505/0001-54, Bairro CENTRO, no Município de CAMPOS NOVOS/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. JONAS AVELINO TONIELLO, portador da Carteira de Identidade nº 4.984.246 e CPF nº 067.963.489-40, residente e domiciliado na RUA JUSTINO RAMOS DA CUNHA, 155, Bairro SANTO ANTONIO, na cidade de CAMPOS NOVOS/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 994/2012/PMJ, firmado em 04/12/2012, proveniente do Processo de Licitação 91/2012/PMJ, instaurado através do Edital PP nº 48/2012/PMJ, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços de portaria em 01 (um) posto de trabalho com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, junto ao prédio do Novo Terminal Rodoviário Municipal, às margens da BR 282, Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada para 17 de outubro de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 22 (vinte e dois meses e 14 (quatorze) dias, contados do seu início.

Diante da prorrogação da vigência contratual constante na cláusula segunda deste Termo, agregar-se-á ao valor global do contrato o valor de R\$ 11.090,75 (onze mil noventa reais e setenta e cinco centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

2.035 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
140 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 10 de setembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE - PREFEITO

EXPRESS SERVIÇOS LTDA ME

JONAS AVELINO TONIELLO

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

### Ata 12/2013 TA 01 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2013 - TA 01

Aos 10 (dez) dias do mês de setembro do ano de 2014, o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, como órgão gerenciador e a empresa ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA, estabelecida na ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 2320, FUNDO CANOAS, no Município de RIO DO SUL, SC, CEP 89.163-554, representada neste ato pelo Sr. ANACLETO FERRARI, portador da CI nº 3R-1.428.772 e CPF nº 523.140.819-00, doravante denominada DETENTORA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 12/2013, firmada em 16/01/2014, proveniente do Pregão Presencial nº 35/2013/FMS, Processo de Licitação nº 42/2013/FMS, cujo objeto é o registro de preços para aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da farmácia básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2014, observado o disposto no inciso II, "d", do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço do item 78 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO INICIAL R\$	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
78	Cinarizina 25 mg	cp	NEO QUÍMICA	0,063	0,069

Permanecem inalteradas a ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 12/2013.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

joaçaba, 10 de setembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RAFAEL LASKE - Prefeito

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

ANACLETO FERRARI

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

**RESOLUÇÃO Nº: 025/2014/CMAS-JBA.**

Resolução nº: 025/2014/CMAS-JBA.

Aprova solicitação de remanejamento de dotação orçamentária:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições, conferidas Instrução Normativa do TC-14/2012 do TCE/SC, a resolução 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional de Assistência Social e a Resolução nº 16 de maio de 2010 do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar anulação de parte de dotação orçamentária do projeto atividade 1.013 no valor de 40.000,00(quarenta mil reais) para inclusão em subvenção social no mesmo valor.

Parágrafo Único - Os recursos de que tratam o caput do artigo 1º serão deduzidos projeto atividade 1.013.

I - Faz parte da presente resolução o parecer nº023/2014.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 10 de Setembro de 2014.

Dorvalina Lange

Presidente CMAS - Joaçaba/SC

**RESOLUÇÃO Nº: 026/2014/CMAS-JBA.**

Resolução nº: 026/2014/CMAS-JBA.

Aprova solicitação de aprovação do Plano de Acolhimento:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições, conferidas Instrução Normativa do TC-14/2012 do TCE/SC, a resolução 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional de Assistência Social e a Resolução nº 16 de maio de 2010 do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar o Plano de Acolhimento Institucional do Abrigo Frei Bruno para o exercício de 2014-2017.

I - Faz parte da presente resolução o parecer nº026/2014.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 10 de Setembro de 2014.

Dorvalina Lange

Presidente CMAS - Joaçaba/SC

**RESOLUÇÃO Nº: 027/2014/CMAS-JBA.**

Resolução nº: 027/2014/CMAS-JBA.

Aprova solicitação para reforma e licitação de espaço para ações da Assistência Social:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições, conferidas Instrução Normativa do TC-14/2012 do TCE/SC, a resolução 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional de Assistência Social e a Resolução nº 16 de maio de 2010 do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar autorização para reforma de espaço físico e elaboração de processo licitatório.

Parágrafo Único: A reforma de que trata o caput do artigo 1º refere-se a espaço físico para ações de assistência social em atendimento aos núcleos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

I - Faz parte da presente resolução o parecer nº022/2014.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 10 de Setembro de 2014.

Dorvalina Lange

Presidente CMAS - Joaçaba/SC

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº036 - 1498 2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 036 1498/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AQA4082	54013681E	6920/0	26/07/2013	233
MKN1701	54013683E	6920/0	29/07/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 11 DE SETEMBRO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DEL REGIONAL 11 DRP

# Lages

## PREFEITURA

### Extrato Contrato 147/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 147/2014 FCL

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.193.861/0001-10, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: AFONSO NILSON BARBOSA DE SOUZA, RG 3.478.073, CPF 020.513.179-41, estabelecido à Rua Felipe Schmidt, 735 - Apto. 701-Centro, CEP. 88.010-002 - Florianópolis/SC. Objetiva este contrato, a prestação de serviços da CONTRATADA, de curadoria a título de seleção dos espetáculos para o 35º FESTIVAL DE TEATRO DE LAGES- FETEL a realizar-se nos dias 28 e 29 de Agosto de 2014 na Fundação Cultural de Lages, durante o 35º FESTIVAL DE TEATRO DE LAGES - FETEL.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 Como remuneração pelo desenvolvimento da atividade a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 1.500,00(um mil e quinhentos reais), no qual estão inclusas despesas de transporte, estadia e alimentação da CONTRATADA, em depósito bancário que será efetuado na conta do Contratado Banco do BRASIL, Agência 3616-1, Conta 16161-6.

Lages, 03 de Setembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus  
Superintendente FCL.

### EXTRATO CONTRATO 148/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 148/2014 FCL

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.193.861/0001-10, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: ROBSON LUIS ANDRADE, RG 4.069.954, CPF 035.252.849-42, estabelecido à Rua Graça Aranha, nº 932, Bairro Caravágio, CEP. 88.509-440 - Lages /SC.

Objetiva este contrato, a prestação de serviços da CONTRATADA, de curadoria a título de seleção e debate dos espetáculos para o 35º FESTIVAL DE TEATRO DE LAGES- FETEL, seleção dos espetáculos a realizar-se nos dias 28 e 29 de Agosto de 2014 na Fundação Cultural de Lages, e debates dos espetáculos a realizar-se de 22 á 27 de Setembro do Teatro Municipal Marajoara durante o 35º FESTIVAL DE TEATRO DE LAGES - FETEL.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 Como remuneração pelo desenvolvimento da atividade a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 3.000,00(três mil reais), no qual estão inclusas despesas de transporte, estadia e alimentação da CONTRATADA, em depósito bancário que será efetuado na conta do Contratado Banco Caixa Econômica Federal, Agência 1663, Conta Corrente 5218-0.

Lages, 03 de Setembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus  
Superintendente FCL.

### EXTRATO CONTRATO 149/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO 149/2014 FCL

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.193.861/0001-10, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADO: ROMUALDO LUCIANO SEDREZ, RG 2.024.064, CPF 630.827.489-53, estabelecido à Rua João Pessoa, 2615 - Apto. 703, Bairro da Velha, CEP. 89.036-005 - Blumenau /SC.

Objetiva este contrato, a prestação de serviços da CONTRATADA, de curadoria a título de seleção e debate dos espetáculos para o 35º FESTIVAL DE TEATRO DE LAGES- FETEL, seleção dos espetáculos a realizar-se nos dias 28 e 29 de Agosto de 2014 na Fundação Cultural de Lages, e debates dos espetáculos a realizar-se de 22 á 27 de Setembro do Teatro Municipal Marajoara durante o 35º FESTIVAL DE TEATRO DE LAGES - FETEL

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 Como remuneração pelo desenvolvimento da atividade a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 3.500,00(três mil e quinhentos reais), no qual estão inclusas despesas de transporte, estadia e alimentação da CONTRATADA, em depósito bancário que será efetuado na conta do Contratado Banco do BRASIL, Agência 0411, Conta Poupança 1549-7 Operação 013.

Lages, 03 de Setembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus  
Superintendente FCL.

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### Retificação Pregão Presencial Nº39/2014 - FMS

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº39/2014 - FMS  
PROCESSO Nº39/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que houveram alterações ao termo de referência acrescentando ao descritivo fotometria, mantendo-se a data que ocorrerá no dia 18 de setembro de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizou processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de Tiras de Glicemia reagentes para medição de glicemia capilar com fornecimento de aparelhos em comodato, para uso das Unidades de Saúde do Município de LAURO MULLER/SC. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 11 de setembro de 2014.  
ALAN CROSETTA  
Pregoeiro Municipal

### LEI Nº 1.828/2014

LEI Nº 1.828/2014 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente e dá outras providências.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais), assim classificado:

07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
02 - Fundo Municipal de Saúde  
Dotação 11  
Fonte de Recurso 0003 - Recursos Próprios  
2.015 - GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE  
3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
TOTAL: R\$ 150.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação nos seguintes itens orçamentários:

07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
02 - Fundo Municipal de Saúde  
Dotação 29  
Fonte de Recurso 0003 - Recursos Próprios  
2.018 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00  
TOTAL: R\$ 150.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

EDUARDO BETT  
SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

### LEI Nº 1.829/2014

LEI Nº 1.829/2014 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente e dá outras providências.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), assim classificado:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL  
03 - Fundo Municipal de Habitação  
Dotação 167  
Fonte de Recurso 0116 - Recurso Próprio  
2.046 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA AUXÍLIO / ALUGUEL SOCIAL  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL  
03 - Fundo Municipal de Habitação  
Dotação 165  
Fonte de Recurso 0116 - Recurso Próprio  
1.030 - REFORMA DE CASAS  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

EDUARDO BETT  
SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.



**LEI Nº 1.830/2014**

LEI Nº 1.830/2014 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar Especial ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, no valor de R\$ 180.000,00 (Cento e Oitenta Mil Reais), assim classificado:

03 - SECRETARIA MUN. DE ADM, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

01 - Departamento de Administração

Dotação 07

Fonte de Recurso 0116 - Recursos Ordinários

2.003 - Manutenção da Administração Geral

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 96.000,00

03 - SECRETARIA MUN. DE ADM, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

01 - Departamento de Administração

Dotação 12

Fonte de Recurso 0116 - Recursos Ordinários

2.005 - Manutenção do Departamento de Finanças

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 84.000,00

Total: R\$ 180.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação nas seguintes dotações orçamentárias:

14 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

01 - Encargos Gerais do Município

Dotação 170

Fonte de Recurso 0116 - Recursos Ordinários

0.001 - Encargos Gerais do Município

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

Total: R\$180.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 11 DE SETEMBRO DE 2014..

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

EDUARDO BETT

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

**PORTARIA Nº 279/2014**

PORTARIA Nº 279/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 01.05.2014 a 30.04.2015, para a funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, SUZANA APARECIDA CARDOSO DA SILVA, ocupante do cargo de Recepcionista.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**PORTARIA Nº 280/2014**

PORTARIA Nº 280/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a licença sem vencimentos, pelo período de 01.05.2014 a 01.05.2015, da funcionária pública do Quadro de Pessoal da Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller, BEATRIZ WESSLER, ocupante do cargo de Bióloga.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**PORTARIA Nº 281/2014**

PORTARIA Nº 281/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, CACIANA ESPINDOLA DA SILVA, para a função de Professora de Ensino Fundamental - Anos Iniciais - Professor I MAG ST 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 05 de Maio de 2014 a 20 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Hilário Pescador, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 282/2014**

PORTARIA Nº 282/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 06.05.2014 a 06.05.2016, para a funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, GREICY ISIDORO JUNG, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**PORTARIA Nº 283/2014**

PORTARIA Nº 283/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA, do servidor público SAMIR RIGHETTO, Professor de Educação Física - Professor II MAG LP 1A, em caráter temporário, para 40 (quarenta) semanais, em vaga excedente, na Escola Municipal Lígia Chaves Cabral, pelo período de 05 de Maio de 2014 a 15 de Dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 284/2014**

PORTARIA Nº 284/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA, do servidor público WELLINGTON VICENTE, Auxiliar de Educação Infantil, em caráter temporário, para 40 (quarenta) semanais, em vaga excedente, na Escola Municipal Julio Serafim Gonçalves, pelo período de 05 de Maio de 2014 a 15 de Dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 285/2014**

PORTARIA Nº 285/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, SIBELE QUERINO NAZÁRIO, para a função de Professora de Educação Física, em Caráter Temporário, pelo período de 12 de Maio de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 10 (dez) horas semanais em vaga excedente, no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 12/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 286/2014**

PORTARIA Nº 286/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, HELLEN ALVES SPÍNDOLA, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 05 de Maio de 2014 a 22 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em vaga excedente, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 287/2014**

PORTARIA Nº 287/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, ISIS DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor junto a Secretaria Municipal de Saúde, Código/Nível DASI 4.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT

SECRETÁRIO ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**Portaria Nº 288/2014**

PORTARIA Nº 288/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DEMITIR A PEDIDO, ANDRESA GONÇALVES MARTINS COAN, Professora contratada em caráter temporário, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 07/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 289/2014**

PORTARIANº 289/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DEMITIR A PEDIDO, DÉBORA CRISTINA BITTENCOURT, Professora contratada em caráter temporário, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 07/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 290/2014**

PORTARIANº 290/ 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.300/2004, nº 1.485/2007, nº1.592/2009, e Edital de Concurso Público 003/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 15/06/2010, concurso passível de revogação;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, ANDRESA GONÇALVES MARTINS COAN, aprovada em 11º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Professor I - Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**TERMO DE POSSE**

No dia 09 do mês de Maio do ano de 2014, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora ANDRESA GONÇALVES MARTINS COAN, aprovada no Concurso Público nº 003/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Professor I - Educação Infantil, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 290/2014. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Secretário de Administração, Finanças e Planejamento.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 09 de Maio de 2014.

ANDRESA GONÇALVES MARTINS COAN

Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

**PORTARIA Nº 291/2014**

PORTARIA Nº 291/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal combinado com os dispositivos legais DA Lei Municipal nº 1.300/2004,

Considerando que no Concurso nº 003/2010 para a função de Professor I - Educação Infantil, a habilitação exigida era "habilitação em curso de nível superior de Licenciatura Plena na área específica";

Considerando que na Lei nº 1.300/2004 que rege o Magistério Público Municipal diz que professor com habilitação em curso de nível superior de licenciatura plena é PROFESSOR II;

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR O CARGO da servidora pública ANDRESA GONÇALVES MARTINS COAN para exercer o Cargo de Professora II - referência - MAG LP 1A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT

SECRETÁRIO ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**PORTARIA Nº 292/2014**

PORTARIANº 292/ 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.300/2004, nº 1.485/2007, nº1.592/2009, e Edital de Concurso Público 003/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 15/06/2010, concurso passível de revogação;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, DÉBORA CRISTINA BITTENCOURT, aprovada em 9º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Professor II - Ensino Fundamental 1ª a 5ª série, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**T E R M O D E P O S S E**

No dia 09 do mês de Maio do ano de 2014, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora DÉBORA CRISTINA BITTENCOURT, aprovada no Concurso Público nº 003/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Professor II - Ensino Fundamental 1ª a 5ª série, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 292/2014. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Secretário de Administração, Finanças e Planejamento.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 09 de maio de 2014.  
DÉBORA CRISTINA BITTENCOURT  
Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretario de Administração, Finanças e Planejamento

**PORTARIA Nº 293/2014**

PORTARIANº 293/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, AMILCAR DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Intendente, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário de Adm., Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 294/2014**

PORTARIANº 294/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, LASTENA HENRIQUE RIBEIRO, do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DASI 4.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário de Adm., Fin. e Planej.



**PORTARIA Nº 295/2014**

PORTARIA Nº 295/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, PATRÍCIA RIBEIRO FRANCISCO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor junto a Secretaria Municipal de Saúde, Código/Nível DASI 4.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Administração, Fin. Planej.

**PORTARIA Nº 296/2014**

PORTARIA Nº 296/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Concurso Público a ser realizado para preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e Hospital Municipal Henrique Lage,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, LASTENA HENRIQUE RIBEIRO, para a função de Cozinheira, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em Caráter Temporário, pelo período de 06 de Maio 2014 a 22 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até a realização de concurso público.

Art. 2º - Fica a contratada ciente que pode ocorrer a rescisão do contrato a qualquer tempo, mediante realização de concurso para suprimimento da vaga.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06/05/2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**PORTARIA Nº 297/2014**

PORTARIA Nº 297/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008 e Art. 37 da Constituição Federal, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Concurso Público a ser realizado para preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e Hospital Municipal Henrique Lage,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, TATIANE PEREIRA BARBOSA, para a função de Servente, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em Caráter Temporário, pelo período de 05 de Maio de 2014 a 30 de Novembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até a realização de concurso público.

Art. 2º - Fica a contratada ciente que pode ocorrer a rescisão do contrato a qualquer tempo, mediante realização de concurso para suprimimento da vaga.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**PORTARIA Nº 298/2014**

PORTARIA Nº 298/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Intendente junto a Intendência Distrital de Guatá, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 13/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL



Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**PORTARIA Nº 299/2014**

PORTARIANº 299/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DEMITIR, EMA HOFMANN BENEDET, Telefonista, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - O motivo da demissão da servidora é em razão de sua aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 300/2014**

PORTARIANº 300/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA, da servidora pública ROSELI DE LIMA DA SILVA, Professora de Educação Física - Professor II- MAG-LP 1A, em caráter temporário, para 30 (trinta) semanais, em vaga excedente, na Escola Municipal de Educação Infantil Sagrada Família, pelo período de 05 de Maio de 2014 a 15 de Dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 301/2014**

PORTARIA Nº 301/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 15.05.2014 a 14.05.2016, para o funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, GIOVANE DA SILVA AMANCIO, ocupante do cargo de Motorista.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 15/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**PORTARIA Nº 302/2014**

PORTARIA Nº 302/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - COLOCAR A DISPOSIÇÃO, com a anuência da mesma e por necessidade de ordem administrativa, a funcionária pública SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médica do ESF, que exerce atualmente na Secretaria Municipal de Saúde para exercê-lo junto a Unidade de Saúde Valdemar Mendes de Itanema.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 12/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 303/2014**

PORTARIANº 303/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, CLEUSA LUCIANO CARDOSO, Professora I contratada em caráter temporário, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 304/2014**

PORTARIA Nº 304/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, CLEUSA LUCIANO CARDOSO, para a função de Auxiliar de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 06 de Maio de 2014 a 22 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Infantil Tia Marli, em vaga excedente.

2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 305/2014**

PORTARIANº 305/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, MARIA DAS GRAÇAS GOMES MENDES, Servente contratada em caráter temporário, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 12/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 306/2014**

PORTARIANº 306/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, MÁRCIA REGINA RIGHETTO MAFRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor junto a Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, Código/Nível DASI 4.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 28/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 307/2014**

PORTARIANº 307/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990, artigo 7º, parágrafos 1º, 2º e 3º e anexo VI da Lei Municipal nº 1.145/2001 e Decreto Municipal nº 024/2002, de 08/04/2002,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 30% (trinta por cento), por atribuição de função, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, OYLSOY JOSÉ DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 308/2014**

PORTARIANº 308/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990, artigo 7º, parágrafos 1º, 2º e 3º e anexo VI da Lei Municipal nº 1.145/2001 e Decreto Municipal nº 024/2002, de 08/04/2002,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 17% (dezessete por cento), por atribuição de função, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, JOSÉ BONIFÁCIO NETO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pintor.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MAIO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 309/2014**

PORTARIANº 309/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, CARLA DE FÁTIMA BEZ BATTI, Professora contratada em caráter temporário, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 310/2014**

PORTARIANº 310/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, IONES DAS GRAÇAS VELHO, Professora contratada em caráter temporário, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 311/2014**

PORTARIANº 311/ 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.300/2004, nº 1.485/2007, nº1.592/2009, e Edital de Concurso Público 003/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 15/06/2010, concurso passível de revogação;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, CARLA DE FÁTIMA BEZ BATTI, aprovada em 10º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Professor II - Ensino Fundamental 1ª a 5ª série, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03/06/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**T E R M O D E P O S S E**

No dia 03 do mês de Junho do ano de 2014, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora CARLA DE FÁTIMA BEZ BATTI, aprovada no Concurso Público nº 003/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Professor II - Ensino Fundamental 1ª a 5ª série, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 311/2014. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Secretário de Administração, Finanças e Planejamento.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 03 de Junho de 2014.

CARLA DE FÁTIMA BEZ BATTI

Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretario de Administração, Finanças e Planejamento

**PORTARIA Nº 312/2014**

PORTARIANº 312/ 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.300/2004, nº 1.485/2007, nº1.592/2009, e Edital de Concurso Público 003/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 15/06/2010, concurso passível de revogação;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, IONES DAS GRAÇAS VELHO, aprovada em 11º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Professor II - Ensino Fundamental 1ª a 5ª série, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03/06/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**T E R M O D E P O S S E**

No dia 03 do mês de Junho do ano de 2014, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora IONES DAS GRAÇAS VELHO, aprovada no Concurso Público nº 003/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Professor II - Ensino Fundamental 1ª a 5ª série, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 312/2014. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Secretário de Administração, Finanças e Planejamento.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 03 de Junho de 2014.

IONES DAS GRAÇAS VELHO

Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretario de Administração, Finanças e Planejamento

**PORTARIA Nº 313/2014**

PORTARIA Nº 313/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º - PRORROGAR, a licença sem vencimentos, pelo período de 01.06.2014 a 31.05.2015, da funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, JULIANA GONÇALVES MARIOT, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/06/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**PORTARIA Nº 314/2014**

PORTARIA Nº 314/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 04.06.2014 a 03.06.2016, para a funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, MELISSA BITTENCOURT ILLEDE, ocupante do cargo de Farmacêutica.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04/06/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**PORTARIA Nº 315/2014**

PORTARIA Nº 315/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º - PRORROGAR, a licença sem vencimentos, pelo período de 14.06.2014 a 13.06.2015, da funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, CAROLINA CAMPOS DOS SANTOS, ocupante do cargo de Psicóloga.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14/06/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO



# Lebon Régis

## PREFEITURA

### Lei Municipal Nº 1.490/2014

LEI MUNICIPAL Nº 1490/2014, 11 de setembro de 2014.  
"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO LINHA VITÓRIA DE LEBON RÉGIS."

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública, no âmbito administrativo deste município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina a "Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Linha Vitória" pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 20.852.625/0001-99 com sede e foro nesta cidade, com atividades de organizações associativas voltadas ao interesses dos associados.

Art. 2º. Revogam-se contrárias disposições.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis (SC), 11 de setembro 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 074/2014

DECRETO Nº. 74/2014, de 09 de setembro de 2014.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso I do art. 11, da Lei Municipal nº 1459/2013 de 20 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	50	12	361	11	2.057	4490	0.1.19	228.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação apurado até esta data, conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
0	1	19	228.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 09 de setembro de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

### EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 98/2013

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 98/2013

Tomada de preços TP6/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

Contratado: INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO E IMPLANTACAO DE POLITICAS FINANCEIRAS E TRIBUTÁRIAS MUNICIPAIS - IDETRIM. Objeto: Fica alterada a cláusula nona do Contrato n. 98/2013 para Aditar o prazo de vigência em mais 12 meses, ou seja, fica prorrogado até 15/09/2015, justificada pelo art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Lebon Régis, 2 de Setembro de 2014.

Departamento de Licitações.

### PORTARIA Nº 413/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0413/2014 de 10 de Setembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR A PEDIDO A FUNCIONÁRIA, ADRIANA PEIREIRA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de RECEPCIONISTA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 09/09/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 09 de Setembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente



# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### Lei N.º 1.088/2014

LEI Nº 1.088, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ESCOLAS MUNICIPAIS DESATIVADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, c/c com a Lei nº 8.666, de 21/06/1993, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, a título gratuito, o direito real de uso do espaço físico das Escolas Isoladas pertencentes à rede Municipal de ensino que estejam desativadas, para serem utilizados pelos Grupos de Mulheres, Grupos de Idosos, Grupos ou Associações de Agricultores, Funcionários Públicos, Igrejas e Congregações, e antigos proprietários do imóvel.

Art. 2º Os referidos imóveis serão utilizados pelos grupos mencionados no Art. Anterior, enquanto perdure a paralisação, para desenvolvimento de atividades que lhe são peculiares, tais como encontros de integração, festividades, reuniões, produção de trabalhos artesanais, e com a finalidade de moradia pelos funcionários públicos e antigos proprietários.

Art. 3º Não havendo interessados, conforme descrito no art. 1º, a Secretaria Municipal de Assistência Social, poderá fazer a concessão a municípios carentes, devidamente inscritos em seu cadastro, com a finalidade de moradia.

Art. 4º Não havendo interessados, conforme especificam os art. 1º e 3º, fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a leiloar os referidos imóveis.

Art. 5º As despesas desta lei correrão por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revoga-se a Lei n.º 339, de 05 de maio de 2003 e a Lei n.º 879, de 28 de março de 2012.

Leoberto Leal, 11 de setembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

PREFEITA MUNICIPAL

### Lei N.º 1.089/2014

LEI Nº 1.089, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

"Alterar o Anexo de Metas do Plano Plurianual - PPA 2014/2017 e Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2014, Com Inclusão de Nova Ação"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo de Metas do Plano Plurianual - PPA 2014/2017, aprovados pela Lei Municipal nº 991/2013, referente ao programa 04 - Educação Cultura e Desporto, fica acrescida a ação nº 0.003 - Amortização da Dívida e Encargos - Educação, no valor R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), para o exercício 2014.

Art. 2º O Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2014, aprovado pela Lei Municipal nº 996/2013, referente ao Programa 04 - Educação Cultura e Desporto, Fica acrescido a ação nº 0.003 - amortização da Dívida e Encargos - Educação, no valor de 56.000,00 (cinquenta e seis mil

reais), para o exercício 2014.

Art. 3º Para execução da Ação de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos ordinários oriundos de anulações parciais da seguinte ação:

I - 0.002 - Amortização da Dívida e Encargos - R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais).

Art. 4º Ficam alterados os anexos e desmontativos do Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como os textos legais, afetados pela alteração proposta nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 11 de setembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### Lei N.º 1.090/2014

LEI Nº 1.090, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, até o Limite de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	56.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	56.000,00
Função	12	Educação	56.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	56.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	56.000,00
Projeto/ Atividade	0.003	Amortização da Dívida e Encargos	56.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	56.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.6.00.00.00	Amortização da Dívida	56.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	56.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	56.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			56.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na dotação com a seguinte classificação e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	56.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	56.000,00
Função	28	Encargos Especiais	56.000,00
Sub-Função	846	Outros Encargos Sociais	56.000,00
Programa	0000	Encargos Especiais	56.000,00
Projeto/ Atividade	0.002	Amortização da Dívida e Encargos	56.000,00

Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	56.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.6.00.00.00	Amortização da Dívida	56.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	56.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	56.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			56.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 11 de setembro de 2014.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

### Lei N.º 1.091/2014

LEI Nº 1.091, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE”

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, até o Limite de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	52.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	52.000,00
Função	12	Educação	52.000,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	52.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	52.000,00
Projeto/ Atividade	2.007	Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensino Infantil	52.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	52.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	52.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	52.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	52.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			52.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	52.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	52.000,00
Função	12	Educação	52.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	52.000,00

Programa	0004	Educação é Tudo	52.000,00
Projeto/ Atividade	2.006	Remuneração de Profissionais do Magistério - Ensino Fundamental	46.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	31.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	31.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	31.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	31.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	15.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	15.000,00
Projeto/ Atividade	2.006	Remuneração dos Profissionais do Magistério - Ensino Fundamental	15.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	15.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	15.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	15.000,00
Projeto/ Atividade	1.007	Renovação da Frota do Transporte Escolar	6.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	6.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	6.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	6.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	6.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			52.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 11 de setembro de 2014.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

### Lei N.º 1.092/2014

LEI Nº 1.092, DE 11 DE SETEMBRO 2014.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE”

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, até o Limite de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	43.000,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	43.000,00
Função	4	Administração	43.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	43.000,00
Programa	0002	Gestão com Excelência	43.000,00

Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	43.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	41.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	41.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	41.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	41.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	2.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	2.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			43.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	43.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	43.000,00
Função	4	Administração	43.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	43.000,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	43.000,00
Projeto/ Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração Contabilidade e Finanças	43.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	38.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	38.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	38.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	38.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			43.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 11 de setembro de 2014.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

## Luzerna

### PREFEITURA

#### Termo de Homologação - PL 107/2014 - Pp065/2014 - Material de Enfermagem com Amostra - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 107/2014 - FMS  
Pregão nº 065/2014 - FMS

O Gestor do FMS, WALMOR S. DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 107/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.
- Objeto: A presente licitação tem por a aquisição de materiais de enfermagem com apresentação de amostras destinada à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC.
- Proponente(s) Vencedora(s):
- \* FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA
- Valor total: R\$ 17.633,00

Luzerna (SC), 11 de setembro de 2014.  
WALMOR S. DRESCH NETO STROHER  
Gestor do FMS

#### Contrato FMS Nº 036.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 036/2014

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 0107/2014

PREGÃO PRESENCIAL nº 065/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 11 (onze) dias do mês de setembro do ano de 2014, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Joaquim Nabuco, nº 1595, Bairro Capoeiras, na cidade de Florianópolis/SC, CEP 88.090.060, inscrita no CNPJ sob o nº 07.164.711/0001-40, neste ato representada pelo sócio administrador, JOSÉ MOREIRA RAMOS, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 600.747.7638 SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob nº 183.100.010-53, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 0107/2014, Pregão Presencial nº 065/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de enfermagem com apresentação de amostras destinada à manutenção das atividades do Fundo

Municipal de Saúde de Luzerna/SC, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit. (R\$)	Preço Total. (R\$)
1	100,00	UN	Curativo com tecnologia de camada dupla Hidrofiber, tamanho 15 cm x 15 cm, unidas por pontos com fio de celulose regenerada Tencel, composto por 100% Carboximetilcelulose sódica e com 1 a 2% de prata iônica. A prata presente no curativo inativa as bactérias retiradas no leito da ferida retendo-as dentro da fibra e não entram em contato com o leito da ferida. Curativo resistente à tração forma um gel coeso que proporciona um meio úmido que auxilia na remoção de tecidos necróticos e favorece a cicatrização. Absorve e retém grandes quantidades de exsudato e bactérias, com absorção vertical, evitando a maceração da borda da ferida. É indicado para o tratamento de feridas planas, agudas, crônicas, cavitárias, queimaduras de 1 e 2 graus, feridas ulcerativas e traumáticas, com ou sem infecção e com grande quantidade de exsudato. Tamanho 15 cm x 15 cm.	65,50	6.550,00
2	20,00	UN	Curativo hidrocolóide de baixo perfil, com bordas delgadas, translúcido, revestido com uma película lisa de baixa fricção e linha demarcada que indica o momento ideal da troca do curativo. Tamanho 18,5 cm x 19,5 cm. O curativo é estéril e composto por uma camada interna com 3 hidrocolóides (gelatina, pectina e carboximetilcelulose sódica), polisobutileno e polímeros elastoméricos adicionados a fórmula para controle da formação do gel com uma camada externa de poliuretano que oferece uma barreira bacteriana/viral, apresentar bula do produto junto com a proposta. Tamanho 18,5 cm x 19,5 cm.	68,30	1.366,00

3	40,00	UN	BOTA DE UNNA * Bandagem de algodão e poliéster com pasta composta de no mínimo 23% de óxido de zinco (com laudo comprobatório) que não endurece glicerina, petrolato branco, água, acácia e óleo de rícino. Adapta-se aos contornos da perna, esticando-se suavemente, permanecendo flexível. Indicado para tratamento de úlceras venosas de perna e edema linfático. Proporciona tratamento local da insuficiência vascular. Tamanho: 10,16cm x 9,14m. Apresentar bula do produto junto Com a proposta e laudo emitido por laboratório oficial ou instituto de referencia nacional que comprove a composição da bota.	44,00	1.760,00
4	15,00	UN	Curativo hidrocolóide de baixo perfil, com bordas delgadas, translúcido, revestido com uma película lisa de baixa fricção e linha demarcada que indica o momento ideal da troca do curativo. Tamanho 20 cm x 22,5 cm. O curativo é estéril e composto por uma camada interna com 3 hidrocolóides (gelatina, pectina e carboximetilcelulose sódica), polisobutileno e polímeros elastoméricos adicionados a fórmula para controle da formação do gel com uma camada externa de poliuretano que oferece uma barreira bacteriana/viral, apresentar bula do produto junto com a proposta. Tamanho 20 cm x 22,5 cm.	69,60	1.044,00
5	50,00	UN	Curativo tratamento placa, interativo composto de uma camada interna a base de 3 Hidrocolóides - Gelatina, Pectina e Carboximetilcelulose Sódica - revestido de uma lâmina de Poliuretano, impermeável a água e a outros agentes externos, absorvente, flexível, auto aderente, ação bacteriostática, estéril, espessura média, para prevenção e tratamento de úlcera de pressão limpa, tamanho 20x20 cm. Apresentar bula do produto junto com a proposta. Tamanho 20x20 cm	45,30	2.265,00



6	30,00	UN	Curativo de Hidrocolóide e Alginato de Cálcio e Sódio, constituído de água purificada, propilenoglicol, carboximetilcelulose sódica, carbômero 940, trietanolamina, alginato de cálcio e sódio, sorbato de potássio, ácido bórico, hidantoína, - conservantes estes de grande importância para manutenção da estabilidade do produto por até 28 dias após aberto- num ambiente aquoso, hidratante e absorvente, transparente na forma de gel, que apresenta a capacidade de hidratar feridas secas e absorver o exsudato, interagindo com diversos níveis de umidade da ferida, para cavidades profundas, úlceras de perna - venosa e arterial - pé diabético, cortes, abrasões e lacerações, queimaduras de 1º e 2º graus e úlceras de pressão, ação hemostática, debridante, com ph neutro, com tampa flip top, tubo com 85gr. Apresentar bula do produto junto com a proposta. Tamanho 85g	52,00	1.560,00
7	20,00	UN	Curativo gelificante com hidrofibra, tamanho 14x14 cm, oclusivo, composto de cinco camadas: uma camada superior impermeável com revestimento de espuma de poliuretano, uma camada de hidrocolóide com bordas adesivas Betahesive, uma camada central absorvente de fibras 100% Carboximetilcelulose sódica (tecnologia hidrofibra), uma rede de poliamida e uma fina camada porosa não adesiva de fibras 100% Carboximetilcelulose sódica (tecnologia hidrofibra), altamente moldável ao leito da ferida, com retenção superior de líquido, acolchoamento superior, controla lateralmente o exsudato protegendo a pele ao redor da ferida, ajuda o paciente a retomar suas atividades diárias, com desenho ergonômico para região sacral e para o calcanhar. Proteção bacteriana e viral, com retenção de microorganismos e enzimas contidas no exsudato, impermeável, com tempo de uso prolongado. Indicado para lesões de moderado a acentuado exsudato: lacerações, úlcera de perna, úlcera por pressão, úlcera em diabéticos, feridas cirúrgicas, queimaduras de 2º grau, feridas traumáticas, úlcera neuropática, apresentar bula do produto junto com a proposta. Tamanho 14x14 cm	56,90	1.138,00

8	25,00	UN	Bandagem De Alta Compressão de algodão, viscose, nylon e poliuretano elastano, com uma linha central amarela e dois indicadores de extensão retangulares, que se adapta a pernas de diferentes tamanhos, destinam-se ao uso sobre um curativo primário em pacientes com retorno venoso prejudicado, indicado para Tratamento de úlceras venosas de perna e afecções associadas onde está indicada a terapia por compressão, apresentarem bula do produto junto com a proposta.	78,00	1.950,00
---	-------	----	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	----------

O FORNECEDOR 1 FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 17.633,00 (dezesete mil seiscentos e trinta e três reais);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos materiais em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os materiais deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os materiais fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos materiais não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os materiais fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles

decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima aplica-se igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundos do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do CONTRATANTE, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA

##### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005, na Lei nº 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.



5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos ou materiais entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP);

6.3. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.4. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

##### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de aplicação 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

#### CLÁUSULA NONA

##### DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os

fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 11 de setembro de 2014.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER GESTOR DO FMS CONTRATANTE	JOSÉ MOREIRA RAMOS FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA FORNECEDOR 1
-------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------

#### TESTEMUNHAS:

1 .....	2 .....
---------	---------

### Convite Audiência Pública Segundo Quadrimestre 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Moisés Diersmann, Prefeito Municipal de Luzerna, Mauri José Schlindwein, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna (SC), e, João Batista Zamboni, Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação e Fiscalização da Câmara de Vereadores de Luzerna(SC), com fulcro na Lei Municipal nº 325/01, e na Lei Complementar Federal nº 101/00 em seu artigo 9º, parágrafo 4º, convoca os habitantes deste Município, maiores de 16 anos, para participarem da Audiência Pública, na Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação e Fiscalização do Poder Legislativo Municipal, na qual o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o segundo quadrimestre de 2014.

Local: Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna

Av. 16 de fevereiro nº 151 - Luzerna - SC

Data: 22 de setembro de 2014

Horário: 20:00 horas

Aproveite este importante espaço para conhecimento dos atos da administração municipal.

Luzerna(SC), 03 de setembro de 2014.

Moisés Diersmann

Prefeito Municipal

Mauri José Schlindwein

Presidente da Câmara de Vereadores

João Batista Zamboni

Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação e Fiscalização da Câmara de Vereadores

### Convite Audiência Pública Loa 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
C O N V I T E  
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Moises Diersmann, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), em cumprimento à Lei Complementar nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei Municipal nº 325, de 05 de dezembro de 2001, CONVIDA os habitantes do Município, maiores de 16 anos, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA, visando a representação popular na discussão e elaboração da LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL para o exercício de 2015 e possíveis alterações no PPA - Plano Plurianual e na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Data: 22 de setembro de 2014 (Segunda-feira)

Local: Câmara de Vereadores de Luzerna

Horário: 20:30 horas

Aproveite esse importante espaço para participação na Administração Pública Municipal.

Luzerna(SC), 03 de setembro de 2014.

Moises Diersmann

Prefeito Municipal

### Aviso - PL 104/2014 - Le 001/2014 - Leilão - PML

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA  
AVISO

Processo Licitatório nº 104/2014

Leilão nº 001/2014

O Município de Luzerna torna pública a alteração efetuada no processo Licitatório nº 104/2014, Edital de Leilão Presencial 001/2014, cujo objeto é o "Leilão Público para a alienação dos bens móveis (veículos) descritos no instrumento convocatório, no estado em que se encontram e pela melhor oferta".

1) Inclui-se ao item 06 a seguinte descrição:

Carreta graneleira sem cobertura: com estrutura em madeira, tampa dupla. Rebocadora Random SR GRT 12, ano 1994, Placa AEI4215, Renavam 616739230, Cor branca.

2) Inclui-se ao item 07 a seguinte descrição:

Rolo Compactador de Chapa Lisa, Marca e Modelo: M.A./ TEMA TERRA, Ano fab./mod. 1989, 1.000T/90CV/1P, Placa LWY3224, Renavam 553338552, Cor amarela.

Permanecem inalteradas as demais disposições do Leilão nº 001/2014 em referência.

Luzerna (SC), 10 setembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

**Receitas Federais do Dia 10.09.2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 10/09/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>225.159,68</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	250.058,95
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	250.058,95
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	249.847,53
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	249.847,53
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do FPM 60%	149.908,52
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do FPM 25%	62.461,88
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do FPM 15%	37.477,13
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	211,42
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do ITR 60%	126,85
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do ITR 25%	52,86
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do ITR 15%	31,71
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	25.112,51
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	25.112,51
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	15.067,51
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	10.045,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-50.011,78
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-50.011,78
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-49.969,50
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-49.969,50
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-42,28

Luzerna, 11/09/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

**Receitas Federais do Mês de Agosto/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 31/08/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>930.982,06</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transferências da União	563.041,98
4.1.7.2.1.01.00.00.00 Participação na Receita da União	448.486,50
4.1.7.2.1.01.02.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	448.426,05
4.1.7.2.1.01.02.10.00 Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	448.426,05
4.1.7.2.1.01.02.10.01 Cota-Parte do FPM 60%	269.055,63
4.1.7.2.1.01.02.10.02 Cota-Parte do FPM 25%	112.106,52
4.1.7.2.1.01.02.10.03 Cota-Parte do FPM 15%	67.263,90
4.1.7.2.1.01.05.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	60,45
4.1.7.2.1.01.05.01.00 Cota-Parte do ITR 60%	36,27
4.1.7.2.1.01.05.02.00 Cota-Parte do ITR 25%	15,11
4.1.7.2.1.01.05.03.00 Cota-Parte do ITR 15%	9,07
4.1.7.2.1.22.00.00.00 Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	7.435,56
4.1.7.2.1.22.70.00.00 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	7.435,56
4.1.7.2.1.33.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	69.315,59
4.1.7.2.1.33.11.00.00 Atenção Básica	59.698,00
4.1.7.2.1.33.11.10.00 Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	11.210,00
4.1.7.2.1.33.11.30.00 Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	48.488,00
4.1.7.2.1.33.11.30.01 Saúde da Família	14.260,00
4.1.7.2.1.33.11.30.02 Agentes Comunitários de Saúde	12.168,00
4.1.7.2.1.33.11.30.03 Saúde Bucal	4.460,00
4.1.7.2.1.33.11.30.08 PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade	17.600,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00 Vigilância em Saúde	5.100,67
4.1.7.2.1.33.13.20.00 Vigilância Sanitária	5.100,67
4.1.7.2.1.33.14.00.00 Assistência Farmacêutica	4.762,56
4.1.7.2.1.33.14.10.00 Componente Básico da Assistência Farmacêutica	4.762,56
4.1.7.2.1.33.15.00.00 Gestão do SUS	-245,64
4.1.7.2.1.33.15.15.00 MAC Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulator	-245,64
4.1.7.2.1.34.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	687,50
4.1.7.2.1.34.03.00.00 IGD-M Programa Bolsa Família	687,50
4.1.7.2.1.35.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	35.327,74
4.1.7.2.1.35.01.00.00 Transferências do Salário-Educação	22.728,95
4.1.7.2.1.35.03.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	9.306,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	3.292,79
4.1.7.2.1.36.00.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.789,09
4.1.7.2.1.36.01.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoner 60%	1.073,46
4.1.7.2.1.36.02.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoner 25%	447,27
4.1.7.2.1.36.03.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoner 15%	268,36
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	213.195,17
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	213.195,17
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	127.917,10
4.1.7.2.4.01.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	85.278,07
4.2.4.2.1.00.00.00.00 Transferências da União	244.800,00
4.2.4.2.1.01.00.00.00 Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	244.800,00
4.2.4.2.1.01.00.01.00 Requalificação UBS	244.800,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-90.055,09
9.1.7.2.1.01.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-89.697,28
9.1.7.2.1.01.02.00.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-89.685,19
9.1.7.2.1.01.02.10.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-89.685,19
9.1.7.2.1.01.05.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-12,09
9.1.7.2.1.36.00.00.00 Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-357,81

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 31/08/2014

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
---------	---------------------

Luzerna, 11/09/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

**Balancete Financeiro PML 08.14****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Agosto/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.160.841,93	Despesa Orçamentária	1.160.301,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	107.546,90	Despesas exceto Intra-orçamentárias	1.160.301,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	22.527,65	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	453.529,23
RECEITA PATRIMONIAL	17.734,86	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	7.321,81
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.178.270,73	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	415.861,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.847,62	INVESTIMENTOS	281.347,82
ALIENAÇÃO DE BENS	6.996,19	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.241,04
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-183.082,02		
Receita Extra - Orçamentária	1.413.228,60	Despesa Extra - Orçamentária	1.648.394,91
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	4.153,70	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	4.153,70
CRÉDITOS A RECEBER	4.153,70	CRÉDITOS A RECEBER	4.153,70
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	4.153,70	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	4.153,70
DEPÓSITOS	67.349,35	DEPÓSITOS	67.416,85
CONSIGNAÇÕES	67.349,35	CONSIGNAÇÕES	67.416,85
PREVIDÊNCIA SOCIAL	40.963,85	PREVIDÊNCIA SOCIAL	40.963,85
TESOURO NACIONAL	10.216,77	TESOURO NACIONAL	10.239,27
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	4.112,34	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	4.157,34
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	11.246,98	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	11.246,98
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	809,41	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	809,41
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.341.725,55	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.419.324,36
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.332.162,70	OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.409.761,51
FORNECEDORES	786.070,36	FORNECEDORES	786.070,36
PESSOAL A PAGAR	345.222,33	PESSOAL A PAGAR	345.222,33
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	108.306,90	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	108.306,90
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	13.619,30	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	13.619,30
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	78.943,81	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	156.542,62
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	9.562,85	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	9.562,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	9.562,85	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	9.562,85
		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	157.500,00
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	157.500,00
		ORDEM DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	157.500,00
Saldos anteriores	2.863.379,96	Saldos atuais	2.628.754,58
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	1.030.870,41	BANCO C/ MOVIMENTO	1.034.913,34
BANCOS C/ VINCULADAS	1.832.509,55	BANCOS C/ VINCULADAS	1.593.841,24
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	0,00	POUPANÇA	0,00
Total	5.437.450,49	Total	5.437.450,49

Luzerna, 11/09/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃOMARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Mafra****PREFEITURA****Extrato de Dispensa de Licitação Nº 411/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 411/2014.

FORNECEDOR: FORTEMAC MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.  
CNPJ: 11.425.470/0001-13  
OBJETO: Aquisição de Compactador de solo e Cortadora de piso, referentes aos itens 4 e 5 que ficaram fracassados no processo licitatório nº 312/2014 Pregão Presencial nº 072/2014, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com recursos FUNDAM.  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso V, com alterações posteriores.  
VALOR: R\$ 12.050,00 (Doze mil e cinquenta reais).

Mafra, (SC) 11 de setembro de 2.014.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

**Extrato de Dispensa de Licitação Nº 410/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 410/2014.

FORNECEDOR: AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.  
CNPJ: 75.796.706/0003-72  
VALOR: R\$ 13.480,00 (Treze mil quatrocentos e oitenta reais)

FORNECEDOR: BRUNATTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP.  
CNPJ: 04.435.876/0001-11  
VALOR: 3.400,00 (Três mil e quatrocentos reais)

OBJETO: Aquisição de materiais de construção (telhas, cumeeira e pregos) destinados aos desabrigados, através da Secretaria Municipal de Governo e Cidadania.  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso IV, com alterações posteriores.

Mafra, (SC) 11 de setembro de 2.014.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

**Marema****PREFEITURA****Contrato Nº: 065/2014**

Munita  
Contrato nº: 065/2014  
Contratante: Município de Marema - SC.  
Contratada: LIGA DESPORTIVA XAXINENSE  
Objeto: Prestação de Serviço de Arbitragem do Campeonato Municipal de Futebol de Salão.  
Valor Total: R\$ 3.450,00 (reais).  
Prazo: Término do Campeonato Municipal de Futebol de Salão  
Foro: Comarca de Xaxim

Marema, 20 de agosto de 2014  
CONTRATANTE  
Valdomiro Bevilaqua  
Prefeito Municipal

# Massaranduba

## PREFEITURA

### Lei N.º 1619/2014

LEI Nº 1619/2014

Denomina Via Municipal.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua 049 passa a se denominar de Rua Emil Tribess, cuja Rua inicia da SC 413 até a R. 015 Botuca e continua da R. 015 - Botuca até terras de Evanir Tribess / Aristides Tassi no Bairro Botuca no Município de Massaranduba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 10 de Setembro de 2014

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

CIRIO MARTINI

Secretário de Administração e Finanças

### Lei N.º 1618/2014

LEI Nº 1618/2014

Altera artigos da Lei n.º 1390/2012, de 17 de fevereiro de 2012.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2.º da Lei n.º 1390/2012, de 17 de fevereiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.º O não cumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator a multa no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)”.

Art. 2º Acrescenta o Parágrafo único ao Art. 2.º da Lei n.º 1390/2012, de 17 de fevereiro de 2012:

“Parágrafo único: O valor da multa será destinado ao Fundo Municipal de Proteção dos Direitos do Consumidor (FMPDC).”

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 10 de Setembro de 2014

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

CIRIO MARTINI

Secretário de Administração e Finanças

### Lei N.º 1617/2014

LEI Nº 1617 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0190.2095 - Manutenção das atividades da Estratégia da Família

0602 - 3190000 - Aplicações Diretas

0602 - 12355 - Transferências de Convênios do Estado da Saúde  
..... R\$ 100.000,00

0602 - 33900000 - Aplicações Diretas

0602 - 12355 - Transferências de Convênios do Estado da Saúde  
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0190.2100 - Manutenção da Farmácia Básica

0602 - 3390000 - Aplicações Diretas

0602 - 12355 - Transferências de Convênios do Estado da Saúde  
..... R\$ 120.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 09 DE SETEMBRO DE 2014

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

### Decreto N.º 2968 de 09 de Setembro de 2014

DECRETO Nº. 2968 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1617 de 09 de setembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0190.2095 - Manutenção das atividades da Estratégia da Família

0602 - 3190000 - Aplicações Diretas

0602 - 12355 - Transferências de Convênios do Estado da Saúde  
..... R\$ 100.000,00

0602 - 33900000 - Aplicações Diretas

0602 - 12355 - Transferências de Convênios do Estado da Saúde  
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
0602.010.301.0190.2100 - Manutenção da Farmácia Básica  
0602 - 3390000 - Aplicações Diretas  
0602 - 12355 - Transferências de Convênios do Estado da Saúde  
..... R\$ 120.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 09 DE SETEMBRO DE 2014

MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI  
Gerente do Procon

#### Ata 7/2014 Pmm - Quantitativo Material Eletrico

PRIMEIRO ADITIVO DE QUANTIDADE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 7/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 37/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇO Nº. 16/2014

Aos cinco dias do mês de Setembro do ano de 2014, a MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 37/2014 - Pregão Presencial Nº. 16/2014 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para aquisição de diversos materiais elétricos para manutenção da Rede de Iluminação Pública Municipal.

#### DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ALTERAÇÃO QUANTITATIVA  
1.1. Aquisição de diversos materiais elétricos para manutenção da Rede de Iluminação Pública Municipal,

1.2. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estima não ser o suficiente para suprir as necessidades estimadas no processo licitatório. Segue abaixo as especificações e quantitativos aditados.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Mar-ca	Qtde licitada	Qtde aditivo	Valor Unit.	Valor Total
11	LATINA COMERCIAL LTDA ME	REATOR VAPOR DE SODIO 150W - 220V. BAIXA PERDA. USO EXTERNO GALVANI-ZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO. FATOR DE POTENCIA >0,92. GARANTIA MINIMA: 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LEGÍVEL INDELEVEL NO CORPO DO REATOR. CARACTERÍSTICAS CONFORME E-313.0047. APRESENTAR SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA DE BAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC)	PECAS	TAKT GTN	100	25	R\$ 74,00	R\$ 1.850,00

Total do Item: R\$ 1.850,00

1.2. VALOR: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 1.850,00 (um mil, oitocentos e cinquenta reais).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório Nº. 37/2014 - Pregão Presencial Nº. 16/2014, e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado, sendo as demais cláusulas inalteradas.

2.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

Massaranduba - SC	05	de	Setembro	de	2014
-------------------	----	----	----------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA MARIO FERNANDO REINKE Prefeito/Contratante	LATINA COMERCIAL LTDA ME JORGE LEONARDO SALACHE BROQUETAS Contratada
----------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------

# Modelo

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato Nº 053/2014 FMS

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO

Processo Licitatório n. 226/2014

Contrato Administrativo n. 053/2014 FMS

Contratada: COMPUTECH INFORMATICA LTDA ME

Valor: R\$ 2.200,00

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, MARCIA TERESINHA JACOBY, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão presencial n. 009/2014 FMS, para AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES (SI-PNI) E SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO (SINAN), DE CONFORMIDADE COM ANEXO I DO EDITAL, E DELIBERAÇÃO DA CIB Nº 243/14 E PORTARIA Nº 2964 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

Modelo (SC), 11 de Setembro de 2014.

MARCIA TERESINHA JACOBY

Gestora FMS

### Resolução Nº 017/2014

RESOLUÇÃO Nº 17/2014 DE 13/08/14

DISPÕE SOBRE RESOLUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0226/2014, ADJUDICA O OBJETO DA LICITAÇÃO AO PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OURAS PROVIDÊNCIAS.

Márcia Teresinha Jacoby, Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

RESOLVE:

ART. 1º. - Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 226/2014, Modalidade Pregão e n.º 009/2014, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º. - Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES (SI-PNI) E SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO (SINAN), DE CONFORMIDADE COM ANEXO I DO EDITAL, E DELIBERAÇÃO DA CIB Nº 243/14 E PORTARIA Nº 2964 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Adjudicado
COMPUTECH INFORMATICA LTDA ME	2.200,00

ART. 3º. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Registrado e publicado na data supra:

Modelo SC, aos Quarta-Feira, 13 de agosto de 2014.

MARCIA TERESINHA JACOBY

Gestora FMS

ADILSON CESAR BRAUN  
Diretor de Compras

### Decreto Nº 240/2014

Decreto nº 240/2014 de 29/08/14

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 918/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 918/2014, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS/EQUIPE ESPECIALIZADA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO, PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, DE ACORDO COM AS NORMAS, ESPECIFICAÇÕES E RIGOR TÉCNICO EXIGIDO PARA TRABALHOS DESTA NATUREZA E COM O TERMO DE REFERENCIA ANEXO X, PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES LEGAIS E DESTE EDITAL, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA	37.100,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Sexta-Feira, 29 de agosto de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

# Navegantes

## PREFEITURA

### Retificação Resultada de Análise de Amostras - Pregão Presencial Nº 23/2014 Registro de Preços FMS

RETIFICAÇÃO RESULTADA DE ANÁLISE DE AMOSTRAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014 REGISTRO DE PREÇOS FMS

REFERENTE AO OFÍCIO 32/ 2014 ENVIADO EM 01 DE JULHO DE 2014, REFERENTE A MEU PARECER SOBRE AS AMOSTRAS ENVIADAS DO PREGÃO 23/2014.

ESCLAREÇO QUE TODAS AS AMOSTRAS ENVIADAS PELA OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA FORAM APROVADAS.

A EMPRESA SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP, TEVE OS ITENS 06, 20, 21, 91, 134, 136, 154, 166, 210, 212, 219, 225 E 229 REPROVADOS POR NÃO TER ENVIADO AMOSTRA DOS REFERIDOS ITENS. SENDO OS DEMAIS ITENS DA REFERIDA EMPRESA APROVADOS.

A EMPRESA CIRURGICA BELA VISTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES, TEVE OS ITENS 02, 07, 18, 30, 44, 46, 52, 61, 86, 87, 110, 124, 133, 143, 144, 145, 148, 153, 168, 170, 171, 174, 184, 188, 199, 200, 201, 202 E 216 REPROVADOS POR NÃO APRESENTAR AMOSTRAS. OS ITENS 39, 95, 96, 187 E 241 REPROVADOS POR RAZÕES TÉCNICAS. SENDO OS DEMAIS ITENS DA REFERIDA EMPRESA APROVADOS.

REFERENTE AO OFÍCIO 33/2014 DE 25 DE JULHO DE 2014 ESCLAREÇO QUE TODAS AS AMOSTRAS ENVIADAS PELA EMPRESA CIRURGICA BELA VISTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E SILMES COMÉRCIO PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP, TIVERAM TODOS OS ITENS APROVADOS.

#### AVISO DE CONVOCAÇÃO

DIANTE DO EXPOSTO, O PREGOEIRO CONVOCA AS DEMAIS LICITANTES CLASSIFICADAS E JÁ HABILITADAS QUE DEVERÁ APRESENTAR AS AMOSTRAS EM ATÉ 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS APÓS ESTA INTIMAÇÃO.

SÃO ELAS:

ITEM: 20; 21; 91; 166, CIRURGICA BELA VISTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES. ITEM: 07; 18; 44; 46; 52; 86; 87; 110; 153; 168; 170; 171; 174; 188; 199; 200; 201; 202; 216 E 241 SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP.

ITEM: 30; 61; 143; 144; 145; 148; 184; 187 OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

OBS.: AS AMOSTRAS NÃO APROVADAS PODEM SER RETIRADAS NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PELOS RESPONSÁVEIS/REPRESENTANTES DAS EMPRESAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS.

ATENCIOSAMENTE.

DR. SILVIO DE SOUZA NEVES.  
Coordenador de Saúde Bucal.

NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO 2014.

RUA JOÃO EMÍLIO Nº 100 - FONE: (47) 3342 9500  
CENTRO - 88.375-000 - NAVEGANTES - SC  
"DOE ÓRGÃOS! DOE SANGUE! SALVE VIDAS"

### Aviso de Retificação Pregão 18/2013 Fmv

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO 18/2013 FMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

ERRATA NA PUBLICAÇÃO DO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2014, EDIÇÃO Nº1569 PAGINA 622. ONDE LÊ, Data da entrega dos envelopes: 23/08/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 23/08/2014 às 09:00 hs, LÊ-SE: Data da entrega dos envelopes: 23/09/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 23/09/2014 às 09:00 hs.

### Aviso de Licitação Pregão Presencial 186/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 186/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PAINÉIS DE LED (ITEM FRACASSADO NO PP 160/2014), PARA REALIZAÇÃO DOS EVENTOS DE "CANTATA DE NATAL", ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 24/09/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 24/09/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 11 de setembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.



# Nova Trento

## PREFEITURA

### Processo Nº 102/2014 - Tomada de Preço Nº 010/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 102/2014 - Tomada de Preços nº 010/2014  
Objeto: Execução de serviços com fornecimento de material para pavimentação e drenagem de trecho da rua geral Ponta Fina Sul, cidade de Nova Trento/SC, incluindo o fornecimento dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários, conforme termo de referência (Projeto Básico), planilhas e minuta contratual.

Julgamento: Menor Preço Global no regime de Empreitada Global por preço Unitário. Entrega dos envelopes: 30/09/2014 até as 09:00 horas. Abertura: 30/09/2014 - 09:05 Horas. Valor Retirada do Edital: R\$ 25,00 (vinte e cinco reais)

Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267 3211 - (48) 3267 3213; e-mail: comprasnovatrento@gmail.com ; compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

### Processo Nº 103/2014 - Tomada de Preço Nº 011/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 103/2014 - Tomada de Preços nº 011/2014  
Objeto: Execução de serviços com fornecimento de material para pavimentação com lajota, Drenagem, Terraplenagem e Sinalização no Distrito de Aguti, cidade de Nova Trento/SC, incluindo o fornecimento dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários, conforme termo de referência (Projeto Básico), planilhas e minuta contratual.

Julgamento: Menor Preço Global no regime de Empreitada Global por preço Unitário. Entrega dos envelopes: 30/09/2014 até as 14:00 horas. Abertura: 30/09/2014 - 14:05 Horas. Valor Retirada do Edital: R\$ 25,00 (vinte e cinco reais)

Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267 3211 - (48) 3267 3213; e-mail: comprasnovatrento@gmail.com ; compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

### Processo 100/2014 - Pregão Presencial 060/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 100/2014 - Pregão Presencial nº 060/2014 - SRP 034

Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de refeições prontas, tipo "marmitex", devidamente acondicionadas, para atender as necessidades da Secretaria de Obras, conforme especificações e quantidades definidas no Anexo I, parte integrante deste edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 24/09/2014 até as 10:00 horas. Abertura: 24/09/2014 as 10:00 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 - site: www.novatrento.sc.gov.br; compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

### Processo 101/2014 - Pregão Presencial 061/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 101/2014 - Pregão Presencial nº 061/2014 - SRP 035

Objeto: O objeto deste Pregão é o Registro de Preços para aquisição e instalação, substituição, remoção e reinstalação em postes e/ou suportes já existentes ou não de forma parcelada de Placas de Sinalização de Trânsito, Tachas, Tachões e Serviço de Demarcação Viária de sinalização horizontal para implementação no trânsito na cidade de Nova Trento, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I e II.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 24/09/2014 até as 14:30 horas. Abertura: 24/09/2014 as 14:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 - site: www.novatrento.sc.gov.br; compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

### Ata Registro de Preços Nº 030/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2014

PROCESSO Nº 095/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2014

Aos dez dias do mês de setembro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 10/09/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição parcelada de Vigas e Pranchas de Eucalipto, visando melhorias na produtividade funcional e consequente atendimento a população, conforme especificações constantes do edital, tipo menor preço por item.

As Licitantes registradas para os materiais cotados são:

INDÚSTRIA DE MADEIRA SÃO PAULO LTDA.ME. (CNPJ 81.298.622/0001-40)

Item	Qtidade	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
5	53	Unid.	Vigas de eucalipto de 6 m de comprimento com 38 a 40 cm de diâmetro na base, com no mínimo 30cm de diâmetro na ponta da viga.	200,00	10.600,00
6	30	Unid.	Vigas de eucalipto de 7 m de comprimento com 38 a 40 cm de diâmetro na base, com no mínimo 30cm de diâmetro na ponta da viga.	225,00	6.750,00



7	40	Unid.	Vigas de eucalipto de 8 m de comprimento com 38 a 40 cm de diâmetro na base, com no mínimo 30cm de diâmetro na ponta da viga.	250,00	10.000,00
8	35	Unid.	Vigas de eucalipto de 9 m de comprimento com 38 a 40 cm de diâmetro na base, com no mínimo 30cm de diâmetro na ponta da viga.	270,00	9.450,00
9	30	Unid.	Vigas de eucalipto de 10 m de comprimento com 38 a 40 cm de diâmetro na base, com no mínimo 30cm de diâmetro na ponta da viga.	300,00	9.000,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 45.800,00

SERRARIA VALE VERDE LTDA. ME.(CNPJ 05.097.498/0001-60)

Item	Qtidade	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
1	15	M3	Madeira de eucalipto; com no mínimo de 20 cm. e máximo de 40 cm de largura, com espessura de 2,5cm e 3 mt de comprimento.	399,00	5.985,00
2	40	M3	Madeira de pinus; com no mínimo de 20 cm. e máximo de 40 cm de largura, com espessura de 2,5cm e 3 mt de comprimento.	349,00	13.960,00
3	90	M3	Pranchões de Madeira de Eucalipto Tamanho 20 cm Largura x 5cm de espessura x 3,50 m de comprimento.	349,00	31.410,00
4	90	M3	Pranchões de Madeira de Eucalipto Tamanho 20 cm Largura x 7cm de espessura x 3,50 m de comprimento.	349,00	31.410,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 82.765,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 10 de setembro de 2014.  
APRIGIO JOSÉ BOTAMELI  
Pregoeiro

## Ouro Verde

### PREFEITURA

#### Extrato Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0080/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: MARAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Aquisição de peças e serviços para a motoniveladora, marca VOLVO, modelo G940 de fabricação nacional, ano 2010, série 502849, conforme descrição e referência das peças constantes no ANEXO III do Edital nº0065/2014 PR. Valor certo e ajustado de R\$: 58.276,80 (cinquenta e oito mil duzentos e setenta e seis reais e oitenta centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e Lei nº 10.520/02.

Ouro Verde, 09 de setembro de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0081/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: TRUKAM IMPLEMENTOS E VEÍCULOS RODOVIÁRIOS LTDA

Objeto: ALINHAMENTO DE CHASSIS DO CAMINHÃO MERCEDES BENZ/ATRON 2729 K 6x4 - PLACAS QHC-6435. Valor certo e ajustado de R\$: 5.598,00 (cinco mil quinhentos e noventa e oito reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 09 de setembro de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO II DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0019/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAIS HOSPITALARES LTDA Objeto: Aquisição de forma parcelada de medicamentos para distribuição gratuita pela Secretaria de Saúde do Município de Ouro Verde - SC, Aos seus municípios. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 05 de setembro de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal

# Palhoça

## PREFEITURA

### Portaria Nº. 2434/2014.

PORTARIA Nº. 2434/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2114 de 02 de junho de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora LUCIANA TEREZINHA DE ABREU, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 08/08/2014 a 31/10/2014, face ao impedimento do titular Samara Silva, que se encontra em Licença Tratamento de Saúde.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

### Portaria Nº. 2435/2014.

PORTARIA Nº. 2435/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2054 de 22 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora VIVIANE CARDOSO ROSA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 17/07/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento do titular Verilde dos Santos Bonetes, que se encontra em Licença Tratamento de Saúde.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

### Portaria Nº. 2436/2014.

PORTARIA Nº. 2436/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2014.

#### ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	PARA
500226-2	Luiz Carlos Machado	R\$ 200,00	R\$ 300,00

#### ANEXO II

MATRICULA	NOME	DE
402341-1	Amanda Ricci Regis	R\$ 254,00
122509-2	Aparecida Dorvalina Prudêncio	R\$ 503,00
121764-1	Sheila Iolanda Coelho Mauricio	R\$ 170,00

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

### Portaria Nº. 2437/2014.

PORTARIA Nº. 2437/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Período
Nadia Modesta Vidal	20	40	02/07/2014 a 19/12/2014

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2438/2014.**

PORTARIA Nº. 2438/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RAUL LUIZ DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 14/07/2014 a 14/07/2015.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2439/2014.**

PORTARIA Nº. 2439/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO EUGENIO JOSE SANT'ANA, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 019/2013, para ocupar o cargo de Médico Ortopedista, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/07/2014 a 11/07/2015.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2440/2014.**

PORTARIA Nº. 2440/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AUTORIZAR os servidores abaixo relacionados, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

MATRICULA	SERVIDOR	CNH
401522-3	Alex Sandro Folster	524140468
402332-4	Yuri Kley Koch	865223590

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2441/2014.**

PORTARIA Nº. 2441/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Secretaria da Receita o servidor LEONARDO WELLINGTON ADÃO, matrícula 150085-1, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, a contar de 28/07/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2442/2014.**

PORTARIA Nº. 2442/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Alba Terezinha da Silva	Professor	30	18/06/14	I - G 56-0
Alixandra Anita Isoton	Professor	25	16/06/14	I - M 16-9
Ana Cristina da Cunha	Nutricionista	60	16/06/14	I - M 05-8
Ana Lucia do Nascimento	Merendeira	60	05/06/14	I - E 10-8, II - E 14-7
Ana Luiza Marcelino	ASG	05	09/06/14	I - F 06-4
Anelia Mariano dos Santos	ASG	45	20/06/14	I - F 41-2
Ângela Aparecida Carvalho Souza	ASO	14	27/05/14	I - F 43-2
Angela Heidemann da Silva	Professor	30	04/06/14	I - S 83-3, II - S 83-2
Cintia Hartmann	Professor	180	07/05/14	I -
Claudionor Nunes	ASG	180	20/06/14	I -
Cristiano da Silva Soares	ASG	30	20/06/14	I -
Daniela de Jesus	Professor	180	23/06/14	I -
Edna Silva Lorenço	Professor	180	12/06/14	I -
Elaine M. S. dos Santos	Professor	30	04/06/14	I - Z 54-0

Elbio Lopes de Menezes	Assistente Administrativo	30	22/06/14	I - K 40-9
Eliane Berreta	Professor	60	29/05/14	I - F 32, II - F 41
Eliane Izaura Martins de Abreu	Professor	90	04/06/14	I - H 27-0, II - H 54-1
Elizabeth Zimmermann	Técnico em Enfermagem	10	25/06/14	I - F 31
Fabio Henrique	Assistente Administrativo	30	22/06/14	I -
Fernanda Julia dos Santos	ASG	14	05/06/14	I -
Flavia de Souza Branco	Assistente Técnico Pedagógico	60	30/05/14	I - F 43-2
Frida Maria Rosar Thiesen	Professor	365	10/07/14	
Giovana K. Nunes	Professor	35	18/06/14	I -
Gisele C. Garcia de Medeiros	Professor	40	02/06/14	I - N 52-1, II - M 54-4
Gisely Nienkotter	Professor	30	20/06/14	I - D 21-1
Gislene Pierri de Souza	Lactarista	113	02/06/14	I -
Ivonete Quadros da Rosa Gregório	Merendeira	159	22/05/14	I - M 51-1, M 54-4
Jane Lucia Ferreira	Professor	30	03/07/14	I - F 41-2
Jean Carlos Almeida	Monitor	17	01/06/14	I -
Joice Menezes	ASG	30	30/06/14	I -
Jose Silveira da Silva Neto	Professor	60	10/06/14	I - F 10, II - F 32
Jucelandia de Souza	ASO	30	17/06/14	I - H 51-3
Juliana Matos	Merendeira	15	21/05/14	I - M 12-5, II - H 20-1
Karolina Lemos	Assessor	12	24/06/14	I - C 91
Laudelina M. de Souza Fortunato	Professor	75	09/05/14	I -
Leandra Vidal	Professor	30	26/06/14	I - Z 76-3
Lucia Helena Truppel	Merendeira	180	27/01/14	I - M 77-4, S 93-2, M 79-7
Luciana Ondina de Souza	Professor	30	17/06/14	I - C 49
Luciane Carla Telo Schwinden	Assessor	30	09/06/14	I - J 38-3
Magda dos Santos Maria	Merendeira	30	30/05/14	I - H 70-6
Maria Elizabete Duarte Folster	Merendeira	25	14/06/14	I - S 93-4
Maria Helena de Melo	Professor	90	06/06/14	I - F 20, F 41-2
Maristela Cardoso Gregório	Professor	28	09/06/14	I - Z 76-3
Medianeira de Castro	Professor	60	03/06/14	I - M 52-1, II - M 50-0
Michele Paula Santiago	Merendeira	39	05/06/14	I - Z 30-2, II - Z 54-0
Mirian Meurer de Oliveira	Professor	198	10/06/14	I -
Monica Ferreira da Silva	Professor	45	02/06/14	I - F 33-1, II - F 41-1, III - F 45
Odete Maria Virgilio	ASG	120	03/06/14	I - M 74-6, II - M 25-5

Otilia Correa da Silva	Merendeira	60	23/05/14	I - H 40-1
Rivelino da Silveira	Engenheiro	91	06/05/14	I - F 20
Rosana Ana Vieira	Professor	30	26/06/14	I - Z 42-1
Rosangela Santina da Silva	ASG	60	09/06/14	I - M 75-1, II - G 56-0
Sandra Gomes	ASO	90	02/06/14	I -
Sandra Regina Moura Nunes	Professor	15	11/06/14	I - S 62-3
Scheila dos Passos	Supervisor Escolar	38	12/05/14	I - I 34-0
Sebastiana Pires da Silva	ASO	30	05/06/14	I - M 65-9
Sirlene Silva dos Santos	Professor	30	30/04/14	I - I 83-9
Tânia Walter	Merendeira	60	04/06/14	I - M 54-2, II - M 75
Tereza de Moura	ASG	90	29/04/14	I - H 76-0
Thais Diniz da Silva	Professor	180	01/06/14	I -
Ursula Matos Martins	Professor	40	04/06/14	
Vera Lucia Lostada	Professor	30	25/05/14	I - M 75
Zeloira de Fátima R. de Souza	Técnico em Enfermagem	30	16/05/14	I - N 81
Zilma Gorete da Silva	Merendeira	45	16/06/14	I - Z 76-3

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

### Portaria Nº. 2443/2014.

PORTARIA Nº. 2443/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

REINCIDIR CONTRATO, da servidora JUSSARA MACHADO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professor (ACT), lotado na Secretaria de Educação, em função do deferimento do seu requerimento junto ao INSS de Aposentadoria, devido o servidor não ser concursado nem estável, de acordo com o Artigo 103 da Lei 8213/91, com discriminação dos proventos, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral



**Portaria Nº. 2444/2014.**

PORTARIA Nº. 2444/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO RODRIGO ESPINDOLA BENTO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Passa Vinte da Secretaria Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 21/07/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2445/2014.**

PORTARIA Nº. 2445/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ANGELITA DALILA DA ROSA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal no CENTRI da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 17/07/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2446/2014.**

PORTARIA Nº. 2446/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO MARIANE GOMES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais,

com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal no CENTRI da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 17/07/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2447/2014.**

PORTARIA Nº. 2447/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO MARIA ESTER MARTINS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Psicóloga, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 17/07/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2448/2014.**

PORTARIA Nº. 2448/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARCIA SANTOS METZKER, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 16/07/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2449/2014.**

PORTARIA Nº. 2449/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Período
Aline da Silva Martinelli	30	20	07/08/2014 a 19/12/2014
Anelzi Poleti	10	20	08/08/2014 a 19/12/2014

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2451/2014.**

PORTARIA Nº. 2451/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ISOLDE HELENA MOURA CARVALHO, matrícula nº. 125888-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura. A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03. Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 11/06/2014, de acordo com às folhas 32 e 33.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2452/2014.**

PORTARIA Nº. 2452/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ROSILDA NAZARE TRUPPEL DE OLIVEIRA, matrícula nº. 122055-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 23/05/2014, de acordo com às folhas 26 e 27.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2453/2014.**

PORTARIA Nº. 2453/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, o servidor ROCELITO SOUZA COELHO, matrícula nº. 800855-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura. A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 05/05/2014, de acordo com às folhas 30.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral



**Portaria Nº. 2454/2014.**

PORTARIA Nº. 2454/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ROSIMERI NOEMIA WAGNER DA SILVA, matrícula nº. 120941-1 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 04/07/2014, de acordo com às folhas 42.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2455/2014.**

PORTARIA Nº. 2455/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora CRISTIANA LOBATO FORTUNATO, matrícula nº. 123622-3 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 04/07/2014, de acordo com às folhas 42.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2456/2014.**

PORTARIA Nº. 2456/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ADRIANA DE OLIVEIRA, matrícula nº. 801535-2, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar de 14/07/2014, de acordo com às folhas 02 e 03.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2458/2014.**

PORTARIA Nº. 2458/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora LUCIA MAURA DA SILVA, matrícula nº. 801434-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 25/04/2014, de acordo com às folhas 03 e 04.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2459/2014.**

PORTARIA Nº. 2459/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL - para os servidores abaixo relacionados de acordo com a Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matrícula	Nome	De	Para	a Contar de
801633	Alixandra Anita Isoton	Doc - 3 - A	Doc - 3 - B	28/06/2013
801598	Angela Maria Araujo Ottoni	Doc - 3 - A	Doc - 3 - B	15/07/2013
801635	Claudia Andreia Meischein Vieira	Doc - 3 - A	Doc - 3 - B	27/06/2013
801644	Claudia Irma Rosa	Doc - 3 - A	Doc - 3 - B	12/09/2013
128750	Gilson Fortunato	PED - 2 - A	PED - 2 - B	24/10/2013
129838	Jadna Martins	PED - 2 - A	PED - 2 - B	09/07/2013
800418	Karla Steinmetz Spricigo	Doc - 3 - A	Doc - 3 - B	27/12/2012
210687	Milene Theodorovicz	Doc - 2 - A	Doc - 2 - B	11/12/2013
128458	Regina C. da Silva dos Santos	Doc - 2 - A	Doc - 2 - B	27/12/2012
124489	Rosana Cristina de Souza	Doc - 2 - A	Doc - 2 - B	04/03/2013
801729	Sueli Correa Freitas da Silva	PED - 2 - A	PED - 2 - B	12/11/2013

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2462/2014.**

PORTARIA Nº. 2462/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA MADALENA BECHTOLD, matrícula nº. 210138-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/02/2007 a 08/02/2012, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 04/08/2014 à 04/11/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2463/2014.**

PORTARIA Nº. 2463/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SIMONE JULIA GARCIA DA SILVA, matrícula nº. 124129-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 15/03/2007 a 15/03/2012, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 04/08/2014 à 04/11/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2464/2014.**

PORTARIA Nº. 2464/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TANIA MACHADO SINTLINGER, matrícula nº. 400332-1, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/04/2006 a 16/04/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 07/07/2014 à 07/08/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2465/2014.**

PORTARIA Nº. 2465/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ARI CESAR LENTZ, matrícula

nº. 400015-1, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/01/2005 a 02/01/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/08/2014 à 18/09/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **Portaria Nº. 2466/2014.**

PORTARIA Nº. 2466/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLAUDIO MANOEL DOS SANTOS, matrícula nº. 500470-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 28/03/2005 a 28/03/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 14/07/2014 à 14/08/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **Portaria Nº. 2467/2014.**

PORTARIA Nº. 2467/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANDREIA SUZANA SGROTT, matrícula nº. 400239-1, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 18/02/2009 a 18/02/2014, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 07/08/2014 à 07/10/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **Portaria Nº. 2468/2014.**

PORTARIA Nº. 2468/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA OLIMPIA MOREIRA, matrícula nº. 400230-1, titular do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/09/2003 a 01/09/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/08/2014 à 08/09/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **Portaria Nº. 2469/2014.**

PORTARIA Nº. 2469/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### **RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora JANI MARIS JUNCKS HOFFMANN, matrícula nº. 801017-3 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar de 13/06/2014, de acordo com às folhas 01.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **Portaria Nº. 2470/2014.**

PORTARIA Nº. 2470/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### **RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta

Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora WANDERLEIA PIERRI GALVANI, matrícula nº. 800293-2 titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar de 13/06/2014, de acordo com às folhas 09.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **Portaria Nº. 2471/2014.**

PORTARIA Nº. 2471/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

#### **RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora JUCILENE EDITE TOMAS RODRIGUES, matrícula nº. 800866-1, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 09/05/2014, de acordo com às folhas 01.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **Portaria Nº. 2472/2014.**

PORTARIA Nº. 2472/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, KARINE JULIANA DE OLIVEIRA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/07/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **Portaria Nº. 2473/2014.**

PORTARIA Nº. 2473/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARC DIETRICH MELLER, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/07/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

#### **Portaria Nº. 2474/2014.**

PORTARIA Nº. 2474/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ARY PAULO DONATELLO FILHO, matrícula nº. 300011-1, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 15/06/1992 a 15/06/1997, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 11/08/2014 à 11/11/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral



**Portaria Nº. 2475/2014.**

PORTARIA Nº. 2475/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo III. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2014.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	DE	PARA
300153-1	Wanderleia de Fátima Rossi	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00

**ANEXO II**

MATRICULA	NOME	DE
401457-3	Vitor Sodré Dias	R\$ 400,00

**ANEXO III**

MATRICULA	NOME	DE
801180-1	Marlete Luzia Marcelino	R\$ 300,00

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2476/2014.**

PORTARIA Nº. 2476/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

DEMITIR VERONICA MAYARA MACARIO ALVES, do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com Processo Administrativo Disciplinar nº. 4084/2014 que definiu a pena de demissão por inassiduidade, disposto no artigo 214, III, da Lei Complementar nº. 096/2010, com efeitos a contar de 14/07/2014.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2477/2014.**

PORTARIA Nº. 2477/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) PAULO ROBERTO LEMOS, matrícula nº. 800949-1, ocupante da categoria funcional de Vigia, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 03/07/2014:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 18 (dezoito) anos e 03 (três) dias.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2478/2014.**

PORTARIA Nº. 2478/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ALBERTO PRIM, matrícula nº. 300007-1, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, lotado (a) na Secretaria de Administração, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 01/07/2014:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 07 (sete) anos, 05 (cinco) meses e 07 (sete) dias.

Averbar tempo que contribuiu pelo Ministério do Exército, totalizando 11 (onze) anos, e 28 (vinte e oito) dias.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2479/2014.**

PORTARIA Nº. 2479/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ZILMA GORETTI DA SILVA, matrícula nº. 800125-1, ocupante da categoria funcional de Agente de Serviços operacionais, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 30/06/2014.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 05 (cinco) anos e 02 (dois) meses.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2480/2014.**

PORTARIA Nº. 2480/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Instituir a UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROJETO LOCAL - UGP LOCAL, com a finalidade de executar e acompanhar as atividades do Projeto de Assistência Técnica ao Prosaneir - PAT - PROSANEAR, gerenciar e acompanhar a execução dos Projetos de Saneamento Integrado, bem como conduzir a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado - PDLI e dos Projetos de Saneamento Integrado - PSI.

Artigo 2º - A Unidade ora instituída fica vinculada ao Gabinete do Prefeito, a quem compete a sua coordenação. Podendo, entretanto delegar essa atribuição quando do seu impedimento.

Artigo 3º - Os profissionais, membros da Unidade de Gerenciamento Local do Projeto - UGP local deverão ser facilitados acessos e informações, tanto no âmbito deste Gabinete Municipal quanto nas demais Secretarias, quando a serviços da UGP local.

Artigo 4º - A Unidade de Gerenciamento do Projeto Local - UGP local, será assim composta.

NOME	FUNÇÃO
Bianca Leandro Luiz	Assistente Social
Eduardo Freccia	Coordenador
Fabio Flavio Martins	Secretario de Habitação
Jose Tadeu da Cunha	Engenheiro
Kristy Cardoso Fabre	Arquiteta
Miriane Fonseca Pierri	Assessor
Rodolpho Pagani Martins	Engenheiro

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogada as disposições em contrario.

Artigo 6º - Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2481/2014.**

PORTARIA Nº. 2481/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a contar da data abaixo.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	DE
370198-5	Cleiton Rafael de Abreu	R\$ 700,00

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2484/2014.**

PORTARIA Nº. 2484/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VERA LUCIA PINHO CAMPOS, matrícula nº. 801117-3, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 04/08/2004 a 04/08/2009, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 14/07/2014 à 14/09/2014.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral



**Tomada de Preço 181 de 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº181/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº/2014, no dia de 08 de outubro 2014, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇOS nº181/2014 tem como objeto a contratação de empresa especializada para pavimentação, drenagem e sinalização da Rua Raul José Martins com blocos intertravados de concreto localizada na Barra do Aririú (LOTE 01); pavimentação, drenagem e sinalização da Rua Nereu Manoel Mattos com blocos intertravados de concreto, localizada no bairro Barra do Aririú (LOTE 02); pavimentação, drenagem e sinalização Rua Manoel Candido Vicente com blocos intertravados de concreto, localizada no bairro Jaqueira - Bela Vista (LOTE 03), pavimentação, drenagem e sinalização da Rua João Goulart no bairro Rio Grande com blocos intertravados de concreto (LOTE 04), e Contratação de empresa especializada para serviço de revitalização de área Institucional com calçada, ponto de ônibus e táxi, localizados na esquina entre as ruas João Goulart e Valdemar Vieira no bairro Brejarú (LOTE 05), neste município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material de acordo com as especificações contidas nos anexos O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net).

Palhoça, 11 de setembro de 2014.  
COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

**Pregão Presencial 182/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 182/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 24 de setembro de 2014, às 8:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na Contratação de empresa especializada em fornecimento de COFFEE BREAKS, em eventos: inaugurais e formaturas no Curso de Qualificação Profissional do PRONATEC, a ser realizado no segundo semestre de 2014, e para Comemoração do dia Internacional do Idoso, Secretaria de Assistência Social. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 11 de setembro de 2014.  
PREGOEIRA.

**Pregão Presencial 183/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 183/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 24 de setembro de 2014, às 10:30h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na Contratação de empresa especializada em fornecimento de COFFEE BREAK, para atender as necessidades dos servidores que desenvolvem atividades em grupo, oficinas, conferências, cursos de capacitação, treinamento ou similares, promovidos pela Secretaria de Assistência Social em especial ao CREAS, Secretaria de Assistência Social. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 11 de setembro de 2014.  
PREGOEIRA.

**Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº184/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº184/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.184/2014, no dia 24 de Setembro de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº184/2014 tem como objeto aquisição de estruturas com temas natalinos, que farão parte do Natal Encantado da Prefeitura Municipal de Palhoça, com a montagem e desmontagem ao final do evento. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 11 de setembro de 2014.  
Pregoeiro.

## Palmitos

### PREFEITURA

#### Processo 35/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Processo Licitatório nº 35/2014. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2014. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UBS DO MUNICÍPIO DE PALMITOS, SENDO ESTES EQUIPAMENTOS: SENSOR DE OXIMETRIA NEONATAL, FRIGOBAR E PRANCHA DE TRANSFERÊNCIA DE PACIENTE, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXO I. Data da entrega dos envelopes: 25/09/2014 até as 08:00 horas. Data da abertura: 25/09/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no site: [www.palmitos.sc.gov.br](http://www.palmitos.sc.gov.br) ou no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 11 de Setembro de 2014.  
Tânia de Fátima Henchen  
Gestora do Fundo.

## Passos Maia

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 442, de 29 de Agosto de 2014.

PORTARIA Nº 442, de 29 de agosto de 2014.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, Considerando o atestado médico para gestante emitido pela Dra. Mara Gritti, CRM 7680, no dia 06 de agosto de 2014, que solicita o afastamento da servidora Karoline Tozzo Falchetti de suas atividades por motivo de sua gestação;  
Considerando o disposto no art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal n. 041, de 15 de março de 2012;

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à servidora KAROLINE TOZZO FALCHETTI, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, símbolo FS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotação junto à Secretaria Municipal da Saúde, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, compreendendo o período de 09/08/2014 a 05/02/2015, retornando as atividades no dia 06/02/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 09 de agosto de 2014.

Registre-se e publique-se

Passos Maia-SC, 29 de agosto de 2014.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

#### Portaria Nº 443, de 29 de Agosto de 2014.

PORTARIA Nº 443, de 29 de agosto de 2014.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que a servidora Karoline Tozzo Falchetti permaneceu até o dia 08/08/2014 em licença para tratamento de saúde, conforme Portaria nº 404, de 04 de julho de 2014.

Considerando que a partir do dia 09/08/2014 a servidora Karoline entrou em período de licença maternidade, conforme a Portaria nº 442, de 29 de agosto de 2014;

Considerando a necessidade de contratação de profissional por prazo determinado para suprir a necessidade de Fisioterapeuta da Secretaria Municipal da Saúde;

Considerando o disposto nos incisos I e VII, do artigo 3º, da Lei Municipal n.º 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, na hipótese acima;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

Considerando, por fim, que a Fisioterapeuta Marceli Marchesini iniciou suas atividades no dia 1º de agosto de 2014.

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR a senhora MARCELI MARCHESINI, para ocupar o cargo de Fisioterapeuta, símbolo FS, Grupo ocupacional Profissional, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotando-a junto à Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 1º de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento estabelecido no anexo I, da Lei Complementar nº 025, de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de agosto de 2014.

Registre-se e publique-se

Passos Maia-SC, 29 de agosto de 2014.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

**Portaria Nº 444, de 29 de Agosto de 2014.**

PORTARIA Nº 444, de 29 de agosto de 2014.

“AMPLIA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de ampliação de carga horária da servidora efetuado pela Secretária Municipal da Educação e Esportes, para suprir a necessidade de Professor não habilitado no Ensino Fundamental da EEIEF Nossa Senhora Aparecida, do Assentamento Zumbi dos Palmares, com carga horária de 30 horas semanais; Considerando o permissivo legal do art. 2º, da Lei Municipal nº 243/98;

Considerando, por fim, a necessidade de formalizar a ampliação de carga horária realizada;

**RESOLVE:**

Art. 1º. AMPLIAR A CARGA HORÁRIA SEMANAL da servidora LENIR DOS SANTOS FRANZEN, ocupante do cargo de Professor, de 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais pelo período de 28/08/2014 a 30/11/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de agosto de 2014.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

**Portaria Nº 445, de 1º de Setembro de 2014.**

PORTARIA Nº 445, de 1º de setembro de 2014.

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 76, VI, da Lei Complementar 004 de 31 de agosto de 1999 e,

Considerando o pedido formulado pela servidora através de requerimento solicitando licença para tratar de assuntos de interesse particular (sem remuneração);

Considerando o direito do solicitante e não haver prejuízos ao serviço público;

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, conforme art. 76, VI, da Lei Complementar n. 004 de 31 de agosto de 1999, para a servidora JULIANA MARCHETTI, ocupante do cargo de Psicólogo, carga horária semanal 20 (vinte) horas, matrícula 9872, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 03/09/2014 a 02/09/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 1º de setembro de 2014.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

**Portaria Nº 446, de 1º de Setembro de 2014.**

PORTARIA Nº 446, de 1º de setembro de 2014.

“EXONERA SERVIDOR A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de exoneração por motivos particulares, formulado pelo servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º. EXONERAR o servidor FRANCISCO SAAD JUNIOR, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, a partir do dia 1º de setembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação/.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 1º de setembro de 2014.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

**Portaria Nº 447, de 08 de Setembro de 2014.**

PORTARIA Nº 447, de 08 de setembro de 2014.

"EXONERA SERVIDOR A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de exoneração por motivos particulares, formulado pela servidora;

**RESOLVE:**

Art. 1º. EXONERAR a servidora CRISTIANE BIOTTO, ocupante do cargo de Atendente de Creche, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, a partir do dia 08 de setembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação/.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 08 de setembro de 2014.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

**Portaria Nº 448, de 08 de Setembro de 2014.**

PORTARIA Nº 448, de 08 de setembro de 2014.

"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora PATRICIA BRIZZI FACCI, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 22/03/2013 a 21/03/2014, para serem gozadas do dia 08/09/2014 a 22/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 08 de setembro de 2014.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

**Portaria Nº 449, de 08 de Setembro de 2014.**

PORTARIA Nº 449, de 08 de setembro de 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o servidor Francisco Saad Junior foi exonerado de seu cargo a pedido por motivos particulares, conforme Portaria n. 446, de 1º de setembro de 2014.

Considerando a necessidade de contratação de profissional por prazo determinado para suprir a necessidade de Operador de Máquinas Rodoviárias (Trator de Esteiras), tendo em vista a grande demanda do Programa Municipal de destocas, na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico;

Considerando o disposto nos incisos I e VII, do artigo 3º, da Lei Municipal n.º 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, na hipótese acima;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR o senhor ADAIR BOCALON, para ocupar o cargo de Operador de Máquinas Rodoviárias, símbolo SG-4, Grupo ocupacional Serviços Gerais, com carga horária de 40 (vinte) horas semanais, lotando-o junto à Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico, pelo período de 08 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo o servidor ora nomeado fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo V da Lei Complementar Municipal nº 005/99 de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Registre-se e publique-se

Passos Maia-SC, 08 de setembro de 2014.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

# Penha

## PREFEITURA

### Aviso de Anulação Pp04/2014 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE ANULAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2014 - FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014 - FMAS

Objeto: AQUISIÇÃO DE RELÓGIO PONTO PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSELHO TUTELAR, CRAS E CREAS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Informamos que o processo licitatório em epígrafe foi anulado.

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:30m.

Penha/SC, 11 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

### Contrato Nº 060/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 60/2014 - RH/FMS

Contratado (A): MAURICIO GUSBERTI, na função de Médico Plantonista, início em 11/09/2014 e término em 10/09/2015, para atuar junto a Secretaria da Saúde.

Penha/SC, 11 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

### Contrato Nº 152/2014 Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 152/2014 - PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório 79/2014 PMP - Tomada de Preço 10/2014 PMP

CONTRATADA: TUBLOCOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

OBJETO: prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra para construção de abrigo de ponto de ônibus em alvenaria e reforma.

VALOR TOTAL: R\$ 138.963,60 (cento e trinta e oito mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA: até 31.12.2014

Penha, 11 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

### Pp25/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº39/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE BICICLETAS PARA USO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: 25/09/2014

HORÁRIO ATÉ AS:17h00min

Local de Entrega: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC, no Setor de Licitações e Contratos.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 26/09/2014

HORÁRIO: 09h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 - Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro - Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:00.

Penha/SC, 11 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

### Contrato Nº 410/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO Nº 410/2014 - RH/PMP

Contratado (A): CRISTIANE VALDETE TOMAS, na função de servente/merendeira, início em 12/09/2014 e término em 31/07/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 12 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

### Contrato Nº 153/2014 Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 153/2014 - PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório 75/2014 PMP - Pregão Presencial 42/2014 PMP

CONTRATADA: A&C CLINICA VETERINÁRIA LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS COMO CONSULTA, RAIOS X E CIRURGIAS EM CÃES E GATOS NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 40.980,00 (quarenta mil, novecentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: até 12.09.2015

Penha, 12 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA



## Peritiba

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação 68/2014 - PP 35/2014

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 68/2014 - Pregão Presencial 35/2014, julgamento Menor Preço Global.

Objeto: Contratação de empresa especializada para manutenção de iluminação pública no perímetro urbano e rural e nos prédios públicos do município de Peritiba, com disponibilização de equipe completa, 24 horas por dia, nos sete dias semanais, com veículo equipado com cesto aéreo, escada giratória, conforme norma reguladora da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) e aquisição de materiais para a execução dos devidos serviços.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h45min do dia 29/09/2014.

ENVELOPES: Os envelopes contendo as propostas de preços os documentos para habilitação devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até as 08h30min do dia 29/09/2014.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Município de Peritiba - SC em 11 de Setembro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 309, de 08 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº 309, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

NOMEIA HELIN PERAZZOLI PARA EXERCER A FUNÇÃO DE ANALISTA DE LICITAÇÕES E ATOS ADMINISTRATIVOS, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 003/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir de 08 de Setembro de 2014, HELIN PERAZZOLI, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 070.741.229-39, para ocupar a função de ANALISTA DE LICITAÇÕES E ATOS ADMINISTRATIVOS, em caráter temporário, conforme processo seletivo 003/2014, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Administração, com vencimento previsto em lei para o cargo correspondente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 08 de Setembro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº308, de 08 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº308, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

EXONERA HELIN PERAZZOLI DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DE SERVIÇO DE IMPRENSA DO GABINETE DO EXECUTIVO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a partir de 08 de Setembro, HELIN PERAZZOLI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 070.741.229-39, Residente na Linha Santo Izidoro, Pinheiro Preto-SC, do cargo de provimento em comissão de Assistente de Serviço de Imprensa do gabinete do Executivo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 08 de Setembro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### Decreto Nº 4.067, de 09 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4.067, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.787 de 09 de setembro de 2014,

Art. 1º Fica suplementado na dotação orçamentária da Prefeitura



Municipal, o valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) para atender a seguinte programação:

02 - Poder Executivo  
02.06 - Secretaria de Transportes e Obras  
02.06. 26 - Transporte  
02.06.26.782 - Transporte Rodoviário  
02.06.26.782.2601 - Estradas Vicinais  
02.06.26.782.2601.2042 - Manutenção Secretaria Transportes e Obras  
3390.0000 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0100

Art. 2º O valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), decorre da anulação da seguinte dotação orçamentária:

02 - Poder Executivo  
02.06 - Secretaria de Transportes e Obras  
02.06. 15 - Urbanismo  
02.06.15.452 - Serviços Urbanos  
02.06.15.452.1502 - Transito Seguro  
02.06.15.452.1502.2037 - Manutenção Sinalização de Vias Públicas  
3390.0000 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 09 DE SETEMBRO DE 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### Edital de Licitação Nº 013/2014

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 013/2014  
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 02/10/2014 licitação modalidade Tomada de Preços nº 013/2014, visando a "contratação de empresa para reforma sala do Conselho Tutelar".

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 02/10/2014, até às 10:45hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 11:00hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br)

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

## Ponte Serrada

### PREFEITURA

#### 01/2014 Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL - COM PRAZO DE 30 DIAS  
Notificante: Município de Ponte Serrada/SC

Através do presente Edital ficam notificados os contribuintes abaixo relacionados, todos residentes em local incerto ou não sabido, para, em 30 dias, contados do transcurso do prazo deste edital, comparecer ao Setor de Tributação do Município de Ponte Serrada para realizar o pagamento do débito ou comprovar que já o fez. Não ocorrendo o pagamento, todos os débitos vencidos até 31/12/2013, dará ensejo ao imediato ajuizamento de Ação de Execução Fiscal. E, para que chegue ao conhecimento dos notificados e terceiros interessados, foi expedido o presente edital, o qual será afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal, onde permanecerá durante o mesmo prazo, além do que será publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

#### LEGENDA:

- ALVARA - ALVARA DE LOCALIZAÇÃO PERMANENCIA E FISCALIZAÇÃO;  
- RD - RECEITAS DIVERSAS;  
- IPTU - IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO;  
- CL - COLETA DE LIXO;  
- ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS  
- ISSAN - IMPOSTO SOBRE SERVIÇO ANUAL;  
- ISSME - IMPOSTO SOBRE SERVIÇO MENSAL;  
- ISSQS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DO SIMPLES.

Ponte Serrada-SC, 10 de setembro de 2014.

RONIVALDO DE OLIVEIRA                      EDUARDO COPPINI  
Fiscal Fazendário                                  Prefeito Municipal

NOME	ESPÉCIE DO TRIBUTO
ACIR CABRAL SCARSANELLA	ALVARA/ISSAN
ADALVA SOUZA MAIER/GUERINO MAIER	IPTU/C.L/RD
ADEGMAR ANTONIO RAMOS - 051560189-63	ALVARA
ADELIR BARBOSA - ME	ALVARA
ADRIANA MARIA TOMKELSKI E OUTRA	RD
ALBERTO BULSONELLO	RD
ALBINO JOSE FELIPPON	RD
ALCIDES CABRAL DE OLIVEIRA	RD
ALCINO LIMBERGER E OUTRO	IPTU/C.L/RD
ALFREDO MOLETA	IPTU/C.L/RD
ALINE CARLA FRANZEN 078618629-17	ALVARA
ALTAIR JOSE DA SILVA 773395099-68	ALVARA
ALTAIR JOSE FACHIN	RD
ALTAIR PAVAN	RD
AMARILDO LUIZ GUBERT	IPTU/C.L
AMERICA MOVEIS E ELETRODOMESTICOS	ISSME/RD
ANGELINA SPRICIGO DEOLINDO	IPTU/C.L/RD
ANILCE PEREIRA	IPTU/C.L/RD
ANILDO DA SILVA	ALVARA/ISSAN

ANTONIO CARLOS DE FREITAS	ALVARA/ISS
ANTONIO CARLOS DOS SANTOS 009857589-96	ALVARA
ANTONIO DE OLIVEIRA	IPTU/C.L/RD
ANTONIO TELLES DE OLIVEIRA	IPTU
ANTONIO VARELLA	RD
ARI DEOCLESIO DE OLIVEIRA	ALVARA
AUGUSTO NORBERTO DE OLIVEIRA	IPTU/C.L/RD
BANCO BRADESCO S.A	IPTU/C.L
BRASIL TELECOM S/A	IPTU
CAPELA SÃO FRANCISCO	ALVARA
CARLOS EDUARDO RIBAS MACIEL	IPTU/C.L/RD
CARLOS JIOVANI PALIANO ME	ALVARA
CARUTI HEIDRICH VACARO	IPTU/C.L/RD
CELESTINO DOS SANTOS BONETTES	RD
CELESTINO DOS SANTOS BONETTES - 593725599-20	ALVARA
CENTRO COMUNITÁRIO SÃO LUIZ	ALVARA
CIDINEI BOAVENTURA DA SILVA	RD
CLAUDETE DE AGOSTINI - ME	ALVARA
CLAUDETE MARTINS FRUTAS	ALVARA
CLAUDIMAR GUINZELLI	RD
CLEDER DO AMARAL TESSARO - ME	ALVARA
CLEIMAR CAMARGO - ME	ALVARA
CLENITE SOARES HABECH	RD
COLONIZADORA CRUZEIRO LTDA	IPTU
CRISTIANE ALVES DOS SANTOS - 056807209-06	ALVARA
DARCI RIBEIRO	IPTU/C.L
DECIO JOSE BERTE - ME	ALVARA
DELMAR GOMES	RD
DEOCIR MARIO ZANCANARO	RD
DGM MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA - ME	ALVARA
DMK ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA - ME	ALVARA
DOMINGOS DE OLIVEIRA BUENO	IPTU/C.L/RD
EDGAR LUIZ RIBEIRO -ME	ALVARA
EDLA CANI - 601128919-34	ALVARA
EDSON ROSSI	ALVARA/ISSAN
EGON MAURI WURTH	IPTU/C.L
EIDER AGOSTINHO TESSARO	IPTU/C.L/RD
ELIAS DE ANDRADE - 065646899-85	ALVARA
ELIS SALETE MACHADO	IPTU/C.L/RD
ELISEU SPRICIGO	C.L
ELIZEU MAIA	RD
ELZA MARIA VELOSO DE LINHARES	IPTU/C.L/RD
ERCILIA BRAGAGNOLO - ME	ALVARA
EREMIR DE OLIVEIRA LUZ	RD
ERVATEIRA TROPERO LTDA - ME	ALVARA
ESPORTE CLUBE 7 DE SETEMBRO	ALVARA
EVANDRO JOSE MAIER	IPTU/C.L/RD
EZEQUIEL FERMINO CABRAL	IPTU/C.L/RD
FERNANDO CATTO - ME	RD
FERNANDO LUIZ SANTI	IPTU
GAS CENTER OESTE LTDA - ME	ALVARA
GENIR ALVES PEREIRA	RD

GENTIL BAZEGIO NUNES SIMAO	IPTU/C.L
GERMANO E ALCIDES FILIPINI	IPTU/C.L/RD
GILBERTO ALVES PEREIRA	IPTU/RD
GILBERTO BORGES - ME	ALVARA
GILBERTO CARLOS ALVES	IPTU/C.L/RD
GILBERTO MACHADO	RD
GILBERTO MARCOS DO CARMO	IPTU/C.L/RD
GILMAR ALVES PEREIRA - 005383689-85	ALVARA
GILMAR JOSE DE SOUZA	IPTU
GILSO DACHERI - ME	ALVARA
GIOVANE GOETZ - 053508239-81	ALVARA
GIOVANI LUIZ WILMSEN - ME	ALVARA/ISSME
HERMES ALVES RODRIGUES	ALVARA/ISSAN
HOSPITAL SÃO CAMILO DE LELLYS LTDA	IPTU
IMOBILIARIA IRANI LTDA	IPTU
IRONI DE LURDES KROLL -ME	ALVARA
IVALDINO EVANGELISTA	IPTU/RD
IVALINO VIEIRA GONÇALVES - 054183849-02	ALVARA
IVO PEREIRA DE OLIVEIRA	RD
IVONEI BRITO	RD
JAISON RIBEIRO - 034554629-60	ALVARA
JOAO BATISTA DE CASTRO RAMOS - 517092100-44	ALVARA
JOAO CARLOS DIAS - 693559249-68	ALVARA
JOAO GILBERTO/ MARA L. FUCKS DOS SANTOS	IPTU/C.L/RD
JOAO MARIA RIBEIRO	IPTU/RD
JOAO MARIA TELLES VIEIRA	IPTU/C.L/RD
JOAO ODERLI RIBEIRO - 486355759-04	ALVARA
JOAO PAULO ALLEBRANT	RD
JOAO PAULO ALLEBRANT - 007806839-86	ALVARA
JOARES LAUREANO - 025395089-95	ALVARA
JOCENEI DOS SANTOS - ME	ALVARA
JOSE DOS SANTOS NEGÓ - ME	ALVARA
JOSE LEAL DA SILVA	IPTU
JOSE PEDROSO DE CAMPOS	IPTU/C.L/RD
JOSE RIBEIRO	IPTU/C.L/RD
JOSE RIBEIRO DO NASCIMENTO	RD
JOSEMAR PAULO FALCHETTI	IPTU/C.L/RD
JOSIAS ROTELLIS PINO GOMES - 087418609-93	ALVARA
JOSINA PIMENTEL PAIN	IPTU/CL
LAMIR DE OLIVEIRA	RD
LANCHONETE E MERCEARIA BAIA ALTA LTDA - ME	ALVARA
LAODIR BISATTO	IPTU/RD
LATICINIOS CORDILAT LTDA	RD
LUIZ ANTONIO VIEIRA	RD
LUIZ CARLOS KLEIN	IPTU/C.L/RD
MADEIREIRA CASANOVA LTDA	IPTU/ALVARA/C.L/RD
MAIARA DE OLIVEIRA	ALVARA
MARCELO DE LIMA	IPTU
MARCIA HELENA NOVAKOSKI BOLSONI	RD
MARCIA REGINA TOSATTI SIMON	ALVARA/ISSAN
MARCIANO SANTOS LEMOS	IPTU/C.L./RD
MARCO AURELIO NEDEL	RD

MARCOS GOMES - 006173969-30	ALVARA
MARGARIDA TALASKA BASSOLI 000095439-02	ALVARA
MARIA DE JESUS DA MOTTA	RD
MARIA DE OLIVEIRA	RD
MARIA JOSE ALVES	C.L
MARIA LORENI SOARES CECATTO - ME	ALVARA
MARIA VIEIRA DE ALMEIDA	IPTU/C.L/RD
MARIZETE DA SILVA	IPTU/C.L/RD
MARLEI CAGLIARI HABECH - ME	IPTU/ALVARA/C.L/RD
MARLI DE QUADROS GAUNA - ME	ALVARA/ISSAN
MILTON GOMES PEREIRA/EVANDRO DE LIMA SOUZA	IPTU
MOACIR MANTELI	RD
MOACIR RODRIGUES CORDEIRO - ME	ALVARA
NEIDE DE APARECIDA RAMOS 699047319-34	ALVARA
NELSON DOS SANTOS E OUTROS	IPTU/C.L/RD
NOEL ALVES E OUTROS	C.L/RD
ORIDES DUARTE	IPTU/C.L/RD
P.ALMIRANTE DOS SANTOS & CIA LTDA	ALVARA/ISSAN
PEDRINHO AIRTON CORDEIRO	IPTU
PEDRO FERREIRA DOS SANTOS	RD
PEDRO ROSA DOS SANTOS	RD
PEDRO SILVA DA COSTA	C.L
PONTE SERRADA CART.DO REG.CIVIL, TITULOS E DOC	ALVARA
PRESTADORA DE SERVIÇOS JANGUTA LTDA - ME	ALVARA
QUADROS MADEIRAS LTDA	RD
RICARDO JUNIOR RODRIGUES DA CRUZ 058777239-52	ALVARA
ROBERTO BARBOSA - ME	ALVARA
ROBERTO CARLOS GONÇALVES DE AZEVEDO	RD
RODRIGO DE ARAUJO GUIMARAES 004815789-94	ALVARA
ROMERO QUADROS DE LIMA E OUTROS	IPTU/CL
ROSANGELA C. DA SILVA E OUTROS	IPTU/C.L/RD
ROSELI DE FATIMA CORREIA DA SILVEIRA	RD
SABRINA ELISA DE MARCO E OUTRA	IPTU/C.L/RD
SEBASTIAO FERNANDES DE OLIVEIRA	IPTU/C.L/RD
SERGIO BUENO DE OLIVEIRA	IPTU/C.L/RD
SERGIO JOSE MENEGUZZI - ME	ALVARA
SIDIMAR LOPES 132357448-43	ALVARA
SILVIO ROBERTO POTRICH	ALVARA
SONIA FAVRETTO CALIARI - ME	ALVARA/ISSME
TEA ESCOLA & INFORMATICA LTDA - ME	ALVARA
VALDECIR RODRIGUES	IPTU/C.L
VALDIR DE ANDRADE	RD
VALNEI DA SILVA	RD
VANDERLEI JABONSKI	RD
VANIR SARTORI	IPTU
VENOIR XAVIER	RD
VICENTINA DA SILVA NISSEL	IPTU/C.L/RD
VILI SARETTO	RD
VINTILINO MAYER EIRELI - ME	ALVARA/ISSQS
WALDEMAR SOARES DE LIMA	IPTU/C.L/RD

Ponte Serrada-SC, 10 de setembro de 2014.  
DEPARTAMENTO DE TRIBUT. E FISCALIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA - SC  
RONIVALDO DE OLIVEIRA                      EDUARDO COPPINI  
Fiscal Fazendário                              Prefeito Municipal

## Porto Belo

### PREFEITURA

#### **Modalidade de Licitação: Pregão - Registro de Preço - 030/2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 030/2014 FMS

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Aquisição de estação compacta para tratamento de esgoto em poliéster reforçado com fibra de vidro para atender as necessidades do Município de Porto Belo, pelo período de doze meses, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 22/09/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 22/09/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 10 de setembro de 2014

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

## Porto União

### PREFEITURA

#### **Extrato de Edital de Tomada de Preços 009/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 082/2014 - PREFEITURA

Extrato de Edital de Tomada de Preços 009/2014 - PREFEITURA

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, do tipo menor preço global por item, para a manutenção e monitoramento de alarmes da Prefeitura Municipal. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 30 de setembro de 2014, na Prefeitura Municipal. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email [licitepor-touniao@yahoo.com.br](mailto:licitepor-touniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 12 de setembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

#### **Portaria N.º 940/2014 - RH**

PORTARIA Nº 940, de 05 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2013, César Luis Schroh, aprovado em 16º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio - GA, Anexo II, com vencimentos na Classe "03" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Extrato de Edital de Pregão Presencial 023/2014 - Educação**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 038/2014 - EDUCAÇÃO

Extrato de Edital de Pregão Presencial 023/2014 - EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a Contratação de Empresa para a realização do Transporte

Escolar. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 29 de setembro de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 11 de setembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

## Rio do Sul

### PREFEITURA

#### **Decreto Nº 4293, 03 de Setembro de 2014.**

DECRETO Nº 4293, de 03 de setembro de 2014.

"HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2014".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

#### DECRETA:

Art.1º - Fica homologado o processo de Dispensa de Licitação Nº 043/2014 de 26.08.2014.

Parágrafo Único - Locação de imóvel, no Bairro Canoas, para atender necessidade da população do bairro, destinado ao funcionamento de uma Unidade Básica de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

03 de setembro de 2014.

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício.

#### **Decreto Nº 4296, de 08 de Setembro de 2014.**

DECRETO Nº 4296, de 08 de setembro de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

#### DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), por conta do excesso de arrecadação do Recurso da Casan para Repavimentação, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.03	DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIÁRIAS		
2.038	Manutenção do Departamento de Obras e Melhorias Viárias		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01240055	Convênios do Estado	R\$	500.000,00
	TOTAL	R\$	500.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.



GABINETE DO PREFEITO.  
08 de setembro de 2014.  
CARISO SÁVIO GIACOMINI  
Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício  
C Prefeito do Município de Rio do Sul

### Lei 5.507

LEI Nº 5.507, de 03 de setembro de 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR CONSTRUÇÃO DE MURO E EXECUTAR SERVIÇOS DE ATERRO NAS TERRAS DE CLAUDECIR AMORIM".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a construir um muro em terras de propriedade de CLAUDECIR AMORIM, portador do CPF nº 792.105.469-20, localizada na Rua Otto Klug, nº 50, bairro Bela Aliança, em Rio do Sul, no valor total de R\$ 698,41 (seiscentos e noventa e oito reais e quarenta e um centavos), devido a utilização do imóvel para construção de uma ponte provisória, onde ocorreu o rompimento de uma cerca com fim de possibilitar a circulação dos veículos, no período aproximado de 09 (nove) meses, atendendo a comunidade na transposição do Ribeirão Matador até a construção de uma ponte de concreto.
----------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Art. 2º-	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a executar serviços de aterro em terras de propriedade de CLAUDECIR AMORIM, portador do CPF nº 792.105.469-20, localizada na Rua Otto Klug, nº 50, bairro Bela Aliança, em Rio do Sul, no valor total de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais), em virtude da compactação acentuada no terreno ocasionada pela circulação dos veículos no período descrito no artigo 1º.
----------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	----------------------------------------------------

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	-----------------------------------------

GABINETE DO PREFEITO  
03 de setembro de 2014.  
CARISO SÁVIO GIACOMINO  
Prefeito de Rio do Sul em Exercício

### Portaria N. 1011/RH

PORTARIA Nº. 1011/RH

CARISO SAVIO GIACOMINI, Prefeito Municipal em exercício de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e considerando a sentença proferida nos Autos nº 0301922-07.2014.8.24.0054 pelo Poder Judiciário da Comarca de Rio do Sul,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, CLEIDE SCHREIBER, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de setembro de 2014.

CARISO SAVIO GIACOMINI  
Prefeito Municipal em exercício

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Dr

### Termo de Convocação - Cleide Schreiber

#### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) CLEIDE SCHREIBER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA).

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 1011/RH de 10/09/2014, publicada em 12/09/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

#### Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar De Serviços Gerais Calceteiro Carpinteiro Coveiro Eletricista Motorista De Caminhão Motorista De Veiculo Leve Operador De Equipamentos Pedreiro	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUMA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSQUIATRA
Demais Cargos	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSQUIATRA

Rio do Sul, 11 de setembro de 2014.  
Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):



**Edital de Intimação de Decisão Proferida Em Processo Administrativo 017/2014**

RIO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Rafael Tank Siebert	xxx.160.549-xx	146701
Alfonso Ladevig	xxx.106.579-xx	146149
Ivo Zambam	xxx.643.309-xx	147528
4ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal		131252
Odilon da Silva	xxx.398.769-xx	146538
Lindacir de Fátima Moraes	xxx.673.099-xx	145986
Sonia Aparecida Klettenberg	xxx.638.679-xx	144938
Cleverton Duara	xxx.919.659-xx	146793
Fortuno Campestrini	xxx.952.759-xx	146120
Olirio Peixer	xxx.135.499-xx	146858
Marcos Junior Balzan	xxx.062.169-xx	145445
Ediberto Lima Reis	xxx.106.174-xx	147174
Soraia Consuelo Neves	xxx.473.419-xx	146740
Alan Ricardo Correa	xxx.923.589-xx	146817
Santino Maciano	xxx.273.539-xx	146574
Lindomar Vicente	xxx.975.349-xx	146353
Vera Lucia Passero	xxx.641.679-xx	145540
Wilson Rogerio Rodrigues	xxx.806.809-xx	146103

Rio do Sul, 11 de Setembro de 2014.  
LEONICE WITTE  
Protocolo Geral

RUBENS AUGUSTO S MENSLIN  
Secretário Municipal da Fazenda

**Pregão Presencial 129/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS  
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2014

OBJETO: Registro de preço para aquisição de gêneros alimentícios para compor o lanche matinal dos funcionários da Secretaria de Agricultura.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 24/09/2014, às 11:00h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 12:00h do dia 24/09/2014. , no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01,

centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 11 de setembro de 2014.  
CARISO SÁVIO GIACOMINI  
Prefeito de Rio do Sul em exercício

**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução Nº 757/2014**

RESOLUÇÃO No 757, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014  
Ratifica resultado de Processo Licitatório nº 14/2014, representado pela Inexigibilidade de Licitação nº 01/2014.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, no uso de sua atribuição, prevista no artigo 115 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores - Resolução nº 597/2010

**RESOLVE:**

Art. 1o Ratificar o resultado do Processo Licitatório nº 14/2014, representado pela Inexigibilidade de Licitação nº 01/2014, com fulcro no artigo 25 da Lei nº 8.666/93, de acordo com a decisão da Comissão Especial de Licitação, nomeada pela Portaria nº 753, de 07 de janeiro de 2014.

Art. 2o Fica autorizada, como consequência da ratificação, a contratação da empresa Fundação Osny José Gonçalves - TV Bela Aliança Canal 7, CNPJ Nº 72.448.640/0001-70, tendo por objeto prestação de serviços de publicidade referente ao apoio institucional a transmissão televisiva "ao vivo" do desfile cívico de 07 de setembro de 2014 (Dia da Independência).

Art. 3o Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 01 de setembro de 2014.  
JAIME SBORZ  
Presidente da Mesa

**Resumo do Contrato Nº 02/2014**

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2014

Contratante: Câmara Municipal de Rio do Sul - SC.

Contratada: Empresa Fundação Osny José Gonçalves - TV Bela Aliança.

Objeto: O objeto do contrato é a prestação de serviços de publicidade referente ao apoio institucional à transmissão televisiva "ao vivo" do desfile cívico de 07 de setembro de 2014 (Dia da Independência).

Vigência: Os serviços de publicidade objeto deste contrato serão prestados durante o prazo de duração da transmissão televisiva "ao vivo" do desfile cívico de 07 de setembro do corrente ano (Dia da Independência).

Valor: R\$ 2.000,00 (dois mil e duzentos reais).

Rio do Sul, 01 de setembro de 2014.  
JAIME SBORZ  
Presidente da Câmara Municipal

RUBENS GONÇALVES  
Contratada



Município de Santiago do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>9.763.000,00</b>	<b>9.763.000,00</b>	<b>1.844.675,86</b>	<b>18,89</b>	<b>7.429.980,17</b>	<b>76,10</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>9.763.000,00</b>	<b>9.763.000,00</b>	<b>1.844.675,86</b>	<b>18,89</b>	<b>7.429.980,17</b>	<b>76,10</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>835.067,52</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>520.301,26</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	<b>—</b>	<b>835.067,52</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>520.301,26</b>	<b>—</b>
Reabertura de Créditos Adicionais	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO ALIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>9.763.000,00</b>	<b>2.452.133,00</b>	<b>12.215.133,00</b>	<b>983.740,29</b>	<b>8.331.111,63</b>	<b>2.166.922,15</b>	<b>7.090.070,54</b>	<b>58,04</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>8.101.190,00</b>	<b>874.293,80</b>	<b>8.975.483,80</b>	<b>939.216,34</b>	<b>6.537.560,65</b>	<b>1.571.693,40</b>	<b>5.533.611,17</b>	<b>61,65</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.195.369,70	107.345,62	4.302.715,32	659.846,08	2.636.602,15	665.297,18	2.624.511,95	61,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	6.881,37	0,00	6.881,37	27,53
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.880.820,30	766.948,18	4.647.768,48	279.370,26	3.894.077,13	906.396,22	2.902.217,85	62,44
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.563.810,00</b>	<b>1.577.839,20</b>	<b>3.141.649,20</b>	<b>44.523,95</b>	<b>1.793.550,98</b>	<b>595.228,75</b>	<b>1.556.459,37</b>	<b>49,54</b>
INVESTIMENTOS	1.363.810,00	1.678.109,20	3.041.919,20	44.523,95	1.693.820,98	575.282,75	1.536.513,37	50,51
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00	-100.270,00	99.730,00	0,00	99.730,00	19.946,00	19.946,00	20,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>98.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>98.000,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>9.763.000,00</b>	<b>2.452.133,00</b>	<b>12.215.133,00</b>	<b>983.740,29</b>	<b>8.331.111,63</b>	<b>2.166.922,15</b>	<b>7.090.070,54</b>	<b>58,04</b>

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Santiago do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>9.763.000,00</b>	<b>2.452.133,00</b>	<b>12.215.133,00</b>	<b>983.740,29</b>	<b>8.331.111,63</b>	<b>2.166.922,15</b>	<b>7.090.070,54</b>	<b>5.125.062,46</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>339.909,63</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>9.763.000,00</b>	<b>2.452.133,00</b>	<b>12.215.133,00</b>	<b>983.740,29</b>	<b>8.331.111,63</b>	<b>2.166.922,15</b>	<b>7.429.980,17</b>	<b>5.125.062,46</b>

FONTE:

Santiago do Sul, 11/09/2014

Volmir Antonio Soffile  
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado  
Contador SC-020.348/O-5

Município de Santiago do Sul - RREO 4º Bimestre - Anexo 2

Município de Santiago do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)		
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.763.000,00	12.215.133,00	983.740,29	8.331.111,63	2.166.922,15	7.090.070,54	100,00	58,04	5.125.062,46	
Legislativa	444.000,00	444.000,00	47.522,25	234.079,72	56.564,12	213.171,28	3,01	48,01	230.828,72	
Ação Legislativa	444.000,00	444.000,00	47.522,25	234.079,72	56.564,12	213.171,28	3,01	48,01	230.828,72	
Administração	1.488.681,80	1.588.804,93	172.322,24	1.162.094,34	233.774,48	993.477,62	14,01	62,53	595.327,31	
Planejamento e Orçamento	660.800,00	689.423,13	62.921,64	498.539,21	90.247,00	426.103,31	6,01	61,81	263.319,82	
Administração Geral	574.881,80	641.381,80	76.528,29	491.847,32	106.400,17	413.022,67	5,83	64,40	228.359,13	
Administração Financeira	182.000,00	187.000,00	21.095,64	128.449,83	25.350,64	111.093,66	1,57	59,41	75.906,34	
Controle Externo	71.000,00	71.000,00	11.776,67	43.257,98	11.776,67	43.257,98	0,61	60,93	27.742,02	
Assistência Social	401.550,00	518.674,65	40.535,13	359.106,87	108.440,04	294.106,69	4,15	56,70	224.567,96	
Assistência à Criança e ao Adolescente	294.550,00	346.674,65	27.276,20	216.131,35	81.412,12	190.872,18	2,69	55,06	155.802,47	
Assistência Comunitaria	107.000,00	172.000,00	13.258,93	142.975,52	27.027,92	103.234,51	1,46	60,02	68.765,49	
Saude	2.036.722,70	2.204.343,76	191.260,26	1.549.184,23	271.526,03	1.249.524,23	17,62	56,68	964.819,53	
Atenção Básica	1.964.139,70	2.130.460,67	190.555,26	1.493.571,07	262.365,89	1.224.935,93	17,28	57,50	905.524,74	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	47.000,00	47.000,00	0,00	47.000,00	5.875,00	17.625,00	0,25	37,50	29.375,00	
Vigilância Sanitária	12.813,00	14.113,09	0,00	1.774,00	0,00	1.774,00	0,03	12,57	12.339,09	
Vigilância Epidemiológica	12.770,00	12.770,00	705,00	6.839,16	3.285,14	5.189,30	0,07	40,64	7.580,70	
Educação	1.658.005,50	1.890.917,43	196.662,74	1.288.660,95	403.058,43	1.106.947,29	15,61	58,54	783.970,14	
Alimentação e Nutrição	48.400,00	48.400,00	0,00	37.738,85	6.406,88	33.111,28	0,47	68,41	15.288,72	
Ensino Fundamental	1.194.330,00	1.395.055,13	153.017,71	941.911,64	322.624,80	837.489,49	11,81	60,03	557.565,64	
Ensino Médio	99.200,00	106.300,00	6.887,76	89.503,29	22.656,71	62.249,18	0,88	58,56	44.050,82	
Ensino Superior	35.000,00	35.000,00	9.220,00	15.710,00	9.220,00	15.710,00	0,22	44,89	19.290,00	
Educação Infantil	257.075,50	279.125,50	23.267,27	178.446,37	37.880,04	142.554,94	2,01	51,07	136.570,56	
Educação Especial	24.000,00	27.036,80	4.270,00	25.350,80	4.270,00	15.832,40	0,22	58,56	11.204,40	
Cultura	84.000,00	87.200,00	11.426,59	60.427,89	12.218,70	54.438,80	0,77	62,43	32.761,20	
Difusão Cultural	84.000,00	87.200,00	11.426,59	60.427,89	12.218,70	54.438,80	0,77	62,43	32.761,20	
Urbanismo	303.610,00	1.016.863,81	22.934,03	251.793,51	50.097,65	141.795,17	2,00	13,94	875.068,64	
Infra-Estrutura Urbana	114.410,00	796.763,81	11.185,95	66.156,69	11.185,95	14.185,95	0,20	1,78	782.577,86	
Serviços Urbanos	189.200,00	220.100,00	11.748,08	185.636,82	38.911,70	127.609,22	1,80	57,98	92.490,78	
Habitação	11.000,00	13.878,01	773,49	2.878,01	773,49	2.878,01	0,04	20,74	11.000,00	
Habitação Rural	5.000,00	7.104,52	0,00	2.104,52	0,00	2.104,52	0,03	29,62	5.000,00	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Santiago do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Habituação	9.763.000,00	12.215.133,00	983.740,29	8.331.111,63	2.166.922,15	7.090.070,54	100,00	58,04
Habituação Urbana	11.000,00	13.878,01	773,49	2.878,01	773,49	2.878,01	0,04	20,74
Habituação Urbana	6.000,00	6.773,49	773,49	773,49	773,49	773,49	0,01	11,42
Saneamento	28.000,00	40.500,00	0,00	9.876,67	40,36	9.557,01	0,13	23,60
Saneamento Básico Rural	13.000,00	25.500,00	0,00	9.876,67	40,36	9.557,01	0,13	37,48
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	15.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	15.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	951.000,00	1.554.300,41	135.238,21	1.227.435,36	368.787,67	1.038.148,60	14,64	66,79
Extensão Rural	951.000,00	1.554.300,41	135.238,21	1.227.435,36	368.787,67	1.038.148,60	14,64	66,79
Indústria	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.779.530,00	2.389.520,00	162.350,56	1.902.002,58	611.023,37	1.833.331,68	25,86	76,72
Transporte Rodoviário	1.779.530,00	2.389.520,00	162.350,56	1.902.002,58	611.023,37	1.833.331,68	25,86	76,72
Desporto e Lazer	119.000,00	120.500,00	2.714,79	74.060,13	15.290,90	57.954,40	0,82	48,09
Desporto Comunitário	119.000,00	120.500,00	2.714,79	74.060,13	15.290,90	57.954,40	0,82	48,09
Encargos Especiais	327.900,00	227.630,00	0,00	209.511,37	35.326,91	94.739,76	1,34	41,62
Outros Encargos Especiais	327.900,00	227.630,00	0,00	209.511,37	35.326,91	94.739,76	1,34	41,62

Continua 2/3



Continuação 3/3

Município de Santiago do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.763.000,00	12.215.133,00	983.740,29	8.331.111,63	2.166.922,15	7.090.070,54	100,00	58,04
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	98.000,00	98.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	9.763.000,00	12.215.133,00	983.740,29	8.331.111,63	2.166.922,15	7.090.070,54	100,00	58,04

FONTE:

Santiago do Sul, 11/09/2014

Volmir Antonio Sotille	Domingos Severino Sponchiado
Prefeito Municipal	Contador SC-020.348/O-5

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## Município de Santiago do Sul - RREO 4º Bimestre - Anexo 3

Município de Santiago do Sul - SC

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
Sel/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agô/2014	TOTAL (ULT.12 MES.)				
838.694,32	750.844,16	902.865,39	1.187.749,01	1.036.490,24	1.008.253,05	780.819,73	946.574,19	1.088.838,08	923.986,92	790.028,12	859.673,36	11.115.166,57	10.634.587,80	
RECEITAS CORRENTES (I)														
RECEITA TRIBUTÁRIA	27.274,85	17.925,20	33.573,63	12.393,32	12.031,99	22.848,88	44.925,46	3.084.838,08	28.476,97	27.094,46	17.691,18	314.559,48	309.200,00	
I.P.T.U.	20.397,10	7.785,51	7.827,12	0,00	0,00	0,00	11.793,12	15.688,35	9.222,26	8.775,32	3.193,25	84.397,13	54.000,00	
I.R.R.F	6.917,93	5.651,61	0,00	7.257,94	8.054,02	6.682,33	6.578,43	6.768,07	6.527,81	6.605,90	6.241,80	84.393,62	78.900,00	
I.S.S.	5.948,75	5.768,77	7.659,63	3.736,04	3.977,97	7.397,62	4.026,88	4.939,63	5.202,65	7.900,51	7.005,42	67.451,40	105.000,00	
OUTRAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	880,00	3.970,00	1.240,00	1.400,00	0,00	1.900,00	1.800,00	910,00	2.350,00	1.790,00	6.000,00	16.860,00	20.000,00	
I.T.B.I.	7.446,10	2.465,25	4.465,22	0,00	0,00	6.898,73	20.027,03	4.043,69	2.164,25	2.008,73	650,71	52.947,43	51.300,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.859,11	2.112,30	2.099,45	2.228,70	2.351,65	2.298,52	2.256,82	2.227,25	2.346,65	2.369,94	2.349,04	26.881,00	24.800,00	
RECEITA PATRIMONIAL	6.910,03	7.471,94	8.464,01	9.504,74	10.429,44	13.523,01	12.530,26	13.467,87	12.014,45	8.390,13	18.677,74	129.276,99	69.502,50	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	14.125,41	11.785,05	25.049,75	3.671,00	15.565,22	16.221,06	9.348,27	9.685,59	24.512,01	29.651,70	17.115,36	198.397,63	196.302,50	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	776.363,05	700.492,87	847.654,60	1.005.788,70	967.276,30	724.846,39	876.523,96	1.000.506,12	854.513,44	719.915,44	803.229,00	10.410.725,68	10.012.733,00	
Cota-Parte do F.P.M.	352.683,71	470.975,88	740.091,40	594.831,35	635.162,90	776.793,29	420.046,10	573.089,30	429.779,99	369.123,63	448.426,05	5.900.000,00	5.900.000,00	
Cota-Parte do I.P.M.A.	218.393,15	212.320,55	236.255,40	238.635,26	236.165,99	228.714,68	224.907,67	228.446,78	230.323,59	214.314,55	214.557,54	2.718.141,00	2.675.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	6.289,96	7.412,19	5.061,90	6.405,10	10.637,35	10.877,41	9.700,27	7.359,22	8.767,23	9.347,70	10.315,13	107.000,00	107.000,00	
Cota-Parte do I.I.R.	728,39	309,51	0,00	30,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23,78	0,00	1.090,52	1.900,00	
Transferências Correntes	159.123,69	89.387,48	72.724,26	83.492,96	52.665,89	70.470,35	173.124,50	188.506,40	144.74,89	87.792,69	80.154,88	1.304.771,33	861.473,00	
Transferências da LC 81/1989	3.053,25	3.274,64	3.692,43	3.749,32	3.174,25	3.101,67	3.379,93	3.678,23	3.591,40	3.597,04	3.707,75	41.740,18	52.000,00	
Transferências da LC 87/1996	965,07	965,07	965,07	960,77	990,77	0,00	990,77	990,77	990,77	990,77	990,77	10.795,67	15.000,00	
Transferências do FUNDEB	35.133,26	34.193,72	38.429,66	38.231,29	37.768,14	34.890,99	35.154,72	38.438,42	36.375,57	33.682,66	35.030,21	437.056,35	400.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.211,68	1.265,72	2.561,33	16.532,77	579,45	1.079,87	1.110,42	606,41	2.123,40	2.336,48	615,14	34.965,79	21.879,90	
DEDUÇÕES (II)														
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	116.421,02	115.392,96	147.297,96	148.559,06	175.322,92	123.897,26	133.467,55	164.712,09	134.672,44	119.887,67	137.407,83	1.686.361,88	1.750.180,00	
Transferências do FUNDEB	116.421,02	115.392,96	147.297,96	148.559,06	175.322,92	123.897,26	133.467,44	164.712,09	134.672,44	119.887,62	137.407,83	1.686.368,01	1.750.180,00	
Outras Transf.Estados - Conv.2014-TR-1408 SDR QBO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6,15	0,00	-6,15	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	722.573,30	635.451,20	755.567,43	1.038.185,95	832.930,76	656.922,47	812.925,44	924.125,99	788.314,48	670.346,45	722.265,53	9.428.164,71	8.884.377,90	
FONTE														
São Paulo, 11/09/2014														

FONTE:  
Santiago do Sul, 11/09/2014

<b>Volmir Antônio Sotille</b> Prefeito Municipal	Domingos Severino Sponchiado Contador SC-020.348/O-5
-----------------------------------------------------	---------------------------------------------------------

Município de Santiago do Sul - RREO 4º Bimestre - Anexo 4

Município de Santiago do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00			
RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
					Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atual		0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
					Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Santiago do Sul - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor					0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Continua 2/3					

Continuação 3/3

Município de Santiago do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recapta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recapta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Santiago do Sul, 11/09/2014

Volmir Antonio Solille  
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado  
Contador SC-020.348/O-5

**Município de Santiago do Sul - RREO 4º Bimestre - Anexo 5**

Município de Santiago do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	598.380,00	578.434,00
DEDUÇÕES (II)	2.054.193,31	2.088.732,83	1.766.540,97
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.473.643,42	2.340.857,39	2.160.244,85
Demais Haveres Financeiros	598.380,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	17.830,11	252.124,56	393.703,88
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.054.193,31	-1.490.352,83	-1.188.106,97
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	598.380,00	578.434,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-2.054.193,31</b>	<b>-2.088.732,83</b>	<b>-1.766.540,97</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>322.191,86</b>	<b>287.652,34</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-429.186,69</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Santiago do Sul, 11/09/2014

Volmir Antonio Sotille  
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado  
Contador SC-020.348/O-5



**Município de Santiago do Sul - RREO 4º Bimestre - Anexo 6**

Município de Santiago do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>8.815.497,50</b>	<b>1.365.583,91</b>	<b>6.178.171,44</b>	<b>5.191.885,75</b>
Receita Tributária	309.200,00	44.775,64	197.697,76	111.086,17
I.P.T.U.	54.000,00	11.972,57	48.686,50	0,00
I.S.S.	105.000,00	14.905,93	47.753,82	34.000,01
I.T.B.I.	20.000,00	2.390,00	10.770,00	6.156,50
I.R.R.F.	78.900,00	12.847,70	54.694,30	47.170,89
Outras Receitas Tributárias	51.300,00	2.659,44	35.793,14	23.758,77
Receita de Contribuição	24.800,00	4.718,98	18.407,57	16.389,28
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	24.800,00	4.718,98	18.407,57	16.389,28
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	69.502,50	26.643,55	98.102,32	36.976,06
(-) Aplicações Financeiras	69.502,50	26.643,55	98.102,32	36.976,06
Transferências Correntes	8.262.193,00	1.266.038,51	5.824.288,06	4.960.411,28
F.P.M.	4.720.000,00	654.042,19	3.085.828,70	2.858.311,64
I.C.M.S.	2.140.000,00	351.105,82	1.452.574,30	1.273.419,36
Convênios	11.400,00	369,92	1.701,59	4.610,35
Outras Transferências Correntes	1.390.793,00	260.520,58	1.284.183,47	824.069,93
Demais Receitas Correntes	219.304,50	50.050,78	137.778,05	103.999,02
Dívida Ativa	11.000,00	219,61	5.045,89	5.974,35
Diversas Receitas Correntes	208.304,50	49.831,17	132.732,16	98.024,67
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>878.000,00</b>	<b>452.448,40</b>	<b>1.153.706,41</b>	<b>290.930,01</b>
Operações de Crédito (III)	800.000,00	0,00	598.380,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	30.000,00	0,00	0,00	3.318,03
Alienação de Ativos (V)	48.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	452.448,40	555.326,41	287.611,98
Convênios	0,00	146.250,00	149.128,01	201.098,08
Outras Transferências de Capital	0,00	306.198,40	406.198,40	86.513,90
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>452.448,40</b>	<b>555.326,41</b>	<b>287.611,98</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>8.815.497,50</b>	<b>1.818.032,31</b>	<b>6.733.497,85</b>	<b>5.479.497,73</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>8.975.483,80</b>	<b>1.571.693,40</b>	<b>5.533.611,17</b>	<b>4.777.483,54</b>
Pessoal e Encargos Sociais	4.302.715,32	665.297,18	2.624.511,95	2.361.898,30
Juros e Encargos da Dívida (IX)	25.000,00	0,00	6.881,37	0,00
Outras Despesas Correntes	4.647.768,48	906.396,22	2.902.217,85	2.415.585,24
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>8.950.483,80</b>	<b>1.571.693,40</b>	<b>5.526.729,80</b>	<b>4.777.483,54</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>3.141.649,20</b>	<b>595.228,75</b>	<b>1.556.459,37</b>	<b>233.232,20</b>
Investimentos	3.041.919,20	575.282,75	1.536.513,37	233.232,20
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	99.730,00	19.946,00	19.946,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>3.041.919,20</b>	<b>575.282,75</b>	<b>1.536.513,37</b>	<b>233.232,20</b>

Município de Santiago do Sul - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	98.000,00	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>12.090.403,00</b>	<b>2.146.976,15</b>	<b>7.063.243,17</b>	<b>5.010.715,74</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-3.274.905,50</b>	<b>-328.943,84</b>	<b>-329.745,32</b>	<b>468.781,99</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	520.301,26	0,00
Superávit Financeiro	-	-	520.301,26	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-722.502,50</b>

FONTE:

Santiago do Sul, 11/09/2014

Volmir Antonio Sotille  
 Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado  
 Contador SC-020.348/O-5

Município de Santiago do Sul - RREO 4º Bimestre - Anexo 7

Município de Santiago do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	1.086,80	16.743,31	16.743,31	-	1.086,80	45.118,85	17.539,31	57.920,23	57.920,23	1.087,93	3.650,00
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.086,80	16.743,31	16.743,31	0,00	1.086,80	45.118,85	17.539,31	57.920,23	57.920,23	1.087,93	3.650,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	403,96	313,09	313,09	90,87	0,00
SEC. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.266,30	3.810,59	3.810,59	455,71	0,00
SEC. MUNIC. EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	11.117,80	11.117,80	0,00	0,00	3.650,00	1.026,62	844,99	844,99	181,63	3.650,00
SEC. MUNIC. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	1.937,50	1.937,50	0,00	0,00	41.468,85	10.663,39	52.046,71	52.046,71	85,53	0,00
SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252,26	131,69	131,69	120,57	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS	1.086,80	3.688,01	3.688,01	0,00	1.086,80	0,00	926,78	773,16	773,16	153,62	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II):	1.086,80	16.743,31	16.743,31	0,00	1.086,80	45.118,85	17.539,31	57.920,23	57.920,23	1.087,93	3.650,00

PONTE:

FONTE:

Santiago do Sul, 11/09/2014

Volmir Antonio Scallie  
Prefeito Municipal

Domingos Severino Scandhiado  
Contador SC-020.34810-5

**Município de Santiago do Sul - RREO 4º Bimestre - Anexo 8**

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	261.410,00	261.410,00	42.475,40	164.124,05	62,78
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	56.810,00	56.810,00	12.061,93	49.858,20	87,76
1.1.1- IPTU	56.000,00	56.000,00	11.972,57	48.686,50	86,94
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	260,00	260,00	89,36	156,08	60,03
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.900,00	1.900,00	0,00	921,71	48,51
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.250,00	1.250,00	0,00	93,91	7,51
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(2.600,00)	(2.600,00)	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	2.390,00	10.770,00	53,85
1.2.1- ITBI	20.000,00	20.000,00	2.390,00	10.770,00	53,85
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	105.700,00	105.700,00	15.175,77	48.801,55	46,17
1.3.1- ISS	105.000,00	105.000,00	14.905,93	47.753,82	45,48
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	100,00	100,00	19,08	116,44	116,44
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	500,00	500,00	219,61	816,22	163,24
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	100,00	100,00	31,15	115,07	115,07
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	78.900,00	78.900,00	12.847,70	54.694,30	69,32
1.4.1- IRRF	78.900,00	78.900,00	12.847,70	54.694,30	69,32
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	8.750.900,00	8.750.900,00	1.285.479,87	5.791.421,86	66,18
2.1- Cota-Parte FPM	5.900.000,00	5.900.000,00	817.552,68	3.857.285,62	65,38
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.680.000,00	5.680.000,00	817.552,68	3.857.285,62	67,91
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	220.000,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.675.000,00	2.675.000,00	438.882,09	1.815.717,06	67,88
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	15.000,00	15.000,00	1.981,54	6.935,39	46,24
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	52.000,00	52.000,00	7.304,79	27.887,59	53,63
2.5- Cota-Parte ITR	1.900,00	1.900,00	23,78	54,62	2,87
2.6- Cota-Parte IPVA	107.000,00	107.000,00	19.734,99	83.541,58	78,08
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>9.012.310,00</b>	<b>9.012.310,00</b>	<b>1.327.955,27</b>	<b>5.955.545,91</b>	<b>66,08</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	78.300,00	78.300,00	15.008,76	53.514,52	68,35
5.1- Transferências do Salário-Educação	35.600,00	35.600,00	8.026,00	34.715,62	97,52
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	9.300,00	9.300,00	2.684,00	8.052,00	86,58
5.4- Transferências Diretas - FNATE	24.500,00	24.500,00	4.298,76	10.746,90	43,86
5.5- Outras Transferências do FNDE	8.900,00	8.900,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	36.600,00	36.600,00	18,49	122.993,44	336,05
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>114.900,00</b>	<b>114.900,00</b>	<b>15.027,25</b>	<b>176.507,96</b>	<b>153,62</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	1.750.180,00	1.750.180,00	257.095,65	1.158.283,01	66,18
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.180.000,00	1.180.000,00	163.510,49	771.456,92	65,38
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	535.000,00	535.000,00	87.776,27	363.142,76	67,88
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.000,00	3.000,00	396,30	1.387,05	46,24
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	10.400,00	10.400,00	1.460,96	5.577,54	53,63
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	380,00	380,00	4,75	10,91	2,87
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	21.400,00	21.400,00	3.946,88	16.707,83	78,07
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	401.880,00	401.880,00	70.506,57	293.577,44	73,05
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	400.000,00	400.000,00	69.712,87	291.122,42	72,78
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	1.880,00	1.880,00	793,70	2.455,02	131,99
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>-1.350.180,00</b>	<b>-1.350.180,00</b>	<b>-187.382,78</b>	<b>-867.160,59</b>	<b>64,23</b>
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	381.300,00	387.122,10	71.906,93	247.122,60	63,84
13.1- Com Educação Infantil	40.000,00	40.000,00	13.988,00	26.879,74	67,20
13.2- Com Ensino Fundamental	341.300,00	347.122,10	57.908,93	220.242,86	63,45
14- OUTRAS DESPESAS	20.560,00	20.560,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	20.560,00	20.560,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	401.860,00	407.682,10	71.906,93	247.122,60	60,62
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					247.122,60
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					84,18
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					15,82
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 <sup>2</sup>					0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	2.253.077,50	2.253.077,50	331.988,82	1.488.886,48	66,08
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	244.075,50	266.125,50	36.093,13	138.554,94	52,06
23.1- Creche	90.000,00	90.000,00	8.251,75	29.408,22	32,68
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	90.000,00	90.000,00	8.251,75	29.408,22	32,68
23.2- Pré-escola	114.075,50	136.125,50	13.843,38	82.266,98	60,43
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	114.075,50	136.125,50	13.843,38	82.266,98	60,43
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.120.900,00	1.154.722,10	178.357,92	654.100,89	58,65
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	361.860,00	367.682,10	57.908,93	220.242,86	59,90
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	759.040,00	787.040,00	120.448,99	433.858,03	55,13
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.364.975,50	1.420.847,60	214.451,05	792.655,83	55,79
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-867.180,59
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					2.455,02
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					5.822,10
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-868.883,47
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.651.539,30
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					27,73
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	36.230,00	66.893,31	20.480,38	41.056,71	61,38
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	50.200,00	53.489,72	9.181,41	23.951,94	44,78
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	86.430,00	120.383,03	29.661,79	65.008,65	54,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.451.405,50	1.541.230,63	244.112,84	857.664,48	55,65

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEF	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEF (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		291.122,42	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.455,02	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		293.577,44	0,00

Santiago do Sul, 11/09/2014

Volmir Antonio Solarte	Domingos Severino Sponchiado
Prefeito Municipal	Contador SC-020.348/O-5

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEF foi de R\$ 5.822,10, e da complementação do FUNDEF foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.



**Município de Santiago do Sul - RREO 4º Bimestre - Anexo 9**

Município de Santiago do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	800.000,00	598.380,00		201.620,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.141.649,20	1.556.459,37	0,00	1.585.189,83
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.141.649,20	1.556.459,37	0,00	1.585.189,83
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.341.649,20	-958.079,37		-1.383.569,83

FONTE:

Santiago do Sul, 11/09/2014

Volmir Antonio Sotille  
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado  
Contador SC-020.348/O-5

**Município de Santiago do Sul - RREO 4º Bimestre - Anexo 10**

Município de Santiago do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=('d' exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Santiago do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/08/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Santiago do Sul, 11/09/2014

Volmir Antonio Sotille  
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado  
Contador SC-020.348/O-5

**Município de Santiago do Sul - RREO 4º Bimestre - Anexo 11**

Município de Santiago do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	48.000,00	0,00	48.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	48.000,00	0,00	48.000,00
<b>TOTAL</b>	48.000,00	0,00	48.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	50.173,13	2.201,82	0,00	47.971,31
Investimentos	50.173,13	2.201,82	0,00	47.971,31
<b>TOTAL</b>	50.173,13	2.201,82	0,00	47.971,31

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	-2.201,82	-2.201,82

FONTE:

Santiago do Sul, 11/09/2014

Volmir Antonio Sotille  
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado  
Contador SC-020.348/O-5

Município de Santiago do Sul - RREO 4º Bimestre - Anexo 12

Município de Santiago do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	262.010,00	262.010,00	164.124,05	62,64
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	54.000,00	54.000,00	48.686,50	90,16
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	10.770,00	53,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	105.000,00	105.000,00	47.753,82	45,48
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	78.900,00	78.900,00	54.694,30	69,32
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	360,00	360,00	272,52	75,70
Dívida Ativa dos Impostos	2.400,00	2.400,00	1.737,93	72,41
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.350,00	1.350,00	208,98	15,48
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	8.750.900,00	8.750.900,00	5.791.421,86	66,18
Cota-Parte FPM	5.900.000,00	5.900.000,00	3.857.285,62	65,38
Cota-Parte ITR	1.900,00	1.900,00	54,62	2,87
Cota-Parte IPVA	107.000,00	107.000,00	83.541,58	78,08
Cota-Parte ICMS	2.675.000,00	2.675.000,00	1.815.717,06	67,88
Cota-Parte IPI-Exportação	52.000,00	52.000,00	27.887,59	53,63
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	15.000,00	15.000,00	6.935,39	46,24
Desoneração ICMS (LC 87/96)	15.000,00	15.000,00	6.935,39	46,24
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	9.012.910,00	9.012.910,00	5.955.545,91	66,08
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	498.423,00	498.423,00	339.228,15	68,06
	Provenientes da União	405.983,00	307.156,87	75,66
	Provenientes dos Estados	92.440,00	32.071,28	34,69
	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	6.155,00	6.155,00	14.355,95	233,24
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	504.578,00	504.578,00	353.584,10	70,08
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				
DESPESAS CORRENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre (f)	Até o Bimestre (g)
			% (f/e)*100	% (g/e)*100
Pessoal e Encargos Sociais	1.929.722,70	2.072.043,76	1.469.748,76	1.171.731,63
Outras Despesas Correntes	739.499,70	835.733,50	450.076,01	447.676,01
	1.190.223,00	1.236.310,26	1.019.672,75	724.055,62

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Santiago do Sul - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
					Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL Investimentos			107.000,00 107.000,00	132.300,00 132.300,00	79.435,47 79.435,47	60,04 60,04	77.792,60 77.792,60	58,80 58,80
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)			2.036.722,70	2.204.343,76	1.549.184,23	70,28	1.249.524,23	56,66
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre (h)	% (h/Vf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/Vg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS			504.223,00	579.810,26	356.371,75	23,00	320.187,61	25,63
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS			466.723,00	542.310,26	356.371,75	23,00	320.187,61	25,63
Recursos de Operações de Crédito			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos			37.500,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹			-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)			504.223,00	579.810,26	356.371,75	23,00	320.187,61	25,63
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)			1.532.499,70	1.624.533,50	1.192.812,48	47,27	929.336,62	31,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5			15,60					
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]			36.004,73					

Continua 2/4



Continuação 3/4

Município de Santiago do Sul - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		6.231,80	12,41	6.219,39		12,41		0,00
TOTAL		6.231,80	12,41	6.219,39		12,41		0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
0,00		0,00			0,00			
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26								
		LIMITE NÃO CUMPRIDO						
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
-		-			-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				Até Bimestre (l)		% (l/Total l)*100		% (m/Total m)*100
				Até Bimestre (m)				
Atenção Básica	1.964.139,70	2.130.460,67	1.493.571,07	96,41	1.224.935,93			98,03
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	47.000,00	47.000,00	47.000,00	3,03	17.625,00			1,41
Vigilância Sanitária	12.813,00	14.113,09	1.774,00	0,11	1.774,00			0,14
Vigilância Epidemiológica	12.770,00	12.770,00	6.839,16	0,44	5.189,30			0,42
TOTAL	2.036.722,70	2.204.343,76	1.549.184,23	100,00	1.249.524,23			100,00

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.  
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".  
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".  
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.  
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.  
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula IV/(h+i) - (15 x IIIb)/100i

Continua 3/4

Município de Santiago do Sul - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

Assinatura do Prefeito Municipal

Santiago do Sul, 11/09/2014

Volmir Antonio Sotille  
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado  
Contador SC-020.348/O-5

**Município de Santiago do Sul - RREO 4º Bimestre - Anexo 13**

Município de Santiago do Sul - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Santiago do Sul, 11/09/2014

Volmir Antonio Sotille  
 Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado  
 Contador SC-020.348/O-5

**Município de Santiago do Sul - RREO 4º Bimestre - Anexo 14**

Município de Santiago do Sul - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	9.763.000,00	
Previsão Atualizada		—	9.763.000,00	
Receitas Realizadas		1.844.675,86	7.429.980,17	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	520.301,26	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	9.763.000,00	
Créditos Adicionais		—	2.452.133,00	
Dotação Atualizada		—	12.215.133,00	
Despesas Empenhadas		983.740,29	8.331.111,63	
Despesas Liquidadas		2.166.922,15	7.090.070,54	
Superavit Orçamentário		—	339.909,63	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		983.740,29	8.331.111,63	
Despesas Liquidadas		2.166.922,15	7.090.070,54	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			9.428.164,71	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	
Resultado Nominal		-429.186,69	287.652,34	
Resultado Primário		-722.502,50	-329.745,32	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	62.658,16	1.087,93	57.920,23	3.650,00
EXECUTIVO	62.658,16	1.087,93	57.920,23	3.650,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	17.830,11	0,00	16.743,31	1.086,80
EXECUTIVO	17.830,11	0,00	16.743,31	1.086,80
TOTAL:	80.488,27	1.087,93	74.663,54	4.736,80
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.651.539,30	25%	27,73
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		247.122,60	60%	84,18
Liquidadas		247.122,60		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		598.380,00	201.620,00	
Despesa de Capital Líquida		1.556.459,37	1.585.189,83	

Continua 1/2

Município de Santiago do Sul - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	48.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			2.201,82	47.971,31
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		929.336,62	15,00	15,60
Liquidadas		929.336,62		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Santiago do Sul, 11/09/2014

Volmir Antonio Sotille  
Prefeito Municipal

Domingos Severino Sponchiado  
Contador SC-020.348/O-5

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### Lei Nº 3420/2014

LEI Nº 3420, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REVERSÃO, DESAFETAÇÃO E CONCESSÃO DE USO DOS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

#### O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Executivo Municipal de São Bento do Sul a reverter ao patrimônio do Município, mediante doação, o imóvel localizado na Rua João Muntowski, Bairro Rio Negro, nesta cidade, com área de 6.829,85m<sup>2</sup> (seis mil, oitocentos e vinte e nove metros e oitenta e cinco décimos quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 29.990, do Livro 2, Registro Geral, doado à SOCIEDADE VARSÓVIA, CNPJ nº 79.367.439/0001-07, através da Lei Municipal nº 1943, de 12 de setembro de 2007.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da escrituração do imóvel correrão por conta do Município.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a desafetar de sua destinação específica, Área Institucional, e a conceder o uso para a SOCIEDADE VARSÓVIA, CNPJ nº 79.367.439/0001-07, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 115, de 09 de março de 1990, um terreno com área de 1.038,08 m<sup>2</sup> (um mil, trinta e oito vírgula oito metros quadrados), localizado no bairro Serra Alta, nesta cidade, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 23.321, do Livro 2, Registro Geral, cuja minuta é parte integrante da presente Lei.

§ 1º. O imóvel se destina especificamente para construção de prédio destinado às atividades exclusivas da Sociedade.

§ 2º. O prazo da concessão de uso é de 20 anos, contar da assinatura do respectivo Termo, podendo ser revogada por ato unilateral e renovável caso houver interesse entre as partes, mediante Termo Aditivo.

§ 3º. A entidade beneficiada por esta Lei terá o prazo de 02 (dois) anos para iniciar a construção da sede, sem o que o terreno retornará ao patrimônio do Município.

§ 4º. Findo o prazo da Concessão, o imóvel retornará ao Município com suas benfeitorias, sem que caiba à Sociedade qualquer direito à retenção e a eventual indenização.

§ 5º. Em contrapartida a Concessão de Uso ora autorizada, a SOCIEDADE VARSÓVIA cederá ao Município, quanto disponível, o espaço físico objeto desta Lei, objetivando a realização de ações culturais de interesse do Município.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº \_\_\_\_/2014

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO que celebram entre si, de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ente jurídico de direito público interno, com sede na Rua Jorge Lacerda nº 75, Centro, neste Município, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 86.051.398/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. FERNANDO TURECK, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº 033.667.519-40, doravante denominado simplesmente de AUTORIZANTE, e de outro lado a SOCIEDADE VARSÓVIA, pessoa jurídica de direito privado (associação), inscrita no CNPJ nº 79.367.439/0001-07, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 115, de 09 de março de 1990, neste ato representado pelo Presidente, Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador do CPF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente de AUTORIZATÁRIA, têm justo e contratado o presente Termo de Autorização de Uso, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Constitui objeto do presente Termo de Autorização de Uso, a cessão provisória, a título gratuito, para uso, de um terreno com área de 1.038,08 m<sup>2</sup> (um mil, trinta e oito vírgula oito metros quadrados), localizado no bairro Serra Alta, nesta cidade, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 23.321, do Livro 2, Registro Geral, de propriedade da AUTORIZANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - A vigência do presente Termo de Autorização é de 25 (vinte e cinco) anos, contados a partir da assinatura do respectivo Termo, salvo casos de rescisão antecipada.

Parágrafo Único: Fica convencionado entre as partes que a renovação do presente termo de autorização de uso, somente se dará por escrito.

CLÁUSULA TERCEIRA - A finalidade do Termo de Autorização de Uso destina-se para a AUTORIZATÁRIA utilizar o imóvel supra descrito na Cláusula Primeira, para os seguintes fins:

- a) construir a sede da entidade, que deverá ser iniciada em até 02 (dois) anos, sob pena de imediata revogação da concessão, bem como, cercar todo o imóvel;
- b) desenvolver atividades culturais, esportivas e de lazer para os associados e para a comunidade;
- c) usar o espaço cedido para promover a união e o conagração entre os membros da comunidade, visando melhorar a qualidade de vida de todos;
- d) promover no local, reuniões e eventos de cunho comunitário, buscando o envolvimento de outras entidades do Bairro.

CLÁUSULA QUARTA - Toda e qualquer benfeitoria ou edificação a ser realizada no imóvel, deverá ser previamente autorizada expressamente pelo AUTORIZANTE, bem como, a AUTORIZATÁRIA deverá observar e respeitar as leis municipais e as leis ambientais vigentes.

CLÁUSULA QUINTA - Compromete-se a AUTORIZATÁRIA a zelar e manter o imóvel em perfeitas condições de uso, inclusive efetuando reparos de conservação necessários, caso em que deverão ser previamente autorizados pelo Poder AUTORIZANTE.

CLÁUSULA SEXTA - Independentemente do caráter gratuito da presente autorização, caberá ao AUTORIZATÁRIO o pagamento de todas as despesas decorrentes da manutenção do imóvel, bem como, o pagamento das taxas incidentes sobre a mesma, entre elas, luz, água, telefone e outras que incidam ou vierem a incidir sobre o imóvel.

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Termo de Autorização de Uso poderá ser rescindido antecipadamente por ato unilateral do



AUTORIZANTE, não tendo direito o AUTORIZATÁRIO a receber qualquer indenização, nas seguintes circunstâncias abaixo descritas:

- a) Pelo desaparecimento da AUTORIZATÁRIA;
- b) No caso da sede ficar abandonada por mais de 120 (cento e vinte) dias;
- c) Se o imóvel não for utilizado unicamente para os fins a que se destina, alterando sua finalidade sem prévio e expresso consentimento do Poder AUTORIZANTE; e
- d) Se não for efetuada a conservação do imóvel, suas dependências e equipamentos nos termos previamente aprovados pelo AUTORIZANTE.

CLÁUSULA OITAVA - Poderá o AUTORIZANTE rescindir o presente contrato, sem justo motivo, a qualquer tempo, desde que haja interesse público, não cabendo, nesta hipótese igualmente, qualquer indenização à AUTORIZATÁRIA.

CLÁUSULA NONA - Findo o prazo constante na Cláusula Segunda do presente e, em caso de abandono do imóvel por parte da AUTORIZATÁRIA, todas as benfeitorias e edificações incorporar-se-ão, automaticamente, ao patrimônio do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA - Em contrapartida a Concessão de Uso ora autorizada, a AUTORIZATÁRIA cederá ao AUTORIZANTE, quando disponível, o espaço físico objeto deste instrumento, para a realização de ações culturais de seu interesse.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os casos omissos serão solucionados pela legislação em vigor aplicável a espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul para a solução de quaisquer conflitos decorrentes do presente termo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas deste termo, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo.

São Bento do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal  
AUTORIZANTE

SOCIEDADE VARSÓVIA  
AUTORIZATÁRIA

Testemunhas:

### **Decreto Nº 0671/2014**

DECRETO Nº 0671, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,  
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;  
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 108,63 (cento e oito reais e sessenta e três centavos) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.026 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental

(642) 3.3.90.30.00.00.00 022 - Material de Consumo R\$ 108,63

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.026 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental

(643) 4.4.90.52.00.00.00 022 - Equip. Material Permanente R\$ 108,63

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 0672/2014**

DECRETO Nº 0672, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

Declara Ponto Facultativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais, ressalvadas as necessidades de serviço da Administração Direta e Indireta, o dia 22 de setembro de 2014, por ocasião do Aniversário do Município de São Bento do Sul comemorado no dia 23 de setembro de 2014.

Art. 2º Estende-se o Ponto Facultativo à Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos e a Central de Medicamentos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 6447/2014**

PORTARIA Nº 6447, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

Concede Pensão por Morte

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 40, § 7º, inciso II da CF/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 52 da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 21 de agosto de 2014, pensão por morte à MAYARA APARECIDA XAVIER, BIANCA MARIA XAVIER e PAULO MIGUEL XAVIER, na condição de filhos do ex-servidor ativo PAULO LADIMIR XAVIER.

Parágrafo único - O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 5803/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de agosto de 2014.

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### **Portaria Nº 6448/2014**

PORTARIA Nº 6448, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

Concede Pensão por Morte

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 40, § 7º, inciso II da CF/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 52 da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 21 de agosto de 2014, pensão por morte à ZENAIDE SCHÖFFEL VERBINEN, RAICAN WESLEY XAVIER E PAULA LUDIMILA XAVIER, na condição de companheira e filhos, respectivamente, do ex-servidor ativo PAULO LADIMIR XAVIER.

Parágrafo único - O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 5627/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de agosto de 2014.

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### **1ª Retificação Pregão Nº 251/2014**

I RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 251/2014  
NA PUBLICAÇÃO DA REVOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 251/2014 NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS -DOM/SC, EDIÇÃO Nº 1569 DE 11/09/2014, PÁGINA 725:

ONDE SE LÊ:

REVOGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 251/2014.

LEIA-SE:

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 251/2014.

ONDE SE LÊ:

(...) REVOGAR LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA O 23º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR (...).

LEIA-SE:

(...) RETIFICAR LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA O 23º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR (...).

ONDE SE LÊ:

(...) REVOGA-SE O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 251/2014 (...).

LEIA-SE:

(...) RETIFICA-SE O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 251/2014 (...).

SÃO BENTO DO SUL, 24 DE JULHO DE 2014.

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

DIRETOR DE COMPRAS

### **1ª Retificação Inexigibilidade de Licitação Nº 268/2014**

RETIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 268/2014  
NO OBJETO - SITUAÇÃO QUE JUSTIFICA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO- HOUVE UMA ALTERAÇÃO QUANTO AO OBJETO DA LICITAÇÃO.

ONDE SE LÊ: FORNECIMENTO DE PASSAGENS (VALE TRANSPORTE), PARA AS CIDADES DE MAFRA, CAMPO ALEGRE E RIO NEGRINHO, PARA FUNCIONÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O PERÍODO DE 05 MESES.

LEIA-SE: FORNECIMENTO DE PASSAGENS (VALE TRANSPORTE), PARA AS CIDADES DE MAFRA, CAMPO ALEGRE E RIO NEGRINHO, PARA FUNCIONÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, A CONTAR DE 10 DE SETEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

AS DEMAIS ESPECIFICAÇÕES PERMANECEM AS MESMAS.

ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO E, PARA QUE ESTA PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI, cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93.

SÃO BENTO DO SUL, 11 DE SETEMBRO DE 2014.

ALCIONE TERESINHA HINKE

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****Portaria/SAMAE/SBS/Nº 168, de 10 de Setembro de 2014.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 168, de 10 de setembro de 2014.  
"NOMEIA DIRETOR ADMINISTRATIVO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 0013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

**RESOLVE**

Art. 1º - NOMEAR, na forma do art. 5º, § 3º, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, OSNI PAULO LANGA para exercer o cargo de Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 08 de setembro de 2014.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

**São Domingos****PREFEITURA****Prefe N. 034 de 10 09 2014- 4º Termo Aditivo**

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: SETEMBRO/2014

TERMO ADITIVO: PREFE N. 034 DE 10/09/2014- 4º Termo Aditivo ao Contrato PREFE n. 030, DE 03 DE ABRIL DE 2013.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/09/2014

VALOR DO ADITIVO: R\$ 10.720,41 (dez mil, setecentos e vinte reais e quarenta e um centavos)

LICITAÇÃO: Processo PREFE N. 009/2013 - Tomada De Preços PREFE N. 001/2013

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: LUIZ HENRIQUE MASETO ZANOVELLO OAB/SC 33076

CONTRATADA: Visoli Construtora Ltda.

CNPJ: 02.131.315/0001-01

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 06/10/2014

**por 1657 de 05 09 14 Concede Férias ao Servidor Público Neri Ribeiro de Souza**

PORTARIA Nº 1657, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

Concede férias ao servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 atualizada e:

- Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS ao servidor público municipal, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Neri Ribeiro de Souza	Vigia	17/11/12-13	30	08/09/14 a 07/10/14

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 05 de setembro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**Dec 1702 de 10 09 14 Vacancia Cargo Anelio Zenatti Aposentadoria por Invalidez**

DECRETO Nº 1702, de 10 de setembro de 2014

Dispõe sobre a vacância de cargo público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pelos artigos 34 a 35 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12; e:

- Considerando que o servidor público municipal Anelio Zenatti, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas semanais, obteve a concessão de aposentadoria por invalidez (32 - NB 6073628882), pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS;

- Considerando o disposto no inciso V do art. 34 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que explicita que a aposentadoria é uma forma de vacância de cargo público;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarado vago 01 (um) cargo de Motorista, integrante do quadro de cargos do município de São Domingos, em função da concessão de aposentadoria por invalidez ao servidor público municipal Anelio Zenatti, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, 40 horas semanais, com a extinção do vínculo de trabalho respectivo com o município a partir desta data.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nºs 944, de 31 de agosto de 2010, nº 836, de 05 de março de 2010 e nº 131, de 08 de abril de 2008, todas no que diz respeito ao servidor.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 10 de setembro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda

**Dec 1703 de 10 09 14 Exonera A Pedido Tito Heleno Staub**

DECRETO Nº 1703, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº. 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº. 042, de 04/04/12 atualizada e pela Lei Complementar 045, de 06/11/12 atualizada; e:

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal Tito Heleno Staub, do cargo de Médico Veterinário deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nºs 1573, de 24 de fevereiro de 2014 e 1512, de 10 de outubro de 2013.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 10 de setembro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda

**São João do Sul****PREFEITURA****Termo de Revogação****TERMO DE REVOGAÇÃO**

Despacho de revogação de processo licitatório, em razão da não pactuação de termo de Convênio.

Referente: TOMADA DE PREÇOS N 001/2014

Processo Licitatório 48/2014

O Prefeito Municipal de São João do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade a Lei de Licitações 8.666/93, e

CONSIDERANDO a ocorrência de fato superveniente devidamente comprovada.

CONSIDERANDO o parecer Jurídico exarado.

CONSIDERANDO o interesse público.

**RESOLVE**

REVOGAR o processo licitatório, tombado sob no nº 48/2014, que originou a licitação na modalidade Tomada de Preço nº 001/2014, cujo objeto é "o recapeamento asfáltico de trechos das rodovias municipais SJS 234, SJS 348 nas localidades de Passo Magnus e SJS 160 na localidade de Glorinha, perfazendo um total de 1.007,61m

São João do Sul, 11 de Setembro de 2014.

João Rubens dos Santos

Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

### Decreto Nº 3.168/2014

DECRETO Nº 3.168/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2014, datado de 07/04/2014, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratada, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
JULIANA SOUZA FRANCISCO	Professor - H	37 horas aulas	02/09/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/09/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### Decreto Nº 3.169/2014

DECRETO Nº 3.169/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2014, datado de 07/04/2014, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratada, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
MELISSA MISIUK DE CASTRO	Professor - M	20 horas	04/09/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04/09/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### Decreto Nº 3.170/2014

DECRETO Nº 3.170/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratadas, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
FABIA BENEDITA DE ALMEIDA	Auxiliar de Sala	40 horas	01/09/2014
LUANA PRICILA PACHECO KEMPFER	Professor - M	40 horas	01/09/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/09/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### Decreto Nº 3.171/2014

DECRETO Nº 3.171/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratadas, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga



ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
CLARA REGINA DE FIGUEIREDO BITTENCOURT DOS SANTOS	Auxiliar de Sala	40 horas	03/09/2014
CLAUDINEIA BRAULINA FRAGA	Professor - M	40 horas	03/09/2014
DENISE DE SOUZA	Professor - M	20 horas	03/09/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/09/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### **Decreto Nº 3.172/2014**

DECRETO Nº 3.172/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
JUSTIANE DE ABREU CORREA	Auxiliar de Sala	40 horas	04/09/2014
MATEUS MACIEL GONÇALVES	Professor - H	22 horas aulas	04/09/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04/09/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### **Decreto Nº 3.173/2014**

DECRETO Nº 3.173/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratadas, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
LIANA DANIELE FAGUNDES	Auxiliar de Sala	40 horas	05/09/2014
MARIA DE LOURDES DOS SANTOS	Auxiliar de Sala	40 horas	05/09/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05/09/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### **Decreto Nº 3.174/2014**

DECRETO Nº 3.174/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam dispensados, a pedido, os seguintes servidores, admitidos por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Chirley Machado	Professor - M	01/09/2014
Jaceli Eccher	Professor - H	01/09/2014
Jocelita Dal Forno Siqueira	Auxiliar de Ensino	01/09/2014
Lilian Cristina de Oliveira	Professor - H	01/09/2014
Lucas Severo Abad	Professor - M	01/09/2014
Sara Maria Torrado Pereira	Professor - M	01/09/2014
Simone Teresinha Amin	Professor - M	01/09/2014
Thais Karine Amaral Mangrich	Professor - H	01/09/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.



Paço Municipal em São José (SC), 08 de setembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### **Decreto Nº 3.175/2014**

DECRETO Nº 3.175/2014  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
INES MEDEIROS DA ROSA	Auxiliar de Serviços Gerais	01/09/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de setembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### **Decreto Nº 3.176/2014**

DECRETO Nº 3.176/2014  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012 e o Edital nº 001/2013 datado de 02/05/2013 e;

Embasado no Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça SC, nos autos da apelação civil em mandato de segurança nº 064.00.001304-1, no que diz respeito à permanência de servidora gestante ou de licença gestação e parecer nº 700/2013/PGM;

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA DE DISPENSA
Elenice Fernandes Camargo	Professor-M	01/09/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de setembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### **Decreto Nº 3.177/2014**

DECRETO Nº 3.177/2014  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando Processo Administrativo nº 17071/2014 datado de 13/08/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
ELIZABETE FERNANDES FARINA	Professor - M	01/09/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de setembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### **Decreto Nº 3.178/2014**

DECRETO Nº 3.178/2014  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora ANA PAULA PEREIRA VILLELA, portadora do CPF nº 107845318-70, concursada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com uma carga horária semanal correspondente a 22 horas aulas, com exercício de suas funções junto ao Centro Educacional Municipal Santa Terezinha.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/09/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de setembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

**Termo Aditivo/TA Nº 100/2012-03**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 100/2012-03 - TP 015/2011 - Processo 279/2011 - Contratado: IGUATEMI Consultoria e Serviços de Engenharia LTDA. Objeto: Contratação de empresa de consultoria especializada para execução de atividades jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, que visam a regularização de assentamentos irregulares e a titulação de seus ocupantes, objetivando a execução de ações relativas ao Programa Projeto Piloto - PPI, São José/SC. Prazo: Ficam prorrogados os prazos do Contrato nº 100/2012, sendo o prazo de execução por 03 (três) meses, a contar do dia 30/08/2014 e de vigência, 04 (quatro) meses, a contar do dia 23/11/2014. Data da assinatura: 24 de julho de 2014.

**Termo Aditivo/TA Nº 061/2014-01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 061/2014-01 - TP 019/2013 - Processo 278/2013 - Contratado: SC ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA. Objeto: Contratação de empresa de consultoria para consolidação do plano de trabalho e elaboração do estudo de concepção para determinação das principais intervenções na Bacia do Rio Roçado - drenagem urbana - nos bairros Roçado e Praia Comprida, na Bacia Hidrográfica de São José. Prazo: Ficam prorrogados os prazos de execução por mais 03 (três) meses e de vigência por mais 02 (dois) meses, iniciando-se a partir de 27/08/2014 e de 27/10/2014 respectivamente. Data da Assinatura: 21 de julho de 2014.

**Termo Aditivo/TA Nº 337/2011-06**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 337/2011-06 - CC 001/2011 - Processo 068/2011 - Contratado: SETEP Construções S.A. Objeto: Contratação de empresa de engenharia, para a execução de serviços de pavimentação asfáltica, pavimentação com lajotas sextavadas, sinalização horizontal e vertical, calçadas em concreto e drenagem, em vias públicas do Município de São José. Readequação Quantitativa: O Contrato Original fica readequado quantitativamente em 0,64% (zero vírgula sessenta e quatro por cento), o que representa o valor de R\$12.598,63 (doze mil, quinhentos e noventa e oito reais e sessenta e três centavos). Data da assinatura: 06 de junho de 2014.

**Termo Aditivo/TA Nº 337/2011-05**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 337/2011-05 - CC 001/2011 - Processo 068/2011 - Contratado: SETEP Construções S.A. Objeto: Contratação de empresa de engenharia, para a execução de serviços de pavimentação asfáltica, pavimentação com lajotas sextavadas, sinalização horizontal e vertical, calçadas em concreto e drenagem, em vias públicas do Município de São José. Reajuste: Na ausência de cláusula que indique o índice de reajuste no processo que

originou o Contrato nº 337/2011 aplicar-se-à a partir deste termo aditivo o índice do INCC-DI/FGV, a cada período de 12 (doze) meses. Assim fica reajustado o saldo do Contrato nº 337/2011 - período de 01/12/2012 a 30/11/2013 - em 8,1523%, importando em R\$15.542,31 (quinze mil, quinhentos e quarenta e dois reais e trinta e um centavos. Data da assinatura: 10 de abril de 2014.

**Contrato/Ct: Nº 188/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 188/2014 - PE 052/2014 - Processo 182/2014 - Contratado: ZOOM TECNOLOGIA LTDA. Objeto: Fornecimento de software CA ARCSERVE BACKUPR 16.5, para atender a Prefeitura Municipal de São José/SC. Valor Global: R\$17.939,54 (dezesete mil, novecentos e trinta e nove reais e cinquenta e quatro centavos). Prazo: O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 18 de agosto de 2014.

**Ata de Registro de Preços Nº 114/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2014 - PE 058/2014 - Processo 167/2014 - Fornecedor: TRACTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada em fabricação e confecção de roupas, para eventual fornecimento de uniformes de natação para atender as crianças do Projeto "Mais Educação" do Município de São José/SC. Valor Total: R\$58.930,00 - cinquenta e oito mil, novecentos e trinta reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura.

Data da assinatura: 05 de agosto de 2014.

Vera Suely de Andrade  
Diretora de Compras.

**Contrato/Ct: Nº 178/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 178/2014 - PR 039/2014 - Processo 147/2014 - Contratado: NOVA ERA CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de colocação de granito polido e cubas, com fornecimento de peças, nos ambientes destinados as cozinhas, dispensas e lavanderias das unidades escolares da rede municipal de ensino de São José/SC. Valor Global: R\$154.920,00 - cento e cinquenta e quatro mil, novecentos e vinte reais. Prazo: O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 07 de agosto de 2014.

**Contrato/Ct: Nº 186/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 186/2014 - PE 057/2014 - Processo 157/2014 - Contratado: ELISVÂNDIA MATOS DONINI - ME (ITEM 11). Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais de consumo para atender os centros de educação infantil da rede municipal de São José, através do programa Brasil Carinhoso. Valor: R\$78.260,00 - setenta e oito mil, duzentos e sessenta reais. Prazo: O prazo de vigência deste termo será de 06 (seis) meses, contados a partir de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 19 de agosto de 2014.

**Contrato/Ct: Nº 187/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 187/2014 - PE 057/2014 - Processo 157/2014 - Contratado: RIGEL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (ITEM 05). Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais de consumo para atender os centros de educação infantil da rede municipal de São José, através do programa Brasil Carinhoso. Valor: R\$8.825,50 - oito mil, oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos. Prazo: O prazo de vigência deste termo será de 06 (seis) meses, contados a partir de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 19 de agosto de 2014.

**Contrato/Ct: Nº 184/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 184/2014 - PE 057/2014 - Processo 157/2014 - Contratado: RACINE COMERCIAL LTDA EPP (ITENS 08, 09 e 10). Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais de consumo para atender os centros de educação infantil da rede municipal de São José, através do programa Brasil Carinhoso. Valor: R\$112.797,33 - cento e doze mil, setecentos e noventa e sete reais e trinta e três centavos. Prazo: O prazo de vigência deste termo será de 06 (seis) meses, contados a partir de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 19 de agosto de 2014.

**Contrato/Ct: Nº 185/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 185/2014 - PE 057/2014 - Processo 157/2014 - Contratado: AÇORES DISTRIBUIDORA LTDA - ME (ITENS 01 ao 04, 06 e 07). Objeto: Contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais de consumo para atender os centros de educação infantil da rede municipal de São José, através do programa Brasil Carinhoso. Valor: R\$254.480,75 - duzentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais e setenta e cinco centavos. Prazo: O prazo de vigência deste termo será de 06 (seis) meses, contados a partir de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 19 de agosto de 2014.

**Resultado do Pregão Presencial Nº 048/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2014 - Processo nº 169/2014. Fornecedor: SANTOMAQ SERVIÇOS, PEÇAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de um trator e implementos destinados ao programa patrulha agrícola realizado pela fundação do meio ambiente do Município de São José/SC. Valor Total: R\$155.000,00 - cento e cinquenta e cinco mil reais. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

**Resultado do Pregão Eletrônico Nº 017/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2014 - Processo nº 044/2014. Fornecedores: CIRURGICA JAW COM. MAT. MED. HOSP. LTDA; OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA; DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA; CIAMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS LTDA; PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA - EPP; PRODUTOS VALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; MAXIPACK - IND. E COM. DE PROD. DESCARTAVEIS LTDA; e LIFE SUL PRODUTOS PROFISIONAIS LTDA. Objeto: Registro de preços para a contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais de consumo e de distribuição gratuita de enfermagem para as unidades básicas de saúde, policlínica, SAMU, PA'S, programa DST/AIDS, saúde da mulher, saúde do idoso, acamados e VIEP da Secretaria de Saúde do Município de São José/SC. Valor Total: R\$613.595,26 - seiscentos e treze mil, quinhentos e noventa e cinco reais e vinte e seis centavos. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

**TP 016/2014 - Comunicado**

COMUNICADO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 180/2014 - TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO DO CEM SANTA TEREZINHA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Secretaria de Administração, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, leva ao conhecimento dos licitantes e demais interessados que, fica SUSPENSO SINE DIE o certame em epígrafe, conforme memorando nº 1.867/2014 encaminhado pela Secretaria de Educação.

Maiores informações, na Comissão Permanente de Licitações, sito à Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, 3º andar, Praia Comprida, São José/SC - Fone: 3381-0100, das 13 às 18 horas.

São José, 11 de setembro de 2014.

Carlos Schmidt  
Presidente da CPL

**Termo de Convênio Nº 42/2014**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 42/2014.

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI.

OBJETO: O Presente Convênio consiste na cooperação técnica-financeira entre o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ e a SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI, visando à elevação da escolaridade básica para os jovens e adultos da Rede Municipal de Ensino de São José/SC, por meio de serviços educacionais prestados pelo SESI, na educação Jovens e Adultos nos cursos de ensino fundamental - II etapa (6º a 9º série/fase) e no Ensino Médio.

VIGÊNCIA: data da assinatura até 31/12/2014.

LOCAL E DATA: São José (SC), 08 de agosto de 2014.

SIGNATÁRIOS: Adeliara Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Fabrizio Machado Pereira

**Termo de Rescisão do Convênio Nº 116/Pmsj/Sas/FMAS/2013**

TERMO DE RESCISÃO DO CONVÊNIO Nº 116/PMSJ/SAS/FMAS/2013. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e o Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima. OBJETO: Rescisão do Convênio nº 116/PMSJ/SAS/FMAS/2013, o qual tem por objeto a de acolhimento institucional, provisório e excepcional, para adolescentes do sexo masculino, celebrado em observância à Resolução nº 080/2013, do Conselho Municipal de Assistência Social. LOCAL E DATA: São José, SC, 29 de agosto de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliara Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José e Luiz Carlos Barcelos Filho, pelo Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima.

**Portaria No 002, de 08 de Setembro de 2014**

portaria no 002, de 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a cessão de servidora que específica.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Que a servidora Srª MARELI INES SEGAT, matrícula nº 22.900, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no cargo de Agente de Serviços Gerais, está cedida à Secretaria Municipal de Administração, a partir de 17/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de junho de 2014.

Art. 3º Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José, 08 de setembro de 2014.

Lédio Coelho

Secretário de Municipal Interino de Assistência Social

**Portaria No 003, de 08 de Setembro de 2014**

portaria no 003, de 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a cessão de servidora que específica.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Que a servidora Srª LUCIANA PEREIRA DA SILVA, matrícula nº 22.995, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no cargo de Assistente Social, está cedida à Secretaria Municipal de Administração, a partir de 04/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de setembro de 2014.

Art. 3º Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José, 08 de setembro de 2014.

Lédio Coelho

Secretário de Municipal Interino de Assistência Social

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Ata da Quinquagésima Quarta Sessão Ordinária, do Segundo Período Legislativo, da Décima Oitava Legislatura, da Câmara Municipal de São José, Santa Catarina.**

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA, DO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, SANTA CATARINA. Presidente: Sanderson Almeci de Jesus.

1º Secretário Telmo Pedro Vieira - PSDB

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, às dezessete horas, na sede do Poder Legislativo, reuniram-se os Vereadores da Câmara Municipal de São José, sob a Presidência do Titular. Dando início aos trabalhos o Senhor Presidente convidou o Vereador Adriano de Brito - PR, e a Vereadora Marilene Maura Vieira Damian - PMDB, para ocuparem, ad-hoc a Primeira e a Segunda Secretarias, respectivamente. Pelo livro de Registro foi constatada a ausência do Vereador Telmo Pedro Vieira - PSDB e a presença dos demais Senhores Edis. Dando por abertos os trabalhos, o Senhor Presidente, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, que proferisse a leitura da Ata da 53ª Sessão Ordinária, que posta em votação, foi aprovada por unanimidade, sem restrições. A seguir foi lida a relação das matérias da presente Sessão, e em continuidade, foi declarada livre a palavra no Expediente. Ocupou a tribuna o Vereador Amauri Valdemar da Silva - PMDB, que lamentou a forma como a Comissão de Justiça e Redação desta Casa arquiva um Projeto de Lei sem que o Vereador autor seja comunicado. Disse que pela segunda vez, um projeto de Lei de sua autoria foi arquivado. Disse que deveria ser alterado o Regimento Interno, pois a Comissão de Justiça e Redação arquiva os projetos de forma arbitrária, pois em alguns casos, projetos de denominação de ruas são aprovados, sem a devida instrução. Disse que desta vez fará um manifesto com o nome dos Vereadores que votaram contrário ao projeto e divulgar para todos os moradores da rua e, se for o caso ingressar com ação no Ministério Público. Continuando o orador comentou que a Prefeitura publicou em seu site, que a Policlínica de Barreiros seria entregue em abril deste ano, pois só faltava o Alvará Sanitário, que a Prefeitura exigiu que fosse dado pela Vigilância Sanitária do Estado. Disse o orador que



com suas ações, a Prefeita dá a entender que não quer inaugurar a Policlínica, pois protocolou pedido de avaliação da Policlínica no Tribunal de Contas, que não tem como função fazer este tipo de análise. Disse que a Prefeita Adeliana deve ter coragem e falar o que realmente quer e não ficar enganando o povo com ações protelatórias. Continuando o orador relatou que a Prefeita publicou no site da prefeitura, sua visita à obra da Alça de Contorno da BR 101, lamentou que não há entre os secretários municipais um engenheiro ou arquiteto, na SUSP, na Secretaria de Infraestrutura ou de Planejamento. Continuando o orador lamentou que a Prefeitura tenha trazido um Arquiteto americano para dizer que as áreas públicas tem que ser urbanizadas, o que é evidente. Disse falta agora é fazerem um concurso para internacional para urbanização das áreas públicas do Município. Finalizando o orador disse que irá falar na próxima semana sobre as entidades sem fins lucrativos pequenas, que vem recebendo verbas vultosas da prefeitura. Não havendo mais oradores inscritos, passou-se à Ordem do dia. Em Redação Final, foi aprovado por nove votos favoráveis o Parecer de Redação Final da Comissão de Constituição, Justiça e Redação favorável ao Projeto de Lei n.º 075/2014, do Vereador Neri Osvaldo do Amaral, que dispõe sobre a criação do Banco de Oferta e Demanda de Serviços Voluntários (BOD e SV), no Município de São José. Em Discussão Única foram deliberadas as seguintes matérias, como segue: 1) aprovado por dez votos favoráveis o pedido de retirada de pauta feito pelo vereador Amauri Valdemar da Silva, ao Requerimento nº 48/2014 do Vereador Telmo Pedro Vieira, para que seja encaminhado expediente à 6ª Vara da Justiça Federal - Florianópolis, solicitando informações sobre a audiência pública realizada no dia 22/08/2014 (vinculada ao processo nº 2007.72.00.00.4099-0), no Centro de Atenção à Terceira Idade (CATI), promovida pela Justiça Federal. 2) aprovado por seis votos favoráveis e três votos contrários o Requerimento nº 49/2014 do Vereador Amauri Valdemar da Silva, que solicita ao Secretário da Administração do município, que encaminhe a esta Casa Legislativa, cópia de TODOS os Processos Administrativos que deram origem ao Contrato com a Empresa VEG Locadora de Veículos Ltda credora deste município, e documentação comprobatória referente a todos os pagamentos em forma de Nota Fiscal, Ordem de Serviço e Depósito. 2) Rejeitado por seis votos contrários e quatro votos favoráveis, Requerimento nº 50/2014 do Vereador Amauri Valdemar da Silva, ao Secretário da Administração, para que este encaminhe a esta Casa Legislativa, cópia de TODOS os Processos Administrativos que deram origem ao Contrato com a Empresa EUROBAC Serviços Ambientais Ltda ME credora deste município, e documentação comprobatória referente a todos os pagamentos em forma de Nota Fiscal, Ordem de Serviço e Depósito. 2) Aprovado por nove votos favoráveis, o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social e Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei n.º 113/2014, do Vereador Wallace Avanir de Souza, que declara de utilidade pública o Clube Atlético Galo São José. Não havendo mais matérias a serem deliberadas, passou-se às Explicações Pessoais. Ocupou a tribuna o Vereador Adriano de Brito -PR, dizendo que na última Segunda Feira foi comemorado o Dia do Profissional de Educação Física. Lembrou que foi aprovada nesta Casa, lei que institui a Primeira Semana de setembro como a semana do Profissional de Educação Física. Continuou dizendo que ontem foi realizada Sessão Solene comemorativa à estes profissionais, onde foi homenageada a Professora Alzira Rosa, e o Professor Marino Tessari, que são personagens indispensáveis nas conquistas destes profissionais em São José. Disse que hoje estamos lutando para a criação do Conselho Municipal de Educação Física e para isto, a Prefeita nomeou uma comissão para elaborar a proposta de Lei, e posteriormente ser criado o Sistema Municipal de Esportes. Disse que a expectativa é que no ano que vem tenhamos o processo concluído e o Conselho atuando. Continuando o orador disse ter vindo várias vezes a tribuna desta Casa, para tratar do trânsito da Rua Koesa. Disse que a prefeitura está apresentando a Proposta de redução da Pista de Rolamento e o

alargamento das calçadas e colocação de bancos e criação de um espaço de lazer. Comentou o orador que hoje será realizada Audiência Pública, o que é um descaso para com os vereadores, que sequer foram convidados a amanhã irão ouvir os reclames da comunidade. Em aparte o Vereador Neri Osvaldo do Amaral -PMDB, disse que para a implantação deste projeto tem que ser feito um projeto de lei, que deverá ser aprovado nesta Casa. Disse que não irá participar de reunião para a qual não foi convidado. Finalizando seu pronunciamento o Vereador Adriano de Brito disse que na reunião será avaliada a proposta e ouvidas sugestões. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Sanderson Almeici de Jesus -PMDB, dizendo que os vereadores estão constantemente nas redes sociais respondendo às cobranças de comunidade, por isto faz política, para somar e atender à comunidade. Continuando o orador comentou o drama vivido por algumas famílias, que tiveram que abandonar suas casas que sofreu avarias estruturais ocasionadas pela execução de obra por parte da Prefeitura. Disse que o município tem que ser responsável e proporcionar segurança às famílias atingidas em condições iguais àquelas em que viviam, não se limitando apenas ao pagamento de aluguel social e sim proporcionando a condição de vida e de trabalho que estas famílias tinham anteriormente. Disse que a situação cria um trauma em toda a família que tem que abandonar suas casas e também a sede de sua empresa. Disse ainda que a Lei que institui o Aluguel Social deve ser alterada, pois trata de forma diferenciada as pessoas de classes diferentes, por isto irá apresentar Projeto de Lei neste sentido. Não havendo mais oradores a fazerem uso da palavra o Senhor Presidente encerrou em nome de Deus a presente Sessão, convocando a todos para uma próxima, Ordinária, quarta-feira às dezessete horas.

São José (SC), 03 de setembro de 2014.

SANDERSON ALMEICI DE JESUS  
Presidente

GERALDO SWIECH  
Vice-Presidente

ADRIANO DE BRITO  
Primeiro Secretário Ad-Hoc

MARILENE MAURA VIEIRA DAMIAN  
Segundo Secretário Ad-Hoc

### **Ata da Quinquagésima Quarta Sessão Ordinária, do Segundo Período Legislativo, da Décima Oitava Legislatura, da Câmara Municipal de São José, Santa Catarina.**

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA, DO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, SANTA CATARINA.

Presidente: Sanderson Almeici de Jesus.

1º Secretário Telmo Pedro Vieira - PSDB

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, às dezessete horas, na sede do Poder Legislativo, reuniram-se os Vereadores da Câmara Municipal de São José, sob a Presidência do Titular. Dando início aos trabalhos o Senhor Presidente convidou o Telmo Pedro Vieira - PSDB, e a Vereadora Marilene Maura Vieira Damian - PMDB, para ocuparem, ad-hoc a Primeira e a Segunda Secretarias, respectivamente. Pelo livro de Registro foi constatada a ausência do Vereador Telmo Pedro Vieira - PSDB e a presença dos demais Senhores Edis. Dando por abertos os trabalhos, o Senhor Presidente, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, que proferisse a leitura da Ata da 53ª Sessão Ordinária, que posta em votação, foi aprovada por unanimidade, sem restrições. A seguir foi lida a relação das matérias da presente Sessão, e em continuidade, foi declarada livre a palavra no Expediente. Ocupou a tribuna o Vereador Amauri Valdemar da Silva - PMDB, que lamentou a forma como a Comissão de Justiça e Redação desta Casa

arquiva um Projeto de Lei sem que o Vereador autor seja comunicado. Disse que pela segunda vez, um projeto de Lei de sua autoria foi arquivado. Disse que deveria ser alterado o Regimento Interno, pois a Comissão de Justiça e Redação arquiva os projetos de forma arbitrária, pois em alguns casos, projetos de denominação de ruas são aprovados, sem a devida instrução. Disse que desta vez fará um manifesto com o nome dos Vereadores que votaram contrário ao projeto e divulgar para todos os moradores da rua e, se for o caso ingressar com ação no Ministério Público. Continuando o orador comentou que a Prefeitura publicou em seu site, que a Policlínica de Barreiros seria entregue em abril deste ano, pois só faltava o Alvará Sanitário, que a Prefeitura exigiu que fosse dado pela Vigilância Sanitária do Estado. Disse o orador que com suas ações, a Prefeita dá a entender que não quer inaugurar a Policlínica, pois protocolou pedido de avaliação da Policlínica no Tribunal de Contas, que não tem como função fazer este tipo de análise. Disse que a Prefeita Adeliana deve ter coragem e falar o que realmente quer e não ficar enganando o povo com ações protelatórias. Continuando o orador relatou que a Prefeita publicou no site da prefeitura, sua visita à obra da Alça de Contorno da BR 101, lamentou que não há entre os secretários municipais um engenheiro ou arquiteto, na SUSP, na Secretaria de Infraestrutura ou de Planejamento. Continuando o orador lamentou que a Prefeitura tenha trazido um Arquiteto americano para dizer que as áreas públicas tem que ser urbanizadas, o que é evidente. Disse falta agora é fazerem um concurso para internacional para urbanização das áreas públicas do Município. Finalizando o orador disse que irá falar na próxima semana sobre as entidades sem fins lucrativos pequenas, que vem recebendo verbas vultosas da prefeitura. Não havendo mais oradores inscritos, passou-se à Ordem do dia. Em Redação Final, foi aprovado por nove votos favoráveis o Parecer de Redação Final da Comissão de Constituição, Justiça e Redação favorável ao Projeto de Lei nº 075/2014, do Vereador Neri Osvaldo do Amaral, que dispõe sobre a criação do Banco de Oferta e Demanda de Serviços Voluntários (BOD e SV), no Município de São José. Em Discussão Unica foram deliberadas as seguintes matérias, como segue: 1) aprovado por dez votos favoráveis o pedido de retirada de pauta feito pelo vereador Amauri Valdemar da Silva, ao Requerimento nº 48/2014 do Vereador Telmo Pedro Vieira, para que seja encaminhado expediente à 6ª Vara da Justiça Federal - Florianópolis, solicitando informações sobre a audiência pública realizada no dia 22/08/2014 (vinculada ao processo nº 2007.72.00.00.4099-0), no Centro de Atenção à Terceira Idade (CATI), promovida pela Justiça Federal. 2) aprovado por seis votos favoráveis e três votos contrários o Requerimento nº 49/2014 do Vereador Amauri Valdemar da Silva, que solicita ao Secretário da Administração do município, que encaminhe a esta Casa Legislativa, cópia de TODOS os Processos Administrativos que deram origem ao Contrato com a Empresa VEG Locadora de Veículos Ltda credora deste município, e documentação comprobatória referente a todos os pagamentos em forma de Nota Fiscal, Ordem de Serviço e Depósito. 2) Rejeitado por seis votos contrários e quatro votos favoráveis, Requerimento nº 50/2014 do Vereador Amauri Valdemar da Silva, ao Secretário da Administração, para que este encaminhe a esta Casa Legislativa, cópia de TODOS os Processos Administrativos que deram origem ao Contrato com a Empresa EUROBAC Serviços Ambientais Ltda ME credora deste município, e documentação comprobatória referente a todos os pagamentos em forma de Nota Fiscal, Ordem de Serviço e Depósito. 2) Aprovado por nove votos favoráveis, o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social e Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei nº 113/2014, do Vereador Wallace Avanir de Souza, que declara de utilidade pública o Clube Atlético Galo São José. Não havendo mais matérias a serem deliberadas, passou-se às Explicações Pessoais. Ocupou a tribuna o Vereador Adriano de Brito -PR, dizendo que na última Segunda Feira foi comemorado o Dia do Profissional de Educação Física. Lembrou que foi aprovada nesta Casa, lei que institui a Primeira Semana de setembro como

a semana do Profissional de Educação Física. Continuou dizendo que ontem foi realizada Sessão Solene comemorativa à estes profissionais, onde foi homenageada a Professora Alzira Rosa, e o Professor Marino Tessari, que são personagens indispensáveis nas conquistas destes profissionais em São José. Disse que hoje estamos lutando para a criação do Conselho Municipal de Educação Física e para isto, a Prefeita nomeou uma comissão para elaborar a proposta de Lei, e posteriormente ser criado o Sistema Municipal de Esportes. Disse que a expectativa é que no ano que vem tenhamos o processo concluído e o Conselho atuando. Continuando o orador disse ter vindo várias vezes a tribuna desta Casa, para tratar do trânsito da Rua Koesa. Disse que a prefeitura está apresentando a Proposta de redução da Pista de Rolamento e o alargamento das calçadas e colocação de bancos e criação de um espaço de lazer. Comentou o orador que hoje será realizada Audiência Pública, o que é um descaso para com os vereadores, que sequer foram convidados a amanhã irão ouvir os reclames da comunidade. Em aparte o Vereador Neri Osvaldo do Amaral -PMDB, disse que para a implantação deste projeto tem que ser feito um projeto de lei, que deverá ser aprovado nesta Casa. Disse que não irá participar de reunião para a qual não foi convidado. Finalizando seu pronunciamento o Vereador Adriano de Brito disse que na reunião será avaliada a proposta e ouvidas sugestões. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Sanderson Almeci de Jesus -PMDB, dizendo que os vereadores estão constantemente nas redes sociais respondendo às cobranças de comunidade, por isto faz política, para somar e atender à comunidade. Continuando o orador comentou o drama vivido por algumas famílias, que tiveram que abandonar suas casas que sofreu avarias estruturais ocasionadas pela execução de obra por parte da Prefeitura. Disse que o município tem que ser responsável e proporcionar segurança às famílias atingidas em condições iguais àquelas em que viviam, não se limitando apenas ao pagamento de aluguel social e sim proporcionando a condição de vida e de trabalho que estas famílias tinham anteriormente. Disse que a situação cria um trauma em toda a família que tem que abandonar suas casas e também a sede de sua empresa. Disse ainda que a Lei que institui o Aluguel Social deve ser alterada, pois trata de forma diferenciada as pessoas de classes diferentes, por isto irá apresentar Projeto de Lei neste sentido. Não havendo mais oradores a fazerem uso da palavra o Senhor Presidente encerrou em nome de Deus a presente Sessão, convocando a todos para uma próxima, Ordinária, quarta feira às dezessete horas.

São José (SC), 03 de setembro de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS  
Presidente

GERALDO SWIECH  
Vice-Presidente

ADRIANO DE BRITO  
Primeiro Secretário Ad-Hoc

MARILENE MAURA VIEIRA DAMIAN  
Segundo Secretário Ad-Hoc

### **Ata da Quinquagésima Quinta Sessão Ordinária, do Segundo Período Legislativo, da Décima Oitava Legislatura, da Câmara Municipal de São José, Santa Catarina.**

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA, DO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO, DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, SANTA CATARINA.

Presidente: Sanderson Almeci de Jesus.

1º Secretário Telmo Pedro Vieira - PSDB

Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, às dezessete horas, na sede do Poder Legislativo, reuniram-se os Vereadores da Câmara Municipal de São José, sob a Presidência do



Titular . Dando início aos trabalhos o Senhor Presidente convidou o Telmo Pedro Vieira - PSDB, e a Vereadora Marilene Maura Vieira Damian - PMDB, para ocuparem, ad-hoc a Primeira e a Segunda Secretarias, respectivamente. Pelo livro de Registro foi constatada a ausência dos Vereadores Adriano de Brito - PR Neri Osvaldo do Amaral, e a presença dos demais Senhores Edis. Dando por abertos os trabalhos, o Senhor Presidente, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, que proferisse a leitura da Ata da 54ª Sessão Ordinária, que posta em votação, foi aprovada por unanimidade, sem restrições. A seguir foi lida a relação das matérias da presente Sessão, e em continuidade, foi declarada livre a palavra no Expediente. Ocupou a tribuna o Vereador Orvino Coelho de Ávila - PSD, dizendo ser a segunda vez que recebe críticas, a seu ver desnecessárias, por procedimentos na Comissão de Justiça e Redação desta Casa. Disse que o Procedimento nos processos de aprovação de denominação de ruas é sempre o mesmo e que nos casos em que a rua não tem cadastro e numeração de logradouro ou está localizada em loteamento não legalizado, o projeto é arquivado. Disse que nunca votou contrário a projeto de denominação de rua que for bem instruído. Disse que o Regimento Interno é claro que o projeto que tiver parecer contrário de todas as comissões é arquivado e, que o Vereador Amauri tem toda a liberdade de levar o caso ao Ministério Público, se entender que algum processo tenha tramitado sem atender ao rito e às exigências. Em aparte o Vereador Amauri disse que sua reclamação é contra a Comissão de Justiça e não contra um de seus membros. Disse que a rua ao Lado da Prefeitura não faz parte do cadastro imobiliário do município e mesmo assim foi denominada. Lembrou que antes o Cadastro Imobiliário não era consultado e mesmo assim as ruas eram denominadas. Retomando a palavra o Vereador Orvino comentou sobre a obra de revitalização da Avenida Beira Mar que está muito bonita, dando segurança e tranquilidade às pessoas que ali fazem sua caminhada. Ressaltou a nova iluminação a pavimentação e os decks de parada, que formam um conjunto harmonioso, que deveria ser visitado por todos. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Telmo Pedro Vieira - PSDB, dizendo que na semana passada foi divulgado o INDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que é composto de dois dados, a taxa de aprovação e o resultado da Prova Brasil. Disse que o processo esquece um dado importante que são as séries finais, quando há um grande número de evasão e reprovação e mostram que apenas colocar a criança na escola não resolvem pois muitas reprovam e chegam a universidade sem as mínimas condições. Disse que pesquisas revelaram que trinta e oito por cento das pessoas chegam à universidade sem saber escrever. Disse que a educação hoje ocorre de maneira diferenciada, pois as crianças, desde muito cedo recebem uma quantidade muito grande de informações através da mídia eletrônica, sem fazer uma leitura crítica desta matéria. Disse ser necessário investir na questão macro como a formação de professores e a reavaliação de cursos que não formam profissionais habilitados para o magistério; a valorização do magistério como um todo e o uso de novas tecnologias que motivem os alunos. Ressaltou que o índice mostra que estamos investindo errado. No caso de São José, precisamos recuperar o espaço perdido, investindo em formação continuada dos professores, se quisermos uma educação emancipatória em que o aluno não seja transformado em um analfabeto funcional. Não havendo mais oradores inscritos, passou-se à Ordem do Dia. Em Discussão Única, foram deliberadas as seguintes matérias, como segue: 1) Retirado de Pauta pelo Autor, do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, ao Projeto de Lei n.º 031/2014, do Vereador Amauri Valdemar da Silva, que denomina de rua Jair Coan, via pública localizada no Parque Residencial Manoel Melo, Bairro Forquilha, neste Município. 2) Retirado de Pauta pelo autor o Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, ao Projeto de Lei n.º 032/2014, do Vereador Amauri Valdemar da Silva, que denomina de rua Márcio Henrique de Souza, via pública localizada no Parque Residencial Manoel Melo, Bairro Forquilha, neste Município. 3) Aprovado por oito votos favoráveis Parecer Conjunto da Comissão

de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social e Defesa do Consumidor, favorável ao Projeto de Lei n.º 099/2014, do Vereador Moacir da Silva, que declara de utilidade pública a Organização Não Governamental FÜR GOTT ARBEIT - FGA. 4) Aprovado por oito votos favoráveis o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social e Defesa do Consumidor, ao Projeto de Lei n.º 111/2014, do Vereador Orvino Coelho de Ávila, que declara de utilidade o Centro de Atletas Craques de Bola e Craques da Escola do Bairro Ipiranga - CFACBE Força Jovem. Em Primeira Discussão, foi aprovado por sete votos favoráveis o Parecer Conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Educação e Cultura, Saúde e Assistência Social e Defesa do Consumidor, favorável ao Projeto de Lei n.º 051/2014, do Vereador Geraldo Swiech, que dispõe sobre a regulamentação e aplicação de multa sobre a proibição de vender e comercializar armas de brinquedo no Município de São José e dá outras providências. Não havendo mais matérias a serem deliberadas, passou-se às Explicações Pessoais. Ocupou a tribuna o Vereador Orvino Coelho de Ávila - PSD, dizendo que no início deste ano os vereadores foram convidados para uma reunião onde foi apresentado o projeto do Centro de Distribuição da Renner. Disse que na oportunidade entendeu que o projeto seria interessante para a cidade pois traria impostos e geraria empregos. Ressaltou que a empresa comprou o terreno para a instalação do CD, e a prefeitura apenas concedeu alguns incentivos. Disse que esta lei ira beneficia a Renner e o Hospital da UNIMED, e que estas empresas já estão em fase de conclusão da implantação, e são empreendimentos de primeiro mundo que merecem ser visitadas. Finalizou ressaltando a importância de atrairmos empresas que movimentem a economia da cidade, e demonstrem capacidade de atingir seus objetivos em curto prazo. Ocupou a seguir a tribuna o Vereador Sanderson Almeici de Jesus - PMDB, dizendo que as críticas são importantes desde que tenham fundamento e sugeriu que os vereadores acessem o Blog Pensar São José, que traz sugestões que no primeiro momento parecem corretas, sobre como as pessoas devem votar e o cuidado que devem ter para escolher seus candidatos. Tudo seria de grande valia, se ao final o blog não sugerisse dois candidatos, revelando a verdadeira intenção do discurso. Continuando o orador comentou que o Tribunal de Contas considerou improcedente as considerações do Observatório Social, sobre os servidores da Câmara de São José. Continuou dizendo que sobre a licitação o processo ocorre rigorosamente em conformidade com a Lei, tendo a Câmara um Pregoeiro Oficial e um Presidente da Comissão de Licitação que devem responder inicialmente a todos os questionamentos. Por não buscar a informação correta, o Observatório Social teve novamente julgado improcedente o questionamento feito ao Ministério Público do Trabalho, sobre os servidores da Câmara, ficando claro que a câmara tem cem servidores e não trezentos e noventa e quatro alegados por aquela entidade. Continuou dizendo que todos os cargos da Câmara foram aprovados em lei e que não há irregularidades e que a Câmara de São José não poderia aumentar em cento e dois por cento o número de cargos efetivos como fez a Câmara de Blumenau, para equiparação dos cargos. Disse que a Mesa desta Casa pensou em resolver a situação sem aumentar cargos, pensando no ordenamento jurídico. Lamentou que estas demandas tenham atrasado os processos semeando dúvidas sobre sua realização, quando foram feitos sobre a luz da legalidade. Não havendo mais oradores a fazerem uso da palavra o Senhor Presidente encerrou em nome de Deus a presente Sessão, convocando a todos para uma próxima, Ordinária, quarta feira às dezessete horas.

São José (SC), 08 de setembro de 2014.

SANDERSON ALMEICI DE JESUS  
Presidente

GERALDO SWIECH  
Vice-Presidente

TELMO PEDRO VIEIRA  
Primeiro Secretário Ad-Hoc

MARILENE MAURA VIEIRA DAMIAN  
Segundo Secretário Ad-Hoc

**Termo de Revogação de Licitação Processo Administrativo N.º 024/2013 Pregão Presencial Nº 008/2013**

TERMO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO  
Processo Administrativo n.º 024/2013  
Pregão Presencial nº 008/2013

Considerando, as readequações quantitativas e qualitativas dos servidores de rede instalados na CMSJ;

Considerando a celebração do Contrato n.º 010/2013 com o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina - CIASC, para os serviços de implementação de solução de hospedagem de servidores virtuais e Data Center da CMSJ, bem como serviços que compreendem gerenciamento, backup e monitoramento, dentro outros;

Considerando que essa nova realidade na área da tecnologia da informação, consequentemente, surtiu reflexos sobre o Pregão Presencial n.º 08/2013, suprimindo a necessidade de prestação de alguns serviços;

Considerando ainda o atendimento de interesse público, a conveniência e oportunidade administrativa, fundamentadas no art. 49 da Lei Federal 8666/93 c/c art. 9º da Lei Federal 10.520/02, e na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, bem como pela previsão do item 18.1 do Capítulo das "Disposições Gerais" do edital;

Considerando o cumprimento efetivo dos princípios da economicidade, eficiência e isonomia, de forma a atender a preservação do interesse público em todos os Atos adotados por esta Administração;

A Câmara Municipal de São José REVOGA o Pregão Presencial n.º 008/2013 - Processo Administrativo n.º 024/2013, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte técnico em Administração de Redes e Administração de Servidores Windows e Linux da Câmara Municipal de São José/SC.

São José(SC), 10 de setembro de 2014.  
VALMOR JOSÉ HEBERLE  
Diretor Administrativo

De acordo:  
Publique-se e dê ciência às licitantes.

SANDERSON ALMECI DE JESUS  
Presidente da CMSJ

## São José do Cedro

### PREFEITURA

**Extrato Pregão Presencial N.24/2014**

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº24/2014

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 24/2014, Edital de Pregão Nº 24/2014, Objeto: Aquisição de mobiliários em geral e equipamentos diversos, que serão adquiridos pelo município e repassados para a Associação Beneficente Hospitalar de Cedro. Recursos Oriundos do Convênio N.2014TR002729/2014, celebrado com o Governo Estadual de Santa Catarina. Recebimento das propostas até às 14:00 horas do dia 26/09/2014. Abertura dos envelopes às 08:00 horas do dia 29/09/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30.

São José do Cedro.  
Fernando Julio Will  
Responsável pelo FMS.

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### Extrato do Contrato Nº 203/2014, de 10 de Setembro de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 203/2014, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Origem: Processo Licitatório nº 116/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 008/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Pandini Construções e Incorporações Ltda, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE MÃO DE OBRA, PARA CONSTRUÇÃO DE CABECEIRA DE PONTES EM CONCRETO ARMADO À SEREM EXECUTADAS SOBRE O RIO GUAPORÉ E RIO LIMOEIRO LOCALIZADOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 108.671,89 (cento e oito mil, seiscentos e setenta e um reais e oitenta e nove centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos respectivos boletins de medições, de acordo com a ordem cronológica prevista no Decreto nº 4.794, de 28 de janeiro 2014.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Rubrica orçamentária: D - 216/2014 - 10.01.20.606.4507.2.025 .4.4.90.00.00.00.00.03.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural.

Data de Assinatura: 10/09/2014.

Vigência: de 10/09/2014 a 08/01/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

#### Audiência Pública de Avaliação das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre, Alterações No Ppa 2014/2017 E Apresentação E Avaliação da Ldo E Loa Para O Exercício de 2015.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2014

O Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal e inciso XXXVII do art. 55 da Lei Orgânica Municipal CONVOCA os integrantes da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Poder Legislativo do Município e convida a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado: o cumprimento das metas fiscais relativas ao SEGUNDO QUADRIMESTRE do exercício de 2014; as alterações no Plano Plurianual - PPA 2014/2017; as metas e objetivos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2015; e a previsão da receita e fixação das despesas, em seus programas e ações na Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2015. A Audiência será realizada no dia 23 de setembro de 2014, às 09:00 horas, tendo como local o Auditório da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Duque de Caxias, nº 789, centro, na cidade de São Lourenço do Oeste - SC.

São Lourenço do Oeste SC, 11 de setembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

## São Pedro de Alcântara

### PREFEITURA

#### Portaria N.º 368/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 368/2014

Admite em Caráter Temporário ADRIANA CARDOSO SILVA para o cargo de Professora II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ADRIANA CARDOSO SILVA para o cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 073/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de setembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

#### Contrato N.º 073/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 073/2014

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado Senhora ADRIANA CARDOSO SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 645.847.479-20, residente e domiciliada a Rua Luiz Fagundes, nº 1214 - Picadas do Sul - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal

n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que aqueles for de direito.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 11/09/2014, findando no dia do término da licença para tratamento de saúde da servidora titular Scheila Cristina Schmitz, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

#### CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de setembro de 2014.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

ADRIANA CARDOSO SILVA

CONTRATADA

Testemunhas:



**Decreto Nº 134/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
DECRETO Nº 134/2014  
Anula e Suplementa Verbas no  
Orçamento Fiscal Vigente do  
Fundo Municipal de Saúde.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 902/2014.

## DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais ) na dotação abaixo identificada:

## 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.056 - Func. e Manut. Da Coordenadoria Da Saúde R\$ 70.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo anular no total de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais ) na dotação abaixo identificada:

## 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.055 - Func. e Manut. Do PSF R\$ 70.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 09 de setembro de 2014.  
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e

**Decreto Nº135/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br  
DECRETO Nº135/2014  
TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

## DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

07.01.15.452.10-2078- Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria de Serviços Públicos R\$ 5.500,00

## Anula:

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$5.500,00

## Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$5.500,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de agosto de 2014.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

# Schroeder

## PREFEITURA

**Decreto Nº 3.078/2014 de 11 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 3.078/2014 de 11 de setembro de 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - ADMINISTRAÇÃO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 14.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - ADMINISTRAÇÃO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 7.000,00

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 7.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 11 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Portaria Nº 5.710/2014, de 11 de Setembro de 2014.**

PORTARIA Nº 5.710/2014, de 11 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Valdecir Adams, do cargo comissionado de Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças, a partir

desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 11 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Portaria Nº 5.711/2014, de 11 de Setembro de 2014.**

PORTARIA Nº 5.711/2014, de 11 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, o Sr. Valdecir Adams, para exercer o cargo Comissionado de Assessor de Obras e Serviços Urbanos, percebendo o nível salarial nº 001 Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 11 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

RUDIBERT TANK

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Convocação Processo Seletivo Nº. 002/2014-ESF/NASF**

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2014-ESF/NASF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. ANDRE CRISTIANO DIAS, inscrito no CPF sob nº. 740.412.892-7, aprovado em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2014-ESF/NASF, para o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as



17:00h do dia 23 de setembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 11 de setembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla  
Secretário de Saúde e Assistência Social

### **Convocação Processo Seletivo Nº. 002/2014-ESF/NASF**

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2014-ESF/NASF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MILENA DE LIMA MACHADO, inscrita no CPF sob nº. 415.122.295-2, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2014-ESF/NASF, para o cargo de ENFERMEIRA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 23 de setembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 11 de setembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla  
Secretário de Saúde e Assistência Social

### **Termo Aditivo Nº. A41/2014 - PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A41/2014 - PMS  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 142/2014 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: METALURGICA TS INSDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.661.944/0001-85, estabelecida a Rua 1035 nº. 170, Bairro Três Rios do Sul, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.252-000.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 142/2014-PMS, celebrado em 08 de julho de 2014, Modalidade Tomada de Preço nº. 09/2014-PMS, Processo nº. 113/2014-PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, implementação e montagem de Passarela metálica medindo 64,00 metros X 2,00 metros, mais serviços preliminares e sinalização, passarela na Ponte do Rio Itapocuzinho na entrada principal do Município de Schroeder na Rua Jaraguá - bairro Centro Sul - divisa entre os Municípios de Schroeder e Jaraguá do Sul, de acordo com o programa de transferência 2014002888, Apoio ao sistema viário FUNDOSOCIAL 41094, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas. Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65 e seus dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, para aditivo no valor de R\$ 16.990,49 (dezesesseis mil, novecentos e noventa reais e quarenta e nove centavos), considerando a necessidade de se executar as cabeceiras de acesso a passarela, uma vez que o projeto inicial não contemplou este acesso e sendo indispensável a sua execução e utilização da mesma, conforme parecer em anexo do setor de engenharia.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, Cezar Santos de Jesus, CREA-SC 093789-5, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste alterada a cláusula quarta "do valor do contrato", no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 16.990,49 (dezesesseis mil, novecentos e noventa reais e quarenta e nove centavos), passando o valor total do contrato a ser de R\$ 231.690,49 (duzentos e trinta mil e seiscentos e noventa reais e quarenta e nove centavos).

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 142/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 11 de setembro de 2014.

CONTRATADA:  
METALURGICA TS INSDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS E ARTIGOS DE SERRALHERIA LTDA.  
Daise Maisen  
CPF nº 034.154.139-77

CONTRATANTE:  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_  
Nome: Daniela Samulescki  
CPF nº. 053.350.739-18

2ª \_\_\_\_\_  
Nome: Ivandra de Souza  
CPF nº. 047.563.299-00

### **Termo Aditivo Nº. A09/2014 - FMS**

TERMO ADITIVO Nº. A09/2014 - FMS  
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 155/2013-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: OMVS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Helmuth Gaedtke, nº. 105, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Osmair

Rogério Marquez, inscrito no CPF sob o nº. 936.754.109-00 e Carteira de Identidade nº. 2255353-SSP-SC.

Considerando o Contrato nº. 155/2013-FMS, celebrado em 19 de dezembro de 2013, decorrente Processo de Licitação nº. 94/2013-FMS, Tomada de Preço nº. 03/2013-FMS, para execução de edificação de Unidade de Básica de Saúde (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo 302,63m<sup>2</sup> de área, na Rua Cristiane Zerbin, Bairro Rio Hern no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65, I, b da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, frente de aditivo no valor de R\$ 7.265,23 (sete mil duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos), conforme parecer em anexo do setor de engenharia.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização dos Engenheiros Civil Cezar Santos de Jesus, CREA-SC 093789-5 da Administração Pública e aprovação dos mesmos.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste alterada a cláusula quarta "do valor do contrato", no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 7.265,23 (sete mil duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos), passando o valor total do contrato a ser de R\$ 440.514,53 (quatrocentos e quarenta mil quinhentos e quatorze reais e cinquenta e três centavos).

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 155/2013-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 11 de setembro de 2014.

CONTRATADA:

OMVS CONSTRUTORA LTDA.

Osmair Rogério Marquez

CPF nº. 936.754.109-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_  
Nome: Daniela Samulescki  
CPF nº. 053.350.739-18

2ª \_\_\_\_\_  
Nome: Ivandra de Souza  
CPF nº. 047.563.299-00

## Serra Alta

### PREFEITURA

#### Errata Nº 010/2014

ERRATA Nº. 010/2014 DO DECRETO Nº. 146/2014 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº. 146/2014 de 01/09/2014 - DECLARA BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS PARA O SERVIÇO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica retificado o Decreto Nº. 146/2014 de 01/09/2014, na forma e nas condições abaixo relacionadas, ONDE SE LEU:

- UM TRATOR VALTRA 785 4X4, COR AMARELA, ANO 1999, DIESEL, EQUIPADO COM CONCHA DIANTEIRA MARCA STARA, PATRIMÔNIO 996.

. LEIA-SE:

- UM TRATOR VALTRA 785 4X4, COR AMARELA, ANO 1999, DIESEL, PATRIMÔNIO 996.

- UMA CONCHA DE TRATOR DIANTEIRA CAPACIDADE 0,5m<sup>3</sup>, 1.070KG, MARCA STARA SFIL, PATRIMÔNIO 995.

Art. 2º Todos os demais itens do Decreto nº. 146/2014 de 01/09/2014 ficam inalterados.

Art. 3º Esta Errata do Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

# Sombrio

## PREFEITURA

**Portaria Nº. 116/2014**

PORTARIA Nº 116 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais amparado pelo item VI, do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, de 06 de abril de 1990 e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

Considerando a decisão proferida no Processo Disciplinar 735/2014,

**RESOLVE:**

Demitir a servidora pública municipal Sra. Elizete Rocha de Souza Colares, Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, matrícula nº 5711, com carga horária de 30 horas semanais, com base no artigo 87, inciso VII, da Lei Municipal nº 1.414, de 20 de maio de 2003.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 10 de setembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Sec. Mun. de Finanças, Administração e Planejamento

Município de SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

R\$ 1,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>86.229.952,00</b>	<b>86.229.952,00</b>	<b>8.944.130,12</b>	<b>10,37</b>	<b>40.132.137,56</b>	<b>46,54</b>	<b>46.097.814,44</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>86.229.952,00</b>	<b>86.229.952,00</b>	<b>8.944.130,12</b>	<b>10,37</b>	<b>40.132.137,56</b>	<b>46,54</b>	<b>46.097.814,44</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>86.229.952,00</b>	<b>86.229.952,00</b>	<b>8.944.130,12</b>	<b>10,37</b>	<b>40.132.137,56</b>	<b>46,54</b>	<b>46.097.814,44</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	—	2.256.382,88	—	—	1.026.657,71	—	—
Superávit Financeiro	—	2.256.382,88	—	—	1.026.657,71	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>86.229.952,00</b>	<b>14.514.271,94</b>	<b>100.744.223,94</b>	<b>17.840.023,94</b>	<b>47.306.487,68</b>	<b>11.275.934,43</b>	<b>37.878.233,51</b>	<b>37,60</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>43.635.153,00</b>	<b>4.186.760,03</b>	<b>47.821.913,03</b>	<b>8.620.785,17</b>	<b>33.727.388,77</b>	<b>9.015.070,22</b>	<b>32.188.871,86</b>	<b>67,31</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.293.226,00	302.703,71	27.595.929,71	4.840.550,40	18.693.511,54	5.303.290,86	18.689.686,54	67,73
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	520.000,00	0,00	520.000,00	158.855,17	376.675,70	69.175,64	286.996,17	55,19
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.821.927,00	3.884.056,32	19.705.983,32	3.621.379,60	14.657.201,53	3.642.603,72	13.212.189,15	67,05

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>86.229.952,00</b>	<b>14.514.271,94</b>	<b>100.744.223,94</b>	<b>17.840.023,94</b>	<b>47.306.487,68</b>	<b>11.275.934,43</b>	<b>37.878.233,51</b>	<b>62.865.990,43</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>42.553.249,00</b>	<b>10.327.511,91</b>	<b>52.880.760,91</b>	<b>9.219.238,77</b>	<b>13.579.093,91</b>	<b>2.260.864,21</b>	<b>5.689.361,65</b>	<b>47.191.399,26</b>
INVESTIMENTOS	40.103.249,00	10.280.766,15	50.384.015,15	8.169.749,29	11.150.627,56	1.840.138,97	3.889.654,54	46.494.360,61
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.450.000,00	46.745,76	2.496.745,76	1.049.489,48	2.428.471,35	420.725,24	1.799.707,11	697.038,65
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	41.550,00	0,00	41.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.550,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>86.229.952,00</b>	<b>14.514.271,94</b>	<b>100.744.223,94</b>	<b>17.840.023,94</b>	<b>47.306.487,68</b>	<b>11.275.934,43</b>	<b>37.878.233,51</b>	<b>62.865.990,43</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>86.229.952,00</b>	<b>14.514.271,94</b>	<b>100.744.223,94</b>	<b>17.840.023,94</b>	<b>47.306.487,68</b>	<b>11.275.934,43</b>	<b>37.878.233,51</b>	<b>62.865.990,43</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.253.904,05</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>86.229.952,00</b>	<b>14.514.271,94</b>	<b>100.744.223,94</b>	<b>17.840.023,94</b>	<b>47.306.487,68</b>	<b>11.275.934,43</b>	<b>40.132.137,56</b>	<b>62.865.990,43</b>

FONTE:

SOMBRIO, 10/09/2014

ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

REGINALDO F. MENDES NETO  
Contador CRCSC 26509



RREO - 4º - Bim - 2014 - Anexo 2

Município de SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)			
							%	(b/a)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	86.229.952,00	100.744.223,94	17.840.023,94	47.306.487,68	11.275.934,43	37.878.233,51	100,00	37,60	62.865.990,43	
Legislativa	2.200.000,00	2.200.000,00	282.552,43	1.322.056,05	301.037,73	1.253.199,65	3,31	56,96	946.800,35	
Ação Legislativa	2.200.000,00	2.200.000,00	282.552,43	1.322.056,05	301.037,73	1.253.199,65	3,31	56,96	946.800,35	
Administração	3.387.136,00	3.942.136,00	495.209,42	2.952.510,41	620.582,08	2.788.033,36	7,36	70,72	1.154.102,64	
Administração Geral	2.267.566,00	2.712.566,00	355.291,45	1.981.807,43	386.127,38	1.835.905,33	4,85	67,68	876.660,67	
Administração Financeira	1.119.570,00	1.229.570,00	139.917,97	970.702,98	234.454,70	952.128,03	2,51	77,44	277.441,97	
Segurança Pública	415.666,00	687.487,68	70.057,70	269.138,82	70.744,50	268.778,82	0,71	39,10	418.708,86	
Policimento	287.677,00	485.405,04	37.172,24	136.161,57	37.220,24	135.801,57	0,36	27,98	349.603,47	
Defesa Civil	127.989,00	202.082,64	32.885,46	132.977,25	33.524,26	132.977,25	0,35	65,80	69.105,39	
Assistência Social	1.616.145,00	1.842.884,51	161.634,68	1.109.728,50	289.527,42	994.297,61	2,62	53,95	848.586,90	
Assistência ao Idoso	246.148,00	271.048,72	27.102,79	145.167,92	44.614,26	145.167,92	0,38	53,56	125.880,80	
Assistência ao Portador de Deficiência	80.200,80	80.200,80	0,00	75.371,40	12.561,90	43.966,65	0,12	54,82	36.234,15	
Assistência à Criança e ao Adolescente	506.640,00	586.878,17	49.785,47	367.683,37	89.684,92	312.053,39	0,82	53,17	274.824,78	
Assistência Comunitária	783.156,20	904.756,82	84.746,42	521.505,81	142.666,34	493.109,65	1,30	54,50	411.647,17	
Saude	11.275.258,00	13.763.838,51	1.990.850,60	7.927.017,53	1.779.069,87	7.377.247,09	19,48	53,60	6.386.591,42	
Atenção Básica	10.359.216,00	12.791.768,18	1.939.487,74	7.150.761,03	1.727.707,01	6.746.990,59	17,81	52,74	6.044.777,59	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	623.280,00	623.280,00	0,00	588.000,00	0,00	442.000,00	1,17	70,92	181.280,00	
Vigilância Sanitária	194.616,00	216.047,99	39.242,25	150.007,60	39.242,25	150.007,60	0,40	69,43	66.040,39	
Vigilância Epidemiológica	98.146,00	132.742,34	12.120,61	38.248,90	12.120,61	38.248,90	0,10	28,81	94.493,44	
Trabalho	51.000,00	51.000,00	0,00	8.688,00	1.448,00	5.068,00	0,01	9,94	45.932,00	
Empregabilidade	51.000,00	51.000,00	0,00	8.688,00	1.448,00	5.068,00	0,01	9,94	45.932,00	
Educação	26.226.735,00	30.832.075,22	6.381.516,62	17.584.854,69	4.846.265,74	14.733.065,71	38,90	47,78	16.099.009,51	
Formação de Recursos Humanos	336.000,00	336.000,00	130.988,93	255.428,01	130.988,93	255.428,01	0,67	76,02	80.571,99	
Alimentação e Nutrição	925.250,00	1.432.521,91	275.114,57	1.247.341,43	280.788,75	1.233.155,90	3,26	86,08	199.366,01	
Ensino Fundamental	18.824.091,00	23.097.464,35	5.134.569,97	12.078.627,39	3.284.794,97	9.393.264,78	24,80	40,67	13.704.199,57	
Ensino Superior	110.000,00	194.044,80	26.485,60	187.489,20	52.172,40	152.504,84	0,40	78,59	41.539,96	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Educação	86.229.952,00	100.744.223,94	17.840.023,94	47.306.487,68	11.275.934,43	37.878.233,51	100,00	37,60
Educação Infantil	26.226.735,00	30.832.075,22	6.381.516,62	17.584.854,69	4.846.265,74	14.733.065,71	38,90	47,78
Cultura	6.031.394,00	5.772.044,16	814.357,55	3.815.988,66	1.097.520,69	3.698.712,18	9,76	64,08
Difusão Cultural	1.060.250,00	1.458.040,00	700.419,01	1.049.500,18	603.725,12	892.901,18	2,36	61,24
Urbanismo	1.060.250,00	1.458.040,00	700.419,01	1.049.500,18	603.725,12	892.901,18	2,36	61,24
Infra-Estrutura Urbana	19.539.790,00	23.388.925,60	4.736.837,06	6.052.702,04	868.057,88	2.058.453,89	5,43	8,80
Serviços Urbanos	17.707.910,00	21.417.766,74	4.492.838,66	4.881.652,31	566.643,35	889.244,16	2,35	4,15
Controle Ambiental	992.186,00	1.047.226,36	120.794,01	585.551,12	178.210,14	583.711,12	1,54	55,74
Habituação	839.694,00	923.932,50	123.204,39	585.498,61	123.204,39	585.498,61	1,55	63,37
Habituação Urbana	112.000,00	254.820,90	7.250,00	208.667,57	3.982,33	161.750,04	0,43	63,48
Saneamento	112.000,00	254.820,90	7.250,00	208.667,57	3.982,33	161.750,04	0,43	63,48
Administração Geral	11.188.864,00	11.471.928,55	432.085,67	2.087.336,96	447.617,13	2.007.314,17	5,30	17,50
Saneamento Básico Urbano	648.000,00	85.113,73	85.113,73	312.950,62	87.637,63	306.741,56	0,81	47,34
Gestão Ambiental	10.540.864,00	10.823.928,55	346.971,94	1.774.386,34	359.979,50	1.700.572,61	4,49	15,71
Preservação e Conservação Ambiental	41.000,00	41.000,00	790,00	1.641,00	790,00	1.641,00	0,00	4,00
Agricultura	41.000,00	41.000,00	790,00	1.641,00	790,00	1.641,00	0,00	4,00
Extensão Rural	1.259.938,00	1.686.360,24	99.915,10	878.684,98	126.988,76	840.128,81	2,22	49,82
Transporte Rodoviário	959.938,00	1.386.360,24	99.915,10	878.684,98	126.988,76	840.128,81	2,22	60,60
Indústria	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	176.615,00	181.615,00	9.319,33	113.974,73	16.802,75	108.974,73	0,29	60,00
Promoção Industrial	170.615,00	175.615,00	9.319,33	113.974,73	16.802,75	108.974,73	0,29	62,05
Comércio e Serviços	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	83.525,00	61.000,00	270,00	5.110,00	1.070,00	3.110,00	0,01	5,10
Turismo	28.525,00	6.000,00	270,00	310,00	270,00	310,00	0,00	5,17
Transporte	55.000,00	55.000,00	0,00	4.800,00	800,00	2.800,00	0,01	5,09
Transporte Rodoviário	2.953.857,00	4.161.330,72	1.014.720,61	2.127.609,99	560.699,66	1.569.046,99	4,14	37,71
	2.953.857,00	4.161.330,72	1.014.720,61	2.127.609,99	560.699,66	1.569.046,99	4,14	37,71

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	86.229.952,00	100.744.223,94	17.840.023,94	47.306.487,68	11.275.934,43	37.878.233,51	100,00	37,60
Desporto e Lazer	1.027.835,00	1.100.696,25	207.942,11	567.347,08	185.708,07	493.747,08	1,30	44,86
Desporto Comunitário	1.027.835,00	1.100.696,25	207.942,11	567.347,08	185.708,07	493.747,08	1,30	44,86
Encargos Especiais	3.614.338,00	3.619.084,76	1.248.653,60	3.039.919,15	551.817,39	2.321.475,38	6,13	64,15
Serviço da Dívida Interna	2.970.000,00	2.970.000,00	1.208.344,65	2.805.147,05	489.900,88	2.086.703,28	5,51	70,26
Outros Encargos Especiais	644.338,00	649.084,76	40.308,95	234.772,10	61.916,51	234.772,10	0,62	36,17
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	86.229.952,00	100.744.223,94	17.840.023,94	47.306.487,68	11.275.934,43	37.878.233,51	100,00	37,60

FONTE:

SOMBRIO , 10/09/2014

ZÊNIO CARDOSO	REGINALDO F. MENDES NETO
Prefeito Municipal	Contador CRCSC 26509

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**RREO - 4º - Bim - 2014 - Anexo 8**

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	4.542.933,00	4.542.933,00	672.456,93	3.228.011,91	71,06
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.719.486,00	1.719.486,00	189.626,27	1.598.245,70	92,95
1.1.1- IPTU	1.196.072,00	1.196.072,00	97.532,36	1.226.036,89	102,51
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	5.388,00	5.388,00	2.103,75	6.120,27	113,59
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	370.778,00	370.778,00	54.503,99	250.877,07	67,66
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	147.248,00	147.248,00	35.486,17	115.211,47	78,24
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	553.224,00	553.224,00	71.582,98	362.728,96	65,57
1.2.1- ITBI	553.224,00	553.224,00	71.582,98	362.728,96	65,57
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.818.581,00	1.818.581,00	273.806,54	825.818,42	45,41
1.3.1- ISS	1.758.194,00	1.758.194,00	214.651,10	733.021,47	41,69
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	14.988,00	14.988,00	3.292,45	13.953,70	93,10
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	40.783,00	40.783,00	42.143,12	58.821,46	144,23
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	4.616,00	4.616,00	13.719,87	20.021,79	433,75
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	451.642,00	451.642,00	137.441,14	441.218,83	97,69
1.4.1- IRRF	451.642,00	451.642,00	137.441,14	441.218,83	97,69
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	24.418.712,00	24.418.712,00	3.789.637,27	16.348.143,88	66,95
2.1- Cota-Parte FPM	13.890.772,00	13.890.772,00	1.907.622,94	9.000.333,14	64,79
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	13.315.538,00	13.315.538,00	1.907.622,94	9.000.333,14	67,59
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	575.234,00	575.234,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.012.320,00	8.012.320,00	1.348.092,15	5.567.979,55	69,49
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	35.096,00	35.096,00	6.165,06	21.577,71	61,48
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	131.088,00	131.088,00	22.699,31	86.697,51	66,14
2.5- Cota-Parte ITR	10.108,00	10.108,00	877,72	2.062,01	20,40
2.6- Cota-Parte IPVA	2.339.328,00	2.339.328,00	504.180,09	1.669.493,96	71,37
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>28.961.645,00</b>	<b>28.961.645,00</b>	<b>4.462.094,20</b>	<b>19.576.155,79</b>	<b>67,59</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	1.556.579,00	1.556.579,00	260.160,54	1.081.986,44	69,51
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.031.314,00	1.031.314,00	166.105,94	708.478,06	68,70
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.240,00	2.240,00	0,00	304,80	13,61
5.3- Transferências Diretas - PNAE	455.250,00	455.250,00	78.552,00	323.652,00	71,09
5.4- Transferências Diretas - PNATE	67.775,00	67.775,00	12.197,48	36.592,44	53,99
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	3.305,12	12.959,14	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	8.072.500,00	8.072.500,00	158.110,67	1.336.094,44	16,55
6.1- Transferências de Convênios	8.072.500,00	8.072.500,00	152.988,04	1.324.216,61	16,40
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	5.122,63	11.877,83	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	171.834,00	171.834,00	200.353,89	342.450,74	199,29
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>9.800.913,00</b>	<b>9.800.913,00</b>	<b>618.625,10</b>	<b>2.760.531,62</b>	<b>28,17</b>
<b>FUNDEB</b>					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	4.768.697,00	4.768.697,00	757.258,72	3.268.222,49	68,53
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.663.108,00	2.663.108,00	381.524,55	1.800.066,44	67,59
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.602.464,00	1.602.464,00	269.618,28	1.113.595,19	69,49
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.019,00	7.019,00	1.233,00	4.315,50	61,48
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	26.218,00	26.218,00	4.539,84	17.339,44	66,14
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.022,00	2.022,00	175,64	412,30	20,39
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	467.866,00	467.866,00	100.167,41	332.493,62	71,07
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	12.489.656,00	12.489.656,00	1.904.185,70	7.946.850,43	63,63
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	12.489.656,00	12.489.656,00	1.895.895,66	7.919.071,76	63,41
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	8.290,04	27.778,67	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>7.720.959,00</b>	<b>7.720.959,00</b>	<b>1.138.636,94</b>	<b>4.650.849,27</b>	<b>60,24</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE SOMBRIÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	11.649.656,00	11.649.656,00	2.324.309,70	7.604.108,73	65,27
13.1- Com Educação Infantil	3.851.394,00	3.851.394,00	767.050,89	2.377.712,47	61,74
13.2- Com Ensino Fundamental	7.798.262,00	7.798.262,00	1.557.258,81	5.226.396,26	67,02
14- OUTRAS DESPESAS	840.000,00	840.000,00	206.988,04	724.458,14	86,25
14.1- Com Educação Infantil	840.000,00	840.000,00	206.988,04	724.458,14	86,25
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	12.489.656,00	12.489.656,00	2.531.297,74	8.328.566,87	66,68
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					8.328.566,87
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					95,69
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					9,12
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-4,80
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 <sup>2</sup>					0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	7.240.411,25	7.240.411,25	1.115.523,55	4.894.038,95	67,59
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.746.394,00	5.229.794,00	1.087.700,59	3.493.117,48	66,79
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	1.055.000,00	538.400,00	113.661,66	390.946,87	72,61
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.055.000,00	538.400,00	113.661,66	390.946,87	72,61
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.790.262,00	10.719.262,00	2.099.244,82	7.209.461,44	67,26
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.798.262,00	7.798.262,00	1.557.258,81	5.226.396,26	67,02
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.992.000,00	2.921.000,00	541.986,01	1.983.065,18	67,89
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	15.536.656,00	15.949.056,00	3.186.945,41	10.702.578,92	67,10
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					4.650.849,27
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					27.778,67
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					4.678.627,94
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					6.023.950,98
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					30,77
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.031.314,00	1.366.765,19	168.648,18	904.148,60	66,15
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	8.742.765,00	12.016.209,23	1.118.420,37	1.816.419,02	15,12
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	9.774.079,00	13.382.974,42	1.287.068,55	2.720.567,62	20,33
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	25.310.735,00	29.332.030,42	4.474.013,96	13.423.146,54	45,76

MUNICÍPIO DE SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		117.762,12	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		7.919.071,76	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		7.978.550,48	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		7.872.248,45	0,00
49.2 Restos a Pagar		106.302,03	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		27.778,67	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		86.062,07	0,00

SOMBRIO, 10/09/2014

ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito MunicipalREGINALDO F. MENDES NETO  
Contador CRCSC 26509

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.



RREO - 4º - Bim - 2014 - Anexo 12

Município de SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	4.542.933,00	4.542.933,00	3.228.011,91	71,06
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.196.072,00	1.196.072,00	1.226.036,89	102,51
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	553.224,00	553.224,00	362.728,96	65,57
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.758.194,00	1.758.194,00	733.021,47	41,69
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	451.642,00	451.642,00	441.218,83	97,69
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	20.376,00	20.376,00	20.073,97	98,52
Dívida Ativa dos Impostos	411.561,00	411.561,00	309.698,53	75,25
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	151.864,00	151.864,00	135.233,26	89,05
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	23.843.478,00	23.843.478,00	16.348.143,88	68,56
Cota-Parte FPM	13.315.538,00	13.315.538,00	9.000.333,14	67,59
Cota-Parte ITR	10.108,00	10.108,00	2.062,01	20,40
Cota-Parte IPVA	2.339.328,00	2.339.328,00	1.669.493,96	71,37
Cota-Parte ICMS	8.012.320,00	8.012.320,00	5.567.979,55	69,49
Cota-Parte IPI-Exportação	131.088,00	131.088,00	86.697,51	66,14
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	35.096,00	35.096,00	21.577,71	61,48
Desoneração ICMS (LC 87/96)	35.096,00	35.096,00	21.577,71	61,48
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>28.386.411,00</b>	<b>28.386.411,00</b>	<b>19.576.155,79</b>	<b>68,96</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	4.969.345,00	4.969.345,00	2.287.316,88	46,03
Provenientes da União	4.766.841,00	4.766.841,00	2.111.553,85	44,30
Provenientes dos Estados	202.504,00	202.504,00	175.763,03	86,79
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	5.536,99	
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>4.969.345,00</b>	<b>4.969.345,00</b>	<b>2.292.853,87</b>	<b>46,14</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	8.703.258,00	9.771.399,30	7.535.825,90	77,12	7.016.055,46	71,80
Pessoal e Encargos Sociais	5.402.160,00	5.402.160,00	4.067.458,98	75,29	4.067.458,98	75,29

Continua 1/4

Município de SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	8.703.258,00	9.771.399,30	7.535.825,90	77,12	7.016.055,46	71,80
Outras Despesas Correntes	3.301.098,00	4.369.239,30	3.468.366,92	79,38	2.948.596,48	67,49
DESPESAS DE CAPITAL	2.572.000,00	3.992.439,21	391.191,63	9,80	361.191,63	9,05
Investimentos	2.572.000,00	3.992.439,21	391.191,63	9,80	361.191,63	9,05
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>11.275.258,00</b>	<b>13.763.838,51</b>	<b>7.927.017,53</b>	<b>57,59</b>	<b>7.377.247,09</b>	<b>53,60</b>
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS Recursos de Operações de Crédito Outros Recursos OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹ DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS² DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5.855.158,00	7.430.404,51	2.593.040,39	32,71	2.294.166,76	31,10
	5.382.658,00	6.373.319,21	2.283.040,39	28,80	1.984.166,76	26,90
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	472.500,00	1.057.085,30	310.000,00	3,91	310.000,00	4,20
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-	-	0,00	0,00	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>5.855.158,00</b>	<b>7.430.404,51</b>	<b>2.593.040,39</b>	<b>32,71</b>	<b>2.294.166,76</b>	<b>31,10</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	<b>5.420.100,00</b>	<b>6.333.434,00</b>	<b>5.333.977,14</b>	<b>24,88</b>	<b>5.083.080,33</b>	<b>22,50</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						<b>25,97</b>
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100] 6</b>						<b>2.146.656,96</b>

Continua 2/4

Município de SOMBRIO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA							
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º			RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00	0,00			
TOTAL (VIII)		0,00	0,00	0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26		LIMITE NÃO CUMPRIDO					
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
		-	-	-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
	Atenção Básica	10.359.216,00	12.791.768,18	7.150.761,03	90,21	6.746.990,59	91,46
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	623.280,00	623.280,00	588.000,00	7,42	442.000,00	5,99
	Vigilância Sanitária	194.616,00	216.047,99	150.007,60	1,89	150.007,60	2,03
Vigilância Epidemiológica	98.146,00	132.742,34	38.248,90	0,48	38.248,90	0,52	
TOTAL	11.275.258,00	13.763.838,51	7.927.017,53	100,00	7.377.247,09	100,00	

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o

Continua 3/4

Município de SOMBRIO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup>Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup>No último bimestre, será utilizada a fórmula  $V/(h+1) - (15 \times IIIb)/100$

SOMBRIO , 10/09/2014

ZÊNIO CARDOSO  
Prefeito Municipal

REGINALDO F. MENDES NETO  
Contador CRCSC 26509

# Timbó

## PREFEITURA

### Edital de Contribuição de Melhoria 03-2014

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

PUBLICAÇÃO OFICIAL DE ATOS DO PODER EXECUTIVO

Edital nº 03/2014

Edital de Contribuição de Melhoria aos não aderentes à execução pelo regime de mutirão de que trata a Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, da Pavimentação Poliédrica, da Rua Maracajá.

A Fazenda Municipal de Timbó faz saber a todos os proprietários ou possuidores de imóveis na Rua Maracajá, abaixo relacionados, que não aderiram à execução da pavimentação poliédrica da via pelo regime de mutirão, que o Município de Timbó, com base no artigo art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, c/c art. 145, III da Constituição Federal, artigos 81,82 e 144 do Código Tributário Nacional, artigo 8º do Decreto-lei nº. 195/67 e art.417, art. 417A, art. 422 c/c art. 427 todos da Lei Complementar Municipal nº 142/98, executou a obra de melhoria através da Pavimentação Poliédrica, tendo como custo apurado o valor total de R\$ 26.839,69 (Vinte e seis mil oitocentos e trinta e nove reais sessenta e nove centavos), incluindo a infra-estrutura implantada, e está Lançando a Contribuição de Melhoria, conforme passa a expor:

Pavimentação poliédrica da Rua Maracajá - Timbó-SC

1 - Memorial Descritivo da Obra:

1.1 - Identificação:

Projeto para pavimentação poliédrica, da Rua Maracajá - (com área de 2.152,00m²), sendo que 1.777,00 m² foram realizados pelo sistema de mutirão (aderentes) e 375,00m² por Contribuição de Melhoria (não aderentes), sendo no Bairro Quintino, em Timbó - SC.

1.2 - Justificativa:

Considerando que a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, responsável pela manutenção das vias públicas, tem dificuldades para desenvolver esta atividade devido à grande quantidade de ruas e pelo fato de muitas destas possuírem apenas revestimento primário em macadame. A dificuldade de manutenção das ruas com macadame remete-se a necessidade de maquinário e de material, inclusive de jazida macadame, para reposição, bem como no fato destas ruas sofrerem ação constante de intempéries. Considerando que a retirada de material de jazida causa danos, de difícil recuperação, ao Meio Ambiente.

Considerando que a falta de pavimentação dificulta e prejudica a circulação e a segurança tanto de veículos quanto de pedestres, pois estas vias também não possuem passeios, e muitas vezes sequer meio-fio que delimite o espaço destinado aos pedestres. Considerando que é objetivo da administração municipal aprimorar e estimular o crescimento e desenvolvimento urbano adequado, valorizando o espaço público e o cidadão, e por consequência melhorando a qualidade de vida de todos.

Considerando que conforme apurado através de comissão técnica competente, com supedâneo em laudos fornecidos pelo Núcleo de Corretores do Município de Timbó, a obra em questão trouxe aos proprietários dos imóveis indubitável valorização de seu bem, conforme demonstrado no item 6 deste edital.

Justifica-se, portanto, o lançamento da Contribuição de Melhoria, em razão da execução das obras de pavimentação, que resultam em benefícios diretos aos proprietários de imóveis atingidos pela melhoria, em razão da efetiva valorização pelo incremento

comprovado nas condições de conforto, desenvolvimento, meios de transporte entre outros meios básicos de progresso.

Em vista destes aspectos, e outros intrínsecos ao processo de desenvolvimento urbano e social do Município, a Rua Maracajá foi pavimentada, e em face a indubitável valorização dos imóveis, necessário o lançamento deste edital de Contribuição de Melhoria.

1.3 - Especificações:

Para a pavimentação com lajotas em concreto pré-moldado, do tipo "tijolão", da Rua Maracajá, nas dimensões de (25x12x8)cm, com resistência mínima de 35 Mpa. Todos os materiais e serviços serão executados e selecionados de acordo com os padrões e especificações do DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, DEINFRA - Departamento Estadual de Infra-estrutura e da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), inclusive a execução do meio-fio, e todos os demais detalhes. A base de assentamento será colchão de areia média e terá uma espessura mínima compactada de 20 cm.

2 - Orçamento para implantação (referente à parte da rua a ser lançada como Contribuição de Melhoria:

2.1 - Pavimentação poliédrica da Rua Maracajá - (com área de 375,00 m²): (trezentos e setenta e cinco metros quadrados).

2.1.1 - Pavimentação poliédrica da Rua Maracajá - (com área de 375,00m²)

- Serviços de terraplenagem, remoção de solos inservíveis, e espalhamento no bota-fora ..... 206,25m³

- Custo Unitário ..... R\$ 5,45

- Custo ..... 5,45 x 206,80 = R\$ 1.124,06

- Serviços de preparo da cancha .....375,00m²

- Custo Unitário ..... R\$ 1,14

- Custo .....1,14 x 376,00 = R\$ 427,50

- Aterro compactado ..... 112,50m³

- Custo Unitário ..... R\$ 17,05

- Custo .....17,05 x 112,80 = R\$ 1.918,13

- Custo da pavimentação (base de areia ou pó de brita e tijolão) referente aos não-aderentes .....R\$ 23.370,00

- Custo Total da pavimentação .....R\$ 26.839,69

Global da Obra .....R\$ 26.839,69

3 - Cronograma:

A obra teve início em 01/09/2011 e término em 03/09/2011.

4 - Projetos:

Foram executados de acordo com as plantas elaboradas pela Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

5 - Conclusão:

Restou apurado que a execução da obra de pavimentação beneficiou diretamente 5 (cinco) propriedades não aderentes, através da evidente valorização imobiliária decorrente da melhoria na qualidade de vida dos moradores e usuários das vias, trazendo melhores condições de tráfego aos veículos e locomoção de transeuntes, evitando transtornos e diminuindo as despesas na conservação da via, inclusive no que se refere a constante macadamização e irrigação.

6 - Delimitação da área, imóveis abrangidos, valorização dos imóveis com a obra:

6.1 A área beneficiada por esta obra abrange trecho da Rua Maracajá correspondente aos imóveis pertencentes aos proprietários/possuidores não aderentes à execução pelo regime de mutirão - (com área 375,00m²).

6.2 Os imóveis abrangidos são aqueles que possuem testadas para a rua e delimitações citadas, e constam no cadastro imobiliário do município, em nome dos contribuintes que não aderiram à execução da obra de melhoria pelo regime de mutirão, nos termos do art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, constantes da

tabela abaixo item 6.3.

6.3 A verificação da valorização do imóvel pela obra publica em questão foi realizada por comissão competente, regularmente constituída nos termos da lei que, com supedâneo em avaliações de mercado fornecidas pelo Núcleo de Corretores de Timbó, fixou o valor do imóvel antes e após a realização da obra, resultando na seguinte valorização imobiliária:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Valor do imóvel antes pavimentação	Valor do imóvel após pavimentação	Valorização
1 MALCIONIR MARCELINO	01.07.009.0697.001	65.000,00	90.000,00	R\$ 25.000,00
2 AGOSTI-NHO ANOR GIRARDI	01.07.009.0155.001	65.000,00	90.000,00	R\$ 25.000,00
3 MARA AN-DREA V.M. SLOMP	01.07.009.0156.001	65.000,00	90.000,00	R\$ 25.000,00
4 ISOLDE WESTPHAL ERN	01.07.009.0213.001	65.000,00	90.000,00	R\$ 25.000,00
5 EDIS JOSÉ LENZI	01.07.009.1126.001	100.000,00	125.000,00	R\$ 25.000,00
TOTAL				R\$ 125.000,00

7- Critério de Rateio Individual compreendendo a determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria, e forma de cálculo do tributo:

7.1 - Participação do Município de Timbó = R\$ 4.025,95, o que corresponde a 15,00% da obra.

7.2 - Participação dos proprietários de imóveis (inclusive imóveis do município) = R\$ 22.813,75, o que corresponde a 85,00% da obra.

7.3 - O cálculo da Contribuição de Melhoria se dá através da seguinte fórmula:  $CM = AxVi/Vtr$ , onde:

a) CM = valor da contribuição de melhoria referente ao imóvel beneficiado;

b) A = valor da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria = R\$ 22.813,75

c) Vi = valor da valorização individual do imóvel, apurado pela comissão;

d) Vtr = somatório dos valores de valorização individuais de todos imóveis beneficiados = R\$ 125.000,00

7.4 - Diante da Valorização dos imóveis pela obra em questão, ficam lançados os seguintes valores individuais inerentes à Contribuições de Melhoria a ser custeado pelos contribuintes infra mencionados:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Vi	CM (em R\$)	CM (em R\$)*
1 MALCIONIR MARCELINO	01.07.009.0697.001	R\$ 25.000,00	R\$ 4.562,75	R\$ 5.247,16
2 AGOSTI-NHO ANOR GIRARDI	01.07.009.0155.001	R\$ 25.000,00	R\$ 4.562,75	R\$ 5.247,16
3 MARA AN-DREA V.M. SLOMP	01.07.009.0156.001	R\$ 25.000,00	R\$ 4.562,75	R\$ 5.247,16
4 ISOLDE WESTPHAL ERN	01.07.009.0213.001	R\$ 25.000,00	R\$ 4.562,75	R\$ 5.247,16

5	EDIS JOSÉ LENZI	01.07.009.1126.001	R\$ 25.000,00	R\$ 4.562,75	R\$ 5.247,16
	TOTAL			R\$ 22.813,75	R\$ 26.235,80

\* De acordo com o §3º do Art. 427, da Lei Complementar Municipal nº 142/98 com redação dada pela LC nº 311, de 09/06/06: "O disposto no "caput" e § 1º deste artigo não se aplica ao lançamento da contribuição de melhoria decorrente da aplicação da lei que regulamenta a pavimentação pelo sistema de mutirão, contribuição esta que será lançada com acréscimo de 15% (quinze por cento), e poderá, o contribuinte, recolhê-la, dentro do prazo estabelecido no artigo anterior, pelo seu valor lançado, ou então, a critério da Secretaria de Administração e Finanças, pleitear o parcelamento do seu débito em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, seguindo-se a tabela prevista no § 1º deste artigo, utilizando-se a UFM como fator de correção, sem incidência de juros sobre o pagamento parcelado."

#### 8 - Disposições Finais:

##### 8.1 - Condições de Pagamento:

8.1.1 - O valor lançado poderá ser parcelado nos termos do Código Tributário Municipal, hipótese em que as parcelas serão corrigidas pela UFM.

8.1.3 - A falta de pagamento do débito importará na inscrição do mesmo em dívida ativa.

##### 8.2 - Da Impugnação do Edital:

Para eventual impugnação, o contribuinte interessado terá o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente edital para fazê-lo, cabendo ao mesmo o ônus da prova, devendo para tanto, proceder da seguinte forma:

a) Encaminhar ao Executivo Municipal exposição de motivos, contendo o fundamento legal que originou a impugnação, bem como a justificativa e demais elementos que possam evidenciar o fato alegado;

b) Apresentar parecer técnico, devidamente assinado por um engenheiro civil registrado no CREA, quando a impugnação referir-se à parte técnica da obra;

c) Apresentar parecer jurídico, devidamente assinado por um advogado registrado na OAB, quando a impugnação referir-se à parte jurídica do Edital/Obra;

d) Apresentar planta de localização e situação da obra, com identificação da parte a ser impugnada.

O julgamento das impugnações será efetuado através do profissional competente, podendo ser designado através de ato do executivo.

O executivo municipal terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para responder às impugnações apresentadas.

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas."

Município de Timbó, 23 de julho de 2014.  
Laércio Demerval Schuster Junior  
Prefeito

Maria Angélica Faggiani  
Secretária da Fazenda e Administração

Roseli L. da Rocha  
Engenheira Civil



## Divulga A Classificação Preliminar da Prova Escrita Objetiva E Retifica Item 6.5.1 do Edital do Concurso Público N.º 001/2014

ATO 009/iobv/ADM01/14

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DA PROVA ESCRITA OBJETIVA E RETIFICA ITEM 6.5.1 DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2014

O Prefeito de Timbó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal e o artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração, juntamente com a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 1038/2014, torna público o que segue:

1. A Classificação Preliminar dos candidatos ao Concurso Público Edital 001/2014, consta divulgada no anexo I deste edital, já considerados os critérios de desempate.

2. Fica retificado o item 6.5.1 do edital a condição para convocação do cargo de Agente de Trânsito e Transporte, passando a ter o seguinte teor:

CARGO	Condição para convocação
Agente de Trânsito e Transporte	Que forem aprovados com nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita e pré-classificados até 20 (vinte) vezes o número de vagas do cargo.

2.1 Justifica-se a retificação do item 6.5.1, pois:

- Considerando o grau de dificuldade dos candidatos para realizarem o teste físico e que no último concurso poucos candidatos foram considerados aptos necessitando realizar novo concurso;
- Considerando que ao se aplicar a regra atual de até 3 (três) vezes o número de vagas, corre-se o risco de nenhum candidato ser considerado apto no teste físico e novamente o município ficará sem preencher as vagas para o cargo, sendo necessária a realização de um novo concurso público, o que trará prejuízo para a Administração Pública, tanto com os gastos necessários para a realização de um novo certame, quanto em relação ao tempo dispendido para tanto.
- Considerando que 20 (vinte) vezes o número de vagas do cargo, atingirá todos os candidatos aprovados na prova escrita, confere igualdade de condições a todos os aprovados.
- Considerando que o teste físico é eliminatório e não classificatório, o aumento de concorrentes não trará prejuízo ao candidato em sua ordem de classificação.
- Considerando o item 6.4.8.5 combinado com o item 9.12, justificam tal decisão.

6.4.8.5. A Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público poderá, justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

9.12. Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público, conjuntamente com o Instituto o Barriga Verde.

2.2. Diante do quadro fático delineado, tem-se que a retificação do item 6.5.1 ampliando o número de candidatos a serem avaliados no teste de aptidão física é a medida que se impõe, em atendimento ao Princípio da Eficiência e da Economia, que regem o Direito Público Brasileiro.

3. Os recursos contra a Classificação Preliminar poderão ser interpostos nos dias 11, 12 e 15 de setembro de 2014, na forma do edital.

Timbó (SC), 10 de Setembro de 2014.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### ANEXO I

#### CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DA PROVA ESCRITA OBJETIVA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

##### LEGENDA:

CG	CE	T.A.	N.P.E.
Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Total de acertos	Nota Prova Escrita

#### Cargo: 01. Auxiliar Operacional I

Inscrição	Candidato	Nascimento	CG		CE		T.A.	N.P.E.	Situação	Próxima Fase
			Acertos	Nota	Acertos	Nota				
0108	ORIDES BAULER	29/10/1960	5	5,00	5	5,00	10	10,00	Aprovado	Convocado
0110	SONJA STÜPP GONÇALVES	03/07/1974	5	5,00	5	5,00	10	10,00	Aprovado	Convocado
0069	SIMONE BONDI DE CARVALHO DE CRISTO	15/04/1975	5	5,00	5	5,00	10	10,00	Aprovado	Convocado
0112	VALDECIR METT	15/08/1989	5	5,00	5	5,00	10	10,00	Aprovado	Convocado
0049	JARINA MARCHETTI	16/01/1996	5	5,00	5	5,00	10	10,00	Aprovado	Convocado
0046	MARIA HECK MANSKE	13/03/1964	4	4,00	5	5,00	9	9,00	Aprovado	Convocado

0135	ODAIR MICHAEL BENDOTTI	04/05/1995	4	4,00	5	5,00	9	9,00	Aprovado	Convocado
0044	ARACI KRUGER	30/04/1961	5	5,00	4	4,00	9	9,00	Aprovado	Convocado
0113	FRANCISCO JOAO SAMULESKI	23/02/1962	5	5,00	4	4,00	9	9,00	Aprovado	Convocado
0181	MARILDO MAURICIO ULER	26/05/1965	5	5,00	4	4,00	9	9,00	Aprovado	Convocado
0093	JOSE ANTONIO FERNANDES	29/05/1966	5	5,00	4	4,00	9	9,00	Aprovado	Convocado
0105	ROBERTA TOMELIN	11/05/1980	5	5,00	4	4,00	9	9,00	Aprovado	Convocado
0172	INAGLA MARIA CARNEIRO BARROS	28/02/1989	5	5,00	4	4,00	9	9,00	Aprovado	Convocado
0175	GIOVANI IAGINSKI	29/06/1992	5	5,00	4	4,00	9	9,00	Aprovado	Convocado
0099	LUCAS MATHEUS BUSS	21/05/1996	5	5,00	4	4,00	9	9,00	Aprovado	Convocado
0039	ADELITA HELENA DALPIAZ MOREIRA	16/03/1960	4	4,00	4	4,00	8	8,00	Aprovado	Convocado
0096	GUILHERME DUARTE SILVA	02/01/1992	4	4,00	4	4,00	8	8,00	Aprovado	Convocado
0157	THAYS SCHROEDER	17/11/1993	4	4,00	4	4,00	8	8,00	Aprovado	Convocado
0165	OTTO CARLOS WOLTER	09/03/1964	5	5,00	3	3,00	8	8,00	Aprovado	Convocado
0090	LUCIANA JULICE TOMELIN OBERZINER	18/02/1970	5	5,00	3	3,00	8	8,00	Aprovado	Convocado
0022	ANA PAULA CRISTOFOLINI	21/02/1996	5	5,00	3	3,00	8	8,00	Aprovado	Convocado
0159	ELSIDO KRUGER	30/11/1956	3	3,00	4	4,00	7	7,00	Aprovado	Convocado
0148	ROSE MELI STOLF EVARISTO	17/08/1969	3	3,00	4	4,00	7	7,00	Aprovado	Convocado
0171	DOROTÉIA SIDOOSKI	30/11/1984	3	3,00	4	4,00	7	7,00	Aprovado	Convocado
0084	PAULO CESAR DA SILVA	08/02/1985	3	3,00	4	4,00	7	7,00	Aprovado	Convocado
0145	ELIANE GONÇALVES CARDOSO	18/04/1968	4	4,00	3	3,00	7	7,00	Aprovado	Convocado
0158	ZENITA POFFO BECHTOLD	02/02/1969	4	4,00	3	3,00	7	7,00	Aprovado	Convocado
0097	WERYNTON DUARTE LOPES	20/03/1995	4	4,00	3	3,00	7	7,00	Aprovado	Convocado
0071	EDUARDO ARTUR MARQUARDT	22/08/1995	4	4,00	3	3,00	7	7,00	Aprovado	Convocado
0094	DIEGO MARCHETTI	25/01/1979	5	5,00	2	2,00	7	7,00	Aprovado	Convocado
0015	EWERTON LUIZ ROPELATO	24/05/1987	5	5,00	2	2,00	7	7,00	Aprovado	Convocado
0129	ISANETE MARCIA RIOLA	18/03/1975	3	3,00	3	3,00	6	6,00	Aprovado	Convocado
0045	JESSICA LOMBARDI	13/04/1994	3	3,00	3	3,00	6	6,00	Aprovado	Convocado
0104	ZENITA MARIA DE SOUZA	21/07/1959	4	4,00	2	2,00	6	6,00	Aprovado	Convocado
0173	MARIA TEREZINHA DA ROSA	20/06/1974	4	4,00	2	2,00	6	6,00	Aprovado	Convocado
0100	IVO ANDREAZZA	11/06/2046	4	4,00	2	2,00	6	6,00	Aprovado	Convocado
0124	IVONE CARVALHO DE SIQUEIRA SACHTIVONE CARVALHO DE	15/01/1969	2	2,00	3	3,00	5	5,00	Aprovado	Convocado
0126	TEREZINHA APARECIDA DE ALMEIDA	12/02/1972	3	3,00	2	2,00	5	5,00	Aprovado	Convocado
0040	ROSELY KANNENBERG BENDOTTI	18/02/1974	3	3,00	2	2,00	5	5,00	Aprovado	Convocado
0178	GISELE SANTOS DE ALMEIDA FRONZA	18/08/1991	3	3,00	2	2,00	5	5,00	Aprovado	Convocado
0075	IRIS LÚCIA BELLARMINO DE BORBA	26/11/1966	2	2,00	2	2,00	4	4,00	Aprovado	Convocado
0163	JURACI TESKE VANDERWEGEM	26/11/1966	2	2,00	2	2,00	4	4,00	Aprovado	Convocado
0083	MARINO DARUI	31/03/1961	1	1,00	2	2,00	3	3,00	Aprovado	Convocado
0155	WILFRID WESTPHAL	12/01/1961	2	2,00	1	1,00	3	3,00	Aprovado	Convocado
0140	CLAUDETE LUCIA ZUMACH CHISTE	18/03/1970	2	2,00	1	1,00	3	3,00	Aprovado	Convocado
0156	ILOA DIAS HILÁRIO BRANDÃO	08/07/1970	1	1,00	1	1,00	2	2,00	Aprovado	Convocado
0116	BRUNO DE CASTRO ALMEIDA	10/04/1989	Ausente							Eliminado
0169	CARLOS ALBERTO STEIN MOSER FILHO	15/09/1991	Ausente							Eliminado
0177	IVANILDES MARIA MOREIRA	19/04/1958	Ausente							Eliminado
0146	KARINA PRISCILA CORRÊA	22/03/1988	Ausente							Eliminado
0106	LILIANE DE CÁSSIA RODRIGUES VITAL	26/07/1984	Ausente							Eliminado
0168	LUDMILA NUNES FERREIRA	23/09/1994	Ausente							Eliminado
0161	MARIA ANA GAMARRA RAMIREZ	26/07/1980	Ausente							Eliminado

0167	MARIA INÊS FERREIRA	12/02/1987	Ausente							Eliminado
0030	TARIN ROMINA GERMANO	20/01/1976	Ausente							Eliminado
Cargo: 02. Agente de Trânsito e Transporte										
Inscrição	Candidato	Nascimento	CG		CE		T.A.	N.P.E.	Situação	Próxima Fase
			Acertos	Nota	Acertos	Nota				
0024	GIOVANI EUSÉBIO	09/01/1982	15	3,75	20	5,00	35	8,75	Aprovado	Convocado
0154	ROGER DANIEL PEYERL DREWS	17/07/1995	16	4,00	17	4,25	33	8,25	Aprovado	Convocado
0098	JOHANN GAEDKE	06/06/1994	14	3,50	18	4,50	32	8,00	Aprovado	Convocado
0003	JOAO JOEL DAHMER	21/12/1982	18	4,50	14	3,50	32	8,00	Aprovado	Convocado
0136	LORIVAN DE MELLO	16/11/1986	12	3,00	18	4,50	30	7,50	Aprovado	Convocado
0026	SIDINEI DE VARGAS GIRARD	20/11/1980	13	3,25	17	4,25	30	7,50	Aprovado	Convocado
0153	MARCELO FLORES	13/06/1980	14	3,50	16	4,00	30	7,50	Aprovado	Convocado
0149	DJANILDO AMORIM DE MOURA	02/11/1980	14	3,50	16	4,00	30	7,50	Aprovado	Convocado
0055	ADRIANO DE OLIVEIRA	07/09/1984	15	3,75	15	3,75	30	7,50	Aprovado	Convocado
0142	WELLINGTON HENRIQUE	10/12/1977	16	4,00	14	3,50	30	7,50	Aprovado	Convocado
0160	VAGNER PEROZA	01/07/1989	13	3,25	16	4,00	29	7,25	Aprovado	Convocado
0014	ELIZANGELA ELAINE MONTANHA	02/12/1987	14	3,50	15	3,75	29	7,25	Aprovado	Convocado
0170	EDSON SILVA	10/12/1980	11	2,75	17	4,25	28	7,00	Aprovado	Convocado
0141	SANDOVAL REGIS SEVEGNANI	17/12/1986	12	3,00	16	4,00	28	7,00	Aprovado	Convocado
0068	AIRTON PINHEIRO	23/06/1994	12	3,00	16	4,00	28	7,00	Aprovado	Convocado
0115	ANDREY HENRIQUE WAMSER	22/09/1989	13	3,25	15	3,75	28	7,00	Aprovado	Convocado
0027	THIAGO BUSARELLO	23/09/1986	15	3,75	13	3,25	28	7,00	Aprovado	Convocado
0109	VITOR KALAF	11/06/1986	8	2,00	19	4,75	27	6,75	Aprovado	Convocado
0082	TARCISIO LAMIM	04/04/1985	10	2,50	17	4,25	27	6,75	Aprovado	Convocado
0025	ANTONIO MARCOS ALVES	05/01/1976	11	2,75	16	4,00	27	6,75	Aprovado	Convocado
0103	JHONY FABRICIO ALVES GUERREIRO	21/11/1987	12	3,00	15	3,75	27	6,75	Aprovado	Convocado
0033	CLESIO WAMSER	24/02/1983	8	2,00	18	4,50	26	6,50	Aprovado	Convocado
0150	ADIR WETZEL	06/06/1984	8	2,00	18	4,50	26	6,50	Aprovado	Convocado
0004	ANDRÉ ROBERTO VANSUITEN	03/06/1977	9	2,25	17	4,25	26	6,50	Aprovado	Convocado
0139	LUANA CARLA SALVI	09/09/1991	10	2,50	16	4,00	26	6,50	Aprovado	Convocado
0128	EDEVALDO FORTES SIMÕES JUNIOR	02/12/1977	11	2,75	15	3,75	26	6,50	Aprovado	Convocado
0119	THAISE CAROLINE DA SILVA	11/07/1995	11	2,75	15	3,75	26	6,50	Aprovado	Convocado
0076	IRANI ROEDER	01/10/1974	12	3,00	14	3,50	26	6,50	Aprovado	Convocado
0078	MOACIR JOSÉ BLUNK	28/06/1979	12	3,00	14	3,50	26	6,50	Aprovado	Convocado
0127	JONAS ROMEU BOZZETTI	31/03/1980	12	3,00	14	3,50	26	6,50	Aprovado	Convocado
0117	SANDRO CIPRIANI	27/04/1984	10	2,50	15	3,75	25	6,25	Aprovado	Convocado
0054	ALEXANDRE EDUARDO CAVILHA	27/04/1994	10	2,50	15	3,75	25	6,25	Aprovado	Convocado
0125	LOURENÇO DE ALBUQUERQUE MARTINS	27/08/1981	11	2,75	14	3,50	25	6,25	Aprovado	Convocado
0057	EMILENE MONTEIRO DA CUNHA MELIORINI	20/05/1983	11	2,75	14	3,50	25	6,25	Aprovado	Convocado
0064	EDUARDO EUGÊNIO AGOSTINI	09/08/1986	11	2,75	14	3,50	25	6,25	Aprovado	Convocado
0011	EVANDRO DOS SANTOS	02/10/1989	11	2,75	14	3,50	25	6,25	Aprovado	Convocado
0152	CLEIVAN CEZAR DUTRA	18/02/1992	8	2,00	16	4,00	24	6,00	Aprovado	Convocado
0111	MARLON CRISTIANO RAHN	19/06/1985	9	2,25	15	3,75	24	6,00	Aprovado	Convocado
0034	CLEBER BACK LOCH	20/04/1992	10	2,50	14	3,50	24	6,00	Aprovado	Convocado
0164	JONATAS ADRIANO LEITZKE	07/06/1982	8	2,00	15	3,75	23	5,75	Aprovado	Convocado
0002	RODRIGO CAUÊ SARTORI	24/06/1989	8	2,00	15	3,75	23	5,75	Aprovado	Convocado
0017	THIAGO KRUGER	18/02/1988	9	2,25	14	3,50	23	5,75	Aprovado	Convocado
0166	ISAC CARLOS DE LIMA	30/11/1990	9	2,25	14	3,50	23	5,75	Aprovado	Convocado
0114	ARIEL EMÍLIO COELHO	26/10/1991	9	2,25	14	3,50	23	5,75	Aprovado	Convocado

0092	MARILENE DAS GRAÇAS CAPIS-TRANO	24/09/1975	10	2,50	13	3,25	23	5,75	Aprovado	Convocado
0122	CARLOS JOSE VALERIO	02/07/1987	10	2,50	13	3,25	23	5,75	Aprovado	Convocado
0179	CAROLINE HEYING	04/10/1995	10	2,50	13	3,25	23	5,75	Aprovado	Convocado
0053	ELIZETE DE ALMEIDA	17/10/1989	11	2,75	12	3,00	23	5,75	Aprovado	Convocado
0081	JESSICA PATRICK ZACARIAS	14/02/1990	11	2,75	12	3,00	23	5,75	Aprovado	Convocado
0085	FERNANDO PAULO DESIDERIO DOS SANTOS	27/05/1987	7	1,75	14	3,50	21	5,25	Aprovado	Convocado
0095	GRAZIELI STAACK	16/12/1980	9	2,25	12	3,00	21	5,25	Aprovado	Convocado
0038	EVERTON JOACIR RIBEIRO	08/07/1992	11	2,75	10	2,50	21	5,25	Aprovado	Convocado
0089	DOUGLAS ADRIANO AGOSTINI	17/02/1995	7	1,75	13	3,25	20	5,00	Aprovado	Convocado
0131	RAFAEL ALEGRI	27/03/1992	7	1,75	12	3,00	19	4,75	Reprovado	Eliminado
0061	LEANDRO NONATO PEREIRA FAVACHO	12/07/1991	8	2,00	10	2,50	18	4,50	Reprovado	Eliminado
0067	CRISTIANA RAQUEL PAUL SCHON GIOVANELLA	07/01/1984	5	1,25	10	2,50	15	3,75	Reprovado	Eliminado
0062	ADÃO PEDRO CARVALHO	29/08/1968	Ausente							Eliminado
0123	ALESSON DE MORAES	02/12/1981	Ausente							Eliminado
0036	CRISTIANO GAULKE	20/12/1975	Ausente							Eliminado
0107	FABIANO SILVERIO VERSIANI	07/10/1975	Ausente							Eliminado
0052	FÁBIO DE OLIVEIRA	05/12/1985	Ausente							Eliminado
0020	GEDSON HANNIERE DE SOUZA RODRIGUES	06/11/1991	Ausente							Eliminado
0019	JONAS ARLAN FRITZKE	13/04/1983	Ausente							Eliminado
0176	LUIZ CARLOS CORREA DE BONFIM	18/07/1956	Ausente							Eliminado
0182	MARCELO BARCELAR BASTOS	04/07/1977	Ausente							Eliminado
0132	PAULO DE SOUZA LIMA	08/09/1986	Ausente							Eliminado
0010	RAQUEL RUFINO	03/10/1983	Ausente							Eliminado
0174	ROBERT HOOK ROCHA SILVA	26/11/1971	Ausente							Eliminado
0137	SAMUEL GOES DE OLIVEIRA	18/09/1994	Ausente							Eliminado

### Divulga A Classificação Preliminar da Prova Escrita Objetiva do Concurso Público N.º 001/2014 - Fundação Municipal de Esportes

ATO 007/iobv/FME/01/14

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DA PROVA ESCRITA OBJETIVA DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2014 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

O Presidente da Fundação Municipal de Esportes de Timbó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal e o artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração, juntamente com a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 1038/2014, torna público o que segue:

1. A Classificação Preliminar dos candidatos ao Concurso Público Edital 001/2014, consta divulgada no anexo I deste edital, já considerados os critérios de desempate.
2. Os recursos contra a Classificação Preliminar poderão ser interpostos nos dias 11, 12 e 15 de setembro de 2014, na forma do edital.

Timbó (SC), 10 de Setembro de 2014.

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Presidente da Fundação Municipal de Esportes

## ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DA PROVA ESCRITA OBJETIVA  
DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

## LEGENDA:

CG	CE	T.A.	N.P.E.
Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Total de acertos	Nota Prova Escrita

Cargo: 01. Auxiliar Operacional I										
Inscrição	Candidato	Nascimento	CG		CE		T.A.	N.P.E.		
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			Situação	Próxima Fase
0009	ADELINO MAIER	19/03/1966	5	5,00	4	4,00	9	9,00	Aprovado	Convocado
0007	ROGER FERREIRA	10/06/1997	5	5,00	4	4,00	9	9,00	Aprovado	Convocado
0011	THAENNE HELLEN BEBER	29/12/1995	4	4,00	3	3,00	7	7,00	Aprovado	Convocado
0005	DIOGO RAFAEL PELLIN	19/01/1988	Ausente							Eliminado
0008	JEAN CARLOS MAFRA	07/03/1995	Ausente							Eliminado

**Divulga A Classificação Preliminar da Prova Escrita Objetiva do Concurso Público N.º 001/2014 - Fundação Cultural de Timbó**

ATO 007/iobv/FCT/01/14

**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DA PROVA ESCRITA OBJETIVA DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2014 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ**

O Presidente da Fundação Cultural de Timbó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal e o artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração, juntamente com a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 1038/2014, torna público o que segue:

1. A Classificação Preliminar dos candidatos ao Concurso Público Edital 001/2014, consta divulgada no anexo I deste edital, já considerados os critérios de desempate.
2. Os recursos contra a Classificação Preliminar poderão ser interpostos nos dias 11, 12 e 15 de setembro de 2014, na forma do edital.

Timbó (SC), 10 de Setembro de 2014.

JORGE REVELINO FERREIRA

Presidente da Fundação de Cultura de Timbó

## ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DA PROVA ESCRITA OBJETIVA  
DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

## LEGENDA:

CG	CE	T.A.	N.P.E.
Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Total de acertos	Nota Prova Escrita

Cargo: 01. Auxiliar Operacional I										
Inscrição	Candidato	Nascimento	CG		CE		T.A.	N.P.E.		
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			Situação	Próxima Fase
0011	LEONARDO FERREIRA POVOAS	23/02/1996	5	5,00	5	5,00	10	10,00	Aprovado	Convocado
0007	MARCIA ROPELATTO RIBEIRO	14/03/1970	5	5,00	4	4,00	9	9,00	Aprovado	Convocado
0002	ALINE FREDERICO	17/09/1996	5	5,00	4	4,00	9	9,00	Aprovado	Convocado
0010	LUIZ ROBERTO SCHROEDER	03/09/1985	4	4,00	2	2,00	6	6,00	Aprovado	Convocado
0003	JAQUELINE HOFFMANN	15/04/1989	3	3,00	2	2,00	5	5,00	Aprovado	Convocado
0009	ROSIANE FERRAZ DOS SANTOS KOTINSKI	04/10/1976	Ausente							Eliminado



## Lei Complementar Nº 451, de 12 de Setembro de 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 451, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014  
Ratifica alteração no Protocolo de Intenções e no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, e dá outras providências.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica ratificada a alteração no Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, de que trata o Anexo único da Lei Complementar nº 340, de 07/12/2007, alterada pela Lei Complementar nº 418, de 13/07/2012, nos termos do Anexo I desta Lei, autorizando-se sua consolidação ao texto original para os fins de direito

Art. 2º - Fica ratificada a alteração no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, na forma aprovada pela Assembléia Geral da Entidade - Anexo II desta Lei, autorizando-se sua consolidação ao texto original para os fins de direito.

Art. 3º - As alterações de que tratam os artigos 1º e 2º desta Lei serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, após a vigência de todas as Leis de ratificação, publicadas pelos Entes consorciados.

§ 1º - Observado o disposto no "caput" deste artigo, o Protocolo de Intenções e o Estatuto consolidado do CIMVI será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

§ 2º - O chefe do Poder Executivo fica autorizado a firmar aditivo ao Contrato de Consórcio para sua adequação aos termos do Protocolo de Intenções consolidado.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de setembro de 2014, 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### ANEXO I

Alterações no Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, aprovadas na 25ª Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16/04/2014, na cidade de Timbó/SC:

"(...)

2.1 - São finalidades do Consórcio:

.....

V - a produção de informações ou de estudos técnicos, inclusive de políticas e/ou de manejo e gestão de resíduos sólidos, contemplando a coleta, reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e disposição final ambientalmente adequada;

.....

13.2.4.1 - Os servidores efetivos recebidos em cessão permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Assembléia Geral, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIMVI, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem.

13.2.4.2 - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no item anterior, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CIMVI efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes.

13.2.4.3 - Na hipótese do item 13.2.4 deste Protocolo de Intenções, o Ente da Federação consorciado cedente deverá assumir a manutenção dos pagamentos da remuneração regular do servidor e dos encargos, donde tais pagamentos serão contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio e/ou ressarcidos mensalmente pelo

CIMVI.

.....

13.7.2 - Conceder-se-á:

.....

II - Adiantamento de viagem ao empregado que se desloca, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

13.7.2.1 - (revogado)

13.7.2.2 - (revogado)

13.7.2.3 - (revogado)

13.7.2.4 - Na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retomar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

13.7.2.5 - Os adiantamentos de viagem serão requeridos em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo de viagem. O processamento contábil para pagamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

.....

13.7.6.3 - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir na hipóteses do item anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

13.8 - .....

VII - Para o emprego de ENGENHEIRO SANITARISTA E/OU AMBIENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: .....

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: .....

VIII - .....

13.20.6 - Na hipótese do item anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte a publicação do edital.

.....

14.1.2 - O Consórcio Público poderá manter sistema de registro de preços, observado o disposto no item anterior.

.....

16.2 - .....

IV - os saldos de exercício, quando vinculados a investimentos previstos no Plano Plurianual de Trabalho;

.....

### ANEXO 1 - DOS EMPREGOS PÚBLICOS DE CONFIANÇA

Nº de empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
....	.....	.....	.....
....	Gestor de Serviços	....	R\$ 6.000,00

### ANEXO 2 - DOS EMPREGOS PÚBLICOS PERMANENTES

Nº de empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/Mês
...	.....	.....	.....
...	Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental	.....	.....
...	Médico Veterinário	....	....

ANEXO 3 - (revogado).

(...)."



## ANEXO II

Alteração no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI aprovadas na 25ª Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16/04/2014, na cidade de Timbó/SC:

“(…)

Art.2º - São finalidades deste Consórcio Público:

.....

V - a produção de informação ou de estudos técnicos, inclusive de políticas e/ou planos básicos regionais, integrados ou não, de saneamento básico e/ou de manejo e gestão de resíduos sólidos, contemplando a coleta, reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e disposição final ambientalmente adequada;

.....

Art. 45 - .....

§ 5º - Os servidores efetivos recebidos em cessão, na forma do § 4º deste artigo, permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Assembléia Geral, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIMVI, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem.

§ 6º - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no § 5º deste artigo, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CIMVI efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes.

§ 7º - Na hipótese de § 4º deste artigo, o ente da Federação consorciada cedente deverá assumir a manutenção dos pagamentos da remuneração regular do servidor e dos encargos, donde tais despesas serão contabilizadas como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no Contrato de Rateio e/ou ressarcidos mensalmente pelo CIMVI.

.....

Art. 50 - .....

Nº de empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário / Mês
.....	.....	.....	.....
.....	Gestor de Serviços	.....	R\$ 6.000,00

.....

Art. 51 - .....

Nº de empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário / Mês
.....	.....	.....	.....
.....	Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental	.....	.....
.....	Médico Veterinário	.....	.....

.....

Art. 52-A - Conceder-se-á:

.....

II- Adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

§ 1º - (revogado)

§ 2º - (revogado)

§ 3º - (revogado)

§ 4º - Na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retomar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

§ 5º - Os adiantamentos de viagem serão requeridos em formulário

próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para o pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

.....

Art. 53 - .....

.....

VII - Para o emprego de ENGENHEIRO SANITARISTA E/OU AMBIENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: .....

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: .....

VIII - .....

.....

IX - (revogado)

X - (revogado)

.....

Art. 63 - .....

.....

IV - os saldos do exercício, quando vinculados a investimentos previstos no Plano Plurianual de Trabalho;

..... ”

### Ata Chamada Pública N.º 04 2014 PMT - Análise Documentos Apresentados

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ

ATA DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

CHAMADA PÚBLICA Nº. 04/2014 PMT

Às oito horas e trinta minutos, do décimo dia do mês de setembro de dois mil e quatorze, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 792, de 02 de janeiro de 2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger, para análise dos documentos apresentados referente processo licitatório Chamada Pública nº 04/2014 PMT. Conforme consta na Ata do dia 15/08/14 em análise aos documentos de habilitação da COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL - COPAJAS, verificou-se que o Extrato da DAP Pessoa Jurídica estava com o prazo de validade vencido (06/08/2014). Neste sentido foi concedido o prazo de oito dias úteis, a contar da publicação desta ata (no dia 19/08/2014) para a respectiva licitante apresentar os documentos conforme exigências do Edital. Em análise aos documentos, verificou-se que a COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL - COPAJAS apresentou o Extrato da DAP Pessoa Jurídica com prazo de validade até 05/09/2015, de acordo com as exigências do Edital, restando, portanto habilitada no certame, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	FORNECEDOR	QUANTIDADE	VALOR UNIT.
1	Iogurte	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL - COPAJAS	5.905 und.	R\$ 3,90

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Registre-se, publique-se, intemem-se.

CARMELINDE BRANDT

Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO

Secretária

ALINE BURGER

Membro

**Ata de Retificação Classificação Concorrência N.º 48 2014 PMT**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE RETIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº. 48/2014 - PMT

Às catorze horas, do décimo dia, do mês de setembro de dois mil e catorze, (10/09/2014) na sala de licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger a fim de realizar a retificação da pontuação geral na tabela de classificação, bem como designar data para abertura do Envelope nº 4. Tendo em vista a Decisão de fls. 2008/2013, a qual diminuiu 01 (um) ponto no quesito Raciocínio Básico da empresa Edson Antonio Britenbach (Prodiz Comunicação), passando de 8,0 para 7,0 na média simples e de 12,0 para 10,5 a média com peso, o que refletiu na diminuição da sua média final, ou seja, de 90,05 para 88,55, fica alterada a pontuação geral da licitante, conforme tabela abaixo:

Ordem de Classificação	EMPRESA	Pontuação geral -classificação
1º	EDSON ANTONIO BRITENBACH (PRODIZ COMUNICAÇÃO)	88,55
2º	FREE Reichert Comunicação Ltda.	79,55
3º	VALE MAIS COMUNICAÇÃO LTDA.	77,25
4º	Agência Trilha Publicidade e Propaganda Ltda. - ME	71,80

Ficam mantidos todos os demais termos constantes das Atas das Sessões do dia 21/07/14 (fls. 1004/1009). Objetivando dar continuidade ao certame, ficam as empresas desde já convocados para sessão pública de abertura do Envelope nº 4, que se realizará no dia 17/09/2014, às 9:00 hrs no Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Registre-se, publique-se, intímese-se.

CARMELINDE BRANDT  
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Secretária

ALINE BURGER  
Membro

**Aviso de Licitação Deserta - Pregão Presencial N.º 27 2014 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO LICITAÇÃO DESERTA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2014 FMS

O Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde torna público para conhecimento dos interessados que restou DESERTO o Pregão Presencial nº. 27/2014 que teve por objetivo a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO DOS USUÁRIOS DO CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (REPETIÇÃO PARCIAL DO PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2014 FMS), sendo que não houve empresas interessadas em participar do certame.

Timbó (SC), 11 de setembro de 2014.  
ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde

**Aviso de Licitação Deserta - Pregão Presencial N.º 98 2014 PMT**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO LICITAÇÃO DESERTA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 98/2014 PMT

O Município de Timbó torna público para conhecimento dos interessados que restou DESERTO o Pregão Presencial nº. 98/2014 que teve por objetivo a AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E REFORMA DE TOLDOS PARA MELHORIA DE ACESSO DOS ALUNOS DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LAR DA CRIANÇA E ESCOLA MUNICIPAL ERWIN PRADE, sendo que não houve empresas interessadas em participar do certame.

Timbó (SC), 11 de setembro de 2014.  
SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário de Educação

# Três Barras

## PREFEITURA

### Procedimento Licitatorio Nº. 84/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.  
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 84/2014.  
EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 10/2014.

A Prefeitura Municipal de Três Barras - SC torna publico que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94 receberá até as 09 h e 00 min. do dia 29 de setembro de 2014, a Documentação e Propostas para construção civil, visando a contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para construção de uma Unidade Acolhimento Infante-Juvenil com área total a ser construída de 623,04 m2 na esquina formada pela Avenida Jose Nunes Cavaleiro e Avenida Abraão Mussi no Bairro São Cristovão, com valor orçado de R\$ 747.648,00. Recursos Financeiros: R\$ 500.000,00 provenientes do Fundo Nacional de Saúde (FNS) - Convenio Unidade de Acolhimento Infante Juvenil - Proposta 1149107500011 - Processo 25000.192906/2013-03.

Abertura: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 29 de setembro de 2014. Copias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações da Prefeitura Municipal, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Três Barras - SC, mediante apresentação da guia de pagamento / depósito, no valor de R\$ 30,00 (trinta Reais) na conta nº. 1273-4 - Banco do BRASIL - Agencia nº. 5278-7 - Três Barras - SC. Maiores informações poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 - Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 05 de setembro de 2014.  
ELOI JOSE QUEGE  
PREFEITO MUNICIPAL

SALVADOR DE MAIO DE NETO  
JURIDICO

### Procedimento Licitatorio Nº. 85/2014

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.  
Procedimento Licitatório nº. 85/2014 - Edital Pregão nº. 60/2014.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 24 de setembro de 2014, Propostas para "Registro de Preço de Prestação de Serviços para: colocação de meio fio, execução de calçadas com paralelepípedo e ou lajotas de concreto, execução de bocas de lobos, entre outros", destinados à manutenção dos serviços da Secretaria de Viação, Obras e Serviços. Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Validade da Ata de Registro de Preço: 01 (um) ano.  
Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 24 de setembro de 2014.  
Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro - Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 05 de setembro de 2014.  
ELOI JOSE QUEGE  
PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS  
PREGOEIRO.

### Decreto Nº 4.400 de 14 de Julho de 2014

DECRETO Nº 4.400 DE 14 DE JULHO DE 2014  
DESIGNA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O QUADRIÊNIO 2014 A 2018.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município

#### DECRETA:

Art. 1º. - Ficam designados os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Três Barras - SC, com a finalidade de assessorar o Governo Municipal na execução do programa de assistência à Educação alimentar, conforme segue:

a) Representantes do Poder Executivo:  
Efetivo: Eloá Steklain  
Suplente: Simone Cornelsen Jarschel

b) Representantes dos Profissionais da área da Educação:  
Efetivo: Léa Aparecida Padilha  
Suplente: Analete Gomes Teles

c) Representantes dos Pais de alunos:  
Efetivo: Clausa Terezinha de Oliveira  
Suplente: Maria Bileski Guimarães

d) Representantes indicados por Entidades Cívis Organizadas:  
Efetivo: João Mateus Barboza  
Suplente: Ideni Terezinha Massaneiro

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de julho de 2014  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras - SC

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor.

### Decreto Nº. 4.401 de 14 de Julho de 2014.

DECRETO Nº. 4.401 DE 14 DE JULHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A COMISSÃO DE LEVANTAMENTO E REAVALIAÇÃO DO PATRIOMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO DO MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS - SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o art. 5º. da Lei nº. 2.940 de 23 de Dezembro de 2.010,

**DECRETA:**

Art. 1º.- Fica nomeada a Comissão de Levantamento e Reavaliação do patrimônio mobiliário e imobiliário do Município de Três Barras -SC, que será composta pelos seguintes membros:

- I - Presidente - Antonio Renato Sprotte
- II - Secretário - Aécio Rodrigo Budant
- III - Membro - Estanislau Fiolek Neto
- IV - Membro - Patrick Ramos
- V - Suplente - Cristian Roberto Todt
- VI - Suplente - Vivianne Pailo Collares.

Art. 2º.- Compete a esta Comissão proceder o levantamento físico dos bens do Município de Três Barras, para efeito de ajustes contábeis e patrimoniais, bem como proceder a s devidas depreciações e avaliações a valor justo dos bens móveis e, reavaliação dos bens imóveis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público.

Parágrafo Único - o serviço de levantamento físico e os ajustes referidos no "caput" deste artigo poderão ser realizados por empresa contratada, devendo nesse caso, a comissão validar todas as etapas do processo por meio de atas.

Art. 3º.- O relatório conclusivo será entregue ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º.- Os membros integrantes da Comissão de que trata este Decreto não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 5º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

-fls 02 - Decreto nº. 4.401 - de 14/07/2014-

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de Julho de 20.14.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Decreto Nº 4.403 de 14 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 4.403 DE 14 DE JULHO DE 2014.  
APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE HELOÍSA GOMES SOUZA CORDEIRO E OSMAR CORDEIRO, SITUADO NO BAIRRO CENTRO, TRÊS BARRAS - SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Heloísa Gomes Souza Cordeiro e Osmar Cordeiro, localizada na Rua Roberto Olsen, bairro Centro, Três Barras - SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 37.715 - livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 800,00 m<sup>2</sup> (oitocentos metros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I - Lote 24 com 410,00 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem

da Rua Roberto Olsen se encontra; à Frente, com a Rua Roberto Olsen na extensão de 20,50 metros lineares; aos Fundos, com os Lotes nº 26 e 27 na extensão de 20,50 metros de propriedade de Itamar Custódio Maciel e Goreti Leme Maciel; ao Lado Direito, com o Lote nº 25 na extensão de 20,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 01 na extensão de 20,00 metros lineares de propriedade de Alzenir Romário de Lima e Juliana Cristina Furda de Lima.

II - Lote 25 com 390,00 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Roberto Olsen se encontra; à Frente, com a Rua Roberto Olsen na extensão de 19,50 metros lineares; aos Fundos, com os Lotes nº 26 e 27 na extensão de 19,50 metros lineares de propriedade de Itamar Custódio Maciel e Goreti Leme Maciel; ao Lado Direito, com a Rua Professora Nelide Maria Andrade Figueiredo na extensão de 20,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 24 na extensão de 20,00 metros lineares.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de julho de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

**Decreto Nº 4.404 de 14 de Julho de 2014**

DECRETO Nº 4.404 DE 14 DE JULHO DE 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR  
TOTAL DE R\$ 239.806,97, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.105 de 20 de dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar de excesso de arrecadação/repasso no orçamento do Município de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 197.846,40 (Cento e noventa e sete mil, oitocentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos), como segue:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços			
004.122.0017.2074 - Apoio a Secretaria de Viação e Obras			
3390.00.00	12418	Aplic. Diretas/ Transf. de Convênios Defesa Civil União	197.846,40

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso de arrecadação/repasso como segue:

-Portaria nº 176 de 03/07/2014 Repasse da União-Ministério da Integração Nacional/Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil



no valor de R\$ 197.846,40 (Cento e noventa e sete mil, oitocentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos) no vínculo 12418.

Art. 3º Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 2.960,57 (Dois mil, novecentos e sessenta reais e cinquenta e sete centavos), como segue:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços			
004.122.0017.2074 - Apoio a Secretaria de Viação e Obras			
3390.00.00	14300	Aplic. Diretas/ Aux. Fin. Fomento Exp. - FEX	2.960,57

Art. 4º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 417219900010000 - Fex - Aux. Financ. Fomento Exportações, vínculo 14300, no valor de R\$ 2.960,57.

Art. 5º - Abre crédito adicional suplementar por anulação de dotações ao orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais), como segue:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços			
015.452.0020.2033 - Iluminação Pública			
4490.00.00	11700	Aplic. Diretas/ Contribuição para o COSIP	39.000,00

Art. 6º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, no valor de R\$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais), será utilizado os recursos provenientes das seguintes anulações:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços			
015.452.0020.2033 - Iluminação Pública			
3390.00.00	11700	Aplic. Diretas/ Contribuição para o COSIP	39.000,00

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 14 de julho de 2014.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

### **Decreto Nº 4.405 de 14 de Julho de 2014**

DECRETO Nº 4.405 DE 14 DE JULHO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR

TOTAL DE R\$ 184.700,00, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº. 3.129 de 02 de junho de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde Três Barras para exercício 2014, no valor de R\$ 163.200,00 (Cento e sessenta e três mil e duzentos reais), como segue:

12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 - Fundo Municipal de Saúde			
010.301.0009.1072 - Construção Unidade de Saúde B. João Paulo II			
4490.00.00	32307	Aplic. Diretas /Conv. União - Unidade João Paulo II	81.600,00
010.301.0009.1073 - Construção Unidade de Saúde B. Vila Nova			
4490.00.00	32308	Aplic. Diretas /Conv. União - Unidade Bom Jesus/ Vila Nova	81.600,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro apurado ao final do exercício de 2013, como segue:

-Conta 624.034-2 da Caixa Econômica Federal, agência 0413, no valor de R\$ 81.600,00 no vínculo 32307.

-Conta 624.035-0 da Caixa Econômica Federal, agência 0413, no valor de R\$ 81.600,00 no vínculo 32308.

Art. 3º - Abre crédito adicional suplementar por provável excesso de arrecadação no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 21.500,00 (Vinte e um mil e quinhentos reais), como segue:

12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 - Fundo Municipal de Saúde			
010.301.0009.1072 - Construção Unidade de Saúde B. João Paulo II			
4490.00.00	10200	Aplic. Diretas /Rec. de Impostos e de Transf. Imp.-Saúde	4.500,00
010.301.0009.1073 - Construção Unidade de Saúde B. Vila Nova			
4490.00.00	10200	Aplic. Diretas /Rec. de Impostos e de Transf. Imp.-Saúde	17.000,00

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação, como segue:

-Conta Receita nº 417210102000000 - Cota-Parte Fundo Participação dos Municípios - FPM, vínculo 10200, no valor de R\$ 21.500,00.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 14 de julho de 2014.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Lei Nº 3.139 de 11 de Setembro de 2014**

LEI Nº 3.139 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR CONVÊNIO COM CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL NA MODALIDADE DE ABRIGO INSTITUCIONAL.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Executivo Municipal a firmar convênio com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL NA MODALIDADE DE ABRIGO INSTITUCIONAL - "LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS", pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 19963.228/0001-05, estabelecido à Rua Bem-te-vi, s/n, Distrito do São Cristóvão, Três Barras - SC, com objetivo de colaboração na realização de concurso público.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução do convênio ficam limitadas ao valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e correrão por conta de elemento específico do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC., em 20 de agosto de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) na data de 21 de agosto de 2014.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Lei Nº 3.138, de 2014.**

LEI Nº 3.138, DE 2014.

ALTERA, ACRESCENTA E RENUMERA INCISOS DO ART. 3º. DA LEI N. 2.176 DE 4 DE JUNHO DE 2002 QUE "ESTABELECE ÁREA MÍNIMA PARA DESMEMBRAMENTO DE LOTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, JOÃO FRANCISCO CANANI, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decretou, o Prefeito Municipal sancionou nos termos do § 2º do art. 54 da Lei Orgânica Municipal e eu promulgo, de acordo com o inciso V do art. 46 e do § 7º do art. 54, também da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º. Os incisos do art. 3º, da Lei n. 2.176, de 4 de junho de 2002, passam a vigorar com a redação seguinte:

"I - os lotes terão área mínima de 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e frente mínima de 10,00 m (dez metros).

II - a taxa de ocupação, para os lotes com área mínima definida no inciso anterior, é de 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados), com recuo frontal de 5 m. (cinco metros) e a taxa de impermeabilização de 62,50 m² (sessenta e dois metros e cinquenta centímetros quadrados);

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Três Barras - SC, em 2 de Setembro de 2014.

João Francisco Canani

Presidente

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Câmara, na data supra.

Antonio Édson Pereira

Encarregado de Administração e Finanças

**Ato Nº 347/2014**

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

16ª CIRCUNSCRIÇÃO DE SERVIÇO MILITAR

JRS DE FLORIANÓPOLIS - 1908

13ª DELEGACIA DE SERVIÇO MILITAR

JUNTA DE SERVIÇO MILITAR Nº 119

ATO Nº 347/2014

O Prefeito Municipal e Presidente da Junta de Serviço Militar da cidade de Três Barras - SC, usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE

DISPENSAR, a partir de 22 de abril de 2014, a servidora Arlete Metka da Silva Schermack das funções de Secretário da Junta de Serviço Militar.

Três Barras, SC, 30 de junho de 2014

Eloi José Quege

Prefeito Municipal e Presidente da JSM.

**Ato Nº 348/2014**

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

16ª CIRCUNSCRIÇÃO DE SERVIÇO MILITAR

JRS DE FLORIANÓPOLIS - 1908

13ª DELEGACIA DE SERVIÇO MILITAR

JUNTA DE SERVIÇO MILITAR Nº 119

ATO Nº 348/2014

O Prefeito Municipal e Presidente da Junta de Serviço Militar da cidade de Três Barras-SC, usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, com amparo no § 5º do art. 29 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 (Regulamento Lei do Serviço Militar),

RESOLVE

DESIGNAR o servidor Hercílio Adriano Rodrigues Figueiredo para a função de Secretário da Junta de Serviço Militar.

Três Barras, SC, 03 de julho de 2014

Eloi José Quege

Prefeito Municipal e Presidente da JSM



## Tunápolis

### PREFEITURA

#### Processo de Licitação Nº 26/2014 Edital de Pregão Presencial Nº 23/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2014  
Edital de Pregão Presencial nº 23/2014

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, por REGISTRO DE PREÇO na modalidade de Pregão Presencial, pelo menor preço por item que tem por objeto a Aquisição de Medicamentos de forma parcelada, destinados à manutenção da farmácia e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde. Entrega dos envelopes até às 9h45min do dia 25/09/2014. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Bruno José Heberle  
Gestor do Fundo

#### Resolução 14

RESOLUÇÃO 014/2014

AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES EM SEMINÁRIO ESTADUAL DE VEREADORES QUE ESPECIFICA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Art. 1º Ficam autorizados os Vereadores GILBERTO LUNKES, ELÓI RHODEN, CLENI DIAS WIGGERS, ELÓI WINK, NILSE SEHN, FLÁVIO ALBANO WENDLING e a Servidora LIANE JACINTA FINGER HECK para participar do II Seminário Estadual de Vereadores, promovido pela UVESC (União dos Vereadores do Estado de Santa Catarina), a realizar-se na cidade de Itá, SC., nos dias 28 e 29 de Agosto do corrente ano.

Art.2º As despesas de inscrição, diárias e transporte correrão a conta de dotação orçamentária específica.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC.

Em 21 de Agosto de 2014

FLÁVIO ALBANO WENDLING

Presidente

## Vargeão

### PREFEITURA

#### Extratos de Contratos Referentes ao Pregão Nº 38/2014

EXTRATOS DE CONTRATOS referentes ao Pregão nº 38/2014  
ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP

OBJETO: Aquisição parcelada de alimentos e produtos de higiene e limpeza, destinados CRAS.

VALOR: R\$ 698,62 (seiscentos e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 38/2014 e Contrato nº 151/2014.

Vargeão, SC, 09 de setembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: MOACIR BERTOL & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de alimentos e produtos de higiene e limpeza, destinados ao CRAS.

VALOR: R\$ 2.888,30 (dois mil oitocentos e oitenta e oito reais e trinta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 38/2014 e Contrato nº 152/2014.

Vargeão, SC, 09 de setembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: VANDERLEI PAVAN - ME

OBJETO: Aquisição parcelada de alimentos e produtos de higiene e limpeza, destinados ao CRAS.

VALOR: R\$ 4.036,30 (quatro mil e trinta e seis reais e trinta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 38/2014 e Contrato nº 153/2014.

Vargeão, SC, 09 de setembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

OBJETO: Aquisição parcelada de alimentos e produtos de higiene e limpeza, destinados ao CRAS.

VALOR: R\$ 609,05 (seiscentos e nove reais e cinco centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 38/2014 e Contrato nº 154/2014.

Vargeão, SC, 09 de setembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: LANGE ALIMENTOS LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de alimentos e produtos de higiene e limpeza, destinados ao CRAS.

VALOR: R\$ 964,45 (novecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 38/2014 e Contrato nº 155/2014.

Vargeão, SC, 09 de setembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

## Vargem Bonita

### PREFEITURA

#### Processo 058/2014 TP 010/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº058/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, TENDO COMO OBJETO O TRATAMENTO PAISAGÍSTICO E REMODELAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE DE VARGEM BONITA, compreendendo obras de: a) Intervenção Elétrica para instalações paisagísticas e urbanas b) Intervenção Urbana: obras civis e de mobiliário urbano; c) Intervenção Paisagística de espaços públicos; conforme especificações do Memorial Descritivo, Projeto Arquitetônico, Plantas, Planilhas Orçamentárias e demais Anexos que compõem o Projeto Executivo de Engenharia, parte integrante do Edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário.

Recursos: Orçamento Municipal

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 30 de Setembro de 2014 às 14:00 horas.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: [compras@vargembonita.sc.gov.br](mailto:compras@vargembonita.sc.gov.br).

Vargem Bonita, 11 de Setembro de 2014.

MELÂNIA ROMAN MENEZHINI

PREFEITA MUNICIPAL

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº. 75/2014 - Macadame

Prefeitura de Vidal Ramos  
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
PREGÃO Nº. 75/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 75/2014

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame a FORNECIMENTO DE PEDRA BRITA DESTINADO AO REVESTIMENTO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DURANTE O EXERCÍCIO. QUANTITATIVO APURADO POR ESTIMATIVA PODENDO VARIAR DE ACORDO COM PROCEDIMENTOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO. ENTREGA PREVISTA DE MANEIRA FRAGMENTADA MEDIANTE REQUISICÃO PRÉVIA DO SETOR COMPETENTE.

**REGIMENTO:** A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 75/2014, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23 de janeiro de 2013. Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Até o dia 23/09/2014, às 10:00 hrs.

**LOCAL:** Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

**ÁREA RESPONSÁVEL:** Departamento de Compras e Licitações

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, e-mail: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

ESTE EXEMPLAR DE EDITAL É TRANSCRIÇÃO FIEL DO ORIGINAL ARQUIVADO NO PROCESSO DO PRESENTE PREGÃO.

#### 1 - PREÂMBULO

1.1 - A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos/SC, torna público e faz saber que, por determinação de seu Prefeito Municipal Sr. LACERDA DA CRUZ, acha-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 75/2014, tipo de licitação a de "MENOR PREÇO POR ITEM", que será processado em conformidade com a Lei Federal nº.10.520/2002, Lei Complementar 123/2006, Decreto 237/06 e subsidiariamente com a Lei 8.666/93 com suas modificações.

1.2 - O INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PARA O RECEBIMENTO DOS ENVELOPES contendo uma PROPOSTA DE PREÇOS e o outro a DOCUMENTAÇÃO será às 10:00 hrs do dia 23/09/2014, na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, localizado na Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, na cidade de Vidal Ramos/SC.

1.3 - AS PROPONENTES DEVERÃO EXAMINAR CUIDADOSAMENTE AS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO DESTES EDITAIS, DANDO ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS PENALIDADES ESTABELECIDAS PARA OS CASOS DE DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

1.4 CONTRATUAIS, FICANDO CIENTES DE QUE A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS APLICARÁ AS SANÇÕES PREVISTAS, OBEDECENDO AO DISPOSTO NO ART. 87, § 2º, DA LEI 8.666/93 COM SUAS ALTERAÇÕES.

#### 2 - OBJETO

2.1 - Este edital refere-se à Registro de Preços para a aquisição pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos de PEDRA BRITA DESTINADO AO REVESTIMENTO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DURANTE O EXERCÍCIO, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência.

#### 2.2 - CONSTITUEM ANEXOS DESTES EDITAIS:

ANEXO I - Minuta de Contrato;  
ANEXO II - Termo de Referência;  
ANEXO III - Folha de dados para elaboração de Contrato;  
ANEXO IV - Proposta Comercial;  
ANEXO V - Modelo de Declaração de não empregar Menor;  
ANEXO VI - Modelo de Credenciamento;  
ANEXO VII - Modelo de Declaração para Habilitação.

#### 2.3 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

2.3.1 - O Registro de Preço será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preço, na forma do Anexo VIII e nas condições previstas neste Edital.

2.3.2 - A Ata de Registro de Preço resultante deste certame terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura, podendo ser renovado por outros três iguais períodos.

#### 3 - CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

##### 3.1 - DAS CONDIÇÕES:

3.1.1 - Esta licitação está aberta a todas as empresas que se enquadrem no ramo de atividades pertinentes ao fornecimento do objeto da presente licitação e atendam as condições exigidas neste edital.

3.1.2 - Atendam às exigências constantes neste Edital e nos seus anexos, inclusive quanto à documentação requerida.

##### 3.2 - DAS RESTRIÇÕES:

3.2.1 - Empresa declarada inidônea de acordo com o previsto nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e que não tenha restabelecida a sua idoneidade.

3.2.2 - Concorratória ou com falência decretada.

3.2.3 - Consorciada.

#### 4 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1 - As Proponentes deverão apresentar dois envelopes, nº. 01 "PROPOSTA DE PREÇOS" e Nº. 02 "DOCUMENTAÇÃO", fechados, contendo as seguintes informações:

4.1.1. Pregão nº. 75/2014

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos - SC  
Envelope nº. 01 - Proposta Comercial  
Identificação da empresa proponente

4.1.2. Pregão nº. 75/2014

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos - SC  
Envelope nº. 02 - Documentação  
Identificação da empresa proponente

## 5 - CREDENCIAMENTO

5.1 - Os proponentes deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro com apenas um representante legal que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, será o único admitido a intervir nas fases do pregão, respondendo por sua representada, devendo ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

a) Habilitação do representante com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, mediante instrumento público de procuração ou instrumento particular, acompanhado do documento, descrito na alínea a seguir, para aferir-se a capacidade do outorgante;

b) Documento comprobatório de capacidade para representar a empresa (CONTRATO SOCIAL OU EQUIVALENTE), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, no caso de titular da mesma.

5.2 - O documento que credencia o representante deverá ser entregue separadamente dos envelopes "PROPOSTA DE PREÇO" e "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO".

5.3. Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, e declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

5.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição, conforme artigo 43 da Lei Complementar 123/2006.

5.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

5.6. O credenciamento é a condição obrigatória para a participação dos licitantes neste PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇO (Art.9, inc. I do Decreto nº. 237 de 25/05/2006).

## 6 - ENVELOPES NR. 01 "PROPOSTA DE PREÇOS"

6.1. A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos sub itens a seguir:

a) Emitida, por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa;

b) Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame;

c) Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, constando o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismo e de preferência o valor total por extenso;

c1) em caso de divergência entre os preços em algarismos e por extenso, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro;

c2) no preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais;

d) Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data - limite para a entrega dos envelopes.

e) Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura;

Parágrafo Único — Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do Anexo IV - Proposta de Preço, do presente edital.

## 7 - ENVELOPES Nº. 02 "DOCUMENTAÇÃO"

Poderão participar desta licitação quaisquer interessados, desde que:

7.1. Para habilitação entreguem os seguintes documentos:

7.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou ainda, inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

7.1.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

7.1.3. Regularidade Fiscal:

7.1.3.1. Prova de regularidade fiscal com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da empresa;

7.1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante o INSS e FGTS, do domicílio ou sede da empresa;

7.1.3.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT).

7.1.3.4. Não estejam sendo submetidas a processo de falência,



concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido suspensas de licitar no âmbito deste Município, e/ou declaradas inidôneas pela Administração Pública;

7.2.4. Os documentos de habilitação deverão ser entregues em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação na imprensa oficial, nos termos da legislação.

7.3. Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro;

#### 7.4 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

7.4.1 - Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração (Anexo VIII).

7.4.2 - Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal do licitante que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e também menor de dezesseis anos, de acordo com o inciso XXXIII do art. 6º da Constituição Federal e na forma da Lei nº 9.854, de 26/10/99, conforme modelo anexo (Anexo V).

7.5. Atendam às condições deste Pregão e apresentem os documentos nela exigidos;

#### 8 - SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO PREGÃO

8.1. Aberta a Sessão, sendo esta declarada pelo pregoeiro, os interessados ou seus representantes, apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VII) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme anexo, e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto. A partir desse momento não será permitida a participação de licitantes retardatários.

8.2. Credenciamento das empresas.

8.4. Recebimento dos envelopes de propostas de preço e de documentação de habilitação.

8.5. Abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais, análise da conformidade das propostas, cujos preços as possibilitem passar à fase de lances, com os requisitos estabelecidos no Edital e posterior rubrica das folhas.

8.6. Divulgação, pelo Pregoeiro e equipe de apoio, dos preços para registro em ata, bem como para conhecimento e acompanhamento por todos os presentes.

8.7. Divulgação, pelo Pregoeiro, das propostas classificadas. Propostas de melhor preço e as com preços até dez por cento superiores a de menor preço. Não havendo pelo menos três propostas nessas condições, serão escolhidas as três melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.1.1. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço;

8.1.2. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

8.2. No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor;

8.2.1. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

8.8. Em seguida o Pregoeiro dará início à etapa de lances verbais, convocando os licitantes classificados a apresentar lances verbais, os quais deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, iniciando-se pela última empresa classificada.

8.8.1. É vedada a oferta de lances com vista ao empate, bem como superior ao menor preço praticado no momento do lance.

8.8.2. Dos lances ofertados não caberá retratação, poderá o Pregoeiro estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

8.8.3. A apresentação dos lances é facultativa, sendo que a assistência por parte do(s) licitante(s), quando da convocação pelo pregoeiro, implicará na manutenção do último preço praticado.

8.9. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas, as propostas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.

8.10. Abertura do envelope e análise da documentação de habilitação da empresa que ofertou o menor preço.

8.11. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente na ordem de classificação.

8.12. O Pregoeiro informa o resultado da análise e comunica que a proposta e a documentação da licitante vencedora encontram-se à disposição dos licitantes.

8.13. Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.14. Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada

8.15. Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a micro empresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 6.15 - I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 6.14, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no

intervalo previsto no item 6.14, será realizado sorteio, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.16. Para as situações previstas nos item 6.14 a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 minutos.

8.17. Nas situações previstas nos subitens 6.9 e 6.11, o pregoeiro poderá negociar diretamente como o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.18. Não havendo manifestação oportuna de intenção de recorrer, o Pregoeiro adjudicará o objeto.

8.19. Devolução dos envelopes de documentação de habilitação dos licitantes não participantes da fase de lances.

8.20. Solicitação de nova planilha atualizada da empresa vencedora, se for o caso, a ser fornecida no prazo de até 02(dois) dias úteis.

8.21. Leitura da Ata e assinatura pelos licitantes presentes, pregoeiro e equipe.

8.22. Encerramento da sessão.

8.23. Caso qualquer proponente deixe de apresentar a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação poderá assinar tal declaração disponibilizada na sessão pelo Pregoeiro;

## 9 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1 - Caso não haja recurso, o pregoeiro, na própria sessão pública, adjudicará o objeto do certame à Proponente detentora do menor preço por lote, encaminhando o processo para homologação pelo(a) Prefeito(a) Municipal;

9.1.1 - Nesta hipótese, o pregoeiro decidirá sobre os recursos, adjudicará o objeto deste Pregão Presencial e encaminhará o processo ao Sr. Prefeito Municipal para homologação do procedimento licitatório;

9.2 - A homologação desta licitação não obriga a Administração à aquisição do objeto licitado.

## 10 - DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o procedimento, será adjudicado o seu objeto aos três primeiros classificados por lote;

10.2. Os preços unitários das três melhores propostas por lote serão registrados na ordem de classificação da Licitação;

10.3. A Assessoria Jurídica convocará o adjudicatário classificado em primeiro lugar para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação, assinar a Ata de Registro de Preços, cuja minuta integra este Edital, sob pena de decair do direito ao registro de preços, podendo, ainda, sujeitar-se a penalidades.

10.3.1. O prazo para a assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Assessoria Jurídica.

10.4. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá convocar os adjudicatários remanescentes, na ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de

Preços e efetuar os serviços ao respectivo preço registrado, nas seguintes hipóteses:

10.4.1. Inexecução contratual pelos primeiro classificado por qualquer motivo e conseqüente cancelamento da Ata, inclusive em caso fortuito ou de força maior, e;

10.4.2. Revisão do preço do primeiro classificado, quando o novo preço resultar superior ao do segundo classificado.

10.5 Os detentores das Atas não se eximirão das penalidades corresponsáveis, na hipótese de inexecução contratual;

10.6 A existência do preço registrado não obriga o Município de Vidal Ramos a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições;

10.7 O preço que vier a ser registrado em consequência do presente pregão poderá sofrer reajuste durante sua vigência, desde que para tal for apresentado pela licitante documento fiscal emitido por fornecedores da matéria prima ou órgão de governo controlador da referida comercialização que comprove a alteração de preço pretendido. Para o efetivo reajustamento será necessária a assinatura e explicação de nova ata de registro de preço.

10.8 Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666 / 93 e suas alterações e nos artigos 16 e 17 do Decreto Municipal nº 136/2005 e suas alterações;

## 11- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento dos envelopes, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimento, providências ou impugnar o edital, mediante petição escrita, protocolada na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos.

Não serão aceitas impugnações via fax ou e-mail, devendo, tanto para segurança do impugnante quanto da administração, ser protocoladas no protocolo geral deste município.

O Ordenador de Despesa decidirá sobre a petição no prazo de quarenta e oito horas. Em sendo acolhida a impugnação, ou se houver necessidade de alteração do edital, será designada nova data para realização da licitação.

## 12 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1. No recebimento e aceitação dos serviços será observada, no que couber, as disposições contidas nos artigos de 73 a 76 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

## 13 - PENALIDADES

13.1 A desistência da proposta e a não assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo ou a falta de apresentação dos documentos, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ensejarão:

13.1.1. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município de Vidal Ramos, pelo período de 2 (dois) anos.

13.2 Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificado e comprovado, o não cumprimento, por parte



da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejarão a aplicação, segundo a gravidade da falta, das seguintes penalidades:

a - advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a Contratada concorrido diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de Vidal Ramos;

b - multa de 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia, por atraso na entrega dos materiais, calculada sobre o valor da Ordem de Compra, até o 5º (quinto) dia corrido, após o que, aplicar-se-á a multa prevista na alínea "c" desta cláusula;

c - multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da (s) Ordem (ns) de Compra, na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;

d - na hipótese de cancelamento da Ata de Registro de Preços, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á a suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos;

e - cancelamento da Ata de Registro de Preços e suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo prazo de 02 (dois) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Compra ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Compra.

13.3 As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente;

13.4 As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município de Vidal Ramos;

13.5 As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.6 Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.6.1 - Declaração de inidoneidade enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos;

13.6.2 - Desclassificação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;

13.6.3 - Cancelamento da Ata de Registro de Preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se à paralisação da entrega dos materiais.

13.7 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem borrões ou rasuras, que não permitam o seu entendimento, bem como as que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital, notadamente às relativas aos documentos e amostras exigidas, assim como as propostas que não contenham os elementos que devem instruí-las ou estejam desacompanhadas das amostras exigidas, nos termos deste edital, ou cujos valores

globais ultrapassem o valor fixado para a escolha da modalidade da Licitação.

#### 14 - ESCLARECIMENTO

14.1 - As empresas interessadas poderão requerer esclarecimento sobre o presente pregão ao Departamento de Compras e Licitações pelo fax (47) 3356-1122 através do endereço eletrônico [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br), até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para o pregão;

14.2. - Em caso de não solicitação de esclarecimentos e informações pelas Proponentes, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo posteriormente o direito a qualquer reclamação.

#### 15 - DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro em conjunto a Equipe de Apoio;

15.2 - Fica eleito o foro da comarca de Ituporanga/SC, com exclusão de qualquer outro, para propositura de qualquer ação referente à presente licitação e/ou contrato dela decorrente;

15.3 - Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

15.4 - Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

15.5 - Se a licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora de serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número do CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

15.6 - O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega de CADA FRAGMENTO DO OBJETO ora licitado e apresentação da respectiva nota fiscal;

15.7 - O produto a ser entregue deverá ser de 1ª qualidade, estando sujeito à substituição imediata o produto que se apresentar fora das especificações técnicas;

15.8 - A entrega será efetuada de forma fragmentada mediante prévia requisição, em até 05 dias após solicitação do setor competente, tendo por local um pátio apropriado disponibilizado no território deste município, distante no máximo 05 km do centro. Será também obrigação do contratado providenciar o carregamento dos caminhões do contratante em regime de prioridade, sem a necessária espera em possíveis filas de atendimento. Evidencia-se desta forma que o trabalho de carregamento dos caminhões será atribuição de responsabilidade do contratado (licitante vencedor).

15.9 - A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos se reserva o direito de, a qualquer tempo, revogar ou anular, total ou parcialmente, a presente licitação e desclassificar qualquer proposta ou todas elas, obedecendo-o disposto nos artigos 48 e 49 da Lei nº. 8.666/93 com suas alterações;

15.10 - É facultada ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

15.11 - As Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

15.12 - Ficam à disposição dos interessados no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, nos

dias úteis, das 8:00 hrs às 17:00 hrs todos os elementos que compõem o presente processo licitatório para análise de seus aspectos formais e legais, mediante solicitação escrita e dirigida ao Departamento de Compras e Licitações, conforme determina o artigo 63 da Lei 8.666/93.

Vidal Ramos, 09 de setembro de 2014.  
LAERCIO DA CRUZ  
Prefeito Municipal

#### ANEXO I

#### CONTRATO DE COMPRA E VENDA NR. XX/2014

Pelo presente Contrato de Compra e Venda, integrante do Processo Licitatório "Pregão Presencial para Registro de Preço nº. XX/XXXX", de um lado o Município de Vidal Ramos, representado pelo Prefeito Sr. LAERCIO DA CRUZ, e de outro a empresa xxxxxxxxx, com sede na Rua xxxxx, xxx, Bairro xxxxx, na cidade de xxxxxxx, SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nr. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, neste ato representado pelo seu xxxxxxxx, Sr. xxxxxxxx, tem justo e acordado o seguinte:

#### Clausula 1a. - DO OBJETO

A empresa denominada de VENDEDORA, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial para Registro de Preço nº. XX/XXXX, obriga-se a vender a primeira das acima qualificadas, denominada de ora em diante de PREFEITURA:

#### Tabela HOMOLOGADA

#### Clausula 2a. - DA ENTREGA

A entrega será efetuada de forma fragmentada mediante prévia requisição, em até 05 dias após solicitação do setor competente, tendo por local um pátio apropriado disponibilizado no território deste município, distante no máximo 05 km do centro. Será também obrigação do contratado providenciar o carregamento dos caminhões do contratante em regime de prioridade, sem a necessária espera em possíveis filas de atendimento. Evidencia-se desta forma que o trabalho de carregamento dos caminhões será atribuição de responsabilidade do contratado (licitante vencedor).

A critério do Município, a solicitação poderá ser suspensa temporariamente.

#### Clausula 3ª. - DAS OBRIGACOES DA VENDEDORA

3.1. Entregar o material contratado de acordo com o previsto na clausula 2a.

3.2. Garantir a qualidade do produto contratado.

3.3. Substituir imediatamente os produtos que se apresentarem fora das especificações técnicas.

3.4. Fornecer toda e qualquer informação e orientação técnica a PREFEITURA para o bom emprego e utilização do produto vendido.

#### Clausula 4ª. - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

4.1. Fiscalizar e controlar a entrega, comunicando a VENDEDORA, qualquer irregularidade constatada no produto entregue.

4.2. Efetuar o (s) pagamento (s) segundo os prazos e condições estabelecidas neste Contrato.

#### Clausula 5ª. - DA ORIGEM DOS RECURSOS

X.XXX.X.X.XX.XX.XX.XX (XX )

#### Clausula 6ª. - DO PREÇO

O preço contratado por este instrumento, de acordo com proposta apresentada pela VENDEDORA no processo licitatório é de R\$ xxx. xxx,xx ( ..... ).

#### Clausula 7ª. - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias após a emissão da respectiva Nota Fiscal e com o respectivo comprovante de entrega do produto.

#### Clausula 8ª. - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

A VENDEDORA deverá comparecer ao Departamento de Licitações e Contrato, até 03 (três) dias após a comunicação do resultado da licitação para assinatura do presente instrumento, tendo este a vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, sem prejuízo no disposto na clausula 2a.

#### Clausula 9ª - DA RESCISÃO E DA REVOGAÇÃO

09.1. O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente por iniciativa da PREFEITURA, atendida sempre a conveniência administrativa, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a VENDEDORA, qualquer espécie de indenização.

09.2. A critério da PREFEITURA, caberá ainda rescisão deste Contrato, quando a VENDEDORA:

09.2.1. Não cumprir qualquer das diretrizes contratuais.

09.2.2. Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem previa e expressa autorização da PREFEITURA.

09.2.3. Entrar em concordata ou falência, resultando no inadimplemento das obrigações constantes desse instrumento e no ato que o originou.

09.3. Ocorrendo a rescisão prevista nos itens 09.2.1, 09.2.2 e 09.2.3, a VENDEDORA responderá por perdas e danos.

09.4. O presente instrumento poderá ser rescindido também por mútuo consenso das partes.

09.5. Fica ressalvado a PREFEITURA o direito de revogar o presente instrumento por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, incorrendo em tal hipótese, direito da VENDEDORA de receber qualquer indenização ou reparação.

#### Cláusula 10 - DAS SANÇÕES

O descumprimento por parte da VENDEDORA de qualquer das cláusulas do presente Contrato ou mesmo do ato que o originou, implicará numa multa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor integral do contrato, além da responsabilidade civil que advir da irregularidade por perdas e danos ao Município, bem como da suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e declaração de inidoneidade.

## Clausula 11 - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes, para que fazendo parte integrante do Pregão Presencial nr. XX/XXXX, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Vidal Ramos, xx de xxxxxx de 2014.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

(Licitante vencedor)

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 75/2014

ANEXO II

## TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA					
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS					
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 75/2014 MACADAME					
AS PROPOSTAS INICIAIS NÃO PODERÃO ULTRAPASSAR OS SEGUINTE VALORES					
Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor total
1	PEDRA CALCITA EM PÓ-PEDRISCO APROPRIADO PARA REVESTIMENTO DE ESTRADAS VICINAIS E OBRAS DE MELHORIA DA ESTRUTURA VIÁRIA.	M³	2800,00	R\$ 29,00	R\$ 81.200,00
2	PEDRA CALCITA EM FORMA DE BRITA NA GRADUAÇÃO 01 APROPRIADA PARA MISTURA EM E OBRAS DE MELHORIA DA ESTRUTURA VIÁRIA. CONCRETO, BEM COMO PARA DRENAGEM DO SOLO APROPRIADO PARA REVENTIMENTO DE ESTRADAS VICINAIS.	M³	2800,00	R\$ 29,00	R\$ 81.200,00
3	REJEITO DE MINA DE CALCITA GRADUADA EM FORMA DE MACADAME APROPRIADO PARA REVESTIMENTO DE ESTRADAS VICINAIS.	M³	4.500,00	R\$ 17,00	R\$ 765.000,00
4	PEDRA CALCITA DETONADA EM FORMA DE RACHÃO APROPRIADO PARA DRENAGEM E BASE SÓLIDA DO LEITO DE ESTRADAS VICINAIS	M³	1800,00	R\$ 29,00	R\$ 52.200,00
TOTAL:					R\$ 979.600,00

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 75/2014

## ANEXO III

## FOLHA DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DE CONTRATO

Razão Social: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_ Fax: ( \_\_\_\_\_ )

Nome da pessoa para contatos: \_\_\_\_\_

Telefone: ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Nome completo da pessoa da pessoa que assinará o contrato: \_\_\_\_\_

Cargo que a pessoa ocupa na empresa: \_\_\_\_\_

RG : \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Obs.: em caso de representação por procurador, juntar o instrumento de mandato específico para assinatura do contrato.

Data: \_\_\_\_\_

(Carimbo e assinatura do responsável pelas informações)

Observação: Solicitamos a gentileza de preencher este formulário, e entregá-lo juntamente com os envelopes da presente licitação. Caso essa empresa seja vencedora, estes dados facilitarão a elaboração e assinatura do contrato referente a este procedimento licitatório. A não apresentação dessa folha não implicará a inabilitação da Proponente.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 75/2014

ANEXO IV

PROPOSTA DE PREÇOS

(Modelo que pode ser preenchido pela Proponente como sua proposta)

Nome da Proponente: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone/Fax: \_\_\_\_\_

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

Banco: (BANCO DO BRASIL) \_\_\_\_\_ Conta Corrente: \_\_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

\* as empresas que não possuem conta nos bancos acima especificados deverão atentar-se para a cobrança de TED (Transferência Eletrônica Disponível).

Conforme estipulado nos itens do edital e suas especificações, propomos:

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 75/2014

AS PROPOSTAS INICIAIS NÃO PODERÃO ULTRAPASSAR OS SEGUINTE VALORES

Nº.	Q.	UND	CARACTERIZAÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	2800,00	M³	PEDRA CALCITA EM PÓ-PEDRISCO APROPRIADO PARA REVESTIMENTO DE ESTRADAS VICINAIS E OBRAS DE MELHORIA DA ESTRUTURA VIÁRIA.		
2	2800,00	M³	PEDRA CALCITA EM FORMA DE BRITA NA GRADUAÇÃO 01 APROPRIADA PARA MISTURA EM CONCRETO, BEM COMO PARA DRENAGEM DO SOLO APROPRIADO PARA REVENTIMENTO DE ESTRADAS VICINAIS E OBRAS DE MELHORIA DA ESTRUTURA VIÁRIA.		
3	4500,00	M³	REJEITO DE MINA DE CALCITA GRADUADA EM FORMA DE MACADAME APROPRIADO PARA REVESTIMENTO DE ESTRADAS VICINAIS.		
4	1800,00	M³	PEDRA CALCITA DETONADA EM FORMA DE RACHÃO APROPRIADO PARA DRENAGEM E BASE SÓLIDA DO LEITO DE ESTRADAS VICINAIS		
TOTAL					

Nos preços propostos estão inclusos todos os custos e despesas, encargos e incidências, diretos ou indiretos, houver incidência, não importando a natureza, que recaiam sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, obrigações patronais como: salário, férias, 13º salário, INSS, FGTS trabalhistas e quaisquer outras que forem dívidas relativas aos serviços, serão de inteira responsabilidade da empresa vencedora;

Prazo de validade da presente proposta 60(sessenta) dias

Declaramos que esta proposta, nos termos do edital, é firme e concreta, não nos cabendo desistência após a fase de habilitação, na forma do art. 43, § 6º, da Lei nr. 8.666/93 com suas alterações.

Declaramos que esta empresa está ciente da cláusula 2.1, com relação á entrega fragmentada dos itens.

Data:  
Assinatura:  
Nome:  
RG: CPF:

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 75/2014

## ANEXO V

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR

## D E C L A R A Ç Ã O

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL NRº. 75/2014

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr. (a) \_\_\_\_\_ portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_.

DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: A empresa emprega menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 75/2014  
ANEXO VI

## MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, C.N.P.J. \_\_\_\_\_, sob nº \_\_\_\_\_, representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, CREDENCIA o Sr. \_\_\_\_\_ (CAR-GO), portador do R.G. \_\_\_\_\_ e C.P.F. nr. \_\_\_\_\_, para representá-la perante a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos em licitação na modalidade Pregão Presencial nº 75/2014, podendo formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

NOME:

R.G.:

CARGO:

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 75/2014

## ANEXO VII

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(pode ser preenchida para entrega)

A empresa \_\_\_\_\_, com sede a \_\_\_\_\_, CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por seu representante Sr. \_\_\_\_\_, RGnr. \_\_\_\_\_ e C.P.F. nr. \_\_\_\_\_, declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014

Empresa:

Representante legal:

**Edital de Tomada de Preços Nº. 76/2014 - Fechamento Ginásio Escola Germano**

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 76/2014

O Município de Vidal Ramos/SC, torna público, que fará realizar no Gabinete da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a contratação de empresa para Mão de Obra, de pedreiros, carpinteiros, auxiliares, serralheria, eletricitista, bem como a relação completa do material necessário para fechamento de um ginásio da Escola Germano, material para parte elétrica e material para a parte de serralheria, localizado neste município de VIDAL RAMOS. Em conformidade com a Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Prefeitura - Setor de Compras, horário comercial, ou pelo email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br)

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 14:00 horas do dia 03 de outubro de 2014, devem ser protocolados na Divisão de Processos Licitatórios da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 14:00 horas do 03 de outubro de 2014, no Gabinete no Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Vidal Ramos, 11 de setembro de 2014.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

**Videira****PREFEITURA****Extrato do Contrato N. 0558/14**

Extrato do Contrato n. 0558/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: RENATA DOS ANJOS

CPF: 007.359.419-98

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SIRLEI LEONILDE TURCO VIECELI EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 11 de agosto de 2014 a 11 de novembro de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

**Extrato do Contrato N. 0568/14**

Extrato do Contrato n. 0568/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIBEL MARIA CARLESSO

CPF: 760.965.809-04

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARCIA APARECIDA MARTINAZZO EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 12 de agosto de 2014 a 01 de novembro de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

**Extrato do Contrato N. 0573/14**

Extrato do Contrato n. 0573/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALESSANDRA DE FÁTIMA LOPES

CPF: 005.518.249-64

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 06 de agosto de 2014 a 31 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.196,87 (um mil, cento e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos)

**Extrato do Termo de Rescisão N. 0114/14**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0114/2014

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0005/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ILIANE FATIMA DE OLIVEIRA

CPF: 028.814.739-11

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 29 de agosto de 2014.



**Extrato do Termo de Rescisão N. 0117/14**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0117/2014

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0434/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: DOMINGUINHOS BATISTA

CPF: 626.638.609-72

OBJETO: Rescisão a pedido do contratado

VIGÊNCIA: A partir 03 de setembro de 2014.

**Xavantina****PREFEITURA****Suspensão do Processo Licitatório Nº 69/2014 PMXV, Modalidade Tomada de Preços Nº 05/2014 PMXV**

SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2014 PMXV, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2014 PMXV

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro deste Município, através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, TORNA PÚBLICO, que suspenderá todas as ações referentes ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2014 PMXV, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2014 PMXV, até parecer final referente ao Processo nº REP-14/00448686 e Ofício nº 16.288/14 emitido pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, recebido pelo Município de Xavantina em 10 de setembro de 2014.

Xavantina/SC, em 11 de setembro de 2014.  
MAURO JUNES POLETO,  
Prefeito Municipal.



**Xaxim****PREFEITURA****Decreto 371/2014 Comissão Avaliação de Incentivos A Empresas**

DECRETO Nº 371/2014

Nomeia Comissão Especial para Avaliação de Incentivos à Empresas no Município de Xaxim e dá outras providências.

Idacir Antonio Orso, Prefeito Municipal do Município de Xaxim, Estado de Santa Catarina, de acordo com atribuições de seu cargo e de acordo com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art.1º Fica nomeada a Comissão Especial para Avaliação de Incentivos à Empresas do Município de Xaxim, concedidos de acordo com a Lei 1534/93, constituída pelos seguintes membros:

- 1-Rodrigo Veriato Morás
- 2-Neudi Antonio Paludo
- 3-Aldicir Alessi
- 4-Eduardo Simonato
- 5-Edemar Matiello
- 6-Leonardo Scherer de Oliveira
- 7-Ademir Antonio Folle
- 8-Luiz Alberto Cordenonsi

Art. 2º A Comissão de Avaliação não será remunerada e reunir se á sempre que necessário a avaliação de pedido de empresas que queira se expandir ou se instalar no Município.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 05 de setembro de 2014.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Fabio José Dal Magro  
Procurador Geral do Município

**Aviso de Dispensa 047 - Social**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 047/2014 - Processo Licitatório n. 174/2014.

Objeto: Aquisição de camisetas que serão utilizadas pelos integrantes dos grupos atendidos pelo CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, no grupo de artesanato.

Empresa: Confecções Alyne Ltda.

Valor Total: 1.867,50 (um mil oitocentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

Fundamentação Legal: Lei 8666/93 art. 24 inciso II e alterações posteriores.

Xaxim SC, 11 de setembro de 2014.

IDACIR ANTONIO ORSO  
Prefeito Municipal

**Zortéa****PREFEITURA****Extrato de Edital 004/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZORTÉA

MUNICIPIO DE ZORTÉA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0010/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA DA UNIDADE CENTRAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA POSTERIOR UTILIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ÀS PESSOAS DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA, DURANTE O ANO DE 2014. ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:00 horas do dia 23/09/2014. Tipo - MENOR PREÇO POR ITEM. INFORMAÇÕES DO PROCESSO LICITATÓRIO: Prefeitura Municipal de Zortéa, sala de Licitações, Rua Otaviano Oleoni Franceschi, nº 53 - Centro. E-mail: prefeitura@zortea.sc.gov.br - compras@zortea.sc.gov.br. HORÁRIO: Das 10:00 às 12:00 e das 15:00 h às 17:00 horas. TELEFONE Nº (49) 3557 - 2019 - 3557-2011. -

ZORTÉA - SC, 11/09/2014.

ANALU CHIAMOLERA SCHIMIT

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

**Lei Nº 497/2014 de 10 de Setembro de 2014 - Cria O Funmaz**

LEI Nº 0497/2014 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

CRIA O FUNMAZ - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ZORTÉA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PAULO JOSÉ FRANCESCKI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e na forma da lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DA FINALIDADE**

Art. 1º Fica criado por esta Lei o Fundo Municipal de Meio Ambiente de Zortéa - FUNMAZ, fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, que tem como objetivo proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, os serviços, os programas e os projetos da política de meio ambiente municipal.

Art. 2º Caberá a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo (SMAIT), enquanto órgão responsável pela coordenação da Política Municipal de Meio Ambiente, gerir o FUNMAZ, sob orientação e acompanhamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONDEMA.

§ 1º A proposta orçamentária do FUNMAZ anual e plurianual do Governo Municipal será submetida à apreciação e à aprovação do CONDEMA.

§ 2º O orçamento do FUNMAZ integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo (SMAIT).

**CAPÍTULO II  
DA CONSTITUIÇÃO DOS RECURSOS**

Art. 3º Constituem recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Zortéa - (FUNMAZ):

I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Meio Ambiente, se houver;

II - dotação consignada anualmente no Orçamento do Município e os outros recursos adicionais que lhe sejam destinados;  
III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;  
IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;  
V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências por força da lei e de convênios;  
VI - recursos de convênios firmados com outras entidades;  
VII - recursos provenientes das receitas advindas de licenciamentos ambientais, sendo para tanto emitidos boletos de arrecadação, quando houver;  
VIII - doações em espécies;  
IX - recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando a ampliação, cobertura e melhoria da qualidade de melhoria do meio ambiente;  
X - outras receitas que venham ser legalmente instituídas.  
§ 1º Os recursos que compõem o Fundo Municipal de Meio Ambiente de Zortéa - FUNMAZ serão depositados em instituições financeiras oficiais, em contas especiais, sob a denominação - Fundo Municipal de Meio Ambiente de Zortéa - FUNMAZ.

### CAPÍTULO III DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 4º Os recursos repassados ou arrecadados pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente de Zortéa - (FUNMAZ):

I - atendimento, em conjunto com o Município, das ações que visem a melhoria do meio ambiente no Município;  
II - aprimoramento da gestão de serviços, programas, projetos e programas relacionados ao meio ambiente;  
III - atendimento das despesas de operacionalização que visem implementar ações voltadas ao meio ambiente;  
IV - custeio das despesas dos Conselheiros Municipais de Meio Ambiente em representações e ou participações em seminários, cursos e eventos e outros relevantes à consecução da Política Municipal de Meio Ambiente;  
V - para capacitação de recursos humanos e desenvolvimento de estudos e pesquisas essenciais à execução de serviços, programas e projetos de meio ambiente.

### CAPÍTULO IV DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 5º A prestação de contas da utilização de recursos arrecadados, recebidos, repassados para o Fundo Municipal de Meio Ambiente de Zortéa - (FUNMAZ) do município, será realizada por meio de declaração anual.

Art. 6º Os demonstrativos da execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Zortéa - (FUNMAZ) serão submetidos à apreciação do CONDEMA semestralmente, de forma sintética, e anualmente, de forma analítica.

§ 2º A prestação de contas, na forma do caput, será submetida à aprovação do CONDEMA.

### CAPÍTULO V DO CONTROLE SOCIAL

Art. 8º No exercício da orientação e controle do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Zortéa - (FUNMAZ), o Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONDEMA adotará as seguintes medidas:

I - orientar, controlar e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária, que trata da destinação dos recursos, aos critérios de partilha, ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira;

II - certificar se a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo (SMAIT), divulga amplamente para a comunidade local, os benefícios, serviços, programas, e projetos, bem como os recursos disponibilizados pelo poder público;  
III - apreciar e aprovar a proposta de Lei Orçamentária Municipal, na Função - Meio Ambiente, por ocasião de sua apreciação, considerando os seguintes aspectos:

a) se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor desta política.

V - analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras constantes do plano de ação, mediante a emissão de parecer indicando se está regular, mediante os seguintes itens;

a) análise da documentação recebida do órgão gestor, bem como de sua capacidade de gestão;

b) Relação com os benefícios, serviços, programas, e projetos, da área de meio ambiente;

c) execução e aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo fundo de meio ambiente;

d) articulação com as demais políticas que visem a melhoria do meio ambiente;

VII - convocar o Conselho para análise e deliberação das prestações de contas;

### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º. O FUNMAZ poderá firmar convenio com entidades ligadas a preservação ambiental visando o princípio da sustentabilidade.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa - SC, 10 de setembro de 2014.

PAULO JOSÉ FRANCESCKI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 10 de setembro de 2014.

ALESANDRA AP. CARNEIRO MAGRINELLI  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

### **Lei Nº 498/2014 de 10 de Setembro de 2014 - Dispõe Sobre As Taxas de Serviços Ambientais**

LEI Nº 0498/2014 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A TAXA MUNICIPAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS PRESTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PAULO JOSÉ FRANCESCKI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e na forma da lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais prestados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo no âmbito municipal.

Art. 2º A Taxa de Prestação de Serviços Ambientais tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviços pela Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo pela análise prévia de licenças ambientais, análise de estudos de impacto ambiental, autorização de corte de vegetação, autorização para tratamento ou disposição de resíduos, pareceres técnicos e outras atividades de acordo com a legislação ambiental

vigente.

Art. 3º Os serviços e atividades sujeitos à Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais são os especificados no Anexo I desta Lei.

4º. Nos casos de isenção, conforme disposto no Anexo I, o requerente deverá anexar ao requerimento documento que comprove a situação de enquadramento como isento, nos termos da legislação em vigor.

Art. 5º. Os valores constantes do Anexo I serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado nos últimos doze meses, no início de cada exercício financeiro.

Parágrafo Primeiro: A Unidade Fiscal Municipal - UFM será utilizada para as cobranças de taxas constantes das fórmulas de cálculo previstas no Anexo I.

Parágrafo Segundo: Havendo correção em outro índice pela FAT-MA valerá a atualização de valores praticada por este órgão.

Art. 6º. Os serviços e atividades a que referem a presente lei somente serão realizados após o recolhimento da respectiva taxa, observada ordem de protocolo no órgão competente.

Art. 7º. Os valores arrecadados relativos à Taxa de Prestação de Serviços Ambientais serão integralmente recolhidos a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo.

Parágrafo Único: O recolhimento das taxas não garante a aprovação do projeto. Não havendo devolução em caso de não aprovação.

Art. 8º. As taxas municipais a que se refere a presente lei serão decorrentes da listagem das atividades consideradas potencialmente causadoras de degradação ambiental, constantes na Resolução nº 01/2014 do CONSEMA.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Zortéa - SC, 10 de setembro de 2014.

PAULO JOSÉ FRANCESCKI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 10 de setembro de 2014.

ALESANDRA AP. CARNEIRO MAGRINELLI  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

## ANEXO I

### TAXA MUNICIPAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS

#### 1. NORMAS GERAIS PARA DETERMINAÇÃO DOS VALORES DA TAXA MUNICIPAL DE SERVIÇOS AMBIENTAIS:

1.1. A determinação do valor da taxa, a quantificação do serviço e o cronograma de execução serão definidos quando da solicitação por parte do interessado.

1.2. Não poderá haver duplicação de componentes de custo para efeito de cobrança de um ou mais serviços, quando existirem fatores comuns na equação de preços.

1.3. A cobrança dos serviços solicitados será realizada na hora do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado pelo responsável sem o comprovante do respectivo pagamento.

1.4. O valor máximo para efeito de cobrança dos serviços de licenciamento será o valor correspondente ao da classe III, item B, definidos nas Tabelas nº 02 e nº 03.

#### 2. DAS ISENÇÕES

Ficam isentos do pagamento de taxas os entes públicos federais, estaduais e os municipais (órgãos públicos da Administração Municipal).

Também ficam isentas as entidades declaradas por meio de lei municipal como de utilidade pública, sem fins lucrativos e beneficentes. Ficando com a responsabilidade de encaminhamento de requerimento para análise e parecer técnico.

#### 3. DETERMINAÇÃO DO VALOR DA TAXA MUNICIPAL PELA ANÁLISE DOS REQUERIMENTOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS:

Para a determinação dos valores a serem cobrados pelas análises dos pedidos de Licenças Ambientais de que trata a Lei Federal Nº 6938, de 31 de agosto de 1981, a Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, as Resoluções do CONSEMA nº 1 e 2/2006, 4/2007, 4/2008 e 14 de 2013, as atividades são enquadradas em três classes I, II e III, em função do porte e do potencial poluidor/degradador, conforme Tabela Nº 01:

TABELA Nº 01

ENQUADRAMENTOS DAS ATIVIDADES POTENCIALMENTE CAUSADORAS DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

POTENCIAL POLUIDOR/ DEGRADADOR GERAL				
		P	M	G
PORTE DO EMPREEN- DIMENTO	P	I	I	II
	M	I	II	III
	G	II	III	III

2.1. O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função dos efeitos causados sobre o solo, ar e água. O potencial poluidor/degradador geral é o maior dentre os potenciais considerados sobre cada um dos recursos ambientais analisados.

2.2. O porte do empreendimento também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G) em função de critérios estabelecidos nas Resoluções que definem por listagem as atividades passíveis de licenciamento, cadastramento ou autorização ambiental, tais como: as Resoluções do CONSEMA nºs 01/06, 02/06, 04/08, 14/12, suas alterações e complementações, bem como, as demais Resoluções do CONAMA, CONSEMA ou CONDEMA que dispõem sobre licenciamento, cadastramento ou autorização ambiental.

2.3. O potencial poluidor/degradador e o porte do empreendimento estão definidos nas Resoluções acima mencionadas.

TABELA Nº 02

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS EM REAIS (R\$)

LICENÇAS	CLASSE					
	I		II		III	
	A	B	A	B	A	B
	P, P ou M, P	P, M	M, M ou G, P	P, G	M, G ou G, M	G, G
LAP	212,52	317,47	634,96	951,15	1.268,64	1.902,31
LAI	528,71	792,41	1.588,24	2.377,23	3.169,65	4.754,48
LAO	1.057,42	1.586,13	3.407,37	4.754,47	6.339,30	9.508,96
TOTAL	1.798,65	2.696,01	5.630,57	8.082,85	10.777,59	16.165,75

TABELA Nº 03

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM REAIS (R\$), PARA AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS, PECUÁRIAS E FLORESTAIS.

LICENÇAS	CLASSE					
	I		II		III	
	A	B	A	B	A	B
	P, P ou M, P	P, M	M, M ou G, P	P, G	M, G ou G, M	G, G
LAP	209,92	240,06	386,96	464,41	774,67	928,84
LAI	581,18	696,38	1.161,06	1.393,27	1.058,59	2.786,57
LAO	387,03	464,41	774,03	928,84	1.548,09	1.857,71
TOTAL	1.178,13	1.400,85	2.322,05	2.786,52	3.381,35	5.573,12

## TABELA Nº 04

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM REAIS (R\$), PARA AS ATIVIDADES DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA, EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS, PECUÁRIA E FLORESTAL, PARA PORTE ATÉ Q(I)<50

LAP	LAI	LAO	TOTAL
126,35	315,89	386,64	828,89

## TABELA Nº 05

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM REAIS (R\$), PARA AS ATIVIDADES DE BENEFICIAMENTO, FIAÇÃO E TECELAGEM DE FIBRAS TÊXTEIS VEGETAIS, ATÉ O LIMITE DE AU = 500,00 m².

LICENÇAS P, M	LAP 126,88	LAI 306,66	LAO 623,89	TOTAL 1.057,43
---------------	------------	------------	------------	----------------

## TABELA Nº 06

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM REAIS (R\$), PARA AS ATIVIDADES DE FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS TÊXTEIS, COM ESTAMPARIA E/OU TINTURA, ATÉ O LIMITE DE AU = 500,00m²; CONFECÇÕES DE ROUPAS E ARTEFATOS DE TÊXTEIS DE CAMA, MESA, COPA E BANHO, COM TINGIMENTO ATÉ O LIMITE DE AU = 500,00m²; E SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE LAVAÇÃO, TINGIMENTO, ALVEJAMENTO, ESTAMPARIA E/OU AMACIAMENTO, COM PORTE DE 200,00m² A 500,00m²

LICENÇAS P, M	LAP 190,33	LAI 459,96	LAO 935,81	TOTAL 1.586,10
---------------	------------	------------	------------	----------------

## TABELA Nº 07

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM REAIS (R\$), PARA AS ATIVIDADES DE ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS DE CLASSE IIB, ATÉ O LIMITE DE AU = 1000,00 M² E PARA CENTRAL DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS COM OU SEM TRATAMENTO ORGÂNICO ATÉ O LIMITE DE QT <= 30.

LICENÇAS P, M	LAP 136,14	LAI 329,04	LAO 669,44	TOTAL 1.134,62
---------------	------------	------------	------------	----------------

2.4. As Licenças Ambientais de Operação terão prazo de validade de 04 (quatro) anos, podendo, por decisão motivada e de acordo com os planos de controle ambiental, o prazo ser dilatado ou reduzido com aumento ou diminuição proporcional nos valores a serem cobrados pelo CONDEMA.

2.5. A cobrança da Análise dos Pedidos de Licenças Ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme determina a legislação em vigor.

2.6. Nos casos de pedidos de renovação de Licenças, será cobrado o valor referente à classificação da atividade.

2.7. Nas tabelas nºs 02, 03, 05, 06 e 07 acima, cada classe apresenta duas subdivisões (A e B), sendo que nestas, a primeira letra indica o porte da atividade e a segunda letra estabelece o potencial poluidor.

3. DETERMINAÇÃO DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA:

Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, conforme determina a legislação ambiental em vigor, a determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados dar-se-á conforme fórmula abaixo:

3.1 - Custo Total das Análises:

CT = TT + VT + CE + CA, onde:

a) Trabalho Técnico

TT = T x H (R\$ 61,01/hora)

b) Vistoria Técnica

VT = T x D (R\$ 149,13/dia) + V x R (R\$ 0,89/Km)

c) Consultoria Externa

CE = Cc x H

d) Custo Administrativo:

CA = (TT + VT + CE) x 0,10

Legenda:

CT = Custo Total

TT = Trabalho Técnico

VT = Vistoria Técnica

CE = Consultoria Externa

CA = Custo Administrativo

H = Número de Horas Trabalhadas

D = Número de Dias Trabalhados

R = Total de Km Rodados

T = Número de Técnicos

V = Número de Veículos

Cc = Custo de Consultoria por Hora

4. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL SIMPLIFICADA DE CORTE DE ÁRVORES; AUTORIZAÇÃO DE CORTE/SUPRESSÃO OU EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO; E REPOSIÇÃO FLORESTAL:

Pr (R\$) = 12,24 para corte isolado de até 05 árvores em zona urbana;

Pr (R\$) = 75,23 para corte isolado de 06 até 20 árvores em zona urbana;

Pr (R\$) = 137,23 + 0,03 x AM para corte/supressão de vegetação em zona urbana, com área de corte de até 5,0 ha;

Pr (R\$) = 75,23 para corte de árvores em área urbana ou rural que acarretam risco a vida ou a patrimônio;

Pr (R\$) = 75,23 para aproveitamento de árvores mortas ou caídas em propriedades ou posses de comunidades tradicionais;

Pr (R\$) = 75,23 para corte eventual em zona rural (20m³ ou 20 unidades);

Pr (R\$) = 137,23 para corte/supressão ou exploração de vegetação para fins agro-silvopastoris, no limite de até 2,0 ha;

Isento = para corte/supressão ou exploração de vegetação no caso de pequenos produtores rurais ou posses das populações tradicionais, limitado em até 2,0 ha por ano;

Isento = autorização municipal para transporte de produtos e subprodutos florestais no caso de pequenos produtores rurais ou posse rural familiar;

5. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE MANEJO DE PALMITI-TEIRO:

Pr (R\$) = 137,23 + 0,05 X U

6. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETO DE CORTE DE VEGETAÇÃO - AUC, PARA FLORESTAS PLANTADAS EM ÁREAS PROTEGIDAS (APP, UC, ETC), COM RECOMPOSIÇÃO VEGETAL:

Pr (R\$) = 137,23 para AU até 3,0 ha

Pr (R\$) = 137,23 + 20 x AU para área útil em hectare acima de 3,0 até 10,0 há

7. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS (APP, UC, ETC) POR MEIO DE PLANTIO:

Pr (R\$) = 75,23 para intervenção em APP até o limite de 5.000 m²

Pr (R\$) = 75,23 + 0,03 x AM para intervenção em APP acima de 5.000 m²

8. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS (APP, UC, ETC) POR MEIO DE ENROCAMENTO, MURO DE ARRIMO OU GABIÃO:

Pr (R\$) = 212,52 para intervenção até o limite de 50 metros



lineares

Pr (R\$) = 212,52 + 5% da UFM

Pr (R\$) = 212,52 + 5% da UFM para cada metro linear excedente a 50 metros lineares até o limite de 100 metros lineares

Pr (R\$) = 212,52 + 7% da UFM para cada metro linear excedente a 50 metros lineares até o limite de 100 metros lineares

9. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DAS DEMAIS AÇÕES OU ATIVIDADES CONSIDERADAS DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL NÃO ENQUADRADO NOS ITENS ANTERIORES:

Pr (R\$) = 212,52

10. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE DIAGNÓSTICO AMBIENTAL NOS CASOS EM QUE ESTIVER RELACIONADO A ATIVIDADE OU EMPREENDIMENTO NÃO PASSÍVEL DE LICENCIAMENTO, O QUE DEPENDA DE CADASTRAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DAS DEMAIS ATIVIDADES:

Pr (R\$) = 212,53

11. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE ANÁLISE, VISITÓRIA E ASSINATURA DOS PEDIDOS DE AVERBAÇÃO RESERVA LEGAL:

Pr = R\$ 75,23 PARA PROPRIEDADE COM ÁREA DE ATÉ 50,00 ha;

Pr = R\$ 75,23 + 2,00 x ARL PARA PROPRIEDADE COM ÁREA ACIMA DE 50,00 ha;

Isento = averbação da reserva legal para o pequeno produtor rural ou posse rural familiar, assim definidos no art. 3º, inciso I, da Lei Federal nº 11.428 /2006, conforme art. 16, § 9º da Lei Federal nº 4.771/65.

12. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE CONSULTA AMBIENTAL PARA TERRAPLENAGEM URBANA E RURAL

Pr (R\$) = 75,23 para AM menor que 1.000m²;

Pr (R\$) = 75,23 + 0,02% UFM/m² para AM maior que 1.000m²;

Isento = Terraplenagem Rural - quando for apresentado o requerimento assinado e carimbado pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura, ou outra que a suceder, onde deverá constar o cadastro do Agricultor.

13. CERTIDÕES E DECLARAÇÕES DIVERSAS:

Pr = R\$ 75,81

14. CERTIDÕES PARA LICENÇA NA FATMA ou no IBAMA:

(Declaração Municipal necessária ao Licenciamento Ambiental Estadual ou Federal)

Pr = R\$ 75,81

15. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA:

Pr = R\$ 75,81

15.1 AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA para a Suinocultura:

Pr = R\$ 37,90

Conforme consta na Resolução CONSEMA Nº 01/06, entenda-se Porte Único = Autorização Ambiental - AuA

16. AUTORIZAÇÃO PARA TRATAMENTO E/OU DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS ORIUNDOS DE OUTROS ESTADOS:

16.1. Resíduos Classe I

Pr = R\$ 25,26 por tonelada

16.2. Resíduos Classe II

Pr = R\$ 10,10 por tonelada

17. PARECER TÉCNICO EM GERAL, EXCLUINDO-SE A ANÁLISE DO EIA/RIMA:

Pr = R\$ 202,17

18. AGROTÓXICO:

18.1. Aplica-se à Tabela Nº 03 para o Licenciamento Ambiental de empresas com atividades abaixo relacionadas:

18.1.1. Atividade de aplicação aérea de agrotóxico

18.1.2. Central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos

18.2. Autorizações Ambientais:

18.2.1. Aplicação nas lavouras de agrotóxicos por aeronaves:

Pr = R\$ 37,90 por propriedade/ano.

18.2.2. Aplicação de agrotóxico em ambientes urbanos:

Pr = R\$ 37,90

18.2.3. Aplicação de agrotóxico em ambiente de armazenagem em contêiner (expurgo):

Pr = R\$ 13,27

18.2.4. Central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos:

Pr = R\$ 37,90

18.2.5. Atividades referentes à comercialização de agrotóxicos:

Pr = R\$ 37,90

19. CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA:

O Licenciamento Ambiental da atividade acima se enquadra na Tabela nº 02.

Quando comprovada a utilização para uso em atividade agrícola, pecuária e florestal, será utilizada a Tabela nº 04.

Os poços artesianos já existentes que não disponham de Licenciamento Ambiental pagarão apenas os custos referentes à LAO.

20. LISTAGEM DE VALORES PARA LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DA SUINOCULTURA:

01.54.0 Granja de Suínos - Terminação

0 Pr = R\$ 25,61 + 0,10 x NC

01.54.0 Unidade de Produção de Leiteiro - UPL

1 Pr = R\$ 25,61 + 0,17 x NM

01.54.0 Granja de Suínos - Creche

2 Pr = R\$ 25,61 + 0,04 x NC

01.54.0 Granja de Suínos - Ciclo Completo

3 Pr = R\$ 25,61 + 0,504x NM

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 1,0 para LAP, de 1,50 para LAI e de 1,25 para LAO.

21. LISTAGEM DE VALORES PARA LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E SILVICULTURAIS, EXCETO AQUELAS JÁ ENQUADRADAS NA TABELA Nº 03 E NO ITEM 5:

01.12.01 Culturas Permanentes, Pomares e Cultivos de Palmáceas e Musáceas

Pr = R\$ 25,61 + 2,15 x AU

01.35.00 Florestamento e Reflorestamento de Essências Arbóreas

Pr = R\$ 25,61 + 2,15 x AU

01.40.00 Projeto Agrícola Irrigado

Pr = R\$ 25,61 + 2,15 x AU

01.51.00 Criação de Animais Confinados de Grande Porte (bovinos, equinos, etc.)

Pr = R\$ 25,61 + 0,16 x NC

01.52.00 Criação de Animais Confinados de Médio Porte (suínos, ovinos, caprinos, etc.)

Pr = R\$ 25,61 + 0,17 x NC

01.70.00 Criação de Animais Confinados de Pequeno Porte (avicultura, cunicultura)

Pr = R\$ 25,61 + 0,0008 x NC

01.70.01 Depósito de Cama de Aviário e/ou Dejetos Orgânicos

Pr = R\$ 37,90 + 15 x AU

01.80.00 Incubatório de Aves

Pr = R\$ 37,90 + 35 x AU

03.31.00 Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em Açudes (SISTEMA I):

Pr = R\$ 25,61 + 3,75 x AU

03.31.01 Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em Viveiros (SISTEMA II):

Pr = R\$ 24,26 + 35 x AU

03.31.02 Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Monocultivo em Águas Mornas (SISTEMA III):

Pr = R\$ 25,61 + 7 x AU

03.31.03 Unidades de Piscicultura em Monocultivo de Águas Frias (SISTEMA IV)

Pr = R\$ 25,61 + 210 x AU

03.31.05 Unidades de Produção de Alevinos (SISTEMA VI)

Pr = R\$ 25,61 + 7 x AU

03.32.00 Carcinicultura - Produção de Camarão

Pr = R\$ 25,61 + 7 x AU

03.33.00 Malacocultura - Produção de Moluscos

Pr = R\$ 25,61 + 3,5 x AU

26.50.00 Abate de Animais em Abatedouros, Frigoríficos e Charqueadas, Com ou Sem Industrialização de Produtos de Origem Animal

Pr = R\$ 25,61 + 0,14 x NC/dia

Aplica-se esta fórmula para atividades com abate de até 1.000 cabeças dia.

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 1,0 para LAP, de 1,50 para LAI e de 1,25 para LAO.

Legenda:

AM = Área em m<sup>2</sup>

ARL = Área de Reserva Legal em Hectares

AU = Área Útil em Hectare

AuA = Autorização Ambiental

AuC = Autorização de Corte de Vegetação

CONAMA = Conselho Nacional de Meio Ambiente

CONSEMA = Conselho Estadual de Meio Ambiente

COMDEMA = Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

EIA/RIMA = Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental

LAI = Licença Ambiental de Instalação

LAO = Licença Ambiental de Operação

LAP = Licença Ambiental Prévia

NC = Nº de Cabeças

NM = Nº de Matrizes

Pr = Preço Básico da Licença

Q(I) = Vazão de Bombeamento (m<sup>3</sup>/h)

QT = Quantidade de Resíduos (ton/dia)

U = Unidade

UFM = Unidade Fiscal do Município

PAULO JOSÉ FRANCESCKI

PREFEITO MUNICIPAL

## Associações

### AMESC

#### Edital de Convocação 08/2014

Edital de Convocação 08/2014

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA VALIDAÇÃO DA GESTÃO CONSORCIADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 08/2014

1. O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL CATARINENSE - AMESC, senhor EVANDRO SCAINI - Prefeito do Município de Balneário Arroio do Silva - SC, no uso das suas atribuições que lhe conferem o Estatuto Social, CONVOCA os Membros do Comitê Gestor Regional dos Planos Municipais de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos dos Municípios que integram a AMESC e população em geral, para a AUDIÊNCIA DE VALIDAÇÃO DA GESTÃO CONSORCIADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS que realizar-se-á no dia 25 de setembro de 2014 (quinta-feira) às 10h, nas dependências da Amesc, sito a Rua Giacomio Mazzuco, nº 33, Bairro Cidade Alta, Araranguá, SC.

Araranguá, 10 de Setembro de 2014.

EVANDRO SCAINI

Presidente da AMESC

### AMVALI

#### Edital Nº 2/2014 Xxvii Assembleia Geral Ordinária do Comitê Itapocu

Jaraguá do Sul, 10 de setembro de 2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

XXVII ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itapocu, Sr. Sergio Victor Santini, no uso de suas atribuições, vem pelo presente convocar sua entidade a participar da XXVII Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 18 de setembro de 2014, às 14h00, em terceira convocação, no auditório da AMVALI, sito à Rua Arthur Gumz, nº 88 - Vila Nova, no município de Jaraguá do Sul/SC, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação das Atas da XXV e XXVI Assembleia Geral;
2. Monitoramento de resíduos de agroquímicos nas áreas de arroz irrigado - José Alberto Noldin - EPAGRI
3. Aprovação dos Planos Intermunicipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - Leocádio Neves e Silva - FUJAMA
4. Palavra livre.

Agradecemos pela atenção dispensada e contamos com sua estimada participação, lembrando que no impedimento de estar presente, seu suplente seja comunicado ou justificada ausência.

Sergio Victor Santini

Presidente S



**EGEM****Edital Nº 56.2014 - Chamamento\_encerramento do Exercício**

EDITAL Nº 56/2014

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO SOBRE O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014 E NOVOS PROCEDIMENTOS PARA 2015

**1. OBJETIVO DO CURSO**

Apresentar e discutir os procedimentos contábeis e de Controle Interno a serem observados no encerramento do exercício de 2014 bem como as principais obrigações para o início do exercício de 2015, com ênfase nos novos procedimentos contábeis a serem adotados por causa do novo Plano de Contas - PCASP.

**2. PÚBLICO-ALVO**

Contadores, controladores internos municipais.

**3. CALENDÁRIO**

Cidade/Local	Florianópolis / SC Hotel Cambirela Av. Marinheiro Max Schramm, 2199, bairro Estreito CEP: 88095-001
Período das inscrições	De 12/09 à 28/10/2014
Vencimento do boleto de cobrança	28/10/2014
Homologação das inscrições	04/11/2014
Período de realização	13 e 14/11/2014
Carga horária total	15 h/a
Quantidade de vagas	70 vagas

Cidade/Local	Tubarão / SC Associação de Municípios da Região de Laguna - AMUREL Rua Rio Branco, 067, bairro Vila Moema CEP: 88705-160
Período das inscrições	De 12/09 à 13/11/2014
Vencimento do boleto de cobrança	13/11/2014
Homologação das inscrições	20/11/2014
Período de realização	27 e 28/11/2014
Carga horária total	15 h/a
Quantidade de vagas	60 vagas

**4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES****QUADRO I - Dos Valores**

Participante	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Caso a opção seja pelo parcelamento, o sistema gerará apenas a primeira parcela, a segunda parcela será encaminhada após a homologação e confirmação de participação.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

**5. DIREITOS DE IMAGEM**

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

**6. PROGRAMAÇÃO**

1º dia	- ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014
	1. Conferência de Saldos Contábeis
	a. Classificação das Contas
	b. Restos a Pagar
	c. DDO
	d. Multas de Trânsito
	e. Precatórios
8h30 às 12h	f. Consórcios
	g. Fechamento entre Repasses Concedidos e Repasses Recebidos
	h. Lançamento do Cálculo Atuarial (RPPS)
	2. Conferência das Conciliações Bancárias
	3. Registro do Passivo sem execução orçamentária
	4. Apuração e lançamentos das Disponibilidades Financeiras por Fonte de Recursos

13h às 17h30	5. Análise dos Limites Legais
	a. Educação
	b. Fundeb
	c. Saúde
	d. Pessoal
	e. Equilíbrio Orçamentário
	f. Equilíbrio Financeiro
	g. Gastos do Legislativo
	6. Avaliação das Alterações Orçamentárias
	7. Regularidade das Despesas
	a. Confraternizações
	b. Distribuição de Brindes
	8. Restrições que geram recomendação pela Rejeição de Contas Anuais pelo TCE/SC
2º dia	
8h30 às 12	NOVOS PROCEDIMENTOS PARA 2015
	1. Resumo das Principais Mudanças
	2. O Novo Plano de Contas - PCASP
	3. Mudanças na Receita Pública
	4. Mudanças na Despesa Pública
	5. Mudanças nos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

## 7. DOCENTE

Gilberto Brasil  
Contador, Especialista em Auditoria Governamental, Assessor Técnico da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, e de Prefeituras.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) A participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

## REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet ([www.egem.org.br](http://www.egem.org.br))

## FIQUE ATENTO!

## 8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto

estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre  
Prefeito de Forquilha  
Presidente da EGEM

## FECAM

### Edital de Convocação Nº 02/2014 - Confaz-M/SC

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2014 - CONFAZ-M/SC

A Presidente do CONFAZ-M, Sra. MARIA ANGÉLICA FAGGIANI, no uso de suas atribuições, CONVOCA os membros titulares e/ou suplentes para reunião.

Data: 30 de setembro de 2014.  
Hora: 9h às 17h.

Local: Associação dos Municípios da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS - Rua Cândido Ramos, nº 250, Capoeiras - Florianópolis/SC - CEP: 88.090-800. Tel.: (48) 3224-3668.

Ordem do dia:

1. Eleição da nova diretoria;
2. Apresentação sobre os procedimentos adotados pelo município de Lages quanto ao pagamento do Seguro de Acidente de Trabalho - SAT pela atividade preponderante (alteração da alíquota de 2% para 1% - vide comunicado FECAM nº 15/2010);
3. Discussão sobre a criação de um CNAE Fiscal para ser adotado pelos municípios de SC e discussão sobre a padronização por CNAE de legislações pertinentes à liberação de licenças de funcionamento (Resolução CONSEMA nº 13 de 21/12/2012 e Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina);
4. Discussão sobre a falta de padronização nas fiscalizações de funcionamento efetuadas pelos quarteis do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina;
5. Diretrizes do Grupo de Trabalho Técnico - GT que foi criado para formatar um manual de boas práticas municipais na abertura de empresas;
6. Discussão sobre as alterações da legislação do Simples nacional na Lei Complementar nº 147/2014, seus impactos e consequências.
7. Apresentação por parte do Sr. Gilson Albino, Diretor do CIGA e discussão sobre a integração das Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas fora do local da prestação;
8. Discussão sobre Termo de Ajuste de Conduta - TAC com relação à Lei da Transparência e a lei de Acesso à Informação, proposto pelo Ministério Público aos municípios;
9. Discussão sobre o amparo legal na isenção ou redução de alíquota de IPTU em áreas de APP sem edificação irregular; (Incluído por Neudi Antônio Paludo)
10. Discussão sobre o tratamento a ser dado numa possível expansão da zona urbana em áreas rurais com metragem inferior ao que prevê o cadastro no INCRA, com relação ao lançamento de IPTU mesmo sem dois dos cinco melhoramentos executados ou mantidos pelo município conforme prevê o §1º do Art. 32 do CTN;

(Incluído por Neudi Antônio Paludo)

11. Contribuição Previdenciária Patronal - CPP INCIDENTE SOBRE O TOMADOR DE SERVIÇOS de Microempreendedores individuais - MEI; (Incluído por Ricardo Dragoni)
12. Discussão sobre a avaliação e depreciação do patrimônio na nova contabilidade pública; (Incluído por Maria Angélica Faggiani)
13. Discussão sobre o parcelamento do Simples Nacional; (Incluída por Rubens Menslin)
14. Assuntos diversos

Solicita-se ainda que os representantes enviem por e-mail temas que entendam pertinentes para discussão. As sugestões deverão ser encaminhadas até o dia 29 de agosto para o e-mail: confazmun@fecam.org.br.

Florianópolis/SC, 22 de agosto de 2014.  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Presidente do CONFAZ-M/SC

## Consórcios

### AGIR

#### Ratificação da Dispensa de Licitação Nº 004/2014

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2014

OBJETO: Contratação de consultoria jurídica especializada em direito público aplicado ao saneamento e a concessões de saneamento para elaboração de pareceres jurídicos referentes aos Contratos de Concessão e respectivos aditivos celebrados pelos municípios de Brusque/SC e Guabiruba/SC com a empresa Recicle Catarinense de Resíduos Ltda., que possuem como objetivo a prestação dos serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos urbanos, assim como a realização de reunião in loco expositiva com a apresentação do estudo e dos pareceres jurídicos, detalhando aos técnicos da AGIR as conclusões e recomendações do trabalho desenvolvido.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, RATIFICO os atos do procedimento em favor da empresa FEY PROBST & BRUSTOLIN ADVOCACIA (CNPJ nº 12.244.848/0001-45), para a contratação de consultoria jurídica especializada em direito público aplicado ao saneamento e a concessões de saneamento para elaboração de pareceres jurídicos referentes aos Contratos de Concessão e respectivos aditivos celebrados pelos municípios de Brusque/SC e Guabiruba/SC com a empresa Recicle Catarinense de Resíduos Ltda., que possuem como objetivo a prestação dos serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos urbanos, assim como a realização de reunião in loco expositiva com a apresentação do estudo e dos pareceres jurídicos, detalhando aos técnicos da AGIR as conclusões e recomendações do trabalho desenvolvido. E, ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato, bem como a publicação do objeto supramencionado, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau (SC), em 09 de setembro de 2014.  
HEINRICH LUIZ PASOLD  
Diretor Geral da AGIR

#### Extrato da Dispensa de Licitação Nº 004/2014

E X T R A T O

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 004/2014

OBJETO: Contratação de consultoria jurídica especializada em direito público aplicado ao saneamento e a concessões de saneamento para elaboração de pareceres jurídicos referentes aos Contratos de Concessão e respectivos aditivos celebrados pelos municípios de Brusque/SC e Guabiruba/SC com a empresa Recicle Catarinense de Resíduos Ltda., que possuem como objetivo a prestação dos serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos urbanos, assim como a realização de reunião in loco expositiva com a apresentação do estudo e dos pareceres jurídicos, detalhando aos técnicos da AGIR as conclusões e recomendações do trabalho desenvolvido.

CONTRATADO: FEY PROBST & BRUSTOLIN ADVOCACIA (CNPJ nº 12.244.848/0001-45)

VALOR DO CONTRATO: Valor unitário de R\$ 11.440,00 (onze mil, quatrocentos e quarenta reais) ao final dos trabalhos, ou seja, após o recebimento dos pareceres jurídicos solicitados pela AGIR

e da reunião in loco expositiva com a apresentação do estudo e dos pareceres jurídicos, detalhando aos técnicos da AGIR as conclusões e recomendações do trabalho desenvolvido.

DATA VIGÊNCIA: 09/09/2014.

DATA VENCIMENTO: 31/12/2014, condicionado aos pareceres jurídicos elaborados em razão do estudo dos Contratos de Concessão e respectivos aditivos celebrados pelos municípios de Brusque/SC e Guabiruba/SC com a empresa Recicle Catarinense de Resíduos Ltda e de reunião in loco expositiva com a apresentação do estudo e dos pareceres jurídicos.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005.

Blumenau (SC), em 09 de setembro de 2014.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

## CIMCATARINA

### Aviso de Pregão Eletrônico Nº 0022/2014 - Informática

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0022/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0025/2014

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de equipamentos de informática, para uso dos órgãos participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Brunópolis, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Irani, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Salto Veloso e Videira, durante o período de 01 de outubro à 31 de dezembro de 2014. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 12/09/2014 até às 09:00 horas do dia 24/09/2014. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 24/09/2014. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 24/09/2014. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: [www.cimcatarina.sc.gov.br](http://www.cimcatarina.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 11 de setembro de 2014.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

## CIS NORDESTE

### Aviso Nº 1 - Pregão Eletrônico Nº 002/2014

AVISO Nº 01

Pregão Eletrônico nº 002/2014 - CISONORDESTE/SC

Registro de Preços nº 002/2014 - CISONORDESTE/SC

Processo Administrativo nº 76/2014

O CISONORDESTE/SC, órgão gerenciador do presente certame, esclarece aos interessados que, no momento do cadastramento da proposta inicial no sistema da BLL, será solicitada a inclusão de cópia do Certificado de Boas Práticas de Armazenamento. Entretanto, como este documento não consta dentre aqueles listados pelo item 11.2 do Edital, o licitante deverá anexar uma folha em branco para poder concluir o cadastramento da proposta.

Joinville (SC), 11 de setembro de 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE

Presidente do CISONORDESTE/SC

### Dispensa Licitação Nº 011/2014

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2014

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 077/2014

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISONORDESTE/SC

Contratada: PRINZ TRANSPORTE E TURISMO LTDA. ME(CNPJ 09.537.042/0001-30)

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de deslocamento da Diretora Executiva e Coordenadora (veículo + motorista), para reunião ordinária com representantes dos Consórcios Públicos Intermunicipais em Santa Catarina.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 23, § 8º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$ 400,00 (quatrocentos reais)

Data do Contrato: 28 de agosto de 2014.

Mário Fernando Reinke

Prefeito Municipal de Massaranduba

Presidente do CISONORDESTE/SC

CONTRATANTE